

ISSN 1517-2422 (versão impressa)

ISSN 2236-9996 (versão on-line)

cadernos  
**metrópole**

precarização do trabalho,  
nova informalidade e território

Maria do Livramento Miranda Clementino  
Juliana Bacelar de Araújo  
Beatriz Tamasso Miotto  
Organizadoras

Cadernos Metr pole  
v. 26, n. 59, pp. 1-403  
jan/abr 2024

<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5900>

Artigo publicado em Open Access  
Creative Commons Atribuição



Catálogo na Fonte – Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury / PUC-SP

Cadernos Metr pole / Observatório das Metr poles – n. 1 (1999) – São Paulo: EDUC, 1999–,

Semestral

ISSN 1517-2422 (versão impressa)

ISSN 2236-9996 (versão on-line)

A partir do segundo semestre de 2009, a revista passará a ter volume e iniciar  com v. 11, n. 22

A partir de 2016, a revista passou a ser quadrimestral.

1. Regiões Metropolitanas – Aspectos sociais – Periódicos. 2. Sociologia urbana – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Observatório das Metr poles. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Observatório das Metr poles

CDD 300.5

Periódico indexado no SciELO, Redalyc, Latindex, Library of Congress – Washington

## Cadernos Metr pole

*Profa. Dra. Lucia Bógus*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - Observatório das Metr poles

Rua Ministro de Godói, 969 – 4  andar – sala 4E20 – Perdizes

05015-001 – São Paulo – SP – Brasil

*Prof. Dr. Luiz César de Queiroz Ribeiro*

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Observatório das Metr poles

Av. Pedro Calmon, 550 – sala 537 – Ilha do Fund o

21941-901 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Rua Ministro de Godói, 969 – 4  andar – sala 4E20 – Perdizes

05015-001 – São Paulo – SP – Brasil

cadernosmetropole@outlook.com

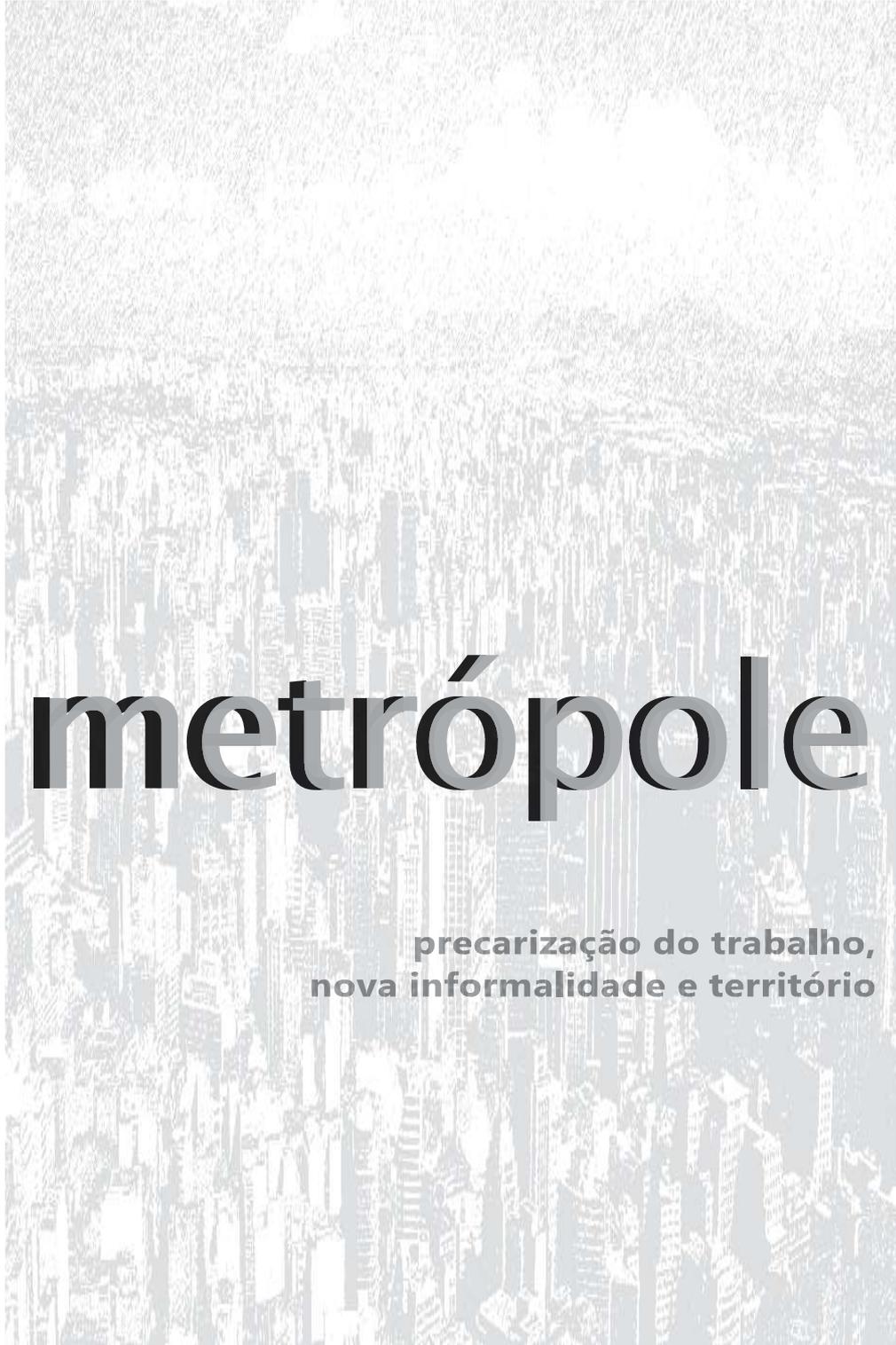
<http://web.observatoriodasmetrololes.net>

*Secretária*

Raquel Cerqueira



**OBSERVATÓRIO  
DAS METR POLES**



# metrópole

**precarização do trabalho,  
nova informalidade e território**



**PUC-SP**

*Reitora*

Maria Amalia Pie Abib Andery

**educ**

**EDUC – Editora da PUC-SP**

*Direção*

Thiago Pacheco Ferreira

*Conselho Editorial*

Maria Amalia Pie Abib Andery (Presidente), Carla Teresa Martins Romar,  
Ivo Assad Ibri, José Agnaldo Gomes, José Rodolpho Perazzolo,  
Lucia Maria Machado Bógus, Maria Elizabeth B. T. Morato Pinto de Almeida,  
Rosa Maria Marques, Saddo Ag Almouloud,  
Thiago Pacheco Ferreira (Diretor da Educ)

*Coordenação Editorial*

Sonia Montone

*Revisão de português*

Equipe Educ

*Revisão de inglês*

Carolina Siqueira M. Ventura

*Revisão de espanhol*

Vivian Motta Pires

*Projeto gráfico, editoração*

Raquel Cerqueira

*Capa*

Waldir Alves

Rua Monte Alegre, 984, sala S-16  
05014-901 São Paulo - SP - Brasil  
Tel/Fax: (55) (11) 3670.8085  
educ@pucsp.br  
www.pucsp.br/educ

**ABEU**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

# cadernos metrópole

## EDITORES

Lucia Bógus (PUC-SP)

Luiz César de Q. Ribeiro (UFRJ)

## COMISSÃO EDITORIAL

Eustógio Wanderley Correia Dantas (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/Ceará/Brasil) Luciana Teixeira Andrade (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil) Orlando Alves dos Santos Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil) Sérgio de Azevedo (Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro/Brasil) Suzana Pasternak (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil)

## CONSELHO EDITORIAL

Adauto Lucio Cardoso (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil) Aldo Paviani (Universidade de Brasília, Brasília/Distrito Federal/Brasil) Alfonso Xavier Iracheta (El Colegio Mexiquense, Toluca/Estado del México/México) Ana Cristina Fernandes (Universidade Federal de Pernambuco, Recife/Pernambuco/Brasil) Ana Fani Alessandri Carlos (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Ana Lucia Nogueira de P. Britto (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil) Ana Maria Fernandes (Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia/Brasil) Andrea Claudia Catenazzi (Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines/Provincia de Buenos Aires/Argentina) Angélica Tanus Benatti Alvim (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/São Paulo/Brasil) Arlete Moyses Rodrigues (Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo/Brasil) Carlos Antonio de Mattos (Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago/Chile) Carlos José Cândido G. Fortuna (Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal) Claudino Ferreira (Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal) Cristina López Villanueva (Universitat de Barcelona, Barcelona/Espanha) Edna Maria Ramos de Castro (Universidade Federal do Pará, Belém/Pará/Brasil) Eduardo Salvador María Léopore (Pontifícia Universidad Católica Argentina, Buenos Aires/Argentina) Erminia Teresinha M. Maricato (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Fernando Nunes da Silva (Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa/Portugal) Francisco César Pinto da Fonseca (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/São Paulo/Brasil) Frederico Rosa Borges de Holanda (Universidade de Brasília, Brasília/Distrito Federal/Brasil) Geraldo Magela Costa (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil) Gilda Collet Bruna (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/São Paulo/Brasil) Gustavo de Oliveira Coelho de Souza (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Heliana Comin Vargas (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Heloísa Soares de Moura Costa (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil) Jesus Leal Maldonado (Universidad Complutense de Madrid, Madrid/Espanha) José Alberto Vieira Rio Fernandes (Universidade do Porto, Porto/Portugal) José Machado Pais (Universidade de Lisboa, Lisboa/Portugal) José Marcos Pinto da Cunha (Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo/Brasil) José Tavares Correia Lira (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Leila Christina Duarte Dias (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/Santa Catarina/Brasil) Luciana Corrêa do Lago (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil) Luís Renato Bezerra Pequeno (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/Ceará/Brasil) Márcio Moraes Valença (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/Rio Grande do Norte/Brasil) Maria Cristina da Silva Leme (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Maria do Livramento M. Clementino (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/Rio Grande do Norte/Brasil) Marília Steinberger (Universidade de Brasília, Brasília/Distrito Federal/Brasil) Marta Domínguez Pérez (Universidad Complutense de Madrid, Madrid/Espanha) Montserrat Crespi Vallbona (Universitat de Barcelona, Barcelona/Espanha) Nadia Somekh (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/São Paulo/Brasil) Norma Lacerda (Universidade Federal de Pernambuco, Recife/Pernambuco/Brasil) Pedro Roberto Jacobi (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Ralfo Edmundo da Silva Matos (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil) Raquel Rolnik (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Ricardo Toledo Silva (Universidade de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil) Roberto Luís de Melo Monte-Mór (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil) Rogério Proença de Sousa Leite (Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo/Brasil) Rosa Maria Moura da Silva (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Curitiba/Paraná/Brasil) Rosana Baeninger (Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo/Brasil) Sarah Feldman (Universidade de São Paulo, São Carlos/São Paulo/Brasil) Vera Lucia Michalany Chaia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/São Paulo/Brasil)

### Colaboradores *ad hoc*

Adryane Gorayeb Nogueira (Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza/CE/Brasil) Alexandro Ferreira Cardoso da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre/RS/Brasil) Alfredo Marcelo Grigio (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-UERN) Aline Pires Veról (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Ana Claudia Moreira Cardoso (Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, Juiz de Fora/MG/Brasil) Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Angela Welters (Universidade Federal do Paraná-UFRPR, Curitiba/PR/Brasil) Arivaldo Leão de Amorim (Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador/BA/Brasil) Carlos Freire da Silva (Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém/PA/Brasil) Claudio Rezende Ribeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Cleandro Henrique Krause (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Curitiba/PR/Brasil) Denise de Alcântara Pereira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRR, Seropédica/RJ/Brasil) Eric Mateus Soares Dias (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) Estela Macedo Alves (Universidade de São Paulo-USP, São Paulo/SP/Brasil) Filipe Ungaro Marino (Universidade do Grande Rio-Unigranrio, Duque de Caxias/RJ/Brasil) Gabriel Almeida Antunes Rossini (Universidade Federal do ABC-UFABC, Santo André/SP/Brasil) Gustavo Tentoni Dias (Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros/MG/Brasil) Iracema Brandão Guimarães (Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador/BA/Brasil) Jair Hernandez Castro Romero (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) James Shoití Myamoto (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Jéssica Helena de Lima (Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Maceió/AL/Brasil) José Eduardo Viglio (Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas/SP/Brasil) José Gomes Ferreira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) José Irivaldo Alves de Oliveira Silva (Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande/PB/Brasil) José Ripper Kós (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis/SC/Brasil) Juliano Pamplona Ximenes Ponte (Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém/PA/Brasil) Jupira Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais-UFGM, Belo Horizonte/MG/Brasil) Leila da Costa Ferreira (Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas/SP/Brasil) Lucia Cony Faria Cidade (Universidade de Brasília-UnB, Brasília/DF/Brasil) Lucia Helena Pereira da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, Seropédica/RJ/Brasil) Marcelo Coutinho Vargas (Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos/SP/Brasil) Marcio Moraes Valença (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) Marco Aurélio Costa (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Curitiba/PR/Brasil) Maria Gracinda Carvalho Teixeira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, Seropédica/RJ/Brasil) Maria da Penha Costa Vasconcellos (Universidade de São Paulo-USP, São Paulo/SP/Brasil) Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Milena Kanashiro (Universidade Estadual de Londrina-UEL, Londrina/PR/Brasil) Pedro Henrique Campelo Torres (Universidade Federal do ABC-UFABC, Santo André/SP/Brasil) Pedro Roberto Jacobi (Universidade de São Paulo-USP, São Paulo/SP/Brasil) Rafael Soares Gonçalves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Renato de Almeida (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Cruz das Almas/BA/Brasil) Ricardo de Souza Moretti (Universidade Federal do ABC-UFABC, Santo André/SP/Brasil) Ricardo Trevisan (Universidade de Brasília-UnB, Brasília/DF/Brasil) Ricélia Maria Marinho Sales (Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Pombal/PB/Brasil) Roberta Vieira Gonçalves de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais-UFGM, Belo Horizonte/MG/Brasil) Rodrigo Cury Paraizo (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Rodrigo Vilela Rodrigues (Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos/SP/Brasil) Rogério Palhares Zschaber de Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais-UFGM, Belo Horizonte/MG/Brasil) Rossana Brandão Tavares (Universidade Federal Fluminense-UFF, Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil) Ruth Maria da Costa Ataíde (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) Thêmis Amorim Aragão (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil) Viviane Manzoni Rubio (Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM, São Paulo/SP/Brasil) Viviane Manzoni Rubio (Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM, São Paulo/SP/Brasil) Winifred Knox (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil) Zoraide Souza Pessoa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal/RN/Brasil)

## sumário

### dossiê: precarização do trabalho, nova informalidade e território

Precarious work and new informality in the urban: permanences and transformations	9	Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações Maria do Livramento Miranda Clementino Juliana Bacelar de Araújo Beatriz Tamasso Miotto
Socio-occupational structure of Brazilian metropolises: what changed and what remained the same in 40 years	19	Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos Marcelo Gomes Ribeiro
Precarious work and platformization: trade in the lower circuit of economy	43	Trabalho precariado e plataformação: comércio no circuito inferior da economia Alexsandra Maria Vieira Muniz Maria Clélia Lustosa da Costa Emanuelton Antony Norberto de Queiroz
Digital platforms and urban flows: dispersion and control of precarious work	69	Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário Lívia Maschio Fioravanti Felipe Rangel Cibele Saliba Rizek
Sewing the city: crisis of capital, logistical urbanization, and app-based delivery workers	97	Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo Bruno Siqueira Fernandes Alessandro Peregalli Thiago Canettieri
Precarious but organized: the resistance strategy of uberized workers	123	Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados Pedro Mendonça Castelo Branco Sidney Jard de Souza
Subjectivation and psychosocial risks of the uberization of work in territorial dynamics	143	Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais Ronaldo Gomes-Souza Marcelo Claudio Tramontano
Housing, work, and migration: a squatted building under threat of eviction	169	Moradia, trabalho e migração: uma ocupação sob ameaça de remoção Eduardo Abramowicz Santos

"Leisure" spaces within work environments in the Performance Society	191	Espaços de "lazer" em ambientes de trabalho na Sociedade de Desempenho Simone Jubert Lúcia Leitão
Precarization of teaching work: teaching platforms in the context of the factory	209	Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa André Luiz Moscaleski Cavazzani Rodrigo Otávio dos Santos Luís Fernando Lopes
<b>Artigos Complementares</b>		
Another face of interaction: communication collectives from peripheries and the State	229	Outra face da interação: coletivos de comunicação das periferias e o Estado Mariana Fonseca Debora Rezende de Almeida
State's action in the production of the informal city: a spatial analysis in Florianópolis	255	A atuação estatal na produção da cidade informal: análise espacial em Florianópolis Pedro Jablinski Castelhana Maíra Mesquita Maciorowski Elisa de Oliveira Beck
State violence in the production of territories, informality, and protection networks	283	Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção Renato Abramowicz Santos
The urban as anti-nation: to understand the crisis of Brazilian metropolises	309	O urbano como antinação: para entender a crise das metrópoles brasileiras Luiz César de Queiroz Ribeiro Igor Pouchain Matela Nelson Diniz
Two periods of Brazilian neoliberalism as city government	333	Dois tempos do neoliberalismo brasileiro como governo das cidades André Dal'Bó da Costa
Chaos and the new temporality of the contemporary world-system	355	Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo Carlos Eduardo Martins
The "Chinese path": uneven development, projectment, and socialism	377	"O caminho chinês": desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo Elias Jabbour Vítor Boa Nova Javier Vadell
	401	Cadernos Metrópole

## Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações

As transformações no padrão de acumulação mundial a partir das últimas décadas do século XX modificaram sobremaneira as condições de desenvolvimento dos países. A combinação dos processos de reestruturação produtiva (desindustrialização e reprimarização), adesão ativa à financeirização e consolidação do neoliberalismo moldaram tanto o mundo do trabalho como a organização espacial. As consequências disso podem ser vistas e analisadas em diversas dimensões e escalas: desde as alterações nos setores-chave da economia e na fragmentação da produção; passando pela reprodução da sociedade de classes, pela constituição de novas subjetividades e pela regulação e controle sobre o trabalho e a vida cotidiana; chegando à transformação das cidades, à penetração de novas lógicas de reprodução do capital através das infraestruturas urbanas, do imobiliário, etc.

Tal realidade é permeada por importantes mudanças tecnoprodutivas, que aprofundam as transformações nas relações intersetoriais e estão associadas ao avanço da economia do conhecimento e das novas tecnologias da informação e comunicação. Disso decorrem importantes consequências geográficas, as quais reforçam o desenvolvimento desigual e combinado, o reordenamento das cadeias globais de valor, da competição, etc., e levam, de maneira mais geral, ao aumento da participação do setor de serviços e à redução do setor agrícola e industrial no PIB. Nesse cenário, segundo Fitoussi e Rosanvallon (1997), três crises colocam-se em curso: 1) crise das instituições de instauração dos laços sociais e da solidariedade (Estado de Bem-Estar Social); 2) crise do mundo do trabalho (relação entre economia e sociedade); e 3) crise do modo de constituição das identidades individuais e coletivas (crise do indivíduo). Nesse contexto, novas desigualdades vão se consolidando, entre elas: diferenciações no âmbito dos contratos de trabalho (novas formas de contratação, trabalhos temporários, terceirização e trabalho precário); desigualdades de gênero e de grupos étnicos quanto à inserção no mercado de trabalho; desigualdades geracionais, associadas à previdência ou à dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho; desigualdades associadas à vida cotidiana e à reprodução da vida que, na cidade, relaciona-se às condições de habitação, circulação, acesso aos bens públicos, etc.



Especificamente no Brasil, esse cenário é de composição complexa. Pois, somando-se às transformações e às crises gerais anteriormente descritas, o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI foram, majoritariamente, de enfrentamento de sucessivas crises econômicas. Em que pesem a redemocratização e a consolidação de uma série de direitos com a Constituição de 1988 (CF/1988), isso significou, não apenas a permanência dos problemas históricos ligados ao mercado de trabalho e à urbanização, como também o aprofundamento das heterogeneidades em diversos níveis. Como veremos, à exceção de um curto período, é patente a permanência da informalidade, do subemprego, dos baixos salários, da desigualdade de rendimentos e das desigualdades socioespaciais. Estes se traduzem na segregação, na ocupação de áreas de risco e preservação ambiental, na vulnerabilidade socioambiental e na violência que caracterizam o urbano nacional.

Tal movimento não decorre apenas da inércia dos problemas de um país subdesenvolvido como o nosso, mas da adoção ativa de políticas de liberalização da economia, do mercado de trabalho e da agenda do planejamento urbano aderente ao neoliberalismo. Especificamente do campo dos discursos sobre o mercado de trabalho, por exemplo, as reformas da legislação trabalhista implementadas nos anos 1990 diagnosticavam o problema do desemprego e da informalidade no Brasil como um produto da regulação excessiva da relação empregador e empregado e sua rigidez em contextos de mudanças na conjuntura econômica e especificidades das diferentes regiões, setores e empresas (Souza et al., 2021). Esse diagnóstico levou a um sistemático enfraquecimento da legislação trabalhista por ações do governo e do setor privado, promovendo a flexibilização do mercado de trabalho. Mesmo diante de um cenário no qual o custo do trabalho no Brasil nos anos 1990 se mostrava bastante reduzido, em comparação com países desenvolvidos e mesmo subdesenvolvidos (Santos e Stampa, 2017), e com evidências que demonstravam que a desregulação do trabalho tendia a provocar precarização, instabilidade e vulnerabilidade e não geração de novos empregos, o País adota sistematicamente uma postura liberal (Cacciamali, 1999).

O período que contrapõe essa realidade se situa entre 2004 e 2014, quando, em contexto de retomada do crescimento econômico, houve tensionamento do processo de desestruturação do mercado de trabalho, com redução da desigualdade de renda e da pobreza, além da expansão do emprego com carteira de trabalho assinada e da diminuição do desemprego, da subocupação e da informalidade. Esse modelo de crescimento com inclusão social permitiu uma redução da vulnerabilidade da classe trabalhadora, mesmo que ainda tenham sido registrados alguns movimentos contraditórios no sentido da ampliação da desregulamentação dos direitos trabalhistas, aprofundando a flexibilização dos contratos no mercado de trabalho (Krein, Santos e Nunes, 2011). As contradições do modelo de desenvolvimento são ainda maiores se considerarmos problemas urbanos estruturais. Como mostrou Maricato (2017), as chamadas Jornadas de Junho de 2013 expressam a incapacidade para lidarmos com as questões fundiárias, de habitação, mobilidade, participação, etc. mesmo em governos progressistas.

A partir de 2015/2016, inaugura-se um novo período no País que combina crise econômica, política e, posteriormente, sanitária. Nesse contexto, retoma com força renovada a agenda que articulou, nos últimos anos, neoliberalismo, austeridade e conservadorismo (Clementino, Mito e Araújo, 2021). Seus desdobramentos mais evidentes em termos de mercado de trabalho foram a

rápida elevação da desocupação e a da subutilização da força de trabalho, esta última em razão do aumento expressivo da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e pelo desalento. Cresce, também, a informalidade, puxada pelo emprego sem carteira e pela ocupação por conta própria. O que se viu foi um constrangimento em relação à possibilidade de mobilidade social observada no início do século XXI. Contribuíram para isso: a queda da taxa de salários provocada pela recessão econômica; a volta da inflação; e o aumento da informalidade enquanto alternativa ao desemprego (Araújo et al., 2022). Além disso, houve a reversão do processo de redução da desigualdade de renda (Cacciamali e Tatei, 2016) que, em cenário de crise, retorna com mais força à agenda de demandas da sociedade, acirrando os conflitos sociais e urbanos/territoriais.

Nesse contexto, a flexibilização e a desregulamentação da legislação trabalhista apresentaram-se novamente como “solução” para a recuperação do crescimento econômico e da geração de empregos. Novamente, defendeu-se que os vilões da crise do mercado de trabalho eram os elevados encargos sociais e a rigidez excessiva da legislação trabalhista. A materialização desse discurso se deu com a Reforma Trabalhista imposta pela lei n. 13.467/2017, que alterou significativamente as condições sob as quais se estruturam as relações entre empregadores e empregados, buscando enfraquecer a proteção ao trabalho no Brasil (Trovão e Araújo, 2020). Em paralelo a essas mudanças, não se pode deixar de mencionar a existência de um processo de aprofundamento da desindustrialização no Brasil. Seus impactos têm se mostrado relevantes no que tange à renda nacional, à arrecadação dos entes públicos subnacionais, ao mercado de trabalho e às possibilidades de diversificação do terciário (Trovão, Sugimoto e Miotto, 2020). Em termos setoriais e ocupacionais, essas mudanças se refletem na redução da participação dos ocupados na indústria e no aumento no setor terciário, com destaque para os serviços intensivos em conhecimento, associados também “ao avanço da terceirização, dos serviços pessoais e de atendimento às famílias e ao crescimento da participação de ocupações de baixos salários” (Krein, Manzano e Teixeira, 2022, pp. 300-301). Reafirma-se, assim, “a precariedade estrutural do mercado de trabalho e suas discriminações históricas, especialmente em relação às mulheres e às pessoas negras” (ibid., p. 301). Nas cidades, isso significou a piora das condições de reprodução, redução dos investimentos públicos, depreciação das infraestruturas existentes e reforço de uma agenda de política urbana que prioriza a facilitação dos mercados.

Nesse cenário e concomitantemente à consolidação do novo paradigma tecnológico e informacional e das plataformas digitais, o País avançou sobre relações trabalhistas mais fluidas e vulneráveis (Abílio, 2020). Tais processos ratificam novas formas de informalidade e precarização, intensificadas pela economia de plataformas, que assumem formas como uberização, autoemprego (frequentemente via figura jurídica do microempreendedor individual e da pejetização), terceirização, subcontratação, etc. (Krein e Proni, 2010). Na mesma direção, reforça-se o ideário do empreendedorismo. Nessa trajetória, o pano de fundo é um processo de flexibilização e fragilização que introduz, no âmbito dos contratos formais de trabalho, características típicas da informalidade, quais sejam, inconstância da ocupação e da renda (trabalho intermitente), alta rotatividade (trabalho por tempo parcial e por demanda – uberização de distintas ocupações) e baixo padrão de remuneração, inclusive por insuficiência de horas trabalhadas (Araújo et al., 2022). Em termos qualitativos, a nova rodada de flexibilização da legislação trabalhista não contribuiu para reduzir o

desemprego nem a informalidade (Filgueiras, 2019; Trovão e Araújo, 2020). Esse movimento se reproduz, de um lado, no aprofundamento da desestruturação dos direitos e da proteção social, com ampliação da precarização do trabalho; e, de outro lado, de forma efetiva, na queda dos rendimentos médios de todos os trabalhos e de todas as fontes (Araújo et al., 2022).

Ressalta-se, por um lado, o avanço no sentido de novas e diversas formas de controle e gerenciamento do trabalho, que ocorrem de diferentes maneiras, seja no controle dos trabalhadores e seus espaços de lazer, seja no controle da gestão do trabalho, controle do próprio trabalhador sobre si mesmo, entre outras. Mecanismos como gestão algorítmica, gamificação, dataficação e vigilância têm sido utilizados como forma de intensificação do trabalho e controle da classe trabalhadora (Grohmann, 2021). Por outro lado, o crescimento no emprego de novas tecnologias e de novas formas de gestão do trabalho também (re)coloca novos desafios para a capacidade de organização coletiva, de luta dos trabalhadores e do movimento sindical, e para as instituições públicas responsáveis por garantir a efetividade dos direitos no Brasil (Oliveira, 2021). Nesse contexto, novas iniciativas de organização dos trabalhadores, entre eles os de plataformas digitais, além de “reapropriações de tecnologias digitais em benefício próprio, pressão por condições decentes de trabalho e construção de plataformas alternativas, cooperativas e autogestionadas”, vêm sendo discutidas (Grohmann, 2021, p. 13), assim como o próprio debate legislativo sobre a regulamentação do trabalho realizado por meio de plataformas digitais.

Por fim, é importante ressaltar que a deterioração do mercado de trabalho é elemento central no tensionamento da questão urbana, seja pela piora das condições de vida, seja pela disputa em torno do espaço construído como base da oferta de bens e serviços de consumo coletivo ou como fundo de acumulação. Assim, as questões que relacionam reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de trabalho e mudanças na produção da cidade compõem os resultados do dossiê “Precarização do trabalho, nova informalidade e território”, como apresentado a seguir.

No artigo *Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos*, Marcelo Gomes Ribeiro analisa a estrutura sócio-ocupacional das principais metrópoles do Brasil, entre os anos de 1982 e 2021, focando em sua composição e no comportamento das desigualdades de renda. O autor utiliza dados da Pnad, de 1982, e da PnadC, de 2021, e constata uma redução na desigualdade de renda, mas, também, a manutenção de uma estrutura social representada pelo modelo piramidal, apesar de mudanças importantes ocorridas ao longo desses 40 anos.

No artigo *Trabalho precariado e plataformação: comércio no circuito inferior da economia*, Alexandra Maria Vieira Muniz, Maria Clélia Lustosa da Costa e Emanuelton Antony Norberto de Queiroz analisam a precarização das relações de trabalho na dinâmica do circuito inferior da economia dos territórios do comércio popular de confecções do município de Maracanaú (Região Metropolitana de Fortaleza). Verificam que esse comércio extrapola o território da metrópole, ao mesmo tempo que mantém estreitas ligações com ela, e se reinventa em meio a embates com o poder público. Concluem que o direito ao trabalho na reforma urbana é um desafio diante do exército de excluídos, aos quais é negado o direito à cidade transformada em mercadoria e/ou cidade do negócio.

O artigo intitulado *Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário*, de autoria de Lívia Maschio Fioravanti, Felipe Rangel e Cibele Saliba Rizek, trata dos fluxos urbanos dos entregadores de aplicativos na metrópole de São Paulo, para explorar empiricamente as condições em que esse trabalho é realizado na cidade. Argumenta que a dispersão de milhares de trabalhadores, ancorada por uma gestão algorítmica, somente é possível através de um controle incisivo do tempo, do território e do próprio trabalho. Discute a vulnerabilidade dos trabalhadores, as dinâmicas de (re)produção das desigualdades centro-periferia em uma modalidade de trabalho que se especializa sob gestão centralizada das empresas de plataforma.

Seguindo o tema da uberização, o artigo *Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo*, escrito por Bruno Siqueira Fernandes, Alessandro Peregalli e Thiago Canettieri, também aprecia as recentes transformações no mundo do trabalho nas metrópoles brasileiras, pela ótica do trabalho precário e baseado primariamente na circulação de mercadorias. O texto apresenta uma interpretação transescalar para esse fenômeno, utilizando a noção lefebvriana de níveis (G, M, P). Nesse sentido, os autores exploram a relação existente entre a crise do capital, a urbanização logística e a dimensão cotidiana do trabalho de entregadores de aplicativo. Defendem o argumento de que a viabilização da exploração de um trabalho hiperprecário só é possível a partir da produção de infraestruturas logísticas (físicas e digitais) que atuam como resposta ao aprofundamento da crise da “valorização do valor”.

Seguindo nesse sentido, a contribuição de Pedro Mendonça Castelo Branco e Sidney Jard da Silva, com o artigo *Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados*, passa por situar a uberização a partir das transformações do mundo do trabalho e de como ocorre o embate entre essas mudanças e a classe trabalhadora. Para os autores, a uberização do trabalho é mais uma etapa no processo de desconfiguração dos pactos sociais conformados no período fordista. Segundo eles, a estratégia de construção de “parceiros” possibilita a externalização de custos de capital fixo para uma multidão de trabalhadores precários e, também, a fuga das empresas da responsabilidade de garantir os direitos trabalhistas e as seguridades ocupacionais. Diante desse novo terreno de exploração do trabalho, que é impulsionado por grandes empresas transnacionais que operam para além dos limites nacionais e acumulam em escala global, são apresentadas, no artigo, várias iniciativas de organização dos uberizados, a partir de experiências internacionais e nacionais, à luz do conceito do sindicalismo de movimento social.

A dinâmica da sociedade de classes e seus enfrentamentos no contexto da precarização também podem ser vistos em outras dimensões. O trabalho de Ronaldo Gomes-Souza e Marcelo Claudio Tramontano, intitulado *Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais*, reflete criticamente sobre os processos de novas subjetivações e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais, destacando as empresas-aplicativo que oferecem serviços de táxi e entrega. Fazendo um panorama que se desloca do cenário internacional para o nacional, os autores observam que os trabalhadores uberizados enfrentam situações singulares de violências, no que diz respeito tanto à violência urbana em si, quanto a formas de violências das empresas-aplicativo que agravam os riscos psicossociais, a dignidade, a saúde e a qualidade de vida. Concluem que as práticas, a gestão e as contradições das empresas por aplicativo denotam a privação do direito à cidade e a captura da subjetividade dos trabalhadores.

Ainda enfrentando o tema da urberização, Eduardo Abramowicz Santos, no artigo *Moradia, trabalho e migração: uma ocupação sob ameaça de remoção*, analisa a relação entre deslocamento, moradia e trabalho numa ocupação localizada na região do Brás (São Paulo), organizada por migrantes latino-americanos e brasileiros. O autor ressalta que o entrelaçamento dessas dimensões constitui forma de produção do espaço e de organização territorial específicas e que há relação direta entre a informalidade do trabalho e da moradia.

Ainda no campo das alterações da dinâmica do trabalho e da subjetividade, o artigo *Espaços de "lazer" em ambientes de trabalho na "Sociedade de desempenho"*, de Simone Jubert e Lúcia Leitão, observa como a adoção e proliferação dos espaços de lazer relacionam-se com a apropriação, por parte do empregador, do tempo de não trabalho de seus empregados, mesmo quando esses espaços são percebidos como elementos inspiradores e benéficos. Partindo do conceito de "Sociedade disciplinar" de Foucault, mostram uma divisão orquestrada das representações de poder, de forma que a vigilância e o controle sobre os indivíduos sejam relevantes para criar corpos dóceis. Adotam o conceito de "Sociedade de desempenho" de Han, noção que, segundo as autoras, contribui para compreensão do fenômeno investigado, capaz de explicar como a exploração pode andar lado a lado com o sentimento de liberdade.

Fechando o dossiê, o artigo *Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa*, escrito por André Luiz Moscaleski Cavazzani, Rodrigo Otávio dos Santos e Luís Fernando Lopes, discute questões relativas às iniciativas de plataformização do trabalho docente no contexto atual. Consiste num esforço empírico de localização de plataformas digitais de ensino com a qual os autores mostram como é possível, por esse meio, aprofundar o uso de espaços domésticos, restringir o tempo de descanso e lazer e intensificar a precarização do trabalho docente.

Na sequência, o leitor encontrará um conjunto de textos sobre assuntos diversos da atualidade e que complementam ou mesmo ilustram o cenário sobre o qual a precarização do trabalho e a nova informalidade se instalam no território.

O artigo *Outra face da interação: coletivos de comunicação das periferias e o Estado*, de autoria de Mariana Fonseca e Debora Rezende de Almeida, traz à visibilidade formas de ação coletiva nas periferias urbanas do Brasil, chamando a atenção ao fato de elas serem pouco presentes nos estudos sobre participação no País. Ao mesmo tempo, o texto sugere uma interpretação histórico-processual para a compreensão de quem são esses atores e por que são reticentes à interação com o Estado. A partir da análise dos enquadramentos dos coletivos de comunicação das periferias durante um período crítico (a pandemia de covid-19), apresenta as visões deles, os atores, sobre si próprios e sobre o Estado. Tem por base a análise de conteúdo de 14.315 postagens nas páginas do Twitter e Facebook de 8 coletivos, de 4 regiões do País, e destaca como chaves analíticas o discurso "nóis por nóis" e a percepção da interação violenta com o Estado.

No artigo *A atuação estatal na produção da cidade informal: análise espacial em Florianópolis*, Pedro Jablinski Castelhana, Máira Mesquita Maciorowski e Elisa de Oliveira Beck testam, através do estudo de caso de Florianópolis, a tese de que o estado brasileiro tolera e fomenta as ocupações urbanas irregulares como resposta à sua própria incapacidade de prover habitação popular e de

garantir empregos que permitam a aquisição de habitação no mercado imobiliário. Os autores observaram irregularidades no município e dois indicativos de atuação municipal na sua consolidação: implementação de equipamentos comunitários e emissão de alvarás de construção. Verificaram que os alvarás de construção em ocupações irregulares são limitados somente por restrições registras, mas não pela existência ou não de propriedade da terra.

O artigo *Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção*, de autoria de Renato Abramowicz Santos, trata da produção do espaço urbano e do conflito a partir, sobretudo, da violência produzida pelo Estado. Tem como base empírica pesquisa etnográfica realizada no centro de São Paulo e toma as remoções como prisma descritivo e analítico. A força do Estado revela-se na realização de remoções, deslocamentos, destruição de territórios e de tecidos sociais longamente constituídos, assim como na produção de informalidade e mercados informais; está relacionada também com a articulação de redes e arranjos (habitacionais, inclusive) de defesa como respostas a essas violências. Observa, ainda, a mobilização e instrumentalização tática e situacional das tramas institucionais (políticas, jurídicas, urbanas), vendo como nessa movimentação conflitiva outros e novos repertórios e práticas são criados.

O artigo escrito por Luiz César de Queiroz Ribeiro, Igor Pouchain Matela e Nelson Diniz, intitulado *O urbano como antinacão: para entender a crise das metrópoles brasileiras*, propõe uma reflexão sobre as relações entre a retomada do projeto de desenvolvimento nacional e a efetivação de um programa de reforma urbana na atual fase da dependência do capitalismo brasileiro. Os autores entendem ser necessária uma compreensão mais abrangente da crise urbana brasileira, que ultrapasse a descrição de suas manifestações fenomenológicas. Nesse sentido, realizam uma análise do desenvolvimento e das contradições da ordem urbana a partir de escalas e horizontes mais amplos de investigação, considerando a forma de inserção internacional do País no sistema mundial capitalista, assim como as configurações atuais das relações de dependência. A conclusão dos autores ressalta que “o caráter antinacional do urbano no Brasil é radicalizado”.

Por sua vez, o artigo *Dois tempos do neoliberalismo brasileiro como governo das cidades*, escrito por André Dal’Bó da Costa, discute duas diferentes fases de aclimação do neoliberalismo no Brasil como prática de governo das cidades. A primeira, como progressismo neoliberal de centro-esquerda e, a segunda, como recente gestão autoritária, austera e militarizada do colapso social. O texto dialoga com os trabalhos de Christian Laval e Pierre Dardot, para situar o debate da transição entre duas expressões do neoliberalismo, primeiro como razão mundo, biopolítica ou racionalidade política e, segundo, como estratégia de guerra. Essas formas de governo foram observadas, através de recentes transformações nas práticas de governo das cidades, sobretudo por meio de exemplos dos últimos programas habitacionais vigentes no País, que implicam novo espraiamento segregatório das cidades e, conjuntamente, a reconfiguração dos conflitos e lutas sociais decorrentes de resistência pela permanência no espaço urbano, ambas as mudanças inseridas no presente contexto de alteração normativa estatal, mediada pela recente tendência de desregulamentação da legislação urbana, ambiental e territorial.

O artigo de Carlos Eduardo Martins, *Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo*, apresenta cinco grandes teses para entender a nova conjuntura mundial em que ingressam o capitalismo e a humanidade a partir de 2015-2020. Segundo o autor, esse período se caracteriza: 1) pela crise do modo de produção e da civilização capitalista; 2) pela crise terminal e pelo desmonte da hegemonia dos Estados Unidos e pela bifurcação geopolítica da economia mundial em um bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos e outro emergente centrado na China, na Rússia e sua ampliação para o Sul Global; 3) pela crise ideológica do liberalismo global e pela ascensão do fascismo e do socialismo como alternativas; 4) pela crise do padrão de acumulação neoliberal e pelo esgotamento da fase expansiva do Kondratieff iniciada em 1994; e, por fim, 5) indica, brevemente, os efeitos dessas tendências sobre a América Latina.

Finalizando este volume de Cadernos Metrópole, Elias Jabbour, Vítor Boa Nova e Javier Vadell, no artigo *“O caminho chinês”: desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo*, apresentam as categorias de “desenvolvimento desigual”, “projetamento” e “socialismo” como suportes fundamentais em uma análise de fundo sobre as reais razões explicativas do sucesso chinês. Reconhecem ser inúmeros os indicadores que demonstram a robustez e a resiliência do processo de desenvolvimento chinês ao longo das últimas décadas.

Maria do Livramento Miranda Clementino [I]  
Juliana Bacelar de Araújo [II]  
Beatriz Tamasso Mioto [III]  
*Organizadoras*

[I] <https://orcid.org/0000-0001-7972-4869>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto de Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN/Brasil.  
mlmclementino@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0002-0523-4231>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia. Natal, RN/Brasil.  
julianabacelardearaujo@gmail.com

[III] <https://orcid.org/0000-0001-7339-4192>

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Campinas, SP/Brasil.  
bea.mioto@gmail.com

## Referências

- ARAÚJO, J. B.; MIOTO, B. T.; TROVÃO, C. J. B. M.; VENTURA NETO, R. S. (2022). "As transformações no mercado de trabalho e a reforma urbana". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro, Letra Capital, v. 1, pp. 81-106.
- ABÍLIO, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, pp. 111-126.
- CACCIAMALI, M. C. (1999). "Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90". In: POSTHUMA, A. C. (org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília, OIT e MTE; São Paulo, Ed. 34.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. (2016). Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e da inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87.
- CLEMENTINO, M. L. M.; MIOTO, B. T.; ARAÚJO, J. B. (2021). "Desenvolvimento e a urbanização deplorável no Brasil pelas lentes de Wilson Cano". In: SANTOS, A. Q. et al. (orgs.). *Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, Abed, v. 1, pp. 265-288.
- FILGUEIRAS, V. A. (2019). "As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade". In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. (orgs.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas/SP, Curt Nimuendajú.
- FITOUSSI, J.; ROSANVALLON, P. (1997). *A nova era das desigualdades*. Oeiras, Celta.
- GROHMANN, R. (org.) (2021). *Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas*. São Paulo, Boitempo.
- KREIN, J. D.; PRONI, M. W. (2010). Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. *Série Trabalho Decente no Brasil: Documento de trabalho n. 4*. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, OIT.
- KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. (2011). Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. *Revista ABET*, v. 10, n. 2.
- KREIN, J. D.; MANZANO, M.; TEIXEIRA, M. (2022). Trabalho no Brasil: desafios e perspectivas. *Cadernos do Ceas*, v. 47, pp. 293-317.
- MARICATO, E. (2017). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis/RJ, Vozes.
- OLIVEIRA, R. V. (2021). "Sindicalismo brasileiro: que caminhos seguir?". In: FES. *Sindicato no Brasil: o que precisa mudar? Volume 2: Problemas atuais e desafios para a renovação sindical*.
- SANTOS, F. B. P.; STAMPA, I. (2017). Medidas recessivas sobre os direitos dos trabalhadores no Brasil: breve esboço histórico sobre ofensivas e resistências. *Revista Libertas*. Juiz de Fora, v. 17, n. 1, pp. 45-64.
- SOUZA, D. M.; TROVÃO, C. J. B. M.; SILVA, M. R.; MELO, J. W. F. (2021). Caracterização histórica do mercado de trabalho no Brasil: da consolidação à reforma trabalhista. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano XXIII, v. 2, n. 49, pp. 102-134.
- TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. (2020). Reforma trabalhista, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil até 2019. *RBEST: Revista brasileira de economia social e do trabalho*, v. 2, pp. 1-38.
- TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. (2021). Desigualdade multidimensional, insuficiência socioeconômica e concentração de renda no Brasil a partir de um olhar macrorregional. *Desenvolvimento em Debate*, v. 9, n.1, pp. 121-157.
- TROVÃO, C. J. B. M.; SUGIMOTO, T. N.; MIOTO, B. T. (2020). "A Região Metropolitana de São Paulo: desempenho e inserção regional no período de 2006 a 2016". In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. L. M. (orgs.). *Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*. Rio de Janeiro, Letra Capital.



# Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos

Socio-occupational structure of Brazilian metropolises: what changed and what remained the same in 40 years

Marcelo Gomes Ribeiro [1]

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da análise da estrutura sócio-ocupacional das principais metrópoles do Brasil, entre os anos de 1982 e 2021, focando em sua composição e no comportamento das desigualdades de renda. Buscamos responder às seguintes questões: "Que mudanças e/ou permanências ocorreram na composição da estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras?" e "Como as desigualdades de renda se apresentaram nessa estrutura sócio-ocupacional no período em análise?". Foram utilizados dados Pnad, de 1982, e PnadC, de 2021, do IBGE. Os principais resultados encontrados apontam para a manutenção de uma estrutura social representada pelo modelo piramidal, apesar de mudanças importantes ocorridas ao longo de 40 anos, e para a redução das desigualdades de renda.

**Palavras-chave:** estrutura social; desigualdades de renda; metrópoles.

## Abstract

*This article analyzes the socio-occupational structure of the main Brazilian metropolises between 1982 and 2021, focusing on their composition and on the behavior of income inequalities. We seek to answer the following questions: "What changed and what remained the same in the composition of the socio-occupational structure of Brazilian metropolises?" and "How did income inequalities appear in this socio-occupational structure in the period under analysis?" PNAD data from 1982 and PNADC data from 2021, provided by IBGE, were used. Although important changes occurred in the 40-year period, the study's main results point to the maintenance of a social structure represented by the pyramidal model and to a reduction in income inequalities.*

**Keywords:** social structure; income inequalities; metropolises



## Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da análise da estrutura sócio-ocupacional das principais metrópoles do Brasil, entre os anos de 1982 e 2021, focando em sua composição e no comportamento das desigualdades de renda. Para tanto, utilizamos a estrutura sócio-ocupacional elaborada e revista recentemente pelo Observatório das Metrópoles (Observatório, 2023), que é considerada uma representação da estrutura social, na medida em que busca definir as classes, as frações de classe e as categorias sócio-ocupacionais como expressão da posição que os agentes ocupam no espaço social (Bourdieu, 2008). Sob essa abordagem, definem-se as posições de classe construídas a partir da ocupação do mercado de trabalho, tendo em vista que essa variável (ocupação) é capaz de expressar posições distintas e relacionais no espaço social.

A análise do período de quatro décadas da estrutura sócio-ocupacional metropolitana brasileira é feita a partir das mudanças estruturais econômicas, bem como das societárias e políticas, que marcaram esse período. No começo dos anos 1980, já se apresentavam os sinais de esgotamento do processo de desenvolvimento econômico que havia configurado uma estrutura político-econômica de base urbano-industrial nas décadas anteriores e, ao mesmo tempo, anunciavam-se alguns dos conflitos sociais que seriam aprofundados nas décadas seguintes, a partir da reconfiguração da estrutura político-econômica que emergia e de sua base material de sustentação – urbana e de serviços. Passados quarenta anos, podemos avaliar as transformações ocorridas nesse período, especialmente a partir do processo de desindustrialização da estrutura produtiva

brasileira, das transformações da tecnologia da informação e da comunicação, da globalização, neoliberalização e financeirização do capitalismo contemporâneo.

No processo de intensa urbanização brasileira, ocorrido entre 1940 e 1980, conformou-se uma rede urbana com a presença de algumas metrópoles, que se configuraram como os espaços de concentração populacional devido a sua importância econômica e, por conseguinte, ao seu mercado de trabalho. Essas metrópoles eram os espaços de concentração das principais atividades produtivas industriais e das atividades de comando e dos serviços modernos, mas também de atividades econômicas informais, precárias e de baixa remuneração, constituindo uma estrutura social marcada por grandes desigualdades nesse período (Valle Silva, 2004). Nas últimas quatro décadas, o Brasil urbanizou-se ainda mais, fazendo avançar o processo de metropolização, diante das transformações estruturais ocorridas no capitalismo, em geral, e na estrutura econômica brasileira, em particular, reconfigurando a importância das metrópoles, que se tornaram mais estratégicas no mundo globalizado (Ribeiro e Rodrigues, 2019). Por conseguinte, a análise da estrutura social que nesses espaços tem se conformado e/ou reproduzido se torna muito relevante para a compreensão das transformações sociais do País.

Portanto, neste artigo, a fim de estabelecer uma análise da estrutura social, a partir da estrutura sócio-ocupacional supracitada, buscamos responder às seguintes questões: (1) que mudanças e/ou permanências ocorreram na composição da estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras? e (2) como as desigualdades de renda se apresentaram nessa estrutura sócio-ocupacional no período em análise?

Para a análise realizada neste artigo, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), de 1982, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), de 2021, ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estrutura sócio-ocupacional utilizada foi elaborada pelo Observatório das Metrópoles, a partir da variável ocupação do mercado de trabalho, buscando expressar as distintas posições existentes no espaço social (Observatório, 2023), por conseguinte expressão das posições de classe. A partir dela, será realizada, também, a análise das desigualdades de renda, considerando o rendimento do trabalho principal das pessoas de 14 anos de idade ou mais. Toda a análise é feita para o conjunto das principais metrópoles brasileiras,<sup>1</sup> considerando aquelas que têm disponibilidade de dados nos dois levantamentos utilizados.

O artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, será realizada uma discussão sobre estrutura social e desigualdades de renda, recuperando parte do debate internacional sobre esse tema e, também, do recente debate brasileiro. Na terceira seção, serão apresentados os aspectos teórico-conceituais que orientam a construção da estrutura sócio-ocupacional. Na quarta seção, serão apresentados os aspectos metodológicos para o estabelecimento da análise evolutiva entre 1982 e 2021, considerando as bases de dados utilizadas para cada um dos anos. Na quinta seção, serão apresentados e discutidos os resultados que buscam responder às perguntas elencadas acima, na perspectiva de elaboração de uma interpretação das mudanças/permanências da estrutura social das principais metrópoles

brasileiras. Na última seção, como considerações finais, serão sumarizados os principais resultados encontrados.

## Estrutura social nas últimas décadas

O processo de industrialização brasileira, ocorrido entre 1930 e 1980, foi o momento em que se difundiram as formas de produção capitalista em todos os setores de atividade econômica, mas ainda preservando formas pretéritas de produção ou de sobrevivência. Foi nesse período que se constituíram as ocupações modernas nos setores produtivos e de serviços, além da ampliação das ocupações tradicionais e de rotinas, que acompanharam esse dinamismo, e da constituição das classes médias (Valle Silva, 2004). Ao final desse período, encontrava-se nas principais metrópoles brasileiras um sistema de estratificação social mais complexo e diversificado em relação ao que havia existido até os anos de 1930.

A partir da década de 1980, ocorreu, na economia brasileira, o esgotamento da política de substituição de importação, que havia possibilitado o seu processo de industrialização. Num contexto de mudanças significativas que ocorria no capitalismo mundial, as políticas econômicas adotadas posteriormente no País se caracterizaram pela abertura comercial e financeira e pela estabilização monetária numa perspectiva econômica ortodoxa. Essas políticas contribuíram decisivamente para a perda de competitividade da indústria nacional, exigindo que as empresas estabelecessem um processo de reestruturação produtiva. A consequência

disso foi a redução dos postos de trabalho industriais – ou devido às mudanças nas forças produtivas que elevaram a produtividade do trabalho, ou devido à transferência de algumas atividades industriais para o setor de serviços – e o estabelecimento do processo de desindustrialização brasileiro.

Esse processo de desindustrialização decorrente da reestruturação produtiva foi associado aos efeitos da globalização do capitalismo,<sup>2</sup> tendo em vista os avanços ocorridos nas tecnologias da informação e comunicação, acelerando e intensificando os fluxos comerciais e financeiros entre os países do mundo. Nesse contexto do capitalismo mundial, surgiu o debate das chamadas cidades globais, que eram os espaços centrais de articulações entre as diversas economias, caracterizados pela concentração de atividades financeiras e de comando e controle da dinâmica econômica ocorrida em todo o planeta (Sassen, 2001). A constituição das cidades globais levaria, por sua vez, às mudanças de suas estruturas sociais, em que tenderia a prevalecer um tipo de estrutura mais dual, do tipo ampulheta, com a crescimento dos segmentos sociais de posições mais elevadas e dos segmentos sociais de posições inferiores da estrutura social, ao contrário de uma estrutura social piramidal,<sup>3</sup> característica do período anterior.

Esse debate também alimentou a discussão sobre as mudanças da estrutura social das metrópoles brasileiras, tendo em vista a inserção do País no processo de globalização a partir, principalmente, dos anos 1990, e das consequências do processo de desindustrialização decorrente da reestruturação produtiva, diminuindo a participação da atividade industrial por falência das unidades industriais ou por deslocamento para outras regiões do País.

Por um lado, buscava-se analisar se estava ocorrendo o surgimento de atividades financeiras e de comando e controle típicas das cidades globais nas principais metrópoles do País. Por outro lado, buscava-se compreender os efeitos do processo de desindustrialização para a estrutura econômica das metrópoles. Alguns resultados corroboravam a perspectiva das cidades globais, pelo aumento proporcionalmente mais elevado das posições superiores da estrutura social (Ribeiro e Lago, 2000 e Ribeiro e Ribeiro, 2015).

Apesar do avanço do processo de desindustrialização devido ao efeito-China – de ampliação das exportações de bens primários para esse país e de importação de produtos manufaturados – e à manutenção de políticas econômicas de desestímulo à competitividade das atividades industriais, o debate sobre a estrutura social ganhou novas conotações a partir dos anos 2000 (Cano, 2012). Com o crescimento econômico que passou a se constituir, baseado principalmente nas exportações de produtos primários, pelo aumento do gasto público e pelo aumento do consumo, verificou-se a expansão dos empregos no mercado de trabalho. Essa dinâmica de expansão do mercado de trabalho, associada à política de valorização do salário-mínimo e à política de transferência de renda para as famílias mais vulneráveis, contribuiu para que ocorresse no País redução das desigualdades de renda, tendo em vista o aumento de rendimento mais elevado dos segmentos de menor renda.

Nesse contexto econômico-social, Neri (2008) difundiu, no debate público e acadêmico, a ideia da constituição de uma nova classe média na sociedade brasileira. Essa nova classe média, também chamada de classe C, seria caracterizada pelo segmento intermediário

de renda da população, que ampliava sua capacidade de consumo de bens e serviços que antes estavam restritos à classe média tradicional. Em reação a essa perspectiva, outros trabalhos foram realizados no País em contestação a essa visão. Souza (2010) disse se tratar da existência de uma classe de trabalhadores, caracterizados como batalhadores, tendo em vista as duras condições a que esse segmento se submetia para a aquisição de renda e o baixo capital cultural que possuíam. Pochmann (2012) apontou que estava havendo a ampliação da classe trabalhadora, correspondente ao segmento social que ocupa a base da pirâmide social. Salata (2015), a partir de investigação sobre identidade e percepção de classe, demonstrou que as pessoas de posição intermediária de renda não se identificavam como classe média. Além disso, a percepção sobre classe média recaía sobre as pessoas de mais elevado poder socioeconômico.

Com a crise econômica ocorrida a partir de 2015 e seus efeitos sobre o mercado de trabalho, o debate sobre a constituição de uma nova classe média, praticamente, desapareceu. No lugar dessa discussão, voltou o debate do aumento da pobreza e da extrema pobreza e o recrudescimento das desigualdades de renda no País e, especialmente, em suas metrópoles. Esse debate foi ampliado com a ocorrência da pandemia da covid-19, que, ao desarticular as atividades econômicas devido à política de isolamento social, provocou elevação do desemprego e aumento das desigualdades de renda, da pobreza e da extrema pobreza. Além disso, evidenciaram-se as formas precárias de moradia existentes nas metrópoles do País, especialmente nos espaços de favela e nas periferias urbanas.

No entanto, a discussão realizada atualmente que recai sobre a estrutura social ocorre num contexto de transformações significativas, tendo em vista as mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo e as mudanças particulares da economia brasileira. O processo de financeirização do capitalismo, ao ser compreendido como um regime de acumulação sob domínio financeiro (Chesnais, 2002), caracteriza-se pela prevalência das finanças sobre os processos produtivos. Isso tem como consequência para um país periférico, como o Brasil, o estabelecimento de uma burguesia mais *rentista* que, propriamente, produtiva, em que seus ganhos passam a se orientar, principalmente, mais pela realização de aplicação financeira do que por investimentos produtivos. Isso, portanto, contribui demasiadamente para a intensificação do processo de desindustrialização da estrutura econômica brasileira.

Além disso, no capitalismo contemporâneo, novas dinâmicas produtivas e de circulação de mercadorias têm se constituído, com mudanças nos segmentos da logística e comercialização, por exemplo, e novas atividades têm se estabelecido em decorrência do processo de *plataformização*. A *plataformização* constitui-se a partir do surgimento e aperfeiçoamento da microeletrônica e da internet, o que culminou na inteligência artificial, no *big data*, na internet das coisas, estabelecendo plataformas digitais que reorganizam a dinâmica econômica e a vida social de maneira geral. Esse processo faz surgir novas ocupações no mercado de trabalho, controladas por empresas transnacionais por meio de plataformas digitais. Isso tem levado à discussão das novas formas de trabalho precarizados, também chamado de *uberização* (Antunes, 2020). É sob

esse contexto de mudanças estruturais que a análise da estrutura sócio-ocupacional será realizada neste trabalho.

## Estrutura social segundo o espaço social

A estrutura social das metrópoles brasileiras toma como referência a estrutura sócio-ocupacional elaborada e revista pelo Observatório das Metrópoles recentemente (Observatório, 2023), que foi originalmente desenvolvida para realizar a análise dos processos de segregação socioespacial metropolitana (Ribeiro e Ribeiro, 2013). Nesse sentido, a estrutura sócio-ocupacional, como estrutura de posições de classe, apresenta-se como representação da estrutura social, mesmo reconhecendo que a estrutura sócio-ocupacional não encerra todas as propriedades constituintes da estrutura social.

A construção da referida estrutura sócio-ocupacional assenta-se na abordagem teórica formulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu sobre o conceito de espaço social (Bourdieu, 2008). Esse conceito foi elaborado a partir do resultado de diversas pesquisas empíricas que o autor realizou sobre a realidade francesa, conjugando, por sua vez, diferentes procedimentos metodológicos, que permitiram a compreensão do modo como se estruturava a sociedade francesa da época dos estudos realizados. Assim, foi possível formular o conceito de espaço social como sendo multidimensional, constituído por diversas propriedades (profissão, raça, sexo, idade, bairro de residência, escolaridade etc.).

Apesar disso, foi identificado, por Bourdieu (ibid.), que havia três propriedades principais que conformariam o espaço social, podendo ser representado por meio de um plano cartesiano a partir das duas primeiras delas. A primeira propriedade (eixo vertical) dizia respeito ao volume global de capitais (cultural, econômico, social e político) que diferenciava os agentes ou grupos sociais. A segunda propriedade (eixo horizontal) referia-se à estrutura de capitais, que dizia respeito ao modo como os diferentes capitais se distribuíam entre os diferentes agentes ou grupos sociais, especialmente aqueles que eram mais decisivos como mecanismo de distinção social para a realidade francesa – capital cultural e capital econômico. A terceira dimensão era referida pela trajetória que os agentes ou grupos sociais realizavam no espaço social ao longo da vida, podendo ser ascendente, descendente ou de imobilidade social.

Vale ressaltar que, apesar da representação gráfica construída por meio dos eixos do volume global de capitais e da estrutura de capitais, a posição dos agentes ou grupos no espaço social configurava-se a partir do conjunto de propriedades identificadas pelo autor. Foi a partir do relacionamento desse conjunto de propriedades que se pôde formular o conceito de espaço social e, por conseguinte, representá-lo graficamente a partir daquelas propriedades principais conformadoras do espaço social francês.

Assim, foi possível realizar, por sua vez, a elaboração da definição de classe e de fração de classe a partir da posição ocupada pelos diversos agentes ou grupo no espaço social, tendo em vista que o espaço social se apresentava como um espaço relacional. Além disso,

considerava-se que os agentes ou grupos sociais que ocupavam posições semelhantes no espaço social tinham grande probabilidade de possuir estilos de vida, práticas sociais, gostos etc. semelhantes entre si e diferentes dos agentes ou grupos sociais que ocupavam

posições sociais distantes no espaço social. Portanto, posições sociais semelhantes eram, ao mesmo tempo, expressão de condições sociais, de disposições incorporadas (*habitus*) e de tomadas de posição semelhantes (ibid., 2008).

Quadro 1 – Classe, fração de classe e categorias sócio-ocupacionais

Classe	Fração de classe	Categorias sócio-ocupacionais
Classe Dominante	Classe dirigente	11,00 Grandes empregadores 12,00 Dirigentes do setor público 13,00 Dirigentes do setor privado
	Classe média-alta	21,00 Profissionais da medicina 22,00 Profissionais da engenharia e da arquitetura 23,00 Profissionais da gestão e dos negócios 24,00 Profissionais da tecnologia da informação 25,00 Professores universitários 26,00 Profissionais das ciências (naturais, sociais e humanas)
Classe Intermediária	Classe média-média	31,00 Pequenos empregadores 32,00 Profissionais da comunicação e das artes 33,00 Profissionais dos serviços pessoais ou sociais 34,00 Gerentes e supervisores 35,00 Agentes da administração e segurança públicas
	Classe média-baixa	41,00 Agentes comerciais 42,00 Técnicos em processos produtivos e de suporte 43,00 Técnicos e agentes da saúde 44,00 Agentes de capacitação 45,00 Trabalhadores do apoio administrativo 46,00 Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião
Classe Popular	Proletariado da indústria	51,00 Operários da indústria moderna 52,00 Operário da indústria tradicional
	Proletariado dos serviços	61,00 Trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas 62,00 Trabalhadores dos transportes de passageiros 63,00 Trabalhadores do comércio 64,00 Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção 65,00 Trabalhadores dos serviços de vigilância 66,00 Trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento 67,00 Trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal
	Proletariado da produção do ambiente construído	71,00 Operários da construção civil e dos serviços de utilidade pública
	Subproletariado	81,00 Trabalhadores dos serviços de entrega 82,00 Trabalhadores dos serviços de limpeza 83,00 Trabalhadores ambulantes 84,00 Trabalhadores domésticos
	Trabalhadores rurais	91,00 Trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura, etc.

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2023).

Nesse sentido, por meio do espaço social se poderia construir uma representação de estrutura de classes e das frações de classe que as constituem. Para Bourdieu (ibid.), através do volume global de capitais se poderia separar os diversos agentes ou grupos sociais em três classes: classe dominante, classe média e classe popular. A classe dominante definia-se pela elevada acumulação de capitais, constituindo-se, portanto, dos agentes sociais que dominavam o espaço social, como sendo aqueles agentes sociais com maior poder e *status* sociais. A classe média constituía-se como uma classe dotada de menor volume de capital em relação à classe dominante, mas com maior volume em relação à classe popular; trata-se, portanto, de uma classe intermediária. Apesar disso, a classe média apresentava estrutura de capitais semelhante à classe dominante e tendia a estabelecer estratégias que permitiam sua ascensão para a classe dominante. A classe popular definia-se como aquela de menor volume de capitais, ocupando posições de subordinação no espaço social, especialmente pelo domínio exercido pela classe dominante e, em menor medida, pela classe média. Por meio da estrutura de capitais, seria possível separar os agentes ou grupos sociais dentro de uma mesma classe, tendo em vista as diferentes composições de capitais que cada um deles possuía, sendo que alguns detinham mais capital cultural que capital econômico, outros mais capital econômico que cultural, e outros, ainda, apresentam relativo equilíbrio entre a quantidade de capital econômico e de capital cultural, podendo ser elevado ou reduzido.

Essas representações de classe e de frações de classe foram relacionadas a partir das diferentes profissões que os agentes sociais possuíam, o que levava a sua designação por

meio de terminologias que expressavam essa condição no mercado de trabalho, mas apresentando-se, em termos de frações de classe, como sendo grande burguesia, profissionais liberais, pequena burguesia, proletários etc.

Para a revisão e a elaboração da estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrôpoles (Observatório, 2023), considerou-se que a representação do espaço social elaborada por Bourdieu para a sociedade francesa serviria como expressão do espaço social brasileiro, especialmente no que se refere às suas metrópoles, principalmente pelo estabelecimento das três classes que conformam o espaço social: classe dominante, classe média e classe popular. Ao tomar essa representação de classe para a realidade das metrópoles brasileiras, buscou-se constituir as frações de classe a partir de uma estrutura sócio-ocupacional, composta por categorias sócio-ocupacionais (CAT) construídas segundo a ocupação do mercado de trabalho.

No entanto, essa construção da estrutura sócio-ocupacional considerou a particularidade da formação social do Brasil e de sua estrutura de classes para a definição das frações de classe e das próprias categorias sócio-ocupacionais.<sup>4</sup> Além disso, fez-se a partir da análise das transformações ocorridas na estrutura econômica brasileira (Ribeiro e Clementino, 2020) e no seu mercado de trabalho (Ribeiro e Aragão, 2020), tendo em vista o surgimento de novas ocupações, o desaparecimento de antigas e as mudanças de posição de algumas ocupações no espaço social. Assim, chegou-se à seguinte conformação da estrutura de classes: a classe dominante constituída pelas frações de classe da classe dirigente e da classe média-alta; a classe média (ou intermediária) constituída pelas frações de classe da classe média-média e da classe média-baixa; e a classe popular

constituída pelas frações de classe do proletariado da indústria, do proletariado dos serviços, do proletariado da produção do ambiente construído, do subproletariado e dos trabalhadores rurais. A composição das frações de classe segundo as categorias sócio-ocupacionais está ilustrada no Quadro 1.

Embora a formulação do conceito de espaço social seja feita a partir de múltiplas dimensões, como um conjunto de propriedades que o conforma, a estrutura sócio-ocupacional foi construída apenas pela variável ocupação do mercado de trabalho,<sup>5</sup> como representação da estrutura social. Desse modo, a perspectiva que utilizamos neste artigo se utiliza de uma estrutura sócio-ocupacional que é construída com base na concepção de espaço social de Bourdieu (2008) – conceito construído a partir de propriedades multidimensionais –, adaptada para a realidade brasileira contemporânea por meio da variável ocupação do mercado de trabalho.

## Aspectos metodológicos

Para a realização da análise da estrutura social das principais metrópoles brasileiras, no período de quatro décadas, utilizamos dados de pesquisas domiciliares produzidas pelo IBGE, tendo em vista que somente essas pesquisas possuem o escopo necessário do ponto de vista espacial, temporal e das características das variáveis utilizadas. Porém, para que esta análise pudesse ser feita, foi necessário realizar algumas adaptações que permitissem compatibilizar o objeto empírico entre as pesquisas de 1982 e de 2021, as quais descrevemos abaixo.

O IBGE, desde que foi criado, em 1938, é o órgão estatal do País responsável pela realização do censo demográfico brasileiro, que se constitui a maior pesquisa domiciliar do Brasil (Livi-Bacci, 2002). No entanto, desde o final dos anos 1960, o IBGE passou a realizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que também é pesquisa domiciliar, ao lado de tantas outras, como era a Pesquisa Mensal de Empregos (PME). A Pnad era uma pesquisa domiciliar realizada anualmente, com exceção dos anos em que ocorria o censo demográfico, por apresentar praticamente os mesmos dados desse levantamento. Porém, a Pnad, sendo um levantamento amostral, só disponibilizava dados para a abrangência nacional, das unidades da federação e de nove regiões metropolitanas do País. Não havia, portanto, a possibilidade de realização de análise municipal ou mesmo intraurbana a partir dessa pesquisa, o que somente poderia ser feito por meio dos dados do censo demográfico. A Pnad existiu até 2015, quando foi substituída pela PnadC (Pnad Contínua).

A PnadC é resultado da junção da Pnad com a PME, que era realizada mensalmente, mas com dados para apenas seis regiões metropolitanas do País. A PnadC significou um grande aperfeiçoamento do levantamento de dados realizado pelo IBGE, porque foi desenhada para que cada domicílio sorteado fosse pesquisado por cinco rodadas trimestralmente. Como, em cada mês, há um conjunto de domicílios amostrados, na prática todos os meses do ano há domicílios sendo investigados. Isso tem como consequência que a PnadC possui três tipos de bases de dados: mensal, trimestral e anual. Além disso, a abrangência espacial da PnadC também se ampliou, passando a

divulgar dados para 20 regiões metropolitanas do País<sup>6</sup> – aquelas que têm como núcleo uma capital de estado – e para todos os municípios que são capitais de estados do País.

Como pode-se observar, apesar de serem pesquisas domiciliares amostrais, o desenho de investigação de cada uma delas é muito diferente. A Pnad realizava levantamento de dados tendo como referência o mês de setembro de cada ano. A base anual da PnadC é constituída por dados levantados mensalmente de cada uma das visitas aos domicílios realizadas. Somente as bases anuais da primeira e da quinta visitas possuem dados referentes às ocupações no mercado de trabalho. E, para o ano de 2021, o IBGE só divulgou a base anual da quinta visita, motivo pelo qual foi esta a utilizada. Embora haja essas diferenças, consideramos possível realizar a comparação da estrutura social nesse período utilizando-se dessas duas pesquisas, como demonstraremos abaixo.

A escolha dos anos de 1982 e de 2021 para a realização da análise decorreu do fato de a análise estrutural ser mais bem apreendida se considerado um período mais amplo. Assim, consideraram-se as transformações mais significativas ocorridas no Brasil nas últimas décadas, que têm, no começo dos anos de 1980, o marco do esgotamento do processo de desenvolvimento econômico assentado no processo de industrialização, a partir da política de substituição de importações, e, por conseguinte, da emergência das condições que marcaram o período posterior. Especificamente, a escolha de 1982 deu-se pela existência nessa pesquisa de todas as variáveis que seriam utilizadas para a realização da análise que pretendíamos.<sup>7</sup> O ano de 2021 foi escolhido por ser a base de dados que retrata o período mais recente de nossa investigação.

Como já foi apresentado, na Pnad, os dados são disponibilizados para todo o País, para as unidades da federação e para nove regiões metropolitanas. Na PnadC, os dados são disponibilizados para todo o País, para as unidades da federação e para 20 regiões metropolitanas. Para a realização da análise pretendida, foi necessário compatibilizar a abrangência espacial, de modo a podermos verificar processos sociais de mudança ou de permanência no período considerado para o mesmo espaço geográfico. Sendo assim, foi considerado, nos dois anos, as seguintes regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Curitiba e Porto Alegre. Também foram incorporados os dados de Brasília, correspondentes ao Distrito Federal. A análise realizada foi feita para o conjunto dessas nove regiões metropolitanas e do Distrito Federal, as quais consideramos as principais metrópoles do País.

Apesar de região metropolitana e metrópole serem conceitualmente diferente, principalmente no Brasil, tendo em vista que a primeira decorre da institucionalização de um conjunto de municípios por meio de lei e a segunda expressa um espaço de integração territorial, populacional e econômico, com papel de comando em atividades empresariais e de gestão pública, que influencia outras cidades da rede urbana do País, como destacado pelo Regic/IBGE (2020), essas 9 primeiras regiões metropolitanas mencionadas correspondem exatamente às primeiras metrópoles existentes no país, tendo aqui incorporado Brasília que se tornou também uma metrópole. E como os dados da Pnad ou da PnadC referidas a esses espaços não designam exatamente quais são os municípios selecionados para a coleta de dados, consideramos que sejam os mais

importante na sua conformação, o que corresponderiam aos espaços denominados como metropolitano.

A escolha pela análise de conjunto desses espaços decorreu do fato de utilizarmos uma estrutura sócio-ocupacional constituída por 35 categorias para aplicação em pesquisas amostrais, como são a Pnad e a PnadC. Como os dados utilizados decorrem de expansão amostral para representação de toda a população, consideramos que haveria menor erro amostral na análise de conjunto das metrópoles do que em análise específica de cada uma delas ou mesmo a partir de análise comparativa.

Na medida em que a estrutura sócio-ocupacional que utilizamos foi elaborada considerando-se o conjunto de transformações econômicas e do mercado de trabalho das últimas décadas, para a realização da análise evolutiva, entre 1982 e 2021, foi necessário realizar a compatibilização das ocupações do mercado de trabalho apresentada pelas classificações ocupacionais de cada levantamento.

A classificação ocupacional utilizada pelo IBGE, em 1982, era diferente da utilizada em 2021. A estrutura sócio-ocupacional que utilizamos foi construída a partir do censo demográfico de 2010, que possui a mesma classificação ocupacional existente na PnadC, o que tornou muito simples a realização de sua adaptação. Porém, como em 1982 utilizava-se outra classificação ocupacional, foi necessário estabelecer a compatibilização das ocupações para a nova estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles. Esse esforço de compatibilização foi feito seguindo os critérios utilizados para essa nova estrutura sócio-ocupacional. De todo modo, não se tratou de compatibilização das classificações ocupacionais existentes em cada pesquisa, mas da

compatibilização de cada uma dessas classificações à estrutura sócio-ocupacional. Ou seja, tratou-se de uma adaptação conceitual, pois se baseou na concepção do que representam as ocupações em termos de posição social e, portanto, de enquadramento em cada categoria sócio-ocupacional, motivo pelo qual se justifica a própria realização de pesquisa comparada a partir de bases de dados que são resultado de desenhos amostrais diferentes.

A consequência desse procedimento é que a análise comparativa e evolutiva é feita sob o olhar da estrutura sócio-ocupacional construída para o momento atual. Julgamos que esse procedimento seria mais adequado do que comparar diferentes estruturas sócio-ocupacionais – uma para 1982 e outra para 2021 –, porque estaríamos comparando categorias de representação social construídas sob critérios distintos, o que não faria sentido em termos comparativos para o objetivo que possuímos.

Para a análise das desigualdades de renda da estrutura social, foi utilizado o rendimento do trabalho principal, existente em ambas as bases de dados. Para a utilização dessa variável, foram retiradas da análise as pessoas que não possuíam informação de rendimento, o que permitiu calcular o rendimento médio das pessoas com rendimentos zero e positivo. Os dados de rendimento de 1982 foram deflacionados<sup>8</sup> para o mês de dezembro de 2021. A partir disso, foi possível realizar a análise das diferenças de rendimento médio entre as categorias conjugadas e entre os anos analisados. Porém, para a demarcação da análise de desigualdade de renda, foi realizada para cada ano a razão de rendimento médio de cada categoria conjugada em relação ao rendimento médio dos trabalhadores domésticos, por

se tratar da categoria sócio-ocupacional que apresenta o menor nível de rendimento em ambos os anos analisados.

Na Pnad em geral, a divulgação dos dados da população economicamente ativa, da qual a população ocupada é contida, era para pessoas de 10 anos de idade ou mais, tendo em vista que historicamente, no Brasil, crianças e adolescentes se inseriam cedo no mercado de trabalho. Porém, na PnadC, a divulgação sempre foi para as pessoas de 14 anos de idade ou mais, pois essa situação de trabalho infantil foi reduzida substancialmente no País, apesar de ainda haver crianças e adolescentes no mercado de trabalho. A fim de estabelecermos a comparação entre os anos, foram consideradas as pessoas de 14 anos ou mais de idade na análise que realizamos.

## Análise dos resultados

### *Composição da estrutura sócio-ocupacional*

Em 40 anos, a composição da estrutura sócio-ocupacional das principais metrópoles do País apresentou mudanças importantes. Apesar de essas mudanças terem ocorrido com o aumento da população ocupada que dobrou no período – passando de 14,3 milhões, em 1982, para 28,6 milhões, em 2021 –, a sua participação relativa na população ocupada do País se manteve – era de 32,9% e passou a ser de 32,5%. A manutenção dessa participação relativa significa que as metrópoles acompanharam o crescimento populacional ocorrido no Brasil e mantiveram seu peso no mercado de trabalho do País. Portanto, o efeito do crescimento demográfico precisa ser relativizado para podermos analisar as mudanças na composição

da estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras – e, também, suas permanências –, a partir da análise de suas frações de classe e das categorias sócio-ocupacionais, conforme disposto na Tabela 1.

No período de quatro décadas, sob o ponto de vista de sua composição, a estrutura sócio-ocupacional permaneceu representada por uma estrutura piramidal, mesmo tendo ocorrido o comportamento de maior afinamento na base da pirâmide e de crescimento no meio e no topo dela. Apesar da redução observada na participação da Classe Popular – que era de 63,5%, em 1982 –, essa classe ainda representou mais de 50% das pessoas ocupadas no mercado de trabalho, em 2021. A redução na participação da Classe Popular deu-se com aumento de 29,2% para 35,5% da Classe Intermediária e de 7,3% para 12,3% da Classe Dominante. Portanto, embora o conjunto das categorias de trabalhadores manuais continue a ser maior numericamente na composição da estrutura sócio-ocupacional, tem havido expressivo aumento das categorias de trabalhadores caracterizados pelo trabalho não manual, ou seja, aquelas de maior exigência de escolaridade e/ou de qualificação para o seu exercício.

A redução da participação da Classe Popular aconteceu com comportamentos contrários entre as frações de classe que a constituíram. Enquanto houve redução na participação do Proletariado da indústria, do Proletariado da produção do ambiente construído, do Subproletariado e dos Trabalhadores rurais, ocorreu aumento da participação do Proletariado dos serviços. Esta última fração de classe ampliou sua participação na estrutura sócio-ocupacional de 17,4%, em 1982, para 25,3%, em 2021, quase triplicando o número de pessoas ocupadas (de 2,5 milhões para 7,2 milhões).

Tabela 1 – Brasil metropolitano<sup>1</sup>: frequência absoluta e relativa das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade segundo as frações de classe e as categorias sócio-ocupacionais – 1982 e 2021

Fração de classe / categorias sócio-ocupacionais	Frequência – 1982		Frequência – 2021	
	N	%	N	%
<b>1,00 Classe dirigente</b>	<b>641.212</b>	<b>4,5</b>	<b>1.104.767</b>	<b>3,9</b>
11,00 Grandes empregadores	251.319	1,8	385.604	1,3
12,00 Dirigentes do setor público	164.513	1,1	172.600	0,6
13,00 Dirigentes do setor privado	225.380	1,6	546.562	1,9
<b>2,00 Classe média-alta</b>	<b>410.109</b>	<b>2,9</b>	<b>2.416.513</b>	<b>8,4</b>
21,00 Profissionais da medicina	65.762	0,5	229.901	0,8
22,00 Profissionais da engenharia e da arquitetura	96.386	0,7	318.794	1,1
23,00 Profissionais da gestão e dos negócios	148.558	1,0	1.280.619	4,5
24,00 Profissionais da tecnologia da informação	42.501	0,3	369.738	1,3
25,00 Professores universitários	27.470	0,2	123.176	0,4
26,00 Profissionais das ciências (naturais, sociais e humanas)	29.432	0,2	94.284	0,3
<b>3,00 Classe média-média</b>	<b>1.544.861</b>	<b>10,8</b>	<b>4.209.784</b>	<b>14,7</b>
31,00 Pequenos empregadores	280.531	2,0	853.722	3,0
32,00 Profissionais da comunicação e das artes	143.969	1,0	371.655	1,3
33,00 Profissionais dos serviços pessoais ou sociais	403.588	2,8	1.671.696	5,8
34,00 Gerentes e supervisores	349.980	2,4	609.970	2,1
35,00 Agentes da administração e segurança públicas	366.793	2,6	702.741	2,5
<b>4,00 Classe média-baixa</b>	<b>2.634.359</b>	<b>18,4</b>	<b>5.950.084</b>	<b>20,8</b>
41,00 Agentes comerciais	140.973	1,0	708.022	2,5
42,00 Técnicos em processos produtivos e de suporte	137.655	1,0	772.771	2,7
43,00 Técnicos e agentes da saúde	206.853	1,4	758.106	2,6
44,00 Agentes de capacitação	84.807	0,6	210.758	0,7
45,00 Trabalhadores do apoio administrativo	1.984.795	13,8	3.079.016	10,8
46,00 Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião	79.276	0,6	421.411	1,5
<b>5,00 Proletariado da indústria</b>	<b>2.601.531</b>	<b>18,1</b>	<b>2.215.947</b>	<b>7,7</b>
51,00 Operários da indústria moderna	1.433.456	10,0	1.134.625	4,0
52,00 Operário da indústria tradicional	1.168.075	8,1	1.081.322	3,8
<b>6,00 Proletariado dos serviços</b>	<b>2.500.071</b>	<b>17,4</b>	<b>7.232.549</b>	<b>25,3</b>
61,00 Trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas	246.665	1,7	910.119	3,2
62,00 Trabalhadores dos transportes de passageiros	283.627	2,0	781.336	2,7
63,00 Trabalhadores do comércio	1.071.571	7,5	2.618.958	9,1
64,00 Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção	198.358	1,4	237.001	0,8
65,00 Trabalhadores dos serviços de vigilância	234.619	1,6	454.059	1,6
66,00 Trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento	318.498	2,2	861.489	3,0
67,00 Trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal	146.733	1,0	1.369.586	4,8
<b>7,00 Proletariado da produção do ambiente construído</b>	<b>1.255.111</b>	<b>8,8</b>	<b>1.830.332</b>	<b>6,4</b>
71,00 Operários da construção civil e dos serviços de utilidade pública	1.255.111	8,8	1.830.332	6,4
<b>8,00 Subproletariado</b>	<b>2.525.347</b>	<b>17,6</b>	<b>3.390.946</b>	<b>11,8</b>
81,00 Trabalhadores dos serviços de entrega	162.147	1,1	310.550	1,1
82,00 Trabalhadores dos serviços de limpeza	747.808	5,2	1.357.896	4,7
83,00 Trabalhadores ambulantes	483.205	3,4	630.146	2,2
84,00 Trabalhadores domésticos	1.132.187	7,9	1.092.354	3,8
<b>9,00 Trabalhadores rurais</b>	<b>223.548</b>	<b>1,6</b>	<b>286.163</b>	<b>1,0</b>
91,00 Trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura etc.	223.548	1,6	286.163	1,0
<b>Total</b>	<b>14.336.149</b>	<b>100,0</b>	<b>28.637.084</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (1982) e IBGE (2021).

Notas: (1) Brasil metropolitano: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Brasília.

Das demais frações de classe que apresentaram redução de sua participação, somente o Proletariado da indústria decorreu de redução absoluta do número de pessoas ocupadas (era 2,6 milhões, em 1982, e passou a ser 2,2 milhões, em 2021), o que resultou numa queda de sua participação de 18,1% para 7,7%. A redução da participação das demais frações de classe ocorreu com aumento do número absoluto de pessoas ocupadas.

A Classe Intermediária apresentou crescimento na participação da estrutura sócio-ocupacional tanto da Classe média-baixa quanto da Classe média-média, passando a corresponder a pouco mais de um terço da população ocupada do conjunto das metrópoles. O aumento da participação da Classe média-média foi mais elevado – aumento de 3,9 pontos percentuais (pp.) –, devido ao crescimento importante ocorrido entre os Profissionais dos serviços pessoais e sociais (de 3 pp.). Na Classe média-baixa, o crescimento de 2,4 pp. foi puxado, principalmente, pelos Técnicos em processos produtivos e de suporte (+1,7 pp.), Agentes comerciais (+1,5 pp.) e Técnicos e agentes de saúde (+1,2 pp.), que compensaram a queda relativa dos Trabalhadores do apoio administrativo (-3,1%), que, mesmo assim, ainda continuaram a apresentar a maior participação na estrutura sócio-ocupacional (10,8%). Apesar de crescimento positivo pequeno, ou mesmo de redução relativa, todas as demais categorias sócio-ocupacionais da Classe média-média e da Classe média-baixa tiveram crescimento absoluto no número de pessoas ocupadas.

O crescimento na participação da estrutura sócio-ocupacional observado da Classe Dominante foi devido ao expressivo aumento apresentado pela Classe média-alta (+5,6 pp.), tendo em vista que a Classe Dirigente

apresentou pequena redução relativa na sua participação (-0,6 pp.). Essa redução da Classe Dirigente decorreu de queda relativa dos Grandes empregadores (-0,4 pp.) e dos Dirigentes do setor público (-0,5 pp.), pois houve aumento dos Dirigentes do setor privado (+0,3 pp.). Na Classe média-alta, todas as categorias aumentaram sua participação na estrutura sócio-ocupacional, com destaque, principalmente, para os Profissionais da gestão e dos negócios (+3,4 pp.) e para os Profissionais da tecnologia da informação (+1 pp.).

Nesse sentido, ao afirmarmos que a estrutura social das principais metrópoles brasileiras continua sendo representada por um modelo piramidal, apesar dos processos de mudanças que têm provocado maior afunilamento de sua base e crescimento no meio e no topo dessa pirâmide, procuramos elucidar em maior detalhe os processos de mudança e de permanência ocorridos nos últimos 40 anos.

O afunilamento da base da estrutura social pode ser explicado, principalmente, pelo processo de desindustrialização da economia brasileira, que tinha nas metrópoles a sua principal localização. Uma evidência desse fato decorre da redução do Proletariado da indústria, que foi a única fração de classe que, ao mesmo tempo, diminuiu relativa e absolutamente o número de ocupados entre 1982 e 2021. A redução absoluta dos Operários da indústria é demonstração de que o processo de desindustrialização tem ocorrido com o fechamento de postos de trabalho, provavelmente devido ao fechamento de plantas industriais.

O processo de desindustrialização, quando se deu explicado pela reestruturação produtiva, significou também a transferência de postos de trabalho da indústria para o setor de serviços, principalmente daquelas ocupações que

podem ser contratadas pelas firmas industriais de empresas terceirizadas. Isso pode ajudar a explicar o expressivo aumento do Proletariado dos serviços, principalmente nas categorias dos Trabalhadores do transporte de carga e logística e dos Trabalhadores dos serviços de vigilância, mas, também, na dos Trabalhadores dos serviços de limpeza, que integra o Subproletariado.

Outra evidência da redução da base da estrutura social é observada pela diminuição relativa e absoluta do número de ocupados dos Trabalhadores domésticos. Apesar de a redução absoluta ter sido de apenas 3,5%, ela contribuiu para que sua participação na estrutura sócio-ocupacional caísse pela metade. Isso significou, portanto, estagnação do número de postos de trabalho dessa categoria no período de 40 anos. Esse fato pode ser explicado por mudanças culturais na sociedade brasileira, em que o trabalho doméstico tem deixado de ser realizado pela contratação de empregadas, ou pela redução do nível de renda de parcela das classes médias, que sempre se configuraram como seus principais empregadores.

De todo modo, há que se considerar o expressivo aumento do Proletariado dos serviços, que quase triplicou em 40 anos, passando a representar um quarto de toda a população ocupada das metrópoles. Por esse motivo, o afinilamento da base da estrutura social não é maior. Esse crescimento, que em parte é explicado pela desindustrialização, pode também buscar explicação em mudanças demográficas e culturais ocorridas na sociedade de brasileira, o que fez surgir novas ocupações ou o aumento de algumas das já existentes. Este é o caso das ocupações que integram a categoria dos Trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal. Nessa categoria, encontram-se os serviços de cabeleireiro, manicure, pedicure,

etc. que se ampliaram com o aumento populacional, mas também com mudanças nos hábitos da população, com a elevação do número de pessoas no acesso a esses serviços, assim como com a incorporação do público masculino. Também integra aquela categoria os serviços do cuidado, que correspondem às ocupações tanto de cuidado de crianças quanto do cuidado de idosos. Este último tipo de ocupação é típico das mudanças demográficas, que têm se caracterizado pelo aumento do envelhecimento populacional.

As mudanças dos processos produtivos associadas às novas tecnologias da informação e comunicação podem contribuir com a explicação do aumento do número de ocupados nas categorias dos Trabalhadores dos transportes de cargas e logística, dos Trabalhadores dos transportes de passageiro, dos Trabalhadores do comércio e dos Trabalhadores dos serviços de alojamento e alimentação, que fazem parte do Proletariado dos serviços, mas, também, da categoria dos Trabalhadores dos serviços de entrega, que integra o Subproletariado. Estas talvez sejam as categorias sócio-ocupacionais, caracterizadas pelo trabalho manual, que mais têm sofrido os efeitos do processo de plataformação no capitalismo e se traduzem em processos de precarização do trabalho ou de *uberização*.

Embora tenha havido redução da participação relativa, as categorias dos Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção e dos Trabalhadores ambulantes apresentaram crescimento absoluto. Essas categorias, que se constituíram no processo de urbanização brasileira, quando ocorreu sua industrialização, ainda continuam tendo importância no mercado de trabalho das principais metrópoles do País. Em grande medida, caracterizadas

como ocupações informais e precárias, o seu crescimento absoluto evidencia a manutenção e a persistência de formas pretéritas do trabalho precário.

O crescimento no meio e no topo da estrutura social demonstra que o modelo em que ela tem se configurado não é do tipo ampulheta, tendo em vista que o aumento da participação da Classe Intermediária na composição da estrutura sócio-ocupacional foi em proporção superior ao aumento da Classe Dominante. Ao contrário da representação de estrutura social referida às cidades globais (Sassen, 2001) e que havia sido constatado para algumas metrópoles brasileiras a partir de uma estrutura sócio-ocupacional construída antes das transformações estruturais da economia (Ribeiro e Lago, 2000 e Ribeiro e Ribeiro, 2015), a análise evidencia que o segmento intermediário continua a ser expressivo, além de ampliar a sua importância, na estrutura social das principais metrópoles do País.

A categoria dos Técnicos em processos produtivos e de suporte foi a que apresentou o maior crescimento proporcional na Classe média-baixa. Esse crescimento pode ser em parte explicado pela reestruturação produtiva que ocorreu nas indústrias de transformação, que, ao modificar sua composição de capital, passaram a requerer mão de obra de maior qualificação. Também, pode ter sido decorrente da expansão da indústria extrativa, principalmente aquela vinculada ao setor de petróleo e gás, em que sua mão de obra tende a ser de maior qualificação. Ainda pode ser decorrente do processo de mecanização da produção agrícola do País, que passa a requerer trabalho técnico mais especializado. Ou ainda pela ampliação das atividades que são expressão das novas tecnologias da comunicação e informação.

Todos esses tipos de ocupações estão contidos naquela categoria sócio-ocupacional, o que dificulta a sua interpretação. De todo modo, constata-se que a estrutura produtiva contemporânea tem exigido, cada vez mais, trabalho técnico, especializado e qualificado.

As demais categorias sócio-ocupacionais da Classe média-baixa também apresentaram crescimento relativo e absoluto de pessoas ocupadas, no período de 40 anos. Por suas características, parece evidente que esse crescimento se deu devido à própria ampliação da estrutura econômica – Agentes comerciais e Trabalhadores do apoio administrativo e Agentes de capacitação – e, também, do crescimento populacional – Técnicos e agentes de saúde e Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião. Apesar de os trabalhadores do Apoio Administrativo terem aumentado em mais de 1 milhão o número de ocupados, sua participação na estrutura sócio-ocupacional diminuiu, ainda que tenha preservado a maior participação entre todas as categorias sócio-ocupacionais.

O elevado crescimento da participação dos Profissionais dos serviços pessoais e sociais, que integram a Classe média-média, evidenciam o aumento de ocupações profissionais vinculadas aos serviços do cuidado, como são os profissionais da enfermagem, da psicologia ou do serviço social, por exemplo. O aumento desses profissionais deve decorrer de variadas transformações que têm ocorrido na sociedade, principalmente aquelas de ordem demográfica, cultural e, mesmo, econômica, que afetam as condições de saúde, sociais e emocionais das pessoas em geral.

As demais categorias sócio-ocupacionais da Classe média-média estão vinculadas às atividades de comando ou de controle da

estrutura econômica (pública ou privada) – Pequenos empregadores, Gerentes e supervisores e Agentes da administração e segurança públicas – ou às atividades artísticas e de comunicação. O crescimento expressivo dos Pequenos empregadores é digno de nota, porque expressa o aumento de um tipo de ocupação em que as pessoas buscam ser patrão de si mesmos, além de se tornarem empregadores. Esse comportamento sempre esteve presente na sociedade brasileira desde a abolição da escravidão (Cardoso, 2010) e hoje é ressignificado por meio da ideologia do empreendedorismo. Evidentemente, a análise dessa ideologia não se aplica apenas aos pequenos empregadores, mas eles tendem a ser expressão de sua ocorrência.

Os aumentos mais elevados que ocorreram na Classe média-alta se deram nas categorias dos Profissionais da tecnologia da informação e dos Profissionais da gestão e dos negócios. Essas categorias são expressivas das mudanças societárias e produtivas de incorporação das tecnologias modernas e que exigem grau elevado de qualificação, assim como do aprofundamento de uma nova estrutura econômica, que se baseia em profissões voltadas para a gestão, o planejamento, o controle e comando, típicas das cidades globais. Isso significa que o fato de a estrutura social por aqui, nas metrópoles da periferia do capitalismo, não tem se configurado como ampulheta, não quer dizer que as profissões características das cidades globais não tenham se desenvolvido e ampliado. E essa ampliação deve decorrer do aprofundamento de uma economia cada vez mais urbana e de serviços.

Muitas das ocupações que compõem a categoria dos Profissionais da gestão e dos negócios já existiam antes das transformações

que aconteceram nas últimas quatro décadas, porém o seu elevado crescimento relativo e absoluto torna evidente o aprofundamento dessa economia urbana e de serviços. Sustenta ainda mais esse argumento o fato de ter havido também importante crescimento dos Professores universitários, apesar de ainda ser uma categoria com pequena participação na estrutura sócio-ocupacional. De todo modo, o fato de ter mais que quadruplicado o número de pessoas ocupadas evidencia a importância que têm tomado a formação de profissionais e a geração de conhecimento na sociedade.

As demais categorias sócio-ocupacionais da Classe média-alta – Profissionais da medicina, Profissionais da engenharia e arquitetura e Profissionais das ciências – são constituídas por profissões tradicionais, apesar de ter ocorrido maior diversificação e especialização na formação de engenheiros e também de médicos. De modo geral, elas representam posições sociais elevadas na estrutura social e se ampliaram nas últimas quatro décadas decorrentes do próprio processo de expansão das atividades econômicas e do crescimento populacional das metrópoles do País.

Na Classe Dirigente, é expressivo o crescimento dos Dirigentes do setor privado, categoria que mais do que dobrou nas últimas quatro décadas, como decorrente da expansão da estrutura econômica. Algo semelhante aconteceu com os Grandes empregadores, tendo em vista que seu crescimento foi de praticamente a metade de quatro décadas atrás. Porém, o baixo crescimento dos Dirigentes do Setor Público pode ser explicado pelo estabelecimento de uma organização do setor público baseada em contratação de empresas terceirizadas e de pequena realização de concursos públicos, como se buscou adotar no País desde a realização

de sua Reforma Administrativa dos anos 1990, em que se procurava implantar a concepção do estado mínimo.

Como vimos, a composição da estrutura sócio-ocupacional das principais metrópoles brasileiras tem se tornado mais diversificada, principalmente, com a ampliação de categorias que ocupam posições intermediárias e superiores da estrutura social, apesar de ainda prevalecer uma representação piramidal dessa estrutura. Como essas mudanças têm se traduzido nas desigualdades de renda? É o que veremos agora.

#### *Estrutura sócio-ocupacional e desigualdades de renda*

Observamos que praticamente não houve alteração nos rendimentos médio e mediano da população ocupada no mercado de trabalho, no período de 40 anos. O rendimento médio do trabalho principal do conjunto das pessoas ocupadas era, em 1982, de R\$2.951,72 e passou a ser, em 2021, de R\$3.025,12, uma elevação de apenas R\$73,40. Já o rendimento mediano aumentou R\$58,79, pois passou de R\$1.641,21 para R\$1.700,00, no mesmo período, conforme ilustrado na Tabela 2. O rendimento médio se demonstrar superior ao rendimento mediano e em magnitudes semelhantes significa que as desigualdades de renda se apresentaram com mais da metade das pessoas ocupadas ganhando valor inferior ao rendimento médio. Em outras palavras, trata-se de uma estrutura de desigualdades em que uma menor parcela das pessoas ocupadas tem níveis de remuneração elevados (acima da média), ao contrário da maior parcela que possui níveis de remuneração mais baixos.

De modo geral, quando se consideram as frações de classe, apesar das mudanças nos rendimentos médios e medianos de algumas delas, a estrutura de desigualdades de renda, praticamente, manteve-se entre 1982 e 2021. As mudanças mais significativas ocorreram com a redução dos rendimentos médios e medianos da Classe média-alta e da Classe média-baixa, o que mostra apenas perda de renda interna em cada grupo, e aumento do rendimento médio e manutenção do rendimento mediano da Classe média-média, demonstrando aumento das desigualdades internas. Também ocorreu redução do rendimento médio da Classe Dirigente, do Proletariado da indústria, do Proletariado dos serviços e do Proletariado da produção do ambiente construído, apesar de terem mantido, respectivamente, o mesmo nível do rendimento mediano. Isso significa que, com a redução do rendimento médio e a manutenção do rendimento mediano, a desigualdade de renda reduziu-se dentro de cada fração de classe. A fração de classe do Subproletariado e a dos Trabalhadores rurais apresentaram aumento dos rendimentos médios e medianos, demonstrando aumento de renda dentro de cada uma delas. Mesmo com as mudanças observadas em cada uma dessas frações de classe, não houve alteração na hierarquia de renda entre elas. Desse modo, as frações de classe que estão em posições mais elevadas continuaram apresentando os maiores rendimentos e aquelas que estão em posições inferiores, os rendimentos mais baixos.

No entanto, apesar de a hierarquia de renda continuar sendo praticamente a mesma, houve redução das desigualdades de renda entre 1982 e 2021. Procedemos a análise das desigualdades de renda calculando a razão do rendimento médio de cada fração de classe ou

categoria sócio-ocupacional pelo rendimento médio dos trabalhadores domésticos, por ser a categoria de menor renda em ambos os anos considerados. Mesmo tendo tido variação positiva de 53,7% no rendimento médio dos trabalhadores domésticos, ainda assim, continuou a ser o menor rendimento médio na estrutura sócio-ocupacional. Em 1982, o rendimento médio dessa categoria era de R\$667,66, e o valor do salário-mínimo era de R\$757,14. Em 2021, o rendimento médio era de R\$1.023,03 e o salário-mínimo, de R\$1.212,00. Ou seja, apesar do aumento do rendimento médio, os trabalhadores domésticos sempre ganharam, em média, valor inferior ao salário de referência básica do mercado de trabalho. A redução das desigualdades de renda deve-se, em parte, a essa variação positiva do rendimento médio dos trabalhadores domésticos, pois, mesmo as categorias sócio-ocupacionais que tiveram variação positiva, tiveram-na em patamar inferior ao obtido pelos trabalhadores domésticos.<sup>9</sup> A maioria das categorias sócio-ocupacionais teve variação negativa nos seus rendimentos médios, tornando a sua razão de renda, em 2021, inferior àquela observada em 1982.

Como a maioria das categorias sócio-ocupacionais reduziu sua razão de renda em relação aos trabalhadores domésticos devido à variação negativa dos seus rendimentos médios, para que o nível de rendimento médio do conjunto das pessoas ocupadas se mantivesse no mesmo patamar, principalmente em situação de redução das desigualdades, foi necessário que algumas categorias sócio-ocupacionais tivessem ganhos mais elevados de renda. As categorias sócio-ocupacionais que tiveram variação positiva nos seus rendimentos médios foram: (1) Grandes empregadores, (2) Dirigentes do setor público, (3) Profissionais

da medicina, (4) Pequenos empregadores, (5) Profissionais dos serviços pessoais e sociais, (6) Agentes da administração e segurança públicas, (7) Técnicos e agentes de saúde, (8) Operários da construção civil, (9) Trabalhadores dos serviços de entrega, (10) Trabalhadores dos serviços de limpeza e (11) Trabalhadores rurais. Porém, somente as seis primeiras categorias apresentaram rendimento médio acima do rendimento médio do conjunto das pessoas ocupadas. Vale destacar que, delas, os Agentes da administração e segurança públicas tiveram aumento de 55% no seu rendimento médio, os Profissionais da medicina, de 36,5%, e os Grandes empregadores, de 30,4%. Portanto, a manutenção da média do rendimento do conjunto da população ocupada, em situação de redução das desigualdades, deu-se com o aumento proporcionalmente mais elevado dessas categorias sócio-ocupacionais.

No entanto, somente os Profissionais da medicina, os Pequenos empregadores e os Profissionais dos serviços pessoais e sociais que tiveram ganho positivo no seu nível médio de renda apresentaram, ao mesmo tempo, aumento na proporção de pessoas ocupadas entre 1982 e 2021. Todas as demais categorias que tiveram ganho de renda apresentaram redução ou manutenção da participação relativa na composição da estrutura sócio-ocupacional. Aliás, as categorias que apresentaram variação negativa nos seus rendimentos médios tiveram elevação da participação relativa na composição da estrutura sócio-ocupacional. Ou seja, de modo geral, o aumento relativo do número de pessoas nas categorias sócio-ocupacionais levou a sua desvalorização em termos de renda. E o fechamento relativo da composição das categorias sócio-ocupacionais proporcionou o aumento da média de renda.

Tabela 2 – Brasil metropolitano<sup>1</sup>: rendimento médio, mediano e razão de renda do trabalho principal das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade e variação percentual do rendimento médio, segundo as frações de classe e as categorias sócio-ocupacionais – 1982 e 2021

Fração de classe/categorias sócio-ocupacionais	1982 – Rendimento do trabalho principal <sup>2</sup>			2021 – Rendimento do trabalho principal <sup>2</sup>			Var. % Rend. Médio
	Média	Mediana	Razão <sup>3</sup>	Média	Mediana	Razão <sup>3</sup>	
<b>1,00 Classe dirigente</b>	<b>13.033,43</b>	<b>10.170,34</b>	<b>19,5</b>	<b>12.287,01</b>	<b>10.000,00</b>	<b>12,0</b>	<b>-5,7</b>
11,00 Grandes empregadores	13.595,19	9.117,82	20,4	17.731,93	14.000,00	17,3	30,4
12,00 Dirigentes do setor público	9.295,46	7.522,20	13,9	10.215,63	8.069,00	10,0	9,9
13,00 Dirigentes do setor privado	15.135,49	13.585,55	22,7	9.099,70	6.000,00	8,9	-39,9
<b>2,00 Classe média-alta</b>	<b>10.167,47</b>	<b>8.661,93</b>	<b>15,2</b>	<b>7.454,93</b>	<b>5.000,00</b>	<b>7,3</b>	<b>-26,7</b>
21,00 Profissionais da medicina	9.268,61	6.838,37	13,9	12.653,24	10.000,00	12,3	36,5
22,00 Profissionais da engenharia e da arquitetura	13.292,31	12.764,95	19,9	7.729,89	5.000,00	7,5	-41,8
23,00 Profissionais da gestão e dos negócios	8.545,80	6.838,37	12,8	6.609,33	4.100,00	6,4	-22,7
24,00 Profissionais da tecnologia da informação	10.614,86	9.345,77	15,9	6.750,60	5.000,00	6,6	-36,4
25,00 Professores universitários	10.263,78	9.117,82	15,4	8.582,44	7.000,00	8,4	-16,4
26,00 Profissionais das ciências (naturais, sociais e humanas)	9.391,90	8.206,04	14,1	6.624,22	5.300,00	6,5	-29,5
<b>3,00 Classe média-média</b>	<b>3.566,35</b>	<b>2.917,70</b>	<b>5,3</b>	<b>3.936,32</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3,8</b>	<b>10,4</b>
31,00 Pequenos empregadores	3.260,53	3.191,24	4,9	3.411,07	3.000,00	3,3	4,6
32,00 Profissionais da comunicação e das artes	5.042,65	3.979,93	7,6	3.679,09	2.400,00	3,6	-27,0
33,00 Profissionais dos serviços pessoais ou sociais	3.320,87	2.279,46	5,0	3.946,02	3.000,00	3,8	18,8
34,00 Gerentes e supervisores	3.664,60	3.419,18	5,5	3.272,12	2.500,00	3,2	-10,7
35,00 Agentes da administração e segurança públicas	3.397,14	2.735,35	5,1	5.263,90	4.000,00	5,1	55,0
<b>4,00 Classe média-baixa</b>	<b>3.099,75</b>	<b>2.142,69</b>	<b>4,6</b>	<b>2.549,13</b>	<b>1.800,00</b>	<b>2,5</b>	<b>-17,8</b>
41,00 Agentes comerciais	6.518,55	4.558,91	9,8	3.791,18	2.300,00	3,7	-41,8
42,00 Técnicos em processos produtivos e de suporte	4.607,12	3.373,59	6,9	3.259,66	2.300,00	3,2	-29,2
43,00 Técnicos e agentes da saúde	2.010,16	1.631,18	3,0	2.391,19	2.000,00	2,3	19,0
44,00 Agentes de capacitação	2.994,32	1.823,56	4,5	1.969,10	1.500,00	1,9	-34,2
45,00 Trabalhadores do apoio administrativo	2.889,74	2.051,51	4,3	2.189,20	1.600,00	2,1	-24,2
46,00 Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião	2.616,46	2.051,51	3,9	2.363,43	1.600,00	2,3	-9,7
<b>5,00 Proletariado da indústria</b>	<b>2.133,25</b>	<b>1.550,03</b>	<b>3,2</b>	<b>1.677,97</b>	<b>1.500,00</b>	<b>1,6</b>	<b>-21,3</b>
51,00 Operários da indústria moderna	2.720,95	2.051,51	4,1	1.977,23	1.700,00	1,9	-27,3
52,00 Operário da indústria tradicional	1.412,04	1.139,73	2,1	1.363,96	1.200,00	1,3	-3,4
<b>6,00 Proletariado dos serviços</b>	<b>2.062,88</b>	<b>1.458,85</b>	<b>3,1</b>	<b>1.678,29</b>	<b>1.400,00</b>	<b>1,6</b>	<b>-18,6</b>
61,00 Trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas	2.746,62	1.960,33	4,1	2.000,75	1.700,00	1,9	-27,2
62,00 Trabalhadores dos transportes de passageiros	2.564,41	2.279,46	3,8	2.114,57	1.800,00	2,1	-17,5
63,00 Trabalhadores do comércio	2.048,99	1.367,67	3,1	1.636,91	1.300,00	1,6	-20,1
64,00 Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção	2.297,29	1.823,56	3,4	1.859,45	1.500,00	1,8	-19,1
65,00 Trabalhadores dos serviços de vigilância	1.853,98	1.557,10	2,8	1.940,59	1.700,00	1,9	4,7
66,00 Trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento	1.390,20	1.139,73	2,1	1.338,99	1.200,00	1,3	-3,7
67,00 Trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal	1.522,72	957,37	2,3	1.389,33	1.200,00	1,4	-8,8
<b>7,00 Proletariado da produção do ambiente construído</b>	<b>1.806,37</b>	<b>1.367,67</b>	<b>2,7</b>	<b>1.553,92</b>	<b>1.400,00</b>	<b>1,5</b>	<b>-14,0</b>
71,00 Operários da construção civil e dos serviços de utilidade pública	1.806,37	1.367,67	2,7	1.553,92	1.400,00	1,5	-14,0
<b>8,00 Subproletariado</b>	<b>1.149,08</b>	<b>775,01</b>	<b>1,7</b>	<b>1.254,01</b>	<b>1.100,00</b>	<b>1,2</b>	<b>9,1</b>
81,00 Trabalhadores dos serviços de entrega	1.142,36	1.048,55	1,7	1.388,26	1.200,00	1,4	21,5
82,00 Trabalhadores dos serviços de limpeza	1.011,14	914,52	1,5	1.340,64	1.200,00	1,3	32,6
83,00 Trabalhadores ambulantes	2.492,83	1.367,67	3,7	1.396,38	1.000,00	1,4	-44,0
84,00 Trabalhadores domésticos	667,66	615,45	1,0	1.026,03	1.100,00	1,0	53,7
<b>9,00 Trabalhadores rurais</b>	<b>1.063,92</b>	<b>820,60</b>	<b>1,6</b>	<b>1.221,80</b>	<b>1.100,00</b>	<b>1,2</b>	<b>14,8</b>
91,00 Trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura, etc.	1.063,92	820,60	1,6	1.221,80	1.100,00	1,2	14,8
<b>Total</b>	<b>2.951,72</b>	<b>1.641,21</b>	<b>4,4</b>	<b>3.025,12</b>	<b>1.700,00</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>

Fonte: IBGE (1982) e IBGE (2021).

Notas: (1) As principais regiões metropolitanas são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Brasília.

(2) Deflacionado pelo INPC, de dezembro de 2021, a partir da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

(3) Razão do rendimento médio de cada fração de classe e categorias sócio-ocupacionais em relação ao rendimento médio dos trabalhadores domésticos.

## Considerações finais

A estrutura social das principais metrópoles brasileiras passou por processos de mudanças significativos nas últimas quatro décadas, mas continua sendo representada por um modelo piramidal, apesar de ter havido afunilamento na sua base e crescimento do meio e do topo dessa pirâmide. Além disso, essa estrutura social piramidal continua apresentando semelhança na estrutura de desigualdades de renda entre as frações de classe e as categorias sócio-ocupacionais, embora essas desigualdades tenham se reduzido no período de 40 anos.

Procuramos explicar as mudanças de composição da estrutura sócio-ocupacional a partir dos processos econômicos (des)estruturadores mais significativos que aconteceram no período analisado, como tem sido o processo de desindustrialização, mas, também, das mudanças tecnológicas mais expressivas do capitalismo contemporâneo, que têm tido efeito sobre a dinâmica do mercado de trabalho. Além disso, procuramos tratar, ainda, de mudanças societárias importantes, como as demográficas e culturais capazes de elucidar o comportamento de algumas das categorias sócio-ocupacionais.

A redução das desigualdades de renda deu-se, principalmente, pela desvalorização das categorias sócio-ocupacionais que tiveram aumento proporcionalmente maior de pessoas ocupadas. Tanto é assim que as categorias que tiveram redução relativa do número de ocupados conseguiram ampliar o seu nível de renda. Porém, essa redução esconde o fato de que esse comportamento foi, também, decorrente do aumento proporcionalmente maior do rendimento médio dos Trabalhadores domésticos,

que utilizamos como referência no cálculo das desigualdades. Se o aumento do rendimento médio dessa categoria não tivesse ocorrido, a redução das desigualdades de renda teria acontecido, mas em magnitude menor. Ocorre que o aumento do rendimento médio daquela categoria não foi suficiente sequer para atingir o valor do salário-mínimo utilizado como referência no mercado de trabalho, o que demonstra como, em geral, os níveis de remuneração são baixos no mercado de trabalho das metrópoles do País. No entanto, algumas categorias sócio-ocupacionais conseguiram elevar o seu nível de rendimento. Isso aconteceu com a redução relativa do número de ocupados. Contudo, os Profissionais da medicina, os Pequenos empregadores e os Profissionais dos serviços pessoais e sociais conseguiram aumentar o seu rendimento médio, mesmo tendo ampliado relativamente o seu número de ocupados.

Vale ressaltar que a estrutura de desigualdade de renda observada em 2021 se apresentou num contexto socioeconômico complicado para o mercado de trabalho brasileiro, em que se apresentavam os efeitos perversos advindos da crise econômica instalada no País desde 2015 e da pandemia da covid-19 em 2020. Esse contexto expressa a reversão do processo de crescimento econômico, de ampliação da renda e redução das desigualdades que aconteceram entre 2004 e 2014. Significa que, não fossem as crises econômicas e sanitárias, possivelmente o quadro de desigualdades de renda seria menor do que pudemos observar. De todo modo, a estrutura de desigualdades de renda de 2021 ainda se configurou como sendo menor do que a observada em 1982, ou seja, durante a Ditadura Militar. Isso significa que, mesmo diante de muitos processos que

apresentaram consequências negativas para a economia brasileira – como foi o processo de desindustrialização, por exemplo –, a dinâmica

democrática, como a que se instalou no Brasil a partir de 1985, é muito mais favorável para a construção de uma sociedade menos desigual.

[1] <https://orcid.org/0000-0001-7448-0690>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.  
Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
marceloribeiro@ippur.ufrj.br

## Nota de agradecimento

Gostaria de agradecer o financiamento concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para a realização da pesquisa em que se insere este trabalho por meio da concessão da Bolsa Produtividade em Pesquisa Nível 2, Processo Nº 314227/2020-2. Também agradecer o financiamento concedido pela Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – por meio da bolsa de pesquisa Jovem Cientista do Nosso Estado, Processo Nº E26/200.279/2023.

## Notas

- (1) As metrópoles utilizadas neste trabalho foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Brasília.
- (2) A globalização significou, em linhas gerais, alteração no padrão de relacionamento comercial entre os estados nacionais por meio de empresas transnacionais e também de mudanças nas próprias formas de organização produtiva e dos processos de trabalho a ela vinculados, transformando a relação espaço-temporal (Ianni, 2001)
- (3) A imagem da estrutura piramidal para retratar a estrutura social busca refletir a ideia de que a sua base, portanto as posições inferiores, é ocupada pela maior parcela da população e seu topo, por um contingente muito pequeno. As posições médias seriam numericamente menores que as posições da base e mais expressivas do que as do topo.
- (4) É ilustração disso o fato de a classe média brasileira ser identificada como aquela que ocupa o topo da hierarquia social (Salata, 2015), motivo pelo qual a classe média-alta neste estudo foi considerada como pertencendo à classe dominante.
- (5) Também são utilizadas outras variáveis da base de dados, como filtros de diferenciação da posição social das ocupações, como setor público e privado para o caso dos dirigentes e o setor de atividade econômica para algumas ocupações da classe popular. Ver sobre isso Observatório (2023).

- (6) Além dessas regiões metropolitanas, também se divulgam dados para a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (PI), que possui municípios do Piauí e do Maranhão.
- (7) A pesquisa mais ampla, da qual esse artigo se originou, realiza cruzamento com outras variáveis. Somente a partir de 1982 é que, na Pnad, há dados referentes à variável racial. Antes disso, somente na Pnad de 1976 havia essa informação, mas se tratava de uma base de dados de difícil operacionalização.
- (8) Esse procedimento foi realizado a partir de índice de deflacionamento obtido na Calculadora do Cidadão, existente no site do Banco Central do Brasil.
- (9) A única exceção foram os Agentes da administração e segurança públicas, que tiveram variação positiva de 55%.

## Referências

- ANTUNES, R. (org.) (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, P. (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk.
- CANO, W. (2012). A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade* [online], v. 21, pp. 831-851.
- CARDOSO, A. M. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, v. 1.
- CHESNAIS, F. (2002). A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 1-44, jan./jun. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>. Acesso em: 10 out 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1982). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): microdados*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC): microdados da base anual – 5ª visita*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LIVI-BACCI, M. (2002). 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1.
- NERI, M. (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Centro de Políticas Sociais/FGV Editora.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2023). *Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrôpoles*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles (Relatório de Pesquisa).
- POCHMANN, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. (2000). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, n. 4, pp. 9-32.

- RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. (2013). *Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Segregação residencial: padrões e evolução". In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital e Observatório das Metrôpoles.
- RIBEIRO, M. G.; RODRIGUES, J. (2019). As metrópoles brasileiras na divisão socioespacial do trabalho. In: XVIII ENANPUR. *Anais*. Natal.
- RIBEIRO, M. G. (org.) (2020). *Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*. 1. ed. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. (orgs.) (2020). *Transformações no mundo do trabalho [recurso eletrônico]: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. (orgs.) (2020). *Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SALATA, A. R. (2015). Quem é classe média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, pp. 111-149.
- SASSEN, S. (2001). *The global city: New York, London, Tokyo*. Nova Jersey, Princenton University Press.
- SOUZA, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG Editora.
- VALLE SILVA, N. (2004). "Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999)". In: FRANCO, R.; LEÓN, A.; RAÚL, A. (orgs.). *Estratificación y movilidad social em América Latina: transformaciones estructurales de um cuarto de siglo*. Santiago/Chile, Cepal.

Texto recebido em 15/mar/2023

Texto aprovado em 14/abr/2023

# Socio-occupational structure of Brazilian metropolises: what changed and what remained the same in 40 years

Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos

Marcelo Gomes Ribeiro [1]

## Abstract

This article analyzes the socio-occupational structure of the main Brazilian metropolises between 1982 and 2021, focusing on their composition and on the behavior of income inequalities. We seek to answer the following questions: "What changed and what remained the same in the composition of the socio-occupational structure of Brazilian metropolises?" and "How did income inequalities appear in this socio-occupational structure in the period under analysis?" PNAD data from 1982 and PNADC data from 2021, provided by IBGE, were used. Although important changes occurred in the 40-year period, the study's main results point to the maintenance of a social structure represented by the pyramidal model and to a reduction in income inequalities.

**Keywords:** social structure; income inequalities; metropolises

## Resumo

*O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da análise da estrutura sócio-ocupacional das principais metrópoles do Brasil, entre os anos de 1982 e 2021, focando em sua composição e no comportamento das desigualdades de renda. Buscamos responder às seguintes questões: "Que mudanças e/ou permanências ocorreram na composição da estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras?" e "Como as desigualdades de renda se apresentaram nessa estrutura sócio-ocupacional no período em análise?". Foram utilizados dados Pnad, de 1982, e PnadC, de 2021, do IBGE. Os principais resultados encontrados apontam para a manutenção de uma estrutura social representada pelo modelo piramidal, apesar de mudanças importantes ocorridas ao longo de 40 anos, e para a redução das desigualdades de renda.*

**Palavras-chave:** estrutura social; desigualdades de renda; metrópoles.

## Introduction

This article aims to present the results of the analysis of the socio-occupational structure of the major metropolises in Brazil between the years 1982 and 2021, focusing on its composition and the behavior of income inequalities. To achieve this, we utilized the socio-occupational structure developed and recently revised by the Observatory of Metropolises (Observatório, 2023), which is considered a representation of the social structure as it seeks to define classes, class fractions, and socio-occupational categories as expressions of the positions that agents occupy in the social space (Bourdieu, 2008). Under this approach, class positions are defined based on labor market occupation, given that this variable (occupation) can express distinct and relational positions within the social space.

The analysis of the four-decade period of the Brazilian metropolitan socio-occupational structure is conducted through the lens of the structural economic, societal, and political changes that marked this era. By the early 1980s, signs of the exhaustion of the economic development process that had shaped an urban-industrial political-economic structure in previous decades were already evident. Simultaneously, some of the social conflicts that would deepen in the subsequent decades began to emerge, stemming from the reconfiguration of the emerging political-economic structure and its material support base, which was urban and service-oriented. After forty years, we can assess the transformations that have occurred during this period, particularly stemming from the

process of deindustrialization of the Brazilian productive structure, changes in information and communication technology, globalization, neo-liberalization, and the financialization of contemporary capitalism.

During the intense process of urbanization in Brazil, which occurred between 1940 and 1980, a network of cities emerged with the presence of some metropolises. These metropolises established themselves as centers of population concentration due to their economic significance and, consequently, their labor markets. These metropolises were the focal points for major industrial productive activities, as well as for command functions and modern services. However, they also accommodated informal, precarious, and low-paying economic activities, giving rise to a social structure characterized by significant inequalities during that period (Valle Silva, 2004). Over the last four decades, Brazil has experienced further urbanization, advancing the process of metropolization. This has been driven by structural changes in capitalism at large and in the Brazilian economic structure, reshaping the importance of metropolises, which have become more strategically positioned in the globalized world (Ribeiro and Rodrigues, 2019). Consequently, the analysis of the social structure forming and/or reproducing itself in these spaces has become highly relevant for understanding the country's social transformations.

Hence, in this article, to establish an analysis of the social structure based on the socio-occupational structure, we aim to address the following questions: (1) what changes and/or continuities have occurred in the composition of the socio-occupational

structure of Brazilian metropolises? and (2) how have income inequalities manifested within this socio-occupational structure during the period under examination?

For the analysis conducted in this article, data from the National Household Sample Survey (Pnad) of 1982 and the Continuous National Household Sample Survey (PnadC) of 2021 were used. Both surveys were produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The socio-occupational structure utilized was developed by the Observatory of Metropolises, based on the labor market occupation variable, aiming to express the distinct positions within the social space (Observatório, 2023), and consequently, class positions. Using this structure, the analysis of income inequalities will also be performed, considering the primary income of individuals aged 14 and older. The entire analysis is conducted for the set of major Brazilian metropolises,<sup>1</sup> considering those with data availability in both surveys used.

The article is organized into six sections, including this introduction. In the second section, there will be a discussion of social structure and income inequalities, drawing from international debates on this topic as well as recent discussions in Brazil. The third section will present the theoretical-conceptual aspects that guide the construction of the socio-occupational structure. The fourth section will outline the methodological aspects for establishing the evolutionary analysis between 1982 and 2021, considering the data sources used for each of the years. In the fifth section, results will be presented and discussed to address the questions outlined above and to develop an interpretation of changes and

continuities in the social structure of the major Brazilian metropolises. In the final section, as concluding remarks, the main findings will be summarized.

## Social structure in recent decades

The process of Brazilian industrialization, which took place between 1930 and 1980, was the period during which capitalist modes of production became widespread across all sectors of economic activity, while still preserving earlier forms of production or subsistence. It was during this period that modern occupations in both productive and service sectors were established, alongside the expansion of traditional and routine occupations, which accompanied this dynamism, as well as the formation of middle classes (Valle Silva, 2004). By the end of this period, the major Brazilian metropolises had a more complex and diversified system of social stratification compared to what had existed until the 1930s.

Starting in the 1980s, the Brazilian economy witnessed the exhaustion of the import substitution policy that had facilitated its industrialization. In the context of significant changes occurring in the global capitalist system, the subsequent economic policies adopted in the country were characterized by trade and financial liberalization, as well as monetary stabilization from an orthodox economic perspective. These policies decisively contributed to the loss of competitiveness of the domestic industry, necessitating that

companies undergo a process of production restructuring. Consequently, there was a reduction in industrial employment – either due to changes in productive forces that increased labor productivity or due to the transfer of certain industrial activities to the service sector – and the establishment of the Brazilian deindustrialization process.

This process of deindustrialization resulting from production restructuring was associated with the effects of globalization of capitalism,<sup>2</sup> given the advancements in information and communication technologies that accelerated and intensified trade and financial flows between countries worldwide. In the context of global capitalism, the concept of 'global cities' emerged as central hubs for interactions among various economies, characterized by the concentration of financial activities and the command and control of economic dynamics occurring across the globe (Sassen, 2001). The formation of global cities, in turn, led to changes in their social structures, where a more dualistic structure, akin to an hourglass, tended to prevail. This involved the growth of social segments in higher positions and social segments in lower positions within the social structure, in contrast to the pyramidal social structure,<sup>3</sup> characteristic of the previous period.

This debate also fueled discussions about changes in the social structure of Brazilian metropolises, considering the country's integration into the process of globalization, particularly from the 1990s onwards, and the consequences of deindustrialization resulting from production restructuring, leading to a reduced share of industrial activity due to the bankruptcy of industrial units or their

relocation to other regions of the country. On one hand, efforts were made to analyze whether the emergence of financial and command and control activities typical of global cities was occurring in the major metropolises of the country. On the other hand, attempts were made to understand the effects of the deindustrialization process on the economic structure of these metropolises. Some results supported the perspective of global cities, as evidenced by the relatively higher increase in positions at the upper end of the social structure (Ribeiro and Lago, 2000 and Ribeiro and Ribeiro, 2015).

Despite the advance of the deindustrialization process due to the 'China effect,' characterized by the expansion of exports of primary goods to China and the importation of manufactured products, and the maintenance of economic policies that discouraged the competitiveness of industrial activities, the debate on the social structure took on new dimensions from the 2000s (Cano, 2012). With the economic growth that began to take shape, primarily based on exports of primary products, increased public spending, and rising consumption, there was an expansion of employment in the labor market. This dynamic expansion of the labor market, coupled with policies to increase the minimum wage and income transfer programs for vulnerable families, contributed to a reduction in income inequalities in the country. This was due to the higher income gains experienced by lower-income segments.

In this socio-economic context, Neri (2008) introduced the idea of the formation of a new middle class in Brazilian society into public and academic discourse. This new

middle class, also referred to as class C, was characterized as the intermediate income segment of the population that expanded its capacity to consume goods and services that were previously limited to the traditional middle class. In response to this perspective, other studies in the country contested this view. Souza (2010) argued for the existence of a class of workers, characterized as 'strivers,' given the harsh conditions this segment endured to earn income and their limited cultural capital. Pochmann (2012) pointed out that there was an expansion of the working class, corresponding to the social segment at the base of the social pyramid. Salata (2015), through research on identity and class perception, demonstrated that individuals in the intermediate income position did not identify themselves as middle class. Furthermore, the perception of the middle class was associated with those of higher socio-economic power.

With the economic crisis that began in 2015 and its effects on the labor market, the debate about the formation of a new middle class virtually disappeared. Instead of this discussion, there was a return to the debate on increased poverty and extreme poverty, as well as the exacerbation of income inequalities in the country, especially in its metropolitan areas. This debate was further intensified by the outbreak of the covid-19 pandemic, which, by disrupting economic activities due to social isolation measures, led to increased unemployment and rising income inequalities, poverty, and extreme poverty. Additionally, it highlighted the precarious forms of housing in the country's metropolitan areas, especially in slum areas and urban outskirts.

However, the current discussion regarding the social structure is taking place in a context of significant transformations, considering the changes occurring in contemporary capitalism and the specific changes in the Brazilian economy. The process of financialization of capitalism, understood as a regime of accumulation dominated by finance (Chesnais, 2002), is characterized by the predominance of finance over productive processes. This has consequences for a peripheral country like Brazil, leading to the establishment of a bourgeoisie more rent-seeking than productive, where their gains are primarily oriented towards financial investments rather than productive investments. Consequently, this contributes significantly to the intensification of the deindustrialization process in the Brazilian economic structure.

Furthermore, in contemporary capitalism, new productive dynamics and commodity circulation have emerged, with changes in logistics and commercialization segments, for example, and new activities have been established because of the platformization process. Platformization arises from the emergence and advancement of microelectronics and the Internet, culminating in artificial intelligence, big data, and the Internet of Things, establishing digital platforms that reorganize economic dynamics and social life in general. This process gives rise to new occupations in the labor market, controlled by transnational companies through digital platforms. This has led to discussions about new forms of precarious work, also referred to as 'gig work' or 'platform work' (Antunes, 2020).

It is within this context of structural changes that the analysis of the socio-occupational structure will be conducted in this work.

## Social structure according to social space

The social structure of Brazilian metropolises takes as a reference the socio-occupational structure developed and recently revised by the Observatório das Metrópoles (Observatório, 2023), which was originally designed to analyze processes of metropolitan socio-spatial segregation (Ribeiro and Ribeiro, 2013). In this sense, the socio-occupational structure, as a structure of class positions, serves as a representation of the social structure, while recognizing that the socio-occupational structure does not encompass all the constituent properties of the social structure.

The construction of the socio-occupational structure is based on the theoretical approach formulated by the French sociologist Pierre Bourdieu regarding the concept of social space (Bourdieu, 2008). This concept was developed from the results of various empirical research studies that the author conducted on French reality, incorporating different methodological procedures that enabled an understanding of how French society was structured during the time of these studies. Thus, it became possible to formulate the concept of social space as multidimensional, composed of various properties (occupation, race, gender, age, place of residence, education, etc.).

Nevertheless, Bourdieu (ibid.) identified three main properties that would shape the social space, which could be represented through a Cartesian plane based on the first two of these properties. The first property (vertical axis) pertained to the overall volume of capital (cultural, economic, social, and political) that differentiated agents or social groups. The second property (horizontal axis) related to the structure of capital, concerning how different forms of capital were distributed among various agents or social groups, particularly those that were most decisive as mechanisms of social distinction in the French context—cultural capital and economic capital. The third dimension was represented by the trajectories that agents or social groups followed in the social space over their lifetimes, which could be upward, downward, or characterized by social immobility.

It is worth noting that, despite the graphical representation constructed through the axes of the overall volume of capital and the structure of capital, the position of agents or groups in the social space was determined by the set of properties identified by the author. It was through the interplay of this set of properties that the concept of social space could be formulated, and subsequently, graphically represented using those key properties that shaped the French social space.

Thus, it became possible to formulate definitions of class and class fractions based on the positions occupied by different agents or groups in the social space, considering that the social space presented itself as a relational space. Furthermore, it was considered that agents or social groups occupying similar

positions in the social space were highly likely to have similar lifestyles, social practices, preferences, etc., among themselves and different from agents or social groups occupying distant social positions in the social

space. Therefore, similar social positions were simultaneously an expression of social conditions, incorporated dispositions (*habitus*), and similar stances (*ibid.*, 2008).

Chart 1 – Class, class fraction and socio-occupational categories

Classe	Class fraction	Socio-occupational categories
Dominant class	Ruling class	11,00 Large employers 12,00 Public sector executives 13,00 Private sector executives
	Upper-Middle class	21,00 Medical professionals 22,00 Engineering and architecture professionals 23,00 Management and business professionals 24,00 Information technology professionals 25,00 University professors 26,00 Science professionals (natural, social, and human)
Intermediate class	Middle-Middle class	31,00 Small employers 32,00 Communication and arts professionals 33,00 Personal or social services professionals 34,00 Managers and supervisors 35,00 Public administration and security agents
	Lower-Middle class	41,00 Commercial agents 42,00 Technicians in production and support processes 43,00 Health technicians and agentes 44,00 Training agentes 45,00 Administrative support workers 46,00 Craftsmen and agents of culture, art, sport, and religion
Popular class	Industrial proletariat	51,00 Modern industrial workers 52,00 Traditional industry workers
	Service proletariat	61,00 Freight transport and logistics workers 62,00 Passenger transport workers 63,00 Retail workers 64,00 Repair and maintenance service workers 65,00 Surveillance service workers 66,00 Food and accommodation service workers 67,00 Personal care and beauty services workers
	Built environment production proletariat	71,00 Construction and utility workers
	Subproletariat	81,00 Delivery service workers 82,00 Cleaning service workers 83,00 Street vendors 84,00 Domestic workers
	Rural Workers	91,00 Workers in agriculture, livestock, forestry, etc.

Source: Observatório das Metrópoles (2023).

In this sense, through the social space, it was possible to construct a representation of the class structure and the class fractions that constitute it. According to Bourdieu (*ibid.*), the overall volume of capital could be used to divide various agents or social groups into three classes: the dominant class, the middle class, and the popular class. The dominant class was defined by a high accumulation of capital, consisting of the social agents who dominated the social space, i.e., those social agents with the highest social power and status. The middle class constituted a class with a smaller volume of capital compared to the dominant class, but a larger volume compared to the popular class; it was, therefore, an intermediary class. Despite this, the middle class had a capital structure like the dominant class and tended to establish strategies that allowed for upward mobility towards the dominant class. The popular class was defined as having the lowest volume of capital and occupying subordinate positions in the social space, especially due to the dominance exerted by the dominant class and, to a lesser extent, the middle class. Using the structure of capital, it was possible to differentiate agents or social groups within the same class, considering the different compositions of capital they possessed. Some had more cultural capital than economic capital, others had more economic capital than cultural capital, and others still had a relatively balanced amount of economic and cultural capital, which could be high or low.

These representations of class and class fractions were related through the different professions that social agents held, leading to their designation through terminologies that

expressed this condition in the labor market. In terms of class fractions, these terms included the large bourgeoisie, liberal professionals, small bourgeoisie, proletarians, etc.

For the revision and elaboration of the socio-occupational structure by the Observatório das Metrôpoles (Observatório, 2023), it was considered that Bourdieu's representation of the social space developed for French society would serve as an expression of the Brazilian social space, especially concerning its metropolises. This was mainly due to the establishment of the three classes that make up the social space: the dominant class, the middle class, and the popular class. When applying this class representation to the reality of Brazilian metropolises, the goal was to construct class fractions from a socio-occupational structure composed of socio-occupational categories (CAT) constructed based on occupation in the labor market.

However, the construction of the socio-occupational structure considered the particularities of Brazil's social formation and its class structure in defining class fractions and the socio-occupational categories themselves.<sup>4</sup> Moreover, it was based on an analysis of the transformations in the Brazilian economic structure (Ribeiro and Clementino, 2020) and its labor market (Ribeiro and Aragão, 2020), considering the emergence of new occupations, the disappearance of old ones, and changes in the position of some occupations in the social space. Thus, the following configuration of the class structure was arrived at: the dominant class composed of the class-leading and upper-middle-class fractions; the middle class (or intermediate) composed of the

middle-middle-class and lower-middle-class fractions; and the popular class composed of the industrial proletariat, service proletariat, built environment production proletariat, subproletariat, and rural workers fractions. The composition of class fractions based on socio-occupational categories is illustrated in Chart 1.

Although the formulation of the concept of social space is based on multiple dimensions as a set of properties that shape it, the socio-occupational structure was constructed solely using the variable of labor market occupation<sup>5</sup> as a representation of the social structure. Therefore, the perspective used in this article relies on a socio-occupational structure that is built based on Bourdieu's (2008) concept of social space – a concept constructed from multidimensional properties – adapted to the contemporary Brazilian context through the variable of labor market occupation.

## Methodologic aspects

To conduct the analysis of the social structure of the main Brazilian metropolises over a four-decade period, we used household survey data produced by IBGE. These surveys were chosen because only they have the necessary scope in terms of spatial, temporal, and variable characteristics for our analysis. However, to perform this analysis, it was necessary to make some adaptations to ensure the empirical object could be compatible between the 1982 and 2021 surveys, which we describe below.

The IBGE, since its establishment in 1938, has been the Brazilian government agency responsible for conducting the

Brazilian demographic census, which is the largest household survey in Brazil (Livi-Bacci, 2002). However, since the late 1960s, the IBGE started conducting the National Household Sample Survey (Pnad), which is also a household survey, alongside many others, such as the Monthly Employment Survey (PME). The Pnad was an annual household survey, except in years when the demographic census was conducted, as it provided nearly the same data as that survey. However, the Pnad, being a sample survey, only provided data at the national, state, and nine metropolitan region levels. There was no possibility of conducting municipal or even intra-urban analysis using this survey, which could only be done using data from the demographic census. The Pnad existed until 2015 when it was replaced by the PnadC (Continuous National Household Sample Survey).

The PnadC resulted from the merger of the Pnad with the PME, which was conducted monthly but provided data for only six metropolitan regions in the country. The PnadC represented a significant improvement in data collection by the IBGE because it was designed so that each selected household was surveyed in five quarterly rounds. Since a set of households is sampled each month, in practice, households are surveyed every month of the year. This results in the PnadC having three types of databases: monthly, quarterly, and annual. Furthermore, the spatial coverage of the PnadC also expanded, now providing data for 20 metropolitan regions in the country<sup>6</sup> – those with a state capital at their core – and for all municipalities that are state capitals in the country.

As can be observed, despite being sample household surveys, the research design for each of them is very different. The Pnad collected data concerning the month of September each year. The annual basis of the PnadC consists of data collected monthly from each of the household visits. Only the annual bases of the first and fifth visits contain data related to labor market occupations. For the year 2021, the IBGE only released the annual basis of the fifth visit, which is why we used it. Although there are these differences, we consider it possible to compare the social structure in this period using these two surveys, as we will demonstrate below.

The choice of the years 1982 and 2021 for the analysis was because the structural analysis is better understood when considering a broader period. Therefore, the most significant transformations that have occurred in Brazil in recent decades were considered, with the early 1980s marking the exhaustion of the economic development process based on industrialization through import substitution policy and consequently the emergence of the conditions that marked the subsequent period. Specifically, the choice of 1982 was made because all the variables needed for the analysis that we intended to conduct were available in this survey.<sup>7</sup> The year 2021 was chosen as the database that reflects the most recent period of our investigation.

As already presented, in the Pnad, data is available for the entire country, for the federal units, and nine metropolitan regions. In the PnadC, data is available for the entire country, for the federal units, and 20 metropolitan regions. To carry out the intended analysis,

it was necessary to standardize the spatial scope to examine social processes of change or continuity over the considered period in the same geographical space. Therefore, in both years, the following metropolitan regions were considered: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Curitiba, and Porto Alegre. Data for Brasília, corresponding to the Federal District, was also incorporated. The analysis was conducted for the set of these nine metropolitan regions and the Federal District, which we consider the main metropolises of the country.

Although the concept of a metropolitan region and metropolis is conceptually different, especially in Brazil, as the former results from the institutionalization of a set of municipalities through the law, and the latter represents a space of territorial, demographic, and economic integration with a leadership role in business and public management activities that influence other cities in the country's urban network, as highlighted by Regic/IBGE (2020), these first 9 metropolitan regions mentioned correspond exactly to the first metropolises in the country, incorporating Brasília, which also became a metropolis. Since the data from PNAD or PNADC related to these areas do not exactly specify which municipalities were selected for data collection, we consider them to be the most important in their formation, corresponding to the spaces referred to as metropolitan.

The choice to analyze all these spaces together resulted from the fact that we used a socio-occupational structure consisting of 35 categories for application in sample surveys, such as Pnad and PnadC. Since the data used

resulted from sample expansion to represent the entire population, we considered that there would be less sampling error in the analysis of all the metropolises together than in a specific analysis of each one of them or even through comparative analysis.

As the socio-occupational structure we used was developed considering the set of economic and labor market transformations in recent decades, to carry out the evolutionary analysis between 1982 and 2021, it was necessary to reconcile the labor market occupations presented by the occupational classifications of each survey.

The occupational classification used by IBGE in 1982 was different from that used in 2021. The socio-occupational structure we used was constructed based on the 2010 demographic census, which has the same occupational classification as the PnadC, making it very straightforward to adapt. However, since a different occupational classification was used in 1982, it was necessary to establish compatibility between occupations for the new socio-occupational structure of the Observatório das Metrópoles. This compatibility effort was carried out following the criteria used for this new socio-occupational structure. Nevertheless, it was not a matter of reconciling the occupational classifications existing in each survey but rather adapting each of these classifications to the socio-occupational structure. In other words, it was a conceptual adaptation, as it was based on the conception of what occupations represent in terms of social

position and, therefore, categorization within each socio-occupational category, which justifies conducting comparative research based on data sets that result from different sampling designs.

The consequence of this procedure is that the comparative and evolutionary analysis is done from the perspective of the socio-occupational structure constructed for the present moment. We believe that this approach would be more appropriate than comparing different socio-occupational structures – one for 1982 and another for 2021 – because we would be comparing categories of social representation constructed under different criteria, which would not make sense in comparative terms for the objective we have.

For the analysis of income inequalities in the social structure, the main source of income variable, present in both databases, was used. To use this variable, people who did not have income information were excluded from the analysis, which allowed for the calculation of the average income of people with zero and positive income. The income data from 1982 were adjusted for inflation<sup>8</sup> to December 2021. From this, it was possible to analyze the differences in average income between the combined categories and between the years analyzed. However, for the demarcation of income inequality analysis, for each year, the average income ratio of each combined category to the average income of domestic workers was calculated, as this occupational category had the lowest income level in both years analyzed.

In the Pnad in general, the data for the economically active population, of which the employed population is a subset, was collected for individuals aged 10 years or older, as historically, in Brazil, children and adolescents entered the labor market at an early age. However, in the PnadC, the data has always been collected for individuals aged 14 years or older, as the incidence of child labor has been substantially reduced in the country, although there are still children and adolescents in the labor market. To establish a comparison between the years, individuals aged 14 years or older were considered in the analysis we conducted.

## Results analysis

### *Composition of the socio-occupational structure*

Over the course of 40 years, the composition of the socio-occupational structure in Brazil's main metropolises has undergone significant changes. Despite these changes occurring alongside an increase in the working population, which doubled during this period - going from 14.3 million in 1982 to 28.6 million in 2021 - their relative participation in the country's working population remained stable, accounting for approximately 32.5%. This indicates that the metropolises kept pace with the population growth occurring in Brazil and maintained their significance in the country's labor market. Therefore, the effect of demographic growth needs to be contextualized to analyze the changes in the composition of the socio-occupational structure in Brazilian metropolises, as well as

their continuities, through an examination of their class fractions and socio-occupational categories, as presented in Table 1.

Over the span of four decades, in terms of its composition, the socio-occupational structure has continued to resemble a pyramid, albeit with a narrowing at the base and growth in the middle and top sections. Despite the observed reduction in the share of the Working Class – which accounted for 63.5% in 1982 – this class still represented over 50% of the employed population in the labor market in 2021. The decline in the Working Class's share was accompanied by an increase from 29.2% to 35.5% in the Intermediate Class and from 7.3% to 12.3% in the Dominant Class. Therefore, while the combined categories of manual workers continue to be numerically larger in the composition of the socio-occupational structure, there has been a significant increase in the categories of non-manual workers, those requiring higher levels of education and/or qualifications for their roles.

The decrease in the share of the Working Class occurred with contrasting trends among the class fractions that comprised it. While there was a reduction in the share of the Industrial Proletariat, the Built Environment Production Proletariat, the Subproletariat, and Rural Workers, there was an increase in the share of the Service Proletariat. The latter class fraction expanded its participation in the socio-occupational structure from 17.4% in 1982 to 25.3% in 2021, nearly tripling the number of employed individuals (from 2.5 million to 7.2 million). Among the other class fractions that saw a reduction in their share, only the Industrial Proletariat experienced an absolute decrease in the number of employed

Table 1 – Metropolitan Brazil<sup>1</sup>: absolute and relative frequency of employed people aged 14 or over according to class fractions and socio-occupational categories – 1982 and 2021

Class fraction/socio-occupational categories	Frequency – 1982		Frequency – 2021	
	N	%	N	%
<b>1,00 Ruling class</b>	<b>641.212</b>	<b>4,5</b>	<b>1.104.767</b>	<b>3,9</b>
11,00 Large employers	251.319	1,8	385.604	1,3
12,00 Public sector executives	164.513	1,1	172.600	0,6
13,00 Private sector executives	225.380	1,6	546.562	1,9
<b>2,00 Upper-Middle class</b>	<b>410.109</b>	<b>2,9</b>	<b>2.416.513</b>	<b>8,4</b>
21,00 Medical professionals	65.762	0,5	229.901	0,8
22,00 Engineering and architecture professionals	96.386	0,7	318.794	1,1
23,00 Management and business professionals	148.558	1,0	1.280.619	4,5
24,00 Information technology professionals	42.501	0,3	369.738	1,3
25,00 University professors	27.470	0,2	123.176	0,4
26,00 Science professionals (natural, social, and human)	29.432	0,2	94.284	0,3
<b>3,00 Middle-Middle class</b>	<b>1.544.861</b>	<b>10,8</b>	<b>4.209.784</b>	<b>14,7</b>
31,00 Small employers	280.531	2,0	853.722	3,0
32,00 Communication and arts professionals	143.969	1,0	371.655	1,3
33,00 Personal or social services professionals	403.588	2,8	1.671.696	5,8
34,00 Managers and supervisors	349.980	2,4	609.970	2,1
35,00 Public administration and security agents	366.793	2,6	702.741	2,5
<b>4,00 Lower-Middle class</b>	<b>2.634.359</b>	<b>18,4</b>	<b>5.950.084</b>	<b>20,8</b>
41,00 Commercial agents	140.973	1,0	708.022	2,5
42,00 Technicians in production and support processes	137.655	1,0	772.771	2,7
43,00 Health technicians and agentes	206.853	1,4	758.106	2,6
44,00 Training agentes	84.807	0,6	210.758	0,7
45,00 Administrative support workers	1.984.795	13,8	3.079.016	10,8
46,00 Craftsmen and agents of culture, art, sport, and religion	79.276	0,6	421.411	1,5
<b>5,00 Industrial proletariat</b>	<b>2.601.531</b>	<b>18,1</b>	<b>2.215.947</b>	<b>7,7</b>
51,00 Modern industrial workers	1.433.456	10,0	1.134.625	4,0
52,00 Traditional industry workers	1.168.075	8,1	1.081.322	3,8
<b>6,00 Service proletariat</b>	<b>2.500.071</b>	<b>17,4</b>	<b>7.232.549</b>	<b>25,3</b>
61,00 Freight transport and logistics workers	246.665	1,7	910.119	3,2
62,00 Passenger transport workers	283.627	2,0	781.336	2,7
63,00 Retail workers	1.071.571	7,5	2.618.958	9,1
64,00 Repair and maintenance service workers	198.358	1,4	237.001	0,8
65,00 Surveillance service workers	234.619	1,6	454.059	1,6
66,00 Food and accommodation service workers	318.498	2,2	861.489	3,0
67,00 Personal care and beauty services workers	146.733	1,0	1.369.586	4,8
<b>7,00 Built environment production proletariat</b>	<b>1.255.111</b>	<b>8,8</b>	<b>1.830.332</b>	<b>6,4</b>
71,00 Construction and utility workers	1.255.111	8,8	1.830.332	6,4
<b>8,00 Subproletariat</b>	<b>2.525.347</b>	<b>17,6</b>	<b>3.390.946</b>	<b>11,8</b>
81,00 Delivery service workers	162.147	1,1	310.550	1,1
82,00 Cleaning service workers	747.808	5,2	1.357.896	4,7
83,00 Street vendors	483.205	3,4	630.146	2,2
84,00 Domestic workers	1.132.187	7,9	1.092.354	3,8
<b>9,00 Rural Workers</b>	<b>223.548</b>	<b>1,6</b>	<b>286.163</b>	<b>1,0</b>
91,00 Workers in agriculture, livestock, forestry, etc.	223.548	1,6	286.163	1,0
<b>Total</b>	<b>14.336.149</b>	<b>100,0</b>	<b>28.637.084</b>	<b>100,0</b>

Source: IBGE (1982) and IBGE (2021).

Notes: (1) Metropolitan Brazil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém and Brasília.

individuals (from 2.6 million in 1982 to 2.2 million in 2021), resulting in a decline in its share from 18.1% to 7.7%. The reduction in the share of the other class fractions occurred alongside an increase in the absolute number of employed individuals.

The Intermediate Class saw an increase in its share of the socio-occupational structure in both the Lower Middle Class and the Middle Middle Class, accounting for just over a third of the employed population in the metropolitan areas. The Middle Middle Class experienced a higher increase, with a 3.9 percentage point (pp.) rise, mainly due to significant growth among Personal or Social Services Professionals (3 pp.). In the Lower Middle Class, the 2.4 pp. increase was driven mainly by Technical and Support Process Technicians (+1.7 pp.), Commercial Agents (+1.5 pp.), and Health Technicians and Agents (+1.2 pp.), compensating for the relative decrease in Administrative Support Workers (-3.1%), which, however, still had the largest share in the socio-occupational structure (10.8%). Despite small positive growth or relative reduction, all other socio-occupational categories in the Middle Middle Class and Lower Middle Class experienced an absolute increase in the number of employed individuals.

The growth in the socio-occupational structure's share observed in the Dominant Class was primarily due to the significant increase in the Upper Middle Class (+5.6 pp.), as the Ruling Class showed a slight relative reduction in its share (-0.6 pp.). This reduction in the Ruling Class resulted from a relative decrease in Large Employers (-0.4

pp.) and Public Sector Executives (-0.5 pp.), with an increase in Private Sector Executives (+0.3 pp.). In the Upper Middle Class, all categories increased their share in the socio-occupational structure, with notable growth, especially among Management and Business Professionals (+3.4 pp.) and Information Technology Professionals (+1 pp.).

In this regard, when we state that the social structure of the main Brazilian metropolises continues to be represented by a pyramid model, despite the processes of change that have led to a narrowing of its base and growth in the middle and at the top of this pyramid, we aim to provide further insight into the processes of change and continuity that have occurred over the past 40 years.

The narrowing of the social structure's base can be mainly explained by the process of deindustrialization in the Brazilian economy, which had its main presence in the metropolises. Evidence of this can be seen in the reduction of the Industrial Proletariat, which was the only class fraction that both decreased in relative and absolute numbers of occupied individuals between 1982 and 2021. The absolute reduction in Industrial Workers indicates that the deindustrialization process has been accompanied by job losses, likely due to the closure of industrial plants.

The deindustrialization process, when explained by production restructuring, also meant the transfer of jobs from the industrial sector to the services sector, especially in occupations that can be contracted by industrial firms from third-party companies. This can help explain the significant increase

in the Service Proletariat, particularly in categories such as Freight Transport and Logistics Workers and Surveillance Services Workers, but also in Cleaning Services Workers, which is part of the Subproletariat.

Another sign of the reduction in the base of the social structure is observed in the relative and absolute decrease in the number of Domestic Workers. Although the absolute reduction was only 3.5%, it contributed to halving their participation in the socio-occupational structure. This meant the stagnation of the number of jobs in this category over a period of 40 years. This fact can be explained by cultural changes in Brazilian society, where domestic work has become less common through the hiring of domestic helpers or due to a reduction in the income levels of a portion of the middle class, which has traditionally been their main employers.

Nevertheless, it's essential to consider the significant growth of the Service Proletariat, which nearly tripled over 40 years, representing a quarter of the entire employed population in the metropolises. For this reason, the narrowing of the base of the social structure is not more pronounced. This growth, partially explained by deindustrialization, can also be attributed to demographic and cultural changes in Brazilian society, which have led to the emergence of new occupations or an increase in existing ones. This is the case for occupations within the category of Personal Care and Beauty Workers. This category includes services such as hairdressing, manicures, pedicures, etc., which expanded with population growth but also due to changes in people's habits,

increased access to these services, and the inclusion of male customers. This category also covers care services, including both childcare and elderly care occupations. The latter is particularly influenced by demographic changes characterized by an aging population.

Changes in production processes associated with new information and communication technologies can contribute to explaining the increase in the number of employed individuals in categories such as Freight Transport and Logistics Workers, Passenger Transport Workers, Retail Workers, and Accommodation and Food Service Workers, all of which fall under the Service Proletariat. Additionally, the category of Delivery Service Workers within the Subproletariat has also seen growth. These occupational categories, characterized by manual labor, are likely the ones most affected by the process of platformization in capitalism, leading to labor precarization or "gig work".

Although there has been a reduction in their relative share, the categories of Repair and Maintenance Workers and Street Vendors have seen an absolute increase. These categories, which emerged during Brazil's urbanization and industrialization process, continue to be significant in the labor market of the country's major metropolitan areas. Largely characterized as informal and precarious occupations, their absolute growth highlights the persistence of past forms of precarious work.

The growth in the middle and at the top of the social structure demonstrates that the model it has taken on is not of the hourglass type, as the increase in the share

of the Intermediate Class in the composition of the socio-occupational structure was proportionally greater than the increase in the Dominant Class. Unlike the representation of the social structure referred to in global cities (Sassen, 2001) and that had been observed for some Brazilian metropolises based on a socio-occupational structure constructed before structural changes in the economy (Ribeiro and Lago, 2000, and Ribeiro and Ribeiro, 2015), the analysis shows that the intermediate segment remains significant and has even increased in importance in the social structure of the country's major metropolises.

The category of Technicians in Productive and Support Processes showed the highest proportional growth in the Lower Middle Class. This growth can be partially explained by the productive restructuring that occurred in manufacturing industries, which, by modifying their capital composition, began to require more highly skilled labor. It may also have been due to the expansion of the extractive industry, especially in the oil and gas sector, where the workforce tends to be more highly qualified. It could also be a result of the mechanization of agricultural production in the country, which now requires more specialized technical work. Or it may be due to the expansion of activities related to new communication and information technologies. All these types of occupations are included in that socio-occupational category, making it challenging to interpret. However, the contemporary productive structure increasingly demands technical, specialized, and qualified work.

The other socio-occupational categories of the Lower Middle Class also showed relative and absolute growth in the number of occupied individuals over the 40 years. Given their characteristics, it appears evident that this growth was due to the expansion of the economic structure itself – Commercial Agents and Administrative Support Workers – as well as population growth – Health Technicians and Agents, and Craftsmen and Agents in Culture, Arts, Sports, and Religion. Despite Administrative Support Workers adding more than 1 million occupied individuals, their share of the socio-occupational structure decreased, although they still maintained the largest share among all socio-occupational categories.

The significant growth in the participation of Personal or Social Services Professionals, who belong to the Middle-Middle Class, highlights the increase in professional occupations related to care services, such as nursing, psychology, or social work professionals, for example. The increase in these professionals is likely the result of various transformations occurring in society, especially those related to demographics, culture, and even the economy, which affect the overall health, social, and emotional conditions of people.

The other socio-occupational categories within the Middle Class are linked to activities involving command or control of the economic structure (public or private) – Small Employers, Managers and Supervisors, and Public Administration and Security Agents – or artistic and communication activities. The significant growth of Small Employers is noteworthy

because it reflects the increase in a type of occupation where people seek to be their bosses, as well as become employers. This behavior has been present in Brazilian society since the abolition of slavery (Cardoso, 2010) and is now redefined through the ideology of entrepreneurship. Naturally, the analysis of this ideology does not apply solely to Small Employers, but they tend to be an expression of its occurrence.

The highest increases in the Upper Middle Class occurred in the categories of Information Technology Professionals and Management and Business Professionals. These categories are indicative of societal and productive changes involving the incorporation of modern technologies and a deepening of a new economic structure that relies on professions related to management, planning, control, and command, typical of global cities. This implies that the fact that the social structure in these peripheral capitalist metropolises doesn't resemble an hourglass doesn't mean that professions, characteristic of global cities, haven't developed and expanded. This expansion is likely a result of the growing urbanization and service-oriented economy.

Many of the occupations within the Management and Business Professionals category existed before the transformations that occurred in the last four decades. However, their significant relative and absolute growth makes it evident that there has been a deepening of the urban and service-oriented economy. This argument is further supported by the fact that there has also been substantial growth in the number of University Professors,

despite their still relatively small presence in the socio-occupational structure. Nonetheless, the fact that the number of people employed in this category has more than quadrupled highlights the increasing importance of professional education and knowledge generation in society.

The other socio-occupational categories within the Upper-Middle Class – Medical Professionals, Engineering and Architecture Professionals, and Science Professionals – consist of traditional professions, although there has been greater diversification and specialization in the training of engineers and doctors. In general, these categories represent high social positions in the social structure and have expanded over the past four decades due to the growth of economic activities and population in the country's metropolises.

In the Ruling Class, there is significant growth in Private Sector Executives, a category that more than doubled in the last four decades due to the expansion of the economic structure. Something similar happened with Large Employers, as their growth was nearly half of what it was four decades ago. However, the slow growth of Public Sector Executives can be explained by the establishment of a public sector organization based on the outsourcing of companies and limited public job openings, as the country sought to adopt the concept of a minimal state since the Administrative Reform of the 1990s.

As we have seen, the socio-occupational structure of the main Brazilian metropolises has become more diversified, primarily through the expansion of categories that occupy

intermediate and upper positions in the social structure, although a pyramidal representation of this structure still prevails. How have these changes translated into income inequalities? That is what we will now explore.

*Socio-occupational structure and income inequalities*

We observed that there was virtually no change in the average and median earnings of the employed population in the labor market over a period of 40 years. The average income from the main job for all employed individuals was R\$2,951.72 in 1982 and increased to R\$3,025.12 in 2021, a mere rise of R\$73.40. Meanwhile, the median income increased by R\$58.79, going from R\$1,641.21 to R\$1,700.00 over the same period, as shown in Table 2. The fact that the average income is higher than the median income by similar amounts signifies that income inequalities exist, with over half of the employed individuals earning less than the average income. In other words, this reflects a structure of inequalities in which a smaller portion of the employed population has higher income levels (above average), while the majority earns lower incomes.

In general, when considering the class fractions, despite changes in the average and median incomes of some of them, the income inequality structure remained virtually unchanged between 1982 and 2021. The most significant changes occurred with the reduction of average and median incomes in the Upper-Middle Class and Lower-Middle Class, indicating a loss of internal income within each

group, and an increase in the average income and maintenance of the median income in the Middle-Middle Class, demonstrating increased internal inequalities. There was also a reduction in the average income of the Ruling Class, Industrial Proletariat, Service Proletariat, and Built Environment Production Proletariat, even though they maintained the same level of median income, respectively. This means that, with the reduction in average income and the maintenance of median income, income inequality decreased within each class fraction. The Subproletariat and Rural Workers' class fractions showed an increase in both average and median incomes, indicating increased income within each of them. Despite the changes observed in each of these class fractions, there was no alteration in the income hierarchy among them. Thus, the class fractions in higher positions continued to have higher incomes, and those in lower positions had lower incomes.

However, despite the income hierarchy remaining largely the same, there was a reduction in income inequality between 1982 and 2021. We conducted an analysis of income inequality by calculating the ratio of the average income of each class fraction or socio-occupational category to the average income of Domestic Workers, as they had the lowest income category in both years considered. Even though Domestic Workers' average income increased by 53.7%, it remained the lowest average income in the socio-occupational structure. In 1982, the average income for this category was R\$667.66, and the minimum wage was R\$757.14. In 2021, the average

income was R\$1,023.03, and the minimum wage was R\$1,212.00. In other words, despite the increase in average income, Domestic Workers consistently earned, on average, less than the basic reference wage in the labor market. The reduction in income inequality is partly due to this positive variation in the average income of Domestic Workers because even the socio-occupational categories that had positive variations did so at a lower level than domestic workers.<sup>9</sup> Most socio-occupational categories experienced negative variations in their average incomes, resulting in their income ratio in 2021 being lower than that observed in 1982.

As most socio-occupational categories reduced their income ratio relative to Domestic Workers due to the negative variation in their average incomes, maintaining the average income level of the entire occupied population at the same level, especially in a situation of reduced inequality, required some socio-occupational categories to have higher income gains. The socio-occupational categories that had positive variations in their average incomes were: (1) Large Employers, (2) Public Sector Executives, (3) Medical Professionals, (4) Small Employers, (5) Personal or Social Services Professionals, (6) Public Administration and Security Agents, (7) Health Technicians and Agents, (8) Construction and Utility Workers, (9) Delivery Service Workers, (10) Cleaning

Service Workers, and (11) Rural Workers. However, only the first six categories had average incomes above the average income of the entire occupied population. It is worth noting that among them, Public Administration and Security Agents had a 55% increase in their average income, Medical Professionals had a 36.5% increase, and Large Employers had a 30.4% increase. Therefore, maintaining the average income of the entire occupied population, in a situation of reduced inequality, occurred with a proportionally higher increase in these socio-occupational categories.

However, only Medical Professionals, Small Employers, and Personal or Social Services Professionals, who had a positive gain in their average income level, also simultaneously increased the proportion of occupied people between 1982 and 2021. All other categories that had income gains showed a reduction or maintenance of their relative participation in the socio-occupational structure. The categories that had negative variations in their average incomes saw an increase in their relative participation in the composition of the socio-occupational structure. In other words, in general, the relative increase in the number of people in socio-occupational categories led to their devaluation in terms of income. The relative closure of the composition of socio-occupational categories led to an increase in the income average.

Table 2 – Metropolitan Brazil<sup>1</sup>: average, median income, and income ratio from the main job of employed people aged 14 or over and percentage variation in average income, according to class fractions and socio-occupational categories – 1982 and 2021

Class fraction/socio-occupational categories	1982			2021			Var. % Average Income
	Income from main job <sup>2</sup>			Income from main job <sup>2</sup>			
	Average	Median	Ratio <sup>3</sup>	Average	Median	Ratio <sup>3</sup>	
<b>1,00 Ruling class</b>	<b>13.033,43</b>	<b>10.170,34</b>	<b>19,5</b>	<b>12.287,01</b>	<b>10.000,00</b>	<b>12,0</b>	<b>-5,7</b>
11,00 Large employers	13.595,19	9.117,82	20,4	17.731,93	14.000,00	17,3	30,4
12,00 Public sector executives	9.295,46	7.522,20	13,9	10.215,63	8.069,00	10,0	9,9
13,00 Private sector executives	15.135,49	13.585,55	22,7	9.099,70	6.000,00	8,9	-39,9
<b>2,00 Upper-Middle class</b>	<b>10.167,47</b>	<b>8.661,93</b>	<b>15,2</b>	<b>7.454,93</b>	<b>5.000,00</b>	<b>7,3</b>	<b>-26,7</b>
21,00 Medical professionals	9.268,61	6.838,37	13,9	12.653,24	10.000,00	12,3	36,5
22,00 Engineering and architecture professionals	13.292,31	12.764,95	19,9	7.729,89	5.000,00	7,5	-41,8
23,00 Management and business professionals	8.545,80	6.838,37	12,8	6.609,33	4.100,00	6,4	-22,7
24,00 Information technology professionals	10.614,86	9.345,77	15,9	6.750,60	5.000,00	6,6	-36,4
25,00 University professors	10.263,78	9.117,82	15,4	8.582,44	7.000,00	8,4	-16,4
26,00 Science professionals (natural, social and human)	9.391,90	8.206,04	14,1	6.624,22	5.300,00	6,5	-29,5
<b>3,00 Middle-Middle class</b>	<b>3.566,35</b>	<b>2.917,70</b>	<b>5,3</b>	<b>3.936,32</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3,8</b>	<b>10,4</b>
31,00 Small employers	3.260,53	3.191,24	4,9	3.411,07	3.000,00	3,3	4,6
32,00 Communication and arts professionals	5.042,65	3.979,93	7,6	3.679,09	2.400,00	3,6	-27,0
33,00 Personal or social services professionals	3.320,87	2.279,46	5,0	3.946,02	3.000,00	3,8	18,8
34,00 Managers and supervisors	3.664,60	3.419,18	5,5	3.272,12	2.500,00	3,2	-10,7
35,00 Public administration and security agents	3.397,14	2.735,35	5,1	5.263,90	4.000,00	5,1	55,0
<b>4,00 Lower-Middle class</b>	<b>3.099,75</b>	<b>2.142,69</b>	<b>4,6</b>	<b>2.549,13</b>	<b>1.800,00</b>	<b>2,5</b>	<b>-17,8</b>
41,00 Commercial agents	6.518,55	4.558,91	9,8	3.791,18	2.300,00	3,7	-41,8
42,00 Technicians in production and support processes	4.607,12	3.373,59	6,9	3.259,66	2.300,00	3,2	-29,2
43,00 Health technicians and agentes	2.010,16	1.631,18	3,0	2.391,19	2.000,00	2,3	19,0
44,00 Training agentes	2.994,32	1.823,56	4,5	1.969,10	1.500,00	1,9	-34,2
45,00 Administrative support workers	2.889,74	2.051,51	4,3	2.189,20	1.600,00	2,1	-24,2
46,00 Craftsmen and agents of culture, art, sport, and religion	2.616,46	2.051,51	3,9	2.363,43	1.600,00	2,3	-9,7
<b>5,00 Industrial proletariat</b>	<b>2.133,25</b>	<b>1.550,03</b>	<b>3,2</b>	<b>1.677,97</b>	<b>1.500,00</b>	<b>1,6</b>	<b>-21,3</b>
51,00 Modern industrial workers	2.720,95	2.051,51	4,1	1.977,23	1.700,00	1,9	-27,3
52,00 Traditional industry workers	1.412,04	1.139,73	2,1	1.363,96	1.200,00	1,3	-3,4
<b>6,00 Service proletariat</b>	<b>2.062,88</b>	<b>1.458,85</b>	<b>3,1</b>	<b>1.678,29</b>	<b>1.400,00</b>	<b>1,6</b>	<b>-18,6</b>
61,00 Freight transport and logistics workers	2.746,62	1.960,33	4,1	2.000,75	1.700,00	1,9	-27,2
62,00 Passenger transport workers	2.564,41	2.279,46	3,8	2.114,57	1.800,00	2,1	-17,5
63,00 Retail workers	2.048,99	1.367,67	3,1	1.636,91	1.300,00	1,6	-20,1
64,00 Repair and maintenance service workers	2.297,29	1.823,56	3,4	1.859,45	1.500,00	1,8	-19,1
65,00 Surveillance service workers	1.853,98	1.557,10	2,8	1.940,59	1.700,00	1,9	4,7
66,00 Food and accommodation service workers	1.390,20	1.139,73	2,1	1.338,99	1.200,00	1,3	-3,7
67,00 Personal care and beauty services workers	1.522,72	957,37	2,3	1.389,33	1.200,00	1,4	-8,8
<b>7,00 Built environment production proletariat</b>	<b>1.806,37</b>	<b>1.367,67</b>	<b>2,7</b>	<b>1.553,92</b>	<b>1.400,00</b>	<b>1,5</b>	<b>-14,0</b>
71,00 Construction and utility workers	1.806,37	1.367,67	2,7	1.553,92	1.400,00	1,5	-14,0
<b>8,00 Subproletariat</b>	<b>1.149,08</b>	<b>775,01</b>	<b>1,7</b>	<b>1.254,01</b>	<b>1.100,00</b>	<b>1,2</b>	<b>9,1</b>
81,00 Delivery service workers	1.142,36	1.048,55	1,7	1.388,26	1.200,00	1,4	21,5
82,00 Cleaning service workers	1.011,14	914,52	1,5	1.340,64	1.200,00	1,3	32,6
83,00 Street vendors	2.492,83	1.367,67	3,7	1.396,38	1.000,00	1,4	-44,0
84,00 Domestic workers	667,66	615,45	1,0	1.026,03	1.100,00	1,0	53,7
<b>9,00 Rural Workers</b>	<b>1.063,92</b>	<b>820,60</b>	<b>1,6</b>	<b>1.221,80</b>	<b>1.100,00</b>	<b>1,2</b>	<b>14,8</b>
91,00 Workers in agriculture, livestock, forestry, etc.	1.063,92	820,60	1,6	1.221,80	1.100,00	1,2	14,8
<b>Total</b>	<b>2.951,72</b>	<b>1.641,21</b>	<b>4,4</b>	<b>3.025,12</b>	<b>1.700,00</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>

Source: IBGE (1982) and IBGE (2021).

Notes: (1) The main metropolitan regions are: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém and Brasília.

(2) Deflated by INPC, December 2021, based on the "Calculadora do Cidadão" of the Central Bank of Brazil.

(3) Ratio of the average income of each class fraction and socio-occupational categories in relation to the average income of domestic workers.

## Conclusion

The social structure of the main Brazilian metropolises has undergone significant changes in the last four decades but continues to be represented by a pyramid model, despite a narrowing at its base and growth in the middle and top of this pyramid. Furthermore, this pyramidal social structure continues to exhibit similarities in the structure of income inequalities between class fractions and socio-occupational categories, although these inequalities have decreased over 40 years.

We have sought to explain the changes in the composition of the socio-occupational structure based on the most significant (de) structuring economic processes that have occurred in the analyzed period, such as the process of deindustrialization. Additionally, we have considered the most significant technological changes of contemporary capitalism that have had an impact on the labor market dynamics. Furthermore, we have also addressed important societal changes, such as demographic and cultural shifts, which can help elucidate the behavior of some socio-occupational categories.

The reduction in income inequality primarily occurred due to the devaluation of socio-occupational categories that experienced a proportionally larger increase in the number of employed individuals. It's important to note that the categories that had a relative reduction in the number of employed individuals managed to increase their income levels. However, this reduction conceals the fact that it was also a result of a

proportionally larger increase in the average income of Domestic Workers, which we used as a reference in calculating inequalities. If the increase in the average income of this category had not occurred, the reduction in income inequalities would have happened but to a lesser extent. However, the increase in the average income of that category was not sufficient to even reach the value of the minimum wage used as a reference in the labor market, highlighting that income levels are generally low in the labor market of the country's metropolitan areas. Nonetheless, some socio-occupational categories managed to raise their income levels. This occurred even with a relative increase in the number of employed individuals. Notably, Medical Professionals, Small Employers, and Personal or Social Services Professionals were able to increase their average income, despite a relative increase in their number of employed individuals.

It is worth noting that the income inequality structure observed in 2021 occurred in a challenging socioeconomic context for the Brazilian labor market, characterized by the adverse effects of the economic crisis that began in 2015 and the COVID-19 pandemic in 2020. This context reflects the reversal of the economic growth, income expansion, and reduction in inequalities that took place between 2004 and 2014. It means that, without the economic and health crises, the income inequality situation would likely have been less pronounced than what we observed. Nevertheless, the income inequality structure in 2021 remained lower than what was

observed in 1982, during the period of military dictatorship. This indicates that, despite various processes that had negative consequences for the Brazilian economy, such as the process

of deindustrialization, for example, the democratic dynamics established in Brazil since 1985 are much more conducive to building a less unequal society.

[1] <https://orcid.org/0000-0001-7448-0690>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.  
Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
marceloribeiro@ippur.ufrj.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by the author himself.

## Acknowledgments

I would like to thank the funding granted by the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq to carry out the research in which this work is included through the granting of the Level 2 Research Productivity Grant. I would also like to thank the funding granted by Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – through the Jovem Cientista do Nosso Estado research grant.

## Notes

- (1) The metropolises used in this study were: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, and Brasília.
- (2) Globalization, in general terms, has meant a change in the pattern of commercial relationships between nation-states through transnational companies and changes in the very forms of productive organization and related work processes, transforming the space-time relationship (Ianni, 2001).
- (3) The image of the pyramid structure used to depict the social structure aims to reflect the idea that its base, representing the lower positions, is occupied by the largest portion of the population, while its top is occupied by a very small contingent. The middle positions would be numerically smaller than the base positions but more significant than those at the top.

- (4) An illustration of this is the fact that the Brazilian middle class is identified as occupying the top of the social hierarchy (Salata, 2015), which is why the upper middle class in this study was considered as part of the dominant class.
- (5) Other variables from the database are also used, such as differentiation filters for the social position of occupations, like public and private sectors for executives, and the economic activity sector for some occupations in the working class. See more on this in Observatório (2023).
- (6) In addition to these metropolitan areas, data is also provided for the Integrated Administrative Region of Greater Teresina (PI), which includes municipalities from both Piauí and Maranhão states.
- (7) The broader research from which this article originated involves cross-referencing with other variables. It's worth noting that data on race/ethnicity is available in the Pnad starting from 1982. Before that, there was only limited racial data available in the 1976 Pnad, but it was challenging to operationalize.
- (8) This procedure was carried out using a deflation index obtained from the "Calculadora do Cidadão," which is available on the website of the Central Bank of Brazil.
- (9) The only exception was the Public Administration and Public Safety Agents, who had a positive variation of 55%.

## References

- ANTUNES, R. (org.) (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, P. (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk.
- CANO, W. (2012). A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade* [online], v. 21, pp. 831-851.
- CARDOSO, A. M. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, v. 1.
- CHESNAIS, F. (2002). A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 1-44, jan./jun. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>. Acesso em: 10 out 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1982). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): microdados*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC): microdados da base anual – 5ª visita*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LIVI-BACCI, M. (2002). 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1.
- NERI, M. (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Centro de Políticas Sociais/FGV Editora.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2023). *Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrôpoles*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles (Relatório de Pesquisa).

- POCHMANN, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. (2000). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 4, pp. 9-32.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. (2013). *Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Segregação residencial: padrões e evolução". In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital e Observatório das Metrópoles.
- RIBEIRO, M. G.; RODRIGUES, J. (2019). As metrópoles brasileiras na divisão socioespacial do trabalho. In: XVIII ENANPUR. *Anais*. Natal.
- RIBEIRO, M. G. (org.) (2020). *Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*. 1. ed. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. (orgs.) (2020). *Transformações no mundo do trabalho [recurso eletrônico]: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. (orgs.) (2020). *Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SALATA, A. R. (2015). Quem é classe média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, pp. 111-149.
- SASSEN, S. (2001). *The global city: New York, London, Tokyo*. Nova Jersey, Princeton University Press.
- SOUZA, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG Editora.
- VALLE SILVA, N. (2004). "Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999)". In: FRANCO, R.; LEÓN, A.; RAÚL, A. (orgs.). *Estratificación y movilidad social em América Latina: transformaciones estructurales de um cuarto de siglo*. Santiago/Chile, Cepal.

Received: March 15, 2023

Approved: April 14, 2023

# Trabalho precariado e plataformização: comércio no circuito inferior da economia

Precarious work and platformization:  
trade in the lower circuit of economy

Alexsandra Maria Vieira Muniz [I]  
Maria Clélia Lustosa da Costa [II]  
Emanuelton Antony Noberto de Queiroz [III]

## Resumo

No contexto de reestruturação capitalista, desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, rentismo, somam-se a economia da plataformização, a uberização e a crescente precarização do mundo do trabalho. Maracanaú, pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, não passa incólume pelas transformações ocorridas no cenário nacional. O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica do circuito inferior da economia urbana nos territórios de comércio de confecção popular do município de Maracanaú. Conclui-se que esse comércio extrapola o território metropolitano e se reinventa em meio ao embate com o poder público e os interesses privados. Contudo, o direito ao trabalho na reforma urbana é um desafio diante do exército de excluídos, sendo negado o direito à cidade que se transformou em mercadoria, cidade do negócio.

**Palavras-chave:** comércio; precarização; economia urbana; território.

## Abstract

*The context of capitalist restructuring, deindustrialization, reprimarization of the export agenda, and rentism also includes platform economy, uberization, and the growing precarization of the world of work. Maracanaú, in the Metropolitan Region of Fortaleza, is not immune to the transformations that have been occurring in the national scenario. This article aims to analyze the dynamics of the lower circuit of urban economy in territories of popular clothing trade in the Municipality of Maracanaú. We conclude that this trade goes beyond the metropolitan territory and reinvents itself amid the clash with the government and with private interests. However, the right to work in the context of urban reform is a challenge in view of the army of excluded workers, and the right to the city that has become a commodity – the business city – has been denied.*

**Keywords:** business; precarization; urban economy; territory.

## Introdução

Se até os anos de 1970 a estrutura econômica brasileira era caracterizada como urbana e industrial, é sabido que, acompanhando a economia urbana e dos serviços, estamos diante do contexto maior de reestruturação capitalista, do avanço da desindustrialização, da reprimarização da pauta exportadora, do rentismo e, recentemente também, da economia da plataformização e da “uberização” (Antunes, 2019; Slee, 2017), como parte da crescente precarização (Standing, 2014) do mundo do trabalho.

As crises econômicas têm impactos diretos no mercado de trabalho, com queda de investimentos e aumento de desempregados, sendo emblemática a ocorrida a partir de 2011, que acarretou uma redução no ritmo de crescimento econômico nacional, ratificando o que afirmou Ribeiro, L. C. Q. (2020) quanto à ruptura do “experimento desenvolvimentista”, uma vez que a crise econômica instalada se acentua no final de 2014, tornando-se irreversível em 2016, desdobrando-se em um movimento de “inflexão ultraliberal”.

O capitalismo sempre enfrentou crises, embora as mais recentes tenham tido desdobramentos territoriais bastante contundentes. Segundo Pochmann (2017), a inflexão na trajetória da formalização das ocupações e do desemprego reflete diretamente o quadro recessivo que domina a economia brasileira.

A renovação das condições que permitem novos ciclos de acumulação capitalista tem historicamente ocorrido por meio dos ajustes espaciais. Assim, há uma intrínseca relação entre o processo de acumulação e os ajustes espaciais como forma de superar as crises resultantes da desvalorização do capital. Segundo

Harvey (2005), as recentes crises enfrentadas pelo capitalismo fizeram com que setores da produção fossem transplantados para países que oferecem vantagens necessárias a um novo momento de acumulação.

Empresas que modernizam continuamente os seus maquinários e, entre suas novas formas organizacionais, empregam crescentemente a terceirização demitem funcionários e aumentam as formas de automação. A tendência do mercado de trabalho em reduzir o número de trabalhadores e empregar uma força de trabalho que seja facilmente demitida já era apontada, dentre outros autores, por Harvey (1993).

A reestruturação produtiva e territorial potencializa a flexibilização e a terceirização, que, por sua vez, intensificam a precarização das relações de trabalho com perdas de direitos na medida em que o emprego informal se sobrepõe às relações formais de emprego. A terceirização é uma das esferas da acumulação flexível apoiada “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...]” (ibid., p. 140).

Assistimos a um contínuo processo de “flexibilização” na legislação trabalhista. Como exemplo, podemos citar a Reforma Trabalhista, com regras visando flexibilizar o mercado de trabalho (lei n. 13.467/2017), e a Reforma da Previdência, que alterou normas para a concessão da aposentadoria e de benefícios sociais (PEC 6/2019).

Com a pandemia de covid-19, ocorre um agravamento desse contexto, ampliando demissões de trabalhadores. Durante o período de isolamento social se deu uma desestruturação, prejudicando trabalhadores formais, informais e, notadamente, pequenas e microempresas. A definição do que era atividade essencial, no período de *lockdown*, revelou a desigualdade

socioeconômica e, em especial, o aprofundamento do capitalismo em sua versão mais perversa, como apontaram Silva e Muniz (2020).

O crescente desemprego, a informalidade e a “precariação” (Standing, 2014) motivam investigação enquanto questões relevantes e seu rebatimento no território. Dessa forma, este estudo exploratório, qualiquantitativo, envolveu pesquisa bibliográfica, assim como estatística e de campo, com registros e observações no diário de campo, além da aplicação de 64 questionários, nos meses de setembro a novembro de 2022, junto a comerciantes em seus diferentes espaços de reprodução ligados ao comércio de confecção popular de vestuário, no circuito inferior da economia urbana de Maracanaú, município da Região Metropolitana de Fortaleza (Ceará).

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a dinâmica do circuito inferior da economia urbana nos territórios de comércio de confecção popular do município de Maracanaú. Para tanto, ele está assim estruturado, para além desta introdução: Desemprego, informalidade e trabalho precariado; Economia urbana de Maracanaú (RMF-Ceará); O comércio de confecção popular de Maracanaú; Economia de plataforma e uberização no comércio popular de confecção do circuito inferior da economia em Maracanaú, na sequência, as Considerações finais.

## Desemprego, informalidade e trabalho precariado

Assistimos a um processo crescente de inovações tecnológicas nos processos produtivos de diferentes setores econômicos, “simultaneamente a um intenso e generalizado processo

de inovação tecnológica, são muitos os trabalhadores expulsos do processo produtivo [...]” (Ianni, 1997, p. 13). “A mudança tecnológica torna-se, então, uma fonte endógena de desemprego” (Offe, 1989, p. 82).

Assim, vem ocorrendo desemprego em larga escala, também chamado de tecnológico ou estrutural, motivado, de modo geral, pela substituição da mão de obra pela mecanização, pela automação e pela informatização do processo produtivo com a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994), sustentáculo do processo de reestruturação produtiva. Tunes (2020, p. 224) afirma que “associado ao crescimento do emprego da força de trabalho qualificada está, contraditoriamente, o aumento do desemprego estrutural que repercute, mais intensivamente, na força de trabalho menos qualificada”.

Reconhecemos que os termos desse debate são amplos e complexos e não poderíamos pretender resumir tal desafio teórico. Contudo, é de fundamental importância tentarmos resgatar os elementos-chave desse debate que tem dividido a literatura em basicamente duas correntes, a saber: os que afirmam, a partir da teoria social de Marx, a centralidade do trabalho; e os que afirmam a não centralidade do trabalho precisamente por conta da automação de base microeletrônica com o acentuado progresso técnico no processo de produção, gerando o desemprego estrutural e levando à banalização da necessidade do trabalhador no processo produtivo, já que ele passa a ocupar papel secundário no processo de acumulação capitalista.

Ricardo Antunes vai de encontro à posição dos autores que anunciam a crise da sociedade do trabalho ou o fim do trabalho (Gorz, Offe, Habermas, Kurtz), empenhando-se em

demonstrar que o trabalho ainda representa a categoria central na estruturação das sociedades contemporâneas, e os trabalhadores permanecem como os principais protagonistas das transformações sociais. E, mesmo considerando a difusão e o aprofundamento dos avanços técnicos e científicos, como também, as formas em que o trabalho se diversificou, ainda há validade para as teses marxianas do trabalho como gerador de valor. Sendo assim, a ciência, na sociedade capitalista, vem se somar ao aparato do capital com o intuito de extrair sobre-trabalho (Antunes, 1997).

Antunes (ibid., p. 54) ressalva que não existe "uma tendência generalizante e uníssona" de eliminação dos trabalhadores e de seu peso social, sublinhando a incorporação do trabalho feminino, o assalariamento intenso dos setores médios, decorrente da expansão dos serviços, e a multiplicação das formas de trabalho parcial, temporário, precarizado. Seria mais apropriado, argumenta, falar num "processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora".

Diante disso, não podemos negligenciar que empresas que

inovam e diferenciam produtos geram mais postos de trabalho, de maior qualidade, melhor remuneração e com mais estabilidade no cargo. Isso, de certa forma, contradiz a visão tradicional de que as empresas inovadoras e intensivas em tecnologia poupam mão de obra e não são grandes empregadoras. (Tunes, 2020, p. 224)

Há uma dualidade, no mercado de trabalho, com uma pequena camada "superior" (trabalhadores especializados com maior nível de escolaridade) e uma grande camada

"inferior" (trabalhadores não especializados com baixo nível de escolaridade), crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional. Somados a esse fato, temos o enorme número de desempregados e o mercado de trabalho informal, acompanhado da evolução da precarização das relações de trabalho em quase todos os países do mundo, analisadas por Standing (2014).

Com uma população desempregada de 8,6 milhões, a taxa de desemprego no Brasil caiu para 8% no primeiro trimestre (abril a junho) de 2023, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), menor índice desde 2014, e houve uma queda de 1,3 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2022. Por sua vez, a população ocupada (98,9 milhões) cresceu 1,1% (mais 1,1 milhão de pessoas), em relação ao trimestre anterior, e aumentou 0,7% (mais 641 mil) em comparação ao mesmo trimestre de 2022. O País registrou uma taxa de informalidade de 38,9% no mercado de trabalho no trimestre até abril de 2023. Havia 38,089 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período. Em um trimestre, 365 mil pessoas deixaram de atuar como trabalhadores informais. A extinção de vagas no mercado de trabalho como um todo no período totalizou 605 mil, sendo mais uma questão sazonal do que estrutural.

A informalidade impulsionada pela flexibilização trabalhista, com "a livre contratação entre capital e trabalho, foi apresentada como 'solução' pelos ideólogos neoliberais para eliminar o desemprego" (Muniz et al., 2022). Ademais, como a remuneração em determinados segmentos da economia se dá cada vez

mais em função da produtividade, o trabalhador tem dificuldade para se manter nos postos de trabalho e conservar a estabilidade de seus rendimentos. Os prestadores de serviços por aplicativo são exemplo desse contexto que coloca em prática as chamadas relações de trabalho flexíveis, nas quais há uma carga horária excessiva e baixos rendimentos. Outro exemplo são diversos casos de trabalho precarizado na produção têxtil e confeccionista.

[...] em quase todas as regiões do Brasil – sejam naquelas onde a proporção de trabalhadores informais é ainda alta, mas até nos centros mais desenvolvidos, como São Paulo – presenciamos situações de grave precariedade, como as que caracterizam as condições de trabalho das famílias bolivianas que em número crescente têm realizado contratos com empresas têxteis que lhes pagam por produção, em regimes que superam em muito a jornada legal de trabalho, e com remuneração irrisória (Standing, 2014, p. 284)

Standing (ibid.) conceitua o precariado:

Fazem parte do precariado as pessoas desprovidas de garantias relacionadas ao trabalho, como as garantias de mercado de trabalho, de emprego, de trabalho, de segurança no trabalho, de reprodução de habilidade, de segurança de renda e de representação.

Na escala do intraurbano metropolitano, também é possível identificar o trabalho precariado (ibid.). Assim, nos próximos tópicos, iremos abordar questões sobre o comércio popular de confecção de Maracanaú relacionado ao circuito inferior da economia.

## Economia urbana de Maracanaú (RMF-Ceará)

O município de Maracanaú, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)<sup>1</sup>, emancipa-se de Maranguape em 1983, passando a ser parte integrante da RMF instituída pela lei complementar federal n. 14, de 8 de junho de 1973, e composta, atualmente, por dezenove municípios.

Segundo censo do IBGE (2022), Maracanaú encontra-se cerca de 23,2 km de Fortaleza, com 234.392 habitantes, tendo, assim, a terceira maior população da RMF, atrás de Fortaleza, com 2.703.391 habitantes, e Caucaia, com 368.918 habitantes. O crescimento da população de Maracanaú (1960-2021) indica a década de 1980 como marco, resultante da implantação de conjuntos habitacionais e novas plantas industriais no distrito industrial.

Maracanaú, desde o final dos anos de 1960, insere-se no contexto de alocação de projetos de desenvolvimento regional com atuação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Sudene), com implantação do distrito industrial. O município, na década de 1980, adentra a lógica de produção e consumo de modo flexível, mediante a reestruturação produtiva promovida pelo “Governo das Mudanças”, no Ceará, que reproduz a agenda neoliberal e estimula a entrada de empreendimentos privados por meio da política de incentivos fiscais e da guerra fiscal propiciada com a autonomia administrativa aprovada pela Constituição Federal de 1988 (CF88), com novas geografias de governança das cidades, em

que o Estado, além de estruturador, é também um empreendedor do espaço e não somente o que Harvey (2005, p. 166) chama de “empreendedorismo na governança urbana”.

Dessa forma, para além das políticas realizadas durante o experimento desenvolvimentista no Ceará, o Governo do Estado atuou por meio de diferentes estratégias para avançar na reestruturação do capital, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada (fruticultura, horticultura e floricultura) e na agroindústria a ela associada.

Embora os investimentos se apresentem com forte concentração na RMF, como mostrou estudo recente do observatório das metrópoles acerca da economia metropolitana e do desenvolvimento regional (Muniz et al., 2020), observa-se, em paralelo, um esforço de políticas na busca por descentralizar a capital e difundir investimentos produtivos para o restante do território cearense.

Conforme Muniz (2015), a atividade industrial tem relevância no processo de metropolização ocorrido na RMF com a presença de grandes estabelecimentos. Esse processo corrobora a intensificação do movimento pendular entre os municípios da RMF, notadamente nos eixos viários de Maracanaú-Pacatuba (CE-060), Horizonte-Pacajus (BR-116) e Caucaia-São Gonçalo do Amarante (BR- 222), onde se apresentam importantes empresas industriais ativas.

Ao mesmo tempo que permanece a participação no quantitativo industrial, a metrópole cearense acompanha a tendência mundial, sobressai-se como metrópole do terciário, reforçando a pujança desse setor na economia da RMF, em razão do crescimento do comércio e dos serviços (Muniz et al., 2020).

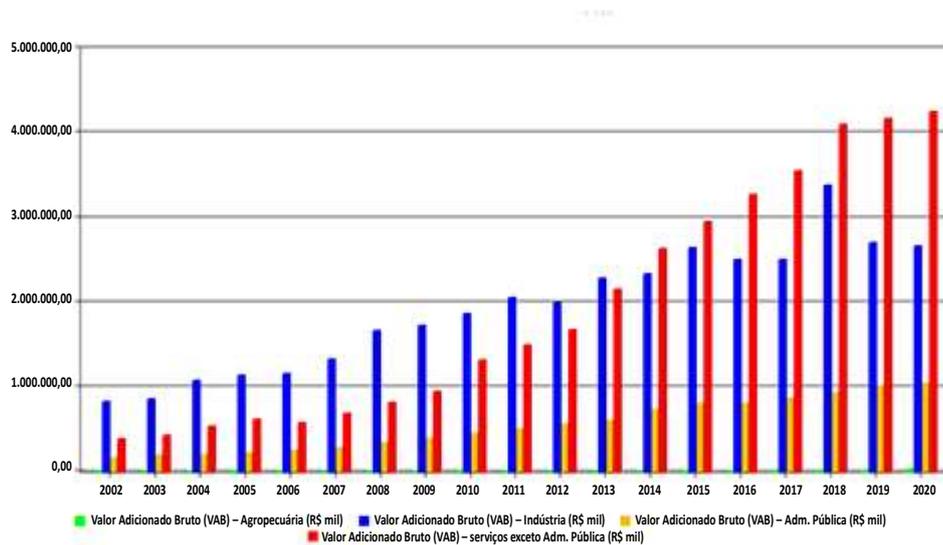
Por conseguinte, a partir dos anos 2000, a urbe de Maracanaú transforma-se e cresce o seu setor terciário, formando, assim, uma nova centralidade no espaço metropolitano, não apenas relacionado à produção industrial, mas com implantação de fixos ligado ao comércio e serviços que impulsionam fluxos intensos no território.

Em 2003, ano que remete à fundação do North Shopping Maracanaú, o setor de serviços cresce (passando de 379.706,00 para 422.858,00), mas é em 2014 que o setor de serviços se sobressai (2.629.989,52) em relação aos demais setores econômicos no município, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1.

Apesar da metrópole fortalezense ainda exercer uma grande força centrípeta, as atividades econômicas, o lazer e a habitação ultrapassam seus limites, difundindo-se para municípios da RMF. Maracanaú, sede do distrito industrial e de inúmeros conjuntos habitacionais, com elevadas taxas de crescimento populacional, atrai atividades comerciais e de serviços, transformando-se em uma importante centralidade na RMF.

Dentre os municípios com “muito alta” e “alta” integração à RMF, estão Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Pacajus; e, com “média” integração, estão Aquiraz, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante; enquanto a maioria está pouco integrada (Costa e Amora, 2015). Segundo os estudos do Regic (IBGE, 2020, p. 12), que propuseram a designação de Arranjos Populacionais “ao agrupamento de dois ou mais municípios” com forte ligação devido à movimentação para trabalho ou estudo, Maracanaú é parte do agrupamento de Fortaleza formado por: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba.

Gráfico 1 – PIB de Maracanaú



Fonte: Ipece (2022).

Modernos equipamentos terciários são instalados (shoppings centers, rede de supermercados, faculdades particulares e institutos de capacitação e ensino), sem impedir que se amplie o tradicional comércio ambulante, presente em diferentes pontos da urbe, territórios de sobrevivência e de consumo para os habitantes de menor renda. Esse comércio tradicional abrange diferentes estruturas, trabalhadores da capital e de municípios da RMF e tem sua área de influência da escala local à global (Bezerra da Silva, 2013; Santos, 2014; Queiroz e Muniz, 2020; Muniz et al., 2022), articulando os “circuitos superior e inferior da economia urbana” (Santos, 1979). Todavia, a reprodução desse tipo de comércio no circuito inferior se difunde em municípios de médio porte do estado e da RMF, com impacto na configuração territorial em Maracanaú.

## O comércio de confecção popular de Maracanaú

O comércio ligado à produção têxtil e de confecção tem forte representatividade na cidade de Fortaleza e, por conseguinte, no Ceará, com extensão para escala regional, nacional e internacional. O polo têxtil e confeccionista do Ceará é o sétimo do País, ficando atrás de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás, segundo dados dos estabelecimentos – Rais (2019).

A consolidação do moderno polo têxtil e de confecções na RMF tem presença de capitais locais que guardam estreita ligação com a base industrial preexistente (Silva e Muniz, 2022). A representatividade de Maracanaú no comércio de confecção é reflexo do significativo peso

que tem a produção têxtil e de confecção no Estado, como já constatado por Muniz (2014). Muniz (2022b), fundamentando-se em dados da Rais (2019), afirma que, assim como no quantitativo industrial têxtil, a produção confeccionista no Estado tem destaque no espaço metropolitano, estando Maracanaú (81 estabelecimentos) se sobressaindo após a capital (1.641 estabelecimentos).

Conforme Bezerra da Silva (2013), o setor confeccionista atrai um grande contingente de compradores, principalmente sacoleiras e turistas provenientes de outros estados e de outros países, como Cabo Verde, Guiana Francesa e Suriname.

A expansão do circuito inferior, através do comércio de confecção na RMF, é bem representativo em Fortaleza, a exemplo do comércio popular de confecção no centro da cidade, com o Centro Municipal de Pequenos Negócios, também chamado de Novo Beco da Poeira, o Esqueleto da Moda, a feira da rua José Avelino, os feirantes no entorno da Igreja da Sé e na Praça José de Alencar; estes são exemplos de espaços usados por aqueles que dependem desse setor da economia, de acordo com Dantas (2012), Bezerra da Silva (2013), Santos (2014), Queiroz e Muniz (2020).

A geografia do comércio perpassa as inter-relações dos circuitos superior e inferior da economia urbana. Assim como em outras realidades urbanas brasileiras, o comércio popular de confecção de Maracanaú, praticado pelo circuito inferior da economia, tem sua atuação limitada, “regulamentada” mediante a ação do poder público, através do atendimento de interesses privados, bem como do ordenamento do uso e ocupação do solo urbano, levando à consequente fragmentação de sua prática na cidade.

É válido ressaltar que “a segunda metade do século XX é marcada por uma urbanização acelerada nos países de economia dependente, e suas cidades manifestam todo tipo de problemas, relacionados ao ‘inchaço’ populacional que vivem” (Sposito, 2020, p. 70). Desse modo, dentre os problemas ocasionados, tem-se a informalidade presente no circuito inferior da economia urbana, que podemos definir como “um circuito não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie” (Santos, 1979, p. 155).

É sabido que, na economia capitalista, nem todas as pessoas têm posto de trabalho formal, realidade esta que se aprofunda na flexibilização das relações de trabalho, ficando à margem a população que vive do trabalho ambulante. Grosso modo, esse tipo de comércio se refere à pessoa que se dedica ao comércio de rua, sem localização fixa na cidade, ocupando territórios que garantem a sua sobrevivência. Esses “pedaços” da urbe, ou seja, os territórios do comércio ambulante, oportunizam a não “segregação” do consumo para os habitantes de baixo poder aquisitivo, haja vista o circuito inferior configurar uma relação social através da prática do “negócio”, para aqueles que o procuram, independentemente do *status* social.

Contudo, é importante salientar que, apesar da origem e de maior dependência do circuito inferior em relação ao superior, ambos se conectam como “vasos comunicantes, pois, sendo ambos um resultado da modernização, encontram, atualmente, as condições de sua reprodução” (Silveira, 2004, p. 66).

Desse modo, essa inter-relação entre ambos os circuitos se apresenta na atualidade especialmente através do contexto da

“praticidade e velocidade”, proporcionadas por plataformas digitais, dado o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que marca a expansão da Indústria 4.0.

[...] a expansão da chamada indústria 4.0. Essa indústria proposta nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo), estruturado a partir das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que se desenvolvem de modo célere. Sua expansão significará a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será controlada toda digitalmente. (Antunes, 2020, pp. 13-14)

Segundo Antunes (ibid., p. 13): “As tecnologias de informação e comunicação configuraram-se, então, como um elemento central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro de nosso tempo”.

Logo, o uso de plataformas digitais para divulgação e comunicação dos produtos de confecção popular em Maracanaú, somado a mecanismos de pagamento, a exemplo das maquinetas de cartão de crédito e plataforma de pagamentos instantâneos, o PIX, são elementos do circuito superior que se adaptam ao comércio proporcionado pelo circuito inferior, haja vista o capitalismo ser um sistema desigual que facilmente se adapta às diferentes realidades (Queiroz e Muniz, 2020).

O espaço urbano é ocupado por diferentes atores sociais, a partir dos variados interesses e manifestações; por conseguinte, as atividades laborais promovem o uso e ocupação do solo para prática do comércio nos dois circuitos

da economia urbana. O circuito inferior da economia urbana é evidenciado em diferentes territórios do município de Maracanaú, como, por exemplo: o Centro do Empreendedor, o Mercado Carlos Jereissati, a Feira do Caranguejo e a Feira do Industrial.

A Feira da Favela Iguatemi e a Feira do Calçadão foram realocadas pela Prefeitura Municipal de Maracanaú (PMM), e parte dos antigos feirantes da Favela Iguatemi foi para o Mercado Carlos Jereissati, fundado em 1993.

A antiga Feira da Favela Iguatemi (FFI), em Maracanaú, foi o primeiro local de reprodução do circuito inferior da economia; espaço que foi modificado e fragmentado, através da atuação do ex-prefeito Júlio Cesar, que retirou os antigos feirantes do local e deslocou parte deles para o Mercado Carlos Jereissati, conforme Gomes (2015).

Já o segundo espaço, mais recente local ligado ao circuito inferior da economia, projetado para o funcionamento predominante do comércio popular de confecção, o Centro do Empreendedor (CEM), fundado em 2022, está localizado na Praça Francisco Mário Ferreira, a partir da retirada dos ambulantes da Feira do Calçadão; parte deles sendo agraciados com um box nesse novo local, em que o funcionamento é de segunda a sábado, manhã e tarde, e aos domingos no turno da manhã.

Dessa forma, destacam-se, no comércio popular de confecção de Maracanaú, como territórios investigados no trabalho de campo relacionados ao circuito inferior da economia urbana: o Mercado Carlos Jereissati, a Feira do Caranguejo, a Feira Popular Metropolitana de Maracanaú, também chamada de Feira do Industrial, e o Centro do Empreendedor.

Em todos esses espaços, predomina o comércio popular de confecção de vestuário, sendo também observada a venda de eletrônicos, hortigranjeiro, refeições, miudezas, ferramentas, artigos de beleza, cosmético, armário e barbearia.

No comércio de confecção de Maracanaú, o maior público-alvo consumidor são mulheres, com faixa etária entre 30-40 anos. No que concerne à venda dos produtos relacionados a esse segmento comercial, dentro de uma escala decrescente, do maior para o menor, conforme análise dos questionários respondidos, dentre os produtos de maior quantidade de venda, destacam-se a modinha, sendo seguido pela moda íntima, roupas infantis e, por fim, moda praia; salientamos que também existem as redes para descanso, cama mesa e banho.

Diferentemente dos demais espaços onde ocorre o comércio popular de confecção, em espaços projetados com estrutura de alocação em forma de box, mediante o ordenamento do uso e ocupação do espaço urbano, a Feira do Caranguejo remete à tradicional questão da ocupação de vias públicas por comerciantes ambulantes do circuito inferior da economia urbana. Seu funcionamento reproduz o comércio de rua e a prática de feira livre.

Na Feira do Caranguejo, localizada no anel viário 4 de julho, próximo à agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Maracanaú, no centro municipal, o funcionamento é sempre aos domingos, das 6h às 12h. Nesse território, é encontrado o comércio de confecção de forma variada: moda praia, vestuário, cama, mesa e banho e redes para descanso; há também a venda de alimentação, calçados, frutas, hortigranjeiro, grãos, miudezas, eletrônicos, animais domésticos, ração animal, peças

de bicicletas, motocicletas e automóveis, ferramentas, eletrodomésticos, brinquedos, cosméticos, chapéus e produtos de higiene pessoal.

A Feira Popular Metropolitana de Maracanaú, também chamada de Feira do Industrial, é um território diferente dos supramencionados, pois, mesmo tendo ambulantes do município de Maracanaú, sua origem remete à problemática de uso e ocupação do solo urbano pelo comércio popular de confecção em Fortaleza, na Feira da José Avelino e na Feira da Sé, que foi deslocado para Maracanaú em 2010, conforme acordos realizados entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e Maracanaú, que transferem parte dos feirantes para este município.

O funcionamento na Feira do Industrial é de quarta-feira a domingo, e seu funcionamento tem uma particularidade em relação aos demais locais, que é a questão estratégica locacional, pois possui proximidade com os bairros limítrofes de Fortaleza e o 4º anel viário; logo parte de seus consumidores é de caminhoneiros itinerantes de outros estados do Brasil, que transportam cargas pelo modal, sendo citados São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo os permissionários do local, a propaganda feita pelo “boca a boca”, de funcionários das indústrias localizadas, no bairro Conjunto Industrial de Maracanaú, facilita o consumo por parte dos caminhoneiros.

Sobre a existência das feiras no espaço urbano da cidade, Gonçalves (2019, p. 33) ensina-se que: “[...] as feiras e mercados podem ser entendidos como manifestações de um comércio periódico que antecedeu às de perfil de comércio permanente no espaço urbano com estabelecimento de comércios, a exemplo das boutiques e lojas”.

Na Figura 1, observamos o registro da antiga Feira do Calçadão, na avenida Carlos Jereissati, ambiente que, após o encerramento da Feira da Favela Iguatemi, foi o segundo espaço de maior movimentação e comércio do circuito inferior de Maracanaú. Logo, essa Figura irá retratar dois momentos: na posição horizontal, na letra A, registrada em junho de 2021, quando ocorria seu funcionamento no corredor comercial; já na posição vertical, na letra B, é possível observar a retirada dos feirantes, na gestão do prefeito Roberto Pessoa, mediante

a obra de requalificação da via, ocorrendo, assim, do mesmo modo da Feira da Favela Iguatemi, a atuação da prefeitura, na retirada dos ambulantes e a conseqüente fragmentação de suas atividades no território.

Gonçalves (2019) mostra que, muitas vezes, existe uma relação conflituosa da feira com o espaço urbano, e o poder público tenta enquadrá-la na norma, visando reduzir os embates com comerciantes fixos ou o uso indevido das áreas públicas, pois a configuração desse tipo de comércio promove grande fluxo em áreas centrais.

Figura 1 – Feira do Calçadão e obra de requalificação da avenida Carlos Jereissati



Fonte: arquivo pessoal de Queiroz, 2023.

Dessa forma, são áreas que restam da seletividade de espaços por outros agentes a partir da segregação e que muitas vezes são impostas à população não inclusa nos postos de trabalho formais. Estes acabam por ocupar o espaço público, formando territórios. A ação do Estado pode ocorrer motivada por questões de ordenamento do território, como, também, para atender aos interesses de determinados grupos sociais de grande poder econômico. Serpa (2021, p. 176) salienta que:

[...] os processos de apropriação do espaço público na cidade contemporânea são condicionados por representações segregacionistas, que vão mediar processos de territorialização de grupos sociais (classes e frações de classe), a partir de uma dialética entre capital cultural e capital econômico.

É importante salientar que a Feira do Carangueijo é a única a ocupar o espaço público do município em um território não planejado, ocorrendo o comércio de “rua”; todavia tem seu funcionamento limitado, pelo poder público, aos domingos, não podendo funcionar nos demais dias da semana. Além disso, também não conta com apoio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo (Setee) da prefeitura municipal.

Nas feiras, observa-se de forma emblemática o trabalho precariado. Para a solução dos problemas enfrentados pela precarização da população, Standing (2014) considera fundamental, primeiro, que se assegure o direito à voz a todas as pessoas, sobretudo àquelas que até hoje estão tão distantes de terem os direitos à cidadania. Isso através de meios que possam aperfeiçoar as formas de participação nas decisões de todas as comunidades e dos países, com efetivo avanço no processo de democratização. Segundo, entre as proposições

econômicas e sociais, como um dos mais importantes estudiosos do tema, ele sugere a instituição da Renda Básica Incondicional e Universal.

Em estudo recente do Observatório das Metrôpoles acerca da reforma urbana e o direito à cidade, Muniz (2022a) retrata os desafios do direito ao trabalho diante das transformações da economia urbana e do mercado de trabalho de Fortaleza, no contexto de pandemia da covid-19, complementando o trabalho desenvolvido acerca dos impactos da covid-19 no mercado de trabalho metropolitano de Fortaleza no contexto de inflexão neoliberal (Muniz et al., 2020).

Nesse contexto, o que observamos é a expansão e difusão metropolitana de territórios do comércio de confecção popular do circuito inferior, a exemplo do que ocorre em Maracanaú, como parte da extensão desse processo que já se consolidou na metrópole de Fortaleza. Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 26), “[...] o território é sempre e, concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado e não simplesmente construído [...]”.

Assim, as construções das territorialidades pelo comércio de confecção em Maracanaú, de certo modo, estão presentes na lógica de reprodução dessa parcela da sociedade. Sobre a reprodução dos territórios formados pelo circuito inferior da economia, Bezerra da Silva (2013, p. 96) ensina-nos que:

Uma multiplicidade de atores sociais (camelôs, ambulantes e sacoleiras) ligados a essa atividade, no sentido de garantir seu processo de reprodução, se apropriam do espaço, constroem territórios através de relações sociais realizadas ao longo do tempo, atribuindo valor de uso e simbólico a certa área.

Nesse sentido, os estudos sobre os territórios do comércio de confecção, seja em Maracanaú, seja partindo para outras realidades do território brasileiro de médias ou grandes cidades, remetem aos estudos expostos por Haesbaert (2005), quando ele afirma, baseado no pensamento de Lefebvre, que a dinâmica e o processo de construção e apropriação do espaço, pelos atores sociais, são carregados de marcas do vivido, do valor de uso e troca. Desse modo, enquanto espaço-tempo vivido, o território acaba por ser sempre múltiplo, diverso e complexo em sua visibilidade de formação e reprodução na morfologia urbana.

De acordo com a pesquisa de campo, esses territórios de Maracanaú são majoritariamente representados pela parcela da população não inserida no mercado de trabalho, com baixa escolaridade, e a maioria de seus trabalhadores representada pelo gênero feminino e da faixa etária entre 40 e 50 anos.

É importante destacar que, conforme respostas aos questionários aplicados em campo, além de trabalhadores oriundos da urbe de Maracanaú, foram encontrados no circuito inferior antigos comerciantes ambulantes do centro de Fortaleza que outrora atuavam no Beco da Poeira e na Feira da rua José Avelino. Além disso, é importante destacar que, no grupo de faixa etária de 50-60 anos, há a presença de três “ex-galegos” e de onze “ex-sacoleiras”.

Sobre o termo “galego”, Gomes (2015, p. 134) salienta que “no Ceará, uma das primeiras formas de comércio desenvolvida foi a de ambulantes mascates. Esses comerciantes eram chamados de galegos, pois foram os imigrantes portugueses – e depois os sírios – que difundiram, em maior escala, tal prática pelas ruas de Fortaleza”. Já, sobre o termo

“sacoleira”, remete tanto à “turista-compradora (consumidora) como à revendedora de mercadorias populares” (Vaz, 2018, p. 28).

Assim, conforme trabalho de campo, nos espaços projetados para o recebimento do comércio no circuito inferior, como aspecto positivo, os comerciantes mencionam o baixo aluguel, a limpeza, a segurança e a questão da saúde pessoal, pois, nesses locais, não ocorre a necessidade diária de montar e desmontar a barraca, carregamento de peso e estar exposto ao sol, chuva e poeira.

A pandemia de covid-19 afetou os territórios de comercialização como um todo. Os comerciantes relataram, além da questão do luto, com a perda de colegas feirantes que faleceram com a letalidade do vírus, a diminuição de vendas e o fechamento de boxes, relacionando-se ao Mercado Carlos Jereissati e à Feira do Industrial, haja vista não ter sido uma problemática que ocorreu no Centro do Empreendedor, pois seu funcionamento remete à reabertura gradual em 2022.

Os comerciantes do Centro do Empreendedor e do Mercado Carlos Jereissati reclamam da obra de requalificação da avenida V, também chamada de Carlos Jereissati, principal corredor comercial de Maracanaú, algo que trouxe redução na circulação de pessoas; também questionam a localização, pois foram distanciados do North Shopping Maracanaú, local onde ocorre o fluxo maior de transeuntes na avenida V, tendo afetado a venda de ambos os locais.

No que concerne à Feira do Caranguejo, os ambulantes citam a limitação temporal de funcionamento no espaço, que ocorre somente aos domingos; já na Feira do Industrial, apesar de terem um representante do poder público municipal no gerenciamento do espaço,

questionam a falta de divulgação do comércio nessa localidade; isto também foi considerado algo falho pelos comerciantes do Centro do Empreendedor e do Mercado Carlos Jereissati.

## Economia de plataforma e uberização no circuito inferior da economia em Maracanaú

Como supramencionado, o comércio de confecção popular de Maracanaú encontra-se difundido no tradicional comércio de rua e em locais planejados para seu funcionamento. Sua reprodução no território é fiscalizada e regulamentada mediante ação da prefeitura, através do Plano Diretor da Cidade, que oferece a seguinte regulamentação sobre o uso do solo urbano, perante sua ocupação por pequenos ou grandes empreendedores, presente em seu artigo 3: “VII – o fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade” (Maracanaú, 2012, p. 2).

Desse modo, o comércio popular de confecção em Maracanaú é encontrado no comércio de rua, na Feira do Caranguejo e em determinados cruzamentos da avenida Carlos Jereissati, avenida esta que já recebeu a Feira do Calçadão, algumas manchas de ambulantes nos cruzamentos da via, no corredor de passagem da avenida VII, uma nova subcentralidade formada no município, no bairro da Pajuçara. Contudo, nesse novo corredor comercial, no que diz respeito ao circuito inferior, predomina o comércio de alimentação, em especial, no horário noturno. Já, nos locais projetados para

o recebimento do comércio de ambulantes, são apresentados o Mercado Público Carlos Jereissati, o Centro do Empreendedor e a Feira Popular Metropolitana de Maracanaú; no caso específico desta feira, foi constatado, em trabalho de campo, interações com municípios no entorno de Maracanaú e até de outros estados brasileiros, processo este facilitado pelo modal rodoviário do 4º anel viário.

Na Figura 2, observam-se registros realizados em trabalho de campo sobre os territórios que apresentam a prática do comércio popular de confecção, em Maracanaú, durante os meses de junho a setembro de 2022.

Na Figura 2, nos pontos C e D, são apresentados o Centro do Empreendedor e, nos pontos E e F, a Feira do Caranguejo; nos pontos G e H, a Feira Popular Metropolitana de Maracanaú; e, nos Pontos I e J, o Mercado Carlos Jereissati. Através do trabalho de campo, realizamos a identificação das principais vias comerciais de Maracanaú e verificamos onde são representados os territórios de comércio de confecção popular ligados ao circuito inferior da economia, com exceção do Megashopping Moda Nordeste (MSMN), cujo espaço de capital privado ligado ao circuito superior da economia irá comercializar o mesmo segmento de comércio.

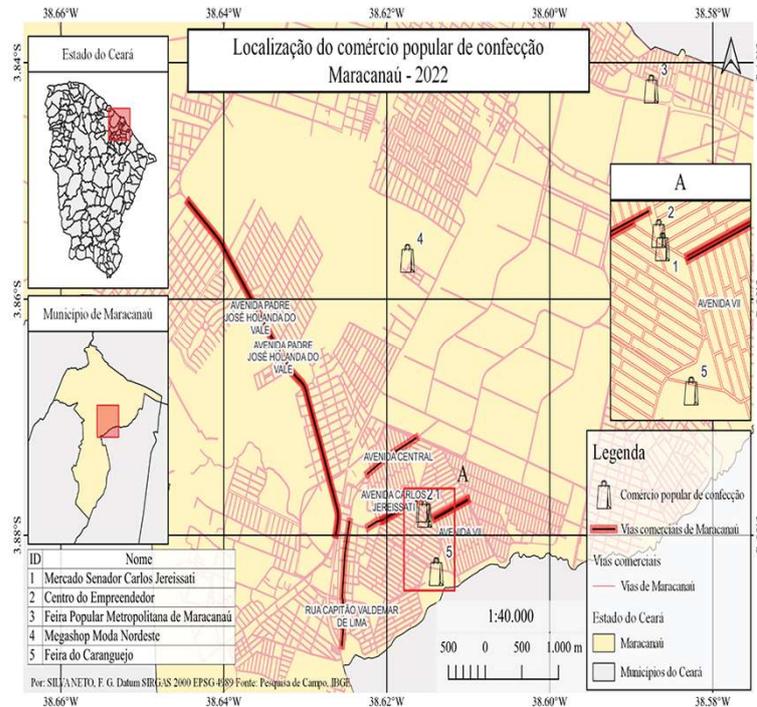
O comércio popular de confecção é apresentado em sua forma mais tradicional no espaço urbano de Maracanaú, em feira livres, no caso da Feira do Caranguejo. Entretanto, também ocorre a ação da prefeitura através do deslocamento de suas atividades e no controle do tráfego de automóveis no seu funcionamento. Também é possível observar (conforme a Figura 3) manchas espalhadas de alguns vendedores ambulantes nos cruzamentos de ruas

Figura 2 – Territórios de comércio popular de confecção do circuito inferior da economia em Maracanaú



Fonte: arquivo pessoal de Queiroz, 2022.

Figura 3 – Mapa de localização do comércio popular de confecção de Maracanaú – 2022



Fonte: adaptado por pesquisa de campo, a partir de IBGE (2022).

secundárias à principal via comercial do município, avenida V, porém, com menor quantidade, o que remete a antigos feirantes da Feira do Calçadão, que resistem da saída organizada pelo ente público municipal; mas estes sofrem maior pressão, haja vista ser um espaço estratégico que concentra a maior circulação de pessoas e mercadorias de Maracanaú (Gomes, 2015).

Os questionários aplicados na investigação permitiram compreender a dinâmica e a especificidade desse comércio. Conforme as respostas dos permissionários de forma unânime, observamos que, nos espaços do comércio de confecção ligados ao circuito inferior, os comerciantes não produzem, nem compram em Maracanaú. Os trabalhadores relataram que negociam peças de roupas, no atacado, do comércio tradicional do centro de Fortaleza, para revenda em Maracanaú. Esse fato é justificado pela questão do “preço” e da variedade. Mesmo que a distância seja um fator importante, um comerciante declarou:

Não vale a pena comprar ou produzir em Maracanaú para revender na cidade, é muito mais caro, em Fortaleza já temos nossos contatos, não precisamos mais nem ir até a capital, apesar que às vezes é bom, pois vamos na rua, tem todo aquele movimento, vemos e tocamos a mercadoria, além de dá uma volta na praia, hoje, o negócio é todo feito pelo catálogo vendido no WhatsApp, nós olhamos os produtos e eles vão sempre atualizando de acordo com a moda do momento, faço o PIX, e pronto! O vendedor separa e envia tudo nos conformes pelo Uber Entregas, é muito mais prático, dependendo da quantidade não pagamos nem o frete já é incluso.

Slee (2017) toma como paradigma a concepção de economia de compartilhamento e suas características de precarização e uberização que acabam criando um trabalhador *just in time*, ou seja, que recebe apenas pelo tempo trabalhado. Constrói-se, assim, uma nova morfologia no mundo do trabalho em que as empresas que lutavam contra as grandes corporações passam a ocupar seu lugar.

Desse modo, a fala acima destaca o uso da plataforma Uber para realização de entregas de peças de confecção do centro de Fortaleza para Maracanaú; isso na atualidade é uma marca da chamada “uberização do trabalho” que grosso modo seria a venda de um serviço, normalmente relacionado à entrega, para uma pessoa física ou alguma empresa de forma independente, através de determinadas plataformas virtuais que prestam o serviço.

O termo uberização foi cunhado para caracterizar essa nova forma de gerenciamento e organização do trabalho. Embora o nome remeta a uma empresa, expõe uma tendência que perpassa o mundo do trabalho e que, de forma global, vem atingindo diversas ocupações. Para além das recentes ferramentas digitais, esse processo é remanescente de décadas de flexibilização trabalhista e vem, cada vez mais, tomando espaço. (Acosta e Ruppenthal, 2019)

Logo, Cantor (2019, p. 51) afirma que:

O tempo de trabalho dos trabalhadores cognitivos foi “celularizado” porque se divide em fragmentos em células, que o capital faz circular pela rede de maneira despersonalizada, e pelo telefone celular mantém-se uma conectividade perpétua,

que obriga os trabalhadores precarizados a estar disponíveis, como escravos pós-modernos, sempre que o capital necessita deles.

Sobre o uso de aplicativos nas relações de trabalho atuais, Chan, Pun e Selden (2019, p. 26) salientam que:

A busca de maiores lucros pelas corporações tem se beneficiado do uso de eficientes tecnologias de transporte e comunicação, de políticas neoliberais de comércio e serviços financeiros internacionais, bem como da disponibilidade de imigrantes e do trabalho excedente. As multinacionais reduziram, quiçá eliminaram, as principais barreiras para a mobilidade entre espaços de desenvolvimento desigual.

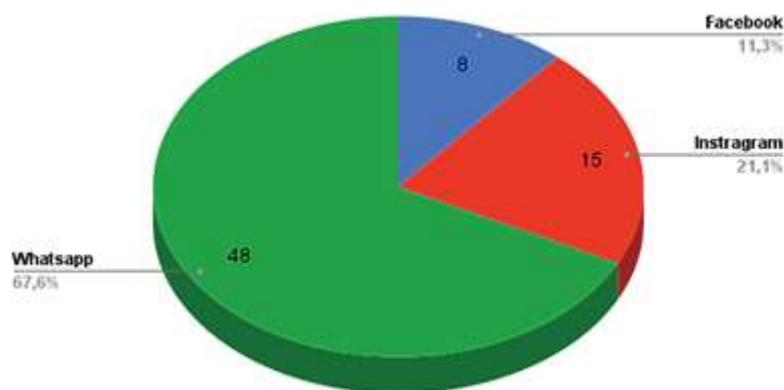
Além disso, os serviços prestados por terceiros para aplicativos vendem a seguinte imagem para seu prestador de serviço: “Você é seu próprio chefe”, “Autonomia e flexibilidade”, “Desburocratização dos processos”, “Seus rendimentos aumentam junto ao seu esforço” e “Amplas oportunidades de mercado”. Todavia, Abilio, Amorim, Grohmann (2021, pp. 38-39) trazem a seguinte questão:

O trabalho subordinado por meio de plataformas tem de ser compreendido no contexto da desestabilização das categorias de análise que se constituíram em

torno do emprego formal. As dualidades problemáticas que orientam a compreensão do trabalho informal como “espelho da relação salarial” [...] No trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, trabalhadores não são contratados, nem mesmo recrutados. Não há vagas predeterminadas ou processos seletivos – aparentemente, para trabalhar, basta se cadastrar. O contrato de trabalho agora transfigura-se em um contrato de adesão. Entretanto, as empresas têm sido bem-sucedidas em monopolizar setores de atuação e controlar enormes contingentes de trabalhadores. A própria relação de subordinação se informaliza. Essa informalização envolve a perda de predeterminações claras ou estáveis sobre a jornada de trabalho, sobre a distribuição do trabalho e até mesmo sobre sua precificação. [...] Os critérios não são claros e podem nem mesmo ser mapeáveis, mas estão permanentemente presentes. Esses integram o gerenciamento algorítmico: por meio de mecanismos automatizados – mas humanamente programados – realizam-se o acesso, a distribuição e a precificação do trabalho. Essa programação envolve ranqueamentos, oferta de bonificações, punições – elementos que materializam os meios de controle do trabalho.

Logo, mediante o uso de plataformas digitais para compra em Fortaleza e revenda em Maracaná, trazemos os seguintes dados adquiridos em trabalho de campo.

Gráfico 2 – Plataformas digitais utilizadas para compra de confecção em Fortaleza para revenda no Circuito Inferior em Maracanaú



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Conforme o Gráfico 2, podemos observar o uso de plataformas digitais pelo circuito inferior da economia para compra de peças de confecção no comércio de Fortaleza e posterior revenda em Maracanaú, destacando o uso do popular aplicativo WhatsApp. Sobre essa ferramenta digital, destacamos que: “WhatsApp no Brasil é um caso único no mundo. O estudo Digital Brazil 2022, realizado pelas empresas We Are Social e Hootsuite, mostrou que pelo menos 165 milhões de brasileiros usam a ferramenta, a maior penetração numa nação em todo o planeta” (Neto, 2022).

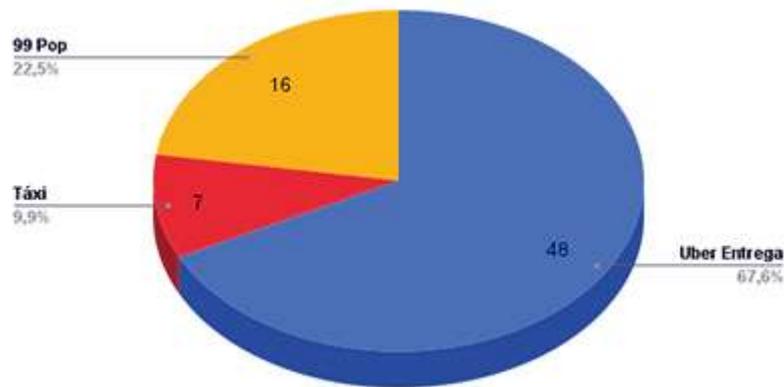
A economia de plataforma, que se repercute nas atividades do setor de serviços, apresenta novos mecanismos de precarização das relações de trabalho, tendo em vista que se baseia em atividades de elevado uso tecnológico vinculado a corporações empresariais nacionais e internacionais, mas que não oferece garantias

de proteção social para os seus trabalhadores, compreendidos como colaboradores (ou mesmo empreendedores) porque pressupõe autonomia do trabalho a ser realizado, e leva ao aumento da intensificação do trabalho por jornadas prolongadas ao longo de toda semana. (Ribeiro, M. G., 2020, p. 44)

Já, sobre qual plataforma digital é utilizada para transportes de peças de confecção de Fortaleza para Maracanaú, trazemos o Gráfico 3, realizado após pesquisa de campo.

De acordo com o Gráfico 3, observamos que a plataforma Uber Entregas é a mais utilizada para logística de entrega de peças de confecção via catálogo digital de Fortaleza para revenda em Maracanaú; serviço este presente na rotina dos trabalhadores do circuito inferior da economia urbana de Maracanaú, algo que é reflexo da pandemia de covid-19, tendo em que o isolamento social corroborou o aumento

Gráfico 3 – Meio de transporte utilizado para entrega de peças de confecção de Fortaleza para revenda no Circuito Inferior em Maracanaú



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

de serviços de entrega por aplicativos digitais, que, com a volta gradual das atividades laborais, ainda permanecem como uma marca desse marco histórico de crise sanitária global no contexto atual.

A transformação digital da economia brasileira se intensificou com a pandemia, que mudou o comportamento de empresas e pessoas, o que disparou a demanda por serviços ligados à tecnologia da informação (TI). O segmento se encontrava, em outubro, em patamar 73,7% acima do de fevereiro de 2020, antes de impacto da crise sanitária. Atividades como desenvolvimento de aplicativos e softwares, armazenamento de dados em nuvem e segurança da informação foram algumas das mais procuradas por companhias que precisaram se adaptar à necessidade de trabalho remoto e de isolamento social. (Carneiro, 2023)

Assim, é importante salientar que Fortaleza, consoante a história, estrutura e logística do setor de confecção, conforme resposta nos questionários aplicados, acaba, muitas vezes, ganhando a concorrência na questão de qualidade e preço final, mesmo incluindo o deslocamento. É importante mencionar que, atualmente, as transações comerciais em grande ou pequeno volume demandam “praticidade e velocidade”, através do uso de tecnologias proporcionadas por plataformas digitais, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Antunes (2019, p. 15) salienta que:

Nesse movimento, todos os espaços possíveis tornam-se potencialmente geradores de mais-valor, uma vez que os serviços que foram privatizados fizeram florescer novos mecanismos utilizados pelo capital, mecanismos estes

desempenhados pelos trabalhadores e trabalhadoras (contemplando sempre a dimensão de gênero) que atuam nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), *call center*, *telemarketing*, hotelaria, limpeza, comércio, *fast-food*, hipermercados, trabalho de *care* (cuidados), etc., que frequentemente realizam trabalhos intermitentes, temporários, informais, autônomos, desregulamentados, à margem da legislação social protetora do trabalho.

O uso das TICs se intensificou no comércio popular de confecção entre Fortaleza e Maracanaú, nas interações dos circuitos inferior e superior. Com o advento da pandemia de covid-19, mediante o distanciamento social, o uso de tecnologias da informação esteve bastante presente na questão dos negócios, prestação de serviços e logística, dialogando com o conceito de “compressão de espaço-tempo” (Harvey, 1993).

O desenvolvimento da tecnologia nos meios de transporte e de comunicação propicia aumento da velocidade e a falsa impressão do encurtamento das distâncias nas práticas de comércio e circulação de capital. Esse fenômeno, Castells (1999) denomina “sociedade em rede”, tendo seu marco de desenvolvimento a apropriação da internet para reprodução do sistema capitalista. A sociedade em rede também é estudada por Levy (1999), através do termo “cibercultura”, espaço representado pelas interações motivadas pela realidade virtual, ou seja, criadas pelas culturas da informática.

São linguagens, usos, percepções sensoriais, novas identidades formadas e trocas simbólicas que estão emaranhadas em rede, que não descartam nem mesmo o aspecto econômico dentro dessas novas relações. Do ponto de vista da economia,

a rede trouxe mudanças profundas à sociedade, redefinindo as categorizações de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) entre os países e as economias. (Simões, 2009, p. 2)

Sobre o uso da informática pelo sistema capitalista, Castells (1999, p. 50) comenta que:

Ela originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional.

Dessa forma, no mundo globalizado, as TICs para práticas dos negócios são produzidas no circuito superior e introduzidas no circuito inferior da economia. A geografia dos negócios proporciona a seus usuários a compra para o consumo ou para revenda; desse modo, é uma realidade presente e em constante evolução, tendo em vista o seu uso pelo sistema capitalista nas interações sociais dos negócios. Logo, isso corrobora o “processar mensagem de muitos para muitos, com o potencial de alavancar a multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo” (Castells, 2013, p. 15).

Vivemos em uma sociedade amplamente conectada, em que a tecnologia deixou de ser privilégio de poucos e passou a permear grande parte dos indivíduos. O acesso à informação, que anteriormente ficava monopolizado, hoje está ao

alcance de muitos. A tecnologia digital ubíqua trouxe novas ambiências para consumidores, organizações e instituições. Diante dessa nova realidade, as relações mercadológicas são impactadas e novos desafios e oportunidades surgem, podendo alterar modelos tradicionais de negócios. (Guidini, 2018, p. 59)

Por fim, os territórios que reproduzem o comércio do circuito inferior no espaço urbano de Maracanaú, assim como em Fortaleza, são aqueles que, além de promoverem oportunidades para aqueles não inseridos em postos de trabalho formais, possibilitam o consumo para a população de menor poder aquisitivo. Ademais, são territórios com rede de influência para outros municípios do espaço metropolitano e para além deste, dadas as imbricações com o circuito superior da economia urbana.

## Considerações finais

Diante do exposto, as transformações no mundo do trabalho ante as crises no sistema capitalista e o contexto da pandemia revelam crescente desemprego, informalidade, exploração do trabalho, novas categorias de trabalho e perda de direitos trabalhistas; muitos trabalhadores, por sua vez, encontram no circuito inferior um “refúgio” que pode ser temporário ou permanente.

Desse modo, o circuito inferior da economia ligado ao ramo confeccionista em Maracanaú é um espaço dinâmico e amplo que possui diversas especificidades. Conforme trabalho de campo, foi possível verificar a rede de influências que extrapola o seu território, conectando-se com municípios vizinhos, incluindo os barros limítrofes com Fortaleza e até mesmo com

outros estados brasileiros, como ocorre no caso particular da Feira do Industrial, processo facilitado pelo modal rodoviário do 4º anel viário.

Ao mesmo tempo, sua difusão no espaço é consequência dos conflitos entre o poder público pelo uso do solo urbano, ocorrendo, assim, sua reorganização e reinvenção, visando à adaptação ao comércio eletrônico relacionado a plataformização, uberização e trabalho “precariado” (Stading, 2014), marcado pela alta rotatividade e pela redução de direitos trabalhistas. O avanço das tecnologias da informação e comunicação permite alcance de territórios cada vez mais longínquos, o que nos leva a ratificar o que Harvey (1993) nos fala da “compressão do espaço-tempo”.

O direito ao trabalho em condições dignas é ainda um desafio para muitos que são parte do exército de excluídos do trabalho, renda, lazer, consumo, moradia, infraestrutura básica de saneamento, acesso a serviços de saúde e educação, ou seja, é negado o direito à cidade à grande maioria dessa população que é parte da cidade que se transformou em mercadoria, a cidade do negócio.

É preciso que haja políticas de inclusão, na reforma urbana; urge pensar em políticas efetivas de inclusão para que o direito ao trabalho na cidade seja uma realidade para a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2018) e não uma utopia.

Para que possamos vir a falar em crescimento econômico na RMF, em novas centralidades, com expansão da malha urbana, com redefinição dos circuitos da produção e consumo na economia metropolitana, os investimentos públicos e privados em projetos estruturantes devem vir acompanhados de aumento do trabalho, do crédito, da renda, das condições dignas de trabalho e sua reprodução.

As interações entre o circuito superior e inferior da economia ligado ao comércio confeccionista revelam seus desdobramentos na economia urbana metropolitana de

Maracanaú, impulsionando novos fluxos e alterando a dinâmica urbana com a territorialização difusa para além da metrópole.

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-9607-9160>**

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia. Fortaleza, CE/Brasil.  
geoalexandraufc@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0001-5066-4209>**

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia. Fortaleza, CE/Brasil.  
clelialustosa@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0001-8846-590X>**

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, CE/Brasil.  
emanuelton@alu.ufc.br

## Nota

- (1) Municípios da RMF: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Fortaleza, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

## Referências

- ABILIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, n. 57, pp. 26-56.
- ACOSTA, E. T.; RUPPENTHAL, M. (2019). Uberização do trabalho. *Jornal da Universidade UFRGS*, edição 225. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/uberizacao-do-trabalho/>>. Acesso em: abril 2023.
- ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2019). "Proletariado digital, serviços e valor". In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida o mosaico da exploração*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). "Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0". In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho e Indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- BEZERRA DA SILVA, E. S. (2013). *Dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- CANTOR, V. R. (2019). "A expropriação do tempo no capitalismo atual". In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida o mosaico da exploração*. São Paulo, Boitempo.
- CARNEIRO, L. (2023). Transformação digital e pandemia fazem serviços de TI disparar: segmento cresce mais de 70% entre o início de 2020 e fim de 2022, desacelera, mas cenário de alta persiste. *Valor Econômico*. Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CHAN, J.; PUN, N.; SELDEN, M. (2019). "A política da produção global: Apple, Foxconn e a nova classe trabalhadora chinesa". In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida o mosaico da exploração*. São Paulo, Boitempo.
- COSTA, M. C. L.; AMORA, Z. B. (2015). "Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole". In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. Fortaleza, Letra Capital.
- DANTAS, E. W. C. (org.) (2012). *A cidade e o comércio ambulante: Estado e disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza (1975-1995)*. Fortaleza, EDUFC.
- GONÇALVES, T. E. (2017). *Shopping centers e o processo de metropolização em Fortaleza*. Tese de doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- GONÇALVES, L. A. A. (2019). *A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular*. São Paulo, Blucher/Edições UVA.

- GOMES, R. B. (2015). *Metropolização do consumo: as transformações do comércio varejista em Maracanaú*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará.
- GUIDINI, P. A. (2018). A comunicação com o mercado por meio de aplicativos: desafios e oportunidades. *Signos do Consumo*. São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 59-69.
- HAESBAERT, R. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. *Anais*. São Paulo, Universidade de São Paulo
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. (2007). O território em tempos de globalização. Etc: Espaço, Tempo e Crítica. Niterói, UFF.
- HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume (Coleção Geografia e Adjacências).
- IANNI, O. (1997). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Regiões de Influência das Cidades – Regic 2018*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2022). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maracanau/panorama>. Acesso em: set 2023
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2022). <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/anoario.xhtml>. Acesso em: set. 2023
- KITAMURA, C. K.; MIRANDA, M.; RIBEIRO FILHO, V. (2007). O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, MG, v. 8, n. 23, pp. 20-26. DOI: 10.14393/RCG82315656. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15656>. Acesso em: mar 2023.
- LEVY, J. (1999). Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes. *Cahiers d'Etudessur la Méditerranée Orientale et le monde Turco Iranien*. Disponível em: <http://cemoti.revues.org/1458>. Acesso em: 10 dez 2022.
- MARACANAÚ (2012). Lei n. 1.945 de 28 de dezembro de 2012 – Plano Diretor. Maracanaú. Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/download/lei-no-1-945-de-28-de-dezembro-de-2012-plano-diretor/>. Acesso em: jun 2022.
- MUNIZ, A. M. V.; QUEIROZ, E. A. N.; SOUZA, B. S.; SILVA, J. B. (2022). Relações entre os circuitos superior e inferior no comércio confeccionista em Fortaleza-CE. *Revista de Geografia*. Recife, v. 39, n. 1, pp. 82-105.
- MUNIZ, A. M. V.; SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; SILVA, R. M.; CABRAL, J. M. T. (2020). “Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza”. In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. (orgs.). *Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza*. Rio de Janeiro, Ippur.

- MUNIZ, A. M. V. (2014). *A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza: mudanças, permanências, desafios e tendências*. Tese de doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- \_\_\_\_\_. (2015). The production of Fortaleza's metropolitan space and the industrial dynamic. *Mercator* (on-line), Fortaleza v. 14, pp. 61-74.
- \_\_\_\_\_. (2022a). "Economia urbana e mercado de trabalho em Fortaleza no contexto de pandemia da Covid-19". In: PEREIRA, A. Q.; COSTA, M. C. L. (orgs.). *Fortaleza: reforma urbana e direiro à cidade*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- \_\_\_\_\_. (2022b). *Geografia da indústria têxtil e de confecção*. Fortaleza, Imprensa Universitária.
- NETO, J. S. (2022). Brasil é o país do mundo que mais usa WhatsApp e a plataforma quer ganhar dinheiro com isso. *O GLOBO Negócios*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2022/08/whatsapp-quer-ganhar-dinheiro-no-brasil-nas-conversas-entre-empresas-e-consumidores-diz-diretor.ghtml>>. Acesso em: mar 2023.
- OFFE, C. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo, Brasiliense.
- POCHMANN, M. (2017). Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, pp. 309-330.
- QUEIROZ, E. A. N. de; MUNIZ, A. M. V. (2020). Da Thomaz Pompeu Têxtil ao novo beco da poeira: papel no circuito inferior da economia e na requalificação do centro de Fortaleza. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 9, n. 19, pp. 115-144, 2020. DOI: 10.20873/rtg.v9n19p115-144. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/uft.2317-9430.v9n19p115>. Acesso em: 5 out 2023.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2019). Acesso em: set 2023
- RELATÓRIO de Economia Bancária (2022). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: set 2023.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2020). *As Metrôpoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.
- RIBEIRO, M. G. (2020). "Introdução". In: RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. (orgs.). *Transformações no mundo do trabalho: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SANTOS, M. (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M. C. (2014). *A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza-Ceará*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- SERPA, A. (2018). Comércio de rua e requalificação de espaços públicos em Salvador-BA: uma agenda de pesquisa. *Geografares* [On-line], 26.
- \_\_\_\_\_. (2021). "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea". In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação especial*. São Paulo, Contexto.

- SILVEIRA, M. L. (2004). "São Paulo: os dinamismos da pobreza". In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo, Contexto.
- SIMÕES, I. A. G. (2009). A sociedade em rede e a cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. *Revista Temática* (On-line), ano V, n. 5.
- SILVA, J. B. da; MUNIZ, A. M. V. (2020). Pandemia do Coronavírus no Brasil: Impactos no Território Cearense. *Espaço e Economia* [On-line], 17. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/10501>>. Acesso em: jul 2023.
- \_\_\_\_\_. (2022). *A indústria têxtil e a produção do espaço urbano*. Fortaleza, Imprensa Universitária/Edições UFC.
- SLEE, T. (2017). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo, Elefante.
- SPOSITO, M. E. B. (2020). *Capitalismo e urbanização*. São Paulo, Contexto.
- STANDING, G. (2014). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte, Autêntica.
- TUNES, R. (2020). *Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das metrópoles.
- VAZ, P. G. (2018). *As "sacoleiras" a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias*. Tese de doutorado. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

Texto recebido em 15/mar/2023

Texto aprovado em 18/jul/2023

# Precarious work and platformization: trade in the lower circuit of economy

Trabalho precariado e plataformação:  
comércio no circuito inferior da economia

Alexsandra Maria Vieira Muniz [I]  
Maria Clélia Lustosa da Costa [II]  
Emanuelton Antony Noberto de Queiroz [III]

## Abstract

The context of capitalist restructuring, deindustrialization, reprimarization of the export agenda, and rentism also includes platform economy, uberization, and the growing precarization of the world of work. Maracanaú, in the Metropolitan Region of Fortaleza, is not immune to the transformations that have been occurring in the national scenario. This article aims to analyze the dynamics of the lower circuit of urban economy in territories of popular clothing trade in the Municipality of Maracanaú. We conclude that this trade goes beyond the metropolitan territory and reinvents itself amid the clash with the government and with private interests. However, the right to work in the context of urban reform is a challenge in view of the army of excluded workers, and the right to the city that has become a commodity – the business city – has been denied.

Keywords: business; precarization; urban economy; territory.

## Resumo

*No contexto de reestruturação capitalista, desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, rentismo, somam-se a economia da plataformação, a uberização e a crescente precarização do mundo do trabalho. Maracanaú, pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, não passa incólume pelas transformações ocorridas no cenário nacional. O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica do circuito inferior da economia urbana nos territórios de comércio de confecção popular do município de Maracanaú. Conclui-se que esse comércio extrapola o território metropolitano e se reinventa em meio ao embate com o poder público e os interesses privados. Contudo, o direito ao trabalho na reforma urbana é um desafio diante do exército de excluídos, sendo negado o direito à cidade que se transformou em mercadoria, cidade do negócio.*

**Palavras-chave:** comércio; precarização; economia urbana; território.

## Introduction

While until the 1970s, Brazil's economic structure was characterized as urban and industrial, it is well known that, along with the urban and service economy, we are facing the larger context of capitalist restructuring, the advance of deindustrialization, the reprimarization of exports, rentierism and, recently, the platform economy and "uberization" (Antunes, 2019; Slee, 2017), as part of the growing precariation (Standing, 2014) of the world of work.

Economic crises have a direct impact on the labor market, with a drop in investment and an increase in the number of unemployed people. The one that occurred in 2011 is emblematic of this, which led to a reduction in the pace of national economic growth, confirming what Ribeiro, L. C. Q. (2020) said about the rupture of the "developmentalist experiment", since the economic crisis intensified at the end of 2014, becoming irreversible in 2016, unfolding in a movement of "ultraliberal inflection".

Capitalism has always faced crises, although the most recent ones have had quite striking territorial consequences. According to Pochmann (2017), the inflection in the trajectory of formalization of occupations and unemployment directly reflects the recessionary situation that dominates the Brazilian economy.

The renewal of the conditions that allow for new cycles of capitalist accumulation has historically occurred through spatial adjustments. Thus, there is an intrinsic relationship between the accumulation process and spatial adjustments as a way of overcoming

the crises resulting from the devaluation of capital. According to Harvey (2005), the recent crises faced by capitalism have led to sectors of production being transplanted to countries that offer the necessary advantages for a new moment of accumulation.

Companies that continually modernize their machinery and, among their new organizational forms, increasingly employ outsourcing lay off employees, and increase forms of automation. The tendency of the labor market to reduce the number of workers and employ a workforce that is easily dismissed was already pointed out, among other authors, by Harvey (1993).

Productive and territorial restructuring boosts flexibilization and outsourcing, which in turn intensify the precariation of employment relations with a loss of rights as informal employment overtakes formal employment relations. Outsourcing is one of the spheres of flexible accumulation based on "the flexibility of work processes, labor markets, products, and consumption patterns [...]" (ibid., p. 140).

We are witnessing a continuous process of "flexibilization" in labor legislation. As an example, we can mention the Labor Reform, with rules aimed at making the labor market more flexible (law n. 13.467/2017), and the Social Security Reform, which changed rules for granting retirement and social benefits (PEC 6/2019).

With the COVID-19 pandemic, this context has worsened, leading to more layoffs. During the period of social isolation, there was a disruption, harming formal and informal workers and, notably, small and micro-enterprises. The definition of what was an essential activity during the lockdown period revealed socioeconomic inequality and, in

particular, the deepening of capitalism in its most perverse version, as Silva and Muniz (2020) pointed out.

Growing unemployment, informality, and "precarisation" (Standing, 2014) prompt investigation of relevant issues and their impact on the territory. Thus, this exploratory, qualitative, and quantitative study involved bibliographical research, as well as statistical and field research, with records and observations in the field diary, in addition to the application of 64 questionnaires, from September to November 2022, with traders in their different spaces of reproduction linked to the popular clothing trade, in the lower circuit of the urban economy of Maracanaú, a municipality in the Metropolitan Region of Fortaleza (Ceará).

With this in mind, the objective is to analyze the dynamics of the lower circuit of the urban economy in the territories of popular clothing trade in the Municipality of Maracanaú. To this end, it is structured as follows, in addition to this introduction: Unemployment, informality, and precarious work; Maracanaú's urban economy (RMF-Ceará); Maracanaú's popular clothing trade; Platform economy and uberization in the popular clothing trade in Maracanaú's lower economic circuit, followed by the Final considerations.

## Unemployment, informality, and precarious work

We are witnessing a growing process of technological innovation in the production processes of different economic sectors. "At the same time as an intense and widespread

process of technological innovation, many workers are being pushed out of the production process [...]" (Ianni, 1997, p. 13). "Technological change then becomes an endogenous source of unemployment" (Offe, 1989, p. 82).

Large-scale unemployment, also known as technological or structural, has thus been occurring, generally motivated by the replacement of labor by mechanization, automation, and computerization of the production process with the expansion of the technical-scientific-informational environment (Santos, 1994), which underpins the process of productive restructuring. Tunes (2020, p. 224) states that "associated with the growth in employment of the skilled workforce is, contradictorily, the increase in structural unemployment, which has a more intense impact on the less skilled workforce".

We recognize that the terms of this debate are wide-ranging and complex, and we cannot pretend to summarize this theoretical challenge. However, it is crucial that we try to retrieve the key elements of this debate that have divided the literature into two currents, namely: those who affirm, based on Marx's social theory, the centrality of work; and those who affirm the non-centrality of work precisely because of microelectronic-based automation with the accentuated technical progress in the production process, generating structural unemployment and leading to the trivialization of the need for workers in the production process, since they now occupy a secondary role in the process of capitalist accumulation.

Ricardo Antunes goes against the position of authors who announce the crisis of the labor society or the end of work (Gorz, Offe, Habermas, Kurtz), striving to demonstrate

that work still represents the central category in the structuring of contemporary societies, and workers remain the main protagonists of social transformations. Even considering the spread and deepening of technical and scientific advances, as well as how work has diversified, there is still validity to the Marxian thesis of work as a generator of value. Thus, in capitalist society, science is added to the apparatus of capital in order to extract surplus labor (Antunes, 1997).

Antunes (*ibid.*, p. 54) points out that there is no "generalizing and unison trend" towards the elimination of workers and their social weight, stressing the incorporation of women's work, the extensive wage employment in the middle sectors as a result of the expansion of services, and the multiplication of forms of partial, temporary and precarious work. It would be more appropriate, he argues, to speak of a "process of greater heterogenization, fragmentation, and complexification of the working class".

In view of this, we cannot neglect that companies that

innovate and differentiate products generate more jobs, of higher quality, better paid, and with more job stability. This, in a way, contradicts the traditional view that innovative and technology-intensive companies are labor-saving and are not great employers. (Tunes, 2020, p. 224)

There is a duality in the labor market, with a small "top" layer (skilled workers with higher levels of education) and a large "bottom" layer (unskilled workers with lower

levels of education) growing at both ends of the occupational structure. Added to this is the huge number of unemployed and the informal labor market, accompanied by the evolution of precarious labor relations in almost every country in the world, analyzed by Standing (2014).

With an unemployed population of 8.6 million, the unemployment rate in Brazil fell to 8% in the first quarter (April to June) of 2023, according to data from the Continuous National Household Sample Survey (Pnad Contínua), calculated by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the lowest rate since 2014, and a drop of 1.3 percentage points compared to the same period in 2022. In turn, the employed population (98.9 million) grew by 1.1% (1.1 million more people) compared to the previous quarter and increased by 0.7% (641,000 more) compared to the same quarter in 2022. The country recorded an informality rate of 38.9% in the labor market in the quarter to April 2023. There were 38.089 million informal workers in the period. In one quarter, 365,000 people stopped working as informal workers. Job losses in the labor market as a whole in the period totaled 605,000, which is more a seasonal issue than a structural one.

Informality driven by labor flexibilization, with "free contracting between capital and labor, was presented as a 'solution' by neoliberal ideologues to eliminate unemployment" (Muniz et al., 2022). Furthermore, as pay in certain segments of the economy is increasingly based on productivity, it is difficult for workers to keep their jobs and maintain a stable income. App-based service

providers are an example of this context that puts into practice so-called flexible working relationships, in which there are excessive working hours and low incomes. Another example is the many cases of precarious work in textile and clothing production.

[...] in almost every region of Brazil - whether in those where the proportion of informal workers is still high, or even in the most developed centers, such as São Paulo - we see situations of serious precariation, such as those that characterize the working conditions of Bolivian families who in growing numbers have signed contracts with textile companies that pay them per production, in regimes that far exceed the legal working day, and with derisory remuneration. (Standing, 2014, p. 284)

Standing (ibid.) conceptualizes the precariat:

The precariat is made up of people who lack guarantees related to work, such as guarantees of the labor market, employment, job security, reproduction of skills, income security, and representation.

On the scale of the intra-urban metropolitan area, it is also possible to identify precarious work (ibid.). So, in the next few topics, we'll address questions about the popular clothing trade in Maracanaú related to the lower economic circuit.

## Maracanaú's urban economy (RMF-Ceará)

the municipality of Maracanaú, located in the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF),<sup>1</sup> emancipated itself from Maranguape in 1983, becoming an integral part of the RMF established by federal complementary law no. 14, of June 8, 1973, and currently made up of nineteen municipalities.

According to the IBGE census (2022), Maracanaú is about 23.2 km from Fortaleza, with 234,392 inhabitants, making it the third largest population in the RMF, behind Fortaleza, with 2,703,391 inhabitants, and Caucaia, with 368,918 inhabitants. Maracanaú's population growth (1960-2021) points to the 1980s as a milestone, resulting from the establishment of housing estates and new industrial plants in the industrial district.

Since the end of the 1960s, Maracanaú has been part of the context of regional development projects organized by the Northeast Economic Development Agency (Sudene), with the establishment of the industrial district. In the 1980s, the municipality entered the logic of flexible production and consumption, through the productive restructuring promoted by the "Government of Change" in Ceará, which reproduced the neoliberal agenda and stimulated the entry of private enterprises through the policy of

tax incentives and the fiscal war provided by the administrative autonomy approved by the Federal Constitution of 1988 (CF88), with new geographies of city governance, in which the state, as well as being a structurer, is also an entrepreneur of space and not just what Harvey (2005, p. 166) calls "entrepreneurship in urban governance".

Thus, in addition to the policies carried out during the developmentalist experiment in Ceará, the state government acted through different strategies to advance the restructuring of capital, notably in the sectors of industry, tourism, services, and export agribusiness based on irrigated agriculture (fruit-growing, horticulture, and floriculture) and the agro-industry associated with it.

Although investments are heavily concentrated in the RMF, as shown by a recent study by the Observatório das Metrôpoles regarding the metropolitan economy and regional development (Muniz et al., 2020), there is also an effort by politicians to decentralize the capital and spread productive investments to the rest of Ceará.

According to Muniz (2015), industrial activity is important in the process of metropolization that has taken place in the RMF, with the presence of large establishments. This process corroborates the intensification of commuting between the municipalities of the RMF, especially on the Maracanaú-Pacatuba (CE-060), Horizonte-Pacajus (BR-116) and Caucaia-São Gonçalo do Amarante (BR-222) highways, where major industrial companies are active.

At the same time as maintaining its share of the industrial total, the metropolis of Ceará is following the global trend and standing out as a tertiary metropolis, reinforcing the strength of

this sector in the economy of the RMF, due to the growth of commerce and services (Muniz et al., 2020).

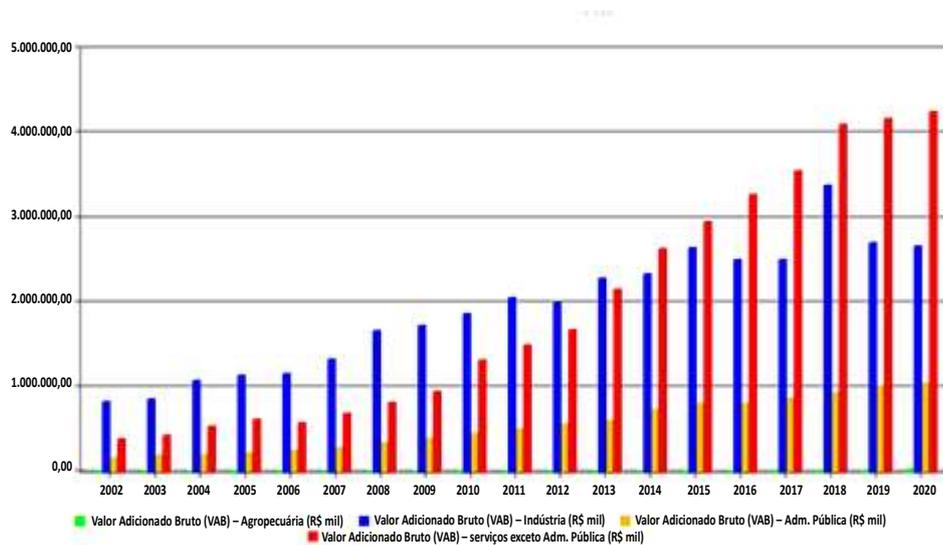
Consequently, since the 2000s, the city of Maracanaú has been transformed and its tertiary sector has grown, thus forming a new centrality in the metropolitan area, not just related to industrial production, but with the implantation of fixed structures linked to commerce and services that drive intense flows in the territory.

In 2003, the year North Shopping Maracanaú was founded, the service sector grew (from 379,706.00 to 422,858.00), but it was in 2014 that the service sector stood out (2,629,989.52) in relation to the other economic sectors in the municipality, as can be seen in Graphic 1.

Although the metropolis of Fortaleza still exerts a great centripetal force, economic activities, leisure and housing go beyond its limits, spreading to municipalities in the RMF. Maracanaú, home to the industrial district and numerous housing estates, with high population growth rates, attracts commercial and service activities, becoming an important centrality in the RMF.

Among the municipalities with "very high" and "high" integration with the RMF are Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Pacajus; and with "medium" integration are Aquiraz, Pacatuba, and São Gonçalo do Amarante; while the majority are poorly integrated (Costa and Amora, 2015). According to the Regic studies (IBGE, 2020, p. 12), which proposed the designation of Population Arrangements to the grouping of two or more municipalities with a strong connection due to movement for work or study, Maracanaú is part of the Fortaleza grouping formed by: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape and Pacatuba.

Graphic 1 – Maracanaú's GDP



Source: Ipece (2022).

Modern tertiary equipment has been installed (shopping centers, supermarket chains, private colleges, and training and educational institutes), without preventing the expansion of traditional street vending, present in different parts of the city, territories of survival and consumption for lower-income inhabitants. This traditional trade encompasses different structures, workers from the capital and from municipalities in the RMF, and its area of influence ranges from local to global (Bezerra da Silva, 2013; Santos, 2014; Queiroz and Muniz, 2020; Muniz et al., 2022), linking the "upper and lower circuits of the urban economy" (Santos, 1979). However, the reproduction of this type of trade in the lower circuit is widespread in medium-sized municipalities in the state and in the RMF, with an impact on the territorial configuration of Maracanaú.

## The popular clothing trade in Maracanaú

Trade linked to textile and clothing production has a strong presence in the city of Fortaleza and, consequently, in Ceará, extending to regional, national, and international scales. The textile and clothing cluster in Ceará is the seventh largest in the country, behind São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro and Goiás, according to data on establishments – RAIS (2019).

The consolidation of the modern textile and clothing hub in the RMF has the presence of local capital that has close ties to the pre-existing industrial base (Silva and Muniz, 2022). Maracanaú's representativeness in the clothing trade is a reflection of the significant weight of textile and clothing production in

the state, as Muniz (2014) has already pointed out. Muniz (2022b), based on data from Rais (2019), states that, as with the textile industry, clothing production in the state stands out in the metropolitan area, with Maracanaú (81 establishments) standing out after the capital (1,641 establishments).

According to Bezerra da Silva (2013), the clothing sector attracts a large contingent of buyers, mainly *sacoleiras* (itinerant vendors) and tourists from other states and countries such as Cape Verde, French Guiana, and Suriname.

The expansion of the lower circuit, through the clothing trade in the RMF, is very representative in Fortaleza, such as the popular clothing trade in the city center, with the Municipal Small Business Center, also called Novo Beco da Poeira, Esqueleto da Moda, the José Avelino street market, the marketers around the Igreja da Sé and at Praça José de Alencar; these are examples of spaces used by those who depend on this sector of the economy, according to Dantas (2012), Bezerra da Silva (2013), Santos (2014), Queiroz and Muniz (2020).

The geography of commerce encompasses the interrelations between the upper and lower circuits of the urban economy. As in other Brazilian urban realities, the popular clothing trade in Maracanaú, practiced by the lower circuit of the economy, has its activity limited, "regulated" through the action of the public authorities, by serving private interests, as well as by regulating the use and occupation of urban land, leading to the consequent fragmentation of its practice in the city.

It is worth noting that "the second half of the 20th century was marked by accelerated urbanization in dependent economy countries, and their cities manifested all kinds of problems related to the population growth they are experiencing" (Sposito, 2020, p. 70). Thus, among the problems caused is the informality present in the lower circuit of the urban economy, which we can define as "a non-modern circuit, comprising small manufacturing production, often artisanal, small trade and a multiplicity of services of all kinds" (Santos, 1979, p. 155).

It is well known that, in the capitalist economy, not everyone has a formal job, a reality that is exacerbated by the flexibilization of labor relations, leaving the population that lives as street vendors. Roughly speaking, this type of trade refers to people who engage in street vending, with no fixed location in the city, occupying territories that guarantee their survival. These "pieces" of the city, i.e. the territories of street vending, make it possible not to "segregate" consumption for low-income inhabitants, since the lower circuit configures a social relationship through the practice of "business", for those who seek it out, regardless of their social status.

However, it is important to point out that, despite the origin and greater dependence of the lower circuit on the upper one, both are connected like "communicating vessels, since, as both are a result of modernization, they currently find the conditions for their reproduction" (Silveira, 2004, p. 66).

In this way, the interrelationship between the two circuits can be seen today, especially in the context of the "practicality and

speed" provided by digital platforms, given the advance of Information and Communication Technologies (ICTs) that marks the expansion of Industry 4.0.

[...] the expansion of the so-called Industry 4.0. This proposed industry was born in Germany in 2011, designed to generate a new and profound technological leap in the productive world (in the broad sense), structured on the basis of new information and communication technologies (ICT), which are developing rapidly. Its expansion will mean even more automated and robotized production processes throughout the value chain so that business logistics will be controlled entirely digitally. (Antunes, 2020, pp. 13-14)

According to Antunes (*ibid.*, p. 13): "Information and communication technologies are thus configured as a central element among the distinct accumulation mechanisms created by the financial capitalism of our time."

Therefore, the use of digital platforms to publicize and communicate popular clothing products in Maracanaú, together with payment mechanisms such as credit card machines and instant payment platforms like PIX, are elements of the upper circuit that adapt to the commerce provided by the lower circuit, given that capitalism is an unequal system that easily adapts to different realities (Queiroz and Muniz, 2020).

The urban space is occupied by different social actors, based on various interests and manifestations; therefore, labor activities promote the use and occupation of land for commerce in the two circuits of the urban economy. The lower circuit of the urban economy is evidenced in different areas of

the municipality of Maracanaú, such as the Entrepreneur Center, the Carlos Jereissati Market, the Feira do Caranguejo (Crab Fair), and the Industrial Fair.

The Iguatemi Favela Fair and the Calçadão Fair were relocated by Maracanaú City Hall (PMM), and some of the former market-goers from the Iguatemi Favela moved to the Carlos Jereissati Market, founded in 1993.

The old Iguatemi Favela Fair (FFI), in Maracanaú, was the first place where the lower economic circuit was reproduced; a space that was modified and fragmented through the actions of former mayor Júlio Cesar, who removed the former market traders from the site and moved some of them to the Carlos Jereissati Market, according to Gomes (2015).

The second, more recent space linked to the lower circuit of the economy, designed for the predominant operation of the popular clothing trade, the Entrepreneur Center (CEM), founded in 2022, is located at Praça Francisco Mário Ferreira, after the street vendors were removed from the Calçadão Fair; some of them were given a stall in this new location, which operates from Monday to Saturday, morning and afternoon, and on Sundays in the morning.

Thus, the territories investigated in the fieldwork related to the lower circuit of the urban economy in Maracanaú's popular clothing trade are the Carlos Jereissati Market, the Crab Fair, the Maracanaú Metropolitan Popular Fair, also known as the Industrial Fair, and the Entrepreneur Center.

In all these spaces, the popular clothing trade predominates, but there are also sales of electronics, vegetables, meals, offal, tools, beauty products, cosmetics, haberdashery, and barbershops.

In Maracanaú's clothing trade, the main target consumer is women, aged between 30 and 40. With regard to the sale of products related to this commercial segment, on a descending scale, from the largest to the smallest, according to an analysis of the questionnaires answered, among the products with the largest number of sales, fashion stands out, followed by underwear, children's clothing, and, finally, beachwear; we would point out that there are also hammocks for resting, bed, table and bath.

Unlike the other spaces where the popular clothing trade takes place, in spaces designed with a box-shaped allocation structure, through the ordering of the use and occupation of urban space, the Crab Fair refers to the traditional issue of the occupation of public roads by street traders from the lower circuit of the urban economy. Its operation reproduces street trading and the practice of a free market.

The Crab Fair, located on the 4 de Julho ring road, next to the Maracanaú branch of the National Institute of Social Security (INSS) in the city center, is always open on Sundays from 6am to 12pm. This is where you'll find a wide range of clothing: beachwear, clothing, beds, tables and baths, and hammocks for resting; there are also sales of food, footwear, fruit, vegetables, grains, offal, electronics, pets, animal feed, bicycle, motorcycle and car parts, tools, household appliances, toys, cosmetics, hats and personal hygiene products.

The Metropolitan Popular Fair of Maracanaú, also known as the Industrial Fair, is a different territory from those mentioned above because, although it has street vendors from the municipality of Maracanaú, its origins go back to the problem of the use and occupation of urban land by the popular clothing trade in Fortaleza, at the José Avelino Fair and the Sé Fair, which was relocated to Maracanaú in 2010, according to agreements between Fortaleza City Hall and Maracanaú, which transferred part of the market vendors to this municipality.

The Industrial Fair is open from Wednesday to Sunday, and its operation has a particularity in relation to the other sites, which is the strategic locational issue, as it is close to the neighborhoods bordering Fortaleza and the 4th ring road; therefore part of its consumers are itinerant truck drivers from other states in Brazil, who transport cargo by modal, including São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. According to the local vendors, the "word-of-mouth" advertising by employees of the industries located in the Conjunto Industrial neighborhood of Maracanaú facilitates consumption by truck drivers.

Regarding the existence of fairs in the city's urban space, Gonçalves (2019, p. 33) teaches that: "[...] fairs and markets can be understood as manifestations of a periodic trade that preceded those of a permanent trade profile in the urban space with the establishment of stores, such as boutiques and stores".

Figure 1 shows the former Calçadão Fair, on Avenida Carlos Jereissati, which, after the closure of the Iguatemi Favela Fair, was the second busiest commercial space in Maracanaú's lower circuit. Therefore, this figure will depict two moments: in the horizontal position, in the letter A, recorded in June 2021, when it was operating in the commercial corridor; in the horizontal position, in the letter B, it is possible to observe the removal of the street vendors, under the management of Mayor Roberto Pessoa, through the requalification work of the

road, thus occurring, in the same way as the Iguatemi Favela Fair, the action of the city hall, in the removal of the street vendors and the consequent fragmentation of their activities in the territory.

Gonçalves (2019) shows that there is often a conflicting relationship between the fair and the urban space, and the public authorities try to bring it within the norms in order to reduce clashes with fixed traders or the misuse of public areas since the configuration of this type of trade promotes a large flow in central areas.

Figure 1 – Calçadão Fair and the redevelopment of Avenida Carlos Jereissati



Source: Queiroz, 2023.

In this way, they are areas left over from the selectivity of spaces by other agents based on segregation and which are often imposed on the population not included in formal jobs. They end up occupying the public space, forming territories. State action can be motivated by territorial planning issues, but also to serve the interests of certain social groups with great economic power. Serpa (2021, p. 176) points out that:

[...] the processes of appropriation of public space in the contemporary city are conditioned by segregationist representations, which mediate processes of territorialization of social groups (classes and fractions of classes), based on a dialectic between cultural capital and economic capital.

It's important to note that the Crab Fair is the only one to occupy the municipality's public space in an unplanned territory, with "street" trade taking place; however, it is limited by the government to Sundays and cannot operate on other days of the week. It also has no support from the city's Department of Labor, Employment and Entrepreneurship (Setee).

In the fairs, precarious work is emblematic. In order to solve the problems faced by the precarization of the population, Standing (2014) considers it essential, firstly, to ensure the right to a voice for all people, especially those who are so far from having the right to citizenship. This is done through means that can improve the forms of participation in the decisions of all communities and countries, effectively advancing the process of democratization. Secondly, among the economic and social proposals, as one of the

most important scholars on the subject, he suggests the institution of the Unconditional and Universal Basic Income.

In a recent study by the Observatório das Metrópoles on urban reform and the right to the city, Muniz (2022a) portrays the challenges of the right to work in the face of transformations in the urban economy and labor market of Fortaleza, in the context of the COVID-19 pandemic, complementing the work developed on the impacts of covid-19 on the metropolitan labor market of Fortaleza in the context of neoliberal inflection (Muniz et al., 2020).

In this context, what we are observing is the metropolitan expansion and diffusion of territories of the popular clothing trade in the lower circuit, such as what is happening in Maracanaú, as part of the extension of this process that has already been consolidated in the metropolis of Fortaleza. For Haesbaert and Limonad (2007, p. 26), "[...] territory is always, and concomitantly, appropriation (in a more symbolic sense) and domination (in a more concrete, political-economic approach) of a socially shared space that is not simply constructed [...]".

Thus, the territorial constructions of the clothing trade in Maracanaú are, in a way, present in the logic of reproduction of this part of society. On the reproduction of territories formed by the lower circuit of the economy, Bezerra da Silva (2013, p. 96) teaches us that:

A multiplicity of social actors (street vendors, peddlers, and itinerant vendors) linked to this activity, in order to guarantee their process of reproduction, appropriate the space, build territories through social relations carried out over time, attributing use and symbolic value to a certain area.

In this sense, studies on the territories of the clothing trade, whether in Maracanaú or in other medium-sized or large cities in Brazil, refer to the studies presented by Haesbaert (2005), when he states, based on Lefebvre's thinking, that dynamics and process of construction and appropriation of space by social actors are loaded with the marks of the lived, of use and exchange value. In this way, as lived space-time, the territory is always multiple, diverse, and complex in its visibility of formation and reproduction in urban morphology.

According to the field research, these territories in Maracanaú are mostly represented by people who are not part of the labor market, with low levels of education, and the majority of their workers are female and between 40 and 50 years old.

It's important to note that, according to the answers to the questionnaires applied in the field, as well as workers from Maracanaú, the lower circuit also included former street traders from the center of Fortaleza who once worked in Beco da Poeira and at the José Avelino street market. It is also important to note that the 50-60 age group includes three "ex-galegos" (peddlers) and eleven "ex-sacoleiras".

Regarding the term "galego", Gomes (2015, p. 134) points out that "in Ceará, one of the first forms of commerce developed was that of peddlers. These traders were called galegos, because it was the Portuguese immigrants - and later the Syrians - who spread this practice on a larger scale through the streets of Fortaleza". As for the term "sacoleira", it refers to both the tourist-buyer (consumer) and the reseller of popular goods (Vaz, 2018, p. 28).

Thus, according to the fieldwork, in the spaces designed to accommodate commerce in the lower circuit, as a positive aspect, traders mention the low rent, cleanliness, safety, and the issue of personal health, since, in these places, there is no daily need to set up and dismantle the tent, carry weight and be exposed to the sun, rain, and dust.

The covid-19 pandemic has affected market territories as a whole. Traders reported, in addition to the issue of mourning, with the loss of fellow traders who died from the lethality of the virus, the decrease in sales and the closure of stalls, relating to the Carlos Jereissati Market and the Industrial Fair, since it was not a problem that occurred at the Entrepreneur Center, since its operation refers to the gradual reopening in 2022.

The shopkeepers at the Entrepreneur Center and the Carlos Jereissati Market are complaining about the redevelopment of Avenida V, also known as Carlos Jereissati, Maracanaú's main commercial corridor, which has led to a reduction in the circulation of people; they also question the location, as they have been distanced from the North Shopping Maracanaú, where the largest flow of passers-by occurs on Avenida V, which has affected sales at both locations.

As far as the Crab Fair is concerned, the street vendors cite the limited time they can operate in the space, which only takes place on Sundays; at the Industrial Fair, despite having a representative from the municipal government managing the space, they question the lack of publicity for the trade in this location; this was also considered a shortcoming by the traders at the Entrepreneur Center and the Carlos Jereissati Market.

## Platform economy and uberization in the lower economic circuit in Maracanaú

As mentioned above, the popular clothing trade in Maracanaú is widespread in the traditional street trade and in places planned for its operation. Its reproduction in the territory is overseen and regulated by the city council, through the Plano Diretor da Cidade (City Master Plan), which offers the following regulations on the use of urban land, before its occupation by small or large entrepreneurs, present in its article 3: "VII - the strengthening of public regulation over urban land through the use of redistributive instruments for urban income and land and control over the use and occupation of city space" (Maracanaú, 2012, p. 2).

Thus, the popular clothing trade in Maracanaú is found in the street trade, at the Crab Fair and at certain intersections of Avenida Carlos Jereissati, an avenue that has already hosted the Calçada Fair, some patches of street vendors at the intersections of the avenue, in the corridor of Avenida VII, a new sub centrality formed in the municipality, in the neighborhood of Pajuçara. However, in this new commercial corridor, as far as the lower circuit is concerned, the food trade predominates, especially at night. On the other hand, the places designed to receive street vendors

include the Carlos Jereissati Public Market, the Entrepreneur Center, and the Maracanaú Metropolitan Popular Fair; in the specific case of this fair, fieldwork revealed interactions with municipalities around Maracanaú and even other Brazilian states, a process facilitated by the 4th ring road.

Figure 2 shows the records of fieldwork carried out in Maracanaú in the territories where the popular clothing trade takes place between June and September 2022.

In Figure 2, points C and D show the Entrepreneur Center, points E and F show the Crab Fair, points G and H show the Maracanaú Metropolitan Popular Fair, and points I and J show the Carlos Jereissati Market. Through the fieldwork, we identified the main shopping streets in Maracanaú and checked where the popular clothing retail territories linked to the lower economic circuit are represented, with the exception of Megashopping Moda Nordeste (MSMN), whose private capital space linked to the upper economic circuit will market the same segment of commerce.

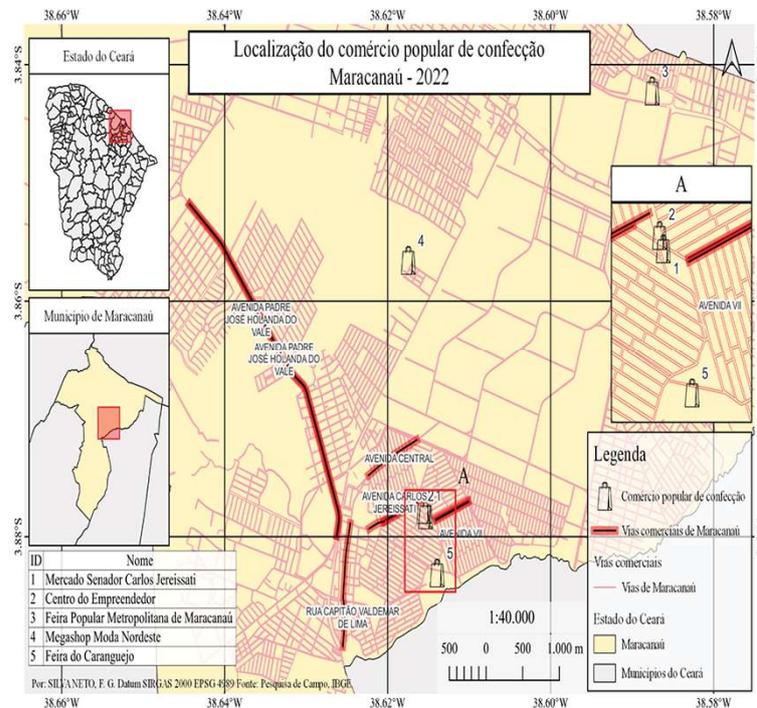
The popular clothing trade is presented in its most traditional form in the urban space of Maracanaú, in free markets, in the case of the Crab Fair. However, there is also the action of the city council through the displacement of its activities and the control of car traffic in its operation. It is also possible to see (as shown in Figure 3) scattered patches of street vendors at the intersections of secondary streets to the

Figure 2 – Popular clothing trade territories in the lower economic circuit in Maracanaú



Source: Queiroz, 2022.

Figure 3 – Location map of the popular clothing trade in Maracanaú - 2022



Source: IBGE, 2022. Adapted from field research.

municipality's main commercial thoroughfare, Avenida V, but in smaller numbers, which is reminiscent of former street vendors at the Calçada Fair, who resist the exit organized by the municipal government; but they are under greater pressure, given that it is a strategic space that concentrates the largest circulation of people and goods in Maracanaú (Gomes, 2015).

The questionnaires used in the investigation enabled us to understand the dynamics and specificity of this trade. According to the responses of the permission holders, we unanimously observed that, in the areas of the clothing trade linked to the lower circuit, the traders do not produce or buy in Maracanaú. The workers reported that they negotiate wholesale clothes from the traditional shops in the center of Fortaleza for resale in Maracanaú. This is justified by the issue of "price" and variety. Even though distance is an important factor, one trader stated:

It's not worth buying or producing in Maracanaú to resell in the city, it's much more expensive, in Fortaleza we already have our contacts, and we don't even need to go to the capital anymore, although sometimes it's good, because we go to the street, there's all that movement, we see and touch the merchandise, besides taking a walk on the beach, today, the business is all done through the catalog sold on WhatsApp, we look at the products and they are always updating according to the fashion of the moment, I make the PIX, and that's it! The seller separates everything and sends it to us by Uber Deliveries, it's much more practical, depending on the quantity we don't even pay for the shipping.

Slee (2017) takes as a paradigm the concept of the sharing economy and its characteristics of precariation and uberization, which end up creating a just-in-time worker, i.e. who is paid only for the time worked. This creates a new morphology in the world of work in which the companies that used to fight against the big corporations take their place.

Thus, the speech above highlights the use of the Uber platform to make deliveries of garments from the center of Fortaleza to Maracanaú; this is currently a mark of the so-called "uberization of work", which is roughly the sale of a service, usually related to delivery, to an individual or a company independently, through certain virtual platforms that provide the service.

The term uberization was coined to characterize this new way of managing and organizing work. Although the name refers to a company, it exposes a trend that is permeating the world of work and which, globally, is affecting various occupations. In addition to recent digital tools, this process is a remnant of decades of labor flexibilization and is increasingly taking hold. (Jornal da Universidade, 2019)

Thus, Cantor (2019, p. 51) states that:

The working time of cognitive workers has been "cellularized" because it is divided into fragments in cells, which capital circulates through the network in a depersonalized way, and through the cell phone there is perpetual connectivity, which forces precarious workers to be available, like postmodern slaves, whenever capital needs them.

Regarding the use of apps in current working relationships, Chan, Pun, and Selden (2019, p. 26) point out that:

The pursuit of higher profits by corporations has benefited from the use of efficient transport and communication technologies, neoliberal trade policies, and international financial services, as well as the availability of immigrants and surplus labor. Multinationals have reduced, perhaps eliminated, the main barriers to mobility between areas of unequal development.

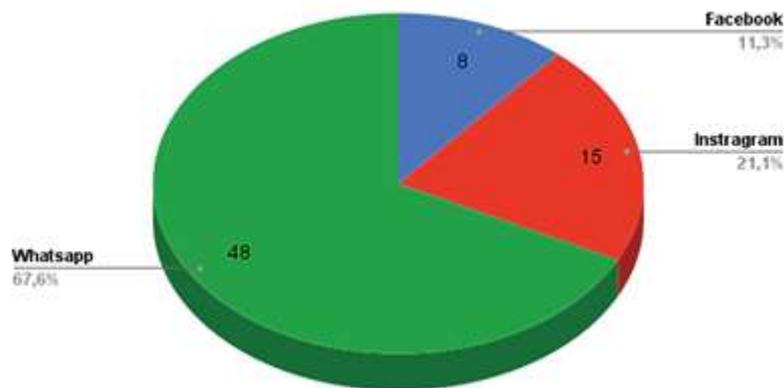
In addition, the services provided by third parties for apps sell the following image to their service providers: "You are your own boss", "Autonomy and flexibility", "Processes are less bureaucratic", "Your income increases in line with your efforts" and "Broad market opportunities". However, Abílio, Amorim, and Grohmann (2021, pp. 38-39) raise the following question:

Subordinated work through platforms has to be understood in the context of the destabilization of the categories of analysis that have been formed around formal employment. The problematic dualities that guide the understanding of informal work as a

"mirror of the wage relationship" [...] In the subordinated work through digital platforms, workers are not hired or even recruited. There are no predetermined vacancies or selection processes - apparently, all you have to do to work is register. The employment contract is now a contract of adhesion. However, companies have been successful in monopolizing sectors of activity and controlling huge numbers of workers. The relationship of subordination itself has become informalized. This informalization involves the loss of clear or stable predeterminations about working hours, the distribution of work, and even its pricing. [...] The criteria are not clear and may not even be mappable, but they are permanently present. They are part of algorithmic management: through automated - but humanly programmed - mechanisms, access, distribution, and pricing of work are carried out. This programming involves ranking, offering bonuses, punishments - elements that materialize the means of controlling work.

Therefore, through the use of digital platforms for purchase in Fortaleza and resale in Maracanaú, we provide the following data acquired through fieldwork.

Graphic 2 – Digital platforms used to buy clothing in Fortaleza for resale in the Lower Circuit in Maracanaú



Source: prepared by the authors, 2022.

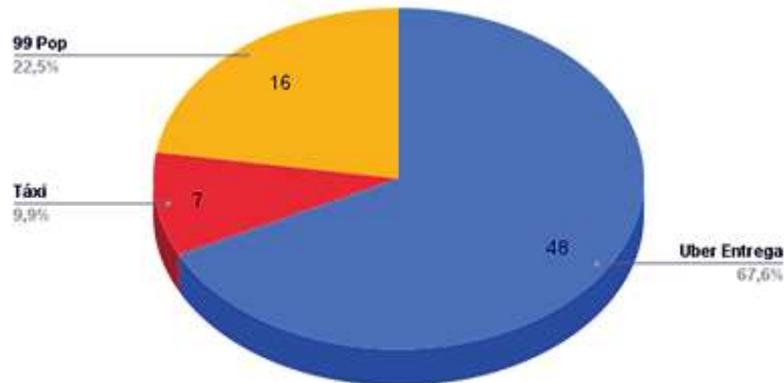
Graphic 2 shows the use of digital platforms by the lower economic circuit to buy garments in Fortaleza and then resell them in Maracanaú, highlighting the use of the popular WhatsApp application. Regarding this digital tool, we highlight that: "WhatsApp in Brazil is a unique case in the world. The Digital Brazil 2022 study, carried out by the companies We Are Social and Hootsuite, showed that at least 165 million Brazilians use the tool, the highest penetration in any nation on the planet" (Neto, 2022).

The platform economy, which has repercussions on activities in the service sector, presents new mechanisms for precarious labor relations, given that it is based on activities with high technological use linked to national and

international business corporations, but that it does not offer guarantees of social protection for its workers, understood as collaborators (or even entrepreneurs) because it presupposes autonomy of the work to be done, and leads to increased intensification of work through long hours throughout the week. (Ribeiro, M. G., 2020, p. 44)

According to Graphic 3, we can see that the Uber Entregas (Uber Delivery) platform is the most used for delivery logistics of garments via digital catalog from Fortaleza to resale in Maracanaú; a service that is present in the routine of workers in the lower circuit of Maracanaú's urban economy, something that is a reflection of the covid-19 pandemic, given that social isolation has corroborated

Graphic 3 – Means of transportation used to deliver garments from Fortaleza for resale in the Lower Circuit in Maracanaú



Source: prepared by the authors, 2022.

the increase in delivery services by digital applications, which, with the gradual return of work activities, still remain as a mark of this historic global health crisis in the current context.

The digital transformation of the Brazilian economy has intensified with the pandemic, which has changed the behavior of companies and people, driving up demand for information technology (IT) services. In October, the segment was 73.7% higher than in February 2020, before the impact of the health crisis. Activities such as application and software development, cloud data storage, and information security were some of the most sought-after by companies that had to adapt to the need for remote working and social isolation. (Carneiro, 2023)

Thus, it is important to note that Fortaleza, given the history, structure, and logistics of the clothing sector, according to the answers given in the questionnaires, often ends up winning the competition in terms of quality and final price, even including travel. It's important to mention that, nowadays, commercial transactions in large or small volumes demand "practicality and speed", through the use of technologies provided by digital platforms, the Information and Communication Technologies (ICTs).

Antunes (2019, p. 15) points out that:

In this movement, all possible spaces become potential generators of surplus value, since the services that have been privatized have given rise to new mechanisms used by capital. These

mechanisms are carried out by male and female workers (always taking into account the gender dimension) who work in information and communication technologies (ICT), call centers, telemarketing, hotels, cleaning, retail, fast food, hypermarkets, care work, etc., who often do intermittent, temporary, informal, self-employed, unregulated work, outside the social protective labor legislation.

The use of ICTs has intensified in the popular clothing trade between Fortaleza and Maracanaú, in the interactions of the lower and upper circuits. With the advent of the COVID-19 pandemic, through social distancing, the use of information technologies has been very present in business, service provision, and logistics, dialoguing with the concept of "space-time compression" (Harvey, 1993).

The development of technology in the means of transportation and communication has led to an increase in speed and the false impression of a shortening of distances in trade practices and the circulation of capital. Castells (1999) calls this phenomenon the "network society", the development of which was marked by the appropriation of the Internet for the reproduction of the capitalist system. The network society is also studied by Levy (1999) through the term "cyberculture", a space represented by interactions motivated by virtual reality, in other words, created by computer cultures.

These are languages, uses, sensory perceptions, new identities formed, and symbolic exchanges that are entangled in networks, which do not even rule out the economic aspect within these new relationships. From the point of view of the economy, the network has brought profound changes to society, redefining

the categorizations of the International Division of Labor (DIT) between countries and economies. (Simões, 2009, p. 2)

On the use of information technology by the capitalist system, Castells (1999, p. 50) comments that:

It originated and spread, not by chance, in a historical period of the global restructuring of capitalism, for which it was a basic tool. Therefore, the new society emerging from this transformation process is capitalist and also informational, although it shows considerable historical variation in different countries, depending on their history, culture, institutions, and specific relationship with global capitalism and informational technology.

Thus, in the globalized world, ICTs for business practices are produced in the upper circuit and introduced into the lower circuit of the economy. The geography of business allows its users to buy for consumption or for resale; in this way, it is a present and constantly evolving reality, in view of its use by the capitalist system in the social interrelationships of business. Therefore, this corroborates the "processing of messages from many to many, with the potential to leverage the multiplicity of receivers and connect to an endless number of networks that transmit digitized information around the neighborhood or the world" (Castells, 2013, p. 15).

We live in a society that is widely connected, where technology is no longer the privilege of a few and has come to permeate most individuals. Access to information, which used to be monopolized, is now within the reach of many. Ubiquitous digital technology has created new environments

for consumers, organizations, and institutions. Faced with this new reality, marketing relationships are impacted and new challenges and opportunities arise, which can alter traditional business models. (Guidini, 2018, p. 59)

Finally, the territories that reproduce the commerce of the lower circuit in the urban space of Maracanaú, as well as in Fortaleza, are those that, in addition to promoting opportunities for those not in formal jobs, make consumption possible for the population with lower purchasing power. In addition, they are territories with a network of influence for other municipalities in the metropolitan area and beyond, given their links with the upper circuit of the urban economy.

## Final considerations

In view of the above, the transformations in the world of work in the face of the crises in the capitalist system and the context of the pandemic reveal growing unemployment, informality, exploitation of labor, new categories of work, and loss of labor rights; many workers, in turn, find in the lower circuit a "refuge" that can be temporary or permanent.

In this way, the lower economic circuit linked to the clothing industry in Maracanaú is a dynamic and wide-ranging space with various specificities. During fieldwork, it was possible to verify the network of influences that extends beyond its territory, connecting with neighboring municipalities, including the districts bordering Fortaleza and even with

other Brazilian states, as in the particular case of the Industrial Fair, a process facilitated by the 4th ring road.

At the same time, its diffusion in space is a consequence of conflicts between public authorities over the use of urban land, which has led to its reorganization and reinvention with a view to adapting to e-commerce related to platformization, uberization and "precarious" work (Stading, 2014), marked by high turnover and a reduction in labor rights. The advance of information and communication technologies, in turn, allows us to reach increasingly distant territories, which leads us to ratify what Harvey (1993) tells us about the "compression of space-time".

The right to work in decent conditions is still a challenge for many who are part of the army of people excluded from work, income, leisure, consumption, housing, basic sanitation infrastructure, access to health services, and education, in other words, the vast majority of this population is denied the right to the city, which is part of the city that has become a commodity, the city of business.

We need inclusion policies in urban reform; we need to think about effective inclusion policies so that the right to work in the city becomes a reality for the working class (Antunes, 2018) and not a utopia.

For us to be able to talk about economic growth in the RMF, new centralities, expansion of the urban network, redefinition of production and consumption circuits in the metropolitan economy, public and private investment in structuring projects must be accompanied by an increase in work, credit, income, decent working conditions, and their reproduction.

The interactions between the upper and lower circuits of the economy linked to the clothing trade reveal their effects on the urban

economy of metropolitan Maracanaú, driving new flows and altering the urban dynamic with diffuse territorialization beyond the metropolis.

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-9607-9160>**

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia. Fortaleza, CE/Brasil.  
geoalexandraufc@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0001-5066-4209>**

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia. Fortaleza, CE/Brasil.  
clelialustosa@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0001-8846-590X>**

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, CE/Brasil.  
emanuelton@alu.ufc.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by João Paulo Duarte Diniz, email: joapaulo.duarte@outlook.com

## Note

(1) Municipalities in the RMF: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Fortaleza, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

## References

- ABILIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, n. 57, pp. 26-56.
- ACOSTA, E. T.; RUPPENTHAL, M. (2019). Uberização do Trabalho. *Jornal da Universidade UFRGS*, edição 225. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/uberizacao-do-trabalho/>>. Acesso em: abril 2023.
- ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2019). “Proletariado digital, serviços e valor”. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida o mosaico da exploração*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0”. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho e Indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- BEZERRA DA SILVA, E. S. (2013). *Dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- CANTOR, V. R. (2019). “A expropriação do tempo no capitalismo atual”. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida o mosaico da exploração*. São Paulo, Boitempo.
- CARNEIRO, L. (2023). Transformação digital e pandemia fazem serviços de TI disparar: segmento cresce mais de 70% entre o início de 2020 e fim de 2022, desacelera, mas cenário de alta persiste. *Valor Econômico*. Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CHAN, J.; PUN, N.; SELDEN, M. (2019). “A política da produção global: Apple, Foxconn e a nova classe trabalhadora chinesa”. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida o mosaico da exploração*. São Paulo, Boitempo.
- COSTA, M. C. L.; AMORA, Z. B. (2015). “Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole”. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. Fortaleza, Letra Capital.
- DANTAS, E. W. C. (org.) (2012). *A cidade e o comércio ambulante: Estado e disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza (1975-1995)*. Fortaleza, EDUFC.
- GONÇALVES, T. E. (2017). *Shopping centers e o processo de metropolização em Fortaleza*. Tese de doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- GONÇALVES, L. A. A. (2019). *A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular*. São Paulo, Blucher/Edições UVA.

- GOMES, R. B. (2015). *Metropolização do consumo: as transformações do comércio varejista em Maracanaú*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará.
- GUIDINI, P. A. (2018). A comunicação com o mercado por meio de aplicativos: desafios e oportunidades. *Signos do Consumo*. São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 59-69.
- HAESBAERT, R. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. *Anais*. São Paulo, Universidade de São Paulo
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. (2007). O território em tempos de globalização. Etc: Espaço, Tempo e Crítica. Niterói, UFF.
- HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume (Coleção Geografia e Adjacências).
- IANNI, O. (1997). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Regiões de Influência das Cidades – Regic 2018*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2022). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maracanau/panorama>. Acesso em: set 2023
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2022). <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/anuario.xhtml>. Acesso em: set. 2023
- KITAMURA, C. K.; MIRANDA, M.; RIBEIRO FILHO, V. (2007). O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, MG, v. 8, n. 23, pp. 20-26. DOI: 10.14393/RCG82315656. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15656>. Acesso em: mar 2023.
- LEVY, J. (1999). Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes. *Cahiers d'Etudessur la Méditerranée Orientale et le monde Turco Iranien*. Disponível em: <http://cemoti.revues.org/1458>. Acesso em: 10 dez 2022.
- MARACANAÚ (2012). Lei n. 1.945 de 28 de dezembro de 2012 – Plano Diretor. Maracanaú. Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/download/lei-no-1-945-de-28-de-dezembro-de-2012-plano-diretor/>. Acesso em: jun 2022.
- MUNIZ, A. M. V.; QUEIROZ, E. A. N.; SOUZA, B. S.; SILVA, J. B. (2022). Relações entre os circuitos superior e inferior no comércio confeccionista em Fortaleza-CE. *Revista de Geografia*. Recife, v. 39, n. 1, pp. 82-105.
- MUNIZ, A. M. V.; SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; SILVA, R. M.; CABRAL, J. M. T. (2020). “Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza”. In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. (orgs.). *Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza*. Rio de Janeiro, Ippur.

- MUNIZ, A. M. V. (2014). *A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza: mudanças, permanências, desafios e tendências*. Tese de doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- \_\_\_\_\_. (2015). The production of Fortaleza's metropolitan space and the industrial dynamic. *Mercator* (on-line), Fortaleza v. 14, pp. 61-74.
- \_\_\_\_\_. (2022a). "Economia urbana e mercado de trabalho em Fortaleza no contexto de pandemia da Covid-19". In: PEREIRA, A. Q.; COSTA, M. C. L. (orgs.). *Fortaleza: reforma urbana e direito à cidade*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- \_\_\_\_\_. (2022b). *Geografia da indústria têxtil e de confecção*. Fortaleza, Imprensa Universitária.
- NETO, J. S. (2022). Brasil é o país do mundo que mais usa WhatsApp e a plataforma quer ganhar dinheiro com isso. *O GLOBO Negócios*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2022/08/whatsapp-quer-ganhar-dinheiro-no-brasil-nas-conversas-entre-empresas-e-consumidores-diz-diretor.ghml>>. Acesso em: mar 2023.
- OFFE, C. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo, Brasiliense.
- POCHMANN, M. (2017). Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, pp. 309-330.
- QUEIROZ, E. A. N. de; MUNIZ, A. M. V. (2020). Da Thomaz Pompeu Têxtil ao novo beco da poeira: papel no circuito inferior da economia e na requalificação do centro de Fortaleza. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 9, n. 19, pp. 115-144, 2020. DOI: 10.20873/rtg.v9n19p115-144. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/uft.2317-9430.v9n19p115>. Acesso em: 5 out 2023.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2019). Acesso em: set 2023
- RELATÓRIO de Economia Bancária (2022). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: set 2023.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2020). *As Metrôpoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.
- RIBEIRO, M. G. (2020). "Introdução". In: RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. (orgs.). *Transformações no mundo do trabalho: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SANTOS, M. (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M. C. (2014). *A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza-Ceará*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- SERPA, A. (2018). Comércio de rua e requalificação de espaços públicos em Salvador-BA: uma agenda de pesquisa. *Geografares* [On-line], 26.
- \_\_\_\_\_. (2021). "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea". In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação especial*. São Paulo, Contexto.

- SILVEIRA, M. L. (2004). "São Paulo: os dinamismos da pobreza". In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo, Contexto.
- SIMÕES, I. A. G. (2009). A sociedade em rede e a cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. *Revista Temática* (On-line), ano V, n. 5.
- SILVA, J. B. da; MUNIZ, A. M. V. (2020). Pandemia do Coronavírus no Brasil: Impactos no Território Cearense. *Espaço e Economia* [On-line], 17. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/10501>>. Acesso em: jul 2023.
- \_\_\_\_\_. (2022). *A indústria têxtil e a produção do espaço urbano*. Fortaleza, Imprensa Universitária/Edições UFC.
- SLEE, T. (2017). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo, Elefante.
- SPOSITO, M. E. B. (2020). *Capitalismo e urbanização*. São Paulo, Contexto.
- STANDING, G. (2014). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte, Autêntica.
- TUNES, R. (2020). *Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das metrópoles.
- VAZ, P. G. (2018). *As "sacoleiras" a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias*. Tese de doutorado. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

Received: March 15, 2023

Approved: July 18, 2023

# Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário

Digital platforms and urban flows:  
dispersion and control of precarious work

Livia Maschio Fioravanti [I]  
Felipe Rangel [II]  
Cibele Saliba Rizek [III]

## Resumo

O espraiamento recente das plataformas digitais tem provocado novas dinâmicas da relação entre trabalho e cidade. O objetivo deste artigo é analisar os fluxos urbanos dos entregadores de aplicativos pela metrópole de São Paulo para explorar empiricamente as condições em que esse trabalho se inscreve na cidade. Argumentamos que a dispersão de milhares de trabalhadores pela metrópole, ancorada por uma gestão algorítmica, somente se realiza por um controle incisivo do tempo, do território e do próprio trabalho e pela intensa vulnerabilidade dos trabalhadores. Mobilizando dados obtidos por meio de incursões etnográficas, entrevistas e elaboração de material cartográfico, buscaremos discutir as dinâmicas de (re)produção das desigualdades centro-periferia de um trabalho que se espacializa sob gestão centralizada das empresas de plataforma.

**Palavras-chave:** plataformas digitais; trabalho; fluxos urbanos; controle; precariedade.

## Abstract

*The recent spread of digital platforms has produced new dynamics in the relationship between work and the city. The aim of this article is to analyze urban flows of app-based delivery workers in the São Paulo metropolis to explore empirically the conditions under which this work is inscribed in the city. We argue that the dispersion of thousands of workers throughout the metropolis, supported by an algorithmic management, can only be carried out through an incisive control of time, territory, and of the work itself, as well as through the workers' intense vulnerability. Using data obtained by means of ethnographic incursions, interviews, and by the development of cartographic material, we seek to discuss the dynamics of (re)production of central-peripheral inequalities along with work that is spatialized under the centralized management of platform companies.*

**Keywords:** digital platforms; work; urban flows; control; precariousness.

## Introdução

O trabalho controlado por plataformas digitais é um fenômeno relativamente recente e vem ganhando maior expressividade no Brasil há menos de uma década. Apesar de ser um fenômeno amplamente globalizado, adquire traços particulares em um cenário nacional no qual amplas camadas da classe trabalhadora urbana sempre conviveram com graus elevados de desproteção social e insegurança econômica, situações agravadas diante dos processos de neoliberalização e corrosão do frágil arcabouço de proteção do trabalho, conquistado durante décadas de lutas sociais. Dada sua expressão e velocidade de expansão, a plataformização do trabalho tem se tornado objeto privilegiado de estudos sobre precarização, subordinação e desregulamentação, bem como provocado questionamentos acerca dos impactos da multiplicação de trabalhadores geridos por plataformas na vida urbana de grandes metrópoles.

Segundo Guimarães (2021), a partir de levantamento do Instituto Locomotiva, no ano de 2021, aproximadamente 11,4 milhões de trabalhadores utilizavam os aplicativos como complemento ou principal fonte de renda. Como observam Machado e Zanoni (2022), essa ascensão das formas de trabalho mediado pelas plataformas digitais pode ser explicada por três processos articulados entre si. O primeiro deles refere-se ao espraiamento do acesso à internet e às novas tecnologias da informação e da comunicação, engendrando novos modelos de negócios e de organização e exploração do trabalho. Nesse quadro, e desempenhando importante papel para a disseminação das plataformas digitais, merece destaque o aumento do consumo de *smartphones* no Brasil,

especialmente a partir dos anos 2012, conforme pesquisa divulgada pela Reuters/G1 (2013), bem como dos inúmeros aplicativos oferecendo os mais variados serviços por meio de plataformas digitais.

O segundo processo responsável por alavancar as relações de trabalho por meio das plataformas digitais refere-se ao contexto de reformas neoliberais precarizantes que, como observam Cardoso e Azaïs (2019), fez com que os trabalhadores brasileiros perdessem direitos como nunca antes em um período tão curto, que compreende especialmente o ano de 2017, quando foram aprovadas a lei que retirou obstáculos para a terceirização em todos os setores econômicos e a Reforma Trabalhista, que regulamentou antigas e novas práticas de exploração do trabalho. Como detalha Filgueiras (2021), perpetuam-se narrativas empresariais que legitimam e propagam a ideia de que a flexibilização é necessária para mais formalizações e empregos. As figuras emergentes dos trabalhadores em plataformas multiplicam-se em harmonia com esse cenário de flexibilização das relações de trabalho, fragilização de formas contratuais relativamente estáveis e erosão das garantias aos trabalhadores (Carelli e Oliveira, 2021).

O último fator refere-se à crise social e econômica aprofundada pela pandemia da covid-19, catalisando processos que já estavam em curso atrelados à precarização e à informalização do trabalho. O desemprego e a necessidade de complementar renda levaram muitos trabalhadores a se engajar no trabalho plataformizado para a garantia de sobrevivência. Este é o caso das centenas de milhares de entregadores de aplicativo. Pesquisas têm demonstrado que houve crescimento da procura por essa atividade (Abílio, Amorim e Grohmann,

2021; Machado e Zanoni, 2022; Véras de Oliveira e Festi, 2023), que não foi interrompida, pois considerada essencial, e que, portanto, caracterizou-se como uma oportunidade para aqueles que se viram sem trabalho ou com renda insuficiente. Com o aumento no número de trabalhadores, houve queda nos rendimentos e aumento das jornadas para a maioria dos entregadores (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021).

Esse espraiamento recente das plataformas digitais, que engajam milhares de trabalhadores somente na metrópole de São Paulo,<sup>1</sup> principalmente nos aplicativos de transporte individual e de entrega, ao mesmo tempo em que expõe desigualdades já existentes no espaço urbano, também produz novas práticas espaciais e relações cotidianas, reconfigurando morfologias urbanas que vêm ganhando grande expressividade.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é descrever e analisar novas dinâmicas da relação entre trabalho e cidade disparadas pela expansão do trabalho plataformizado. De modo específico, serão evidenciados os fluxos urbanos de entregadores de aplicativo pela metrópole de São Paulo, que, através dos deslocamentos empreendidos por esses trabalhadores entre os locais de moradia e as centralidades com alta potencialidade para entregas, revelam novos mecanismos de (re)produção das desigualdades centro-periferia. Tais fluxos urbanos serão analisados por meio de sua inscrição em relações de trabalho que se realizam pela dispersão de milhares de trabalhadores *just in time* (Abílio, 2020a; De Stefano, 2016) pela metrópole, ancoradas por uma gestão algorítmica que somente se efetiva por um rigoroso controle do tempo, do território e do próprio trabalho.

A pesquisa tem sido desenvolvida no âmbito do projeto de cooperação internacional Fapesp-ANR “Zonas cinzentas e território: a transformação do trabalho e a figura emergente do trabalhador de plataforma: uma comparação França-Brasil” (Regreyz&Co),<sup>2</sup> cujo propósito geral é investigar, a partir da abordagem heurística das zonas cinzentas do trabalho, as modulações entre velhas e novas formas de precariedade inscritas nas condições de vida e na atividade de entregadores de aplicativos, nos contextos distintos do Brasil e da França. Para isso, a imersão nos cotidianos e práticas de trabalho tem sido um esforço fundamental para a prospecção de material empírico que permita o esforço comparativo. Neste texto, apresenta-se, então, parte do trabalho empírico realizado em São Paulo, com incursões etnográficas e entrevistas em diversos locais de concentração de entregadores, de janeiro de 2022 a março de 2023. Nesse período, foram realizadas trinta e quatro entrevistas semiestruturadas e mais de uma centena de conversas informais com entregadores. A partir dos dados cedidos por esses trabalhadores e obtidos em levantamento documental sobre as empresas de plataforma, também foi possível elaborar o material cartográfico que será apresentado.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira delas aborda brevemente as dinâmicas cotidianas do trabalho, mostrando que a flexibilidade e a informalidade das relações de trabalho plataformizadas se realizam também por um incisivo controle do tempo e do espaço. Na segunda, procuramos detalhar e representar os fluxos urbanos especialmente dos cicloentregadores, articulando o trabalho nas e pelas

plataformas digitais, as condições de vida desses trabalhadores e o próprio espaço urbano. Por fim, na última seção, evidencia-se uma importante contradição que atravessa o trabalho por plataformas digitais: ao mesmo tempo que são produzidas e reproduzidas formas ultraprecarizadas de engajamento laboral, também há resignação ou, ao menos, consentimento por parte desses entregadores, contribuindo para legitimar e difundir novas formas de controle, gestão e subordinação dos trabalhadores.

## Trabalho plataformizado: controle pela instabilidade

Heiland (2021), recuperando a fórmula marxista, argumenta que uma dimensão central dos serviços plataformizados de entrega se encontra na “anulação do espaço pelo tempo (Marx, 2015)”, visto que a execução da “última milha” (*the last mile*), ou seja, a entrega do produto nas mãos do cliente, é um importante desafio para o setor. Segundo o autor, esse momento se torna uma espécie de gargalo por se mostrar mais resistente à racionalização e ao controle, sendo uma das etapas mais custosas do processo logístico. Esse é o desafio técnico e econômico que as empresas de aplicativo investem para superar, racionalizando a coordenação entre restaurantes, entregadores e consumidores. A gestão algorítmica do trabalho no setor de entregas visa incidir justamente sobre a redução de custos e maior controle do trabalhador na execução dessa tarefa.

Uma série de estudos tem, então, discutido os mecanismos que possibilitam o controle da massa de trabalhadores dispersos engajados nessa rede (Griesbach, Elliott-Negri e

Milkman, 2019; Veen, Barratt e Goods, 2020; Abílio, Amorim e Grohmann, 2021; Heiland, 2021). Entre os aspectos destacados, evidenciam-se a própria estrutura tecnológica do controle algorítmico e os sistemas de avaliações, recompensas e bloqueios que permitem uma gestão extremamente flexível e arbitrária da força de trabalho. Central para isso é o modelo de remuneração do trabalho na forma de pagamento por entregas realizadas a trabalhadores constantemente disponíveis, ou seja, a mobilização de trabalhadores *just in time* (De Stefano, 2016; Abílio, Amorim e Grohmann, 2021). A relação de subordinação do trabalho ao capital é anunciada como uma relação entre dois atores livres que se encontram no mercado da oferta e demanda. Remunera-se apenas pelo serviço efetivamente realizado, liberando a empresa de arcar com os “tempos mortos” da jornada em que os entregadores comumente permanecem mais de 10h disponíveis, por vezes sem descanso semanal.

Segundo dados de pesquisa interna encomendada pelo iFood ao Instituto Locomotiva, revelados pela Agência Pública em 2022,<sup>3</sup> 61% dos entregadores cadastrados na plataforma (que é a maior do setor no Brasil) declararam trabalhar 7 dias por semana. Além disso, cerca de 47% dos entregadores disseram trabalhar mais de 10 horas por dia, e 17% fazem uma jornada de mais de 12 horas (Cícero, 2022). Esses dados expressam não apenas uma extensão da jornada de trabalho, mas a própria implosão das balizas que definem tal jornada, que passa a ter como limite fundamental a disposição e a capacidade física dos trabalhadores.

As empresas de plataforma afirmam ser simplesmente mediadoras entre os clientes e os trabalhadores, considerados como “parceiros” ou “colaboradores”, os quais teriam

supostamente a autonomia para trabalhar quando, como e se quiserem. Não haveria, portanto, uma relação de subordinação e configuração de vínculo empregatício. No entanto, trabalhadores dependem efetivamente das plataformas digitais para sua manutenção econômica, e se identifica uma assimetria nítida de poder entre as empresas e os traba-

lhadores (Kalil, 2020). Estes são submetidos a avaliações e ranqueamento constantes de sua atividade (Figuras 1 e 2), não tendo conhecimento e controle das regras do jogo que incidem sobre a distribuição do serviço (quem receberá, por exemplo, determinada corrida ou entrega), sobre sua remuneração ou sobre o andamento de seu próprio trabalho.

Figura 1 – Captura de tela do aplicativo Rappi



Captura de tela do aplicativo da Rappi cedida por entregador em janeiro de 2023. Observa-se o ranqueamento do trabalhador no aplicativo, com 80% de taxa de aceitação, 88% de finalização, e pontuação dada pelos clientes de 4,9. Também há uma quantificação dos horários trabalhados em relação aos horários que foram previamente agendados no aplicativo.

Figura 2 – Captura de tela do aplicativo iFood



Captura de tela do aplicativo iFood cedida por entregador em abril de 2022. A taxa de finalização desse entregador é de 53%, a qual, segundo ele, já dificulta receber pedidos pelo aplicativo.

Assim, outro aspecto crucial do processo de gestão plataformizada da força de trabalho identifica-se na capacidade das empresas de plataforma de “definir as regras do jogo sem fixá-las” (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021, p. 39). Essa extrema flexibilidade no uso racionalizado da força de trabalho no tempo e no espaço é conquistada por meio do gerenciamento algorítmico do trabalho, que mobiliza processos automatizados de coleta e processamento de grandes quantidades de dados, envolvendo tanto dinâmicas georreferenciadas de consumo até padrões de comportamento, deslocamentos e interação dos entregadores com as plataformas.

A partir desse volume de informações e da capacidade técnica de processá-los, e com a condição de uma massa de trabalhadores sem contrato e sem direitos, as plataformas são capazes de incidir sobre aumento, diminuição, localização espacial e jornada dessa força de trabalho. Para isso, mobilizam recursos como alterações constantes no valor das remunerações, bloqueios e desligamentos arbitrários, assim como o estabelecimento de zonas dinâmicas, com o aumento das bonificações em lugares e horários de maior demanda (principalmente em situações que desestimulariam a realização do trabalho, como momentos de chuva intensa e enchentes).<sup>4</sup>

A quantidade de entregas pode variar bastante, dependendo, ao menos: a) da demanda e distribuição de pedidos onde se realizam as entregas; b) do tempo de aprovação do cadastro de cada entregador, já que os mais antigos tendem a receber mais entregas se estiverem com boa pontuação no aplicativo; c) do dia de semana, uma vez que há mais

pedidos às sextas-feiras e aos fins de semana, e do dia do mês, com mais pedidos no início de cada mês, quando geralmente as famílias recebem pagamento; d) do horário, com maior demanda no período noturno em bairros residenciais e para almoço e café da manhã em bairros comerciais; e) da jornada diária de cada trabalhador, que pode ultrapassar 16 horas; f) da capacidade física e experiência do ciclotregador ou do motoboy (que implica aspectos como a facilidade de circulação pelos espaços da cidade e melhor manejo dos empecilhos para coletar e, sobretudo, entregar as mercadorias); e g) da modalidade de cadastro do entregador (se como “nuvem” ou “OL”, como será detalhado na próxima seção do artigo).

É evidente, então, que esses trabalhadores *just in time* estão submetidos a uma ampla instabilidade no exercício do trabalho. Há uma completa ausência de regulamentações sobre os limites da jornada e garantias mínimas de condições seguras para o trabalho. É bastante nítido, particularmente nos motoboys, os riscos de acidentes. Segundo Ribeiro (2022), a partir de dados da CPI dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo, os motoboys correspondiam a 20%, em 2015 e 2016, dos internados no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da USP. Já, em 2022, representaram 70% dos atendimentos do setor de traumas (Ribeiro, 2022).

Os custos dos instrumentos necessários para o exercício da atividade estão geralmente sob responsabilidade dos trabalhadores. Os entregadores precisam arcar com uma série de equipamentos essenciais que raramente são fornecidos pelas empresas de plataforma, desde os mais evidentes, como os meios

de locomoção (motocicletas e bicicletas), até aqueles menores mais fundamentais para a atividade, como a *bag* (mochila térmica), capacete, capa de chuva e um *smartphone* com GPS preciso, bateria durável e acesso pago à internet móvel, bem como a alimentação diária. O conjunto desses custos captura parcela significativa dos rendimentos desses entregadores, o que induz à realização de maiores jornadas de trabalho para compensar essa redução.

O tempo dedicado ao trabalho torna-se ainda mais extenso quando consideramos que grande parte dos entregadores de aplicativos em São Paulo é moradora das periferias da cidade, tal como identificado em nossa pesquisa e em outras investigações (Abílio, 2020a; Braga e Silva, 2022). Assim, além dos tempos não remunerados em que estão disponíveis para as plataformas (tempos de espera entre entregas e durante as entregas, ao aguardar o pedido ser entregue pelo restaurante ou serem recebidos pelo cliente), os entregadores, sobretudo os que fazem uso de bicicletas, ainda enfrentam horas de deslocamento de seus locais de habitação até as centralidades de maiores demandas para os serviços de entrega (regiões de maior poder aquisitivo). É nesse cenário que identificamos a importância de pensar articuladamente a gestão platformizada do trabalho e a reprodução de desigualdades urbanas. A seguir, apresentaremos com maior ênfase dados obtidos na nossa pesquisa de campo, que demonstram empiricamente a profundidade dessa conexão.

## Dinâmicas cotidianas do trabalho: controle do tempo e espaço

O iFood tem se consolidado como a principal empresa do setor de entregas por aplicativo, no Brasil, com mais de 200 mil trabalhadores cadastrados.<sup>5</sup> Por isso, a grande maioria dos entregadores que encontramos em campo está vinculada a essa empresa. Importa registrar que existem duas formas de engajamento na atividade de entrega do iFood: nuvem ou OL, sigla de Operador Logístico. O operador logístico é uma empresa intermediária entre a empresa da plataforma e os entregadores, responsável pelas chamadas subpraça ou sub-regiões específicas da cidade. Os entregadores nuvem podem entregar onde preferirem e ficam disponíveis para entrega, após aprovação do cadastro, assim que fazem o *login* no aplicativo. O pagamento é feito semanalmente e o recebimento das entregas e do pagamento, diretamente com a plataforma. Já os entregadores OL apenas podem retirar pedidos nas áreas delimitadas em cada subpraça e podem receber por dia (com pagamento de uma taxa), semana ou quinzena. Os OL, porém, têm prioridade na distribuição dos pedidos, de acordo com informações consensuais entre entregadores entrevistados (OL e nuvem).

Muitos entregadores, pelo que se constatou em trabalhos de campo, aderem ao sistema OL para aprovar o cadastro rapidamente, receber mais entregas por dia do que os entrega-

dores nuvem ou por necessitar do pagamento diário. Um funcionário da empresa, o chamado líder da praça, coloca cada entregador em seu turno de trabalho: a partir de enquetes elaboradas no Google Forms e enviadas em grupos de WhatsApp ou Telegram, os entregadores informam em quais horários preferem trabalhar naquele dia ou no dia seguinte, e o líder da praça indica, no aplicativo do iFood, os entregadores responsáveis por determinada subpraça naquele turno de trabalho. Por ficarem responsáveis por garantir que certa quantidade de entregadores esteja disponível em cada subpraça nos dias e horários determinados pelo iFood, as OLs recebem um percentual sobre cada entrega.<sup>6</sup>

Segundo dados cedidos pelo iFood à Agência Pública, 20% de seus trabalhadores seriam engajados como OL em 2020. Trabalhos de campo e as entrevistas, no entanto, pareceram indicar uma proporção maior e crescente de OLs, ao menos no último semestre de 2022. Entrevistas com líderes de OLs realizadas em São Paulo, em junho de 2022, indicavam de 30% a 50% a quantidade de entregadores engajados como OLs em relação aos engajados como nuvem. Na cidade de São Paulo, ainda segundo entrevistas, são de 15 a 700 trabalhadores por OL.

Muitos entregadores, especialmente no segundo semestre de 2022, também relataram ter aderido ao sistema OL porque como nuvem não estavam mais recebendo chamadas. Além disso, o fato de como nuvem receberem semanalmente e como OL poderem receber por dia, ao menos desde meados de 2022, parece ter atraído muitos entregadores para essa forma de engajamento. Nesse sentido, a própria vulnerabilidade na vida cotidiana pode levar a essa forma de engajamento, não somente por receberem mais entregas como

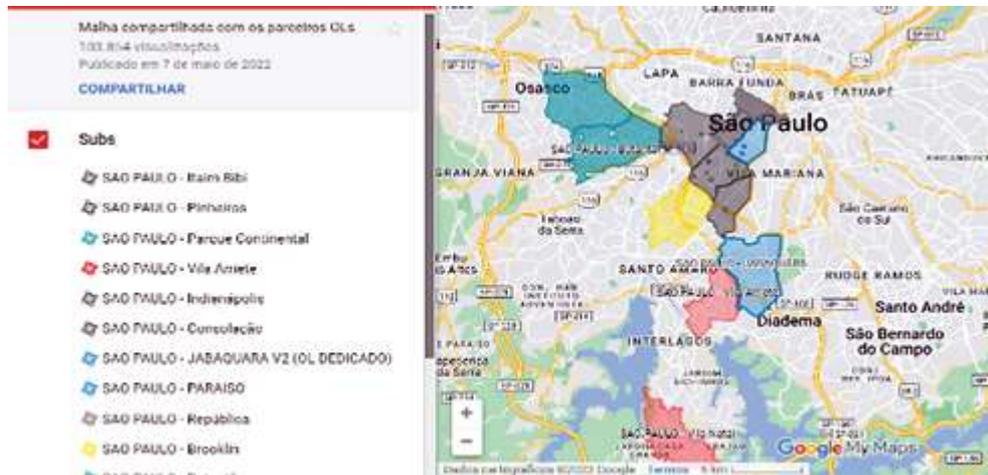
OL, mas também por precisarem de um retorno mais rápido de seus rendimentos. Trabalhadores que recebem por dia, em algumas OLs, podem “folgar” somente um dia por semana e precisam cumprir todos os turnos escolhidos, diferentemente daqueles que optam pelo pagamento semanal ou mesmo quinzenal, que, em algumas OLs, acabam tendo mais flexibilidade para ter mais dias de folga e não ficar no turno, se assim desejarem. Pode-se concluir, a partir disso, que quanto maior e mais imediata a necessidade do trabalhador, maior seu grau de subordinação às OLs.

O monopólio de entregas do iFood na cidade de São Paulo<sup>7</sup> e o possível aumento da forma de engajamento dos trabalhadores no sistema OL observado ao menos até dezembro de 2022<sup>8</sup> são indícios de limites dessa instantaneidade e autossuficiência algorítmica das plataformas digitais. O iFood intensifica – e ao mesmo tempo evidencia os limites da gestão pelos algorítmicos – seu controle sobre uma massa de trabalhadores *just in time*, ao delimitar subpraças e assegurar que haja determinado número de entregadores em cada uma delas, por meio do controle humano e aproximado efetivado pelas OLs. Essas revelam estratégias sofisticadas de controle territorial.

O mapa da Figura 3 é de uma operadora logística que atua em São Paulo e é divulgado para os entregadores por meio de questionário no Google Forms para que escolham em qual subpraça desejam atuar.

Nos trabalhos de campo, foi possível observar não somente um controle do território, como também um forte controle do tempo. Há a imposição de quantos minutos o entregador tem para chegar ao restaurante ou a localização do cliente (sob risco de penalizações) (Figura 4), como também um controle que o

Figura 3 – Delimitação de subpraças realizada por uma Operadora Logística



Captura de tela do Google Maps, a partir de *link* (com 103.854 visualizações em março de 2023) divulgado para entregadores por WhatsApp para que escolham em qual subpraça pretendem retirar os pedidos de cada entrega.

entregador precisa ter do seu próprio trabalho: é preciso, no caso da Rappi, reservar os horários que em estará logado no aplicativo (Figura 5) ou, no caso dos cicloentregadores do iFood, agendar a retirada da bicicleta compartilhada que será utilizada no dia seguinte (Figura 6). Neste último caso, foi frequente o relato dos entregadores sobre a necessidade de acessar o aplicativo meia-noite, sob o risco de ficarem sem bicicleta no dia seguinte. No caso dos trabalhadores engajados como OL, é necessário também responder a enquetes diárias nos grupos de WhatsApp ou Telegram com os turnos de trabalho. Alguns dos entregadores entrevistados comentam deixar o celular para despertar para não perder a enquete e deixar de “ficar no turno” (Figura 7).

A partir das diversas formas de controle do trabalho e do território realizadas por essas empresas de plataforma, pode-se afirmar, conforme Tozi (2020), que as plataformas digitais

são também plataformas territoriais, gerenciando um trabalho *just in time* e *just in place* (Tozi, Duarte e Castanheira, 2021). A plasticidade da acumulação flexível (Harvey, 2008) realiza-se, nesse sentido, por meio da atualização de elementos associados à rigidez fordista, como o incisivo controle do tempo e do espaço. Nesse trabalho plataformizado, no entanto, as mediações formais e os dispositivos de uma regulação coercitiva do trabalho, que caracterizaram o desenvolvimento da economia industrial, como o relógio de ponto, cedem lugar a outras e sofisticadas formas de controle que, embora não estejam mais marcadas pelo confinamento ao local de trabalho, implicam novas estratégias de administração do tempo e também do espaço, mais flexíveis e dissimuladas.

Os trabalhadores engajados nas e pelas plataformas digitais precisam não somente gerenciar o próprio tempo (realizando reservas nos aplicativos das bicicletas compartilhadas e

Figura 4 – Tempo estipulado pelo aplicativo iFood a ser percorrido por entregador



Captura de tela do iFood, cedida por entregador, em junho 2022. Em destaque, observa-se o horário em que a captura de tela foi tirada e até qual horário o entregador deveria chegar ao restaurante para retirar o pedido

Figura 5 – Reserva de horários para trabalho no aplicativo da Rappi



Captura de tela cedida por entregador em jan. de 2023, indo de 10 a 12 horas por dia. Os agendamentos dos horários são necessários para os trabalhadores que realizam entregas pela Rappi.

Figura 6 – Reserva de turno dos trabalhadores engajados em sistema OL do iFood



Captura de tela do WhatsApp, cedida por entregador, lembrando os horários em que podem preencher um Google Forms e informar os horários que irão trabalhar. Como para cada OL há uma quantidade de entregadores limitada por subpraça em cada turno, é importante para os trabalhadores preencherem as enquetes assim que são disponibilizadas, de modo a tentar assegurar os horários e as subpraças desejados.

Figura 7 – Reserva de bicicleta compartilhada da base do iFood Pedal



Captura de tela do aplicativo iFood Pedal. Nome e código foram omitidos para preservar a identidade do entregador.

do horário de trabalho no dia seguinte, prolongando suas jornadas de trabalho e intensificando o emprego de sua força de trabalho quando há bonificações, etc.), como também adotar estratégias vinculadas ao território: onde aguardar mais pedidos e quais táticas escolher em relação aos próprios deslocamentos. Como será detalhado na próxima seção, essas táticas no espaço e no tempo praticadas pelos entregadores são influenciadas diretamente pela centralização e pelo gerenciamento dessas empresas sobre a cidade, que definem ou contribuem para configurar territórios de trabalho desses trabalhadores pela metrópole. Cabe também destacar que fica no poder dessas empresas o acesso a imensuráveis dados georreferenciados produzidos pelos deslocamentos diários de milhares de trabalhadores pelas vias públicas da cidade. Essas informações são cedidas compulsoriamente pelos trabalhadores durante o exercício do seu trabalho e revelam muito a respeito da dinâmica urbana (como trajetos urbanos, uso de ciclovias, no caso dos entregadores de bicicleta, e trânsito, especialmente para os entregadores de moto).

Como afirma Abílio (2020b), essas empresas plataformizadas conseguem efetivar suas estratégias por meio de mecanismos de dispersão, centralização e controle. Tal controle do território realizado pelas empresas de plataforma é ancorado em uma constante busca para diminuir ao mínimo possível seus custos, repassados para o próprio trabalhador, e a propriedade de ativos fixos. Nesse sentido, ao mesmo tempo que essas empresas de plataforma contam com um elevado grau de desenvolvimento tecnológico, o que corrobora o controle e o gerenciamento de um imenso contingente de trabalhadores *just in time*,

também desenvolvem estratégias territoriais extremamente plásticas. Casos emblemáticos envolvem as repentinas saídas do Brasil das empresas de transporte de passageiros Cabify, em junho de 2021, e da empresa Uber Eats, de entregas, em março de 2022.

Em trabalhos de campo realizados ao longo de todo o ano de 2022, também foi possível observar uma rápida reconfiguração das localizações dos pontos de bicicletas compartilhadas do iFood em São Paulo. Na Figura 8, nota-se que, somente em 2022, cinco bases de retirada de bicicletas elétricas para entregadores do iFood foram desativadas e, ao menos até março de 2023, estavam concentradas somente em Pinheiros (rua Cardeal Arcoverde) e Jardim Paulista (rua Augusta), indicando maior centralização dos fluxos urbanos desses trabalhadores para ter acesso ao instrumento de trabalho. Essas mudanças relativamente ágeis de fechamento de uma base e abertura de outra só são possíveis pelas estruturas provisórias, facilmente desmontáveis e de baixo custo (Figura 9).<sup>9</sup>

## Fluxos urbanos e a relação centro-periferia

As figuras emergentes dos trabalhadores em plataformas produzem e materializam fluxos urbanos a partir da necessidade de se deslocarem rapidamente pelo espaço urbano. Esses percursos podem ser explicados por conteúdos do espaço urbano e pelas condições do trabalho *just in time* dos entregadores. Diante da precariedade da atividade (na qual precisam arcar com os riscos e custos) e da baixa remuneração de um trabalho sob demanda (para cada

Figura 8 – Mapa das bases do iFood Pedal desativadas e ativas, em 2023



Elaboração cartográfica dos autores. Os endereços das bases do iFood Pedal foram obtidos a partir de trabalhos de campo de janeiro a setembro de 2022 e do site: <<https://entregador.ifood.com.br/>>.

Figura 9 – Foto de base do iFood Pedal da rua Augusta



Ponto de retirada de bicicletas que funciona com estrutura provisória ao fundo de um estacionamento na rua Augusta. Foto dos autores em 14 fev 2022.

tarifa/entrega realizada), os entregadores procuram intensificar o emprego da própria força de trabalho, otimizando seus deslocamentos e prolongando as jornadas diárias de trabalho. Para isso, buscam não somente estar em regiões com maior demanda de pedidos, aumentando as possibilidades de receberem mais entregas por dia e diminuindo o intervalo entre cada uma delas, como também em regiões onde as bonificações são mais frequentes, de modo a aumentar o que ganham por entrega.<sup>10</sup>

Nesse sentido, destacam-se três elementos que ajudam a explicar os deslocamentos em busca da redução dos tempos improdutivos do trabalho, seja dos entregadores de bicicleta seja dos motoboys. O primeiro deles é a evidente desigualdade social estabelecida entre os consumidores de *delivery*, especialmente de comida, e os que trabalham por meio das plataformas digitais. Seguramente, os

entregadores também podem ser consumidores em determinados momentos. Mas o que pretendemos destacar aqui é que, além do fato dos clientes de *delivery* solicitarem entregas de suas casas, no geral, em áreas mais valorizadas da metrópole (Mapa 2), também realizam pedidos em seus locais de trabalho, especialmente no almoço e café da manhã, e em centralidades importantes do setor corporativo (como nas avenidas Faria Lima e Luís Carlos Berrini), o que revela de configurações espaciais das desigualdades urbanas.

O segundo elemento é a concentração de restaurantes em determinadas regiões da metrópole, como nos distritos de Itaim Bibi e de Pinheiros. Especificamente em relação aos cicloentregadores, é crucial estarem nas regiões não somente de maior demanda de pedidos, mas também nas de onde irão retirá-los (Mapa 2). Isso porque realizam entregas menores, no

geral de até 3 km entre o restaurante e a casa do cliente. A concentração de restaurantes contribui para criar “zonas de pouso” desses entregadores, como nas proximidades ou estacionamentos de *shoppings centers* ou em demais locais onde se reúnem e aguardam mais pedidos – ou, como dizem, o aplicativo tocar (Figuras 10 e 11).<sup>11</sup>

Já o terceiro elemento evidenciado neste texto é o sistema de bonificações em regiões delimitadas da cidade, as “promo por zona”, no caso do iFood. Esse sistema contribui para os deslocamentos de trabalhadores

de diversos pontos da Região Metropolitana não somente onde podem realizar mais entregas, mas também onde têm maior ganho em cada uma delas. Conforme informações coletadas em trabalhos de campo e no mapa de Fioravanti (2022), grande parte da Zona Leste não é abrangida por essas áreas de bonificação. Assim, os entregadores precisam exercer deslocamentos diários entre o local de moradia, geralmente nas periferias da cidade, para as centralidades com alta possibilidade de realizar entregas.

Figura 10 – Foto de zona de pouso de motoboys



Docas do estacionamento do *shopping* Itaquera, Zona Leste, em área reservada para entregadores, em sua maioria motoboys. Foto dos autores, em 7 jan 2023.

Figura 11 – Foto de zona de pouso de cicloentregadores



Rua Barão de Itapetinga, no centro da cidade, com maior presença de cicloentregadores. Foto dos autores, em 14 mar 2022.

Esses deslocamentos para as centralidades da metrópole, já representados por Fioravanti (2023) e debatidos por Rizek, Rangel e Fioravanti (2023), eram estimulados pelo próprio *site* do iFood voltado para os entregadores,<sup>12</sup> que, no primeiro semestre de 2022, destacava as “top regiões para entrega”. A partir da Figura 12, elaborada a partir de imagens disponibilizadas nesse *site*, observa-se claramente que o centro e certos distritos, como Pinheiros e Itaim Bibi, são indicados como regiões recomendadas para fazer entregas. Embora os critérios adotados pelo iFood não tenham sido explicitados, a maior parte delas coincide com aquelas onde já existe concentração de entregas, restaurantes, bicicletas compartilhadas e bonificações. Embora, no mapa da Zona Leste (Sapopemba, São Mateus, Vila Prudente e Água Rasa) e Zona Sul (Campo Grande, Socorro, Cidade Dutra e Cidade Adermar), estejam destacadas regiões como recomendadas para entregar por bicicleta, não contam com tanta demanda de pedidos e bonificações ou com qualquer ponto de retirada de bicicletas compartilhadas.

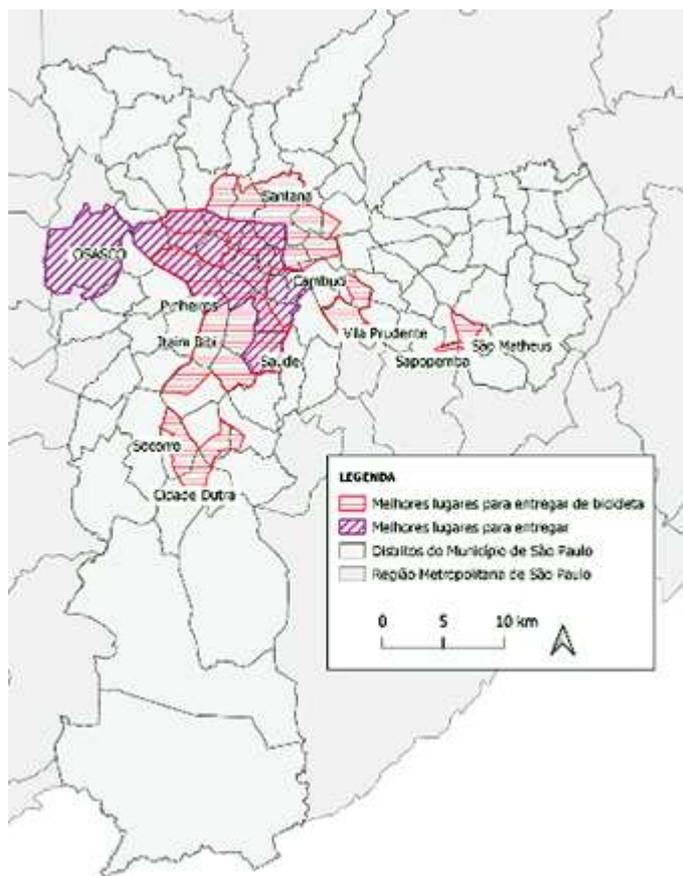
Esses trabalhadores precarizados *just in time* gastam tempo e recursos próprios buscando regiões onde possam usar intensivamente sua força de trabalho, em um processo no qual a própria cidade se configura como local de trabalho. As empresas de plataforma pagam um custo ínfimo por aquilo que possibilita concretamente os fluxos desses trabalhadores pelo e no urbano, ou seja, as infraestruturas (como as vias urbanas, arcadas pelo próprio Estado) e os serviços públicos (custeados também pelo trabalhador, como o transporte utilizado pelos cicloentregadores para ter acesso aos pontos de retirada de bicicletas).

Mesmo o pagamento de impostos é reduzido, na medida em que há uma série de brechas legais que permite que essas empresas se proclamem como empresas de tecnologia e não de entregas. O recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) não é destinado para as cidades nas quais há mais entregas, mas sim para onde se localiza a sede das empresas. As sedes do iFood, da Rappi, da Loggi e da Uber estão em Osasco, município a oeste da Região Metropolitana, cujo ISS é menor do que o de São Paulo. Com a mudança da sede do iFood para Osasco, a cidade de São Paulo deixa de arrecadar R\$82 milhões por ano, segundo Rodrigues (2021) a partir dos dados da CPI dos Aplicativos.

## Os fluxos urbanos a cada entrega

Esses trabalhadores *just in time* não somente precisam reduzir tempos de espera deslocando-se até onde podem receber mais, como procuram gerenciar e otimizar os deslocamentos realizados no decorrer das entregas, adotando estratégias no tempo e no espaço em relação ao emprego de sua força de trabalho, ponderando sobre quais entregas devem aceitar a partir da taxa mínima oferecida, da distância envolvida (até o restaurante e a até casa do cliente), do trajeto (mais ou menos íngreme, no caso dos cicloentregadores, ou com maior engarrafamento e semáforos, no caso dos motoboys) e do tempo estipulado pelo aplicativo para a realização de cada tarefa (muitas vezes, insuficiente considerando-se a distância e as características do percurso).

Figura 12 – Melhores regiões para entrega, segundo o iFood, 2022



As melhores regiões para entrega de bicicleta foram delimitadas pelos autores a partir de imagem disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/dicas-ifood/melhores-regioes-para-entregar-de-bike-em-sao-paulo/>>, publicada em janeiro de 2021. Já as melhores regiões para entregas no geral (de moto e bicicleta), denominadas pelo iFood “Top Lugares”, foram delimitadas a partir de uma imagem disponível em: <<http://entregador.ifood.com.br/quero-fazer-parte/top-lugares/>>, divulgada em julho de 2020. Os critérios de ambos os mapas não foram explicitados. Elaboração dos autores.

Voltar para uma mesma região é necessário no caso dos entregadores em regime de OL, que precisam retirar os pedidos nas subpraças para as quais são destinados (Figura 13). É também uma opção de muitos entregadores nuvem, que retornam a determinadas ruas por já conhecerem os restaurantes e os caminhos a serem percorridos, bem como já terem relações de sociabilidade com demais trabalhadores em certas “zonas de pouso”. Como se verificou em trabalhos de campo, muitos entregadores procuram retornar às regiões que já conhecem e evitam ir muito longe, o que dificultaria também a devolução

das bicicletas elétricas no iFood Pedal, para aqueles que a utilizam, e aumentaria o risco de ultrapassar o limite de quatro horas para cada retirada. Essa estratégia facilita otimiza os deslocamentos por dispensar o uso de GPS para chegar ao destino e indicar os locais em que chegam mais chamadas. Conhecer a região também ajuda a evitar os restaurantes que demoram para entregar o pedido. Caso a espera pelo pedido ultrapasse 30 minutos, os entregadores recebem o equivalente à metade da taxa. Para muitos, seria mais compensador usar esse tempo em outra entrega mais rápida.

Figura 13 – Deslocamento de um dia de trabalho de um entregador engajado em sistema de OL, usando bicicleta convencional (não elétrica)



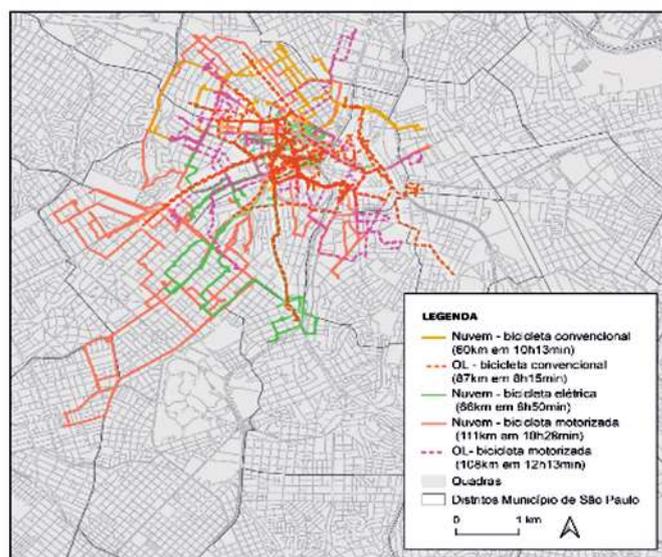
Captura de tela do aplicativo Strava. Imagem cedida por entregador. Nota-se que o entregador, mesmo indo levar o pedido para as regiões de Cambuci, Jardim Paulista e Campos Elísios, sempre precisava voltar a subpraça da República para ficar disponível novamente e receber novas chamadas.

Há um dinamismo e uma complexidade enormes no universo dos deslocamentos empreendidos pelos entregadores. No centro de São Paulo, é frequente o uso de bicicletas próprias, inclusive devido à topografia mais plana que torna menos necessário o uso das bicicletas elétricas compartilhadas, em relação à região da avenida Paulista, por exemplo. Vale destacar que nos calçadões do centro da cidade é possível transitar somente a pé ou de bicicleta, o que explica um menor número de motoboys em determinados lugares da região central. De modo similar, em distritos atravessados por rodovias de intenso movimento e alta velocidade de automóveis, como a rodovia

Raposo Tavares (Zona Oeste) e avenida Radial Leste (Zona Leste), é muito mais frequente o uso de motos em relação às bicicletas.

Na região central, também é comum que muitos entregadores utilizem bicicletas motorizadas (bicicleta convencional adaptada com motor a combustão) ou mobilete. Apesar de maiores custos que os das elétricas, estas permitem otimizar o emprego de sua própria força de trabalho e realizar mais entregas. A utilização de cada meio de transporte (bicicleta compartilhada convencional, bicicleta compartilhada elétrica, bicicleta motorizada ou mobilete) implica trajetos diários também diferenciados (Figura 14).

Figura 14 – Mapa representando os deslocamentos realizados em um dia de trabalho a partir de diferentes formas de engajamento de um mesmo entregador de bicicleta, 2022



Mapa elaborado pelos autores, a partir de dados e trajetos cedidos por entregador do iFood.

Observa-se que o uso de bicicleta motorizada permitiu que um entregador percorresse um trajeto bem maior por dia, indo do centro da cidade até o distrito do Itaim Bibi (111km como nuvem). Nesse dia, esse trabalhador fez 20 entregas. Com bicicleta motorizada, mas vinculado a uma OL, realizou 27 entregas, percorrendo uma distância menor (108km), mas em uma jornada de trabalho maior (possivelmente, por escolher no dia anterior quais turnos ficaria logado e por também receber mais pedidos e prolongar o tempo de trabalho para receber mais). Tanto com bicicleta convencional quanto com motorizada, quando esteve engajado como OL, esse entregador retornava para a subpraça da República para voltar a ficar disponível para mais entregas (no caso da OL) ou mesmo por já conhecer a região (no caso de nuvem). O uso da bicicleta convencional, seja como nuvem, seja como OL, foi acompanhado de uma jornada diária de trabalho menor, possivelmente pelo próprio desgaste físico. Como nuvem, com bicicleta convencional, trabalhou quase 2 horas a mais do que como OL, provavelmente buscando realizar mais entregas, que, como OL, obtêm em um intervalo de tempo menor.

O transitar desses trabalhadores é permeado por uma série de constrangimentos para que tenham inclusive seu trabalho assegurado: percorrem rapidamente as vias da cidade, mas frequentemente enfrentam dificuldades para que de fato permaneçam em determinados locais ou transitem dignamente pelos espaços. Foi possível, ao longo do ano de 2022, observar diversos conflitos no uso do espaço. Em mais de um trabalho de campo, trabalhadores comentaram que algumas das tomadas da estação de metrô são desligadas para evitar que permaneçam ali enquanto carregam seus celulares. Também precisam utilizar a entrada

de serviço de grande parte dos restaurantes, onde também raramente têm acesso a água, alimentação ou mesmo local para sentar enquanto aguardam o pedido. Quando retiram pedidos em *shoppings*, na maior parte das vezes, não podem entrar com a *bag* nas costas, sendo necessário deixá-la nas docas do estacionamento ou mesmo na rua. Em Pinheiros, obtivemos a informação de que dois *parklets* (área dos restaurantes com mesa e cadeiras nas calçadas) foram retirados para impedir a permanência dos entregadores nesses locais após reclamações de moradores da vizinhança. Já, em Itaquera, um restaurante, inclusive com grande demanda de entregas pelo iFood, bloqueava o sinal da internet móvel do lado externo para impedir que os entregadores ficassem muito próximos, obrigando-os a aguardar em locais mais distantes.<sup>13</sup>

## Percepções do trabalho: subordinação e consentimento

Com as sofisticadas tecnologias de controle, as empresas de plataforma têm se mostrado relativamente eficientes na tarefa de mascarar a relação de subordinação. Isso tem sido promovido desde o tratamento dos trabalhadores como “parceiros” e a cuidadosa apresentação do escopo do negócio – sempre como facilitadoras do encontro entre ofertantes de serviços e clientes – até aspectos da execução prática do trabalho, em que os trabalhadores, em tese, poderiam escolher quando trabalhar.

Contudo, como já discutido, os custos de execução do trabalho são repassados aos trabalhadores, que utilizam suas próprias motos, bicicletas, celulares e serviços de internet,

e precisam arcar com as despesas relacionadas ao transporte para a região de trabalho e à alimentação durante a jornada. Nesse quadro de evidente precariedade do trabalho, no exercício de longas e incertas jornadas, e de “subsunção real” dos entregadores às plataformas (Abílio, 2017), chama a atenção, no entanto, que muitos dos entregadores transmitam percepções positivas sobre a ocupação.<sup>14</sup> Na pesquisa de campo, o destaque dado às dimensões da autonomia, liberdade e possibilidade de alcançar maior renda do que em outras situações de trabalho foi mais do que frequente.

*[...] o bom é que eu sou autônoma, então eu trabalho para mim, eu faço os meus horários, eu escolho o dia que eu venho trabalhar, se eu quiser folgar eu folgo, então acho que eu tenho mais vida, agora, no meu antigo trabalho não, eram 14 horas por dia (uma hora de almoço e eu fazia coisas além da minha função, aqui eu só entrego e está bom), então para mim é melhor, perigoso, mas melhor. (Cicloentregadora)*

*Eu também amo as entregas, sabia? É que nem eu falo, trocaria [por um emprego registrado] se fosse para receber 4 mil. "Mas você recebe 4 mil no iFood?". Não, não recebo, mas eu tenho a minha liberdade. (Cicloentregadora)*

Abílio, Amorim e Grohmann (2021) elaboram essa manifestação de autonomia nos termos de um “autogerenciamento subordinado”, entendido como um modo de subjetivação vinculado a processos de subordinação em que os sujeitos se percebem responsáveis por suas próprias condições de vida, convertendo suas estratégias de sobrevivência inventivas em recursos apropriados pelo capital. Essa perspectiva se conecta a um esforço de pensar os

sentidos desse trabalho a partir de uma perspectiva do Sul Global e periférica. Os autores identificam, na expansão do trabalho platformizado, uma generalização dos modos de vida periféricos, cuja gestão da sobrevivência em condições de vida sem garantias modula tanto as trajetórias dos sujeitos como a estrutura do mercado de trabalho.

Como já observado, a ocupação de entrega por aplicativos expandiu-se largamente durante a crise provocada pela pandemia de covid-19. Além disso, a positividade desse trabalho se verifica em um contexto em que o Brasil observa mais de 8,6 milhões de pessoas desempregadas, e cerca de 38,6 milhões na informalidade no último trimestre de 2022 (IBGE, 2023). A categoria dos entregadores cresce trabalhando em longas jornadas e arriscando a vida para atingir uma renda de R\$500,00 a R\$1.000,00 por semana, em um País em que quase 33 milhões de pessoas estão em insegurança alimentar (Il Vigisan, 2022). A precarização geral das condições de vida é um fator relevante para a positividade relativa do trabalho dos entregadores.

Entre os entregadores entrevistados durante a pesquisa, ao longo de todo o ano de 2022, e tanto com motoboys quanto com cicloentregadores, a questão dos rendimentos do trabalho apareceu como uma das principais razões para a positividade desse trabalho. Se situações adversas em outros trabalhos ou mesmo casualidades nas trajetórias pessoais possam ter conduzido os sujeitos a esses mercados, é pela relativa autonomia e possibilidade de maiores rendimentos que eles justificam a permanência nessas atividades. De fato, como registrado, muitos conseguem atingir patamares de renda que dificilmente alcançariam como assalariados no mercado

de trabalho formal, sobretudo quando levados em consideração aspectos como escolaridade, formação profissional e qualificações formais. Como estudos sobre as formas de ganhar a vida nas periferias urbanas de São Paulo têm demonstrado (Telles, 2006; Rizek, 2012; Feltran, 2014), não estão mais disponíveis, para esses trabalhadores, as formas clássicas de emprego formal que mobilizaram gerações em busca de acesso a cidadania, dignidade no trabalho, previdência e mobilidade.

Assim, é preciso considerar o lugar do trabalho plataformizado nas trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, majoritariamente sujeitos periféricos. Se, do ponto de vista dos processos de acumulação, a relativa sensação de liberdade pode ser interpretada como mistificação da exploração do trabalho pelo capital, considerar as percepções dos sujeitos permite apreender a experiência e as dimensões simbólicas e subjetivas de pessoas de carne e osso. Como já observado em outras pesquisas (Braga e Silva, 2022), em muitos casos, a positividade do trabalho precário e desprotegido aparece se contrapondo justamente à situação de submissão que caracteriza o trabalho assalariado, uma condição de submissão que não é apenas relacionada à hierarquia das funções dentro de uma empresa, mas também à indissociável submissão subjetiva, que tende a vir atrelada à situação de venda da força de trabalho, especialmente em contextos de extrema desigualdade como o brasileiro. Trata-se da obrigação não contratual de se submeter a todo um conjunto de ofensas, humilhações e reprimendas percebidas como injustas (Rangel, 2021).

Percepções como esta acerca das possibilidades concretamente disponíveis em ocupações informais ou empregos formais de

baixa qualidade foram expressas por muitos dos cicloentregadores entrevistados. Muitos deles passaram por ocupações comuns entre trabalhadores periféricos na cidade de São Paulo: operadores de telemarketing, funcionários de redes de *fast-food*, segurança e toda uma sorte de trabalhos informais. Os mesmos discursos de frustração com o cotidiano nos empregos de baixa remuneração, ante pressões, cobranças e experiências de desrespeito por parte de superiores, repetiram-se nos depoimentos. E, diante desse horizonte encurtado de possibilidades de trabalho considerado digno, mesmo a atividade precária e estigmatizada da entrega por aplicativos pode ganhar verniz relativamente positivo no discurso dos sujeitos. Ao mesmo tempo, a ampla vulnerabilidade que marca a vida desses trabalhadores, constringendo suas aspirações, emerge como condição de possibilidade para a expansão do trabalho plataformizado.

## Considerações finais

No exercício de um trabalho precarizado, esses trabalhadores realizam deslocamentos tanto entre seus locais de moradia e as centralidades com alta potencialidade para entregas quanto a cada uma das várias entregas que efetivam por dia. São dinâmicas que, ao mesmo tempo que são responsáveis pela reconfiguração das formas de experimentação do espaço urbano, também reproduzem as desigualdades centro-periferia. A informalidade, a flexibilidade e a precariedade do trabalho dos entregadores engajados por plataformas digitais contribuem para intensificar os onerosos deslocamentos

centro-periferia e comprometem parte da jornada desses entregadores somente para que possam tentar garantir ou otimizar o uso de sua própria força de trabalho.

A dispersão desses trabalhadores *just in time* se realiza pela forte centralização das empresas de plataforma na organização dos fluxos urbanos do trabalho, por meio do estabelecimento de regiões prioritárias de entrega ou nas quais as bonificações são mais frequentes. Nos diversos trabalhos de campo, entrevistas e incursões etnográficas, foi possível apreender que, ao mesmo tempo que essa dispersão ocorre pelos mais avançados recursos tecnológicos, também coloca a necessidade de um rigoroso controle do tempo e do espaço, tanto realizado pelas empresas quanto, em certa medida e compulsoriamente, pelos próprios trabalhadores. Além disso, evidencia os limites dos refinados e enigmáticos mecanismos de controle dessa gestão

algorítmica do trabalho, visto o crescente recurso a formas de controle e subordinação direta, próxima e humana, como evidenciado na ação das OLs.

Esse trabalho que opera nos e pelos fluxos urbanos é marcado por uma grande heterogeneidade atrelada às condições de vida, aos modais de transporte e às diversas práticas e formas de mediação. São formas de engajamento laboral que, embora distintas das formas tradicionais de exploração e gestão da força de trabalho, são rigidamente controladas e imersas em uma precariedade que pode ser consentida e mesmo legitimada. Trata-se de um processo no qual a dispersão concentrada dos trabalhadores pelo território se efetiva de maneira fortemente centralizada pelas empresas de plataforma, tendo como condição de possibilidade a intensa vulnerabilidade que marca a vida de grande parcela da classe trabalhadora urbana e periférica.

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-5247-1582>**

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, SP/Brasil.  
liviageousp@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0002-0679-3756>**

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos, SP/Brasil.  
feliperangelm@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0002-7871-5730>**

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós Graduação em Sociologia. São Carlos, SP/Brasil.  
cibelesr@uol.com.br

## Notas

- (1) Segundo dados fornecidos à CPI dos Aplicativos da Câmara Municipal, eram 563 mil motoristas de aplicativos ativos cadastrados na cidade (Rodrigues, 2021). Já o Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipal do Estado de São Paulo (Sindimoto SP) estima 280 mil entregadores de aplicativos (de moto ou bicicleta) na região da Grande São Paulo (Saraiva, 2020).
- (2) O projeto “Zonas cinzentas e território: a transformação do trabalho e a figura emergente do trabalhador de plataforma: uma comparação França-Brasil” é financiado por meio de um convênio entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a Agence Nationale de la Recherche (processo Fapesp 2021/04086-3).
- (3) Disponível em: <<https://apublica.org/2022/08/ifood-nao-revelou-detalhes-da-jornada-de-trabalho-de-entrega-dores-na-cpi-dos-apps>>. Acesso em: 5 jan 2023.
- (4) Essas bonificações são chamadas de promoções pelos entregadores. Obtivemos informações do aplicativo iFood, nos smartphones, de entregadores registrando que estes recebiam cerca de R\$3,00 a mais por entrega durante os períodos e zonas de promoções. Geralmente, em dias de chuva e em regiões e períodos de maior demanda, como as noites de sextas-feiras e fins de semana ou, ainda, em eventos esporádicos nos quais há grande demanda e uma quantidade menor de trabalhadores, como nos dias de jogo do Brasil na Copa do Mundo em 2022, quando as promoções ofereciam um acréscimo de R\$8,00 por entrega. É consenso entre os entregadores que trabalhar durante a oferta de promoções gera impacto substancial sobre sua renda mensal.
- (5) Informação disponível em: <<https://news.ifood.com.br/em-meio-a-alta-dos-combustiveis-ifood-aumenta-repasse-a-200-mil-entregadores/>>. Acesso em: 12 mar 2023.
- (6) As intermediárias OLs são criadas muitas vezes por entregadores que acabaram se destacando e receberam um convite do iFood para “criar uma empresa”. Tais escolhas dos supervisores ou líderes de OL asseguram, ao iFood, um controle também sobre a dinâmica da própria OL, ao garantir que, nessas intermediárias, haja determinado perfil de supervisor ou líder, alinhado a seus discursos e demandas. O iFood, além de assegurar as entregas por meio de uma empresa intermediária, criada por sua própria iniciativa, acaba também se esquivando de processos trabalhistas, uma vez que, nessas OLs, há relações contratuais que preveem explicitamente direitos trabalhistas.

- (7) O iFood detinha 83% da participação do mercado brasileiro em 2021, seguido pela Rappi, com 13% (Petropouleas, 2022). Machado e Zanoni (2022) apontam, por meio de outra metodologia, uma fatia menor: de 58% dos trabalhadores de entrega do modelo três pontas (caracterizado por deslocamentos que abrangem a empresa-aplicativo, a empresa fornecedora, como um restaurante ou um mercado, e o cliente final) no Brasil em junho de 2021. Vale destacar que, em fevereiro de 2023, o iFood perdeu a exclusividade com grandes redes de restaurantes, após decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de acusações de concorrência desleal por parte de outras empresas, como a Rappi (G1/Reuters, 2023). Essa e outras medidas do Cade podem enfraquecer o monopólio do iFood em São Paulo, em dinâmicas que possivelmente, caso de fato ocorram, só serão apreendidas em trabalhos de campo e entrevistas no segundo semestre de 2023, após o prazo de seis meses, dado ao iFood, para implementar tais mudanças.
- (8) Em dezembro de 2022, foi decretada a falência a OL SIS Motos, que, segundo reportagem de Moncau (2022), era a maior OL do Brasil, com filiais em 24 estados do Brasil e operando com 5 mil entregadores. A falência da SIS Motos e de outras OLs devido, segundo relatos em campo, ao pagamento de direitos trabalhistas a entregadores (que conseguiram comprovar a configuração de vínculo empregatício), não necessariamente aponta para o fim das OLs, uma vez que outras empresas OLs podem surgir, inclusive a partir de convites do próprio iFood, para substituir aquelas que faliram.
- (9) Ver Lima (2022) e Rosin (2023) para mais detalhes sobre o funcionamento das bases do iFood Pedal e de sua infraestrutura.
- (10) Um dos aspectos vinculado especificamente aos cicloentregadores é a concentração do meio de trabalho, no caso das bicicletas compartilhadas disponíveis nos pontos iFood Pedal e bicicletas convencionais do Itaú. Segundo Fioravanti (2022), no vetor sudoeste, que corresponde a 3% da área do município de São Paulo, estava metade das bicicletas compartilhadas de janeiro a maio de 2022.
- (11) Esses locais são geralmente próximos de pontos comerciais onde podem carregar o celular, esquentar comida, beber água ou utilizar o banheiro. Além de aguardar pedidos, realizam refeições (como o almoço, no meio da tarde, após o horário de pico das entregas) e manutenção de suas bicicletas próprias convencionais ou troca de óleo das motos, além de tecer relações de sociabilidade e compartilhar estratégias de exercício da atividade. É interessante destacar que esses pontos de encontro e pouso dos entregadores são geralmente distintos entre os cicloentregadores e os motoboys, ainda que próximos uns dos outros.
- (12) O iFood mantém um site denominado “Portal do entregador”, no qual disponibiliza informações e propagandas voltadas para os entregadores e eventuais interessados em trabalhar com a plataforma.
- (13) Esses deslocamentos são perpassados por diversos constrangimentos, mas também por microrresistências, como entregar de moto, mas realizar cadastro como entrega por bicicleta (almejando, assim, receber trajetos mais curtos a cada entrega e, dessa forma, também otimizar os deslocamentos e economizar combustível), ou alugar conta de terceiros para continuar o trabalho em caso de bloqueios no aplicativo.

- (14) “Não posso falar mal dos aplicativos”, “Foi por onde comecei”, “Me deram oportunidade”, foram algumas das frases que ouvimos frequentemente durante a pesquisa de campo. Essas introduções, ainda que seguidas de críticas e contrariando outros tantos testemunhos de exploração, surpreenderam-nos por sua repetição. Uma certa postura de gratidão pela chance de trabalhar e obter renda, muitas vezes “escapando” de empregos formais considerados menos atrativos, foi aspecto repetitivo nos relatos coletados.

## Referências

- ABÍLIO, L. (2017) Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. *Site Passapalavra/Blog da Boitempo*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 6 mar 2023.
- \_\_\_\_\_. (2020a). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, pp. 111-126. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000100111](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111)>. Acesso em: 11 dez 2022.
- \_\_\_\_\_. (2020b). Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, n. 3, pp. 579-97. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>> Acesso em: 11 mar 2023.
- ABÍLIO, L. C.; ALMEIDA, P. F.; AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M. ; FONSECA, V. P. da; KALIL, R. B.; MACHADO, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*. Campinas, Edição Especial – Dossiê covid-19, pp. 1-21.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, pp. 26-56. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- BRAGA, R.; SILVA, D. (2022). The meanings of uberism: Work platforms, informality and forms of resistance in the city of São Paulo. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, n. 56, pp. 118-136. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/61446>. Acesso em: 11 mar 2023.
- CARDOSO, A.; AZAÏS, C. (2019). Reformas trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França. *Caderno CRH*. Salvador, v. 32, n. 86, pp. 307-324.
- CARELLI, R.; OLIVEIRA, M. (2021). *As Plataformas Digitais e o Direito do Trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no Século XXI*. São Paulo, Dialética.
- CÍCERO, J. (2022). iFood tem contrato que prevê direitos trabalhistas. Agência Pública, 22 maio. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/05/sem-que-entregadores-saibam-ifood-tem-contrato-que-preve-direitos-trabalhistas/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

- DE STEFANO, V. (2016). The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy". International Labor Office, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch. *Conditions of work and employment series*, n. 71, Genbra. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_443267.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf). Acesso em: 25 ago 2023.
- FELTRAN, G. de S. (2014). Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, n. 27, pp. 495-512.
- FILGUEIRAS, V. A. (2021). "É tudo novo", de novo: as narrativas sobre as grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo, Boitempo.
- FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, v. 39, n. 1, pp. 27-43. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137/pdf\\_9](https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137/pdf_9)>. Acesso em: 5 jun 2022.
- FIORAVANTI, L. M. (2022). Concentração de entregadores nas regiões mais ricas da capital paulista. *Le Monde Diplomatique*, 5 out. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/concentracao-de-entregadores-nas-regioes-mais-ricas-da-capital-paulista/>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023). Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos entregadores de bicicleta da metrópole de São Paulo. *GEOUSP*, no prelo.
- GRIESBACH K, R. A; ELLIOTT-NEGRI, L; MILKMAN R. (2019). Algorithmic Control in Platform Food Delivery Work. *Socius*, v.5, n. 4, pp. 1-15.
- GUIMARÃES, F. (2021). Cerca de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda. *Estado de S.Paulo*, 12 de abril. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/brasileiro-depende-mais-de-aplicativos-para-ter-renda/>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- HARVEY, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- HEILAND, H. (2021). Neither timeless, nor placeless: control of food delivery gig work via place-based working time regimes. *Human Relations*, v.75, n. 9, pp. 1824-1848. DOI: <https://doi.org/10.1002/hrm.22168>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 9 mar 2023.
- KALIL, R. B. (2020). *A regulação do trabalho via plataformas digitais*. São Paulo, Blucher.
- LIMA, L. (2022). Ifood Pedal: o funcionamento e a localização das bases de empréstimos de bicicletas para os entregadores Ifood em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. *Anais*. Disponível em: <<https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=6#L>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- MACHADO, S.; ZANONI, A. P. (2022). *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos*. Curitiba, UFPR – Clínica Direito do Trabalho.
- MARX, K. (2015). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo editorial.

- MONCAU, G. (2022). "Sistema jagunço": por que o iFood tenta esconder sua relação com empresas intermediárias (OL)? *Brasil de Fato*, 14 de abr. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/14/ifood-tenta-censurar-video-que-mostra-relacao-com-empresas-intermediarias>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- OLIVEIRA, M. C. S.; CARELLI, R. de L.; GRILLO, S. (2020). Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 4, pp. 2609-2634. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50080/35864>>. Acesso em: 27 fev 2023.
- PETROPOULEAS, S. (2022). Saída da Uber Eats acirra briga entre iFood e Rappi e preocupa restaurantes. *Folha de S.Paulo*, 18 fev. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/saida-da-uber-eats-acirra-briga-entre-ifood-e-rappi-e-preocupa-restaurantes.shtml>>. Acesso em: 1º ago 2022.
- RANGEL, F. (2021). *A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- REUTERS/G1 (2023). *Cade faz acordo com iFood em investigação sobre exclusividade com restaurantes*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/08/cade-faz-acordo-com-ifood-em-investigacao-sobre-exclusividade-com-restaurantes.ghtml>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- RIBEIRO, P. V. (2022). Motociclistas são 70% dos internados no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas, diz médica na CPI dos Aplicativos. *The Intercept Brasil*, 16 dez. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- RIZEK, C. S. (2012). Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, pp. 41-49.
- RIZEK, C. S.; RANGEL, F.; FIORAVANTI, L. M. (2023) Trabalho, Subordinação e fluxos urbanos: Resultados de pesquisa. In: LIVRO DO XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. No prelo.
- RODRIGUES, R. (2021). Cidade de SP tem 563 mil motoristas de aplicativos ativos, diz Prefeitura; 74% dos carros têm placa da própria cidade. *G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/04/cidade-de-sp-tem-563-mil-motoristas-de-aplicativos-ativos-diz-prefeitura-74percent-dos-carros-tem-placa-da-propriedade.ghtml>>. Acesso em: 6 mar 2021.
- ROSIN, A. (2023). *Trabalho de plataforma: desregulações, práticas no urbano e fluxos*. Relatório de Qualificação. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- SARAIVA, J. (2020). Total de entregadores na Grande São Paulo tem aumento de 20%. *Valor Econômico*. jun. Disponível em: <<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/06/09/total-de-entregadores-na-grande-sao-paulo-tem-aumento-de-20.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2023;
- TELLES, V. da S. (2006). Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social*, v. 18, pp. 173-195.
- TOZI, F. (2020). Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *Geosp – Espaço e Tempo* (on-line), v. 24, n. 3, pp. 487-507. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/168573>>. Acesso em: 14 mar 2023.

- TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. (2021). Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. *Ar@cne*. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 mar., vol. XXV, n. 252. Disponível em: < <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/33968/33445> >. Acesso em: 22 mar.
- VEEN, A.; BARRATT, T.; GOODS, C. (2020). Platform-Capital's 'App-etite' for Control: a labour process analysis of food-delivery work in Australia. *Work, Employment and Society*, v. 34, n. 3, pp. 388-406.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FESTI, R. C. (2023). Entregadores de aplicativos no Brasil: entre a subordinação e a "autonomia". *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1.
- II VIGISAN (2022). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo, SP, Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 9 mar 2023.

Texto recebido em 14/mar/2023

Texto aprovado em 29/maio/2023

# Digital platforms and urban flows: dispersion and control of precarious work

Plataformas digitais e fluxos urbanos:  
dispersão e controle do trabalho precário

Lívia Maschio Fioravanti [I]  
Felipe Rangel [II]  
Cibele Saliba Rizek [III]

## Abstract

The recent spread of digital platforms has produced new dynamics in the relationship between work and the city. The aim of this article is to analyze urban flows of app-based delivery workers in the São Paulo metropolis to explore empirically the conditions under which this work is inscribed in the city. We argue that the dispersion of thousands of workers throughout the metropolis, supported by an algorithmic management, can only be carried out through an incisive control of time, territory, and of the work itself, as well as through the workers' intense vulnerability. Using data obtained by means of ethnographic incursions, interviews, and by the development of cartographic material, we seek to discuss the dynamics of (re)production of central-peripheral inequalities along with work that is spatialized under the centralized management of platform companies.

**Keywords:** digital platforms; work; urban flows; control; precariousness.

## Resumo

*O espraiamento recente das plataformas digitais tem provocado novas dinâmicas da relação entre trabalho e cidade. O objetivo deste artigo é analisar os fluxos urbanos dos entregadores de aplicativos pela metrópole de São Paulo para explorar empiricamente as condições em que esse trabalho se inscreve na cidade. Argumentamos que a dispersão de milhares de trabalhadores pela metrópole, ancorada por uma gestão algorítmica, somente se realiza por um controle incisivo do tempo, do território e do próprio trabalho e pela intensa vulnerabilidade dos trabalhadores. Mobilizando dados obtidos por meio de incursões etnográficas, entrevistas e elaboração de material cartográfico, buscaremos discutir as dinâmicas de (re)produção das desigualdades centro-periferia de um trabalho que se espacializa sob gestão centralizada das empresas de plataforma.*

**Palavras-chave:** plataformas digitais; trabalho; fluxos urbanos; controle; precariedade.



## Introduction

Work controlled by digital platforms is a relatively recent phenomenon and has gained greater prominence in Brazil in the last decade. Despite being a widely globalized phenomenon, it takes on particular characteristics in a national context where broad segments of the urban working class have always coexisted with high degrees of social vulnerability and economic insecurity, situations exacerbated by processes of neoliberalization and the erosion of the fragile labor protection legislation, achieved through decades of social struggles. Given its expression and speed of expansion, the platformization of work has become a privileged subject of study regarding precarization, subordination, and deregulation, as well as raising questions about the impacts of the proliferation of platform-managed workers on the urban life of major metropolises.

According to Guimarães (2021), based on a survey by the Locomotiva Institute in 2021, approximately 11.4 million workers used apps as a supplementary or primary source of income in Brazil. As noted by Machado and Zanoni (2022), this rise in platform-mediated forms of work can be explained by three interconnected processes. The first of these processes is related to the spread of internet access and new information and communication technologies, giving rise to new business models and ways of organizing and exploiting labor. In this context, and playing a significant role in the proliferation

of digital platforms, is the notable increase in smartphone consumption in Brazil, especially since 2012, as reported by Reuters/G1 (2013), as well as the multitude of apps offering various services through digital platforms.

The second process responsible for driving labor relations through digital platforms pertains to the context of neoliberal reforms, as noted by Cardoso and Azaïs (2019), which caused Brazilian workers to lose rights like never before in such a short period, particularly in the year 2017 when laws were passed that removed obstacles to outsourcing in all economic sectors and the Labor Reform, which legitimized both old and new labor exploitation practices. As Filgueiras (2021) details, we have seen the spread of corporate narratives that legitimize and promote the idea that flexibility is necessary for increased formalization and job creation. The emerging figures of platform workers proliferate in harmony with this scenario of labor relations becoming more flexible, the weakening of relatively stable contractual forms, and the erosion of worker protections (Carelli and Oliveira, 2021).

The last factor relates to the social and economic crisis deepened by the COVID-19 pandemic, catalyzing processes that were already underway, linked to job precarization and informalization. Unemployment and the need to supplement income led many workers to engage in platform work to make a living. This was the case for hundreds of thousands of app-based delivery workers. Research has shown an increase in demand for this activity (Abílio, Amorim, and Grohmann,

2021; Machado and Zanoni, 2022; Vêras de Oliveira and Festi, 2023), which remained uninterrupted as it was considered essential. Therefore, it represented an opportunity for those who found themselves without work or with insufficient income. With the increase in the number of workers, there was a decrease in earnings and an increase in working hours for the majority of delivery workers (Abílio, Amorim, and Grohmann, 2021).

This recent proliferation of digital platforms, which engage thousands of workers solely in the metropolis of São Paulo,<sup>1</sup> especially in transportation and delivery apps, while exposing existing inequalities in urban space, also generates new spatial practices and everyday relationships in the city, reshaping urban morphologies that have been gaining significant prominence.

In this context, the aim of this article is to describe and analyze new dynamics in the relationship between work and the city triggered by the expansion of platform-based work. Specifically, it will highlight the urban flows of app-based delivery workers throughout the metropolis of São Paulo. These workers, through their movements between residential areas and central locations with high delivery potential, reveal new mechanisms for (re)producing center-periphery inequalities. These urban flows will be analyzed through their involvement in work relationships that occur through the dispersion of thousands of just-in-time workers (Abílio, 2020a; De Stefano, 2016) across the metropolis, anchored by algorithmic management that can only be effectively achieved through rigorous control of time, territory, and the work itself.

The research has been developed within the scope of the international cooperation project Fapesp-ANR "Grey zones and Territories: transformation of work and the emerging figure of Platform Worker. A France-Brazil comparison" (REGREYZ&Co),<sup>2</sup> whose overall purpose is to use the heuristic approach of the "grey zones of work" to investigate the modulations between old and new forms of precarity embedded in the living conditions and the activity of app-based delivery workers in the distinct contexts of Brazil and France. For this purpose, immersion in the daily routines and work practices has been a fundamental effort to prospect empirical material enabling the comparative endeavor. In this text, we present a portion of the empirical work carried out in São Paulo, through ethnographic fieldwork and interviews conducted in various delivery worker gathering points, from January 2022 to March 2023. During this period, thirty-four semi-structured interviews and over a hundred informal conversations with delivery workers were conducted. Utilizing data provided by these workers and gathered through documentary research on platform companies, it was also possible to create the cartographic material that will be presented.

The article is divided into three sections, in addition to the introduction and concluding remarks. The first section briefly addresses the everyday dynamics of work, demonstrating that the flexibility and informality of platform-based work relations are also achieved through a sharp control over time and space. In the second section, we aim to detail and represent the urban flows, particularly those of bicycle delivery workers, by connecting the

work within and through digital platforms, the living conditions of these workers, and the urban space itself. Finally, in the last section, an important contradiction that runs through digital platform work is highlighted: while highly precarious forms of labor engagement are produced and reproduced, there is also consent, or at least resignation, on the part of these delivery workers, contributing to legitimizing and disseminating new forms of worker control, management, and subordination.

## Platformized work: control through instability

Heiland (2021), drawing from the Marxist formula, argues that a central dimension of platformized delivery services lies in the "annihilation of space by time" (Marx, 2015), as the execution of the last mile, the delivery of the product into the hands of the customer, poses a significant challenge for the sector. According to the author, this moment becomes a kind of bottleneck as it proves more resistant to rationalization and control, being one of the most costly stages of the logistical process. This is the technical and economic challenge that app-based companies invest in overcoming by streamlining coordination between restaurants, delivery workers, and consumers. The algorithmic management of labor in the delivery sector aims precisely at cost reduction and greater control over the worker in carrying out this task.

A number of studies have therefore discussed the mechanisms that enable the control of the dispersed mass of workers engaged in this network (Griesbach, Elliott-Negri, and

Milkman, 2019; Veen, Barratt, and Goods, 2020; Abílio, Amorim, and Grohmann, 2021; Heiland, 2021). Among the highlighted aspects, the technological structure of algorithmic control and the systems of evaluations, rewards, and blocks that allow for extremely flexible and arbitrary workforce management stand out. Central to this is the remuneration model in the form of payment for completed deliveries to workers who are constantly available, in other words, the mobilization of just-in-time workers (De Stefano, 2016; Abílio, Amorim, and Grohmann, 2021). The subordination of labor to capital is presented as a relationship between two free actors operating in the supply and demand market. Payment is made only for the service actually performed, relieving the company from covering the "downtime" during the shift, during which delivery workers often remain available for more than 10 hours, sometimes without a weekly break.

According to data from internal research commissioned by iFood (the largest company in the sector in Brazil) and conducted by the Locomotiva Institute, as revealed by Agência Pública in 2022,<sup>3</sup> 61% of the platform's registered delivery workers reported working 7 days a week. Furthermore, approximately 47% of the delivery workers stated that they work more than 10 hours a day, with 17% working more than 12 hours a day (Cícero, 2022). These numbers not only reflect an extension of the working day but also the breakdown of the boundaries that define such a workday, with the fundamental limit now being the willingness and physical capacity of the workers.

Platform companies claim to be mere intermediaries between customers and workers, who are referred to as "partners" or "collaborators," supposedly having the

autonomy to work when, how, and if they wish. Therefore, there would be no subordination relationship or establishment of an employment bond. However, workers effectively rely on digital platforms for their economic livelihood, and a clear power asymmetry is identified between the companies and the workers (Kalil,

2020). These workers are subject to constant evaluations and ranking of their activity (Figures 1 and 2), without knowledge and control over the rules that affect the distribution of work (such as who will receive a particular delivery), their compensation, or the continuity of their own work.

Figure 1 – Screenshot of the Rappi app



Screenshot of the Rappi app provided by a delivery worker in January 2023. It shows the worker's ranking in the app, with an 80% acceptance rate, 88% completion rate, and a customer rating of 4.9. There is also a quantification of the hours worked in relation to the hours that were previously scheduled in the app.

Figure 2 – Screenshot of the iFood app



Screenshot of the iFood app provided by a delivery worker in April 2022. The completion rate for this delivery worker is 53%, which, according to him, already makes it difficult to receive orders through the app.

Thus, another crucial aspect of the platformized workforce management process is identified in the platform companies' ability to "define the rules of the game without fixing them" (Abílio, Amorim, and Grohmann, 2021, p. 39). This extreme flexibility in the rationalized use of labor in time and space is achieved through algorithmic labor management, which mobilizes automated processes for the collection and processing of large amounts of data, encompassing both georeferenced consumption dynamics and patterns of behavior, movements, and interactions of the delivery workers with the platforms.

From this volume of information and the technical capacity to process it, coupled with the condition of a workforce without contracts and rights, platforms are able to influence the increase, decrease, spatial location, and working hours of this workforce. To do this, they mobilize resources such as constant changes in compensation rates, arbitrary blocks, and deactivations, as well as the establishment of dynamic zones with increased bonuses in places and times of higher demand (especially in situations that would discourage work, such as heavy rain and flooding).<sup>4</sup>

The quantity of deliveries can vary significantly, depending on several factors, including: a) demand and distribution of orders in delivery areas; b) the length of time each worker has been in the activity, as more experienced ones tend to receive more orders if they have a good rating on the app; c) the day of the week, with more orders on Fridays and weekends, and the day of the month, with

more orders at the beginning of each month when families typically receive their payments; d) the time of day, with higher demand in the evening in residential areas and for lunch and breakfast in commercial areas; e) the daily work hours of each worker, which can exceed 16 hours; f) the physical capacity and experience of the bicycle delivery worker, which involves aspects such as ease of navigating city spaces and better handling of obstacles in picking up and, especially, delivering goods; g) the type of registration of the delivery worker (whether as *nuvem* or *OL* worker, as will be detailed in the next section of the article).

It is evident, then, that these just-in-time workers are subjected to significant instability in their work. There is a complete absence of regulations regarding work hour limits and minimal guarantees of safe working conditions. The risks of accidents are quite apparent, especially among motorbike delivery workers. According to Ribeiro (2022), based on data from the Parliamentary Commission of Inquiry on App-Based Services of the São Paulo Municipal Council, motorbike delivery workers accounted for 20% of those hospitalized at the Institute of Orthopedics and Traumatology at the Hospital das Clínicas of the University of São Paulo in 2015 and 2016. However, in 2022, they represented 70% of trauma sector patients (Ribeiro, 2022).

The costs of the necessary tools for performing the activity are typically the responsibility of the workers. Delivery workers need to cover a range of essential equipment that is rarely provided by platform companies.

These include the most obvious items such as modes of transportation (motorcycles and bicycles), as well as smaller but crucial items for the job, such as a thermal bag, helmet, raincoat, and a smartphone with accurate GPS, long-lasting battery, and paid mobile internet access, in addition to daily meals. The combination of these costs significantly cuts into the earnings of these delivery workers, which prompts them to work longer hours to compensate for this reduction.

The time dedicated to work becomes even more extensive when we consider that a significant portion of app-based delivery workers in São Paulo reside in the city's outskirts, as identified in our research and other investigations (Abílio, 2020a; Braga and Silva, 2022). In addition to the unpaid time they are available for the platforms (wait times between deliveries and during deliveries while waiting for the order to be handed over by the restaurant or received by the customer), delivery workers, especially those who use bicycles, also face hours of commuting from their residential areas to the central hubs with higher demand for delivery services (areas with higher purchasing power). It is in this scenario that we identify the importance of thinking about the platformized management of labor and the reproduction of urban inequalities in an interconnected way. In the following section, we will present with greater emphasis the data obtained in our field research, which empirically demonstrates the depth of this connection.

## Daily work dynamics: time and space control

iFood has established itself as the leading app-based delivery company in Brazil, with over 200,000 registered workers.<sup>5</sup> Therefore, the vast majority of delivery workers we encountered in the field are affiliated with this company. It's important to note that there are two ways to engage in delivery activities with iFood: *nuvem* (cloud) or OL, which stands for Logistic Operator. The logistic operator is an intermediary company between the platform company and the delivery workers, responsible for specific zones within the city. *Nuvem* delivery workers can deliver wherever they prefer and become available for delivery as soon as they log in to the app, following registration approval. Payment is made weekly, and they receive deliveries and payments directly from the platform. On the other hand, OL delivery workers can only pick up orders in the designated areas and can choose to be paid daily (with a fee), weekly, or bi-weekly. OL workers, however, have priority in the distribution of orders, according to consensus among interviewed delivery workers (both OL and *nuvem*).

Many delivery workers, as observed in fieldwork, opt for the OL system in order to quickly gain registration approval, receive more deliveries per day than *nuvem* delivery workers, or because they need daily payments. An employee of the OL company assigns each

delivery worker to their shift. Through surveys created in Google Forms and sent in WhatsApp or Telegram groups, delivery workers indicate the hours they prefer to work on a given day or the next day. The OL company then designates, in the iFood app, which delivery workers are responsible for a particular area during that shift. Because they are responsible for ensuring that a certain number of delivery workers are available in each zone on the days and times specified by iFood, the OLs receive a percentage of each delivery as compensation.<sup>6</sup>

According to data provided by iFood to Agência Pública, 20% of its workers were engaged as OLs in 2020. However, fieldwork and interviews seemed to indicate a higher and increasing proportion of OLs, at least in the second semester of 2022. Interviews with OL leaders conducted in São Paulo in June 2022 indicated that the percentage of delivery workers engaged as OLs ranged from 30% to 50% in comparison to those engaged as *nuvem* workers. According to the interviews, in the city of São Paulo, there are between 15 to 700 workers per OL company.

Many delivery workers, especially in the second half of 2022, also reported switching to the OL system because they were no longer receiving calls as *nuvem* workers. Additionally, the fact that *nuvem* workers received weekly payments while OL workers could receive daily payments, at least since mid-2022, seemed to attract many delivery workers to this form of engagement. In this regard, vulnerability in daily life can lead to this form of engagement, not only because they receive more deliveries as OL workers but also because they need a faster return on their earnings. Workers who are paid daily, in some OLs, may have only

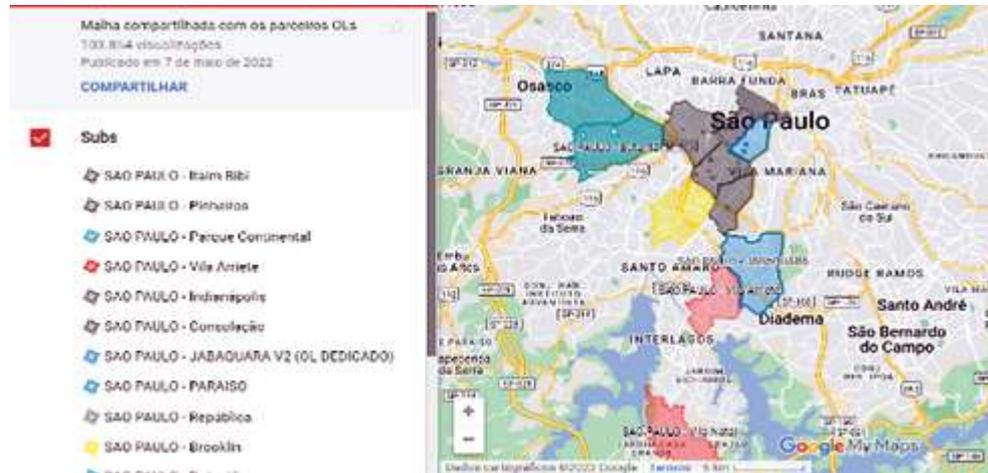
one day off per week and need to fulfill all the chosen shifts, unlike those who opt for weekly or even bi-weekly payments, who in some OL companies end up having more flexibility to have more days off and not work a shift if they don't want to. It can be concluded from this that the greater and more immediate the worker's needs, the higher their degree of subordination to the OL company.

The monopoly of iFood's deliveries in the city of São Paulo<sup>7</sup> and the observed increase in the engagement of workers in the OL system at least until December 2022<sup>8</sup> are indications of the limits of this instantaneity and algorithmic self-sufficiency of digital platforms. iFood intensifies its control over a mass of just-in-time workers – and, at the same time, highlights the limits of algorithmic management – by defining zones and ensuring that there is a certain number of delivery workers in each of them through the human and close control carried out by the OL companies. These OLs reveal sophisticated strategies of territorial control.

The map in Figure 3 belongs to an OL company that operates in São Paulo and is shared with delivery workers through a Google Forms questionnaire, allowing them to choose in which submarket they want to work.

In our fieldwork, it was possible to observe not only control over territory but also strong control over time. There is an imposition of how many minutes the delivery worker has to reach the restaurant or the customer's location (under the risk of penalties) (Figure 4), as well as control that the delivery workers need to have over their own work: in the case of Rappi, it is necessary to reserve the hours during which they will be logged into the app (Figure 5), or in the case of iFood's

Figure 3 – Zones delimitation by a Logistics Operator



Screenshot from Google Maps, accessed via a link (with 103,854 views in March 2023) shared with delivery workers on WhatsApp for them to choose from which submarket they want to pick up orders for delivery.

bicycle delivery workers, schedule the pickup of the shared bike they will use the next day (Figure 6). In the latter case, delivery workers often reported the need to access the app at midnight, under the risk of not having a bike available the next day. For OL-engaged workers, it is also necessary to respond to daily surveys on WhatsApp or Telegram groups with their work shifts. Some of the interviewed delivery workers mentioned setting alarms on their phones to wake up and not miss the survey in order to secure their shifts (Figure 7).

Through the various forms of work and territory control employed by these platform companies, it can be argued, as suggested by Tozi (2020), that digital platforms are also territorial platforms, managing both just-in-time and just-in-place work (Tozi, Duarte, and Castanheira, 2021). The plasticity of flexible

accumulation (Harvey, 2008) is implemented through the updating of elements associated with Fordist rigidity, such as the stringent control of time and space. In this platformized work, however, the formal mediations and devices of coercive labor regulation that characterized the development of the industrial economy, such as the time clock, give way to other sophisticated forms of control. While no longer marked by confinement to the workplace, these controls involve new strategies for managing time and space, which are more flexible and concealed.

Workers engaged with and through digital platforms not only need to manage their own time (making reservations in bike-sharing apps, scheduling their work hours for the next day, extending their work shifts, and intensifying their labor when there are bonuses, etc.) but

Figure 4 – Time specified by the iFood app for the delivery worker to cover



Screenshot from iFood, provided by a delivery worker in June 2022. Highlighted is the time the screenshot was taken and the time by which the delivery worker should arrive at the restaurant to pick up the order.

Figura 5 – Reservation of time slots for work on the Rappi app



Screenshot provided by a delivery worker in January 2023, indicating work hours from 10 to 12 hours per day. Scheduling of work hours is necessary for delivery workers using Rappi.

Figura 6 – Shift reservation for workers engaged in the OL system of iFood



Screenshot from WhatsApp, provided by a delivery worker, reminding them of the times when they can fill out a Google Forms questionnaire to inform their work hours. Since each OL company has a limited number of delivery workers per zone in each shift it is important for workers to fill out the surveys as soon as they become available in order to try to secure their desired hours and zones

Figura 7 – Reservation of shared bicycles from the iFood Pedal base



Screenshot from the iFood Pedal app. The name and code have been omitted to protect the identity of the delivery worker.

also adopt strategies related to territory: where to wait for more orders and which tactics to choose regarding their own movements. As will be detailed in the next section, these tactics in space and time practiced by delivery workers are directly influenced by the centralization and management of these companies over the city, which define or contribute to configuring the work territories of these workers throughout the metropolis. It is also worth noting that these companies have access to vast georeferenced data generated by the daily movements of thousands of workers on the city's public streets. These pieces of information are compulsorily provided by the workers during the course of their work and reveal a lot about urban dynamics (such as urban routes, the use of bike lanes for bicycle delivery workers, and traffic patterns, especially for motorcycle delivery workers).

As Abílio (2020b) states, these platform-based companies can execute their strategies through mechanisms of dispersion, centralization, and control. The control of territory carried out by platform companies is anchored in a constant effort to minimize their costs, which are often passed on to the workers themselves, and the ownership of fixed assets. In this sense, while these platform companies rely on a high degree of technological development, enabling the control and management of a vast contingent of just-in-time workers, they also develop highly flexible territorial strategies. Emblematic cases include

the sudden exits of ride-sharing company Cabify from Brazil in June 2021 and Uber Eats, a food delivery service, in March 2022.

In fieldwork conducted throughout the year 2022, there was also a rapid reconfiguration of the locations of iFood's shared bicycle stations in São Paulo. In Figure 8, it can be seen that in 2022 alone, five electric bicycle pickup bases for iFood delivery workers were deactivated, and at least until March 2023, they were concentrated only in Pinheiros (Cardeal Arcoverde Street) and Jardim Paulista (Augusta Street), indicating a greater centralization of urban flows of these workers to access their work equipment. These relatively agile changes, including the closure of one base and the opening of another, are only possible due to the use of temporary, easily disassembled, and low-cost structures (Figure 9).<sup>9</sup>

## Urban flows and the center-periphery relationship

The emerging figures of platform workers produce and materialize urban flows based on the need to move quickly through urban space. These journeys can be explained by the contents of the urban space and the just-in-time working conditions of the delivery workers. Faced with the precariousness of the activity (in which they have to bear the risks

Figure 8 – Map of deactivated and active iFood Pedal bases in 2023



Cartographic elaboration by the authors. The addresses of iFood Pedal bases were obtained from fieldwork conducted from January to September 2022 and from the website: <https://entregador.ifood.com.br/>.

Figure 9 – Photo of an iFood Pedal base on Augusta Street



Bicycle pickup point operating with a temporary structure at the back of a parking lot on Augusta Street. Photo by the authors on February 14, 2022.

and costs) and the low pay of on-demand work (for each task/delivery carried out), these delivery workers try to intensify the use of their own labor power, optimizing their journeys and extending their daily working hours. To do this, they try not only to be in regions with a higher demand for orders, increasing the chances of receiving more deliveries per day and reducing the interval between each one, but also in regions where bonuses are more frequent, in order to increase what they earn per delivery.<sup>10</sup>

In this sense, there are three elements that help to explain commuting in search of a reduction in unproductive work time, both for bicycle and motorcycle delivery workers. The first is the obvious social inequality between delivery consumers, especially of food, and those who work through digital platforms. Of

course, delivery workers can also be consumers at certain times. But what we want to highlight here is that, in addition to the fact that delivery customers request deliveries from their homes, in general, in more upscale areas of the metropolis (Map 2), they also place orders at their workplaces, especially at lunch and breakfast, and in important centralities of the corporate sector (such as Faria Lima and Luís Carlos Berrini avenues), which reveals spatial configurations of urban inequalities.

The second element is the concentration of restaurants in certain areas of the metropolis, such as the Itaim Bibi and Pinheiros districts. Specifically with regard to bicycle delivery workers, it is crucial that they are not only in the areas with the highest demand for orders, but also in the areas where they will pick them

up (Map 2). This is because they make smaller deliveries, generally up to 3 km between the restaurant and the customer's home.

The concentration of restaurants contributes to creating "landing zones" for these couriers, such as in the vicinity or parking lots of shopping malls or in other places where they gather and wait for more orders – or, as they say, for the app to ring (Figures 10 and 11).<sup>11</sup>

The third element highlighted in this text is iFood's system of bonuses in specific areas of the city, known as "promo per

zone". This system also contributes to the displacement of workers from different parts of the Metropolitan Region, not only where they can make more deliveries, but also where they can earn more in each one. According to information collected in fieldwork and on the map by Fioravanti (2022), a large part of the East Zone is not covered by these bonus areas. As a result, delivery workers have to commute every day from where they live, usually on the outskirts of the city, to the central areas where they can make deliveries.

Figure 10 – Photo of a motorcycle delivery workers landing zone



Waiting points in the parking lot of the Itaquera shopping mall, East Zone, in an area reserved for delivery workers, mostly motorcycle delivery workers. Photo by the authors, 7 Jan 2023.

Figure 11 – Photo of bicycle delivery workers landing zone



Barão de Itapetinga Street, in the city center, with a greater presence of bicycle delivery workers. Photo by the authors, 14 Mar 2022.

These journeys to the centralities of the metropolis, already represented by Fioravanti (2023) and discussed by Rizek, Rangel, and Fioravanti (2023), were stimulated by iFood's own website aimed at the delivery workers,<sup>12</sup> which, in the first half of 2022, highlighted the "top regions for delivery". Figure 12, based on images made available on the site, clearly shows that the city center and certain districts, such as Pinheiros and Itaim Bibi, are indicated as recommended regions for deliveries. Although the criteria adopted by iFood have not been explained, most of them coincide with those where there is already a concentration of deliveries, restaurants, shared bikes, and bonuses. Although the map of the East Zone (Sapopemba, São Mateus, Vila Prudente, and Água Rasa) and South Zone (Campo Grande, Socorro, Cidade Dutra, and Cidade Ademar) highlights regions recommended for delivery by bicycle, they do not have as much demand for orders and bonuses or any bike-sharing pick-up points.

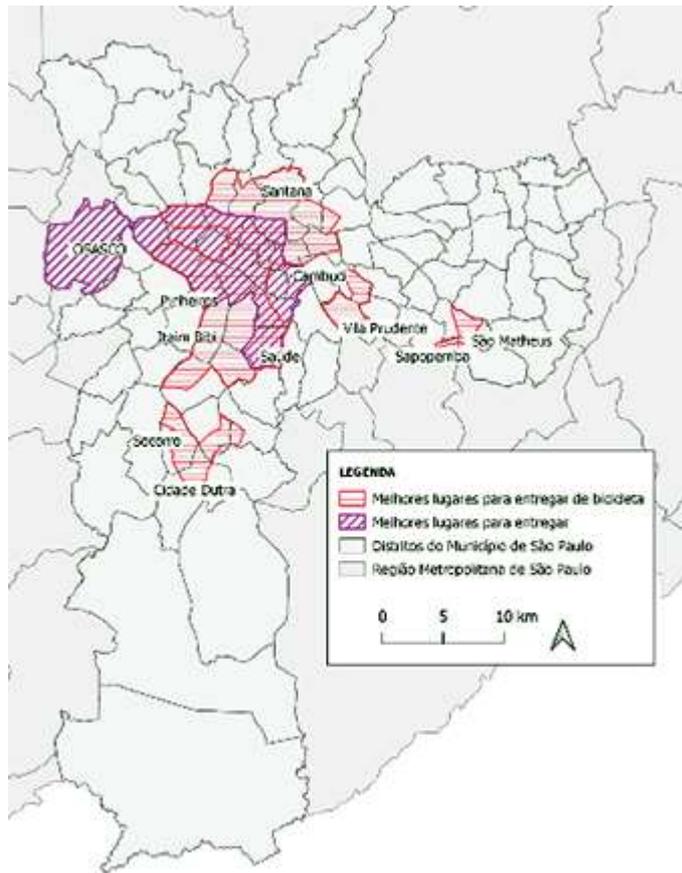
These precarious just-in-time workers spend their own time and resources looking for areas where they can make intensive use of their labor power, in a process in which the city itself becomes a workplace. The platform companies pay a minimal cost for the things that make it possible for these workers to flow through and within the city, in other words, infrastructure (such as urban roads, paid for by the state itself) and public services (also paid for by the worker, such as the transport used by cycle delivery workers to access bicycle collection points).

Even the payment of taxes is reduced, as there are a series of legal loopholes that allow these companies to proclaim themselves as technology companies rather than delivery companies. Tax on Services (ISS) is not paid in the cities where there are the most deliveries, but where the company's headquarters are located. The headquarters of iFood, Rappi, Loggi, and Uber are in Osasco, a municipality to the west of the Metropolitan Region, whose ISS is lower than that of São Paulo. By moving iFood's headquarters to Osasco, the city of São Paulo will lose R\$82 million a year, according to Rodrigues (2021) based on data from the CPI dos Aplicativos.

## The urban flows at each delivery

These just-in-time workers not only need to reduce waiting times by going where they can get paid the most, but they also try to manage and optimize the journeys made during deliveries, adopting strategies in time and space in relation to the use of their workforce, weighing up which deliveries they should accept based on the minimum rate offered, the distance involved (to the restaurant or to the customer's home), the route (more or less steep, in the case of bicycle deliverers, or with more traffic jams and traffic lights, in the case of motorcycle delivery workers) and the time stipulated by the app for each task (often insufficient considering the distance and the characteristics of the route).

Figure 12 – Best regions for delivery, according to iFood, 2022



Map created by the authors. The best regions for deliveries by bicycle were delimited by the authors based on an image available at: <<https://entregador.ifood.com.br/dicas-ifood/melhores-regioes-para-entregar-de-bike-em-sao-paulo/>>, published in January 2021. The best regions for deliveries in general (by motorcycle and bicycle), called "Top Places" by iFood, were delimited based on an image available at: <<http://entregador.ifood.com.br/quero-fazer-parte/top-lugares/>>, published in July 2020. iFood's criteria for the construction of both images were not explained.

Returning to the same area is necessary in the case of OL delivery workers, who have to pick up their orders in the sub-praças [sub-regions] to which they are destined (Figure 13). It's also an option for many nuvem delivery workers, who return to certain streets because they already know the restaurants and the routes to take, as well as having sociable relationships with other workers in certain "landing zones". As fieldwork has shown, many delivery workers try to return to areas they already know and avoid going too far, which would also make it difficult for those who use

iFood Pedal to return their electric bikes and increase the risk of exceeding the four-hour limit for each pick-up. This strategy makes it easier to optimize journeys by dispensing with the use of GPS to reach the destination and indicating the places where most calls arrive. Knowing the area also helps them avoid restaurants that take too long to deliver the order. If the wait for the order exceeds 30 minutes, delivery workers are paid the equivalent of half the fee. For many, it would be more worthwhile to use that time on a faster delivery.

Figure 13 – One-day commute of a delivery worker engaged in an OL system, using a conventional (non-electric) bicycle



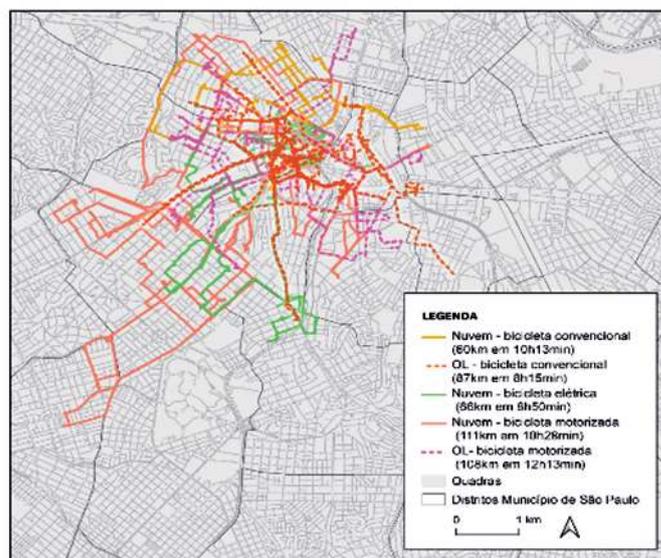
Screenshot from the Strava app. Image provided by delivery worker. It shows that the delivery worker always had to return to the República sub-praça to be available to receive new calls, even after taking the order to the Cambuci, Jardim Paulista and Campos Elísios areas

There is enormous dynamism and complexity in the world of commuting undertaken by delivery workers. In the center of São Paulo, people often use their own bicycles, also because of the flatter topography which makes the use of shared electric bicycles less necessary than in the Paulista Avenue area, for example. It is worth noting that it is only possible to walk or cycle along the city center's pedestrian zones, which explains the lower number of motorcycle couriers in certain parts of the central region. Similarly, in districts crossed by highways with intense traffic and high-speed cars, such as the Raposo Tavares

highway (West Zone) and Radial Leste Avenue (East Zone), the use of motorcycles is much more frequent than bicycles.

In the central region, it's also common for many delivery workers to use motorized bicycles (conventional bicycles adapted with a combustion engine) or scooters. Although they cost more than electric bikes, these allow them to optimize the use of their own workforce and make more deliveries. The use of each means of transport (conventional shared bicycle, electric shared bicycle, motorized bicycle) also implies different daily journeys (Figure 14).

Figure 14 – Map representing the journeys made in a working day based on different forms of engagement by the same bicycle delivery worker, 2022



Map created by the authors, based on data and routes provided by an iFood delivery worker.

It is possible to observe that the use of a motorized bicycle allowed the delivery worker to cover a much longer distance each day, going from the city center to the Itaim Bibi district (111km as nuvem). That day, this worker made 20 deliveries. With a motorized bicycle, but linked to an OL, he made 27 deliveries, covering a shorter distance (108km), but over a longer working day (possibly because he chose the day before which shifts he would be logged in for and because he also received more orders and extended his working time to receive more). Both with a conventional bicycle and a motorized one, when he was engaged as an OL, this delivery man would return to the República sub-praça to make himself available for more deliveries (in the case of the OL) or even because he already knew the area (in the case of the nuvem). The use of the conventional bicycle, whether as a cloud or as an OL, was accompanied by a shorter daily working day, possibly due to the physical strain. As a nuvem, with a conventional bicycle, he worked almost 2 hours longer than as an OL, probably in an effort to make more deliveries, which, as an OL, he gets in a shorter time.

The transit of these workers is permeated by a series of constraints so that they can even ensure that their work is guaranteed: they travel quickly through the city but often face difficulties in actually staying in certain places or passing through the spaces with dignity. Throughout 2022, it was possible to observe various conflicts in the use of space. In more than one field trip, workers commented that some of the sockets in the metro station are unplugged to prevent them from staying there while charging their cell phones. They

also have to use the service entrance of most restaurants, where they also rarely have access to water, food, or even a place to sit while they wait for their order. When they pick up orders in shopping malls, most of the time they can't go in with their bags on their backs and have to leave them in the parking lot docks or even on the street. In Pinheiros, we were told that two parklets (restaurant areas with tables and chairs on the sidewalks) had been removed to prevent delivery workers from staying there after complaints from local residents. In Itaquera, meanwhile, a restaurant with a high demand for iFood deliveries blocked the mobile internet signal outside to prevent delivery workers from getting too close, forcing them to wait further away.<sup>13</sup>

## Perceptions of work: subordination and consent

With sophisticated control technologies, platform companies have proved relatively efficient at masking the relationship of subordination. This has been promoted from treating workers as "partners" and carefully presenting the scope of the business - always as facilitators of the meeting between service providers and clients - to aspects of the practical execution of the work, in which workers, in theory, could choose when to work.

However, as already discussed, the costs of carrying out the work are passed on to the workers, who use their own motorcycles, bicycles, cell phones, internet services, and have to pay for transportation to the work

area and food during the working day. In this context of evident job insecurity, with long and uncertain working hours, and the "real subsumption" of delivery workers to the platforms (Abílio, 2019), it is nevertheless striking that many of the delivery workers have positive perceptions of their occupation.<sup>14</sup> In the field research, the dimensions of autonomy, freedom, and the possibility of earning a higher income than in other work situations were more than frequently highlighted.

*[...] the good thing is that I'm self-employed, so I work for myself, I make my own timetable, I choose the day I come to work, if I want to take the day off I do, so I think I have more of a life, now, not in my old job, it was 14 hours a day (an hour for lunch and I did things beyond my job, here I just deliver and that's fine), so for me it's better, dangerous, but better. (Bicycle delivery worker-woman)*

*I love deliveries too, you know? It's just like I say, I'd swap it [for a registered job] if it meant getting paid R\$4,000. "But do you get paid R\$4,000 on iFood?". No, I don't, but I have my freedom. (Bicycle delivery-woman)*

Abílio, Amorim, and Grohmann (2021) elaborate on this manifestation of autonomy in terms of "subordinated self-management", understood as a mode of subjectivation linked to processes of subordination in which subjects perceive themselves to be responsible for their own living conditions, converting their inventive survival strategies into resources appropriated by capital. This perspective is linked to an effort to think about the meanings of this work from a Global South and peripheral perspective. The authors identify, in the

expansion of platform work, a generalization of peripheral lifestyles, whose management of survival in living conditions without guarantees modulates both the trajectories of the subjects and the structure of the labor market.

As already noted, the occupation of app-based delivery has expanded greatly during the crisis caused by the Covid-19 pandemic. In addition, the positivization of this work takes place in a context in which Brazil sees more than 8.6 million people unemployed, and around 38.6 million in informality in the last quarter of 2022 (IBGE, 2023). The category of delivery workers is growing, working long hours and risking their lives to earn an income between R\$500.00 and R\$1,000.00 a week, in a country where almost 33 million people are food insecure (Il Vigisan, 2022). The general precariousness of living conditions is a relevant factor in the relative positivity of delivery workers' work.

Among the delivery workers interviewed during the survey, throughout 2022, and with both motorcycle and bicycle delivery workers, the issue of income appeared as one of the main reasons for taking up this job. If adverse situations in other jobs or even coincidences in their personal trajectories may have led them into these markets, it is because of their relative autonomy and the possibility of higher incomes that they justify staying in these activities. In fact, as noted, many manage to reach levels of income that they would find difficult to achieve as employees in the formal labor market, especially when aspects such as schooling, professional training, and formal qualifications are taken into account. As studies on ways of making a living in the urban

peripheries of São Paulo have shown (Telles, 2006; Rizek, 2012; Feltran, 2014), the classic forms of formal employment that mobilized generations in search of access to citizenship, dignity at work, social security, and mobility are no longer available to these workers.

Therefore, it is necessary to consider the place of platformized work in the occupational trajectories of these workers, most of whom are peripheral subjects. If, from the point of view of the processes of accumulation, the relative feeling of freedom can be interpreted as a mystification of the exploitation of labor by capital, considering the perceptions of the subjects allows us to grasp the experience and the symbolic and subjective dimensions of people of flesh and blood. As has already been observed in other studies (Braga and Silva, 2020), in many cases, the positivization of precarious and unprotected work appears to oppose precisely the situation of submission that characterizes salaried work, a condition of submission that is not only related to the hierarchy of functions within a company, but also to the inseparable subjective submission, which tends to be linked to the situation of selling one's workforce, especially in contexts of extreme inequality such as Brazil. It is a non-contractual obligation to submit to a whole set of offenses, humiliations, and reprimands perceived as unfair (Rangel, 2021).

Such perceptions about the concrete possibilities available in informal occupations or low-quality formal jobs were expressed by many of the bicycle and motorcycle entrepreneurs interviewed. Many of them had worked in occupations common among peripheral workers in the city of São Paulo: telemarketing

operators, fast-food chain employees, security guards, and all sorts of informal jobs. The same discourses of frustration with daily life in low-paid jobs, pressure, demands, and experiences of disrespect from superiors were repeated in the testimonies. And, faced with this shortened horizon of possibilities for work that is considered decent, even the precarious and stigmatized activity of app delivery can take on a relatively positive veneer in the subjects' discourse. At the same time, the widespread vulnerability that marks the lives of these workers, constraining their aspirations, emerges as a condition of possibility for the expansion of platform work.

## Final remarks

In such precarious work, these workers commute between their homes and the centralities with high potential for deliveries, as well as to each of the many deliveries they make each day. These are dynamics which, while they are responsible for reconfiguring ways of experiencing urban space, also reproduce center-periphery inequalities. The informality, flexibility, and precariousness of the work of delivery workers engaged by digital platforms contribute to intensifying costly center-periphery commutes and compromises part of their journey just so that they can try to guarantee or optimize the use of their own workforce.

The dispersal of these just-in-time workers takes place due to the strong centralization of platform companies in the

organization of urban workflows, through the establishment of priority delivery regions or regions where bonuses are more frequent. In the various field studies, interviews, and ethnographic incursions, it was possible to see that, while this dispersion is brought about by the most advanced technological resources, it also poses the need for strict control of time and space, both by the companies and, to a certain extent and compulsorily, by the workers themselves. It also highlights the limits of the refined and enigmatic control mechanisms of this algorithmic management of work, given the growing use of direct, close, and human forms of control and subordination, as evidenced by the actions of the OL companies.

This work, which operates in and through urban flows, is marked by great heterogeneity linked to living conditions, modes of transport, and various practices and forms of mediation. These are forms of labor engagement that, although distinct from traditional forms of exploitation and management of the workforce, are rigidly controlled and immersed in a precariousness that can be consented to and even legitimized. This is a process in which the concentrated dispersion of workers throughout the territory is carried out in a way that is strongly centralized by the platform companies, with the intense vulnerability that marks the lives of a large portion of the urban and peripheral working class as a condition of possibility

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-5247-1582>**

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, SP/Brasil.  
liviageousp@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0002-0679-3756>**

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos, SP/Brasil.  
feliperangelm@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0002-7871-5730>**

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós Graduação em Sociologia. São Carlos, SP/Brasil.  
cibelesr@uol.com.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Felipe de Carvalho Menezes,  
email: [everysolucoes@gmail.com](mailto:everysolucoes@gmail.com)

## Notes

- (1) According to data provided to the Parliamentary Commission of Inquiry on App-Based Services of the São Paulo Municipal Council, there were 563,000 active app delivery workers registered in the city (Rodrigues, 2021). The Sindimoto SP (Union of Intermunicipal Motorcycle, Cyclist, and Mototaxi Messengers of the State of São Paulo) estimates that there are 280,000 app delivery workers (by motorcycle or bicycle) in the São Paulo metropolitan area (Saraiva, 2020).
- (2) The project “Grey zones and Territories: transformation of work and the emerging figure of Platform Worker. A France-Brazil comparison” is funded through a partnership between the São Paulo State Research Foundation and the Agence Nationale de la Recherche (Fapesp process 2021/04086-3).
- (3) Available at: <<https://apublica.org/2022/08/ifood-nao-revelou-detalhes-da-jornada-de-trabalho-de-entregadores-na-cpi-dos-apps>>. Accessed on: 5 Jan 2023.
- (4) These bonuses are called promotions by the delivery workers. We obtained information from the iFood app on smartphones from couriers who reported that they received around R\$3.00 more per delivery during periods and zones of promotions. This usually happened on rainy days and in regions and periods of higher demand, such as Friday nights and weekends, or even at sporadic events when there is high demand and fewer workers, such as on the days of Brazil's World Cup match in 2022, when the promotions offered an extra R\$8.00 per delivery. There is a consensus among delivery workers that working during promotions has a substantial impact on their monthly income.
- (5) Information available at: <<https://news.ifood.com.br/em-meio-a-alta-dos-combustiveis-ifood-aumenta-repassa-a-200-mil-entregadores/>>. Accessed on: 12 Mar 2023.
- (6) The OL companies are often created by delivery workers who ended up standing out and received an invitation from iFood to “create a company”. The possibility of selecting OL supervisors or leaders also gives iFood control over the dynamics of the OL itself, by ensuring that these intermediaries have a certain profile of supervisor or leader in line with their discourse and demands. In addition to ensuring deliveries through an intermediary company created on its own initiative, iFood also ends up avoiding labor lawsuits, since these OL companies have contractual relationships that explicitly provide for labor rights.
- (7) iFood held 83% of the Brazilian market share in 2021, followed by Rappi, with 13% (Petropoulos, 2022). Machado and Zanoni (2022) point to a smaller share, using a different methodology: 58% of delivery workers in the three-point model (characterized by journeys involving the app company, the supplier company, such as a restaurant or market, and the end customer) in Brazil in June 2021. It is worth noting that in February 2023, iFood lost its exclusivity with large restaurant chains, following a decision by the Administrative Council for Economic Defense (Cade) and accusations of unfair competition from other companies, such as Rappi (G1/Reuters, 2023). This and other Cade measures could weaken iFood's monopoly in São Paulo, in dynamics that possibly, if they actually occur, will only be learned in fieldwork and interviews in the second half of 2023, after the six-month deadline given to iFood to implement such changes.

- (8) In December 2022, the OL company SIS Motos was declared bankrupt. According to a report by Moncau (2022), it was the largest OL company in Brazil, with branches in 24 states and 5,000 delivery workers. The bankruptcy of SIS Motos and other OL companies due, according to reports in the field, to the payment of labor rights to delivery workers (who were able to prove that they had an employment relationship), does not necessarily point to the end of the OL system, since other OL companies may emerge, including from invitations from iFood itself, to replace those that have gone bankrupt.
- (9) See Lima (2022) and Rosin (2023) for more details on the operation of the iFood Pedal bases and their infrastructure.
- (10) One of the aspects specifically linked to bicycle delivery workers is the concentration of the means of work, in the case of the shared bicycles available at iFood Pedal points and conventional Itaú bicycles. According to Fioravanti (2022), in the southwest vector, which corresponds to 3% of the area of the municipality of São Paulo, there were half of the shared bicycles from January to May 2022.
- (11) These places are usually close to commercial outlets where they can charge their cell phones, heat up food, drink water or use the restroom. As well as waiting for orders, they eat meals (such as lunch, in the middle of the afternoon, after peak delivery times) and maintain their own conventional bicycles or change the oil in their motorcycles, as well as weaving relationships of sociability and sharing strategies for carrying out the activity. It's interesting to note that these meeting and landing points are generally different between bicycle and motorcycle delivery workers, even though they are close to each other.
- (12) iFood has a website called "Portal do entregador" (delivery worker portal), where it provides information and advertisements aimed at delivery workers and those interested in working with the platform.
- (13) These journeys are permeated by various constraints, but also by micro-resistances, such as delivering by motorcycle, but registering as a bicycle delivery (thus aiming to receive shorter journeys with each delivery and thus also optimizing journeys and saving fuel), or renting a third-party account to continue working in the event of app blockages.
- (14) "I can't speak badly of the apps", "That's where I started", "They gave me the opportunity", were some of the phrases we heard frequently during the field research. These introductions, although followed by criticism and contrary to many other testimonies of exploitation, surprised us by their repetition. A certain attitude of gratitude for the chance to work and earn an income, often "escaping" formal jobs considered less attractive, was a repetitive aspect in the reports collected.

## References

- ABÍLIO, L. (2017) Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. *Site Passapalavra/Blog da Boitempo*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 6 mar 2023.
- \_\_\_\_\_. (2020a). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, pp. 111-126. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000100111](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111)>. Acesso em: 11 dez 2022.
- \_\_\_\_\_. (2020b). Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, n. 3, pp. 579-97. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>> Acesso em: 11 mar 2023.
- ABÍLIO, L. C.; ALMEIDA, P. F.; AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M. ; FONSECA, V. P. da; KALIL, R. B.; MACHADO, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*. Campinas, Edição Especial – Dossiê covid-19, pp. 1-21.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. (2021). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, pp. 26-56. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- BRAGA, R.; SILVA, D. (2022). The meanings of uberism: Work platforms, informality and forms of resistance in the city of São Paulo. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, n. 56, pp. 118-136. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/61446>. Acesso em: 11 mar 2023.
- CARDOSO, A.; AZAÏS, C. (2019). Reformas trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França. *Caderno CRH*. Salvador, v. 32, n. 86, pp. 307-324.
- CARELLI, R.; OLIVEIRA, M. (2021). *As Plataformas Digitais e o Direito do Trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no Século XXI*. São Paulo, Dialética.
- CÍCERO, J. (2022). iFood tem contrato que prevê direitos trabalhistas. Agência Pública, 22 maio. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/05/sem-que-entregadores-saibam-ifood-tem-contrato-que-preve-direitos-trabalhistas/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- DE STEFANO, V. (2016). The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy". International Labor Office, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch. *Conditions of work and employment series*, n. 71, Genbra. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_443267.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf). Acesso em: 25 ago 2023.
- FELTRAN, G. de S. (2014). Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, n. 27, pp. 495-512.
- FILGUEIRAS, V. A. (2021). *“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre as grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital*. São Paulo, Boitempo.

- FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, v. 39, n. 1, pp. 27-43. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137/pdf\\_9](https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137/pdf_9)>. Acesso em: 5 jun 2022.
- FIORAVANTI, L. M. (2022). Concentração de entregadores nas regiões mais ricas da capital paulista. *Le Monde Diplomatique*, 5 out. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/concentracao-de-entregadores-nas-regioes-mais-ricas-da-capital-paulista/>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023). Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos entregadores de bicicleta da metrópole de São Paulo. *GEOUSP*, no prelo.
- GRIESBACH K, R. A; ELLIOTT-NEGRI, L; MILKMAN R. (2019). Algorithmic Control in Platform Food Delivery Work. *Socius*, v.5, n. 4, pp. 1-15.
- GUIMARÃES, F. (2021). Cerca de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda. *Estado de S.Paulo*, 12 de abril. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/brasileiro-depende-mais-de-aplicativos-para-ter-renda/>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- HARVEY, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- HEILAND, H. (2021). Neither timeless, nor placeless: control of food delivery gig work via place-based working time regimes. *Human Relations*, v.75, n. 9, pp. 1824-1848. DOI: <https://doi.org/10.1002/hrm.22168>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 9 mar 2023.
- KALIL, R. B. (2020). *A regulação do trabalho via plataformas digitais*. São Paulo, Blucher.
- LIMA, L. (2022). Ifood Pedal: o funcionamento e a localização das bases de empréstimos de bicicletas para os entregadores Ifood em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. *Anais*. Disponível em: <<https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=6#L>>. Acesso em: 6 mar 2023.
- MACHADO, S.; ZANONI, A. P. (2022). *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos*. Curitiba, UFPR – Clínica Direito do Trabalho.
- MARX, K. (2015). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo editorial.
- MONCAU, G. (2022). "Sistema jagunço": por que o iFood tenta esconder sua relação com empresas intermediárias (OL)? *Brasil de Fato*, 14 de abr. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/14/ifood-tenta-censurar-video-que-mostra-relacao-com-empresas-intermediarias>>. Acesso em: 6 mar 2023.

- OLIVEIRA, M. C. S.; CARELLI, R. de L.; GRILLO, S. (2020). Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 4, pp. 2609-2634. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50080/35864>>. Acesso em: 27 fev 2023.
- PETROPOULEAS, S. (2022). Saída da Uber Eats acirra briga entre iFood e Rappi e preocupa restaurantes. *Folha de S.Paulo*, 18 fev. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/saida-da-uber-eats-acirra-briga-entre-ifood-e-rappi-e-preocupa-restaurantes.shtml>>. Acesso em: 1º ago 2022.
- RANGEL, F. (2021). *A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- REUTERS/G1 (2023). *Cade faz acordo com iFood em investigação sobre exclusividade com restaurantes*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/08/cade-faz-acordo-com-ifood-em-investigacao-sobre-exclusividade-com-restaurantes.ghtml>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- RIBEIRO, P. V. (2022). Motociclistas são 70% dos internados no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas, diz médica na CPI dos Aplicativos. *The Intercept Brasil*, 16 dez. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- RIZEK, C. S. (2012). Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, pp. 41-49.
- RIZEK, C. S.; RANGEL, F.; FIORAVANTI, L. M. (2023) Trabalho, Subordinação e fluxos urbanos: Resultados de pesquisa. In: LIVRO DO XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. No prelo.
- RODRIGUES, R. (2021). Cidade de SP tem 563 mil motoristas de aplicativos ativos, diz Prefeitura; 74% dos carros têm placa da própria cidade. *G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/04/cidade-de-sp-tem-563-mil-motoristas-de-aplicativos-ativos-diz-prefeitura-74percent-dos-carros-tem-placa-da-propriedade.ghtml>>. Acesso em: 6 mar 2021.
- ROSIN, A. (2023). *Trabalho de plataforma: desregulações, práticas no urbano e fluxos*. Relatório de Qualificação. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- SARAIVA, J. (2020). Total de entregadores na Grande São Paulo tem aumento de 20%. *Valor Econômico*. jun. Disponível em: <<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/06/09/total-de-entregadores-na-grande-sao-paulo-tem-aumento-de-20.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2023;
- TELLES, V. da S. (2006). Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social*, v. 18, pp. 173-195.
- TOZI, F. (2020). Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *Geosp – Espaço e Tempo* (on-line), v. 24, n. 3, pp. 487-507. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/168573>>. Acesso em: 14 mar 2023.
- TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. (2021). Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. *Ar@cne*. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 mar., vol. XXV, n. 252. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/33968/33445>>. Acesso em: 22 mar.

- VEEN, A.; BARRATT, T.; GOODS, C. (2020). Platform-Capital's 'App-etite' for Control: a labour process analysis of food-delivery work in Australia. *Work, Employment and Society*, v. 34, n. 3, pp. 388-406.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FESTI, R. C. (2023). Entregadores de aplicativos no Brasil: entre a subordinação e a "autonomia". *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1.
- II VIGISAN (2022). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo, SP, Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 9 mar 2023.

Received: March 14, 2023  
Approved: May 29, 2023

# Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo

Sewing the city: crisis of capital,  
logistical urbanization, and app-based delivery workers

Bruno Siqueira Fernandes [I]  
Alessandro Peregalli [II]  
Thiago Canetti [III]

## Resumo

Considerando as recentes transformações do trabalho nas metrópoles brasileiras, observa-se uma multiplicação do trabalho precário baseado na circulação de mercadorias. A crise do capital e da forma-valor parece dar origem a um imperativo de circulação eficiente como condição de possibilidade para a acumulação, que se reflete na chamada urbanização logística. Este artigo apresenta uma interpretação desses processos a partir da perspectiva lefebvriana dos níveis de análise do urbano (G-M-P). Ao explorar a relação entre crise do capital, urbanização logística e a dimensão cotidiana dos entregadores de aplicativo, concluímos que a precarização do trabalho e a produção de infraestruturas logísticas aparecem como expressão material do aprofundamento da crise da valorização do valor, alterando simultaneamente as formas de luta da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** precarização do trabalho; produção logística do espaço; crise do capital; autonomia negativa.

## Abstract

*In the context of the recent transformations undergone by work in Brazilian metropolises, there has been a multiplication of precarious jobs related to circulation of goods. The crisis of capital and of the value-form seem to be giving rise to the need of efficient circulation as a condition for accumulation, which is reflected in the so-called logistical urbanization. The article presents an interpretation of these processes based on Lefebvre's levels of analysis of the urban (G-M-P). By exploring the relationship between crisis of capital, logistical urbanization, and the everyday dimension of app-based delivery workers, we conclude that the precarization of work and the production of logistical infrastructures emerge as material expressions of the increasing crisis of the valorization of value; at the same time, they alter the forms of struggle of the working class.*

**Keywords:** precarization of work; logistical production of space; crisis of capital; negative autonomy.



## Introdução

Mbembe (2021) descreve, valendo-se da ideia de “brutalismo”, o que se tornou o predicamento contemporâneo: um mundo marcado pela demolição brutal dos preceitos modernos de ordenamento. Nesse contexto, a sociedade mantém seu funcionamento a partir de “trabalhos de montagem” (*assemblage*), isto é, uma forma determinada de reunir os destroços para manter, mesmo que a duras penas, o funcionamento decadente da sociedade capitalista. Uma das expressões desse trabalho de montagem está na centralidade assumida pela *logística* no capitalismo contemporâneo. Através de um computador ou de um *smartphone*, é possível demandar praticamente qualquer tipo de produto: de pilhas a maquinários tecnológicos; de artigos produzidos em larga escala a itens raros e de colecionadores. Em todo caso, como uma espécie de ritual de invocação, após digitar os números que constam em seu cartão de crédito, em poucos dias – em alguns casos, em poucas horas ou minutos –, uma aparição toca o interfone e entrega o produto desejado. Entre o comprar e o receber, a mediação aparece personificada na figura de um entregador, e o recebimento do produto oficializa a obliteração de todos os circuitos que conectam o local de produção ao local de consumo.

No entanto, *o signo da globalização e da dissolução das fronteiras carrega como face obscura sucessivos processos de precarização do trabalho e de violência que se instauram nos pontos nodais desse sistema como pressuposto do próprio processo de circulação*. Para que um produto fabricado do outro lado do globo chegue até você em menos de 24 horas, não é apenas uma questão de velocidade, eficiência

e logística (no sentido clássico de gestão dos custos de transporte), mas, de fato, de um *trabalho de montagem, um ajuntamento de escombros*: supressão dos salários, desarticulação de movimentos trabalhistas e sindicais como política interna das empresas, vigilância, controle e disciplinamento do trabalho, censura, penalização por eficiência, entre outros (Delfanti, 2021).<sup>1</sup>

Parafrazeando Marx, talvez seja possível argumentar que, hoje, a riqueza na sociedade onde reina o modo de produção capitalista apareça, cada vez mais, como uma enorme *circulação* de mercadorias.<sup>2</sup> Com o bloqueio das condições históricas que permitiam que a valorização do valor continuasse ocorrendo, resultado da dinâmica contraditória do capital (Kurz, 2014), a circulação desempenha um papel fundamental: estando anêmico de valor, o sistema produtor de mercadorias, ou seja, diante de uma tendência de queda da massa de mais-valor produzido, a efetivação do diminuto valor restante depende da eficácia da circulação. Assim, a produção das condições concretas para a circulação (infraestrutura) e a organização eficiente desse processo (logística) tornam-se a expressão contemporânea da dinâmica de um capitalismo “ferido de morte”, para ficarmos com a expressão de Henri Lefebvre (1976).

Nesse sentido, se, por um lado, o capitalismo depende de um constante “trabalho de montagem” para assegurar sua reprodução, ainda que precária, é possível argumentar que os trabalhadores precarizados responsáveis pela circulação de mercadorias se tornam, por outro, a expressão mesma de um “trabalho de costura”, que reúne os retalhos de um espaço urbano e um tecido social fragmentados. Nesse processo, os trabalhadores são separados uns dos outros como resultado da fragmentação do

próprio trabalho, mas são separados ao mesmo tempo que são unificados pelo algoritmo num grande “trabalho coletivo” que produz o espaço urbano contemporâneo.

Os entregadores de comida, motoristas de aplicativo, freteiros de grandes companhias multinacionais, entre outros, circulam rapidamente para realizarem as entregas nos prazos estabelecidos pelos algoritmos. *Costuram* entre os carros e, não raro, desrespeitam regras do trânsito e colocam sua própria vida em risco para conseguirem os bônus oferecidos pelos apps ao cumprirem o tempo previsto. As *bags* coloridas com os logos das empresas-aplicativos são vistas em todos os lugares. Essa forma de *viração contemporânea* revela algo da condição das metrópoles brasileiras. A costura que os motoboys fazem no trânsito como forma de atender às expectativas da circulação de mercadorias é a sutura necessária para esse tecido social esgarçado, um espaço urbano fragmentado e uma reprodução social que atinge um estágio crítico.

Na crise do valor, a dissolução e o definhamento do trabalho formal e assalariado e do Estado de Bem-Estar Social, que nunca se consolidaram plenamente nas periferias globais, dão origem a um processo de “multiplicação do trabalho” (Mezzadra e Neilson, 2013) que assume formas e modos de organização diversos, mas, na maior parte dos casos, marcados pelo signo da precarização das relações de trabalho. Nessa “nova paisagem proletária” (Gago, 2018), as cidades brasileiras, tal como no resto do mundo, têm se tornado cada vez mais o palco para essas formas de trabalho que se baseiam primariamente na circulação. Essa enorme massa de trabalhadores “sem salário” (Denning, 2010) é absorvida pela nova

economia de plataforma (Hums, 2016), baseada na gestão algorítmica do trabalho via infraestruturas digitais (Srniczek, 2016).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere-se a um novo padrão de relações trabalhistas que se afasta cada vez mais do chamado “trabalho tradicional” (OIT, 2018). Esse novo tipo de emprego difere das relações de trabalho formais, em particular através do uso de trabalhadores como intermediários digitais em um mercado de trabalho *on-line*. Esse processo recebe o nome de “uberização do trabalho” e designa o modo como “as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas” (Antunes, 2020, p. 11), bem como marcadas pela intermitência, precarização e transferência dos custos de operação para o próprio trabalhador (Abílio, 2020). Sua presença é tamanha que hoje as cidades dependem crescentemente da oferta desses serviços dispersos, mas conectados por algoritmos, para seu pleno funcionamento.

É justamente no e através do espaço urbano que essa expressão heterogênea e difusa da logística, das infraestruturas e dos diferentes tipos de trabalho que estas articulam ganha consistência interna. Como observa Cowen (2014), a “revolução logística” é resultado de um conjunto de processos que marcaram os anos 1950 a 1970, como a criação de instituições, disciplinas e estratégias empresariais destinadas a fornecer uma nova perspectiva sistêmica dos encadeamentos da distribuição da produção no espaço. Eram os anos nos quais Lefebvre começava a argumentar que a urbanização tenderia, virtualmente, à escala planetária e carregava consigo uma reorientação dos problemas típicos do período industrial, isto é, problemas ligados à produção, para uma nova

problemática propriamente urbana. É possível argumentar, portanto, que a urbanização é o momento e a mediação que conectam a necessidade da circulação acelerada das mercadorias às formas mais elementares de trabalhos precários, enquanto a produção capitalista do espaço é o próprio motor que anima e engendra essas duas situações aparentemente desconexas.

O presente texto pretende contribuir com as discussões recentes sobre infraestrutura, logística e precarização do trabalho, entendendo esses elementos como conectados à dinâmica global da produção capitalista do espaço. Para isso, seguimos a formulação de Lefebvre (2003) que propõe analisar o fenômeno urbano a partir de três níveis ou dimensões: o nível G (global), o nível M (médio/mediador) e o nível P (privado). No nível G, Lefebvre localiza o Estado e o capital em sua dinâmica abstrata de funcionamento, bem como suas estratégias e lógicas que se projetam sobre o ambiente construído do urbano. O nível M é o nível propriamente do “conjunto urbano” (*urban ensemble*) (ibid., p. 80; tradução nossa), enquanto espaço que medeia as relações entre o nível global e o nível privado. O espaço urbano aparece, portanto, como a expressão material do movimento abstrato do Estado e do capital, na medida em que as infraestruturas e o ambiente construído refletem e prolongam as estratégias projetadas a partir do nível superior. O nível P, por fim, é o nível do corpo e da vida cotidiana e, portanto, o *lugar* para onde os vetores que emanam do nível global apontam e buscam realizar o exercício do poder. Ao mesmo tempo, é no nível P que podem ser construídas contraprojeções e contraprojetos de poder que se apoiem sobre a mediação do espaço urbano para sua efetivação. Se pensarmos o movimento recente do capital em torno da logística, das infraestruturas

e da precarização do trabalho nesses termos, podemos perceber que os efeitos e as expressões dessa dinâmica também podem ser analisados em três níveis distintos.

Usaremos essa chave lefebvriana para descrever como a precarização do trabalho se amarra a uma dinâmica geral de crise da valorização do valor (G) e possui, como uma de suas estratégias, enquanto medida contratendencial, a produção de infraestruturas logísticas (físicas e digitais) como “saída de emergência” do capital em crise, que produz um tecido urbano infraestrutural e uma rede digital de infraestrutura (M) que viabilizam a exploração de trabalho hiperprecário (P).

Assim, este texto se estrutura, para além desta introdução, em quatro seções. Seguimos, como método expositivo, a mencionada estrutura de níveis proposta por Lefebvre (2003). Na primeira seção, que representa o nível G, discutimos as causas e as consequências da crise estrutural do capital, tratando-a com um elevado grau de abstração, mas entendendo sua importância para destrinchar os fenômenos que analisamos na sequência. Na segunda seção, nível M, tratamos sobre a urbanização logística que se desenvolve, desde a segunda metade do século XX, mas com cada vez maior intensidade em anos mais recentes, como uma “resposta” contratendencial à crise do capital. Na terceira, o nível P, abordamos a forma como a combinação da crise e a resposta logística na forma da chamada “uberização” produzem efeitos que organizam a dinâmica cotidiana de milhares de trabalhadores precarizados, em especial, produzindo uma subjetividade atravessada pela gestão algorítmica do trabalho e da experiência do que chamaremos de “autonomia negativa”. Por fim, nas considerações finais, resumimos as contribuições do texto

e indicamos a importância de se pensar as formas de organização e as lutas desses trabalhadores, constituindo, assim, uma importante agenda de pesquisa e um pertinente campo de ação política.

## A crise estrutural do capital e o derretimento da sociedade salarial

O capital é, antes de tudo, uma forma historicamente determinada de mediação social contraditória (Marx, 2013). Sua existência é dependente da mobilização recorrente de trabalho para que a valorização do valor seja possibilitada. Assim, o capital estruturou-se historicamente a partir de um longo processo de despossessão, descrito por Marx como “acumulação primitiva”: momento que criou as condições da generalização de sua forma social. Como se sabe, foi preciso destruir as formas de reprodução material de populações inteiras para que ficassem sem alternativas de reprodução. O trabalhador tornou-se “alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (ibid., p. 314) e, dessa maneira, foi obrigado a se submeter ao poder despótico do capital. Assim, as pessoas foram colocadas para trabalhar na produção de mercadorias que, como Marx (2022) descreve, é “a produção de mais-valor”.

A expansão da valorização do valor deve ser contínua, e, para tanto, o capital depende de ampliar continuamente a massa de mais-valor produzida. Marx (2013) identificou duas estratégias para isso. A primeira nomeou de

“mais-valor absoluto”. Trata-se de expandir a massa de mais-valor produzido a partir do aumento quantitativo da jornada de trabalho, ampliando, assim, o tempo de trabalho excedente. A segunda estratégia, o “mais-valor relativo”, implica a elevação da produtividade do trabalho, que faz comprimir o tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, ampliar o tempo de trabalho excedente. Se o primeiro demandava apenas a subsunção formal do trabalho, o segundo exige, de fato, a subsunção real do trabalho, cuja condição básica é o avanço das forças produtivas no conjunto da sociedade.

[...] a produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital. (Ibid., p. 239)

Assim, os capitais, pressionados, entre outros fatores, pela organização dos trabalhadores e pela lei coercitiva da concorrência, passam a organizar a extração de mais-valor por meio de sua forma relativa. O resultado é que, cada vez mais, as inovações produtivas e tecnológicas são fundamentais para garantir a continuidade da exploração do mais-valor relativo. Contudo, como forma contraditória que é, o capital, nesse mesmo movimento, produz sua crise interna. A elevação da composição orgânica do capital resulta na queda da taxa de lucro, na dessubstancialização do valor e na produção de uma massa de desempregados (Kurz, 2018).

Como argumenta Marx (2013), o capital é impelido, por uma necessidade imanente à sua própria reprodução ampliada, a elevar a produtividade do trabalho. Por consequência, o trabalho vivo é substituído por trabalho morto, a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Como é discutido por Blank (2014), o desenvolvimento tecnológico assume um papel destrutivo, visto que, subsumido à influência da forma-valor, conduz à destruição das formas sociais que o produziram (Jappe, 2006). Diante desse descolamento da atividade produtiva pelas forças produtivas das formas de mediação social, são liberados, também, os seus potenciais destrutivos (Kurz, 1993).

A causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de trabalho abstrato, em consequência da alta produtividade alcançada pela mediação da concorrência. (Ibid. p. 220)

Essa formulação remete aos escritos de Marx (2013), que percebeu a necessidade intrínseca do capital de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário sob pena de sua própria dissolução. É essa racionalidade contraditória que guiou o desenvolvimento dessa forma social crítica até o ponto em que sua contradição se torna incontornável. Essa situação não deveria causar estranheza, uma vez que tal processo foi descrito por Marx (ibid., pp. 556-557) como o “princípio da grande indústria”, que ocasiona a “dissolução do processo produtivo em seus elementos constitutivos sem consideração para com as mãos humanas” e, dessa maneira, “torna supérfluo o próprio trabalhador e desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora”.

O desenvolvimento das forças produtivas engendra um momento crítico nas relações sociais de produção que levariam à transformação da reprodução social: a forma da sociedade salarial que se constituiu historicamente, e teve seu ápice nas décadas de 1950 e 1960 nos países centrais, entrou em estado de decadência. A forma de reprodução social hoje tenta, de várias formas, emular o assalariamento que já se corroeu.

Se, de um lado, o capital atuou como força totalizadora que trago as relações sociais efetivas para seu interior e imprimiu sua forma na vida social de todo o planeta; de outro, como contradição em processo, o capital é movimentado por um impulso imanente de reduzir ao mínimo sua dependência do trabalho vivo à medida que eleva a produtividade (Marx, 2011, 2013 e 2017). Como “sujeito automático”, o capital está enredado nessa contradição. Hoje, quando o desenvolvimento das forças produtivas atingiu um certo patamar irreversível de produção dos supérfluos, o capital entra numa espiral sacrificial que nega a própria fonte do valor. “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada” (Marx, 2013, p. 708).

Se, como vimos na primeira seção, o nível G refere-se à escala necessária para compreendermos a dinâmica mais geral do capital e sua projeção sobre o nível M, isto é, sobre o espaço urbano e o ambiente construído, o processo autodestrutivo colocado em movimento pelas próprias contradições internas do capital irá representar um tipo de intervenção específica sobre o espaço e, especificamente, uma produção do espaço condizente com as estratégias

contratendências empregadas. Nesse sentido, é apresentando a tendência de crise do capital que podemos compreender as transformações, como veremos, nos outros níveis.

Na seção seguinte, apresentamos como essa dinâmica de crise manifesta-se no espaço urbano (M) através da logística e da produção de infraestruturas enquanto saídas de emergência para o capital. O espaço urbano aparece atravessado pelas estratégias do capital, que encontra, no ambiente construído, uma nova possibilidade de realização do seu expediente de valorização do valor.

## Urbanização logística como “saída de emergência” do capital em crise

Diante da crise estrutural que está atravessando o capitalismo como sistema de reprodução social a partir da década de 1970, um conjunto de “saídas de emergências” apareceram, em todos os níveis, para contornar a queda tendencial da taxa de lucro. Em um plano mais sistêmico, a chamada “revolução logística” (Bonacich e Wilson, 2008; Cowen, 2014) permitiu, ao capital, reorganizar e redefinir territórios em múltiplas escalas, a fim de garantir ulteriores ciclos de acumulação ao capital em crise: por um lado, acelerando o ciclo de rotação e realização do próprio capital; por outro, a partir da criação de novos complexos infraestruturais, veiculando cotas de capital sobreacumulado em direção a empreendimentos cujos lucros são talvez menos rápidos, porém mais seguros no longo prazo, e garantidos pelos Estados a partir de uma multiplicidade de dispositivos contratuais, tais como os diversos tipos de parcerias público-privadas.

Durante os últimos anos, um conjunto de estudos (Cowen, 2014; Easterling, 2014; Grappi, 2016; Comitê Invisível, 2016; Hildyard, 2016; Mezzadra e Neilson, 2019; Arboleda, 2020; Peregalli, 2022) tem emergido para dar conta da logística, não apenas como um setor e atividade econômica em expansão, mas como uma verdadeira lógica ou racionalidade que atravessa de forma cada vez mais profunda uma multiplicidade de atores, setores e âmbitos do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, os autores mencionados adotam uma “perspectiva logística” para abordar um conjunto de circunstâncias heterogêneas, tais como as novas formas do trabalho portuário; a produção de novas territorialidades estratégicas como zonas econômicas especiais e corredores de desenvolvimento; as cadeias produtivas globais; os funcionamentos algorítmicos da indústria 4.0 e da economia de plataforma; e as novas formas de gestão dos fluxos metropolitanos. Nas palavras do coletivo *Into the Black Box* (2018, s.p.), a logística pode ser definida como uma “forma de inteligência estratégica que coordena a harmonização da produção, circulação e consumo no capitalismo global, cuida da sua reprodução e se coloca como motor para a aceleração crescente que caracteriza os processos de circulação – cada vez mais hegemônicos sobre o processo produtivo como um todo”.

Apesar da sua explosão nas últimas décadas, a “racionalidade logística” há muito tempo participa do desenvolvimento do capitalismo histórico. Retomando uma perspectiva genealógica (Foucault, 2004), é possível identificar um conjunto de origens da logística, bem como de momentos de ruptura e descontinuidade que dão conta da adquirida centralidade dessa lógica para as operações capitalistas. Van Creveld (1977) identificou como principal

antecedente da logística contemporânea o surgimento, entre 1560 e 1715, de uma logística militar nos principais exércitos europeus, a partir da necessidade destes últimos de organizar um complexo sistema de suprimentos durante suas longas campanhas bélicas. No começo do século XIX, encontramos reflexões sobre a logística militar diretamente nos escritos do estrategista Carl von Clausewitz e do general napoleônico Henri de Jomini. Outra proposta de trajetória genealógica foi a de Harvey e Moten (2013). Esses autores identificam a emergência da logística nas atividades comerciais transatlânticas e, especialmente, como ciência de gestão para o controle, a subjugação e o tráfico dos escravos. Já Stern (2011) evidenciou o papel das Companhias das Índias dos séculos XVII e XVIII como primeiros sujeitos de caráter privado que chegaram a estabelecer um controle político sobre inteiros territórios de ultramar, prefigurando aquilo que seria, na época contemporânea, a multiplicação de territorialidades estratégicas para a gestão de fluxos de mercadorias e pessoas, como os corredores logísticos e as zonas econômicas especiais.

Todavia, se bem as origens da logística remontam aos primórdios do capitalismo, é na época posterior à Segunda Guerra Mundial que se criaram as bases para a emergência da logística contemporânea. Segundo a geógrafa canadense Cowen (2014), a chamada “revolução logística” deu-se a partir de um conjunto de processos ocorridos entre os anos 1950 e 1970. Em primeiro lugar, com o surgimento, nos Estados Unidos, da *business logistics*, isto é, uma série de novas instituições (como a American Management Association, o National Council of Physical Distribution Management e o Logistics Management

Institute), de disciplinas (como a *Supply Chain Management*) e de perspectivas empresariais que determinaram o verdadeiro nascimento de uma ciência de gestão da distribuição, baseada, não mais na simples redução dos custos das atividades econômicas, mas em uma nova “perspectiva de sistemas”. Esta supunha uma transformação na percepção das novas empresas multinacionais sobre a relação entre produção e circulação, não se limitando a buscar reduzir as distâncias entre pontos de extração, fabricação e venda dos produtos, mas chegando a intervir sobre o espaço econômico inteiro e a localização desses pontos em função de “esquemas de custo total” mais abrangentes.

Mas o salto rumo a uma “revolução logística” foi determinado também pela introdução em âmbito econômico de duas novas tecnologias oriundas do contexto militar. A primeira foi o contêiner, inventado pela empresa de transportes Sea Land para prover o deslocamento dos suprimentos militares para guerra no Vietnã. A difusão generalizada desse objeto, durante os anos 1970, permitiu a substituição do peso pelo volume (calculado em TEU)<sup>3</sup> como principal unidade de medida do comércio internacional e a afirmação de um novo sistema de transporte intermodal, pelo qual um único contêiner cheio de mercadorias poderia ser transportado sem interrupções, *just in time and to the point*, e sobre os mais diversos meios de transporte: trens ferroviários, navios cargueiros, caminhões e até aviões para uso comercial. A segunda invenção fundamental para a logística contemporânea foi a informática: também originada em âmbito militar, com a construção por parte da empresa Rand Corporation de Arpanet, uma sofisticada rede de informações para uso do Departamento de Defesa dos EUA e que foi

a antecessora da internet, o desenvolvimento das chamadas *Information and Communication Technologies* (ICT), e sua aplicação para a produção de mercadorias está profundamente vinculada à transição do modelo econômico fordista para as formas de organização pós-fordistas e toyotistas num primeiro momento, até a gestão algorítmica da economia de plataforma em tempos mais recentes.

Torna-se evidente, portanto, como, por detrás daquilo que é comumente conhecido como a “reestruturação produtiva” dos anos 1970 e o correlato surgimento de um novo padrão de acumulação “flexível” (Harvey, 2000), está um profundo câmbio na arquitetura e no esqueleto físico e infraestrutural (e cada vez mais digital) do capitalismo global, promovido pela “revolução logística”. Isso supõe, então, uma disseminação do processo produtivo em uma multiplicidade de nós territoriais (um processo que Cowen definiu como “*stretching the factory*”), uma importância cada vez maior das cadeias globais de suprimento para a reprodução do sistema capitalista internacional e a emergência da forma corredor para a organização física e geográfica dos territórios.

Mezzadra e Neilson (2019) têm evidenciado a importância crescente, não apenas da logística, como também da extração e da finança, como lógicas privilegiadas do capitalismo pós anos 1970. Segundo esses autores, esse período não apenas representou a crise do modelo fordista-taylorista-keynesiano que dominou os chamados “anos dourados” do capitalismo, mas também a crise das três figuras prevalentes do Estado da época, isto é, o Estado de bem-estar nos países do norte, o Estado socialista do bloco soviético e o Estado desenvolvimentista do Terceiro Mundo, em

representar o assim chamado capital social total perante os interesses particulares dos capitalistas individuais. Na leitura deles, por um lado a crise do capitalismo industrial e do Estado pós-guerra levou à centralidade das operações logísticas, financeiras e extrativas na composição do capital social total; por outro, essas mesmas operações são menos mediadas pela ação reguladora e planificadora do Estado e são organizadas por uma governança global na qual a separação entre público e privado é cada vez mais confusa. Segundo os autores, extração, finança e logística são hoje não apenas setores econômicos, mas lógicas ou racionalidades que abarcam cada vez mais âmbitos da atividade econômica e operam em forma conjunta, isto é, entrelaçam-se em diferentes operações capitalistas. Retomando uma concepção ampliada de extração, Gago e Mezzadra (2015) pensam nela não apenas em seu significado literal-territorial, como a apropriação violenta do solo e do subsolo de matérias e energia, mas veem nela uma lógica muito mais abrangente do corpo social, capaz de subsumir e capitalizar dinâmicas de cooperação social e de se sobrepor aos tradicionais mecanismos de exploração do trabalho vivo. Essa noção extensa de extração se vincula em múltiplas maneiras às lógicas logísticas e financeiras.

Marx (2014) já havia compreendido a importância da logística e da circulação para o processo produtivo. No segundo livro *d’O capital*, o filósofo alemão discute extensivamente o valor “produtivo” de tarefas necessárias à realização do capital, como o armazenamento e o transporte. Especificamente, ele considera a função do movimento de mercadorias e a indústria de transporte como aspectos particulares e ambivalentes do ciclo produtivo:

A circulação, isto é, o curso efetivo das mercadorias no espaço, dilui-se no transporte da mercadoria. A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação. (Ibid., p. 257)

Nesse sentido, o âmbito dos transportes representa, por um lado, um verdadeiro setor industrial, dedicado à produção de determinados tipos de bens e mercadorias que são os meios e as infraestruturas de transporte como tais. Para isso, esse setor atrai importantes cotas de investimentos que se materializam na construção de contêineres, grandes navios, portos, estradas, trens e canais, investimentos que hoje em dia têm uma importante função de liberar cotas de capital financeiro excedente e sobreacumulado e amarrá-las a processos “produtivos”. Por outro lado, esse setor como “continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para [este]” (ibid.) torna-se fundamental para a reprodução do capital social total em seu conjunto, através da redução dos tempos de circulação e de realização. É nesses dois aspectos que podemos entender, hoje, a importância estratégica da logística e das infraestruturas como saídas de emergência para contrapor – ou ao menos contornar – a queda tendencial da taxa de lucro, criando e abrindo continuamente novas fronteiras, mercados e territórios para os investimentos e procurando anular qualquer tipo de tempo morto no processo produtivo.

Isso pressupõe, em primeiro lugar, uma intervenção contínua na “produção” e redefinição do espaço (Lefebvre, 2013). A *produção logística do espaço* opera de maneira inseparável dos processos de financeirização da economia global, visto que, de fato, é exatamente quando se aumenta o peso do capital financeiro que, no nível da chamada “economia real”, surgem intentos de compensar a crise produtiva com a “intervenção sobre as geografias (isto é, sobre as formas de poder) da circulação de mercadorias e capitais” (Into The Black Box, 2018, s.p.). Isso acontece em múltiplas escalas geográficas, desde a reorganização de espaços continentais inteiros ao longo de corredores terrestres ou oceânicos, como no caso da mencionada Iniciativa do Cinturão e da Rota, até a elaboração de projetos europeus (como os Trans-European Transport Network – TEN-T) ou latino-americanos (como no caso da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA e do Projeto Mesoamérica). E pode ainda adquirir uma escala mais local, a partir da transformação em sentido logístico das “cidades globais” (Sassen, 2000) ou da criação de verdadeiras *logistics cities*, no modelo de Dubai (Cowen, 2014). Tendo em mente que as recentes transformações do capitalismo operam um deslocamento das consolidadas noções de escala geográfica, a revolução logística pode ser vista como vetor de um movimento transescalar rumo ao que Brenner e Schmidt (2015) chamam de “urbanização planetária”.

As cidades contemporâneas podem ser analisadas, nas palavras de Cuppini (2018), enquanto “sistemas logísticos”. De acordo com esse autor, talvez estejamos deixando para trás a antiga cidade industrial, organizada ao redor de

uma rígida segmentação entre bairros fabris, bairros-dormitórios e lugares de lazer, para um novo tipo de espaço urbano

cada vez mais “logistificado”, fluido, maleável e entretecido, cujos ritmos são compassados por meio da inserção de múltiplas infraestruturas (virtuais ou ‘materiais’) que servem aos fluxos globais (de mercadorias ou capitais, de turistas ou formas produtivas cada vez mais ancoradas no “território”). (Ibid., p. 301)

A intermodalidade, nascida ao longo dos grandes corredores infraestruturais e de *hubs* logísticos, como portos, portos secos, zonas econômicas especiais, etc., permeia hoje em dia cada vez mais a estrutura dos próprios núcleos urbanos. As áreas abandonadas pelo processo de desindustrialização são cada vez mais ressignificadas a partir da multiplicação de centros comerciais, interportos, depósitos de mercadorias e novas redes viárias, que buscam atrair investimentos de todo tipo. As cidades tornam-se, hoje em dia, o espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo logístico de maior proximidade, chamado também de “logística urbana” ou “logística de última milha” (*last mile logistics*). É nesse âmbito que operam, hoje, os principais colossos logísticos do setor do e-commerce, como a multinacional estadunidense Amazon, o gigante chinês Alibaba, a empresa latino-americana Mercado Livre e um conjunto de plataformas de delivery para entrega de comida e outros produtos em domicílio.

Poderíamos chamar esse processo de urbanização logística (Sengpiehl et al., 2008; O’Shea, 2014; Diniz e Gonçalves, 2022), cuja natureza está associada com o desenvolvimento e densificação de infraestruturas logísticas. As infraestruturas de conexão garantem, dessa maneira, a circulação de mercadorias e

integram-se a infraestruturas digitais que viabilizam essa conectividade. Como descrevem Diniz e Gonçalves (2022, p. 9) “a urbanização logística corresponde à produção, gestão e conexão de espaços cuja alta densidade técnico-científico-informacional facilita e promove a fluidez do capital, especialmente em sua forma mercadoria”. A disseminação das plataformas digitais, portanto, não está dissociada da transformação necessária e (re)organização real do espaço urbano e das práticas que nele se desenrolam. Contudo, apesar dessa modernização tecnológica no processo de urbanização, como veremos, ela se dá num contexto de formação social dependente e periférico como o caso brasileiro.

A urbanização logística representa, dessa maneira, a condição para a atuação das plataformas digitais que, cada vez mais, atuam mediando as práticas socioespaciais nas grandes cidades, a partir da mobilização de um trabalho altamente precarizado. Como indica Graham (2020), novas interações socioespaciais entre usuários-consumidores e usuários-trabalhadores emergem nesse contexto e produzem uma nova geografia urbana da precariedade laboral (Strauss, 2017).

Essas plataformas digitais de entrega estão dando vida àquilo que tem sido chamado de *crowd-logistics*, literalmente uma “logística multitudinária” (Mladenow, Bauer e Strauss, 2016). Se considerarmos que, devido à densidade espacial das cidades, a “logística da última milha” é tradicionalmente o trecho menos eficiente da cadeia produtiva, concentrando, de fato, 28% dos custos (Jordán, Riffo e Prado, 2017), é evidente como a superação dos gargalos urbanos é vista como uma necessidade cada vez mais central. Para essa logística da última milha, o problema do acesso ao território

torna-se uma questão central. A urbanista e arquiteta Lyster (2016, p. 18) elaborou o termo *timescape* (paisagem temporal) para designar a propensão da logística para calibrar “o espaço segundo o tempo e assim fazer da cidade uma paisagem temporal”. Como argumenta De Stavola (2022), se, de acordo com Marx (2011), a circulação orienta-se à “aniquilação do espaço através pelo tempo”, na logística contemporânea isto se integra a uma capacidade de definir o espaço com base no tempo.

Assim, a urbanização logística (que ocorre no nível M lefebvriano) envolve um desdobramento do contexto de crise anteriormente analisado. Trata-se, portanto, de uma forma determinada de desenvolvimento urbano num contexto de crise que prioriza o momento da circulação da mercadoria, buscando diminuir o tempo de rotação do capital. Esse processo ocorre a partir da mobilização de uma multidão de trabalhadores precários que atua, sobretudo, no setor das entregas. A urbanização logística é, dessa maneira, o modo pelo qual o capital em seu momento de crise encontra para continuar seu processo de acumulação decadente e, assim, *costura* a estrutura mais geral às dinâmicas de reprodução precária de uma massa de trabalhadores.

Como buscamos mostrar até aqui, a crise de valorização do valor (G) obriga o capital a buscar saídas emergenciais. A logística aparece aqui como uma dessas saídas e pressupõe um enorme processo de reorganização e de produção do espaço (M), que tem consequências específicas para a redefinição da geografia e da operacionalidade das cidades contemporâneas. Nesse sentido, há um vetor que conecta o nível G ao nível M e que traduz uma dinâmica de crise na própria paisagem das cidades. Ao mesmo tempo, como veremos a seguir, a

logística opera e impulsiona também um gigantesco movimento rumo a uma constante redução do custo do trabalho, através das novas formas de precarização relacionadas à chamada “uberização do trabalho” (Abílio, 2020), que afeta diretamente a produção subjetiva da classe trabalhadora e os modos de organização política no mundo contemporâneo. Dessa forma, não apenas o espaço urbano serve de suporte e saída emergencial, por meio da intervenção logística e infraestrutura, para o capital, como também medeia e transpõe os imperativos colocados pela crise global (G) no nível da vida cotidiana e do corpo mesmo (P).

## Da autonomia ao autogerenciamento subordinado

Descrevemos o movimento que liga as transformações no nível G do capital e do Estado ao nível M do urbano. Na primeira seção, vimos como há uma tendência imanente ao movimento de valorização do valor que impele o capitalismo em direção a uma constante redução de sua dependência de trabalho vivo. Esse movimento, no entanto, ameaça a própria capacidade de extração de valor e formação de uma massa de mais-valia capaz de sustentar as taxas de lucro do capital no longo prazo. A crise do valor enquanto forma social, expressão desse desenvolvimento contraditório, implica a crise do trabalho formal e assalariado e das formas de mediação engendradas pelo capital.

É seguro dizer, nesse sentido, que, no nível G, o capital funciona a partir de uma lógica imanente que se traduz no nível da vida cotidiana (P) sob a forma da constituição de uma

imensa massa de desempregados (Kurz, 2018). Entretanto, como vimos na segunda seção, o capital encontra na logística e nas infraestruturas, isto é, no terreno da própria circulação, uma saída emergencial para a crise do valor. Embora essas estratégias sejam incapazes de refrear o movimento de crise imanente, a produção logística e infraestrutural do espaço permite ao capital uma sobrevivida. No nível M, o nível do conjunto urbano, portanto, o capital funciona a partir da produção de um espaço voltado à circulação que assume, como vimos, a forma material dos corredores, portos, zonas econômicas especiais, cadeias produtivas globais, plataformas digitais e fluxos metropolitanos de toda sorte. Esses novos espaços reconfiguram e medeiam a relação entre o nível G e o nível P, na medida em que impulsionam a formação de um “novo mundo do trabalho” (Beck, 1996), organizado e governado cada vez mais por uma racionalidade logística e por infraestruturas e plataformas digitais que produzem a fragmentação do trabalho e a individualização dos trabalhadores envolvidos (Heiland, 2020).

Um exemplo fundamental desse movimento de transformação pode ser visto na multiplicação de empresas de aplicativo e de formas de trabalho de circulação nas metrópoles brasileiras. De acordo com o coletivo Neblina (2022, p. 44), não é de hoje que parte indispensável do metabolismo urbano brasileiro se move sobre duas rodas:

Na expansão caótica das cidades, onde o transporte veio a reboque, remendando as partes, o preço dessa precariedade foi sempre pago pela correria de quem tem que chegar no horário. Enquanto a falta de mobilidade penaliza a mão de obra com horas extras de esforço no transporte coletivo lotado, as demais mercadorias

não se viram por conta própria e demandam uma circulação sempre mais veloz. Daí a aparição, em fins dos anos 1980 – muito antes de qualquer aplicativo –, de um exército de motoboys cada vez mais numeroso capaz de cortar o engarrafamento entre os carros e garantir, sob risco de vida, a aceleração dos fluxos capitalistas nas nossas metrópoles colapsadas. Os “corredores informais e mortais das motocicletas” viabilizam a circulação do que não pode parar em meio ao trânsito parado e servem, ao mesmo tempo, para aumentar a produtividade no deslocamento dos trabalhadores reféns da imobilidade urbana, que encontram na moto a saída de emergência “que equaciona baixo custo com alta velocidade”.

Como argumenta Abílio (2019, p. 2), “as plataformas digitais têm sido globalmente reconhecidas como vetores de novas formas de organização do trabalho” garantindo “novas formas de dispersar o trabalho sem perder o controle sobre ele”. Esse movimento, denominado *uberização do trabalho*, diz respeito a duas mudanças principais engendradas pelas plataformas nas relações de trabalho. Em primeiro lugar, a dispersão promovida pelas redes digitais, em particular diante do fácil acesso a *smartphones* e à internet, é acompanhada de uma crescente centralização e subordinação dos trabalhadores em “uma única empresa” (ibid). Ao contrário do trabalho produtivo fabril, no qual essa subordinação dependia da concentração de trabalhadores no mesmo ambiente de trabalho através de um processo de contratação formal, as plataformas funcionam, hoje, a partir de uma dinâmica de adesão, segundo a qual o trabalhador aparece cada vez mais como um usuário da plataforma do que força de trabalho propriamente dita.

Em segundo, a dinâmica de adesão “voluntária” às plataformas digitais e às empresas-aplicativos mascara o fato de que esses trabalhadores se encontram, justamente, na condição de não empregados, “inteiramente desprovido[s] de garantias, direitos ou segurança associados ao trabalho” (ibid.). Até em termos formais e contratuais, os trabalhadores de aplicativo costumam configurar a figura jurídica de “usuários”, participantes de um mercado virtual na mesma forma que os próprios consumidores.

Por meio desses dois elementos, a possibilidade de uma dispersão espaço-temporal dos trabalhadores e uma forma voluntária de adesão às plataformas, os aplicativos são capazes de “recrutar o motoboy que está há trinta anos nas pistas, o trabalhador com emprego fixo que faz entregas depois do expediente e o jovem desempregado que tem ou aluga uma bicicleta atrás de um ‘bico’” (Neblina, 2022, p. 45). A multiplicação de infraestruturas, logísticas e plataformas digitais carrega consigo, portanto, a multiplicação de formas de trabalho precarizadas nas cidades, seja na sobreposição de diferentes jornadas de trabalho, seja na extensão do próprio tempo de trabalho como forma de melhoria dos rendimentos. Em todo caso, a circulação de mercadorias na cidade parece depender cada vez mais dessa “multidão heterogênea” de trabalhadores subordinados a uma dominação descentralizada do trabalho para seu funcionamento (ibid.) – aquilo que aqui estamos chamando de um trabalho de costura operado pelos entregadores de aplicativo.

Uma vasta bibliografia vem refletindo sobre o aumento progressivo da exploração resultante dessa transformação tecnológica (Antunes, 2020; Woodcock, 2020; Grohmann, 2020). Alguns autores descrevem os processos de exploração a que estão submetidos os

trabalhadores a partir da analogia a uma forma de “escravidão moderna na era digital” (Antunes, 2018). Outros focam sua interpretação no tipo de discurso mobilizado por essa nova forma de negócio. Como descrito por Slee (2017), a racionalidade preponderante da economia de plataforma é sustentada pela ideologia do “*self-made man*”, isto é, a de um projeto individual de empreendedorismo de si como única forma de melhorar a vida. Ainda que a dimensão ideológica seja fundamental para compreender a realidade, ela não explica sozinho as transformações e as formas de adesão ao trabalho precário.

Queremos argumentar, ao contrário, que a multiplicação de formas de trabalho precário, individualizado e disperso no cotidiano das cidades (P) é, antes, a expressão de um desejo por autonomia que se expressa de maneira negativa ou subordinada e que se relaciona à mudança no horizonte de expectativa da classe trabalhadora gestado pela crise do valor (G). Esse desejo de autonomia dos trabalhadores diante de seus donos e capatazes, de autogestão dos tempos e das formas do próprio trabalho, é um sentimento antigo da classe trabalhadora no contexto do modo de produção capitalista, a florado em múltiplas lutas sociais nos anos “dourados” do capitalismo fordista-taylorista. Todavia, diante da reestruturação produtiva começada na década de 1970, que consistiu por si mesma, em boa medida, em uma resposta aos desafios impostos ao capitalismo a partir das lutas da classe trabalhadora e diante da incapacidade intrínseca do sistema de absorver mão de obra e produzir postos de trabalho formal, a autonomia aparece como sintoma de uma classe de trabalhadores sem-salário, sem-trabalho e, por isso, sem-patrões. Nesse contexto, a autonomia pode, por vezes,

assumir uma expressão negativa, na medida em que o capital encontra meios de se apropriar dos “modos de vida” que emergem da crise do valor e subordiná-los a uma lógica neoliberal (ver, por exemplo, Abílio, 2021).

Como explica Gago (2018), a penetração do neoliberalismo no continente latino-americano deve ser levada a sério se quisermos explicar o surgimento de uma racionalidade e uma subjetividade neoliberal que domina os setores populares. A sua ideia de um “neoliberalismo desde baixo” sugere que o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como um conjunto de políticas e orientações econômicas no nível do Estado e do Capital (G), mas como um tipo específico de subjetividade que precisa se desenvolver nos setores populares diante de um cenário no qual o cálculo econômico, o lucro, a precificação e outros mecanismos de mercado se tornam a forma dominante de mediação da reprodução coletiva na vida cotidiana (P). A autora argumenta que há uma *pragmática vitalista* que visa prover as condições de vida dos setores populares “em um contexto em que o estado não garante as condições da competição neoliberal prescritas pelo modelo ordoliberal” (ibid., p. 6). Entretanto, é justamente essa necessidade forçada de assumir a responsabilidade pela reprodução coletiva, não garantida pelo público e o privado, que “organiza uma certa ideia de liberdade, que, em seu modo particular, desafia algumas das formas mais tradicionais de obediência” (ibid.). Em outras palavras, o definhamento da forma-trabalho e a dissolução de qualquer vestígio de Estado de Bem-Estar Social, jamais consolidados na periferia do capitalismo global, forçam o trabalhador a identificar como ganho de autonomia exatamente aquilo que mina sua capacidade e garantia de reprodução social.

O discurso sobre empreendedorismo é hoje em dia uma forma de “captura” de um sentimento de autonomia e de tomada de decisão sobre tempos e formas do próprio trabalho por parte dos trabalhadores, algo que, no contexto de extrema precariedade das metrópoles periféricas, circula por meio dos cálculos e das pragmáticas vitalistas do “neoliberalismo desde baixo”. A partir de uma pesquisa sobre os trabalhadores da empresa Rappi em Buenos Aires e Cidade do México, De Stavola (2021) considera que, no trabalho de plataforma, para além da liberdade formal do trabalhador já identificada por Marx, existe também uma autonomia que se expressa em função de um espaço de autogestão produzido, organizado e subsumido pela arquitetura de poder que suporta o fluxo logístico, isto é, àquela da plataforma. Com base nisso, o autor propõe o conceito de “autogestão funcional do trabalho”, com o qual procura interrogar criticamente as formas de subjetivação dos trabalhadores de aplicativo, subjetivação esta que costuma ser um tipo de agência “funcional” aos objetivos de lucratividade capitalista:

A autogestão funcional do trabalho, em primeiro lugar, é subordinada. Em um nível subjetivo, ela pode ser interpretada como o resultado da ideologia que estrutura o fenômeno social (Žižek, 2003), isto é, como produto da ordem contraditória: “desfruta de ser autônomo”. Em segundo lugar, é funcional à lógica do ciclo de valorização do capital, na medida em que, para que o entregador a possa desfrutar, não tem outra opção que se adaptar aos objetivos da empresa. Finalmente, é possível definir a autonomia da qual gozam os e as entregadores/as na autogestão do trabalho como funcional porque está submetida pelo capital na forma de dados. De fato, é condição mínima para a operação da

extração, visto que o/a entregador/a, no espaço da autogestão funcional, mobiliza conhecimento, atitudes, cálculos e comportamentos que constituirão os dados objeto da própria operação. (De Stavola, 2021, p. 61; tradução nossa)

Em linha com essa interpretação, Abílio (2019, p. 5) dá o nome de “autogerenciamento subordinado” a esse deslocamento da figura do “empreendedorismo de si” ou do *self-made man*, para a do “trabalhador ‘gerente de si subordinado’”. Isso significa que as plataformas, em sua capacidade de mobilização de um trabalho disperso nas metrópoles, emulam uma forma de agência que responde a um desejo por autonomia própria dos trabalhadores. Não há gerente, não há patrão, para além de si mesmo. É possível decidir quando começar e quando parar, quando virar noites ou tirar férias. No entanto, essa autonomia aparece fundamentalmente subordinada a uma relação em que a remuneração está vinculada à disponibilidade para o trabalho. Para a autora,

[...] o que está em jogo é a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, um gerenciamento subordinado. Suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, seu conhecimento são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade. (Ibid.)

Essa terceirização do gerenciamento do trabalho para o trabalhador, que é acompanhada pela a terceirização dos custos para o trabalhador dos próprios meios de produção, tais como o carro, a moto ou a bicicleta, a *bag*, o *smartphone* e os dados do celular, leva, embora sob as formas do autoengajamento “autônomo” no trabalho, a um aumento dos tempos de

trabalho, isto é, a um aumento da “subsunção formal” do trabalho sob o capital. Não obstante, a partir da consideração da articulação da gestão algorítmica das plataformas com as formas de vida precárias que, historicamente presentes, constituem a estrutura e a infraestrutura social das metrópoles brasileiras, a própria Abílio (2021) chega a definir a uberização como “subsunção real da viração”.

Para a autora, é preciso “escapar do par formal-informal” se se quiser revelar como o capitalismo subsume os modos de vida periféricos (ibid., p. 943). A maior parte dos trabalhadores que se encontram nesses tipos de trabalho desconhece estabilidade, garantias ou mesmo direitos relacionados à atividade desenvolvida, e, por isso, eles encontram-se em um constante movimento de combinação de “estratégias de sobrevivência” e “criação e aproveitamento de oportunidades efêmeras” (ibid.). Esse movimento que Abílio denomina de “viração” ou ainda, como bem lembra a autora, aquilo que Oliveira (2003, p. 68) chamou de “talento organizatório de milhares de pseudopequenos proprietários” revela exatamente a potência da pragmática vitalista identificada por Gago (2018). Diante da incapacidade de se garantir as condições mínimas de reprodução social, as classes populares são obrigadas a desenvolver diferentes formas de lidar com a insegurança e a precariedade e assumir, assim, o custo de sua própria reprodução. Essas formas assumem expressões variadas, desde o acúmulo de diferentes trabalhos, formais e informais, legais e ilegais, permanentes ou temporários – aquilo que acima chamamos, com Mezzadra e Neilson (2013), de uma *multiplicação do trabalho* – até a adoção de práticas para maximizar a renda aferida que ameaçam a continuidade da vida do próprio trabalhador.<sup>4</sup>

Assim, se, por um lado, o trabalhador precarizado experimenta um certo tipo de autonomia em sua viração – isto é, sua aparente capacidade de definir como, onde e por quanto tempo trabalhar –; por outro, é exatamente dessa autonomia que se serve o capital no momento atual. O trabalho de *costura* dos trabalhadores opera, dessa forma, uma *sutura ideológica*, que unifica precariedade e autonomia numa unidade negativa e contraditória. Essa “apropriação monopolizada de modos de vida periféricos”, como argumenta Abílio (2021, p. 943),

pode ser vista em ato nas estratégias do jovem negro que, dentre outras atividades que compõem sua entrada no mercado de trabalho, aluga uma bicicleta para ter um rendimento como bike boy; passa o dia traçando meios para não ter que enfrentar a brutalidade policial, a brutalidade do tráfego urbano, as violências raciais cotidianas; estabelece meios para intensificar seu próprio trabalho, dispõe-se a trabalhar 12 horas ininterruptas para ganhar uma bonificação (Machado, 2019) e integra a distribuição do setor de alimentos.

Em outras palavras, o capitalismo esforça-se para subsumir justamente essa pragmática vitalista que anima o trabalho em um ambiente em que a reprodução social não é minimamente garantida.

## Reflexões finais: precariedade, logística urbana e luta de classes

Como é possível avaliar, a partir do argumento que desenvolvemos neste texto, as profundas transformações do capitalismo em crise

ocorrem em múltiplas maneiras e em diferentes escalas a reprodução social. O colapso da sociedade do valor produz uma massiva desfiliação salarial e cria espaços de precariedade, desemprego e informalidade da população “excedente”, ao mesmo tempo que mina as próprias bases de reprodução da acumulação capitalista. Tenta-se contornar a queda inexorável da taxa de lucro por meio da “produção capitalista do espaço” que se apoia na racionalidade logística, na produção de infraestrutura e no aumento dos ritmos de circulação, rotação e realização do capital. No contexto urbano, a transformação em sentido logístico das cidades encontra, na massa de “trabalhadores sem trabalho” (Rizek, 2022), um novo tipo de trabalhador precário, que une, à falta de direitos e à informalidade própria da periferia capitalista, a inserção eficiente nos circuitos de alta lucratividade das plataformas.

Como ressaltamos neste texto, é importante, para a compreensão do fenômeno da precarização do trabalho, articular diferentes escalas. A transescalaridade que abordamos aqui, de inspiração lefebvriana, permite visualizar os efeitos combinados da dinâmica contraditória do capital. A amarração entre os níveis G, M e P, dessa maneira, contribui na interpretação crítica da urbanização logística, da situação de trabalho de milhares de entregadores de aplicativo e da crise do capital.

Essa dinâmica gera, também, profundas transformações nas lutas dos trabalhadores de aplicativo e nas formas da luta de classes na sociedade contemporânea como um todo. A compreensão do fenômeno que analisamos aqui passa, em adição, pela interpretação das resistências dos trabalhadores ante esses processos. A explosão das lutas dos entregadores no Brasil no contexto da pandemia da

covid-19 – quando a regra do “fique em casa” conseguiu se realizar só por meio da exceção de um exército cada vez mais numeroso de motoboys que carregaram (e ainda carregam) em suas costas os custos e os riscos da infraestrutura social das metrópoles em colapso – trouxe à tona, não apenas um rechaço por parte desses trabalhadores a taxas de remuneração cada vez menores e de condições de trabalho cada vez mais degradantes, mas também a negativa destes em relação às tentativas de ser submetidos à normativa trabalhista tradicional da CLT.<sup>5</sup> Isto é, a uma “guerra” declarada às empresas de aplicativo, acompanhou-se uma aversão aos sindicatos de categoria, a qualquer forma institucionalizada de “direção” das lutas e a todo tipo de discurso que quisesse arregimentar o trabalho dos entregadores a um vínculo empregatício associado por eles mesmos “ao universo infernal dos ‘trabalhos de merda’: horários a cumprir, salário baixo e um chefe para tornar sua vida mais difícil” (Neblina, 2022, p. 46). A autonomia emerge, aqui, em duplo sentido: como autogestão do seu próprio trabalho e também de suas lutas. Entretanto, se bem, como evidenciamos neste texto, que esse desejo de autonomia se torna facilmente “negativo”, “funcional” ou “subordinado”; há um excesso que permanece desafiando, de alguma maneira, as necessidades de controle por parte da empresa, que emerge, nos momentos de maior descontento, em situações moleculares, como quando o entregador denuncia ter perdido uma entrega para se garantir uma refeição ou, mais diretas, quando a autogestão dos tempos de trabalho é posta ao serviço da auto-organização das lutas. É sobretudo como resposta a isso que, em anos recentes, a empresa brasileira *iFood* vem criando formas de

controle mais direto sobre o tempo de trabalho dos entregadores, instituindo formas de agendamento de turnos de trabalho ou até mesmo terceirizando parte da “frota” a empresas parceiras de “operadores logísticos” (OL).

Mas as mudanças nas formas de engajamento dos trabalhadores não se limitam às contradições ínsitas no conceito de autonomia e “autogestão”, positiva ou negativa que for, do próprio trabalho. Elas envolvem, também, as próprias formas da luta no trabalho e as transformações em sentido logístico das cidades contemporâneas. A emergência, a partir da grande manifestação nacional do 1º de julho de 2020, mas com maior intensidade em todos os momentos de greves prolongadas que ocorreram no Brasil, da forma do “breque”, produziu um deslocamento da antiga prática do “pique-te” fabril no espaço aberto da cidade; isto é, de uma técnica de interrupção do ciclo produtivo fordista à ruptura do ciclo de circulação das mercadorias através dos fluxos e dos corredores metropolitanos. Nessa nova situação de luta, não se trata mais de parar um momento da linha de montagem de um produto, mas de impedir, com a presença física nas portas dos *shoppings*, sua saída para o mercado, isto é, sua realização pela circulação.

A substituição de uma forma de luta ancorada na produção por outra direcionada à circulação tem a ver com os efeitos da revolução logística nos últimos 50 anos e pode ser lida historicamente na perspectiva da “longa duração” da história do modo de produção capitalista. Seguindo uma perspectiva braudeliiana e retomando em parte os “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi (2007), Clover (2016) propôs uma leitura do capitalismo sob a lente dos tipos de luta paradigmáticos de cada

período histórico. Em sua análise, durante toda a época que antecedeu à Revolução Industrial, a forma de luta mais comum nas sociedades europeias e no mundo atlântico em geral foi o *riot* (isto é, o tumulto, o saque, o motim). Tratava-se de um tipo de luta dirigida a baixar os preços das mercadorias presentes no mercado, e por isso poderia ser definida como luta “no âmbito da circulação” (*circulation struggle*), pois os principais espaços nos quais ocorriam os *riots* eram os mercados, os portos e a cidade em si. Em uma época de ascensão do modo de produção capitalista, o *riot* configurava-se também como um rechaço à proletarização das classes populares e ao processo de privatização dos bens e das terras comuns. Durante a primeira parte do século XIX, todavia, nos países do capitalismo central, o *riot* foi paulatinamente, em primeiro lugar, deslocando-se rumo ao lugar da fábrica, como no caso do “ludismo”, e, em segundo lugar, substituído por outra forma de luta, a greve (*strike*). Esta última sendo dirigida não mais a baratear os preços das mercadorias presentes no mercado, mas a aumentar o preço daquela mercadoria que havia se imposto como central no modo de produção capitalista: a força de trabalho. O ano insurrecional de 1848 representou de alguma maneira o momento culminante dessa sobreposição e transição de lutas.

Um novo período de transição começou, na leitura de Clover (*ibid.*), exatamente no momento de crise do capital industrial e da revolução logística e foi antecipado e em alguma medida “anunciado” pela insurreição mundial de 1968. Depois desse período, o eixo da “economia-mundo” capitalista viraria novamente da produção à circulação, da fábrica à cidade e da greve ao *riot*. Não surpreende,

nesse sentido, que muitos dos levantes que explodiram nas últimas décadas em nível mundial, desde as revoltas da *banlieues* parisienses às primaveras árabes, do movimento Occupy às acampadas espanholas, da revolta de junho de 2013 no Brasil às recentes insurreições em Equador, Chile, Colômbia e Hong Kong, tenham a ver com questões como a acessibilidade ao transporte público e à cidade em geral e a alta dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade, e tenham levado a uma proliferação de bloqueios de vias, barricadas, ataques a infraestruturas de conexão e ocupação de praças urbanas, além de destruição e saque massivos de mercadorias. Até o bloqueio de rotatórias realizado pelo movimento francês dos coletes amarelos, com sua capacidade de interrupção de fluxos estratégicos para a reprodução logística fora do âmbito estritamente urbano, é uma prova de como as lutas estão acompanhando a transformação do espaço na direção de formas de urbanização planetária (Benvegna e Cuppini, 2020). Nessa perspectiva, quem sabe seja possível entrever, nas atuais lutas dos entregadores de plataforma, nas suas pulsões subjetivas e em suas práticas concretas, sinais de um “neo-ludismo” próprio da etapa de colapso da sociedade da mercadoria? Esses desafios apontam para a possibilidade de fazer emergir uma vida cotidiana transformada, que possa se generalizar (Lefebvre, 2003), uma transformação que parta do P em direção ao G. Esse é o sentido forte que Henri Lefebvre atribui ao conceito de revolução.

Seja como for, as transformações que descrevemos aqui em direção a um “trabalho sem forma” (Oliveira, 2003) também produziram uma “luta de classes sem forma” (Neblina, 2022). Essas questões invariavelmente estarão

no horizonte da discussão nacional e no futuro das metrópoles brasileiras. Um amplo esforço de investigação combinado com maneiras de interagir politicamente com essa situação ainda

estão por serem realizados. Esperamos que este texto, uma contribuição no sentido de oferecer um *framework* analítico, possa colaborar nessa empreitada.

**[I] <https://orcid.org/0000-0002-5614-4834>**

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte, MG/Brasil.

brunosiqfer@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-3099-7967>**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História. Juiz de Fora, MG/Brasil.

alessandro.peregalli@ufjf.br

**[III] <http://orcid.org/0000-0003-3662-6104>**

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Departamento de Urbanismo. Belo Horizonte, MG/Brasil.

thiago.canettieri@gmail.com

## Notas

- (1) Ver, por exemplo, o caso recente em que a Amazon planeja lançar um aplicativo de comunicação interna da empresa em que as palavras “sindicato”, “aumento salarial”, “representação”, entre outras, serão de uso proibido. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2022/04/amazon-warehouse-staten-island-ldj5-union-drive>.
- (2) Embora, na formulação original presente n’*O capital*, o termo “coleção” já indique que o valor é a expressão do confronto entre diferentes mercadorias, sua substituição pelo termo circulação, aqui, busca denotar uma transformação recente no regime de acumulação de capital.
- (3) Um TEU (*Twenty-foot Equivalent Unit*) representa a capacidade de carga de um contêiner de transporte normal, de 20 pés de comprimento, por 8 pés de largura e 8 pés de altura.
- (4) Segundo depoimento apresentado no dia 12 de dezembro de 2022 na CPI dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo, a parcela de acidentes de moto no setor de traumas do Hospital das Clínicas da USP subiu de 20%, entre 2015 e 2016, para 80%, entre 2020 e 2021. Em torno de 70% dos acidentados estavam prestando serviço para aplicativos de entrega. Para mais, conferir Ribeiro (2022).
- (5) A posição negativa dos entregadores quanto à regulação de sua atividade não é unânime, mas já sinaliza uma posição que vem se consolidando nas movimentações da classe, como evidenciado pela pesquisa “Para onde vai o trabalho humano na era digital?”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e Teoria Social (UnB). O *survey* respondido por 247 entregadores de aplicativo, entre abril e junho de 2023, revelou uma demanda por direitos normalmente associados a segurança social proporcionada por trabalhos formais, como “adicional de periculosidade (57,49%), auxílio-doença e auxílio-acidente (55,06%)”, ao mesmo tempo que, em sua maioria, os entrevistados preferem ser reconhecidos como “autônomos/as ou por conta-própria” (60,3%) ou como “MEI” (23,9%). Além disso, “apenas 10,12% apontaram que a carteira de trabalho assinada deveria ser pauta do debate público” relacionado à regulação do trabalho dos entregadores (ver Festi et al., 2023, s.p.).

## Referências

- ABÍLIO, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas: individuo y sociedade*, v. 18, n. 3.
- \_\_\_\_\_. (2020). Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado. *Revista Contracampo*, v. 39, n. 1, pp. 12-26.
- \_\_\_\_\_. (2021). “Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo”. In: MARQUES, L. (org.). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0”. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- ARBOLEDA, M. (2020). *Planetary mine. Territories of extraction under late capitalism*. Londres, Verso.
- ARRIGHI, G. (2007). *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BECK, U. (1996). *The brave new world of work*. Nova York, Polity Press.
- BENVEGNI, C.; CUPPINI, N. (2020). “Tout le pouvoir aux ronds points!” Una “lente logística” sui gilets jaunes. *Alternative per il socialismo*, n. 58, Roma, Castelvecchi.
- BLANK, J. (2014). Para uma crítica radical do capital e das suas forças produtivas. *Libertas*. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 11, n. 1, pp. 1-25.
- BONACICH, E.; WILSON, J. B. (2008). *Getting the goods: ports, labor, and the logistics revolution*. Ithaca, Cornell University Press.
- BRENNER, N.; SCHMIDT, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, pp. 151-182.
- CLOVER, J. (2016). *Riot. Strike. Riot. The new era of uprisings*. Londres, Verso.
- COMITÊ INVISÍVEL (2016). *Aos nossos amigos*. São Paulo, N-1 Edições.
- COWEN, D. (2014). *The deadly life of logistics: mapping violence in the global trade*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- CUPPINI, N. (2018). A cidade enquanto sistema logístico. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, n. 52, pp. 299-310.
- DELFANTI, A. (2021). Machinic dispossession and augmented despotism: digital work in an Amazon warehouse. *New Media & Society*, v. 23, n. 1, pp. 39-55.
- DE STAVOLA, F. (2021). El smartphone de Foucault: poder, trabajo y subjetividad en las plataformas digitales de entrega a domicilio: el análisis de la app latinoamericana Rappi. *Arxius de Ciències Socials*, n. 44, pp. 49-64.
- \_\_\_\_\_. (2022). *Al sur de la plataforma: trabajo y capital en la APP latinoamericana Rappi*. Tese de doutorado. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- DENNING, M. (2010). Wageless life. *New Left Review*, n. 66.
- DINIZ, N.; GONÇALVES, P. P. (2022). As cidades dos galpões: dinâmicas e contradições da urbanização logística. *e-metropolis*, n. 49, ano 13, pp. 7-15.
- EASTERLING, K. (2014). *Extrastatecraft. The power of Infrastructure Space*. Londres, Verso.
- FESTI, R.; GONTIJO, L.; GONÇALVES, N.; FRAGOSO, L. (2023). Que pensam os entregadores sobre a regulação laboral? *Outras Palavras*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/o-que-pensam-os-entregadores-da-regulacao-laboral/?s=08>. Acesso em: 14 ago 2023.
- FOUCAULT, M. (2004). *Nietzsche, la genealogía, la historia*. Valencia, Pre-Textos.
- GAGO, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Elefante.

- GAGO, V.; MEZZADRA, S. (2015). Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. *Nueva Sociedad*, n. 255, pp. 38-52.
- GRAHAM, M. (2020) Regulate, replicate and resist - the conjunctural geographies of platform urbanism. *Urban Geography*, v. 41, n. 3, pp. 453-457.
- GRAPPI, G. (2016). *Logistica*. Roma, Ediesse.
- GROHMANN, R. (2020). "Plataformização do trabalho: características e alternativas". In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- HARNEY, S.; MOTEN, F. (2013). *The undercommons: fugitive planning and black study*. Wivenhoe, Minor Compositions.
- HARVEY, D. (2000). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- HEILAND, H. (2020). Workers' voice in platform labor: an overview. *WSI Study*, n. 21. Dusseldorf, Hans-Böckler Stiftung.
- HILDYARD, N. (2016). *Licensed larceny. Infrastructure, financial extraction and the global South*. Manchester, Manchester Capitalism MUP.
- HUMS, U. (2016). Logged labour: a new paradigm of work organisation? *Work organisation, Labour & Globalisation*, v. 10, n. 1, pp. 7-19.
- INTO THE BLACK BOX (2018). *Manifesto de crítica logística*. Disponível em: <http://www.intotheblackbox.com/manifesto/manifesto-de-critica-logistica/>. Acesso em: 6 mar 2023.
- JAPPE, A. (2006). *As aventuras da mercadoria*. Lisboa, Antígona.
- JORDÁN, R.; RIFFO, L.; PRADO, A. (2017). *Desarrollo sostenible, urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe. Dinámicas y desafíos para el cambio estructural*. Santiago, Cepal.
- KURZ, R. (1993). *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa, Antígona.
- \_\_\_\_\_ (2018). *Crise do valor de troca*. Rio de Janeiro, Consequência.
- LEFEBVRE, H. (1976). *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. Nova York, Allison & Busby.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Critique of everyday life*. Londres, Verso Books.
- \_\_\_\_\_ (2013). *La producción del espacio*. Barcelona-Madrid, Capitan Swing.
- LYSTER, C. (2016). *Learning from Logistics*. Berlin, Birkhäuser.
- MACHADO, L. (2019). Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: A rotina dos entregadores por aplicativo. *BBC News Brasil* (22 de maio). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340#:~:text=V%C3%ADdeos-,Dormir%20na%20rua%20e%20pedalar%2012%20horas%20por%20dia,rotina%20dos%20entregadores%20de%20aplicativos&text=Um%20deles%20explica%3A%2022Dou%20entrevista,e%20eu%20n%C3%A3o%20paro%20mais%22>. Acesso em: 6 mar 2023.

- MARX, K. (2011). *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2013). *O capital. Livro I*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2014). *O capital. Livro II*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2017). *O capital. Livro III*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2022). *Capítulo VI* (inédito). São Paulo, Boitempo.
- MBEMBE, A. (2021). *Brutalismo*. São Paulo, n-1 Edições.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. (2013). *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durham, Duke University Press.
- \_\_\_\_\_. (2019). *The politics of operations. excavating contemporary capitalism*. Durham e Londres, Duke University Press.
- MLADENOW, A.; BAUER, C.; STRAUSS, C. (2016). "Crowd logistics": The contribution of social crowds in logistics activities. *International Journal of Web Information Systems*, v. 12, n. 3, pp. 379-396.
- NEBLINA, Grupo de militantes na (2022). *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*. São Paulo, Contrabando.
- O'SHEA, C. (2014). *Logistical ecologies of the North American operational landscape*. Tese de doutorado. Cambridge/MA, Harvard University.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho (2018). *As plataformas digitais e o futuro do trabalho: promover o trabalho digno no mundo digital*. Genebra, OIT.
- OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica da razão dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- PEREGALLI, A. (2022). *IIRSA: entre integración regional y racionalidad logística*. Nova York, Peter Lang.
- RIBEIRO, P. V. (2022). Motociclistas são 70% dos internados no instituto de ortopedia e traumatologia do hospital das clínicas, diz médica na CPI dos aplicativos. *The Intercept\_ Brasil*. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/>. Acesso em: 6 mar 2023.
- RIZEK, C. (2022). "Periferias: revisitando fraturas e crises". In: CARLOS, A. F.; RIZEK, C. (orgs.). *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano e a pandemia*. São Paulo, IEA/USP.
- SASSEN, S. (2000). *Cidades na economia mundial*. Rio de Janeiro, Studio Nobel.
- SENGPIEHL, C.; OAKDEN, R.; NAGEL, P.; TOH, K.; SHI, P. (2008). The emergence of logistics cities: conceptual model. *Journal of Transport and Supply Chain Management*, v. 2, n. 1, pp. 58-77.
- SLEE, T. (2017). *What is yours is mine: against the sharing economy*. Nova York, OR Books.
- SRNICEK, N. (2016). *Platform Capitalism*. Cambridge, Polity.
- STERN, P. (2011). *The Company-State. Corporate Sovereignty and the Early Modern Foundation of the British Empire in India*. Oxford, Oxford University Press.
- STRAUSS, K. (2017). Labour geography 1: towards a geography of precarity. *Progress in Human Geography*, v. 42, n. 4, pp. 622-630.

VAN CREVELD, M. (1977). *Supplying war: logistics from wallerstein to patton*. Cambridge, Cambridge University Press.

WOODCOCK, J. (2020). "O panóptico algorítmico da deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle". In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.

ŽIŽEK, S. (2003). *El sublime objeto de la ideología*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

Texto recebido em 6/mar/2023

Texto aprovado em 17/abr/2023



# Sewing the city: crisis of capital, logistical urbanization, and app-based delivery workers

Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo

Bruno Siqueira Fernandes [I]  
Alessandro Peregalli [II]  
Thiago Canettieri [III]

## Abstract

In the context of the recent transformations undergone by work in Brazilian metropolises, there has been a multiplication of precarious jobs related to circulation of goods. The crisis of capital and of the value-form seem to be giving rise to the need of efficient circulation as a condition for accumulation, which is reflected in the so-called logistical urbanization. The article presents an interpretation of these processes based on Lefebvre's levels of analysis of the urban (G-M-P). By exploring the relationship between crisis of capital, logistical urbanization, and the everyday dimension of app-based delivery workers, we conclude that the precarization of work and the production of logistical infrastructures emerge as material expressions of the increasing crisis of the valorization of value; at the same time, they alter the forms of struggle of the working class.

**Keywords:** precarization of work; logistical production of space; crisis of capital; negative autonomy.

## Resumo

*Considerando as recentes transformações do trabalho nas metrópoles brasileiras, observa-se uma multiplicação do trabalho precário baseado na circulação de mercadorias. A crise do capital e da forma-valor parece dar origem a um imperativo de circulação eficiente como condição de possibilidade para a acumulação, que se reflete na chamada urbanização logística. Este artigo apresenta uma interpretação desses processos a partir da perspectiva lefebvriana dos níveis de análise do urbano (G-M-P). Ao explorar a relação entre crise do capital, urbanização logística e a dimensão cotidiana dos entregadores de aplicativo, concluímos que a precarização do trabalho e a produção de infraestruturas logísticas aparecem como expressão material do aprofundamento da crise da valorização do valor, alterando simultaneamente as formas de luta da classe trabalhadora.*

**Palavras-chave:** precarização do trabalho; produção logística do espaço; crise do capital; autonomia negativa.



## Introduction

Mbembe (2021) explores the concept of “brutalism” to describe the current state of the world, which is characterised by the destruction of traditional principles of order. In this context, society maintains its functioning through “assemblage work”, i.e. a determined way of bringing together the debris to keep the decadent functioning of capitalist society, albeit with great difficulty. One of the expressions of this assemblage work is the centrality assumed by logistics in contemporary capitalism. Using a computer or a smartphone makes it possible to order practically any type of product: from batteries to technological machinery; from mass-produced goods to rare and collector's items. In any case, as a kind of invocation ritual, after typing in your credit card numbers, within a few days – in some cases, within a few hours or minutes – an apparition rings the intercom and delivers the desired product. Between buying and receiving, the mediation appears personified in the figure of a delivery worker, and receiving the product formalises the obliteration of all the circuits that connect the place of production to the place of consumption.

*However, the sign of globalisation and the dissolution of borders carry as its dark side successive processes of job insecurity and violence established at the nodal points of this system as a presupposition of the circulation process itself.* For a product manufactured on the other side of the globe to reach you in less than 24 hours, it is not just a question of speed, efficiency and logistics (in the classic

sense of managing transport costs) but, in fact, an assembly job, a collection of rubble: suppression of wages, dismantling of labour and union movements as internal company policy, surveillance, control and disciplining of work, censorship, penalisation for efficiency, among others (Delfanti, 2021).<sup>1</sup>

Paraphrasing Marx, it could be argued that today, wealth in societies where the capitalist mode of production reigns appears increasingly as an enormous circulation of commodities.<sup>2</sup> With the blocking of the historical conditions that allowed the valorisation of value to continue to occur as a result of the contradictory dynamics of capital (Kurz, 2014), circulation plays a fundamental role: as the commodity-producing system is anaemic of value, in other words, faced with a tendency for the mass of surplus value produced to fall, the realisation of the remaining small amount of value depends on the effectiveness of circulation. Thus, the production of the concrete conditions for circulation (infrastructure) and the efficient organisation of this process (logistics) become the contemporary expression of the dynamics of a capitalism “wounded to death”, to use Henri Lefebvre's expression (1976).

In this sense, if, on the one hand, capitalism depends on constant “assembly work” to ensure its reproduction, however precarious, it is possible to argue that the precarious workers responsible for the circulation of goods become, on the other hand, the very expression of a “weaving work” that brings together the patchwork of a fragmented urban space and social fabric. In this process, workers are separated from

each other due to the fragmentation of labour itself. However, delivery riders are separated simultaneously as they are unified by the algorithm in a great “collective labour” that produces contemporary urban space.

Food delivery drivers, app drivers, and freight drivers for large multinational companies, among others, quickly move around to make deliveries within the deadlines set by the algorithms. They weave between cars, often disregard traffic rules, and risk their own lives to get the bonuses that platform companies offer when they meet their deadlines. One can see the colourful bags with the logos everywhere. This form of contemporary hustling reveals something about the condition of Brazilian metropolises. The weaving that delivery couriers do in traffic to meet the expectations of the circulation of goods is the necessary suture for this frayed social fabric, a fragmented urban space and social reproduction that has reached a critical stage.

In the crisis of value, the dissolution and withering away of formal, salaried work and the welfare state, which were never fully consolidated in the global peripheries, gave rise to a process of the “multiplication of work” (Mezzadra and Neilson, 2013) that takes on different forms and modes of organisation, but in most cases marked by the sign of precarious labour relations. In this “new proletarian landscape” (Gago, 2018), contemporary cities in Brazil as well in the rest of the world, have increasingly become the stage for these forms of labour based primarily on circulation. This vast mass of “wageless” workers (Denning, 2010) is absorbed by the

new platform economy (Hums, 2016) based on the algorithmic management of labour via digital infrastructures (Srnicek, 2016).

The International Labour Organisation (ILO) refers to a new pattern of labour relations that is increasingly moving away from so-called “traditional work” (ILO, 2018). This new type of employment differs from formal labour relations, particularly through using workers as digital intermediaries in an online labour market. This process is called the “uberisation of work”. It refers to the way in which “labour relations are increasingly individualised and invisibilised” (Antunes, 2020, p. 11), as well as marked by intermittency, precariousness and the transfer of operating costs to the workers themselves (Abílio, 2020). Their presence is such that cities today increasingly depend on the supply of these dispersed services but are connected by algorithms for their entire operation.

It is precisely in and through urban space that this heterogeneous and diffuse expression of logistics, infrastructures and the different types of work they articulate gains internal consistency. As Cowen (2014) observes, the “logistics revolution” results from a set of processes that marked the 1950s to 1970s, such as the creation of institutions, disciplines and business strategies aimed at providing a new systemic perspective on the distribution of production in space. These were also the years in which Lefebvre began to argue that urbanisation achieved, albeit virtually, a planetary scale and brought with it a reorientation of the typical problems of the industrial period, i.e. problems linked to

production, towards a new problem that was properly urban. Therefore, it is possible to argue that urbanisation is the moment and the mediation that connects the need for the accelerated circulation of goods to the most elementary forms of precarious work. At the same time, the capitalist production of space is the very engine that animates and engenders these two apparently disconnected situations.

This text aims to contribute to recent discussions on infrastructure, logistics and job insecurity, understanding these elements as connected to the global dynamics of the capitalist production of space. To do this, we follow the formulation of Lefebvre (2003), who proposes analysing the urban phenomenon from three levels or dimensions: level G (global), level M (medium/mediator) and level P (private). At level G, Lefebvre locates state and capital in their abstract operating dynamics and their strategies and logic projected onto the urban built environment. Level M is the level of the "urban ensemble" (*ibid.*, p. 80), as a space that mediates relations between the global level and the private level. Urban space, therefore, appears as the material expression of the abstract movement of the state and capital insofar as infrastructure and the built environment reflect and extend the strategies projected from the G level. The P level, finally, is the level of the body and of everyday life and, therefore, the place where the vectors emanating from the global level seek to realise the exercise of power. At the same time, at the P level, counter-projections and counter-projects of power can be constructed relying on the mediation of urban space for their realisation. We will reflect on the recent movement of capital around logistics, infrastructure and

the precariousness of work in these terms. By doing this, we will be able to see that the effects and expressions of this dynamic can also be analysed on three different levels.

We will use this Lefebvrian key to describe how the precariousness of work is linked to a general dynamic of the crisis of the valorisation of value (G) and has, as one of its strategies, the production of logistical infrastructures (physical and digital) as an "emergency exit" for capital in crisis, which produces an infrastructural urban fabric and a digital infrastructure network (M) that enables the exploitation of hyperprecarious work (P).

In addition to this introduction, this text is structured in four sections. As an expository method, we follow the aforementioned structure of levels proposed by Lefebvre (2003). In the first section, which represents level G, we discuss the causes and consequences of the structural crisis of capital, treating it with a high degree of abstraction but understanding its importance for unravelling the phenomena we analyse next. In the second section, level M, we look at logistical urbanisation, which has been developing since the second half of the 20th century but with increasing intensity in more recent years, as a counter-tendential "response" to the crisis of capital. In the third, level P, we look at how the combination of the crisis and the logistical response in the form of so-called "uberisation" produce effects that organise the daily dynamics of thousands of precarious workers, in particular by producing a subjectivity crossed by the algorithmic management of work and the experience of what we will call "negative autonomy". Finally, in the concluding remarks, we summarise the contributions of the text and point out the

importance of thinking about the forms of organisation and struggles of these workers, thus constituting a vital research agenda and a pertinent field for political action.

## The structural crisis of capital and the meltdown of the wage society

Capital is, first and foremost, a historically determined form of contradictory social mediation (Marx, 2013). Its existence depends on the recurrent mobilisation of labour to make the valorisation of value possible. Thus, capital was historically structured based on a long process of dispossession, described by Marx as "primitive accumulation": a moment that created the conditions for generalising its social form. As we know, the forms of material reproduction of entire populations had to be destroyed so that they were left with no alternative means of reproduction. The worker became "someone who has no other commodity to sell, free and unattached, lacking absolutely everything necessary for the realisation of his labour-power" (ibid., p. 314) and was thus forced to submit to the despotic power of capital. Hence, people were put to work in the production of commodities, which, as Marx (1996) describes, is "the production of surplus value".

The expansion of the valorisation of value must be continuous, and to do so, capital depends on continuously expanding the mass of surplus value produced. Marx (1996) identified two strategies for this. The first he called "absolute surplus value". The absolute surplus value involves expanding the mass of surplus

value produced by quantitatively increasing the working day, thereby increasing surplus labour time. The second strategy, "relative surplus value", involves rising labour productivity, which compresses the necessary working time and consequently increases surplus working time. While the first only required the formal subsumption of labour, the second required the real subsumption of labour, the essential condition for which is the advance of the productive forces in society as a whole.

[...] The production of absolute surplus-value turns exclusively upon the length of the working day; the production of relative surplus-value revolutionises out and out the technical processes of labour, and the composition of society. It, therefore, pre-supposes a specific mode, the capitalist mode of production, a mode which, along with its methods, means, and conditions, arises and develops itself spontaneously on the foundation afforded by the formal subjection of labour to capital. In the course of this development, the formal subjection is replaced by the real subjection of labour to capital. (Ibid., p. 239).

As a result, capital, pressured, among other factors, by the organisation of workers and the coercive law of competition, starts to organise the extraction of surplus value through its relative form. The result is that productive and technological innovations are increasingly fundamental in guaranteeing the continued exploitation of relative surplus value. However, as a contradictory form, capital, in this same movement, produces its own internal crisis. The rise in the organic composition of capital results in a fall in the rate of profit, the de-substantialisation of value and the production of a mass of unemployed (Kurz, 2018).

As Marx (1996) argues, capital is driven by an intrinsic need for its own expanded reproduction to raise labour productivity. Consequently, living labour is replaced by dead labour due to the development of productive forces. As discussed by Blank (2014), technological development takes on a destructive role since it is subsumed under the influence of the value-form. It destroys the social forms that produced it (Jappe, 2006). This detachment of productive activity by the productive forces from the forms of social mediation also releases its destructive potential (Kurz, 1993).

The cause of the crisis is the same for all parts of the world commodity-producing system: the historical decrease in the substance of abstract labour as a result of the high productivity achieved through the mediation of competition. (Ibid. p. 220)

This formulation refers to the writings of Marx (1996), who saw capital's intrinsic need to reduce socially necessary working time. Otherwise, it would dissolve itself. This contradictory rationality has guided the development of this critical social form to the point where its contradiction becomes unavoidable. This situation should not be surprising since this process was described by Marx (ibid., pp. 556-557) as the "principle of big industry", which causes the "dissolution of the productive process into its constituent elements without regard for human hands" and thus "renders the worker himself superfluous and unleashes an uninterrupted sacrificial rite of the working class".

The development of the productive forces engenders a critical moment in the social relations of production that would lead to the transformation of social reproduction: the form of the wage society that was historically constituted and had its apex in the 1950s and 1960s in the central countries, has entered a state of decay. In various ways, the form of social reproduction today tries to emulate the wage labour that has already been eroded.

If, on the one hand, capital has acted as a totalising force that has drawn actual social relations into its interior and imprinted its form on the social life of the entire planet; on the other, as a contradiction in process, capital is driven by an immanent impulse to reduce its dependence on living labour to a minimum as it raises productivity (Marx, 1993, 1996 and 1998). As an "automatic subject", capital is entangled in this contradiction. Today, when the development of the productive forces has reached a certain irreversible level of production of the superfluous, capital enters a sacrificial spiral that denies the very source of value. "The whole form of the movement of the modern industry depends, therefore, upon the constant transformation of a part of the labouring population into unemployed or half-employed hands." (Marx, 1996, p. 442).

If, as we saw, level G refers to the scale necessary to understand the more general dynamics of capital and its projection onto level M, that is, onto urban space and the built environment, the self-destructive process set in motion by capital's own internal contradictions will represent a specific type of intervention on space and, precisely, production of space in line with the countertrend strategies employed.

In this sense, it is by presenting capital's crisis tendency that we can understand the transformations, as we shall see, at the other levels.

In the next section, we present how this crisis dynamic manifests itself in urban space (M) through logistics and the production of infrastructures as emergency outlets for capital. Urban space appears to be traversed by the strategies of capital, which finds in the built environment a new possibility for realising its expedient of valorising value.

## Logistical urbanisation as an “emergency outlet” for capital in crisis

Faced with the structural crisis that capitalism as a system of social reproduction has been going through since the 1970s, a series of “emergency outlets” have appeared at all levels to circumvent the tendency of the rate of profit to fall. On a more systemic level, the so-called “logistical revolution” (Bonacich and Wilson, 2008; Cowen, 2014) allowed capital to reorganise and redefine territories on multiple scales in order to guarantee further cycles of accumulation for capital in crisis: on the one hand, by accelerating the cycle of rotation and realisation of capital itself; on the other, through the creation of new infrastructural facilities, by conveying quotas of over-accumulated capital towards ventures whose profits are perhaps less rapid, but more secure

in the long term, and guaranteed by states through an assortment of contractual devices, such as the various types of public-private partnerships.

During the last few years, several studies (Cowen, 2014; Easterling, 2014; Gri, 2016; Invisible Committee, 2016; Hildyard, 2016; Mezzadra and Neilson, 2019; Arboleda, 2020; Peregalli, 2022) shed light on logistics, analysing it not just as an expanding economic sector and activity, but as a real logic or rationality that increasingly involve a multiplicity of actors, sectors and areas of contemporary capitalism. In this sense, the authors mentioned above adopt a “logistical perspective” to address a set of heterogeneous circumstances, such as the new forms of port labour; the production of new strategic territorialities such as special economic zones and development corridors; the global production chains; the algorithmic workings of industry 4.0 and the platform economy; and the new forms of management of metropolitan flows. Into the Black Box Collective (2018, s.p.) defines logistics as “the strategic intelligence that coordinates the harmonising of production, circulation and consumption of global capitalism, where an increasingly accelerated high-speed circulation is gaining hegemony over the whole process”.

Despite its explosion in recent decades, “logistical rationality” has long been part of the development of historical capitalism. Taking a genealogical perspective (Foucault, 2004), it is possible to identify a set of origins of logistics, as well as moments of rupture and discontinuity that account for the acquired

centrality of this logic to capitalist operations. Van Creveld (1977) identified as the main antecedent of contemporary logistics the emergence of military logistics between 1560 and 1715 in the main European armies, based on the latter's need to organise a complex supply system during their long war campaigns. At the beginning of the 19th century, we find reflections on military logistics directly in the writings of strategist Carl von Clausewitz and Napoleonic general Henri de Jomini. Another proposal for genealogical trajectory was developed by Harvey and Moten (2013). These authors identify the emergence of logistics in transatlantic commercial activities, especially as a management science for the control, subjugation and trafficking of enslaved people. From another perspective, Stern (2011) highlights the role of the Indian Companies of the 17th and 18th centuries as the first private agents that established political control over entire overseas territories, foreshadowing what would become, in contemporary times, the multiplication of strategic territorialities for the management of commodity and people flows, as in the case of logistical corridors and special economic zones.

However, although the origins of logistics go back to the beginnings of capitalism, it was after the Second World War that contemporary logistics emerged. According to Canadian geographer Cowen (2014), the so-called "logistics revolution" began with a series of processes that took place between the 1950s and 1970s. Firstly, with the emergence in the United States of business logistics, i.e. a series of new institutions (such as the American Management Association, the National Council of Physical Distribution Management and the

Logistics Management Institute), disciplines (such as Supply Chain Management) and business perspectives that determined the real birth of a science of distribution management, based no longer on simply reducing the costs of economic activities, but on a new "systems perspective". This had implications for the new multinational companies' perception of the relationship between production and circulation, pushing the latter to assume the imperative of not just seeking to reduce the distances between points of extraction, manufacture and sale of products but attempting to directly intervene in the entire economic space and the location of these points according to wider "total cost schemes".

However, the leap towards a "logistics revolution" was also determined by introducing two new technologies in the economic field, both from the military context. The first was the container, invented by the Sea Land transport company to move military supplies for the war in Vietnam. The widespread diffusion of this object during the 1970s allowed, on the one hand, the replacement of weight by volume (calculated in TEU)<sup>3</sup> as the main unit of measurement for international trade; on the other, the emergence of a new intermodal transport system, whereby a single container full of goods could be transported without interruption, just in time and to the point, and on the most diverse means of transport: railway trains, cargo ships, trucks and even aeroplanes for commercial use. The second fundamental invention for contemporary logistics was information technology: also originated in the military sphere, with the Rand Corporation's implementation of Arpanet, a sophisticated information network committed by the US

Department of Defense and which was the precursor of the Internet, the development of so-called Information and Communication Technologies (ICT), and their relation to the production of goods, is deeply linked to the transition from the fordist economic model to post-fordist and toyotist forms of organisation, ending up in recent times with the algorithmic management of the platform economy.

It is, therefore, clear that behind what is commonly known as the “economic restructuring” of the 1970s and the related emergence of a new pattern of “flexible” accumulation (Harvey, 2000), there is a profound change in the architecture and physical and infrastructural (and increasingly digital) skeleton of global capitalism, promoted by the “logistical revolution”. This implies a spreading of the production process across a multiplicity of territorial nodes (a process that Cowen defined as “stretching the factory”), the increasing importance of global supply chains for the reproduction of the international capitalist system and the emergence of the corridor form for the physical and geographical organisation of territories.

Mezzadra and Neilson (2019) recently highlighted the growing importance not only of logistics, but also of extraction and finance as the favoured logics of post-1970s capitalism. According to these authors, that period not only represented the crisis of the fordist-taylorist-keynesian model that dominated the so-called “golden years” of capitalism but also the crisis of the three prevailing state figures of the time, i.e. the welfare state in the northern countries, the socialist state in the Soviet bloc and the developmental state in the Third World, in representing so-called

total social capital in the face of the particular interests of individual capitalists. In their perspective, on the one hand, the crisis of industrial capitalism and the post-war state led to the centrality of logistical, financial and extractive operations in the composition of total social capital; on the other, these same operations are less mediated by the regulatory and planning action of the state and are organised by a global governance in which the separation between public and private is increasingly blurred. According to the authors, extraction, finance, and logistics are now not just economic sectors but logics or rationalities that encompass more and more areas of economic activity and operate together and intertwine in different capitalist operations. Taking up an expanded conception of extraction, Gago and Mezzadra (2015) think of it not only in its literal-territorial meaning as the violent appropriation of resources and energy from soil and subsoil, but they see in it a much broader logic of the social body, capable of subsuming and capitalising on dynamics of social cooperation and overlapping with traditional mechanisms of exploitation of living labour. This general notion of extraction is linked in many ways to logistical and financial logics.

Marx (2014) had already realised the importance of logistics and circulation for production. In the second book of *Capital*, the German philosopher extensively discusses the “productive” value of tasks necessary for the realisation of capital, such as storage and transportation. Specifically, he considers the function of the movement of goods and the transport industry as particular and ambivalent aspects of the production cycle:

The circulation, i.e., the actual locomotion of commodities in space, resolves itself into the transport of commodities. The transport industry forms on the one hand, an independent branch of production and thus a separate sphere of investment of productive capital. On the other hand, its distinguishing feature is that it ears as a continuation of a process of production *within* the process of circulation and *for* the process of circulation. (Ibid., p. 257)

In this sense, transport represents, on the one hand, a real industrial sector dedicated to producing certain types of goods and commodities, which are the transportation means and infrastructure. To this end, this sector attracts significant amounts of investment that materialise in the construction of containers, large ships, ports, roads, trains and canals, investments that today have the important function of releasing excess and over-accumulated financial capital and binding it to “productive” processes. On the other hand, this sector as a “continuation of a process of production *within* the process of circulation and *for* [it]” (ibid.) becomes fundamental for the reproduction of total social capital as a whole, by reducing circulation and realisation times. It is in these two aspects that we can understand today the strategic importance of logistics and infrastructures as emergency outlets to overcome – or at least circumvent – the tendency of the rate of profit to fall, continually creating and opening up new frontiers, markets and territories for investments and seeking to avoid any kind of dead time in the production process.

This presupposes, firstly, continuous intervention in the “production” and redefinition of space (Lefebvre, 2013). The logistical production of space operates inseparably from the processes of financialisation of the global economy since, in fact, it is precisely when the weight of financial capital increases that, at the level of the so-called “real economy”, attempts are made to compensate for the productive crisis “by the intervention on the geographies (namely the shapes of power) of capital and commodities circulation” (Into The Black Box, 2018, n.p.). This hens on multiple geographical scales, from the reorganisation of entire continental spaces along land or ocean corridors, as in the case of the aforementioned Belt and Road Initiative, to the development of European projects (such as the Trans-European Transport Network – TEN-T) or Latin American projects (as in the case of the Initiative for the Integration of South American Regional Infrastructure - IIRSA and the Mesoamerica Project). It can also take on a more local scale, based on the logistics-led transformation of “global cities” (Sassen, 2000) or the creation of very logistics cities, whose most emblematic model is Dubai (Cowen, 2014). Bearing in mind that the recent transformations of capitalism have displaced consolidated notions of geographical scale, the logistics revolution can be seen as a vector of a trans-scalar movement towards what Brenner and Schmidt (2015) call “planetary urbanisation”.

In the words of Cuppini (2018), contemporary cities can be analysed as “logistical systems”. According to this author, we may be leaving behind the old industrial

city, organised around a rigid segmentation between factory districts, dormitory districts and places of leisure, for a new type of urban space that is increasingly

“logistified”, fluid, malleable and interwoven, whose rhythms are calibrated through the insertion of multiple (virtual or “material”) infrastructures that serve global flows (of goods or capital, of tourists or productive forms that are increasingly anchored in the “territory”). (Ibid., p. 301)

Intermodality, which emerged along major infrastructure corridors and logistics hubs such as ports, dry ports, special economic zones, etc., is now more and more permeating the structure of urban centres themselves. The areas abandoned during deindustrialisation are increasingly given a new meaning with the multiplication of shopping centres, interports, goods warehouses and new road networks seeking to attract investments of all kinds. Cities have now become the favoured space for developing the logistics processes of close proximity, also known as “urban logistics” or “last mile logistics”. This is the context where the enormous logistics companies in the e-commerce sector operate today, such as the US multinational Amazon, the Chinese giant Alibaba, the Latin American company Mercado Libre and many delivery platforms for home delivery of food and other products.

We could name this process as logistical urbanisation (Sengpiehl et al., 2008; O’Shea, 2014; Diniz and Gonçalves, 2022), whose nature is associated with the development and densification of logistical infrastructures. Connecting infrastructures thus guarantee the movement of goods and are integrated with digital infrastructures that enable this

connectivity. As Diniz and Gonçalves (2022, p. 9) describe, “logistical urbanisation corresponds to the production, management and connection of spaces whose high technical-scientific-informational density facilitates and promotes the fluidity of capital, especially in its commodity form.” The spread of digital platforms is, therefore, not dissociated from the necessary transformation and fundamental (re)organisation of urban space and the practices that take place in it. However, despite this technological modernisation in the urbanisation process, as we will see, it takes place in a context of dependent and peripheral social formation, such as the Brazilian case.

Logistical urbanisation, therefore, represents the condition for the operation of digital platforms, which increasingly mediate socio-spatial practices in large cities by mobilising highly precarious work. As Graham (2020) points out, new socio-spatial interactions between users-consumers and users-workers emerge in this context, producing a new urban geography of precarious labour (Strauss, 2017).

These digital delivery platforms are giving life to what has been called “crowd-logistics” (Mladenow, Bauer and Strauss, 2016). If we consider that, due to the spatial density of cities, the “last mile logistics” is traditionally the least efficient stretch of the production chain, actually concentrating 28 per cent of costs (Jordán, Riffo and Prado, 2017), it is clear how overcoming urban bottlenecks is seen as an increasingly central need. For this last-mile logistics, the problem of access to the territory becomes a central issue. The urban planner and architect Lyster (2016, p. 18) has coined the term “timescape” to designate the propensity of logistics to calibrate “space according to time and thus making the city

a timescape". As De Stavola (2022) argues, if, according to Marx (1993), circulation is orientated towards the "annihilation of space through time", under contemporary logistics this idea is integrated with an ability to define space on the basis of time.

Thus, logistical urbanisation (which occurs at the M lefebvrian level) involves unfolding the crisis context analysed above. It is, therefore, a specific form of urban development in a context of crisis that prioritises the moment of commodity circulation, seeking to reduce the turnover of capital. This process takes place through the mobilisation of a multitude of precarious workers who work mainly in the delivery sector. Logistical urbanisation is thus the way capital, in its moment of crisis, finds in order to continue its process of decadent accumulation, by sewing the more general structure to the dynamics of precarious reproduction of a mass of workers.

As we have tried to show so far, the crisis of valorisation of value (G) forces capital to look for emergency solutions. Logistics ears here as one of these solutions and presupposes an enormous process of reorganisation and production of space (M), which has specific consequences for the redefinition of geographies and the operativity of contemporary cities. In this sense, a vector connects level G to level M, reflecting a dynamic of crisis in the cityscape itself. At the same time, as we will see below, logistics also operates and drives a gigantic movement towards a constant reduction in the cost of labour through new forms of precariousness related to the so-called "uberisation of work" (Abilio, 2020), which directly affect the subjective production

of the working class and the modes of political organisation in the contemporary world. In this way, not only does urban space serve as a support and emergency exit, through logistical and infrastructural intervention, for capital, but it also mediates and transposes the imperatives posed by the global crisis (G) at the level of everyday life and the body itself (P).

## From autonomy to subordinate self-management

So far, we have described the movement that links transformations at level G, that of capital and the State, to level M, that of the urban. In the first section, we saw how there is an immanent tendency to the movement of valorisation of value that pushes capitalism towards a constant reduction of its dependence on living labour. However, this movement threatens the capacity to extract and form a mass of surplus value capable of sustaining capital's profit rates in the long term. The crisis of value as a social form, an expression of this contradictory development, implies the crisis of formal and waged labour and the forms of mediation engendered by capital.

In this sense, it is safe to assume that, at the level G, capital operates on an immanent logic that ears into the level of everyday life (P) under the form of an immense mass of unemployed people (Kurz, 2018). On the other hand, as we saw in the second section, capital finds in logistics and infrastructures, that is, in the field of circulation itself, an emergency way out from the crisis of value. Although these strategies are unable to curb

the movement of immanent crisis, the logistical and infrastructural production of space allows capital to survive. At level M, the level of the urban complex, therefore, capital works through the production of a space focused on circulation that takes, as we have seen, the material form of corridors, ports, special economic zones, global production chains, digital platforms and metropolitan flows of all sorts. These new spaces reconfigure and mediate the relationship between level G and level P, as they drive the formation of a “new world of work” (Beck, 1996), organised and governed increasingly by logistical rationality and by digital infrastructures and platforms that produce the fragmentation of work and the individualisation of the workers involved (Heiland, 2020).

A paramount example of this transformation can be seen in the multiplication of platform delivery companies and forms of courier work in Brazilian metropolises. According to the collective Neblina (2022, p. 44), it is not new that an indispensable part of the Brazilian urban metabolism moves on two wheels:

In the chaotic expansion of cities, where transportation came in tow, mending the parts, the price of that precariousness was always paid by the daily rush of those who had to arrive on time. While the lack of mobility punishes the workforce with overtime hours of effort in the packed collective transports, the other commodities don't get by on their own account and demand an increasingly fast circulation. Hence the appearance, in the late 1980's – long before any online platforms –, of an army of *motoboys* [motorcycle couriers],

progressively growing in number, capable of crossing the traffic jams in between the cars and thus guaranteeing, at risk of death, the acceleration of capitalist flows in our collapsed metropolises. The “informal and mortal motorcycle aisles” enable the circulation of what cannot stop amidst blocked traffic and serve, at the same time, to increase productivity in the mobility of workers made hostage of urban immobility, who then find in the motorcycles the emergency exit which “equates low cost with high speed”.

As Abílio (2019, p. 2) argues, “digital platforms have been globally recognised as vectors of new forms of work organisation” guaranteeing “new ways of dispersing work without losing control over it”. This movement, called the uberisation of work, concerns two main changes engendered by platforms in work relations. Firstly, the dispersion promoted by digital networks, particularly when we think about the easy access to smartphones and the Internet, is accompanied by a growing centralisation and subordination of workers in “a single company” (ibid). Unlike productive factory work, in which this subordination depended on the concentration of workers in the same work environment through a formal hiring process, platforms today work based on a *membership* dynamic, according to which the worker appears increasingly more as a user of the platform than as a workforce itself. Secondly, the dynamics of “voluntary” adherence to digital platforms companies masks the fact that these workers find themselves, precisely, in the condition of non-employees, “entirely devoid of associated guarantees, rights or security to work” (ibid.).

Even in formal and contractual terms, platform couriers usually fall under the legal category of “users”, participants in a virtual market in the same way as consumers themselves.

Through these two elements, the possibility of a space-time dispersion of workers and a voluntary form of adherence to the platforms, platform companies are able to “recruit the motorcycle courier who has been on the tracks for thirty years, the worker with a permanent job who makes deliveries after hours and the unemployed young man who owns or rents a bicycle as a *bico*”<sup>4</sup> (Neblina, 2022, p. 45). The multiplication of infrastructures, logistics and digital platforms, therefore, brings with it the multiplication of precarious forms of work in cities, whether in the overlapping of different working hours, or in the extension of the working day itself to improve income. In any case, the circulation of goods in the city seems to depend increasingly on this “heterogeneous crowd” of workers subordinated to a decentralised domination of work for its functioning (ibid.) – what we are calling here the *weaving work* operated by delivery riders.

A vast literature has reflected on the progressive increase in exploration resulting from these technological transformations (Antunes, 2020; Woodcock, 2020; Grohmann, 2020). Some authors describe the processes of exploitation to which these types of workers are subjected using the analogy of “modern slavery in the digital age” (Antunes, 2018). Others focus their interpretation on the type of discourse this new form of business mobilises. As described by Slee (2017), the preponderant rationality of the platform economy is supported by the

ideology of the “self-made man”, that is, that of an individual project of self-entrepreneurship as the only way to improve life. Even though the ideological dimension is fundamental to understanding reality, it does not alone explain the transformations and forms of adherence to precarious work.

We want to argue, on the contrary, that the multiplication of forms of precarious, individualised and dispersed work in the everyday life of cities (P) is, instead, the expression of a desire for autonomy that is expressed in a negative or subordinate way and that is related to a change in the horizon of expectations of the working class generated by the crisis of value (G). This desire for autonomy of workers concerning their owners and foremen, for self-management of time and the forms of their own work, is an old feeling of the working class in the context of the capitalist mode of production, which emerged in multiple social struggles in the “golden” years of the Fordist-Taylorist capitalism. However, given the productive restructuring that began in the 1970s, which is, to a large extent, a response to the challenges imposed on capitalism by the struggles of the working class and given the intrinsic incapacity of the system to absorb labour and produce formal jobs, autonomy appears as a symptom of a class of workers without wages, without work and, therefore, without bosses. In this context, autonomy can sometimes take on a negative expression, as capital finds ways to appropriate the “modes of living” that emerge from the crisis of value and subordinate them to a neoliberal logic (see, for example, Abílio, 2021).

As Gago (2018) explains, the penetration of neoliberalism in the Latin American continent must be taken seriously if we want to explain the emergence of neoliberal rationality and subjectivity that dominates popular sectors. The notion of a “neoliberalism from below” suggests that neoliberalism should not be understood only as a set of policies and economic orientations at the level of the State and Capital (G), but as a specific type of subjectivity that needs to be developed in popular sectors facing a scenario in which economic calculation, profit, pricing and other market mechanisms become the dominant form of mediation of collective reproduction in everyday life (P). The author argues that there is a vitalist pragmatics that aims to provide the living conditions of popular sectors “in a context in which the state does not guarantee the conditions of neoliberal competition prescribed by the ordoliberal model” (ibid., p. 6). On the other hand, it is precisely this forced need to assume responsibility for collective reproduction, not guaranteed by public and private, that “organises a certain idea of freedom, which, in its particular way, challenges some of the more traditional forms of obedience” (ibid.). In other words, the withering away of labour form and the dissolution of any vestige of the Welfare State, never consolidated on the periphery of global capitalism, force the worker to identify as a gain in autonomy exactly that which undermines his capacity and guarantee for social reproduction.

The discourse on entrepreneurship is nowadays a way of “capturing” the workers' desire for autonomy and decision-making

related to schedules and forms of work itself, something that, in the context of extreme precariousness in peripheral metropolises, appears through the economic calculations and vitalist pragmatics of this “neoliberalism from below”. Based on research on courier workers from Rappi in Buenos Aires and Mexico City, De Stavola (2021) considers that, in platform work, in addition to the formal freedom of the worker already identified by Marx, there is also an autonomy that is expressed as a function of a self-management space produced, organised and subsumed by the power architecture that supports the logistical flow, that is, that of the platform. Based on this, the author proposes the concept of a “functional self-management of work”, with which he seeks to critically interrogate the forms of subjectivation of platform couriers, which is usually a type of “functional” agency for the objectives of capitalist profitability:

Functional self-management of labour is first and foremost subordinate. On a subjective level, it can be interpreted as the result of the ideology that structures the social phenomenon (Žižek, 2003), that is, as a product of the contradictory order: “enjoy being autonomous”. Secondly, it is functional to the logic of the capital valorisation cycle insofar as the delivery worker has no choice but to adapt to the company's objectives in order to enjoy it. Finally, it is possible to define the autonomy enjoyed by delivery workers in the self-management of labour as functional because it is subject to capital in the form of data. In fact, it is a minimum condition for the extraction operation, since the delivery worker, in the space of functional self-

-management, mobilises knowledge, attitudes, calculations and behaviours that will constitute the data that is the object of the operation itself. (De Stavola, 2021, p. 61)

In line with this interpretation, Abílio (2019, p. 05) names as a “subordinate self-management” this shift from the figure of “self-entrepreneurship” or the *self-made man* to that of the “worker” subordinate self-manager”. In their ability to mobilise work dispersed across metropolises, this means that platforms emulate a form of agency that responds to workers' desire for autonomy. There is no manager. There is no boss other than yourself. You can decide when to start and when to stop when to stay overnight or take a vacation. However, this autonomy appears fundamentally subordinated to a relationship in which remuneration is linked to the availability for work. For the author,

[...] What is at stake is the outsourcing of part of the work management to the worker himself, [but] a subordinate management. Your survival strategies, your time management, your knowledge is privately appropriated as factors in the execution of your work and your productivity. (Ibid.)

This outsourcing of work management to the worker, which is also accompanied by the outsourcing of the costs of the means of production themselves, such as the car, motorcycle or bicycle, bag, smartphone and cell phone data, leads to, albeit in the form of “autonomous” self-engagement in work, an increase in working times, that is, to an increase in the “formal subsumption” of labour under

capital. However, based on the consideration of the articulation of the algorithmic management of platforms with the precarious forms of life that, historically, constitute the structure and social infrastructure of Brazilian metropolises, Abílio (2021) herself goes so far as to define uberization as a “real subsumption of the *viração*”.<sup>5</sup>

For the author, it is necessary to “escape the formal-informal pair” if one wants to reveal how capitalism subsumes peripheral modes of living (ibid., p. 943). Most workers who find themselves in these types of work are dispossessed of stability, guarantees or even rights related to the activity carried out, and, therefore, they find themselves in a constant movement of combining “survival strategies” with the “creation and exploitation of ephemeral opportunities” (ibid). This movement that Abílio calls a “*viração*” or even, as the author well reminds us, what Oliveira (2003, p. 68) called the “organisational talent of thousands of pseudo-small entrepreneurs”, reveals exactly the power of the vitalist pragmatics identified by Gago (2018). Faced with the inability to guarantee the minimum conditions for social reproduction, the popular classes are forced to develop different ways of dealing with insecurity and precariousness and thus assume the costs of their own reproduction. These forms take on varied expressions, from the accumulation of different jobs, formal and informal, legal and illegal, permanent or temporary – what we called above, with Mezzadra and Neilson (2013), a multiplication of work – to the adoption of practices to maximise the earned income that threatens the continuity of the worker’s own life.<sup>6</sup>

Thus, if, on the one hand, the precarious worker experiences a certain type of autonomy in his work – that is, his apparent ability to define how, where and for how long he or she works –; on the other, it is exactly this autonomy that capital captures at the current moment. The workers’ weaving work thus operates an ideological suture, which unifies precariousness and autonomy in a negative and contradictory unity. This “monopolised appropriation of peripheral modes of living”, as Abílio argues (2021, p. 943),

can be seen in action in the strategies of young black man who, among other activities that make up their entry into the job market, rent a bicycle to earn an income as a bike boy spends the day devising ways to avoid having to face police brutality, the brutality of urban traffic, everyday racial violence; establishes means to intensify their own work, is willing to work 12 hours uninterruptedly to earn a bonus (Machado, 2019) and integrates the distribution of the food sector.

In other words, capitalism strives to subsume precisely this vitalist pragmatics that animates work in an environment in which social reproduction is not guaranteed in the slightest.

## Final thoughts: precariousness, urban logistics and class struggle

As we have explained in this text, capitalism in crisis undergoes profound transformations in various ways and social reproduction scales.

The collapse of the value society produces massive wage disaffiliation. It creates spaces of precariousness, unemployment and informality for the “surplus” population while at the same time undermining the very basis for the reproduction of capitalist accumulation. There is an effort to counter the inevitable decline in profits through the “capitalist production of space.” This involves using logistical reasoning to create infrastructure and increase the speed of capital circulation, rotation, and realisation. In urban areas, this transformation leads to the emergence of a new group of workers, known as “jobless workers” (Rizek, 2022), who have limited rights and work informally, but are effectively integrated into high-profit platforms.

This text emphasises the significance of identifying various scales to comprehend job insecurity. Inspired by Lefebvre’s trans-scalar, our approach allows us to visualise how the conflicting dynamics of capital affect individuals. By connecting the G, M, and P levels, we can critically evaluate logistical urbanisation, the employment conditions of numerous platform delivery workers, and the capital crisis.

This situation leads to significant changes in the challenges faced by platform workers and the types of class conflicts in modern society. To understand this phenomenon, we must also analyse workers’ resistance to these processes. The explosion of platform couriers’ struggles in Brazil in the context of the covid-19 pandemic – when the “stay at home” rule was realised only through the exception of an ever-increasing army of delivery drivers who carried (and still carry) the costs and risks of the collapsing social infrastructure of metropolises on their backs – brought to the fore, not only a

rejection on the part of these workers of ever lower rates of pay and ever more degrading working conditions, but also their rejection of attempts to be subjected to the traditional labour regulations.<sup>7</sup> In other words, a declared “war” on platform delivery companies was accompanied by an aversion to trade unions, to any institutionalised form of “direction” of struggles and to any kind of discourse that sought to bind the work of delivery workers to an employment relationship that they associated with “the hellish universe of ‘shitty jobs’: schedules to keep, low pay and a boss to make your life more difficult” (Neblina, 2022, p. 46). Autonomy emerges here in a double sense: as self-management of their own work and also of their struggles. However, as we have shown in this text, this desire for autonomy can quickly become “negative”, “functional”, or “subordinate”; there is an excess that continues to challenge, in some way, the company’s need for control, which emerges, in the moments of greatest discontent, in molecular situations, such as when the delivery rider denounces having missed a delivery in order to secure a meal or, more directly, when the self-management of working hours is put at the service of the self-organisation of struggles. It is above all as a response to this that, in recent years, the Brazilian company iFood has been creating forms of more direct control over delivery riders’ working time, setting up forms of shift scheduling or even outsourcing part of the “fleet” to partner companies known as “logistics operators” (OL).

However, the changes in workers’ forms of engagement are not limited to the contradictions inherent in the concept of autonomy and “self-management”, positive or negative, of one’s own work. The recent emergence of the “*breque*”<sup>8</sup> as a form of protest, particularly highlighted during the national demonstration on July 1<sup>st</sup>, 2020, and other prolonged strikes in Brazil, has shifted away from the traditional factory picketing. Instead, this new form of protest disrupts the circulation of goods and services in metropolitan areas. Rather than stopping the assembly line of a product, the focus is on preventing the realisation of goods by physically blocking the entrances of shopping.

The shift from a production-based struggle to one centred on circulation can be linked to the impact of the logistical revolution that has occurred over the past 50 years. This development can be viewed historically in the context of the long-lasting history of the capitalist mode of production. Drawing from Braudelian perspective and Arrighi’s systemic cycles of accumulation (2007) theory, Clover (2016) proposed a reading of capitalism that examines the paradigmatic types of struggles in different historical periods. According to Clover’s analysis, prior to the Industrial Revolution, the most prevalent form of struggle in European societies and the Atlantic world was the riot. These riots aimed to reduce the prices of goods on the market and were considered circulation struggles because they mainly took place in marketplaces, harbours,

and the city itself. During the emergence of the capitalist mode of production, riots served as a way for the working classes to reject being turned into proletariats and the privatisation of communal goods and land. In the early 19th century, these riots increasingly moved toward factories, such as with the “ludism” movement, and were eventually replaced by strikes. These strikes were no longer focused on reducing commodity prices, but on increasing the value of labour power, which had become essential to the capitalist system. The year 1848 marked the climax of this transition from riots to strikes.

Clover (*ibid.*) suggests that a new era of transition began during the crisis of industrial capital and the logistical revolution. This was signalled by the 1968 world insurrection and marked a shift from production to circulation, from the factory to the city, and from strikes to riots. It comes as no surprise, then, that uprisings in recent decades, from the Parisian banlieues to the Arab Spring, from the Occupy movement to the Spanish encampments, and from the 2013 Brazilian revolt to the more recent uprisings in Ecuador, Chile, Colombia, and Hong Kong, have centred around issues like access to public transportation and the city in general, rising fuel prices, and basic necessities. These struggles have led to a proliferation of road blockades, barricades, attacks on

connecting infrastructure, occupation of urban squares, and massive destruction and looting of goods. Even the French Yellow Vest movement, which blocked roundabouts and interrupted strategic flows for logistical reproduction outside the strictly urban sphere, is evidence of how struggles are accompanying the transformation of space toward forms of planetary urbanisation (Benvegno and Cuppini, 2020). From this perspective, perhaps it is possible to see signs of a “neo-Luddism” in the current struggles of platform couriers, in their subjective impulses and concrete practices? These challenges point to the possibility of bringing about a transformed everyday life that can be generalised (Lefebvre, 2003), a transformation that starts from the P towards the G. This is the strong meaning that Henri Lefebvre gives to the concept of revolution.

Be that as it may, the transformations we have described here towards a “formless labour” (Oliveira, 2003) have also produced a “formless class struggle” (Neblina, 2022). These concerns will inevitably be at the forefront of national discussion and in the future of Brazilian metropolises. A broad research effort combined with ways of politically interacting with this situation have yet to be realised. We hope that this text, a contribution in the sense of offering an analytical framework, can help in this endeavour.

**[I] <https://orcid.org/0000-0002-5614-4834>**

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte, MG/Brasil.

brunosiqfer@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-3099-7967>**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História. Juiz de Fora, MG/Brasil.

alessandro.peregalli@ufjf.br

**[III] <http://orcid.org/0000-0003-3662-6104>**

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Departamento de Urbanismo. Belo Horizonte, MG/Brasil.

thiago.canettieri@gmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by the authors themselves.

## Notes

- (1) See, for example, the recent case in which Amazon plans to launch an internal company communication app in which the words “union”, “wage increase”, “representation”, among others, will be prohibited from use. Available at: <https://www.jacobinmag.com/2022/04/amazon-warehouse-staten-island-ldj5-union-drive>.
- (2) Although, in the original formulation in *Das Kapital*, the term “collection” already indicates that value is the expression of the confrontation between different commodities, its replacement by the term circulation here seeks to denote a recent transformation in the regime of capital accumulation.
- (3) A TEU (Twenty-foot Equivalent Unit) represents the load capacity of a standard shipping container: 20 feet long, 8 feet wide and 8 feet high.
- (4) A *bico* is an expression used in Brazilian Portuguese to refer to an extra or unofficial job: a filler job.
- (5) *Viração* is an expression “native” to the Brazilian peripheries. Its recurrent use designates a huge range of activities that take place on the fine line between the legal and the illegal, the formal and the informal. These are activities that replace the form of stable, long-term Fordist labour and are aimed at guaranteeing the reproduction of individuals in a context where labour is scarce.
- (6) According to testimony presented on December 12, 2022 at the CPI (Parliamentary Inquiry Commission) of Apps of the São Paulo City Council, the proportion of motorcycle accidents in the trauma sector at USP’s Hospital das Clínicas rose from 20%, between 2015 and 2016, to 80%, between 2020 and 2021. Around 70% of those injured were providing services for delivery apps. For more information about that, check Ribeiro (2022).
- (7) The negative position of delivery workers regarding the regulation of their activity is not unanimous, but it already signals a position that has been consolidating in the movements of the class, as evidenced by the survey “Where is human labour going in the digital age?”, carried out by the World of Work and Social Theory Research Group (UnB). The survey, answered by 247 app delivery workers between April and June 2023, revealed a demand for rights normally associated with the social security provided by formal jobs, such as “additional hazard pay (57.49%), sick pay and accident pay (55.06%)”, while the majority of respondents prefer to be recognised as “self-employed or self-employed” (60.3%) or as “Individual Micro-Entrepreneur” (23.9%). In addition, “only 10.12% said that a signed work permit should be on the agenda of the public debate” related to regulating the work of delivery riders (see Festi et al., 2023, n.p.).
- (8) A Portuguese neologism derived from the word “brake”. It means that the delivery riders stop their activities and “brake” the deliveries. It has been widely adopted by workers in the sector.

## References

- ABÍLIO, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas: individuo y sociedade*, v. 18, n. 3.
- \_\_\_\_\_. (2020). Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado. *Revista Contracampo*, v. 39, n. 1, pp. 12-26.
- \_\_\_\_\_. (2021). “Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo”. In: MARQUES, L. (org.). *Trajétórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0”. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- ARBOLEDA, M. (2020). *Planetary mine. Territories of extraction under late capitalism*. Londres, Verso.
- ARRIGHI, G. (2007). *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BECK, U. (1996). *The brave new world of work*. Nova York, Polity Press.
- BENVEGNO, C; CUPPINI, N. (2020). “Tout le pouvoir aux ronds points!” Una “lente logística” sui gilets jaunes. *Alternative per il socialismo*, n. 58, Roma, Castelvecchi.
- BLANK, J. (2014). Para uma crítica radical do capital e das suas forças produtivas. *Libertas*. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 11, n. 1, pp. 1-25.
- BONACICH, E; WILSON, J. B. (2008). *Getting the goods: ports, labor, and the logistics revolution*. Ithaca, Cornell University Press.
- BRENNER, N.; SCHMIDT, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, pp. 151-182.
- CLOVER, J. (2016). *Riot. Strike. Riot. The new era of uprisings*. Londres, Verso.
- COMITÊ INVISÍVEL (2016). *Aos nossos amigos*. São Paulo, N-1 Edições.
- COWEN, D. (2014). *The deadly life of logistics: mapping violence in the global trade*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- CUPPINI, N. (2018). A cidade enquanto sistema logístico. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, n. 52, pp. 299-310.
- DELFANTI, A. (2021). Machinic dispossession and augmented despotism: digital work in an Amazon warehouse. *New Media & Society*, v. 23, n. 1, pp. 39-55.
- DE STAVOLA, F. (2021). El smartphone de Foucault: poder, trabajo y subjetividad en las plataformas digitales de entrega a domicilio: el análisis de la app latinoamericana Rappi. *Arxius de Ciències Socials*, n. 44, pp. 49-64.
- \_\_\_\_\_. (2022). *Al sur de la plataforma: trabajo y capital en la APP latinoamericana Rappi*. Tese de doutorado. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- DENNING, M. (2010). Wageless life. *New Left Review*, n. 66.
- DINIZ, N.; GONÇALVES, P. P. (2022). As cidades dos galpões: dinâmicas e contradições da urbanização logística. *e-metropolis*, n. 49, ano 13, pp. 7-15.

- EASTERLING, K. (2014). *Extrastatecraft. The power of Infrastructure Space*. Londres, Verso.
- FESTI, R.; GONTIJO, L.; GONÇALVES, N.; FRAGOSO, L. (2023). Que pensam os entregadores sobre a regulação laboral? *Outras Palavras*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/o-que-pensam-os-entregadores-da-regulacao-laboral/?s=08>. Acesso em: 14 ago 2023.
- FOUCAULT, M. (2004). *Nietzsche, la genealogía, la historia*. Valencia, Pre-Textos.
- GAGO, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Elefante.
- GAGO, V.; MEZZADRA, S. (2015). Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. *Nueva Sociedad*, n. 255, pp. 38-52.
- GRAHAM, M. (2020) Regulate, replicate and resist - the conjunctural geographies of platform urbanism. *Urban Geography*, v. 41, n. 3, pp. 453-457.
- GRAPPI, G. (2016). *Logistica*. Roma, Ediesse.
- GROHMANN, R. (2020). "Plataformização do trabalho: características e alternativas". In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- HARNEY, S.; MOTEN, F. (2013). *The undercommons: fugitive planning and black study*. Wivenhoe, Minor Compositions.
- HARVEY, D. (2000). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- HEILAND, H. (2020). Workers' voice in platform labor: an overview. *WSI Study*, n. 21. Dusseldorf, Hans-Böckler Stiftung.
- HILDYARD, N. (2016). *Licensed larceny. Infrastructure, financial extraction and the global South*. Manchester, Manchester Capitalism MUP.
- HUMS, U. (2016). Logged labour: a new paradigm of work organisation? *Work organisation, Labour & Globalisation*, v. 10, n. 1, pp. 7-19.
- INTOTHEBLACKBOX(2018). *Manifesto de crítica logística*. Disponível em: <http://www.intotheblackbox.com/manifesto/manifesto-de-critica-logistica/>. Acesso em: 6 mar 2023.
- JAPPE, A. (2006). *As aventuras da mercadoria*. Lisboa, Antígona.
- JORDÁN, R.; RIFFO, L.; PRADO, A. (2017). *Desarrollo sostenible, urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe. Dinámicas y desafíos para el cambio estructural*. Santiago, Cepal.
- KURZ, R. (1993). *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa, Antígona.
- \_\_\_\_\_ (2018). *Crise do valor de troca*. Rio de Janeiro, Consequência.
- LEFEBVRE, H. (1976). *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. Nova York, Allison & Busby.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Critique of everyday life*. Londres, Verso Books.
- \_\_\_\_\_ (2013). *La producción del espacio*. Barcelona-Madrid, Capitan Swing.
- LYSTER, C. (2016). *Learning from Logistics*. Berlin, Birkhäuser.

- MACHADO, L. (2019). Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: A rotina dos entregadores por aplicativo. *BBC News Brasil* (22 de maio). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340#:~:text=V%C3%ADdeos-,Dormir%20na%20rua%20e%20pedalar%2012%20horas%20por%20dia,rotina%20dos%20entregadores%20de%20aplicativos&text=Um%20deles%20explica%3A%20%22Dou%20entrevista,e%20eu%20n%C3%A3o%20paro%20mais%22.> Acesso em: 6 mar 2023.
- MARX, K. (2011). *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2013). *O capital. Livro I*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2014). *O capital. Livro II*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2017). *O capital. Livro III*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2022). *Capítulo VI* (inédito). São Paulo, Boitempo.
- MBEMBE, A. (2021). *Brutalismo*. São Paulo, n-1 Edições.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. (2013). *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durham, Duke University Press.
- \_\_\_\_\_. (2019). *The politics of operations. excavating contemporary capitalism*. Durham e Londres, Duke University Press.
- MLADENOW, A.; BAUER, C.; STRAUSS, C. (2016). "Crowd logistics": The contribution of social crowds in logistics activities. *International Journal of Web Information Systems*, v. 12, n. 3, pp. 379-396.
- NEBLINA, Grupo de militantes na (2022). *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*. São Paulo, Contrabando.
- O'SHEA, C. (2014). *Logistical ecologies of the North American operational landscape*. Tese de doutorado. Cambridge/MA, Harvard University.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho (2018). *As plataformas digitais e o futuro do trabalho: promover o trabalho digno no mundo digital*. Genebra, OIT.
- OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica da razão dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- PEREGALLI, A. (2022). *IIRSA: entre integración regional y racionalidad logística*. Nova York, Peter Lang.
- RIBEIRO, P. V. (2022). Motociclistas são 70% dos internados no instituto de ortopedia e traumatologia do hospital das clínicas, diz médica na CPI dos aplicativos. *The Intercept\_ Brasil*. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/>. Acesso em: 6 mar 2023.
- RIZEK, C. (2022). "Periferias: revisitando fraturas e crises". In: CARLOS, A. F.; RIZEK, C. (orgs.). *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano e a pandemia*. São Paulo, IEA/USP.
- SASSEN, S. (2000). *Cidades na economia mundial*. Rio de Janeiro, Studio Nobel.
- SENGPIEHL, C.; OAKDEN, R.; NAGEL, P.; TOH, K.; SHI, P. (2008). The emergence of logistics cities: conceptual model. *Journal of Transport and Supply Chain Management*, v. 2, n. 1, pp. 58-77.
- SLEE, T. (2017). *What is yours is mine: against the sharing economy*. Nova York, OR Books.
- SRNICEK, N. (2016). *Platform Capitalism*. Cambridge, Polity.

- STERN, P. (2011). *The Company-State. Corporate Sovereignty and the Early Modern Foundation of the British Empire in India*. Oxford, Oxford University Press.
- STRAUSS, K. (2017). Labour geography 1: towards a geography of precarity. *Progress in Human Geography*, v. 42, n. 4, pp. 622-630.
- VAN CREVELD, M. (1977). *Supplying war: logistics from wallerstein to patton*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WOODCOCK, J. (2020). "O panóptico algorítmico da deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle". In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- ŽIŽEK, S. (2003). *El sublime objeto de la ideología*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

Received: March 6, 2023  
Approved: April 17, 2023



# Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados

Precarious but organized:  
the resistance strategy of uberized workers

Pedro Mendonça Castelo Branco [I]  
Sidney Jard da Silva [II]

## Resumo

A uberização do trabalho é mais uma etapa no processo de desconfiguração dos pactos sociais conformados no período fordista. A estratégia de construção de “parceiros” possibilita a externalização de custos de capital fixo para uma multidão de trabalhadores precários, como também uma fuga, por parte das empresas, da responsabilidade de garantir os direitos trabalhistas e as seguridades ocupacionais. Diante desse novo terreno de exploração do trabalho, impulsionado por grandes empresas transnacionais que operam para além das limitações nacionais e acumulam em escala global, aqui são apresentadas iniciativas de organização dos uberizados a partir de experiências internacionais e nacionais à luz do conceito de sindicalismo de movimento social.

**Palavras-chave:** uberização; globalização; sindicalismo; trabalho; plataformas.

## Abstract

*Uberization of work is one more step in the process of unconfiguring the social pacts formed in the Fordist period. The strategy of building “partners” makes it possible to externalize fixed capital costs to a multitude of precarious workers and exempt companies from responsibility for guaranteeing labor rights and occupational safety. This process is driven by large transnational companies that operate beyond national limitations and accumulate on a global scale, in this new territory of labor exploitation. In this article, we present initiatives for the organization of uberized workers based on international and national experiences, in light of the concept of social movement unionism.*

**Keywords:** *uberization; globalization; unionism; work; platforms.*

## Introdução

A uberização do trabalho é um fenômeno com manifestações em diferentes negócios do setor de serviços, como transporte de passageiros (Uber, 99Taxi), entregas de alimentos ou objetos (iFood, Rappi, Loggi, Uber Eats), serviços domésticos (TaskRabbit e Parafuzo), manicures (Singu) e pequenas tarefas digitais (Amazon Mechanical Turk). O que unifica esses negócios, apesar de suas especificidades, é a caracterização das empresas como meras intermediadoras de encontros entre um cliente que demanda um serviço e um parceiro que o oferta em sua plataforma digital. Nesse sentido, elas se reivindicam não como empresas do ramo em que de fato atuam, mas como empresas de tecnologia (Abílio, 2017; Antunes, 2018).

Dessa maneira, há uma evidente estratégia que possibilita a extração/externalização de custos de produção que, no caso da Uber, são custos de compra de uma frota de veículos, contratação de seguros, gastos com combustível, treinamento de mão de obra e garantia dos direitos fixados nas leis trabalhistas, como férias, licenças remuneradas, 13<sup>º</sup> salário, jornada de trabalho regular, salário-mínimo e até mesmo a própria condição de assalariamento (Pochmann, 2017). Essa condição de desassalariamento e de total desvinculação com a categoria do empregado – inclusive, sem treinamentos prévios para a função – faz com que orbite, ao redor dessas empresas, o que Abílio (2019) denomina uma multidão de trabalhadores amadores.

Alguns dados destacam a crescente expressividade desse mercado no Brasil. A Uber já está em mais de 100 cidades brasileiras e conta com 600 mil “motoristas parceiros” (Uber, 2019). Já o iFood, até o fim de 2019, possuía

cerca de 340 mil entregadores cadastrados no aplicativo e, na esteira da pandemia do novo coronavírus, só até março de 2020, a empresa recebeu 175 mil inscrições para novos entregadores.<sup>1</sup> Os dados divulgados pela Análise Econômica Consultoria apontam que, em maio de 2020, os trabalhadores de aplicativos somavam em torno de 4,7 milhões, ou seja, 15% de todo o mercado informal, um aumento significativo ante os 3,8 milhões de brasileiros nessa condição, conforme número divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 (Brasil, 2020).

Mas quem é essa multidão de uberizados? A resposta para essa pergunta não é única, haja vista as diferenças entre os níveis de precarização dos motoristas de aplicativo e dos entregadores. No primeiro grupo, trata-se predominantemente de trabalhadores que ingressaram no ensino superior, possuem entre 26 e 35 anos e ganham em média menos de 2 mil reais por semana (excetuando-se os custos com gasolina, alimentação, etc.) ao dirigirem, em sua maioria, acima de 8 horas por dia e por mais de 5 dias por semana (Moraes, Oliveira e Accorsi, 2019). Já o grupo dos entregadores de bicicleta é formado majoritariamente por trabalhadores jovens com até 22 anos e que, em sua quase totalidade, possuem somente o ensino médio completo. Em relação às jornadas de trabalho, 75% pedalam mais que 8 horas diárias e 92% trabalham mais de 5 dias por semana (sendo 57% trabalhando todos os dias), recebendo rendimentos médios que variam entre R\$466 reais e R\$1.105,8 por mês (Aliança Bike, 2019). Já no caso dos motociclistas – que, segundo a pesquisa da Universidade Federal da Bahia, são a maioria da categoria –, a jornada de trabalho é em média de 9 horas e 3 minutos, com 5,8 dias de trabalho por semana,

totalizando 53,8 horas semanais médias de trabalho, ou seja, tempo menor que o trabalhado pelos bikers. Com essa jornada, os motociclistas recebiam em média um pouco mais (1,78) que o salário-mínimo por hora trabalhada, e, com a chegada da pandemia, seus rendimentos ficaram mais próximos (1,35) do valor do salário-hora mínimo (Filgueiras et al., 2020).

Do ponto de vista histórico e dos processos sociais que impulsionam a uberização do trabalho, ela vem na esteira de um conjunto de medidas que a literatura denomina reestruturação produtiva (Alves, 2007; Antunes, 2018), isto é, de um conjunto de alterações no regime de acumulação fordista (Braga, 2017) que, a partir de um pacto de classe, consistiu no aumento da produtividade do trabalho e, como contrapartida, garantiu o aumento do poder sindical, dos partidos sociais-democratas e medidas de proteção ao trabalho (salário-mínimo, crescimento dos salários reais e dos direitos sociais) (Bihar, 1998).<sup>2</sup>

Todavia, o modelo fordista, que se assentou com peso na Europa, entrou em decadência no final da década de 1970, materializada nas crises fiscais dos Estados nacionais, que foram respondidas pelas classes empresariais com um conjunto de políticas econômicas neoliberais que tiveram como objetivo retomar a taxa de lucro das empresas por meio da retenção nos gastos com o Estado de Bem-Estar Social, do aumento do desemprego como forma de erosão do poder de barganha dos empregados e dos momentos de estagflação (Anderson, 1995). Paralelamente, houve uma reorganização do poder de classes em escala global, uma vez que a concentração de renda e poder se deslocou da indústria para o setor financeiro e para os CEOs das grandes empresas transnacionais (Harvey, 2008).

Essas mudanças tiveram grande impacto no mundo do trabalho e nos arranjos produtivos, que se tornaram mais flexíveis, adquirindo traços de reificação ainda mais interiorizados a partir de composições que preconizam palavras como: envolvimento, parcerias, colaborações, individualizações de metas e competências. Nesse sentido, ao trabalhador recai uma necessidade de polivalência segundo a qual, além de fazer o seu trabalho, também deve fiscalizar a si mesmo e aos seus colegas para garantir as metas da empresa, dependendo diretamente disso a sua remuneração (Alves, 2007; Antunes, 2018). *Pari passu* a esse processo, um conjunto de novos modelos de contratação da força de trabalho, mais flexíveis e desprovidos de direitos, foi criado, como o trabalho intermitente, a terceirização, a pejetização e a uberização (Antunes, 2018).

Além disso, houve um deslocamento do centro dinâmico de absorção da mão de obra do setor industrial para o setor de serviços: no caso brasileiro, entre 1994 e 2008, 70% das vagas de emprego geradas foram nesse setor (Dedecca e Rosandiskim, 2006). O deslocamento de centro dinâmico também é sintoma de um fenômeno mais amplo – em que a uberização é parte e sintoma – de enfraquecimento da economia nacional, de fortes processos de desindustrialização, em especial após a década de 1980, e de subordinação na divisão internacional do trabalho (Braga, 2017; Pochmann, 2001).

Os movimentos até aqui apresentados são estruturantes da uberização do trabalho no Brasil e no mundo, isto é, foram a antesala desse processo. Outra importante transformação da uberização se dá no controle das diversas etapas do processo do trabalho, o que se contradiz defronte a retórica de autonomia

defendida pelas empresas (Slee, 2017). O controle opera em diversas camadas: controle da gestão do trabalho, controle da multidão e controle de si. Esses três instrumentos operam em conjunto no dia a dia do trabalhador uberizado, mas, apenas para efeitos de clareza na apresentação, optamos por separá-los.

O controle da gestão do trabalho opera desde o primeiro momento nos aplicativos, pois é a empresa que determina quem pode ou não trabalhar nas plataformas (discute-se quão eficazes são os critérios de aceitação em cada uma delas, todavia, o centro de decisão é exclusivo das empresas) (Antunes e Filgueiras, 2020). Além disso, são as empresas que determinam unilateralmente o preço dos serviços, por exemplo, de uma entrega e, com isso, conseguem direcioná-lo em dois sentidos: o da monopolização do mercado, com a derrota da concorrência com preços artificialmente baixos (Srnicsek, 2017); e o do controle do tempo de trabalho, pois, quanto menores as remunerações, maior é a necessidade do tempo à disposição das plataformas, bem como a necessidade de ser elegível às promoções, aos prêmios e às tarifas dinâmicas<sup>3</sup> (Oitaven, 2018). Nesse modelo de remuneração, ocorre uma espécie de leilão invertido, em que os trabalhadores estão em concorrência permanente por uma tarefa a ser executada, o que possibilita que a empresa baixe o valor das tarifas e, ainda assim, tenha mão de obra disponível (Antunes e Filgueiras, 2020).

Esses mecanismos de controle do trabalho se completam com a avaliação permanente dos trabalhadores, o que aqui denominamos controle da multidão. A cada tarefa, os trabalhadores são avaliados com notas, e estar abaixo de um determinado limite mínimo (que varia em cada plataforma e local) pode

acarretar punições e até mesmo desligamento da plataforma (Slee, 2017). Com isso, para além dos possíveis impactos psicossociais nos trabalhadores ao serem constantemente avaliados, as empresas/plataformas reduzem dos seus custos de produção a necessidade de um superior hierárquico típico weberiano, que controla e avalia seus subordinados, e, dessa maneira, externaliza parcialmente o controle para as mãos de uma multidão de consumidores, um gerente coletivo que vigia permanentemente, a fim de manter a produtividade do trabalho (Abílio, 2019).

Por fim, os mecanismos de controle dos aplicativos são preenchidos subjetivamente pelo controle do próprio trabalhador sobre si mesmo, o que entendemos como a estratégia simbólica do período neoliberal que reorganiza o mundo do trabalho e espraia o modelo de autocontrole, por meio do que Zarafian (2002) denomina engajamento subjetivo ou que Dardot e Laval (2016) conceituam como nova razão de mundo do sujeito neoliberal. Ou seja, o próprio sujeito obriga-se a fazer o trabalho com a maior eficácia e aumentar sua produtividade. No caso das plataformas de viagem e entregas, por exemplo, essa lógica é assentada na própria forma de remuneração que é diretamente proporcional à produtividade (o motorista ou entregador recebe pela quantidade que efetivamente dirige e não pelo tempo que fica disponível na plataforma)<sup>4</sup> e também nas relações de trabalho camufladas como relações entre duas empresas, logo, relações de parceria em que o sujeito como “empresa de si” entra no mercado para vender um serviço (ibid.).

Em síntese, a uberização é uma etapa de um processo de precarização dentro do modo histórico e político da precariedade capitalista, isto é, o avanço na diluição dos entraves

colocados à exploração da mão de obra conquistados no decorrer do século XX e que se mantêm dentro dos marcos de uma socioestrutura que é abarcada pela forma mercadoriana do trabalho vivo (Alves, 2007). Também é importante destacar que se trata de um movimento dinâmico, ou seja, não é resultado de uma inevitabilidade do desenvolvimento tecnológico e que, nesse sentido, pode avançar ou retroceder a depender das relações de força na sociedade (Antunes e Filgueiras, 2020). Os possíveis contornos dessas relações de força, bem como o terreno global do capitalismo e seus impactos nas organizações do mundo do trabalho, são os temas em que nos debruçaremos nas próximas seções.

Além dessa breve Introdução, o artigo está dividido em três seções que têm como objetivo apresentar as formas e o conteúdo das iniciativas de contraofensiva dos trabalhadores uberizados às plataformas. Na primeira seção, apresentamos a teoria da globalização como nova etapa histórica e suas relações com a uberização. Na segunda seção, tratamos das relações de proximidade entre a globalização e a uberização e um possível caminho de investigação das iniciativas dos uberizados a partir do conceito de sindicalismo de movimento social. Na terceira seção, discutimos um conjunto de estratégias do trabalho diante da uberização e suas potencialidades à luz do conceito de sindicalismo de movimento social e de uma vocação internacionalista. Por fim, nas Considerações finais deste artigo, apresentamos uma síntese dos principais argumentos que o fundamentam.

## As estratégias de contraofensiva do trabalho na uberização

Como apresentamos até aqui, a uberização do trabalho é um elemento do macroprocesso de mudança no padrão do capitalismo a partir do final da década de 1970 e, em especial, após a crise de 2008 e 2009. Nesse sentido, queremos brevemente apresentar o pano de fundo do trabalho uberizado que é a sua relação com a globalização do capital.

Por globalização entendemos uma mudança qualitativa no sistema capitalista, isto é, quando a produção passa a ocorrer em escala global e rompe as barreiras dos Estados nacionais. Com isso, as corporações transnacionais (CTNs)<sup>5</sup> passam a coordenar suas ações em todo o planeta (Robinson, 2013). Ou seja, a acumulação de valor expande-se em dois sentidos: o extensivo e o intensivo. No primeiro, ocorre a inclusão de novas regiões, países e sociedades na esfera da produção capitalista, fenômeno exemplificado tanto no fim do regime soviético, como na inclusão da China no mercado mundial, e também no avanço das fronteiras agrícolas no Brasil em direção às comunidades indígenas mais ou menos autônomas da lógica da mercadoria. Nesse caso, portanto, há uma forma de acumulação primitiva permanente (Luxemburgo, 1989; Harvey, 2013). No segundo sentido, a ampliação intensiva do capital passa pela inclusão de esferas e atividades da vida humana que antes guardavam relativa autonomia da forma mercadoria e que são incorporadas a essa lógica. No fenômeno da uberização

do trabalho, trata-se de parte dos serviços (viagens, entregas, etc.) que guardavam relativa autonomia com a forma de produção capitalista e passaram a ser controlados por grandes CTNs. Por exemplo, os serviços de táxi e entregas operavam antes em formas de propriedade individual, cooperativas, pequenos grupos de entregadores contratados diretamente por pequenos comércios.<sup>6</sup>

Na economia global, inclusive, não só o comércio é global, mas a própria produção fragmentou-se e dispersou-se geograficamente em cadeias globais de produção e distribuição (Robinson, 2013; Gereffi, 2005). Essa mudança de padrão na produção foi possibilitada pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e do mercado financeiro mundial e pela formação de empresas transnacionais que, em termos marxistas, fragmentaram geograficamente o circuito da produção de valor – isto é, partindo da fórmula de produção do valor (D-M-P-M'-D'), não apenas a circulação de mercadorias no comércio (M'-D') está espalhada em terreno global, mas a própria produção (P) (Robinson, 2013). Fica evidente aqui a similitude desse processo com a atuação das empresas de trabalho uberizado, considerando que as grandes campeãs desse setor, como Uber, iFood, 99Taxi, Rappi e outras operam em mais de um país para produzir valor<sup>7</sup> em torno dos seus serviços e, ao fazerem isso, necessitam de diversos instrumentos de trabalho que são produzidos de forma geograficamente dispersa, por exemplo, os celulares, os carros e as motos.

Além disso, nas cadeias de produção, a dispersão também passa pela externalização de atividades e responsabilidades para empresas terceirizadas, montadoras, fornecedores e trabalhadores autônomos, ao mesmo tempo

que se centraliza o poder de comando e direção nas CTNs (Gereffi, 2005; Robinson, 2013). Nas plataformas, o processo de descentralização de tarefas e responsabilidades é, para uma multidão de trabalhadores, a possibilidade de as plataformas “reconfigurarem a geografia de suas redes de produção por um custo quase zero” (Graham e Anwar, 2019), isto é, operar em escala planetária, mas com o controle centralizado nas corporações.

Essa mudança não é resultado apenas de impulsos econômicos, mas é ativamente mobilizada por um novo setor dominante: a fração transnacional da classe capitalista. Ou seja, há um agente empenhado em produzir mudanças na esfera produtiva e social para uma acumulação global. Essa nova fração é orientada para seus negócios mundiais e disputa para se constituir enquanto fração hegemônica em nível global. Nesse sentido, os conselhos de administração transnacionais são os lócus de articulação e de conformação em que capitalistas de diferentes localidades se coordenam por interesses objetivos globais de acumulação e também conformam interesses subjetivos, culturais, estratégicos comuns, isto é, são espaços integradores dessa fração de classe transnacional. Além disso, vale destacar que há um processo que vai além da participação de membros não nacionais nesses conselhos e que avança para o entrelaçamento de membros que atuam em conselhos de diversas empresas, o que possibilita alianças entre as CTNs e negócios compartilhados entre atores em diversas partes do globo (Robinson, 2013).

No caso da Uber, seu Conselho de Administração é formado por representantes da TPG Capital, Saudi Arabia's Public Investment Fund, Nestlé, Veon, CIT Group, Mattel, Northrop Grumman, Match Group e Flex.<sup>8</sup> Já o iFood

conta com aporte de recursos do fundo de capital Warehouse Investimentos, da Movable (empresa de investimento em tecnologia com base brasileira, mas que desde 2011 possui escritório no Vale do Silício); fundiu-se com a Restaurante Web (braço da Just Eat, grupo de entrega de alimentos com base britânica), com a SpoonRocket (grupo de entrega de alimentos do Vale do Silício), com a Rapiddo (superaplicativo interligado com iFood, 99Táxi, serviços de *streaming* de música, recarga de celular) e comprou a Hekima (empresa brasileira de inteligência artificial, ciência de dados e *big data*).<sup>9</sup> O caso do iFood é sintomático e evidencia o fenômeno apontado por Robinson (*ibid.*) em caráter global, isto é, o fato de que a conformação de setores capitalistas transnacionais também ocorre no Sul Global.

Em síntese, o que brevemente procurou-se constituir aqui foi um quadro de proximidades entre a uberização do trabalho e a globalização capitalista, pois ambas promoveram uma transformação regressiva para um novo regime de acumulação que, do ponto de vista do trabalho, inseriu novas tecnologias, novas modalidades de controle e novos tipos de contratos de trabalho (Braga, 2017) que solaparam direitos sociais e trabalhistas típicos do modelo fordista. Um novo agente social impulsionou essas mudanças: a fração transnacional da classe capitalista que organiza seus negócios em CTNs, tem interesses objetivos em comum, iniciativas conjuntas e espaços de articulação (Robinson, 2013). Mas se isso acontece do ponto de vista das forças dominantes, qual é o papel das forças do trabalho nessa nova etapa histórica?

Robinson (2013) aponta que, embora a classe trabalhadora transnacional seja uma objetividade em si, ainda não há, na perspectiva das forças do trabalho, uma formação de classe

para si enquanto projeto global contra-hegemônico. Vale notar que esse não é um desafio pequeno ou apenas da nova etapa do capitalismo, pois, já no *Manifesto comunista*, Marx e Engels (2005 [1848]) conclamavam, em seu desfecho, para que “proletários do mundo todo uni-vos” (p. 37), ou seja, esse desafio político de unidade daqueles que vivem da sua força de trabalho segue aberto.

Todavia, o terreno objetivo do trabalho para a construção de laços de solidariedade e estratégias globais para contrabalancear o poder da classe capitalista transnacional acentuou-se na etapa da globalização, já que agora há uma massa crescente de trabalhadores sob o comando das mesmas empresas transnacionais em todo o globo (Robinson, 2014). Contudo, é importante frisar que ainda há clivagens internas no seio da classe trabalhadora, como diferenças ocupacionais (empregos formais e empregos não convencionais fora do estofo protetivo de direitos), geográficas (Norte/Sul Global), comunicacionais, geracionais, de gênero e raça (Antunes, 2018), o que torna a tarefa de uma agência unitária global uma empreitada difícil. Soma-se a isso o decréscimo da densidade sindical – em especial pela crise do modelo fordista e do sindicalismo tradicional – nas principais economias do mundo (Braga, 2017).

Em contrapartida, há um conjunto de novas iniciativas de organização do mundo do trabalho a partir de outras formas de organização e de orientação política sindical, em particular importantes para o tema deste artigo, dos trabalhadores uberizados. Por isso, trataremos aqui das iniciativas de organização dos uberizados ao redor do mundo à luz do sindicalismo de movimento social (Waterman, 1993; Moody, 1997; Braga e Marques, 2017), um conceito da sociologia do sindicalismo que, a nosso ver,

coloca diretrizes para uma renovação das forças do trabalho diante dos desafios da economia globalizada.

Por sindicalismo de movimento social entendemos uma forma de organização que é crítica às limitações do sindicalismo em pautas essencialmente econômicas e também às estruturas hierárquicas/burocráticas de organização interna. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores não deveria limitar-se ao ambiente de trabalho, mas incorporar diversas pautas da sociedade, em especial, a luta pela ampliação da democracia (Costa, 2011). Dessa maneira, a centralidade da democracia coloca essas experiências em contraposição ao sindicalismo hierárquico ao valorizar formas de organização mais horizontais e com maior grau de participação e deliberação da base (Braga e Marques, 2017), pois a participação é vista como elemento central para que as decisões sejam tomadas por quem efetivamente participa (Moody, 1997).

Ao se articular por pautas mais gerais e para além das econômicas de cada local de trabalho, o sindicalismo de movimento social propõe tecer relações orgânicas de parceria e compartilhamento de estratégias com outros movimentos, por exemplo, com comunidades afetadas por atividades empresariais, com o ecologismo e com movimentos feministas (Waterman, 1993; Recoaro, 2020). Essa relação com outros agentes sociais populares é fundamental para pensar uma orientação estratégica que lide com as fragmentações internas da nova morfologia da classe trabalhadora. Por esse ângulo, vale destacar a orientação para organizar os desorganizados, os setores dos trabalhadores mais empobrecidos, desempregados e com trabalhos informais (Moody, 1997), o que é particularmente importante, no sentido em que Braga e Marques (2017) apontam, para a

necessidade de o sindicalismo incorporar e se reorganizar a partir das demandas dos jovens trabalhadores precários – base de trabalhadores que, inclusive, sustenta o trabalho dos motoristas e entregadores de aplicativo, como já apontamos, neste artigo, com base nos dados sobre remuneração e jornada de trabalho.

Soma-se a isso a vocação para o internacionalismo apontada pelos autores no sindicalismo de movimento social. Com o peso das CTNs na atual etapa do capitalismo, é necessário que haja, pelo lado do trabalho, uma organização em nível internacional que, inclusive, supere apenas as ligações de topo entre lideranças de sindicatos nacionais e que coloque em contato trabalhadores da base para articulação de estratégias, troca de informações e recursos (Moody, 1997; Waterman, 1993). Estratégias internacionais são, ademais, um meio para encontrar os pontos de debilidade da cadeia global de produção de empresas e também têm um papel educativo para os trabalhadores apreenderem as diferentes situações produtivas de cada país (Moody, 1997).

Nesse sentido, as experiências das redes sindicais internacionais e dos acordos-marco internacionais (AMIs) são elucidativas das potencialidades e limitações do internacionalismo advogado pelo sindicalismo de movimento social e, como apresentaremos, têm relações de proximidade com a estratégia dos uberizados. Por nível de conceituação, entendemos uma rede sindical como “uma organização horizontal que visa a articular em um mesmo espaço de troca de informações e de ação os representantes dos trabalhadores que atuam em relação a uma mesma empresa transnacional em diversos locais” (Mello, Framil, Freston, 2015, p. 3) e que combina diferentes estratégias e campanhas públicas dentro dessas empresas

(Evans, 2014). Ou seja, aqui tratamos mais de uma orientação do que propriamente de um modelo rígido e predeterminado de organização, e o que está posto é um desafio e uma potencialidade do trabalho de construir a sua governança global (ibid.).

Em síntese, estamos apresentando uma estratégia do trabalho para compartilhar informações, estratégias de ações conjuntas, campanhas globais para pressionar as CTNs e, principalmente, para atingir os pontos fracos das cadeias globais de produção. Para isso, um dos repertórios utilizados pelas redes transnacionais e pelas federações de sindicatos internacionais são os AMIs. Esses acordos são pactos firmados entre a direção da empresa e, no mínimo, uma federação sindical internacional – mas que podem também envolver outros agentes sindicais e comitês de empresas – que visam a padronizar um piso mínimo nos direitos dos trabalhadores em toda a cadeia de produção, “instaurando mecanismos permanentes de troca de informações e de controle, que apregoam a implantação de práticas sadias de trabalho em todas as operações de uma empresa internacional” (Hennebert, 2017, p. 3). Em relação ao conteúdo, os acordos são diversos, mas, no geral, possuem como denominador comum as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ibid.).

A assinatura dos AMIs, que teve início no final da década de 1990, é um movimento de apropriação/ressignificação pelos sindicatos dos compromissos de responsabilização social construídos pelas próprias empresas, por exemplo, a ISO 26.000 e a AS 8000.<sup>10</sup> Isto é, em vez de os compromissos de responsabilidade social serem definidos pelas próprias empresas ou por outras entidades patronais como estratégia de *accountability*, as organizações

sindicais tornam-se parte da definição desses padrões de produção e de gestão da força de trabalho em algumas transnacionais (ibid.). Nesse sentido, os AMIs têm uma potência de forjar um espaço de reconhecimento dos agentes sindicais internacionais e de construção de uma governança global – nos termos de Evans (2014) – para o mundo do trabalho. Além disso, pode-se conformar, a partir deles, uma agenda comum entre diferentes atores sindicais que passem a compartilhar práticas globais e redes de solidariedade entre diferentes plantas produtivas que podem, inclusive, ser meios de apoio para os trabalhadores de países com menor estofo protetivo e poder de organização. Mais ainda, os acordos podem ser mecanismos de melhora no contexto organizativo dos trabalhadores e, nesse caso, os exemplos da Chiquita e da Quebecor World<sup>11</sup> são interessantes, porque as campanhas globais para que fossem firmados AMIs nessas empresas foram acompanhadas de alta nas taxas de sindicalização nessas transnacionais (Hennebert, 2017).

Todavia, se se trata de um caminho promissor para as forças do trabalho diante da globalização da produção, nem as redes sindicais, nem os AMIs são panaceias que dão respostas para todos os dilemas sindicais. Sendo assim, os autores aqui abordados apontam para as principais dificuldades dessas iniciativas: a real apreensão desses acordos pela base das categorias (não somente pelos trabalhadores dos países centrais ou pelos dirigentes sindicais internacionais) e pelos setores da cadeia produtiva fora da matriz (fornecedores e terceirizados) (Hennebert, 2017; Evans, 2014). Isso ocorre porque como são acordos entre redes internacionais e direções de empresas, não há um elemento vinculante do ponto de

vista jurídico em nível global, o que faz com que, no limite, seja a própria capacidade de mobilização de força dos trabalhadores que torne esses acordos práticas reais.

Até aqui, apresentamos uma abordagem que busca caminhos para enfrentar a globalização da produção a partir das forças do trabalho, ou o que Burawoy (2000) denomina globalização desde baixo, isto é, que procura entender os impactos das mudanças globais no nível local, com base nas experiências reais dos trabalhadores. É com essa orientação e com os quadros teóricos do sindicalismo de movimento social e das redes sindicais internacionais que analisaremos a organização, as estratégias, os repertórios e as pautas dos trabalhadores uberizados.

## Precários, mas organizados

A organização coletiva dos uberizados é limitada por barreiras, sejam as do Estado ou as das próprias empresas transnacionais. A principal delas está na subjetividade estimulada pelas empresas através da ideia de que esses trabalhadores são apenas parceiros individuais e, com isso, o sucesso ou o fracasso de cada um dependem apenas de si. Decorrência disso é a negação da ação e da representação coletiva como um mecanismo legítimo dos trabalhadores. O relato de Cant (2020) sobre a paralisação dos entregadores em Brighton, na Inglaterra, é um exemplo da prática das plataformas em todo o globo. O autor aponta que a Deliveroo, mesmo com uma paralisação nos serviços, negou-se a discutir qualquer demanda de maneira coletiva ou com qualquer entidade sindical

da categoria, defendendo que a negociação deveria ser feita apenas individualmente com seus “contratados independentes” (ibid.).

Vale destacar que, além de não reconhecerem as demandas coletivas, as plataformas também utilizam da “força” para frear as mobilizações. Os desligamentos da plataforma são práticas recorrentes como instrumento de controle da organização independente dos trabalhadores<sup>12</sup> e, inclusive, há determinação de como os uberizados devem endereçar suas reclamações para a gerência, sendo vedado acessar sites como o Reclame Aqui (Antunes e Filgueiras, 2020). Outro sintoma das práticas antissindicais das plataformas foi a reportagem, produzida pela Agência Pública, que apontou que o iFood contratou uma agência de publicidade e infiltrou pessoas nas mobilizações da categoria para limitar práticas grevistas.<sup>13</sup>

Todavia, apesar do cenário de controle e deslegitimação da ação coletiva, esses trabalhadores se organizam de diversas maneiras. Grohmann (2020) apresenta uma proposta de divisão da organização desses trabalhadores, sendo ela: “a) regulação do trabalho nas plataformas digitais; b) organização coletiva dos trabalhadores; e c) construção de outras lógicas de organização do trabalho, como o cooperativismo de plataforma” (p. 106). Essa não é uma divisão esquemática, e, na prática diária dos trabalhadores, há a combinação em diferentes gradações dessas iniciativas/objetivos, porém ela nos serve, em alguma medida, de bússola orientadora.

Sobre a regulação do trabalho nas plataformas digitais, Grohmann (ibid.) aponta dois principais caminhos: a) o reconhecimento dos uberizados como empregados das corporações e b) o estabelecimento de diretrizes para

que as plataformas sigam padrões mínimos que garantam o trabalho decente, segundo os parâmetros da Organização Internacional do Trabalho. Nesse terreno, estamos tratando de um cenário com idas e vindas e com ritmos bastante particulares em cada país. Por exemplo, são ilustrativos os casos do Reino Unido, onde a Suprema Corte Britânica reconheceu o vínculo empregatício a 20 motoristas da Uber e garantiu direitos como salário-mínimo e férias remuneradas; e da Espanha, onde o governo anunciou uma proposta de regulação dos trabalhadores após decisão no mesmo sentido da Suprema Corte da Espanha. No caso espanhol, Artur e Cardoso (2020) apontam que as decisões têm avançado em uma compreensão mais atualizada da ideia de subordinação, vista como existente em decorrência de a plataforma deter o principal meio de produção (*software*), a marca, o monopólio da informação e o controle da avaliação. Em contrapartida, no caso brasileiro, a compreensão da principal corte trabalhista é pela negação do vínculo empregatício e da subordinação, tendo em vista a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, em março de 2021, pelo não reconhecimento do vínculo empregatício (Brasil, 2021).

Sobre a organização coletiva dos uberizados, a experiência inglesa é emblemática, mas há também experiências brasileiras, como a articulação de motoristas da Uber em maio de 2019, que paralisaram suas atividades em cidades brasileiras, como São Paulo, Recife, Acre, Brasília e Salvador, em conjunto com um chamado global de paralisação que ocorreu simultaneamente à abertura de ações da empresa na bolsa de valores. A pauta no Brasil girou em torno de melhores remunerações e informações para os motoristas sobre os clientes – medida que impacta diretamente na segurança

do trabalho – e foi conformada por novas associações da categoria, como a Associação dos Motoristas de Aplicativo de São Paulo (Amasp) e a Associação de Motoristas Particulares Autônomos do Rio de Janeiro (Amapa-RJ).

Mais recentemente, os entregadores protagonizaram uma paralisação nacional em julho de 2020, com focos em grandes capitais do País (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Salvador e Recife), por melhores remunerações, seguro contra roubos e acidentes, seguro de vida, auxílio para enfrentar a pandemia – como equipamentos de proteção individual – e licença remunerada para entregadores adoecidos.<sup>14</sup> Em São Paulo, o epicentro da mobilização, houve uma massiva marcha motorizada que saiu do Masp até a Ponte Estaiada. Para além das mobilizações que se materializam nas ruas, há, por trás disso, toda uma rede informal de contatos contínuos desses trabalhadores por meio de aplicativos de mensagens e grupos em redes sociais (Cant, 2020; Kalil, 2020; Englert, Woodcock e Cant, 2020).

Nessas redes virtuais e informais, são compartilhadas informações, dicas sobre o trabalho, discussões sobre problemas das plataformas e até mesmo se formam embriões de organizações coletivas mais duradouras. Essa importância é verbalizada por Galo, liderança do coletivo Entregadores Antifascistas, em entrevista para o portal Ecoa do UOL: *“Entre em grupos de WhatsApp de entregadores e comecei a dar o papo, falava que a gente tinha que ter condições melhores de trabalho, que tinham que nos garantir alimentação”* (Rodrigues, 2020).

Dessa perspectiva, observa-se uma relação dialética entre o trabalho e a tecnologia da informação e comunicação (TICs), pois, se, por um lado, as TICs permitem que o controle na

uberização seja elevado para a menor partícula da produção (o indivíduo); por outro, as próprias iniciativas de contraofensiva do trabalho também são forjadas nesses espaços. Exemplos claros dessa contradição são o Turkopticon e o Fair Crowd Work. O primeiro é uma plataforma que permite que os trabalhadores classifiquem as pessoas e empresas que solicitam tarefas no Amazon Mechanical Turk;<sup>15</sup> já o segundo é um site desenvolvido pelo Sindicato dos Metalúrgicos Alemães, que permite a classificação dos aplicativos pelos uberizados. Ou seja, trata-se de iniciativas dos uberizados que utilizam as TICs na busca por mudar o sentido dos mecanismos de avaliação, desta vez em sua defesa, pois reduzem “a assimetria de poder existente entre a plataforma e seus clientes e os trabalhadores, na medida em que abre espaço para a troca de informações sobre os tomadores de serviço” (Kalil, 2020, p. 90).<sup>16</sup>

Do ponto de vista de sua organização interna, há uma miríade de formas organizativas na categoria que vão desde iniciativas exclusivamente *on-line* até organizações de trabalhadores mais horizontais e sem uma estrutura claramente definida (a Treta e os Entregadores Antifascistas são os dois principais exemplos desse formato, inclusive, por terem sido os principais impulsionadores do #brequedosapps de julho de 2020), assim como associações e sindicatos de tipo mais tradicional.<sup>17</sup> Como exemplos deste último caso, destacam-se a Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR) e o Sindicato dos Motoboys de São Paulo (SindimotoSP), duas organizações que, inclusive, participaram de audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo. Outro elemento a ser destacado são as diferentes táticas

desses movimentos, com a Treta e os Entregadores Antifascistas privilegiando iniciativas de paralisação e greve como forma de pautar suas demandas às plataformas, e a AMABR e o SindimotoSP priorizando relações de pressão por meio de parlamentares, prefeituras e órgãos estaduais como o Detran.

Nesse sentido, a experiência inglesa destacada por Cant (2020) aponta um possível caminho de relação entre entregadores e sindicalismo, pois, após um ciclo de mobilizações dos entregadores da Deliveroo<sup>18</sup> que se espalhou pelas principais cidades do país, ocorreu um movimento de dupla aproximação dos sindicatos com a pauta dos uberizados. Assim, houve, por um lado, a incorporação dessas pautas nas agendas sindicais, em especial pelo Independent Workers Union of Great Britain (IWGB), e, por outro, o ganho de confiança de parte da categoria nessa organização.

Acreditamos, então, que há uma proximidade desse processo com o sindicalismo de movimento social e sua orientação de se relacionar, como estratégia de mobilização, com um conjunto de atores sociais diversos (Watermann, 1993). Tanto Treta como Entregadores Antifascistas possuem relações com mobilizações de outras categorias (metalúrgicos, químicos, etc.), com outros movimentos sociais (por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e com mobilizações de atos em defesa da democracia e contra privatizações de equipamentos públicos.<sup>19</sup> Além disso, na própria paralisação da categoria, houve um chamado de solidariedade aos consumidores das plataformas, para que boicotassem as entregas durante o #brequedosapps (Braga, 2020), ou seja, em uma orientação de mobilizar as comunidades de consumidores como ponto de apoio.

Em relação às pautas, o #brequedosa-pps tratou centralmente de questões ligadas à remuneração e ao trabalho da categoria. Como apontam Braga (ibid.) e Grohmann et al. (2022), as demandas públicas do movimento foram por aumento do valor da tarifa de entrega, pela criação de um seguro de vida e de vale-refeição, por equipamentos de proteção individual, como máscaras e álcool em gel (na esteira do auge da pandemia da covid-19), e pelo fim dos bloqueios indevidos – isto é, quando um entregador é bloqueado do aplicativo, seja por reclamação de cliente ou por perseguição política, sem possibilidade de contra-argumentação do trabalhador, que não mais poderia prestar o serviço. Nesse sentido, fica clara a existência de um conjunto de pautas focadas em direitos específicos dos próprios entregadores e vinculadas às demandas geradas pelo processo de trabalho.

Quanto à orientação internacional, há uma experiência de federação internacional de entregadores de aplicativo, a Transnational Courier Federation, com base de uberizados em países europeus, como Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Espanha, Suíça, Espanha, Suíça e Reino Unido (Cant, 2020). Todavia, apesar desse conjunto de iniciativas pelo campo do trabalho, a postura das plataformas segue, no geral, bastante refratária ao reconhecimento dos agentes dos trabalhadores e, mais ainda, isso se dá de forma desigual entre os países. Dessa maneira, ainda não se conformaram, no terreno global, negociações de AMIs entre as plataformas e os trabalhadores uberizados.

No caso brasileiro, não há, até então, uma formação tão evidente de articulação transnacional dos uberizados, mas, já houve tentativas de estabelecer relações internacionais, tanto

na paralisação dos motoristas da Uber em 2019, como nas aproximações dos Entregadores Antifascistas, com a tática de construir cooperativas de entregadores por aplicativo bastante inspirada na experiência da Coopcycle.<sup>20</sup> Aqui tratamos do terceiro eixo de organização proposto por Grohmann (2020): a Coopcycle é uma cooperativa de entregadores que se reivindica como governada democraticamente pelos cooperados, o que permite a redução dos custos dos entregadores pela combinação de recursos e o aumento da capacidade de barganha por seus direitos. Além disso, eles contam com um grupo de voluntários que auxiliam na organização de um modelo de negócios anticapitalista, a partir do desenvolvimento de *softwares*, coordenação global, *lobbying* e apoio jurídico.<sup>21</sup>

Essa estratégia é inspirada e inspira a contribuição teórica de Scholz (2017) sobre o que o autor denomina cooperativismo de plataforma. Para ele, a forma de contrapor a uberização é ressignificar o uso da tecnologia a partir de 10 princípios: propriedade compartilhada da plataforma; remuneração decente; transparência nos dados e informações para trabalhadores e consumidores; canal direto de comunicação entre consumidores e trabalhadores; envolvimento dos trabalhadores em todo o processo produtivo; estrutura legal que ampare a existência de cooperativas; portabilidade de benefícios trabalhistas – isto é, que se mantenham caso ocorra mudança de atividade; proteção contra comportamentos abusivos; proibição da vigilância excessiva como mecanismo de controle; direito à desconexão, garantindo tempo de descanso aos trabalhadores. Ou seja, aposta-se em uma possibilidade de reversão do sentido da tecnologia, que, no trabalho uberizado, é mobilizada para explorar e

controlar e, no cooperativismo de plataforma, seria utilizada para proporcionar arranjos mais solidários e equitativos.

Em síntese, o que pretendemos mostrar nesta seção são as proximidades entre algumas experiências organizativas dos uberizados, o sindicalismo de movimento social e a potencialidade da noção de redes sindicais internacionais para essa categoria. Evidentemente, esses três conceitos não são idênticos, mas de alguma maneira se relacionam ao darem respostas à precarização do trabalho sob plataforma em escala global à luz da democracia, de arranjos mais participativos, de articulações globais e com perfil mais explosivo. As Considerações finais sintetizam essas experiências segundo o que defendemos neste artigo: uma necessidade de uma contraofensiva global dos trabalhadores uberizados.

## Considerações finais

Neste artigo apontamos uma relação de proximidade entre a uberização do trabalho e o processo de globalização capitalista e, principalmente, debatemos as estratégias de organização, formas e repertórios dos uberizados nas experiências internacionais e no Brasil (especialmente a Treta e os Entregadores Antifascistas), a partir de suas proximidades com o conceito de sindicalismo de movimento social e com uma orientação internacional de organização do trabalho.

A primeira aproximação ficou delineada a partir da apresentação, em escala global, de diversas empresas/aplicativos, seus processos de fusões e compras de outras empresas em nível internacional, bem como pelo perfil transnacional dos agentes em seus conselhos administrativos, o que salienta, na composição das empresas uberizadas, sua participação na classe capitalista transnacional (Robinson, 2013). Nesse cenário de operação dos aplicativos no terreno global para a acumulação, há um novo terreno que exige do sindicalismo novas estratégias e, fundamentalmente, uma nova governança em nível global para se contrapor ao poder do capital (Evans, 2014).

Como discutimos ao longo do artigo, a tarefa de uma governança global do trabalho não é completamente nova nem simples, por isso, as experiências estudadas e aqui apresentadas não são panaceias para o futuro do sindicalismo. Ainda há um conjunto de dificuldades com o próprio não reconhecimento das empresas/aplicativos da agência coletiva desses trabalhadores, ou seja, de sua atuação como agentes legítimos de negociação. Apesar disso, é evidente que surge um conjunto de experiências de trabalhadores que, nos seus diferentes métodos, formas de organização e repertórios, no Brasil e no mundo, têm tendências para uma orientação mais democrática, mobilizadora e internacionalista, o que traz uma potência para enfrentar, na arena global, a espoliação do trabalho que representa a uberização.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-1156-4664>**

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Trabalho, Migrações e Políticas Sociais, Santo André, SP, Brasil.  
pedroararas2@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-3444-1763>**

Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Santo André, SP/Brasil.  
sidney.jard@ufabc.edu.br

## Notas

- (1) Os dados foram divulgados em matéria da revista Exame em 1º de abril de 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/candidatos-a-entregador-do-ifood-mais-que-dobram-com-coronavirus/>. Acesso em: 29 mar 2021.
- (2) Vale notar que as transformações que engendraram o modelo fordista tiveram especificidades na realidade brasileira, porque uma classe operária detentora de direitos trabalhistas e sociais sempre foi uma franja minoritária no mercado de trabalho nacional, com o trabalho informal subsistindo perenemente e havendo uma desigualdade nos direitos trabalhistas e sociais, privilegiando categorias mais organizadas e com maior peso relativo de barganha ante o Estado (Abílio, 2011; Oliveira, 2003).
- (3) As tarifas dinâmicas funcionam como multiplicadores nos valores dos serviços em determinadas regiões e horários em que naturalmente haveria baixa oferta de motoristas/entregadores em relação à demanda. Com isso, “em momentos em que normalmente os trabalhadores iriam preferir ficar em casa, como dias festivos, a empresa concede incentivos financeiros” (Oitaven, 2018, p. 37) e garante a oferta da força de trabalho.
- (4) Essa forma de remuneração retoma uma modalidade de assalariamento que já era apontada por Marx (2013) como uma forma de vincular os interesses do trabalhador individual com os interesses do capital: o salário por peça.
- (5) Por corporações transnacionais entendemos empresas que possuem filiais dispersas ao redor do mundo, com aumento de fusões e aquisições transfronteiriças, com interligação transnacional de conselhos administrativos, investimentos cruzados mútuos entre companhias de dois ou mais países, propriedade transnacional de participação de capital, difusão de alianças estratégicas transfronteiriças de todo tipo, vastas redes de terceirização e subcontratação e a crescente importância de altas associações transnacionais de negócios (Robinson, 2013).

- (6) Com essas formas de gerenciamento de negócios, contratações e emprego não queremos dizer que se trata de modelos anticapitalistas, mas de modelos que guardam maior autonomia em relação à lógica direta da acumulação impressa pelas empresas transnacionais do trabalho uberizado, o que permite, por exemplo, acordos locais mais vantajosos para os trabalhadores.
- (7) Os serviços de viagens e entregas são, como apontam Antunes (2018) e Franco e Ferraz (2019), produção de valor pelo trabalho vivo, o que não resulta em uma mercadoria física, mas sim em uma mercadoria imaterial, isto é, um serviço. Nesse sentido, a fórmula clássica de produção marxista é reconfigurada nos seguintes termos:  $D - M (Mp T) \dots P - D'$ , porque, no serviço, a sua produção é concomitante ao seu consumo. Assim, por exemplo, a produção de uma viagem na Uber e o seu consumo ocorrem simultaneamente no decorrer do trajeto.
- (8) Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/lideranca/>. Acesso em: 29 mar 2021.
- (9) Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/ifood>. Acesso em: 29 mar 2021.
- (10) A ISO 26000 é uma norma que preconiza a responsabilidade social e a incorporação de considerações socioambientais em processos decisórios através de comportamentos éticos e transparentes e que contribuam para o desenvolvimento sustentável (Inmetro, 2020).
- (11) A Chiquita Brands International é uma empresa agrícola e um dos líderes mundiais no cultivo e distribuição de banana em todo o mundo. Já a Quebecor World é uma corporação de produção de roupas, em especial, de materiais esportivos.
- (12) No documentário Gig – A uberização do trabalho, há um conjunto de relato de trabalhadores que foram desligados das plataformas após participarem de mobilizações. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/gig/>. Acesso em: 25 ago 2023.
- (13) Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>. Acesso em: 5 abr 2022.
- (14) O detalhamento da pauta reivindicativa pode ser acessado no Facebook da Treta. Disponível em: <https://www.facebook.com/113571473622723/posts/154807339499136/?d=n>. Acesso em: 15 mar 2021.
- (15) A Amazon Mechanical Turk é um serviço de plataforma digital criado pela Amazon em que seus usuários contratam trabalhadores remotos para realizarem pequenas tarefas que computadores ainda não são capazes de realizar, por exemplo, a correção de um texto.
- (16) No Brasil, mulheres motoristas da Uber, para enfrentar a insegurança e o risco de assédio, criaram um grupo no WhatsApp denominado “Damas ao Volante” em que postam periodicamente suas localizações para sinalizar que “está tudo bem” (Dolce, 2019), mais um indício de que a organização dos uberizados passa por instrumentos de comunicação e articulação por aplicativos como Facebook, WhatsApp e Telegram.
- (17) Entende-se aqui associação como um grupo de profissionais da mesma categoria que se organiza em torno de um conjunto de reivindicações e elege representantes para a direção dessa entidade, ou seja, trata-se de uma forma de organização coletiva dos trabalhadores. Já o sindicato é um tipo específico de associação, porque tem um reconhecimento do Estado brasileiro, a partir da estrutura do sindicalismo oficial, e é legalmente o representante de toda uma categoria de trabalhadores.

- (18) Deliveroo é uma empresa uberizada de entrega de comida com sede em Londres e que opera em mais de 13 países.
- (19) Todas essas ações podem ser encontradas nas páginas do Facebook e Instagram dos respectivos movimentos.
- (20) Em entrevista organizada pela BBC News e republicada pelo Blog Tilt da UOL, Galo ilumina essa aproximação: “é lógico que a gente sabe das limitações que a gente tem, talvez a gente comece num Estado (do país), mas a ideia é que seja uma cooperativa geral, e se puder internacional. A gente está em contato com a Argentina, com outros países aí, com Chile, com o México, com a Colômbia. É viver e deixar viver, sabe? Vamos vendo o que acontece”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2020/07/27/adeus-ifood-entregadores-tentam-criar-cooperativa-para-trabalhar-sem-patrao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 mar 2021.
- (21) Cf. o site da Coopcycle: <https://coopcycle.org/en/>.

## Referências

- ABÍLIO, L. C. (2011). *O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2017) “Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia”. In: MACHADO, R. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 503, ano XVII, pp. 20-27.
- \_\_\_\_\_. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3.
- ALIANÇA BIKE (2019). *Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo*. Disponível em: <http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo/>. Acesso em: 18 jun 2020.
- ALVES, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina, Praxis; Bauru, Canal 6.
- ANDERSON, P. (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*. Niterói, v. 39, n. 1, pp. 27-43.
- ARTUR, K.; CARDOSO, A. C. M. (2020). O controle das plataformas digitais: nomear a economia, gerenciar o trabalho e (des)regular os direitos. *Tomo*, n. 37.
- BIHR, A. (1998). “O compromisso fordista”. In: BIHR, A. *Da grande noite à alternativa – O movimento operário europeu em crise*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial.

- BRAGA, R. (2017). *A rebelião do precariado*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). *#BrequeDosApps: enfrentando o uberismo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em: 15 jan 2022.
- BRAGA, R.; MARQUES, J. (2017). Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 19, n. 45, pp. 52-80.
- BRASIL (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características adicionais do mercado de trabalho-2019*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf). Acesso em: 19 jan 2021.
- \_\_\_\_\_. (2021). Tribunal Superior do Trabalho (4ª Turma). Acórdão do processo nº TST-RR-10555-54.2019.5.03.0179. Recorrente: Neder Henrique Gomes Correa. Recorrido: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Relator: Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, em 2 mar 2021.
- BURAWOY, M. (2000) “Conclusion – grounding globalization”. In: BURAWOY, M.; BLUM, J. A.; GEORGE, S.; GILLE, Z.; GOWAN, T.; HANEY, L.; KLAWITER, M.; LOPEZ, S. H.; Ó RIAIN, S.; THAYER, M. *Global ethnography*. Berkeley, University of California Press, pp. 335-350.
- CANT, C. (2020). *Riding for deliveroo*. Medford, Polity Press.
- COSTA, H. A. (2011). “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas”. In: COSTA, H. A.; ESTANQUE, E. *O sindicalismo português e a nova questão social*. Coimbra, Edições Almedina.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). “A fábrica do sujeito neoliberal”. In: DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão de mundo*. São Paulo, Boitempo.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. (2006). Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, v. 11, n. 22.
- DOLCE, J. (2019). *A uberização do trabalho é pior para elas*. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-para-elas/>. Acesso em: 12 jul 2019.
- ENGLERT, S.; WOODCOCK, J.; CANT, C. (2020) Operaísmo digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, pp. 47-58.
- EVANS, P. (2014). National Labor movements and transnational connections: global labor’s evolving architecture under neoliberalism. *IRLE Working Paper*, n. 116.
- FILGUEIRAS, V. A. et al. (2020). *Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil*. Salvador, Núcleo de Estudos Conjunturais.
- FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE BR*, v. 17, pp. 844-856.
- GEREFFI, G. et al. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1.
- GRAHAM, M.; ANWAR, M. (2019). The global gig economy: towards a planetary labour market? *First Monday*, v. 24, n. 4.
- GROHMANN, R. (2020). “Plataformização do trabalho: características e alternativas”. In: ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.

- GROHMANN, R. et al. (2022). *Plataformas e trabalho (in)decente no Brasil*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/03/17/plataformas-e-trabalho-indecete-no-brasil/>. Acesso em: 5 abr 2022.
- HARVEY, D. (2008). *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2013). Crise na economia espacial do capitalismo: a dialética do imperialismo. In: HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo.
- HENNEBERT, M. (2017). Os acordos-marco internacionais e as alianças sindicais internacionais: instrumentos de uma necessária transnacionalização da militância sindical. *Sociologias*, v. 19, n. 45, pp. 116-143.
- INMETRO (2020). *ISO 26.000*. Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp). Acesso em: 25 ago 2023.
- KALIL, R. B. (2020). Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. *Contracampo*. Niterói, v. 39, n. 2.
- LUXEMBURGO, R. (1989). *A acumulação de capital*. São Paulo, Nova Cultural.
- MARX, K. (2013). “O salário por peça”. In: MARX, K. *O Capital*, Livro 1. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K; ENGELS, F. (2005). *Manifesto comunista*. São Paulo, Boitempo.
- MELLO, S. L.; FRAMIL, F. R.; FRESTON, R. (2015). Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores. *Análise*, n. 5. Friedrich Ebert Stiftung Brasil.
- MOODY, K. (1997). Towards an international social-movement unionism. *New Left Review*. Londres, v. 0, ed. 225.
- MORAES, R. B. S; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. (2019). Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, n. 3, pp. 647-681.
- OITAVEN, J. C. C. (2018). *Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos*. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 248 p.
- OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- POCHMANN, M. (2001). As possibilidades da “nova economia” e seus efeitos no trabalho no Brasil. In: POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo, Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2017). *A nova classe do setor de serviços e a uberização da força de trabalho*. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/a-nova-classedo-setor-de-servicos-e-a-uberizacao-da-forca-de-trabalho-por-marcio-pochmann/>. Acesso em: 18 ago 2019.
- RECOARO, D. A. (2020). Sindicalismo de movimento social e a organização das mulheres. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 93, pp. 1-24.
- ROBINSON, W. I. (2013). *Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clase y Estado en un mundo transnacional*. México, Siglo XXI Editores.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Global capitalism and the crisis of humanity*. Nova York, Cambridge University Press.
- RODRIGUES, P. (2020). *Galo de luta*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo-galo-lima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/>. Acesso em: 23 ago 2020.

- SCHOLZ, T. (2017). *Cooperativismo de plataforma*. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo.
- SLEE, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precário*. São Paulo, Elefante.
- SRNICEK, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- UBER (2019). *Fatos e dados sobre a UBER*. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acesso em: 12 jul 2019.
- WATERMAN, P. (1993). Social-movement unionism: a new union model for a new world order? *Journal Review* (Fernand Braudel Center), v. 16, n. 3, pp. 245-278.
- ZARAFIAN, P. (2002). Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos Cebrap*, v. 64. São Paulo.

Texto recebido em 14/mar/2023

Texto aprovado em 2/ago/2023

# Precarious but organized: the resistance strategy of uberized workers

Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados

Pedro Mendonça Castelo Branco [I]  
Sidney Jard da Silva [II]

## Abstract

Uberization of work is one more step in the process of unconfiguring the social pacts formed in the Fordist period. The strategy of building “partners” makes it possible to externalize fixed capital costs to a multitude of precarious workers and exempt companies from responsibility for guaranteeing labor rights and occupational safety. This process is driven by large transnational companies that operate beyond national limitations and accumulate on a global scale, in this new territory of labor exploitation. In this article, we present initiatives for the organization of uberized workers based on international and national experiences, in light of the concept of social movement unionism.

**Keywords:** uberization; globalization; unionism; work; platforms.

## Resumo

*A uberização do trabalho é mais uma etapa no processo de desconfiguração dos pactos sociais conformados no período fordista. A estratégia de construção de “parceiros” possibilita a externalização de custos de capital fixo para uma multidão de trabalhadores precários, como também uma fuga, por parte das empresas, da responsabilidade de garantir os direitos trabalhistas e as seguridades ocupacionais. Diante desse novo terreno de exploração do trabalho, impulsionado por grandes empresas transnacionais que operam para além das limitações nacionais e acumulam em escala global, aqui são apresentadas iniciativas de organização dos uberizados a partir de experiências internacionais e nacionais à luz do conceito de sindicalismo de movimento social.*

**Palavras-chave:** *uberização; globalização; sindicalismo; trabalho; plataformas.*



## Introduction

The so-called Uberization of work is a phenomenon that manifests in different businesses in the service sector, such as passenger transport (Uber, 99Taxi), food or object delivery (iFood, Rappi, Loggi, Uber Eats), household services (TaskRabbit and Parafuzo), manicure (Singu), and small digital tasks (Amazon Mechanical Turk). What unifies these businesses, despite their specificities, is the characterization of companies as bare intermediaries of a client who demands a service and a partner who offers it on their digital platform. In this sense, they claim to be not companies in the field where they actually operate, but technology companies (Abílio, 2017; Antunes, 2018).

In this manner, there is an evident strategy that allows the extraction/externalization of production costs which, in the case of Uber, are costs of purchasing a vehicle fleet, taking out insurance, fuel expenses, workforce training, and guaranteeing rights established in labor laws, such as vacations, paid leave, Christmas bonus, regular working hours, minimum wage, and even the wage status itself (Pochmann, 2017). This condition of unemployment and total disconnection with the employee category – with no prior training for the role, including – causes what Abílio (2019) names a crowd of amateur workers to orbit around these companies.

There is data that highlights the growing expressivity of this market in Brazil. Today, Uber is present in over 100 Brazilian cities and has 600,000 “partner drivers” (Uber, 2019). iFood, by the end of 2019, had approximately 340,000 delivery drivers registered and, in the

wake of the coronavirus pandemic, until March 2020 alone, the company received 175,000 applications for new delivery drivers.<sup>1</sup> Data released by Análise Econômica Consultoria shows that, in May 2020, application workers totaled around 4.7 million, that is, 15% of the entire informal market, a significant increase compared to the 3.8 million Brazilians in this condition, according to the number released by the 2019 Continuous National Household Sample Survey (Brazil, 2020).

But who is this mass of Uberized people?

There is not only one answer to this question, given the differences between the levels of precariousness of app drivers and couriers. In the first group, these are predominantly workers who have entered higher education, aged from 26 to 35, that earn on average less than 2,000 reais per week (excluding the costs of gasoline, food etc.) when driving, mostly, over 8 hours a day and more than 5 days a week (Moraes, Oliveira and Accorsi, 2019). The group of bicycle couriers is mainly made up of young workers aged up to 22 and who, almost all of them, only have completed secondary education. In relation to working hours, 75% cycle more than 8 hours a day and 92% work more than 5 days a week (with 57% working every day), receiving average earnings that vary from 466 to 1,105 reais per month (Aliança Bike, 2019). In the case of motorcyclists – who, according to research by the Federal University of Bahia, are most of the category –, the working day is on average 9 hours and 3 minutes, with 5.8 days of work per week, totaling 53.8 average working hours per week, that is, less time than that worked by bikers. Following this journey, motorcyclists used to receive on average a little more (1.78

reais) than the minimum wage per hour worked, and, with the pandemics, their income were closer (1.35) to the minimum hourly wage (Filgueiras et al., 2020).

From a historical point of view and from the social processes that drive the uberization of work, it comes in the wake of a set of measures that the literature calls productive restructuring (Alves, 2007; Antunes, 2018), that is, a set of changes in the Fordist accumulation regime (Braga, 2017) which, based on a class pact, consisted of increasing labor productivity and, in return, guaranteed an increase in trade union power, social democratic parties and labor protection measures (minimum wage, growth in actual wages and social rights) (Bihl, 1998).<sup>2</sup>

However, the Fordist model, which was firmly established in Europe, fell into decline at the end of the 1970s, materialized in the fiscal crises of national states, which were responded to by the business classes with a set of neoliberal economic policies that aimed to revive the profit rate of companies through the retention of expenses with the Social Welfare State, the increase in unemployment as a way of eroding the bargaining power of employees and moments of stagflation (Anderson, 1995). At the same time, there was a reorganization of class power on a global scale, as the concentration of income and power shifted from industry to the financial sector and to the CEOs of large transnational companies (Harvey, 2008).

These changes had a major impact on the world of work and productive arrangements, which became more flexible, acquiring even more internalized traits of reification from compositions that advocate words such as: involvement, partnerships, collaborations,

individualization of goals and competencies. In this sense, the worker has a need for versatility according to which, in addition to doing his job, he must also supervise himself and his colleagues to guarantee the company's goals, with his remuneration directly depending on this (Alves, 2007; Antunes, 2018). During this process, a set of new workforce hiring models, more flexible and devoid of rights, were created, such as intermittent work, outsourcing, independent-contractor-only hiring policy, and uberization. (Antunes, 2018).

Furthermore, there was a shift in the dynamics of labor absorption from the industrial sector to the services sector: in the Brazilian case, from 1994 to 2008, 70% of job vacancies created were in this sector (Dedecca and Rosandiskim, 2006). This displacement is also a symptom of a broader phenomenon – in which uberization is both part and symptom – of the weakening of the national economy, of strong deindustrialization processes especially after the 1980s, and of subordination in the international division of work (Braga, 2017; Pochmann, 2001).

The movements presented so far are structuring the uberization of work in Brazil and around the world, that is, they were the precursor to this process. Another important transformation of uberization takes place in the control of the various stages of the work process, which contradicts the rhetoric of autonomy defended by companies (Slee, 2017). Control operates on several layers: work management control, crowd control, and self-control. These three instruments operate together in the daily life of uberized workers, but, just for clarity in this presentation, we chose to separate them.

Work management control operates from the first moment in the applications, as it is the company that determines who can or cannot work on the platforms (how effective the acceptance criteria are in each of them is discussed; however, the decision center is exclusive to companies) (Antunes and Filgueiras, 2020). Furthermore, it is the companies that unilaterally determine the price of services; of a delivery, for instance, and with this, they are able to direct it in two directions: that of market monopolization, with the defeat of competition with artificially low prices (Srnicsek, 2017); and control over working time, as the lower the wages, the greater the need for time available to the platforms, as well as the need to be eligible for promotions, bonuses, and dynamic rates<sup>3</sup> (Oitaven, 2018). In this model of remuneration, a type of inverted auction occurs, in which workers are in permanent competition for a task to be performed, which allows the company to lower the value of rates and, even so, get available labor (Antunes and Filgueiras, 2020).

These work control mechanisms are completed with the permanent evaluation of workers, herein called crowd control. For each task, workers are evaluated with grades, and being below a certain minimum limit (which varies across each platform and location) can lead to punishment and even dismissal from the platform (Slee, 2017). With this, in addition to the possible psychosocial impacts on workers when they are constantly evaluated, companies/platforms reduce their production costs from the need for a typical Weberian hierarchical superior, who controls

and evaluates his subordinates, and, in this way, partially externalizes the control into the hands of a multitude of consumers, a collective manager who permanently watches in order to maintain labor productivity (Abílio, 2019).

Finally, the applications' control mechanisms are subjectively fulfilled by the workers' own control over themselves, which we understand as the symbolic strategy of the neoliberal period that reorganizes the world of work and spreads the model of self-control, by means of what Zarafian (2002) calls subjective engagement or what Dardot and Laval (2016) conceptualize as the new reason for the world of the neoliberal subject. In other words, the subject himself is obliged to do the work with the greatest efficiency and increase his productivity. In the case of travel and delivery platforms, for example, this logic is based on the form of remuneration itself, which is directly proportional to productivity (the driver or delivery person receives for the amount he actually drives and not for the time available on the platform)<sup>4</sup> and in work relationships masked as relationships between two companies, therefore, partnership relationships in which the subject as a "self-company" enters the market to sell a service (ibid.).

In summary, uberization is a stage in a process of precariousness within the historical and political mode of capitalist precariousness, that is, the advance in diluting the obstacles placed on the exploitation of labor conquered during the 20th century and which remain within of the landmarks of a social structure that is encompassed by the commodity form

of living work (Alves, 2007). It is also important to highlight that this is a dynamic movement, that is, it is not the result of an inevitability of technological development and that, in this sense, it can advance or regress depending on the power relations in society (Antunes and Filgueiras, 2020). The possible contours of these power relations, as well as the global terrain of capitalism and its impacts on organizations in the world of work, are the themes we will focus on in the next sections.

In addition to this brief Introduction, this paper is divided into three sections that aim to present the forms and content of counteroffensive initiatives by Uberized workers against platforms. In the first section, we present the theory of globalization as a new historical stage and its relations with uberization. In the second section, we deal with the close relationships between globalization and uberization and a possible path of investigation into the initiatives of uberized people based on the concept of social movement unionism. In the third section, we discuss a set of work strategies in the face of uberization and their potential considering the concept of social movement unionism and an internationalist vocation. Finally, in the Considerations of this paper, we present a summary of the main arguments that support it.

## Counteroffensive strategies of work in uberization

As we have presented so far, the uberization of work is an element of the macroprocess of change in the pattern of capitalism from

the end of the 1970s and, in particular, after the crisis of 2008 and 2009. In this sense, we want to briefly present the background of uberized work, which is its relationship with the globalization of capital.

By globalization, we understand a qualitative change in the capitalist system, that is, when production starts to occur on a global scale and breaks the barriers of national states. As a result, transnational corporations (TNCs)<sup>5</sup> begin to coordinate their actions across the planet (Robinson, 2013). In other words, the accumulation of value expands in two directions: extensive and intensive. In the first, there is the inclusion of new regions, countries, and societies in the sphere of capitalist production, a phenomenon exemplified both at the end of the Soviet regime, and in the inclusion of China in the world market, and also in the advancement of agricultural frontiers in Brazil towards more or less autonomous indigenous communities from the logic of the commodity. In this case, therefore, there is a form of permanent primitive accumulation (Luxemburg, 1989; Harvey, 2013). In the second sense, the intensive expansion of capital involves the inclusion of spheres and activities of human life that previously maintained relative autonomy from the commodity form and are incorporated into this logic. In the phenomenon of the Uberization of work, it concerns part of the services (travel, deliveries etc.) that maintained relative autonomy with the capitalist form of production and began to be controlled by large TNCs. For example, taxi and delivery services previously operated in forms of individual ownership, cooperatives, small groups of couriers hired directly by small businesses.<sup>6</sup>

In the global economy, not only is trade global, but production itself has become fragmented and geographically dispersed in global production and distribution chains (Robinson, 2013; Gereffi, 2005). This change in production patterns was made possible by the development of Information and Communication Technologies (ICTs) and the global financial market, and also by the formation of transnational companies that, in Marxist terms, geographically fragmented the value production circuit – that is, starting from the formula for value production (D-M-P-M'-D'),<sup>7</sup> not only the circulation of goods in commerce (M'-D') is spread across global terrain, but production itself (P) (Robinson, 2013). The similarity of this process with the performance of Uberized labor companies is evident here, considering that the great champions of this sector, such as Uber, iFood, 99Taxi, Rappi, and others operate in more than one country to produce value around their services and, in doing so, they need different work tools produced in a geographically dispersed manner, for instance, cell phones, cars, and motorcycles.

Furthermore, in production chains, dispersion also involves the externalization of activities and responsibilities to outsourced companies, assemblers, suppliers, and self-employed workers, at the same time that command and direction power is centralized in TNCs (Gereffi, 2005; Robinson, 2013). On platforms, the process of decentralization of tasks and responsibilities is, for a multitude of workers, the possibility for platforms to “reconfigure the geography of their production

networks at almost zero cost” (Graham and Anwar, 2019), that is, operate on a planetary scale, but with centralized control in corporations.

This change is not the result of economic impulses alone, but actively mobilized by a new dominant sector: the transnational fraction of the capitalist class. In other words, there is an agent committed to producing changes in the productive and social sphere for global accumulation. This new fraction is oriented towards its global business and is competing to establish itself as a hegemonic fraction at a global level. In this sense, transnational boards of directors are the locus of articulation and formation in which capitalists from different locations are coordinated by global objective interests of accumulation and form common subjective, cultural and strategic interests, that is, they are spaces that integrate this fraction of transnational class. Furthermore, it is worth highlighting that there is a process that goes beyond the participation of non-national members in these councils and that advances towards the intertwining of members who serve on councils of different companies, which enables alliances between TNCs and shared business among players in different parts of the world (Robinson, 2013).

In the case of Uber, its Board of Directors is made up of representatives from TPG Capital, Saudi Arabia’s Public Investment Fund, Nestlé, Veon, CIT Group, Mattel, Northrop Grumman, Match Group, and Flex.<sup>8</sup> iFood, in turn, is supported by resources from the Warehouse Investimentos capital fund, from Movable (a technology investment company

based in Brazil, but which since 2011 has had an office in Silicon Valley); merged with Restaurante Web (a branch of Just Eat, a British-based food delivery group), with SpoonRocket (food delivery group from Silicon Valley), with Rapiddo (super application linked with iFood, 99Táxi, services music streaming, cell phone recharge) and purchased Hekima (a Brazilian artificial intelligence, data science and big data company).<sup>9</sup> The case of iFood is symptomatic and highlights the phenomenon pointed out by Robinson (*ibid.*) on a global basis, that is, the fact that the formation of transnational capitalist sectors also occurs in the Global South.

In summary, what we briefly sought to establish here was a picture of proximity between the uberization of work and capitalist globalization, as both promoted a regressive transformation towards a new regime of accumulation that, from the point of view of work, introduced new technologies, new forms of control and new types of employment contracts (Braga, 2017) that undermined social and labor rights typical of the Fordist model. A new social agent drove these changes: the transnational fraction of the capitalist class that organizes its businesses in TNCs, has common objective interests, joint initiatives, and spaces for articulation (Robinson, 2013). But if this happens from the point of view of the dominant forces, what is the role of the forces of labor in this new historical stage?

Robinson (2013) points out that, although the transnational working class is an objectivity in itself, there is still, from the perspective of the labor forces, no class formation for itself as a counter-hegemonic global project. It is

worth noting that this is not a small challenge or just one of the new stages of capitalism, since in the Communist Manifesto, Marx and Engels (2005 [1848]), in their conclusion, called for “Workers of the world, unite!” (p. 37), in other words, this political challenge of unity for those who make a living from their workforce remains open.

However, the objective terrain of work to build bonds of solidarity and global strategies to counterbalance the power of the transnational capitalist class has become more accentuated in the stage of globalization, as there is now a growing mass of workers under the command of the same transnational companies in across the globe (Robinson, 2014). However, it is important to emphasize that there are still internal cleavages within the working class, such as occupational differences (formal jobs and non-conventional jobs outside the protection of rights), geographic (Global North/South), communicational, generational, gender, and racial differences. (Antunes, 2018), which makes the task of a global unitary agency a difficult undertaking. Added to this is the decrease in union density – especially due to the crisis of the Fordist model and traditional unionism – in the major economies of the world (Braga, 2017).

On the other hand, there is a set of new initiatives to organize the world of work based on other forms of organization and union political orientation, particularly important for the theme of this article, that of uberized workers. Therefore, here we will deal with the organization initiatives of uberized people around the world in the light of social movement unionism (Waterman, 1993; Moody,

1997; Braga and Marques, 2017), concept from the sociology of unionism that, in our view, provides guidelines for renewing labor forces in the face of the challenges of the globalized economy.

By social movement unionism, we understand it as form of organization that is critical of the limitations of unionism on strictly economic issues and of the hierarchical/bureaucratic structures of internal organization. In this sense, the workers' struggle should not be limited to the workplace, but incorporate various societal agendas, in particular, the struggle for the expansion of democracy (Costa, 2011). In this way, the centrality of democracy places these experiences in opposition to hierarchical unionism by valuing more horizontal forms of organization and with a greater degree of participation and deliberation at the base (Braga and Marques, 2017), as participation is seen as a central element for decisions made by those who actually participate (Moody, 1997).

By articulating itself around more general agendas and beyond the economic ones of each workplace, social movement unionism proposes to weave organic relationships of partnership and sharing of strategies with other movements, for example, with communities affected by business activities, with ecologism and with feminist movements (Waterman, 1993; Recoaro, 2020). This relationship with other popular social agents is fundamental to thinking about a strategic orientation that deals with the internal fragmentations of the new morphology of the working class. From this angle, it is worth highlighting the orientation to organize the disorganized, the most impoverished, unemployed and informally employed sectors of workers (Moody, 1997),

which is particularly important, in the sense in which Braga and Marques (2017) point out, to the need for trade unionism to incorporate and reorganize itself based on the demands of young precarious workers – a worker base that even supports the work of drivers and app delivery people, as we have already pointed out in this article, based on data on remuneration and working hours.

Added to this is the vocation for internationalism pointed out by the authors in social movement unionism. With the weight of TNCs in the current stage of capitalism, it is necessary for there to be, on the labor side, an organization at an international level that even goes beyond just the top links between leaders of national unions and that puts workers from the base to articulation of strategies, exchange of information and resources (Moody, 1997; Waterman, 1993). International strategies are, moreover, a means of finding points of weakness in the global production chain of companies and have an educational role for workers to understand the different productive situations in each country (Moody, 1997).

In this sense, the experiences of international union networks and international framework agreements (IFAs) are elucidative of the potentialities and limitations of the internationalism advocated by social movement unionism and, as we will present, they have close relationships with the strategy of the uberized. By conceptualization level, we understand a union network as “a horizontal organization that aims to articulate in the same space for exchanging information and action, the representatives of workers who work in relation to the same transnational company in different locations” (Mello, Framil, Freston, 2015, p. 3) and which combines different

strategies and public campaigns within these companies (Evans, 2014). In other words, here we are dealing more with an orientation than with a rigid and predetermined model of organization, and what is posed is a challenge and a potential for the work of building its global governance (ibid.).

In summary, we are presenting a work strategy to share information, joint action strategies, global campaigns to put pressure on TNCs and especially to target weak points in global production chains. To this end, one of the repertoires used by transnational networks and federations of international unions are IFAs. These agreements are pacts signed between the company's management and, at least, an international union federation – but which may also involve other union agents and company committees – which aim to standardize a minimum floor for workers' rights throughout the production chain, “establishing permanent mechanisms for exchanging information and control, which promote the implementation of healthy work practices in all operations of an international company” (Hennebert, 2017, p. 3). In terms of content, the agreements are diverse, but, in general, their common denominator is the conventions of the International Labor Organization (ILO) (ibid.).

The signing of IFAs, initiated in the late 1990s, is a movement of appropriation/resignification by unions of social accountability commitments built by the companies themselves, for example, ISO 26000 and AS 8000.<sup>10</sup> That is, instead of social responsibility commitments being defined by the companies themselves or by other employers as an accountability strategy,

trade union organizations become part of the definition of these production and workforce management standards in some transnational companies (ibid.). In this sense, IFAs have the power to forge a space for the recognition of international union agents and the construction of global governance – in the terms of Evans (2014) – for the world of work. Furthermore, from them, a common agenda can be formed between different union players that begin to share global practices and solidarity networks between different production plants that can even be means of support for workers from countries with less protective resources and organizational power. Furthermore, agreements can be mechanisms for improving the organizational context of workers and, in this case, the examples of Chiquita and Quebecor World<sup>11</sup> are interesting, because the global campaigns to establish IFAs in these companies were followed by an increase in unionization rates in these transnational companies (Hennebert, 2017).

However, if this is a promising path for labor forces in the face of the globalization of production, neither union networks nor IFAs are panaceas that provide answers to all union dilemmas. Therefore, the authors discussed here point to the main difficulties of these initiatives: the real apprehension of these agreements by the base of the categories (not only by workers from central countries or by international union leaders) and by sectors of the production chain outside the headquarters (suppliers and outsourced) (Hennebert, 2017; Evans, 2014). This is because as they are agreements between international networks and company management, there is no binding element from a legal point of view at the global

level, which means that, ultimately, it is the workers' own ability to mobilize strength that makes these real practice agreements.

Up to this point, we have presented an approach that seeks ways to face the globalization of production from the forces of labor, or what Burawoy (2000) names globalization from below up, that is, that seeks to understand the impacts of global changes at the local level, with based on the real experiences of workers. It is with this orientation and the theoretical frameworks of social movement unionism and international union networks that we will analyze the organization, strategies, repertoires, and agendas of uberized workers.

## Precarious, but organized

The collective organization of uberized people is limited by barriers, whether those of the State or those of transnational companies themselves. The main one is the subjectivity encouraged by companies through the idea that these workers are just individual partners and, therefore, the success or failure of each one depends solely on themselves. The result of this is the denial of collective action and representation as a legitimate mechanism for workers. Cant's report (2020) on the strike of delivery drivers in Brighton, England, is an example of the practice of platforms across the globe. The author points out that Deliveroo, even with a pause in services, refused to discuss any demand collectively or with any trade union in the category,

arguing that negotiations should only be done individually with its "independent hired individuals" (ibid.).

It is worth highlighting that, in addition to not recognizing collective demands, platforms also use "force" to stop mobilizations. Disconnections from the platform are recurring practices as an instrument of control for the independent workers' organization<sup>12</sup> and, there is even a determination of how Uber users should address their complaints to management, with access to websites such as Reclame Aqui being prohibited (Antunes and Filgueiras, 2020). Another symptom of the platforms' anti-union practices was the report, produced by Agência Pública, which pointed out that iFood hired an advertising agency and infiltrated people in the category's mobilizations to limit strike practices.<sup>13</sup>

However, despite the scenario of control and delegitimization of collective action, these workers organize themselves in different ways. Grohmann (2020) presents a proposal for dividing the organization of these workers, namely: "a) regulation of work on digital platforms; b) collective organization of workers; and c) construction of other work organization logics, such as platform co-operativism" (p. 106). This is not a schematic division, and, in the daily practice of workers, there is a combination of these initiatives/objectives in different levels, but it serves us, to some extent, as a guiding compass.

Regarding the regulation of work on digital platforms, Grohmann (ibid.) points out two main paths: a) the recognition of uberized people as employees of corporations and b) the establishment of guidelines so

that platforms follow minimum standards that guarantee decent work, according to the parameters of the International Labor Organization. In this field, we are dealing with a scenario with comings and goings and with very particular rhythms in each country. For example, cases from the United Kingdom are illustrative, where the British Supreme Court recognized the employment relationship of 20 Uber drivers and guaranteed rights such as minimum wage and paid vacation; and Spain, where the government announced a proposal to regulate workers after a decision in the same direction by the Supreme Court of Spain. In the Spanish case, Artur and Cardoso (2020) point out that decisions have advanced towards a more updated understanding of the idea of subordination, seen as existing as a result of the platform holding the major means of production (software), the brand, the monopoly of information and evaluation control. On the other hand, in the Brazilian case, the understanding of the main labor court is to deny the employment relationship and subordination, in view of the decision of the Superior Labor Court, in March 2021, for the non-recognition of the employment relationship (Brasil, 2021).

Regarding the collective organization of uberized people, the English experience is emblematic, but there are also Brazilian experiences, such as the articulation of Uber drivers in May 2019, who paralyzed their activities in Brazilian cities, such as São Paulo, Recife, Acre, Brasília, and Salvador, in conjunction with a global call for strikes that occurred simultaneously with the opening of the company's shares on the stock exchange. The agenda in Brazil revolved around better remuneration and information for drivers about

customers – a measure that directly impacts job security – and was shaped by new associations in the category, such as the Association of Application Drivers of São Paulo (Associação dos Motoristas de Aplicativo de São Paulo - Amasp) and the Association of Independent Private Drivers of Rio de Janeiro (Associação de Motoristas Particulares Autônomos do Rio de Janeiro – Amapa RJ).

More recently, delivery drivers led a national strike in July 2020, with focus on large capitals in the country (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Salvador, and Recife), for better wages, insurance against theft and accidents, life insurance, assistance to face the pandemic – such as personal protective equipment – and paid leave for sick couriers.<sup>14</sup> In São Paulo, center of the mobilization, there was a large motor march from the Masp museum to Estaiada bridge. In addition to the mobilizations materialized on the streets, behind this, there is an entire informal network of ongoing contacts of these workers by messaging applications and groups on social networks (Cant, 2020; Kalil, 2020; Englert, Woodcock and Cant, 2020).

In these virtual and informal networks, information, tips about work, and debates about platform issues are shared, and even embryos of more lasting collective organizations are formed. This importance is expressed by Galo, leader of the group Entregadores Antifascistas, in an interview for UOL's Ecoa portal: *“I joined WhatsApp groups of couriers and said that we had to have better working conditions, that they had to guarantee us food”* (Rodrigues, 2020).

From this perspective, a dialectical relationship is observed between work and information and communication technology

because, on the one hand, ICTs allow the control in uberization to be elevated to the smallest particle of production (the individual); on the other, the work's own counteroffensive initiatives are also forged in these spaces. Clear examples of this contradiction are Turkopticon and Fair Crowd Work. The first is a platform that allows workers to rate people and companies requesting tasks on Amazon Mechanical Turk;<sup>15</sup> the second is a website developed by the German Metalworkers Union, which allows applications to be classified by Uber users. In other words, these are initiatives by uberized people who use ICTs in the search to change the meaning of evaluation mechanisms, this time in their defense, since they reduce "the asymmetry of power that exists between the platform and its clients and workers, in as it opens up space for the exchange of information about service takers" (Kalil, 2020, p. 90).<sup>16</sup>

From the point of view of its internal organization, there are a myriad of organizational forms in the category, ranging from exclusively online initiatives to more horizontal workers' organizations without a clearly defined structure (Treta and Entregadores Antifascistas are the two biggest examples of this format, also because they were the major boosters of the #brequedosapps in July 2020), as well as more traditional associations and unions.<sup>17</sup> As examples of the latter case, the Association of Application and Self-Employed Motorcycle Freight Workers of Brazil (Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil – AMABR) and the São Paulo Motorcycle Couriers Union (SindimotoSP) stand out, two organizations that even participated in hearings of the Parliamentary Inquiry Commission (CPI) of the São Paulo City Council Applications.

Another element to be highlighted are the different tactics of these movements, with Treta and Entregadores Antifascistas favoring shutdowns and strike initiatives as a way of submitting their demands to the platforms, and AMABR and SindimotoSP prioritizing pressure relations through parliamentarians, city halls and state agencies such as Detran (state traffic department).

In this sense, the British experience highlighted by Cant (2020) points to a possible path of relationship between delivery drivers and unionism, as, after a cycle of mobilizations by Deliveroo's couriers<sup>18</sup> which spread across the major cities of the country, there was a movement of double rapprochement between the unions and the agenda of the uberized. Thus, on the one hand, these agendas were incorporated into trade union agendas, especially by the Independent Workers Union of Great Britain (IWGB), and, on the other, there was a gain in confidence on the part of the category in this organization.

Then, we believe that this process is close to social movement unionism and its orientation towards relating, as a mobilization strategy, with a set of diverse social players (Watermann, 1993). Both Treta and Entregadores Antifascistas have relations with mobilizations of other categories (metallurgists, chemists etc.), other social movements (the Landless Rural Workers Movement, for instance), and with mobilizations of acts in defense of democracy and against privatizations of public facilities.<sup>19</sup> Besides, during the category's shutdown itself, there was a call for solidarity with consumers on the platforms, to boycott deliveries during the #broquedosapps (Braga, 2020), that is, in an effort to mobilize consumer communities as a support.

In relation to the agenda, #brequedosapps centrally dealt with issues linked to remuneration and work in the category. As Braga (ibid.) and Grohmann et al. point out. (2022), the movement's public demands were for an increase in the value of the delivery fee, for the creation of life insurance and meal vouchers, for personal protective equipment, such as masks and alcohol gel (in the wake of covid-19 pandemic), and the end of unreasonable blocks - that is, when a courier is blocked from the application either due to a customer complaint or political persecution, with no possibility of counter-argument from the worker, and is no longer allowed to provide the service. In this sense, it is clear that there is a set of guidelines focused on specific rights of the delivery people themselves and linked to the demands generated by the work process.

As for international orientation, there is an experience of an international federation of app couriers, the Transnational Federation of Couriers, with a base of Uber users in European countries, such as Austria, Belgium, Finland, France, Germany, Ireland, Italy, Netherlands, Norway, Spain, Switzerland, Spain, Switzerland, and the United Kingdom (Cant, 2020). However, despite these initiatives in the field of work, the posture of the platforms is the same: in general, quite refractory to the recognition of workers' agents and, even more so, this occurs unevenly between countries. In this way, IFA negotiations between platforms and Uberized workers have not yet been reached globally.

In the Brazilian case, there has not been, until now, such an evident formation of transnational articulation of Uberized

people, but there have already been attempts to establish international relations, both in the strike of Uber drivers in 2019, and in the approaches of Entregadores Antifascistas, with the tactic to build co-operatives of couriers via app, very inspired by the Coopcycle experience.<sup>20</sup> Here we deal with the third axis of organization proposed by Grohmann (2020): Coopcycle is a cooperative of couriers that claims to be democratically governed by the members, which allows the reduction of couriers' costs through the combination of resources and the increase in bargaining capacity for your rights. In addition, they have a group of volunteers who help organize an anti-capitalist business model, from software development, global coordination, lobbying and legal support.<sup>21</sup>

This strategy is inspired by and inspires the theoretical contribution of Scholz (2017) on what the author calls platform cooperativism. For him, the way to counter uberization is to give new meaning to the use of technology based on 10 principles: shared ownership of the platform; decent pay; transparency in data and information for workers and consumers; direct communication channel between consumers and workers; involvement of workers throughout the production process; legal structure that supports the existence of cooperatives; portability of labor benefits – that is, that they are maintained if there is a change in activity; protection against abusive behavior; prohibition of excessive surveillance as a control mechanism; right to disconnect, guaranteeing rest time for workers. In other words, the bet is on the possibility of reversing the direction of technology, which, in uberized

work, is mobilized to explore and control and, in platform cooperativism, would be used to provide more supportive and equitable arrangements.

In summary, what we intend to show in this section are the similarities between some organizational experiences of uberized people, social movement unionism, and the potential of the notion of international union networks for this category. Evidently, these three concepts are not identical, but they are somehow related to responding to the precariousness of platform work on a global scale in the light of democracy, more participatory arrangements, global articulations, and a more explosive profile. The Considerations summarize these experiences according to what we defend in this article: a need for a global counteroffensive by uberized workers.

## Considerations

In the present paper, we point out a close relationship between the uberization of work and the process of capitalist globalization and, mainly, we debate the organizational strategies, forms, and repertoires of uberized people in international experiences and in Brazil (especially Treta and the Entregadores Antifascistas), starting from its proximity to the concept of social movement unionism and an international orientation of work organization.

The first approach was outlined based on the presentation, on a global scale, of several companies/applications, their merger processes and purchases from other companies at the international level, as well as the transnational profile of the agents on their administrative boards, which highlights, in composition of uberized companies, their participation in the transnational capitalist class (Robinson, 2013). In this scenario of operation of applications on the global terrain for accumulation, there is a new landscape that requires new strategies from trade unionism and, fundamentally, new governance at the global level to counter the power of capital (Evans, 2014).

As discussed throughout the article, the task of global labor governance is neither completely new nor simple, therefore, the experiences studied and presented here are not panaceas for the future of trade unionism. There are still a few difficulties with the companies/applications not recognizing the collective agency of these workers, that is, their performance as legitimate negotiation agents. Despite this, it is evident that a set of experiences of workers emerges who, in their different methods, forms of organization and repertoires, in Brazil and around the world, have tendencies towards a more democratic, mobilizing and internationalist orientation, which brings a power to confront, in the global arena, the plundering of work that represents uberization.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-1156-4664>**

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Trabalho, Migrações e Políticas Sociais, Santo André, SP, Brasil.  
pedroararas2@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-3444-1763>**

Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Santo André, SP/Brasil.  
sidney.jard@ufabc.edu.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Juliana Spadotto, email: jspadoto@gmail.com

## Notes

- (1) Data published in *Exame* magazine on April 1<sup>st</sup>, 2020. Available at: <https://exame.com/negocios/candidatos-a-entregador-do-ifood-mais-que-dobram-com-coronavirus/>. Accessed on: March 29, 2021.
- (2) It is worth noting that the transformations that engendered the fordist model had specificities in the Brazilian reality, because a working class holding labor and social rights has always been a minority part in the national labor market, with informal work persisting perennially and inequality in labor and social rights, thus favoring more organized categories and with greater relative bargaining weight before the State (Abílio, 2011; Oliveira, 2003).
- (3) Dynamic rates, or lives, operate as multipliers in service prices in certain regions and times when there would naturally be a low supply of drivers/couriers in relation to demand. As a result, “at times when workers would normally prefer to stay at home, such as festive days, the company provides financial incentives” (Oitaven, 2018, p. 37) and guarantees the supply of workforce.
- (4) This form of remuneration resumes a type of wage employment highlighted by Marx (2013) as a way of linking the interests of the individual worker with the interests of capital: the piece-rate wage.
- (5) By transnational corporations, we mean companies that have branches dispersed around the world, with an increase in cross-border mergers and acquisitions, with transnational interconnection of administrative boards, mutual cross-investments between companies from two or more countries, transnational ownership of equity shares, diffusion of cross-border strategies alliances of all kinds, vast outsourcing and subcontracting networks, and the growing importance of high-ranking transnational business associations (Robinson, 2013).

- (6) With these forms of business management, hiring, and employment, we do not mean that they are anti-capitalist models, but models that maintain greater autonomy in relation to the direct logic of accumulation imprinted by transnational companies of uberized labor, which allows, for example, more advantageous local agreements for workers.
- (7) Translator's note: the elements that compound the formula is in Portuguese: D stands for dinheiro (money), M for mercadoria (merchandise), P for produto (product), M' for mais mercadoria (more merchandise), and D' for mais dinheiro (more money). This is Marx's classic value production formula, that is, how money is converted into merchandise (input, labor, machinery etc.) that form the production process of new goods, with a central focus on the labor force. These new products are added with more value, resulting from human work, which will later be sold on the market, transforming this value into more money for the owner of the means of production when the production cycle is resumed.
- (8) Available at: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/lideranca/>. Accessed on: March 29, 2021.
- (9) Available at: <https://institucional.ifood.com.br/ifood>. Accessed on: March 29, 2021.
- (10) A ISO 26000 is a standard that advocates social responsibility and the incorporation of socio-environmental considerations in decision-making processes through ethical and transparent behaviors that contribute to sustainable development (Inmetro, 2020).
- (11) Chiquita Brands International is an agricultural company and one of the world's leaders in banana cultivation and distribution worldwide. And Quebecor World is a clothing production corporation, especially sporting goods.
- (12) The documentary "GIG – The uberization of work", shows some reports from workers who were disconnected from the platforms after participating in mobilizations. Available at: <https://reporterbrasil.org.br/gig/>. Accessed on: August 25, 2023
- (13) Available at: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>. Accessed on: 5 April, 2022.
- (14) Details of the agenda can be accessed on Treta's Facebook page. Available at: <https://www.facebook.com/113571473622723/posts/154807339499136/?d=n>. Accessed on: March 15, 2021.
- (15) Amazon Mechanical Turk is a digital platform service created by Amazon where users hire remote workers to perform small tasks that computers are not yet capable of, for example, correcting a text.
- (16) In Brazil, female Uber drivers, to face insecurity and the risk of harassment, created a group on WhatsApp called "Damas ao Volante" ("Ladies behind the Wheel") in which they periodically post their locations to signal that "everything is ok" (Dolce, 2019), another indication that the organization of uberized people involves communication and articulation tools by means of applications such as Facebook, WhatsApp and Telegram.
- (17) An association is understood here as a group of professionals of the same category that organizes itself around a set of demands and elects representatives to lead this entity, that is, it is a form of collective organization of workers. The union is a specific type of association, because it is recognized by the Brazilian State, based on the structure of official unionism, and is legally the representative of an entire category of workers.

- (18) Deliveroo is an Uber-based food delivery company based in London and operating in more than 13 countries.
- (19) All of these actions can be found on the Facebook and Instagram pages of the respective movements.
- (20) In an interview arranged by BBC News and republished by UOL's Blog Tilt, Galo highlights this approach: "It's logical that we know the limitations we have, maybe we start in a state (of the country), but the idea is that it should be a general cooperative, and if possible international. We are in contact with Argentina and other countries, with Chile, Mexico, Colombia. It's live and let live, you know? Let's see what happens." Available at: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2020/07/27/adeus-ifood-entregadores-tentam-criar-cooperativa-para-trabalhor-sem-patrao.htm?cmpid=copiaecola>. Accessed on: March 21, 2021.
- (21) See the Coopcycle website: <https://coopcycle.org/en/>

## References

- ABÍLIO, L. C. (2011). *O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2017) "Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia". In: MACHADO, R. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 503, ano XVII, pp. 20-27.
- \_\_\_\_\_. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3.
- ALIANÇA BIKE (2019). *Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo*. Disponível em: <http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo/>. Acesso em: 18 jun 2020.
- ALVES, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina, Praxis; Bauru, Canal 6.
- ANDERSON, P. (1995). "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*. Niterói, v. 39, n. 1, pp. 27-43.
- ARTUR, K.; CARDOSO, A. C. M. (2020). O controle das plataformas digitais: nomear a economia, gerenciar o trabalho e (des)regular os direitos. *Tomo*, n. 37.
- BIHR, A. (1998). "O compromisso fordista". In: BIHR, A. *Da grande noite à alternativa – O movimento operário europeu em crise*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial.

- BRAGA, R. (2017). *A rebeldia do precariado*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). *#BrequeDosApps: enfrentando o uberismo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em: 15 jan 2022.
- BRAGA, R.; MARQUES, J. (2017). Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 19, n. 45, pp. 52-80.
- BRASIL (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características adicionais do mercado de trabalho-2019*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf). Acesso em: 19 jan 2021.
- \_\_\_\_\_. (2021). Tribunal Superior do Trabalho (4ª Turma). Acórdão do processo nº TST-RR-10555-54.2019.5.03.0179. Recorrente: Neder Henrique Gomes Correa. Recorrido: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Relator: Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, em 2 mar 2021.
- BURAWOY, M. (2000) “Conclusion – grounding globalization”. In: BURAWOY, M.; BLUM, J. A.; GEORGE, S.; GILLE, Z.; GOWAN, T.; HANEY, L.; KLAWITER, M.; LOPEZ, S. H.; Ó RIAIN, S.; THAYER, M. *Global ethnography*. Berkeley, University of California Press, pp. 335-350.
- CANT, C. (2020). *Riding for deliveroo*. Medford, Polity Press.
- COSTA, H. A. (2011). “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas”. In: COSTA, H. A.; ESTANQUE, E. *O sindicalismo português e a nova questão social*. Coimbra, Edições Almedina.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). “A fábrica do sujeito neoliberal”. In: DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão de mundo*. São Paulo, Boitempo.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. (2006). Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, v. 11, n. 22.
- DOLCE, J. (2019). *A uberização do trabalho é pior para elas*. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-para-elas/>. Acesso em: 12 jul 2019.
- ENGLERT, S.; WOODCOCK, J.; CANT, C. (2020) Operarismo digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, pp. 47-58.
- EVANS, P. (2014). National Labor movements and transnational connections: global labor’s evolving architecture under neoliberalism. *IRLE Working Paper*, n. 116.
- FILGUEIRAS, V. A. et al. (2020). *Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil*. Salvador, Núcleo de Estudos Conjunturais.
- FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 17, pp. 844-856.
- GEREFFI, G. et al. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1.
- GRAHAM, M.; ANWAR, M. (2019). The global gig economy: towards a planetary labour market? *First Monday*, v. 24, n. 4.
- GROHMANN, R. (2020). “Plataformização do trabalho: características e alternativas”. In: ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.

- GROHMANN, R. et al. (2022). *Plataformas e trabalho (in)decente no Brasil*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/03/17/plataformas-e-trabalho-indecente-no-brasil/>. Acesso em: 5 abr 2022.
- HARVEY, D. (2008). *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2013). Crise na economia espacial do capitalismo: a dialética do imperialismo. In: HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo.
- HENNEBERT, M. (2017). Os acordos-marco internacionais e as alianças sindicais internacionais: instrumentos de uma necessária transnacionalização da militância sindical. *Sociologias*, v. 19, n. 45, pp. 116-143.
- INMETRO (2020). *ISO 26.000*. Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp). Acesso em: 25 ago 2023.
- KALIL, R. B. (2020). Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. *Contracampo*. Niterói, v. 39, n. 2.
- LUXEMBURGO, R. (1989). *A acumulação de capital*. São Paulo, Nova Cultural.
- MARX, K. (2013). “O salário por peça”. In: MARX, K. *O Capital*, Livro 1. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K; ENGELS, F. (2005). *Manifesto comunista*. São Paulo, Boitempo.
- MELLO, S. L.; FRAMIL, F. R.; FRESTON, R. (2015). Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores. *Análise*, n. 5. Friedrich Ebert Stiftung Brasil.
- MOODY, K. (1997). Towards an international social-movement unionism. *New Left Review*. Londres, v. 0, ed. 225.
- MORAES, R. B. S; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. (2019). Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, n. 3, pp. 647-681.
- OITAVEN, J. C. C. (2018). *Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos*. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 248 p.
- OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- POCHMANN, M. (2001). As possibilidades da “nova economia” e seus efeitos no trabalho no Brasil. In: POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo, Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2017). *A nova classe do setor de serviços e a uberização da força de trabalho*. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/a-nova-classes-do-setor-de-servicos-e-a-uberizacao-da-forca-de-trabalho-por-marcio-pochmann/>. Acesso em: 18 ago 2019.
- RECOARO, D. A. (2020). Sindicalismo de movimento social e a organização das mulheres. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 93, pp. 1-24.
- ROBINSON, W. I. (2013). *Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clase y Estado en un mundo transnacional*. México, Siglo XXI Editores.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Global capitalism and the crisis of humanity*. Nova York, Cambridge University Press.
- RODRIGUES, P. (2020). *Galo de luta*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo-galo-lima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/>. Acesso em: 23 ago 2020.

- SCHOLZ, T. (2017). *Cooperativismo de plataforma*. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo.
- SLEE, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precário*. São Paulo, Elefante.
- SRNICEK, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- UBER (2019). *Fatos e dados sobre a UBER*. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acesso em: 12 jul 2019.
- WATERMAN, P. (1993). Social-movement unionism: a new union model for a new world order? *Journal Review* (Fernand Braudel Center), v. 16, n. 3, pp. 245-278.
- ZARAFIAN, P. (2002). Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos Cebrap*, v. 64. São Paulo.

Received: March 14, 2023  
Approved: August 2, 2023

# Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais

Subjectivation and psychosocial risks of the uberization of work in territorial dynamics

Ronaldo Gomes-Souza [I]  
Marcelo Claudio Tramontano [II]

## Resumo

Diante das mudanças econômicas, políticas e tecnológicas do mundo do trabalho no território urbano, enfrentamos hoje novas informalidades que precarizam as relações e condições de trabalho de forma global. O objetivo deste ensaio é tecer reflexões críticas sobre os processos de novas subjetivações e riscos psicossociais da uberização do trabalho e seus impactos nas dinâmicas territoriais, destacando as empresas-plataforma que oferecem serviços de táxi e entrega, fazendo um panorama que desloca do cenário internacional para o nacional. Os trabalhadores uberizados enfrentam situações singulares de violências das empresas-plataforma e urbana, agravando os riscos psicossociais, a dignidade, a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores. As práticas, gestão e contradições dessas empresas denotam a privação do direito à cidade e a captura da subjetividade dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** precarização e uberização do trabalho; saúde mental; território urbano; subjetivação; riscos psicossociais.

## Abstract

*In view of the economic, political, and technological changes in the world of work within the urban territory, nowadays we are facing new informalities that increase the precariousness of work relationships and conditions in a global level. This essay aims to reflect critically on new subjectivations and on psychosocial risks related to the uberization of work, analyzing their impacts on territorial dynamics. We highlight platform companies that offer taxi and delivery services, and we provide a panorama that shifts from the international to the national scenario. Uberized workers face unique episodes of violence committed by platform companies and urban violence, which intensify psychosocial risks and harm workers' dignity, health, and quality of life. The practices of platform companies, as well as their management and contradictions, reveal a deprivation of the right to the city and the capture of workers' subjectivity.*

**Keywords:** precarization and uberization of work; mental health; urban territory; subjectivation; psychosocial risks.



## Introdução

Através do discurso sobre melhorias e modernização do mercado global e os novos avanços tecnológicos e sociais, o sistema capitalista desenvolve novas estratégias de gestão e modalidades trabalhistas que impactam as dinâmicas territoriais, condicionam os trabalhadores a construir novas formas de subjetivação e os submetem a riscos psicossociais. Corroborando diversos autores (Pereira et al., 2020; Rodrigues, Faiad e Facas, 2020), adotamos, neste ensaio, a noção de riscos psicossociais como fatores físicos, psicológicos e sociais decorrentes da organização e gestão adversas do trabalho, que agravam as condições de saúde do trabalhador, podendo desencadear adoecimento mental e outros impactos negativos, dentro e fora do contexto de trabalho.

A pressão do mercado financeiro internacional incita mundialmente a adoção de outras modalidades de trabalho em processos neoliberais de produção de cidades, enquanto projeto de Estado (Seixas e Bordignon, 2022). No Brasil, essa pressão se legitima através das leis n. 13.429/2017 (Brasil, 2017a) e 13.467/2017 (Brasil, 2017b), que ampliam o contrato de terceirização de mão de obra, e da Emenda Constitucional n. 103/2019 (Brasil, 2019). Juntas, elas flexibilizam e fragilizam os laços contratuais (Alves, 2011b), favorecem e embasam novas informalidades de trabalho, como aquelas estribadas em plataformas digitais, de propriedade das chamadas empresas-plataforma, precarizando as condições e relações de trabalho, bem como reduzindo a proteção e as garantias sociais trabalhistas.

Essas leis estão relacionadas com o fenômeno da plataformização, que marca o surgimento de um novo proletariado da era digital,

impulsionado pela forma como o capital tem se utilizado das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e ancorado na integração entre as TICs mediadoras da relação entre serviços urbanos, cidadãos e cidades. Seu escopo principal, ao menos no discurso por parte das empresas, é o desenvolvimento sustentável e a elevação da qualidade de vida da população, sendo o lucro, secundário. O uso dessas tecnologias requer, em geral, conexão com a internet e a posse de um telefone celular do tipo smartphone por parte dos trabalhadores. No Brasil, a mais popular das empresas-plataforma é, possivelmente, a Uber, o que torna os processos de trabalho mediado por plataformas também conhecidos como uberização do trabalho (Abílio, 2019, 2020 e 2021; Antunes, 2020).

Dentre as várias empresas-plataforma atuantes hoje no mercado, enfatizaremos aqui os trabalhadores uberizados (Abílio, 2020) que exercem atividades de transporte de pessoas e entrega de encomendas pelas empresas 99, Uber, UberEats, iFood e Rappi, devido à sua popularidade e seu destaque no cenário nacional e internacional (Antunes, 2020; Slee, 2019). Aprofundaremos os fenômenos de exclusão social, privatização do espaço urbano e privação dos direitos dos trabalhadores enquanto cidadãos, decorrentes da flexibilização e superexploração do trabalho a partir da lógica neoliberal, expressa pelo neologismo *flexploração* (Bourdieu, 1998, p. 125; Areosa, 2020), e da privação do direito à cidade (Carlos, 2014; Harvey, 2014). Destacaremos as missões – termo jurídico-administrativo que designa as identidades, a razão de ser e os propósitos que, por lei, toda empresa deve declarar (Scorsolini-Comin, 2012) – que a 99, a Uber, a UberEats, a iFood e a Rappi defendem,

buscando revelar contradições entre suas narrativas e discurso e suas práticas de controle das atividades dos trabalhadores no território urbano (Cardoso, 2022), por meio dos algoritmos das plataformas.

Notamos, assim, alterações de ordem não apenas econômica, mas também política no mundo do trabalho, que influenciam dinâmicas territoriais e impactam negativamente na qualidade de vida da população. É nesse cenário que buscamos entender as peculiaridades dos processos de subjetivação dos trabalhadores internamente ao trabalho uberizado, bem como as singularidades dos riscos psicossociais a que tais trabalhadores estão suscetíveis, em seu cotidiano no território urbano.

Entendemos, aqui, por subjetivação o processo de formação da subjetividade que constitui o sujeito (Aita e Facci, 2011; Rey, 2002 e 2007). É o fenômeno no qual os sujeitos constroem, reconstroem, organizam e manifestam, de forma singular, seus pensamentos, afetos, sentimentos e emoções, produzidos socialmente na interação com o outro, em dado contexto histórico e cultural, nos diferentes espaços que atuam e atuarão ao longo da vida (Mitjans Martínez, 2005; Rey, 2002). Discorrer, portanto, sobre novas subjetivações exige assumir a constituição de novos sujeitos. Particularmente sobre os sujeitos trabalhadores, interessa-nos indagar como a organização e gestão do trabalho integram e modificam seu processo de subjetivação.

O principal objetivo do presente ensaio é tecer reflexões críticas sobre os processos de novas subjetivações e riscos psicossociais da uberização do trabalho e seus impactos nas dinâmicas territoriais. O ensaio busca desvelar paradoxos e contradições, tanto das cidades

neoliberais, quanto do discurso das empresas-plataforma, em que contrastam uma narrativa promotora de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para as pessoas nas cidades, com suas práticas de gestão e controle, que revelam um cenário violento e perverso de precarização, bem como prejuízos psicológicos, sociais e políticos aos trabalhadores.

Empregamos os procedimentos metodológicos de busca e consulta a fontes secundárias – documentos acadêmicos impressos e eletrônicos –, submetendo-os ao método de leitura científica sistematizado por Cervo e Bervian (2002), que consiste em localizar as fontes que se aproximam dos propósitos do estudo pretendido, compreender e produzir leitura crítico-reflexiva dos materiais selecionados e suas respectivas redes de sentidos e significados, para, finalmente, concretizar a leitura interpretativa.

## Capital global no mundo do trabalho

Observando as transformações ocorridas no universo laboral nos últimos quarenta anos, é clara a preocupação das empresas em desenvolver estratégias de atração e adesão dos trabalhadores, a fim de alimentar a constante ampliação da geração de lucro do sistema econômico-financeiro, através da exploração da força de trabalho (Silva Resende, Mata e Paiva Castro, 2015). Divulgam, nesse esforço, um discurso no qual haveria, supostamente, um jogo em que todos ganham. Ou seja, a empresa, por sua parte, estaria disposta a se organizar para atender, de forma atraente, a demandas,

desejos e necessidades do trabalhador. Em troca, o trabalhador faria o mesmo pela empresa, somando-se à defesa de projetos sociais e ambientais mantidos por ela. Ambos, a princípio, sairiam ganhando nesse jogo, o que resultaria em uma imagem social positiva de uma empresa que considera as demandas do trabalhador, induzindo-o a ter orgulho de trabalhar em um ambiente no qual se sente acolhido.

É igualmente clara, nos últimos anos, a transmutação dessas preocupações, substituídas, resumidas e acentuadamente reduzidas ao aumento do lucro das empresas (Galhardo, 2020; Secco e Kovaleski, 2022; Silva e Neto, 2021). Esse processo se ancora na desregulação dos mercados financeiros, que enfatiza a mundialização do capital, sem o controle estatal. Aqui, o sistema dominante é, primeira e essencialmente, econômico. A lógica dos meios de produção de diferentes mercadorias e serviços está embasada, de forma dialógica e complexa, em benefícios financeiros, regulando, ditando, oprimindo, desafiando, constituindo, controlando e impactando o mundo do trabalho. Por isso, trata-se não somente de um sistema neoliberal, mas de um sistema político-econômico neoliberal globalizante, porque impacta na forma como é concebida toda a rede de direitos das pessoas, portanto sua dimensão política, para além da dimensão econômica (Alves, 2011a e 2011b).

Esses aspectos foram cruciais para a consolidação da globalização, permitindo que o capital financeiro se tornasse o determinante fundamental da economia. Assim, pontua Gaulejac, em entrevista a Braz e Silva (2020, pp. 3-4), “a economia real, isto é, a economia da produção, a economia territorializada, a economia industrial, se transformou

completamente pelas exigências de rentabilidade e produtividade do *share holder value*”. O autor argumenta, ainda, que, em períodos anteriores, havia ao menos a preocupação em se equilibrar capital e trabalho nas organizações, mesmo que, na prática, o capital suprimisse as preocupações com o trabalho. Na atualidade hipermoderna, essa preocupação é enfraquecida ao ponto de ver-se apagada e substituída pelo valor capital-financeiro.

Assim, a economia da produção territorializada torna o mercado onipotente, criando estratégias de gestão para acelerar a produtividade e fiscalizar, mensurar e avaliar o trabalho através de indicadores quantitativos de *performance* e avaliação, passíveis de serem transformados em indicadores financeiros. O valor do trabalho humano passa a ser o valor financeiro gerado sem preocupação social ou de sustentabilidade. O sentido do trabalho é deslocado para outras dimensões, de caráter econômico-financeiro, extinguindo a valorização e o reconhecimento da lide das pessoas. O desenho do sistema de gestão visa estabelecer formas de controle que garantam crescente retorno financeiro, de modo a se produzir mais com menos recursos, menos processos, em menor tempo, com menos pessoas e menos desperdícios (Garcia, 2019; Thomaz Júnior, 2019).

São essas reduções que, nos processos de redesenho de modos de produção, aplicação de paradigmas de gestão e gerenciamento dos trabalhadores e produtividade, o *Lean Production* atua, com o argumento de que aumentar a produtividade com menor inversão de recursos conduz a níveis elevados de excelência. Essa lógica é preocupante porque, historicamente, ela tem resultado no aumento de riscos psicossociais, como diferentes casos de

estresse, crises de ansiedade e mal-estar, psicossomatizações, depressão, assédios, *burnout* e suicídio no trabalho (Chagas, 2015; Pereira et al., 2020; Rodrigues, Faiad e Facas, 2020).

A identificação desses sintomas psicopatológicos evidencia como o sentido e o valor no mundo laboral foram modificados, degradando a dignidade e a saúde mental do trabalhador (Braz e Silva, 2020). A estratégia de gestão embasada no sistema político-econômico capitalista abstém as organizações e o Estado de se corresponsabilizarem pelos riscos psicossociais que impactam negativamente na saúde mental dos trabalhadores, legitimando e fortalecendo suas origens e efeitos globalizantes (Franco e Ferraz, 2019; Monteiro et al., 2022; Nascimento e Borges, 2022). A saúde mental passa, assim, a ocupar uma posição central na discussão sobre o mundo do trabalho, uma vez que seu conceito perpassa o esforço empreendido pelo trabalhador em conciliar, lidar e equilibrar os desafios, as adversidades e as tensões cotidianas no trabalho. Nesse processo, o trabalhador precisa de uma gestão e de uma organização do trabalho que favoreçam a autonomia e a cooperação, que permitam o diálogo e ofereçam um espaço de fala-escuta para que as fontes de sofrimento e adoecimento possam manifestar-se. No coletivo, é necessário que se negociem formas mais criativas, democráticas e saudáveis de resolver adversidades, constrangimentos, angústias e demais problemas no trabalho, ressignificando as experiências laborais em fontes de prazer e melhor qualidade de vida (Galhardo, 2020; Goulart, 2013; Monteiro et al., 2022; Pereira et al., 2020; Silva Resende, Mata e Paiva Castro, 2015). Esse diálogo requer uma aproximação constante com os sindicatos, objetivando o reconhecimento do nexo de causalidade entre adoecimento e trabalho.

De fato, décadas passaram-se até que as organizações se responsabilizassem e reconhecessem que há riscos psicossociais no trabalho e que eles podem prejudicar a saúde dos trabalhadores (Franco e Ferraz, 2019; Monteiro et al., 2022). O que se discute, hoje, são novas formas de alienação e exploração que mobilizam intervenções sindicais e estatais para melhorias no que diz respeito à saúde e aos direitos trabalhistas. Não se deve, portanto, individualizar os problemas advindos da atividade laboral e culpabilizar os trabalhadores. É preciso manter o processo de luta que, na atualidade, ganha uma nova configuração: a luta por lugares em substituição à concepção de luta de classes típica do capitalismo industrial. A disputa passa a ser pela conquista de um espaço no mundo para sobreviver e existir na sociedade. Aqueles que não entram nessa luta inexistem. E aqueles que perdem a disputa são ignorados, descartados, excluídos (Silva e Pacheco, 2017).

Diante disso, as empresas veem a necessidade, tanto de se reinventar constantemente para acompanhar as transformações tecnológicas (Dias, Fernandes e Silva, 2022), sociais e econômicas do mundo, criando regras, normas e metas para os seus trabalhadores; quanto de se valer das tecnologias disponíveis em prol do aumento de produtividade e da competitividade. Contraditoriamente, porém, as exigências impostas pelas empresas para atender às expectativas de instituições internacionais acerca do controle de qualidade e excelência (Gaulejac, 2007) dos produtos e serviços não correspondem aos recursos que elas próprias disponibilizam aos trabalhadores para que eles cumpram suas atribuições, gerando alienação, insatisfação, sofrimento e adoecimento. Criam-se, assim, paradoxos (Gaulejac, 2021) no contexto laboral, em que as prescrições se

desalinham das condições reais de trabalho, desencadeando um sentimento de desamparo e culpa nos trabalhadores quando não conseguem adaptar-se, aceitar ou flexibilizar-se suficientemente no esforço de “vestir a camisa” e “dar o sangue” pelo sucesso da organização (Gaulejac, Braz e Silva, 2020; Linhares e Siqueira, 2014; Viana Braz, 2019).

Há uma relação direta entre a flexibilização que apenas atende aos interesses do capital e à precarização do trabalho, pois, à medida que o Estado se submete a imposições neoliberais, determinando que os trabalhadores precisam ser flexíveis, multifuncionais, multidisciplinares, possuir múltiplas habilidades e competências que atravessam diferentes responsabilidades para atender às demandas organizacionais, instaura-se a precarização, advinda da flexploração dos trabalhadores (Areosa, 2020; Bourdieu, 1998, p. 125). Articulando flexibilidade e superexploração, a flexploração opera através da exigência crescente de excelência na produtividade e nos resultados organizacionais exibidos pelos trabalhadores, sem que suas condições e garantias de proteção social e trabalhistas sejam melhoradas ou mesmo mantidas.

André, Silva e Nascimento (2019) observam que há diferença entre precariedade e precarização. Precariedade diz respeito à organização do trabalho embasada em fins econômico-financeiros que colonizam os trabalhadores e os condicionam a realizar suas atividades em contextos de risco e degradação, tornando-os vulneráveis, desprotegidos legal, social e psicologicamente, gerando neles sentimento de insegurança e impotência. Já a precarização ocorre quando, a partir dos mecanismos de precariedade, o trabalho deteriora-se e o

trabalhador perde a estabilidade e os direitos trabalhistas historicamente construídos (Alves, 2011b; Galvão et al., 2019).

A precarização é, assim, concebida como um fenômeno multifacetado no qual os trabalhadores têm seus direitos e reconhecimentos negados (Franco, Druck e Seligmann-Silva, 2010) e paulatinamente suprimidos. Confrontados à precarização, os trabalhadores desenvolvem estratégias para suportar as fontes de sofrimento e sobreviver nas disputas de território. Quando essas estratégias falham, os trabalhadores adoecem, sem ter consciência de todo esse processo que impacta suas dimensões não somente físicas e econômicas, mas também psíquicas e sociais e que lhes impõe novas formas de subjetivação (Alves, 2011a; Franco, Druck e Seligmann-Silva, 2010; Nascimento e Muniz, 2019). É nesse contexto de flexibilização e precarização que se situa a uberização do trabalho por ação das empresas-plataforma.

## Precarização do trabalho, uberização e dinâmicas territoriais

Nas dinâmicas de reprodução espacial do sistema político-econômico neoliberal globalizante, que evidencia as desigualdades e exclusões sociais, os trabalhadores buscam oportunidades de sobrevivência em áreas urbanas, especialmente em regiões metropolitanas, metrópoles e cidades médias. Assim, a relação entre capital e trabalho atinge dimensões territoriais, acentuando a manifestação, no espaço, dos processos de superexploração.

Com a submissão dos avanços científicos e tecnológicos dos últimos anos (Dias, 2022) aos interesses do mercado financeiro, as regras neoliberais fortalecem-se, gerando novos modelos produtivos e de gestão e um consequente cenário de precarização do trabalho, em escala global. Assim, a fórmula da uberização (Abílio, 2020) consolida-se em um mundo do trabalho que vive uma fragilização histórica, marcada pela desregulamentação que favorece o surgimento de novas informalidades e a desagregação da classe trabalhadora pelo enfraquecimento dos movimentos sindicais. Uberização e precarização passam, assim, a compor um par conceitual em relação de íntima interdependência (Abílio, 2021; Mendonça Azevedo e Oliveira, 2022).

Em sua obra intitulada *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*, Slee (2019) enfatiza que o fenômeno da uberização foi originalmente concebido e articulado visando compor uma economia de compartilhamento. Oitaven, Carelli e Casagrande (2018) argumentam que, na realidade, a uberização constituiria, antes, uma economia informal – designada pelos autores como “economia do bico” (p. 11) ou *gigeconomy* – categorizada em *crowdwork*, *work on demand* e caracterizada até mesmo como *non-standard work*. Esses termos designam trabalhos sob demanda, executados inteiramente de forma eletrônica, mediado por plataformas on-line que conectam empresas,

clientes e trabalhadores cadastrados, os quais devem estar ativos, aceitando submeter-se a controles, normas e regras dos algoritmos das empresas-plataforma (Cardoso, 2022; Rauber et al., 2022). Os algoritmos executam buscas e alimentam bancos de dados com base no perfil dos clientes, prevendo seu comportamento e condições gerais (Slee, 2019).

Mas o sistema algorítmico definido pela empresa-plataforma opera também um esquema de avaliação que atribui notas ao serviço prestado, além de outras medidas dúbias e obnubiladas de gamificação, fiscalização, bonificação e punição (Braz et al., 2020; Cardoso et al., 2022). O sistema cria padrões de qualidade para a existência e a manutenção da empresa-plataforma, exigindo dos trabalhadores o alcance desses padrões. Diante de tais expedientes, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006), na recomendação 198, incentivou, de forma global, os estados a intervirem nos contextos em que falsos vínculos empregatícios sejam identificados. Outrossim, o Estado deve criar leis e políticas de proteção, humanização e garantia dos direitos trabalhistas, fiscalizando e punindo empresas que atuem de forma falaciosa, sustentando um discurso em que oferecem uma oportunidade de trabalho disfarçada de emprego. Para problematizar o incentivo da OIT e contrastar discursos e práticas das empresas-plataforma, destacamos, no Quadro 1, algumas das missões expressas pelas empresas.

Quadro 1 – Missões de empresas-plataforma com serviços de táxi urbano e entregas de mercadorias, nos quais são utilizados veículo automotor, bicicleta ou motocicleta

Empresa-plataforma	Missão (fonte e acesso)
A 99 – 99	Além do nosso trabalho constante pelo melhor serviço, perseguimos a missão de <i>impactar positivamente a população, tornando o transporte mais barato, rápido e seguro para passageiros e o dia a dia mais rentável e tranquilo para motoristas através da tecnologia.</i> (Disponível em: <a href="https://99app.com/sobre-a-99/">https://99app.com/sobre-a-99/</a> . Acesso em: 31 jan 2023).
iFood	Somos muito mais que uma <i>food delivery</i> : somos mercado, farmácia, pet, benefícios. <i>E temos fome de alimentar o futuro do mundo com nossos projetos de Educação, Meio Ambiente, Diversidade &amp; Inclusão além de promover mais valorização para quem faz entregas!</i> (Disponível em: <a href="https://news.ifood.com.br/teste-blocos/">https://news.ifood.com.br/teste-blocos/</a> . Acesso em: 31 jan 2023).
Rappi	Nossa missão é <i>impulsionar o desenvolvimento econômico em todas as cidades da América Latina, promovendo a aceleração da adoção do comércio eletrônico.</i> (Disponível em: <a href="https://about.rappi.com/br/quem-somos">https://about.rappi.com/br/quem-somos</a> . Acesso em: 31 jan 2023).
Uber	Somos incansáveis na nossa missão de <i>ajudar as pessoas a ir a qualquer lugar, conseguir o que quiserem e ganhar dinheiro do jeito delas.</i> Mobilizamos o mundo. É nossa força vital. Corre por nossas veias. É o que nos tira da cama todas as manhãs. Isso nos leva a reimaginar constantemente como podemos nos mover melhor. Para você. Por todos os destinos que te esperam. Por tudo o que você quer alcançar. <i>Para todas as suas formas de ganhar dinheiro. No mundo todo.</i> Em tempo real. Na incrível velocidade do agora. (Disponível em: <a href="https://www.uber.com/br/pt-br/about/">https://www.uber.com/br/pt-br/about/</a> . Acesso em: 31 jan 2023).
UberEats	A missão do UberEats é <i>tornar o acesso a comida fácil para todos, em qualquer lugar.</i> Nós queremos ser capazes de entregar, aos nossos usuários, qualquer coisa que eles queiram comer: o café da manhã logo cedo, o almoço do restaurante do bairro, o jantar do restaurante mais sofisticado da cidade. (Disponível em: <a href="https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/04/sempre-que-ha-mais-opcoes-para-os-clientes-e-uma-coisa-boa-diz-diretor-geral-do-ubereats.html">https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/04/sempre-que-ha-mais-opcoes-para-os-clientes-e-uma-coisa-boa-diz-diretor-geral-do-ubereats.html</a> . Acesso em: 31 jan 2023).

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de consulta ao website das empresas; grifos nossos.

Com o discurso de conferir maior fluidez aos deslocamentos urbanos, com preços mais acessíveis, mais mobilidade e mobilização, somado à suposta comodidade de buscar e deixar o cliente no local selecionado (táxi) ou de enviar os produtos selecionados e comprados pelo cliente (entrega) com mais conforto e segurança, essas empresas acabam atraindo certa clientela que prefere recorrer aos aplicativos

ao invés de se arriscar à eventual superlotação, desconforto e insegurança no transporte público, acrescidos do tempo de deslocamento até os pontos, nem sempre de fácil acesso. Porém, para além das comodidades oferecidas ao cliente, é importante considerar a que preço tais serviços são mantidos, enfatizando-se a perspectiva dos trabalhadores e as consequências psicossociais e trabalhistas por eles sofridas.

Essa espacialização do individualismo como marca de uma nova realidade do território (Seixas e Bordignon, 2022) coaduna-se com uma significativa perda de sentimento de coletividade e de luta para melhoria do bem público, descumprindo a função política da cidade. Se a urbanização é fundamental para a acumulação do capital, permitir a uberização é assumir um projeto de Estado que subalterniza sistemática e cotidianamente a vida urbana. Essa questão permeia a prática das próprias empresas-plataforma e constitui uma de suas preocupações: incansavelmente, elas planejam e executam estratégias para se manter no mercado e permanecer lucrando, mesmo que suas estratégias precarizem as relações de trabalho, as relações interpessoais, a saúde mental e todas as outras dimensões importantes das vidas dos sujeitos trabalhadores uberizados (Barreira, 2021).

O relatório da OIT (2018) confirma que o trabalho realizado por plataformas digitais é tipicamente urbano, ao evidenciar que quatro de cada cinco trabalhadores atuam nas cidades. Esse dado se encontra particularizado em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (Góes, Firmino e Martins, 2021), que estimou em 1,4 milhão o número de trabalhadores em atividade no setor de transporte de passageiros e de mercadorias, no Brasil, em relações laborais entre trabalhadores “e empresas que contratam mão de obra para realizar serviços esporádicos e sem vínculo empregatício, principalmente por meio de aplicativos” (ibid., p. 1).

Há, portanto, um discurso gerencial de dominação fundado em um paradoxo: as empresas-plataforma não praticam o que defendem. A contradição está entre as finalidades das empresas e os meios que elas

efetivamente empregam para se manter no mercado, à custa da superexploração dos trabalhadores. Tal paradoxo é invisibilizado, a partir de uma ordem gerencial embasada em uma racionalidade instrumental soberana: o trabalhador existe para manter a organização funcionando. Esta não é outra, senão, a base da acumulação de capital, segundo a qual o trabalhador vende sua mais-valia a um empregador que lucra e também reinveste na empresa o capital auferido pela exploração da mão de obra. As empresas-plataforma utilizam-se desse expediente, apresentando-se como inofensivas e preocupadas com o bem-estar socioambiental de trabalhadores e clientes, mas sua prática é violenta: apesar de autoras das imposições, são percebidas como legítimas, enquanto aqueles que as sofrem desenvolvem sentimento de culpa. A uberização é, assim, promovida à heroína porque, simbolicamente, retira o sujeito trabalhador da situação de vergonha social de estar desempregado.

A uberização manifesta-se, portanto, não apenas como uma nova informalidade advinda das mudanças estruturais político-econômicas que precarizaram as relações de trabalho de forma global, mas também como uma forma de organização do trabalho, comandada por algoritmos computacionais elaborados pelas empresas (Antunes, 2020; Areosa, 2020; Uchôa-de-Oliveira, 2020), alterando de modo nocivo a relação saúde-doença no trabalho (Barreira, 2021; Barreira e Nogueira, 2022; Masson e Christo, 2021).

Revelam-se, aqui, oportunas as reflexões de Sato (2017) sobre diferentes fases do trabalho no contexto urbano e sobre o intenso e constante deslocamento dos trabalhadores entre áreas urbanas centrais e periféricas. Analisando o contexto brasileiro, a autora identifica

a existência do fenômeno da polimorfia do trabalho, que consiste na complexa movimentação que os trabalhadores se veem obrigados a fazer no intuito de atuar em várias atividades ao mesmo tempo, migrando entre mercados e criando trabalhos. Nessa ótica, Uchôa-de-Oliveira (2022) situa a precarização que atravessa a polimorfia do trabalho no Brasil, movimentando e reconfigurando os trabalhadores brasileiros no curso da história.

A partir da coleta e análise de narrativas de trabalhadores de serviço uberizado de táxi no Rio de Janeiro, André, Silva e Nascimento (2019) ressaltam: a) episódios de gamificação nos quais o motorista deveria passar seu código para outro trabalhador e, se o outro trabalhador aderisse à empresa-aplicativo, o motorista seria bonificado; b) as contradições nas quais a empresa tem os trabalhadores como parceiros, mas são eles que arcam com todas as despesas e com a manutenção dos veículos, incluindo a situação em que, eventualmente, sofram algum acidente com eles próprios ou com terceiros ou haja avarias no veículo; c) descontos com que eles são bonificados para serviços estratégicos, como a limpeza dos carros, para beneficiar a imagem da empresa e não a do trabalhador uberizado; d) carga horária excessiva: foram relatadas jornadas de 8 a 20 horas, e os entrevistados argumentaram ser comum trabalhar, em média, 10 horas por dia, realizando, muitas vezes, corridas todos os dias da semana; e) remuneração: os entrevistados registraram que era preciso aceitar fazer mais corridas na cidade porque, quanto mais corridas, maior a remuneração, principalmente porque o retorno financeiro de cada corrida para o motorista é pequeno, após a subtração automática e não muito clara da empresa-plataforma em que estão cadastrados (podendo ser

mais de uma), à qual se reserva em torno de 25% do valor de cada corrida; f) sentimento de insegurança, ao transitar em certas regiões da cidade, e também devido ao fato de, eventualmente, a empresa-plataforma não ter atividade regulamentada no município, gerando medo, estresse e ansiedade por não saber se poderá continuar contando com esse trabalho, já que, a qualquer momento, a plataforma pode cessar sua operação; g) os riscos psicossociais, precariedade subjetiva e o impacto do trabalho na saúde dos motoristas, principalmente na saúde mental, por sentirem-se vigiados, cobrados e avaliados cotidianamente, podendo ser penalizados com a exclusão (André, Silva e Nascimento, 2019; Barreira, 2021; Barreira e Nogueira, 2022; Masson e Christo, 2021).

Mais que um contexto de exploração, as narrativas exemplificam uma superexploração que se constitui na prática predatória e degradante que fragiliza as relações e condições de trabalho, capturando e sequestrando a subjetividade (Ferraz, 2019; Viapiana, Gomes e; Albuquerque, 2018) e dignidade dos trabalhadores uberizados, contradizendo, assim, as missões anunciadas pelas empresas-plataforma. Os motoristas também compartilharam experiências negativas de punição, como o relato de um trabalhador que permaneceu *on-line* durante 10 horas em um dia e obteve somente uma corrida; a constante falta de treinamento e suporte organizacional; a falta de vínculo e garantias legais, concretas e simbólicas/subjetivas. Todo esse cenário foi interpretado pelos motoristas como uma condição análoga à escravidão, prevista na lei n. 10.803 (Brasil, 2003). Entretanto, alguns entrevistados não reconhecem que ser um trabalhador uberizado é ser, necessariamente, um trabalhador precarizado (André, Silva e Nascimento, 2019).

Em uma pesquisa na Região Metropolitana de Belo Horizonte com entregadores de mercadorias que usam motocicletas e bicicletas, Rocha, Pistolato e Diniz (2021) corroboram e complementam o fenômeno de uberização e precarização dos motoristas do Rio de Janeiro entrevistados por André, Silva e Nascimento (2019). Nos relatos dos entregadores belo-horizontinos, podemos perceber que, assim como motoristas da Uber e 99, eles já foram punidos (bloqueados na plataforma) por recusarem uma rota e/ou corrida (serviço solicitado pelo usuário, via aplicativo) quando a plataforma lhes repassou a demanda de clientes. O algoritmo também estipula um limite de tempo para que cada entrega seja finalizada. Se o trabalhador ultrapassa esse limite, ele deixa de receber chamadas. Assim, ele comete imprudências no trânsito para permanecer como prioridade para o algoritmo e continuar recebendo chamadas. De fato, esses entregadores narraram que cometem imprudências no trânsito ao realizar entregas para não serem punidos: desrespeitam semáforos fechados (vermelhos), desenvolvem atalhos para entregar mais rapidamente, “costurando” (ultrapassando ilegalmente) os demais veículos para agilizar a entrega e poder realizar mais corridas ou entregas. Também relataram situações de constrangimento ao entrar em condomínios com as bolsas térmicas, às vezes com roupas de chuva e/ou molhados. Há o depoimento sobre uma situação em que o entregador foi avisado pelo porteiro do prédio que o cliente estava com covid, em um contexto em que ainda não havia vacina, e se negou a ir até o cliente com medo de ser contaminado. O cliente reclamou que não recebeu a entrega no seu apartamento e registrou uma má avaliação do entregador na plataforma. Em outra entrevista, o entregador revelou não ter feito

o registro correto de uma entrega de comida no aplicativo, tendo consumido os alimentos porque tinha fome durante sua jornada de trabalho e não podia parar para alimentar-se. Os autores leem essa estratégia como uma busca dos trabalhadores de compensarem as injustiças que sofrem cotidianamente (Rocha, Pistolato e Diniz, 2021).

Ao entrevistar os moto-entregadores na Região Metropolitana de Belém (RMB), Carvalho (2022) ressalta a importância de entender as dinâmicas territoriais, uma vez que elas exteriorizam relações sociais específicas advindas desses trabalhadores, caracterizando uma realidade excludente e de precarização gerada pelo capital. Carvalho explica que

Nessa trajetória, o trabalho dos moto-entregadores necessita de compreensão, por meio da dimensão do espaço, que perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social e seu compromisso como grupo social. Dessa forma, o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria do trabalho precário se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina os afluxos de capitais através da exploração e pilhagem possibilitados pela uberização. (Ibid., pp. 92-93)

Assim, a plasticidade do trabalho, no âmbito do território, implica novos processos de subjetivação e novas formas de mobilização coletiva dos trabalhadores uberizados. É a partir da categoria território que é possível enxergar, nas entrelinhas do sistema político-econômico neoliberal globalizante, as evidências de injustiças sociais, da espacialização da miséria, das relações de poder, bem como

os movimentos de dominação, exploração e controle constituintes do trabalho uberizado, que impactam nas dimensões sobre territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade (Thomaz Júnior, 2019).

O neoliberalismo articula estratégias para enfraquecer o sentimento de coletividade e de classe dos trabalhadores uberizados, para subalternizar, ainda mais, os mais pobres, garantindo seu poder e existência pela superexploração. Observando as rotinas e dinâmicas do trabalho na Região Metropolitana de Belém, Carvalho (2022) destaca a base da estratégia de superexploração, a partir do número de corridas diárias (variando de 0 a 30, com média em torno de 15 por dia); a distância percorrida (variando de 30 a 200 km por dia, a maioria registrando em torno de 100 km por dia); a quantidade de horas trabalhadas (0 a 19 horas: a grande maioria afirmou que trabalha mais de 13 horas por dia), com retorno financeiro mensal entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00, variando em função da quantidade de corridas por dia. Esses números, constantes dos estudos de Carvalho (ibid.) na RM de Belém, corroboram as pesquisas de Cardoso et al. (2022) em Juiz de Fora; Rocha, Pistolato e Diniz (2021) na RM de Belo Horizonte; Salvagni, Valentina e Colomby (2022) na RM de Porto Alegre; André, Silva e Nascimento (2019) na RM do Rio de Janeiro; e Souza Moraes, Oliveira e Accorsi (2019) na RM de São Paulo.

A ação das empresas-plataforma incide nas dinâmicas territoriais de diferentes maneiras. Primeiro, porque seus algoritmos mapeiam todo o território onde circulam motoristas e entregadores, atribuindo valores numéricos para cada localização e evento, inculcando, portanto, em trabalhadores e clientes, um novo modo de se relacionar com o espaço urbano, ou seja,

através de sua representação cartográfica. Essa representação, não é demais lembrar, exhibe unicamente informações selecionadas e controladas pelas empresas, visando proporcionar leituras de seu interesse. Segundo, porque os trabalhadores e clientes usuários dos mapas são os principais fornecedores das informações neles representadas, sem terem plena consciência disso. O cliente, por exemplo, é identificado e caracterizado não apenas através dos dados coletados no momento de sua interação com o aplicativo, mas também pelas informações acumuladas pela plataforma sobre si e sobre outros usuários com perfil semelhante, em termos estatísticos e demográficos (Gillespie, 2018). Além de disponibilizadas na interface gráfica dos aplicativos, boa parte das informações extraídas sem pleno consentimento permanece oculta nos metadados do sistema, sendo monetizadas em benefício exclusivo das empresas. Ao extrair, minerar, processar e analisar dados georreferenciados da cidade, as empresas-plataforma identificam as áreas com maior demanda qualificada e manipulam o fluxo de trabalhadores com tarifas dinâmicas atraentes. Terceiro, porque um dos principais objetivos das empresas é expandir continuamente o território onde o trabalho se realiza, juntamente com a expansão do número de usuários. Para isso, o sistema computacional de mapeamento e georreferenciamento amplia e atualiza permanentemente sua base de dados, aumentando e aperfeiçoando sua capacidade de gestão algorítmica do território (Langley e Leyshon, 2017).

Temos, então, o que a Geografia denomina processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (Chelotti, 2010), que constituem uma inseparável trinca conceitual em contínuo

dinamismo. Parafraseando Chelotti, os nexos existentes entre motoristas e clientes e o território urbano corresponderiam à territorialização, enquanto a destruição – inclusive temporária – desses nexos pela lógica computacional das plataformas consistiria na desterritorialização, e sua contínua recriação pelos algoritmos presidiria os processos de reterritorialização dos sujeitos. Dessa forma, as empresas-plataforma adicionam, à compreensão do espaço urbano, uma camada informacional integralmente controlada por elas, manipulando em permanência a relação entre os trabalhadores e a cidade, segundo interesses empresariais. Carvalho (2022) acrescenta que

[...] esses trabalhadores sofrem com a insegurança provocada pela lógica algorítmica que se reproduz no território, utiliza-se da lógica neoliberal e mesmo da globalização, provocando altas taxas de desemprego, viabilizando a desterritorialização dos trabalhadores, passando a controlar as reterritorialidades nos processos de trabalho, a partir dos crescentes números de desempregados, os quais têm o trabalho platformizado como único meio de garantir sua reprodução socioespacial. (pp. 106-107)

A urbanização vem, segundo Garcia (2019), expressando, cada vez mais, as complexas contradições das relações humanas nos territórios, especialmente urbanos, enfatizando as dinâmicas do trabalho. A reterritorialização, fundada nos interesses das empresas e imposta de forma velada aos trabalhadores, sobrepõe-se às lógicas já perversas de ocupação urbana polarizada entre centro e periferia, com graves consequências na vida dos trabalhadores, como argumenta Garcia (ibid.):

O próprio deslocamento urbano passa a ser também ele um prolongamento da alienação no trabalho. A trajetória inacabável entre a periferia inacessível e o trabalho precário ou os locais de consumo reforça o estorvo cotidiano da vida dos trabalhadores. O custo de reprodução da força de trabalho inclui o valor extraído do aluguel, da tarifa do transporte, do preço do remédio, da mensalidade da escola. A exploração se materializa também no preço da água, esgoto, telefone e energia elétrica. Mas, pior do que isso, a vida alienada se converte numa vida sem sentido, numa vida brutalizada pela desumanização e pela violência. O dinheiro é o único significado que parece importar, e serve apenas para manter a sobrevivência biológica, animal. Esse processo de urbanização vai finalmente colher os influxos das inovações tecnológicas na informática e na telemática. A capacidade enorme de processamento, o armazenamento e a manipulação de dados (*big data*), organizados por algoritmos que dispõem de cada vez mais inteligência artificial; a capacidade de gerenciamento de informações e processos decisórios em tempo real superam o tradicional papel do espaço físico e remodelam não só a reprodução do capital, senão também a reprodução da vida, considerada numa nova concepção de território, (pp. 733-734)

Rolnik (2019) e Antunes (2020) corroboram essa leitura, pontuando que o processo de industrialização e urbanização promove a privatização e financeirização de recursos básicos, como saneamento, água e energia, e direitos sociais, como saúde, educação e segurança. A condição de precarização do trabalho uberizado impacta, assim, diretamente o território urbano em relação a um dos principais direitos à cidade que é a mobilidade urbana, quando as

empresas-plataforma se apresentam como um negócio para “conectar pessoas”, supostamente facilitando serviços de transporte.

Motta Júnior (2019) destaca que, nos primórdios da cidade industrial, a lógica organizacional espacial era embasada na atração e na concentração de muitos trabalhadores para manter os interesses do capital e o acúmulo de riquezas. É importante lembrar que os administradores públicos eram, eles próprios, parte da burguesia industrial e comercial local, tendo sido, portanto, partícipes da formulação desse projeto de cidade; e que essa promiscuidade entre interesses públicos e econômicos de grupos gera, até hoje, tensões na administração pública, agravando a ocupação desigual do território urbano. As novas formas de relação de trabalho praticadas pelas empresas-plataforma instituem uma lógica de organização do espaço urbano, em especial por aquelas que trabalham com motoristas com serviços de táxi e entregas, cujos algoritmos ressignificam a compreensão do território através do uso de recursos de inteligência artificial, conforme expõe o autor:

O poder das redes amplia a escala de atuação dessas empresas, permitindo um alcance global e viabilizando uma expropriação em massa do valor gerado pelo trabalho. Essa tecnologia permite um controle amplo do trabalhador e do território das grandes cidades. (Ibid., p. 1913)

Por trabalhar com estratégias de metas, gamificação e bonificação, as empresas-plataforma controlam áreas da cidade e o ritmo dos deslocamentos dos trabalhadores, configurando um controle territorial deles e de seus veículos no espaço urbano. Ao valorizar algumas áreas em detrimento de outras, elas incentivam os trabalhadores a concorrerem por essas áreas, levando-os a se deslocarem às mais

estratégicas no intuito de receber solicitações de corridas por proximidade. Em outras situações, as empresas podem bonificá-los para iniciar uma corrida em um local mais distante da cidade, majorando algumas tarifas em função do local e das condições de trabalho (tarifa flexível, quando está chovendo ou dependendo dos horários/dias de alto fluxo ou de madrugada). Nessas ações, também há estratégias de punição. Quando os trabalhadores recusam corridas ou não seguem os protocolos – explícitos ou velados – da gamificação/bonificação, os algoritmos, que monitoram, fiscalizam e avaliam todos os trabalhadores, minimizam a quantidade e a frequência diárias de corridas, diminuindo também as vantagens e regalias de se realizar corridas em áreas mais valorizadas ou atrativas. Percebe-se, assim, que

[...] a análise do espaço urbano contemporâneo passa, significativamente, pela compreensão da nova lógica do capital transnacional e os rebatimentos dessa nova lógica para os trabalhadores, suas organizações políticas e ações contra as novas investidas do capital e a leitura do território-rede dessas empresas, como o Uber, é fundamental para se pensar as transformações na relação capital x trabalho provocadas pelo processo de reestruturação produtiva. (Ibid., p. 1914)

O destaque da mobilidade urbana nos estudos de Moreira (2021) evidencia as dinâmicas do histórico interesse do capital pelos sistemas de transporte e deslocamento nas cidades, uma vez que tais sistemas são essenciais para a prestação de serviços para toda a cadeia produtiva. Aqui, o coletivo vê-se, novamente, mais e mais enfraquecido, abrindo espaço para ações e investimentos de segregação do que é público e estimulando o individualismo. Ao invés de incentivar melhorias do transporte público

para atender a todos, incentiva-se o uso dos veículos privados para atender demandas de mercado. O transporte público foi, sim, estimulado, mas para atender também às demandas do capital, garantindo deslocamentos dos trabalhadores desde as suas casas até o trabalho e vice-versa. Essas demandas, que também são sociais e coletivas, articulam-se, porém, ao estímulo à produção de veículos movidos com combustível fóssil e de poluentes, dificultando a mobilidade urbana ao provocar congestionamentos e aprofundando a segregação espacial e a desigualdade social (ibid.).

A uberização, segundo Moreira (ibid.), entra na pauta do debate sobre mobilidade urbana por ser um setor econômico que revela as disputas e os conflitos de interesse dos setores públicos e privados, ao representar o deslocamento do trabalhador ao local de trabalho, seu acesso aos serviços urbanos e também por impactar a circulação de mercadorias. O autor destaca que “a uberização e a mobilidade urbana se percebem como práxis das relações de trabalho. São objetos que sumarizam as disputas travadas, seja por mais direitos, ou seja por maior lucro” (ibid., p. 132).

## Novas subjetivações em face das violências das empresas-plataforma e da cidade

Merecem ser destacadas algumas singularidades com as quais as empresas-plataforma induzem os trabalhadores a conceberem novos modos de agir, sentir e pensar para lidarem com as diferentes formas de violência da própria organização do trabalho e da cidade. Antunes (2018 e 2020) conclui que a submissão

dos trabalhadores às plataformas se configura como uma escravidão digital, pois não estamos necessariamente perdendo postos de trabalho na era digital, e sim ganhando, em diferentes espaços, de forma global, novas modalidades de trabalho informal, pautadas na flexibilização das leis trabalhistas e perdas de direitos. Consequentemente, a nova precarização travestida de trabalho uberizado (Antunes, 2018; Moreira, 2021) consiste, na verdade, em uma nova face da velha precarização.

Carvalho (2022, p. 89) ressalta a importância de acompanharmos essas novas informalidades porque elas impactam “[...] as relações desregulamentadas e precarizadas que se dão em meio à produção do espaço”. O autor reforça que

[...] a partir do novo regime de produção capitalista, a classe de trabalhadores assume uma nova morfologia, passando a ser composta tanto pelo proletariado industrial urbano e rural clássicos, como pelos novos trabalhadores subcontratados, terceirizados e informalizados, aqui incorporados os trabalhadores plataforma ou uberizados. (Ibid., p. 89)

As plataformas desenvolvem mecanismos quase onipresentes, invisíveis ou não, personificados (Motta Júnior, 2019), pelos quais os trabalhadores têm a ilusão de deter o controle dos seus próprios trabalhos, como se eles fossem “os capitalistas”, empreendedores, “donos de si”, autossuficientes, com suas próprias metas e objetivos (Abílio, 2019; Cardoso, 2022; Moreira, 2021), e controlassem quantidade, ritmo, frequência e qualidade do trabalho realizado. Na realidade, é a plataforma que, travestida de economia do compartilhamento (Slee, 2019, controla a vida dos sujeitos trabalhadores que se submetem ao usufruto dos

aplicativos. As TICs vêm sendo, assim, empregadas para configurar novas formas de subjetivação dos sujeitos trabalhadores, com reflexos claros na organização territorial da cidade. Harvey (2014) defende que as novas informalidades, como a uberização (Abílio, 2020), são pautadas por instituições financeiras (Motta Júnior, 2019), através de investimentos de alta rentabilidade e mantidas por grandes indústrias automobilísticas, de petróleo, telecomunicações e construção civil.

Sob a ótica da precarização do trabalho, André, Silva e Nascimento (2019) argumentam que os trabalhadores uberizados se expõem igualmente a uma precariedade subjetiva. Trata-se dos sentimentos negativos gerados e construídos no cotidiano do trabalho, advindos de um quadro de cobranças, pressões e tensões constantes para a manutenção do padrão de qualidade exigido pela empresa por meio da gamificação e metas, sendo avaliados, fiscalizados e assombrados pelo temor de perderem sua fonte de renda. Assim, o medo e o desânimo invadem os pensamentos dos trabalhadores uberizados (Areosa, 2020), e as empresas-plataforma buscam capturar sua subjetividade (Viapiana, Gomes e Albuquerque, 2018), na medida em que a plataforma passa a ser o epicentro das suas vidas. Cotidianamente, suas ações e energia estão concentradas em acompanhar as demandas e os fluxos dos aplicativos, sequestrando seu tempo, privando-os dos seus direitos de ir e vir e de ocupar outros espaços e papéis sociais.

Os autores lidos também observam um fenômeno de autoconvencimento, segundo o qual trabalhar nas empresas-plataforma é bom, pois o trabalhador está ganhando dinheiro, tem liberdade, é gerente de si, não tem um superior imediato regulando seu trabalho, decide o

seu horário, o que consolida seu engajamento com a empresa, o seu desejo de manter-se trabalhando e esforçando-se para produzir mais para ela e sentindo-se bem por isso (Siqueira e Gomide Júnior, 2014). Sentem-se assim produtivos, pois, sem esse trabalho, não estariam gerando renda. Portanto, travestido de modernização do trabalho (Rocha, Pistolato e Diniz, 2021), há também um mecanismo perverso no discurso das empresas-plataforma, a partir do qual os trabalhadores desenvolvem estratégias psicológicas para lidar com as violências das empresas, alimentando a relação de subordinação e superexploração por elas imposta.

Além disso, os trabalhadores uberizados precisam criar cotidianamente diversas estratégias de enfrentamento. Salvagni, Valentina e Colomby (2022) enfatizam a estratégia de serem simpáticos o tempo todo, com todos os clientes, independentemente do contexto, com medo de represálias nas avaliações e de consequências punitivas por parte da empresa. Os mesmos autores mencionam registros de violência simbólica e assédio sexual, segundo os quais os trabalhadores precisam induzir ou reprimir certos sentimentos para corresponder aos padrões de qualidade esperados e impostos pela empresa. Em tais situações, para reelaborar possíveis situações constrangedoras dessas naturezas, os motoristas “levam na brincadeira”, fazem-se de desentendidos, esforçam-se para manter a calma e a paciência e se mostrar simpáticos.

Esse modo de desenvolver estratégias cotidianas para o enfrentamento de adversidades e constrangimentos no trabalho é chamado de trabalho emocional (ibid.), que designa o gerenciamento das emoções pelos trabalhadores para lidar com as diferentes fontes de sofrimento do cotidiano de trabalho, no esforço de

manterem o equilíbrio e serem cordiais com os clientes. Na pesquisa com motoristas da Região Metropolitana de Porto Alegre, os principais sentimentos relatados foram: a) medo da violência urbana; b) obrigação de serem simpáticos com todos os clientes, o tempo todo, com receio de serem mal-avaliados na plataforma pelos passageiros-vigilantes (que são sensíveis a qualquer possível conotação de falta de cordialidade por parte do motorista que justifique uma nota baixa, a qual diminui o ranqueamento) e de receberem eventuais punições, como menor oferta de corridas; c) sentimento de angústia por depender do aplicativo para sobreviver na cidade, sem garantias de remuneração e sem saberem quanto ganharão no dia de trabalho, mesmo estando disponíveis durante horas (ibid.). Os relatórios de avaliação das corridas emitidos pelas empresas-plataforma não são claros, o que dificulta a obtenção de precisões sobre as más avaliações, o que permitiria corrigir ou melhorar o trabalho mal-avaliado e, assim, criar oportunidades de aprendizagem e poder de fala para os trabalhadores. O não retorno e a falta de informação constituem, em si, mais um mecanismo de controle.

Além dos paradoxos apontados até aqui, Gaulejac (2021) acrescenta que, perversa, irônica e contraditoriamente, a precarização advinda da gestão do trabalho uberizado aloja-se na consciência de se ter um trabalho (por ser remunerado por essa atividade), mas que esse trabalho não é reconhecido enquanto um vínculo empregatício legal, com direitos trabalhistas. Como sabemos, o trabalho uberizado não constitui um emprego. As empresas-plataforma geram oportunidades de trabalho remunerado, mas não admitem estabelecer uma relação de emprego com os trabalhadores. Estar

desempregado pressupõe que a pessoa não mantenha um vínculo empregatício legal através do qual possa usufruir de direitos trabalhistas. O fenômeno da uberização possui, assim, uma força simbólica segundo a qual os trabalhadores se sentem empregados, sem terem um emprego. Eles não se sentem necessariamente desempregados, porque estão gerando renda ao reproduzir o discurso das empresas-plataforma de que eles não têm patrões e são seus próprios gerentes. Cardoso (2022) pontua que o que mais chama a atenção não é o fato de os trabalhadores uberizados não se sentirem desempregados, mas sim de se sentirem empresários/autônomos. Ao se perceberem como seus próprios gerentes, usando os seus próprios recursos, controlando seus horários e ganhando por isso, os trabalhadores se convencem de que não estão desempregados porque estão trabalhando. Ao ponto de responderem, quando questionados sobre sua ocupação, que são motoristas ou entregadores de/por aplicativo/plataforma. De fato, eles estão, de alguma forma, contribuindo socialmente com a sua força de trabalho, atuando nas dinâmicas territoriais e desempenhando um papel social, mas, na verdade, estão desempregados, do ponto de vista jurídico/legal, ainda que trabalhando e gerando renda.

Estar desocupado possui um atributo social negativo, designando aquele que é inútil e fracassado e, portanto, sem valor. Como, no âmbito da convivência social capitalista, é insuportável estar nessa posição, parece preferível ocupar-se, mesmo com baixo retorno financeiro e com todas as precarizações que abordamos neste ensaio, a ser confundido com um “ninguém”. O contraditório assim se revela: ser uberizado é trabalhar sem estar

empregado. É ser um desempregado que ganha dinheiro na cidade. Na lógica neoliberal, vale mais ser um desempregado ocupado, que auferir retorno financeiro, a ser um desempregado sem renda.

Essa dinâmica simbólica é atravessada e reforçada pela ideologia da vergonha, na qual o trabalhador evita demonstrar qualquer possível sinal de fraqueza, de adoecimento ou de outro comportamento que afaste seu corpo das atividades laborais, evitando, assim, a miséria (Dejours, 2018). Uma vez que o trabalho é a fonte de sua sobrevivência/subsistência, não trabalhar possui implicações não somente econômico-financeiras, mas, como vimos, também psicológicas e sociais. Não garantir seu próprio sustento ou de sua família é motivo de vergonha. Por isso, a ideologia da vergonha é acionada como defesa para negar a suposta fraqueza, o adoecimento, o cansaço, a sobrecarga, as violências cotidianas, para que, no fim, ele possa prover algumas necessidades suas e de sua família.

Alienado, o trabalhador tem dificuldade em atribuir a fonte do adoecimento às práticas da organização do trabalho e se culpabiliza pelo próprio adoecimento. Admitir que está doente é admitir suas fragilidades, suas incapacidades e improdutividade perante si mesmo e a sociedade. Uma vez que assumir seu fracasso é inadmissível, os trabalhadores uberizados silenciam suas frustrações e angústias e se submetem à manipulação e a todas as estratégias de controle das empresas-plataforma que garantem remuneração pelo trabalho executado. Assim, o medo de perder o retorno financeiro da empresa-plataforma é intensificado, porque a consequência pode ser ainda pior: não existir na cidade, ser um “ninguém”, não ter acesso ao consumo. Eles curvam-se, então, às injunções,

entram nesse jogo conformando-se com as regras, já que é a empresa que acaba tendo o controle (Cardoso, 2022) sobre suas vidas, permitindo-lhes existir e sobreviver na cidade e não serem excluídos pela sociedade neoliberal.

Resta-nos, assim, assumir a coisificação dos trabalhadores uberizados, pois as empresas-plataforma os instrumentalizam para seus propósitos financeiros, operacionais e técnicos. As empresas-plataforma concebem-nos como recursos e, ao fazer isso, apagam a possibilidade de eles serem concebidos enquanto sujeitos, uma vez que “ser sujeito é resistir ao que não tem sentido para si. Ser sujeito é existir sem se curvar às injunções” (Gaulejac, 2021, p. 102).

## Considerações finais

Apontamos críticas e reflexões sobre como os trabalhadores uberizados de serviços de táxi e entregas vivenciam novos processos de subjetivação a partir da flexploração neoliberal, precarização do trabalho e contradições das empresas-plataforma, e também sobre como eles são vulneráveis a riscos psicossociais diários ao transitarem pela cidade, modificando as dinâmicas territoriais urbanas e sendo por elas modificados. Abordamos os artifícios pelos quais, segundo os seus interesses, as empresas-plataforma manipulam permanentemente a relação entre os trabalhadores e o espaço urbano, em processos contínuos de territorialização-des-territorialização-reterritorialização, através de aplicativos que compõem uma camada informacional integralmente controlada por elas.

Notamos que esses trabalhadores lidam cotidianamente com desafios singulares: o sentimento de insegurança por estarem suscetíveis

a diversas violências urbanas, simbólicas e interpessoais, ora no trânsito, ora nas interações com clientes, ora na gestão do controle da plataforma; o sentimento de impotência por não ter domínio sobre o seu próprio trabalho no que diz respeito à quantidade de viagens e locais da cidade onde executar os serviços solicitados na plataforma; o autocontrole constante para fazer mais corridas e, conseqüentemente, para deslocar-se mais vezes e em maiores distâncias, visando conseguir mais dinheiro ao final do dia, em péssimas condições de trabalho, sem suporte, nem garantias, entre outros; a captura da subjetividade e as privações dos direitos à cidade, como o direito de ir e vir ou relativo à mobilidade, outrossim o direito de ocupar outros espaços e papéis sociais; o desenvolvimento de estratégias psicológicas e sociais para lidar com as angústias, desamparos e constrangimentos advindos da gestão e organização do trabalho das empresas-plataforma e da interação com clientes.

Toda essa dinâmica constitui a subjetividade e impacta na saúde de modo geral desses trabalhadores, e principalmente em questões psíquicas: a saúde mental. Devido à sobrecarga de atividades, a exposição a situações de estresse, sem nenhuma mediação ou estratégia saudável para enfrentar tais desafios psicossociais, o trabalhador uberizado pode ficar mais propenso a desencadear adoecimentos mais severos, como depressão, burnout e até o suicídio. Nesse contexto, os trabalhadores estão sujeitos a vários tipos de acidente, principalmente de trânsito, que podem ser fatais, são vítimas de assalto e de diferentes violências, sem direito a folgas ou férias, geralmente tendo retorno financeiro mensal abaixo do salário-mínimo e permanecendo reféns dos algoritmos.

Apesar de mudanças nas práticas e benefícios empregatícios de trabalhos uberizados em outros países, bem como sinais de resistências no Brasil (Moreira, 2021; Motta Júnior, 2019), evidenciamos, neste ensaio, a importância de avançar nos estudos, programas e políticas que inter-relacionem novas informalidades de trabalho, saúde mental e direito à cidade.

Recomendamos a criação de espaços de fala-escuta dos sujeitos trabalhadores para que possam ser negociadas estratégias de direitos trabalhistas e direito à cidade como política de Estado, para além do controle unilateral, padronizado e rígido dos algoritmos das plataformas. Examinando a precarização do trabalho uberizado dos serviços de táxi e entregas, dentro da lógica da economia territorializada e neoliberal, demonstramos que espaços que não criam condições para diálogo e cooperação aumentam os riscos psicossociais e constituem formas não saudáveis de subjetivação dos trabalhadores. Essa organização do trabalho que não promove espaços de fala-escuta conduz, portanto, à morte do sujeito e legítima, no caso das empresas-plataforma, o termo escravidão digital (Antunes, 2018 e 2020).

Ao favorecer espaços democráticos de fala-escuta, as empresas-plataforma, as demais organizações e o Estado poderão mobilizar, com os coletivos de trabalhadores, práticas mais criativas e participativas que estimulem, exercitem e garantam mais dignidade, saúde mental e qualidade de vida ao integrar serviços urbanos, cidadãos e cidade, fazendo jus às missões das empresas-plataforma. Tais espaços também se revelam potentes para a abertura de novos caminhos de resistência, organização social e do trabalho, assim como de acesso, construção e reconstrução do direito à cidade.

**[I] <https://orcid.org/0000-0002-4349-2688>**

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Manaus, AM/Brasil.

ronaldopsicologo@ufam.edu.br

**[II] <https://orcid.org/0000-0002-0044-4432>**

Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, SP/Brasil.

tramont@sc.usp.br

## Nota de agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

## Referências

ABÍLIO, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, pp. 41-51.

\_\_\_\_\_. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos avançados*, v. 34, pp. 111-126.

\_\_\_\_\_. (2021). Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, pp. 579-597.

AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. (2011). Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em revista*, v. 17, n. 1, pp. 32-47.

ALVES, G. (2011a). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Estudos do Trabalho*, n. 8, pp. 1-31.

\_\_\_\_\_. (2011b). "Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI". In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L., MOTA, D. P.; ALVES, G. (orgs.). Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo, LTR.

- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O. da; NASCIMENTO, R. P. (2019). "Precário não é, mas eu acho que é escravo": análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 18, n. 1, pp. 7-34.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- AREOSA, J. (2020). Uberização do trabalho: o determinismo do algoritmo. *Proteção ao trabalhador*, v. e9, pp. 1-6.
- BARREIRA, T. H. de C. (2021). Aspectos psicossociais do trabalho para a saúde do trabalhador em empresas-plataforma. *Revista Ciências do Trabalho*, v. 20, pp. 1-11.
- BARREIRA, T. H. de C.; NOGUEIRA, L. S. M. (2022). "O trabalho do entregador ciclista em tempos de pandemia: pistas para compreender a saúde mental do trabalhador uberizado/plataformizado". In: ANDRADE, C. de J. (org.). *Saúde mental e trabalho no tempo de pandemia da COVID-19*. São Paulo, Gênio Criador.
- BOURDIEU, P. (1998). *Contrafogos, tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRASIL (2003). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.803, de 11 de dezembro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.803.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2017a). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 13.429, de 31 de março. Reforma Trabalhista, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2017b). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 13.467, de 14 de julho. Reforma Trabalhista, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2019). Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- BRAZ, M. V. et al. (2020). Turkerização e gestão algorítmica do trabalho em plataformas de microtarefas. *Conversas em Psicologia*, v. 1, n. 1, pp. 1-15.
- BRAZ, M. V.; SILVA, G. E. da (2020). Entrevista com Vincent de Gaulejac. *Psicologia em Estudo*, v. 25, pp. 1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.48212>. Acesso em: 31 jan 2023.
- CARDOSO, A. C. M. (2022). "Empresas-plataforma e seus tempos laborais incertos, controlados, intensos, insuficientes, longos, não pagos e heterônomos". In: DAL ROSSO, S.; CARDOSO, A. C. M.; CALVETE, C. da S.; KREIN, J. D. (orgs.). *O futuro é a redução da jornada de trabalho*. Porto Alegre, Cirkula.
- CARDOSO, A. C. M.; PARADELA, V. C.; GOLIATT, L.; SILVA A. C. E. P.; SIQUEIRA, R. de A. (2022). A pandemia da covid-19 e o agravamento da precariedade do trabalho dos motoristas em empresas-plataforma de transporte individual em uma cidade brasileira de médio porte. *Revista da ABET*, v. 21, n. 1, pp. 33-51.
- CARLOS, A. F. A. (2014). O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP Espaço e Tempo (on-line)*, v. 18, n. 3, pp. 472-486.
- CARVALHO, R. S. de C. (2022). Uberização e/ou bolha da servidão: uma verificação através dos moto-entregadores no espaço metropolitano de Belém-RMB. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 23, n. 1, pp. 83-112.

- CERVO, A. I.; BERVIAN, P. A. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo, Prentice.
- CHAGAS, D. (2015). Riscos psicossociais no trabalho: causas e consequências. *Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 2, n. 1, pp. 439-446.
- CHELOTTI, M. (2010). Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade e Natureza*, v. 22, n. 1, pp. 165-180.
- DEJOURS, C. (2018). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, Cortez-Oboré.
- DIAS, M. F. G. (2022). “O que será, que será?” Precarização, uberização e o futuro do trabalho. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 12, n. 35, pp. 77-86.
- DIAS, P. K.; FERNANDES, N. da C. M.; SILVA, I. da (2022). Uberização: a relação entre inovação tecnológica e precarização do trabalho em charges. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 7, pp. 56-92.
- FERRAZ, D. (2019). Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. *READ – Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre, v. 25, pp. 238-268.
- FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape BR*, v. 17, pp. 844-856.
- FRANCO, T., DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, pp. 229-248.
- GALHARDO, P. B. (2020). Subjetividade e saúde mental nos modelos flexíveis de trabalho. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, pp. 83786-83797.
- GALVÃO, A.; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (2019). Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, v. 32, pp. 253-270.
- GARCIA, I. S. (2019). As novas tecnologias no capitalismo global: impactos da “uberização” no território urbano. *Revista de Direito da Cidade*, v. 11, n. 2, pp. 712-740.
- GAULEJAC, V. (2007). *Gestão como doença social*. São Paulo, Ideias e Letras.
- \_\_\_\_\_ (2021). “A NGP: a nova gestão paradoxal”. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (orgs.). *Clínicas do trabalho*. Belo Horizonte, Artesã.
- GAULEJAC, V.; BRAZ, M. V.; SILVA, G. E. da (2020). Por que o mundo do trabalho se torna paradoxal? Consequências para as pessoas, instituições e à política. *Psicologia em Estudo*, v. 25, n. e48212, pp. 1-10. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/48212/751375150763>. Acesso em: 31 jan 2023.
- GILLESPIE, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Revista Parágrafo*. São Paulo, v. 6, n. 1, pp. 95-121.
- GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. (2021). A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. *Carta de conjuntura n. 53, nota de conjuntura 5*. IPEA. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216\\_notas\\_5\\_gig\\_economy\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216_notas_5_gig_economy_brasil.pdf). Acesso em: 15 jan 2023.
- GOULART, D. M. (2013). Autonomia, saúde mental e subjetividade no contexto assistencial brasileiro. *Revista Guillermo de Ockham*, v. 11, n. 1, pp. 21-33.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.

- LANGLEY, P.; LEYSHON, A. (2017). Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*, v. 3, n. 1, pp. 11-31.
- LINHARES, A. R. P.; SIQUEIRA, M. V. S. (2014). Vivências depressivas e relações de trabalho: uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica. *Cadernos Ebape BR*, v. 12, pp. 719-740.
- MASSON, L. P.; CHRISTO, C. de S. (2021). Gerenciamento, consumo e (des)valor do trabalho por aplicativos: implicações à saúde de entregadores. *Revista Rosa*, v. 4, n. 1, pp. 1-9.
- MENDONÇA AZEVEDO, I. de; OLIVEIRA, H. C. de (2022). Relações de poder e dominação nas plataformas: reflexão crítica sobre a trama da uberização. *Administração de Empresas em Revista*, v. 3, n. 29, pp. 40-59.
- MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (2005). "A teoria da subjetividade do González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na Psicologia". In: REY, F. G. (org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- MONTEIRO, J. K. et al. (2022). "Os sentidos do trabalho em tempos de capitalismo neoliberal: como fica a saúde mental do trabalhador?". In: CARVALHO-FREITAS, M. N. de et al. (orgs.). *Psicologia organizacional e do trabalho: perspectivas teórico-práticas*. São Paulo, Vetor.
- MOREIRA, A. B. (2021). Está nascendo um novo líder: uberização do trabalho e mobilidade urbana no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 8, n. 22, pp. 127-140.
- MOTTA JÚNIOR, P. R. M. da (2019). Uberização como exemplo da precarização do trabalho e do espaço urbano. In: XVI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-XVI SIMPURB. *Anais*. Vitória, UFES, pp. 1902-1918.
- NASCIMENTO, B. M. F. do; MUNIZ, H. P. (2019). Mobilização subjetiva: do sofrimento ao viver criativo no trabalho. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 9, n. 1, pp. 40-52.
- NASCIMENTO, V. A. do; BORGES, S. M. (2022). A precarização do trabalho e a saúde mental dos trabalhadores por aplicativo. *Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas*, v. 23, n. 1, pp. 133-157.
- OITAVEN, J. C. C.; CARELLI, R. D. L.; CASAGRANDE, C. L. (2018). *Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos*. Brasília, Ministério Público do Trabalho.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho (2006). Recomendação de Relações de Trabalho (nº 198 – R198). Disponível em: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55\\_TYPE,P55\\_LANG,P55\\_DOCUMENT,P55\\_NODE:REC,es,R198,%2FDocument](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55_TYPE,P55_LANG,P55_DOCUMENT,P55_NODE:REC,es,R198,%2FDocument). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_ (2018). International Labour Organization: digital labour platforms and the future of work: towards decent work in the online world. Geneva, International Labour Office. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_645337/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_645337/lang--en/index.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- PEREIRA, A. C. L.; SOUZA, H. A.; LUCCA, S. R. de; IGUTI, A. M. (2020). Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, n. e18, pp. 1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/Yj4VrBQcQ3tgOgHcnnGkC6F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan 2023.
- RAUBER, A. O.; BITENCOURT, R. G.; GALLON, S.; PAULI, J. (2022). Proposição de uma agenda de pesquisa sobre uberização do trabalho e economia GIG. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 23, n. 1, pp. 109-124.

- REY, F. G. (2002). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, Pioneira Thomsom Learning.
- \_\_\_\_\_. (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, v. 24, n. 1, pp. 155-179.
- ROCHA, R.; PISTOLATO, L.; DINIZ, E. P. H. (2021). Precarização do trabalho travestida de modernidade: uma análise da tarefa de entregadores de mercadorias. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 21, n. 4, pp. 1681-1689.
- RODRIGUES, C. M. L., FAIAD, C.; FACAS, E. P. (2020). Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 36, pp. 1-9.
- ROLNIK, R. (2019). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- SALVAGNI, J.; VALENTINA, V. T. D.; COLOMBY, R. K. (2022). “Quem não é simpático acaba sendo punido”: o trabalho emocional no contexto da uberização. *Revista trabalho, política e sociedade*. Nova Iguaçu, RJ, v. 7, n. 12, pp. 1-20.
- SATO L. (2017). “Diferentes faces do trabalho no contexto urbano”. In: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (orgs.). *Psicologia social do trabalho*. Petrópolis, Vozes.
- SCORSOLINI-COMIN, F. (2012). Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho. *Psico*, v. 43, n. 3, pp. 325-333.
- SECCO, A. C.; KOVALESKI, D. F. (2022). Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, pp. 1911-1918.
- SEIXAS, L. P.; BORDIGNON, I. M. (2022). O ideário de smart city como elemento do capitalismo neoliberal: razão subjetiva e tecnificação do território. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. *Anais*, pp. 1-15.
- SILVA RESENDE, C. A. da; MATA, J. F. da; PAIVA CASTRO, A. R. de (2015). A cidadania do sujeito na gramática do mundo do trabalho. *Revista Espaço Livre*, v. 10, n. 20, pp. 79-89.
- SILVA, J. A. da; NETO, G. H. (2021). A crise estrutural do capital e a proletarização do trabalho. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 2, pp. 58-73.
- SILVA, T. J. A.; PACHECO, T. P. (2017). As consequências psicossociais do desemprego. *Ciência Amazônica*, v. 1, n. 2, pp. 1-12.
- SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JÚNIOR, S. (2014). “Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização”. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre, Artmed.
- SLEE, T. (2019). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo, Elefante.
- SOUZA MORAES, R. B. de; OLIVEIRA, M. A. G. de; ACCORSI, A. (2019). Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, n. 3, pp. 647-681.
- THOMAZ JÚNIOR, A. (2019). Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada. *Terra Livre*, v. 1, pp. 197-240.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, n. e22, pp. 1-8.

VIANA BRAZ, M. (2019). *Paradoxos do trabalho: as faces da insegurança, da performance e da competição*. Curitiba, Appris.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. D. (2018). Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde em debate*, v. 42, pp. 175-186.

Texto recebido em 15/mar/2023

Texto aprovado em 17/jul/2023



# Subjectivation and psychosocial risks of the uberization of work in territorial dynamics

Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais

Ronaldo Gomes-Souza [I]  
Marcelo Claudio Tramontano [II]

## Abstract

In view of the economic, political, and technological changes in the world of work within the urban territory, nowadays we are facing new informalities that increase the precariousness of work relationships and conditions in a global level. This essay aims to reflect critically on new subjectivations and on psychosocial risks related to the uberization of work, analyzing their impacts on territorial dynamics. We highlight platform companies that offer taxi and delivery services, and we provide a panorama that shifts from the international to the national scenario. Uberized workers face unique episodes of violence committed by platform companies and urban violence, which intensify psychosocial risks and harm workers' dignity, health, and quality of life. The practices of platform companies, as well as their management and contradictions, reveal a deprivation of the right to the city and the capture of workers' subjectivity.

**Keywords:** precarization and uberization of work; mental health; urban territory; subjectivation; psychosocial risks.

## Resumo

*Diante das mudanças econômicas, políticas e tecnológicas do mundo do trabalho no território urbano, enfrentamos hoje novas informalidades que precarizam as relações e condições de trabalho de forma global. O objetivo deste ensaio é tecer reflexões críticas sobre os processos de novas subjetivações e riscos psicossociais da uberização do trabalho e seus impactos nas dinâmicas territoriais, destacando as empresas-plataforma que oferecem serviços de táxi e entrega, fazendo um panorama que desloca do cenário internacional para o nacional. Os trabalhadores uberizados enfrentam situações singulares de violências das empresas-plataforma e urbana, agravando os riscos psicossociais, a dignidade, a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores. As práticas, gestão e contradições dessas empresas denotam a privação do direito à cidade e a captura da subjetividade dos trabalhadores.*

**Palavras-chave:** precarização e uberização do trabalho; saúde mental; território urbano; subjetivação; riscos psicossociais.



## Introduction

Through the discourse on improvements and modernization of the global market, along with new technological and social advances, the capitalist system develops new management strategies and labor modalities that impact territorial dynamics, compel workers to construct new forms of subjectivation, and subject them to psychosocial risks. In alignment with various authors (Pereira et al., 2020; Rodrigues, Faiad and Facas, 2020), this essay adopts the concept of psychosocial risks as physical, psychological, and social factors resulting from adverse work organization and management. These factors aggravate workers' health conditions, potentially triggering mental illness and other negative impacts, both within and outside the workplace.

Pressure from the international financial market encourages the worldwide adoption of other forms of work in neoliberal processes of city production as a state project (Seixas and Bordignon, 2022). In Brazil, this pressure is legitimized through Laws No. 13,429/2017 (Brazil, 2017a) and 13,467/2017 (Brazil, 2017b), which expand labor outsourcing contracts, and Constitutional Amendment No. 103/2019 (Brazil, 2019). Together, these laws make labor contracts more flexible and fragile (Alves, 2011b), and favor and support new forms of informal work, such as those based on digital platforms owned by so-called platform companies. This, in turn, undermines the security of working conditions and relations, while reducing labor social protection and guarantees.

These laws are associated with the phenomenon of platformization, which signifies the emergence of a new digital-era proletariat.

This shift is driven by the way capital leverages Information and Communication Technologies (ICTs) to mediate the relationship between urban services, citizens, and cities. The primary goal, as articulated by companies, is to promote sustainable development and enhance the quality of life for the population, with profit seen as a secondary outcome. The use of these technologies generally requires internet connectivity and the workers owning a smartphone. In Brazil, Uber stands out as possibly the most popular of these platform companies, such that the term Uberization of work is commonly employed when referring to work processes that are mediated by platforms (Abílio, 2019, 2020 and 2021; Antunes, 2020).

This essay will primarily focus on Uberized workers (Abílio, 2020) involved in transporting people and delivering goods for well-known platform companies including 99, Uber, UberEats, iFood, and Rappi, given their significant national and international presence and prominence (Antunes, 2020; Slee, 2019). We will delve into the phenomena of social exclusion, privatization of urban space, and the deprivation of workers' rights as citizens. These outcomes are a consequence of labor flexibilization and superexploitation driven by the neoliberal logic, as articulated through the term 'flexploitation' (Bourdieu, 1998, p. 125; Areosa, 2020), as well as the deprivation of the right to the city (Carlos, 2014; Harvey, 2014). We will highlight the missions – a legal-administrative term that designates the identities, the *raison d'être* (reason for being), and purposes that every company must declare by law (Scorsolini-Comin, 2012) – that 99, Uber, UberEats, iFood, and Rappi advocate for. Through their missions, we aim to reveal contradictions between their narratives and

discourse and their practices of controlling workers' activities in the urban territory (Cardoso, 2022) through the platforms' algorithms.

Thus, we observe changes of both economic and political nature in the world of work, which influence territorial dynamics and have a negative impact on the population's quality of life. Within this scenario, we seek to understand the peculiarities of the processes of subjectivation of workers within Uberized work, as well as the singularities of the psychosocial risks to which such workers are susceptible in their daily lives in urban territories.

Subjectivation, in this context, is understood as the process of forming subjectivity that constitutes the individual (Aita and Facci, 2011; Rey, 2002, and 2007). It is the phenomenon in which individuals construct, reconstruct, organize, and manifest their thoughts, affects, feelings, and emotions in a unique way. This process is socially produced in interaction with others, within a given historical and cultural context, in the various spaces they operate and will operate throughout their lives (Mitjans Martínez, 2005; Rey, 2002). Therefore, discussing new subjectivations requires acknowledging the constitution of new individuals. Particularly concerning working individuals, our interest lies in examining how the organization and management of labor integrate and modify their process of subjectivation.

The main objective of this essay is to engage in critical reflections on the processes of new subjectivations and psychosocial risks arising from the Uberization of work and their impact on territorial dynamics. The essay seeks to unveil paradoxes and contradictions present in both neoliberal cities and the discourse of

platform companies. They involve a narrative that promotes sustainable development and quality of life in urban areas, contrasting with their management and control practices, which reveal a violent and perverse precariousness. Moreover, these practices harm workers psychologically, socially, and politically.

We employed methodological procedures involving the search and consultation of secondary sources, including printed and electronic academic documents. These sources were subjected to the systematic scientific reading method outlined by Cervo and Bervian (2002). This method involves locating sources that align with the study's objectives, comprehending, and conducting a critical-reflective reading of selected materials and their respective networks of meanings and significance. This process ultimately culminates in interpretive reading.

## Global capital in the world of work

Looking at the transformations that have occurred in the labor universe over the past forty years, it is clear that companies are concerned with developing strategies to attract and engage workers in order to fuel the constant expansion of profit generation within the economic-financial system through labor exploitation (Silva Resende, Mata, and Paiva Castro, 2015). In this endeavor, they promote a discourse in which there would supposedly be a win-win game. That is, the company, on its part, would be willing to organize itself to attractively meet the worker's demands, desires, and needs. In return, the worker would

do the same for the company, joining in the support of social and environmental projects maintained by it. In principle, both would benefit from this game, resulting in a positive social image of a company that considers the worker's demands, inducing them to take pride in working in an environment where they feel welcomed.

In recent years, the transmutation of these concerns has been equally clear, being replaced, summarized, and significantly reduced to increase corporate profits (Galhardo, 2020; Secco and Kovaleski, 2022; Silva and Neto, 2021). This process is anchored in the deregulation of financial markets, which emphasizes the globalization of capital without state control. Here, the dominant system is, first and foremost, economic. In a dialogical and complex way, the logic of the means of production of various goods and services is based on financial benefits, regulating, dictating, oppressing, challenging, constituting, controlling, and impacting the world of work. That is why it is not only a neoliberal system but a globalizing neoliberal political-economic system, as it affects how the entire network of people's rights is conceived, thus its political dimension, beyond the economic dimension (Alves, 2011a and 2011b).

These aspects were crucial for the consolidation of globalization, allowing financial capital to become the fundamental determinant of the economy. Thus, Gaulejac points out (Braz and Silva, 2020, pp. 3-4), "real economy, that is, the production economy, the territorialized economy, the industrial economy, has been completely transformed by the profitability and productivity demands of

shareholder value". The author further argues that in earlier periods, there was at least some concern about balancing capital and labor within organizations, even if, in practice, capital overshadowed concerns about labor. In today's hypermodern world, this concern is weakened to the point of being erased and replaced by financial-capital value.

Thus, the economy of territorialized production makes the market omnipotent, creating management strategies to accelerate productivity and supervise, measure, and evaluate work through quantitative performance and assessment indicators, which can be transformed into financial indicators. The value of human labor becomes the financial value generated without social or sustainability concerns. The meaning of work is shifted to other dimensions, of an economic-financial nature, extinguishing the appreciation and recognition of people's efforts. The management system design aims to establish control mechanisms that guarantee increasing financial returns, to produce more with fewer resources, fewer processes, in less time, with fewer people, and less waste (Garcia, 2019; Thomaz Júnior, 2019).

In the processes of redesigning modes of production, and applying management and worker management paradigms, Lean Production operates these reductions, arguing that increasing productivity with less investment in resources leads to high levels of excellence. This logic is concerning because historically, it has resulted in an increase in psychosocial risks, such as different cases of stress, anxiety crises and malaise, psychosomatic symptoms, depression,

harassment, burnout, and work-related suicide (Chagas, 2015; Pereira et al., 2020; Rodrigues, Faiad, and Facas, 2020).

The detection of these psychopathological symptoms highlights how the meaning and value in the world of work have been altered, degrading the dignity and mental health of workers (Braz and Silva, 2020). The management strategy based on the capitalist political-economic system absolves organizations and the state from co-responsibility for the psychosocial risks that negatively impact the mental health of workers, legitimizing and reinforcing their globalizing origins and effects (Franco and Ferraz, 2019; Monteiro et al., 2022; Nascimento and Borges, 2022). Mental health thus takes on a central role in the discussion of the world of work, as its concept encompasses the worker's efforts to reconcile, cope with, and balance the daily challenges, adversities, and tensions at work. In this process, workers need management and work organization that promotes autonomy and cooperation, allows for dialogue, and provides a space for speaking and listening so that sources of suffering and illness can be expressed. It is necessary to collectively negotiate more creative, democratic, and healthy ways of resolving adversities, constraints, anxieties, and other work-related issues, redefining work experiences as sources of pleasure and better quality of life (Galhardo, 2020; Goulart, 2013; Monteiro et al., 2022; Pereira et al., 2020; Silva Resende, Mata e Paiva Castro, 2015). This dialogue requires constant engagement with unions, aiming to recognize the causality between illness and work.

Indeed, decades passed before organizations took responsibility and recognized that there are psychosocial risks at work that can harm workers' health (Franco and Ferraz, 2019; Monteiro et al., 2022). What is being discussed today are new forms of alienation and exploitation that mobilize union and governmental interventions for improvements concerning health and labor rights. Therefore, problems arising from work activity should not be individualized, nor should the workers be blamed for them. The struggle must continue, which, today, takes on a new configuration: the struggle for spaces, replacing the typical class struggle of industrial capitalism. The dispute is now about securing a space in the world to survive and exist in society. Those who do not engage in this struggle do not exist. And those who lose the dispute are ignored, discarded, excluded (Silva and Pacheco, 2017).

In view of this, companies perceive the need both to constantly reinvent themselves to keep up with technological (Dias, Fernandes, and Silva, 2022), social, and economic transformations in the world, creating rules, norms, and goals for their workers, and to leverage available technologies to enhance productivity and competitiveness. Contradictorily, however, the demands imposed by companies to meet the expectations of international institutions regarding quality control and excellence (Gaulejac, 2007) of products and services do not correspond to the resources they provide to workers to fulfill their responsibilities, leading to alienation, dissatisfaction, suffering, and illness. As a

result, paradoxes (Gaulejac, 2021) arise in the work context, where prescriptions diverge from actual working conditions, triggering a sense of helplessness and guilt in workers when they cannot adapt, accept, or flexibilize themselves sufficiently in the effort to "be a team player" and "give their all" for the organization's success (Gaulejac, Braz, and Silva, 2020; Linhares and Siqueira, 2014; Viana Braz, 2019).

There is a direct relationship between flexibility which primarily serves the interests of capital and the precarization of work. As states increasingly submit to neoliberal impositions, requiring workers to be flexible, multifunctional, multidisciplinary, and possess multiple skills and competencies that span different responsibilities to meet organizational demands, precarization ensues. These conditions are a result of the flexploitation of workers (Areosa, 2020; Bourdieu, 1998, p. 125). By combining flexibility and superexploitation, flexploitation operates through the ever-increasing demand for excellence in productivity and organizational results displayed by workers, without their conditions and guarantees of social and labor protection being improved or even maintained.

André, Silva, and Nascimento (2019) observe that there is a difference between precariousness and precarization. Precariousness relates to work organization based on economic and financial ends that colonize workers and condition them to carry out their activities in contexts of risk and degradation, making them vulnerable, legally, socially, and psychologically unprotected, generating in them feelings of insecurity and powerlessness. Precarization, on the other hand, occurs when, through precariousness

mechanisms, work deteriorates, and workers lose their stability and historically constructed labor rights (Alves, 2011b; Galvão et al., 2019).

Precarization is thus conceived as a multifaceted phenomenon in which workers have their rights and recognitions denied (Franco, Druck, and Seligmann-Silva, 2010) and gradually suppressed. Faced with precarization, workers develop strategies to withstand the sources of suffering and survive in territorial disputes. When these strategies fail, workers become ill, without being fully aware of the entire process that impacts not only their physical and economic dimensions but also their psychological and social dimensions, and imposes new forms of subjectivation (Alves, 2011a; Franco, Druck, and Seligmann-Silva, 2010; Nascimento and Muniz, 2019). It is within this context of flexibilization and precarization that the Uberization of work takes place through the actions of platform companies.

## Labor precarization, uberization, and territorial dynamics

In the dynamics of spatial reproduction within the globalizing neoliberal political-economic system, which underscores social inequalities and exclusions, workers seek survival opportunities in urban areas, especially in metropolitan regions, metropolises, and medium-sized cities. Thus, the relationship between capital and labor takes on territorial dimensions, accentuating the manifestation, within space, of processes of superexploitation.

With scientific and technological advancements being under the submission of the interests of the financial market in recent years (Dias, 2022), neoliberal rules were strengthened, generating new productive and management models and a consequent scenario of worldwide labor precarization. Thus, the formula of Uberization (Abílio, 2020) consolidates itself in a world of work experiencing historical fragility, marked by deregulation that favors the emergence of new informalities and the disintegration of the working class due to the weakening of trade union movements. Uberization and precarization thus become a conceptual pair in a relationship of intimate interdependence (Abílio, 2021; Mendonça Azevedo and Oliveira, 2022).

In his work titled "Uberization: The New Wave of Precarious Work", Slee (2019) emphasizes that the phenomenon of Uberization was originally conceived and articulated to compose a sharing economy. Oitaven, Carelli, and Casagrande (2018) argue that Uberization would first constitute an informal economy designated by the authors as the "gig economy" (p. 11) – categorized into crowdwork, work on demand, and even characterized as non-standard work. These terms refer to work on demand, carried out entirely electronically, mediated by online platforms that connect companies, clients, and registered workers, who must be active

and agreeing to submit to the controls, norms, and rules of the platform companies' algorithms (Cardoso, 2022; Rauber et al., 2022). The algorithms conduct searches and feed databases based on customer profiles, predicting their behavior and general conditions (Slee, 2019).

However, the algorithmic system defined by the platform company also operates an evaluation scheme that assigns ratings to the provided service, along with other ambiguous and obscured measures of gamification, surveillance, bonuses, and penalties (Braz et al., 2020; Cardoso et al., 2022). The system establishes quality standards for the existence and upkeep of the platform company, requiring workers to meet these standards. In light of such practices, the International Labour Organization (ILO, 2006), in recommendation 198, globally encouraged states to intervene in contexts where false employment relationships are identified. Furthermore, the state must create laws and policies for the protection, humanization, and guarantee of labor rights, inspecting and penalizing companies that operate deceitfully while maintaining a discourse in which they offer an opportunity for work disguised as employment. To problematize the ILO's incentive and contrast the discourses and practices of platform companies, we highlight, in Chart 1, some of the missions expressed by these companies.

Chart 1 – Missions of platform companies providing urban taxi services and goods delivery, using motor vehicles, bicycles, or motorcycles

Platform company	Mission (source and date of access)
A 99 – 99	<i>In addition to our ongoing efforts for better service, we pursue the mission of positively impacting the population by making transportation cheaper, faster, and safer for passengers and everyday life more profitable and peaceful for drivers through technology.</i> (Available at: <a href="https://99app.com/sobre-a-99/">https://99app.com/sobre-a-99/</a> . Accessed on: Jan 31, 2023).
iFood	We are much more than a food delivery service: we are a market, a pharmacy, a pet store, and a provider of benefits. And we are <i>eager to nourish the future of the world with our projects in Education, Environment, Diversity and Inclusion, in addition to promoting greater appreciation for those who make deliveries!</i> (Available at: <a href="https://news.ifood.com.br/teste-blocos/">https://news.ifood.com.br/teste-blocos/</a> . Accessed on: Jan 31, 2023).
Rappi	<i>Our mission is to drive economic development across cities in Latin America by accelerating e-commerce adoption.</i> (Available at: <a href="https://about.rappi.com/br/quem-somos">https://about.rappi.com/br/quem-somos</a> . Accessed on: Jan 31, 2023).
Uber	The kind of people who are relentless about our mission to <i>help people go anywhere and get anything and earn their way</i> . Movement is what we power. It's our lifeblood. It runs through our veins. It's what gets us out of bed each morning. It pushes us to constantly reimagine how we can move better. For you. For all the places you want to go. For all the things you want to get. <i>For all the ways you want to earn</i> . Across the entire world. In real time. At the incredible speed of now. (Available at: <a href="https://www.uber.com/br/pt-br/about/">https://www.uber.com/br/pt-br/about/</a> . Accessed on: Jan 31, 2023).
UberEats	UberEats' mission is to <i>make eating well effortless for everyone, everywhere. We want to be able to deliver to our users anything they want to eat: breakfast bright and early, lunch from the neighborhood restaurant, dinner from the city's finest dining establishments.</i> (Available at: <a href="https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/04/sempre-que-ha-mais-opcoes-para-os-clientes-e-uma-coisa-boa-diz-diretor-geral-do-ubereats.html">https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/04/sempre-que-ha-mais-opcoes-para-os-clientes-e-uma-coisa-boa-diz-diretor-geral-do-ubereats.html</a> . Accessed on: Jan 31, 2023).

Source: prepared by the authors, based on consultation of the companies' websites; emphasis added.

With the discourse of providing greater fluidity to urban navigation, with more affordable prices and increased mobility and mobilization, combined with the supposed convenience of picking up and dropping off customers at their selected locations (taxi) or shipping selected and purchased products to the customer (delivery) more comfortably and safely, these companies end up attracting a certain clientele. This clientele prefers to

use the apps rather than risk the potential overcrowding, discomfort, and insecurity of public transportation, plus the time it can take to reach said location, which are not always easily accessible. However, beyond the conveniences offered to the customer, it is important to consider at what cost these services are maintained, emphasizing the perspective of the workers and the psychosocial and labor consequences they suffer.

This spatialization of individualism as a hallmark of a new territorial reality (Seixas and Bordignon, 2022) aligns with a significant loss of a sense of collectivity and of struggling for the improvement of public goods, failing to fulfill the political function of the city. If urbanization is essential for capital accumulation, allowing for Uberization is to adopt a State project that systematically and daily subordinates urban life. This issue permeates the practices of the platform companies themselves and is one of their concerns: tirelessly, they plan and execute strategies to stay in the market and continue to profit, even if their strategies precarize labor or interpersonal relationships, mental health, and all other important dimensions of the lives of uberized workers (Barreira, 2021).

The ILO report (2018) confirms that work carried out by digital platforms is typically urban, showing that four out of every five workers operate in cities. This data is specified in a study by the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, Institute of Applied Economic Research) (Góes, Firmino, and Martins, 2021), which estimated 1.4 million workers in the passenger and goods transport sector in Brazil, in labor relations between workers "and companies that hire labor to perform sporadic services without formal employment ties, mainly through apps" (ibid., p. 1).

There is, therefore, a managerial discourse of domination based on a paradox: platform companies do not practice what they preach. The contradiction lies between the companies' goals and the means they employ to stay in the market, at the expense of the superexploitation of workers. This paradox is rendered invisible, based on a managerial order grounded in sovereign instrumental rationality: the worker exists to keep the organization

running. This is none other than the basis of capital accumulation, according to which the worker sells their surplus value to an employer who profits and reinvests in the company the capital gained from the exploitation of labor. Platform companies use this expedient, presenting themselves as harmless and concerned with the socio-environmental well-being of workers and customers, but their practice is violent: despite being the authors of the impositions, they are perceived as legitimate, while those who suffer from them develop feelings of guilt. Thus, Uberization is promoted as the hero because, symbolically, it removes the worker from the social shame of being unemployed.

Uberization, therefore, manifests not only as a new informality advent from the structural political-economic changes that globalized labor relations in a precarious manner. It also manifests as a form of work organization commanded by computational algorithms developed by companies (Antunes, 2020; Areosa, 2020; Uchôa-de-Oliveira, 2020), detrimentally altering the health-disease relationship in the workplace (Barreira, 2021; Barreira and Nogueira, 2022; Masson and Christo, 2021).

Here, Sato's (2017) reflections on different phases of work in the urban context and the intense and constant displacement of workers between central and peripheral urban areas are pertinent. Analyzing the Brazilian context, the author identifies the phenomenon of work polymorphism, which consists of the complex shifts that workers are forced to make in order to engage in multiple activities simultaneously, migrating between markets and creating jobs. In this perspective, Uchôa-de-Oliveira (2022) situates the precariousness

of the polymorphous nature of work in Brazil, mobilizing and reconfiguring Brazilian workers throughout history.

Based on the collection and analysis of narratives from workers of an uberized taxi service in Rio de Janeiro, André, Silva, and Nascimento (2019) highlight: a) episodes of gamification in which the driver should pass on their code to another worker and, if the other worker joined the app-based company, the driver would be rewarded; b) the contradictions in which the company regards the workers as partners, but they are the ones who bear all expenses and vehicle maintenance, including in situations where they may suffer an accident with themselves or with a third party or that may incur damage to the vehicle; c) discounts with which they are rewarded for strategic services, such as for car-cleaning services, to benefit the company's image rather than that of the uberized worker; d) excessive work journeys: interviewees reported working shifts of 8 to 20 hours, and on average, they argued that it was common to work about 10 hours a day, often making runs every day of the week; e) remuneration: Interviewees reported the necessity of accepting more rides in the city, as taking more trips resulted in higher remuneration. Notably, for a particular platform company, there was an automatic and non-transparent fare deduction method (potentially more than one), that withheld approximately 25% of the value of each ride; f) a sense of insecurity while traveling in certain areas of the city, and also due to the fact that the platform company may

not have regulated activity in the municipality. This situation promotes fear, stress, and anxiety as they do not know if they can continue to rely on this work since the platform can cease its operation at any moment; g) psychosocial risks, subjective precariousness, and the impact of work on the health of the drivers, especially on mental health, as they feel watched, pressured, and evaluated daily, and may even be penalized by being excluded from the platform (André, Silva, and Nascimento, 2019; Barreira, 2021; Barreira and Nogueira, 2022; Masson and Christo, 2021).

More than a context of exploitation, the narratives exemplify a superexploitation that constitutes a predatory and degrading practice that weakens work relations and conditions, capturing and hijacking the subjectivity (Ferraz, 2019; Viapiana, Gomes, and Albuquerque, 2018) and dignity of Uberized workers, thus contradicting the missions proclaimed by platform companies. The workers also shared negative experiences of punitive measures, such as the account of a worker who, despite being available/online for 10 hours in one day, was assigned only one ride; the constant lack of training and organizational support; and the absence of concrete legal ties and symbolic/subjective guarantees. This whole scenario was interpreted by the delivery workers as a condition analogous to slavery, as provided by law No. 10,803 (Brazil, 2003). However, some interviewees do not recognize that being an Uberized worker necessarily implies being a precarious worker (André, Silva, and Nascimento, 2019).

In research conducted in the Metropolitan Region (MR) of Belo Horizonte with delivery workers using motorcycles and bicycles, Rocha, Pistolato, and Diniz (2021) corroborate and complement the phenomenon of Uberization and precarization of the drivers in Rio de Janeiro interviewed by André, Silva, and Nascimento (2019). Based on the workers' accounts, we can see that, like Uber and 99 drivers, they had also received punitive measures (blocked on the platform) for refusing a route and/or ride (service requested by the user via the app) assigned to them by the platform. The algorithm also sets a time limit for each delivery to be completed. If the worker exceeds this limit, they stop getting assignments. Thus, they may engage in reckless behavior in traffic to ensure that they are prioritized by the algorithm and continue to receive assignments. In fact, these delivery workers reported that they engage in reckless behavior in traffic to avoid punitive measures: blowing through red lights, coming up with shortcuts for faster delivery, and "cutting drivers off", illegally overtaking other vehicles to speed up their delivery aiming to complete more rides or deliveries. They also reported situations of embarrassment when entering condominiums with their thermal bags, sometimes in rain gear and/or drenched. There is an account of a situation in which the delivery worker was informed by the building's doorman that the customer had Covid-19, in a context where there was still no vaccine, and he refused to go to the customer out of fear of being infected. The customer complained that he did not receive the delivery in his apartment and rated the worker poorly on the platform. In another interview, a delivery worker disclosed that he hadn't logged a food delivery accurately

on the app since he had eaten the intended delivery for being hungry during his shift and could not take a break to eat. The authors interpret this strategy as an attempt by workers to compensate for the injustices they suffer daily (Rocha, Pistolato, and Diniz, 2021).

When interviewing motorcycle couriers in the MR of Belém, Carvalho (2022) highlighted the importance of understanding territorial dynamics, as they externalize specific social relations arising from these workers, characterizing a reality of exclusion and precariousness generated by capital. Carvalho explains that,

In this trajectory, the work of motorcycle couriers needs to be understood through the dimension of space, which permeates their lived experience in its historical determination, the conceived, and the perceived reality, defined by their insertion as a social class and their commitment as a social group. Thus, territory is the fundamental category as it allows us to see that the spatialization of the misery of precarious work territorializes itself based on power relations, the domination of market flows, which are controlled by those who dominate the influx of capital through the exploitation and plunder made possible by Uberization. (Ibid., pp. 92-93)

Therefore, the plasticity of work within the territory implies new processes of subjectivation and new forms of collective mobilization among Uberized workers. It is through the category of territory that it is possible to observe, between the lines of the globalizing neoliberal political-economic system, the evidence of social injustices, the spatialization of misery, power relations, as well as movements of domination, exploitation,

and control that constitute Uberized work, impacting the dimensions of territorialization, deterritorialization, and reterritorialization (Thomaz Júnior, 2019).

Neoliberalism articulates strategies to weaken the sense of collectivity and class consciousness among Uberized workers to further subjugate the poorest while ensuring its power and existence through superexploitation. Observing the routines and work dynamics in the MR of Belém, Carvalho (2022) emphasizes the basis of the superexploitation strategy based on the number of daily runs (ranging from 0 to 30, with an average of around 15 per day); the distance traveled (ranging from 30 to 200 km per day, with most averaging around 100 km per day); the number of hours worked (0 to 19 hours: the vast majority stated that they work more than 13 hours a day), with a monthly financial return ranging from R\$1,000.00 to R\$1,500.00, varying based on the number of daily runs. These figures, as reported in Carvalho's studies (*ibid.*), corroborate research by Cardoso et al. (2022) in Juiz de Fora; Rocha, Pistolato e Diniz (2021) in the MR of Belo Horizonte; Salvagni, Valentina e Colomby (2022) in the MR of Porto Alegre; André, Silva e Nascimento (2019) in the MR of Rio de Janeiro; and Souza Moraes, Oliveira e Accorsi (2019) in the MR of São Paulo.

The actions of platform companies affect territorial dynamics in different ways. First, because their algorithms map the entire territory where drivers and delivery workers circulate, assigning numerical values to each location and event, thereby inculcating in workers and customers a new way of relating to urban space, i.e., through its cartographic representation. It should not be forgotten that this representation displays only information

selected and controlled by the companies, aiming to provide users with readings of their interest. Second, because workers and customers users of the maps are the primary providers of the information represented in them, often without being fully aware of this fact. For instance, the customer is identified and characterized not only through the data collected at the moment of their interaction with the app but also by the information accumulated by the platform about them and other users with similar profiles, in statistical and demographic terms (Gillespie, 2018). In addition to being available in the graphical interface of the apps, much of the information extracted without full consent remains hidden in the system's metadata, monetized for the exclusive benefit of the companies. By extracting, mining, processing, and analyzing georeferenced city data, platform companies identify areas with higher qualified demand and manipulate the flow of workers with attractive dynamic rates. Third, because one of the main objectives of the companies is to continually expand the territory where work is carried out, along with the expansion of the number of users. To achieve this, the computerized mapping and georeferencing system permanently expands and updates its database, increasing and enhancing its algorithmic management capacity of the territory (Langley and Leyshon, 2017).

We have, therefore, what Geography terms geographical processes of Territorialization-Deterritorialization-Reterritorialization (Chelotti, 2010), constituting an inseparable conceptual triad in continuous dynamism. Paraphrasing Chelotti, the connections between drivers and customers and the urban territory correspond

to territorialization, while the destruction – including temporary destruction – of these connections by the computational logic of the platforms constitutes deterritorialization. Their continuous recreation by algorithms, in turn, would preside over the subjects' reterritorialization processes. In this way, platform companies add, to the understanding of urban space, an information layer entirely controlled by them, perpetually manipulating the relationship between workers and the city according to corporate interests. Carvalho (2022) adds that

[...] these workers suffer from the insecurity caused by the algorithmic logic that reproduces itself in the territory, using neoliberal logic and even globalization, causing high unemployment rates, enabling the deterritorialization of workers, and starting to control the reterritorializations in work processes, based on the growing numbers of unemployed people, who have platformized work as the only means to ensure their socio-spatial reproduction. (pp. 106-107)

Urbanization, according to Garcia (2019), is increasingly expressing the complex contradictions of human relations in territories, especially urban ones, emphasizing work dynamics. Reterritorialization, grounded in corporate interests and imposed covertly on workers, superimposes itself on the already perverse logics of urban occupation polarized between downtown areas and ghettos, with serious consequences for workers' lives, as argued by Garcia (ibid.):

Urban commuting itself becomes an extension of work alienation. The endless journey between the inaccessible ghettos and precarious work or places of consumption reinforces the daily burden on workers' lives. The cost of reproducing the workforce includes the value extracted from rent, transportation fares, medicine prices, and school fees. Exploitation also materializes in the form of phone and utility bills. But worse than that, alienated life turns into a life without meaning, a life brutalized by dehumanization and violence. Money is the only meaning that seems to matter and serves only to maintain biological, animal survival. This process of urbanization will finally harvest the influx of technological innovations in informatics and telematics. The enormous capacity for processing, storing, and manipulating data (Big Data), organized by algorithms with increasingly artificial intelligence (AI) capabilities; the ability to manage information and decision-making processes in real-time surpasses the traditional role of physical space and reshapes not only the reproduction of capital but also the reproduction of life, considered in a new conception of territory (pp. 733-734).

Rolnik (2019) and Antunes (2020) support this interpretation, pointing out that the process of industrialization and urbanization promotes the privatization and financialization of basic resources such as sanitation, water, and energy, as well as social rights like healthcare, education, and security. The precarious condition of Uberized work thus directly impacts urban territory, particularly

concerning one of the primary rights to the city, which is urban mobility, as platform companies present themselves as businesses that "connect people", supposedly facilitating transportation services.

Motta Júnior (2019) highlights that in the early days of the industrial city, the spatial organizational logic was based on attracting and concentrating many workers to serve the interests of capital and accumulate wealth. It's important to remember that public administrators themselves were part of the local industrial and commercial bourgeoisie, thus participating in the formulation of the city project. This intermingling of public and economic interests between groups continues to generate tensions in public administration, exacerbating the unequal occupation of urban territory. The new forms of employment relationships practiced by platform companies establish a logic of urban space organization, especially those involving drivers in taxi and delivery services, whose algorithms resignify the understanding of territory by means of artificial intelligence, as the author explains:

The power of the networks expands the operating scale of these companies, allowing global reach and enabling mass expropriation of value generated by labor. This technology allows comprehensive control over workers and the territory of large cities. (Ibid., p. 1913)

Employing strategies involving targets, gamification, and bonuses, platform companies exert control over specific areas of the city and the pace of workers' movements, thus establishing territorial dominance over both workers and their vehicles within urban space. By prioritizing certain areas, they incentivize workers to compete for these locations,

motivating them to relocate to the most strategically advantageous ones in order to receive ride requests based on proximity. In other situations, companies may offer bonuses for starting a ride in a more distant part of the city, increasing certain fares based on location and working conditions (e.g., flexible rates during rainy weather or depending on high traffic hours or late at night). Within these actions, there are also punitive strategies. When workers refuse rides or do not adhere to the explicit or implicit protocols of gamification and bonuses, the algorithms, which monitor, oversee, and assess all workers, reduce the daily quantity and frequency of rides, thereby diminishing the advantages and privileges of conducting rides in more valued or attractive areas. Thus, it becomes evident that

[...] the analysis of contemporary urban space significantly involves understanding the new logic of transnational capital and the repercussions of this new logic for workers, their political organizations, and actions against the new onslaughts of capital. The interpretation of the networked territory of these companies, such as Uber, is crucial for contemplating the transformations in capital vs. labor relationship brought about by the process of productive restructuring. (Ibid., p. 1914)

The emphasis on urban mobility in Moreira's studies (2021) highlights the dynamics of the historical interest of capital in transportation and movement systems in cities since these systems are essential for providing services to the entire production chain. Here, the collective is once again weakened, making way for actions and investments in the segregation of public resources and promoting individualism. Instead of encouraging

improvements in public transportation to serve everyone, the use of private vehicles is encouraged to meet market demands. Public transportation was indeed encouraged, but once again, to serve the interests of capital by ensuring the commuting of workers from their homes to work and vice versa. These demands, which are also social and collective, are, however, linked to the promotion of vehicles powered by fossil fuels and pollutants, hindering urban mobility by causing congestion and deepening spatial segregation and social inequality (ibid.).

According to Moreira (ibid.), Uberization is on the agenda of the debate on urban mobility because it represents economic sectors that reveal the conflicts of interest between the public and private sectors. It involves the movement of workers to their workplaces, and their access to urban services, and impacts the circulation of goods. The author emphasizes that "Uberization and urban mobility are perceived as praxis of labor relations. They are objects that summarize the disputes being waged, whether they are for more rights or for greater profit" (ibid., p. 132).

## New subjectivations arising from platform companies' and city's violence

It is worth highlighting some peculiarities through which platform companies induce workers to conceive new ways of acting, feeling, and thinking to cope with the various forms of violence inherent in the organization of work and the city. Antunes (2018 and 2020) concludes that workers' submission to

platforms is akin to "digital slavery", as we are not necessarily losing jobs in the digital age, but rather gaining, in different spaces, globally, new forms of informal work, based on the flexibilization of labor laws and loss of rights. Consequently, the new precarization masquerading as uberized work (Antunes, 2018; Moreira, 2021) is, in fact, a new facet of old precarization.

Carvalho (2022, p. 89) emphasizes the importance of monitoring these new forms of informality because they impact "[...] the deregulated and precarious relations that occur within the production of space". The author emphasizes that

[...] with the new capitalist production regime, the working class assumes a new morphology, now composed of both classic urban and rural industrial proletariats, as well as new sub-contracted, outsourced, and informalized workers, including platformized or uberized workers. (Ibid., p. 89)

Platforms develop mechanisms that are almost omnipresent, whether visible or not, personified (Motta Júnior, 2019), through which workers have the illusion of controlling their own work, as if they were "the capitalists", entrepreneurs, "their own masters", self-sufficient, with their own goals and objectives (Abílio, 2019; Cardoso, 2022; Moreira, 2021), and manage the quantity, pace, frequency, and quality of their work. In reality, it is the platform that, disguised as a sharing economy (Slee, 2019), controls the lives of the worker-subjects who submit to the use of these apps. ICTs are thus being used to configure new forms of subjectivation among worker-subjects, with clear implications for the city's territorial organization. Harvey (2014)

argues that new forms of informality, such as uberized work (Abílio, 2020), are driven by financial institutions (Motta Júnior, 2019), through high-yield investments, sustained by major automotive, oil, telecommunications, and construction industries.

From the perspective of labor precarization, André, Silva, and Nascimento (2019) argue that Uberized workers are equally exposed to subjective precarity. Specifically, the negative feelings generated and constructed in the daily work routine, arising from a constant backdrop of demands, pressures, and tensions to maintain the quality standards required by the company through gamification and targets, being evaluated, supervised, and haunted by the fear of losing their source of income. Thus, fear and discouragement invade the thoughts of Uberized workers (Areosa, 2020), and platform companies seek to capture their subjectivity (Viapiana, Gomes, and Albuquerque, 2018), as the platform becomes the epicenter of their lives. Every day, their actions and energy are focused on keeping up with the demands and flows of the applications, which, in turn, is hijacking their time, depriving them of their rights to come and go and to occupy other social spaces and roles.

Authors have also observed a phenomenon of self-persuasion, according to which working for platform companies is considered good because the worker is earning money, has freedom, is their own manager, does not have an immediate superior supervising their work, and makes their own schedule. This, in turn, consolidates their commitment to the company, their desire to keep working and trying to produce more, and keeps them feeling good about it

(Siqueira and Gomide Júnior, 2014). They feel productive because, without this work, they would not be generating income. Therefore, disguised as a modernization of labor (Rocha, Pistolato, and Diniz, 2021), there is also a perverse mechanism in the discourse of platform companies, through which workers develop psychological strategies to deal with the violence imposed by these companies, fueling the relationship of subordination and superexploitation imposed by them.

Furthermore, Uberized workers need to create various coping strategies daily. Salvagni, Valentina, and Colomby (2022) emphasize the strategy of being friendly all the time, with all customers, regardless of the context, for fear of reprisals in evaluations and punitive consequences from the company. The same authors mention instances of symbolic violence and sexual harassment, in which workers need to induce or suppress certain feelings to meet the expected quality standards imposed by the company. In such situations, to reinterpret possible embarrassing situations of this nature, drivers "play along", pretend not to understand, make an effort to remain calm and patient, and project themselves as friendly.

This approach of developing daily strategies to cope with adversities and constraints at work is called emotional labor (ibid.). It refers to workers' management of emotions to handle the different daily sources of suffering in their work, in an effort to maintain balance and be courteous to customers. In a study involving drivers in the MR of Porto Alegre, the main reported feelings were: a) fear of urban violence; b) the obligation to be friendly to all customers all the time, out of fear of being poorly rated

on the platform by vigilant passengers (who are sensitive to any possible lack of cordiality by the driver which would justify giving them a low rating, decreasing their ranking) and of receiving punitive measures, such as being assigned fewer rides; c) a sense of anguish due to their dependence on the app to survive in the city, without guarantees of income and without knowing how much they will earn in a day's work, even though they make themselves available for hours (ibid.). Evaluation reports issued by platform companies are not clear, making it difficult to obtain precise information about poor ratings, which would allow them to correct and improve their service and thus create learning opportunities as well as provide workers with a mouthpiece to express their concerns. The lack of feedback and information constitutes, in itself, another control mechanism.

In addition to the paradoxes pointed out so far, Gaulejac (2021) adds that, perversely, ironically, and contradictorily, the precarization resulting from the management of Uberized work is rooted in the consciousness of having a job (being that workers are getting paid for this activity), but that this work is not recognized as a legal employment relationship with labor rights. As we know, Uberized work does not constitute traditional employment. Platform companies offer opportunities for paid work but do not admit to establishing an employment relationship with workers. Being unemployed implies that a person does not maintain a legal employment relationship through which they can enjoy labor rights. The phenomenon of Uberization thus carries a symbolic effect in which workers feel employed

without having traditional employment. They do not necessarily feel unemployed because they are generating income by reproducing platform companies' discourse that they have no bosses and are their own managers. Cardoso (2022) points out that what is most striking is not the fact that Uberized workers do not feel unemployed but that they feel like entrepreneurs/self-employed. By perceiving themselves as their own managers, using their own resources, managing their schedules, and receiving an income from it, workers convince themselves that they are not unemployed because they are working. To the point of answering, when asked about their occupation, that they are app/platform drivers or couriers. Indeed, they are, in some way, socially contributing with their labor force, acting in territorial dynamics, and playing a social role, but the reality is that they are unemployed from a legal standpoint, even though they are working and generating income.

Being out of work carries a negative social attribute, designating one as useless and unsuccessful, and therefore, without value. Given that this position is considered unacceptable within the context of capitalist society, it appears preferable to keep occupied, even with low financial returns and all the precarities discussed in this essay, than to be mistaken for a "nobody". The contradiction thus reveals itself: to be Uberized is to work without being employed. It is to be an unemployed person earning money in the city. In the neoliberal logic, it is worth more to be a busy unemployed person, earning income, than to be an unemployed person without income.

This symbolic dynamic is intersected and reinforced by the ideology of shame, in which the worker avoids showing any possible signs of weakness, illness, or other behavior that would distance their body from labor activities, thereby avoiding destitution (Dejours, 2018). Since work is the source of their survival/subsistence, not working has implications that are not only economic and financial, but, as we have seen, also psychological and social. Failing to provide for oneself or one's family is a source of shame. Therefore, the ideology of shame is invoked as a defense to deny supposed weakness, illness, tiredness, overload, and daily violence so that, in the end, the worker can provide for some of their own and their family's needs.

Alienated, the worker finds it difficult to attribute the source of their illness to the practices of the organization of work and blame themselves for their own sickness. Admitting that they are sick means acknowledging their vulnerabilities, their inadequacies, and their unproductiveness in their own eyes and in society. Since admitting their failure is unacceptable, Uberized workers silence their frustrations and anxieties and submit to the manipulation and all the platform companies' control strategies that ensure payment for the work performed. Thus, the fear of losing the platform company's financial return is intensified, because the consequence could be even worse: not existing in the city, being a "nobody", not having access to consumption. They then bow to the injunctions, they enter this game and conform to the rules, since it is the company that ends up having control (Cardoso, 2022) over their lives, allowing them to exist and survive in the city and not be excluded by neoliberal society.

It remains for us, therefore, to acknowledge the commodification of Uberized workers, as platform companies instrumentalize them for their financial, operational, and technical purposes. Platform companies conceive of them as resources, and in doing so, erase the possibility of them being conceived as subjects, since "to be a subject is to resist what does not make sense to oneself. To be a subject is to exist without bending to injunctions" (Gaulejac, 2021, p. 102).

## Final considerations

We present critiques and reflections on how Uberized workers in taxi and delivery services experience new processes of subjectivation arising from neoliberal flexploitation, labor precarization, and the contradictions of platform companies. We also explore how they are vulnerable to daily psychosocial risks while navigating the city, changing urban territorial dynamics, and being changed by them. We address the tactics through which platform companies, according to their interests, continuously manipulate the relationship between workers and urban space in ongoing processes of territorialization-deterritorialization-reterritorialization through apps that are constituted by an information layer entirely controlled by them.

We observe that these workers confront unique daily challenges, including a sense of insecurity stemming from exposure to various forms of urban, symbolic, and interpersonal violence, whether in traffic, interactions with customers, or platform control management. They also experience a pervasive feeling of

powerlessness due to their lack of control over their own work, including the number of trips they undertake and the locations within the city where they must provide services for the platform. Furthermore, they must constantly exercise self-control to complete more runs and, consequently, travel more frequently and cover greater distances to maximize their earnings, all while laboring in poor working conditions and without access to support or guarantees, among other difficulties. In addition to these challenges, their subjectivity is appropriated, and they are stripped of their rights to the city, including the freedom of movement and the ability to occupy various spaces and social roles. Consequently, they develop psychological and social strategies to cope with anxieties, feelings of helplessness, and constraints stemming from the management and organization of work by platform companies, as well as interactions with customers.

This dynamic shapes subjectivity and impacts the workers' overall health, particularly in psychological aspects: mental health. Due to the workload, and exposure to stressful situations without any mediation or healthy strategies to cope with these psychosocial challenges, Uberized workers may be more prone to developing severe health issues such as depression, burnout, and even suicide. In this context, workers are subject to various types of accidents, especially in traffic, some of which can be fatal. They also fall victim to robbery and various forms of violence, do not have the right to time off or vacations, and often earn a monthly income below the minimum wage, remaining at the mercy of algorithms.

Despite changes in employment practices and benefits for Uberized work in other countries, as well as signs of resistance in Brazil (Moreira, 2021; Motta Júnior, 2019), this essay highlights the importance of advancing studies, programs, and policies that interconnect new forms of informal work, mental health, and the right to the city.

We recommend the creation of spaces for the voices of workers to be heard, allowing for the negotiation of labor rights and the right to the city as a state policy, beyond the unilateral, standardized, and rigid control of platform algorithms. By examining the precarization of Uberized work in taxi and delivery services within the logic of territorialized and neoliberal economics, we demonstrate that spaces that do not facilitate dialogue and cooperation increase psychosocial risks and contribute to unhealthy forms of worker subjectivation. This work organization that fails to promote spaces for dialogue ultimately leads to the individual's death and, in the case of platform companies, legitimizes the term "digital slavery" (Antunes, 2018 and 2020).

By favoring democratic spaces for dialogue, platform companies, other organizations, and the government can collaborate with workers collectives to develop more creative and participatory practices that promote, exercise, and guarantee more dignity, mental health, and quality of life while integrating urban services, citizens, and the city, in line with the missions of platform companies. Such spaces also hold the potential for opening new paths of resistance, social and labor organization, as well as the access to, the construction of, and the reconstruction of the right to the city.

**[I] <https://orcid.org/0000-0002-4349-2688>**

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Manaus, AM/Brasil.

ronaldopsicologo@ufam.edu.br

**[II] <https://orcid.org/0000-0002-0044-4432>**

Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, SP/Brasil.

tramont@sc.usp.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Versi-On, email: jeffersonjnetto@gmail.com

## Acknowledgments

This work was supported by the Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/ Amazônia, National Program for Academic Cooperation in the Amazon) of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), and by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam, State of Amazonas' Research Support Foundation).

## References

- ABÍLIO, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, pp. 41-51.
- \_\_\_\_\_. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos avançados*, v. 34, pp. 111-126.
- \_\_\_\_\_. (2021). Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, pp. 579-597.
- AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. (2011). Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em revista*, v. 17, n. 1, pp. 32-47.
- ALVES, G. (2011a). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Estudos do Trabalho*, n. 8, pp. 1-31.
- \_\_\_\_\_. (2011b). "Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI". In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L., MOTA, D. P.; ALVES, G. (orgs.). Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo, LTR.

- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O. da; NASCIMENTO, R. P. (2019). "Precário não é, mas eu acho que é escravo": análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 18, n. 1, pp. 7-34.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo.
- AREOSA, J. (2020). Uberização do trabalho: o determinismo do algoritmo. *Proteção ao trabalhador*, v. e9, pp. 1-6.
- BARREIRA, T. H. de C. (2021). Aspectos psicossociais do trabalho para a saúde do trabalhador em empresas-plataforma. *Revista Ciências do Trabalho*, v. 20, pp. 1-11.
- BARREIRA, T. H. de C.; NOGUEIRA, L. S. M. (2022). "O trabalho do entregador ciclista em tempos de pandemia: pistas para compreender a saúde mental do trabalhador uberizado/plataformizado". In: ANDRADE, C. de J. (org.). *Saúde mental e trabalho no tempo de pandemia da COVID-19*. São Paulo, Gênio Criador.
- BOURDIEU, P. (1998). *Contrafogos, tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRASIL (2003). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.803, de 11 de dezembro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.803.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2017a). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 13.429, de 31 de março. Reforma Trabalhista, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2017b). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 13.467, de 14 de julho. Reforma Trabalhista, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2019). Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- BRAZ, M. V. et al. (2020). Turkerização e gestão algorítmica do trabalho em plataformas de microtarefas. *Conversas em Psicologia*, v. 1, n. 1, pp. 1-15.
- BRAZ, M. V.; SILVA, G. E. da (2020). Entrevista com Vincent de Gaulejac. *Psicologia em Estudo*, v. 25, pp. 1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.48212>. Acesso em: 31 jan 2023.
- CARDOSO, A. C. M. (2022). "Empresas-plataforma e seus tempos laborais incertos, controlados, intensos, insuficientes, longos, não pagos e heterônomos". In: DAL ROSSO, S.; CARDOSO, A. C. M.; CALVETE, C. da S.; KREIN, J. D. (orgs.). *O futuro é a redução da jornada de trabalho*. Porto Alegre, Cirkula.
- CARDOSO, A. C. M.; PARADELA, V. C.; GOLIATT, L.; SILVA A. C. E. P.; SIQUEIRA, R. de A. (2022). A pandemia da covid-19 e o agravamento da precariedade do trabalho dos motoristas em empresas-plataforma de transporte individual em uma cidade brasileira de médio porte. *Revista da ABET*, v. 21, n. 1, pp. 33-51.
- CARLOS, A. F. A. (2014). O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP Espaço e Tempo (on-line)*, v. 18, n. 3, pp. 472-486.

- CARVALHO, R. S. de C. (2022). Uberização e/ou bolha da servidão: uma verificação através dos moto-entregadores no espaço metropolitano de Belém-RMB. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 23, n. 1, pp. 83-112.
- CERVO, A. I.; BERVIAN, P. A. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo, Prentice.
- CHAGAS, D. (2015). Riscos psicossociais no trabalho: causas e consequências. *Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 2, n. 1, pp. 439-446.
- CHELOTTI, M. (2010). Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade e Natureza*, v. 22, n. 1, pp. 165-180.
- DEJOURS, C. (2018). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, Cortez-Oboré.
- DIAS, M. F. G. (2022). “O que será, que será?” Precarização, uberização e o futuro do trabalho. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 12, n. 35, pp. 77-86.
- DIAS, P. K.; FERNANDES, N. da C. M.; SILVA, I. da (2022). Uberização: a relação entre inovação tecnológica e precarização do trabalho em charges. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 7, pp. 56-92.
- FERRAZ, D. (2019). Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. *REAd – Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre, v. 25, pp. 238-268.
- FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape BR*, v. 17, pp. 844-856.
- FRANCO, T., DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, pp. 229-248.
- GALHARDO, P. B. (2020). Subjetividade e saúde mental nos modelos flexíveis de trabalho. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, pp. 83786-83797.
- GALVÃO, A.; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (2019). Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, v. 32, pp. 253-270.
- GARCIA, I. S. (2019). As novas tecnologias no capitalismo global: impactos da “uberização” no território urbano. *Revista de Direito da Cidade*, v. 11, n. 2, pp. 712-740.
- GAULEJAC, V. (2007). *Gestão como doença social*. São Paulo, Ideias e Letras.
- \_\_\_\_\_ (2021). “A NGP: a nova gestão paradoxal”. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (orgs.). *Clínicas do trabalho*. Belo Horizonte, Artesã.
- GAULEJAC, V.; BRAZ, M. V.; SILVA, G. E. da (2020). Por que o mundo do trabalho se torna paradoxal? Consequências para as pessoas, instituições e à política. *Psicologia em Estudo*, v. 25, n. e48212, pp. 1-10. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/48212/751375150763>. Acesso em: 31 jan 2023.
- GILLESPIE, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Revista Parágrafo*. São Paulo, v. 6, n. 1, pp. 95-121.
- GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. (2021). A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. *Carta de conjuntura n. 53, nota de conjuntura 5*. IPEA. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216\\_nota\\_5\\_gig\\_economy\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216_nota_5_gig_economy_brasil.pdf). Acesso em: 15 jan 2023.

- GOULART, D. M. (2013). Autonomia, saúde mental e subjetividade no contexto assistencial brasileiro. *Revista Guillermo de Ockham*, v. 11, n. 1, pp. 21-33.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- LANGLEY, P.; LEYSHON, A. (2017). Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*, v. 3, n. 1, pp. 11-31.
- LINHARES, A. R. P.; SIQUEIRA, M. V. S. (2014). Vivências depressivas e relações de trabalho: uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica. *Cadernos Ebape BR*, v. 12, pp. 719-740.
- MASSON, L. P.; CHRISTO, C. de S. (2021). Gerenciamento, consumo e (des)valor do trabalho por aplicativos: implicações à saúde de entregadores. *Revista Rosa*, v. 4, n. 1, pp. 1-9.
- MENDONÇA AZEVEDO, I. de; OLIVEIRA, H. C. de (2022). Relações de poder e dominação nas plataformas: reflexão crítica sobre a trama da uberização. *Administração de Empresas em Revista*, v. 3, n. 29, pp. 40-59.
- MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (2005). "A teoria da subjetividade do González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na Psicologia". In: REY, F. G. (org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- MONTEIRO, J. K. et al. (2022). "Os sentidos do trabalho em tempos de capitalismo neoliberal: como fica a saúde mental do trabalhador?". In: CARVALHO-FREITAS, M. N. de et al. (orgs.). *Psicologia organizacional e do trabalho: perspectivas teórico-práticas*. São Paulo, Vetor.
- MOREIRA, A. B. (2021). Está nascendo um novo líder: uberização do trabalho e mobilidade urbana no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 8, n. 22, pp. 127-140.
- MOTTA JÚNIOR, P. R. M. da (2019). Uberização como exemplo da precarização do trabalho e do espaço urbano. In: XVI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-XVI SIMPURB. *Anais*. Vitória, UFES, pp. 1902-1918.
- NASCIMENTO, B. M. F. do; MUNIZ, H. P. (2019). Mobilização subjetiva: do sofrimento ao viver criativo no trabalho. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 9, n. 1, pp. 40-52.
- NASCIMENTO, V. A. do; BORGES, S. M. (2022). A precarização do trabalho e a saúde mental dos trabalhadores por aplicativo. *Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas*, v. 23, n. 1, pp. 133-157.
- OITAVEN, J. C. C.; CARELLI, R. D. L.; CASAGRANDE, C. L. (2018). *Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos*. Brasília, Ministério Público do Trabalho.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho (2006). Recomendação de Relações de Trabalho (nº 198 – R198). Disponível em: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55\\_TYPE,P55\\_LANG,P55\\_DOCUMENT,P55\\_NODE:REC,es,R198,%2FDocument](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55_TYPE,P55_LANG,P55_DOCUMENT,P55_NODE:REC,es,R198,%2FDocument). Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2018). International Labour Organization: digital labour platforms and the future of work: towards decent work in the online world. Geneva, International Labour Office. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_645337/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_645337/lang--en/index.htm). Acesso em: 15 jan 2023.
- PEREIRA, A. C. L.; SOUZA, H. A.; LUCCA, S. R. de; IGUTI, A. M. (2020). Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, n. e18, pp. 1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/Yj4VrBQcQ3tgQgHcnnGkC6F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan 2023.

- RAUBER, A. O.; BITENCOURT, R. G.; GALLON, S.; PAULI, J. (2022). Proposição de uma agenda de pesquisa sobre uberização do trabalho e economia GIG. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 23, n. 1, pp. 109-124.
- REY, F. G. (2002). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, Pioneira Thomsom Learning.
- \_\_\_\_\_ (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, v. 24, n. 1, pp. 155-179.
- ROCHA, R.; PISTOLATO, L.; DINIZ, E. P. H. (2021). Precarização do trabalho travestida de modernidade: uma análise da tarefa de entregadores de mercadorias. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 21, n. 4, pp. 1681-1689.
- RODRIGUES, C. M. L., FAIAD, C.; FACAS, E. P. (2020). Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 36, pp. 1-9.
- ROLNIK, R. (2019). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- SALVAGNI, J.; VALENTINA, V. T. D.; COLOMBY, R. K. (2022). “Quem não é simpático acaba sendo punido”: o trabalho emocional no contexto da uberização. *Revista trabalho, política e sociedade*. Nova Iguaçu, RJ, v. 7, n. 12, pp. 1-20.
- SATO L. (2017). “Diferentes faces do trabalho no contexto urbano”. In: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (orgs.). *Psicologia social do trabalho*. Petrópolis, Vozes.
- SCORSOLINI-COMIN, F. (2012). Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho. *Psico*, v. 43, n. 3, pp. 325-333.
- SECCO, A. C.; KOVALESKI, D. F. (2022). Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, pp. 1911-1918.
- SEIXAS, L. P.; BORDIGNON, I. M. (2022). O ideário de smart city como elemento do capitalismo neoliberal: razão subjetiva e tecnificação do território. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. *Anais*, pp. 1-15.
- SILVA RESENDE, C. A. da; MATA, J. F. da; PAIVA CASTRO, A. R. de (2015). A cidadania do sujeito na gramática do mundo do trabalho. *Revista Espaço Livre*, v. 10, n. 20, pp. 79-89.
- SILVA, J. A. da; NETO, G. H. (2021). A crise estrutural do capital e a proletarianização do trabalho. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 2, pp. 58-73.
- SILVA, T. J. A.; PACHECO, T. P. (2017). As consequências psicossociais do desemprego. *Ciência Amazônica*, v. 1, n. 2, pp. 1-12.
- SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JÚNIOR, S. (2014). “Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização”. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre, Artmed.
- SLEE, T. (2019). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo, Elefante.
- SOUZA MORAES, R. B. de; OLIVEIRA, M. A. G. de; ACCORSI, A. (2019). Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, n. 3, pp. 647-681.

THOMAZ JÚNIOR, A. (2019). Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada. *Terra Livre*, v. 1, pp. 197-240.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, n. e22, pp. 1-8.

VIANA BRAZ, M. (2019). *Paradoxos do trabalho: as faces da insegurança, da performance e da competição*. Curitiba, Appris.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. D. (2018). Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde em debate*, v. 42, pp. 175-186.

Received: March 15, 2023

Approved: July 17, 2023



# Moradia, trabalho e migração: uma ocupação sob ameaça de remoção

Housing, work, and migration:  
a squatted building under threat of eviction

Eduardo Abramowicz Santos [1]

## Resumo

O objetivo deste artigo é demonstrar, a partir de uma ocupação localizada no Brás, organizada por migrantes latino-americanos e brasileiros, a forma de associação e entrelaçamento entre deslocamento, moradia e trabalho. Demonstra-se o modo de constituição da ocupação e de organização do local, indicando a rede de proteção que se estabeleceu em torno do espaço urbano e como uma ação judicial, que requer a remoção das famílias, aborda o tema do trabalho no local. A partir da dinâmica desse espaço urbano, demonstra-se que o trabalho constituído na ocupação fomenta um outro mercado, o mercado tido como informal de moradia.

**Palavras-chave:** migrantes; ocupação; remoção; moradia; trabalho.

## Abstract

*The objective of this article is to demonstrate, using a squatted building located in the Brás neighborhood and organized by Brazilian and Latin American migrants, the way in which commuting, housing, and work are associated and interwoven. The article shows the constitution and organization of the squatted building, displays the protection network that was formed around the urban space, and explains the way in which a lawsuit that requires the eviction of families addresses the issue of work in the squatted building. Based on the dynamics of this urban space, we demonstrate that the form of work constituted in the squatted building fosters another market: the informal housing market.*

**Keywords:** migrants, squatted building, eviction, housing, work.



## Introdução

Na rua 21 de Abril,<sup>1</sup> localizada no bairro do Brás, centro de São Paulo, formou-se, no decorrer dos anos, uma ocupação<sup>2</sup> organizada por brasileiros, bolivianos, paraguaios, venezuelanos e colombianos. São 57 famílias, em sua maioria migrantes,<sup>3</sup> que constituíram no local um lugar para morar e trabalhar.

O Brás é reconhecido como bairro de migrantes nacionais e internacionais na cidade de São Paulo. A região desenvolve-se como bairro operário e como destino de inúmeros trabalhadores migrantes ao longo do final do século XIX e início do século XX. No decorrer dos anos, o bairro foi se transformando, sendo reconhecido pelo comércio popular, consolidando-se como centro gravitacional de comércio de sacoleiros no Brasil e na América Latina.

O bairro constitui-se como centro de migração, seja definitiva, pendulares<sup>4</sup> ou de negócios. Hoje a região faz parte de redes transnacionais de migração e comércio popular, continuando como local de moradia para inúmeros migrantes.

O comércio popular na região, que engloba o eixo Brás, Bom Retiro, ruas 25 de Março e Santa Ifigênia, é marca do centro de São Paulo; desde o século XX o comércio popular se concentra na região e surgem as primeiras indústrias ligadas à produção têxtil (Freire, 2008). A região do Brás foi o primeiro polo industrial da cidade, passando por grandes transformações durante a década de 1980; local de concentração industrial que se reestruturou, fazendo com que a indústria de confecções da região desse lugar às lojas-fábricas, pequenas confecções organizadas por migrantes em fundo de quintais ou no interior de sua moradia (Freire, 2015).

O Brás, juntamente com o Bom Retiro, continua como um dos principais centros de produção e distribuição de artigos de vestuário. O eixo Brás e Bom Retiro com o tempo foi expandindo-se para as Zonas Leste e Norte da cidade, regiões em que inúmeros pequenos ateliês de costura e estabelecimentos de confecções se instalaram; são pequenas oficinas de confecções terceirizadas, constituindo uma rede de subcontratação que fomenta o comércio de vestuário (Freire 2015; 2008).

A expansão dessas pequenas oficinas acentua-se na década de 1990 com a reestruturação produtiva pela qual a indústria do vestuário passou. Essa mudança ocorre principalmente na gestão da mão de obra e organização produtiva, não se vincula com inovação tecnológica de grande impacto (Freire, 2008). Assim, a partir dessa década, a terceirização por meio de redes de subcontratação de pequenas oficinas ganha impulso:

[...] a indústria de confecções passou por um processo de reestruturação onde as empresas diminuíram o tamanho de suas plantas e concentraram-se nos processos de criação, modelagem, corte de tecidos e comercialização dos produtos finais. As empresas formalmente constituídas passaram a subcontratar o serviço de oficinas de costura externas às fábricas na parte mais intensiva em mão de obra da produção. A terceirização foi uma estratégia de gestão de mão de obra para lidar com uma produção diversificada, de pequenas escalas e que muda constantemente de acordo com as variações nas tendências da moda. A inserção dos imigrantes bolivianos nesse setor da indústria paulistana parece ter ocorrido justamente através dessas oficinas de costura e, na medida em que se expande, este serviço é terceirizado. (Ibid., p. 93)

A estratégia de subcontratação por meio da terceirização da confecção descaracteriza a relação de trabalho, evitando responsabilização pelas condições dessa atividade e, muitas vezes, de exploração que essas formas de agenciamento de mão de obra produzem. Nesta estrutura, o responsável pela contratação do serviço ou responsável pela venda final do produto deixa de ser responsabilizado (ibid.).

O eixo Brás e Bom Retiro onde se concentra grande parte de empresas que produzem roupa na cidade, também, é local de grande concentração de migrantes, seja no comércio ambulante, seja morando na região ou trabalhando nas pequenas oficinas de confecções. São redes e formas de vida na cidade que entrelaçam trabalho, moradia e migração.

Mercado de trabalho tido como informal ligam-se com as dinâmicas presentes nos espaços urbanos e redes transnacionais de fluxos de mercadorias e pessoas (Peralva e Telles, 2015). Esse mercado de trabalho vincula habitação, migração, redes de locação residencial informais, formas de exploração, mas, também, sociabilidades, formas de vida e resistência na cidade de São Paulo.

A Ocupação 21 de abril ilustra esse percurso. Em meio à ameaça de remoção, as famílias, apesar dos conflitos internos e externos que atravessam a dinâmica desse espaço urbano, constituíram uma forma de organização própria e resistem há mais de dois anos à ameaça de remoção.

Essas formas de vida e dinâmicas na cidade se estabelecem nas fronteiras fluidas e incertas entre formal, informal, lícito e ilícito. São mercados que florescem nessas fronteiras e constituem-se como estratégia cada vez mais frequente na reprodução do capital. Se

a informalidade, até a década de 1980, era considerada característica inerente do Sul Global, hoje, é característica inerente do capitalismo contemporâneo (ibid.). O Estado, o direito e seus agentes compõem essas fronteiras, corroboram sua indistinção e a reprodução do capital que ocorre nesses espaços.

Os caminhos entrecruzados de moradia, trabalho e migração fazem parte dos circuitos inscritos na cidade pelos “indesejáveis” (Agier, 2008) submetidos à informalidade e que se realizam, muitas vezes, como única alternativa para determinadas populações para constituição de trabalho, habitação, deslocamentos, sobrevivência e formas de vida na cidade de São Paulo (Santos, 2022).

Os migrantes são produtores de escala e da cidade; são sujeitos que possuem identificação e agência nas transformações e lutas urbanas locais. São sujeitos que assumem diversas identidades e formas de integração, não apenas a identidade de “migrante” ou a integração em circuitos tidos como propriamente migratórios. Ao apontar a relação entre cidade e migração, é possível evidenciar múltiplos caminhos percorridos pelos migrantes no cotidiano, múltiplas conexões, transpassando circuitos migratórios ou étnicos, evidenciando sociabilidades mais amplas (Çaglar e Schiller, 2011; Santos, 2022).

Ao analisar os percursos individualizados de migrantes, é possível observar que a categoria de “migrante” obscurece a identificação e agência desses sujeitos nas transformações e lutas urbanas. Assim, a categoria “migrante” é insuficiente para se referir aos sujeitos urbanos que vivem, lutam e performam na cidade. Essa categoria é insuficiente para revelar toda a complexidade, as formas diversas de morar,

trabalhar e se organizar, deixando de evidenciar toda a potência nas vidas, trajetos e arranjos que esses sujeitos produzem (Santos, 2022; Santos, 2020).

A partir das ações do Estado, de processos de despossessão, organização e resistência entre brasileiros e migrantes, como ocorreu na Ocupação 21 de Abril, emergem sociabilidades coletivas, constituindo uma ação de um coletivo urbano e social mais amplo, que não se limita à categorização de “migrantes” ou, por exemplo, de “sem-teto”. Os expedientes utilizados pelo Estado, as violências sofridas, bem como os processos de resistência, articulam diversos sujeitos e produzem repertórios compartilhados de um coletivo social amplo (Santos, 2020).

A informalidade urbana, seja no trabalho, seja na moradia, na documentação ou nos caminhos percorridos até a cidade de São Paulo, não se constitui como um setor específico, mas caracteriza-se como uma série de transações que conectam diferentes economias e espaços, funcionando como um modo de governo em que o Estado, seus agentes e as ações tomadas por eles, tidas como formais ou inseridas no quadro da legalidade, corroboram sua reprodução (Roy, 2005). A informalidade urbana é reproduzida por meio da ação estatal, de seus agentes e dos processos administrativos ou judiciais de remoção de moradias ou dos comerciantes ambulantes da região (Santos, 2022).

Portanto, quando se mobiliza o conceito da informalidade, não se determina um setor específico, não está sendo caracterizada uma determinada forma, *status* ou condição de trabalho, pois a ideia difundida de “setor informal” inscreve a informalidade na genealogia dos dualismos, deixando de ser entendido como ferramenta conceitual para ser utilizado

como categoria de descrição do real (Rabossi, 2019). A informalidade urbana são transações que conectam diferentes espaços e economias que transitam entre o formal/informal e legal/ilegal. Assim, a informalidade não é objeto de regulação do Estado, mas produto do próprio Estado, a partir da sua capacidade de constituir e reconstituir categorias de legitimidade e ilegitimidade (Roy, 2005; Telles 2010).

Na Ocupação 21 de Abril, as famílias trabalham e moram no local com a perspectiva constante da remoção, pois há mais de dois anos é objeto de uma ação judicial<sup>5</sup> que busca remover os moradores e interditar o prédio diante do risco que estariam submetidos devido às condições do imóvel e à possibilidade de incêndio.

Assim, diante do contexto apresentado e do acompanhamento dessa ocupação, a discussão aqui proposta é analisar sua forma de organização, como surgiu e iniciou, como o trabalho é organizado, a rede de proteção que se formou em defesa das famílias e pela sua permanência; de que maneira a ação judicial aborda a atividade que é desenvolvida no imóvel; e de que forma as ações judiciais reproduzem a informalidade, funcionando, muitas vezes, como instrumento de planejamento e intervenção urbana cotidiano.

O artigo está estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte apresentará a forma de constituição da ocupação e os agenciamentos realizados por proprietários que cobram dos migrantes valores altos de aluguéis (de forma informal) para habitarem e trabalhem em condições precárias.

Configura-se uma forma de exploração que não se vincula diretamente à organização e à exploração da mão de obra, mas que, por meio

do aluguel informal cedendo o espaço de trabalho e moradia, recolhem-se altos valores de um imóvel que, anteriormente, estava abandonado.

A segunda parte do artigo apresentará a trajetória de B.,<sup>6</sup> moradora reconhecida, por grande parte das famílias, como liderança da ocupação. B. é boliviana e chegou ao Brasil para trabalhar em oficinas de costura, percorrendo diversas oficinas até chegar na Ocupação 21 de Abril. Por fim, a terceira parte apresentará a ação judicial e a ameaça que os moradores sofrem, identificando a forma que a atividade laborativa desenvolvida no imóvel é apresentada na ação e os discursos utilizados pelos agentes do Estado para caracterizá-la.

## Ocupação e sua história de formação

Ao sair da estação do Brás na praça Agente Cícero, próximo ao Largo da Concórdia, logo, a quantidade de vendedores ambulantes, barracas, lonas no chão, produtos, pessoas e informações nas ruas nos atordoa. Ainda dentro da estação de trem, alguns jovens com catálogos de roupas te abordam na tentativa de levá-lo para loja em que trabalham.

Inúmeras barracas de comidas, pimentas, camarões secos e lonas com roupas, acessórios, eletroeletrônicos e brinquedos espalhados na calçada deixam um estreito corredor para os pedestres transitarem. Entre trabalhadores chegando ou saindo do expediente e pessoas que buscam comprar produtos a preços populares, a passagem deixada para transitar torna-se apertada.

O comércio de rua confunde-se com as lojas e galerias estabelecidas nos prédios da região. O local possui a forma de bazar, são inúmeras alternativas de compra, as opções são vastas e, para quem não está acostumado com a dinâmica, é fácil se perder.

Turistas, imigrantes, refugiados, funcionários do metrô, crianças, adultos, jovens, latino-americanos, africanos, asiáticos, todos compondo um caos harmônico em um espaço de compra e venda que se apresenta na aparência de um bazar (Peraldi, 2001).

Aquele espaço é uma praça comercial, na qual redes transnacionais de mercadorias e pessoas são acionadas, transformando a região do Brás em um centro gravitacional que ativa redes e fluxos transnacionais de mercadorias e pessoas (ibid.; Tarrus e Peraldi, 1995; Peralva e Telles, 2015). Forma-se no local uma economia de bazar:

Não é apenas um centro comercial e artesanal onde se termina pacificamente o ciclo da mercadoria. O bazar é, sobretudo, o lugar onde se cruzam os mundos da troca, os diferentes “estágios” da máquina econômica. A eficácia do bazar não está apenas no fato de organizar espacialmente as relações de troca. Ela está, também, na contiguidade, talvez promiscuidade com que ele organiza os mundos comerciais. Bem mais que um centro comercial, o bazar é um lugar de equilíbrio entre uma lógica de racionalização econômica da troca que tende à fluidez e à divisão das ordens mercantis, e uma lógica, à primeira vista, economicamente aberrante, de um emaranhado e de superposição de produtos, de sequências, de ritmos, de ordens sociais [...]. (Peraldi, 2001, p. 17; tradução livre)

Aquele aparente caos faz crer que o mundo, repentinamente, encontrou-se em um mesmo lugar, naquele determinado espaço urbano. Pela avenida Rangel Pestana, entre a multidão, na estreita passagem e no meio da avenida entre os inúmeros carros que passam, diversas pessoas de origens, países, regiões e línguas distintas se intercalam em um vasto corredor de mercadorias.

Conforme andamos, afastando-nos da estação do Brás, a quantidade de barracas e comerciantes diminui, restando apenas os grandes comércios e lojas.

Ao entrar na rua do Hipódromo, em direção à rua 21 de Abril, a paisagem e o agito daquela praça comercial dão lugar às ruas calmas e com pouco movimento. Os comércios dão lugar a pequenos bares, muitos com migrantes conversando em sua língua. As lojas dão lugar a sobrados antigos utilizados como moradia, muitos lembrando cortiços. As pessoas espalhadas nas ruas dão lugar a moradores da região sentados em suas portas conversando sobre seu dia.

Conforme se anda na rua do Hipódromo, surgem inúmeros prédios e galpões abandonados, alguns deles ocupados por pessoas que buscam uma moradia e outros que ainda funcionam como depósito ou estacionamento de caminhão.

Ao chegar na rua 21 de Abril, a paisagem é a mesma, alguns cortiços, poucos bares, pessoas sentadas em suas portas conversando e grandes galpões que agora se transformaram em residência e local de trabalho.

A Ocupação 21 de Abril é uma dessas construções. A entrada é um grande portão metálico, dando acesso a um vasto galpão; ao lado, uma pequena porta, que dá acesso a uma escadaria de um prédio de quatro andares,

que está construído acima desse galpão localizado no térreo. Este é o imóvel da Ocupação 21 de Abril.

Ao entrar no galpão, inúmeras construções de madeira – uma verdadeira autoconstrução – delimitam as casas de cada um dos moradores. Entre as casas de madeira, vários carrinhos utilizados para comércio estão espalhados, carros estão estacionados, há manequins utilizados como moldes para costura distribuídos por toda parte. São casas de madeira e ateliês de costura, uma vila construída no interior de um vasto galpão.

Cada casa possui um tamanho distinto, e o vasto galpão estende-se com mezaninos em alguns pontos específicos, com mais unidades habitacionais e de trabalho construídas. Apenas no galpão, estima-se que morem mais de 40 famílias entre brasileiros, venezuelanos, bolivianos, paraguaios e colombianos.

Ao entrar em uma dessas pequenas moradias-ateliê, o espaço é quase insuficiente para a máquina de costura, a cama, uma geladeira e o fogão – quando existentes –, com seus pertences espalhados, amontoados ou organizados nos cantos da construção. Em alguns casos, o morador habita em um local com lugar apenas para seu colchão. Outros conseguiram um espaço para dormir e outro, ao lado, para seu ateliê. São pequenas construções de tamanho distintos que se intercalam entre habitação, ateliê de costura, marcenaria e carros dos moradores que ficam estacionados no galpão.

Ao entrar pela porta localizada na rua ao lado do portão metálico, subimos a escadaria do prédio, a divisão dos espaços de moradia e trabalho, aparentemente, está mais organizada. As delimitações são feitas com divisórias de escritório; os banheiros são todos coletivos no imóvel, tanto no prédio, como no galpão.

Porém, em alguns dos andares, foram construídas cozinhas coletivas, não individualizadas como no interior das minúsculas unidades construídas no galpão.

No primeiro andar, ao entrar pela porta da divisória de escritório, encontramos uma grande oficina de costura. São diversas máquinas espalhadas em pequenas mesas, fios caem do teto e diversos equipamentos conectados em uma mesma tomada. Encontramos alguns trabalhadores que, sem tirar os olhos da máquina, estão costurando sem parar em

um ritmo surpreendente, como se ninguém estivesse andando pelo local. A “trilha sonora” daquele espaço é o barulho constante da máquina de costura, com pequenas pausas, até o trabalhador reposicionar a agulha e dar continuidade ao trabalho.

Entre uma máquina e outra, um estreito corredor para transitar, no qual se espalham tecidos por todos os lados. No dia da visita fazia frio, era inverno, as pessoas estavam costurando grandes cobertores, como na imagem a seguir:

Figura 1 – Oficina primeiro andar



Fonte: imagem do autor, em 2022.

No prédio existem oficinas de costura intercaladas com moradia no primeiro, terceiro e quarto andares; o segundo andar é utilizado apenas como residência. Espalhados pelos andares habitam, ao menos, 17 famílias, todas bolivianas.

A dinâmica no imóvel não é desvinculada da encontrada nas ruas e nos comércios da região, são famílias que moram e trabalham em volta desse centro gravitacional e do pujante comércio de vestuário da região. O trabalho, o que se costura e as demandas estão estreitamente vinculados com a época, com o que está na moda, com a demanda da clientela e com a encomenda que chega pelos comerciantes aos moradores da ocupação.

Os moradores são contratados por comerciantes para costurar o que será vendido por eles; essas famílias não trabalham diretamente com a clientela que compra os produtos. A dinâmica daquele espaço urbano parece constituir-se como “bastidor” das dinâmicas comerciais encontrada nas ruas do Brás. Os cobertores estavam sendo costurados devido à demanda que se apresentou durante o inverno, e foi solicitada pelos comerciantes e lojas da região.

Esse prédio começou sua formação no ano de 2014. Inicialmente abandonado e sem qualquer destinação, os primeiros moradores passaram a alugar o imóvel para morar e trabalhar por meio de acordo verbal e tido como informal com o proprietário; o valor do aluguel era cobrado de acordo com o espaço cedido, variando entre R\$900,00 e R\$1.500,00.

B. relata que passou a morar no imóvel a convite de um amigo que possuía uma dívida com ela. Este antigo morador alugou do proprietário os três primeiros andares do imóvel; apenas para o primeiro andar, o valor acordado

era de R\$1.500,00. Depois, ele passou a sublocar os espaços, dividindo o local como se encontra atualmente.

O valor da sublocação variava, também, conforme o tamanho cedido, girando em torno de R\$500,00 e R\$900,00. Para quitar a dívida que esse amigo possuía com B., ele passou a cobrar dela R\$500,00 por mês para seu ambiente de moradia e trabalho. Segundo B., o valor de aluguel é baixo para a região, pois, antes de se mudar para esse imóvel, ela pagava o valor de R\$1.000,00 em uma pensão da região, com um espaço menor (Santos, 2022).

Ao descobrir que esse morador sublocava quartos, o proprietário passou a ameaçá-lo e o expulsou do imóvel. Inicialmente, ameaçou todos os residentes, pois acreditava que eram apenas funcionários. Porém, ao perceber que pagavam o aluguel, permitiu que permanecessem e passou a cobrar diretamente os aluguéis deles. Se anteriormente o proprietário cobrava, do antigo morador, valores determinados por andar, agora ele passou a cobrar valores individualizados por família, aumentando sua arrecadação com os aluguéis informais cobrados (ibid.).

Esse antigo morador foi expulso no ano de 2019, estruturando uma dinâmica de cobrança de aluguéis e ameaças às famílias; estrutura típica dos cortiços do centro de São Paulo, que se organizam com a cobrança de altos valores de aluguel por metro quadrado, tendo em vista a pequena unidade habitacional das famílias, por meio de um intermediário que recolhe os valores e, em caso de inadimplência, as expulsa na base da ameaça (Kohara, 1999).

Assim, no imóvel, os valores eram pagos em dinheiro, sem a disponibilização de qualquer recibo ou informação de pagamento, sendo recolhido por um morador brasileiro,

chamado por eles de “encargado”. Havia dois “encargados” no imóvel, um para administrar o galpão e outro para administrar os andares do prédio, sempre brasileiros e residentes do imóvel. Os valores eram recolhidos todo dia 30 nos andares e todo o dia 10 no galpão, sendo a função principal dos “encargados” vistoriar o local, repassar as informações do que ocorria ao proprietário e, quando necessário, ameaçar e expulsar os moradores (Santos, 2022).

As condições do imóvel fazem com que obras e reformas sejam recorrentes, porém, reclamações e pedidos não eram bem-vindos. O proprietário afirmava que os próprios moradores deveriam se responsabilizar pelas obras e reformas e, se não quisessem, poderiam ir embora, pois havia muitas famílias precisando de moradia. Dependendo das reclamações efetuadas, o proprietário ameaçava aumentar o valor cobrado; o aumento de aluguel era feito repentinamente, ou o pagamento era realizado, ou havia a expulsão do imóvel (ibid.).

A função principal dos “encargados” era justamente expulsar quem não queria efetuar os pagamentos; a expulsão era realizada na base da ameaça; chamavam-se conhecidos para intimidar e, se necessário, remover à força o morador.

A exploração e a organização do trabalho que ocorre na cidade de São Paulo não se vinculam única e exclusivamente com a exploração direta da mão de obra. As redes de subcontratação terceirizadas, que ocorrem no mercado de vestuário da região, facilitam o desrespeito aos direitos trabalhistas desses migrantes que vêm ao Brasil, porém, não é apenas a organização desse mercado que circunscreve as condições de exploração da mão de obra. As formas de morar encontradas por essa população

e seu vínculo estreito com o trabalho, quase indissociável, apresentam outra faceta das violências sofridas pelos migrantes.

Além da exploração direta relacionada à atividade laborativa, esses sujeitos estão submetidos às ameaças de proprietários e seus representantes, aumentos repentinos e expressivos no valor de aluguel, ações judiciais que pretendem removê-los e que fazem com que mudem constantemente seu local de moradia e trabalho.

As ameaças de remoção sofridas de forma constante fazem com que aumentem a carga de trabalho para arcar com os valores de aluguel cobrado ou com a necessidade de estruturar uma nova moradia.

Moradia e trabalho no mercado de vestuário no eixo expandido Brás e Bom Retiro são indissociáveis; as formas de exploração na moradia dos migrantes vinculam-se com as condições da atividade laborativa.

No ano de 2020, diante das condições do imóvel, a Prefeitura de São Paulo ajuizou ação em face do proprietário e dos moradores, requerendo a desocupação do local e a requalificação do imóvel devido à manutenção da edificação em condições inadequadas de segurança. Os perigos indicados para o prédio confundem-se com o ofício desenvolvido pelos ocupantes; somada às condições precárias de ligação de energia elétrica, por exemplo, a própria atividade laboral é motivo para a remoção por risco às famílias.

No fim do ano de 2020, a remoção das famílias foi determinada pela justiça, e a remoção forçada foi agendada para ocorrer em março de 2021. Com a iminente remoção, as famílias passaram a se organizar e deixaram de pagar os aluguéis ao proprietário. A organização atual

dos moradores configura-se nesse momento; passando a se organizar internamente de forma autônoma, o imóvel torna-se uma ocupação.

A partir da ameaça de remoção, uma rede de apoio é constituída: movimentos sociais tradicionais de luta por moradia passam a conceder apoio aos moradores; o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (Crai), serviço da Prefeitura, organiza visitas no local; ONGs da cidade de São Paulo de apoio aos migrantes passam a auxiliá-los; e a defesa no processo judicial passa a ser efetuada pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos<sup>7</sup> (CGGDH).

Por meio da atuação da organização dos moradores, da rede que se constituiu e com a defesa jurídica elaborada pelo CGGDH, em meio à operação de remoção organizada pela Prefeitura e Polícia Militar, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), devido ao recurso elaborado na ação judicial, suspende a remoção em razão da pandemia de covid-19, entendendo que a remoção das famílias no decorrer da pandemia configuraria risco maior à vida dos moradores do que sua permanência. No momento em que a polícia avançava em direção às pessoas para abrir o imóvel à força e removê-los, a decisão do TJSP é disponibilizada, e a operação cancelada.

Com o apoio concedido aos moradores e sua organização, estrutura-se uma nova dinâmica: os pagamentos de aluguéis não são mais realizados, os “encargados” passam a ser mais um morador, assembleias periódicas são organizadas e os ocupantes passam a viver, trabalhar e morar com a perspectiva constante da remoção. A nova organização não se realiza sem conflitos, rapidamente, e com a ameaça constante de remoção, as famílias passam a brigar entre si, pessoas e famílias que possuem

espaços pequenos buscam aumentar sua moradia, dinheiro é recolhido, cobrado e organizado por todos para efetuarem melhorias no imóvel. Com as brigas, os moradores do prédio e do galpão deixam de conversar; porém, entre brigas, avanços e percalços, a remoção das famílias continua suspensa, e os ocupantes permanecem em sua residência e com seu trabalho (ibid.).

## Caminhos percorridos: vida, moradia e trabalho

Moradia, trabalho e migração cruzam-se e, muitas vezes, tornam-se indissociáveis; são caminhos percorridos por inúmeros migrantes que chegam ao Brasil para trabalhar com costura, por contato de conhecidos e familiares que já estão no País, por agenciadores de mão de obra de seu país de origem ou pelos percursos da vida. Neste percurso, o trabalho, normalmente, é vinculado à moradia, e sua exploração passa pela forma de organização da habitação, são oficinas que concedem moradia a esses migrantes ou pessoas que, na busca por se “independizar”,<sup>8</sup> pagam aluguéis informais a proprietários de imóveis na região.

As oficinas de confecções e ateliês de fundo de quintal que se organizam, frequentemente, vinculam-se com formas de morar, são oficinas que concedem residência aos trabalhadores, por meio de acordos muitas vezes incertos, ou são pessoas que compram suas máquinas e passam a trabalhar em sua casa por conta própria ou com auxílio de familiares e amigos. Os caminhos de moradia e trabalho percorridos pelos migrantes são

inúmeros e as possibilidades são diversas: migrantes que passam a se organizar em movimentos sociais e morar em ocupações, pagando aluguéis formais ou informais, moradores de cortiços, centros de acolhida, residência de amigos ou familiares, entre inúmeras outras possibilidades (ibid.).

Porém, uma das formas de moradia que muitos migrantes encontram é vinculada ao trabalho. O percurso de B. no Brasil ilustra trajetória tomada por muitos migrantes na cidade de São Paulo; é um mecanismo de migração que vincula viagem, trabalho e moradia (Freire, 2008).

B. tem 30 anos, é boliviana da cidade de Santa Cruz de la Sierra, chegou ao Brasil há 11 anos. Ela decidiu vir ao País depois de uma briga familiar. Em sua cidade natal, trabalhava como ambulante e, após um acidente, ficou impossibilitada de carregar peso e exercer a atividade. Após a briga com seus familiares, B. deixou a sua casa e, em meio aos seus percursos na cidade natal, encontrou uma agência que ofereceu trabalho na cidade de São Paulo; mesmo sem estar procurando emprego, acaba por aceitar a proposta, segundo ela, em um momento de raiva (ibid.).

A agência propôs para que ela trabalhasse como assistente em uma oficina localizada na região da Casa Verde, Zona Norte de São Paulo. O trabalho de assistente seria para dobrar e embalar as peças para entrega aos fornecedores. A proposta de salário era de duzentos dólares mensais, com moradia e alimentação inclusos, e com horário de expediente entre oito horas da manhã e cinco da tarde.

Segundo B., existem inúmeras agências em sua cidade que oferecem emprego em todo o mundo, não apenas no Brasil. São aliciadores de mão de obra, agências que ofertam o

trabalho na Bolívia, muitas vezes com anúncios falsos, que facilitam a viagem e concedem ofertas de emprego em oficinas e ateliês de costura, como demonstra Freire (2008, pp. 91-92):

Tais agenciamentos têm na cidade de São Paulo um ponto de ancoramento fundamental que se desenvolve em torno da indústria de confecções. Podemos dizer que são formas particulares de circulação que se conectam com formas específicas de produção, uma mobilidade que é acionada pela demanda por este tipo de trabalho subcontratado característico deste setor da indústria paulistana.

Quando chegou, rapidamente, a história passada pelos agenciadores mostrou-se falsa. Trabalhou os três meses iniciais sem receber seu salário e decidiu, a partir de contatos feitos no Brasil, mudar-se para a Praia Grande e trabalhar em outra oficina. Viveu nessa cidade por 6 anos, mas, com o passar do tempo, a demanda de trabalho na cidade foi diminuindo até que a oficina precisou fechar. B. ainda guarda o desejo de retornar para Praia Grande (Santos, 2022).

Sem demanda de trabalho, ela retorna para São Paulo, novamente na região da Casa Verde, porém, em uma nova oficina, local que também concedia moradia. Insatisfeita, mudou-se para o Brás na rua Coimbra.

Após inúmeras tentativas de encontrar condições de emprego adequadas e que a satisfizessem, decidiu criar sua própria oficina, adquirindo sua máquina de costura. Foi para uma pensão na rua Gomes Cardin, também no Brás. Assim, passa a pagar aluguel e a trabalhar em sua residência; sua moradia continuou sendo seu local de trabalho, porém ela pagava seu próprio aluguel e organizava sua própria atividade.

Em 2017, B. muda-se para a rua 21 de Abril em outra pensão, pagando R\$1.000,00 de aluguel, e lá fica até a oferta de seu amigo para morar na atual Ocupação 21 de Abril. Assim, com o desejo de comprar mais máquinas, com a chegada de sua irmã para trabalhar com ela e com o valor de R\$500,00 cobrados de aluguel, decidiu se mudar novamente (ibid.). Após a expulsão de seu amigo do prédio, ela passa a pagar aluguel diretamente ao proprietário do imóvel até a chegada da ameaça de remoção.

Sua trajetória ilustra um caminho comum de migração à cidade de São Paulo, em que o trabalho e a moradia são indissociáveis; as condições de trabalho e a exploração da mão de obra vinculam-se com as condições de moradia.

B. passou a costurar há, mais ou menos, 5 anos; antes trabalhava de assistente ou como “encargada”<sup>9</sup> da oficina, não utilizando as máquinas de costura. Os fornecedores e contatos de B. para a produção de vestuário foram constituídos ao longo de seu percurso, diretamente com oficinas em que trabalhou. As oficinas encaminham parte da produção a ela para entregar os produtos no prazo solicitado, repassando parte dos valores; ou a demanda chega diretamente pelos comerciantes da região, que trabalham na “feira da madrugada”.

Os fornecedores concedem as peças cortadas, e sua função é costurá-las; as peças são diversas: camisetas, calças, moletom, jaquetas, blazers, e o valor cobrado, entre R\$1,80 e R\$2,00, é efetuado por peça costurada. Os contatos solicitam um número de peças e estabelecem um determinado prazo. Diante da demanda que possui, ela aceita ou não, dependendo de sua capacidade de produzir as peças no prazo solicitado.

As encomendas chegam para ela, mais ou menos, a cada 15 dias. No momento, consegue costurar até 70 peças por dia. Segundo B., essa produção é baixa, porém, não conseguiria produzir mais, pois precisa cuidar de sua filha com um ano de idade (ibid.).

Essa organização do trabalho, muitas vezes, configura-se ou é associada a trabalho análogo à escravidão. A população boliviana e que está nessa atividade carrega esse estigma e se incomoda com essa associação. Na Ocupação 21 de Abril não é diferente; órgãos da Prefeitura, quando vistoriaram o local, indicaram essa possibilidade, como consta na ação judicial:

Os moradores e moradoras alegaram que as moradias, que ainda não tinham sido visitadas nesta data, eram utilizadas também para trabalho, e que havia máquinas e instrumentais de costura e confecção de roupas. Naquele momento não ficou claro se havia ou não uma situação de exploração laboral que se configure como trabalho análogo ao de escravo. Moradores negaram em suas falas esse tipo de atividade, mas os elementos trazidos nas narrativas podem ser associados a uma realidade exploratória. (São Paulo, Agravo de Instrumento n. 2041018-35.2021.8.26.0000, p. 159)

Os ocupantes, quando questionados quanto à forma de trabalho, incomodam-se com tal associação. Algumas pessoas que não moram na ocupação trabalham nas oficinas construídas no prédio, por meio de acordos não revelados, porém negam a associação comumente feita com trabalho análogo à escravidão. Não negam que a situação em que vivem e trabalham é precária e existe exploração, mas afirmam que são livres para fazerem suas escolhas.

Porém, os trabalhadores carregam esse estigma na cidade de São Paulo. Os discursos que atravessam o trabalho e as formas de morar dessa população sempre passam por questionamentos dessa natureza, como indica Freire (2008, p. 103)

O assunto dos casos extremos de exploração e das situações análogas ao trabalho escravo certamente é um tema importante sobre a imigração dos bolivianos, mas a ênfase exclusiva nesse ponto não permite entender o vigor desse fluxo migratório. Trata-se de uma configuração de relações que no limite pode acabar em situações extremas de exploração do trabalho como efetivamente ocorre nesse circuito. No entanto não é possível atribuir o cerceamento de liberdade como uma característica das formas de inserção desse grupo de migrantes na cidade. Também não entenderíamos a grande rotatividade que existe entre as oficinas nem as constantes idas e vindas da Bolívia se nos determos apenas nesse ponto. O assunto escravidão já aparece para a comunidade boliviana em São Paulo como um estigma com todas as consequências discriminatórias que isso acarreta. É uma imagem da qual eles tentam se desvencilhar.

Nessas oficinas, mesmo as constituídas por conta própria, as condições de trabalho são precárias e a pressão e a demanda por produção são extenuantes, os pagamentos são realizados por peça costurada a valores baixos e os calotes são frequentes. Ainda, a estrutura de subcontratação terceirizada, em que fornecedores demandam para oficinas e oficinas repassam a demanda para migrantes que estruturam sua própria produção, dificulta a responsabilização pelas condições de trabalho. Quando ocorre alguma responsabilização, ela

recai, quase sempre, aos próprios migrantes, deixando os fornecedores e as grandes empresas da indústria de vestuários intactos (ibid.).

Não é apenas a forma segundo a qual se organiza a atividade laboral que desperta o estigma, as formas de morar às quais se vincula também são fundantes para as condições de trabalho. A concessão de residência pelas oficinas, por um lado, facilita a acolhida e a chegada desses migrantes devido às dificuldades de acesso à moradia no País, mas, por outro, amplia as formas de exploração desses migrantes (ibid.).

Como ocorreu na Ocupação 21 de Abril, a exploração e o receio que desperta nos órgãos públicos, ao analisarem as condições de trabalho, vinculavam-se, na realidade, com a relação que os migrantes possuíam com o proprietário do imóvel e os “encargados” que mediavam essa relação por meio da ameaça. A exploração e a condição da atividade desenvolvida estavam, também, diretamente vinculadas à forma de morar, aluguéis altos para os espaços concedidos, aumentos repentinos no valor, precariedade das instalações de responsabilidade do proprietário e as ameaças recebidas.

O receio da configuração de trabalho análogo à escravidão vincula-se com essa forma de constituição de habitação histórica e comum na cidade de São Paulo. Essa organização que se constituía na Ocupação 21 de Abril é típica dos cortiços espalhados por São Paulo, ou seja, os altos valores de aluguéis que fazem com que o metro quadrado por pessoa nos cortiços da área central seja mais caro do que o metro quadrado por pessoa em regiões mais valorizadas (Kohara, 1999); os pagamentos, aumentos e cobranças são realizados na base da ameaça; e a relação moradores e proprietário,

que é mediada por intermediários, responsáveis pela organização e expulsão das famílias. Organização sem registro de pagamentos e sem qualquer mediação do Poder Judiciário.

As características que chamaram a atenção dos órgãos da Prefeitura e se evidenciaram na ação judicial, que possui o imóvel como objeto, vinculam-se menos com as condições de trabalho, do que com as de moradia.

A exploração desse tipo de mão de obra possui diversas camadas; vincula-se com a forma de estruturação da indústria de vestuário na cidade de São Paulo, falta de pagamento aos migrantes que, muitas vezes, ocorre em determinadas oficinas, maneira que se organiza a viagem desses sujeitos mediada por aliciadores de mão de obra, mas que se vincula, também, com a dificuldade de acesso à moradia e as condições de habitabilidade encontradas pelos migrantes na cidade.

## Ameaça de remoção: trabalho e moradia sob risco

A ação judicial tem a capacidade de tornar visíveis as dinâmicas desse espaço urbano; é do encontro com o poder que as “vidas infames” se tornam visíveis (Foucault, 2003). A ação judicial tem a capacidade de trazer à tona o cotidiano, o trabalho e a forma de morar desses sujeitos; é a partir dela que Defesa Civil, Prefeitura (seus órgãos e equipamentos), oficiais de justiça, peritos e a rede de apoio (ONGs e movimentos sociais) passam a orbitar nesse espaço urbano, antes sem qualquer visibilidade (Santos, 2022 e Foucault, 2003).

A vida e a dinâmica desse território só se tornam visíveis, deixando seus rastros e sendo documentadas a partir da instauração da ação

judicial; as vidas desses sujeitos passam a ser marcadas pelos discursos impostos no processo e pelas instituições e organizações que passam a orbitar na ocupação (Santos, 2022 e Foucault, 2003).

Repentinamente, no ano de 2020, após mais de 7 anos de existência, o cotidiano, a moradia e o trabalho dessas pessoas vêm à tona, e passa-se a discutir a legitimidade ou ilegitimidade de sua forma de morar e trabalhar. As práticas judiciais marcam a vida desses indivíduos, que vivem com a perspectiva constante da remoção; essas práticas inscrevem essas vidas no terreno entre a lei e sua aplicação (Foucault, 1999 e 2003 e Santos, 2022).

A partir da ameaça de remoção, uma rede de apoio surge para tentar garantir a permanência das famílias ou apresentar alternativas adequadas de atendimento habitacional. A ação judicial e a rede de apoio que passa a orbitar na ocupação conectam diversos parceiros e ocupações espalhadas por São Paulo; movimentos sociais que possuem outras ocupações na cidade concedem apoio, organizações da sociedade civil que trabalham com moradia ou migração e acompanham outras ocupações passam a dar suporte, assim, uma nova forma de organização se impõe na ocupação e um coletivo urbano mais amplo se forma.

A ação judicial reconfigura constantemente as categorias de legitimidade e ilegitimidade daquele espaço. Em determinado momento, toma-se a decisão pela remoção que deveria ser realizada em março de 2021, porém, no momento de cumprimento da ordem, garante-se a permanência dos ocupantes momentaneamente. Configura-se com a ação judicial um campo de disputas que afeta o cotidiano e os ilegalismos que se reproduzem naquele local. Altera-se a microconjuntura daquele

espaço, por exemplo; afetam-se o mercado informal de aluguéis e a forma de organização do imóvel. Com a ameaça de remoção, deixa-se de pagar os valores de aluguel e a administração do prédio deixa de ser efetuada pelos “encargados” (Foucault, 2014; Santos, 2022; Telles, 2010).

Aquela construção que foi considerada, por decisão judicial, como não condizente com as leis edilícias e que coloca em risco a vida dos moradores e trabalhadores, com a suspensão da remoção e a nova decisão, ela é legitimada a existir. A própria ação judicial no espaço entre a lei e sua aplicação redefine constantemente as fronteiras das leis (Santos, 2022).

Nessas fronteiras incertas, circunscritas pela ação judicial, constitui-se um campo de disputa no espaço urbano que flexibiliza o que se entende como formal, alteram-se as margens de tolerância dos contornos da legalidade e formalidade realizados pelos envolvidos na ação e que operam no imóvel (agentes do judiciário, oficiais de justiça, agentes da prefeitura, moradores, proprietários). Constitui-se um jogo nessas fronteiras indeterminadas do formal e informal, realiza-se um uso estratégico das leis nesse campo de disputa que se constitui entre a permanência e a extinção daquele espaço urbano; essa é a forma que a ação judicial opera socialmente (Santos, 2022; Teles, 2010).

A lei e o direito não se constituem como algo dado, são estratégias de uma guerra em ato, não são constituídos para impedir determinados comportamentos, mas sim para diferenciar as formas de contorno da própria lei a partir das práticas, ações e comportamentos que se desenrolam, riscando os limites de tolerância, dando terreno, fazendo pressão, excluindo e tornando úteis certas práticas (Foucault, 2014, p. 267; Deleuze, 1988).

Assim, a ação judicial ao operar socialmente acaba:

[...] impondo temporalidades, visibilizando as ocupações, criando zonas de ambiguidade e compondo os modos operatórios da informalidade urbana, conectando diferentes economias e espaços. A partir da ameaça de remoção toda uma institucionalidade começa a orbitar a ocupação, dinâmicas se produzem e conflitos emergem no limiar entre a permanência e a extinção. (Santos, 2022, p. 24)

O processo possui a capacidade de constituir e reconstituir as categorias de legitimidade e ilegitimidade, funcionando como instrumento de intervenção urbana e compondo circuitos da informalidade urbana.

Na ação judicial, o ponto primordial vincula-se à questão fundiária, o tema principal está relacionado com o risco constituído pelas características do imóvel e o fato de morarem em local que não cumpre a legislação edilícia. O espaço, a dinâmica, forma de organização, exploração do proprietário no imóvel e o ofício desenvolvido aparecem, aparentemente, como pano de fundo; o que importa para os juízes é se existe ou não perigo no prédio, uma vez que a própria motivação para suspender a remoção era o risco de remoção das famílias em meio à pandemia de covid-19.

Apesar de o trabalho emergir nos autos da ação, como em relatório elaborado por serviços da Prefeitura indicando possível trabalho análogo à escravidão ou como circunstância que agrava o risco aos moradores, não é tema central e passa quase despercebido, como se tais condições e circunstâncias não fossem relevantes para a tomada de decisão na ação judicial. Porém, no desenvolvimento da ação, evidencia-se que a irrelevância é apenas aparente,

pois a ação judicial não se desenvolve apenas nos autos do processo, mas também repercute na realidade social.

No imóvel, mais do que as condições estruturais do prédio, o trabalho é a própria condição do suposto perigo. Aponta-se, pelo laudo produzido por peritos na ação, que a fiação e a quantidade de energia que as máquinas demandam, a forma de organização do ateliê com pouca distância entre as mesas, a quantidade de panos e retalhos espalhados configuram-se como o principal motor do risco a que as famílias estariam submetidas. Em outras palavras, o trabalho é o risco.

Somam-se, às condições de trabalho, as condições das moradias, divisórias dos quartos e casas feitas de madeirite aumentam a potencial possibilidade de incêndio.

A precariedade no trabalho e na moradia a que esses migrantes estão submetidos é a motivação para removê-los, como se a simples interdição do prédio e a retirada dos ocupantes fossem suficientes para melhorar as condições das famílias e impedi-las de constituírem residência em outros locais de risco. As condições das moradias e a associação do trabalho com condições análogas à de escravos tornam-se argumentos para remoção; transformam-se em argumento para deslegitimar e criminalizar usos do espaço e os sujeitos daquele imóvel. Assim, a remoção sem qualquer alternativa às famílias se torna a solução para o suposto problema.

Portanto, por mais que a atividade laborativa não seja o tema central da discussão, o entrelaçamento de moradia e trabalho, nesse percurso migrante, é o motivo para remoção. O cotidiano da Ocupação 21 de abril emerge e se torna visível com a ação judicial, discutindo-se a legitimidade daquele espaço urbano e de

seus usos. Não é apenas a moradia que passa a ser considerada como irregular e informal, o trabalho transforma-se em objeto desse discurso, passando, também, a ser tratado como informal e irregular.

As decisões e o vai e vem do processo legitimam ou não determinadas formas de morar e trabalhar; a remoção, nesse contexto, passa a ser entendida como solução para a extinção da dinâmica daquele espaço. A remoção é uma forma de extinguir naquela localidade determinada forma de trabalho entendida como indesejada, sem a necessidade de se debruçar sobre o tema, analisar as reais condições da atividade ou chamar autoridades legitimadas para realizar essa avaliação. Extinguindo a ocupação, supostamente, a questão do trabalho tido como irregular que se desenvolve naquela localidade está resolvido e deixa de existir (ibid.).

Assim, a ação judicial reproduz a informalidade urbana ao optar exclusivamente pela remoção; o direito e as ações do Estado compõem os circuitos informais, os atos e intervenções entendidos como formais e legais produzem seu avesso, formal e informal se confundem (Telles, 2010). A ação judicial, ao circunscrever a ordem legal, (re)produz seu avesso, e a solução encontrada (a remoção sem alternativas) faz com que os moradores encontrem residência e trabalho em locais que se estruturam em condições análogas ou piores que as encontradas no imóvel em que habitavam.

O direito e as práticas judiciárias determinam a (i)legitimidade de determinadas ocupações e usos desse espaço, como sua utilização para morar e trabalhar, delimitando quais espaços são formais ou não na cidade e quais usos são permitidos ou não. Assim, o direito reproduz a informalidade urbana enquanto modo de urbanização (Roy, 2005; Santos, 2022).

## Considerações finais

Nesse circuito migratório percorrido pela maioria dos moradores da Ocupação 21 de Abril, moradia, trabalho e migração se confundem. Agenciadores de mão de obra nos países de origem, famílias que já estão constituídas em São Paulo ou conhecidos que encontram na indústria de vestuário seu sustento formam esse circuito que vincula tais eixos. A exploração no trabalho está diretamente vinculada às condições de moradia ou à forma como os migrantes chegam no Brasil.

São oficinas que concedem residência, trabalhadores que acolhem seus familiares, aluguéis informais e cortiços que são utilizados para morar e trabalhar a partir de cobranças abusivas mediadas pela violência e ameaça.

As dinâmicas encontradas na Ocupação 21 de Abril são ligadas com a estrutura da indústria de vestuário que se constituiu no eixo expandido Brás e Bom Retiro. Na ocupação, organizaram-se oficinas de costura que fazem parte da rede de subcontratação terceirizada fomentada pela indústria de confecções. São migrantes que moram no mesmo local onde trabalham e, a partir de contatos realizados no comércio da região ou em oficinas por onde passaram, recebem as demandas de produtos para serem produzidos.

A ocupação está entrelaçada com a pujante produção têxtil e a dinâmica comercial do bairro; a forma de morar e trabalhar constituídas pelas famílias da Ocupação 21 de Abril são articuladas e fomentadas por esse centro gravitacional.

A forma como se estrutura a indústria de vestuário na cidade de São Paulo influencia circuitos migratórios e faz com que o eixo

Brás e Bom Retiro se constitua como região de habitação de muitos migrantes. Prédios, pensões e galpões da região tornam-se moradia e são utilizados, ao mesmo tempo, como oficina de costura.

Os proprietários (ou supostos proprietários) desses imóveis alugam esses locais sem qualquer contrato ou acordo tido como formal, atribuem alto valor de aluguel para o tamanho do espaço e condições do prédio, os valores são aumentados repentinamente (quase sempre de forma abusiva), o local é administrado por um intermediário responsável por retirar os inadimplentes e organizar o espaço (quase sempre por meio da ameaça e violência). Essa forma de morar que ocorreu na Ocupação 21 de Abril se constitui como forma de exploração do trabalho. A exploração da mão de obra não está ligada apenas com as condições de trabalho encontradas pelos migrantes em São Paulo, pois deslocamento, moradia e trabalho constituem um circuito único, como indica a trajetória de B.

A população migrante, nesse circuito, constitui sua vida em deslocamento permanente; ao chegarem em São Paulo, passam de uma oficina a outra, bem como de uma moradia a outra, seja pela dificuldade de arcar com os aluguéis cobrados, seja pelas remoções forçadas decretadas por decisões judiciais (Rolnik, 2015). Esse circuito de vulnerabilidade social faz com que esses sujeitos constituam sua moradia de maneira informal, pagando valores altos de aluguéis. Na região do Brás, dificilmente, o aluguel informal, acessado por essa população, está abaixo dos R\$1.000,00 valor cobrado apenas para pequenos espaços, como um quarto, e para imóveis que, normalmente, estão em condições precárias ou estavam abandonados (Santos, 2022).

Apenas com o ajuizamento da ação judicial, a Ocupação 21 de Abril tornou-se visível, e uma nova forma de organização surgiu. As famílias deixam de pagar aluguéis, começam a se relacionar entre si, emergindo brigas, mas também estratégias de resistência. Aquele espaço se constitui como campo de disputas do qual o Estado, o direito e seus agentes fazem parte.

Com a formação de uma rede de apoio e um coletivo urbano mais amplo, a iminente remoção é suspensa e o local passa a se organizar com a perspectiva constante da remoção.

O direito e as ações do Estado compõem a informalidade urbana, circunscrevendo esse espaço entre a lei e sua aplicação. As categorias de formal e informal, legítimo e ilegítimo são constantemente avaliadas, flexibilizadas e alteradas, afetando as dinâmicas do imóvel ao mesmo tempo que essas dinâmicas afetam os desdobramentos da ação judicial (ibid.).

São circuitos percorridos e estratégias de resistência (muitas vezes estratégias de sobrevivência) que não se resumem apenas ao trabalho, à moradia ou à migração. São sujeitos e formas de vida que não se circunscrevem à categorização de “sem-teto” ou de “migrantes”;

são múltiplas as formas de integração ou os percursos possíveis, e o caminho tomado pela Ocupação 21 de Abril é apenas um deles (Santos, 2020; Çaglar e Schiller, 2018). Tal circuito que articula viagem, moradia e trabalho se torna comum a partir da década de 1990, com a reestruturação da indústria têxtil na cidade de São Paulo.

A cobrança de aluguéis para habitar e trabalhar em condições precárias, associando exploração do trabalho a partir das condições de moradia, organiza e fomenta o mercado de aluguéis informais da região. A comercialização de unidades habitacionais, sua disponibilização para aluguéis por meio de acordos obscuros e mediados pela violência, configura um mercado rentável que essa atividade constituída pelos moradores da Ocupação 21 de Abril alimenta, estrutura e financia. O mercado de moradia tido como informal é fomentado, também, por essa forma de trabalho; a exploração da mão de obra e os recursos que são produzidos e revertidos para os proprietários (ou supostos proprietários) configuram uma das formas de exploração do trabalho desenvolvido por esses migrantes.

[1] <https://orcid.org/0009-0004-1056-1028>

Pesquisador autônomo.

eduardoabramowicz@gmail.com

## Notas

- (1) A numeração do imóvel não é disponibilizada para preservação das famílias moradoras. O imóvel será identificado, neste artigo, por “ocupação 21 de abril”, nome utilizado pelos moradores e trabalhadores do prédio. Essa ocupação foi acompanhada durante a pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal do ABC, no programa de pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território.
- (2) Identifica-se esse local como ocupação, pois está ameaçado de remoção. Ao identificá-lo assim, valoriza-se o direito à moradia e as legislações que giram em torno do tema do direito à cidade, contrapondo-se aos discursos depreciativos e estigmatizantes mobilizados na ação judicial, como invasão, moradia irregular ou ilícita. Ademais, com a ameaça de remoção e a organização das famílias, os próprios moradores passam a identificar o local como ocupação.
- (3) Utiliza-se migração, em vez de imigração, e migrante, em vez de imigrante, pois, assim, destacam-se as múltiplas formas de mobilidade, as diversas temporalidades e motivações que marcam as migrações, deixando de circunscrever tais movimentos a partir de categorizações utilizadas pelos Estados Nacionais (Çaglar e Schiller, 2011).
- (4) São diferentes mobilidades produzidas pelos migrantes, não são apenas mobilidades de origem e destino ou vinculadas ao trabalho que realizam; são mobilidades pendulares, temporárias, pontuais; são circuitos de passagem e inúmeras outras formas de mobilidade possíveis (Adelkhah e Bayart, 2007).
- (5) Processo de desocupação e condenatória de obrigação de fazer (demolição ou regularização) n. 1032834-79.2020.8.26.0053.
- (6) Para preservá-la, utiliza-se apenas a letra de seu nome, para evitar sua identificação.
- (7) Organização de direitos humanos conveniada à Defensoria Pública do Estado de São Paulo que presta assessoria jurídica gratuita em casos de conflitos fundiários de população em situação de vulnerabilidade social e econômica.
- (8) Termo empregado por B. para justificar sua saída das oficinas anteriores em que trabalhou e sua tentativa de construir seu ateliê próprio.
- (9) Termo empregado por ela para se referir à sua função de responsável da oficina, em uma posição de coordenação, encarregada.

## Referências

- ADELKHAH, F.; BAYART, J. (2007). "Introduction: Pour une anthropologie politique du voyage". In: ADELKHAH, F.; BAYART, J. (orgs.). *Voyages du développement: Émigration, commerce, exil*. Paris, Éditions Karthala.
- AGIER, M. (2008). *Gérer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris, Flammarion.
- ÇAGLAR, A.; SCHILLER, N. G. (orgs.) (2011). *Locating migration: rescaling cities and migrants*. Nova York, Cornell University Press.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Migrants and city-making: dispossession, displacement, and urban regeneration*. Durham, Duke University Press.
- DELEUZE, G. (1988). *Foucault*. São Paulo, Brasiliense.
- FOUCAULT, M. (1999). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU.
- \_\_\_\_\_. (2003). "A vida dos homens Infames". In: MOTTA, M. B. da (org.). *Ditos e escritos; IV. Estratégia, Poder-saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- FREIRE, C. (2008). *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Os mercados populares do centro de São Paulo: dispositivos comerciais globalizados". In: PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (orgs.). *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- KOHARA, L. T. (1999). *Rendimentos obtidos nas locações e sublocações de cortiços na região centro de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- PERALDI, M. (2001). "Introduction". In: PERALDI, M. (org.). *Cabas et containers: activités marchandes informelles et réseaux migrants transfrontaliers*. Paris, Maisonneuve et Larose.
- PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (2015). "Apresentação". In: PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (orgs.). *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- RABOSI, F. (2019). Los caminos de la informalidad. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, pp. 797-818.
- ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- ROY, A. (2005). Urban informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n. 2, pp. 147-157.
- SANTOS, E. A. (2022). *Ocupações sob ameaças: práticas e instituições judiciais na (in)definição do (in) formal na moradia migrante*. Dissertação de mestrado. Santo André, Universidade Federal do ABC.

- SANTOS, R. A. (2020). Discussões metodológicas a partir de uma etnografia urbana: experiência, política e pesquisa. *Humanidades e Inovação. Infâncias e pesquisas: problematizações epistemológicas, metodológicas e éticas*. Palmas, v. 7, n. 28, pp. 42-55.
- TARRIUS, A.; PERALDI, M. (1995). Editorial. *Revue européenne des migrations internationales*. Paris, v. 11, n. 1, pp. 5-8.
- TELLES, V. da S. (2010). Nas dobras do legal e do ilegal: Illegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, pp. 97-126.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Fronteiras da lei como campo de disputas". In: PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (org.). *Illegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ.

Texto recebido em 3/mar/2023  
Texto aprovado em 5/maio/2023



# Housing, work, and migration: a squatted building under threat of eviction

Moradia, trabalho e migração:  
uma ocupação sob ameaça de remoção

Eduardo Abramowicz Santos [1]

## Abstract

The objective of this article is to demonstrate, using a squatted building located in the Brás neighborhood and organized by Brazilian and Latin American migrants, the way in which commuting, housing, and work are associated and interwoven. The article shows the constitution and organization of the squatted building, displays the protection network that was formed around the urban space, and explains the way in which a lawsuit that requires the eviction of families addresses the issue of work in the squatted building. Based on the dynamics of this urban space, we demonstrate that the form of work constituted in the squatted building fosters another market: the informal housing market.

**Keywords:** migrants, squatted building, eviction, housing, work.

## Resumo

*O objetivo deste artigo é demonstrar, a partir de uma ocupação localizada no Brás, organizada por migrantes latino-americanos e brasileiros, a forma de associação e entrelaçamento entre deslocamento, moradia e trabalho. Demonstra-se o modo de constituição da ocupação e de organização do local, indicando a rede de proteção que se estabeleceu em torno do espaço urbano e como uma ação judicial, que requer a remoção das famílias, aborda o tema do trabalho no local. A partir da dinâmica desse espaço urbano, demonstra-se que o trabalho constituído na ocupação fomenta um outro mercado, o mercado tido como informal de moradia.*

**Palavras-chave:** *migrantes; ocupação; remoção; moradia; trabalho.*



## Introduction

On 21 de Abril Street,<sup>1</sup> located in Brás, a neighborhood in downtown São Paulo, a squat building<sup>2</sup> has been organized over the years by Brazilians, Bolivians, Paraguayans, Venezuelans and Colombians. There reside 57 families, mostly made of migrants,<sup>3</sup> who turned the area into a place to live and work.

Brás is recognized as a neighborhood of national and international migrants in the city of São Paulo. The region developed as a working-class neighborhood and as a destination for countless migrant workers throughout the late 19th and early 20th centuries. Over the years, the neighborhood has been transformed, becoming recognized by its popular commerce and consolidating itself as a gravitational trade center for Brazilian and Latin American *sacoleiros* (popular traveling retailers).

The neighborhood came to be as a migration center, whether as a permanent, commuting<sup>4</sup> or business destination. Nowadays, the region is part of transnational networks of migration and popular trade, while remaining a place of residence for countless migrants.

Popular commerce in the region, which encompasses the Brás, Bom Retiro, 25 de Março Street and Santa Ifigênia Street axis, is a hallmark of downtown São Paulo; since the 20th century, popular trade has been concentrated in this region and there is where the first industries linked to textile production have emerged (Freire, 2008). The Brás region was the city's first industrial center, undergoing major transformations during the 1980s; a place of industrial concentration that was restructured, causing the clothing industry in the region to give way to factory stores, small clothing stores

organized by migrants in their backyards or even inside their homes (Freire, 2015).

Brás, along with Bom Retiro, continues to be one of the main centers for the production and distribution of clothing items. The Brás and Bom Retiro axis expanded over time to the East and North Zones of the city, regions where countless small sewing ateliers and clothing establishments were set; these are small outsourcing clothing workshops, constituting a network of subcontracts which supplies the clothing trade (Freire 2015; 2008).

The expansion of these small workshops spiked during the 1990s due to the productive restructuring that the clothing industry went through. This change mainly impacts the management of labor and productive organization, not relating to technological innovation of great impact (Freire, 2008). Thus, from that decade onwards, outsourcing to small workshops through subcontract networks gained momentum:

[...] the clothing industry underwent a restructuring process in which companies reduced the size of their plants and focused on the processes of creating, modeling, cutting fabrics and marketing the final products. The formally constituted companies began to subcontract the service of sewing workshops outside the factories to perform the most labor-intensive part of production. Outsourcing was a labor management strategy to deal with a diverse, small-scale production constantly changing according to variations in fashion trends. The insertion of Bolivian immigrants in this sector of São Paulo's industry seems to have occurred precisely through these sewing workshops and, due to expansion, this service becomes outsourced. (Ibid., p. 93)

The strategy of subcontracting through the outsourcing of sewing de-characterizes the work relationship, avoiding accountability for the conditions in which this activity is performed and for the frequent exploitation that these forms of labor management produce. In this structure, the person responsible for contracting the service or responsible for the final sale of the product is no longer accountable (ibid.).

The Brás and Bom Retiro axis, where most of the companies producing clothes in São Paulo are concentrated, is also a place of great concentration of migrants, either street trading, living in the region, or working in small clothing workshops. These are networks and forms of life in the city which intertwine work, housing and migration.

The labor market seen as informal is linked to the dynamics present in urban spaces and to the transnational flow of goods and people (Peralva and Telles, 2015). This labor market connects housing, migration, informal residential rental networks, and forms of exploitation, but it also connects sociabilities, ways of life and resistance in the city of São Paulo.

Squat 21 de Abril illustrates this path. In the midst of the threat of eviction, the families, despite the internal and external conflicts permeating the dynamics of this urban space, built their own form of organization and have resisted the threat of eviction for more than two years.

These forms of life and dynamics in the city are established on the fluid and uncertain borders between formal and informal, licit and illicit. These are markets flourishing on such frontiers and coming to be as an increasingly frequent strategy to the reproduction of capital.

If informality, until the 1980s, was considered an inherent characteristic of the Global South, it is today an inherent characteristic of contemporary capitalism (ibid.). The State, the law and its agents are part of these borders themselves, corroborating their indistinctness and the reproduction of capital that occurs in these spaces.

The intertwined paths of housing, work and migration are part of the circuits inscribed in the city by the “undesirables” (Agier, 2008), who are subject to informality, often appearing as the only alternative for certain populations to find work, housing, commuting, survival and ways of life in the city of São Paulo (Santos, 2022).

Migrants are scale and city producers; they are subjects who have identification and agency in local urban struggles and transformations. They are subjects who take up different identities and forms of integration, not only the “migrant” identity and the integration into circuits considered properly migratory. By pointing out the relationship between city and migration, it is possible to highlight multiple paths taken by migrants in everyday life, multiple connections, crossing migratory or ethnic circuits, which evidence broader sociability (Çaglar and Schiller, 2011; Santos, 2022).

When analyzing the individualized paths of migrants, it is possible to observe that the category of “migrant” obscures the identification and agency of these subjects in urban transformations and struggles. Thus, the category “migrant” is insufficient to refer to urban subjects who live, fight and perform in the city. This category is insufficient to reveal the extent of their complexity, the different ways of living, working and organizing, failing to

show all the power contained in the lives, paths and arrangements that these subjects produce (Santos, 2022; Santos, 2020).

From the actions of the State, from processes of dispossession, organization and resistance built by Brazilians and migrants, as occurred in Squat 21 de Abril, collective sociabilities emerge, constituting an action of a broader urban and social collective, which cannot be limited either to the “migrant” category or, for example, to the “unhoused” category. The expedients used by the State and the violence suffered, as well as the processes of resistance, articulate different subjects and produce the shared repertoires of a broad social collective (Santos, 2020).

Urban informality, whether at work, at home, in documentation or paths taken to the city of São Paulo, is not constituted as a specific sector, but is characterized as a series of transactions that connect different economies and spaces, functioning as a mode of government in which the State, its agents and the actions taken by them, considered formal or inserted in the framework of legality, corroborate its reproduction (Roy, 2005). Urban informality is reproduced through state action, its agents, and its administrative or judicial procedures for removing housing or street vendors from the region (Santos, 2022).

Therefore, as the concept of informality is brought up, no specific sector is determined, no determinate form, status or working condition is being characterized, since the widespread idea of “informal sector” inscribes informality in the genealogy of dualisms, which ceases to be understood as a conceptual tool and starts

to be used as a category for describing the real (Rabossi, 2019). Urban informality is a set of transactions that connect different spaces and economies moving between formal/informal and legal/illegal. Thus, informality is not the object of State regulation, but a product of the State itself, based on its ability to constitute and reconstitute categories of legitimacy and illegitimacy (Roy, 2005; Telles 2010).

At Squat 21 de Abril, families work and live in a place under the constant perspective of eviction, since, for more than two years now, it has been the subject of a lawsuit<sup>5</sup> that seeks to remove the residents and interdict the building in view of risks related to property conditions and the possibility of a fire.

Thus, given the context presented and the monitoring of this occupation, this discussion seeks to analyze its form of organization, how it emerged and started, how the work is organized, the protection network that has been formed in defense of families and for their permanence; how the lawsuit addresses the activity carried out in the property; and how legal actions reproduce informality, often working as an instrument of routine urban planning and intervention.

The article is divided in three parts, in addition to the introduction and final considerations. The first part presents how the squat building came to be and the arrangements made by landlords who charge migrants high rents (in an informal way) to live and work in precarious conditions.

The form of exploitation set up is not directly linked to organization and exploitation of the workforce, but, through the informal

renting which concedes work and living space, collects high values from a property that was previously abandoned.

The second part of the article presents the B.'s<sup>6</sup> trajectory. She is a resident who is recognized by most families as the leader of the squat building. B. is from Bolivia and arrived in Brazil to work in sewing workshops, going through several workshops until arriving at Squat 21 de Abril. Finally, the third part presents the lawsuit and the threat suffered by the residents, analyzing the way the labor activity developed in the property is presented by the action and the speeches used by State agents to characterize it.

## The squat building and its formation

As one leaves Brás station at Agente Cícero square, close to Largo da Concórdia, the number of street vendors, stalls, canvasses on the ground, products, people, and information on the streets is stunning. Even before exiting the train station, some young people holding clothing catalogs may approach you in an attempt to take you to the store where they work.

There one finds countless stalls offering food, peppers, and dried shrimp, as well as canvasses displaying clothes, accessories, electronics, and toys, scattered on the sidewalk, leaving a narrow corridor for pedestrians to transit. Given the numbers of workers arriving to or leaving work and people who seek to buy products at popular prices, the passage left to transit becomes tight.

Street commerce overlaps with stores and galleries established in the buildings of the region. The place takes the shape of a bazaar, there are numerous shopping alternatives, the options are vast and, for those who are not used to such dynamics, it is easy to get lost.

Tourists, immigrants, refugees, subway employees, children, adults, young people, Latin Americans, Africans, and Asians are all part of a harmonious chaos, sharing this space for buying and selling that presents itself in the appearance of a bazaar (Peraldi, 2001).

Such space is a commercial square in which transnational networks of goods and people are triggered, transforming the region of Brás into a gravitational center that activates networks and transnational flows of goods and people (ibid.; Tarrus and Peraldi, 1995; Peralva and Telles, 2015). A bazaar economy is formed on the spot:

This is not just a commercial and craftsmanship center where the cycle of goods is peacefully finished. The bazaar is, first and foremost, the place where the worlds of exchange, the different "stages" of the economic machine, intersect. The efficiency of the bazaar does not only rely on the fact that it spatially organizes exchange relations. It is also in the contiguity, perhaps promiscuity, with which it organizes the commercial worlds. Much more than a commercial center, the bazaar is a place of balance between a logic of economic rationalization of exchange that tends to the fluidity and division of mercantile orders, and a logic which is, at first sight, economically aberrant, of tangling and overlapping of products, sequences, rhythms, social orders [...] (Peraldi, 2001, p. 17)

The apparent chaos makes us believe that the whole world has suddenly found itself in the same place, in that particular urban space. Along Rangel Pestana Avenue, amidst the crowd, through the narrow passageway and in the middle of the avenue among countless passing cars, diverse people from different origins, countries, regions, and languages intersperse in a vast corridor of goods.

As we walk, moving away from the Brás station, the number of stalls and commercial establishments decreases, only the large businesses and stores remain on the landscape.

When entering Hipódromo Street, towards 21 de Abril Street, that landscape and the bustle of a commercial square give way to calm streets with little movement. Shops give way to small bars, many filled with migrants chatting in their own language. The stores give way to old townhouses used for housing, many of which resemble tenements. People spread out on the streets give way to locals sitting in their doorways talking about their day.

As you walk down Hipódromo Street, countless abandoned buildings and warehouses appear, some of them occupied by people looking for housing and others still functioning as warehouses or parking lots for trucks.

When arriving at 21 de Abril Street, the landscape is the same: a few tenements, a few bars, people sitting and chatting outside their doors, and large warehouses that have now been transformed into residences and workplaces.

Squat 21 de Abril is one of these constructions. The entrance is a large metal gate, giving access to a vast warehouse; next to it, there is a small door, which gives access

to the staircase of a four-story building, built above this warehouse, which is located on the ground floor. This is the real estate where Squat 21 de Abril is.

As one enters the shed, numerous wooden constructions – a true example of self-construction – delimit the homes of each of the residents. Among the wooden houses, several carts used for commerce are scattered, cars are parked and there are mannequins which are used as sewing models distributed all over the place. These are wooden houses and sewing studios, a whole village built inside a vast warehouse.

Each house has a different size, and the vast warehouse is extended by mezzanines at specific points, where more living and working units are built. It is estimated that more than 40 families live in this warehouse, including Brazilians, Venezuelans, Bolivians, Paraguayans and Colombians.

Upon entering one of these small workshop-houses, the area is barely sufficient for a sewing machine, a bed, a refrigerator and a stove (when they are there), their belongings being scattered, piled up or organized in the corners of the construction. In some cases, the place where the resident lives only accommodates his mattress. Some manage to get a room to sleep and another room, next door, to be their workshop. These are small constructions of different sizes that overlap the functions of housing, sewing workshop, carpentry shop, and parking for residents' cars staying in the warehouse.

When entering through the door located on the street next to the metal gate, we go up the building's staircase and the division between living and working spaces is,

apparently, more organized. Delimitations are made using office partitions; all bathrooms are shared in the property, those of the building as those of the warehouse. However, on some floors, collective kitchens were built, different from the individual ones inside the tiny units that were built in the warehouse.

On the first floor, upon entering through an office partition door, we find a large sewing workshop. There are several machines scattered on small tables, wires falling from the ceiling and various pieces of equipment connected to the same socket. There are some

workers who, without ever taking their eyes off the machine, sew non-stop at an astonishing pace, as if there was no one walking around the place. The “soundtrack” of such space is the constant noise of sewing machines, with short pauses, as each worker repositions their needle and carries on working.

Between one machine and the other, there is a narrow corridor to move up and down, in which fabrics are spread out on all sides. On the day of this visit, it was cold, it was winter, people were sewing large blankets, as it is possible to see in the following image:

Figura 1 – Workshop on the first floor



Source: author's collection, 2022.

In the building, there are sewing workshops interspersed with housing on the first, third and fourth floors; the second floor is used solely for residence. There are at least 17 families spread across the floors, all from Bolivia.

The dynamics within the property are not unrelated to those found throughout the streets and shops of the region, these are families that live and work around this gravitational center and its booming clothing trade. The work, what is sewn and the demands are closely linked with the times, with what is in fashion, with clientele's demand and with orders arriving to the inhabitants of the squat building through retailers.

Residents are hired by retailers to sew what will then be sold by them; these families do not work directly with the clientele that buys the products. The dynamics of this urban space seem to constitute the "backstage" of the commercial dynamics found in the streets of Brás. The blankets were being sewn responding to a demand that presented itself during the winter and was brought by retailers and stores of the region.

The formation of this building began in 2014. Initially abandoned and without any destination, the first residents began to rent the property to live and work through verbal agreement with the owner, considered informal; the rent was calculated according to the amount of space taken, ranging from R\$900.00 to R\$1,500.00.

B. reports that she started living in the property at the invitation of a friend who owed her a debt. This former resident used to rent the first three floors of the property from the owner; for the first floor only, the agreed

amount was R\$1,500.00. Afterwards, he began to sublease the spaces, dividing the place as it is today.

The value of this sublease also varied according to the amount of space taken, ranging from R\$500.00 to R\$900.00. To settle the debt, this friend charged B. R\$500.00 per month for a living and working environment. According to B., this is a low rent for the region, because, before moving to this property, she paid R\$1,000.00 for less space in a pension (Santos, 2022).

Upon discovering that this resident was subletting rooms, the owner began to threaten him and evicted him from the property. Initially, he threatened all residents as he believed they were just employees. However, when he noticed that they actually paid rent, he allowed them to stay and began to collect their rents directly. If the owner had previously charged, from the former resident, amounts determined by floor, he now started to charge individualized amounts by family, increasing his collection with these informal rents charged (ibid.).

This former resident was evicted in 2019, structuring a dynamic of rent collection and threats to families; a typical structure of tenements in downtown São Paulo, which are organized by the charge of high rents per square meter, considering the small housing units of the families, performed by an intermediary who collects the amounts and, in case of default, evicts them by threatening. (Kohara, 1999).

Thus, in the property, the amounts were paid in cash, without provision of any receipt or payment information, being collected by a Brazilian resident, called by them the

“responsible”. There were two “managers” in the property, one to manage the warehouse and the other to manage the floors of the building, always Brazilians and residents of the property. Values were collected every 30th day of the month on the floors and every 10th day of the month in the warehouse, with the main function of the “responsible” being to inspect the place, pass on information about what was happening to the owner and, when necessary, threaten and evict residents (Santos, 2022).

The conditions of the property make works and renovations recurrent, however, complaints and requests were not welcome. The owner claimed that the residents themselves should be responsible for the works and renovations and, if they didn't want to be, they could leave, as there were many families in need of housing. Depending on the complaints made, the owner threatened to increase the amount charged; the rent increase was made suddenly, and then either the payment was made, or there was eviction from the property (ibid.).

The main function of the “responsibles” was precisely to evict those who did not want to make the payments; eviction was carried out through threats; acquaintances were called to intimidate and, if necessary, forcibly remove the resident.

The exploitation and the organization of labor that take place in the city of São Paulo are not solely and exclusively linked to the direct exploitation of the workforce. Outsourced subcontracting networks, which occur in the clothing market of the region, facilitate the disrespect of the labor rights of these migrants who come to Brazil. However, it is not just the organization of this market that circumscribes

the conditions of labor exploitation. The ways of living found by this population and their close connection with work, almost inseparable, present another facet of the violence suffered by migrants.

In addition to the direct exploitation which is related to work activities, these individuals are subjected to threats from landlords and their representatives, sudden and expressive increases in rent value, and lawsuits that intend to remove them, forcing them to constantly change their place of residence and work.

Constant threats of eviction make them increase their workload to cover the rent charged or to structure a new house.

Housing and work in the clothing market of the expanded axis of Brás and Bom Retiro are inseparable; the forms of exploitation that happen in the housing of migrants are linked to their work conditions.

In 2020, given the conditions of the property, the City of São Paulo filed a lawsuit against the owner and the residents, requesting the vacancy of the site and the requalification of the property due to the maintenance of the building in inadequate safety conditions. The dangers indicated for the building overlap with the job performed by the squatters; added to the precarious conditions of electricity connection, for example, the work activity itself is a reason for eviction due to risk to the families.

At the end of 2020, there was a court decision for the eviction of the families, and the forced eviction was scheduled to take place in March 2021. Facing imminent eviction, the families began to organize themselves and stopped paying rent to the landlord. The current

organization of residents was configured at this moment; as they started to organize themselves internally in an autonomous way, the property became a squat building.

From this threat of eviction, a support network arised: traditional social movements fighting for housing began to support residents; the Reference and Assistance Center for Immigrants (Crai), a City Hall service, organized site visits; NGOs that support migrants in the city of São Paulo began to help them; and defense in court proceedings is now carried out by the Gaspar Garcia Center for Human Rights<sup>7</sup> (CGGDH).

Through the actions of both the residents' organization and the network that came to be and through the legal defense prepared by the CGGDH, in the midst of the eviction operation organized by the City Hall and the Military Police, the Court of Justice of São Paulo (TJSP), due to an appeal in the lawsuit, suspended the eviction due to the covid-19 pandemic, understanding that the eviction of these families during the pandemic would pose a greater risk to the lives of the residents than their permanence. At the moment when the police were advancing towards the people to forcibly open the property and remove them from there, the decision of the TJSP was made available, and the operation was canceled.

Through the support given to the residents and their organization, a new dynamic is structured: rent payments are no longer made, the "responsible" becomes just another resident, periodic meetings are organized and the squatters start to live and work having the constant perspective of eviction. The new organization is not carried out without quick conflicts. Under the constant

threat of eviction, families start to fight among themselves, people and families who have small spaces seek to increase their housing, money is collected, charged and organized by all to carry out property improvements. Due to these fights, residents of the building stopped talking to residents of the warehouse; however, amid fights, advances and mishaps, the eviction of the families remains suspended, and the squatters could keep their residence and their work (ibid.).

## Paths taken: life, housing and work

Housing, work and migration intersect and often become inseparable; these are paths taken by countless migrants who arrive in Brazil to work in sewing, through contact with acquaintances and family members who are already in the country, through labor agents from their country of origin or through the paths of life. In this path, work is usually linked to housing, and its exploitation involves the form in which residence is organized. Inhabitants are either migrants placed there by the workshops employing them, or people who, in search for "independence",<sup>8</sup> pay informal rents to property owners in the region to start their own workshop.

The clothing workshops and backyard ateliers organized are often linked to ways of living. These are workshops that provide housing to workers, through agreements that are often uncertain, or people who buy their machines and start to work at home on their own or with the help of family and friends. The

paths of housing and work taken by migrants are numerous and the possibilities are diverse: migrants who join social movements and live in squat buildings, paying formal or informal rents, residents of tenements, reception centers, residence of friends or family, among countless possibilities (ibid.).

However, one of the forms of housing that many migrants find is linked to work. B.'s journey in Brazil demonstrates the path taken by many migrants in the city of São Paulo; it is a migration mechanism that links travel, work and housing (Freire, 2008)

B. is 30 years old, she is from Bolivia, from the city of Santa Cruz de la Sierra, and she arrived in Brazil 11 years ago. She decided to come to the country after a family quarrel. In her hometown, she worked as a street vendor and, after an accident, she was unable to carry weight and, therefore, to carry out the activity. After falling out with her family, B. left home and found an agency in her hometown offering work in the city of São Paulo; despite the fact that she was not looking for a job, she ended up accepting the proposal, according to herself, in a moment of anger (ibid.).

The agency proposed that she worked as an assistant in a workshop located in the Casa Verde region, North Zone of São Paulo. As an assistant, she would fold and pack pieces to deliver to suppliers. The proposed salary was two hundred dollars a month, room and meals included, working hours going from eight in the morning to five in the afternoon.

According to B., there are numerous agencies in her city that offer jobs all over the world, not just in Brazil. These are labor recruiters, agencies offering these jobs in

Bolivia, often using false advertisement, which facilitate travel and provide job in sewing workshops and ateliers, as Freire demonstrates (2008, pp. 91-92):

Such agencies have a fundamental anchoring point in the city of São Paulo which is developed around the clothing industry. We can say that these are particular forms of circulation that relate to specific forms of production, a mobility that is triggered by the demand for this type of subcontracted work, characteristic of this sector of São Paulo industry.

Upon her arrival, the story told by the agents quickly proved to be false. She worked the first three months without receiving a salary and decided, based on contacts made in Brazil, to move to Praia Grande and work for another workshop. She lived in this city for 6 years, but over time, its demand for work decreased until the workshop had to close. B. still hopes to return to Praia Grande (Santos, 2022).

With no demand for work, she returned to São Paulo, again to the Casa Verde region, but to a new workshop, a place that also provided housing. Unsatisfied, she moved to Brás on Coimbra Street.

After numerous attempts to find suitable and satisfying employment conditions, she decided to start her own workshop, acquiring a sewing machine. She moved to a pension on Gomes Cardin Street, also in Brás. Thus, she started to pay rent and work in her place of residence; Her home remained her workplace, but she paid her own rent and organized her own activity.

In 2017, B. moved to 21 de Abril Street, to another pension, paying R\$1,000.00 in rent. She stayed there until she received her friend's offer to live in the building that nowadays is Squat 21 de Abril. So, hoping to buy more machines, due to her sister's arrival to work with her, and considering the rent of R\$500.00, she decided to move again (ibid.). After her friend was evicted from the building, she starts paying rent directly to the landlord until the eviction threat comes.

Her trajectory illustrates a common path of migration to the city of São Paulo in which work and housing are inseparable; working conditions and the exploitation of labor are linked to living conditions.

B. started sewing more or less 5 years ago; she used to work as an assistant or as a "responsible"<sup>9</sup> of the workshop, not using the sewing machines. B.'s suppliers and contacts for clothing production were found along her path, through direct contact at the workshops where she worked. Either the workshops forward part of the production to her, so as to deliver the products within the requested period, transferring part of the values; or the order arrives directly from the region's retailers, who work at the "dawn market".<sup>10</sup>

Suppliers provide the cut pieces, and her job is to sew them together; the pieces are diverse: t-shirts, pants, sweatshirts, jackets, blazers, and the amount charged ranges between R\$1.80 and R\$2.00 per piece sewn. Contacts request a number of pieces and set a certain deadline. Given the demand she has, she accepts it or not, depending on her ability to produce the pieces within the requested period.

Orders arrive more or less every 15 days. At the moment, she can sew up to 70 pieces a day. According to B., this production is low, however, she would not be able to produce more, as she needs to take care of her one-year-old daughter (ibid.).

This organization of work often configures itself as or is associated with slave work.<sup>11</sup> The Bolivian population involved in the activity carries such stigma and is uncomfortable with the association. At Squat 21 de Abril, the situation is not different; City Hall bodies, when inspecting the site, pointed out such possibility, as stated in the lawsuit:

Residents claimed that the houses, which had not yet been visited until that date, were also used for work, and that inside them were machines and instruments for sewing and making clothes. At that time, it was not clear whether or not there was a situation of labor exploitation that could be configured as slave work. Residents denied this type of activity in their speeches, but the elements brought by their narratives can be associated with an exploratory reality. (São Paulo, Interlocutory Appeal No. 2041018-35.2021.8.26.0000, p. 159)

Squatters, when questioned about the way they work, are uncomfortable with this association. Some people who do not live in the squat building work in its workshops, through undisclosed agreements, but deny the association commonly made with slave work. They do not deny that the situation in which they live and work is precarious and that exploitation exists, but they claim that they are free to make their own choices.

However, workers carry this stigma in the city of São Paulo. The discourses shaping the work and the ways of living of this population always go through questions of such nature, as indicated by Freire (2008, p 103):

The issue of extreme cases of exploitation and situations analogous to slave labor is certainly an important issue regarding the immigration of Bolivians, but the exclusive emphasis on this point does not allow for the understanding of the strength of this migratory flow. It is a configuration of relationships that, at its limit, can end up in extreme situations of workforce exploitation, as it effectively occurs in this circuit. However, it is not possible to deem the curtailment of freedom a characteristic of the forms of insertion of this group of migrants in the city. Nor would we understand the high turnover that exists between workshops or the constant comings and goings from Bolivia if we dwell solely on this point. The subject of slavery has come to appear to the Bolivian community in São Paulo as a stigma with all the discriminatory consequences this entails. It's an image they try to shake off.

In these workshops, even those constituted on their own, working conditions are precarious and the pressure and demand for production are exhausting, payments are made per piece sewn at low values and defaults are frequent. Also, the outsourced subcontracting structure, in which suppliers order from workshops and workshops pass the order on to migrants who structure their own production, makes accountability for working conditions difficult. When some accountability occurs, it almost always falls to

the migrants themselves, leaving suppliers and large companies from the clothing industry untouched (*ibid.*).

It is not simply the way in which the work activity is organized that raises such stigma, the ways of living to which it is linked are also fundamental to working conditions. The provision of housing by the workshops, on the one hand, facilitates the reception and arrival of these migrants due to the difficulties in accessing housing in the country, but, on the other hand, it expands the forms of exploitation of these migrants (*ibid.*).

As occurred in Squat 21 de Abril, the exploitation and fear that raised in public bodies, when analyzing working conditions, were actually linked to the relationship that migrants had with the property owner and the "responsibles" mediating this relationship through threats. The exploration and condition of the activity carried out were also directly linked to the way of living, high rent for space, sudden increases in rent value, precariousness of the installations under the responsibility of the owner, and threats received.

The fear of the configuration of slave work is linked to this form of constitution of housing, which is historic and common in the city of São Paulo. This organization that came to be in Squat 21 de Abril is typical of tenements scattered throughout São Paulo, that is, the high rent values that make the square meter per person in tenements in the central area more expensive than the square meter per person in more valued regions (Kohara, 1999); payments, raises and charges are made through threats; and the relationship between residents and

owner, which is mediated by intermediaries, responsible for organizing and evicting families. An organization with neither payment registration nor mediation by the Judiciary.

The characteristics that caught the attention of City Hall bodies and were evident in the lawsuit, which has the property as its object, are less related to working conditions than to living conditions.

The exploitation of this type of labor has several layers; it is linked to the way in which the clothing industry is structured in the city of São Paulo, the lack of payment to migrants often practiced by certain workshops, the way in which these subjects' trips are organized through the mediation of labor recruiters, but which is also linked to the difficulty of accessing housing and to the living conditions encountered by migrants in the city.

## Threat of eviction: work and housing at risk

The lawsuit has the ability to make the dynamics of this urban space visible; it is from the encounter with power that the "lives of infamous men" become visible (Foucault, 2003). The lawsuit has the ability to bring the daily life, work and way of living of these subjects to the surface; departing from it, the Civil Defense,<sup>12</sup> the City Hall (its bodies and equipment), court officials, experts, and the support network (NGOs and social movements) begin to orbit this urban space, previously without any visibility (Santos, 2022 and Foucault, 2003).

The life and dynamics of this territory only become visible, leaving traces and being documented, upon the filing of the lawsuit;

the lives of these subjects start to be marked by the discourses imposed in the process and by the institutions and organizations that come to orbit the squat building (Santos, 2022 and Foucault, 2003).

Suddenly, in 2020, after more than 7 years of existence, the daily life, the housing and the work of these people are brought to the surface, and the legitimacy or illegitimacy of their way of living and working begins to be discussed. Judicial practices mark the lives of these individuals, who live under the constant perspective of eviction; these practices inscribe these lives in the terrain between the law and its application (Foucault, 1999 and 2003 and Santos, 2022).

From the threat of eviction, a support network emerges to try to guarantee the permanence of the families or to present suitable alternatives for housing assistance. The lawsuit and the support network that orbit around the squat building connect several partners and squat buildings throughout São Paulo; social movements that have other squat buildings in the city provide support, as well as civil society organizations that work with housing or migration and that accompany other squat buildings, thus, a new form of organization is imposed to the squat building and a broader urban collective is formed.

The lawsuit constantly reconfigures the categories of legitimacy and illegitimacy of such space. At a certain point, a decision is made for the eviction, which should be carried out in March 2021, however, when time comes for the decision to be enforced, the temporary permanence of the squatters is guaranteed. The lawsuit configures a field of disputes that affects daily life and illegalities reproduced in that place. The microconjuncture of the space

changes, for example; the informal rental market and the way the property is organized are affected. Under the threat of eviction, rents are no longer paid and the administration of the building is no longer carried out by the “responsibles” (Foucault, 2014; Santos, 2022; Telles, 2010).

The construction that was considered, by court decision, as not consistent with building laws and putting the lives of residents and workers at risk, with the suspension of eviction and the new decision, has its existence legitimated. The lawsuit itself, in the space between the law and its application, constantly redefines the boundaries of legislation (Santos, 2022).

Within these uncertain borders, circumscribed by the lawsuit, a field of dispute is constituted in the urban space, making what is understood as formal more flexible, altering the margins of tolerance of circumventions of legality and formality carried out by those involved in the lawsuit and who operate in the property (judicial agents, bailiffs, city hall agents, residents, landlords). A play is constituted within these indeterminate frontiers of formal and informal, a strategic use of legislation is carried out in this field of dispute that is constituted between the permanence and the extinction of that urban space; this is how the lawsuit operates socially (Santos, 2022; Teles, 2010).

Legislation and law are not constituted as given things, they are strategies of a war in action, they are not constituted to prevent certain behaviors, but rather to differentiate the forms of outline of the very legislation, departing from practices, actions and behaviors that unfold, determining the limits of tolerance,

giving ground, applying pressure, excluding and making certain practices useful (Foucault, 2014, p. 267; Deleuze, 1988).

Thus, when operating socially, the lawsuit ends up:

[...] imposing temporalities, making squat buildings visible, creating zones of ambiguity and composing the operative modes of urban informality, connecting different economies and spaces. From the threat of eviction, an entire institutionality begins to orbit the squat building, dynamics are produced and conflicts emerge on the threshold between permanence and extinction. (Santos, 2022, p. 24)

The process has the ability to constitute and reconstitute the categories of legitimacy and illegitimacy, functioning as an instrument of urban intervention and composing circuits of urban informality.

In the lawsuit, the primary point is linked to the land issue, the main theme is related to the risk constituted by the characteristics of the property and the fact that the migrants live in a place that does not comply with building legislation. The space, the dynamics, the form of organization, the owner's exploration of the property and the work performed appear, apparently, as backdrop; what matters to the judges is whether or not there is danger in the building, since the very motivation for suspending the eviction was the risk of removing families in the midst of the covid-19 pandemic.

Although work emerges in the files, as in a report produced by City Hall services indicating possible slave work or as a circumstance that aggravates the risk to residents, it is not a central theme and goes almost unnoticed,

as if such conditions and circumstances were not relevant to the decision. However, as the discussion advanced, it was made evident that the irrelevance is only apparent, since the lawsuit does not only affect case records, having repercussions in social reality.

At the property, more than the structural conditions of the building, the work is the very condition of supposed danger. It is pointed out, by the report produced by judicial experts, that the wiring and the amount of energy that the machines demand, the form of organization of the studio with little distance between the tables, and the amount of cloth and scattered scraps are configured as the main driver of risk to which families are submitted. In other words, the work is the very risk.

In addition to working conditions, housing conditions, room partitions and houses made of wood increase the potential possibility of fire.

The precariousness of work and housing to which these migrants are subject is the motivation to remove them, as if the simple interdiction of the building and the eviction of the squatters were enough to improve the conditions of the families and prevent them from establishing residence in other risky locations. The housing conditions and the association of work with slave conditions become arguments for eviction; become an argument to delegitimize and criminalize such uses of space and the subjects of living in that property. Thus, eviction without offering any alternative to the families becomes the solution to the supposed problem.

Therefore, even though labor activity is not the central theme of this discussion, the intertwining of housing and work, throughout this migrant path, is the reason for eviction. The daily life of Squat 21 de Abril emerges and

becomes visible due to the lawsuit, discussing the legitimacy of that urban space and its uses. It is not just the housing to be deemed irregular and informal, work also becomes an object of this discourse, starting to be treated as informal and irregular as well.

The decisions and the coming and going of the process legitimize or not certain ways of living and working; eviction, in this context, comes to be understood as a solution for the extinction of the dynamics of that space. Eviction is a way of extinguishing in that location a certain form of work understood as unwanted, without the need to look into the subject, analyze the actual conditions of the activity or call legitimate authorities to carry out this evaluation. By extinguishing the squat, supposedly, the issue of work considered irregular in that location is resolved and ceases to exist (*ibid.*).

Thus, the lawsuit reproduces urban informality by opting exclusively for eviction; the law and the actions of the State compose the informal circuits, the acts and interventions understood as formal and legal produce their opposite, overlapping formal and informal (Telles, 2010). The lawsuit, by circumscribing lawfulness, (re)produces its reverse, and the solution found (eviction without alternatives) causes residents to find residence and work in places that are structured in conditions similar to or worse than those found in the property they lived in.

The law and judicial practices determine the (il)legitimacy of certain occupations and uses of this space, such as its use to live and work, delimiting which spaces are formal or not in the city and which uses are allowed or not. Thus, law reproduces urban informality as a mode of urbanization (Roy, 2005; Santos, 2022).

## Final considerations

In the migratory circuit traveled by most of the residents of Squat 21 de Abril, housing, work and migration are intertwined. Labor agents in their countries of origin, families that have already established themselves in São Paulo, or acquaintances who find their livelihood in the clothing industry form the circuit linking these axes. Exploitation at work is directly linked to housing conditions or to the way in which migrants arrive in Brazil.

These are workshops that provide a residence, workers who welcome their families, informal rents and tenements that are used to live and work based on abusive charges mediated by violence and threats.

The dynamics found at Squat 21 de abril are linked to the structure of the clothing industry that was constituted in the expanded axis of Brás and Bom Retiro. At the squat building, sewing workshops were organized as part of the outsourced subcontracting network promoted by the clothing industry. These are migrants who live in the same place where they work and, from contacts made with local retailers or workshops where they previously worked, they receive orders for products to be produced.

The squat building is intertwined with the thriving textile production and with the commercial dynamics of the neighborhood; the way of living and working constituted by the families of Squat 21 de Abril are articulated and fostered by this gravitational center.

The way in which the clothing industry is structured in the city of São Paulo influences migratory circuits and makes the Brás and Bom Retiro axis a region where many migrants live.

Buildings, pensions and warehouses in the region become housing and are used, at the same time, as sewing workshops.

The owners (or alleged owners) of these properties rent these places without any formal contract or agreement, attributing rent values which are high considering the size of the units and the conditions of the building, increasing the values suddenly (almost always in an abusive way), being the site administered by an intermediary which is responsible for evicting defaulters and organizing the space (almost always through threat and violence). This way of living that took place at Squat 21 de abril constitutes a form of labor exploitation. The exploitation of labor is not only linked to the working conditions encountered by migrants in São Paulo, since displacement, housing and work constitute a single circuit, as indicated by the trajectory of B.

The migrant population, in this circuit, constitutes its life in permanent displacement; after arriving to São Paulo, they move from one workshop to another, as well as from one dwelling to another, either because of the difficulty of paying the rents charged, or because of the forced evictions determined by court decisions (Rolnik, 2015). This circuit of social vulnerability causes these subjects to build their homes informally, paying high rents. In the Brás region, informal rent, accessed by this population, is rarely below R\$1,000.00, being this amount charged for the smallest spaces, like a bedroom, and for properties that are usually in precarious conditions or even abandoned (Santos, 2022).

Only after the filing of the lawsuit did Squat 21 de Abril become visible, causing a new form of organization to emerge. Families stopped paying rents, started to relate to each

other, which may have resulted in fights, but also caused the development of strategies of resistance. The space is then constituted as a field of disputes in which the State, the law and its agents take part.

With the formation of a support network and a broader urban collective, the imminent eviction is suspended and the place starts to organize itself under the constant perspective of eviction.

State law and actions build urban informality, circumscribing this space between the law and its application. The categories of formal and informal, legitimate and illegitimate are constantly assessed, made flexible and altered, affecting the dynamics of the property at the same time that these dynamics affect the consequences of the lawsuit (ibid.).

These are circuits traveled and resistance strategies (often survival strategies) which are not limited to work, housing or migration. These are subjects and ways of life that are not limited to categories such as “unhoused”

and “migrant”; there are multiple forms of integration and possible paths, and the path taken by Squat 21 de Abril is just one of them (Santos, 2020; Çaglar and Schiller, 2018). Such a circuit articulating travel, housing and work became common from the 1990s onwards, with the restructuring of the textile industry in the city of São Paulo.

The charging of rents to live and work in precarious conditions, associating exploitation of work based on housing conditions, organizes and encourages the informal rental market in the region. The commercialization of housing units and their availability for rent through obscure agreements mediated by violence configures a profitable market, fed, structured and financed by the activity performed by the residents of Squat 21 de Abril. The housing market considered informal is also encouraged by this form of work; the exploitation of labor and the resources that are produced and reverted to the owners (or supposed owners) configure one of the forms of labor exploitation developed by these migrants.

[1] <https://orcid.org/0009-0004-1056-1028>

Pesquisador autônomo.

eduardoabramowicz@gmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Débora Cunha, email: debora.rmc@gmail.com

## Notes

- (1) The number of the property was not made available to preserve the resident families. The property will be identified, in this article, as "Squat 21 de Abril", a name used by the residents and workers of the building. This squat building was monitored during the master's research carried out at the Federal University of ABC, postgraduate program in Territorial Planning and Management.
- (2) This place is identified as a squat building, as it is threatened with eviction. By identifying it in this way, the right to housing and the laws that revolve around the theme of the right to the city are valued, opposing the derogatory and stigmatizing discourses mobilized in the lawsuit, such as invasion, irregular or illegal housing. Furthermore, due to the threat of eviction and the organization of families, the residents themselves began to identify the place as a squat building.
- (3) Migration is the term adopted, instead of immigration, and migrant, instead of immigrant, as this highlights the multiple forms of mobility, the different temporalities and motivations that mark migrations, not circumscribing such movements according to categorizations used by Nation States (Çaglar and Schiller, 2011).
- (4) These are different mobilities produced by migrants, not simply mobilities of origin and destination, or linked to the work performed; they are commuting, temporary, punctual; passage circuits and countless other possible forms of mobility (Adelkhah and Bayart, 2007).
- (5) Law suit of eviction and order to do demolition or regularization of the building. Number of the law suit 1032834-79.2020.8.26.0053.
- (6) To preserve her, only the letter of her name is used to avoid identification.
- (7) Human rights organization in partnership with the Public Defender's Office of the State of São Paulo, which provides free legal advice in cases of land conflicts involving populations in situations of social and economic vulnerability.
- (8) Term used by B. to justify her departure from the previous workshops where she worked and her attempt to build her own atelier.
- (9) Term used by her to refer to her role as head of the workshop, in a coordinating position, responsible.
- (10) In Brás, a neighborhood of São Paulo, a popular night market was organized in which traders from all regions of Brazil and Latin America buy large quantities of products to resell in their stores
- (11) In Brazil, the term used to refer to contemporary forms of enslaved work is "labor analogous to slavery", describing work that does not comply with labor legislation and that has characteristics of slave labor.
- (12) Community-based program to protect the citizens of a state from human-made and natural disasters. It uses the principles of emergency operations: prevention, mitigation, preparation, response, or emergency evacuation and recovery.

## References

- ADELKHAH, F.; BAYART, J. (2007). "Introduction: Pour une anthropologie politique du voyage". In: ADELKHAH, F.; BAYART, J. (orgs.). *Voyages du développement: Émigration, commerce, exil*. Paris, Éditions Karthala.
- AGIER, M. (2008). *Gérer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris, Flammarion.
- ÇAGLAR, A.; SCHILLER, N. G. (orgs.) (2011). *Locating migration: rescaling cities and migrants*. Nova York, Cornell University Press.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Migrants and city-making: dispossession, displacement, and urban regeneration*. Durham, Duke University Press.
- DELEUZE, G. (1988). *Foucault*. São Paulo, Brasiliense.
- FOUCAULT, M. (1999). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU.
- \_\_\_\_\_. (2003). "A vida dos homens Infames". In: MOTTA, M. B. da (org.). *Ditos e escritos; IV. Estratégia, Poder-saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- FREIRE, C. (2008). *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Os mercados populares do centro de São Paulo: dispositivos comerciais globalizados". In: PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (orgs.). *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- KOHARA, L. T. (1999). *Rendimentos obtidos nas locações e sublocações de cortiços na região centro de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- PERALDI, M. (2001). "Introduction". In: PERALDI, M. (org.). *Cabas et containers: activités marchandes informelles et réseaux migrants transfrontaliers*. Paris, Maisonneuve et Larose.
- PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (2015). "Apresentação". In: PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (orgs.). *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- RABOSSI, F. (2019). Los caminos de la informalidad. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, pp. 797-818.
- ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- ROY, A. (2005). Urban informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n. 2, pp. 147-157.
- SANTOS, E. A. (2022). *Ocupações sob ameaças: práticas e instituições judiciais na (in)definição do (in)formal na moradia migrante*. Dissertação de mestrado. Santo André, Universidade Federal do ABC.

- SANTOS, R. A. (2020). Discussões metodológicas a partir de uma etnografia urbana: experiência, política e pesquisa. *Humanidades e Inovação. Infâncias e pesquisas: problematizações epistemológicas, metodológicas e éticas*. Palmas, v. 7, n. 28, pp. 42-55.
- TARRIUS, A.; PERALDI, M. (1995). Editorial. *Revue européenne des migrations internationales*. Paris, v. 11, n. 1, pp. 5-8.
- TELLES, V. da S. (2010). Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, pp. 97-126.
- TELLES, V. da S. (2015). "Fronteiras da lei como campo de disputas". In: PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (org.). *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ.

Received: March 3, 2023

Approved: May 5, 2023



# Espaços de “lazer” em ambientes de trabalho na “Sociedade de desempenho”

“Leisure” spaces within work environments in the “Performance society”

Simone Jubert [I]  
Lúcia Leitão [II]

## Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a crescente inserção de espaços de lazer em ambientes de trabalho. Parte-se da hipótese de que esses espaços constituem uma forma de apropriação, por parte do empregador, do tempo de não trabalho de seus empregados. As referências conceituais vêm, principalmente, das noções de “Sociedade disciplinar” (Foucault), com a ideia de corpos dóceis conformados pela vigilância, e de “Sociedade de desempenho” (Han), mostrando como a vivência nesses espaços de exploração do tempo livre dos empregados pode ser facilmente confundida com uma experiência de liberdade. Conclui-se assinalando a participação ativa do trabalhador na sua própria exploração e apontando a necessidade de discutir as implicações psicossociais advindas dessa prática em franca expansão no capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** arquitetura e urbanismo; lazer; trabalho; vigilância; desempenho.

## Abstract

*This article proposes a reflection on the increasing trend of integrating leisure spaces into work environments. It begins with the hypothesis that such spaces constitute a form of appropriation, by employers, of their employees' non-working time. The conceptual references primarily stem from the notions of Disciplinary Society (Foucault), involving the idea of docile bodies shaped by surveillance, and Performance Society (Han), demonstrating how the experience within these spaces that exploit employees' free time can easily be mistaken for a sense of freedom. The article concludes by highlighting the worker's active participation in their own exploitation and pointing out the need to discuss the psychosocial implications arising from this rapidly expanding practice within contemporary capitalism.*

**Keywords:** architecture and urbanism; leisure; work; surveillance; performance.

## Introdução

Richard Sennett, em seu livro *Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta* (2018), narra sua experiência ao visitar o Googleplex, em Nova York. Segundo o autor, o Googleplex é "na cidade, mas não dela" (Sennett, 2018, p. 170), sendo "um espaço concebido para ser autossuficiente" (ibid., p. 171), de forma que os seus funcionários não tenham a necessidade de sair do local de trabalho para realizar uma série de atividades como, por exemplo, ir a uma consulta médica ou até mesmo dormir – para descansar após estender a jornada de trabalho até mais tarde.

O oferecimento de comodidades, de espaços de lazer, de encontro e de espaços de descanso, além de todos os argumentos para justificar a adoção desses espaços,<sup>1</sup> tornam o complexo Google inspiração para os escritórios das chamadas "classes criativas"<sup>2</sup> ao redor de todo o globo. No Brasil, escritórios de empresas maiores, como Walmart (Figura 1), Unilever, Vivo (Figuras 2 e 3), Serasa, OLX (Figura 4) e Locaweb, a empresas menores, como OutPromo, SolveSystem, Arizona e tantas outras, também incorporaram espaços dedicados ao lazer e ao descanso em seus ambientes de trabalho.

Quais são as implicações, porém, da inserção de espaços de lazer nos locais de trabalho?<sup>3</sup> E por que, de modo geral, a produção, a proliferação e a adoção desses espaços não são suficientes para revelar, ao trabalhador, a apropriação, por parte do empregador, do seu tempo de não trabalho, a ponto de serem

percebidos por eles como motivadores e benéficos?<sup>4</sup> O objetivo central deste texto é, pois, refletir sobre essa questão. Para tanto, trabalha-se com a hipótese de que esses ambientes constituem uma forma sutil de apropriação, por parte do empregador, do tempo de não trabalho devido aos seus empregados. Para investigação dessa hipótese, parte-se do conceito de "Sociedade disciplinar" de Foucault (2018), bem como da noção de "Sociedade de desempenho" desenvolvida por Han (2020a e 2020b).

Além desta breve introdução, o texto está organizado em duas partes. Na primeira delas, conceitua-se o lazer e apresenta-se um breve histórico sobre a inserção de espaços de lazer no trabalho. Na segunda parte, discute-se como a ideia de vigilância, oriunda da ideia de "Sociedade disciplinar", desenvolvida por Michel Foucault, mostrou-se elemento modelador da produtividade, ao indicar a existência de uma divisão orquestrada das representações de poder, de forma que a vigilância e o controle sobre os indivíduos sejam exercidos e representados pela célula social. Em seguida, é apresentada a noção de "Sociedade de controle" de Deleuze (2008), com a ideia de virtualização da vigilância, para então chegar ao conceito de "Sociedade de desempenho" de Han (2020a e 2020b), em que a autoexploração está associada a um sentimento de liberdade. Esse caminho é essencial para compreender os novos contornos que a vigilância adquire na contemporaneidade e de que forma os trabalhadores participam ativamente de um fenômeno que se apropria de seu tempo de não trabalho mediante a oferta de espaço de lazer em ambientes profissionais.

Figura 1



Fonte: Office Snapshots.<sup>5</sup>

Figura 2



Fonte: Maurício Grego/ Exame.<sup>6</sup>

Figura 3



Fonte: Maurício Grego/Exame.<sup>7</sup>

Figura 4



Fonte: Galeria da Arquitetura.<sup>8</sup>

## Sobre o lazer

Corbin, em *A história dos tempos livres* (2001), afirma que até o século XIX o tempo de trabalho era descontínuo, de forma que o trabalhar se emaranhava com as outras atividades do próprio cotidiano, sendo frequentemente entremeadado por pausas e tempos livres. As estações do ano a vida em comunidade ditavam

os ciclos de produção das sociedades, ou seja, havia uma relação direta entre a natureza e as comunidades, não só influenciando o que e quando elas produziam, mas, também, como produziam. É, portanto, a partir do surgimento das sociedades industriais que se passa a ter uma outra noção de ordenação de tempo e que uma nova relação com ele começa a se instituir. Com efeito,

[...] a problematização e a ideologia modernas do tempo livre apareceram junto com o fenômeno da urbanização em massa, estreitamente ligado à mecanização industrial, entre fins do século XVIII e o princípio do século XIX; também a dramática transformação representada pela separação da moradia em relação ao local de trabalho – a família deixando de atuar como centro físico da economia – teve papel relevante por essa mesma época. [...] Nesse sentido, o tempo livre propriamente dito, por oposição ao tempo de trabalho, possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial, e a evolução da sua trajetória reflete o movimento das lutas sociais ocorridas desde então, centradas no estatuto do trabalho, dentro da sociedade capitalista ou no horizonte de sua superação. (Gaspar, 2003, pp. 104-105)

Dessa forma, é possível dizer que é no contexto da Revolução Industrial que emerge o que viria a se conceituar como lazer. Dumazedier, sociólogo francês e um dos maiores contribuidores e pioneiros da sociologia do lazer, afirma que "o lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho" (1979, p. 28).

Tal entendimento de Dumazedier sobre a natureza do lazer se deve à atenção ao fato de que, se antes o tempo de não trabalho e o de trabalho emaranhavam-se, como coloca Corbin e Gaspar, com a Revolução Industrial, o tempo de trabalho passa a senhorear outros tempos, de maneira que a jornada exaustiva de trabalho a que eram submetidos homens, mulheres, idosos e crianças acabou por motivar a

luta operária pela conquista das oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de repouso. Impunha-se, naquele momento, devido aos abusos cometidos pelos patrões, a criação de um tempo livre assegurado para os trabalhadores. O lazer, tal e qual se conhece hoje, é, portanto, uma categoria conquistada.

Dumazedier coloca, assim, o trabalho como elemento essencial para a existência do próprio lazer, considerando o lazer como produto de um dialogismo histórico entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho. O presente artigo dialoga com esse entendimento do citado autor, por assumir a definição do lazer como um tempo de não trabalho para o próprio trabalhador (mas partindo do princípio da existência do trabalho em si), além de o compreender como uma categoria histórica de tempo livre conquistado.

É necessário assinalar uma relevante crítica que alguns autores direcionam a Dumazedier, e com a qual este trabalho também está alinhado e toma como pressuposto, por compreender que esse autor possui uma visão funcionalista do lazer, como algo compensatório ao trabalho. Ainda assim, o que interessa aqui é justamente o entendimento do lazer como uma categoria lograda, fruto do processo das lutas operárias por melhores condições de trabalho e de vida, uma vez que, sem regulamentação, os empregadores aprovavam e permitiam que o trabalho ocupasse toda a jornada diária dos seus trabalhadores.

De modo a melhor exemplificar como o trabalho apoderava-se de toda jornada cotidiana, vale citar uma passagem de Karl Marx em *O capital*, publicado originalmente em 14 de setembro de 1867:

Figura 5 – Cartaz da Confederation Generale du Travail (C.G.T) em favor da aplicação da Lei das 8 horas



Autor: Doumenq Félix, 1919.

Depois de o capital ter levado séculos para prolongar a jornada de trabalho até seu limite normal e, então, ultrapassá-lo até o limite do dia natural de 12 horas, ocorreu, desde o nascimento da grande indústria no último terço do século XVIII, um violento e desmedido desmoronamento, qual uma avalanche. Derrubaram-se todas as barreiras erguidas pelos costumes e pela natureza, pela idade e pelo sexo, pelo dia e pela noite. Mesmo os conceitos de dia e noite, de uma simplicidade rústica nos antigos estatutos, tornaram-se tão complicados que ainda em 1860 um juiz inglês precisava de uma sagacidade talmúdica para explicar “judicialmente” o que era dia e o que era noite. *O capital* celebrou suas orgias. (Marx, 2017, pp. 439-440)

A exploração das classes trabalhadoras culminou em uma série de tensões e reivindicações por melhorias das condições de trabalho e de vida, gerando uma série de respostas da sociedade que acabaram por encaminhar as reivindicações operárias para serem analisadas de acordo com a racionalidade vigente e, assim, legitimar possíveis mudanças. Isso significa dizer que o lugar de destaque que a ciência havia ganho nos últimos anos, as mudanças na arquitetura e no urbanismo, a valoração da estatística e dos dados, entre outras razões, faziam parte de uma racionalidade que vinha se desenvolvendo e se afirmando com o tempo e ganhando espaço na sociedade, de maneira que foi através desse

prisma que a ideia de um tempo livre de trabalho pôde ser analisada para, posteriormente, ser aceita.

A luta pelos três oitos – oito horas para o trabalho, oito horas para o repouso e oito horas para que os operários usufríssem livremente – era uma dessas reivindicações que, especialmente, foi bastante analisada à luz dos estudos científicos da época e pelo escrutínio das cifras ganhas e perdidas com o modelo das extensas jornadas, já que parte da elite econômica expressava forte resistência em relação à diminuição de horas na jornada de trabalho.

As raízes desta intensa actividade científica são múltiplas. O desejo de justificar pela ciência a reivindicação, depois a prática dos “três-oitos” – o que os teóricos do socialismo não tinham sabido fazer – estimula a investigação. [...] Uma impressão difusa tende a integrar o surmenage<sup>9</sup> na gama dos flagelos que ensombram a imagem do fim do século. Nestes tempos de “golpe de Estado médico” facilitado pelo triunfo das teorias pasteurianas, o fisiologista e o psicólogo encontram no estudo da fadiga um meio de firmar a autoridade da sua mensagem e de aumentar a sua influência. (Corbin, 2001, p. 336)

Corbin relata que, no final do século XIX e no início do século XX, uma série de estudos sobre a fadiga passou a demonstrar que “esta constitui um processo químico que afecta o corpo na sua totalidade e não apenas o membro ou órgão a que parece directamente ligada” (ibid.). Para os pesquisadores da época, qualquer maior esforço muscular realizado de forma prolongada se comportaria como uma autointoxicação, de modo que surge, também, uma crítica ao abusivo desportivo (ibid.). Assim sendo, segundo o autor, passa a ser

considerado um erro continuar a julgar o corpo como uma máquina, já que o corpo estaria submetido às leis da fadiga (ibid., p. 337).

Também nessa época surgem os estudos sobre a capacidade de resistência à fadiga, bem como sobre os fatores que a influenciam. Os maus hábitos são estudados, como, por exemplo, as poucas horas de sono, a má alimentação, a influência do sobrepeso, e compreende-se que, se por um lado o treino desportivo excessivo causa a fadiga, por outro “o treino – objecto de inúmeras experiências – aumenta a resistência dos músculos e do cérebro” (ibid., p. 338). Novas relações entre trabalho, fadiga e repouso passam a ser desenhadas, delimitando tempos limites para cada um, por considerar que eles possam vir a ser nocivos em determinados contextos. “O conjunto desta actividade de pesquisa fornece uma base científica à necessidade do restauro periódico das forças” (ibid.) e justifica, assim, o debruçar-se sobre os estudos específicos a respeito da fadiga industrial. Inicia-se, portanto, de acordo com Corbin (ibid.), “um momento de uma gestão racional das forças humanas” (p. 339), que tem como base as pesquisas relacionadas às fadigas.

Corbin também relata que a Primeira Guerra Mundial foi responsável por estimular os estudos sobre a fadiga industrial, principalmente por parte dos aliados, e afirma que o momento pós-Primeira Guerra pode ser considerado “a idade de ouro desse novo ramo do saber, nomeadamente, além-Atlântico” (ibid., p. 341). Torna-se importante relembrar que toda essa movimentação e esse interesse pela fadiga têm como objetivo uma melhor compreensão dos mecanismos do corpo humano no que se refere aos limites dele e, a partir disso, um vislumbre do aumento da

produtividade dos trabalhadores. Dessa forma, as pesquisas a respeito da fadiga passam a ser desenvolvidas por várias áreas de atuação, estendendo-se em vários campos, produzindo, por exemplo, investigações sobre as fadigas ligadas aos sentidos, com estudos direcionados sobre a ação do campo acústico, estudos sobre a necessidade do sono (gerando uma valorização maior dele, já que o cansaço pode vir a atrapalhar o momento de dormir, o que implicaria uma diminuição da produtividade no dia seguinte), pesquisas sobre os efeitos psicológicos e fisiológicos do trabalho, entre outros.

As discussões e disputas dentro do campo da ciência explicitam os processos de legitimação de práticas, narrativas, consensos. Dessa forma, é possível afirmar que, entre 1870 e 1914, o tema da fadiga fazia parte da ordem do dia dos estudos científicos, compondo um cenário propício na sociedade para a conquista de um tempo livre de trabalho e originando as dinâmicas que culminaram no que hoje compreendemos como lazer (ibid., p. 345), como a criação do fim de semana, das férias pagas, entre outros benefícios.

## Sobre o lazer no trabalho

A compreensão de que o corpo não funciona como uma máquina e de que a falta de repouso para o corpo pode acarretar prejuízos na produtividade e, conseqüentemente, no lucro incentivou o desenvolvimento de uma série de ações dentro dos ambientes de trabalho, baseadas nos estudos científicos principalmente das áreas de Psicologia, Ergonomia e Sociologia e que indicavam os benefícios do lazer na produtividade e na motivação dos funcionários.

Nesse contexto, a garantia de tempo para as refeições e de pausas de trabalho impulsionou a criação de espaços específicos de lazer nos espaços de trabalho operário (como cafeterias, refeitórios, cantinas ou salas de descanso), sendo estes anteriores a espaços de lazer nos ambientes de trabalho administrativos. Mas, segundo a pesquisa de Resende (2018), são nos espaços de trabalho destes últimos que os espaços de lazer vão ser desenvolvidos muito mais rapidamente.

A autora documentou, assim, a inserção de espaços de lazer em ambientes de trabalho desde o fim do século XIX, dos escritórios em arranha-céus até aos campi empresariais. Arranha-céus como, por exemplo, o Pullman Building em Chicago, concebido em 1883 pelo arquiteto Solon S. Beman, para a empresa Pullman Palace Car Company, e como o Larkin Building, de 1904, de Frank Lloyd Wright, em Nova York; e *campi* como o *campus* empresarial do grupo AT&T (de 1941, com edifícios sendo acrescentados até 1974), em Murray Hills, subúrbio de Nova Jersey, e como o do Connecticut General Life Insurance Company (1954), em Bloomfield, subúrbio de Connecticut, projetado pelo atelier S.O.M. e com influência da arquitetura de Mies Van der Rohe.

Os espaços citados possuíam uma infraestrutura de lazer voltada para seus funcionários e suas famílias, oferecendo espaços como bibliotecas, restaurantes, pistas de boliche, e, em alguns casos, habitação para os trabalhadores.

Segundo Resende, o deslocamento de parte dos escritórios na cidade para os *campi* deu-se porque as cidades, de certa forma, não comportavam mais as novas necessidades espaciais das empresas, e, após a Segunda Guerra Mundial, o aumento do fluxo do tráfego e a superpopulação dos centros, com suas

desvantagens, levaram à procura de áreas verdes e suburbanas, de forma a encontrar quietude e proporcionar maior interação entre os colegas de trabalho de uma mesma empresa.

Simultaneamente a essa mobilização para as periferias, ocorre um rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, gerando novos paradigmas na sociedade e no trabalho, alguns já denotados no funcionamento dos edifícios apontados anteriormente – ocorre aquilo que Peter Drucker (2002) descreve, pela primeira vez, em 1959, como a entrada na Sociedade do Conhecimento e que vai trazer implicações organizacionais e espaciais nos espaços de trabalho, nomeadamente nos espaços de escritórios. (Ibid., p. 73)

A crença de Drucker de que "hoje o recurso realmente controlador, o fator de produção absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão de obra. É o conhecimento" (Drucker, 1993, p.15) revela o novo paradigma do trabalho, ressoando na produção de espaços calcados nos novos processos de produção.

Assim, novas práticas da cultura do trabalho passam a ser estabelecidas também. Nos anos 1960, passa-se, então, a se dar maior enfoque numa "cultura organizacional" que sistematizava recompensas, desenhava o espírito, o ambiente e os valores a serem vividos numa organização (Resende, 2018, p. 77). Essa "cultura organizacional" buscava fazer com que os funcionários criassem um sentimento de familiaridade, sentindo-se acolhidos pela empresa, e parte dela. Somam-se, às práticas espaciais de oferecimento de lazer para os trabalhadores, práticas sistematizadas que tangenciam a esfera emocional.

Ao acompanhar a trajetória histórica dos ambientes de trabalho e dos espaços de lazer neles inseridos, percebe-se que ainda que os espaços venham a ser pensados sob o pretexto de garantir bem-estar, integração entre os funcionários e pausas para o descanso, o que realmente orienta a inserção do lazer no trabalho é a busca por uma mão de obra saudável e ainda mais disposta para o trabalho.

Na década de 1980, porém, época em que *campi* novos e menores ao redor de universidades começam a surgir nos Estados Unidos, a realidade da maioria dos escritórios ainda era o trabalho em "cubículos", por ser essa uma opção mais barata, acessível, flexível e de fácil reprodução. Sendo assim, a maioria dos ambientes de trabalho ainda eram muito dependentes de dinâmicas da cultura organizacional para oferecer lazer no trabalho para seus funcionários. Já a ideia e a adoção do *campus* aliadas à realidade de jovens pesquisadores e trabalhadores, muitos deles ainda universitários, ou recém-saídos da universidade, conferiam, aos espaços de trabalho dessas classes trabalhadoras, ambientes de lazer típicos da recreação universitária, com sofás, jogos, ginásios, etc. Outras empresas menores e laboratórios tinham conexão com esse ecossistema, e as trocas eram constantes. Trabalhadores da emergente sociedade do conhecimento, naquele momento, eram de uma origem privilegiada, e, na verdade, a propagada ideia de que tudo começou em uma simples garagem é apenas um mito (Avendaño, 2014).

Quando surgem as empresas de internet, os espaços sem compartimentos tornam-se mais populares. Salas abertas, sem lugares

marcados ou predefinidos e espaços que favoreçam trocas constantes. Segundo Resende (2018, p. 87):

Começa, novamente, a valorizar-se a possibilidade dos encontros espontâneos, do encontro entre pessoas diferentes que trocam ideias. Liga-se essa espontaneidade à diversão, como fator social e, assim, começa a eliminar-se a barreira entre o trabalho e o lazer no espaço laboral. Os espaços oferecidos nessas empresas eram muito melhores do que na maioria das outras organizações ou das próprias universidades, não sendo raro encontrar mesas de matraquilhos, campos de basquetebol, voleibol, futebol, racquetball, piscinas ou centros recreativos. As atividades sociais também passavam por pic-nics, barbecues e tardes no café – tal como acontecia na vida universitária.

Interessante notar que, pouco a pouco, os espaços dedicados ao lazer dentro dos espaços de trabalho passaram a ser absorvidos de modo mais entrópico, no sentido da perda de fronteiras entre duas categorias espaciais. Sendo assim, passa a ser cada vez mais comum nos espaços de trabalho, não apenas áreas reservadas ao lazer, mas também dentro da própria área de trabalho, em meio a computadores e baias, mesas de sinuca, mesas de pebolim, fliperamas, entre outros equipamentos de lazer.

O tom informal que passa a instalar-se nos espaços de trabalho, a flexibilização dos horários com a possibilidade de trabalhar remotamente, em *home office*, sendo "o lazer tanto uma causa como uma consequência do aumento de horas de permanência no escritório" (ibid.) revela um claro imbricamento da esfera do trabalho e da esfera do lazer. Não

mais como nos tempos anteriores à Revolução Industrial, em que o tempo de trabalho e não trabalho estavam emaranhados por uma ordem dos tempos da natureza. Agora, o emaranhamento do trabalho com o lazer é regido pelo signo da urgência, os dois misturam-se para que, no final, o trabalho torne-se possível e que metas sejam cumpridas. O sucesso experienciado e convertido em cifras pelos empreendimentos do Vale do Silício, dos anos 1990 até os dias atuais, inspira empregadores e empregados, replicando, na medida do possível, suas fórmulas espaciais.

A história mostra que a produção de espaços de lazer dentro dos espaços de trabalho passou de uma mentalidade mais formal, hierárquica e corporativa para uma mentalidade mais informal, horizontal e focada nas necessidades dos indivíduos. A apropriação paulatina pela esfera do trabalho da esfera do lazer se dá juntamente às transformações tecnológicas e econômicas, caracterizando os novos espaços de trabalho que abrigam espaços de lazer como um índice de um novo estágio do capitalismo. Além do aumento da produtividade, funcionários mais motivados é um dos argumentos utilizados pelos empregadores para adoção de tais espaços, e, em pesquisa realizada por Resende (2018), funcionários relataram considerar a existência de espaços de lazer em espaços de trabalho

benéfica para a consolidação de relações interpessoais [...], para o seu próprio bem-estar físico e mental, para o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e criativas e para o aumento dos seus níveis de produtividade, [...] assim como num contributo válido para o aumento da qualidade de vida dentro e fora do trabalho. (Ibid., p. 167)

Como a apropriação do tempo de não trabalho pelo trabalho se tornou motivo de satisfação para os trabalhadores?

## Vigilância como modeladora da produtividade

Uma das chaves para melhor compreensão da submissão voluntária dos trabalhadores à apropriação de seu tempo de não trabalho pelo trabalho na contemporaneidade e do fenômeno dos espaços de lazer dentro dos espaços de trabalho é a obra do filósofo Michel Foucault. Especialmente em *Vigiar e punir* (2018), Foucault observou os métodos de subjugo, coerção e punição do corpo humano através da história, explicitando as relações de poder vigentes em cada época, a reverberação de seus discursos e seus desdobramentos em mecanismos para realização de seus objetivos. Para esse autor, a história ocidental do controle sobre os corpos revela momentos distintos de vigência de discursos de poder que são espelhados na constituição das instituições, políticas, polícias e também na arquitetura e no urbanismo.

*Vigiar e punir* apresenta a história do corpo supliciado nas sociedades de soberania (sociedades estas que remontam aos tempos mais longínquos da Humanidade e que se centram na figura de um soberano e seguem até a Revolução Industrial) e sua transição para o corpo a ser docilizado nas sociedades disciplinares. Assim, se na sociedade de soberania a punição e o controle dos corpos eram o suplício em praça pública de forma a dar visibilidade à vigência de uma estrutura de poder, na sociedade disciplinar há uma divisão orquestrada

das representações do poder, de forma que o controle esteja diluído, sendo exercido e representado pela célula social.

É na imagem do panóptico proposto por Bentham que se encontra a síntese da ideia da vigilância numa sociedade disciplinar. Foi partindo dessa imagem que Foucault concluiu que "a visibilidade é uma armadilha". Sua composição arquitetural consiste

na periferia uma construção em anel; no centro uma torre, [permitindo] colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (Ibid., p. 194)

Na transição de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar, coexistiram formas de organização de poder, desde a que ainda se "apoiava no velho direito monárquico" a outras que possuíam uma "concepção preventiva, utilitária, corretiva de um direito de punir que pertenceria à sociedade inteira". Uma dessas formas de organização de poder seria a instituição de uma "cidade punitiva". Nelas, o

[...] funcionamento do poder penal repartido em todo o espaço social; presente em toda parte como cena, espetáculo, sinal, discurso; legível como um livro aberto; que opera por uma recodificação permanente do espírito dos cidadãos; que realiza a repressão do crime por esses obstáculos colocados à ideia do crime; que age de maneira invisível e inútil

sobre as "fibras moles do cérebro", como dizia Servan. Um poder de punir que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um. (Ibid., p. 129)

A vigilância advinda da ideia do panóptico e o poder penal repartido por todo o tecido social modelaram instituições e o pensamento vigente. Foucault afirma que a vigilância para a construção de corpos dóceis<sup>10</sup> passa a permear toda a trama e atividades sociais, materializando-se na sociedade através de dispositivos.<sup>11</sup> Dessa forma, a própria arquitetura e o urbanismo seriam dispositivos de vigilância da sociedade disciplinar,<sup>12</sup> moldando os espaços de acordo com os interesses da governamentalidade e garantindo a "docilização" dos corpos. Segundo ele, vivemos, assim, em um "continuum carcerário" (ibid., p. 298), no qual somos levados de uma prisão para outra.

Essa "docilização" seria exercida desde a mais tenra idade na escola, nos espaços de convivência, na faculdade, nas instituições, na fábrica, no trabalho. Toda a produção de espaço na sociedade disciplinar visa ao controle dos corpos dos indivíduos, de maneira que os espaços passam a ser requalificados para responder aos preceitos disciplinares. É assim que os hospitais passam a ser separados em alas, as escolas passam a ter fileiras, fábricas passam a ter distribuição de "postos". É sob a égide da disciplina que os espaços da escola, do trabalho, do hospital, do quartel, etc. passam a assemelhar-se.

O controle e a disciplina impostos sobre os corpos constroem a noção de biopoder para Foucault. Em seu curso proferido no Collège de France em 1978, *Segurança, território e*

*população*, Foucault define o biopoder como "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder" (Foucault, 2008, p. 3). O biopoder gera a biopolítica que, segundo o autor, é "o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana" (Foucault, 1988, p.134). Sobre a biopolítica, Revel clarifica o conceito afirmando que: "Enquanto a disciplina se dá como anátomo-política dos corpos e se aplica essencialmente aos indivíduos, a biopolítica representa uma grande medicina social que se aplica à população a fim de governar a vida: a vida faz, portanto, parte do campo do poder" (2005, p. 27).

Os conceitos de biopoder e biopolítica colaboram na compreensão de como a sociedade disciplinar foi se modificando e se aprimorando em sua missão de produzir corpos dóceis, passando a focar no indivíduo e na vigilância, cada vez mais diluída na sociedade, mas também, cada vez mais reforçada e presente. Dessa forma, numa espécie de aprimoramento do conceito da sociedade disciplinar, a vigilância já estaria enraizada no próprio sujeito –, e, nesse ponto, já é possível perceber que a vigilância enraizada é um dos gêrmens da apropriação do tempo de não trabalho pelo trabalho.

## Sociedade de controle

A (r)evolução tecnológica após a Segunda Guerra e a onda de revoluções que ela acarretou influenciaram de forma decisiva a organização

das sociedades ocidentais. Para além do entretenimento, a popularidade do vídeo e a disseminação de tecnologias e a facilitação de acesso a elas expandiram o conceito do panóptico. A sociedade disciplinar passou a contar com a tecnologia da informação e da comunicação e com a comunicação de massa para docilizar corpos, colaborando para uma mudança radical de ocupação dos espaços da cidade, favorecendo o esvaziamento de lugares e o adensamento de outros. Com o advento da internet surgiu, também, uma nova e radical diagramação dos vínculos invisíveis da cidade, o panóptico começa a instalar-se no ambiente virtual, e os indivíduos passam a produzir por conta própria os rastros para a própria vigilância.

Em 1990, Gilles Deleuze, partiu precisamente do conceito de sociedade disciplinar para conceber o conceito de sociedades de controle. Segundo ele, "as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controles, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea" (2008, p. 216). O autor afirma que "as sociedades disciplinares têm dois polos: a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa *massa*" e que nas "sociedades de controle", ao contrário:

[...] o essencial não é mais uma assinatura, nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). [...] Os indivíduos tornaram-se "dividuais", divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou "bancos". É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades,

visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. (Ibid., p. 222)

Os discursos imbricados nas sociedades de controle dissertam sobre novas relações e práticas com o tempo e o espaço, a virtualização iniciada nas sociedades disciplinares alcança um novo patamar. Não é mais necessário ir ao banco ou à lotérica para efetuar pagamentos, jogos de *videogame* começam a ser jogados por múltiplos jogadores ao mesmo tempo e conjuntamente em vários lugares do globo, manifestações políticas ganham corpo nas redes sociais, câmeras de vigilância observam e registram as vidas íntimas dos indivíduos e patrulham seus movimentos e comportamentos.

É com a sociedade de controle que passamos a ser monitorados por câmeras de vigilância no trabalho e os ambientes virtuais começam a ser utilizados em larga escala. De Masi refere-se com um certo otimismo a uma nova ordem urbana, dada pela passagem da cidade do status de metrópole para télépolis, e a virtualização de dinâmicas e processos são vistos, pelo autor, com o frescor da novidade: "Edificada sobre o princípio universal da existência à distância, Télépolis é tão ativa e pulsante quanto mais seus habitantes ficam em casa teletrabalhando e teleconsumindo, mesclando a atividade de trabalho, a vida doméstica, a vida social, a produção, a reprodução e o divertimento" (1999, p. 216).

Da passagem da sociedade disciplinar para sociedade de controle, as velhas estruturas disciplinares foram transformando-se rapidamente, dando lugar a

[...] Um sistema regido pelo excesso de produção e pelo consumo exacerbado, pelo marketing e pela publicidade, pelos fluxos financeiros em tempo real e pela interconexão e redes globais de comunicação. E, sobretudo, marcado pela decadência de certos estabelecimentos básicos da sociedade moderna – tais como a escola, a fábrica, a prisão e o hospital, inclusive a casa destinada a hospedar a família nuclear inspirada no modelo burguês. De um modo paralelo, oposto, mas também complementar a esse declive, a empresa foi se entronizando como uma espécie de inspiração exemplar que impregnaria todas as demais instituições. Inclusive, e talvez fundamentalmente, as versões mais atuais daqueles fósseis modernos. Ao contagiá-las com seu onipresente "espírito empresarial", as reformula fatalmente numa crescente compatibilização com os ritmos e demandas da contemporaneidade". (Bruno et al., 2018, pp. 208-209)

## Sociedade de desempenho

Fenômenos mais recentes nas áreas de comunicação, tecnologia, mercado e mercado financeiro apontam para o surgimento de uma outra conformação de discursos de poder. São percebidos de forma difusa nas relações sociais e culturais, redirecionando esforços e políticas para uma nova lógica de sociedade, em que o "espírito empresarial" predomina e em que a vigilância está finalmente enraizada no próprio indivíduo; foi o que Byung-Chul Han denominou sociedade do desempenho, afirmando que tal sociedade:

[...] está totalmente dominada pelo verbo *modal* poder, em contraposição à sociedade da disciplina, que profere proibições

e conjuga o verbo *dever*. A partir de um determinado ponto da produtividade, o *dever* se choca rapidamente com seus limites. É substituído pelo verbo *poder* para a elevação da produtividade. O apelo à motivação, à iniciativa ao projeto é muito mais efetivo para a exploração do que o chicote ou a ordens. Como empreendedor de si mesmo, o sujeito de desempenho é livre, na medida em que não está submetido a outras pessoas que lhe dão ordens e o exploram; mas realmente livre ele não é, pois ele explora a si mesmo e quicá por decisão pessoal. [...] A autoexploração é muito mais eficiente do que a exploração alheia, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. É possível, assim, haver exploração, mesmo sem dominação. (Han, 2020a, p. 21)

O mote do empreendedorismo como solução fácil ou associado à liberdade expressa bem a racionalidade da sociedade do desempenho. O *home office*, o *coworking*, os *hackathons*, os *designs sprints*, fenômenos do empreendedorismo moderno, revelam a face da autoexploração. Nos escritórios modernos, inserem-se mesas de sinuca, redes, aparelhos de *videogame*; é instituído o regime 24 por 7 (24 horas por dia e 7 dias por semana), de forma a possibilitar que o indivíduo trabalhe a qualquer hora, em qualquer dia, como bem lhe aprouver.

Embora essas dinâmicas aparentemente remontem aos tempos em que tempo livre e tempo de trabalho se confundiam por estarem intrinsecamente ligados ao fazer cotidiano, em que o lazer tomava porções do tempo de trabalho, entende-se, no texto ora compartilhado com o leitor, que na sociedade do desempenho o trabalho se disfarça de lazer e liberdade, impactando na procura, uso e prática dos espaços e equipamentos destinados ao lazer e ao uso

do tempo livre, fazendo com que os indivíduos passem mais tempo produzindo, impulsionados pelos momentos que acham que não estão trabalhando.

Desse estado de constante produção e utilitarismo, qual o lugar do lazer? Esgarçam-se e dissolvem-se fronteiras. Os limites são imprecisos. Na sociedade de desempenho, todo espaço é fronteiroço. Tudo começa a se fazer presente e é possível.

A partir do momento em que se compreende o lazer como uma categoria conquistada, vale perguntar se o tempo livre de trabalho, hoje, pode ser considerado como lazer. O lazer como uma conquista da classe trabalhadora, como um tempo previsto no relógio e no calendário para o repouso e para as atividades que são de interesse dos trabalhadores, parece, assim, não ter a mesma função atualmente. A noção de produtividade e de alta *performance* que está introjetada nos indivíduos, e da qual dependem seus salários, não dá tréguas a ponto de se ter o tempo livre de trabalho como algo assegurado.

O mote da flexibilidade dentro da lógica da sociedade de desempenho, em que o “poder” é mais forte que o “dever”, leva para um entrelaçamento das fronteiras entre o trabalho e não trabalho, de forma a que constantemente haja um embaraçamento entre essas duas esferas; e em que o lazer como um direito social conquistado já não mais existe. Ainda que o trabalhador possua carteira assinada, a lógica do desempenho persiste e impregna a cultura de trabalho da contemporaneidade, exigindo, algumas vezes sem parecer exigir, a dedicação total e o maior rendimento possível dos empregados.

Assim, os espaços também passam a refletir esse novo *modus operandis*, que vai além de um hibridismo conceitual, para se

configurar, na verdade, como um afrouxamento de limites. Quando não é dito o que se “deve” fazer, mas, sim, o que se “pode” fazer, os espaços passam a nos reter por mais tempo, seja de forma negativa ou positiva.

A aparente liberdade das novas formas de trabalho contemporâneas, marcadas pela informalidade e pela sobreposição dos tempos e espaços de lazer e trabalho no próprio trabalho, age como marca distintiva das classes trabalhadoras que a esses espaços acessam, aliando a tais classes a ideia de uma identidade criativa e moderna, bem como a criação de uma relação de associação com a imagem da própria corporação para qual se trabalha ou do próprio trabalho.

A exploração do trabalho desenvolve uma nova faceta quando, além de gerar riqueza através da força de produção do trabalho, também relaciona “seus produtos” com a identidade do trabalhador, incluindo uma dinâmica de exploração biopolítica do trabalho. [...] A nova dinâmica de valoração transpõe a mensuração quantitativa econômica por sua característica de subjetividade, visto que o valor do imaterial está ligado a fatores de construção ideológica nos próprios atores inseridos nesse novo modelo de exploração. (Souza, Avelino e Silveira, 2018, pp. 108-109)

Dessa forma, a inserção de espaços de lazer nos espaços de trabalho denota que

para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois, a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. (Han, 2020b)

O discurso da flexibilidade, liberdade, informalidade, mascara, portanto, a vigilância contínua exercida no lazer vivenciado dentro do espaço de trabalho, com a colaboração total e irrestrita do próprio vigiado.

## Conclusão

Os espaços dedicados ao lazer e ao tempo livre remetem à necessidade de pausa, de desligamento do mundo do trabalho, do deslocamento da condição do indivíduo como produtor de força de trabalho para a condição de usufruidor, da vivência com experiências artísticas e suas manifestações, do contato com a natureza (o espaço não construído, relicário dos tempos de maior simbiose com o meio ambiente).

A apropriação do tempo de não trabalho pelo trabalho através da produção de espaços de lazer nos espaços destinados ao trabalho é uma dinâmica que envolve a própria participação e colaboração do indivíduo. O estágio do capitalismo na contemporaneidade foi estabelecido paulatinamente através de séculos de controle e vigilância sobre os corpos, diluídos gradativamente no tecido social, imbricando-se

no cotidiano, pouco a pouco, em todas as esferas da vida dos indivíduos, inclusive as íntimas, regulando e modelando, através da comunicação de massa e do consumismo (retroalimentadores entre si), os desejos e as identidades. A identificação dos trabalhadores com seus trabalhos faz parte de uma sofisticada tecnologia de poder que introduziu no inconsciente do trabalhador o controle do patrão ou, através do empresariamento de si mesmo, a figura do próprio patrão.

Por fim, percebe-se que para além do questionamento da apropriação do tempo livre de não trabalho pelo trabalho e da captura do indivíduo pelas bolhas de convívio que vêm tornando-se os escritórios, também se revela o distanciamento dos trabalhadores envolvidos nessa dinâmica de apropriação do tempo livre em relação à sua própria cidade. Práticas de distanciamento do convívio com os diferentes e com a vivência do público são reforçadas, bem como a desmobilização para ocupação e reivindicação do direito à cidade e, assim, consequentemente, a desmobilização pelo requerimento de mais e melhores espaços públicos de lazer, em que o tempo de não trabalho possa ser de domínio do próprio indivíduo (ainda que vigiado).

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-9871-8536>**

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, PE/Brasil.

simone.jubert@ufpe.br

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-4935-2077>**

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, PE/Brasil.

lucia.leitao@ufpe.br

## Notas

- (1) Os argumentos dos empregadores para justificar a adoção desses espaços, segundo matérias jornalísticas a respeito do fenômeno no Brasil (Ferreira, 2014; Formiga, 2015; Grego, 2018; Melo, 2014; Pivetti, 2017), são: aposta no estímulo à criatividade e à comunicação, aumento do bem-estar e da produtividade dos funcionários.
- (2) Expressão criada por Florida (2011) para designar os trabalhadores das áreas de *softwares, games, audiovisual, música, mídia, editoração, moda, publicidade*, entre outros. Florida escreveu, em 2002, sobre a ascensão do papel das classes criativas na contemporaneidade e acreditava que as cidades poderiam se beneficiar com o estímulo a uma política cultural, sem discutir uma consequente gentrificação desses contextos.
- (3) Em um trabalho acadêmico de caráter conceitual, Duerden, Courtright e Widmer (2017) buscam lançar luz sobre o fenômeno, compreendendo a inserção do lazer no trabalho como uma possibilidade de maior propensão ao florescimento individual e coletivo nas organizações.
- (4) Resende (2018) apresenta achados em pesquisa realizada com funcionários de empresas que possuem espaços de lazer em seus ambientes de trabalho, na qual esses funcionários relacionam a existência desses espaços com maior motivação e aumento de sua produtividade, bem como maior envolvimento com objetivos e valores da empresa para a qual trabalham.
- (5) Disponível em: <https://officesnapshots.com/2014/02/18/inside-walmart-coms-sao-paulo-offices/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- (6) Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-do-arrojado-laboratorio-de-inovacao-da-vivo/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- (7) Também disponível no *link* <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-do-arrojado-laboratorio-de-inovacao-da-vivo/>. Acesso em: 9 jul 2019.

- (8) Disponível em: <https://www.galeriadaarquitectura.com.br/projetos/referencias-ambientes-c/132/salas-de-descompressao/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- (9) Palavra francesa cuja tradução para o português, segundo o dicionário Michaelis, é sobernal: estado de debilidade causado pelo trabalho excessivo; esgotamento.
- (10) "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (Foucault, 2018, p. 134).
- (11) Para Foucault (2015), dispositivo é "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo" (p. 364).
- (12) Ver Lima (2017).

## Referências

- AVENDAÑO, T. C. (2014). *A verdade oculta das "empresas de garagem" do Vale do Silício*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/tecnologia/1416831260\\_738423.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/tecnologia/1416831260_738423.html). Acesso em: 9 jul 2019.
- BRUNO, F. et al. (2018). *Tecnopolíticas da vigilância. Perspectivas da margem*. São Paulo, Boitempo.
- CASAQUI, V.; RIEGEL, V. (2008). Google e o consumo simbólico do trabalho criativo. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 6, n. 17, pp. 161-180.
- CORBIN, A. (2001). *História dos tempos livres*. Lisboa, Teorema.
- DELEUZE, G. (2008). *Conversações*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- DE MASI, D. (1999). *O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Brasília, Editora UNB.
- DRUCKER, P. (1993). *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo, Pioneira.
- DUERDEN, M. D.; COURTRIGHT, S. H.; WIDMER, M. A. (2017). Why people play at work: a theoretical examination of leisure-at-work. *Leisure Sciences*, pp. 1-15.
- DUMAZEDIER, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo, Perspectiva/Sesc.
- FERREIRA, A. (2014). *Empresas criam espaço com sofá, TV e videogame e reduzem demissões em 50%*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2014/10/24/empresas-criam-espacos-com-sofa-tv-e-videogame-e-reduzem-demissoes-em-50.htm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 9 jul 2019.
- FLORIDA, R. (2011). *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre, L&PM.
- FORMIGA, I. (2015). *"Inspirada" no Google, empresa do DF dá joga, piscina e happy hour a equipe*. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/inspirada-no-google-empresa-do-df-da-joga-piscina-e-happy-hour-equipe.html>. Acesso em: 9 jul 2019.

- FOUCAULT, M. (1988). "Direito de morte e poder de vida". In: FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Sobre a história da sexualidade". In: MACHADO, R. (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- GASPAR, R. C. (2003). *As fronteiras do possível: trabalho, lazer e civilização*. São Paulo, Germinal.
- GREGO, M. (2018). *Por dentro do arrojado laboratório de inovação da Vivo*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-do-arrojado-laboratorio-de-inovacao-da-vivo/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- HAN, B.-C. (2020a). *A agonia do Eros*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2020b). *A sociedade do cansaço*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, J. M. F. de (2017). Urbanismo como dispositivo? In: XVII ENAMPUR. *Anais*. São Paulo.
- MARX, K. (2017). *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. Edição Friedrich Engels. São Paulo, Boitempo.
- MELO, L. (2014). *Por dentro da sede da Locaweb, em São Paulo*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-da-sede-da-locaweb-em-sao-paulo/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- PEREIRA, M. A. S. (2015). A influência do Biopoder na economia: o tempo livre vigiado e consumido. *Revista DIREITO UFMS*. Campo Grande, v. 1, n. 1, pp. 67-85.
- PIVETTI, F. (2017). *Como você imagina seu próximo ambiente de trabalho?* Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/ambiente-de-trabalho-mudancas/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- RESENDE, M. M. C. (2018). *Os espaços sociais e de lazer nos edifícios de trabalho criativo*. Dissertação de mestrado. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- REVEL, J. (2005). "Biopolítica". In: REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, Claraluz.
- SABOT, P. (2017). O que é uma sociedade disciplinar? Gênese e atualidade de um conceito, a partir de Vigiar e Punir. *Revista dois pontos*. Curitiba e São Carlos, v. 14, n. 1, pp. 15-27.
- SAVAL, N. (2014). *Cubed: a secret history of the workplace*. Nova York, Anchor Book.
- SENNETT, R. (2018). *Construir e habitar. Ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro, Record.
- SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, A. da (orgs.) (2018). *A sociedade do controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo, Hedra.

Texto recebido em 1º/mar/2023  
Texto aprovado em 24/abr/2023

# “Leisure” spaces within work environments in the “Performance society”

Espaços de “lazer” em ambientes de trabalho  
na “Sociedade de desempenho”

Simone Jubert [I]  
Lúcia Leitão [II]

## Abstract

This article proposes a reflection on the increasing trend of integrating leisure spaces into work environments. It begins with the hypothesis that such spaces constitute a form of appropriation, by employers, of their employees' non-working time. The conceptual references primarily stem from the notions of Disciplinary Society (Foucault), involving the idea of docile bodies shaped by surveillance, and Performance Society (Han), demonstrating how the experience within these spaces that exploit employees' free time can easily be mistaken for a sense of freedom. The article concludes by highlighting the worker's active participation in their own exploitation and pointing out the need to discuss the psychosocial implications arising from this rapidly expanding practice within contemporary capitalism.

**Keywords:** architecture and urbanism; leisure; work; surveillance; performance.

## Resumo

*Este artigo propõe uma reflexão sobre a crescente inserção de espaços de lazer em ambientes de trabalho. Parte-se da hipótese de que esses espaços constituem uma forma de apropriação, por parte do empregador, do tempo de não trabalho de seus empregados. As referências conceituais vêm, principalmente, das noções de “Sociedade disciplinar” (Foucault), com a ideia de corpos dóceis conformados pela vigilância, e de “Sociedade de desempenho” (Han), mostrando como a vivência nesses espaços de exploração do tempo livre dos empregados pode ser facilmente confundida com uma experiência de liberdade. Conclui-se assinalando a participação ativa do trabalhador na sua própria exploração e apontando a necessidade de discutir as implicações psicossociais advindas dessa prática em franca expansão no capitalismo contemporâneo.*

**Palavras-chave:** arquitetura e urbanismo; lazer; trabalho; vigilância; desempenho.



## Introduction

Richard Sennett, in *Building and dwelling: Ethics for the city* (2018), recounts his experience of visiting the Googleplex, in New York, remarking that the Googleplex is "in the city but not of it" (Sennett, 2018, p. 170). It is a space "meant to be self-contained" (ibid., p. 171), in such a way that staff do not need to leave the workplace in order to engage in a wide range of activities, such as attending a medical consultation or even sleeping to relax after the extended working day.

In addition to all the arguments in favor of the provision of such spaces for leisure, socializing and even sleeping,<sup>1</sup> such facilities have resulted in the Google complex becoming the inspiration for the emergence of so-called "creative class"<sup>2</sup> offices around the world. In Brazil, the offices of major companies, such as Walmart (Figure 1), Unilever, Vivo (Figures 2 and 3), Serasa, OLX (Figure 4) and Locaweb, and those of smaller companies, such as OutPromo, SolveSystem, Arizona and the like, are also incorporating spaces designed for leisure and relaxation into the working environment.

What, however, are the implications, of the inclusion of leisure spaces in the workplace?<sup>3</sup> And why, generally speaking, do the production, proliferation and adoption of such spaces tend not make workers feel that their non-work time is being appropriated by employers but are instead perceived as motivational factors and benefits?<sup>4</sup> The main

aim of the present study is to reflect on these questions and to propose the hypothesis that such environments constitute a subtle form of appropriation, by employers, of the non-work time of their employees. This hypothesis is explored here using Foucault's concept of the "disciplinary society" (1995), and the notion of the "performance society" developed by Han (2015 and 2017).

In addition to this brief introduction, the text is divided into two parts. In the first, the concept of leisure is defined, and we present a brief historical overview of the incorporation of leisure spaces into the workplace. The second part then examines how the idea of surveillance in the "disciplinary society" developed by Michel Foucault can be seen to shape productivity, indicating the existence of an orchestrated division of the representations of power, in such a way that the surveillance and control of individuals is exercised and represented by a "social cell". We then present Deleuze's notion of the "control society" (1995), in which surveillance becomes virtual, and then move on to Han's concept of the "performance society" (2015 and 2017), in which self-exploitation is associated with a sense of freedom. This discussion is essential for understanding the novel contours that surveillance has assumed in the contemporary world and the way in which workers play an active role in a phenomenon that appropriates their non-work time by providing spaces for leisure in the workplace.

Figura 1



Source: Office Snapshots.<sup>5</sup>

Figura 2



Source: Maurício Grego/ Exame.<sup>6</sup>

Figura 3



Source: Maurício Grego/Exame.<sup>7</sup>

Figura 4



Source: Galeria da Arquitetura.<sup>8</sup>

## Leisure

Corbin, in *L'Avènement des Loisirs* [The Advent of Free Time] (1995), remarks that, up to the 19th century, work time was discontinuous, in such a way that work was intertwined with other everyday activities, and often liberally interspersed with pauses and periods of free time. The seasons of the year and the life

of the community determined the cycles of production. In other words, there was a direct relation between nature and community, not only influencing what communities produced and when, but also how they produced it. It was, therefore, with the emergence of industrial societies that a different way of ordering time and a new relation to it came into being. As a result,

[...] the modern problematization and ideology of free time appeared between the late 18th and early 19th centuries, alongside the phenomenon of mass urbanization, which was closely related to industrial mechanization. Likewise, the dramatic transformation effected by the separation of housing from the workplace – with the family ceasing to function as the physical center of the economy – played a significant role at this time. [...] It is thus fair to say that free time properly speaking, as opposed to work time, bears specific traces, characteristic of the civilization born of the industrial revolution. The evolution of free time has therefore reflected the ensuing social struggles concerning labor legislation, within capitalist society or with a view to surpassing it. (Gaspar, 2003, pp. 104-105)

It was thus in the context of the Industrial Revolution that the concept of leisure first began to emerge. The French sociologist Dumazedier, who is one of the foremost authorities and pioneers in the field of the sociology of leisure, has remarked that "leisure is not idleness, it does not supplant work; it presupposes it. It represents a periodic liberation from work at the end of the day, week, year, or working life" (1979, p. 28).

Dumazedier's view of the nature of leisure derives from an understanding of the fact that, while work time and non-work time were, as Corbin and Gaspar both note, once intertwined, with the Industrial Revolution, work time came to hold sway over other kinds of time, in such a way that the exhausting day's

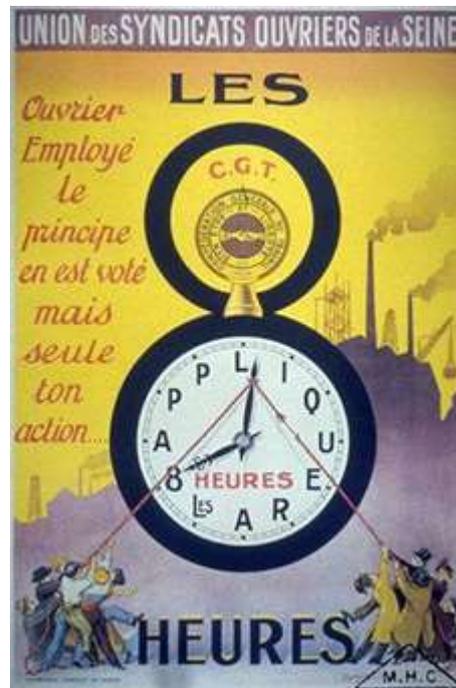
work to which men, women, the elderly and children were subjected ended up motivating the workers' struggle for the eight-hour working day, with eight hours of leisure and eight hours of rest. The abuses perpetrated by employers necessitated the creation of guaranteed free time for all workers. Leisure, as we now know it, is therefore a right that has been won.

Dumazedier thus regards work as being in fact essential for the very existence of leisure as the result of a historical relationship between work time and non-work time. The present article adopts this reasoning, defining leisure as non-work time for the worker (that is nevertheless based in principle on the existence of work), and understanding it as an historical right to free time that has been won.

The present article also accepts one important criticism of Dumazedier's position, concerning the adoption of a functionalist approach to leisure, seeing it as something that serves as compensation for work. We are interested principally here, however, in the way leisure is understood as something achieved, the fruit of a long process of workers' struggles for better living and working conditions, without which employers would readily have allowed work to occupy all their workers' waking hours.

The way in which work came to dominate every minute of every day is clearly described in a passage from Karl Marx's *Capital*, first published in September 1867:

Figure 5 – Confederation Generale du Travail (C.G.T) poster advocating the eight-hour working day



Source: Doumenq Félix, 1919.

After capital had taken centuries to extend the working day to its normal maximum limit, and then beyond this to the limit of the natural day of 12 hours, there followed, with the birth of largescale industry in the last third of the eighteenth century, an avalanche of violent and unmeasured encroachments. Every boundary set by morality and nature, age and sex, day and night, was broken down. Even the ideas of day and night, which in the old statutes were of peasant simplicity, became so confused that an English judge, as late as 1860, needed the penetration of an interpreter of the Talmud to explain 'judicially' what was day and what was night. *Capital* was celebrating its orgies. (Marx, 2017, pp. 439-440)

The exploitation of the working classes culminated in a series of stand-offs and demands for improvements in working and living conditions and generated a series of responses on the part of society. Workers' demands were subsequently examined in accordance with the prevailing system of rationality of the time, in order to provide legitimacy for any possible changes. This clearly shows how the special place that science had come to occupy, along with changes in architecture and urban planning, the value accorded to data and statistics, and other factors, all had a part to play in the rational system that was under development at the time, strengthening its position and causing

it to gain acceptance throughout society. This would therefore be the prism through which the idea of time free of work would come to be examined and finally accepted over time.

The struggle for a day divided into three periods of eight hours – eight for work, eight for rest, and eight for leisure – was one of the demands that was especially carefully analyzed in the light of scientific studies of the time. Scholars pored over figures relating to the gains and losses expected to result from this model of the working day, in an attempt to justify the stern resistance of a significant sector of the economic elite to any reduction to the length of the working day.

The roots of this intensive scientific activity are various. Research was spurred by a desire to use science to justify the demand for and the introduction of the ‘three eights’ – which even socialist theorists had proved incapable of bringing about [...] There was a widespread general impression that *surmenage*<sup>9</sup> [overwork] was one of the many scourges that blighted the late 19th century. In that age of a veritable “medical *coup d’état*,” facilitated by the success of Pasteur’s theories, physiologists and psychologists found, in the study of fatigue, a way of bolstering the authority of their message and extending their influence. (Corbin et al., 2001, p. 336)

Corbin notes that, in the late 19<sup>th</sup> century and early 20<sup>th</sup> century, a series of studies of fatigue demonstrated that “it is a chemical process that affects the body as a whole and not just the organ that appears to be affected” (ibid.). The researchers of the time believed that any prolonged period of intensive muscular effort

would generate self-intoxication. This also led them to criticize excessive sporting activity (ibid.). Thus, according to Corbin, it was now understood to be wrong to see the body as a machine, since the body is subject to the laws of fatigue (ibid., p. 337).

This period also saw the appearance of studies of the capacity to resist fatigue and the factors influencing this. The bad habits studied included lack of sleep, a poor diet, and being overweight, and it was understood, while excessive physical exercise caused fatigue, “training – which was the subject of numerous experiments – tended to increase the resistance of the muscles and of the brain” (ibid., p. 338). New connections between work, rest and fatigue were therefore identified, with thresholds established for each, taking into consideration that fact that each kind of activity has the capacity to become harmful in certain contexts. “As a whole, this research activity provided a scientific basis for the need for a periodic restoration of strength” (ibid.) and consequently justified examination of specific studies of industrial fatigue. This led to the emergence of what Corbin calls (ibid.), “a period of rational management of human effort” (p. 339), based on studies of fatigue.

Corbin also notes that the First World War sparked numerous studies of industrial fatigue, principally among the Allies. He goes on to remark that it would be fair to describe the post-World War I period as “the golden age of this new branch of knowledge, especially on the North American side of the Atlantic” (ibid., p. 341). It should be borne

in mind, however, that all of this activity and interest surrounding fatigue aimed to provide improved understanding of the mechanisms of the human body in relation to its limits as a way of augmenting the productivity of workers. Fatigue researchers thus became involved in a wide range of fields, including studies of sensory fatigue, such as that produced by noise, studies of the need for sleep (generating greater appreciation for this, since tiredness can affect sleeping and reduce productivity on the following day), and studies devoted to the psychological and physiological effects of work.

The scientific debate and discussion explicitly referred to the process of legitimation of practices, narratives, and consensuses. It is therefore fair to say that between 1870 and 1914, the issue of fatigue featured widely in scientific studies, paving the way for acceptance within society of the right to time free of work and setting in motion processes that would result in the creation of periods of time that we now call leisure time (*ibid.*, p. 345), such as the weekends, paid holidays, and other benefits.

## Leisure at work

Awareness that the body is not a machine and that lack of rest may harm productivity and hence reduce profits led to the development of a series of scientific studies within the workplace, principally in the fields of psychology, ergonomics, and sociology, that indicated the benefits of leisure time for productivity and staff motivation.

Ensuring that there is time for meals and breaks at work led to the creation within factories of leisure spaces such as cafeterias, refectories, canteens, and restrooms. This preceded the creation of such spaces in the offices of white-collar workers. However, according to a study conducted by Resende (2018), it was in the latter that leisure spaces would eventually develop at a much rapider pace.

Resende notes that leisure spaces were already being incorporated into workplaces in the late 19th century, in office blocks and company campuses. These included skyscrapers, such as the Pullman Building in Chicago, designed in 1883 by Solon S. Beman, for the Pullman Palace Car Company, and Frank Lloyd Wright's 1904 Larkin Building, in New York, along with company campuses, such as those of AT&T (built in 1941, with additional buildings constructed in 1974), in Murray Hills, New Jersey, and Connecticut General Life Insurance Company (1954), in Bloomfield, Connecticut, designed by S.O.M. under the influence of Mies Van der Rohe.

These spaces contained a leisure infrastructure designed for workers and their families, with facilities such as libraries, restaurants, bowling alleys, and, in some cases, housing.

According to Resende, some offices moved from the city to out-of-town campuses and business parks because cities to some extent no longer catered for the new spatial needs of businesses. Nor, in the post-World War II period, were they able to cope with the increased road traffic and overpopulation in city centers, with all the disadvantages these

bring, leading companies to move to out-of-town green areas and suburbs, as a way of finding peace and quiet and encouraging greater interaction among employees of the same company.

Alongside this movement to the periphery, there was also rapid development of information and communications technologies, establishing new paradigms in society and the world of work, some of which had already been included in the functioning of such buildings. This was, as Peter Drucker (2002) called it, for the first time, in 1959, the beginning of the Knowledge Society, which would have organizational and spatial implications for workplaces, in particular office spaces. (Ibid., p. 73)

Drucker's belief that "the real and controlling resource and the absolutely decisive 'factor of production' is now neither capital, nor land, nor labor...[but]... knowledge" (Drucker, 1993, p. 15) reveals this new paradigm of work, as reflected in the production of spaces based on new production processes.

New working practices were also established. In the 1960s, there was an increasing emphasis on "organizational culture," which systematized rewards and shaped the spirit, the environment, and values of an organization (Resende, 2018, p. 77). This "organizational culture" aimed to encourage employees to develop a sense of belonging to and feeling at home in the company as if it were a family. In addition to the provision of physical leisure infrastructure, systematic efforts were undertaken to create an equally conducive emotional environment.

Examination of the history of workplaces and the leisure spaces contained within them reveals that, although such spaces were intended to enhance the well-being and the social integration of workers and to provide breaks for rest, the true purpose was to create a healthy workforce even more willing to work.

In the 1980s, however, new smaller business campuses surrounding universities began to appear in the United States. At this time, most office work now involved working in "cubicles", since these constituted the least expensive, most accessible, most flexible, and most easily reproducible option. Most workplaces thus still depended heavily on organizational culture for the provision of leisure. The idea of the campus, however, combined with the experience of young researchers and workers—many of them still at college or recently graduated—provided this class of workers with workplaces that were replete with the leisure and recreational facilities typical of a university, including sofas, games rooms, gymnasiums and so forth. Other smaller companies and laboratories were connected to this ecosystem and there was a climate of constant interchange. Workers in the emerging society of knowledge tended, at that time, to hail from a privileged background, and the much-vaunted idea that a multi-million-dollar business could start out in a garage is largely a myth (Avendaño, 2014).

When Internet companies began to emerge, open-plan offices became more popular. These were open indoor areas, with no fixed predefined workstations, that encouraged a constant exchange of ideas. According to Resende (2018, p. 87):

Companies once again started to value the possibility of chance meetings of different people to exchange ideas. This spontaneity was associated with diversion, as a social factor, and companies thus began to break down the boundaries between work and leisure in the workplace. The spaces provided by such firms were far superior to those of other companies or even of universities, and it was not unusual to find foosball tables, basketball, volleyball, tennis and racquetball courts, football pitches, swimming pools and recreation centers. Social activities similar to those at universities, such as picnics, barbecues, and afternoon teas, were also introduced.

It is interesting to note that, little by little, the spaces dedicated to leisure within workspaces came to be absorbed more by way of entropy, in so far as they broke down the boundaries between the two categories of space. It thus became increasingly common for workspaces to contain not only areas set aside for leisure but also leisure activities installed within workspaces, with computers and workstations interspersed with pool tables, foosball tables, pinball machines, and other leisure facilities.

The tone of informality that came to imbue workspaces, flexible working hours, and the possibility of remote working from a 'home office,' with "leisure as much a cause as a consequence of longer hours being spent at the office" (ibid.) reveals a clear tendency for the worlds of work and leisure to overlap. Things were no longer the way they were prior to the Industrial Revolution, when work time

and non-work time intertwined in accordance with the cycle of the seasons. Now, the intertwining of work and leisure is governed by the need for speed and efficiency. Work and leisure are merged together for the purpose, ultimately, of ensuring that work can be accomplished and goals achieved. The success that has been experienced and the profits made by companies in Silicon Valley from the 1990s onwards has inspired other employers to do their best to replicate the same spatial formula.

History shows that the production of leisure spaces within workplaces has shifted from a more formal, hierarchical, corporative mentality to one that is more informal, horizontal and focused on the needs of individuals. Gradual appropriation of the world of leisure by the world of work has occurred in tandem with technological and economic transformations, and this has led to the emergence of new kinds of workplaces that incorporate leisure spaces, indicating the emergence of a new stage of capitalism. Apart from increased productivity, employee motivation is a common argument advanced by employers to justify the adoption of such measures. In a study conducted by Resende (2018), employees testified that the existence of leisure spaces in the workplace

helped to consolidate interpersonal relations [...], to enhance physical and mental well-being, to develop cognitive and creative abilities, and to increase productivity, [...] in addition to improving the quality of life both at work and outside of the workplace. (ibid., p. 167)

How then did it come about that the appropriation of leisure time by work is seen as a cause of satisfaction by some employees?

## Productivity through surveillance

One key to a fuller understanding of why workers submit voluntarily to the encroachment of work time on their non-work time in the contemporary world and react positively to the phenomenon of leisure spaces located within the workplace may be found in the work of Michel Foucault. In particular in *Vigiar e punir* (2018), Foucault identified the methods used to subjugate, coerce and punish the human body throughout history, describing the system of power relations that prevailed each period, the ramifications of the discourse used, and the development of mechanisms to achieve their objectives. For Foucault, a study of the control of human bodies in western countries reveals clearly discriminable periods during which certain discourses of power hold sway. These discourses are, in turn, reflected in the institutions, politics and forms of policing established, and also in architecture and urban planning

*Discipline and Punish* first presents the history of the body subjected to torture in "sovereign societies" (these being societies that go back deep into human history and are centered on the figure of a single sovereign). Such societies prevailed up until the Industrial Revolution, when there was a transition to 'disciplinary societies' based on a system intended to make human bodies docile. While, in sovereign societies, punishment and control of bodies involved subjecting them to torture

in public squares so as to provide visibility for the prevailing power structure, in disciplinary societies, there is an orchestrated division of representations of power, resulting in control being more evenly distributed – and exercised and represented by 'social cells'.

The image of the panopticon proposed by Jeremy Bentham perfectly sums up the idea of surveillance in a disciplinary society. This led Foucault to conclude that "visibility is a trap". Its architectural composition involves,

at the periphery, an annular building; at the centre, a tower [...]. All that is needed, then, is to place a supervisor in a central tower and to shut up in each cell a madman, a patient, a condemned man, a worker or a schoolboy... so many cages, so many small theatres, in which each actor is alone, perfectly individualized and constantly visible. The panoptic mechanism arranges spatial unities that make it possible to see constantly and to recognize immediately. (ibid., p. 194).

In the transition from sovereign to disciplinary societies, different forms of organization of power coexisted, from the still prevalent "ancient rights of the monarchy" to others that had a "preventive, utilitarian, corrective conception of a right to punish that belongs to society as a whole". One of these forms of organization of power involved the establishment of a "punitive city,"

[...] a functioning of penal power, distributed throughout the social space; present everywhere as scene, spectacle, sign, discourse; legible like an open book; operating by a permanent recodification of the mind of the citizens; eliminating crime by those obstacles placed before the idea of crime; acting invisibly and uselessly on the 'soft fibres

of the brain', as Servan put it. A power to punish that ran the whole length of the social network would act at each of its points, and in the end would no longer be perceived as a power of certain individuals over others, but as an immediate reaction of all in relation to the individual. (Ibid., p. 129)

The kind of surveillance involved in the idea of the panopticon and punitive power shared by the whole social fabric molded the thinking and institutions of the time. Foucault argues that surveillance for the purpose of creating docile bodies<sup>10</sup> came to pervade the whole social fabric and all social activities, taking concrete form in 'apparatuses'.<sup>11</sup> Architecture and urban planning themselves should thus be seen as tools of surveillance in the disciplinary society,<sup>12</sup> molding localities in conformity with the interests of governmentality and ensuring that bodies are made docile. According to Foucault, we thus live in a "carceral continuum" (ibid., p. 298), in which we are led from one prison to another.

Bodies can supposedly be made docile in this way at an early age in school, in communal spaces, in college, in institutions, or at work in a factory or an office. The production of space as a whole in a disciplinary society aims to control the bodies of individuals in such a way that spaces are readapted in accordance with the precepts of the disciplinary system. Hospitals are thus divided into wings, schools have rows of desks, factories have workstations. And it because of this need for discipline that spaces in school, at work, in hospitals, in army barracks and so forth come to resemble one another.

The control and discipline imposed on bodies led Foucault to develop the notion of biopower. In his course at the Collège de France in 1978, titled *Sécurité, territoire, population* (*Security, territory, population*), Foucault defines biopower as "the set of mechanisms through which the basic biological features of the human species became the object of a political strategy, of a general strategy of power" (Foucault, 2008, p. 3). Biopower generates biopolitics, which, Foucault argues is "what brought life and its mechanisms into the realm of explicit calculations and made knowledge-power an agent of transformation of human life" (Foucault, 1988, p. 134). Revel further clarifies the concept of biopolitics to the effect that "while discipline takes the form of a political anatomy applied to bodies and is applied essentially to individuals, biopolitics represents social medicine on a large scale applied to the population as a way of governing life: life thus forms part of the field of power" (2005, p. 27).

The concepts of biopolitics and biopower together help shed light on how the disciplinary society has been modified and perfected in relation to its mission of producing docile bodies, coming eventually to focus on the individual and a form of surveillance that is increasingly diffused throughout society, but also increasingly heavier and more insistently present. Thus, through a kind of refinement of the disciplinary society, surveillance would appear already to be rooted in the subject –, and, at this point, it can already be seen that entrenched surveillance is one of the root causes of the appropriation of non-work time by work.

## The control society

The technological (r)evolution following the Second World War and the wave of revolutions that came in its wake exercised a decisive influence on the way western societies are organized. As well as providing new forms of entertainment, the broad dissemination of video technology and easier access to it have expanded the scope of the panopticon. The disciplinary society now has information and communications technologies at its disposal and can use mass communications to make bodies docile, helping to effect radical changes in the way urban spaces are occupied, causing some parts to fall into decline, while others become more densely populated. The advent of the Internet simultaneously created a new and radical network of invisible ties within the city; the panopticon could now be installed in the virtual world, and individuals induced voluntarily to provide the tracks through which they can be surveilled.

In 1990, Gilles Deleuze suggested that a shift was underway from a disciplinary society to one of control. As he put it, "we're moving away from disciplinary societies, we've already left them behind. We're moving toward control societies that no longer operate by confining people but through continuous control and instant communication" (2008, p. 216). Deleuze argues that "disciplinary societies have two poles: signatures standing for individuals, and numbers or places in a register standing for their position in a mass" while, in "control societies",

[...] the key thing is no longer a signature or number but a code: codes are *passwords*, whereas disciplinary societies are ruled (when it comes to integration or resistance) [...] Individuals become

*'dividuals'* and masses become samples, data, markets, or *'banks'*. Money, perhaps, best expresses the difference between the two kinds of society, since discipline was always related to molded currencies containing gold as a numerical standard, whereas control is based on floating exchange rates, modulations depending on a code setting sample percentages for various currencies. (ibid., p. 222)

The overlapping discourses in control societies address new relations and practices regarding space and time, and the virtualization, which began in disciplinary societies, reaches new levels. People no longer need to go to the bank or the post office to make payments, videogames can now be played by multiple players at the same time in various places around the world, political propaganda is relayed by social networks, security cameras observe and record the private lives of individuals and track their movements and behavior.

It is in this control society that we have come to be monitored by surveillance cameras at work and in which virtual environments are extensively used. De Masi expresses a certain optimism regarding the new urban order effected by a shift from metropolis to 'telepolis' and he sees the virtualization of processes as something fresh and new. "Built entirely on the concept of living and working at a distance, the more the inhabitants of Telepolis stay at home working and consuming remotely, blurring the boundaries between work, home, social life, production, reproduction, and entertainment, the more the city bustles with activity" (1999, p. 216)

In the shift from the disciplinary society to the society of control, old disciplinary structures are being rapidly transformed, making way for

[...] a system governed by excess production and exaggerated consumption, by marketing and publicity, flows of capital in real time, interconnectivity, and global communications networks. Above all, it is marked by the decline of some of the basic institutions of modern society – such as the school, the factory, the prison, and the hospital, including the home designed to accommodate a nuclear family on the bourgeois model. On the other hand, complementary to this, the private company has become a kind of primary inspiration and example for all other institutions, including, and perhaps fundamentally, the most up-to-date versions of these modern fossils. By infecting them with an omnipresent "entrepreneurial spirit", they have forever transformed these organizations so as to make them increasingly compatible with the pace and demands of contemporary society". (Bruno et al., 2018, pp. 208-209)

## The performance society

More recent phenomena in the fields of communications, technology, market economics, and the financial market, suggest that discourses of power are increasingly being shaped differently. Such discourses are seen to pervade social and cultural relations, redirecting efforts and policy towards a new social logic, in which the "spirit of enterprise" holds sway and in which surveillance is finally inculcated in the very subjectivity of the individual. This is what Byung-Chul Han has called the performance society, arguing that such a society

[...] is wholly dominated by the modal verb 'can' – in contrast to disciplinary society, which issues prohibitions and

deploys 'should'. After a certain point of productivity, 'should' reaches a limit. To increase productivity, it is replaced by 'can'. The call for motivation, initiative, and projects exploits more effectively than whips and commands. As an entrepreneur of the self, the achievement-subject is free insofar as he or she is not subjugated to a commanding and exploiting Other. However, the subject is still not really free because he or she now engages in self-exploitation – and does so of his or her own free will... Auto-exploitation proves much more efficient than allo-exploitation because it is accompanied by a feeling of liberty. This makes possible exploitation without domination. (Han, 2020a, p. 21)

The popular idea that being an entrepreneur is an easy solution or one associated with freedom aptly expresses the rationale underlying the performance society. The home office, coworking, hackathons, design sprints, and other fads of modern entrepreneurial culture reveal a pattern of self-exploitation. Modern offices contain pool tables, hammocks, and videogame machines. There is now a 24/7 regime, in which the individual can work at any time, on any day, as they see fit.

This apparently harks back to the time when free time and work were closely intertwined, in so far as they were intrinsically linked to everyday life and leisure spilt over into the working day. It can, however, be seen from the passage cited above that, in the performance society, leisure and liberty operate as work in disguise. The existence within the workplace of spaces and facilities designed for leisure and use during free time causes individuals to spend more time engaged

in productive labor, motivated by the periods of time during which they believe that they are not working.

In this state of constant production and utilitarianism, what role does leisure play? Boundaries are frayed and begin to break down. Dividing lines are blurred. In the performance society, every space is a frontier. Everything begins to make itself present as a possibility.

Now that leisure is understood as a right that has already been won, it is worth asking whether time free of work can nowadays be rightly seen as leisure time. Leisure as a right won by the working class, as a time set aside during the day and in the calendar for rest and for their own private pastimes, no longer seems to serve the same function. The ideas of productivity and high performance that individuals have internalized and on which their salaries depend are so unrelenting that the right to time free of work seems no longer to be guaranteed.

Flexibility has become a byword within the logic of the performance society, in which “can” trumps “should”, and this leads to a blurring of the boundaries between work and non-work, to the effect that these two spheres are constantly intertwined and the right to leisure no longer exists. Although workers may have a formal contract, the logic of performance persists and pervades the culture of working life in the contemporary world, requiring, sometimes despite appearances, total dedication and the highest possible degree of productivity on the part of employees.

Spaces have come to reflect this new *modus operandi*, which goes beyond a conceptual hybrid and amounts to a loosening

of boundaries. When one is not told what one “should” do, but only what one “can,” spaces hold the power to retain us for longer, with all the potentially negative or positive consequences this may entail.

The apparent freedom provided by new contemporary forms of work, characterized by informality and the blurring of the difference between times and spaces set aside for leisure and those intended for work, is worn as a badge of distinction by those classes of worker who have access to such spaces. It provides employees with an identity that associates both them and the company they work for with ideas of creativity and modernity.

The exploitation of labor develops a new facet, when, in addition to generating wealth through the productive force of labor, it also relates “its products” with the identity of the worker, including the dynamics of biopolitical exploitation of labor [...] This new process of determining value effects a shift from quantitative economic measurement to a more subjective approach, since the value of intangible factors is linked to factors related to the construction of ideologies among those operating within this new mode of exploitation. (Souza, Avelino, and Silveira, 2018, pp. 108-109)

The inclusion of leisure spaces in the workplace thus implies that

to heighten productivity, the paradigm of disciplinatio is replaced by the paradigm of achievement, or, in other words, by the positive scheme of ‘can’; after a certain level of productivity obtains, the negativity of prohibition impedes further expansion. The positivity of ‘can’ is much more efficient than the negativity of ‘should’ (Han, 2020b).

The discourse relating to flexibility, liberty, and informality thus masks continuous surveillance of the leisure time spent within the workplace, carried out with the full and unrestricted cooperation of the employee.

## Conclusion

Spaces dedicated to leisure and free time exist because of the need for a break from the world of work, to move from the condition of an individual as a producer of labor to one of being a consumer, engaging in cultural activities or experiencing contact with nature – that non-built space that is a relic of times when there was greater symbiosis with the environment.

The appropriation of non-work time by work through the production of leisure spaces within areas designated for work is a dynamic that involves the participation and collaboration of the employee. The contemporary stage of capitalism has been established gradually over centuries of surveillance and control of bodies, spreading out slowly through the social fabric. It has thus increasingly come to overlap with everyday life in all spheres, including private

life, shaping and regulating, through mass communications and consumerism (which exist in a feedback relation to one another), the desires and identities of individuals. The identification of workers with their jobs forms part of a sophisticated technology of power that has inculcated control by the employer, or, through self-employment, the very figure of the employer, into the unconscious of the employee.

This not only leads us to question the appropriation of non-work leisure time by work and the way individuals are trapped in the bubbles of mutual coexistence that offices have increasingly become, but also shows how the workers involved in this process of appropriation of free time are alienated from the city in which they live. This reinforces practices that distance people from social contact with a variety of different kinds of people in the public sphere and demobilizes individuals in relation to the occupation of urban space and the demand for the right to the city. It thereby also demobilizes them in relation to demands for more and better public leisure spaces, in which individuals (albeit still under surveillance) are truly in control of their own non-work time.

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-9871-8536>**

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, PE/Brasil.

simone.jubert@ufpe.br

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-4935-2077>**

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, PE/Brasil.

lucia.leitao@ufpe.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Peter Ratcliffe, email: peter@sharingenglish.com.br

## Notes

- (1) The arguments used by employers to justify the adoption of such spaces include, according to newspaper articles on the phenomenon in Brazil (Ferreira, 2014; Formiga, 2015; Grego, 2018; Melo, 2014; Pivetti, 2017), a desire to foster creativity and communication, and to enhance the well-being and productivity of employees.
- (2) An expression coined by Florida (2011) for those who work in the field of software, games, audiovisual production, music, media, editing, fashion, publicity and so forth. Florida wrote about the growing role of the creative classes in the contemporary world, believing that cities could benefit from the promotion of cultural policy, without discussing the gentrification of these areas that may result.
- (3) In academic work of a conceptual nature, Duerden, Courtright and Widmer (2017) have attempted to shed light on the phenomenon by understanding the incorporation of leisure into the workplace as providing a greater opportunity for individuals and groups to fully realize their potential in organizations.
- (4) Resende (2018) presents the findings of a study of individuals working in companies that have incorporated leisure spaces into the workplace and shows that workers associate the existence of such spaces with heightened motivation and increased productivity, as well as a greater sense of attachment to the goals and values of the company for which they work.
- (5) Retrieved from <https://officesnapshots.com/2014/02/18/inside-walmart-coms-sao-paulo-offices/>. Access: July 9, 2019.
- (6) Retrieved from <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-do-arrojado-laboratorio-de-inovacao-da-vivo/>. Access: July 9, 2019.
- (7) Retrieved from <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-do-arrojado-laboratorio-de-inovacao-da-vivo/>. Access: July 9, 2019.

- (8) Retrieved from <https://www.galeriadaarquitectura.com.br/projetos/referencias-ambientes-c/132/salas-de-descompressao/>. Access: July 9, 2019.
- (9) The Littré French dictionary defines the verb 'surmener' as 'to cause excessive fatigue in a beast of burden by making it walk too far or for too long'. The word is also used figuratively refer to extreme exhaustion in humans. The English translation adopted here is 'overwork'. 'Burnout' is another translation sometimes used.
- (10) "A body is docile that may be subjected, used, transformed and improved." (Foucault, 2018, p. 134).
- (11) For Foucault (1980), an apparatus (dispositif) is "a thoroughly heterogeneous ensemble consisting of discourses, institutions, architectural forms, regulatory decisions, laws, administrative measures, scientific statements, philosophical, moral and philanthropic propositions– in short, the said as much as the unsaid" (p. 364).
- (12) See Lima (2017).

## References

- AVENDAÑO, T. C. (2014). *A verdade oculta das "empresas de garagem" do Vale do Silício*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/tecnologia/1416831260\\_738423.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/tecnologia/1416831260_738423.html) . Acesso em: 9 jul 2019.
- BRUNO, F. et al. (2018). *Tecnopolíticas da vigilância. Perspectivas da margem*. São Paulo, Boitempo.
- CASAQUI, V.; RIEGEL, V. (2008). Google e o consumo simbólico do trabalho criativo. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 6, n. 17, pp. 161-180.
- CORBIN, A. (2001). *História dos tempos livres*. Lisboa, Teorema.
- DELEUZE, G. (2008). *Conversações*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- DE MASI, D. (1999). *O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Brasília, Editora UNB.
- DRUCKER, P. (1993). *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo, Pioneira.
- DUERDEN, M. D.; COURTRIGHT, S. H.; WIDMER, M. A. (2017). Why people play at work: a theoretical examination of leisure-at-work. *Leisure Sciences*, pp. 1-15.
- DUMAZEDIER, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo, Perspectiva/Sesc.
- FERREIRA, A. (2014). *Empresas criam espaço com sofá, TV e videogame e reduzem demissões em 50%*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2014/10/24/empresas-criam-espacos-com-sofa-tv-e-videogame-e-reduzem-demissoes-em-50.htm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 9 jul 2019.
- FLORIDA, R. (2011). *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre, L&PM.
- FORMIGA, I. (2015). *"Inspirada" no Google, empresa do DF dá jogo, piscina e happy hour a equipe*. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/inspirada-no-google-empresa-do-df-da-jogo-piscina-e-happy-hour-equipe.html>. Acesso em: 9 jul 2019.

- FOUCAULT, M. (1988). "Direito de morte e poder de vida". In: FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2015). "Sobre a história da sexualidade". In: MACHADO, R. (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- GASPAR, R. C. (2003). *As fronteiras do possível: trabalho, lazer e civilização*. São Paulo, Germinal.
- GREGO, M. (2018). *Por dentro do arrojado laboratório de inovação da Vivo*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-do-arrojado-laboratorio-de-inovacao-da-vivo/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- HAN, B.-C. (2020a). *A agonia do Eros*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2020b). *A sociedade do cansaço*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, J. M. F. de (2017). Urbanismo como dispositivo? In: XVII ENAMPUR. *Anais*. São Paulo.
- MARX, K. (2017). *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. Edição Friedrich Engels. São Paulo, Boitempo.
- MELO, L. (2014). *Por dentro da sede da Locaweb, em São Paulo*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-da-sede-da-locaweb-em-sao-paulo/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- PEREIRA, M. A. S. (2015). A influência do Biopoder na economia: o tempo livre vigiado e consumido. *Revista DIREITO UFMS*. Campo Grande, v. 1, n. 1, pp. 67-85.
- PIVETTI, F. (2017). *Como você imagina seu próximo ambiente de trabalho?* Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/ambiente-de-trabalho-mudancas/>. Acesso em: 9 jul 2019.
- RESENDE, M. M. C. (2018). *Os espaços sociais e de lazer nos edifícios de trabalho criativo*. Dissertação de mestrado. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- REVEL, J. (2005). "Biopolítica". In: REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, Claraluz.
- SABOT, P. (2017). O que é uma sociedade disciplinar? Gênese e atualidade de um conceito, a partir de Vigiar e Punir. *Revista dois pontos*. Curitiba e São Carlos, v. 14, n. 1, pp. 15-27.
- SAVAL, N. (2014). *Cubed: a secret history of the workplace*. Nova York, Anchor Book.
- SENNETT, R. (2018). *Construir e habitar. Ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro, Record.
- SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, A. da (orgs.) (2018). *A sociedade do controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo, Hedra.

Received: March 1<sup>st</sup>, 2023

Approved: April 24, 2023

# Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa

Precarization of teaching work: teaching platforms in the context of the factory

André Luiz Moscaleski Cavazzani [I]  
Rodrigo Otávio dos Santos [II]  
Luís Fernando Lopes [III]

## Resumo

Este artigo discute questões relativas às diversas iniciativas de plataformação do trabalho docente no contexto atual. O trabalho consiste num esforço empírico de localização e cotejamento de plataformas digitais de ensino, propondo, também, uma análise crítica sustentada por corpo bibliográfico e analítico pertinente. O principal objetivo é indicar, por meio de uma análise sistematizada, como podem se operar, via plataformas digitais de ensino, o sequestro e a precarização do trabalho docente, dissimulado por uma semântica neoliberal que busca conferir edulcoradas associações de sentido idiomático (autonomia, empreendedorismo, etc.) a um processo em que aqueles que trabalham para ou sob o controle das plataformas digitais acabam sendo prejudicados.

**Palavras-chave:** educação; precarização; plataformas digitais; fábrica difusa; algoritmos.

## Abstract

*This article discusses issues related to various initiatives for the platformization of teaching work in the current context. The study consists of an empirical effort to locate and compare digital teaching platforms, and proposes a critical analysis supported by a relevant bibliographic and analytical body. The main objective is to show, through a systematized analysis, how the kidnapping and precarization of teaching work via digital teaching platforms can occur. These operations are concealed by a neoliberal semantics that seeks to confer soothed idiomatic meaning associations (autonomy, entrepreneurship etc.) on a process in which those who work for or under the control of digital platforms end up being harmed.*

**Keywords:** education; precarization; digital platforms; diffuse factory; algorithms.



## Introdução

O presente artigo tem como premissa problematizar a questão da precarização do trabalho docente em face das novas tecnologias de comunicação e informação, compreendendo esse fenômeno como uma variante de um processo de reorganização da cadeia produtiva iniciado na segunda metade do século XX, denominado por intelectuais italianos fábrica difusa (Negri, 2006).

Tal processo marcado pela automatização, terceirização, descentralização e flexibilização das plantas industriais se impõe a partir dos anos de 1970 como forma de desmobilizar movimentos operários europeus, sobretudo, na Itália. No século XXI, a dispersão geográfica dos processos produtivos pelas periferias globais, em busca de mão de obra barata, isenções fiscais e legislação trabalhista flexível ou inexistente, converte-se em tendência global facilitada pelo avanço das redes telemáticas e informáticas, possibilitando trocas de informação instantâneas (Lazzarato e Negri, 2001).

A base empírica deste trabalho resulta de incursões de análise e cotejamento, em plataformas digitais de ensino. O resultado desse levantamento é tratado a partir de bibliografia crítica, buscando-se sustentar a hipótese de que, ao sabor dos algoritmos, num contexto de capitalismo industrial de plataforma (Amorim, Moreira e Bridi, 2022), o trabalho docente sofre, a partir da plataformização, um dramático processo de precarização, equivalente ao que ocorre em outras bases, como, por exemplo, a Uber.

Ancorando epistemicamente as análises está o pressuposto geral de que as tecnologias de comunicação, desde suas formas físicas mais simples às mais avançadas, não são apenas

meios de expressão, mas, também, meios de produção. Com efeito, a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas humanas de trabalho e de organização social, tornando-se elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção e de poder daí decorrentes (Williams, 1999, p. 71).

As linhas a seguir assumem, portanto, que as tecnologias informacionais e comunicativas não são apenas meios de expressão ou difusão, mas, antes, engendradoras de relações sociais de produção. Com efeito, a partir desse pressuposto, buscamos traçar um panorama crítico acerca dos processos de digitalização do ensino por parte dos chamados Learning Management Systems e de seus possíveis efeitos em termos de sequestro e precarização/uberização do trabalho docente.

Nesse contexto, não se pode desconSIDERAR as pressões sociais e econômicas, que têm atuado negativamente na oferta de trabalho docente no mercado formal, colaborando, num processo mais geral, com a facilitação da cooptação de professores para as plataformas digitais de ensino.

Assim, numa primeira etapa, o artigo apresenta a situação do trabalho no contexto brasileiro nos anos pré e imediatamente posteriores à pandemia de covid-19, tendo como ponto de partida a reforma trabalhista (Lei n. 13.467, de 2017). O recorte não é aleatório, antes, serve para demarcar os desafios que o campo do trabalho formal e remunerado vem enfrentando no Brasil e, nesse enquadramento, o trabalho docente.

Na segunda etapa, decorrente da primeira, o artigo busca apresentar uma radiografia feita em plataformas digitais de conteúdo que oferecem tanto cursos rápidos quanto aulas

de reforço ou mesmo palestras temáticas oferecendo, aos usuários/estudantes, mediante pagamento de taxas ou mensalidades, conexão síncrona e/ou assíncrona com professores ali cadastrados. Nesse ambiente, qual seja, o de serviços educacionais plataformizados, defende-se o argumento de que os professores encontram condições – problemáticas – de trabalho análogas às vistas na plataforma Uber. Sustenta-se, por fim, que a falta de regulamentação alimenta, por detrás de um discurso edulcorado de empreendedorismo, a precarização do trabalho docente.

Tudo isso se desenrolando numa contemporaneidade engendrada pelo compartilhamento coletivo de uma experiência temporal afetada: pelas catástrofes climáticas; pelo impacto da ação humana na terra em níveis ineditamente geológicos; pelo flagelo das pandemias; pela insegurança econômica diante de economias altamente tensionadas, conectadas e voláteis; pela obsolescência e desaparecimento de profissões tradicionais ou, no limite, em sua forma tradicional; por intranquilidades psíquicas geradas pela exposição das domesticidades, inadvertida ou voluntariamente, numa profusão alucinante de *posts* em plataformas de redes sociais digitais; pela ubiquidade do trabalho que se desenrola, na chamada fábrica difusa (Negri, 2006), a todo tempo e a todo lugar; pelos impactos e pressões desses elementos na configuração e ocupação das cidades. Ou seja, as linhas a seguir buscam uma abordagem acerca da precarização do trabalho docente nos tempos que alguns têm convenido chamar *Antropoceno* (Latour, 1994; Turin, 2019).

## Empreendedorismo ou precarização

Desde a década de 1990, o Brasil vem experimentando uma tendência crescente de precarização do trabalho. Essa situação que antes se concretizava a partir de formas atípicas de contratação, como trabalho temporário, autônomo, terceirizado, entre outras, recebeu uma chancela formal no Brasil da segunda década do século XXI. Corroborando essa tendência geral no mundo do trabalho, marcadamente, neoliberal, a reforma trabalhista (lei n. 13.467, de 2017) ratificou mudanças, nas regras sobre jornada de trabalho, remuneração e plano de carreira. Com a justificativa formal de gerar mais empregos, mas, também, atendendo às pressões de empregadores, essa reforma incorporaria, na prática, um léxico corrente tipicamente neoliberal. Destacam-se os chavões “flexibilidade”, “capacidades”, “resiliência”, “empreendedorismo” que, para além de simples palavras, têm tido, mesmo, um impacto semântico na configuração das subjetividades contemporâneas que, para o bem ou, talvez, mais para o mal, ainda está por ser medido (Lazzarato e Negri, 2001; Leary, 2018; Turin, 2019).

Em todo caso, se a justificativa era gerar novos empregos a partir da flexibilização do mercado de trabalho, simplificando as relações entre trabalhadores e patrões, os anos subsequentes evidenciaram que essa reforma não surtiu os efeitos desejados. Senão, vejamos uma série de dados levantados pelo IBGE e aqui relacionados.

O número de empregados sem carteira assinada, em acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua, divulgada em novembro de 2022, foi estimado em 13 milhões e 212 mil. Já a população desocupada, ou seja, aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva nos últimos 30 dias, foi estimada em cerca de 9 milhões e 460 mil pessoas (IBGE, 2022a). Essas taxas de desocupação são as maiores desde a série histórica iniciada em 2012.

Os índices de pobreza também figuram entre os maiores da série histórica. Em 2021, considerando-se os marcadores de pobreza estabelecidos pelo Banco Mundial, o Brasil chegou à triste marca de 62,5 milhões de pessoas (quase 30% da população do País) nessa situação e, ainda, 17,9 milhões (8,4% de nossa população) em extrema pobreza. Trata-se de um aumento recorde desde o início da série, também, em 2012. Não menos importante e trágica é constatação de que, em 2021, todas as faixas de renda apresentaram queda no rendimento domiciliar per capita médio, sendo o recuo maior entre os mais pobres (IBGE, 2022b).

Para além do recrudescimento dos índices de pobreza, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 – Acidentes, violência, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social, um pouco anterior e, também, do IBGE, sinaliza que, no Brasil de 2019, 3,5 milhões de indivíduos interromperam suas atividades rotineiras devido a violências sofridas de ordem psicológica, física ou sexual. Desse conjunto, as mulheres (15,4%) foram as mais impactadas em comparação aos homens (7,6%), assim como pessoas autodeclaradas

negras (14,5%) em contraste com 11,0% das pessoas autodeclaradas brancas e 12,2% das pardas (IBGE, 2019).

Esses indicadores, a saber, desocupação, pobreza e violência, corroboram, portanto, críticas importantes à reforma trabalhista (Lei n. 13.467, de 2017), demonstrando uma realidade muito mais dura do que aquela idealizada a partir dos termos tão caros ao léxico neoliberal “flexibilização”, “inovação”, “resiliência”, etc., que, por sua vez, foram mobilizados para justificar sua implantação. Realidade atravessada e catalisada, é bom que se diga, pelo contexto pandêmico. Nesse cenário, um elemento fundamental a ser considerado são as transformações tecnológicas que, se por um lado possibilitaram a emergência de novos espaços de trabalho, por outro, provocaram modificações nas relações e condições empregatícias, muitas delas engendradas e legitimadas pela reforma trabalhista.

O setor educacional, por sua vez, já pressionado antes pelas mudanças na configuração da reforma de 2017 sofrerá, assim, novo impacto com o advento da pandemia da covid-19. Nesse contexto, o que se viu foi uma impressionante aceleração do processo de digitalização da educação, acompanhando o que ocorria na sociedade como um todo. Em pouquíssimo tempo, professores e demais profissionais da área educacional precisaram se adaptar às novas exigências, mergulhando em processo disruptivo de transformação de suas práticas pedagógicas, inclusive, da gestão educacional, nas quais as tecnologias digitais, que já vinham ganhando importância, passaram a figurar no centro das atenções (Nóvoa e Alvim, 2020, p. 1).

Atuar em *home office* (improvisando espaços de transmissão doméstica), utilizar redes sociais, aplicativos de interação, *games*, gravar

vídeos, produzir conteúdo para disponibilizar em rede, entre outras práticas, tornaram-se aptidão necessária à docência. Não se trataria apenas de uma mudança de forma. Ao habitar as mais variadas plataformas de *web* conferências, os professores passaram a enfrentar a contingência de falar para uma audiência invisível, sem saber se estavam sendo vistos e ouvidos e quando sim, tampouco, por quem estavam sendo observados. Se um suposto ensino ocorria, a verificação das aprendizagens ficou bastante deficitária. Além disso, sem muito preparo, de forma repentina, os professores tiveram que aprender a lidar com uma geração que aprende por *memes* e que, cada vez mais, na transição veloz das telas, vai associando o raciocinar/aprender a partir do enquadre do risível, do lúdico e do efêmero.

Nesse contexto de sobrecarga e insegurança laboral, situações de adoecimento de professores (depressão, síndrome de Burnout, estresse, ansiedade moderada ou grave) que, antes já existiam, com o advento da pandemia, se agravaram. É o que aponta Guimarães (2021) em investigação sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia, no Paraná, durante o período pandêmico. Não será surpreendente perceber quadros semelhantes no restante do País. Mobilizando dados do Ministério da Educação, Pereira, Santos e Manenti (2020) indicam que a difícil ou, mesmo, não adaptação à nova realidade de trabalho (remota e em período pandêmico) levou professores ao adoecimento físico e mental, implicando afastamentos por motivos de saúde, demissões, inclusive voluntárias.

Conforme delinham Previtali e Fagini (2022), que analisaram o trabalho docente na Educação Básica Brasileira, especialmente a partir do advento da pandemia em meio

à difusão do teletrabalho no bojo da Indústria 4.0, capitalismo neoliberal e da Nova Gestão Pública (NGP), o emprego repentino das novas tecnologias implicou o “aprofundamento da já precarizada carreira docente sob a pandemia”. Seguindo à risca o receituário neoliberal propalado pelo mundo globalizado, tais processos enfatizaram “processos de privatização e terceirização de forma a tornar serviços públicos *nichos* de negócios para o capital” (ibid., p. 157; *italico no original*). É, justamente, de alguns desses nichos que trata este artigo.

Antes, porém, cabe advertir que não se trata aqui de atacar gratuitamente as novas tecnologias da comunicação, propalando uma nostalgia e o retorno ao pó de giz de calcário e ao quadro negro. As novas tecnologias da comunicação, a telemática, estão aí e são inescapáveis. Porém, é um perigo grave encará-las ingenuamente como panaceias. Deve-se, de forma atenta e cautelosa, levantar atenção às ciladas inerentes elas.

Entre tais armadilhas está a crença de que a tão propalada liberdade conquistada com a utilização das novas tecnologias digitais, a flexibilização de horários de trabalho, a autonomia do trabalhador são gratuitas. Na verdade, elas têm um preço. O argumento que se segue procura demonstrar que a digitalização do ensino, da maneira como tem sido feita, adquire a forma de *dispositivo* tal como empregado por Giorgio Agamben: uma estrutura de poder que opera em múltiplos níveis, incluindo a regulação do comportamento, a produção de subjetividades, a gestão de informações e a organização da vida social (Agamben, 2019).

Mais do que meios de comunicação, os *Learning Management Systems* são engenheiros de relações sociais de produção, em que, num sistema de trocas desiguais, o lado

precarizado é o do professor que, agora, vê seu esforço laboral cooptado, plataformizado, num processo entendido por especialistas como tributário de uma nova fase do capitalismo na qual a exploração econômica dos dados, mobilizando e mobilizados pelos algoritmos, ocupa lugar central nos novos empreendimentos privados (Srniczek, 2017).

## Fábrica difusa, Capitalismo de Plataforma e Capitalismo Industrial de Plataforma

Srniczek (2017) denominou capitalismo de plataforma, o processo contemporâneo de acumulação financeira que supõe novos modelos de negócio nos quais os algoritmos e os dados, controlados e extraídos das redes telemáticas plataformizadas, têm papel preponderante.

Indo além e partindo do pressuposto de que os processos de acumulação financeira e exploração de trabalho via plataformas correspondem, na realidade, a uma comprovação empírica de reiteração histórica e, mais do que isso, da radicalização e do alastramento das lógicas industriais, Amorim, Moreira e Birdi (2022) acrescentaram *industrial* à expressão cunhada por Srniczek.

As iniciativas de nomear tecnicamente os processos contemporâneos de acumulação financeira, que admitem novos modelos de negócio, de aferição de lucros, de exploração do trabalho, são múltiplas e desafiadoras. No caso do capitalismo e de suas formas contemporâneas, a situação complica-se pela alta volatilidade dos fenômenos em curso. O presente artigo não tem por escopo uma iniciativa epistemológica em busca da nomeação mais precisa a definir o

contexto atual do capitalismo. Procura, na verdade, mobilizar conceitos que podem ser usados como chave de compreensão e delimitação específica dos eventos que ocorrem dentro das *Learning Management Systems*, dando maior atenção à precarização do trabalho. Nessa direção, tendo em vista que a fórmula *capitalismo industrial* de plataforma assume as plataformas digitais, como “uma síntese da forma-indústria e uma das formas centrais contemporâneas de extração de sobretrabalho” (Amorim, Moreira e Birdi, 2022, p. 2), ela enquadra muito bem as situações que serão explicitadas na sequência deste artigo.

Do mesmo modo, aciona-se o conceito de fábrica difusa (Negri, 2006). Esse conceito é válido às intenções deste artigo na medida em que, como indicado antes, assinala os processos de dispersão, espraiamento e ubiquidade das cadeias de exploração do trabalho, que, como se defende, são marcas das plataformas. De mais a mais, confere traço de historicidade, sinalizando os processos de luta dos trabalhadores e a reacomodação do setor fabril a partir da década de 1970 do século XX que, por sua vez, deu arranque a processos de dispersão dos parques fabris e de suas linhas de produção.

A exploração do trabalho que antes era uma batalha na fábrica (entre os trabalhadores no chão e os patrões no centro de controle) (Decca, 2004) vai, aos poucos, ganhando novos contornos no *capitalismo industrial de plataforma*, advindos da sofisticação tecnológica e dos meios de controle laboral que ele possibilita. Se, na fábrica tradicional, os meios de produção ficavam nas mãos dos donos dos empreendimentos, no capitalismo industrial de plataforma, eles pertencem ao trabalhador. Tome-se o caso da Uber. Como se sabe, nessa plataforma o profissional precisa ingressar no mercado de

trabalho levando, às suas expensas, todo o material necessário para a realização do serviço. Assim, ele deve arcar com o carro, a gasolina, a troca de óleo e o rodízio de pneus. Trata-se do processo de autogerenciamento subordinado, usando os termos de Abílio (2019).

Em outros casos de profissionais plataformaizados, como no de uma manicure, por exemplo, o material de trabalho (alicates, esmaltes e demais aparatos) recai sob sua responsabilidade (Abílio, 2017). Se é um *designer*, é preciso que ele pague pelas licenças dos *softwares* bem como um computador potente e a conta de luz (André, Da Silva e Nascimento, 2019).

Nesse contexto, o proletário distancia-se daquele tradicionalmente descrito por Marx (2011) que ocupa o chão de fábrica. Isso porque, como indicamos antes, a fábrica mudou. Se, na fábrica têxtil discutida por Marx, o tempo (das jornadas abusivas até as de oito horas com intervalo, conquistadas a partir da luta histórica dos trabalhadores) e o espaço (dos galpões insalubres e inseguros) eram bem definidos; atualmente temos a fábrica difusa, que funciona a qualquer hora, em qualquer lugar, na qual o tempo e o espaço são subjugados em prol da aferição de lucros mediante cooptação de sobretrabalho.

O tempo transforma-se em todo o tempo que o trabalhador aguentar trabalhar, e o espaço transforma-se em toda cidade ou região a que o trabalhador conseguir chegar. Não existem mais limites nessa nova organização da cadeia produtiva. Nesse contexto de capitalismo industrial de plataforma (Amorim, Moreira e Birdi, 2022), há uma gigantesca ampliação da informalidade do trabalhador, com uma exploração direta dessa informalidade.

Com a expansão da relação de serviços, a terceirização e a produção que se confunde com o próprio território da cidade, percebemos um desmanche da proteção trabalhista social. Podemos dizer, também, que a flexibilidade do trabalho, que é alardeada pelas empresas, acaba por transferir os riscos e a insegurança para o trabalhador (Standing, 2013).

Além disso, por meio dos computadores, *smartphones* e algoritmos das plataformas, que nunca param de notificar o indivíduo, temos uma invasão do espaço doméstico (Bruno, 2009). O trabalhador da fábrica difusa permanece trabalhando o quanto ele aguentar, até onde ele puder ir. Esse processo de precarização é tão multidimensional que afeta o sujeito em seus aspectos psicossociais, tanto dentro quanto fora do trabalho, chegando ao ponto de engendrar uma nova subjetividade (Franco, Druck e Selingmann-Silva, 2010).

A precarização parece ser evidente, quando analisada de forma distante do problema. Contudo, esse caráter ubíquo da fábrica difusa leva os trabalhadores a uma relação de simbiose, no sentido psicanalítico do termo, em que a ligação é tão íntima que prejudica a racionalização, as capacidades críticas dos trabalhadores e, não raro, retira-lhes a força para procurarem outros empregos (Cant, 2021).

Para Cant (ibid.), o magnetismo discursivo das plataformas é grande, oferecendo, como atrativos, altos ganhos e independência total, como atesta a própria propaganda da Uber, se não, vejamos:

faça um bom dinheiro; você pode dirigir e ganhar tanto quanto você quiser; quanto mais você dirigir, mais você ganhará; defina seu próprio horário; sem escritório

nem chefe; isso significa que você pode começar e parar quando quiser; e, na Uber, é você quem manda. (Uber, 2023)

Num contexto de regressões empregatícias, a propaganda é, de fato, muito persuasiva. Porém, ela alimenta uma espécie de ciclo vicioso que aprisiona o trabalhador, como informam Slee (2017) e Cant (2021). Mas, para além do discurso sedutor, ainda há – perigosamente escondida – uma outra ferramenta que mobiliza esse ciclo, os algoritmos. A compreensão dos processos de precarização do trabalho contemporâneo, por meio da cooptação de trabalhadores por plataformas digitais, passa, inescapavelmente, pelos algoritmos.

Alan Turing, matemático inglês, em 1936, definiu algoritmos como um conjunto não ambíguo e ordenado de passos executáveis que definem um processo finito (Turing, 1936). Ou seja, um algoritmo é um conjunto de regras e procedimentos lógicos que, com um determinado número de etapas, pretende levar à solução de um problema previamente definido (Santos, 2022).

São os algoritmos os maiores ativos das empresas no contexto do capitalismo industrial de plataforma. São essas complexas operações matemáticas que definem, no caso de viagens de Uber, por exemplo, qual motorista vai pegar determinado passageiro e vice-versa. Slee (2017) chama esse processo de economia de compartilhamento e o define como uma nova onda de negócios que se utilizam da internet aberta e de algoritmos proprietários para conectar consumidores com provedores de serviço, com a promessa de ajudar pessoas a tomar o controle de suas vidas, tornando-as microempresárias, empreendedoras de seu próprio negócio.

Novamente, os jargões com um forte apelo psicológico disfarçam o fato de que, desconhecendo a lógica algorítmica, escapam aos trabalhadores as intencionalidades das empresas para qual trabalham e a compreensão do processo que determina suas condições e jornada de trabalho. Qualquer tentativa de reação nesse caso tende a ser quixotesca.

Outro dado importante é o fato de que empresas, ao estilo Uber, têm como característica o fato de não terem funcionários. Segundo seus estatutos, todos os trabalhadores são meramente “parceiros”, um eufemismo para o termo “trabalhador precarizado”, já que, como dissemos, todos os ônus do negócio recaem sobre ele. Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010, p. 231), as precarizações constantes na vida do trabalhador “são processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade”.

Mais do que apenas os ônus financeiros, recai sobre o trabalhador precarizado também o ônus da qualidade do serviço, que é medida por meio de algum sistema de reputação. Praticamente todas as empresas que trabalham de forma a precarizar o trabalhador submetem seus “parceiros” a serem julgados pelos tomadores de serviço. Com sistemas de notas ou estrelinhas, o indivíduo que contrata o prestador de serviço tem o direito de fazer uma avaliação daquele serviço prestado.

Essas avaliações, entretanto, são atravessadas por subjetividades diversas (de crises de mau humor, projeções psíquicas e, até mesmo, sexismo ou racismo) que, não raro, são injustas em relação aos trabalhadores. Não menos importante, tais ajuizamentos têm um grande

peso sobre os algoritmos e, de acordo com essa sistemática de avaliação bastante questionável, bastam algumas notas baixas para o profissional ser punido ou até desligado do serviço que realiza por meio do aplicativo.

Será demonstrado que, nessa sistemática de avaliação plataformizada, os professores também estão na berlinda. É natural que alunos avaliem os professores, afinal, todos que passaram pelos bancos escolares já julgaram bem ou mal seus professores em algum ponto da vida. A diferença com a precarização algorítmica é que agora tais julgamentos são fatores decisivos para a permanência ou não de um professor em determinada escola digital ou aplicativo. Além disso, interferindo nesses processos de avaliação, ataques ideológicos aos professores tornaram-se bastante frequentes nos últimos anos (Penna e Aquino, 2023).

Em muitos aplicativos, os alunos, ao final do curso, avaliam o professor e todo seu material didático, dando de zero a cinco estrelinhas em quesitos como “didática”, “material de apoio”, “conteúdo”, entre outros. Mas quantos alunos dessas plataformas possuem isenção suficiente e senso de justiça para, de fato, dar uma nota equilibrada no quesito “didática”, por exemplo? Quantos dominam métodos pedagógicos, didática e outros recursos que poderiam resultar numa avaliação equilibrada?

A norte-americana O’Neil (2017) lembra que, na educação, algoritmos não podem ser usados para ranqueamentos ou decisões justas. Isso porque o contratante do serviço, ou seja, o aluno, não tem condições de compreender a extensão daquilo que está aprendendo

imediatamente depois da aula ou do curso. Certos conceitos só são compreendidos em sua totalidade meses, talvez anos depois da aula. Certas ideias só podem ser executadas quando a oportunidade aparecer, e muitas vezes tais oportunidades aparecem apenas muito depois da aula. Apenas como breve exemplo, podemos citar o seno e o cosseno, pesadelos de muitos estudantes do ensino médio, normalmente só são compreendidos mais tarde, em uma faculdade de ciências exatas.

O resultado desse tipo de ranqueamento é tratar o professor como um profissional precarizado de outro tipo de serviço. Assim, da mesma forma que um motorista de Uber acaba se tornando submisso às estrelinhas de seus passageiros (Slee, 2017), os professores também acabam tendo medo do julgamento de seus alunos. Um professor com receio desse julgamento pode ser devastador à educação (O’Neil, 2017), uma vez que o processo educacional não depende apenas dos professores, mas também de toda a realidade e da interação social (Vigotski, 1998).

Essas avaliações, entretanto, são feitas, e o são de forma displicente. Desconsideram uma miríade de variáveis relacionais, desde temperamentos pessoais até humor no dia e hora da avaliação. Ou seja, mais do que técnico, esse juízo é, profundamente, atravessado por subjetividades.

Não obstante, tais ajuizamentos têm um grande peso sobre os algoritmos, e, de acordo com este simulacro de “meritocracia”, bastam algumas notas baixas para o profissional ser punido ou até desligado do serviço que realiza por meio do aplicativo.

## As plataformas digitais

Se os elementos elencados acima estão presentes entre profissionais que alienam seus serviços a plataformas digitais de transporte urbano, entregas de alimentos e outros, eles também passaram a fazer parte da vida dos professores que, por um motivo ou outro, alienam seus serviços às *Learning Management Systems*. Vejamos, doravante, alguns exemplos.

Em uma rápida busca na rede mundial de computadores, percebemos diversas plataformas que oferecem, aos alunos, cursos rápidos ou aulas de reforço, por vezes comprados de modo avulso, e, em alguns casos, por meio de assinatura, por meio da qual o indivíduo paga uma mensalidade e tem acesso a quantos cursos ou aulas quiser.

Exatamente como a Uber, que conecta passageiros com motoristas, a Superprof ([www.superprof.com.br](http://www.superprof.com.br)) coloca professores em contato com alunos. O estudante abre a plataforma, pesquisa qual área do conhecimento, disciplina ou conteúdo precisa aprender e lhe é oferecido um rol de professores para sanar aquela dúvida. Os professores são oferecidos aos potenciais alunos por meio de uma foto em grande destaque e uma frase que supostamente deveria cativar o aluno. Além disso, ao lado do nome do docente, há uma nota, em uma escala de 1 a 5, que são as notas dadas pelos alunos àquele educador. Um pouco abaixo, o valor da hora/aula cobrada pelo professor e uma informação se aquele profissional tem algum tipo de promoção, como a primeira aula gratuita ou desconto em pacotes de aulas. Quando o aluno clica na foto do docente, é aberta uma nova página, na qual há algumas outras informações sobre o professor, como sua formação, suas

especialidades e alguns depoimentos de ex-alunos. Além da repetição da fotografia, do valor de cada aula e da nota geral da sua reputação.

Na Plurall (<https://aulasparticulares.plurall.net/>), o sistema de contratação é muito parecido com a plataforma apresentada acima. O potencial estudante entra na plataforma, cadastra-se e escolhe qual disciplina, tópico ou área do conhecimento precisa de ajuda, e um professor é destacado para o ajudar. Com uma navegação um pouco mais confusa em um primeiro momento, ela oferece algumas das mesmas indicações que as demais, ou seja: uma foto do docente, a disciplina ou conteúdo e o preço que ele cobra por aula. A diferença aqui é que os horários vagos de aula estão destacados, para o aluno programar seu horário antes mesmo de fazer contato com o professor. Além disso, não é visível o sistema de reputação.

Com um visual menos atraente, há também a plataforma Profes ([www.profes.com.br](http://www.profes.com.br)), que já em sua chamada alardeia “No Profes você encontra *mais de 10 mil professores particulares*” (grifo do website). Nessa ferramenta, o aluno depara-se com uma série de professores na página inicial, e a plataforma mostra três de suas atuações. O aluno/usuário pode contratar professores para fazer um acompanhamento mais completo da sua situação acadêmica, ou para apenas uma aula, sobre um assunto, ou, também, para o auxiliar em suas tarefas. Há, aqui, uma diferença, entretanto. Pesquisando em maior profundidade o website, temos alternativas que vão de tarefas do ensino fundamental I ao doutorado. Há serviço para correção de teses, dissertações e TCCs, indicando que essa plataforma vai um pouco além do mero “ajudar em tarefas” cotidianas. Ela indica como se dá esse processo (Profes, 2023):

- Entre no formulário e inicie o processo de criação da tarefa
- Preencha os dados da tarefa a ser resolvida com detalhes
- Finalize o pagamento, caução, no valor que você determinou
- Enviaremos sua tarefa aos nossos melhores professores
- Um professor Profes pegará a tarefa para resolução
- Se você gostou, avalie a resolução e o valor será debitado
- Ao aprovar a resolução, o valor será transferido ao professor
- Se você não gostou da resolução, bloqueie a tarefa e peça reembolso do seu valor
- O reembolso integral do seu valor será feito no seu cartão ou, caso boleto, na sua conta corrente

É interessante perceber que, neste fluxograma, o aluno sequer pode escolher qual profissional irá atuar em seu trabalho. Tal qual um motorista de Uber, que não pode ser escolhido pelo passageiro, aqui seu trabalho também fica à mercê da escolha algorítmica da plataforma.

Além de plataformas de aulas particulares no sentido mais voltado ao ensino tradicional, curricular, também existem os aplicativos para cursos livres, nos quais o professor também, no entender deste artigo, se sujeita à uberização. Um dos mais conhecidos é a empresa holandesa Hotmart, que já está capilarizada em sete países (Hotmart, 2023). Essa empresa diz em seus anúncios ser “A plataforma completa para transformar criadores de conteúdo em empreendedores”. Ela, tal qual a Uber, apenas intermedeia produtores de conteúdo (que podem ou não ser professores) e potenciais clientes. Nesse caso, ela atua mais como um canal de distribuição e vendas, ficando a cargo do

próprio professor todo o restante dos processos necessários para dar seu curso. A Hotmart, em seu modelo de negócios, pensa em um professor que possui uma grande presença nas redes sociais digitais. Isso é explicitado quando o docente se cadastra. Para calcular ganhos, o principal número utilizado pela plataforma é a quantidade de seguidores em redes sociais digitais. Quanto mais seguidores, maior potencial de vendas de cursos.

Ao entrar na plataforma, o usuário e aluno pode escolher entre uma miríade de cursos, com também uma diversidade muito grande de tempo de duração e preços. Ao clicar no curso desejado, uma nova página será aberta, contendo normalmente um vídeo introdutório do professor, uma breve descrição do que se aprenderá ao fazer a inscrição, o valor do curso e a reputação dele, medida pelos alunos. Essa reputação, assim como o Uber ou demais aplicativos da economia compartilhada, é ranqueada entre zero e cinco estrelas.

Uma concorrente direta da Hotmart é a empresa norte-americana Udemy ([www.udemy.com/](http://www.udemy.com/)), que promete ser “*marketplace* líder global para ensino e aprendizado, conectando alunos de qualquer lugar aos melhores instrutores ao redor do mundo” (Udemy, 2023a). A plataforma diz-se focada em fazer a ponte entre estudantes e professores. Há uma enorme variedade de cursos e preços, e, segundo o *website*, há cursos não apenas para indivíduos, mas também para grupos de trabalho ou funcionários de empresas. Assim como a empresa anterior, a Udemy define-se como um canal de distribuição e vendas de conteúdos. E, assim como sua concorrente, cabe ao professor ser capaz de agir em todas as especificidades que competem à criação de um curso completo.

O potencial aluno, ao entrar na plataforma, depara-se com uma grande oferta de cursos que são mais vendidos, em geral, da área de informática, como linguagens de programação ou bancos de dados. Mas, ao buscar por outras áreas, o indivíduo tem à sua disposição cursos tão díspares entre si quanto crip-tomoedas e pintura em aquarela, panificação com fermentação natural e mecânica quântica. Cada um desses cursos possui uma apresentação, com um vídeo elaborado pelo professor, além de algumas frases de incentivo e explicação e a reputação do curso, marcada com estrelinhas que vão de zero a cinco. Há também o preço do curso, o nível desejado do estudante e sua duração média.

Outra empresa que diz unir pessoas é a Eduzz ([www.eduzz.com.br](http://www.eduzz.com.br)). Ela promete ser um canal de venda de produtos e serviços, no qual um dos principais tipos de serviço são cursos *on-line*. Na empresa em questão, é interessante notar o foco nas vendas, ou seja, novamente tratando a educação como um produto, como apenas mais uma lata em uma prateleira.

Tal qual um trabalhador precarizado que leva refeições cruzando as grandes cidades do Brasil e do mundo, o professor, como aqui se busca argumentar, enreda-se voluntariamente ou involuntariamente numa malha de precarização.

Todo o equipamento utilizado pelo professor, seja nas plataformas de aulas de reforço, seja nas de cursos livres, é de sua inteira responsabilidade e investimento. É o docente quem paga a energia elétrica utilizada para a execução das aulas. Também é dele o computador, tablet ou celular que utiliza para gravar suas aulas ou transmissões ao vivo. Aulas estas que precisam ser gravadas ou transmitidas por meio de uma câmera, que também é parte do investimento do profissional da educação.

Igualmente, as luzes que iluminam, o cenário utilizado, a cadeira e a mesa de trabalho. Todos esses insumos atravessando, no geral, a domesticidade e o ambiente privado desses professores. Entende-se, neste artigo, que a situação em que o trabalhador é o único responsável pelos seus meios de trabalho é de precarização. Importante salientar que, no contexto pandêmico, mesmo os professores com carteira assinada se viram – salvo honrosas exceções – tendo que arcar com as despesas de luz, eletrônicos, internet, para garantir a transmissão de suas aulas.

Mas a precarização não cessa apenas nas questões materiais. Embora, nem sempre treinado e formado para isso, o professor para ser reputado nesse contexto digital precisa – por conta – ser capaz de se portar bem diante de uma câmera, de forma espontânea, atrativa, lúdica e, talvez, executar as dancinhas que estão na ordem do dia. Além disso, é dele a responsabilidade pela roteirização da aula, que, como normalmente é em vídeo e conta com materiais de apoio, precisa de uma decupagem daquilo que será apresentado ao aluno. A estrutura, tanto do espaço de filmagem quanto dos elementos incidentais que podem vir a aparecer no pós-produção, é mais um dos elementos que cabem agora ao docente, bem como a questão da edição dos vídeos, que é talvez o processo mais importante de todo produto audiovisual, como já afirmava Benjamin (2010) há quase uma centena de anos.

Além de todas essas questões técnicas do ponto de vista da comunicação, o professor platformizado também deve ser capaz de captar alunos, de fazer perfis que atraiam os estudantes para que o escolham dentre a miríade de cursos ou professores da mesma área. Mais do que isso, deve ser capaz de pensar

financeiramente, em termos de fluxo de caixa, investimentos, retornos financeiros, entre outras dezenas de elementos que são apanágios empresariais e que, por sua vez, são refratários a muitos sujeitos que escolheram o caminho da docência, justamente para não se envolverem com essas questões.

Esta é uma das características cruciais da precarização: tornar um indivíduo, que nem sempre se sente vocacionado para isso, não foi e, tampouco, quis ser formado para isso, uma “empresa”. Uma “empresa”, entretanto, que sobrecarrega o trabalhador de encargos, enquanto desonera os donos das plataformas de comunicação que, ao fim e ao cabo, apenas ligam estudantes e professores. Pode-se argumentar que o docente poderia contratar outros profissionais ou empresas para realizar as tarefas com as quais ele não consegue ter um bom rendimento. Mas, de novo, a precarização faz com que os rendimentos do indivíduo sejam tão baixos que isso se torna impossível (Slee, 2017).

A precarização, porém, vai além, quando compreendemos o processo a partir da chave fábrica difusa. Nesse caso, além de ter que ser uma empresa que funciona apenas com um funcionário, também o professor é uma empresa que trabalha vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana e em todos os lugares, na cidade e até fora dela. A invasão do tempo e do espaço do professor em situação precarizada é alarmante. Principalmente após a pandemia de covid-19, não são raros os relatos de docentes que são acionados pelos alunos nas mais diversas circunstâncias, inclusive, de madrugada, na hora do sono. E conseguir dar um basta nisso é muito difícil, em uma situação na qual o indivíduo precisa trabalhar muito para conseguir o mínimo para viver uma vida digna (André, Da Silva e Nascimento, 2019).

Algoritmos de plataformas como Superprof, por exemplo, forçam que o educador reaja às mensagens de alunos em poucas horas. Os professores mais bem avaliados respondem em uma ou duas horas no máximo. Há professores que respondem em até seis horas, mas esses têm avaliações menores. Ora, se o dia tem 24 horas e as pessoas precisam responder em até duas, isso significa que basta um provável aluno morar na Europa ou na Austrália para invadir o horário de descanso do professor.

Além disso, como podemos perceber, ao avaliar os horários disponíveis na plataforma Plurall, boa parte dos professores estão disponíveis para aulas das 8 da manhã às 22 horas, de segunda até segunda, sem tempo para descanso semanal, ou seja, seu horário de trabalho excede e muito o humanamente aceitável. Situação que faz lembrar o contexto fabril e o proletariado das primeiras etapas da Revolução Industrial.

Na plataforma Profes, a situação é ainda mais nebulosa, já que um dos principais conceitos dela é resolver tarefas para os alunos. Não parece muito adequado, didaticamente falando, que um profissional resolva questões e tarefas para um estudante. Se a ideia básica da ciência é a construção do conhecimento a partir da tentativa, do erro e, depois, do acerto (Vigotsky, 1998), como isso se dará quando é um terceiro que realiza uma tarefa? Mais do que isso, o professor na fábrica difusa, além de precarizado, é também invisibilizado, já que o aluno sequer sabe quem foi que resolveu a questão ou o trabalho para ele.

A plataforma diz, com todas as letras “Enviaremos sua tarefa aos nossos melhores professores / Um professor Profes pegará a tarefa para resolução / Se você gostou, avalie a resolução e o valor será debitado” (Profes, 2023).

A invisibilização do professor parece, afinal, o paroxismo da precarização. Os direitos autorais sequer são respeitados, sem, evidentemente, mencionar, ainda, o problema ético envolvido na situação. Quando passamos às plataformas de vendas de cursos livres, a presença da uberização torna-se ainda mais forte.

Na empresa Hotmart, já no momento do cadastro, o professor é avaliado pelas suas redes sociais. Como já dissemos, quanto mais seguidores tiver, maiores as chances de ter um bom negócio, segundo a empresa. Ou seja, coloca-se, também como responsabilidade do docente, a necessidade de ser um “influenciador digital”, ou seja, alguém que pode influenciar pessoas por meio das plataformas de redes sociais digitais. Nessa empresa, um curso é tratado como um produto, e o docente tratado como empreendedor. Ou seja, apenas transações comerciais, nas quais a empresa pega uma gorda fatia. Não parece haver um genuíno interesse para a melhoria da condição de vida nem do professor, nem do estudante. A plataforma permite-se cobrar uma grande fatia do resultado financeiro da pessoa que desenvolve seus cursos. Essa cobrança, inclusive, mostra outro traço que Slee (2017) associa à uberização, que é se aproveitar da vulnerabilidade das pessoas para impor comissões cada vez mais altas. Além disso, a porcentagem ou o valor dessas comissões nunca estão completamente claras ao usuário/docente.

De acordo com o próprio *website* da Hotmart (2023), existem algumas formas de cobrança por parte da plataforma: primeiramente uma taxa de intermediação, que é variável de acordo com o valor do produto. Ou seja, de antemão, o proponente a um curso não sabe quanto precisará pagar à empresa holandesa. Em outra cobrança, há a taxa de licença, na qual

a cada curso vendido a empresa fica com 9,9% do valor do curso e mais R\$0,50. Entretanto, se o curso ou produto custar menos de R\$10,00, a empresa abocanha 20% do valor arrecadado pelo professor. Mas não para por aí: ela quase que exige que os cursos sejam prioritariamente em vídeo. Mas, para isso, o docente tem que pagar R\$2,49 por visualização, sob o pretexto de utilizar o *player* de vídeo da empresa. Com tais taxas exorbitantes, fica evidente a precarização. Com o passar do tempo, mais e mais os proponentes dos cursos sentem-se proletários em uma grande fábrica que os explora.

O que não é diferente na Udemy, sua concorrente norte-americana. Há um depoimento em uma das páginas de curso que diz o seguinte: “Faça a inscrição no curso por meio do *link* da Bio do meu Instagram: @xxxxx (dados apagados por motivo de privacidade), desta forma recebo 90% do valor do curso. Quando a compra é realizada por meio de pesquisa diretamente no *site* da Udemy, recebo apenas 5% do valor do curso” (Udemy, 2023c). Isso significa que a empresa que supostamente é apenas um canal de vendas fica com 95% dos ganhos dessa professora, caso o aluno a descubra pela própria plataforma. A empresa, apesar de não negar essa informação fornecida pela professora, uma vez que o texto está dentro de suas páginas, informa que, por meio de um cupom fornecido pelo docente, os ganhos brutos são de 97%, enquanto as vendas que não são feitas por meio do instrutor ganham apenas 37% do faturamento bruto do curso (Udemy, 2023d). Aplicadas as taxas e demais transações, os valores são muito parecidos com aqueles que a docente explanou em sua página.

Ou seja: o profissional da educação precisa responder por toda a estrutura do curso a ser vendido, precisa ter todo o equipamento

e custos originários dele, precisa ser capaz de criar e editar os vídeos e os textos que irão para os alunos, além de precisar fomentar a captação de alunos e ser o financeiro da sua empresa de uma pessoa só, entre outras tantas atribuições. E, depois de ter feito tudo isso, receberá apenas uma porcentagem de 37% do valor bruto do seu curso, evidenciando uma das principais características da precarização, que é a baixa remuneração ou uma remuneração que explora a mais-valia do trabalhador de uma forma acintosa.

A Eduzz, que tem um sistema de pagamento ainda mais complexo e confuso, envolvendo pelo menos outras três subempresas (Alumy, Nutror, Órbita), não é muito diferente, já que, de acordo com seu *website*, cobra 4,9% mais um real para cada curso e ainda mais 3,9% para cada aluno que compra o produto.

Para além da questão financeira, há também a questão da falta de liberdade do profissional. Com a enganosa propaganda de que o docente poderá vender o que quiser, da forma que quiser, esconde-se um conjunto de regras bem estritas e que revelam aquilo que Slee (2017) já afirmava ao dizer que as empresas da suposta economia de compartilhamento impõem regras cada vez mais rigorosas de seus “parceiros”. O docente precisa responder a seus alunos em um espaço pequeno de horas, tal qual a fábrica difusa já preconizava, forçando o trabalhador a estar o tempo todo e em todo lugar disponível. Além disso, precisam renovar os vídeos ou os textos a cada período de tempo, promovendo mais custos para o docente. Esses vídeos, de acordo com a Udemy (2023b), também precisam ter qualidade de pelo menos 720p, contendo pelo menos 30 minutos, com boa qualidade de áudio, pelo menos uma imagem exclusiva do curso, entre

outras exigências. A Eduzz chega a escrever em seu *website*: “Você precisa criar conteúdo de maneira consistente. Reserve um tempo durante o dia para publicar um novo vídeo” (ibid.), mostrando como há uma cobrança ininterrupta sobre o produtor do material.

O professor precarizado, como se vê nesses poucos exemplos, está, infelizmente, cada dia mais sujeito às plataformas e a seus algoritmos, bem como a esse capitalismo exacerbado no qual “colaboradores” sem nenhuma seguridade social trabalham o tempo todo, em todo lugar na fábrica difusa, utilizando seu conhecimento e suas ferramentas para ganhar uma fração do dinheiro arrecadado com seu esforço.

É importante mencionar, ainda, a questão dos ranqueamentos, mediante atribuições de conceito aos quais, tanto quanto em plataformas tipo Uber, os professores se sujeitam. É a possibilidade de indivíduos, sem a devida instrução, darem notas a professores, como já foi abordado.

Com efeito, a implicação desse tipo de ranqueamento é tratar o professor como um profissional precarizado, tal como de outro tipo de serviço. Assim, da mesma forma que um motorista de Uber acaba se tornando submisso às estrelinhas de seus passageiros (Slee, 2017), os professores também acabam tendo receio do julgamento de seus alunos.

Por fim, além do ranqueamento algoritmizado, outro ponto que aflige os trabalhadores precarizados é a noção de necessidade de empreendedorismo. Incentivado pelas plataformas, que desejam gastar cada vez menos em prol do ganho financeiro, o trabalhador é aliciado no sentido de ser o “gestor da própria carreira”, sendo levado à ideia de que existe uma fórmula mágica para o problema do desemprego ou da falta de dinheiro. É interessante

destacar que essa fórmula ajuda de muitas maneiras as empresas que podem precarizar o trabalhador, mas ajuda também o Estado que, de certa maneira, incentiva tais práticas para não precisar gastar com funcionários.

Novamente focados na educação, basta ver a quantidade de professores contratados por meio dos Processos de Seleção Simplificada (PSS), que não têm a seguridade de um professor concursado e devem estar preparados para assumir uma miríade de disciplinas muitas vezes longe da sua área de formação, em atuação correlata aos demais trabalhadores que precisam empreender em suas funções.

Na fábrica difusa (Bihl, 1998), o trabalhador precisa ser um empreendedor em todo tempo e espaço. E precisa saber lidar com os algoritmos que o vigiam durante todo o tempo de seu labor (Zuboff, 2019). O “professor empreendedor”, então, precisa conhecer e se relacionar com as plataformas de registro de estudantes, como o Registro de Classe *On-line*, do estado do Paraná, ou a Secretaria Escolar Digital, do estado de São Paulo. Mas isso é pouco, porque o mesmo professor, movido pela insegurança da precarização e a propaganda do empreendedorismo, também precisa saber lidar com as redes sociais digitais, como Instagram, TikTok ou WhatsApp (Santos, 2022). Isso, entretanto, continua sendo pouco, principalmente no pós-pandemia de covid-19, uma vez que se espera que o professor consiga ser capaz de criar vídeos para plataformas proprietárias ou para o YouTube. E, então, o docente depara-se com a necessidade de aprender a editar áudio e vídeo (Stadler e Santos, 2020).

Assim, fica patente que cabe ao professor plataforma a responsabilidade pela sua constante adequação às necessidades dos seus clientes. As escolas, por mais que se esforcem,

não conseguem dar conta de tamanha demanda por cursos e também pelas especificidades deles. A formação continuada do professor acaba sempre estando defasada em relação aos algoritmos que se movem e se modificam à velocidade da luz.

Com a estratégia da fábrica difusa, que se estende por toda a cidade (Cant, 2021), escolas públicas ou particulares, com maior ou menor aporte financeiro, acabam por forçar o professor a sempre se atualizar, sempre buscar novas formas de se fazer entender pelos aprendizes. Porém, menos que em respeito aos interesses de crescimento pessoal, o professor precisa se adequar às novas linguagens e tecnologias pelas lógicas de funcionamento e de extração de sobretrabalho de uma máquina educacional que se assemelha em muito a uma fábrica qualquer, que visa meramente ao lucro.

Lucro este que decide quais ferramentas o professor precisa conhecer ou em quais se aprimorar. A lógica de aprendizado contínuo do professor não está alicerçada naquilo que é mais necessário à sua disciplina, mas sim na necessidade capitalista de empresas que manipulam algoritmos precarizadores e, não menos importante, no medo provocado pela instabilidade e insegurança de uma vida profissional com pouca ou nenhuma garantia e direitos trabalhistas (Standing, 2013).

## Conclusão

No mundo do Antropoceno e do capitalismo industrial de plataforma, desde que haja equipamentos e conexão com a internet, é possível trabalhar em qualquer tempo e em qualquer lugar. Residências, praças, galerias, parques,

espaços públicos e privados em geral e toda a cidade de certa maneira convertem-se em um grande espaço de trabalho. A cidade transforma-se numa grande fábrica: a fábrica difusa.

O maior ativo de qualquer fábrica difusa na contemporaneidade são seus algoritmos. Com essa estratégia, os trabalhadores sequer conseguem perceber as intenções da empresa para qual trabalham e muito menos têm condições de entender o algoritmo ao qual está submetido. Nesse sistema de trocas desiguais, o trabalhador sai seriamente prejudicado.

Por meio dos algoritmos da fábrica difusa e de um capitalismo cada vez mais cruel, docentes sofrem a cada dia um processo crescente de precarização de sua profissão. Ainda que a desvalorização social da profissão docente no Brasil consista numa triste realidade

histórica, o que se vê acontecer atualmente é de grande desestímulo a essa profissão tão necessária ao desenvolvimento de nosso País. Se, nos ambientes formais de ensino, os docentes são cada vez mais enquadrados como prestadores de serviços de um sistema profundamente mercantilizado, tanto pior a situação do professor nas plataformas. Em meio ao assédio discursivo, vê-se esgotado e afogado em algoritmos. Há uma espécie de senso comum sobre a necessidade de aprimoração da educação em amplitude, quantidade e qualidade da educação. A mercantilização cada vez mais agressiva da educação, precarizando as condições de trabalho e vida dos professores, como se vê no caso das plataformas, não só não resolve os problemas do País nesse sentido como atua para os aprofundar.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-1512-3639>**

Centro Universitário Internacional, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias.  
Curitiba, PR/Brasil  
andre.ca@uninter.com

**[II] <http://orcid.org/0000-0001-5050-1637>**

Centro Universitário Internacional, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias.  
Curitiba, PR/Brasil  
rodrigoscama@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0001-7925-9653>**

Centro Universitário Internacional, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias.  
Curitiba, PR/Brasil.  
luis.l@uninter.com

## Referências

- ABÍLIO, L. (2017). *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. Campinas, Passa Palavra. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 1º jun 2023.
- \_\_\_\_\_. (2019). Uberização do trabalho: uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas: Individuo y sociedad*, v. 18, n. 3, pp. 1-11.
- AGAMBEN, G. (2019). *O que é um dispositivo?* Chapecó, Argos.
- ALLIEZ, E.; FEHER, M. (1888). “Os estilhaços do capital”. In: ALLIEZ, E.; FEHER, M. (eds.). *Contratempo*. Rio de Janeiro, Forense.
- AMORIM, H.; MOREIRA CARDOSO, A. C.; BRIDI, M. A. (2022). Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*. Salvador, v. 35, pp. 1-15. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49956>.
- ANDRÉ, R. G.; DA SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. (2019). “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 18, n. 1, pp. 7-34.
- BENJAMIN, W. (2010). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense.
- BIRH, A. (1998). *Da grande noite à alternativa*. São Paulo, Boitempo.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF.
- BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. (orgs.) (2018). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba, Editora UFPR.
- BRUNO, M. (2009). O novo homo economicus (do assujeitamento à servidão efetiva). *Omarre*, n. 10, pp. 33-38.
- CANT, C. (2021). *Delivery Fight!* São Paulo, Veneta.
- DECCA, E. S. DE. (2004). *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, pp. 229-248.
- GUIMARÃES, L. M. da S. (2021). *O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de Sociologia no Estado do Paraná diante da pandemia de covid-19*. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- HOTMART (2023). *Hotmart – About us*. Disponível em: [https://www.hotmart.co/?\\_gl=1](https://www.hotmart.co/?_gl=1). Acesso em: 15 fev 2023.
- IBGE (2019). *Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 – Acidentes, violência, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 31 maio 2023.

- IBGE (2022a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua*. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Comentarios\\_Sinteticos/2022\\_3\\_trimestre/pnadc\\_202203\\_trimestre\\_comentarios\\_sinteticos\\_Brasil\\_Grandes\\_Regioes\\_e\\_Unidades\\_da\\_Federacao.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/2022_3_trimestre/pnadc_202203_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_Grandes_Regioes_e_Unidades_da_Federacao.pdf). Acesso em: 9 fev 2023.
- \_\_\_\_\_. (2022b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012> >. Acesso em: 31 maio 2023.
- LATOUR, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. (2001). *Trabajo inmaterial: formas de vida y producción de subjetividade*. Rio de Janeiro, DPA Editora.
- LEARY, J. P. (2018). *Keywords: the new language of capitalism*. Chicago, Haymarket Books.
- LUC BOLTANSKI, E. C. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARX, K. (2011). *O capital*. São Paulo, Boitempo.
- NEGRI, A. (2006). *Adeus, Sr. Socialismo. Que futuro para a esquerda?* Porto, Ambar.
- NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. (2020). *Os professores depois da Pandemia*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtlKTS75PB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev 2022.
- O’NEIL, C. (2017). *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. Nova York, Crown Publishing Group.
- PENNA, F.; AQUINO, R. (2023) *A violência da extrema direita contra professores*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-violencia-da-extrema-direita-contraprofessores/>. Acesso em: 1º jun 2023.
- PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A. (2020). Saúde Mental de Docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. *Boletim de Conjuntura*. Boa Vista, v. 3, n. 9, pp. 26-32. DOI: 10.5281/zenodo.3986851. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 22 ago 2023.
- PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. (2022). Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 25, n. 1, pp. 156-165. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82504>.
- PROFES (2023). *Tarefas Profes*. Disponível em: <https://profes.com.br/tarefas/>. Acesso em: 15 fev 2023.
- SANTOS, R. O. (2022). *Redes sociais digitais na educação brasileira: seus perigos e suas possibilidades*. São Paulo, Artesanato Educacional.
- SLEE, T. (2017). *Uberização*. São Paulo, Elefante.
- SRNICEK, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- STADLER, P. C.; SANTOS, R. O. (2020). Boas práticas para a produção de vídeos educativos na linguagem de youtubers. *Imagens da educação*, v. 10, n. 1, pp. 86-101.
- STANDING, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte, Autêntica.
- TURIN, R. (2019). *Tempos precários*. Rio de Janeiro, Zazie edições.

- TURING, A. (1936). On computable numbers, with an application to the entscheidungsproblem. *On computable Numbers*, n. 12, pp. 230-265.
- UBER, INC. (2023). *Venha trabalhar na Uber*. Disponível em: <<https://www.uber.com/br/pt-br/business/sign-up>>. Acesso em: 15 fev 2023.
- UDEMY (2023a). *Udemy*. Disponível em: <<https://about.udemy.com/pt-br/>>. Acesso em: 15 fev 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023b). *Checklist de qualidade do curso Udemy*. Disponível em: <<https://support.udemy.com/hc/pt/articles/229604988-Checklist-de-Qualidade-do-Curso-Udemy>>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023c). *Curso sala de aula invertida*. Disponível em: <<https://www.udemy.com/course/salainvertida/>>. Acesso em: 23 fev 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023d). *Parcela de receita de instrutor*. Disponível em: <<https://support.udemy.com/hc/pt/articles/229605008-Parcela-de-Receita-de-Instrutor#:~:text=Vendas%20que%20n%C3%A3o%20ocorrem%20por,link%20de%20indica%C3%A7%C3%A3o%20de%20curso>>. Acesso em: 23 fev 2023.
- VIGOTSKI, L. (1998). *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes.
- WILLIAMS, R. (1999). *Cultura e materialismo*. São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_ (2016). *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo, Boitempo.
- ZUBOFF, S. (2019). *The age of surveillance capitalism*. EUA, Profile Books.

Texto recebido em 14/mar/2023  
Texto aprovado em 7/jun/2023

# Precarization of teaching work: teaching platforms in the context of the factory

Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa

André Luiz Moscaleski Cavazzani [I]  
Rodrigo Otávio dos Santos [II]  
Luís Fernando Lopes [III]

## Abstract

This article discusses issues related to various initiatives for the platformization of teaching work in the current context. The study consists of an empirical effort to locate and compare digital teaching platforms, and proposes a critical analysis supported by a relevant bibliographic and analytical body. The main objective is to show, through a systematized analysis, how the kidnapping and precarization of teaching work via digital teaching platforms can occur. These operations are concealed by a neoliberal semantics that seeks to confer soothed idiomatic meaning associations (autonomy, entrepreneurship etc.) on a process in which those who work for or under the control of digital platforms end up being harmed.

**Keywords:** education; precarization; digital platforms; diffuse factory; algorithms.

## Resumo

*Este artigo discute questões relativas às diversas iniciativas de plataformação do trabalho docente no contexto atual. O trabalho consiste num esforço empírico de localização e cotejamento de plataformas digitais de ensino, propondo, também, uma análise crítica sustentada por corpo bibliográfico e analítico pertinente. O principal objetivo é indicar, por meio de uma análise sistematizada, como podem se operar, via plataformas digitais de ensino, o sequestro e a precarização do trabalho docente, dissimulado por uma semântica neoliberal que busca conferir edulcoradas associações de sentido idiomático (autonomia, empreendedorismo, etc.) a um processo em que aqueles que trabalham para ou sob o controle das plataformas digitais acabam sendo prejudicados.*

**Palavras-chave:** educação; precarização; plataformas digitais; fábrica difusa; algoritmos.



## Introduction

The premise of this paper is to problematize the precariousness of teaching work in the face of new communication and information technologies, understanding this phenomenon as a variant of a process of reorganization of the productive chain initiated in the second half of the twentieth century, called by Italian intellectuals *diffuse factory* (Negri, 2006).

Such process, marked by automation, outsourcing, decentralization and flexibility of industrial plants has been imposed since the 1970s as a way of demobilizing European labor movements, especially in Italy. In the 21st century, the geographical dispersion of production processes across global peripheries, in search of cheap labor, tax exceptions and flexible or non-existent labor legislation, becomes a global trend facilitated by the advancement of telematic and computer networks, enabling exchange of instant information (Lazzarato and Negri, 2001).

The empirical basis of this paper results from incursions of analysis and comparison, in digital teaching platforms. The result of this work is treated from a critical bibliography, seeking to support the hypothesis that, at the whim of algorithms, in a context of platform industrial capitalism (Amorim, Moreira and Bridi, 2022), teaching work suffers from the platformization, a dramatic process of precariousness, equivalent to what occurs in other bases, such as, for example, Uber .

Epistemically anchoring the analyzes is the general assumption that communication technologies, from their simplest to the most advanced physical forms, are not only means

of expression, but also means of production. Indeed, communication and its material means are intrinsic to all human forms of work and social organization, becoming indispensable elements both for the productive forces and for the social relations of production and power that result from it (Williams, 1999, p. 71).

The lines below assume, therefore, that informational and communicative technologies are not just means of expression or diffusion, but rather engender social relations of production. Indeed, based on this assumption, this text seeks to draw a critical overview of the processes of digitization of teaching by the so-called *Learning Management Systems* and their possible effects in terms of kidnapping and precariousness/uberization of teaching work.

In this context, cannot be disregarded the social and economic pressures, which have acted negatively on the supply of teaching work in the formal market, collaborating, in a more general process, to the facilitation of the co-option of teachers for digital teaching platforms.

Thus, in a first step, the article presents the situation of work in the Brazilian context in the years before and immediately after the covid-19 pandemic, having as a starting point the labor reform (law n. 13.467, of 2017). The focus is not random, rather, it serves to demarcate the challenges that the field of formal and paid work has been facing in Brazil and in teaching work.

In the second stage, resulting from the first, the article seeks to present an X-ray made on digital content platforms that offer both short courses and reinforcement classes or even thematic lectures offering users/ students, upon payment of fees or monthly

fees, synchronous connection and /or asynchronous with professors registered there. In this environment, a platformized educational services, the argument defended here is that teachers find working conditions – problematic – analogous to those seen on the Uber platform. Finally, it is supported that the lack of regulation feeds the precariousness of teaching work disguised as a sweetened discourse of entrepreneurship.

All this unfolding in a contemporaneity engendered by the collective sharing of a temporal experience affected: by climate catastrophes; by the impact of human action on Earth at unprecedented geological levels; by the scourge of pandemics; by economic insecurity in the face of highly stressed, connected and volatile economies; by the obsolescence and disappearance of traditional professions or, at the limit, in their traditional form; by psychic unrest generated by the exposure of domesticities, inadvertently or voluntarily, in a mind-boggling profusion of posts on social media; by the ubiquity of the work that unfolds, in the so-called diffuse factory (Negri, 2006), at any time and in any place; by the impacts and pressures of these elements on the configuration and occupation of cities. That is, the lines below seek an approach to the precariousness of teaching work in times that some have agreed to call the Anthropocene (Latour, 1994) (Turin, 2019).

## Entrepreneurship or precariousness

Since the 1990s, Brazil has been experiencing a growing trend of precarious work. This situation, which used to materialize through atypical forms of hiring, such as temporary, self-employed, outsourced work, among others, received a formal seal in Brazil in the second decade of the 21st century. Corroborating this general trend in the world of work, markedly neoliberal, the labor reform (law n. 13,46, of 2017) ratified changes in the rules on working hours, remuneration and career plan. With the formal justification of generating more jobs, but also in response to pressure from employers, this reform would incorporate, in practice, a typically neoliberal current lexicon. The buzzwords “flexibility”, “capabilities”, “resilience”, “entrepreneurship” stand out which, beyond simple words, have even had a semantic impact on the configuration of contemporary subjectivities that, for the good or, perhaps, more to evil, is yet to be measured (Lazzarato and Negri, 2001), (Leary, 2018) (Turin, 2019).

In any case, if the justification was to generate new jobs by making the labor market more flexible, simplifying relations between workers and employers, subsequent years showed that this reform did not have the desired effects. Otherwise,

let's look at a series of data collected by the IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) listed here.

The number of employees without a formal contract, according to the Continuous National Household Sample Survey - Continuous PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua) released in November 2022, was estimated at 13 million and 212 thousand in Brazil. The unemployed population, that is, those people who did not have a job, in a given reference period, but were willing to work and who, for that, took some effective measure in the last 30 days, was estimated at around 9 million and 460 thousand people (IBGE, 2022a). These unemployment rates are the highest since the historical series started in 2012.

Poverty indices are also among the highest in the historical series. In 2021, considering the poverty markers established by the World Bank, Brazil reached the sad mark of 62.5 million people (almost 30% of the Brazil population) in this situation and, still, 17.9 million (8.4% of our population) in extreme poverty. This is a record increase since the beginning of the series, also in 2012. No less important and tragic is the finding that, in 2021, all income brackets showed a drop in average per capita household income, with the greatest decrease *being between* the poorest (IBGE, 2022b).

In addition to the increase in poverty rates, the National Health Survey (PNS) 2019 – Accidents, violence, communicable diseases, sexual activity, work characteristics and social support, a little earlier and also from IBGE, indicates that, in Brazil in 2019, 3.5 million individuals interrupted their routine activities due to psychological, physical or sexual

violence. Of this group, women (15.4%) were the most impacted compared to men (7.6%), as well as self-declared black people (14.5%) in contrast to 11.0% of self-declared white people and 12.2% of browns (IBGE, 2019).

These indicators, namely unemployment, poverty and violence, corroborate, therefore, important criticisms of the labor reform (law n. 13,467, of 2017), demonstrating a much harsher reality than that idealized from the terms so dear to the neoliberal lexicon “flexibilization”, “innovation”, “resilience”, etc., which, in turn, were mobilized to justify its implementation. Reality crossed and catalysed, it should be said, by the pandemic context. In this scenario, a fundamental element to be considered are the technological transformations that, if on the one hand allowed the emergence of new workspaces, on the other hand, provoked changes in employment relations and conditions, many of them engendered and legitimized by the labor reform.

The education sector, on the other hand, already under pressure from the changes in the configuration of the 2017 reform, will thus suffer a new impact with the advent of the covid-19 pandemic. In this context, what was seen was an impressive acceleration of the process of digitalization of education, following what was happening in society as a whole. In a very short time, teachers and other professionals in the educational field had to adapt to the new requirements, immersing themselves in a disruptive process of transforming their pedagogical practices, including educational management, in which digital technologies, which were already gaining importance, began to figure in the spotlight (Nóvoa and Alvim, 2020).

Working in a *home office* (improvising spaces for domestic transmission), using social networks, interaction applications, *games*, recording videos, producing content to be made available on the internet, among other practices, have become necessary skills for teaching. It wouldn't just be a change of form. By inhabiting the most varied web conferencing platforms, teachers began to face the contingency of speaking to an invisible audience, not knowing if they were being seen and heard and when, nor by whom they were being observed. If a supposed teaching took place, the verification of learning was quite deficient. In addition, without much preparation, teachers suddenly had to learn to deal with a generation that learns through memes and that, increasingly, in the rapid transition of screens, associates reasoning/learning from the frame of the laughable, the playful and the ephemeral.

In this context of work overload and insecurity, situations of illness among teachers (depression, burnout syndrome, stress, moderate or severe anxiety) that previously existed, have worsened since the pandemic. This is what Guimarães (2021) points out in an investigation about the working conditions of sociology teachers in Paraná/Brazil during the pandemic period. It will not be surprising to see similar situations in the rest of the country. Mobilizing data from the Ministry of Education, Pereira, Santos and Manenti (2020) indicate that the difficult or even non-adaptation to the new reality of work (remote and in a pandemic period) led teachers to physical and mental illness, implying leave for health reasons, layoffs, including voluntary ones.

As outlined by Previtali and Fagini (2022), who analyzed teaching work in Brazilian Basic Education in the face of the pandemic amid the spread of telework in the wake of Industry 4.0, neoliberal capitalism and New Public Management (Nova Gestão Pública-NGP), the sudden use of new technologies implied the “deepening of the already precarious teaching career under the pandemic”. Strictly following the neoliberal prescription propagated by the globalized world, such processes emphasized “privatization and outsourcing processes in order to make public services *business niches* for capital” (ibid., p. 157; italics in the original). It is precisely some of these niches that this article deals with.

Firstly, however, it is worth warning that this is not a matter of gratuitously attacking the new communication technologies, propagating nostalgia and a return to limestone chalk dust and the blackboard. The new communication technologies, telematics, are there and they are inescapable. However, it is a serious danger to naively regard them as panaceas. One must draw attention to the pitfalls inherent in them in an attentive and cautious way.

Among these pitfalls is the belief that the much-publicized freedom gained through the use of new digital technologies, flexible working hours, and worker autonomy are free. In fact, they come at a price. The argument that follows seeks to demonstrate that the digitization of teaching, in the way it has been carried out, acquires the form of a *device* as used by Giorgio Agamben: a power structure that operates on multiple levels, including the regulation of behavior, the production of subjectivities, the management of information and the organization of social life (Agamben, 2019).

More than means of communication, *Learning Management Systems* engender social relations of production, in which, in a system of unequal exchanges, the precarious side is that the teacher, who now sees his work effort co-opted, platformized, in a process understood by specialists as a tributary of a new phase of capitalism in which the economic exploitation of data, mobilized by algorithms, occupies a central place in new private enterprises (Srniczek, 2017).

## Diffuse factory, Platform Capitalism and Platform Industrial Capitalism

Srniczek (2017) called platform capitalism, the contemporary process of financial accumulation that presupposes new business models in which algorithms and data, controlled and extracted from platformized telematic networks, play a preponderant role.

Going further and based on the assumption that the processes of financial accumulation and exploitation of work via platforms correspond to empirical evidence of historical reiteration and, more than that, of the radicalization and spread of industrial logics, Amorim, Moreira and Birdi (2022) added *industrial* to the expression coined by Srniczek.

The initiatives to technically name the contemporary processes of financial accumulation, which admit new business models of measuring profits and labor exploitation, are multiple and challenging. In the case of capitalism and its contemporary forms, the situation is complicated by the high

volatility of the ongoing phenomena. This article is not intended to be an epistemological initiative in search of the most precise nomination to define the current context of capitalism. In fact, it seeks to mobilize concepts that can be used as a key to understanding and specifically delimiting the events that occur within *Learning Management Systems*, giving greater attention to the precariousness of work. In this direction, considering that the *platform industrial capitalism formula* assumes digital platforms as “a synthesis of the industry-form and one of the central contemporary forms of surplus labor extraction” (Amorim, Moreira and Birdi, 2022, p. 2), it fits very well the situations that will be explained later in this article.

In the same way, the concept of diffuse factory is activated (Negri, 2006). This concept is valid for the intentions of this article insofar, as indicated before, it marks the processes of dispersion, spreading and ubiquity of labor exploitation chains, which, as it is defended, are brands of platforms. Moreover, it confers a trace of historicity, signaling the workers' struggle processes and the relocation of the manufacturing sector from the 1970s of the 20th century, which, in turn, gave rise to processes of dispersion of the industrial parks and their lines of production.

The exploitation of labor, which was once a battle in the factory (between the workers on the ground and the bosses in the control center), (Decca, 2004) is gradually gaining new contours in *platform industrial capitalism*, arising from the technological sophistication and the means of labor control that it makes possible. If, in the traditional factory, the means of production were in the hands of the owners of the enterprises, in

industrial platform capitalism, they belong to the worker. Take the case of Uber. As is known, on this platform the professional needs to enter the job market, taking, at his own expense, all the material necessary to carry out the service. So, he must pay for the car, gas, oil change, and tire rotation. This is the process of subordinate self-management, using the terms of Abílio (2019).

In other cases of platform professionals, such as a manicurist, for example, the work material (pliers, nail polish and other devices) falls under their responsibility (Abílio, 2017). If you are a designer, you have to pay for *software licenses* as well as a powerful computer and the electricity bill (André, Da Silva and Nascimento, 2019).

In this context, the proletarian distances himself from the one traditionally described by Marx (2011) who occupies the factory floor. That's because, as we indicated before, the factory has changed. If, in the textile factory discussed by Marx, time (from abusive days to eight hours with a break, conquered from the workers' historic struggle) and space (from unhealthy and unsafe sheds) were well defined; currently we have the fuzzy factory, that works anytime, anywhere, in which time and space are subjugated in favor of measuring profits through the co-option of surplus labor.

Time becomes all the time the worker can stand to work, and space becomes every city or region the worker manages to reach. There are no more limits in this new organization of the production chain. In this context of platform industrial capitalism (Amorim, Moreira and Birdi, 2022), there is a huge expansion of worker informality, with a direct exploitation of this informality.

With the expansion of the relationship of services, outsourcing and production that merges with the city's own territory, we perceive a dismantling of social labor protection. We can also say that the flexibility of work, which is touted by companies, ends up transferring risks and insecurity to the worker (Standing, 2013).

In addition, through computers, *smartphones* and platform algorithms, which never stop notifying the worker, we have an invasion of domestic space (Bruno, 2009). The diffused factory worker stays working as long as he can, as far as he can go. This process of precariousness is so multidimensional that it affects the subject in his psychosocial aspects, both inside and outside work, reaching the point of engendering a new subjectivity (Franco, Druck, Seligmann-Silva, 2010).

Precariousness seems to be evident when analyzed at a distance from the problem. However, this ubiquitous form of diffuse factory bias takes workers into a symbiotic relationship, in the psychoanalytical sense of the term, in which the connection is so intimate that it impairs rationalization, the workers' critical capacities and, not infrequently, takes away their strength to look for other jobs. (Cant, 2021).

For Cant(2021), the discursive magnetism of the platforms is great, offering, as attractions, high earnings and total independence, as evidenced by Uber's own advertising, otherwise, let's see:

make good money; you can drive and earn as much as you want; the more you drive, the more you earn; set your own hours; no office or boss; that means you can start and stop whenever you want; and at Uber, you call the shots. (Uber, 2023)

In a context of employment regressions, advertising is indeed very persuasive. However, it feeds a kind of vicious cycle that imprisons the worker, as reported by Slee (2017) and Cant (2021). But, beyond the seductive discourse, there is still – dangerously hidden – another tool that mobilizes this cycle: the algorithms. The understanding of the processes of precariousness of contemporary work, through the co-option of workers by digital platforms, inescapably passes through algorithms.

Alan Turing, English mathematician, in 1936, defined algorithms as an unambiguous and ordered set of executable steps that define a finite process (Turing, 1936). That is, an algorithm is a set of rules and logical procedures that, with a certain number of steps, intend to lead to the solution of a previously defined problem (Santos, 2022).

Algorithms are the greatest assets of companies in the context of platform industrial capitalism. It is these complex mathematical operations that define, in the case of Uber trips, for example, which driver will pick up a certain passenger and vice versa. Tom Slee (2017) calls this process the sharing economy and defines it as a new wave of businesses that use the open internet and proprietary algorithms to connect consumers with service providers, with the promise of helping people take control of their lives, making them micro-entrepreneurs, entrepreneurs of their own business.

Again, the jargon with a strong psychological appeal disguises the fact that, unaware of algorithmic logic, workers fail to

understand the intentions of the companies they work for and the understanding of the process that determines their working conditions and hours. Any attempt at a reaction in this case tends to be quixotic.

Another important fact is the fact that companies, like Uber, are characterized by the fact that they do not have employees. According to its statutes, all workers are merely “partners”, a euphemism for the term “precarious worker”, since, as we said, all the burdens of the business fall on them. For Franco, Druck and Seligmann-Silva (2010, p. 231), the constant precariousness in the worker's life “are processes of domination that mix insecurity, uncertainty, subjection, competition, proliferation of mistrust and individualism, kidnapping of time and subjectivity”.

More than just the financial burden, the precarious worker also bears the burden of service quality, which is measured through some reputation system. Practically all companies that work to make workers precarious submit their “partners” to be judged by service takers. With rating or star systems, the individual who hires the service provider has the right to make an evaluation of that service provided.

These evaluations, however, are crossed by different subjectivities (from bad moods, psychic projections and even sexism or racism) that, not rarely, are unfair in relation to workers. Not least, such judgments have a great weight on the algorithms and, according

to this rather questionable evaluation system, a few low marks are enough for the professional to be punished or even disconnected from the service he performs through the application.

It will be demonstrated that, in this systematic evaluation platform, teachers are also in the hot seat. It is natural for students to evaluate teachers, after all, everyone who has passed through school benches has already judged their teachers well or badly at some point in their lives. The difference with the algorithmic precariousness is that now such judgments are decisive factors for the permanence or not of a teacher in a certain digital school or application. In addition, interfering in these evaluation processes, ideological insults to teachers have become quite frequent in recent years (Penna and Aquino, 2023).

In many applications, students, at the end of the course, evaluate the professor and all his teaching material, giving zero to five stars in questions such as “didactics”, “support material”, “content”, among others. But how many students on these platforms have enough impartiality and a sense of justice to, in fact, give a balanced grade in the “didactic” item, for example? How many dominate pedagogical methods, didactics and other resources that could result in a balanced assessment?

Cathy O'Neil (2017) recalls that, in education, algorithms cannot be used for rankings or fair decisions. This is because the service contractor, that is, the student, is not able to understand the extent of what he is

learning immediately after the class or course. Certain concepts are only understood in their entirety months, maybe years after the class. Certain ideas can only be executed when the opportunity presents itself, and often such opportunities only appear long after class. Just as a brief example, we can mention sine and cosine, nightmares of many high school students, normally only understood later, in an engineering College.

The result of this type of ranking is to treat the teacher as a precarious professional from another type of service. Thus, in the same way that an Uber driver ends up becoming submissive to the starlets of his passengers (Slee, 2017), teachers also end up being afraid of their students' judgment. A teacher afraid of this judgment can be devastating for education (O'Neil, 2017), since the educational process does not depend only on teachers, but also on the whole of reality and social interaction (Vigotski, 1998).

These assessments, however, are made, and they are done in a careless way. They disregard a myriad of relational variables, from personal temperaments to mood on the day and time of the assessment. That is, more than being technical, this judgment is profoundly permeated by subjectivities.

However, such judgments have a great weight on the algorithms, and, according to this simulacrum of “meritocracy”, a few low grades are enough for the professional to be punished or even disconnected from the service he performs through the application.

## The digital platforms

If the elements listed above are present among professionals who sell their services to digital platforms for urban transport, food deliveries and others, they have also become part of the lives of teachers who, for one reason or another, sell their services to *Learning Management Systems*. Let's see some examples.

In a quick search on the world wide web, we noticed several platforms that offer students quick courses or reinforcement classes, sometimes purchased separately, and, in some cases, through subscription, through which the individual pay a monthly fee and have access to as many courses or classes as you want.

Just like Uber, which connects passengers to drivers, Superprof ([www.superprof.com.br](http://www.superprof.com.br)) puts teachers in touch with students. The student opens the platform, researches which area of knowledge, discipline or content he needs to learn and is offered a list of professors to solve that doubt. Teachers are offered to potential students through a prominent photo and a phrase that is supposed to captivate the student. In addition, next to the professor's name, there is a grade, on a scale of 1 to 5, which are the grades given by the students to that educator. A little below, the price of the hour/class charged by the teacher and information if that professional has any kind of promotion, such as the first free class or discount on class packages. When the student clicks on the professor's photo, a new page opens, which contains some other information about the professor, such as his/her education, specialties and some testimonials from former

students. In addition to the repetition of the photograph, the value of each class and the general grade of your reputation.

At Plurall (<https://aulasparticulares.plurall.net/>), the hiring system is very similar to the platform presented above. The potential student enters the platform, registers and chooses which discipline, topic or area of knowledge he needs help with, and a professor is assigned to help him. With a slightly more confusing navigation at first, it offers some of the same indications as the others, that is: a photo of the professor, the discipline or content and the price he charges per class. The difference here is that the vacant class schedules are highlighted, for the student to schedule their class even before making contact with the teacher. Also, the reputation system is not visible.

With a less attractive look, there is also the Profes platform ([www.profes.com.br](http://www.profes.com.br)), which already boasts "At Profes you can find *more than 10,000 private teachers*" (emphasis on the website). In this tool, the student is faced with a series of teachers on the home page, and the platform shows three of their performances. The student/user can hire professors to carry out a more complete follow-up of their academic situation, or for just one class, on a subject, or, also, to help them with their tasks. There is a difference here, however. Searching more deeply in the website, we have alternatives ranging from tasks from elementary school I to doctorate. There is a service for correcting theses, dissertations and TCCs, indicating that this platform goes beyond mere "helping with everyday tasks". The platform explains how this process works (Profes, 2023):

- Enter the form and start the task creation process
- Fill in the data of the task to be solved with details
- Finalize the payment, deposit, in the amount you determined
- We will send your assignment to our best teachers
- A Profes teacher will pick up the task for resolution
- If you liked it, rate the resolution and the amount will be debited
- When approving the resolution, the value will be transferred to the teacher
- If you don't like the resolution, block the task and ask for a refund of its value.
- The full refund of the amount will be made on your card or, in the case of a payment slip, on your checking account.

It is interesting to notice that, in this flowchart, the student cannot even choose which professional will work in his work. Just like an Uber driver, who cannot be chosen by the passenger, here your work is also at the mercy of the platform's algorithmic choice.

In addition to platforms for private classes in the sense more focused on traditional, curricular teaching, there are also applications for open courses, in which the teacher, in the understanding of this article, is also subject to uberization. One of the best known is the Dutch company Hotmart, which is already present in seven countries (Hotmart, 2023). This company says in its advertisements to be “The complete platform to transform content creators into entrepreneurs”. It, like Uber, only mediates content producers (who may or may not be teachers) and potential customers. In this case, it acts more like a distribution and

sales channel, leaving the professor in charge of all the rest of the processes necessary to teach his course. Hotmart, in its business model, considers a teacher who has a strong presence on digital social networks. This is made explicit when the teacher registers. To calculate earnings, the main number used by the platform is the number of followers on social media. The more followers, the greater potential for sales of courses.

Upon entering the platform, the user (and student) can choose from a myriad of courses, with a wide range of durations and prices. When clicking on the desired course, a new page will open, normally containing an introductory video by the professor, a brief description of what will be learned when enrolling, the value of the course and its reputation, as measured by students. This reputation, like Uber or other sharing economy apps, is ranked between zero and five stars.

A direct competitor of Hotmart is the US company Udemy ( [www.udemy.com/](http://www.udemy.com/) ), which promises to be “ the leading global marketplace for teaching and learning, connecting students from anywhere with the best instructors around the world” (Udemy, 2023a).The platform says focused on bridging the gap between students and teachers. There is a huge variety of courses and prices, and, according to the website, there are courses not only for individuals, but also for workgroups or company employees. Like the previous company, Udemy defines itself as a content distribution and sales channel. And, just like its competitor, it is up to the teacher to be able to act on all the specificities that compete with the creation of a complete course.

The potential student, when entering the platform, faces a wide range of courses that are bestselling, in general, in the area of information technology, such as programming languages or databases. But, when looking for other areas, the individual has at his disposal courses as disparate as cryptocurrencies and watercolor painting, baking with natural fermentation and quantum mechanics. Each of these courses has a presentation, with a video prepared by the teacher, in addition to some phrases of encouragement and explanation and the reputation of the course, marked with stars ranging from zero to five. There is also the price of the course, the desired level of the student and its average duration.

Another company that claims to bring people together is Eduzz ([www.eduzz.com.br](http://www.eduzz.com.br)). It promises to be a sales channel for products and services, in which one of the main types of service is online courses. In the company in question, it is interesting to note the focus on sales, that is, again treating education as a product, as just another can on a shelf.

Just like a precarious worker who takes meals across the big cities of Brazil and the world, the teacher, as we seek to argue here, is voluntarily or involuntarily entangled in a web of precariousness.

All the equipment used by the teacher, whether on the reinforcement classes platforms or on the free courses, is his sole responsibility and investment. It is the teacher who pays for the electricity used to run the classes. He also owns the computer, tablet or smartphone he uses to record his classes or live broadcasts. Classes that need to be recorded or transmitted through a camera, which is also part of the education professional's

investment. Likewise, the lights that illuminate, the scenery used, the chair and the worktable. All these inputs crossing, in general, the domesticity and the private environment of these teachers. It is understood, in this article, that the situation in which the worker is solely responsible for their means of work is one of precariousness. It is important to point out that, in the pandemic context, even teachers with a formal contract found themselves – with honorable exceptions – having to bear the expenses of electricity, electronics, internet, to guarantee the transmission of their classes.

But precariousness does not stop only in material matters. Although, not always trained and formed for this, the teacher to be reputed in this digital context needs – on account – to be able to behave well in front of a camera, in a spontaneous, attractive, playful way and, perhaps, perform the little dances that are on the social media agenda. In addition, he is responsible for scripting the class, which, as it is usually on video and has support materials, needs a decoupage of what will be presented to the student. The structure, both of the filming space and of the incidental elements that may appear in post-production, is another element that now falls to the teacher, as well as the issue of editing the videos, which is perhaps the most important process of every audiovisual product, as Benjamin (2010) already stated almost a hundred years ago.

In addition to all these technical issues from the point of view of communication, the platform teacher must also be able to attract students, to make profiles that attract students to choose among the myriad of courses or professors in the same area. More than that, he must be able to think financially, in terms

of cash flow, investments, financial returns, among dozens of other elements that are business hallmarks and which, in turn, are refractory to many subjects who have chosen the path of teaching, precisely to not get involved with these issues.

This is one of the crucial characteristics of precariousness: making an individual, who does not always feel suited to this, was not, and did not want to be trained for this, a “company”. A “company”, however, that overburdens the worker with burdens, while relieving the owners of communication platforms that, after all, only connect students and teachers. It can be argued that the teacher could hire other professionals or companies to carry out the tasks with which he is unable to perform well. But, again, the precariousness causes the individual's income to be so low that this becomes impossible (Slee, 2017).

The precariousness, however, goes further, when we understand the process from the Diffuse Factory key. In this case, in addition to having to be a company that works with only one employee, the teacher is also a company that works twenty-four hours a day, seven days a week and everywhere, in the city and even outside it. The invasion of time and space by teachers in a precarious situation is alarming. Mainly after the covid-19 pandemic, it is not uncommon for professors to report that they are called upon by students in the most diverse circumstances, including, at dawn, when they are sleeping. And being able to put an end to it is very difficult, in a situation in which the individual needs to work hard to get the minimum to live a dignified life (André, Da Silva and Nascimento, 2019).

Algorithms from platforms such as Superprof, for example, force educators to react to student messages within a few hours. Top-rated teachers respond in an hour or two at most. There are professors who respond within six hours, but those have lower ratings. Now, if there are 24 hours in a day and people need to respond within two hours, that means that all it takes is a prospective student living in Europe or Australia to invade the teacher's rest time.

In addition, as we can see, when evaluating the times available on the Plurall platform, most teachers are available for classes from 8 am to 10 pm, from Monday to Monday, with no time for weekly rest, that is, their working hours far exceeds what is humanly acceptable. This situation is reminiscent of the factory context and the proletariat of the first stages of the Industrial Revolution.

On the Profes platform, the situation is even more nebulous, since one of its main concepts is solving tasks for students. It does not seem very appropriate, didactically speaking, for a professional to solve questions and tasks for a student. If the basic idea of science is the construction of knowledge based on trial, error and then success (Vigotsky, 1998), how will this happen when a third party performs a task? More than that, the teacher in the Diffuse Factory, in addition to being precarious, is also made invisible, since the student does not even know who solved the question or the job for him.

The platform says, in all letters “We will send your task to our best teachers / A Profes teacher will take the task for resolution / If you liked it, rate the solution and the

amount will be debited” (Profes, 2023). The invisibilization of the teacher seems, after all, the paroxysm of precariousness. Copyrights are not even respected, without, of course, mentioning the ethical problem involved in the situation. When we move on to free course sales platforms, the presence of uberization becomes even stronger.

At the company Hotmart, at the time of registration, the teacher is evaluated by their social media. As we've already said, the more followers you have, the greater the chances of having a good deal, according to the company. In other words, it is also the teacher's responsibility to be a “digital influencer”, that is, someone who can influence people through social media. In this company, a course is treated as a product, and the professor treated as an entrepreneur. That is, just commercial transactions, in which the company takes a fat slice. There does not seem to be a genuine interest in improving the living conditions of either the teacher or the student. The platform allows itself to charge a large slice of the financial result of the person who develops its courses. This charge even shows another trait that Slee (2017) associates with uberization, which is taking advantage of people's vulnerability to impose ever higher fees. Furthermore, the percentage or value of these commissions are never completely clear to the user/teacher.

According to the Hotmart (2023) website, there are some ways the platform charges: firstly, an intermediation fee, which varies according to the value of the product. In other words, beforehand, the proponent of a course does not know how much he will have to pay

the Dutch company. In another charge, there is the license fee, in which for each course sold the company keeps 9.9% of the cost of the course plus R\$ 0.50. However, if the course or product costs less than R\$10.00, the company takes 20% of the amount raised by the teacher. But it doesn't stop there: it almost requires that the courses be primarily on video. But, for that, the teacher has to pay R\$ 2.49 per view, under the pretext of using the company's video player. With such exorbitant rates, precariousness is evident. Over time, more and more course proponents feel like they are proletarians in a big factory that exploits them.

What is no different at Udemy, its North American competitor. There is a testimonial on one of the course pages that says the following: “Enroll in the course through the link in my Instagram Bio: @xxxxx (data deleted for privacy reasons), this way I receive 90% of the cost of the course. When the purchase is made through a search directly on the Udemy website, I only receive 5% of the course fee.” (Udemy, 2023c). The company, despite not denying this information provided by the teacher, since the text is within its pages, informs that, through a coupon provided by the teacher, gross earnings are 97%, while sales that are not made through the instructor earn only 37% of the gross revenue of the course (Udemy, 2023d). Applied to fees and other transactions, the amounts are very similar to those explained by the teacher on her page.

That is: the education professional needs to be responsible for the entire structure of the course to be sold, he needs to have all the equipment and costs originating from it, he needs to be able to create and edit the

videos and texts that will go to the students, in addition to needing encourage student enrollment and be your company's finance officer with just one person, among many other assignments. And, after having done all that, you will only receive a percentage of 37% of the gross value of your course, showing one of the main characteristics of precariousness, which is low remuneration or remuneration that exploits the worker's added value in a way acrimonious.

Eduzz, which has an even more complex and confusing payment system, involving at least three other sub-companies (Alumy, Nutror, Órbita), is not much different, as, according to its website, it charges 4.9% plus one real for each course and an additional 3.9% for each student who buys the product.

In addition to the financial issue, there is also the issue of the professional's lack of freedom. With the misleading propaganda that teachers can sell whatever they want, however they want, there is a set of very strict rules that reveal what Slee (2017) already stated when he said that companies in the supposed sharing economy impose rules more and more strictest of its "partners". The professor needs to respond to his students in a short space of hours, as the Diffuse Factory already advocated, forcing the worker to be available all the time and everywhere. In addition, they need to renew the videos or texts every period of time, causing more costs for the teacher. These videos, according to Udemy (2023b), also need to be at least 720p quality, containing at least 30 minutes, with good audio quality, at least one exclusive image of the course,

among other requirements. Eduzz even writes on its website: "You need to consistently create content. Reserve some time during the day to publish a new video" (2023b), showing how there is an uninterrupted demand on the producer of the material.

The precarious teacher, as seen in these few examples, is unfortunately increasingly subject to platforms and their algorithms, as well as to this exacerbated capitalism in which "collaborators" without any social security work all the time, everywhere in the world. Diffuse factory, using its knowledge and tools to earn a fraction of the money raised with its effort.

It is also important to mention the issue of rankings, through attributions of concept to which, as much as on platforms like Uber, teachers are subject. It is the possibility for individuals, without proper instruction, to give grades to teachers, as has already been discussed.

Indeed, the implication of this type of ranking is to treat the teacher as a precarious professional, just like any other type of service. Thus, in the same way that an Uber driver ends up becoming submissive to the stars of his passengers (Slee, 2017), teachers also end up being afraid of the judgment of their students.

Finally, in addition to algorithmic ranking, another point that afflicts precarious workers is the notion of the need for entrepreneurship. Encouraged by the platforms, which wish to spend less and less in favor of financial gain, the worker is enticed to be the "manager of his own career", being led to the idea that there is a magic formula for the problem of

unemployment or lack of work or money. It is interesting to note that this formula helps companies in many ways that can make workers precarious, but it also helps the Government, which, in a way, encourages such practices so as not to have to spend on employees.

Again, focusing on education, the number of professors hired through the Simplified Selection Process (PSS), who do not have the security of a professor who has been admitted to public service and must be prepared to take on a myriad of disciplines that are often far from their area of expertise. In a performance correlated to the other workers who need to undertake in their functions.

In the Diffuse Factory (Bihar, 1998), the worker needs to be an entrepreneur in all time and space. And he needs to know how to deal with the algorithms that monitor him throughout his work (Zuboff, 2019). The "entrepreneurial teacher", then, needs to know and relate to student registration platforms, such as the Online Class Registration, in the state of Paraná, or the Digital School Secretariat, in the state of São Paulo. But this is not enough, because the same teacher, moved by the insecurity of precariousness and the propaganda of entrepreneurship, also needs to know how to deal with social media, such as Instagram, TikTok or WhatsApp (Santos, 2022). This, however, remains little, especially in the post-covid-19 pandemic, since the teacher is expected to be able to create videos for proprietary platforms or YouTube. And then, the teacher is faced with the need to learn to edit audio and video (Stadler e Santos, 2020).

Thus, it is clear that it is up to the platform teacher to be responsible for constantly adapting to the needs of their clients. Schools, no matter how hard they try, cannot cope with

such a demand for courses and also for their specificities. Teachers' continuing education always ends up being outdated in relation to algorithms that move and change at the speed of light.

With Diffuse Factory strategy, which extends throughout the city (Cant, 2021), public or private schools, with greater or lesser financial support, end up forcing the teacher to always update himself, always looking for new ways to make himself understood by the learners. However, less than in respect for the interests of personal growth, the teacher needs to adapt to new languages and technologies through the logic of functioning and extraction of surplus labor from an educational machine that is very similar to any factory, which aims merely at profit.

This profit decides which tools the teacher needs to know or which ones to improve. The teacher's continuous learning logic is not based on what is most necessary for his discipline, but on the capitalist need for companies that manipulate precarious algorithms and, not least, on the fear caused by the instability and insecurity of a professional life with little or no guarantee and labor rights (Standing, 2013).

## Conclusion

In the world of the Anthropocene and platform industrial capitalism, as long as you have equipment and an internet connection, you can work anytime, anywhere. Residences, squares, galleries, parks, public and private spaces in general and the entire city, in a way, become a large workspace. The city becomes a big factory: the Diffuse Factory.

The greatest asset of any contemporary Diffuse Factory is its algorithms. With this strategy, workers are not even able to perceive the intentions of the company they work for, much less are they able to understand the algorithm to which they are subjected. In this system of unequal exchanges, the worker is seriously harmed.

Through the algorithms of the Diffuse Factory and an increasingly cruel capitalism, teachers suffer every day a growing process of precariousness of their profession. Although the social devaluation of the teaching profession in Brazil is a sad historical reality, what is happening today is a major discouragement for this profession, which is so

necessary for the development of the country. If, in formal teaching environments, teachers are increasingly more framed as service providers of a deeply commodified system, the worse the situation of the teacher on the platforms. Amidst the discursive harassment, he finds himself exhausted and drowned in algorithms. There is a kind of common sense about the need to improve education in terms of breadth, quantity and quality of education. The increasingly aggressive commodification of education, making teachers' working and living conditions precarious, as seen in the case of platforms, not only does not solve the country's problems in this regard, but acts to deepen them.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-1512-3639>**

Centro Universitário Internacional, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias.  
Curitiba, PR/Brasil  
andre.ca@uninter.com

**[II] <http://orcid.org/0000-0001-5050-1637>**

Centro Universitário Internacional, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias.  
Curitiba, PR/Brasil  
rodrigoscama@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0001-7925-9653>**

Centro Universitário Internacional, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias.  
Curitiba, PR/Brasil.  
luis.l@uninter.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by the authors themselves.

## References

- ABÍLIO, L. (2017). *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. Campinas, Passa Palavra. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 1º jun 2023.
- \_\_\_\_\_. (2019). Uberização do trabalho: uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas: Individuo y sociedad*, v. 18, n. 3, pp. 1-11.
- AGAMBEN, G. (2019). *O que é um dispositivo?* Chapecó, Argos.
- ALLIEZ, E.; FEHER, M. (1888). “Os estilhaços do capital”. In: ALLIEZ, E.; FEHER, M. (eds.). *Contratempo*. Rio de Janeiro, Forense.
- AMORIM, H.; MOREIRA CARDOSO, A. C.; BRIDI, M. A. (2022). Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*. Salvador, v. 35, pp. 1-15. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49956>.
- ANDRÉ, R. G.; DA SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. (2019). “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 18, n. 1, pp. 7-34.
- BENJAMIN, W. (2010). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense.
- BIRH, A. (1998). *Da grande noite à alternativa*. São Paulo, Boitempo.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF.
- BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. (orgs.) (2018). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba, Editora UFPR.
- BRUNO, M. (2009). O novo homo economicus (do assujeitamento à servidão efetiva). *Oarrare*, n. 10, pp. 33-38.
- CANT, C. (2021). *Delivery Fight!* São Paulo, Veneta.
- DECCA, E. S. DE. (2004). *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, pp. 229-248.
- GUIMARÃES, L. M. da S. (2021). *O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de Sociologia no Estado do Paraná diante da pandemia de covid-19*. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- HOTMART (2023). *Hotmart – About us*. Disponível em: [https://www.hotmart.co/?\\_gl=1](https://www.hotmart.co/?_gl=1). Acesso em: 15 fev 2023.
- IBGE (2019). *Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 – Acidentes, violência, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 31 maio 2023.

- IBGE (2022a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua*. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Comentarios\\_Sinteticos/2022\\_3\\_trimestre/pnadc\\_202203\\_trimestre\\_comentarios\\_sinteticos\\_Brasil\\_Grandes\\_Regioes\\_e\\_Unidades\\_da\\_Federacao.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/2022_3_trimestre/pnadc_202203_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_Grandes_Regioes_e_Unidades_da_Federacao.pdf). Acesso em: 9 fev 2023.
- \_\_\_\_ (2022b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012> >. Acesso em: 31 maio 2023.
- LATOUR, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. (2001). *Trabajo inmaterial: formas de vida y producción de subjetividade*. Rio de Janeiro, DPA Editora.
- LEARY, J. P. (2018). *Keywords: the new language of capitalism*. Chicago, Haymarket Books.
- LUC BOLTANSKI, E. C. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARX, K. (2011). *O capital*. São Paulo, Boitempo.
- NEGRI, A. (2006). *Adeus, Sr. Socialismo. Que futuro para a esquerda?* Porto, Ambar.
- NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. (2020). *Os professores depois da Pandemia*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtLKTS75PB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev 2022.
- O'NEIL, C. (2017). *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. Nova York, Crown Publishing Group.
- PENNA, F.; AQUINO, R. (2023) *A violência da extrema direita contra professores*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-violencia-da-extrema-direita-contra-profesores/>. Acesso em: 1º jun 2023.
- PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A. (2020) . Saúde Mental de Docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. *Boletim de Conjuntura*. Boa Vista, v. 3, n. 9, pp. 26-32. DOI: 10.5281/zenodo.3986851. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 22 ago 2023.
- PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. (2022). Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 25, n. 1, pp. 156-165. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82504>.
- PROFES (2023). *Tarefas Profes*. Disponível em: <https://profes.com.br/tarefas/>>. Acesso em: 15 fev 2023.
- SANTOS, R. O. (2022). *Redes sociais digitais na educação brasileira: seus perigos e suas possibilidades*. São Paulo, Artesanato Educacional.
- SLEE, T. (2017). *Uberização*. São Paulo, Elefante.
- SRNICEK, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- STADLER, P. C.; SANTOS, R. O. (2020). Boas práticas para a produção de vídeos educativos na linguagem de youtubers. *Imagens da educação*, v. 10, n. 1, pp. 86-101.

- STANDING, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte, Autêntica.
- TURIN, R. (2019). *Tempos precários*. Rio de Janeiro, Zazie edições.
- TURING, A. (1936). On computable numbers, with an application to the entscheidungsproblem. *On computable Numbers*, n. 12, pp. 230-265.
- UBER, INC. (2023). *Venha trabalhar na Uber*. Disponível em: <<https://www.uber.com/br/pt-br/business/sign-up>>. Acesso em: 15 fev 2023.
- UDEMY (2023a). *Udemy*. Disponível em: <<https://about.udemy.com/pt-br/>>. Acesso em: 15 fev 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023b). *Checklist de qualidade do curso Udemy*. Disponível em: <<https://support.udemy.com/hc/pt/articles/229604988-Checklist-de-Qualidade-do-Curso-Udemy>>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023c). *Curso sala de aula invertida*. Disponível em: <<https://www.udemy.com/course/salainvertida/>>. Acesso em: 23 fev 2023.
- \_\_\_\_\_ (2023d). *Parcela de receita de instrutor*. Disponível em: <<https://support.udemy.com/hc/pt/articles/229605008-Parcela-de-Receita-de-Instrutor#:~:text=Vendas%20que%20n%C3%A3o%20ocorrem%20por,link%20de%20indica%C3%A7%C3%A3o%20de%20curso>>. Acesso em: 23 fev 2023.
- VIGOTSKI, L. (1998). *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes.
- WILLIAMS, R. (1999). *Cultura e materialismo*. São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_ (2016). *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo, Boitempo.
- ZUBOFF, S. (2019). *The age of surveillance capitalism*. EUA, Profile Books.

Received: March 14, 2023

Approved: June 7, 2023

# Outra face da interação: coletivos de comunicação das periferias e o Estado

Another face of interaction: communication collectives from peripheries and the State

Mariana Fonseca [I]  
Debora Rezende de Almeida [II]

## Resumo

Este artigo dá visibilidade a formas de ação coletiva nas periferias urbanas pouco presentes nos estudos sobre participação no Brasil: os coletivos de comunicação. Sugere uma interpretação histórico-processual para compreensão de quem são esses atores e por que são críticos à interação com o Estado. A pesquisa baseia-se na análise de conteúdo e caracterização temática exaustiva de 14.315 postagens nas páginas do Twitter e Facebook de 8 coletivos, de 4 regiões do País, durante a pandemia de covid-19, coletadas da API das plataformas de mídias sociais. Os resultados revelam a percepção dos atores de que as periferias há muito tempo atuam na base do “nóis por nóis” e a face diferenciada e, por vezes, violenta da interação do Estado com as periferias.

**Palavras-chave:** pandemia; periferias; coletivos de comunicação; interação; Estado.

## Abstract

*This article sheds light on forms of collective action in urban peripheries that are rarely addressed in studies on participation in Brazil: the communication collectives. It proposes a history- and process-based interpretation to understand who these actors are and why they criticize the interaction with the State. The research is based on content analysis and on an exhaustive thematic characterization of 14,315 posts on Twitter and Facebook pages of 8 collectives from four Brazilian regions, during the COVID-19 pandemic, collected from the social media platforms' APIs. The findings reveal the actors' perception that peripheries have long operated on the basis of "we for us" and disclose the differential and sometimes violent face of the State's interaction with peripheries.*

**Keywords:** pandemic; peripheries; communication collectives; interaction; State.



## Introdução

“Sem partido!” e “O protesto é partidário” bradava, de um lado, um bloco de manifestantes nos protestos de Junho de 2013, em São Paulo. Do outro lado, ativistas partidários e de movimentos sociais reivindicavam: “Bandeiras ao alto” e “Sem partidos não há democracia”. Essas cenas iniciais não dão conta da diversidade de repertórios, atores e demandas (Alonso e Mische, 2017) do que ficou conhecido como um dos maiores ciclos de protestos no Brasil (Tatagiba, 2014). Contudo, em sua diversidade, os protestos revelaram uma forte rejeição aos partidos políticos e à política institucional e abriram as portas para uma agenda de pesquisa voltada a compreender os reclamos de autonomia e horizontalidade de “novos” movimentos sociais e coletivos (Gohn, 2016; Gohn, Penteadó e Marques, 2020). Entretanto, a premissa da autonomia como negação e separação do sistema político é questionada por pesquisas que mostram a relação dos coletivos com os partidos políticos (Perez, 2019) e a reprodução de algumas hierarquias internas, por exemplo, de gênero (Sarmiento, Reis e Mendonça, 2017).

Neste artigo, introduzimos uma camada de complexidade ao debate da “novidade” dos coletivos e sua rejeição ao sistema político, a partir de um olhar para a periferia. Primeiro, perguntamos: quem são esses atores? Para além do efeito geracional – coletivos formados por uma maioria de jovens ativistas –, argumentamos, na linha proposta por Gurza Lavalle, Bichir e Castello (2004), que é necessário atentar para o viés analítico que, com frequência, produz um efeito de novidade sobre fenômenos preexistentes. Enquanto os autores destacaram o ocultamento dos movimentos sociais na literatura que adotou como lente analítica a

categoria de sociedade civil e sua atuação nas instituições participativas, neste artigo chamamos a atenção para a invisibilização dos atores coletivos das periferias. Vale lembrar que nesse caso a ausência não é apenas analítica, mas também *de facto* e *de jure*. Tanto os estudos políticos deixaram de mapear a ação coletiva e a interação desses atores com o Estado e as políticas públicas, com raras exceções (Amâncio, Dowbor e Serafim, 2011), quanto os atores periféricos em geral foram excluídos dos espaços participativos abertos com a democratização.

O segundo objetivo é avaliar por que são críticos à interação com o Estado ou o que está subjacente ao discurso de autonomia. De acordo com a literatura, a crítica dos “novos” movimentos e coletivos à relação com o sistema político seria resultado seja da avaliação negativa sobre os poucos resultados ou efeitos produzidos na interação com os governos petistas, seja da emergência de novos movimentos sociais e coletivos que não apenas veem com maus olhos o Estado como optam por outros repertórios de ação (Perez e Silva Filho, 2017; Gohn, Penteadó e Marques, 2020).

O olhar para a periferia indica-nos uma leitura complementar. Sem negar o discurso nativo dos atores políticos de distanciamento do Estado, busca-se compreender, na linha proposta por Pereira e Medeiros (2022), a autonomia ou reclamo de distância como uma construção simbólica, discursiva, multifacetada e, acrescentamos, histórico-processual dos atores. Autonomia esta que não surge, ao menos não exclusivamente, pelo desejo de não interação ou ausência de relação. Ao contrário, os discursos que negam o Estado são resultado de outra forma de convivência entre os agentes e instituições estatais e o território e a população periféricos, muito distinta daquela analisada

pela literatura nos últimos anos. As formas de ação coletiva observadas atualmente nas periferias são produto das interações e marcadas por um Estado que é, ao mesmo tempo, presente e ausente, pois age sobre o território periférico, mas pouco inter(age) com sua população e atores organizados.

Essa relação conflituosa e ambígua continua sendo elemento que perpassa as lutas e identidades nas periferias, a organização e ação coletiva nas comunidades, tal qual proposto por Sader (1988). Contudo, onde antes Sader (ibid.) e Doimo (1995) analisaram a formação de organizações e matrizes discursivas nas periferias – então chamadas movimentos populares – ante um Estado autoritário; hoje, estão coletivos e movimentos sociais que trazem denúncias e demandas não tão distintas daquelas, mas agora sim diante de um Estado que passou por um aprofundamento democrático nas últimas três décadas e, ainda assim, tem dificuldades de incluí-los nas mesas de discussão e como sujeitos de direitos.

Esta pesquisa se pauta por diferentes técnicas de coleta de dados e pela análise de conteúdo temática. Para a seleção dos casos, foram anteriormente mapeados coletivos de comunicação das periferias participantes do manifesto,<sup>1</sup> lançado em março de 2020 pelos coletivos das periferias, com o objetivo de criar uma coalizão nacional de enfrentamento ao novo coronavírus nas periferias urbanas. Do universo de 70 coletivos, priorizamos a diversidade regional e escolhemos entre aqueles que tinham páginas mais curtidas e que aparentaram ser mais ativos nas mídias sociais no período de coleta, já que esta seria a principal fonte de dados. São eles: Periferia em Foco e Tela Firme (Belém-PA); Força Tururu

(Recife-PE); Agência Mural e Periferia em Movimento (São Paulo-SP); Coletivo Papo Reto e Voz das Comunidades (Rio de Janeiro-RJ); e Ruas (Ceilândia-DF). Destes, apenas o coletivo Força Tururu não aparece no manifesto, mas foi incluído na pesquisa por ser expressivo no território e com o intuito de ampliar a regionalização e ir além do eixo Sudeste, privilegiado de análises.

Todos esses coletivos já estavam organizados antes da pandemia e, portanto, com forte conhecimento da realidade local e experiência prévia de atuação em situações de emergência, tais quais deslizamentos de terra, enchentes e alagamentos. É preciso considerar, contudo, que os resultados não podem ser diretamente extrapolados para outros contextos e cidades, haja vista a seleção de casos circunscrita a regiões metropolitanas e capitais. Ademais, os coletivos de comunicação são apenas uma das formas de organização social presentes nas periferias e envolvidas na produção de respostas à pandemia.

Optou-se por trabalhar com esses coletivos pelo seu papel central na comunicação/transmissão de ideias e denúncias sobre a situação periférica. É justamente porque os coletivos das periferias partilham visões, vivências e a linguagem do público central ao qual se dirigiam (os moradores das periferias) que eles conseguiram *passar a sua visão*. Além disso, por serem formados nesses territórios que oferecem tantas contradições, os coletivos de comunicação colaboram para a construção e a disseminação dos saberes e do orgulho de ser periférico. Ao mesmo tempo que evidenciavam a centralidade das ações da comunidade, denunciavam o descaso estatal e chamavam o Estado à responsabilidade.

Os dados analisados foram obtidos por meio de extração da API do Twitter e do Facebook a partir de três coletas. A primeira, feita de 16/3/2020 a 30/6/2020, foi uma coleta *streaming* das publicações no Twitter com as *hashtags* #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas, entre outras. Dessa coleta, foi extraída uma amostra simples de 10% dos *posts*, totalizando 4.559. Também foi feita uma coleta, no Twitter, em modalidade *search* das mesmas *hashtags*, no período de 16/3/2020 a 24/3/2020 e de 8/4/2020 a 16/4/2020, totalizando 1.257 *posts*. Além disso, entre março e junho de 2020, foram coletados dados dos perfis de 6 coletivos no Twitter (Agência Mural, Papo Reto, Periferia em Foco, Periferia em Movimento, Ruas e Voz das Comunidades) e 8 no Facebook (além dos 6 anteriores, Coletivo Tela Firme e Coletivo Força Tururu). Essa coleta contabilizou mais 2.463 publicações.

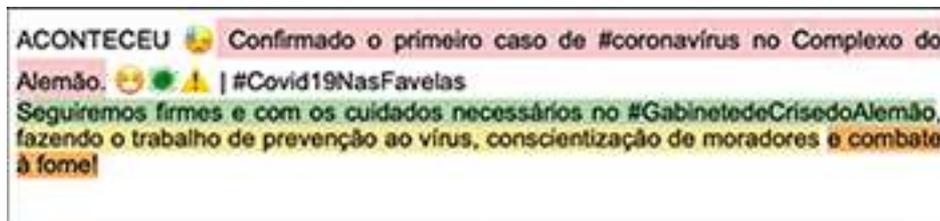
No segundo período de coleta, entre 1º/7/2020 a 30/9/ 2021, deparamo-nos com a limitação ainda maior para a extração de dados via Facebook, o que inviabilizou a coleta nessa plataforma, e com a redução da mobilização pelas *hashtags* selecionadas. Em razão disso, no segundo período de coleta, extraímos dados apenas dos 6 coletivos com perfis no Twitter. Essa coleta adicionou mais 6.036 *posts* ao *corpus* analisado. Ou seja, ao final, o banco de dados analisado, neste artigo, totalizou 14.315 publicações.

Os dois períodos de análise compreendem fases distintas da pandemia: o primeiro momento mais crítico, em razão da novidade do fenômeno, da dificuldade organizativa e do escalonamento do número de mortes; e o segundo, contemplando tanto o período de aumento exorbitante das mortes quanto o início e a ampliação da vacinação. Assim, buscou-se perceber em que medida há alterações e/ou semelhanças em relação às percepções sobre a ação do Estado e sobre as necessidades periféricas ao longo do tempo.

Após a coleta das publicações, realizamos análise de conteúdo, por meio de categorização temática exaustiva dos assuntos abordados pelos coletivos, diferenciando as percepções com relação a si e com relação ao Estado, utilizando o *software* de análise qualitativa Atlas.ti versão 8.0. Buscamos compreender as percepções dos coletivos de comunicação das periferias sobre si, sobre o Estado e sobre a pandemia da covid-19, a partir da criação de códigos que conformam os temas dos quadros interpretativos. Para este artigo, apresentamos a agregação de dois quadros que respondem diretamente aos nossos dois objetivos: a) os que retratavam a atuação dos coletivos e impressões sobre si próprios e b) aqueles que apresentavam a percepção sobre o Estado.

Na categorização, um mesmo trecho de texto poderia ser identificado em mais de uma categoria temática, a depender dos temas anunciados. No Quadro 1, há um exemplo de codificação.

Quadro 1 – Codificação temática



Fonte:elaboração própria.

Nesse caso, todo o trecho em rosa foi categorizado como “Divulgação dos casos e mortes”, porque se trata de uma informação sobre os casos e as mortes por coronavírus nas periferias. O trecho em verde foi categorizado como “Atuação dos coletivos” e “Apoio a medidas de prevenção”, porque relata a atuação do Gabinete de Crise do Alemão, ressaltando a atenção aos cuidados necessários. O trecho em amarelo foi categorizado como “Conscientização”, caracterizando a atuação do coletivo. E o trecho em laranja, como “Fome”, porque se refere à fome como demanda/pauta na pandemia.

Ainda, o estudo foi realizado durante os momentos mais críticos da pandemia, em termos de números de casos e mortes. Assim, o material on-line foi mais propício para análise de conteúdo sobre as visões dos atores e suas ações, a partir de seus discursos, ao invés de observação in loco e entrevistas. Posteriormente, utilizamos as ferramentas do mesmo software para extrair alguns dados quantitativos da amostra analisada: quantidade de citações de determinado quadro e agrupamento dos quadros conforme o tema de referência.

Optamos por focar na pandemia, compreendida como um momento crítico (Boltanski e Thévenot, 1999) ou situação problemática (Cefai, 2017), pois ela tende a ativar a reflexão crítica e contestação dos atores envolvidos na crise, incluindo identificação de vítimas e culpados, e a gerar novos cursos de ação com vistas à resolução de problemas (ibid.). Ela interpela a relação entre os coletivos e o Estado e permite observar a denúncia e a resposta dos atores, a forma de se ver – como agente que reflete e é instado a agir – e a de ver o Estado – pois a pandemia demandava direta ação estatal. Além disso, a pandemia chega em um momento de crise política e social no Brasil, marcada por um esgarçamento das relações entre Estado e sociedade e esvaziamento dos espaços de participação, além do aumento da desigualdade social e do desmonte de políticas públicas (Bezerra et al., 2022). Nesse cenário de incertezas, no qual soluções, ideias e propostas não estão bem cristalizadas (Abers e von Bülow, 2020b), há muitas disputas de narrativas na tentativa de tornar mais nítidas quais as necessidades, o que está em jogo e possíveis rumos de ação.

No caso das periferias, a identificação do Estado como culpado ou incapaz de dar solução para a crise e a menção a experiências prévias de inação ou ação estatal, como veremos a seguir, parecem colaborar para conformar as formas de ação, interação e demandas periféricas. A pandemia também lançou luz sobre o associativismo local e as ações e inovações no território e na ação coletiva (Abers e von Bülow, 2020a e 2020b; Castro, 2020; Della Porta, 2020; Franco et al., 2020), abrindo novo flanco de perguntas para os estudos da interação entre Estado e sociedade.

Este artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, apresentamos brevemente uma perspectiva histórica sobre ação coletiva nas periferias urbanas, desde a década de 1970, com o objetivo de compreender as transformações (ou não) nas práticas cotidianas nesses territórios e a conformação de discursos e repertórios recentes que destacam o agir por si, “nóis por nóis”, sem a interferência do Estado. Na segunda seção, apresentamos a identificação e a análise sobre o que são os coletivos de jovens das periferias, em especial os coletivos de comunicação periférica. Em diálogo com a literatura atual sobre coletivos, apresentamos duas características centrais nesses formatos organizativos: a centralidade da atuação artístico-cultural e do papel das plataformas digitais para “passarem a visão” do que “tá rolando na quebrada”.

Nessa seção também analisamos as percepções sobre si e as críticas das periferias à (inter)ação com o Estado durante a pandemia de covid-19. A pandemia exigiu ampla ação do

Estado no seu combate e prevenção, o que variou muito no Brasil a depender dos níveis de governo, formas de gestão e territórios alcançados (Barberia et al., 2020). Ao mesmo tempo, as favelas e os territórios periféricos foram os mais afetados pelo vírus diante da precariedade de infraestrutura urbana e sanitária, alta densidade populacional e presença majoritária de trabalhadores informais ou em ocupações laborais que se mantiveram presenciais. Sendo assim, a pandemia deu visibilidade às contradições vividas nas periferias e à fragilidade da ação estatal na provisão de bens e serviços, favorecendo a emergência de – e/ou visibilidade – velhas e novas formas de organização da sociedade e perspectivas críticas sobre a realidade dos territórios e a face perversa da interação com o Estado.

Essa visão permaneceu a mesma nos dois períodos analisados. Por seu turno, os enquadramentos construídos durante a pandemia afirmam a autopercepção da centralidade dos coletivos de comunicação das periferias para o enfrentamento da covid-19 nesses territórios, os quais, nos termos de Cefai (2017), podem ser vistos ao mesmo tempo como vítimas e reparadores. Não obstante a ausência de dados históricos para analisar a percepção estatal fora desse momento crítico, os atores avaliam retrospectivamente a interação, oferecendo pistas sobre os possíveis motivos da não aposta no Estado ou em instituições políticas. Entre eles, destaca-se a ideia de que as periferias há muito tempo atuam na base do “nóis por nóis” e a percepção da interação diferenciada e, por vezes, violenta do Estado.

## Ação coletiva nas periferias em perspectiva histórica

No período entre 1970 e 1980, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização que resultou na expansão progressiva das cidades, no aumento do desemprego e da demanda por acesso a serviços públicos em um contexto de ditadura militar. Desse cenário, despontaram os movimentos populares periféricos (Sader, 1988), organizados principalmente em associações de bairro em várias cidades do País e cujas demandas se expressavam por meio de matrizes discursivas – modos de abordar a realidade, com base na cultura, linguagem e local de pertencimento – e com vistas à transformação social.

As mudanças ocorridas no cotidiano da vida nas periferias – estrutura física, composição populacional, condições de vida e cultivo de vínculos interpessoais –, acompanhadas das limitações impostas pela ditadura militar, favoreceram a aproximação desses sujeitos na sua condição de trabalhadores e moradores de bairros periféricos. É a partir daí que eles se organizaram, formaram redes de sociabilidade, localizaram suas demandas e formularam visões políticas de mundo e do cenário vivenciado (Kowarick e Bonduki, 1988; Sader, 1988). Além das carências e vivências comuns, a organização coletiva foi motivada pela percepção de que o Estado fazia mais pelos bairros centrais do que pelos periféricos (Durham, 1988; Telles, 1988). Os movimentos fundados a partir de então foram centrais para o enfrentamento do contexto autoritário que impedia a sociabilidade política e não reconhecia a ação coletiva como participação social (Doimo, 1995; Sader, 1988).

O discurso de autonomia dos atores e a ênfase na potência inovadora e democratizante dos movimentos sociais eram centrais, em função da maneira – tanto por meio de ações clientelistas como repressoras, durante o período militar (Kowarick e Bonduki, 1988). Mas, ao fim e ao cabo, os movimentos mais expressivos sempre tentaram influenciar a tomada de decisão e se relacionaram com o Estado e os partidos políticos, inclusive com papel extremamente mobilizador, apesar dos efeitos de fragmentação e cisão nos movimentos sociais (Boschi e Valladares, 1983, p. 140).

A transição democrática abriu espaço para uma negociação mais direta com o Estado e teve a década de 1990 como marco de uma época de transformações nas formas de interação e, concomitantemente, no olhar acadêmico sobre as relações entre Estado e sociedade. A conquista de espaços institucionalizados de participação, inscritos, mas não só, na Constituição de 1988 (como conselhos de políticas e orçamentos participativos), direcionou os estudos para os espaços de formação das vontades coletivas com vistas a incidir nas decisões políticas e projetos sociais (Almeida e Dowbor, 2021).

Ao mesmo tempo, houve um deslocamento analítico, por parte da literatura da ciência política, para a categoria da sociedade civil, dando centralidade a um conjunto de novos atores, notadamente ONGs e organizações civis (Gurza Lavalle, Bichir e Castello, 2004). Nesse processo, alguns atores populares e periféricos foram suprimidos dos estudos políticos. A razão disso é que a transição democrática inseriu apenas subalternamente os movimentos de periferias na política e no ambiente institucional. A “entrada” no Estado demandava

determinado tipo de organização e nível de institucionalização, o que fez com que apenas alguns movimentos populares, com o apoio de ONGs e igrejas, fossem se transformando em associações e redes formalizadas.

Os atores que fizeram esse movimento para tentar se inserir nas dinâmicas de interação com o Estado foram centrais para a realização de convênios e parcerias na execução de políticas nas comunidades, além de atuarem na mediação por novos canais, tais como os conselhos locais (Correia, 2015; Doimo, 1995; Medeiros, 2017). Entretanto, isso não quer dizer que todos os movimentos populares fizeram essa migração, tampouco que ingressaram nos espaços institucionais. Seja porque não quiseram, seja porque não puderam, é certo que boa parte dos movimentos populares surgidos nas periferias não fez a transição para os espaços participativos.

Um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo mostra que, entre as organizações e os movimentos de periferias mapeados, de várias áreas de atuação, 27% das ONGs e 23% dos coletivos declararam já ter participado de alguma instituição participativa em qualquer nível federativo. E esse número é bastante afetado pelo ano de criação da entidade: entre aquelas que foram criadas até os anos 2000, 74% declararam que já estiveram em fóruns participativos, a maioria deles no âmbito municipal; esse número cai para 44% entre as que foram criadas após o ano 2000, período no qual se inserem e foram criados os coletivos aqui analisados (Santos et al., 2021).

Se, por um lado, os anos 1990 permitiram a alguns movimentos populares ganharem acesso a espaços participativos e institucionais, por outro lado, essa década marcou um período em que os atores periféricos foram expostos

a políticas públicas que exacerbaram as desigualdades e afetaram sua ação coletiva. Nesse período, as periferias urbanas brasileiras viveram a implementação de políticas econômicas neoliberais aliadas ao surgimento do crime organizado e incremento da violência nos seus territórios, além da precarização do trabalho, levando boa parte dos seus moradores para a irregularidade (D'Andrea, 2013; Feltran, 2008; Telles, 2010). Paralelamente, o crescimento do comércio de drogas e bens ilícitos criou redes capilarizadas por todo o território urbano. Isso trouxe um contexto em que problemas sociais ultrapassaram as formas como eram vistas a exclusão, a segregação e a pobreza até então.

A situação indicava a presença de outros jogos de poder – entre as facções do crime organizado e os embates delas com o Estado – que redefiniram a questão das periferias para além da dimensão urbana, como era tratada até então, e fomentaram, ainda mais, o que se caracteriza como Estado de exceção (Agamben, 2004; Das e Poole, 2004), que age ao mesmo tempo dentro e fora da lei, nas margens. Ou seja, registra-se a presença de práticas que criam zonas de indeterminação entre o legal e o ilegal, terrenos de fronteiras incertas, que produzem a vida matável – majoritariamente negras – em situações que permeiam o cotidiano e o trabalho das pessoas que habitam ou transitam nesses territórios (Brito, 2017; Flauzina, 2019; Pereira, 2019).

Diante desse cenário, a parcela minoritária da literatura que mostra as formas de ação coletiva que (re)existem nas periferias aponta em dois sentidos: primeiro, como a interação “cooperativa” nos territórios se limitou à dinâmica dos projetos e parcerias com organizações não governamentais, que são ações pontuais e não políticas públicas articuladas

como um conjunto orgânico (Machado e Leite, 2004). Segundo, observa-se a formação de novas organizações e movimentos sociais em resposta à ação estatal violenta nos territórios. Um dos exemplos são os movimentos de mães, que se constituíram isoladamente em uma periferia e outra, ao longo dos anos 2000, e atualmente formam grandes redes de apoio, solidariedade e ação contra a violência (Almeida, 2019; Brito, 2017).

A literatura mais voltada para o campo de políticas públicas também acompanhou o desenvolvimento de políticas como o Juventude Viva e o Programa Pontos de Cultura, as quais, de diferentes maneiras, contribuíram para a organização de movimentos sociais e associações nas periferias (Braga, 2022; Gomes, Moura e Alves, 2019; Medeiros, 2013). Nesse caso, o envolvimento da comunidade deu-se em torno da realização de uma política pública nos territórios: a primeira, uma demanda da juventude negra relacionada ao problema da violência policial nos territórios; e a segunda, um modo de envolver grupos culturais na promoção da cultura local. Também em Amâncio, Serafim e Dowbor (2011) observa-se a ação das associações nas periferias em prol do controle social em políticas de saúde e assistência social, no sentido de fiscalização e busca por melhoria da qualidade dos serviços ofertados nas comunidades.

Em comum, essas diferentes lentes analíticas parecem indicar que as interações dos movimentos e associações de periferias com o Estado se deram mais no sentido de reagir ou coibir a ação violenta estatal e de fiscalizar a realização ou não de políticas nos territórios, ao invés de ativamente participar da construção conjunta de políticas públicas com foco na realidade desses espaços. O padrão histórico

de interações violentas e intermitentes entre periferias e o Estado – o outro, menos explorado, lado da interação sociedade Estado – molda a forma como as periferias enxergam as ações estatais desenvolvidas nessas áreas, como veremos nas seções seguintes.

Desse modo, não se trata de uma ausência de Estado na periferia – ainda que haja críticas quanto à sua capacidade de atender às demandas da comunidade – ou mesmo de falta de interação dos movimentos com ele. A relação entre as partes se dá por meio de modos diferentes de interação, intercalando entre estes dois momentos de intervenção: reconhecimento *versus* negação (Magalhães, 2019). Ademais, os reclamos de autonomia ou distância do Estado precisam ser compreendidos a partir desse histórico de interação que afeta diretamente o cotidiano das pessoas que moram nesses territórios e a organização da ação coletiva nas periferias, refletindo na maneira em que percebem a si mesmos e o Estado.

## Emergências às margens: os coletivos de comunicação da periferia na pandemia de covid-19

A ação dos coletivos de comunicação das periferias na pandemia de covid-19 foi notória tanto no papel de informar as comunidades sobre os riscos do novo coronavírus e formas de prevenção como no de arrecadar e distribuir as doações nos seus territórios. Vale destacar que periferias, nesta pesquisa, são entendidas não apenas numa perspectiva territorial – aqueles territórios que estão distantes do centro –, mas aqueles que, sob um ponto de vista político,

estão às margens de políticas, serviços e garantias sociais. Podem ser favelas, bairros, setores ou, simplesmente, *quebradas*. As subseções a seguir são dedicadas a compreender *quem são* e *quais são* os coletivos de comunicação das periferias aqui estudados e, em seguida, analisar os enquadramentos interpretativos construídos por eles durante a pandemia de covid-19 sobre si e sobre o Estado.

*Tudo que “nois tem é nois”: a percepção dos coletivos de comunicação sobre sua atuação*

A literatura sobre coletivos não apresenta, ainda, uma definição clara sobre o fenômeno, mas alguns autores nos dão pistas importantes. Coletivos geralmente são identificados como grupos majoritariamente formados por jovens que compartilham ideias e valores e enxergam, no coletivo, o seu meio de atuação política. Ademais, destacam a centralidade das plataformas de mídias digitais para organização, atuação, mobilização e divulgação das suas ações e a importância da dimensão territorial cotidiana para identificação comum e definição do seu escopo de atuação política (Maia, 2013; Penteado e Oliveira, 2019; Perez, 2019; Rios, Perez e Ricoldi, 2018). Os coletivos parecem utilizar essas tecnologias digitais não só como instrumento para divulgar suas ações, mas como meio para se organizarem e também como forma de ação e expressão de vozes marginalizadas (Medeiros, 2017 e 2019). No que tange à periferia, destacam-se igualmente as diferenças com os movimentos populares da década de 1980, que nasceram umbilicalmente ligados às lutas urbanas. Atualmente, é cada vez mais central a presença de movimentos culturais que propiciam espaços de convivência e identificação coletiva nesses territórios.

Os movimentos voltados para a cultura e

a comunicação periférica, que têm se consolidado ao longo dos últimos vinte anos, apresentam algumas semelhanças, tais como a centralidade da atuação artístico-cultural e do papel das plataformas digitais. São movimentos e coletivos de jovens que nasceram e cresceram em territórios periféricos e que encontram na arte a sua forma de expressão política e social. A cultura periférica é a junção do modo de vida, comportamentos, valores, práticas, linguajares e vestimentas que geram identificação entre as pessoas. Como meios de troca e interação, a cultura e a comunicação são centrais para o duplo processo de, simultaneamente, agregar elementos às identidades e visões de mundo; e viabilizar a expressão deles (D’Andrea, 2013 e 2020).

A identificação de elementos comuns colabora para a constituição e a manutenção desses espaços, bem como para a definição dos interesses e problemas compartilhados (Aderaldo, 2013; D’Andrea, 2013 e 2020). Os coletivos de comunicação estão inseridos em todo o contexto de violações, convivendo cotidianamente com os “ilegalismos” e o crime organizado; o descaso estatal com as comunidades das periferias; a falta de reconhecimento da sua condição, sem dar vazão as suas demandas nem instituir políticas públicas efetivas e continuadas para esses territórios. Esses coletivos vêm surgindo ao longo dos últimos anos, com foco na produção de conteúdo, a partir da perspectiva das periferias. Os jovens que compõem os coletivos são pessoas cuja vida foi atravessada em vários momentos por um Estado que não lhes garantiu direitos e acesso adequado e de qualidade a serviços básicos; além de, muitas vezes, ter sido responsável por tristezas e violências perpetradas sobre as comunidades, como mostram as postagens do Quadro 2.

Os coletivos envolvidos no enfrentamen-

## Quadro 2 – Postagens sobre situação das periferias

Perceberam que até o momento as *favelas estão largadas pelo poder público*? E se não fossem os voluntários do #Covid19NasFavelas a crise estaria muito maior? Parabéns a todos envolvidos @euresilva @raullisantiago e demais!

Desde sempre, o povo pobre e favelado foi forçado a prosseguir. Parar nunca foi uma opção. *O sentido de resistência para a favela é seguir em frente.* Se tem tiroeteio na rua A, a gente segue pro trabalho pela rua B, mas segue! #Covid19NasFavelas #CoronaVirusNasPeriferias

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

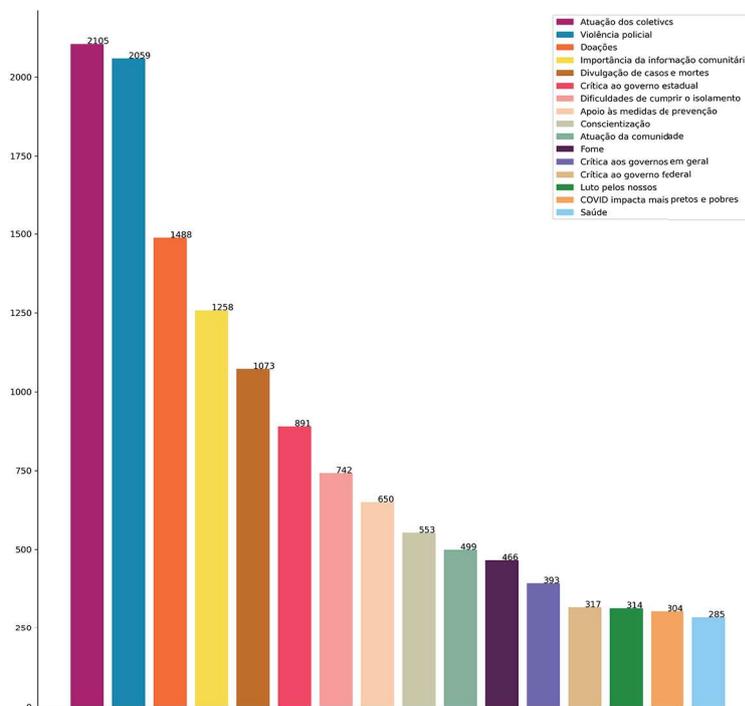
to da covid-19 nas periferias já atuavam por meio das mídias sociais, contudo, num momento de isolamento social, elas se tornaram ainda mais relevantes. Por intermédio dos canais virtuais, os coletivos organizaram-se; divulgaram informações; solicitaram apoio e doações; instruíram a comunidade bem como denunciaram a negligência do Estado com a sua situação. Ademais, foram os principais responsáveis pelas ações presenciais (Abers e von Bülow, 2020a e 2020b; Abers, Rossi e von Bülow, 2021; Franco et al., 2020), distribuindo as doações coletadas, panfletos e cartilhas e, por vezes, até mesmo realizando a limpeza da comunidade.

Observando as categorias criadas, a partir da análise dos dados, o papel dado aos coletivos e às ações da própria comunidade durante a pandemia fica bem evidente. Ressaltam a perspectiva de que a favela sempre fez por si própria e a importância disso para garantir a segurança dos seus moradores nesse momento. A atuação dos coletivos, da própria comunidade (não organizada) e a relevância da

fonte de informação comunitária ganham bastante destaque, para além de temas que têm permeado o cotidiano dos moradores de periferias na pandemia: a mobilização por doações, a divulgação dos casos, o processo de conscientização, as dificuldades em cumprir o isolamento, o aumento da fome, entre outros.

As afirmações sobre a importância da atuação das periferias por si próprias (categoria “atuação dos coletivos”) e as postagens que indicam como se deu essa atuação na pandemia (por exemplo, doações, conscientização, apoio à prevenção, atuação da comunidade e postagens que visam à conscientização), por um lado, mostram tanto a falta de expectativa de que algo seja feito para essa população quanto a necessidade de agir diante das parcas e até inadequadas soluções apresentadas pelo Estado. Por outro lado, as postagens revelam uma visão positiva da periferia, marcada pela potência e capacidade de pensar iniciativas criativas para contornar as adversidades.

Gráfico 1 – Principais temas abordados pelos coletivos



Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

Quadro 3 – Perspectivas sobre as periferias

O isolamento social soa como um mito. Mesmo entre nós que combatemos a pandemia. Existe algo que se sobrepõe a nós, *a vontade e a necessidade de garantias básicas para os nossos*. Agimos na ausência do poder público para que os nossos tenham vez, voz, lugar.

*Quando o poder público falha, as pessoas precisam ocupar esse vácuo.* É incrível que no morro do Borel eles estejam se organizando pelo WhatsApp para acompanhar o nº de casos na comunidade. Mas não podemos romantizar. *Cadê o Estado olhando para as periferias?*

#covid19 | #JornalismoDeQuebrada | Na situação de crise, a defesa dos “nossos para os nossos”, revelada na relação de pertencimento entre jornalistas e público que compartilham de um mesmo local de morada, se reflete em uma atuação jornalística ainda mais criativa.

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

*“Pega a visão”:  
que Estado para qual sociedade?*

Uma vez evidenciados quem são os atores, os fatores importantes no seu processo de formação e as contribuições e objetivos aventados por eles, passamos ao segundo objetivo: compreender a perspectiva dos coletivos das periferias sobre o Estado e a interação entre eles.

O Gráfico 1 revela que a maneira como o Estado se apresenta nas periferias tem um impacto muito grande no seu cotidiano. A violência policial é uma categoria que representa como os coletivos percebem o Estado e é a segunda mais presente nas publicações. Ela também aparece subsumida nas postagens classificadas como críticas ao governo estadual. A violência policial aparece com frequência entre os críticos da ação dos estados, a despeito de, em geral, governos estaduais terem tido mais responsabilidade com a condução da pandemia do que o governo federal (Barberia et al., 2020).

A ausência de garantias estatais, seja na prevenção seja na contenção de danos, especialmente em contextos de emergência nos territórios (como enchentes, deslizamentos de terra, remoções e invasões), é força motriz para que os moradores aprendam a "se virar", como ocorreu durante a pandemia. Evidentemente que o conhecimento do território e da sua população, aliado a esse acúmulo de *expertise*, contribuiu para a visão dos atores de que a periferia é quem sabe atuar em prol dela mesma – o *nóis por nóis* – e, mais do que isso, que ela atende melhor às demandas da população do que o Estado.

Isso ficou evidente durante a pandemia de covid-19. Enquanto o Estado, especialmente nas esferas estadual e municipal, tentou chegar à população com informações sobre as formas de conter o novo coronavírus e realizar algumas ações que viabilizassem o isolamento e protegessem a população, os coletivos que estavam nos territórios (somados a outras inúmeras ações realizadas pelos próprios moradores)

#### Quadro 4 – Perspectivas sobre ação estatal

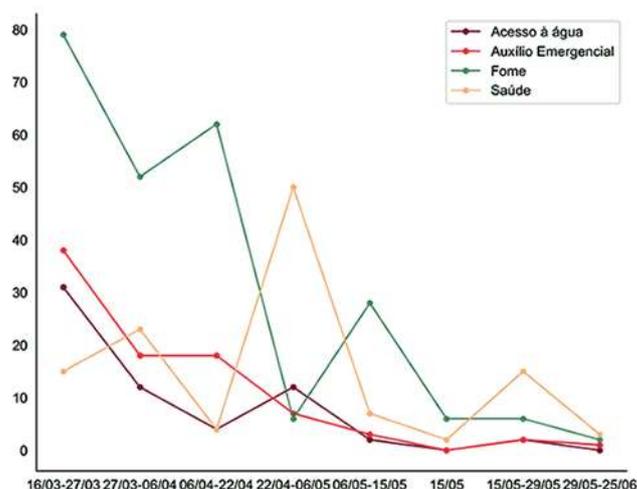
Mais um dia sem água aqui na Rocinha.  
Mandam a população lavar as mãos direito, fazer isso, fazer aquilo, *mas onde estão os recursos básicos?*

Sem esperar ajuda do governo, Paraisópolis contrata médicos para combater vírus: Associação de moradores contratou um serviço médico privado 24 horas por dia, incluindo ambulâncias, médicos, enfermeiras e socorristas.

*Enquanto esse governo de insanos comete seus desvarios, quem pensa no povo é o próprio povo. Os R\$600,00 ainda não estarem disponíveis é mais um sintoma do quão perverso este governo é.*

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

Gráfico 2 – Principais temas ao longo dos primeiros meses de 2020



Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

apontavam o que avaliaram como atos falhos do Estado e sua incapacidade de compreender a sua realidade.

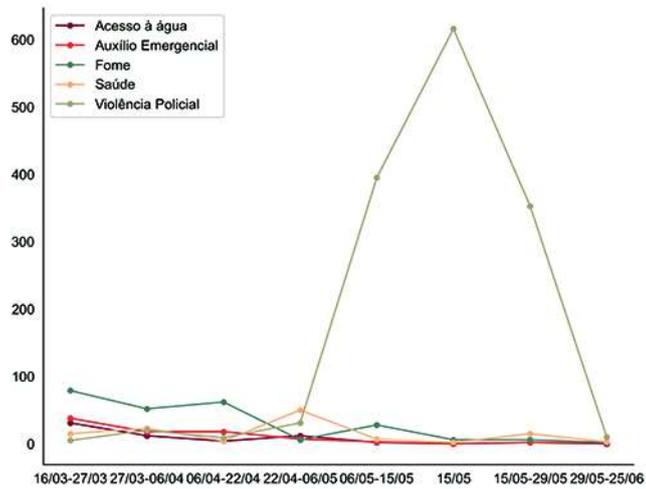
Ainda, no âmbito das categorias que evidenciam as visões relativas ao Estado, estão as críticas à maneira como o governo geriu a crise da pandemia e sua dificuldade em se atentar às questões que tocavam a realidade das periferias, especialmente no início da crise sanitária – como falta de água, saneamento básico, condições trabalhistas e condições de moradia –, as quais se misturaram a outras críticas relacionadas à manutenção de um modo violento de agir do Estado nos territórios. Nos primeiros meses da pandemia, os coletivos chamaram a atenção para as várias questões que tangenciam a vida dos moradores, que os impossibilitavam de tomar as medidas preventivas e que não estavam sendo endereçadas pelo poder público. Contudo, o fator que mais

mobilizou as críticas foi a permanência das ações violentas das forças policiais nas favelas mesmo durante a pandemia.

O aparecimento desses temas fica bem menos expressivo quando inserimos os dados relativos à violência policial (Gráfico 3). Nesse caso, o dia 15/5/2020 está destacado, porque foi um momento em que as *hashtags* analisadas na pesquisa foram muito utilizadas para denunciar a chacina no morro do Alemão, evento que foi fundamental para a posterior proibição, pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF 635), da realização de operações policiais durante a pandemia.

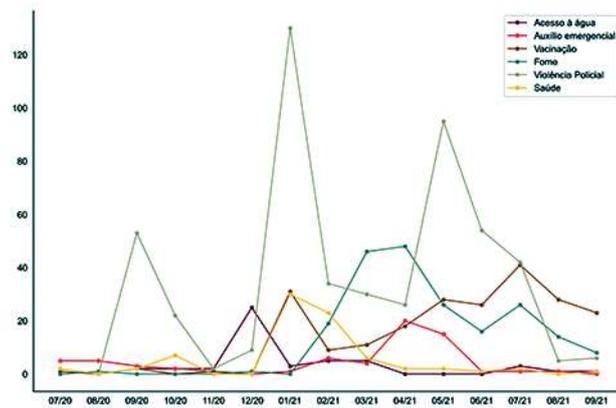
Mesmo quando analisamos o segundo período de coleta (Gráfico 4), o qual contempla outro importante momento da pandemia: a vacinação, a expressividade da violência policial e seu impacto no cotidiano é notada. Além disso, fica claro que, apesar da

Gráfico 3 – Violência policial nos primeiros meses de 2020



Fonte: elaboração própria com base nos dados analisados.

Gráfico 4 – Principais temas após a primeira onda e em 2021



Fonte: elaboração própria com base nos dados analisados.

proibição das operações, elas continuaram a acontecer e a levar medo e insegurança para as periferias.

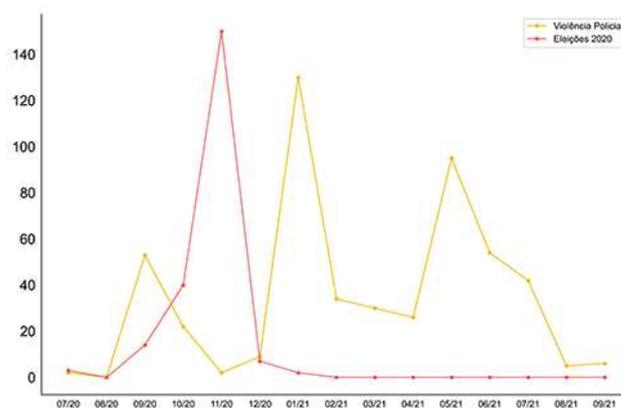
O Gráfico 4 mostra que, mesmo com o início da vacinação contra covid-19 no Brasil, em janeiro de 2021, tema de extrema relevância pública, o número de comentários sobre a vacina nesse mês é superado pelas postagens sobre violência, diante das várias operações policiais deflagradas no período. O mesmo ocorreu em maio de 2021, quando a vacinação começou a se expandir para um público além dos profissionais de saúde e idosos; mas

concorreu com a chacina no Jacarezinho, Rio de Janeiro, responsável pelo assassinato de 27 civis e 1 policial.

O único momento em que as denúncias de violência policial têm uma queda é durante o período eleitoral em 2020, como fica evidente no Gráfico 5.

Ainda que a interferência do evento crítico, pandemia, e a presença de um governo no nível federal de extrema-direita possam ter contribuído para exacerbar a visão negativa do poder público e mesmo ofuscar o reconhecimento de suas ações no território, os dados

Gráfico 5 – Violência policial *versus* eleições 2020



Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada.

apontam para um fator que não pode ser negligenciado na compreensão da demanda de distanciamento em relação às periferias. Ao invés de entender os discursos como desejo de não interação ou ausência de relação, é importante compreendê-los como historicamente situados, resultado de outra forma de convivência entre os agentes e instituições estatais e os moradores de periferias. A interação entre Estado e sociedade nas periferias, marcada por violência e informalidade, difere significativamente

da interação estudada na literatura recente, a qual esteve prioritariamente focada em espaços institucionais e em parcerias com ONGs. A percepção de que o Estado não só não ajudou e protegeu os moradores das periferias no passado, mas que seguiu violando seus direitos na pandemia, fica evidente nas falas (Quadro 5).

Outro fator importante a ser apontado é que, nos primeiros meses, a falta de acesso a serviços públicos, como água e saneamento básico, vinha muito acompanhada dos impactos

Quadro 5 – Percepção sobre ação violenta do Estado

Os tiros não param e o terror só aumenta.  
O Estado entra na favela para matar. *Entra governo, sai governo, a Política Pública é sempre a mesma: @PMERJ para contenção da camada pobre da população.*  
Entra governo, sai governo: genocídio da população favelada.

Pedimos tanto ajuda do Estado e ele se faz presente nesse momento.  
Como combater um vírus?  
Como matar a fome de quem mais precisa? METENDO BALA! *É mais fácil matar o favelado do que um vírus.* Complexo do Alemão se acabando em tiros.

Medicina na favela:  
1) paciente mandar mensagem pq não conseguirá comparecer devido à operação policial. 2) retirar bala perdida alojada no meio de uma pandemia.  
*Faltam testes, faltam leitos, faltam ambulâncias. Mas tiro, nunca falta.*

O genocídio e suas várias ramificações.  
Em meio à pandemia que mata mais pretos, pobres e indígenas, *o Estado não dá trégua e segue com operações nocivas e homicidas contra pessoas pretas.*  
Não há máscaras, nem álcool em gel que nos previna do ódio racial e de um bala de fuzil.

#CoronaNasPeriferias | Apesar do distanciamento social imposto pela pandemia, manifestantes saíram às ruas da Cidade Tiradentes para protestar no último sábado. Além do coronavírus, *o Estado brasileiro segue matando* pela bala. Confira a reportagem: <https://t.co/E5Gy40KaxB>.

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

disso para a proteção contra o coronavírus. A segunda etapa da coleta mostrou que, passado esse período, esse tipo de narrativa ainda acontecia; mas os coletivos passaram a usar a visibilidade que ganharam para demonstrar a falta de acesso a políticas públicas de maneira generalizada. Ou seja, não só as comunidades não estavam sendo atendidas naquele momento, como existe uma série de ausências do poder público e desigualdades anteriores.

A questão da fome é um tema que foi bastante mobilizado nos primeiros meses, como fica evidente no Gráfico 2, e foi sendo menos mobilizado com o passar dos meses, à medida que as doações eram arrecadadas e o auxílio emergencial foi sendo liberado para a

população. No início da pandemia, a maioria das publicações chamava a atenção para a necessidade de doações para que as pessoas pudessem ficar em casa, mesmo que perdessem seu trabalho. Esse discurso, no entanto, mudou sutilmente, quando se percebeu que a fome e a insegurança alimentar se tornavam, cada dia mais, uma realidade. Os chamados de doação vinham não mais atrelados à necessidade de viabilizar o isolamento social, mas sim de combater a fome. Essas mobilizações podem ser vistas no Gráfico 6, o qual mostra que o pico maior de publicações relacionadas à fome é durante a campanha mobilizada nas mídias sociais por meio das *hashtags* #PratodasComunidades e #TemGenteComFome.

#### Quadro 6 – Falta de acesso a serviços básicos

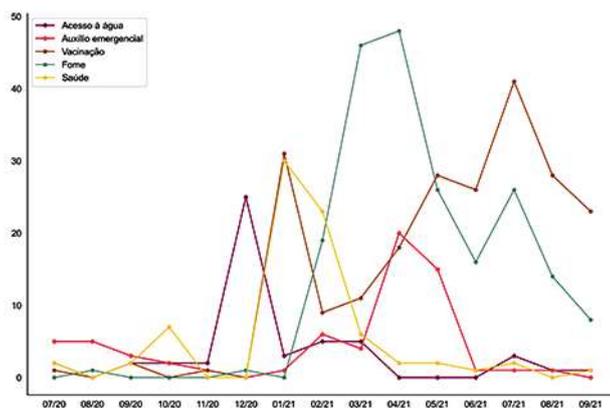
*A pandemia gerou grande impacto dentro das favelas. Além dos casos graves e mortes por covid-19, muitos moradores sofrem com a falta de atendimento médico, saneamento básico, segurança, desemprego, fome e as fake news.*

*A juventude das periferias não tem muito projeto de futuro por conta de um país que não possibilita planejamentos a longo prazo. A juventude quer viver o agora, quer viver o presente e ela não vai deixar de viver por conta da ameaça da covid-19. É triste, mas é real.*

*Em alguns estados, o valor da cesta básica passa dos R\$600. Com os cortes nos programas sociais e o desemprego em massa, como a população vai sobreviver? A negligência do governo é genocídio. #TemGenteComFome*

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

Gráfico 6 – Comparativo da mobilização contra a fome



Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

Quadro 7 – Percepção sobre a questão da fome

O #pratodascomunidades foi criado no início da pandemia para levar alimentos para quem precisa. A pandemia continua e a fome nas comunidades também. Todo valor é importante e pode ajudar muitas pessoas.

Eu sou alguém que aposta nas políticas públicas sólidas e não em sistemas caritativos, mas a fome não espera. Diante do desgoverno genocida, a solidariedade é redução de danos. #TemGenteComFome

Agora mais do que nunca precisamos estar unidos para passar por esse período de caos juntos, cooperando e tendo empatia para com o próximo. Tudo isso vai passar, mas sabemos que não podemos depender apenas do governo, façamos cada um a sua parte e o que for possível. #TemGenteComFome

Fonte: elaboração própria, com base na amostra analisada; grifos nossos.

As publicações relacionadas à fome chamam a atenção para fatores como o isolamento social, a insuficiência do auxílio emergencial, a alta dos preços, o desemprego e a responsabilização do Estado por deixar as pessoas chegarem nessa condição de precariedade, que não é apenas situacional, mas indica problemas que são mais estruturais e históricos.

## Considerações finais

Este artigo teve o duplo objetivo de trazer à visibilidade os coletivos de comunicação da periferia e compreender as razões por trás dos discursos de distanciamento do Estado, muitas vezes interpretados, na literatura sobre coletivos, como demanda por autonomia ou não interação com o sistema político. Desse modo, trazemos à luz tanto os atores como a outra face de interação com o Estado, caracterizada pela violência, baixa capacidade de influência na tomada de decisão e baixo acesso a espaços institucionais. Esses aspectos ficaram ausentes dos estudos sobre participação social no País e mesmo em outras áreas temáticas da Ciência Política.

Focar nossa análise no período da pandemia de covid-19 nos ajudou a pensar essas relações a partir de um momento extremo de carência de ação estatal, identificação de problemas e prospecção de soluções, deixando visíveis os discursos acerca do papel dos próprios coletivos e do que esperam do Estado. Ainda que se possa argumentar que o período pode contribuir para enviesar os argumentos contrários ao Estado, haja vista a urgência do momento, são nos momentos de crise que emergem discursos que buscam claramente

enquadrar problemas e soluções, culpados e vítimas, deixando nítidas as disputas narrativas que são prioritárias para os atores. Ademais, as postagens repetidamente demonstram que esse não é um problema que emerge em março de 2020, quando a pandemia chegou a nosso território, mas que, na perspectiva dos atores de coletivos de comunicação, o descaso estatal repete-se historicamente. Outras pesquisas precisam ser feitas em coletivos e organizações periféricas de outra natureza e em outras localidades, a fim de testar a importância do histórico de interação entre Estado e periferia nas formas de ação coletiva.

No que tange aos coletivos de comunicação, sugerimos, como forma de se aproximar das periferias, analisar o contexto histórico e processual da relação entre Estado e movimentos populares, destacando algumas diferenças com os coletivos na atualidade. Primeiro, vale lembrar que os atores periféricos não foram contemplados em sua totalidade nos espaços institucionais abertos nas décadas de 1990 adiante e que as formas de ação coletiva na periferia foram duplamente afetadas, tanto pelo crescimento do crime organizado nos territórios como pela violência imposta por agentes de segurança pública. Segundo, mesmo semelhantes do ponto de vista da carência de serviços públicos no território, os coletivos atuais diferenciam-se das formas de ação coletiva nos anos 1980 por sua ênfase no aspecto artístico-cultural, para além da dimensão associativa focada na atuação urbana, e também pela importância das plataformas de mídias digitais de comunicação.

Os dados revelam o papel dos coletivos de comunicação da periferia na construção da identidade coletiva do ser periférico, que engloba tanto espaço de carência, como potência

e criatividade. As mídias sociais que ganharam centralidade na ação coletiva de movimentos sociais diversos, durante a pandemia, foram fundamentais para que os coletivos pudessem coordenar e divulgar ações presenciais e também para passar a visão sobre si e sobre a repetida necessidade de agir por si, enquanto sujeitos não prioritários da ação estatal. Assim, embora distintos do ponto de vista organizativo e com atuação especialmente artístico-cultural, é possível ver um entrelaçamento com formas de ação coletiva passada, pois, além de espaços de construção de identidade coletiva, denúncias e demandas, também se constroem como espaços de ação que incidem sobre os problemas urbanos.

Os quadros relativos à forma como os coletivos veem a si próprios indicam que tomaram para si a responsabilidade de adotar medidas para o combate à pandemia, seja porque não esperavam que o Estado tomasse as medidas necessárias, seja porque cotidianamente as ações estatais foram se mostrando insuficientes e inadequadas. Ao afirmarem que o "*Estado nunca olhou por nós*", apontam um histórico de ausências de políticas públicas incompletas ou insuficientes e de ações violentas nas comunidades que parecem transpor, para esses atores, o momento da pandemia. Assim como reconhecem que sabiam agir nos contextos de emergência, porque já o tinham feito outras vezes, como em situações de alagamentos, deslizamentos de terra, remoções e chacinas.

Em relação à visão sobre o Estado, argumentamos que, ao prestar atenção no clamor por distanciamento do aparato estatal, é preciso trazer à compreensão o histórico dessa interação. A pandemia foi um momento que jogou luz sobre a presença distinta do Estado

nos territórios periféricos. Isso fica nítido desde as iniciativas que foram tomadas sem esperar qualquer posicionamento dos governos federal, estaduais e municipais para as periferias; até nas publicações que denunciam a falta de acesso à água e ao saneamento básico, num momento em que limpeza e higiene são essenciais, o aumento do desemprego e da insegurança alimentar e, principalmente, a violência policial.

O Estado aqui, no discurso nativo dos atores, é visto como esse agente monolítico, sem diferenciação na forma de agir, mesmo considerando os distintos níveis da federação. Certamente com isso não se quer negar a heterogeneidade do Estado e de sua permeabilidade no território e nas políticas públicas, apenas realçar que a percepção distinta de sua ausência/presença é forte elemento de identificação coletiva, de construção das narrativas e da ação conjunta nos coletivos de comunicação da periferia, o que talvez ajude a explicar reclamos de autonomia também identificados em outros coletivos.

As iniciativas dos coletivos e outras realizadas pelas próprias comunidades para tentar viabilizar o isolamento social nas periferias foram, sem dúvidas, demonstração de muita criatividade, organização e comprometimento por parte deles. Há que se ressaltar que por diversas vezes e sobre diferentes temáticas o Estado foi chamado à responsabilidade. Os coletivos enfatizam que estão realizando um trabalho que deveria ser feito pelo Estado.

A atitude de iniciar as ações e o conhecimento e *expertise* demonstrados pelos coletivos, como eles afirmam, com mais capacidade e "mais bem-feito" do que se realizadas pelo Estado, podem ser vistos como afirmações de um posicionamento autônomo por

parte dos coletivos, no sentido de que eles buscaram soluções independentemente de qualquer via estatal. Contudo, as recorrentes afirmações de que o Estado não se faz presente – ou quando o faz é somente por meio da violência –, mas que ele deveria garantir uma série de direitos e serviços para as comunidades, além de ouvir suas demandas, demonstram que existe uma expectativa de que o Estado tome esse lugar e construa um outra forma de interação.

Essas mesmas afirmações suscitam reflexões acerca da profundidade dos impactos desse contato frequente com a violência estatal nas periferias. A redemocratização trouxe certos avanços, inclusive para os territórios periféricos. Mas, como essas políticas precisaram ser constantemente fiscalizadas para sua manutenção e controle de qualidade e ainda competiram com a presença de uma política

de segurança pública violenta, a perspectiva dos atores com relação ao Estado traz reiteradamente termos como abandono e descaso.

Para os coletivos, a pandemia tem sido mais um momento, ainda que bastante agravado, em que as periferias não tiveram seus direitos garantidos e em que foram corriqueiramente aterrorizadas com a violência policial. Mas as ações desenvolvidas durante a pandemia não podem ser compreendidas olhando somente para esse cenário. As questões levantadas nesta pesquisa indicam a necessidade de compreender, de maneira mais aprofundada, os reflexos da violência crescente nos territórios e a escassez no acesso a bens e serviços públicos na organização coletiva. É esse histórico de interação que nos permitirá entender o que está por trás dos discursos e das formas de interação desses atores que parecem buscar soluções para além do Estado.

**[I]** <https://orcid.org/0000-0002-4360-7027>

Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, DF/Brasil.  
fonsecasmariana@gmail.com

**[II]** <https://orcid.org/0000-0003-4752-8892>

Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, DF/Brasil.  
deboraalmeida@unb.br

## Nota de agradecimento

As autoras agradecem às agências de fomento que tornaram essa pesquisa possível: Mariana Fonseca pela bolsa de mestrado (processo nº 88887.373022/2019-00) concedida pelo INCT/IDDC e pelas de doutorado concedidas pelo INCT/IDDC (processo nº 88887.630110/2021-00) e pela FAP-DF (processo nº 23106.097167/2022-16); Debora Rezende de Almeida, pela bolsa produtividade concedida pelo CNPQ, PQ2 (processo nº 309432/2021-9).

## Nota

(1) Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/comunicadores-perifericos-se-unem-em-coalizacao-nacional-para-enfrentar-pandemia/>>. Acesso em: 22 mar 2020.

## Referências

- ABERS, R.; ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. (2021). State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, Special Issue: The Political Ramifications of Covid-19. Online, pp. 1–17.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, pp. 325-357.
- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. (2020a). *A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020). Repositório de iniciativas da sociedade civil contra a pandemia*. Brasília-DF: Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, 2020a. Disponível em: <[www.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio](http://www.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio)>.
- \_\_\_\_\_. (2020b). Agir, interpretar, imaginar: movimentos sociais frente à pandemia. 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 19-23 de outubro.
- ADERALDO, G. (2013). *Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- AGAMBEN, G. (2004). *O Estado De Exceção*. São Paulo, Boitempo.
- ALMEIDA, B. (2019). *Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, D.; VIEIRA, A. K.; KASHIWAKURA, G. (2020). Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto do impeachment. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v. 71, n. 1, pp. 140-170.
- ALMEIDA, D.; DOWBOR, M. (2021). “Para além das fronteiras da especialização: pontes analítico-teóricas dentre movimentos sociais e instituições participativas no Brasil em contexto de mudanças”. In: BATISTA, M.; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. (orgs.). *As teorias e o caso*. Santo André, UFABC, pp. 15-58.

- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. (2017). Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bullet of Latin American Research*. Oxford, v. 36, n. 2, pp. 1-16.
- AMÂNCIO, J.; DOWBOR, M.; SERAFIM, L. (2011). Microterritorialidade e controle societal. *Revista Lua Nova*. São Paulo, v. 84, pp. 353-364.
- AVRITZER, L. (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: Da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*. Campinas, v. 18, n. 2, pp. 383–398.
- BARBERIA, L. et al. (2020). BOLETIM 4 - Falta de coordenação entre governo Federal e estados enfraquece a política de distanciamento social. A flexibilização sem critério pode agravar a pandemia: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade. *Rede de Pesquisa Solidária*, 30 abr. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-4/falta-de-coordenacao-entre-o-governo-federal-e-estados-enfraquece-a-politica-de-distanciamento-social-a-flexibilizacao-sem-criterios-pode-agravar-a-pandemia/>.
- BEZERRA, C.; ALMEIDA, D.; LAVALLE, A.; DOWBOR, M. (2022). Desinstitucionalização e resiliência dos conselhos no Governo Bolsonaro. In: *Scielo Preprints*. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4218/version/4466>>.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, pp. 359-377.
- BOSCHI, R. (1987). *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora IUPERJ.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Movimentos coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOSCHI, R.; VALLADARES, L. (1983). “Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos”. In: BOSCHI, R. (ed.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRAGA, V. (2022). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: as periferias na agenda institucional*. Projeto Qualificação Mestrado Ciência Política. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- BRITO, M. (2017). *História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”*. Dissertação de mestrado. Brasília, Universidade de Brasília.
- CARDOSO, R. (1988). “Introdução”. In: KOWARICK, L. (ed.). *Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, B. (2020). *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas, Unicamp, IFCH.
- CEFAI, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte I). *Novos Estudos*. São Paulo, v. 36, n. 1, pp. 187-213.
- CORREIA, A. P. (2015). *Mulheres da periferia em movimentos: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo*. Dissertação de mestrado. Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo.
- D’ANDREA, T. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2020). Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 39, pp. 19-36.
- DAS, V.; POOLE, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi, Oxford.

- DELLA PORTA, D. (2020). How progressive social movements can save democracy in pandemic times. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 12, n. 1.
- DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- DURHAM, E. (1988). "A sociedade vista da periferia". In: KOWARICK, L. (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FELTRAN, G. (2008). *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2010). Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*. São Paulo, v. 79, pp. 201-233.
- FLAUZINA, A. L. (2019). "Democracia genocida". In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (eds.). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel.
- FRANCO, I. et al. (2020). Mapping repertoires of collective action facing the COVID-19 pandemic in informal settlements in Latin American cities. *Environment & Urbanization*, v. 32, n. 2, pp. 523-546.
- GOHN, M. (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 16, n. 47, pp. 125-146.
- GOHN, M.; PENTEADO, C.; MARQUES, M. (2020). Os coletivos em cena: experiências práticas e campos de análise. *Simbiótica Revista Eletrônica*. Vitória, v. 7, n. 3, pp. 1-7.
- GOMES, S.; MOURA, J.; ALVES, J. (2019). O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 32, n. 87, pp. 623-640.
- GURZA LAVALLE, A.; BICHR, R.; CASTELLO, G. (2004). Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 5, pp. 37-55.
- KOWARICK, L.; BONDUKI, N. (1988). "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". In: KOWARICK, L. (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MACHADO, L. (2004). Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: *Rio: A Democracia Vista de Baixo*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MACHADO, L.; LEITE, M. (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: *Rio: A Democracia Vista de Baixo*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MAGALHÃES, A. (2019). *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Curitiba, Editora Appris.
- MAIA, G. (2013). A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito - UFSM*. Santa Maria, v. 8, n. 1, pp. 58-73.
- MEDEIROS, A. (2013). *Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- MEDEIROS, J. (2017). *Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2019). Do "Feminismo Popular" Ao "Feminismo Periférico": Mudanças Estruturais em Contrapúblicos Da Zona Leste De São Paulo. *Novos Rumos Sociológicos*. Pelotas, v. 7, n. 11, p. 311-348.

- MIRANDA, D. (2013). Do baile (também) à ALERJ, o funk em expansão: contribuições da semiótica da cultura para pensar deslocamentos de sentidos na comunicação da periferia. IV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul. S. Cruz do Sul-RS, pp. 1–15.
- PENTEADO, C.; OLIVEIRA, M. (2019). Autodenominação "Coletivo": o que essa escolha pode nos informar. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia 9 a 12 de julho. UFSC - Florianópolis, SC Grupo de Trabalho 22 - Movimentos Sociais Contemporâneos Novos.
- PEREIRA, A. (2019). *Medalha pra quem metralhou você: necropolítica e o corpo que não entra em exceção*. Monografia de graduação. Brasília, Universidade de Brasília.
- PEREIRA, M. M.; MEDEIROS, J. (2022). "Os coletivos sob um olhar culturalista: deslocamentos analíticos". In: TATAGIBA, L. et al. (orgs.). *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre, Zouk.
- PEREZ, O. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*. Campinas, v. 25, n. 3, pp. 577–596.
- PEREZ, O.; SILVA FILHO, A. (2017). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, pp. 255-294.
- RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, (2018). A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 40, pp. 36-51.
- ROCHA, L. (2013). *Uma favela "diferente das outras"? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Quartet & Faperj.
- \_\_\_\_\_. (2018). Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, pp. 475-494.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo, Paz e Terra.
- SANTOS, J.; BRAGA, V.; BOKANY, V.; TOLEDO, M. (2021) Um panorama sobre os coletivos e movimentos sociais periféricos a partir do mapeamento nacional do projeto Reconexão Periferias. Trabalho apresentado no 45º Encontro Anual da ANPOCS, GT Movimentos Sociais: protesto e participação.
- SARMENTO, R.; REIS, S.; MENDONÇA, R. (2017). As jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n.22, pp. 93-128.
- TATAGIBA, L. (2014). 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 13, n. 28, pp. 35-62.
- TELLES, V. (1988). "Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos". In: KOWARICK, L. (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2010). A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte, Argumentum.

Texto recebido em 27/fev/2023

Texto aprovado em 15/jul/2023

# Another face of interaction: communication collectives from peripheries and the State

Outra face da interação: coletivos de comunicação das periferias e o Estado

Mariana Fonseca [I]  
Debora Rezende de Almeida [II]

## Abstract

This article sheds light on forms of collective action in urban peripheries that are rarely addressed in studies on participation in Brazil: the communication collectives. It proposes a history- and process-based interpretation to understand who these actors are and why they criticize the interaction with the State. The research is based on content analysis and on an exhaustive thematic characterization of 14,315 posts on Twitter and Facebook pages of 8 collectives from four Brazilian regions, during the COVID-19 pandemic, collected from the social media platforms' APIs. The findings reveal the actors' perception that peripheries have long operated on the basis of "we for us" and disclose the differential and sometimes violent face of the State's interaction with peripheries.

**Keywords:** pandemic; peripheries; communication collectives; interaction; State.

## Resumo

*Este artigo dá visibilidade a formas de ação coletiva nas periferias urbanas pouco presentes nos estudos sobre participação no Brasil: os coletivos de comunicação. Sugere uma interpretação histórico-processual para compreensão de quem são esses atores e por que são críticos à interação com o Estado. A pesquisa baseia-se na análise de conteúdo e caracterização temática exaustiva de 14.315 postagens nas páginas do Twitter e Facebook de 8 coletivos, de 4 regiões do País, durante a pandemia de covid-19, coletadas da API das plataformas de mídias sociais. Os resultados revelam a percepção dos atores de que as periferias há muito tempo atuam na base do "nóis por nóis" e a face diferenciada e, por vezes, violenta da interação do Estado com as periferias.*

**Palavras-chave:** pandemia; periferias; coletivos de comunicação; interação; Estado.



## Introduction

"No party!" and "The protest is non-partisan" were the rallying cries of a group of demonstrators during June 2013 protests in São Paulo, while on the opposite side, partisan and social movement activists shouted: "Raise the flags" and "Without parties there is no democracy". While these initial scenes may not capture the diverse repertoires, actors, and demands (Alonso and Mische, 2017) of what became known as one of Brazil's largest protest cycles (Tatagiba, 2014), these protests, in their diversity, revealed a strong rejection of political parties and institutional politics. This has opened up a research agenda focused on understanding the calls for autonomy and horizontality of "new" social and collective movements (Gohn, 2016; Gohn, Penteadó, and Marques, 2020). However, the notion of autonomy, defined as the rejection of and separation from the political system, has been challenged in research that highlights the relationship with political parties (Perez, 2019) and the persistence of certain internal hierarchies, such as those related to gender (Sarmiento, Reis, and Mendonça, 2017).

In this article, we introduce an additional layer of complexity to the debate about the "novelty" of collectives and their rejection of the political system by concentrating on the viewpoint of the peripheries. First, we ask: *Who* are these actors? In addition to considering the generational effect, as many of these collectives are primarily composed of young activists, we argue, in line with the approach proposed by Gurza Lavalle, Bichir, and Castello (2004), that it is crucial to pay attention to the analytical bias that often creates an impression of novelty regarding phenomena that existed previously.

While these authors have emphasized that social movements were made invisible by the literature employing the category of civil society and examining its actions within participatory institutions, this article draws attention to the erasure of collective actors from the peripheries. It is important to note that, in this case, the absence is not limited to the analytical realm but is also observed *de facto* and *de jure*: not only have political studies failed to map the collective action and interaction of these actors with the state and public policies, with rare exceptions (Amancio, Dowbor, and Serafim, 2011), but peripheral actors in general have also been excluded from participatory spaces opened up with democratization.

The second objective is to assess *why* these groups are critical of their interaction with the state or what lies beneath the discourse of autonomy. According to a body of literature, the critique voiced by "new" movements and collectives concerning their engagement with the political system can be attributed to two main factors. First, there is a negative assessment of the limited results or impacts obtained through collaboration with the PT governments. Second, there is the emergence of new social and collective movements that not only express disapproval of the state but also adopt alternative repertoires of action (Perez e Silva Filho, 2017; Gohn, Penteadó, and Marques, 2020).

By examining the peripheries, we uncover a complementary perspective. While not disregarding the discourse that political actors employ to distance themselves from the state, our objective is to understand, as proposed by Pereira and Medeiros (2022), autonomy or the claim of distance as a symbolic, discursive, multifaceted, and, as we add, historically

processual construction of the actors. This autonomy does not arise from a desire for non-interaction or the absence of a relationship, at least not exclusively. On the contrary, the discourses that reject the state are the result of a different form of interaction between agents and state institutions and peripheral territories and populations, which significantly diverges from the one examined by recent literature. The forms of collective action we observe in the peripheries today are the result of interactions and are characterized by a state that is both present and absent. This is because the state operates in the peripheries but has little interaction with its population and organized actors.

This conflicted and ambiguous relationship remains a prevalent element that runs through the struggles, identities, community organization, and collective action in the peripheries, aligning with the perspective proposed by Sader (1988). However, while Sader (ibid.) and Doimo (1995) previously analyzed how organizations and discursive matrices were formed in the peripheries – often referred to as popular movements at the time – in opposition to an authoritarian state, today we are faced with collectives and social movements whose grievances and demands, although not very different from those of the past, are now directed at a state that has undergone democratic consolidation over the past three decades. Nevertheless, these collectives and movements face difficulties in being included in discussions and recognized as rights-bearing subjects.

This study is based on different data collection techniques and on thematic content analysis. In selecting the cases, we first identified the communication collectives operating in the peripheries that took part in the Manifesto,<sup>1</sup> launched in March 2020. This manifesto aimed

to establish a nationwide coalition to tackle the challenges posed by the covid-19 pandemic in these urban regions. Within a set of 70 collectives, we selected eight collectives. Our selection prioritized regional diversity and focused on collectives that showed greater activity on social media and had a higher number of page likes during the data collection period. These eight collectives served as our primary sources of data. They are: Periferia em Foco and Tela Firme (Belém-PA); Força Tururu (Recife-PE); Agência Mural and Periferia em Movimento (São Paulo-SP); Coletivo Papo Reto and Voz das Comunidades (Rio de Janeiro-RJ); and Ruas (Ceilândia-DF). Among these, only the Força Tururu collective was not mentioned in the manifesto. Nevertheless, we included it in the study because, in addition to being a prominent group in the region, our goal was to expand regional representation and extend our analysis beyond the Southeast region, which is usually the focus of analyses.

All these collectives had been organized before the pandemic, so they had much knowledge of the local reality, which includes previous experience acting in emergencies, such as landslides, floods, and inundations. However, it is important to emphasize that our results cannot be directly generalized since the selection of cases was limited to metropolitan areas and capitals. In addition, communication collectives are just one of the various types of social organizations operating in urban peripheries that are actively addressing the challenges posed by the pandemic.

We selected these collectives because of their central role in disseminating and conveying ideas and concerns related to urban peripheries. These collectives were effective in “*passar a sua visão*” (slang for articulating their viewpoint) because they share visions, experiences,

and the language of their primary audience, the residents of the peripheries. Moreover, given their deep-rooted connections to these territories, rife with numerous contradictions, communication collectives assume a significant role in generating and spreading knowledge and fostering a sense of pride in belonging to the peripheries. While stressing the significance of community initiatives, these collectives also exposed the state's negligence and urged authorities to take responsibility.

The data under analysis was obtained through data extraction from the Twitter and Facebook APIs, involving a total of three data collection sessions. The first session, conducted between March 16, 2020, and June 30, 2020, involved real-time streaming retrieval of Twitter posts featuring the hashtags #CoronaNasPeriferias and #COVID19NasFavelas, among others. From this collection, a simple sample corresponding to 10% of the posts was selected, totaling 4,559 posts. Data collection on Twitter was also conducted using the search mode for the same hashtags, covering the periods from March 16, 2020, to March 24, 2020, and from April 8, 2020, to April 16, 2020, resulting in a total of 1,257 posts. Additionally, between March and June 2020, data was gathered from the Twitter profiles of six collectives (Agência Mural, Papo Reto, Periferia em Foco, Periferia em Movimento, Ruas, and Voz das Comunidades), as well as from eight collectives on Facebook. These additional Facebook collectives included Coletivo Tela Firme and Coletivo Força Tururu, in addition to the previously mentioned six. This collection accounted for an additional 2,463 posts.

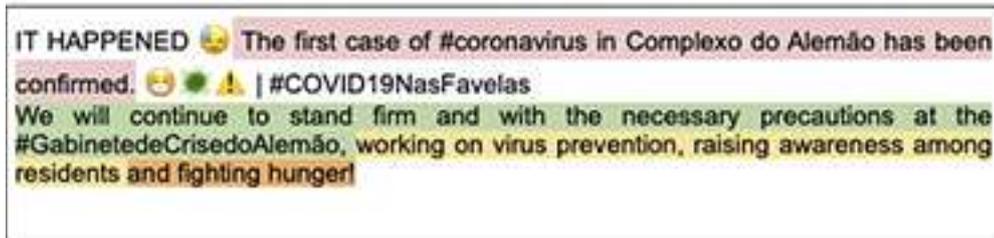
During the second data collection session, spanning from July 1, 2020, to September 30, 2021, we encountered even greater limitations

in data extraction from Facebook, making it impossible to retrieve information from this platform. Moreover, we noted a decline in engagement with the previously selected hashtags during this period. As a result, during the second collection period, we only extracted data from the six collectives with Twitter profiles. This collection session added 6,036 more posts to the analyzed *corpus*. Therefore, the database analyzed in this article resulted in a total of 14,315 posts.

The two analysis periods cover different phases of the pandemic. The first period corresponds to a more critical moment, marked by the novelty of the phenomenon, organizational challenges, and a significant increase in the number of deaths. The second period includes both a substantial increase in deaths and the beginning and expansion of the vaccination campaign. Thus, we examined whether the perceptions about state action and the needs of peripheral areas remained the same or changed over time.

After collecting the posts, we conducted a content analysis in which we exhaustively categorized the topics addressed by the collectives. We differentiated between the collectives' self-perceptions and their perceptions of the government. To achieve this, we utilized the qualitative analysis software Atlas.ti, version 8.0. We sought to understand how communication collectives in the peripheries see themselves, the state, and the covid-19 pandemic. To do so, we developed codes that constitute the themes within the interpretative frames. In this article, we present the consolidation of two frames that directly address our two objectives: a) those reflecting the actions of collectives and their impressions about themselves and b) those presenting their perceptions about the state.

Chart 1 – Thematic Coding



Source: made by the authors.

During the categorization process, it was possible for a single text excerpt to be associated with more than one thematic category, depending on the topics addressed in that passage. Chart 1 presents an example of the coding.

In this case, the entire pink excerpt was categorized as "disclosure of cases and deaths", because it refers to information about cases and deaths from the coronavirus in the peripheries. The green passage was categorized as "collectives' actions" and "support for prevention measures" because it describes the actions of the Alemão Crisis Office, emphasizing their focus on necessary precautions. The yellow passage was categorized as "raising awareness", characterizing one aspect of the collective's action. Finally, the orange excerpt was labeled "Hunger" because it refers to hunger as a demand or agenda item during the pandemic.

The study was conducted during the most critical periods of the pandemic, marked by a high number of cases and deaths. Consequently, online materials proved to be a more suitable source for conducting a content analysis of participants' perspectives and actions, primarily through their discourse, as

opposed to relying on on-site observations or interviews. Subsequently, we employed Atlas.ti tools to extract specific quantitative data from the analyzed sample, including the frequency of mentions of certain frames and the grouping of frames according to their reference theme.

We chose to focus our analysis on the pandemic, considering it as a critical moment (Boltanski and Thévenot, 1999) or a problematic situation (Cefai, 2017). The pandemic tends to stimulate critical reflection and contention among the involved actors, including the identification of victims and culprits, along with the formulation of new action strategies to tackle new issues. The pandemic challenges the dynamic between collectives and the state, providing an opportunity to scrutinize the collectives' expressions of criticism and their responses, their self-perception as reflective agents driven to take action. It also enables us to examine the role of the state, as the pandemic required direct state intervention. Moreover, the pandemic emerges amidst a backdrop of political and social turmoil in Brazil, characterized by deteriorating relations between the state and society, the erosion of participatory institutions, escalating social

inequality, and the dismantling of public policies (Bezerra et al., 2022). Within this context of uncertainties, where solutions, ideas, and proposals are not clearly defined (Abers and von Bülow, 2020b), there emerges a series of narrative disputes aimed at elucidating the needs, the stakes involved, and the potential courses of action to be pursued.

In the case of the peripheries, the attribution of blame or the perceived incapacity of the state in addressing the crisis, along with references to past instances of inaction or state intervention, as we will explore further later on, seems to influence the modes of action, interaction, and the demands originating from the peripheries. The pandemic has also highlighted the significance of local associations, innovative initiatives within the community, and collective actions (Abers and von Bülow, 2020a and 2020b; Castro, 2020; Della Porta, 2020; Franco et al., 2020). This development has introduced a fresh set of inquiries into the dynamics of the interaction between the state and society.

The remainder of this article is organized into two sections and the conclusion. In the first section, we provide a brief historical overview of collective action in urban peripheries dating back to the 1970s. Our goal is to illuminate the changes (or lack thereof) in daily practices in these areas and to explore the emergence and evolution of recent discourses and repertoires of self-initiated action, often described as "*nóis por nós*" or "us for us", free from state interference. In the second section, we identify what are the peripheral youth collectives and analyze particularly those engaged in peripheral communication initiatives. In line with current literature on collectives, we introduce two key features found in these organizational structures: the central role of artistic and cultural activities,

and the crucial significance of digital platforms in "*passarem a visão*" on what "*tá rolando na quebrada*" ("is happening in the hood")

In this section, we also analyze how these collectives perceive themselves and what criticisms they have regarding their (inter)action with the state during the covid-19 pandemic. The pandemic demanded extensive state response, which varied significantly in Brazil depending on government levels, administrative approaches, and the regions affected (Barberia et al., 2020). At the same time, the favelas and peripheral areas were the hardest hit by the virus due to their precarious urban and sanitary infrastructure, high population density, and a significant concentration of informal workers or jobs that required in-person presence. Therefore, the pandemic exposed the contradictions prevalent in the peripheries and the deficiencies in state efforts to provide essential goods and services. This, in turn, resulted in the emergence and/or heightened visibility of both preexisting and novel forms of community organization, along with critical perspectives on the conditions in these regions and the negative aspects of their interactions with the state.

This perspective remained consistent throughout the two periods under study. Conversely, the frames built during the pandemic underscored the self-perceived importance of communication collectives within the peripheries in responding to the covid-19 pandemic in these areas. This aligns with Cefai's (2017) assertion that, in such contexts, these collectives can be viewed as both victims and repairers. Despite the absence of historical data to analyze the state's perception outside this critical moment, the actors retrospectively evaluate their interactions, providing insights

into the possible reasons for their reluctance to engage with the state or political institutions. Among these actors, we notice the idea that peripheral communities have traditionally operated on the principle of "nóis por nóis", accompanied by a distinct and at times turbulent relationship with the state.

## Collective action in the peripheries from a historical perspective

Between 1970 and 1980, Brazil underwent a significant urbanization process marked by the progressive expansion of cities, rising unemployment rates, and a growing need for access to public services, all against the backdrop of a military dictatorship. Within this context, peripheral popular movements emerged (Sader, 1988), primarily organized in neighborhood associations across various cities in the country. These movements articulated their demands through discursive frameworks, which were ways of addressing reality rooted in culture, language, and locality, all to promote social transformation.

The transformations in the daily lives of the peripheries, including changes in physical infrastructure, demographic characteristics, living conditions, and the development of interpersonal relationships, coupled with the restrictions imposed by the military dictatorship, created favorable conditions for individuals to come closer and cultivate a shared identity as workers and residents of peripheral neighborhoods. Within this context, these individuals organized themselves, established networks of sociability, identified their

demands, and developed political perspectives about the world and the circumstances in which they found themselves (Kowarick and Bonduki, 1988; Sader, 1988). In addition to their shared experiences and needs, collective mobilization was driven by the perception that the state was more inclined to benefit central neighborhoods rather than peripheral areas (Durham, 1988; Telles, 1988). The movements established during this period were thus instrumental in confronting the authoritarian context that hindered political sociability and did not acknowledge collective action as a form of social participation (Doimo, 1995; Sader, 1988).

The discourse of autonomy adopted by these actors, along with the emphasis on the innovative and democratizing potential of social movements, held significant importance. This was particularly significant given the various forms of state interaction with the peripheries, which included both clientelistic and coercive methods during the military era (Kowarick and Bonduki, 1988). Ultimately, the most impactful movements have consistently aimed to shape decision-making and cultivate connections with the state and political parties. They have played a crucial role in mobilization, despite situations where social movements faced fragmentation and internal divisions (Boschi and Valladares, 1983, p. 140).

The democratic transition created opportunities for more direct negotiations with the state, and the 1990s witnessed significant changes in how these interactions took place. Simultaneously, there was a shift in academic perspectives on the dynamics between the state and society. The creation of participatory institutions, including but not restricted to those outlined by the 1988 Constitution, such as policy councils and participatory budgets,

led research to focus on the places where collective aspirations are shaped, intending to influence political decisions and projects (Almeida and Dowbor, 2021).

At the same time, political scientists shifted their analytical focus to the category of civil society, highlighting a group of new actors, particularly NGOs and civil organizations (Gurza Lavalle, Bichir and Castello, 2004). As a result, certain popular and peripheral actors were marginalized from political studies. This occurred because the democratic transition only marginally incorporated peripheral movements into politics and the institutional environment. Accessing the state required a specific form of organization and a certain degree of institutionalization, resulting in only a limited number of popular movements, often with support from NGOs and churches, transitioning into formal associations and networks.

The actors who made this transition in an attempt to engage with the state were central in enabling the establishment of partnerships to implement policies in their communities. They also served as mediators through new channels, such as local councils (Correia, 2015; Doimo, 1995; Medeiros, 2017). However, this does not mean that all popular movements gravitated toward the state or gained access to institutional spaces. Whether due to unwillingness or inability, a substantial portion of the popular movements that originated in the peripheries did not transition into participatory arenas.

According to a study conducted by the Perseu Abramo Foundation, which mapped organizations and movements from various fields in the peripheries, 27% of NGOs and 23% of collectives had previously participated in some form of participatory institution at different government levels. This figure

is notably influenced by the year in which organizations were founded. Among those established before the 2000s, 74% reported participating in participatory forums, predominantly at the municipal level. In contrast, this percentage drops to 44% for organizations established after the year 2000, coinciding with the period when the collectives examined in this study were established and became active (Santos et al., 2021).

If on the one hand, the 1990s allowed certain popular movements to gain access to institutional and participatory spaces, on the other, this decade marked a period when peripheral actors encountered policies that exacerbated inequality and affected their collective action. During this period, Brazilian urban peripheries grappled with the consequences of the implementation of neoliberal economic policies, along with the rise of organized crime and a surge in violence within their communities. Additionally, work became increasingly precarious, pushing many of its residents into the informal sector (D'Andrea, 2013; Feltran, 2008; Telles, 2010). Meanwhile, the expansion of the drug trade and the illicit trade market have given rise to extensive grassroots networks spanning urban areas. Consequently, social issues have become more complex and encompassing, extending beyond traditional notions of exclusion, segregation, and poverty.

This situation pointed to the existence of additional power conflicts, involving organized crime factions and their confrontations with the state. These conflicts redefined the issue of the peripheries, expanding its relevance beyond the traditional urban dimension and intensifying what can be described as a state of exception (Agamben, 2004; Das and Poole, 2004). This

state operates simultaneously within and outside the law, in the margins. In other words, some practices establish zones of ambiguity, blurring the line between what is legal and illegal, resulting in the creation of a killable life – mostly black individuals – in situations that permeate the daily lives and work of people who live or travel through these territories (Brito, 2017; Flauzina, 2019; Pereira, 2019).

In light of this situation, the limited research addressing the forms of collective action that (re)emerge in the peripheries highlights two key elements. The first refers to the restriction of “cooperative” state-periphery interaction to the dynamics of projects and partnerships with non-governmental organizations. These actions are specific in nature and do not constitute an integrated set of public policies (Machado and Leite, 2004). The second element involves the emergence of new organizations and social movements in response to violent state action in the territories. One such example is the mothers' movements, which independently emerged in different peripheral areas during the 2000s. These movements have now grown into extensive networks focused on providing support, fostering solidarity, and taking action against violence (Almeida, 2019; Brito, 2017).

Moreover, public policy scholars have examined the development of initiatives such as Juventude Viva and the Programa Pontos de Cultura, which have played a role in organizing social movements and associations in the peripheries. (Braga, 2022; Gomes, Moura and Alves, 2019; Medeiros, 2013). In these instances, the community actively participated in the implementation of public policies within their territories. Juventude Viva emerged as a response to the demand from the black youth

to address the issue of police violence in these territories. On the other hand, the Programa Pontos de Cultura aimed to engage cultural groups in promoting local culture. Amâncio, Serafim, and Dowbor (2011) also show how peripheral associations work to enable social oversight in health and social assistance policies. The goal was to monitor and improve the quality of services offered in the communities.

These different analyses seem to indicate that peripheral movements and associations interacted with the state primarily to react to or curb state violence and to monitor the implementation of policies (or lack thereof) in these areas, rather than actively participate in the joint construction of public policies focused on the reality of these communities. The historical pattern of violent and intermittent interactions between the peripheries and the state – the other, less explored, side of the socio-state interaction – shapes the way peripheries perceive state policies developed in these areas, as we will see in the next sections

Thus, it is not that the state is completely absent from the peripheries – although its ability to meet the demands of the community is subject to criticism – or that there is no interaction between the state and movements. The relationship between these entities involves different modes of interaction, characterized by alternating moments of intervention: recognition versus denial (Magalhães, 2019). In addition, their claims of autonomy or detachment from the state should be understood from the context of their historical interaction with the state. This interaction has a direct impact on the everyday lives of residents in these areas, shapes the organization of collective action in the peripheries, and influences their self-perception and perception of the state.

## Emergencies on the margins: communication collectives in the peripheries during the covid-19 pandemic

Communication collectives in the peripheries have notoriously played a significant role during the covid-19 pandemic by taking on two primary responsibilities: informing their communities about the risks associated with the new coronavirus and how to prevent its spread, as well as collecting and distributing donations in their territories. In this study, it is important to clarify that when we refer to the peripheries, we are not only discussing geographical locations far from urban centers. Instead, we consider the peripheries from a political perspective, encompassing people who find themselves on the margins of policies, services, and social safety nets. The peripheries include areas such as favelas, neighborhoods, sectors or, simply, "quebradas". In the following subsections, we will discuss what are communication collectives in the peripheries are and which are these collectives we selected. We examine the interpretative frames they have built during the covid-19 pandemic, which reveal how these collectives see themselves and the state.

*"Tudo que nois tem é nois" (all we have is us):  
the perception of communication collectives  
regarding their actions*

The literature on collectives lacks a precise definition of the phenomenon, but some authors offer important insights. Collectives are typically recognized as groups primarily composed of young individuals who share ideas and values and use collectives as their platform for political

engagement. They also underscore the significant role of digital media platforms in organizing, mobilizing, and promoting their activities; additionally, they emphasize how the everyday territorial dimension is crucial for constructing a shared identity and determining the scope of their political activities (Maia, 2013; Pentead, and Oliveira, 2019; Perez, 2019; Rios, Perez, and Ricoldi, 2018). Collectives seem to use these digital technologies not only as a tool to promote their actions but as a means to coordinate their activities and as a platform for marginalized voices to act and express themselves (Medeiros, 2017 and 2019). It is worth noting that there are distinctions between today's collectives in the peripheries and the popular movements of the 1980s. The latter emerged closely intertwined with urban struggles. Cultural movements that create spaces for social interaction and contribute to the development of collective identities in these areas are becoming increasingly important today.

Movements focused on culture and peripheral communication, which have gained prominence over the past two decades, share certain common characteristics. They prioritize artistic and cultural expression and acknowledge the vital role of digital platforms. These are movements and collectives made of young individuals who were born and grew up in peripheral regions, and who view art as a means of political and social expression. Peripheral culture is the combination of lifestyles, behaviors, values, practices, languages, and dress codes that foster identification among people. As means of exchange and interaction, both culture and communication play central roles in the dual process of simultaneously enriching people's identities and perspectives while enabling the expression of these identities and worldviews. (D'Andrea, 2013 and 2020).

Chart 2 – Posts about the situation of the peripheries

Have you noticed that so far *the favelas have been abandoned by the government*? And if it weren't for the volunteers of #COVID19NasFavelas the crisis would be much worse? Congratulations to all involved @eurenesilva @raullssantiago and others!

Since always, the poor and favela people have been forced to carry on. Stopping was never an option. *The meaning of resistance for the favela is to keep moving forward*. If there is a shooting on street A, we go to work on street B, but we keep going!  
#COVID19NasFavelas #CoronaVirusNasPeriferias

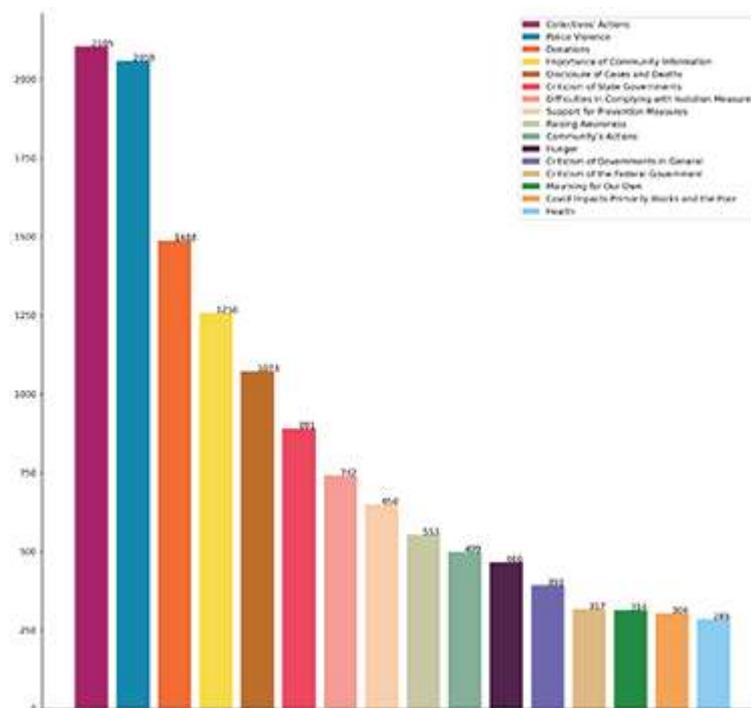
Source: made by the authors based on the analyzed sample; emphasis added.

The recognition of shared traits among young people from the peripheries contributes to the formation and continuity of communication collectives; it also helps define common interests and issues among its members (Aderaldo, 2013; D'Andrea, 2013 and 2020). Communication groups operate within a context marked by frequent violations of rights and a pervasive presence of illegal activities and criminal organizations. Furthermore, they contend with the state's neglect of peripheral communities and the lack of recognition of their needs, without effective and lasting public policies being properly addressed or implemented in these areas. These collectives have emerged over the last few years, focusing on producing content based on the reality of the peripheries. The young individuals who form these collectives are people whose lives have been marked by various instances where the state failed to ensure their rights and provide adequate, high-quality access to basic services. Moreover, the state has often been responsible for causing sorrow and perpetrating violence within these communities, as shown in the posts in Chart 2.

The collectives involved in the battle against covid-19 in the peripheries were already using social media as an operational tool. However, during the period of social isolation, the significance of these media platforms grew even more. Through virtual channels, the collectives organized themselves, disseminated information, requested support and donations, provided guidance to the community, and exposed the state's neglect of their situation. Furthermore, these collectives played a crucial role in on-site activities (Abers and von Bülow, 2020a and 2020b; Abers, Rossi and von Bülow, 2021; Franco et al., 2020) by distributing collected donations, disseminating information through pamphlets and brochures, and, on some occasions, even engaging in community cleanup efforts.

The categories derived from the analysis of the data clearly demonstrate the role assigned to collectives and the community itself during the pandemic. The posts emphasize the perspective that favelas have always taken care of themselves and underscore the importance of this aspect in ensuring the safety of their residents during this time. The actions of the collectives, as well as the community itself

Graph 1 – Main topics addressed by the collectives



Source: made by the authors based on the analyzed data.

Chart 3 – Perspectives on the peripheries

Social isolation sounds like a myth. Even among us who are fighting the pandemic. There's something greater than us, *the desire and need for basic guarantees for our people*. We act in the absence of public authority so that our people have a chance, a voice, a place.

*When public authority fails, people need to fill that void.* It's incredible that in the Borel favela, they're organizing themselves through WhatsApp to track the number of cases in the community. But we should not romanticize it. *Where is the state looking after at the peripheries?*

#COVID19 | #JornalismoDeQuebrada | In times of crisis, the defense of "nossos para os nossos" ("ours for our own"), as manifested in the sense of belonging between journalists and the audience who share the same place of residence, is reflected in an even more creative journalistic approach

Source: made by the authors based on the analyzed sample; emphasis added.

(even without formal organization), and the importance of community-based sources are emphasized. Additionally, they highlight themes that have played a significant role in the daily lives of residents of the peripheries during the pandemic, including mobilization for donations, dissemination of information about covid-19 cases, the process of raising awareness, the challenges of adhering to isolation, the rise in hunger, and similar issues.

Some statements, on the one hand, indicate that the collectives do not expect the peripheries to receive external support, but they also highlight the need to act in response to limited and at times insufficient state-provided solutions. These statements revolve around the importance of the peripheries taking matters into their own hands (under the category "collectives' actions") and include posts that illustrate how such actions unfolded during the pandemic (e.g., donations, awareness campaigns, preventive support, community engagement, and posts aimed at raising awareness). On the other hand, the posts reveal a positive view of the peripheries,

characterized by their strength and ability to generate creative initiatives to overcome adversity.

#### *"Pega a Visão": Which State for Which Society?*

After identifying the key actors, the relevant factors shaping their formation, and their intended contributions, we move on to the second objective: gaining insight into how collectives in the peripheries perceive the state and the dynamics of interaction between them.

Graph 1 shows that the presence of the state in the peripheries has a significant impact on the everyday lives of these communities. The category "police violence", which reflects how collectives perceive the state, is the second most frequently mentioned in their posts. This category is also present in the posts categorized as "criticism of state governments". Even though state governments, on the whole, have responded to the pandemic with greater responsibility than the federal government (Barberia et al., 2020), police violence is often mentioned by those who criticize the actions of state governments.

Chart 4 – Perspectives on state action

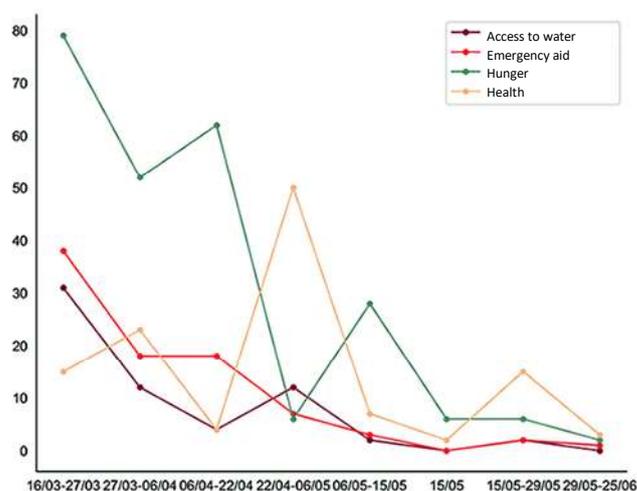
One more day without water here at Rocinha. They tell people to properly wash their hands, do this, do that, *but where are the basic resources?*

Without waiting for government assistance, Paraisópolis hired doctors to combat the virus: The residents' association hired a 24-hour private medical service, including ambulances, doctors, nurses, and first responders.

*While this government of lunatics carries out its follies, it's the people themselves who are looking out for the people.* The fact that the R\$600 is still not available is another symptom of how perverse this government is.

Source: made by the authors based on the analyzed sample; emphasis added.

Graph 2 – Main topics during the early months of 2020



Source: made by the authors based on the analyzed data

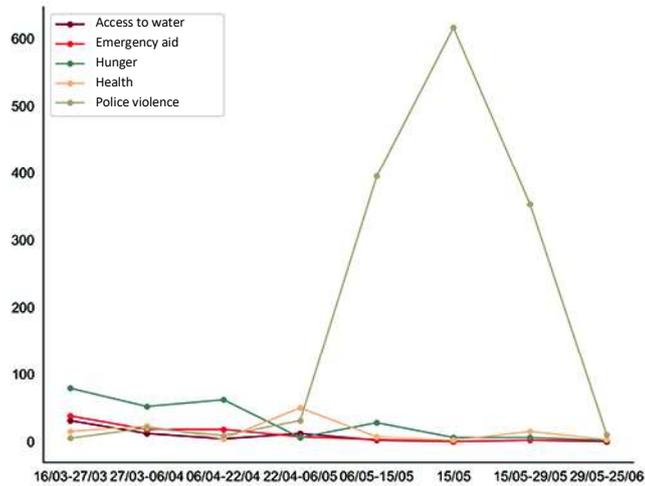
The lack of guarantees by the state, both in prevention and crisis management, especially during emergencies in urban peripheries (such as floods, landslides, evictions, and occupations), drives residents to learn to "make do", as happened during the pandemic. Clearly, the deep knowledge that collectives have of these territories and their population, coupled with their accumulated expertise, have contributed to the actors' perception that the periphery is best equipped to act in its own interest – the well-known "nóis por nóis" – and, even more importantly, that it is more effective in meeting the demands of the population compared to the state.

This became clear during the covid-19 pandemic. While the state, especially at the state and municipal levels, tried to provide

the population with information on how to contain the new coronavirus and implemented measures to facilitate social isolation and protect people, collectives in the communities (alongside residents engaged with their own initiatives) emphasized what they perceived as shortcomings in the state's actions and its inability to understand the local reality.

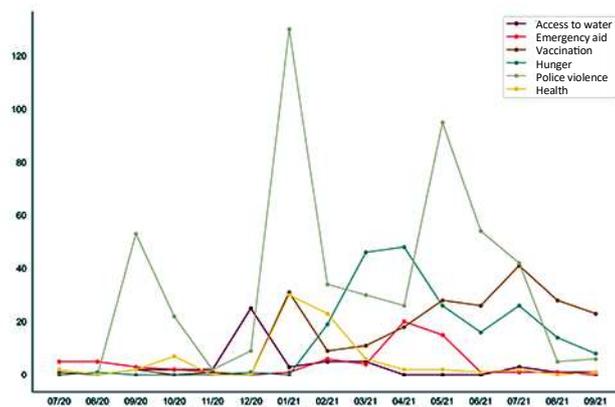
Additionally, the categories related to collectives' perceptions of the state highlight their criticisms of the government's handling of the pandemic crisis and its initial difficulty in recognizing the issues affecting the peripheries, especially at the beginning of the health crisis. This included problems such as water scarcity, lack of basic sanitation, poor working conditions, and inadequate housing, which added to other criticisms related to

Graph 3 – Police violence in the early months of 2020



Source: made by the authors based on the analyzed data.

Graph 4 – Main topics after the first covid-19 wave and in the year 2021



Source: made by the authors based on the analyzed data.

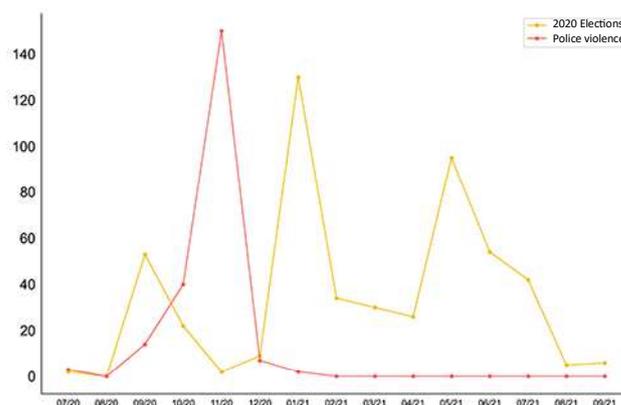
the maintenance of a violent pattern of state intervention in the communities. During the first months of the pandemic, communication collectives drew attention to various issues affecting the lives of residents that hindered their ability to take preventive measures and were overlooked by the government. However, the most significant source of criticism was the continued presence of police violence in the favelas, even during the pandemic.

These topics, however, are much less prominent when considering data related to police violence, as shown in Graph 3. The date May 15, 2020, is particularly significant because the hashtags analyzed in this study were widely used at this time to denounce the massacre in the Alemão favela. This event subsequently led to the prohibition, mandated by the Supreme Federal Court (ADPF 635), of police operations during the pandemic.

Data from the second collection session, which refers to another crucial moment of the pandemic, namely, vaccination, clearly shows that police violence and its impact on residents' daily lives remained significant. In addition, despite the prohibition of operations, they continued to occur, instilling fear and insecurity in the peripheries.

Graph 4 highlights that during the initial month of vaccination, in January 2021, a topic of utmost importance to the public, the number of comments related to vaccines was exceeded by posts about violence arising from the numerous police operations carried out during that period. The same happened in May 2021, when vaccination began to expand beyond health professionals and the elderly. This event, however, was overshadowed by the massacre in the Jacarezinho favela in Rio de Janeiro, where 27 civilians and 1 police officer were murdered.

Graph 5 – Police violence *versus* 2020 elections



Source: made by the authors based on the analyzed sample.

Reports of police violence only dropped during the electoral period in 2020, as shown in Graph 5.

We acknowledge that collectives' negative perception of public authority might have been exacerbated by a critical event, the pandemic, and by the presence of a far-right government at the federal level. These factors can prevent collectives from recognizing state actions in these territories. However, the data also highlight another crucial factor that cannot be overlooked when trying to understand the

peripheries' desire to distance themselves from the state. The interaction between the state and society in the peripheries, marked by violence and informality, differs significantly from the interaction studied in recent literature, which has primarily focused on participation within institutionalized spaces and on partnerships with NGOs. Members of collectives express the perception that not only did the state fail to protect the residents of peripheries in the past, but it has also continued to violate their rights during the pandemic (see Chart 5).

Chart 5 – Perceptions about state violence

Gunfire doesn't stop and the terror only increases.  
The state enters the favela to kill. *Governments come and go, but Public Policy is always the same: @PMERJ to control the poor segment of the population. Governments come and go: genocide of the favela population.*

We ask so much for help from the state, and it is making itself present at this moment.  
How to combat a virus?  
How to feed those who need it the most? BY OPENING FIRE! *It is easier to kill a favelado than a virus.* The Complexo do Alemão is being torn apart by gunfire.

Favela medicine:  
1) the patient sends a message because they won't be able to attend due to a police operation. 2) extracting a stray bullet in the middle of a pandemic.  
*There's a lack of tests, a lack of hospital beds, a lack of ambulances. But gunfire, it's never lacking.*

Genocide and its various branches.  
In the middle of a pandemic that kills more black, poor, and indigenous people, *the state doesn't give a moment's rest and continues with harmful and deadly operations against black people.*  
There are no masks or hand sanitizers to protect us from racial hatred and a bullet from a rifle.

#CoronaNasPeriferias | Despite the social distancing imposed by the pandemic, demonstrators took to the streets of Cidade Tiradentes to protest last Saturday. In addition to the coronavirus, the *Brazilian state continues to kill with bullets.* Check out the news article: <https://t.co/E5Gy40KxXB>.

Source: made by the authors based on the analyzed sample; emphasis added.

It is worth highlighting that during the initial months, the limited access to public services, such as water and sanitation, significantly hindered the implementation of preventive measures against the coronavirus. The second phase of data collection revealed that even after this initial period, this narrative of the state's failures persisted. However, the collectives started using the visibility they had gained to shed light on the broader issue of limited access to public policies. This meant not only addressing the immediate shortcomings in serving the communities but also highlighting a range of preexisting inequalities and deficiencies on the part of the government.

The issue of hunger was extensively discussed in the early months, as clearly demonstrated in Graph 2. As the months passed, this topic was less emphasized as more donations were collected, and emergency aid was made available to the population. At the beginning of the pandemic, most posts drew attention to the need for donations so that people could stay at home, even if they lost their jobs. This discourse, however, subtly shifted when it became clear that hunger and food insecurity were becoming more tangible with each passing day. Requests for donations were no longer associated with the need to facilitate social isolation but to fight hunger. Graph 6 shows that posts related to hunger reached

Chart 6 – Lack of access to basic services

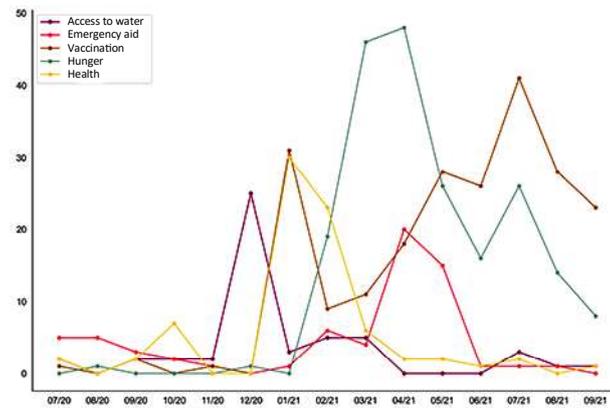
The pandemic had a significant impact on the favelas. In addition to severe cases and deaths from COVID-19, many residents suffer from a *lack of medical care, basic sanitation, security, unemployment, hunger, and fake news*.

*The youth in the peripheries don't have many future prospects because of a country that doesn't enable long-term planning. The youth want to live in the moment, want to live in the present, and they won't stop living because of the threat of COVID-19. It's sad, but it's real.*

In some states, the value of the basic food basket exceeds R\$600. *With cuts in social programs and mass unemployment, how will people survive? Government negligence is genocide. #TemGenteComFome*

Source: made by the authors based on the analyzed sample; emphasis added.

Graph 6 – Comparing mobilization against hunger with other issues



Source: made by the authors based on the analyzed data.

Chart 7 – Perceptions about the issue of hunger

The #pratodascomunidades was created at the beginning of the pandemic to provide food for those in need. The pandemic continues, and so does hunger in the communities. Every contribution is important and can help many people.

I am someone who believes in robust public policies rather than charitable systems, but hunger does not wait. *In the face of a genocidal misgovernment, solidarity is harm reduction.* #TemGenteComFome

*Now more than ever we need to unite to get through this chaotic moment together, cooperating and empathizing with one another.* All of this will pass, but we know we can't rely only on the government, each one must do their part and what is possible. #TemGenteComFome

Source: made by the authors based on the analyzed sample; emphasis added.

their peak during the social media campaign using the hashtags #PratodasComunidades and #TemGenteComFome.

Posts related to hunger highlight factors such as social isolation, the inadequacy of emergency aid, rising prices, unemployment, and the state's responsibility in allowing people to reach such a precarious condition. This is not solely a situational matter, but one deeply linked to historical and structural issues.

## Conclusions

This article aimed to provide insights into peripheral communication collectives and explore the reasons for their discourses advocating for distance from the state. In existing literature, these narratives are often interpreted as a call for autonomy or a lack of engagement with the political system. We shed light on both the key actors involved and the other, less explored side of their interaction with the state, characterized by violence, limited influence on policy decisions, and restricted access to institutional spaces. These aspects are often neglected in studies on social participation in Brazil and even within other domains of political science.

By treating the covid-19 pandemic period as a temporal reference point for our analysis, we were able to examine this interaction during a critical moment when state intervention, issue recognition, and solution prospecting are especially important. This context reveals how collectives perceive their role in the peripheries and what they expect from the state. During times of crisis, discourse often emerges that vividly frames problems,

solutions, culprits, and victims. While one could argue this may introduce bias against the state, the urgency of such moments reveals the narrative disputes that the involved actors see as a priority. Moreover, the posts consistently show that state neglect is not a newly arisen issue in March 2020, when the pandemic reached Brazil. On the contrary, according to the perspective of members of communication collectives, state inaction is a longstanding historical trend. Additional research is needed in peripheral collectives and organizations of various kinds, in different locations, to assess the impact of the historical interaction between the state and the peripheries on the various forms of collective action.

As for the communication collectives, we propose that addressing the peripheries requires an analysis of the historical and processual context of the relationship between the state and popular movements. Such research should emphasize distinctions between popular movements in the 1980s and contemporary collectives. First, it is important to note that peripheral actors were not fully integrated into the institutional spaces that emerged in the 1990s and beyond. The forms of collective action in the peripheries were affected both by the expansion of organized crime in these areas and by the violence imposed by public security forces. Secondly, while there are similarities between the forms of collective action in the 1980s and contemporary collectives, such as their engagement in underserved areas, the former are characterized by their strong emphasis on culture and art, extending beyond urban-oriented associativism. Furthermore, today's collectives heavily rely on digital media communication platforms as a fundamental part of their strategies.

The data reveals that communication collectives from the peripheries play a role in shaping the collective identity of the peripheral individual. This identity encompasses both the experiences with deprivation and the power and creativity of these communities. Social media, which assumed a central role in mobilizing various social movements during the pandemic, played a crucial part in enabling collectives to coordinate and promote their in-person activities. Additionally, it provided these collectives with a platform to express their self-perception (“*passar a visão sobre si*”) and highlight their constant need to act on their own, as they are not considered a priority for state action. Therefore, despite the organizational disparities between past forms of collective action and present-day collectives (with the latter focusing on artistic and cultural expression), it is possible to identify a sense of continuity between the two. These collectives serve as arenas not only for crafting collective identity, voicing grievances, and articulating demands but also for taking action directed at addressing urban challenges.

The data shows that collectives see themselves as responsible for taking measures to combat the pandemic, either because they did not expect the state to take the necessary measures or because state actions in these communities were found to be inadequate and insufficient. By stating that “*the state has never looked out for us*”, the collectives refer to a history of absent, incomplete, or insufficient public policies, as well as police violence in the communities. These prior experiences appear to override the pandemic experience for these actors. Moreover, they are aware of their ability to respond in emergencies

because they had previously taken action during other crises, such as floods, landslides, displacements, and massacres.

With respect to the collectives' perspective towards the state, it is important to emphasize that the demand for keeping a distance from the state should be understood within the historical context of this interaction. The pandemic brought attention to the violent and neglectful presence of the state in the peripheries. This pattern of state intervention can be clearly observed in the initiatives taken by residents and collectives who do not expect a response from the federal, state, and municipal governments to address the needs of the peripheries. It is evident in posts that condemn the lack of access to water and sanitation when it is most crucial. The surge in unemployment, food insecurity and, most notably, police violence, are manifestations of state negligence.

The involved actors often characterize the state as a monolithic agent that always behaves in the same way, regardless of whether it is at the municipal, state, or federal level of government. Certainly, by underscoring this point, we do not aim to disregard the heterogeneity within the state and its differing impacts on territories and public policies. The intention is to highlight that this distinct perception of the state's absence or presence is a powerful element in shaping collective identity, crafting narratives, and uniting communication collectives in the peripheries. It may also offer insight into the calls for autonomy observed in other collectives.

The efforts made by the collectives and the communities themselves to promote social isolation in the peripheries undeniably showed a high level of creativity, organization, and commitment from these groups. It is essential

to highlight that, on numerous occasions and across various subjects, the state was urged to take responsibility. The collectives emphasize that they are doing a job that should be done by the state.

The fact that these collectives have taken action, demonstrating the knowledge and expertise necessary to do so, which they believe was executed more effectively, highlights their autonomous position. In other words, they have actively sought solutions independently of the state. Despite collectives frequently asserting that the state is absent from the peripheries and, when present, it is only through violence, they continue to assert that the state should ensure a range of rights and services for these communities, in addition to listening to their demands. This underscores an expectation that the state will take on this responsibility and foster a different form of interaction between the state and the peripheries.

These same statements elicit reflections on the depth of the impacts of the frequent contact of residents with state violence in the peripheries. Redemocratization brought about

certain advances, including in the peripheries. However, given that these policies needed to be continuously monitored to ensure their maintenance and quality, and because a public security policy marked by violence is present, the actors' perspective towards the state often expresses feelings of abandonment and neglect.

For the collectives, the pandemic signifies yet another moment, albeit one greatly exacerbated, in which the peripheries did not have their rights guaranteed and were frequently subjected to police violence. However, the actions carried out during the pandemic cannot be comprehensively grasped by examining this particular context exclusively. This study shows that further research is necessary to understand how collective organizations are affected by rising violence in the peripheries and limited access to public goods and services. By examining the history of this interaction, we can gain insight into the motivations behind the discourses and forms of interaction of these actors, who seem to be pursuing solutions independent of the state.

[I] <https://orcid.org/0000-0002-4360-7027>

Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, DF/Brasil.  
fonsecasmariana@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0003-4752-8892>

Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, DF/Brasil.  
deboraalmeida@unb.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Karin Blikstad,  
email: karin.blikstad@gmail.com

## Acknowledgements

The authors express their gratitude to the funding agencies that made this research possible: Mariana Fonseca for the master's scholarship (process no. 88887.373022/2019-00) granted by INCT/IDDC and for the doctoral scholarships granted by INCT/IDDC (process no. 88887.630110/2021-00) and FAP-DF (process no. 23106.097167/2022-16); Debora Rezende de Almeida, for the productivity scholarship granted by CNPQ, PQ2 (process no. 309432/2021-9).

## Note

(1) Available at: <<http://periferiaemmovimento.com.br/comunicadores-perifericos-se-unem-em-coalizao-nacional-para-enfrentar-pandemia/>>. Accessed March 22, 2020.

## References

- ABERS, R.; ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. (2021). State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, Special Issue: The Political Ramifications of Covid-19. Online, pp. 1–17.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, pp. 325-357.
- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. (2020a). *A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)*. Repositório de iniciativas da sociedade civil contra a pandemia. Brasília-DF: Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, 2020a. Disponível em: <[www.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio](http://www.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio)>.
- \_\_\_\_\_. (2020b). Agir, interpretar, imaginar: movimentos sociais frente à pandemia. 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 19-23 de outubro.
- ADERALDO, G. (2013). *Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- AGAMBEN, G. (2004). *O Estado De Exceção*. São Paulo, Boitempo.
- ALMEIDA, B. (2019). *Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, D.; VIEIRA, A. K.; KASHIWAKURA, G. (2020). Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto do impeachment. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v. 71, n. 1, pp. 140-170.
- ALMEIDA, D.; DOWBOR, M. (2021). “Para além das fronteiras da especialização: pontes analítico-teóricas dentre movimentos sociais e instituições participativas no Brasil em contexto de mudanças”. In: BATISTA, M.; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. (orgs.). *As teorias e o caso*. Santo André, UFABC, pp. 15-58.

- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. (2017). Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bullet of Latin American Research*. Oxford, v. 36, n. 2, pp. 1-16.
- AMÂNCIO, J.; DOWBOR, M.; SERAFIM, L. (2011). Microterritorialidade e controle societal. *Revista Lua Nova*. São Paulo, v. 84, pp. 353-364.
- AVRITZER, L. (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: Da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*. Campinas, v. 18, n. 2, pp. 383-398.
- BARBERIA, L. et al. (2020). BOLETIM 4 - Falta de coordenação entre governo Federal e estados enfraquece a política de distanciamento social. A flexibilização sem critério pode agravar a pandemia: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade. *Rede de Pesquisa Solidária*, 30 abr. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-4/falta-de-coordenacao-entre-o-governo-federal-e-estados-enfraquece-a-politica-de-distanciamento-social-a-flexibilizacao-sem-criterios-pode-agravar-a-pandemia/>.
- BEZERRA, C.; ALMEIDA, D.; LAVALLE, A.; DOWBOR, M. (2022). Desinstitucionalização e resiliência dos conselhos no Governo Bolsonaro. In: *Scielo Preprints*. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4218/version/4466>>.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, pp. 359-377.
- BOSCHI, R. (1987). *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora IUPERJ.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Movimentos coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOSCHI, R.; VALLADARES, L. (1983). "Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos". In: BOSCHI, R. (ed.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRAGA, V. (2022). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: as periferias na agenda institucional*. Projeto Qualificação Mestrado Ciência Política. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- BRITO, M. (2017). *História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: "uma dor que não cicatriza"*. Dissertação de mestrado. Brasília, Universidade de Brasília.
- CARDOSO, R. (1988). "Introdução". In: KOWARICK, L. (ed.). *Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, B. (2020). Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia. Campinas, Unicamp, IFCH.
- CEFAI, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte I). *Novos Estudos*. São Paulo, v. 36, n. 1, pp. 187-213.
- CORREIA, A. P. (2015). *Mulheres da periferia em movimentos: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo*. Dissertação de mestrado. Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo.
- D'ANDREA, T. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2020). Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 39, pp. 19-36.
- DAS, V.; POOLE, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi, Oxford.

- DELLA PORTA, D. (2020). How progressive social movements can save democracy in pandemic times. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 12, n. 1.
- DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- DURHAM, E. (1988). "A sociedade vista da periferia". In: KOWARICK, L. (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FELTRAN, G. (2008). *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2010). Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*. São Paulo, v. 79, pp. 201-233.
- FLAUZINA, A. L. (2019). "Democracia genocida". In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (eds.). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel.
- FRANCO, I. et al. (2020). Mapping repertoires of collective action facing the COVID-19 pandemic in informal settlements in Latin American cities. *Environment & Urbanization*, v. 32, n. 2, pp. 523-546.
- GOHN, M. (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 16, n. 47, pp. 125-146.
- GOHN, M.; PENTEADO, C.; MARQUES, M. (2020). Os coletivos em cena: experiências práticas e campos de análise. *Simiótica Revista Eletrônica*. Vitória, v. 7, n. 3, pp. 1-7.
- GOMES, S.; MOURA, J.; ALVES, J. (2019). O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 32, n. 87, pp. 623-640.
- GURZA LAVALLE, A.; BICHR, R.; CASTELLO, G. (2004). Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 5, pp. 37-55.
- KOWARICK, L.; BONDUKI, N. (1988). "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". In: KOWARICK, L. (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MACHADO, L. (2004). Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: *Rio: A Democracia Vista de Baixo*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MACHADO, L.; LEITE, M. (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: *Rio: A Democracia Vista de Baixo*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MAGALHÃES, A. (2019). *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Curitiba, Editora Appris.
- MAIA, G. (2013). A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito - UFSM*. Santa Maria, v. 8, n. 1, pp. 58-73.
- MEDEIROS, A. (2013). *Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- MEDEIROS, J. (2017). *Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

- \_\_\_\_\_ (2019). Do “Feminismo Popular” Ao “Feminismo Periférico”: Mudanças Estruturais em Contrapúblicos Da Zona Leste De São Paulo. *Novos Rumos Sociológicos*. Pelotas, v. 7, n. 11, p. 311-348.
- MIRANDA, D.(2013). Do baile (também) à ALERJ, o funk em expansão: contribuições da semiótica da cultura para pensar deslocamentos de sentidos na comunicação da periferia. IV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul. S. Cruz do Sul-RS, pp. 1–15.
- PENTEADO, C.; OLIVEIRA, M. (2019). Autodenominação "Coletivo": o que essa escolha pode nos informar. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia 9 a 12 de julho. UFSC - Florianópolis, SC Grupo de Trabalho 22 - Movimentos Sociais Contemporâneos Novos.
- PEREIRA, A. (2019). *Medalha pra quem metralhou você: necropolítica e o corpo que não entra em exceção*. Monografia de graduação. Brasília, Universidade de Brasília.
- PEREIRA, M. M.; MEDEIROS, J. (2022). “Os coletivos sob um olhar culturalista: deslocamentos analíticos”. In: TATAGIBA, L. et al. (orgs.). *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre, Zouk.
- PEREZ, O. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*. Campinas, v. 25, n. 3, pp. 577–596.
- PEREZ, O.; SILVA FILHO, A. (2017). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, pp. 255-294.
- RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, (2018). A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 40, pp. 36-51.
- ROCHA, L. (2013). *Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Quartet & Faperj.
- \_\_\_\_\_ (2018). Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, pp. 475-494.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo, Paz e Terra.
- SANTOS, J.; BRAGA, V.; BOKANY, V.; TOLEDO, M. (2021) Um panorama sobre os coletivos e movimentos sociais periféricos a partir do mapeamento nacional do projeto Reconexão Periferias. Trabalho apresentado no 45º Encontro Anual da ANPOCS, GT Movimentos Sociais: protesto e participação.
- SARMENTO, R.; REIS, S.; MENDONÇA, R. (2017). As jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n.22, pp. 93-128.
- TATAGIBA, L. (2014). 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 13, n. 28, pp. 35-62.
- TELLES, V. (1988). “Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos”. In: KOWARICK, L. (ed.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2010). A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte, Argumentum.

Received: February 27, 2023

Approved: July 15, 2023

# A atuação estatal na produção da cidade informal: análise espacial em Florianópolis

State's action in the production of the informal city:  
a spatial analysis in Florianópolis

Pedro Jablinski Castelhana [I]  
Maíra Mesquita Maciorowski [II]  
Elisa de Oliveira Beck [III]

## Resumo

A tese de que o estado brasileiro tolera e fomenta as ocupações urbanas irregulares como resposta à sua própria incapacidade de prover habitação popular e de garantir empregos que permitam a aquisição de habitação no mercado imobiliário é testada neste artigo, por meio do estudo do caso de Florianópolis. Estudou-se a irregularidade no município e dois indicativos de atuação municipal na sua consolidação: implementação de equipamentos comunitários e emissão de alvarás de construção. Verificou-se que os alvarás de construção em ocupações irregulares são limitados somente por restrições registrais, mas não pela existência ou não de propriedade da terra e que o município trabalha ativamente na produção de equipamentos de saúde, educação e transporte, mas não de lazer nessas áreas.

**Palavras-chave:** ocupações irregulares; NUI; informalidade; equipamentos comunitários; alvarás de construção.

## Abstract

*The thesis that the Brazilian state tolerates and encourages urban squatting as a response to its own inability to provide popular housing and to guarantee jobs that enable the acquisition of housing in the real estate market is tested in this article through the case study of Florianópolis. We studied irregularity and two indications of municipal action in its consolidation in Florianópolis: implementation of community facilities and issuance of construction permits. We found that construction permits are limited only by registration restrictions, not by the existence or not of land ownership, and that the municipality works actively in the production of health, education, and transport facilities, but not of leisure facilities in these areas.*

**Keywords:** irregular occupations; informal urban settlement; informality; community facilities; construction permits.



## Introdução

O papel do estado nas dinâmicas sociais tem sido objeto de debate entre autores que utilizam diferentes abordagens para explicá-lo. Quando tal tema é abordado sob uma lógica estrutural-funcionalista, que trata um objeto de estudo como cumpridor de funções específicas, não são contempladas as contradições e os conflitos sociais nele existentes. Uma abordagem positivista, com foco apenas na coleta de dados empíricos, pode negligenciar fatores importantes porque ela considera apenas fatores mensuráveis e observáveis. Observar o estado sob o foco neoliberal, que enfatiza a primazia do mercado, também sofre da mesma classe de vícios. Assim, fundamental é que a abordagem teórica acerca do papel do estado seja de natureza dialética: considerando as contradições e as forças opostas e tratando o objeto de estudo como síntese ou como superação de um conflito entre uma tese e uma antítese.

Sob essa abordagem, Lefebvre é um autor consagrado: ao mesmo tempo que utiliza os termos “castração”, “esmagamento” e “centro estável de sociedades e espaços” (2006, p. 45), para descrever o papel do estado na produção do espaço urbano, ele reconhece que tais características são fundamentais para que possam fervilhar forças opostas nas cidades (p. 46). O estado é formado, portanto, essencialmente por contradições e, como um dos principais agentes produtores do espaço urbano, tais contradições se replicam nas cidades.

Essas contradições estão também presentes na lógica da cidade fraturada, termo empregado por Maricato (2009) para denominar uma regra implícita na produção do espaço urbano brasileiro: a divisão entre a cidade

formal e a cidade informal ou aquilo que se entende como as cidades produzidas dentro e fora da legalidade urbanística, respectivamente. No Brasil, a informalidade é acentuada: a pesquisa Núcleos Urbanos Informais (Pesquisa NUI), realizada pelo Ipea (2022) em 157 municípios distribuídos em torno de Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Marabá e Juazeiro do Norte, revelou a existência de 4.968 núcleos urbanos informais (NUI), abrigando 1.486.725 domicílios, o que corresponde a 27% do total de domicílios nesses municípios. O alto preço da terra urbana formal pode estar no cerne do problema; Smolka e Mullahy (2010) mostram como pode ser proibitivo o preço da terra urbanizada na América Latina, de maneira geral:

Nas periferias de muitas cidades latino-americanas, o preço de um metro quadrado de terreno urbano desenvolvido por agentes privados pode variar entre US\$32 e US\$172. Em termos absolutos, esses valores se assemelham aos encontrados no mundo desenvolvido, onde a renda per capita costuma ser de 7 a 10 vezes maior. Mesmo uma família que esteja acima da linha da pobreza e que economize 20% de sua renda mensal (US\$200) precisa economizar entre 12 e 15 anos para adquirir um lote urbanizado de 150 metros quadrados. (p. 172; tradução livre)

Maricato (2003) sustenta a tese de que o estado brasileiro tolera a informalidade urbana como resposta à sua própria incapacidade de prover habitação popular por preços acessíveis e de garantir empregos cujos proventos permitam a aquisição de habitação no mercado imobiliário (p. 157). Gonçalves, Bautès e Mainero (2018) vão além, quando afirmam que a responsabilidade do estado na produção da cidade informal não se restringe apenas a tolerar

passivamente a sua produção ou a ser ineficaz em produzir habitação popular. Eles defendem que o estado atua ativamente na produção da cidade informal:

O Estado não está ausente desses espaços, muito pelo contrário, em muitos casos, é um dos autores principais no desenvolvimento e consolidação dessas áreas. [...] Se muitos autores defendem a informalidade como um fenômeno de base, não se pode perder de vista a sua intrínseca articulação com as estruturas localizadas de poder. (Ibid., p. 16)

Tal atuação pode ser exemplificada por dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), segundo o qual, no ano referência, 88% dos domicílios favelados no Brasil eram abastecidos por rede pública de água e 56% estavam ligados à rede de esgotamento sanitário, apesar de não terem regularidade construtiva e fundiária. O estado brasileiro, portanto, é eficaz para levar infraestrutura e equipamentos às ocupações irregulares, nesse exemplo especificamente infraestrutura de saneamento básico, ao mesmo tempo que é ineficaz quando a questão é regular o preço da terra ou garantir salários dignos à maioria da sua população. Portanto, a responsabilidade do estado brasileiro na produção e consolidação das ocupações irregulares pode ser entendida como o resultado da combinação de quatro fatores:

- 1) ineficácia em garantir imóveis formais a preços acessíveis;
- 2) ineficácia em tirar parcela considerável da sua população da situação de pobreza;
- 3) tolerância ao surgimento de ocupações irregulares;
- 4) fornecimento de equipamentos urbanos e comunitários e serviços públicos às ocupações irregulares.

Os itens 3 e 4, portanto, são a resposta do estado aos itens 1 e 2. Este artigo propõe explorar algumas particularidades do item 4 em ocupações irregulares, utilizando, como estudo de caso, o município de Florianópolis-SC.

Primeiramente, cumpre-se lembrar que, efetivamente, estudar, ou mesmo classificar, uma determinada ocupação urbana como formal ou informal não é ponto pacífico na teoria. O IBGE (ibid.), por exemplo, utiliza regras objetivas para classificar a informalidade. O instituto utiliza a denominação “aglomerado subnormal”, o qual é definido como “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa”. Para a inclusão nessa classificação, o IBGE observa o cumprimento de dois critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuir pelo menos uma das seguintes características:
  - urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
  - precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. (IBGE, 2010, p. 8)

A metodologia objetiva adotada pelo IBGE pode ser condensada na combinação das três variáveis por ele adotadas: (1) ocupação

da terra (se legal ou ilegal); (2) urbanização (se dentro ou fora dos padrões vigentes); e (3) serviços públicos essenciais (se existentes ou se inexistentes/precários). A primeira variável é condicionante indispensável, e pelo menos uma dentre as outras duas deve estar presente. O Quadro 1 mostra a lógica e o resultado de cada combinação possível entre as variáveis.

Conforme análise do quadro, sempre que a ocupação é legal o IBGE a entende como formal. As ocupações ilegais, caso estejam dentro dos padrões vigentes de urbanização e tenham atendimento por serviços públicos essenciais, tampouco entram na classificação “aglomerado subnormal” (AGSN). Nota-se, portanto, que a principal variável adotada pelo IBGE é a propriedade da terra.

Outra perspectiva é a da lei federal n. 13465/2017, que trata da regularização fundiária rural e urbana e também faz referência à propriedade da terra para classificar a informalidade, quando esta define o NUI em seu art. 11, II:

Art. 11, II – núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização. (Brasil, 2017)

Nota-se, inclusive, que o atendimento de normas urbanísticas (legislação vigente à época de sua implantação) é explicitamente citado como indiferente nessa classificação, e nesse caso, não há qualquer referência à precariedade de atendimento por equipamentos públicos ou por infraestrutura urbana.

Além destas, a Pesquisa NUI realizada pelo Ipea (2022) abordou também os critérios adotados para classificação. Conforme tal pesquisa, foram utilizadas duas dimensões: uma denominada “físico-territorial” e outra denominada “jurídico-fundiária” (p. 16). Na primeira dimensão, a pesquisa registra que “para ser considerado NUI, é suficiente que, além de ser ocupado por população de baixa renda [...] o assentamento em tela tenha alguma

Quadro 1 – Critérios utilizados pelo IBGE para classificar determinada ocupação como aglomerado subnormal ou não

Ocupação da terra	Urbanização	Serviços públicos essenciais	Pode ser entendido como aglomerado subnormal?
legal/formal	dentro dos padrões vigentes	existentes	não
legal/formal	fora dos padrões vigentes	existentes	não
legal/formal	dentro dos padrões vigentes	inexistentes/ precários	não
legal/formal	fora dos padrões vigentes	inexistentes/ precários	não
ilegal/informal	dentro dos padrões vigentes	existentes	não
ilegal/informal	fora dos padrões vigentes	existentes	sim
ilegal/informal	dentro dos padrões vigentes	inexistentes/ precários	sim
ilegal/informal	fora dos padrões vigentes	inexistentes/ precários	sim

Fonte: elaboração própria. Dados: IBGE (2010).

precariedade, em qualquer grau, seja referente à urbanização, às infraestruturas ou às edificações” (ibid.). A segunda dimensão entende como NUI qualquer ocupação de terra “sem algum título que dê aos ocupantes a garantia de posse segura” (ibid.). Conforme se verifica, portanto, a primeira dimensão da pesquisa NUI considera, além da propriedade ou da posse da terra, do padrão de urbanização e da existência de equipamentos públicos, também a renda da população e a precariedade das edificações existentes; enquanto a sua segunda dimensão trata apenas da propriedade ou posse segura da terra. O Quadro 2 condensa os critérios utilizados na classificação da informalidade urbana até aqui estudados.

Em análise comparativa ao Ipea (2022), os dados do IBGE para AGSN podem servir de referência inicial para levantamento de dados de NUIs, sendo os do Ipea (ibid.) mais abrangentes por não utilizarem a quantidade de

unidades residenciais como parâmetro e, portanto, incluindo povoados afastados com alguma precariedade habitacional ou urbanística. Também se verifica que propriedade ou posse formal da terra é o único critério presente em todas as classificações estudadas. A existência de infraestrutura e equipamentos e o padrão de urbanização são vistos em duas das quatro classificações abordadas. A renda da população e a precariedade das edificações são critérios explorados apenas pela dimensão físico-territorial da Pesquisa NUI do Ipea (ibid.), enquanto a quantidade de unidades residenciais é critério adotado apenas pelo IBGE (2010).

Nota-se que os critérios elencados acima são indicadores de informalidade urbana e, portanto, não necessariamente causa dela, podendo ser também consequência ou reflexo. Para este estudo, assume-se como NUI toda ocupação urbana na qual não haja propriedade ou posse formal da terra, independentemente

Quadro 2 – Comparativo entre IBGE, lei federal n. 13.465/2017 e Ipea acerca dos critérios utilizados para classificar ocupações irregulares urbanas

Tipos de critérios	IBGE (AGSN, 2010)	Lei Federal 13465/2017	Dimensão físico-territorial da Pesquisa NUI (Ipea, 2022)	Dimensão jurídico-fundiária da Pesquisa NUI (Ipea, 2022)
Propriedade ou posse formal da terra	sim	sim	sim	sim
Infraestrutura e equipamentos urbanos	sim	não	sim	não
Renda da população	não	não	sim	não
Padrão de urbanização	sim	não	sim	não
Precariedade das edificações	não	não	sim	não
Quantidade de unidades residenciais	sim	não	não	não

Fonte: elaboração própria, em 2023.

da existência de infraestrutura, da precariedade das edificações ou de qualquer outro critério adotado pelas referências estudadas. Adotar-se-á, portanto, a mesma metodologia da dimensão jurídico-fundiária da Pesquisa NUI realizada pelo Ipea e da lei federal n. 13.465/2017. Tal opção encontra justificativa em dois pontos:

1) por ser a mais abrangente, é a que possibilita estudar a atuação do estado nas diferentes tipologias de NUI; e

2) por ser a adotada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), a delimitação dos NUIs já existe no banco de dados municipal (ver Figura 6).

Assume-se, hipoteticamente, que, caso a atuação do estado nas NUIs tenha como objetivo a sua consolidação como solução à sua própria ineficácia em fornecer imóveis formais a preços acessíveis (quer seja pela ineficácia na produção de moradia popular, quer seja pela ineficácia em regular o preço da terra) e à sua ineficácia em garantir salários que permitam, à população de baixa renda, a aquisição de imóveis, então, a atuação do estado deve ser sempre no sentido de consolidar ou até mesmo de promover a ocupação, mas não de levar mais oportunidades à população ali residente. Pragmaticamente, tal atuação deve, portanto, estar balizada em dois aspectos:

1) garantir a segurança na posse, para evitar que a população ali residente seja facilmente despejada e, conseqüentemente, volte a ser responsabilidade do poder público; e

2) garantir serviços essenciais sempre que possível, para evitar que a população ali residente abandone a ocupação por falta de atendimento básico e, tal como no item 1 acima proposto, volte a ser responsabilidade do poder público.

Para verificar a validade dessa hipótese, buscou-se, por meio de dados, entender o crescimento da informalidade no município de Florianópolis. Na sequência, fez-se uma análise espacial com utilização da base vetorial georreferenciada da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Buscaram-se dados espaciais acerca dos alvarás de construção e de equipamentos urbanos e comunitários existentes, os quais serão sobrepostos ao mapa com a mancha dos NUIs, demonstrado na Figura 1. Verificou-se, dentro da atuação do estado no território municipal, quanto está reservado à cidade formal e quanto é compartilhado com a informalidade em cada caso.

## Florianópolis

Historicamente, os primeiros povoadores do município de Florianópolis remontam ao período pré-colombiano. Já, no período colonial (até o século XVII), foi ponto abrigado no Atlântico Meridional, com a fundação de Nossa Senhora do Desterro (1660-1675). No século XVIII, serviu de defesa e ocupação do território português no Brasil meridional, com o surgimento da Vila (1726) e da Sede da Capitania (1738), fortificação e vinda de imigrantes açorianos (1748-1756). Na época do Império, ocorreu a expansão urbana para além dos limites do núcleo fundador, período de atividade portuária, comercial e administrativa (1822-1889).

Na Primeira República, ocorre o fortalecimento da condição de capital do Estado, período com atividades administrativas e industriais (1889-1950), e, no período da República, ocorre o incremento da atividade terciária de sede

administrativa consolidada, comércio e serviços. A construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, apresenta grande importância histórica e cultural, sendo a primeira ligação viária com a Ilha de Santa Catarina e marcando um momento de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Estado. Sua inauguração representou uma mudança nos padrões de circulação, antes determinados pela navegação, trazendo nova vitalidade urbana para os municípios da região e concentrando investimentos na capital.

A morfologia urbana em Florianópolis, portanto, tem origem antiga, com poucas reestruturações feitas ao longo do tempo. A ocupação dispersa e polinucleada é, em grande parte, reflexo da colonização iniciada por famílias açorianas, ao longo de caminhos litorâneos e

vales na ilha, que se adaptaram às “formações naturais que formavam verdadeiras barreiras geográficas à mobilidade” (Cocco, 2016, p. 50).

A partir da segunda metade do século XX, dados do IBGE mostram um grande crescimento populacional em Florianópolis: a população atingiu o patamar de 100 mil habitantes, no início da década de 1960, e cresceu consideravelmente nas décadas subsequentes (Tabela 1). Somente entre 1980 e 2022, a população aumentou mais de 3 vezes, sendo o incremento da última década o maior do período estudado, de quase 153 mil habitantes (Figura 1).

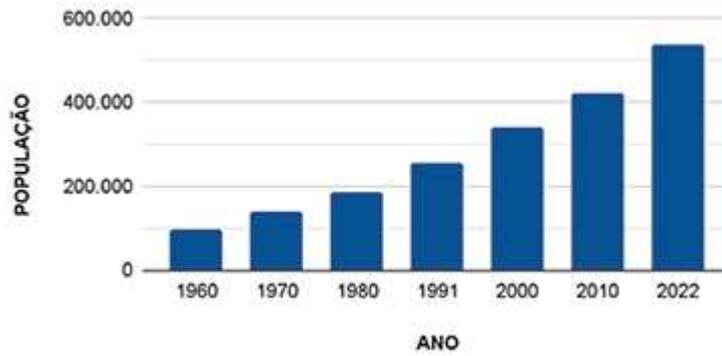
Para entender o padrão da evolução da mancha urbana, utilizar-se-á o recorte distrital fixado na lei complementar n. 736/2023 (Florianópolis-SC, 2023), que divide o território em 18 distritos, conforme representado pela Figura 2.

Tabela 1 – Crescimento da população residente no município de Florianópolis por década

Ano	População residente	Incremento	Incremento (%)
1960	97.827	–	–
1970	138.717	40.890	41,80
1980	187.871	49.154	35,43
1991	255.390	67.519	35,94
2000	342.315	86.925	34,04
2010	421.240	78.925	23,06
2022	537.213	115.973	27,53

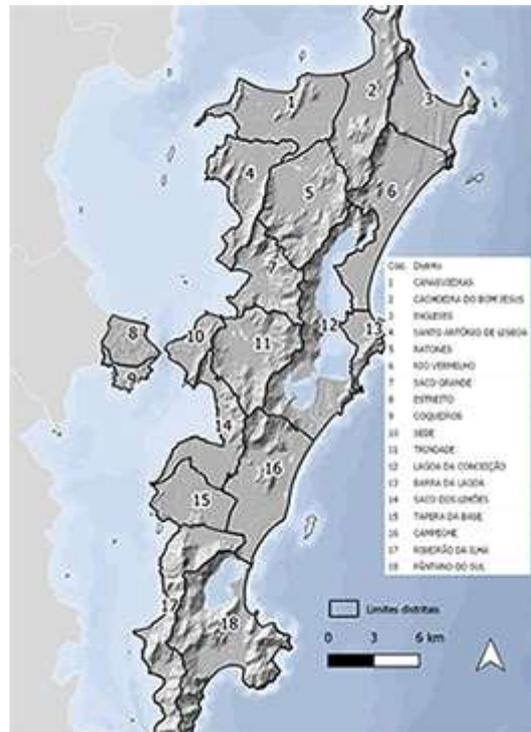
Fonte: IBGE (2022).

Figura 1 – Crescimento da população residente no município de Florianópolis por década



Fonte: IBGE (2022).

Figura 2 – Divisão em distritos sobre o território do município de Florianópolis

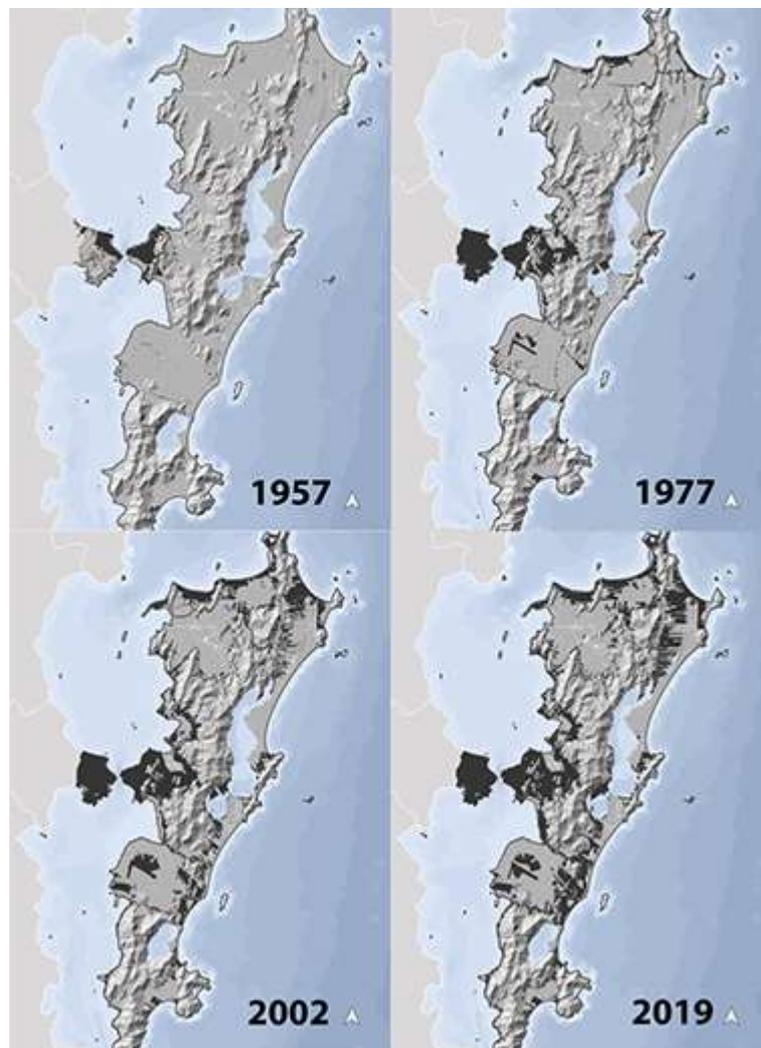


Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: Florianópolis-SC (2023).

Os mapas representados na Figura 3 revelam que tal crescimento populacional ocorreu de maneira dispersa, conforme dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2023a). Até a década de 1960, a população estava praticamente concentrada nos distritos Estreito e Sede e, na década de 1970, também na região

Norte da Ilha e nos distritos Coqueiros, Lagoa da Conceição e Trindade. As imagens referentes aos anos de 2002 e 2019 (Figura 3) revelam que o espraiamento urbano chegou por último aos distritos Tapera, Campeche, Ingleses e Rio Vermelho.

Figura 3 – Evolução da mancha urbana

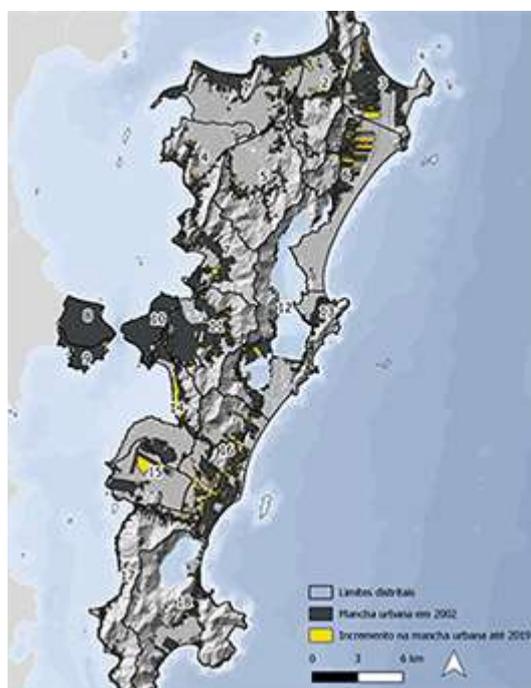


Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023a).

Em suma: o município de Florianópolis apresentou, nas últimas décadas, um expressivo aumento da mancha urbanizada, em um padrão disperso, de baixa densidade e com pouca integração da malha viária. A medição do crescimento da mancha urbana de 2002 para 2019 (Figura 4), por exemplo, revelou avanço de mais

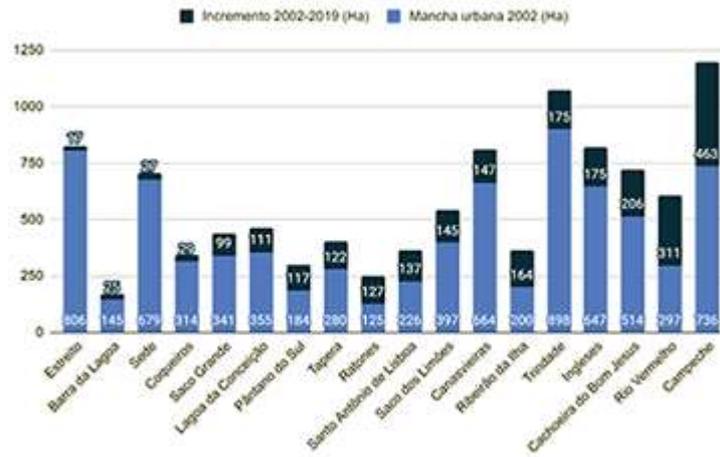
de 33%, partindo de pouco mais de 7.800 ha para 10.400 ha. O crescimento horizontal ocorreu principalmente nas áreas menos infraestruturadas, caracterizadas pela ocupação informal e mais afastadas dos centros urbanos mais consolidados, conforme se verifica na Figura 5.

Figura 4 – Comparativo da mancha urbana 2002 e 2019 em Florianópolis



Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023a).

Figura 5 – Crescimento da mancha urbana em Florianópolis entre 2002 e 2019 por distrito



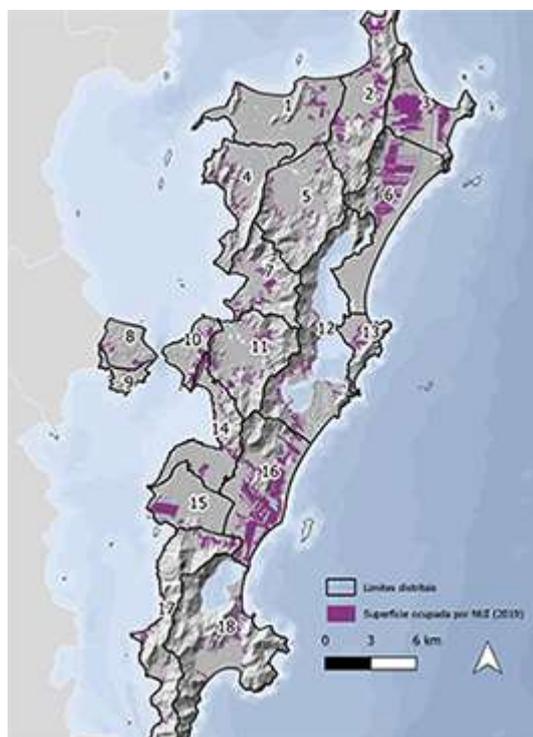
Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023a).

## Análise da atuação do estado na produção e consolidação do espaço urbano informal em Florianópolis-SC

Como consequência do crescimento expressivo da população e da forte dispersão urbana em Florianópolis, surge a predominância da informalidade nos parcelamentos do solo e a consequente carência de infraestrutura completa, espaços de uso público e centralidades nessas localidades. Conforme os dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2023b) em 2019 o território municipal tinha uma superfície de 3971,26 ha ocupada por NUI, distribuídos em todos os 18 distritos, conforme Figura 6.

Uma rápida caminhada por alguns dos NUIs do município de Florianópolis revela o verniz de formalidade no tratamento deles por parte do ente público: vias largas, pavimentação viária, passeio para pedestres, distribuição de água, drenagem urbana, coleta de lixo domiciliar, iluminação pública, distribuição de energia elétrica, sinalização de trânsito, são alguns dos equipamentos que são praticamente regra em muitos NUIs do município, conforme retrata a Figura 7. Tal verniz fica ainda mais evidente quando se analisam alguns dados municipais: endereço e numeração predial, inscrição imobiliária, tributação e até emissão de alvarás de construção são também serviços comumente aplicados às ocupações irregulares em Florianópolis-SC.

Figura 6 – Superfície ocupada por Núcleos Urbanos Informais (NUIs) no município de Florianópolis e delimitação dos distritos administrativos



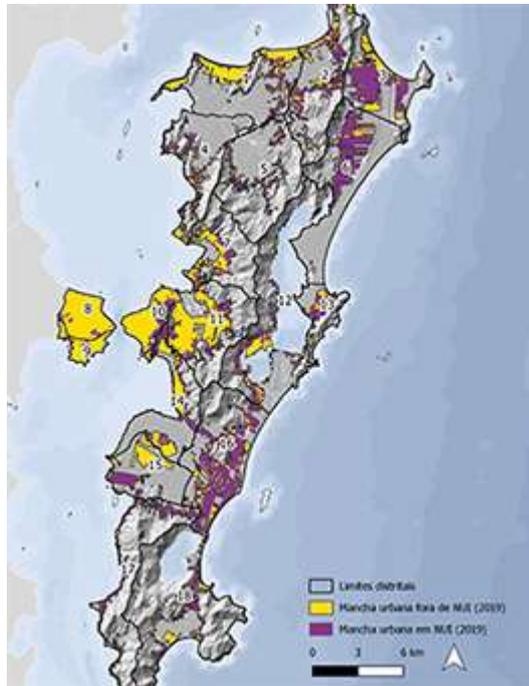
Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados PMF (2023b).

Figura 7 – Servidão Tomás José Oliveira, localizada em Núcleo Urbano Informal no distrito do Rio Vermelho, em Florianópolis-SC



Fonte: Google Street View, em 2023.

Figura 8 – Mancha urbana fora de NUI e dentro de NUI em Florianópolis por distrito no ano de 2019



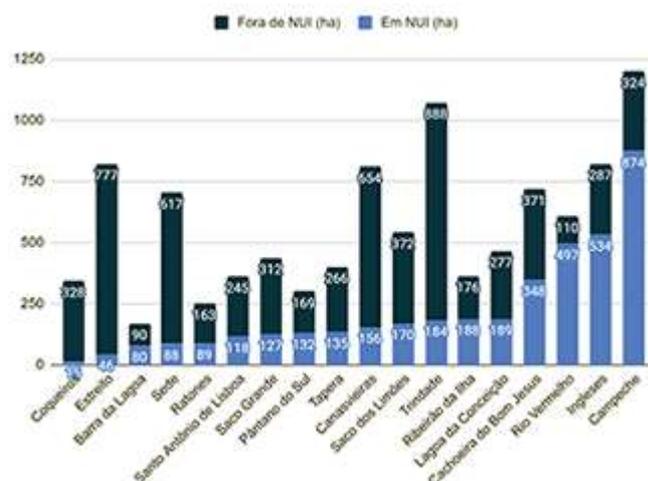
Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023b).

A informalidade é expressiva no município, e, em alguns distritos, a maior parte da urbanização existente encontra-se na irregularidade. A Figura 8 mostra a sobreposição da mancha urbana municipal com a abrangência dos núcleos urbanos informais, por distrito, no município de Florianópolis-SC. A Figura 9, na sequência, mostra os dados, por distrito, de área total (em hectares), da superfície da

mancha urbana (em hectares), da superfície da mancha urbana em relação à área do distrito (em porcentagem), da superfície de NUI (em hectares) e da superfície de NUI em relação à mancha urbana do distrito (em porcentagem).

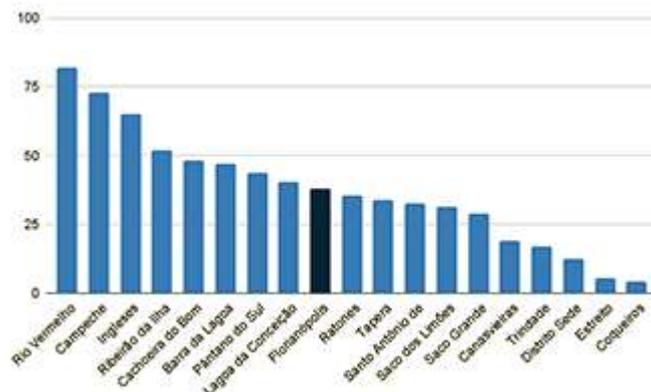
Já a Figura 10 mostra os distritos em escala, com a superfície de NUI em relação à mancha urbana em cada um deles.

Figura 9 – Mancha urbana em NUI e fora de NUI por distrito em Florianópolis no ano de 2019



Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b).

Figura 10 – NUI em relação à área urbanizada, por distrito, em Florianópolis no ano de 2019

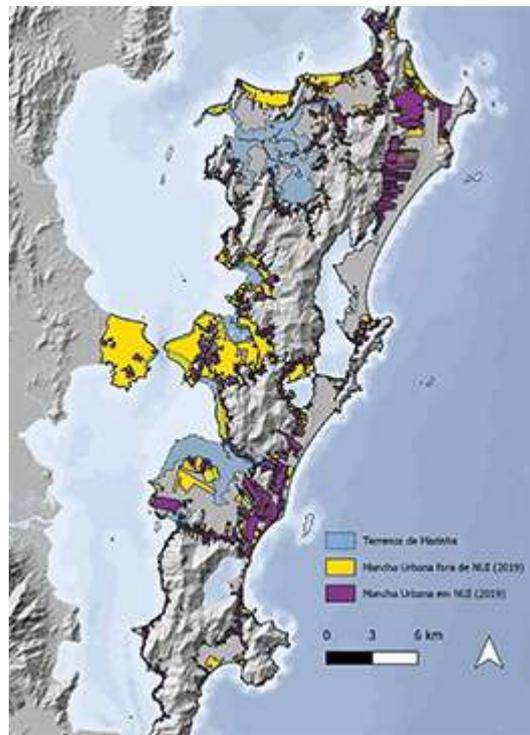


Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b).

Importante destacar a condição insular do município, que possui 97,23% (IBGE) do seu território em ilha. A Figura 11 e a Tabela 2 apresentam a relação entre a mancha urbana, as áreas de marinha e os NUIs, conforme a qual

se verifica que pouco mais de 10% da área urbanizada está sob terrenos de marinha de propriedade da União e que a maior parte destes (82,45%) se encontram fora dos NUIs.

Figura 11 – NUI em relação à mancha urbana e aos terrenos de marinha em Florianópolis (2019)



Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b).

Tabela 2 – NUI em relação à mancha urbana e aos terrenos de marinha, em Florianópolis

	Área (ha)	(%)
Terrenos de marinha (total)	5.657,09	–
Área urbanizada	10.399,16	100,00
NUI	3.971,26	35,43
Terrenos de marinha em área urbanizada	1.067,67	10,27
Terrenos de marinha em NUI	187,34	01,80

Fonte: PMF (2023b).

Portanto, apesar da particularidade de ter território majoritariamente insular, não se vislumbra, numa primeira análise, conexão entre a propriedade pública dos imóveis e as ocupações irregulares.

NUIs de Florianópolis, em 2019, representam mais de 80% da superfície com ocupação urbana no distrito do Rio Vermelho; mais de 70% no do Campeche; e mais de 65% no dos Ingleses – locais que também tiveram os maiores aumentos de mancha urbana nos últimos anos, conforme se verificou nas Figuras 4 e 5. Pode-se assumir que a expansão urbana horizontal em Florianópolis, portanto, ocorre principalmente informalmente. Tal constatação é reforçada quando se verifica que os distritos com maiores graus de consolidação, ou seja, aqueles em que a superfície da mancha urbana ocorre em aproximadamente 90% ou mais de seu território – Coqueiros, Estreito e Sede –, são também os três onde a participação dos NUIs na formação da mancha urbana é menor.

Para entender a atuação do ente público na produção e consolidação das ocupações irregulares, recortaram-se dois aspectos dos quais há disponibilidade de dados e verificou-se como estes ocorrem nas NUIs existentes. Primeiro verificou-se a emissão de alvarás de construção nas NUIs e, num segundo momento, estudou-se a implantação de equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e transporte público nas mesmas áreas.

#### a) Alvarás de construção

O licenciamento de obras por meio da emissão de alvará de construção é tratamento que se espera seja dado apenas a lotes formalmente aprovados, mas, no caso de Florianópolis, é também dado aos lotes do mercado informal, desde que o seu possuidor apresente declaração de posse, cujo modelo é encontrado na página da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (2023c) (Figura 12).

Figura 12 – Modelo de declaração de posse exigido pela prefeitura para licenciamento de obras, no caso de inexistência de documento formal de propriedade

O formulário, intitulado "DECLARAÇÃO", contém os seguintes campos e seções:

- Logos da Prefeitura Municipal de Florianópolis e PMF Cidadania.
- Campos para preenchimento de dados pessoais: Nome, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado) e CPF.
- Campos para dados do terreno: número do terreno, número do lote, número do lote no terreno e número do terreno no lote.
- Campos para características físicas do terreno: área (m²), fronteiras com vizinhos (m), número de lotes e lateralidade (m).
- Uma tabela com 10 colunas para o número de inscrição do terreno.
- Uma seção de declaração: "A presente declaração é expressão da verdade." com campos para data e hora.
- Uma linha para a assinatura: "Assinatura com firma reconhecida em cartório."

Fonte: PMF (2023c).

Para esta pesquisa, buscou-se, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), a relação de alvarás de construção expedidos entre os anos de 2002 e 2021 (PMF, 2023d) e buscou-se, junto ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf, 2023), a base cadastral imobiliária espacializada. Espacializaram-se os alvarás por meio de correspondência direta da inscrição imobiliária constante da lista de alvarás e da base cadastral

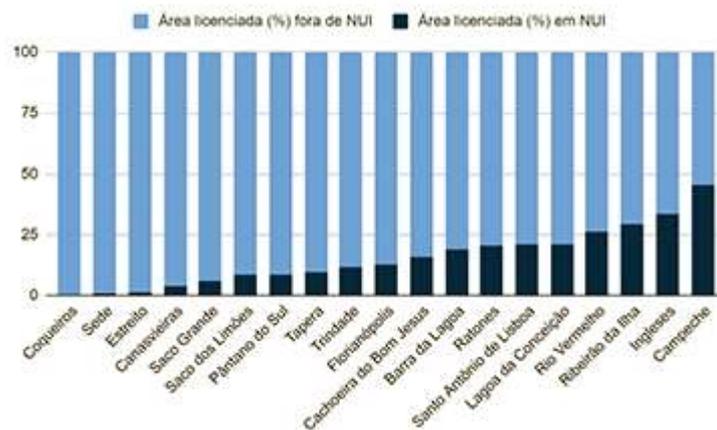
e, nos casos em que tal correspondência foi inexistente, por meio de geocodificação com base no endereçamento constante da lista de alvarás e em sua correspondência na plataforma Google Maps. Os dados oriundos da sobreposição dos alvarás espacializados com a mancha de NUI são os fixados na Tabela 3 e na Figura 13, e a evolução desses alvarás por ano são é fixada nas Figuras 14 e 15.

Tabela 3 – Alvarás de construção expedidos pelo município de Florianópolis entre os anos de 2002 e 2021 dentro e fora dos NUIs

	Dentro dos NUIs	Fora dos NUIs
Quantidade de alvarás	4.872 (26,61%)	13.437 (73,39%)
Área total licenciada	213 ha (12,92%)	1.436 ha (87,08%)
Média da área licenciada por obra	475,98m <sup>2</sup>	1.148,09m <sup>2</sup>

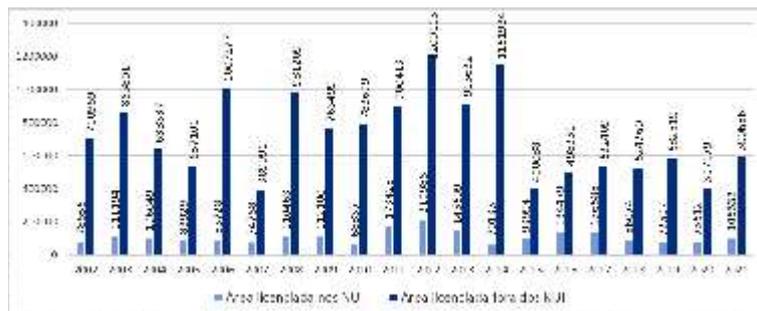
Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023d).

Figura 13 – Percentual de área construída licenciada pelo município de Florianópolis entre os anos de 2002 e 2021 dentro e fora dos NUIs por distrito



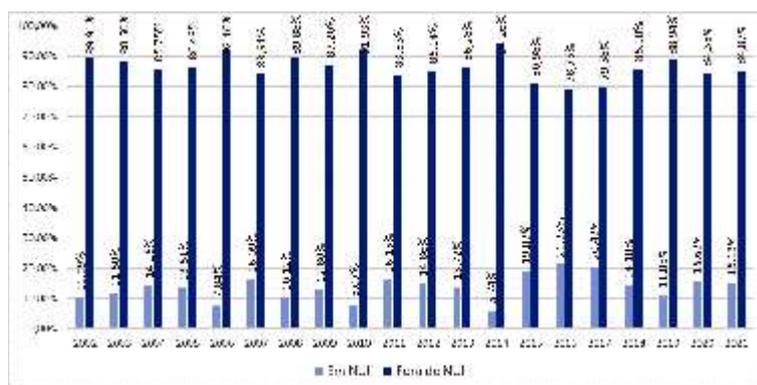
Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023d).

Figura 14 – Volume em m<sup>2</sup> licenciado por meio de alvarás de construção expedidos pelo município de Florianópolis entre os anos de 2002 e 2021 dentro e fora dos NUIs



Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023d).

Figura 15 – Participação da construção licenciada por meio de alvarás de construção expedidos pelo município de Florianópolis entre os anos de 2002 e 2021 dentro e fora dos NUIs



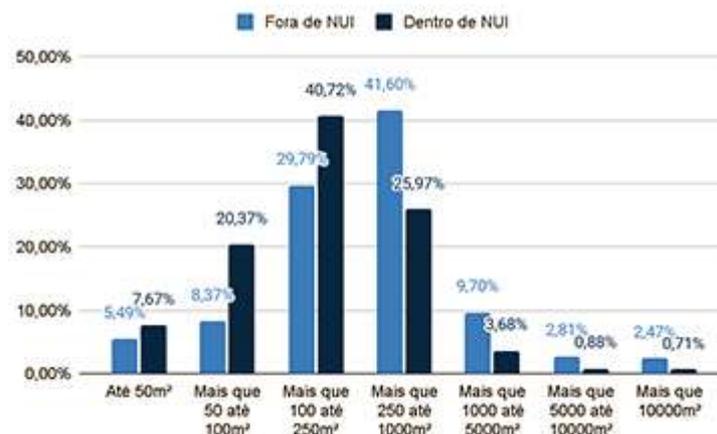
Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023d).

Conforme tais dados, no período entre 2002 e 2021, um a cada quatro alvarás expedidos pelo município foi para construções em áreas sem regularidade urbanística, e quase 13% de todo o volume de construção licenciado no período ocorreu sobre essas mesmas áreas. A segregação de dados por ano revelou que tal prática é constante e recorrente nas últimas duas décadas: em quase todos os anos estudados, o volume licenciado sobre áreas irregulares fica entre 7 e 20%, sem grandes tendências específicas em determinado recorte temporal.

A análise do porte das edificações objeto de alvará de construção no município de Florianópolis (Figura 16), agrupados os alvarás entre os expedidos para imóveis inseridos

em NUI e os expedidos para imóveis fora dos NUIs, revela que, dentre os alvarás em áreas informais, aqueles até 250m<sup>2</sup> são mais expressivos e, dentre os alvarás em áreas formais, os maiores que 250m<sup>2</sup> são mais representativos. A explicação para isso pode estar nas restrições impostas pela informalidade: imóveis sem regularidade registral não podem ser objeto de incorporação imobiliária e, conseqüentemente, de financiamento. Os custos da construção, portanto, devem ser arcados diretamente pelo possuidor, e a instituição de eventuais condomínios de unidades residenciais ou comerciais não tem lastro legal. Portanto, a tendência é que as construções sejam unifamiliares e a sua área construída seja limitada.

Figura 16 – Porte das edificações (m<sup>2</sup>) objeto de alvará de construção em Florianópolis-SC – em NUI e fora de NUI



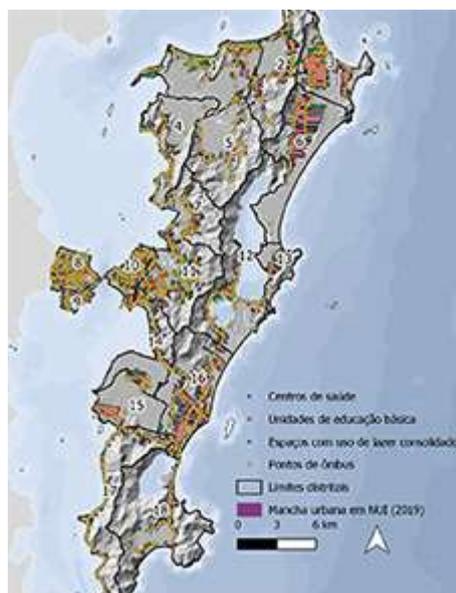
Fonte: autoria própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023d).

### b) Equipamentos comunitários e de lazer

A análise da atuação do estado no fornecimento de equipamentos urbanos comunitários e de lazer resumiu a atuação em quatro áreas, como recorte amostral: educação, saúde, lazer e transporte público. Para a educação, buscou-se, junto à PMF (2023e), a localização de todas as unidades de ensino públicas, municipais e estaduais, e separaram-se como amostra apenas as unidades de educação básica. Para a saúde, buscaram-se, junto à PMF, apenas os centros de saúde municipais. Para

as áreas de lazer, buscaram-se a localização e a poligonal de todas as áreas de lazer públicas consolidadas – isto é, providas de equipamentos de lazer – e calculou-se a área de lazer disponível pela poligonal e converteu-se cada uma em ponto, localizado no centroide de cada polígono. Para o transporte público, buscou-se, na prefeitura, a localização dos pontos de ônibus municipais. Nos quatro estudos, verificou-se a disponibilidade do equipamento por distrito administrativo e para os NUIs por distrito administrativo, conforme mostra a Figura 17.

Figura 17 – Distribuição dos equipamentos comunitários de saúde, educação e lazer sobre os distritos e NUIs de Florianópolis-SC



Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023e).

Caso a hipótese levantada, segundo a qual a atuação do estado nos NUI deve ter como objetivo a consolidação das ocupações irregulares, esteja correta, então o que se espera é que os equipamentos de lazer devam ser os menos presentes nas NUIs, porque a utilização

deles não é cotidiana, como os da educação e de transporte, nem básica, como os de saúde: a existência desse tipo de equipamento não tem a mesma capacidade de consolidar uma ocupação que os outros. Os resultados fixados nas Figuras 18 a 25 comprovaram a hipótese esperada.

Figura 18 – Centros de saúde municipais por distrito dentro e fora de NUI

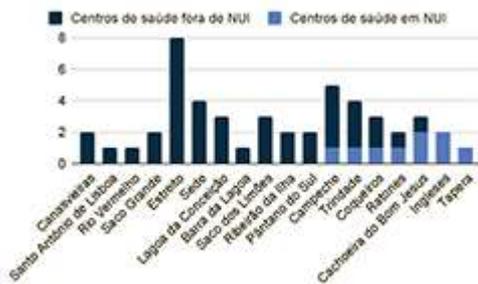


Figura 19 – Centros de saúde municipais dentro e fora de NUI em Florianópolis



Figura 20 – Unidades de educação de ensino básico municipais e estaduais por distrito dentro e fora de NUI

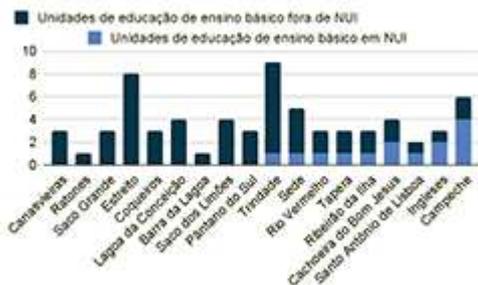


Figura 21 – Unidades de educação de ensino básico municipais e estaduais dentro e fora de NUI em Florianópolis-SC



Figura 22 – Hectares de área de lazer consolidada por distrito dentro e fora de NUI



Figura 23 – Hectares de área de lazer consolidada dentro e fora de NUI em Florianópolis-SC



Figura 24 – Pontos de ônibus por distrito dentro e fora de NUI

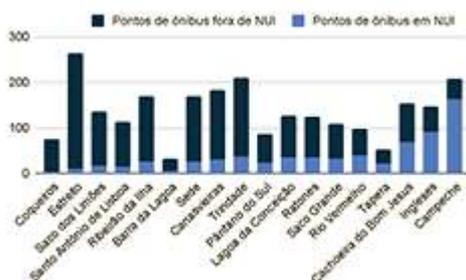


Figura 25 – Pontos de ônibus dentro e fora de NUI em Florianópolis-SC



Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023b) e PMF (2023e).

## Conclusões e encaminhamentos

A partir das análises realizadas, percebe-se que a tolerância à ocupação informal por parte do poder público se dá de maneira não homogênea, a depender do indicador analisado e do recorte territorial ao qual o NUI está inserido. A Figura 26 apresenta os indicadores analisados na escala do município.

O grande número de licenciamentos de obras em NUI corrobora a hipótese levantada pelos seguintes aspectos:

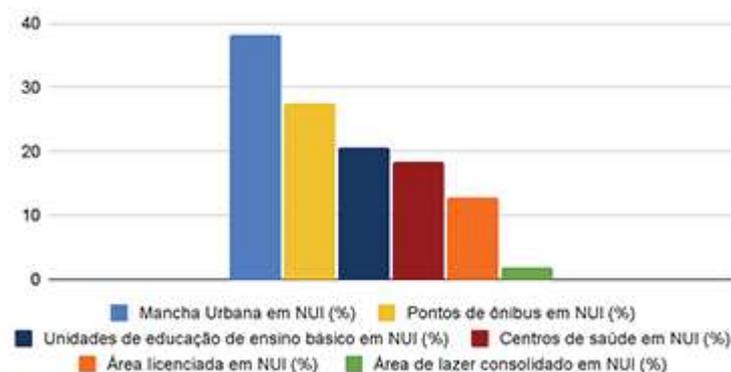
1) o licenciamento de uma edificação é indicativo fortíssimo de posse sobre o terreno licenciado. Tal posse, ainda que não convertida

formalmente em propriedade, pode ser utilizada como alguma segurança jurídica contra eventuais ações de despejo;

2) a existência de edificação licenciada atribui valor de troca ao imóvel e, portanto, colabora para que a ocupação lá existente não seja facilmente abandonada.

Conforme se viu, a restrição ao licenciamento em áreas de NUI está muito mais vinculada às limitações registrais, do que à falta de propriedade formal. Ainda que a porcentagem de licenciamento em áreas de NUI seja pequena, se comparada às porcentagens de pontos de ônibus, ensino básico e saúde básica, há que se frisar que se trata do único serviço analisado cuja provisão não parte de iniciativa do estado, mas sim do próprio ocupante do lote

Figura 26 – Mancha urbana, pontos de ônibus, educação, saúde, alvarás e áreas de lazer em NUI em Florianópolis-SC



Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023a), PMF (2023b) e PMF (2023d).

irregular, e, além disso, pela própria natureza da ocupação irregular, há de se esperar que a maioria das edificações não tenha qualquer licenciamento. No entanto, o fato de o estado estar disposto e de, realmente, abrir a possibilidade de licenciamento de obras em áreas irregulares, por si só, já pode servir para corroborar a hipótese.

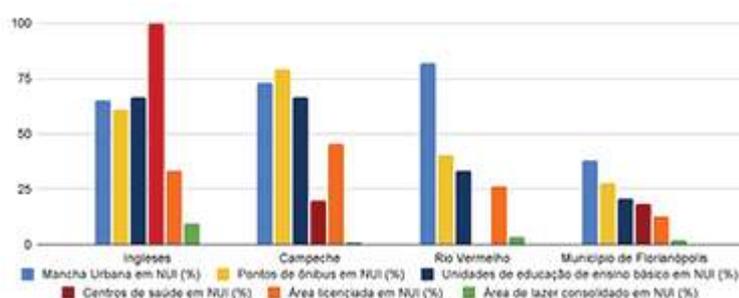
Sobre os equipamentos urbanos analisados, que são de fato iniciativa do próprio estado, percebe-se maior preocupação do estado em garantir acesso ao transporte público, à educação e à saúde nas ocupações informais e uma menor preocupação com o fornecimento de áreas de lazer em NUI. Quando se observa, por recorte distrital, a porcentagem de áreas de lazer em NUI segue quase irrelevante. A Figura 27 mostra os três distritos cuja superfície de NUI é mais relevante sobre a sua área urbanizada (acima de 60%) – Ingleses, Campeche e Rio Vermelho – e a distribuição de

pontos de ônibus, unidades de educação, unidades de saúde e área licenciada em cada um deles e no município.

Com algumas exceções, o padrão repete-se: pontos de ônibus, educação e saúde presentes, obras licenciadas e quase nenhuma área de lazer. Quanto à inexistência de equipamentos de saúde nas NUIs do Rio Vermelho, foi verificada uma unidade de atendimento fora da NUI no distrito e outras duas presentes no distrito vizinho, ensejando uma análise qualitativa mais aprofundada sobre esse serviço, a fim de verificar sua efetividade.

Fundamental resgatar a dialética de Lefebvre (2006), citada na seção introdutória deste estudo, para explicar o papel do estado. Conforme se viu, a atuação do estado é essencialmente contraditória: enquanto ele estabelece uma série de normas e leis que regem o ordenamento territorial (“castro”, “esmagamento” e “centro estável de

Figura 27 – Mancha urbana, pontos de ônibus, educação, saúde, alvarás e áreas de lazer em NUI nos distritos Ingleses, Campeche e Rio Vermelho e no município de Florianópolis-SC



Fonte: elaboração própria, em 2023. Dados: PMF (2023a), PMF (2023b), PMF (2023d) e PMF (2023e).

sociedades e espaços”, nos termos do próprio Lefebvre (ibid., p. 45), trabalha ativamente na consolidação de ocupações que não passaram pelo crivo legal (violência subversiva como resposta à violência do poder). O próprio trabalho do estado na implantação de infraestrutura e equipamentos também é contraditório: ele é eficiente na implementação de pontos de ônibus, unidades de ensino básico, centros de saúde e até mesmo em licenciar edificações e ineficiente em prover áreas verdes ou áreas de recreação e lazer de qualidade à cidade informal.

Tal contradição pode ser explicada: se o papel do estado é meramente consolidar essas ocupações como resposta à sua própria incapacidade de garantir imóveis formais a preços acessíveis e de tirar parcela considerável da sua população da situação de pobreza, conforme sugerido na introdução deste artigo, então é de esperar que as políticas públicas existentes nos NULs tenham apenas o viés de consolidá-los seja por meio de segurança jurídica, seja pela garantia de acesso a transporte público (ainda que precário) e equipamentos comunitários básicos que permitam que a população possa trabalhar (creches, escolas básicas, saúde

básica). Para além da consolidação, um papel desejável para o estado para essas áreas deve passar por políticas de regularização fundiária, inclusão de parques, praças e áreas verdes de qualidade, garantia de calçadas caminháveis e acessíveis, segurança, entre outros serviços que são reservados às áreas regulares da cidade.

Como encaminhamentos da pesquisa, sugere-se aprofundamento do estudo com a inclusão de variáveis como renda e valor da terra, que podem explicar diferenças como a percebida do distrito do Campeche, onde, apesar de grande índice de informalidade, existe maior presença do estado nos indicadores de pontos de ônibus, educação e alvarás do que os visualizados nos distritos do Rio Vermelho e dos Ingleses. Outra análise, dando continuidade a esta pesquisa, incluiria equipamentos urbanos, tais como drenagem, coleta de esgoto, distribuição de água e energia e iluminação pública, considerados básicos pela lei federal n. 6.766/1979 (Brasil, 1979), comparando-os a outros equipamentos cuja importância não seja reconhecida como básica pela lei federal, tais como calçadas, sinalização de trânsito, pavimentação de vias ou arborização urbana.

**[I] <https://orcid.org/0009-0002-3776-5325>**

Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, SC/Brasil.  
pedrojcastelhano@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0009-0008-1636-1499>**

Pesquisador autônomo. Florianópolis, SC/Brasil.  
maira.maciorowski@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0009-0007-5807-4095>**

Pesquisador autônomo. Florianópolis, SC/Brasil.  
elisabeck@gmail.com

## Referências

- BRASIL (1979). Lei federal n. 6766, 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 20 de dezembro.
- \_\_\_\_\_. (2017). Lei federal n. 13465, 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 8 de setembro.
- COCCO, R. G. (2016). *Transporte público e mobilidade urbana: contradições entre políticas públicas e demandas por mobilidade na Região Metropolitana de Florianópolis-SC*. Tese de doutorado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- GONÇALVES, R. S.; BAUTÈS, N.; MANEIRO, M. (2018). A informalidade Urbana em Questão. *O social em questão*, ano XXI, n. 42, pp. 9-26.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais – Informações territoriais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 27 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2022). Censo Demográfico 2022: Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 27 jan 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010). Evolução urbana e espraiamento na região metropolitana de São Paulo. Textos para discussão. Rio de Janeiro, n. 1481.
- \_\_\_\_\_. (2022). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília.
- IPIUF – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (2023). Cadastro imobiliário urbano. Florianópolis.
- LEFEBVRE, H. (2006). *A produção do espaço*. (do original: La production de l'espace. Paris, Éditions Anthropos, 2000).
- MARICATO, E. (2003). MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, n. 17, pp. 151-167
- \_\_\_\_\_. (2009). "Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada". In: WANDERLEY, L. E.; RAICHELI, R. (org.) *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo, Educ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF (2023). Lei complementar n. 736, 2 de janeiro de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo municipal de Florianópolis, reestrutura os cargos e funções gratificadas, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Florianópolis-SC, Diário Oficial do Município de 2 de janeiro.

\_\_\_\_\_ (2023a). Dados sobre evolução da mancha urbana. Florianópolis, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana.

\_\_\_\_\_ (2023b). Dados sobre núcleos urbanos informais. Florianópolis, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana.

\_\_\_\_\_ (2023c). Declaração de posse ou propriedade. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smdu/index.php?pagina=servlistagem&menu=2&info=documentos&pg=2>. Acesso em: 10 set 2023. Florianópolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

\_\_\_\_\_ (2023d). Dados sobre alvarás de construção expedidos entre 2002 e 2021. Florianópolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

\_\_\_\_\_ (2023e). Dados sobre equipamentos comunitários. Florianópolis, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana.

SMOLKA, M. O.; MULLAHY, L. (2010). *Perspectivas urbanas: temas críticos en políticas de suelo en América Latina*. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy.

Texto recebido em 13/mar/2023

Texto aprovado em 25/abr/2023



# State's action in the production of the informal city: a spatial analysis in Florianópolis

A atuação estatal na produção da cidade informal: análise espacial em Florianópolis

Pedro Jablinski Castelhana [I]  
Maíra Mesquita Maciorowski [II]  
Elisa de Oliveira Beck [III]

## Abstract

The thesis that the Brazilian state tolerates and encourages urban squatting as a response to its own inability to provide popular housing and to guarantee jobs that enable the acquisition of housing in the real estate market is tested in this article through the case study of Florianópolis. We studied irregularity and two indications of municipal action in its consolidation in Florianópolis: implementation of community facilities and issuance of construction permits. We found that construction permits are limited only by registration restrictions, not by the existence or not of land ownership, and that the municipality works actively in the production of health, education, and transport facilities, but not of leisure facilities in these areas.

**Keywords:** irregular occupations; informal urban settlement; informality; community facilities; construction permits.

## Resumo

*A tese de que o estado brasileiro tolera e fomenta as ocupações urbanas irregulares como resposta à sua própria incapacidade de prover habitação popular e de garantir empregos que permitam a aquisição de habitação no mercado imobiliário é testada neste artigo, por meio do estudo do caso de Florianópolis. Estudou-se a irregularidade no município e dois indicativos de atuação municipal na sua consolidação: implementação de equipamentos comunitários e emissão de alvarás de construção. Verificou-se que os alvarás de construção em ocupações irregulares são limitados somente por restrições registrais, mas não pela existência ou não de propriedade da terra e que o município trabalha ativamente na produção de equipamentos de saúde, educação e transporte, mas não de lazer nessas áreas.*

**Palavras-chave:** ocupações irregulares; NUI; informalidade; equipamentos comunitários; alvarás de construção.

## Introduction

The role of the state in social dynamics has been a subject of debate among scholars who employ different approaches to explain it. When this topic is approached through a structural-functionalistic logic, which views a subject of study as fulfilling specific functions, it fails to address the contradictions and social conflicts within it. A positivist approach, focusing solely on the collection of empirical data, might overlook important factors because it considers only measurable and observable elements. Viewing the state from a neoliberal perspective, which emphasizes the primacy of the market, also suffers from similar shortcomings. Therefore, it is crucial that the theoretical approach to the role of the state be dialectical in nature: considering contradictions and opposing forces and treating the subject of study as a synthesis or resolution of a conflict between a thesis and an antithesis.

Under this approach, Lefebvre is a renowned author: while he uses terms such as 'castration,' 'crushing,' and 'stable center of societies and spaces' (2006, p. 45) to describe the state's role in the production of urban space, he acknowledges that these characteristics are essential for opposing forces to thrive in cities (p. 46). Therefore, the state is fundamentally shaped by contradictions, and as one of the primary agents in urban space production, these contradictions are replicated within cities.

These contradictions are also present in the logic of the fractured city, a term employed by Maricato (2009) to describe an implicit rule in the production of Brazilian urban space:

the division between the formal city and the informal city, or what is understood as cities produced within and outside urban legal regulations, respectively. In Brazil, informality is pronounced: the Informal Urban Nuclei (IUN) research conducted by Ipea (2022) in 157 municipalities surrounding Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Marabá, and Juazeiro do Norte, revealed the existence of 4,968 informal urban nuclei, housing 1,486,725 households, which corresponds to 27% of the total households in these municipalities. The high price of formal urban land might be at the heart of the problem; Smolka and Mullahy (2010) demonstrate how the price of urbanized land in Latin America can be prohibitively high in general.

In the outskirts of many Latin American cities, the price of one square meter of urban land developed by private entities can range between US\$32 and US\$172. In absolute terms, these values resemble those found in the developed world, where per capita income is usually 7 to 10 times higher. Even a family living above the poverty line and saving 20% of its monthly income (US\$200) needs to save for 12 to 15 years to acquire a developed plot of 150 square meters." (p. 172)

Maricato (2003) argues that the Brazilian state tolerates urban informality as a response to its own inability to provide affordable housing and ensure jobs with incomes that allow for housing acquisition in the real estate market (p. 157). Gonçalves, Bautès, and Maneiro (2018) go further, stating that the state's responsibility in the production of informal cities is not limited to passively

tolerating their production or being ineffective in producing popular housing. They contend that the state actively participates in the production of informal cities:

The State is not absent from these spaces; quite the opposite, in many cases, it is one of the main actors in the development and consolidation of these areas. [...] If many authors argue that informality is a grassroots phenomenon, one cannot overlook its intrinsic connection with localized structures of power." (Ibid., p. 16)

This action can be exemplified by data from the Demographic Census (IBGE, 2010), according to which, in the reference year, 88% of the slum households in Brazil had access to the public water supply, and 56% were connected to the sewerage system, despite lacking formal construction and land tenure. The Brazilian state, therefore, is effective in providing infrastructure and facilities to irregular settlements; in this specific example, basic sanitation infrastructure. At the same time, it is ineffective when it comes to regulating land prices or ensuring decent wages for the majority of its population. Therefore, the Brazilian state's responsibility in the production and consolidation of irregular settlements can be understood as the result of the combination of four factors:

- 1) inefficiency in ensuring formal properties at affordable prices;
- 2) inefficiency in lifting a significant portion of its population out of poverty;
- 3) tolerance towards the emergence of irregular settlements;
- 4) provision of urban and community facilities and public services to irregular settlements.

Therefore, items 3 and 4 are the state's response to items 1 and 2. This article aims to explore some specific aspects of item 4 in irregular settlements, using the municipality of Florianópolis-SC as a case study.

Firstly, it is essential to remember that studying or even classifying a specific urban occupation as formal or informal is not a settled matter in theory. The IBGE (ibid.), for example, uses objective rules to classify informality. The institute employs the term 'subnormal cluster,' which is defined as 'a group consisting of at least 51 housing units (shacks, houses, etc.) lacking, for the most part, essential public services, occupying or having occupied until a recent period, land owned by others (public or private) and being generally arranged in a disorderly and/or dense manner' (p.8). For inclusion in this classification, the IBGE observes the fulfillment of two criteria:

- a) Illegal occupation of land, meaning construction on plots owned by others (public or private) at the present moment or in the recent past (acquisition of land ownership title ten years ago or less); and
- b) Having at least one of the following characteristics:
  - urbanization outside current standards – reflected by narrow and irregularly aligned roads, unequal-sized and shaped lots, and constructions not regularized by public authorities; or
  - precariousness of essential public services, such as electricity, garbage collection, and water and sewage networks." (IBGE, 2010, p. 8)

The objective methodology adopted by IBGE can be condensed into the combination of the three variables it employs: (1) land

occupation (whether legal or illegal); (2) urbanization (whether within or outside current standards); and (3) essential public services (whether present or absent/precarious). The first variable is an indispensable condition, and at least one of the other two must be present. Chart 1 illustrates the logic and outcome of each possible combination of variables.

According to the table analysis, whenever the occupation is legal, IBGE categorizes it as formal. Illegal occupations, if they are within current urbanization standards and have access to essential public services, are also not classified as 'subnormal clusters' (SNC). It is evident, therefore, that the primary variable adopted by IBGE is land ownership.

Another perspective is that of Federal Law No. 13,465/2017, which deals with rural and urban land regularization and also references land ownership to classify informality when it defines IUN in its Article 11, II:

Article 11, II – informal urban nucleus: one that is clandestine, irregular, or in which it was not possible, by any means, to grant land titles to its occupants, even if the applicable legislation at the time of its establishment or regularization was followed." (Brazil, 2017)

It is noteworthy that compliance with urban planning regulations (applicable legislation at the time of its establishment) is explicitly mentioned as irrelevant in this classification. In this case, there is no reference to the inadequacy of public facilities or urban infrastructure.

In addition to these, the IUN Survey conducted by Ipea (2022) also addressed the criteria adopted for classification. According to this research, two dimensions were used: one called 'physical-territorial' and another called 'legal-land ownership' (p. 16). In the first dimension, the research notes that 'to be

Chart 1– Criteria used by IBGE to classify a particular occupation as a subnormal cluster or not

Land occupation	Urbanization	Essential public services	Can be understood as a subnormal cluster?
legal/formal	within current standards	existing	no
legal/formal	outside current standards	existing	no
legal/formal	within current standards	non-existent/precarious	no
legal/formal	outside current standards	non-existent/precarious	no
illegal/informal	within current standards	existing	no
illegal/informal	outside current standards	existing	yes
illegal/informal	within current standards	non-existent/precarious	yes
illegal/informal	outside current standards	non-existent/precarious	yes

Source: Own elaboration. Data: IBGE (2010).

considered IUN, it is sufficient that, in addition to being occupied by low-income population [...] the settlement in question has some degree of precariousness, whether related to urbanization, infrastructure, or buildings' (ibid.). The second dimension considers any land occupation 'without a title that provides occupants with secure tenure' as IUN (ibid.). Therefore, the first dimension of the IUN survey considers, in addition to land ownership or possession, the urbanization standard, the existence of public facilities, the population's income, and the precariousness of existing buildings. The second dimension focuses solely on land ownership or secure possession. Chart 2 summarizes the criteria used in the classification of urban informality studied so far.

In a comparative analysis with Ipea (2022), IBGE data for SNC can serve as an initial reference for gathering IUN data, while Ipea's

data (ibid.) are more comprehensive as they do not use the number of residential units as a parameter. Therefore, Ipea's data includes remote settlements with some housing or urban precariousness. It is also evident that formal land ownership or possession is the only criterion present in all the classifications studied. The presence of infrastructure and facilities and the urbanization standard are seen in two of the four classifications discussed. Population income and the precariousness of buildings are criteria explored only by the physical-territorial dimension of Ipea's IUN Survey (ibid.), while the number of residential units is a criterion adopted only by IBGE (2010).

It is noted that the criteria listed above are indicators of urban informality and, therefore, not necessarily its cause but can also be a consequence or reflection. For this study, any urban occupation without formal land

Chart 2 – Comparison between IBGE, Federal Law n. 13,465/2017, and Ipea regarding the criteria used to classify urban irregular occupations

Types od criteria	IBGE (SNC, 2010)	Federal Law 13465/2017	Physical-territorial dimension of the IUN Research (Ipea, 2022)	Legal-land dimension of the IUN Research (Ipea, 2022)
Formal land ownership or possession	yes	yes	yes	yes
Urban infrastructure and facilities	yes	no	yes	no
Population income	no	no	yes	no
Urbanization standard	yes	no	yes	no
Precariousness of buildings	no	no	yes	no
Number of residential units	yes	no	no	no

Source: Own compilation, in 2023.

ownership or possession is considered as IUN, regardless of the existence of infrastructure, the precariousness of buildings, or any other criteria adopted by the references studied. Therefore, the same methodology as the legal-land ownership dimension of the IUN Survey conducted by Ipea and Federal Law No. 13,465/2017 will be adopted. This choice is justified for two reasons:

1) because it is the most comprehensive, it allows for studying the state's involvement in different types of IUN; and

2) because it is the method adopted by the Municipal Government of Florianópolis (PMF), the delineation of IUN already exists in the municipal database (see Figure 6).

It is hypothetically assumed that if the state's intervention in IUN aims to consolidate them as a solution to its own inefficiency in providing formal properties at affordable prices (either due to inefficiency in producing affordable housing or in regulating land prices) and its failure to ensure wages that enable low-income population to acquire properties, then the state's intervention should always be geared towards consolidation or even promotion of the occupation, rather than creating more opportunities for the residing population. Pragmatically, such intervention must, therefore, be guided by two aspects:

1) ensure secure tenure to prevent the residing population from being easily evicted and, consequently, becoming the responsibility of the public authorities again; and

2) ensure essential services whenever possible to prevent the residing population from abandoning the occupation due to lack of basic amenities, which, as proposed in the first point, would then become the responsibility of the public authorities again.

To test the validity of this hypothesis, an attempt was made to understand the growth of informality in the municipality of Florianópolis through data analysis. Subsequently, a spatial analysis was conducted using the georeferenced vector database from the Municipal Government of Florianópolis. Spatial data regarding construction permits and existing urban and community facilities were sought, which would be overlaid on the map showing the IUN, as demonstrated in Figure 1. Within the state's intervention in the municipal territory, it was determined how much is allocated to the formal city and how much is shared with informality in each case.

## Florianópolis

Historically, the first settlers in the municipality of Florianópolis date back to the pre-Columbian period. During the colonial period (until the 17th century), it served as a sheltered point in the Southern Atlantic, leading to the foundation of Nossa Senhora do Desterro (1660-1675). In the 18th century, it was utilized for defense and occupation of the Portuguese territory in southern Brazil, leading to the establishment of the village (1726) and the headquarters of the captaincy (1738), fortification, and the arrival of Azorean immigrants (1748-1756). During the Imperial era, urban expansion occurred beyond the boundaries of the founding nucleus, characterized by port, commercial, and administrative activities (1822-1889).

In the First Republic, Florianópolis strengthened its status as the state capital, marked by administrative and industrial

activities (1889-1950). During the Republic period, there was an increase in tertiary activities, including established administrative headquarters, commerce, and services. The construction of the Hercílio Luz Bridge in 1926 holds significant historical and cultural importance as it was the first road connection to Santa Catarina Island, marking a moment of profound political, economic, and social transformations in the state. Its inauguration changed circulation patterns, previously determined by navigation, bringing new urban vitality to the municipalities in the region and concentrating investments in the capital.

Thus, urban morphology in Florianópolis has ancient origins, with few restructurings over time. The dispersed and polycentric occupation is largely a reflection of the colonization initiated by Azorean families along

coastal paths and valleys on the island. They adapted to 'natural formations that created true geographical barriers to mobility' (Cocco, 2016, p. 50).

In the second half of the 20th century, IBGE data shows significant population growth in Florianópolis: the population reached the 100,000 mark in the early 1960s and increased considerably in the subsequent decades (Table 1). Between 1980 and 2022, the population more than tripled, with the largest increase occurring in the last decade, adding nearly 153,000 inhabitants (Figure 1).

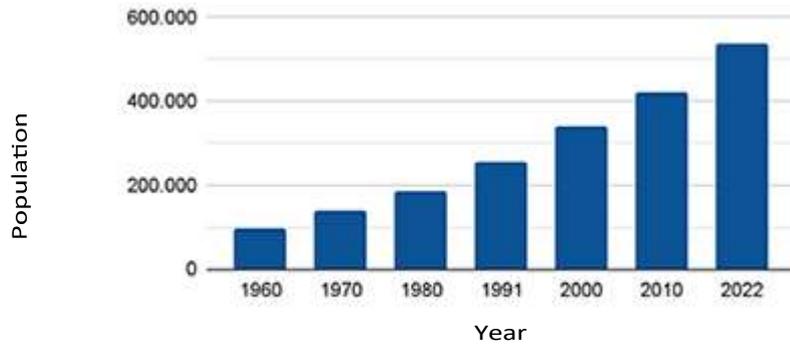
To understand the pattern of urban development, a district-level analysis will be employed based on the provisions outlined in the Law No. 736/2023 (Florianópolis-SC, 2023), which divides the territory into 18 districts, as depicted in Figure 2.

Table 1 – Population Growth in the Municipality of Florianópolis by Decade

Year	Resident population	Increase	Increase (%)
1960	97.827	–	–
1970	138.717	40.890	41,80
1980	187.871	49.154	35,43
1991	255.390	67.519	35,94
2000	342.315	86.925	34,04
2010	421.240	78.925	23,06
2022	537.213	115.973	27,53

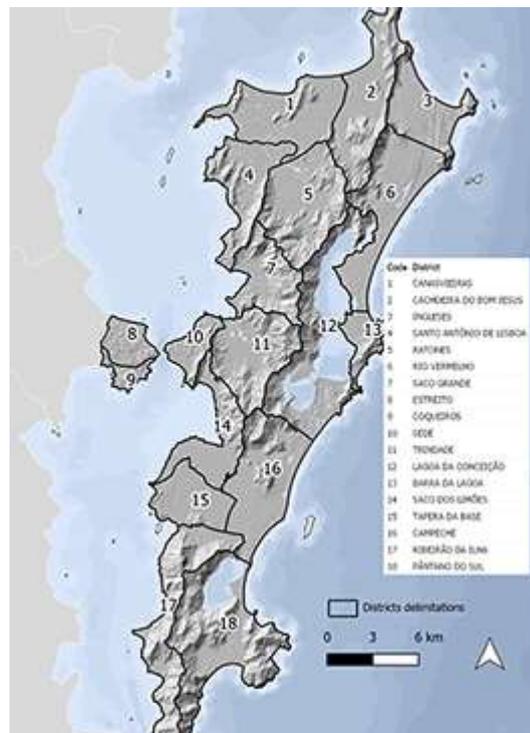
Source: IBGE (2022).

Figure 1 – Population growth in the municipality of Florianópolis by Decade



Source: IBGE (2022).

Figure 2 – Division into districts across the territory of the municipality of Florianópolis

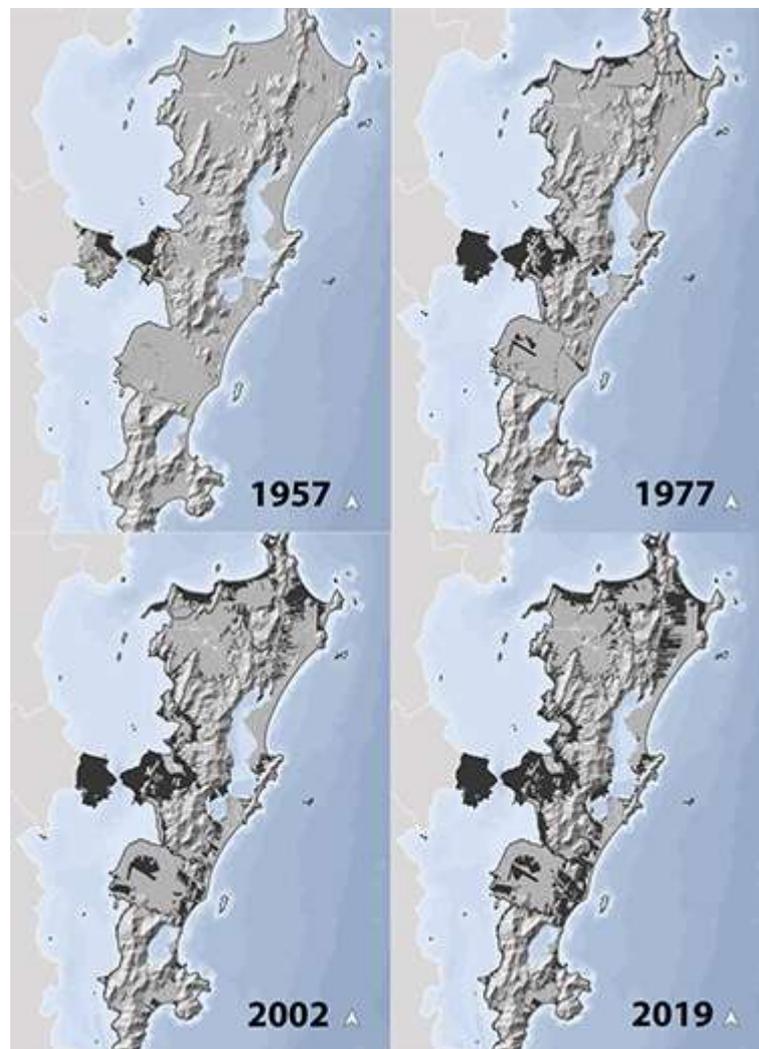


Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023).

The maps depicted in Figure 3 reveal that such population growth occurred in a scattered manner according to data from the Municipality of Florianópolis (2023a). Until the 1960s, the population was mainly concentrated in the Estreito and Sede districts. In the

1970s, it expanded to the North region of the Island and the districts of Coqueiros, Lagoa da Conceição, and Trindade. The images for the years 2002 and 2019 (Figure 3) show that urban sprawl reached the districts of Tapera, Campeche, Ingleses, and Rio Vermelho last.

Figure 3 – Urban expansion over time

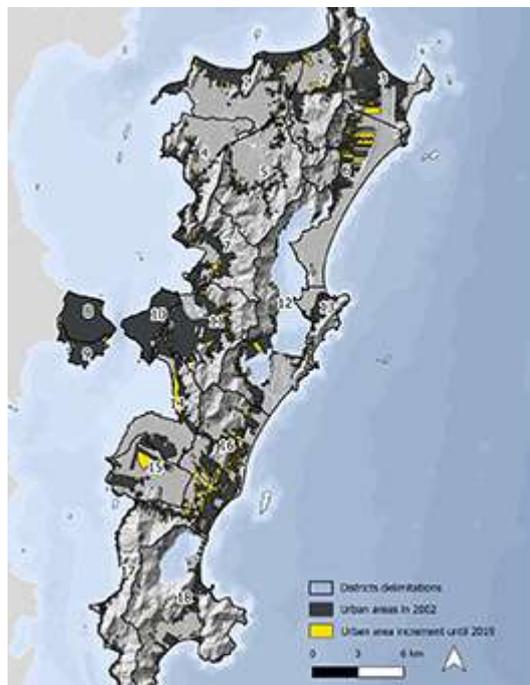


Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023a).

In summary, the municipality of Florianópolis has experienced significant expansion of urban areas in recent decades, following a dispersed pattern with low density and limited integration of the road network. The measurement of urban expansion from 2002 to 2019 (Figure 4) revealed an increase of

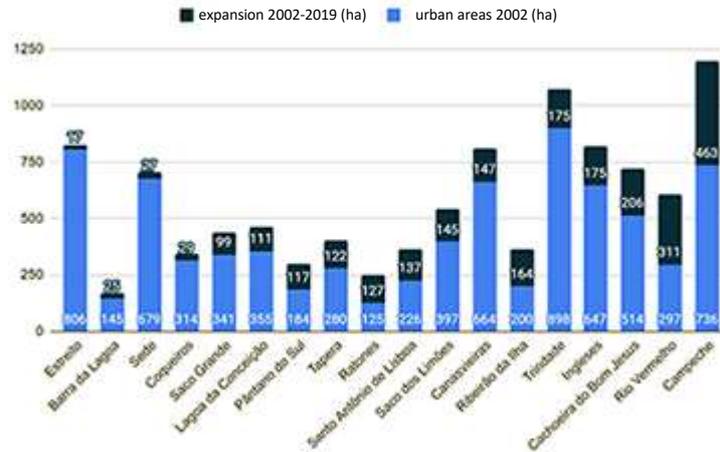
more than 33%, expanding from just over 7,800 hectares to 10,400 hectares. Horizontal growth occurred predominantly in less infrastructured areas, marked by informal settlements and situated farther away from well-established urban centers, as depicted in Figure 5.

Figure 4 – Comparison of Urban Expansion in 2002 and 2019 in Florianópolis



Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023a).

Figure 5 – Urban expansion in Florianópolis by district between 2002 and 2019



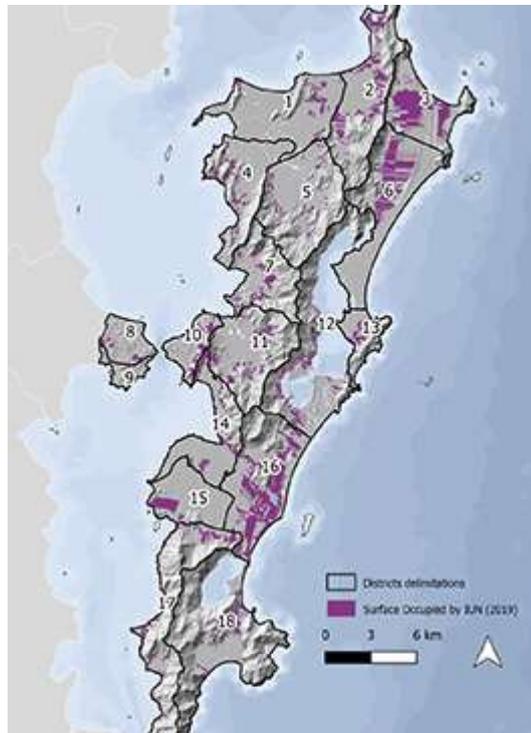
Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023a).

### Analysis of the state's role in Informal urban space production and consolidation in Florianópolis, SC

As a consequence of the significant population growth and extensive urban sprawl in Florianópolis, the prevalence of informality in land subdivisions arises, leading to a lack of complete infrastructure, public spaces, and central facilities in these areas. According to data from the Municipality of Florianópolis (2023b), in 2019, the municipal territory had an area of 3971.26 hectares occupied by Informal Urban Nuclei (IUN), spread across all 18 districts, as shown in Figure 6.

A brief visit to some of the IUN in the municipality of Florianópolis reveals the semblance of formality in their treatment by the public authorities: wide roads, road pavement, pedestrian sidewalks, water distribution, urban drainage, household waste collection, public lighting, electricity distribution, and traffic signs are some of the facilities that are practically standard in many IUNs in the municipality, as depicted in Figure 7. This semblance becomes even more apparent when analyzing certain municipal data: address and building numbering, property registration, taxation, and even the issuance of construction permits are services commonly provided to informal settlements in Florianópolis, SC.

Figure 6 – Surface occupied by Informal Urban Nuclei (IUN) in the municipality of Florianópolis and administrative districts delimitation



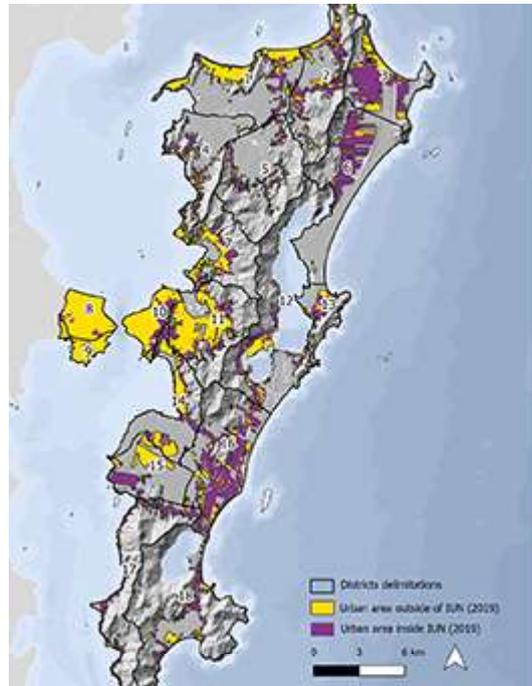
Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023b).

Figure 7 – Tomás José Oliveira Lane, located in an Informal Urban Nucleus in the Rio Vermelho district, Florianópolis, SC



Source: Google Street View, 2023.

Figure 8 – Urban area outside of IUN and inside IUN in Florianópolis by district in the year 2019



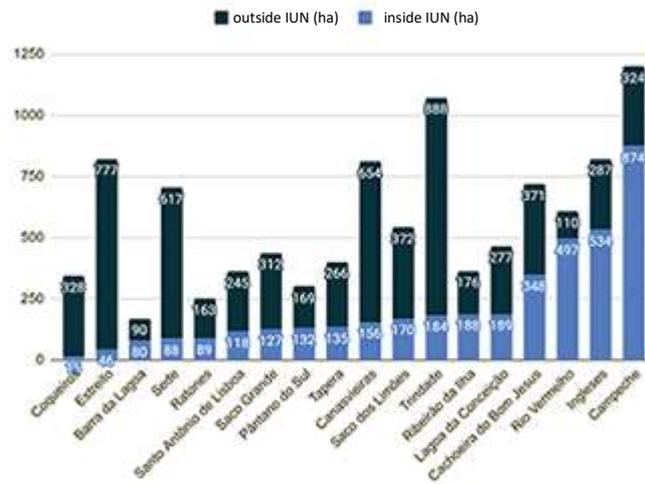
Source: Author's own work, 2023.

Informality is prevalent in the municipality, and in some districts, the majority of existing urbanization is in the informal sector. Figure 8 depicts the overlay of the municipal urban area with the coverage of informal urban nuclei, by district, in Florianópolis, SC. Following that, Figure 9 provides district-wise data on the total area (in hectares), the surface area of the urban patch (in hectares),

the surface area of the urban patch in relation to the district area (in percentage), the surface area of IUN (in hectares), and the surface area of IUN in relation to the urban patch of the district (in percentage).

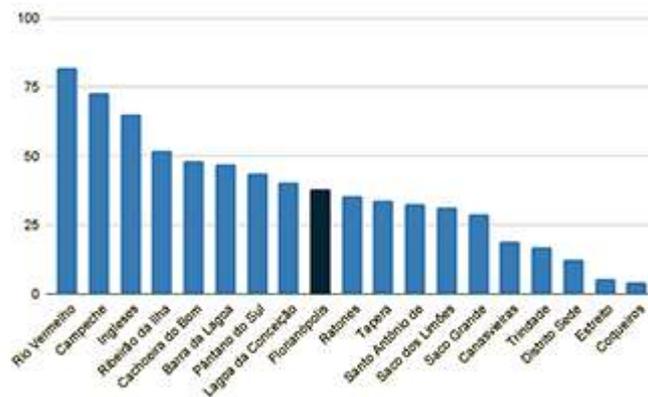
The Figure 10 displays the districts to scale, with the surface area of IUN in relation to the urban area within each of them.

Figure 9 – Urban area in IUN and outside IUN by district in Florianópolis in the year 2019



Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023b)

Figure 10 – IUN in relation to the urbanized area, by district, in Florianópolis in the year 2019

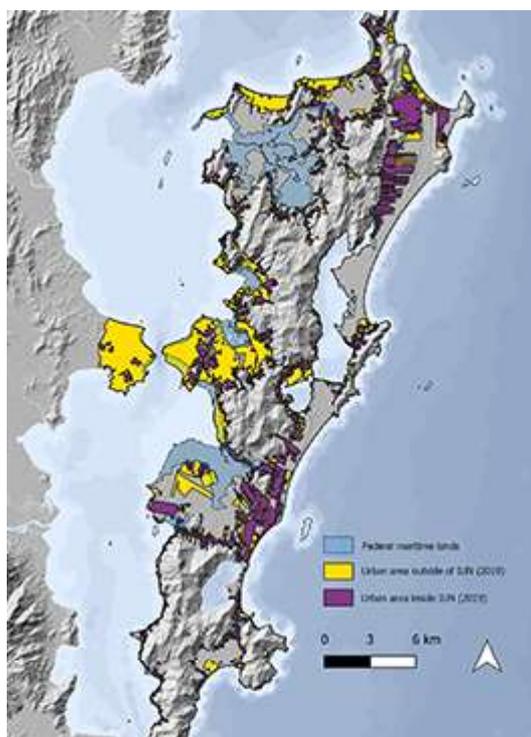


Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023b)

The municipality's insular condition is important to highlight, with 97.23% of its territory being on an island according to IBGE. Figure 11 and Table 2 present the relationship between the urban area, federal maritime

areas, and IUN. It can be observed that just over 10% of the urbanized area is located on federal maritime lands, and the majority of these (82.45%) are outside the IUN.

Figure 11 – IUN in relation to the urban area and federal maritime lands in Florianópolis (2019)



Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023b).

Table 2 – IUN in relation to the urban area and federal maritime lands in Florianópolis (2019)

	Area (ha)	(%)
Federal maritime lands (total)	5.657,09	–
Urbanized areas	10.399,16	100,00
IUN	3.971,26	35,43
Federal maritime lands in urbanized areas	1.067,67	10,27
Federal maritime lands in IUN	187,34	01,80

Source: Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023b).

Therefore, despite the predominantly insular nature of the territory, there doesn't seem to be, at first analysis, a connection between public property ownership and informal settlements.

In 2019, informal settlements in Florianópolis represented more than 80% of the urban occupied area in the Rio Vermelho district, over 70% in Campeche, and more than 65% in Ingleses – areas that also experienced the largest increases in urban expansion in recent years, as observed in Figures 4 and 5. It can be assumed that horizontal urban expansion in Florianópolis mainly occurs informally. This observation is reinforced by the fact that the districts with higher levels of consolidation, where the urban area covers approximately 90% or more of their territory – Coqueiros, Estreito, and Sede – are also the three districts where the contribution of informal settlements to the urban area is lower.

To understand the role of the public entity in the production and consolidation of informal settlements, two aspects were analyzed for which data was available. The first aspect examined was the issuance of building permits in informal settlements. In a second phase, the implementation of community facilities such as education, health, leisure, and public transportation in the same areas was studied.

a) *Building permits*

The licensing of construction through the issuance of building permits is a treatment that is expected to be given only to formally approved lots. However, in the case of Florianópolis, it is also given to lots in the informal market, provided that the owner presents a declaration of possession, the model of which can be found on the website of the Municipal Secretariat of Housing and Urban Development (2023c) (Figure 12).

Figure 12 – Ownership declaration model required by the municipality for licensing of construction, in case of absence of formal property documents

The form is titled "DECLARAÇÃO" and is used for ownership declaration. It includes the following fields and sections:

- Owner information: Name (Nome), Address (Endereço), and City (Cidade).
- Property information: Lot number (Número do lote), Area (Área), and Perimeter (Perímetro).
- Declaration statement: "A presente declaração é expressão da verdade." followed by a date field (Data).
- Signature line: "Assinatura (proprietário)" and "Assinatura com firma reconhecida em cartório".

Source: PMF (2023c).

For this research, we obtained the list of construction permits issued between 2002 and 2021 from the Municipal Department of Urban Development (Florianópolis 2023d) and the spatialized cadastral database from the Urban Planning Institute of Florianópolis (Ipuf, 2023). The permits were spatialized by directly matching the cadastral registration numbers listed in the permits with the

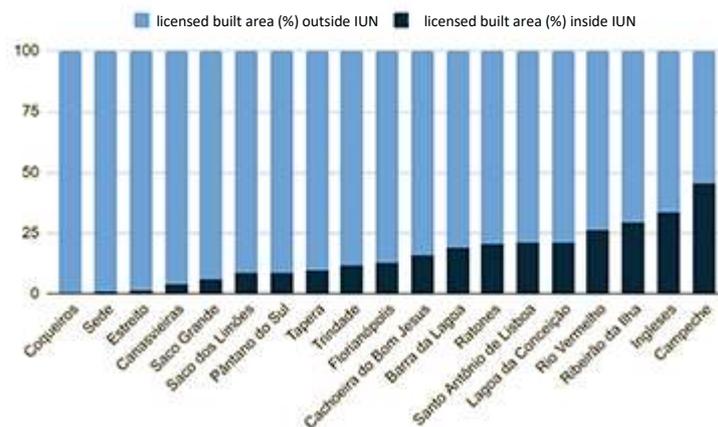
cadastral database. In cases where no match was found, geocoding was performed based on the addresses listed in the permits using the Google Maps platform. The data resulting from the spatial overlay of the permits with the informal urban areas are presented in Table 3 and Figure 13. The evolution of these permits over the years is shown in Figures 14 and 15.

Table 3 – Building permits issued by the municipality of Florianópolis between 2002 and 2021 inside and outside informal urban areas (IUN)

	Inside IUN	Outside IUN
Number of permits	4.872 (26,61%)	13.437 (73,39%)
Total licensed area	213 ha (12,92%)	1.436 ha (87,08%)
Average licensed area per constructio	475,98m <sup>2</sup>	1.148,09m <sup>2</sup>

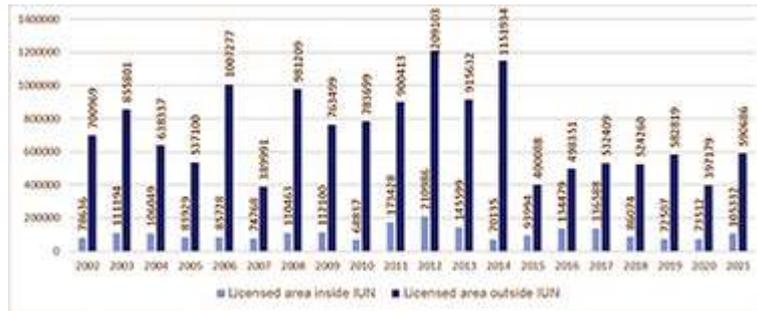
Source: Author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMF (2023d).

Figure 13 – Percentage of licensed built area by the municipality of Florianópolis between 2002 and 2021 inside and outside the IUN by district



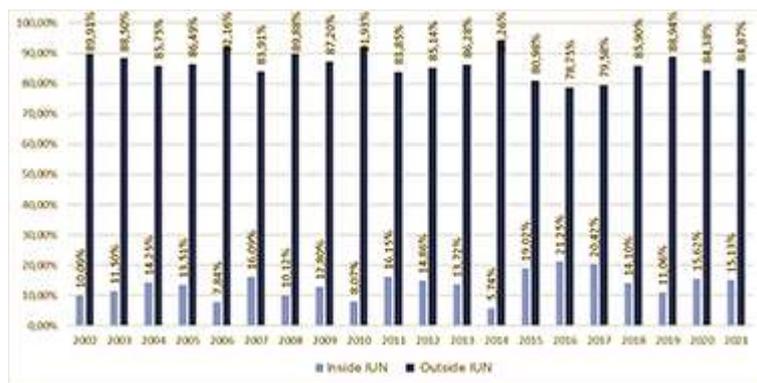
Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMF (2023d).

Figure 14 – Volume in square meters (SQM) licensed through building permits issued by the municipality of Florianópolis between the years 2002 and 2021 inside and outside the IUN



Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMH (2023d).

Figure 15 – Percentage of licensed construction through building permits issued by the municipality of Florianópolis between the years 2002 and 2021 inside and outside the IUN



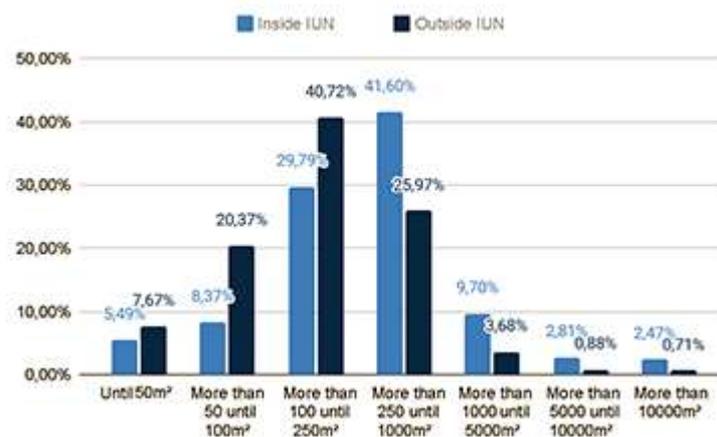
Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMF (2023d).

According to these data, between 2002 and 2021, one out of every four building permits issued by the municipality was for constructions in areas without urban regularization, and nearly 13% of the entire licensed construction volume during that period occurred in these areas. Data segregation by year revealed that this practice is consistent and recurrent over the last two decades: in almost every year studied, the licensed volume on irregular areas ranged between 7% and 20%, with no significant specific trends in any particular time frame.

The analysis of the size of buildings covered by construction permits in the municipality of Florianópolis (Figure 16), grouping permits issued for properties located

within Informal Urban Nuclei (IUN) and those issued for properties outside IUNs, reveals that among permits in informal areas, those up to 250m<sup>2</sup> are more prominent. In contrast, among permits in formal areas, those exceeding 250m<sup>2</sup> are more significant. The explanation for this could lie in the restrictions imposed by informality: properties without proper registration cannot be the subject of real estate incorporation and, consequently, financing. Therefore, construction costs must be borne directly by the owner, and the establishment of potential residential or commercial unit condominiums lacks legal basis. Consequently, the trend is for constructions to be single-family, and their built-up area is limited.

Figure 16 – Size of buildings (m<sup>2</sup>) covered by construction permits in Florianópolis, Santa Catarina – inside and outside IUN



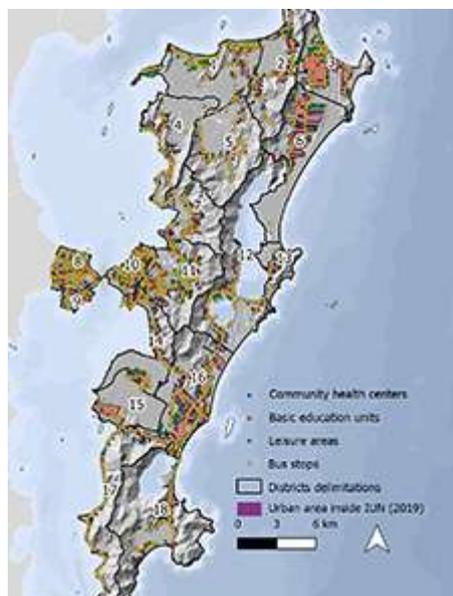
Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMF (2023d).

b) *Community and leisure facilities*

The analysis of the state's involvement in providing community and leisure urban facilities focused on four areas as a sample selection: education, health, leisure, and public transportation. For education, the location of all public municipal and state educational institutions was obtained from PMF (2023e), and only basic education units were selected as the sample. For health, only municipal health centers were sourced from PMF. In the leisure

areas, the location and polygonal boundaries of all consolidated public leisure areas – those equipped with leisure facilities – were identified. The available leisure area was calculated within each polygon and converted into a point, located at the centroid of each polygon. For public transportation, the locations of municipal bus stops were obtained from the municipality. In all four studies, equipment availability was verified by administrative district and for the IUN by administrative district, as shown in Figure 17.

Figure 17 – Distribution of community health centers, basic education units, and leisure facilities across the districts and Informal Urban Nuclei (IUNs) in Florianópolis, Santa Catarina



Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMF (2023e).

If the hypothesis posited, suggesting that the state's involvement in IUN aims to consolidate irregular occupations, is correct, then one would expect leisure facilities to be the least prevalent in NUIs. This is because their usage is neither daily like education and

transportation facilities, nor fundamental like healthcare facilities. The presence of leisure facilities does not have the same capacity to consolidate an occupation as the other types of facilities. The results presented in Figures 18 to 25 confirmed the expected hypothesis.

Figure 18 – Municipal health centers per district inside and outside IUN

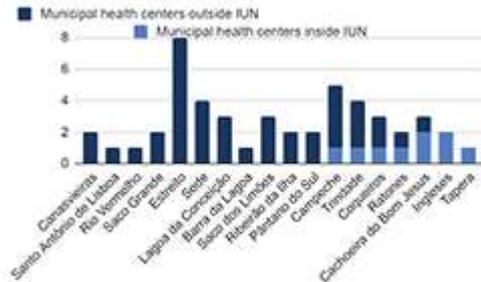


Figure 19 – Municipal health centers inside and outside IUN in Florianópolis



Figure 20 – Municipal and state basic education units per district inside and outside IUN in Florianópolis

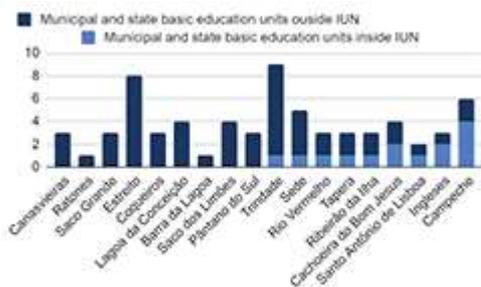


Figure 21 – Municipal and state basic education units inside and outside IUN in Florianópolis

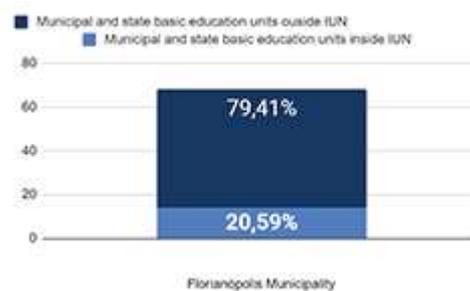


Figure 22 – Hectares of consolidated leisure area per district inside and outside IUN

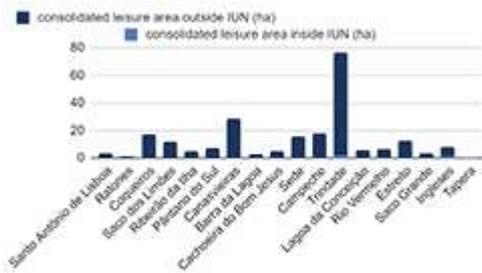


Figure 23 – Hectares of consolidated leisure area inside and outside IUN in Florianópolis

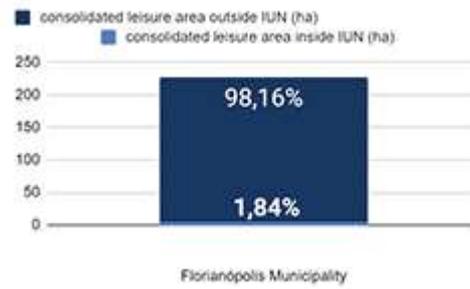


Figure 24 – Bus stops per district inside and outside IUN

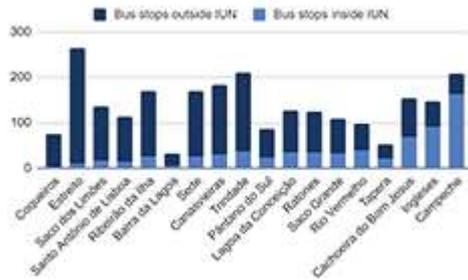
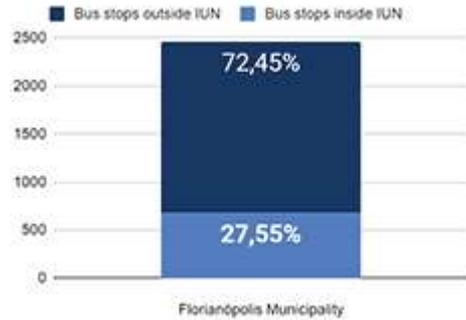


Figure 25 – Bus stops inside and outside IUN in Florianópolis



Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023b), PMF (2023e).

## Conclusions and recommendations

From the analyses conducted, it is evident that the tolerance for informal occupation by the government varies non-uniformly, depending on the analyzed indicator and the territorial scope within which the IUN is located. Figure 26 illustrates the indicators analyzed at the municipal scale.

The large number of licensed constructions in IUN supports the hypothesis raised by the following aspects:

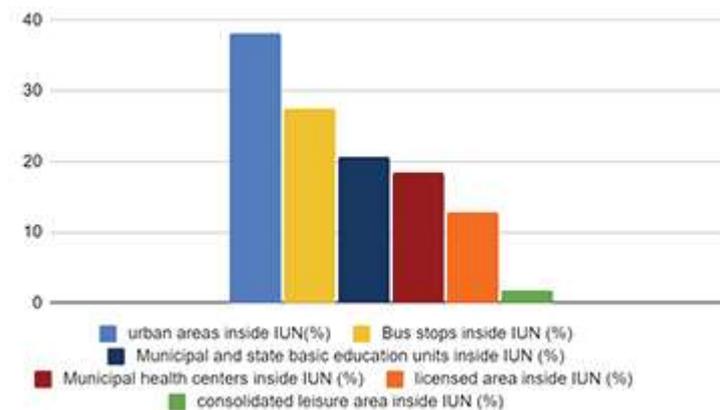
1) the licensing of a building is a very strong indication of ownership over the licensed land. Such ownership, even if

not formally converted into property, can provide some legal security against possible eviction actions;

2) the presence of a licensed building adds exchange value to the property and, therefore, contributes to preventing the existing occupation from being easily abandoned.

As observed, the restriction on licensing in NUI areas is much more linked to registration limitations than the lack of formal ownership. Although the percentage of licensing in NUI areas is small when compared to the percentages of bus stops, basic education, and basic health services, it is important to emphasize that this is the only service analyzed whose provision does not come from the state's initiative but from the irregular lot

Figure 26 – Urban area, bus stops, education, health, permits, and leisure areas inside IUN in Florianópolis



Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023a), PMF (2023b), PMF (2023d).

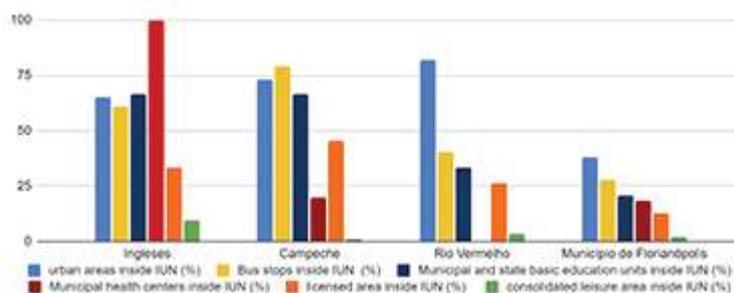
occupant themselves. Furthermore, due to the nature of irregular occupation, it is expected that most buildings do not have any licensing. However, the fact that the state is willing and does, in fact, open the possibility for licensing works in irregular areas, on its own, can serve to support the hypothesis.

Regarding the urban facilities analyzed, which are indeed initiatives of the state itself, there is a noticeable greater concern from the state in ensuring access to public transportation, education, and healthcare in informal settlements, and a lesser focus on providing leisure areas in IUN. When examining, by district, the percentage of leisure areas in IUN, it remains almost negligible. Figure 27 illustrates the three districts where the surface area of IUN is most relevant concerning their urbanized area (above 60%) – Ingleses, Campeche, and Rio Vermelho – and the distribution of bus stops, educational units, healthcare facilities, and licensed area in each of them and in the municipality.

With a few exceptions, the pattern repeats itself: bus stops, education, and health facilities are present, licensed constructions, and almost no leisure areas. Regarding the absence of health facilities in the IUNs of Rio Vermelho, one service unit was found outside the IUN in the district, and two others were present in the neighboring district, prompting a more in-depth qualitative analysis of this service to assess its effectiveness.

It is crucial to revisit Lefebvre's dialectics (2006), mentioned in the introductory section of this study, to explain the role of the state. As observed, the state's actions are fundamentally contradictory: while it establishes a series of norms and laws governing territorial organization ('castration,' 'crushing,' and 'stable center of societies and spaces,' in Lefebvre's own terms (*ibid.*, p. 45)), it actively works to consolidate occupations that have not undergone legal scrutiny (subversive violence as a response to the violence of power). The state's own efforts in

Figure 27 – Urban area, bus stops, education, health, permits, and leisure areas inside IUN in the districts of Ingleses, Campeche, and Rio Vermelho, as well as in the municipality of Florianópolis



Source: author's own work, 2023. Data: PMF (2023a), PMF (2023b), PMF (2023d), PMF (2023e).

implementing infrastructure and facilities are also contradictory: it is efficient in establishing bus stops, basic educational units, health centers, and even in licensing buildings, but it is inefficient in providing green spaces or high-quality recreational and leisure areas to the informal city.

This contradiction can be explained: if the state's role is merely to consolidate these occupations as a response to its own inability to provide formal properties at affordable prices and to lift a considerable portion of its population out of poverty, as suggested in the introduction of this article, then it is expected that existing public policies in the IUNs have the sole aim of consolidating them, either through legal security or by ensuring access to public transportation (even if precarious) and basic community facilities that enable the population to work (daycares, basic schools, basic healthcare). Beyond consolidation, a desirable role for the state in these areas should involve land regularization policies, the inclusion of

high-quality parks, squares, and green spaces, ensuring walkable and accessible sidewalks, safety measures, and other services that are typically reserved for regular areas of the city.

As follow-up steps for this research, it is suggested to delve deeper into the study by including variables such as income and land value, which can explain differences like the ones observed in the Campeche district, where, despite a high informality rate, there is a greater state presence in indicators like bus stops, education, and permits than those observed in the Rio Vermelho and Ingleses districts. Another analysis, as a continuation of this research, would involve urban facilities such as drainage, sewage collection, water and power distribution, and public lighting, considered essential by the federal law n. 6.766/1979 (Brazil, 1979). These would be compared to other facilities whose importance is not recognized as essential by federal law, such as sidewalks, traffic signals, road paving, or urban tree planting.

**[I] <https://orcid.org/0009-0002-3776-5325>**

Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, SC/Brasil.  
pedrojcastelhano@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0009-0008-1636-1499>**

Pesquisador autônomo. Florianópolis, SC/Brasil.  
maira.maciorowski@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0009-0007-5807-4095>**

Pesquisador autônomo. Florianópolis, SC/Brasil.  
elisabeck@gmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by the authors themselves.

## References

- BRASIL (1979). Lei federal n. 6766, 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 20 de dezembro.
- \_\_\_\_\_. (2017). Lei federal n. 13465, 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 8 de setembro.
- COCCO, R. G. (2016). *Transporte público e mobilidade urbana: contradições entre políticas públicas e demandas por mobilidade na Região Metropolitana de Florianópolis-SC*. Tese de doutorado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- GONÇALVES, R. S.; BAUTÈS, N.; MANEIRO, M. (2018). A informalidade Urbana em Questão. *O social em questão*, ano XXI, n. 42, pp. 9-26.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais – Informações territoriais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 27 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2022). Censo Demográfico 2022: Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 27 jan 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010). Evolução urbana e espraiamento na região metropolitana de São Paulo. Textos para discussão. Rio de Janeiro, n. 1481.
- \_\_\_\_\_. (2022). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília.
- IPIUF – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (2023). Cadastro imobiliário urbano. Florianópolis.
- LEFEBVRE, H. (2006). *A produção do espaço*. (do original: La production de l'espace. Paris, Éditions Anthropos, 2000).
- MARICATO, E. (2003). Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, n. 17, pp. 151-167
- \_\_\_\_\_. (2009). "Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada". In: WANDERLEY, L. E.; RAICHELIS, R. (org.) *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo, Educ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF (2023). Lei complementar n. 736, 2 de janeiro de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo municipal de Florianópolis, reestrutura os cargos e funções gratificadas, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Florianópolis-SC, Diário Oficial do Município de 2 de janeiro.

\_\_\_\_\_ (2023a). Dados sobre evolução da mancha urbana. Florianópolis, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana.

\_\_\_\_\_ (2023b). Dados sobre núcleos urbanos informais. Florianópolis, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana.

\_\_\_\_\_ (2023c). Declaração de posse ou propriedade. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smdu/index.php?pagina=servlistagem&menu=2&info=documentos&pg=2>. Acesso em: 10 set 2023. Florianópolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

\_\_\_\_\_ (2023d). Dados sobre alvarás de construção expedidos entre 2002 e 2021. Florianópolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

\_\_\_\_\_ (2023e). Dados sobre equipamentos comunitários. Florianópolis, Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana.

SMOLKA, M. O.; MULLAHY, L. (2010). *Perspectivas urbanas: temas críticos en políticas de suelo en América Latina*. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy.

Received: March 13, 2023

Approved: April 25, 2023



# Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção\*

State violence in the production of territories,  
informality, and protection networks

Renato Abramowicz Santos [I]

## Resumo

Este artigo toma as remoções como prisma descritivo e analítico para perspectivar a produção do espaço urbano e do conflito, a partir, sobretudo, da violência produzida pelo Estado. O texto tem como base empírica pesquisa etnográfica realizada no centro de São Paulo, onde a força do Estado se revela na realização de remoções, deslocamentos, destruição de territórios e de tecidos sociais longamente constituídos, como também na produção de informalidade e mercados informais; relaciona-se também com a articulação de redes e arranjos de proteção (habitacionais, inclusive) como respostas a essas violências. É objetivo, também, observar nessas disputas a mobilização e a instrumentalização tática e situacional das tramas institucionais, vendo como nessa movimentação conflitiva outros e novos repertórios e práticas são criados.

**Palavras-chave:** violência; remoção; precariedade; informalidade; território.

## Abstract

*Based on violence originated by the State, this article describes and analyzes evictions to put the production of urban space and conflict into perspective. The text's empirical basis is an ethnographic study carried out in the central area of São Paulo, where the State's strength is revealed through evictions, displacements, destruction of territories and long-established social fabrics, and production of informality and informal markets; it also approaches the articulation of networks and protection arrangements (including housing) as responses to this violence. Another objective is to observe, in these disputes, a tactical and situational mobilization and instrumentalization of institutional webs, analyzing the process of creation of repertoires and practices in this movement marked by conflict.*

**Keywords:** violence; eviction; precariousness; informality; territory.

## Introdução

A incerteza de viver na iminência de ser removido, na “ameaça de deslocamento” (Yiftachel, 2020; tradução livre), funda uma experiência social e urbana, um modo de vivenciar a “cidadania urbana contemporânea” (ibid.), desprovida da promessa ou referência normativa de uma futura estabilidade e segurança nos modos de habitar e viver. A condição de ameaça, como uma experiência expandida e sistêmica, que se prolonga no tempo, ultrapassa em abrangência e impactos o evento e ato político de remoção em si (ibid.). A indeterminação, portanto, tem efeitos que transbordam os limites territoriais dos espaços afetados pela condição de transitoriedade permanente (Rolnik, 2015; Villela et al., 2019; Santos, 2019), na medida em que condiciona, também, as vidas e as trajetórias urbanas de seus moradores. Essa condição de indeterminação e de ameaça passa a reger tanto as vidas desses sujeitos e de suas famílias, quanto os modos de acesso a – e a própria produção de – espaços de moradia, circuitos de trabalho e de sociabilidade, mobilidades e percursos urbanos.

Para apreender esses processos, faz-se necessário, nos termos de Schiller e Çaglar (2015), reter a “escala urbana” como plano analítico que possibilita trabalhar os pontos de convergência e colocar em perspectiva, a partir das materialidades urbanas (redes e infraestruturas urbanas) e de uma experiência social mais ampla e partilhada de precariedade, os diferentes grupos sociais sujeitos a processos de deslocamentos socioespaciais e seus percursos – tomados como analisador dos modos operatórios e situados de expulsão e deslocamento. Na produção dos espaços urbanos contemporâneos pós ou neocoloniais das

idades do Sul, mas cada vez mais presentes e disseminadas nas do Norte Global, as políticas e dinâmicas de despossessão, deslocamento e ameaça permanentes são estruturantes, e não podem ser lidas e compreendidas de forma desracializada (Yiftachel, 2020; De Genova e Roy, 2019).

Dadas a escala e a centralidade das “expulsões”, compreendidas como categoria analítica e descritiva dos processos em curso no capitalismo contemporâneo (Sassen, 2014), é importante entender, de forma articulada, as dinâmicas e mecanismos que produzem deslocamentos (*displacement*), mas também a produção de formas de localização/fixação (*emplacement*) (Schiller e Çaglar, 2015 e 2018), mesmo que temporárias e precárias. As práticas de mobilidade e seus modos de ancoragem/reposicionamento (*emplacement*) supõem e constroem tanto espaços e territorialidades, quanto mediações, circuitos e sociabilidades. Esses arranjos podem ser tomados como analisadores dos procedimentos, relações sociais, agregações políticas e instrumentos disparados e envolvidos nos momentos de conflito e de remoções, como também nos processos que produzem territorializações e permanências – como tentativa e “*expectativa* de estabilidade”, que é diferente de estabilidade em si (Rizek et al., 2015, p. 302; grifo dos autores).

No cerne das formas e práticas de territorialização, está a disputa em torno do estatuto desses espaços, no seu direito de existir e permanecer e nas ameaças em torno disso. O que está em jogo por trás dessas disputas é a questão política do poder do Estado em definir o que pode ser aceito e tolerado diferenciando do que deve ser reprimido e criminalizado. A informalidade não deve ser entendida como objeto da (não) regulação estatal – uma

dimensão fora do Estado –, mas como produzida pelo próprio Estado (Roy, 2005, p. 149; tradução livre). O aparato legal e de planejamento estatal “tem o poder para determinar o que é informal e o que não é, para determinar quais formas de informalidade vão prosperar e quais vão desaparecer” (ibid.). Assim, “o poder do Estado é reproduzido por meio da capacidade de construir e reconstruir categorias de legitimidade e ilegitimidade” (ibid.).

A informalidade faz parte das práticas do Estado, portanto, ele se faz presente mesmo onde parece não estar: “não existe nada casual ou espontâneo na informalidade calculada que reveste as práticas territoriais do Estado” (Roy, 2009b, p. 82; tradução livre). Desse modo, a formalidade não é fundamentalmente separada da informalidade, como dois setores distintos e opostos (Roy, 2005, p. 148). Os processos fragmentados e difusos de urbanização não se dão na “fissura entre formal e informal; mas *dentro* da produção informalizada do espaço” (Roy, 2009b, p. 82) – fazendo com que pensemos em *diferenciações* da informalidade: distintos arranjos, espaços e práticas informais.

Concebida nesse espectro de “diferenciação *dentro* da informalidade” (Roy, 2005, p. 149), a informalidade urbana não é sinônimo de pobreza necessariamente, pois as práticas e os arranjos informais são produzidos e estão também associados à riqueza e ao poder (Roy, 2009b, p. 82). Esse deslocamento levanta uma questão política e urbana crucial: “por que algumas formas de informalidade são criminalizadas e conseqüentemente transformadas em ilegal” – e destinadas a serem removidas e destruídas – “enquanto outras gozam da sanção” – e proteção – “ou são até práticas do Estado”? (ibid., p. 83). Nessa perspectiva, podemos compreender então que as

formas de informalidade de elite são frequentemente regularizadas e legalizadas pelo Estado, inclusive por meio de processos de planejamento urbano. [...] o Estado formaliza e criminaliza diferentes configurações espaciais, autorizando e legalizando invasões de terras dos poderosos e criminalizando o habitat dos desprivilegiados. (De Genova e Roy, 2019, p. 359; tradução livre)

No Brasil e na cidade de São Paulo, ao redor dos diversos arranjos espaciais e das práticas informais populares que buscam contornar os expedientes acionados de criminalização de seus modos de vida e formas de morar, constelam-se moradores, movimentos de moradia, atores políticos e coletivos variados, com diferentes repertórios, práticas e interesses, que reforçam a heterogeneidade e a face política da produção e gestão desses espaços e de suas populações. A disputa não se dá apenas em relação às apropriações e aos usos do espaço, mas também aos modos de gestão das populações nesses espaços; e não só por parte do Estado e seus agentes, mas por esses diversos atores e repertórios que se encontram presentes e atuantes, em conflito, e também em composição e acomodações, na produção e gestão territorial desses lugares (Santos e Guerreiro, 2020).

Os espaços e modos de vida que se fazem nas zonas de indeterminação, nas várias graduações da informalidade, estando sujeitos a tantas instâncias, ordenamentos e normas – que não apenas estatais – produzem modos de subjetivação também. Nos termos de Roy (2009a), é a “governamentalidade cívica” marcada pela ambivalência que emerge do trânsito entre o legal e ilegal, entre as sujeições, acomodações e enfrentamentos que constituem também o conflito nos espaços e sujeitos produzidos para serem governáveis e o esforço de escapar

desses dispositivos e suas regulações. Nos termos de Yiftachel (2009), é a “emergência de novas subjetividades por meio da produção do espaço” (p. 240; tradução livre) por via da invenção, apropriação e transformação de táticas e estratégias de sobrevivência e enfrentamento, fazendo desses espaços também “base para auto-organização, negociação e empoderamento” (ibid., p. 243).

Enquadrando, condicionando, dando suporte, limitando, assim como servindo de referência e instrumento mobilizado nos eventos críticos e na gestão cotidiana das vidas e territórios em conflito da cidade, toda uma trama institucional forjada e disputada historicamente se faz presente e é acionada. Essa trama é constituída por um conjunto de normativas, direitos, leis, precedentes, instâncias e dispositivos institucionais, incluindo arenas de negociação e de processamento do conflito, e foi sendo construída de forma conflitiva com o tempo. Construída e conquistada a partir de mobilizações e confrontos ao longo do processo histórico, essa trama faz e constitui o Estado (Tilly, 1990). Esse “arsenal institucional” serve também de instrumento, referência e campo de novos embates nos tempos presentes – no sentido de que não é um processo acabado e estanque. O fato de essa trama nunca ser plenamente efetiva/efetivada (portanto, sempre insuficiente) e estar em constante disputa faz com que ela esteja sempre em transformação, com seus limites sendo testados e suas possibilidades (re)inventadas. E, desse modo, não só a trama está em permanente processo de re/de/construção, como o próprio Estado.<sup>1</sup>

Esses dispositivos institucionais e jurídicos, que são recursos e meios de disputas atualmente, inclusive nas tentativas de des-truição e desativação de todo esse acúmulo e

ordenamento, foram sendo construídos, formalizados e institucionalizados nos últimos 30 anos ao longo do processo de redemocratização brasileiro. Nesse percurso, garantias e direitos urbanos e ligados à moradia (entre os direitos de muitas outras áreas e dimensões) foram sendo disputados, negociados, conquistados (Rolnik, 2009), mesmo que a mobilização em torno desses direitos e reivindicações seja muito anterior, mais ampla e ultrapasse esse marco temporal.

Da Constituição de 1988 e o preceito da função social da propriedade à legitimidade conquistada pelos movimentos sociais que lutam por moradia, do Estatuto da Cidade aos Planos Diretores municipais, de processos de regularização fundiária à criação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), passando por instâncias de negociação e mediação de conflitos fundiários, espaços e dispositivos jurídicos e legislativos de processamento do conflito, como audiências públicas, conselhos participativos, consultas públicas, verbas e recursos públicos, fora toda uma série de diretrizes, orientações e normativas regulando e assegurando direitos, garantias e proteções mínimas. Todos esses mecanismos são fundamentais para conformar a disputa hoje, ao mesmo tempo que sua existência é fruto de processos históricos e sociais, que demonstram como a fabricação do Estado se dá no campo do conflito (Tilly, 1985 e 1990).

Não se trata aqui de defender e romantizar essa trama institucional ou de negar suas limitações e crise. O objetivo, neste artigo, não é fazer o balanço dessa institucionalidade (e de suas crises), mas descrever como ela é acionada e mobilizada a partir da realização de uma etnografia do conflito. O ponto não é glorificar ou se contentar com o que existe como

suficiente e concluído; mas sim entender que a distinção entre essa trama como um “código abstrato” afastado e separado da “sociedade como dimensão prática de sua aplicação” não se sustenta: “código e prática tendem a ser aspectos inseparáveis um do outro” (Mitchell, 2006, p. 176; tradução livre). Assim, o processo da produção desse repertório formal/institucional – que será referido neste artigo também como institucionalidades, em sentido amplo – é contínuo: o caráter desse conjunto não é imanente e imutável, mas vai se forjando em ato, na mobilização situacional na disputa e com distintos efeitos sendo produzidos, conforme as situações e os confrontos. Essa trama institucional também não se constitui de forma hegemônica e totalizante como se fosse o único ordenamento existente.<sup>2</sup>

Na próxima seção, o objetivo será, a partir do acompanhamento de remoções e demolições promovidas pelo Estado no centro de São Paulo, buscar descrever e reconstituir esses jogos e relações conflituosas que se realizam por meio de uma miríade de dispositivos, práticas e estratégias ordinárias, permanentes, insidiosas, que condicionam e atingem mulheres, homens e crianças, em sua maioria pobres e negras, no seu dia a dia, nos seus espaços e circuitos mais íntimos, estruturantes, assim como nos expedientes mobilizados e inventados para contornar, poder permanecer e viver. Nessas tramas minuciosas e cotidianas, estão inscritos os modos como o poder é exercido e como ele vai se fazendo e refazendo na superfície do conflito (Foucault, 2015). A partir desse caso de remoções no centro de São Paulo, será possível observar, também, como o Estado, de forma violenta, produz territórios, precariedade, mercados e a própria informalidade.

## Remoções, violências e conflito na região da cracolândia, no centro de São Paulo

Este artigo tem como base empírica pesquisa etnográfica que, acompanha desde 2017, a região dos bairros da Luz e Campos Elíseos, centro da cidade de São Paulo, nas imediações da assim chamada cracolândia, que é alvo de um projeto de reestruturação urbana de grande porte atualmente em construção. De 2017 até o presente momento, efetivou-se a remoção completa da população que morava e trabalhava em três quarteirões da região por conta da implementação de dois projetos produzidos no arranjo de Parcerias Público-Privadas (PPPs), realizadas entre o poder público e empresas e corporações privadas: um projeto habitacional que tem construído novos conjuntos residenciais na área e uma outra PPP que construiu o hospital Pérola Byington. Outros quarteirões vizinhos a esses três e populações do entorno seguem ameaçados pela continuidade e desenvolvimento das obras, assim como pela chegada de novos moradores e comércios com outro perfil e realidade socioeconômicos, assim como pelo desenvolvimento de novas dinâmicas econômicas, urbanas e sociais decorrentes de todas essas transformações.

A assim chamada cracolândia constitui-se pela presença consolidada, de forma itinerante, mas constante ao longo dos últimos anos, de uma cena aberta de uso de crack e outras drogas por uma multidão de pessoas, conhecida como *fluxo*.<sup>3</sup> Ao redor do fluxo, estabeleceu-se toda uma dinâmica e “força gravitacional” (Nasser, 2016; Mallart, 2019) de assistência, de ativismos, de políticas de gestão, controle e

repressão militar e policial, bem como também se constitui toda uma infraestrutura econômica e urbana ao seu redor – circuitos de comércio e economia urbana, assim como uma rede de acolhimento e arranjos habitacionais.

Em torno do Largo Coração de Jesus, localizado entre as estações Júlio Prestes e da Luz, um conjunto de casarões e sobrados, alguns tombados como patrimônio histórico testemunhando os tempos em que a aristocracia cafeeira construiu de forma planejada o bairro como seu local de moradia, acabou ficando abandonado, tornando-se, com o passar do tempo, cortiços, pensões e hotéis populares. Todo um mercado informal de moradia se desenvolveu para abrigar trabalhadores, na sua maioria também informais, e famílias migrantes, vindas de outros estados, principalmente do Nordeste brasileiro, ou países, sobretudo da América Latina, que se instalaram nesse território constituído na confluência e entroncamento de muitos fluxos – de pessoas, de mercadorias, de possibilidades de trabalho e viração, de circuitos de polos econômicos importantes da cidade (Santa Ifigênia, Bom Retiro, Brás) – na tentativa de fazer dessa localização um ativo, uma possibilidade e ferramenta para prosperar.

O estopim que marcou um novo capítulo na longa e antiga história de disputas (Gatti, 2015; Santos, 2019) dessa área central da cidade aconteceu em maio de 2017, na véspera da Virada Cultural. Naquele ano, o palco principal do evento em frente à estação Júlio Prestes não foi montado e, no raiar do dia, ocorreu uma grande operação militarizada e midiaticada, como costumam ser as ações realizadas “contra a cracolândia”, feitas pelo governo do Estado em parceria com a prefeitura municipal. Utilizando-se de bombas, tiros e truculência, dispersaram, prenderam pessoas e emparedaram

espaços de moradia e comércio, fazendo com que muitas dessas pessoas ficassem sem poder acessar suas casas, documentos, pertences e mercadorias, por conta da concretagem dos imóveis. Na sequência da megaoperação, o então prefeito de São Paulo, João Doria, anunciava que “a cracolândia acabou”. Dois dias depois da operação militar, a intervenção tinha continuidade com tratores da prefeitura demolindo edificações da área, gerando a imagem que sintetizaria o início da implementação do novo projeto: a derrubada de imóveis com gente dentro.<sup>4</sup> De forma autoritária e espetaculosa, tornava-se assim oficial a intenção do poder público de realizar a construção de um projeto habitacional em dois quarteirões de Campos Elíseos, justamente no perímetro em que o *fluxo* costumava estar localizado.

Rapidamente, após a operação militar e o início da intervenção e demolição públicas, organizou-se a mobilização de moradores, comerciantes, movimentos de moradia do centro, coletivos ativistas e culturais da área, advogados/as populares, ONGs e grupos acadêmicos. Por conta de os quarteirões atingidos serem demarcados pelo Plano Diretor municipal como Zeis-3 (Zona Especiais de Interesse Social),<sup>5</sup> o poder público foi obrigado – por pressão desse conjunto de atores articulados e por ação do Ministério Público e da Defensoria Pública – a constituir um Conselho Gestor como forma de garantir acompanhamento, participação social e os direitos das famílias ameaçadas de remoção durante as intervenções que, naquele momento, apenas se iniciavam nos dois quarteirões.

Um ano após o início público da intervenção nos dois quarteirões, ao longo do primeiro semestre de 2018, um terceiro quarteirão (vizinho aos outros dois) foi completamente removido e demolido por conta da implementação

de uma outra PPP, esta capitaneada pela Secretaria de Saúde do Governo de Estado, para a construção do hospital Pérola Byington. Esse terceiro quarteirão fazia parte da mesma Zeis que os outros dois e, por essa razão, houve a judicialização por parte das entidades da sociedade civil para que o Conselho Gestor fosse um só para os três quarteirões, afinal era uma mesma Zeis e os efeitos e consequências atingiram o conjunto. O poder público alegava que, como eram projetos diferentes (na PPP do hospital não havia, por exemplo, parceria e participação da prefeitura municipal), dois Conselhos Gestores distintos eram necessários, até porque as formas e as condições de encaminhar e atender as populações moradoras (e os recursos financeiros para isso) mudariam de um projeto para o outro. Na disputa jurídica, prevaleceu o lado do poder público, e dois Conselhos diferentes foram criados.

A eleição e a constituição do Conselho Gestor para o terceiro quarteirão só foram acontecer no dia em que as pessoas moradoras do quarteirão alvo da construção do hospital começaram a ser removidas – ao votarem na eleição do Conselho, ganhavam caixas de papelão para fazer a mudança. Era um dia de chuva em São Paulo, e as pessoas foram coagidas a deixarem suas casas mesmo assim. Em tese, a aprovação do projeto para a área e o atendimento da população moradora da Zeis deveriam acontecer antes de qualquer remoção ou início de obra – assistiu-se, assim, ao próprio poder público descumprir a lei; e essa não foi a primeira nem a última vez que a cracolândia testemunhou isso acontecer.

Em relação aos dois quarteirões em que se iniciou a operação em maio de 2017, a remoção da população moradora e dos comerciantes deu-se efetiva e concretamente a partir

de 2020, após a chegada da pandemia, em um momento em que não havia ainda perspectiva de vacina e que ficar em casa era o meio mais seguro de proteção ao novo vírus. No final de 2021, os dois quarteirões estavam praticamente vazios de seus antigos moradores e comerciantes, com o agravante de ter ocorrido na pandemia, com o poder público gerando aglomeração, remoções e deslocamento de população (Santos, 2021). As remoções dos dois quarteirões aconteceram também sem nenhuma transparência, comunicação e diálogo públicos com os moradores, assim como sem nenhuma reunião do Conselho Gestor ser convocada.

No acompanhamento desse processo, é preciso dar atenção a dimensão e importância do cadastro, que acaba por se constituir como política de governo de populações (Nasser, 2016), ordenando, fragmentando, segmentando de modo diferencial as pessoas, fazendo com que se dividam, concorram entre si, que queiram aderir e fazer parte, explorando suas aflições diante de suas urgências de vida. O desejo por ser cadastrado desestabiliza e enfraquece o terreno de ação e possibilidades para organizar resistências, servindo também como contenção e forma de assujeitamento. O processo de codificação e fragmentação intenso e contínuo do cadastramento faz com que a construção de unidades ou de ações coletivas mais consistentes fiquem prejudicadas, frágeis, diante do risco sempre iminente de ficar de fora ou de ser cortado das promessas e garantias que ele possibilita. Toda a trama burocrática e institucional que se desenvolve a partir do cadastro e das necessidades de controle e gestão que ele aciona evidencia também a “força gravitacional do Estado” (Das, 2004, p. 229) que enreda os sujeitos e condiciona suas trajetórias e (i)mobilidades.

Por um lado, o cadastro carrega promessas de atendimento em um futuro incerto, por outro, ele pode ser porta de entrada para algo muito concreto e material: no caso dos moradores dos dois quarteirões, o atendimento provisório de Auxílio Aluguel de R\$400,00 por mês – o que também sempre foi reconhecido pela sociedade civil nas discussões no Conselho Gestor como legítimo diante do descaso, violências e escassez de possibilidades e recursos oferecidos pelo poder público aos moradores da região. Uma das disputas por parte da sociedade civil atuante no Conselho Gestor era, no entanto, para que o auxílio provisório fosse realmente provisório, ou seja, que houvesse um atendimento definitivo de fato, porque “sem uma moradia real e permanente no fim, muitos acabam presos em um interminável estado de espera” (After Echo Park Lake, 2022a, p. 180; tradução livre). Existem, em São Paulo, inúmeras pessoas que foram cadastradas no passado com promessa de atendimento futuro e pararam de receber o atendimento provisório antes da moradia definitiva ou sofreram uma remoção novamente.

A condição de estar permanentemente em ameaça de deslocamento se funda e se sustenta na reprodução da “insegurança habitacional por meio de exclusão, expulsão e espera” (After Echo Park Lake, 2022b, p. 71; tradução livre). Essas estratégias de “oferta de moradia”, na maioria das vezes como uma promessa vaga e incerta, constituem-se como “um modo de governança da pobreza que enfraquece as proteções contra a ilegalização espacial” (ibid., p. 75). A condição de ameaça permanente de deslocamento realiza-se não “apenas” pela efetivação do deslocamento e da remoção em si; estes se constituem como momentos críticos – e traumáticos (Brickell et

al., 2017; Pain, 2019) –, mas que fazem parte de um processo e de uma experiência social e urbana mais ampla, que engloba e vai além desses eventos, e que é composta também por constantes e variados momentos de desamparo: espera por um atendimento definitivo; espera por uma promessa (muitas vezes feita pelo Estado); espera pelo fim da espera (Yiftachel, 2020; After Echo Park Lake, 2022b).

Na região dos quarteirões da cracolândia, seja por conta da alta mobilidade e circulação de pessoas, seja por conta da precariedade de muitas habitações, é possível encontrar diversos arranjos habitacionais mais baratos, nas muitas e pequenas pensões e hotéis, sem as muitas exigências existentes no mercado formal de aluguel (apresentação de documentos, fiança/fiador, contratos). Por essas razões, a remoção empreendida nesses termos pela prefeitura nessa área resulta em uma mudança para longe do centro da cidade ou para condições de moradia, no centro, ainda mais precárias, que tenham condições de pagar. Acompanhar a destruição desse tecido social – e os seus efeitos e consequências – tornou evidente também as possibilidades, arranjos e modos de vidas que existiam e se forjaram na e por meio da informalidade constituinte desse território.

Em outubro de 2021, a subprefeitura da Sé e a polícia civil realizaram uma grande operação (recorrentes na região) nos poucos imóveis dos dois quarteirões que ainda permaneciam com pessoas vivendo. Nessa operação, com a justificativa de interditar imóveis em função de laudos da defesa civil, sem apresentar nenhuma ordem ou documento oficial, muito menos qualquer alternativa habitacional, lacraram comércios e pensões que ainda funcionavam, deixando moradores da área não só sem seus

pertences, que foram emparedados dentro dos imóveis, como também sem moradia. É preciso haver um esforço de reconstituição dos agentes que promovem remoção quando falamos, por exemplo, que o “Estado remove” (há outros atores que removem para além dos agentes estatais): porque “por trás” desse “o Estado” existe uma trama heterogênea de agentes e expedientes utilizados, que se reveza, alterna, complementa, às vezes utilizando-se de decisões judiciais, às vezes sem nenhum mandado, às vezes em ações de âmbito municipal, em outras, estadual; às vezes, realizando grandes operações, mas outras e muitas vezes acontecendo de forma lenta (Pain, 2019) e exaustiva. É importante, portanto, reconstituir como o poder de remover se exerce na prática, “na ponta” e no cotidiano.

Na semana seguinte, agentes públicos e da empresa de energia Enel vieram novamente ameaçar de remoção, fechar imóveis e desligar água e luz dos poucos lugares ainda ocupados. Nessa operação, ocorreu a prisão de quatro moradores por ligações informais de luz e água, conhecidos popularmente como “gatos”. Procurando se defender e resolver a situação, uma das famílias acionou um advogado particular, ao invés da Defensoria Pública; outra família optou por seguir o exemplo, contratando também o mesmo advogado, mas sem saber dos valores que seriam cobrados, e acabou se comprometendo com um gasto além de sua condição financeira. Quando pagaram os custos da defesa, ficaram sem dinheiro até para comprar velas, afinal estavam sem luz porque tinham cortado a energia elétrica do quarteirão na operação. Alguns dias depois, mesmo sem ter condições financeiras de arcar com uma mudança e novas despesas, mas também sem ter

condições emocionais de permanecer vivendo na ameaça e assédio constantes, a família deixou o imóvel e se mudou para uma pequena ocupação em um quarteirão vizinho. Passou a dividir um único e pequeno cômodo que “chovia dentro”, o que comprova que a saída de sua antiga moradia foi para um lugar em condições ainda mais precárias.

Algumas semanas depois, ocorreu uma ação da polícia civil, Enel e Sabesp no quarteirão em que essa mesma ocupação se localiza, vizinho aos quarteirões alvos das PPPs – o que reforça a percepção de que, removidos e esvaziados completamente os três quarteirões, o raio e perímetro de intervenção (e de remoção) vão se expandir, atingindo pequenos comércios, pensões e ocupações populares do entorno. A pequena ocupação que fica nesse quarteirão não está ligada a nenhum dos movimentos organizados do centro e ela não tem nenhum responsável nem cobranças de contribuições, em uma espécie de autogestão (por acaso ou não, as condições dessa pequena ocupação são bem precárias). No dia da ação, a polícia estava assediando os moradores da ocupação, perguntando qual era a “bandeira” (movimento) e quem era o representante, fazendo uma ameaça de que, se ninguém aparecesse, eles escolheriam “no dedo” quem levariam para a delegacia. Os moradores respondiam que não tinha nenhuma liderança, não só porque era verdade, mas porque havia desconfiança em se colocar como responsável – receio justificado, afinal a cobrança por formalização/regularização significa responsabilização, inclusive, criminal, como se tem observado em várias ações atingindo ocupações no centro de São Paulo, grandes ou pequenas, consolidadas ou recentes.

Sobre a operação policial na ocupação, uma das moradoras relatou:

*Eles vieram aqui hoje de manhã, cortaram a luz do prédio ali da esquina, vieram aqui na nossa ocupação, tiraram foto do relógio... [...] eles falaram [...] que é uma operação que não precisa de mandado nem nada porque é na cracolândia, então não precisa de mandado pra nada pra eles estarem fazendo isso.*

É preciso se deter nos significados e efeitos – e no processo histórico, racial e político de sua construção e legitimação – por trás dos mecanismos que possibilitam essa violação sistemática de direitos. É como se, ao acionar cracolândia, se desativassem protocolos e garantias mínimas e legais estabelecidas. São esse processo e dispositivos (atuantes e existentes em outros espaços e territórios, como nas favelas e periferias urbanas) que devem ser pensados em diálogo com as etnografias e pesquisas cada vez mais consolidadas sobre a violência estatal sistemática contra territórios e corpos, e refletir se a chave dada por Agamben (2012) do Estado que decreta o estado de exceção, que institui o “fora da lei” para ele próprio atuar, é a ferramenta que melhor nos ajuda a explicar o que se passa nessa suspensão da ordem e/ou que ordem é esta que assim se constitui.

É importante também entender como a construção da estigmatização, da criminalização das práticas espaciais e da informalidade populares e a violência que esses processos acionam e possibilitam, atingem os territórios; assim como essa violência se territorializa em suas dinâmicas cotidianas de funcionamento. Segundo Rolnik (2015), o estigma territorial e a transitoriedade permanente, que marcam muitos bairros e assentamentos populares,

são elementos estruturantes da dinâmica política e urbana que possibilita e promove o acionamento das remoções em um contexto de disputa pela terra urbana. São territórios que se constituem em uma zona de indefinição constante e instável entre a possibilidade de permanecer e a perspectiva de expulsão e destruição (Yiftachel, 2009). O processo de despossessão possibilita e desencadeia violências, que deixam os despossuídos cada vez mais despossuídos: há uma extração de riqueza ampla e incessante decorrente desse processo de acumulação por despossessão (Harvey, 2014; Schiller e Çağlar, 2018). “Nos processos de regeneração urbana, depois dos habitantes dos bairros pobres [...] serem estigmatizados como violentos e perigosos, eles são primeiro desprovidos de serviços urbanos e depois removidos” (ibid., p. 20; tradução livre).

Essas circunstâncias e dinâmicas parecem constituir o processo histórico, social e urbano construído em torno de áreas da região da Luz e Campos Elíseos, envolvendo a assim chamada cracolândia, sustentado e legitimado também pela justificativa de “guerra às drogas” e dos efeitos raciais, urbanos e de militarização que ela aciona e implica. Nas últimas décadas e de forma mais acelerada nos últimos anos, a rede e infraestrutura urbanas e assistenciais em torno do *fluxo* e do seu entorno no bairro do Campos Elíseos estão sendo desarticuladas, interrompidas, deslocadas. Em menos de uma década, o tecido social de três quarteirões (com ameaça e possibilidade de se expandir ainda mais) foi completamente afetado, transformado, destruído. Fora as demolições e as tentativas anteriores, já concluídas ou abandonadas, que no seu acúmulo e sucessão também produzem efeitos e mudanças – por exemplo, o caso do projeto Nova Luz, que, mesmo

jurídica e politicamente derrotado, produziu demolições de imóveis e alterou terrenos na região; ou o projeto do Complexo de Dança, previsto para um terreno demolido que ficou baldio por muitos anos na área, que custou muito dinheiro dos cofres públicos para ser elaborado por uma empresa internacional, mas nunca saiu do papel.

Os projetos de intervenção e tentativas de reestruturação urbana que se concentram nessa área, é preciso reconhecer, são consideráveis em termos de magnitude e escala e ocorrem já há muito tempo. Podemos enxergar nessa história de constantes intervenções o esforço de reversão e retomada de uma região que se constituiu historicamente como marcadamente popular e negra no coração da cidade de São Paulo. Por essa mesma razão, Campos Elíseos/Luz/Santa Ifigênia (todos bairros que compõem essa região) foram sendo alvos sucessivos de políticas e tentativas de remoção, destruição e apagamentos – de modos de vida, de patrimônios materiais e simbólicos, de memórias e culturas que, desde sempre, constituíram essa parte da cidade.

Em torno dessas políticas de apagamento e perseguição, das distintas intervenções urbanas e sociais, dos projetos de “revitalização” (que sob esse nome sintetizam e revelam justamente o não reconhecimento das vidas que existem nos territórios alvos) e das políticas de gestão e controle dos corpos e espaços, que se acumulam e se sucedem nessa mesma região ao longo de décadas, configura-se o entrelaçamento de regimes com uma lógica territorial característica, na qual a violência organizada estatal se manifesta contra os pobres, assentamentos informais, pessoas desabrigadas, juntamente com o policiamento racializado de territórios não brancos (Roy et al., 2020) – policiamento

compreendido em termos de controle, gestão e repressão, que envolve evidentemente a ação (na maioria das vezes, violenta) da polícia, mas também outras práticas e braços do Estado no cumprimento dessas funções. Articulam-se, assim, as dimensões territorial e racial na constituição e funcionamento da maquinaria punitiva (Telles et al., 2020), que empreende cotidianamente uma despossessão lenta (Pain, 2019), minúscula e cruel que atinge homens, mulheres e crianças em suas infraestruturas e vidas cotidianas (Lacerda et al., 2020).

Por mais que os projetos de intervenção variem muito (sua natureza, suas escalas, seus mecanismos, objetivos, efeitos), vemos se acumular sem cessar e se sobrepor uma série de diferentes dispositivos de controle, vigilância, perseguição, aprisionamento (Mallart e Rui, 2017), que produzem deslocamentos, demolições e destruição do tecido social, que vão se alternando, se complementando, se sobrepondo no espaço e no tempo, mas sempre tendo os mesmos alvos – corpos, populações e territórios pobres e negros dessa área central da cidade. As políticas e serviços assistenciais, de triagem, de cadastro, de remoção, de atendimento provisório, as demolições, as operações policiais cotidianas (que revistam pessoas e imóveis, proibem acessos e determinam a circulação pelo espaço), as grandes operações “contra o tráfico”, no seu transcorrer e sobrepor constante ao longo das últimas décadas se materializam como um complexo e diverso arsenal, que, mesmo não planejado e elaborado em um mesmo momento, acaba por constituir um entrelaçamento e sobreposição de políticas (e de efeitos) de repressão, controle e gestão da vida, territorialmente articulados, que têm como práticas o exercício do policiamento racializado (Roy et al., 2020).

A intensidade e dimensão de tantas políticas e intervenções só podem ser entendidas diante da força e dos esforços de persistência desses mesmos corpos e territórios em resistir, permanecer e sobreviver. Para pensar em torno das tentativas de resistências e permanências possíveis, mesmo que na precariedade, é preciso dar maior atenção às redes, infraestruturas e materialidades desenvolvidas pelas populações ameaçadas e entender também por que, para atingi-las e expulsá-las, é preciso destruir essas redes.

Em termos da precariedade, Butler (2015) distingue estados distintos: há uma precariedade geral compartilhada e universal que atinge a todos, e por isso há uma dependência de todos os seres (para sobreviver e manter a vida) às redes, laços e estruturas sociais mais amplas, que são formas de minimizar essa precariedade constituinte. Contudo, para muitas pessoas, essas redes e suportes protetivos (e o acesso a elas) se constituem de modos frágeis, ineficientes e problemáticos (ibid.). Existe, portanto, uma distribuição social desigual de proteção contra a precariedade, que seria politicamente induzida. É, nessa correlação de forças e na desigualdade das relações (inclusive de proteção), que as redes podem ser concebidas: como uma rede de relações e como uma rede sociotécnica, como se refere Latour (2012), feitas de seres, artefatos, mediações, de infraestruturas e materialidades. São dessas redes que dependem as possibilidades de vida, e são essas mesmas redes (materiais, de proteção, de afeto) que são atacadas e destruídas, por vezes abruptamente, nos momentos de confronto e intervenções violentas do poder estatal. É segundo essa perspectiva e intrincadas nessas circunstâncias que as redes são também

pensadas como alianças que se forjam a partir e na precariedade (Butler, 2018), como será descrito melhor na próxima seção.

## Resistências, redes de proteção e defesa dos territórios populares

A experiência da pandemia radicalizou processos de despossessão e violências, historicamente presentes no Brasil, mas transformados e aprofundados com as crises de diferentes naturezas que eclodiram nesse período. A emergência pandêmica deixou ainda mais evidentes o papel e a importância das redes e ação de proteção, defesa e solidariedade das comunidades e territórios. As redes não surgem do nada, elas carregam acúmulos de organização e mobilização anteriores (Santos, 2020) e, geralmente, elas se articulam ou são ampliadas enquanto reação a violências do Estado (Endo e Santos, 2021).

Para descrever e aprofundar a análise, tomaremos como exemplo a atuação das redes contra remoções durante a pandemia, que evidentemente já existiam e se mobilizavam anteriormente, mas que precisaram se adaptar diante do ineditismo e gravidade da nova conjuntura. Em um primeiro momento, houve a expectativa – que se mostrou logo uma ilusão – de que, diante do agravamento da situação sanitária, econômica e social, as remoções forçadas seriam interrompidas e suspensas, ainda mais em um momento em que a vacina não estava sequer próxima de ser ainda desenvolvida e que “ficar em casa” era um dos meios de proteção mais seguros e eficazes. Logo,

novos casos e denúncias de ameaças e remoção mostraram que não só elas permaneciam, como aumentaram.<sup>6</sup>

Com a compreensão do agravamento dos casos de remoções, uma série de movimentos e entidades atuantes no tema registrou e compilou casos e ameaças no estado de São Paulo. Foi elaborada e enviada uma denúncia internacional para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, que divulgou uma manifestação, ao governo brasileiro, contra os despejos, solicitando que parassem.<sup>7</sup> Se, por um lado, os efeitos práticos e efetivos dessa declaração podem ser limitados; por outro, os esforços e mobilizações para realizar uma ação como esta fortalecem e ampliam as articulações, além de criarem fato político que serve de apoio e solidariedade a quem está resistindo e enfrentando no dia a dia e “na ponta” as angústias e sofrimentos das ameaças e remoções.

A organização foi se capilarizando e nacionalizando, ao envolver moradores atingidos e ameaçados por remoções, movimentos sociais, urbanos e rurais, entidades, coletivos e laboratórios de pesquisa, e deu origem à campanha “Despejo Zero – em defesa da vida no campo e na cidade”<sup>8</sup> (Gonsales, 2023). A articulação nacional que esses movimentos conseguiram realizar contra as remoções se assemelha a práticas que vêm se disseminando entre muitos coletivos e coalizações de defesa de direitos humanos e de denúncia contra o Estado, que vão do combate ao racismo e genocídio da juventude negra e periférica a pautas ambientais e indígenas. São estratégias de ação que combinam ativismo, mobilização, pressão e constrangimento, articulando-se e incidindo no âmbito local, nacional, mas também transnacionalmente.

Uma atuação que, rompendo a falsa dicotomia entre global e local e pensada como uma estratégia de engajamento que trabalha com múltiplas formas de soberania, poderia se enquadrar no que Roy (2005, p. 154) descreve como *scale jumping*, que talvez pudéssemos traduzir não como pular escalas, mas como jogar com diferentes escalas, soberanias e, poderíamos acrescentar, institucionalidades. Afinal, o arcabouço e os instrumentos que regulam e têm validade em uma esfera (municipal, federal, internacional) variam, assim como serão diferentes os trâmites e efeitos de se apostar e atuar em cada uma delas (elaborar um processo judicial é diferente de realizar uma denúncia internacional, por exemplo). É preciso ir adaptando e mobilizando diferentes repertórios e recursos, de forma múltipla e simultânea, conforme o trabalho e ação política estratégica se dão em e com diversas frentes de atuação, escalas e jurisdições.

Mais do que a divulgação de denúncia, há por trás dessas ações a tentativa de produzir evidências contra o Estado, contra os crimes que o Estado comete. A falta e ocultação de dados e rastros do e pelo Estado não devem ser vistas como acidental ou como uma “falha”. Das (2004) trabalha com a dimensão e efeitos “mágicos” produzidos e decorrentes da ilegitimidade do Estado, de suas práticas cotidianas, registros e “assinaturas”. Essa dimensão fantasmagórica do Estado convive e o integra junto de sua dimensão racional: ilegitimidade e racionalidade constituem o Estado simultaneamente e daí também sua força e poder, em alternar, (se) confundir e jogar com essa ambivalência e imprecisão. O trabalho e atuação das redes sociotécnicas de apoio e de proteção consistem, muitas vezes, em ter que

lidar e enfrentar justamente os efeitos “mágicos” dessa ilegibilidade, tentando desvendá-la, reconstitui-la, evidenciá-la.

Produzir evidências contra o Estado e apresentá-las em instâncias e arenas que ele não controla,<sup>9</sup> na tentativa de implicá-lo e responsabilizá-lo, é uma estratégia possível (entre outras que podem ser paralela e simultaneamente acionadas) de recorrer a formalidade, formalização e institucionalização – no sentido, de acionar e instrumentalizar a trama institucional (leis, direitos, normativas, arenas e instâncias de mediação e processamento do conflito, inclusive, internacionais) – contra o próprio Estado. Ao mesmo tempo que se busca e recorre a essas institucionalidades enquanto meio (entre outras estratégias e repertórios políticos que também podem e são acionados), elas também são tensionadas enquanto novas possibilidades são experimentadas na busca por superar as limitações do formalismo institucional.

O empreendimento de produzir provas contra o Estado é trabalhado teórica e empiricamente por Weizman (2017). A elaboração desse processo deixa claro que essas evidências só podem se produzir em rede: é a rede sociotécnica (Latour, 2012) produzindo fatos, pois uma foto, vídeo ou áudio de celular sozinho não fazem a denúncia. É preciso toda uma cadeia de mediações e conexões (técnicas, inclusive), que partem dessas materialidades imediatas (a remoção em si e seu registro) e as ligam a redes maiores, das de *whatsapp* chegando até às redes jurídicas que processam e elaboram formalmente denúncias e abrem processos de investigação. A denúncia feita em uma reportagem, ou post, ou que embasa, por exemplo, um processo jurídico, é construída em um processo coletivo e contínuo enquanto percorre as mediações e conexões que ligam

diversos e distintos atores, repertórios e saberes, que na sua composição vão produzindo o fato. Assim, a denúncia, a evidência ou contra-evidência precisam ser fabricadas, não no sentido de forjadas, mas construídas, já que elas não existem por si, prontas; e essa produção se faz em rede. A esse processo de produção coletiva de fatos, tendo Weizman e a reconstituição dos rastros do Estado como referências, descrevemos como epistemologias colaborativas (Grupo de pesquisa..., 2020).

Essas redes muitas vezes se formam por conta da organização de territórios e comunidades, e a partir dessa base territorial se conectam e se ligam a outros espaços e atores, ampliando seu poder de escala e atuação – o território como plataforma de ação. Há uma movimentação que vai da capilaridade comunitária e local para fora, mas que também vem de fora para o território; escalas e vetores distintos que se cruzam, compõem-se e se reforçam em um movimento transescalar. É nessas distintas posições e no fluxo dessa movimentação (territorialização-desterritorialização) que o poder de ação dos territórios, comunidades e redes se intensifica e transforma (Santos, 2020). Muitas vezes, as iniciativas e campanhas organizadas territorialmente se forjam enquanto ações de defesa e solidariedade contra a violência e violações de direitos cometidas, sobretudo, pelo Estado.

É à luz dessas questões de redes e arranjos de proteção contra a violência política e racializada do Estado, que um elemento referente às remoções nos quarteirões de Campos Elíseos pode ser retomado: o surgimento de novas ocupações de moradia durante a pandemia, compreendidas aqui também como a materialização de práticas de amparo, proteção e esforços de permanência. Devido

às remoções dos dois quarteirões durante a pandemia, foi possível acompanhar como pelo menos cinco ocupações (três novas), nenhuma ligada aos movimentos de moradia tradicionais do centro, tornaram-se refúgio (mesmo que provisório) e estabeleceram um circuito entre essas ocupações, as pessoas removidas e o território da cracolândia, conexão estabelecida devido às circulações – e às tentativas de se fixar – decorrentes da expulsão e do deslocamento de populações.

Por mais que ocupações e a atuação das redes possam, geralmente, ter um caráter protetivo e representar materializações de esforços de amparo, existem diferenças históricas, políticas e sociais na conformação dos territórios, nos espaços habitacionais e nos grupos que os organizam e mantêm. Os agenciamentos que se produzem territorialmente são também reflexos das dinâmicas socioespaciais que constituem esses mesmos territórios; não podem, portanto, ser entendidos de modo desconectado da realidade que os produz. Por esse motivo também, as redes e ações dos territórios e comunidades não são por si e por essência virtuosas. A depender dos grupos que as organizam, elas podem, por um lado, servir de arranjos que garantem proteção à vida, mas podem, por outro lado, realizar e representar formas de exploração das populações vulnerabilizadas que vivem nesses mesmos espaços. Por gerar permanência (mesmo que frágil e temporária), possibilitam também extração. Grupos criminais controlam e produzem territórios e redes também.<sup>10</sup>

Nesse sentido, o que existe na realidade concreta do mundo social é muita heterogeneidade e diversidade em relação aos territórios, espaços e arranjos de moradia e grupos que os organizam. A realidade heterogênea e

complexa das ocupações de moradia no centro de São Paulo, por exemplo, contrapõe-se às tentativas de simplificação e homogeneização que sustentam o processo de criminalização dos movimentos organizados de moradia do centro de São Paulo, que tem operado por meio da criação de dispositivos de equivalência em torno das dinâmicas de apropriação, produção, organização e gestão populares do espaço; negando, justamente, toda a diversidade existente (Santos, Guerreiro, 2020).

Cada vez mais, e após o incêndio e queda da ocupação no edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo, em maio de 2018, isso se agravou (ibid.). Entre outros meios e expedientes que vêm sendo empregados, a categoria “risco”, recorrentemente utilizada nas áreas periféricas e ambientais (Moura et al., 2020), vem sendo mobilizada como justificativa para embasar pedidos de reintegração de posse nas áreas centrais e urbanizadas, especialmente, para ocupações de moradia (Santos, 2022; Gonsales, 2023). A categoria carrega em si, de forma constituinte, alto grau de arbitrariedade e vem justificando as remoções administrativas, que são baseadas no poder de polícia (Magami, 2020), caracterizado pela discricionariedade e autoexecutoriedade, o que resulta na realização de remoções sem ordem judicial. Mais do que descumprindo, é o próprio Estado desativando o ordenamento legal. Vemos a mobilização da categoria “risco” constituir-se como mais um expediente de criminalização da informalidade popular.

Essas ofensivas e situações de ameaça atingem todas as ocupações, não só apenas as mais recentes e precárias. Mesmo ocupações consolidadas, mantidas e organizadas por movimentos de moradia política e publicamente organizados, recorrentemente, tornam-se alvo

e têm seus recursos de manutenção e sobrevivência ameaçados e criminalizados. Para ficar em apenas um de muitos exemplos que poderiam ser dados: em 2021, coordenadores de movimentos de moradia de duas das mais antigas e consolidadas ocupações de moradia do centro de São Paulo foram presos após operação da polícia civil, em uma dessas ocupações, buscando “rota de fuga” para ladrões da região; não encontrando nenhum indício, acabaram prendendo-os por “furto qualificado de energia”, popularmente conhecido e disseminado como “gato”. Cinco dias antes, a outra ocupação dessas duas citadas havia sido invadida pela polícia militar, sem mandado judicial, com a justificativa de “buscar drogas”.

Historicamente, foi negado à maioria das ocupações acesso a redes e serviços de água e luz (Gonsales, 2023), o que se configura como mais um elemento que cria problemas e desafios cotidianos que precisam ser enfrentados e inventivamente contornados (Santos, 2019), propiciando a produção de arranjos e “gambiarras”, como também circuitos e mercados informais ou paralelos para solucionar e contornar a situação criada pelo poder público. As condições exigidas dos edifícios de moradia ocupados também não se encontram presentes em muitos dos edifícios antigos de classe média e alta do centro da cidade. A questão, já aqui apresentada e colocada por Roy (2009b), é quais são as práticas e arranjos que serão criminalizados – e os distintos regimes policiais territoriais e racializados que se vão armar em torno desses espaços e práticas.

Sabendo que “leis, codificações e regras formais têm efeitos de poder e circunscrevem campos de força” (Telles, 2009, p. 101), as situações demonstram a “gestão diferencial dos ilegalismos” – reforçando que ilegalismo difere

de ilegalidade (Foucault, 1997) –, em que as práticas e atividades, de acordo com as conjunturas políticas e correlações de força dadas em um determinado campo, serão diferencialmente organizadas e distinguidas, entre toleradas, ignoradas, consentidas e as que serão alvo e objeto de interdições, sanções e repressões (Foucault, 1997 e 2015; Telles, 2009).<sup>11</sup>

Pensando nos termos de ilegalismos e de sua gestão diferencial, pode-se então compreender melhor que, por exemplo, os usos e práticas em torno da luz elétrica (caixa de energia, “gatos”, acertos – e aqui estamos diante das mercadorias políticas que, segundo Misse (2002) demonstra, sempre se constituem na economia e nos arranjos que surgem em torno de mercados ilegais) passam a ser alvo e táticas de uma disputa mais ampla, de um campo de conflito maior que envolve as ocupações, mas que, para poder se realizar e avançar, toma como ponto de apoio práticas específicas, pontuais, em uma determinada conjuntura social e política, que vão reorganizando e determinando os caminhos e recursos por onde e por meio dos quais essas disputas vão se dar.

Ao se deslocar/ampliar estrategicamente o raio e o foco dos alvos e práticas da criminalização, muda-se e desestabiliza-se a correlação de forças nesse campo de disputa. No caso, os movimentos de moradia e ocupações são forçados a reagir, respondendo e se defendendo em termos que até então não estavam acostumados nem preparados (Santos e Guerreiro, 2020). Mas, se por um lado, os movimentos e ocupações são forçados a reagir e atuar em um campo desconhecido, em torno de questões e dinâmicas que não se atentavam ou dominavam; por outro lado, surge uma oportunidade não apenas reativa, mas produtiva também: abre-se a possibilidade de invenção para

ultrapassar bloqueios e problemas. Isso reforça a leitura que a efervescência e a potência de arranjos e práticas que as ocupações produzem são resultado e instrumento em uma disputa pela sua sobrevivência e manutenção no tempo e espaço da cidade em conflito (Santos, 2019).

Para citar um exemplo: com o incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em 2018, houve, segundo os números oficiais (contestados por serem menores do que a realidade), sete pessoas mortas e duas desaparecidas. Essa ocupação não era mantida por nenhum dos movimentos de moradia tradicionais organizados do centro. Após esse acontecimento, algumas das ocupações dos movimentos pública e politicamente organizados iniciaram um curso de brigada de incêndio dado por uma bombeira que se voluntariou a firmar e desenvolver esse projeto/parceria (Lara Júnior et al., 2022). Alguns meses depois da tragédia, um novo incêndio atingiu uma dessas ocupações, e foi justamente um morador, que havia feito o curso da brigada e seguindo as orientações que foram ensinadas, que conseguiu impedir que o acontecido se transformasse em um desastre com mortos e feridos. A criação de uma assessoria técnica dentro das instâncias do próprio movimento (ibid.) ou o desenvolvimento de técnicas e tecnologias de proteção, reforma e melhorias dos espaços (Carvalho et al., 2022) podem ser pensados nos mesmos termos: todo o dinamismo envolvendo as ocupações e os movimentos de moradia organizados, a inventividade, a construção de alianças, as novas experimentações são estratégias de proteção e, no limite, de defesa da vida e pela vida.

Assim como no caso da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra os despejos aprovada pelo STF em meio à pandemia: a elaboração de dispositivos

técnicos respeitando todo o trâmite legal nas instâncias formais em Brasília (em articulação e diálogo com partidos, mandatos/as e bancadas políticas eleitos/as, ministros do STF) não pode ser compreendida de modo descolado da dimensão e uso práticos que rapidamente passaram a ter: servir de arma nas batalhas “no terraço” para segurar, adiar e suspender remoções nas ocupações e periferias urbanas que não pararam de afligir comunidades durante a pandemia.

Também em relação ao caso das remoções nos quarteirões da cracolândia: recorrer às instâncias formais e exigir os atendimentos mínimos, mesmo que provisórios, não eram ações embasadas em uma aposta no cumprimento do rito processual ou na ilusão de que R\$400,00 resolveriam a vida de alguém; mas porque o Estado precisa se responsabilizar/ser responsabilizado. Também o auxílio provisório se torna recurso e abre um leque de possibilidades, que serão investidos na garantia de dignidade, em defesa e manutenção da vida.

Recorrer às institucionalidades é uma possibilidade (entre outras que existem e também são acionadas) de proteção, ainda mais quando se está nas condições de informalidade popular criminalizada por diferentes formas. A instrumentalização dos parâmetros que constituem a trama institucional não se dá por um mero apego burocrático ou legalista, mas porque a mobilização dos recursos e técnicas das tramas institucionais no enfrentamento de violações pode funcionar como uma barreira de contenção, impedindo ou ao menos retardando ainda mais violência (por exemplo: Carvalho et al., 2022). A institucionalidade acaba operando, em muitos casos (mesmo que de modo circunstancial, temporário, frágil), como forma de proteção (da integridade física,

inclusive) contra os distintos expedientes de criminalização mobilizados contra a informalidade popular. E também na atuação pelas bordas, brechas e na “correria”, muitas vezes é possível adaptar e recriar esses expedientes formais e institucionais e, assim, eventualmente, conseguir ultrapassar suas insuficiências, abrindo um arco novo de agenciamentos.

Contudo, do mesmo modo que as institucionalidades são utilizadas para se tentar resistir e garantir direitos e proteção, essa mesma trama também serve e legitima violações de direito, por agentes públicos e privados. Tradicionalmente, inclusive, é justamente essa trama e todas as suas instâncias e recursos que são acionados, por exemplo, para realizar remoções (Santos, 2022). Portanto, o ponto não é exaltar a institucionalidade em si, como se ela fosse “naturalmente” virtuosa ou neutra; mas demonstrar como ela é instrumento de/na disputa e como vai ganhando dimensões, contornos e produzindo efeitos, situacionalmente, ao longo e devido ao conflito.

## Considerações finais

Para além da constatação de que o conflito é constitutivo da história urbana, torna-se importante também fazer marcações mais situadas de tendências novas em jogo. Em relação aos casos empíricos que foram aqui descritos, há dois pontos importantes para se destacar como dinâmicas recentes que apontam para especificidades dentro dessa longa história conflitiva que inscreve a violência do Estado em sua relação com a informalidade popular, produção de territórios e de redes de defesa e proteção.

O primeiro ponto diz respeito à produção da precariedade a partir dos processos de despossessão e predação vigentes. Não que a violência e a precariedade não fizessem parte dos eventos de remoção e deslocamentos historicamente, mas existem dinâmicas e arranjos que se dão de modos distintos do que se deram no passado. São transformações da produção e gestão da precariedade e do papel do Estado – e da violência do Estado – na estruturação e territorialização de mercados e espaços urbanos.

Para ficar no caso de remoção e destruição de uma área popular e antiga do centro da cidade para a construção de PPPs entre iniciativa privada e Estado: por um lado, uma modelagem e arranjo público-privado, atrelado a uma engenharia financeira e circuitos de finanças; por outro, a produção e intensificação de remoções, de mercados informais de moradia e de precariedade. A construção de torres habitacionais e a remoção e demolição do tecido social anteriormente existente têm como efeitos (para além de uma ampliação do estoque imobiliário via PPP) a expansão da condição de precariedade e da informalidade que não é só induzida pelo Estado, mas também é produzida por ele, lastreada via política pública (Guerreiro, 2020). É o Estado não só impulsionando e dando suporte (inclusive, financeiro) à informalidade, como produzindo também (junto de outros agentes) o próprio mercado informal. E como historicamente acontece: a expansão e produção de novos mercados são um processo brutalmente violento.

Tem-se estabelecido o nexos entre a violência e (produção/expansão de) mercado – com o Estado agente promotor de ambos (Tilly, 1985). É isso que é possível vislumbrar: a violência

política produzindo mercados – novos e formais, como é o caso dos apartamentos das torres da PPP, ao mesmo tempo que há a expansão e produção de novos arranjos e circuitos informais de moradia, monetarizados, seja pelo entrelaçamento e atravessamento com outras atividades e mercados informais, seja porque irrigados e “turbinados”, por exemplo, pelo dinheiro oferecido pela prefeitura nos casos de remoção, o Auxílio Aluguel.

Nesse caso, a política pública do Auxílio Aluguel – que, no fundo, é uma política pública de remoção – funciona não só como indexador de valores nos mercados informais de moradia, ocupações e pensões, entre outros espaços; como também, na sua existência e funcionamento em si, ela articula e transaciona o formal e informal (e ilegal, em alguns casos), produzindo uma relação e conexão diretas (nesse caso, via Estado, mas com a participação de outros muitos grupos privados, mais ou menos organizados) entre violência, política pública e mercados. A produção da informalidade revela-se não como terreno e práticas que se forjam fora do Estado, de forma não regulada, de baixo para cima apenas, mas sim como própria das “estruturas de poder”, com o Estado constituindo-se ele próprio como uma “entidade informalizada”, que usa a informalidade como instrumento de acumulação e autoridade (Roy, 2009b, p. 81).

O segundo ponto que parece revelar dinâmicas novas diz respeito às redes de apoio e resistência às remoções, que são operadas em circuitos e cruzamentos que antes não aconteciam nos termos atuais ou, pelo menos, não na mesma velocidade e escala. Tais redes se apoiam nas tramas e espaços institucionais e jurídicos conquistados e instrumentalizam-nos

na tentativa de reativar os sentidos democráticos e emancipadores inscritos nas disputas que os originaram. Fazem uso estratégico da lei – do mesmo modo que o Estado também o faz.

Na ativação das redes de apoiadores nos momentos de emergência e de processamento (institucional, político, jurídico) do conflito, temos dimensão da amplitude que elas adquirem, de sua heterogeneidade e de seu poder de ação transescalar, conectando as “ruas” aos espaços institucionais, legislativos (em suas três esferas), mas também a espaços e coletivos internacionais; ligando lideranças de movimentos populares, moradores de ocupações e assentamentos populares, ativistas de direitos humanos, advogados/as populares, urbanistas e assessorias técnicas, pesquisadores, artistas, agentes e coletivos de cultura e de saúde, jornalistas, midiativistas, parlamentares e bancadas coletivas/ativistas. São distintas as atuações e repertórios conectados, acessando a trama e espaço institucionais estabelecidos, mas também buscando construir outros.

Os direitos, instrumentos e arenas de negociação e regulação institucionais servem de horizonte para a real efetivação das promessas que esse mesmo conjunto anuncia, assim como seu uso e referência podem servir como ferramenta nas disputas contra as violências de agentes estatais ou não. Entre outros caminhos e estratégias de ação que também são simultaneamente acionados, o recurso às institucionalidades serve como tentativa de contornar os riscos e violências decorrentes do desamparo e da brutalidade do poder estatal. Na instrumentalização estratégica das institucionalidades, abre-se oportunidade para essa própria trama se tensionar e se refazer, na busca pela superação de suas limitações, na ampliação

de seus sentidos. Nesse processo de disputa e (re)invenção, vão se reordenando também os contornos e (re)ações do Estado, assim como o próprio campo do conflito se reconfigura. E, nas confluências, concorrências e coerções de

todas essas condicionantes e circunstâncias, realizam-se a busca e esforços constantes de pessoas comuns em construir espaços e cotidianos, garantir possibilidades de segurança, estabilidade e prosperidade.

[1] <https://orcid.org/0000-0003-4521-0354>

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia. São Paulo, SP/Brasil.  
renato.abramo@hotmail.com

## Notas

\* Este texto é fruto de pesquisa de doutorado em andamento, financiada pela Fapesp (Processo n. 2020/02075-1), e de bolsa de intercâmbio Bepe (Processo n. 2022/06583-7). Este artigo é dedicado às pessoas que perdemos no caminho das remoções e demolições das “quadras” da “cracolândia”.

(1) Estado aqui compreendido não como aparato homogêneo e monolítico, mas como feito – e efeito – de práticas, técnicas, relações, ordenações, repertórios, movimentações (Mitchell, 2006; Trouillot, 2001). Por essa razão, para dar conta de reconstituir que Estado é esse e suas instâncias de ação, a estratégia etnográfica de descrever e analisar “os encontros com o Estado” (Trouillot, 2001).

(2) Em outros termos e análise, Feltran (2020) formula e trabalha com regimes normativos: demonstrando que não existe apenas um único e absoluto regime, o autor afirma que existem outros, e que esses distintos regimes que regulam a vida social podem conviver, de modo não harmônico e muitas vezes conflitivo, mas também em coesão e hibridização. Um regime normativo que regula espaços, modos de vida, códigos e condutas, com reconhecimento e legitimidades sociais, definir-se-ia, em última instância, pela sua capacidade (e condição) de (poder) recorrer à violência para ser reconhecido e se fazer valer. Para o autor, um outro regime normativo, além do legal/estatal, seria, por exemplo, o do “mundo do crime”.

- (3) Neste artigo, o foco não será a população que constitui o fluxo nem as muitas operações violentas que cotidianamente o tem como alvo. Em 2022, ocorreu a expulsão do fluxo dos quarteirões alvos da intervenção urbana em questão, fazendo com que sua concentração se dissipasse pelo centro de São Paulo. O ponto que interessa aqui destacar é como a implementação dos projetos de PPPs, a remoção da antiga população moradora da região e a dispersão do fluxo e seus desdobramentos fazem parte de um mesmo processo e têm relação direta. E não foi a primeira vez que demolições de imóveis e expulsão do fluxo aconteceram de forma combinada e escalada na região – esta se constituiu como uma estratégia política de intervenção e reestruturação urbana desse território.
- (4) Sobre a megaoperação: Basso (2017). Sobre a demolição com trator de imóveis com gente dentro: “Vídeo... (2017).
- (5) O Plano Diretor municipal estabelece e delimita Zeis, que são terrenos da cidade que devem ser preservados, priorizados ou destinados como moradia popular, tendo para isso que preservar ou melhorar as condições de quem já mora na área ou construir novas moradias e destinar para habitação de interesse social, em tese. As Zeis 3 são aquelas demarcadas nas áreas centrais, povoadas e dotadas de infraestrutura urbana. Em princípio, segundo também o Plano Diretor municipal, todas as intervenções, projetos e atendimentos da população que vive em uma Zeis devem ser discutidos e aprovados no âmbito de um Conselho Gestor, paritário entre poder público e sociedade civil, eleito pela população moradora da Zeis.
- (6) Marino et al. (2020). Os mapeamentos de remoções do Observatório de Remoções (OR) referem-se, sobretudo, à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). E, apesar do esforço de acompanhar e mapear os casos de ameaças e remoções feitos pelo OR, reconhecemos que os números que obtemos permanecem subdimensionados. Não existe uma leitura total da realidade, apenas recortes e retratos parciais e momentâneos, circunscritos temporal e geograficamente ou de acordo com a extensão das redes e parceiros estabelecidos. As remoções forçadas desde sempre têm um caráter de invisibilização, no sentido de não se ter informações precisas, de nunca se ter a dimensão exata do que está sendo feito, os procedimentos usados, para onde vão e o que acontece com os removidos, de haver sempre uma falta de rastros – nesse sentido, o trabalho de monitoramento de remoções feito pelo OR poderia se enquadrar em um esforço de produção e reconstituição de dados.
- (7) Violações... (2020); ONU... (2020).
- (8) <https://www.campanhadespejzero.org/>. A partir da atuação e incidência política e jurídica da Campanha e de parceiros em torno dela, algumas leis (municipais, estaduais, chegando até o nível federal) contra os despejos durante a pandemia foram aprovadas. Houve também a construção política e jurídica em torno da aprovação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de número 828, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu remoções no País até março de 2022. Na prática, remoções continuaram ocorrendo, mas é inegável a importância da conquista e como ela foi amplamente mobilizada e acionada como recurso e precedente pelos movimentos e redes parceiras de defesa nas disputas referentes a casos de ameaça de remoção que insistiam/insistem em acontecer.

- (9) Há uma dimensão, na relação com o Estado nos eventos de conflito, nos territórios em disputa e nos episódios de violência a corpos e populações, que é importante registrar, pois ela conforma a realidade existente contra a qual as estratégias que estão sendo descritas têm que lidar: na grande maioria das situações, o Estado se faz presente, seja como fonte de ameaça, seja como regulador e mediador. As práticas de negociações e enfrentamento recorrem também aos espaços institucionais e ao diálogo com o Estado e seus agentes – o que reforça sua “força gravitacional” e revela que a autoridade estatal é evocada mesmo ela sendo a fonte perpetuadora de violência (Das, 2004, p. 229).
- (10) Como no caso, por exemplo, das milícias do Rio de Janeiro, que entre muitos negócios e serviços desempenhados e cobrados estão envolvidos em empreendimentos habitacionais (Araújo, 2017): por um lado, as pessoas moradoras encontram abrigo e moradia; por outro, ficam submetidas a formas de extorsão em troca de “proteção” e “tranquilidade” (Araújo, 2022).
- (11) No cerne dos ilegalismos e de sua gestão diferencial, estão os jogos e usos estratégicos com a lei, entendidos não como lacunas ou falhas a serem superadas, mas em sua dimensão produtiva que estabelece e organiza as relações com a lei – seja buscando contornar, ignorar, seja buscando aplicar, reforçar ou fazendo cumprir.

## Referências

- AFTER ECHO PARK LAKE RESEARCH COLLECTIVE (2022a). Blueprint for the future: unhoused tenant organizing in Los Angeles. *Radical Housing Journal*, v. 4, n. 1, pp. 177-181.
- \_\_\_\_\_ (2022b). Continuum of carcerality: How liberal urbanismo governs homelessness. *Radical Housing Journal*, v. 4, n. 1, pp. 71-94.
- AGAMBEN, G. (2012). *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- ARAÚJO, M. (2017). House, tranquility and progress in an area de milícia in Rio de Janeiro. *Vibrant*, v. 14, n. 3, pp. 1-17.
- \_\_\_\_\_ (2022). Urbanismo miliciano, remoções públicas e fragmentação política. *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/urbanismo-miliciano-remocoes-publicas-e-fragmentacao-politica/>. Acesso em: 8 set 2023.
- BASSO, G. (2017). Megaoperação na Cracolândia pretende marcar início de reurbanização no centro de São Paulo. *Notícias R7*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/megaoperacao-na-cracolandia-pretende-marcar-inicio-de-reurbanizacao-no-centro-de-sao-paulo-29062022>. Acesso em: 8 set 2023.
- BRICKELL, K. et al. (2017). *Geographies of forced eviction – Dispossession, violence, resistance*. Londres, Palgrave Macmillan.

- BUTLER, J. (2015). *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CARVALHO, C. et al. (2022). *Propósitos, premissas, conceitos e orientações para mitigação de riscos pela melhoria das condições de segurança predial em ocupações urbanas*. São Paulo, Cajufa.
- DAS, V. (2004). "The signature of the State: the paradox of illegibility". In: DAS, V.; POOLE, D. (orgs.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe, School of American Research Press.
- DE GENOVA, N.; ROY, A. (2019). Practices of Illegalisation. *Antipode*, v. 52, n. 2, pp. 353-364.
- ENDO, A.; SANTOS, E. (2021). A gramática do risco e o papel das polícias nas formas autalizadas de gestão dos territórios populares. *Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, v. 3, n. 1, pp. 197-218.
- FELTRAN, G. de S. (2020). *The entangled city: crime as urban fabric in São Paulo*. Manchester University Press.
- FOUCAULT, M. (1997). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2015). *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo, Editora WMF, Martins Fontes.
- GATTI, S. (2015). *Entre a permanência e o deslocamento: Zeis 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- GONSALES, T. (2023). *Querem me tirar da minha casa. O papel de grupos acadêmicos nos processos de resistências às remoções forçadas na cidade contemporânea*. Tese de doutorado. Santo André, Universidade Federal do ABC.
- GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO (2020). (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na pandemia*. Rio de Janeiro.
- GUERREIRO, I. A. (2020). O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização da moradia. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 729-756.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- LACERDA, L.; HARKOT, M.; SANTORO, P.; ALHO, I.; BRITO, G. (2020). "Desposseção, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções". In: MOREIRA, F.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (eds.) *Cartografias da produção, transitoriedade e desposseção dos territórios populares*. São Paulo, Observatório de Remoções.
- LARA JÚNIOR, A. et al. (2022). *Assessoria técnica popular: a prática em movimento*. São Paulo, MSTC.
- LATOUR, B. (2012). *Reagregando o social – uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Bahia, Edufba; Santa Catarina, Edusc.
- MAGAMI, D. (2020). *Remoção de casas com base no "poder de polícia" é ilegal*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/remocao-de-casas-com-base-no-poder-de-policia-e-ilegal/>. Acesso em: 11 set 2023.

- MALLART, F. (2019). *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MALLART, F.; RUI, T. (2017). “Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas”. *Ponto Urbe*, n. 21.
- MARINO, A. et al. (2020). Remoções aumentam durante a pandemia na Grande São Paulo. *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-aumentam-durante-a-pandemia-despejozero/>. Acesso em: 8 set 2023.
- MISSE, M. (2002). O Rio como bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 12-16.
- MITCHELL, T. (2006). “Society, economy, and the state effect”. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (org.). *The anthropology of the state: a reader*. Malden, Blackweel Publishing.
- MOURA, R. et al. (2020). “Remoções em áreas de risco: repensando práticas de mapeamento com base na justiça territorial e nos saberes da comunidade”. In: MOREIRA, F. et al. (eds.). *Cartografias da produção, transitoriedade e desposseção dos territórios populares*. São Paulo, Observatório de Remoções.
- NASSER, M. M. (2016). *No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- ONU: Brasil deve acabar com os despejos durante a crise do COVID-19 (2020). *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/onu-brasil-deve-acabar-com-os-despejos-durante-a-crise-do-covid-19/>. Acesso em: 8 set 2023.
- PAIN, R. (2019). Chronic urban trauma: the slow violence of housing dispossession. *Urban Studies*, v. 56, n. 2, pp. 385-400.
- RIZEK, C. et al. (2015). “Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV- Entidades: incursões etnográficas”. In: AMORE, C. et al. (orgs.). *Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- ROLNIK, R. (2009). Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 11, n. 2, pp. 31-50.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Guerra dos lugares – A colonização da terra e da moradia nas eras das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- ROY, A. (2005). Urban informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*. v. 71, n. 2, pp. 147-158.
- \_\_\_\_\_. (2009a). Civic governmentality: the politics of inclusion in Beirut and Mumbai. *Antipode*. v. 41, n. 1, pp. 159-179.
- \_\_\_\_\_. (2009b). Why India cannot plains its cities: informality, insurgency and the idiom of urbanization. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, pp. 76-87.

- ROY, A.; GRAZIANI, T.; STEPHENS, P. (2020). Unhousing the poor: interlocking regimes of racialized policing. *The Square One Project*, pp. 1-22.
- SANTOS, E. A. (2022). *Ocupações sob ameaças: práticas e instituições judiciais na (in)definição do (in) formal na moradia migrante*. Dissertação de mestrado. Santo André, Universidade Federal do ABC.
- SANTOS, R. A. (2019). Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 783-805.
- \_\_\_\_\_. (2020). Redes e territórios: Ações de enfrentamento a processos de despossessão em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia*. Rio de Janeiro, pp. 1-13.
- \_\_\_\_\_. (2021). Prefeitura removeu dois quarteirões inteiros do centro de São Paulo durante a pandemia. *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prefeitura-removeu-dois-quarteiroes-inteiros-do-centro-de-sao-paulo-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 8 set 2023.
- SANTOS, R. A.; GUERREIRO, I. A. (2020). "Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço – e sua criminalização". In: MOREIRA, F.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (eds.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares*. São Paulo, Observatório de Remoções.
- SASSEN, S. (2014). *Expulsions – Brutality and complexity in the global economy*. Londres, The Belknap Press of Harvard University Press.
- SCHILLER, N.; ÇAGLAR, A. (2015). Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power. *Identities*, pp. 1-18.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Migrants & City-Making – Dispossession, displacement & urban regeneration*. Durham e Londres, Duke University Press.
- TELLES, V. (2009). Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder. *Revista Dilemas*, n. 5-6, pp. 97-126.
- TELLES, V.; GODOI, R.; BRITO, J.; MALLART, F. (2020). Combatendo o encarceramento em massa, lutando pela vida. *Caderno CRH*, v. 33, pp. 1-16.
- TILLY, C. (1985). "War making and state making as organized crime". In: EVANS, P. et al. *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Coerción, capital y los Estados europeos 990-1990*. Madrid, Alianza Editorial.
- TROUILLOT, M. (2001). The anthropology of the state in the age of globalization. *Current Anthropology*, v. 42, n. 1, pp. 125-138.
- VÍDEO mostra moradores atingidos por muro derrubado na Cracolândia (2017). *G1-SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/video-mostra-moradores-atingidos-por-muro-derrubado-na-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 8 set 2023.
- VILLELA, F.; ROLNIK, R.; SANTOS, R.; LINS, R. (2019). Permanent transitoriness and housing policies: inside Sao Paulo's low-income private rental market. *Radical Housing Journal*, Issue 1.2, pp. 27-43.

- VIOLAÇÕES ao direito à moradia em São Paulo no contexto de pandemia do novo coronavírus (2020). *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/violacoes-ao-direito-a-moradia-em-sao-paulo-no-contexto-de-pandemia-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 8 set 2023.
- WEIZMAN, E. (2017). *Forensic Architecture: violence at the threshold of detectability*. Nova York, Zone Books.
- YIFTACHEL, O. (2009). Critical theory and 'gray space' – Mobilization of the colonized. *City*, v. 13, n. 2-3.
- \_\_\_\_\_. (2020). From displacement to displaceability. *City*, v. 24, n. 1-2, pp. 151-165.

Texto recebido em 15/mar/2023

Texto aprovado em 15/maio/2023

# State violence in the production of territories, informality, and protection networks\*

Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção

Renato Abramowicz Santos [I]

## Abstract

Based on violence originated by the State, this article describes and analyzes evictions to put the production of urban space and conflict into perspective. The text's empirical basis is an ethnographic study carried out in the central area of São Paulo, where the State's strength is revealed through evictions, displacements, destruction of territories and long-established social fabrics, and production of informality and informal markets; it also approaches the articulation of networks and protection arrangements (including housing) as responses to this violence. Another objective is to observe, in these disputes, a tactical and situational mobilization and instrumentalization of institutional webs, analyzing the process of creation of repertoires and practices in this movement marked by conflict.

**Keywords:** violence; eviction; precariousness; informality; territory.

## Resumo

*Este artigo toma as remoções como prisma descritivo e analítico para perspectivar a produção do espaço urbano e do conflito, a partir, sobretudo, da violência produzida pelo Estado. O texto tem como base empírica pesquisa etnográfica realizada no centro de São Paulo, onde a força do Estado se revela na realização de remoções, deslocamentos, destruição de territórios e de tecidos sociais longamente constituídos, como também na produção de informalidade e mercados informais; relaciona-se também com a articulação de redes e arranjos de proteção (habitacionais, inclusive) como respostas a essas violências. É objetivo, também, observar nessas disputas a mobilização e a instrumentalização tática e situacional das tramas institucionais, vendo como nessa movimentação conflitiva outros e novos repertórios e práticas são criados.*

**Palavras-chave:** violência; remoção; precariedade; informalidade; território.

## Introduction

The uncertainty of living on the verge of being removed, on the condition of “displaceability” founded by the “threat of displacement” (Yiftachel, 2020), establishes a social and urban experience, a way of experiencing “contemporary urban citizenship” (ibid.), lacking of any promise of or normative reference for future stability and security in ways of inhabiting and living. The condition of threat, as an expanded and systemic experience, which prolongs itself over time, exceeds in scope and impacts the actual event and political act of eviction itself (ibid.). The effects of such indeterminacy, therefore, go beyond the territorial limits of spaces affected by the condition of “permanent transitoriness” (Rolnik, 2015; Villela et al., 2019; Santos, 2019), as they also condition the lives and urban trajectories of its residents. This circumstance of indeterminacy and threat governs the lives of people and families who live in these spaces, as well as their access to – and the production of – dwelling spaces, places of work, sociability circuits, and urban mobilities.

To understand these processes, according to Schiller and Çağlar (2015), it is necessary to retain the “urban scale” as an analytical plan that enables to explore points of convergence and put them into perspective, from the urban materialities (urban networks and infrastructures) and the broader and shared social experience of precariousness, to the trajectories of different social groups that are subject to processes of socio-spatial displacements – the trajectories taken as an analyzer of operational and situated modes of expulsion and displacement. In the production

of contemporary post or neocolonial urban spaces in cities of the Global South, but increasingly present and disseminated in those of the North, policies and dynamics of dispossession, displacement and permanent threat are structuring, and cannot be read and understood in a deracialized way (Yiftachel, 2020; De Genova and Roy, 2019).

Given the scale and centrality of “expulsions”, understood as an analytical and descriptive category of ongoing processes in contemporary capitalism (Sassen, 2014), it is important to understand, in an articulated way, the dynamics and mechanisms producing *displacements*, but also the production of forms of *emplacements* (Schiller and Çağlar, 2015 and 2018), even if temporary and precarious. Mobility practices and their modes of location/fixation (*emplacement*) presuppose and construct spaces and territorialities, as well as mediations, circuits and sociability. These arrangements can be taken as analyzers of the procedures, social relations, political aggregations, and instruments triggered by and involved in moments of conflict and evictions, as well as in the processes that produce territorialization and permanence – as an attempt and “*expectation* of stability”, which is different from stability itself (Rizek et al., 2015, p. 302; authors’ emphasis, translated from Portuguese).

At the heart of the different forms and practices of territorialization is the dispute over the statute of these spaces, their right to exist and remain, and the threats surrounding them. What is at stake behind these disputes is the political question of state power to define what can be accepted and tolerated, from what must be repressed and criminalized. Informality should not be understood as an object of state (non)regulation, a dimension outside the state,

but as produced by the state itself (Roy, 2005, p. 149). The state legal and planning apparatus “has the power to determine what is informal and what is not, and to determine which forms of informality will thrive and which will disappear” (ibid.). Thus, “state power is reproduced through the capacity to construct and reconstruct categories of legitimacy and illegitimacy” (ibid.).

Informality is therefore encompassed within State practices, present even where it appears not to be: “there is nothing casual or spontaneous about the calculated informality that undergirds the territorial practices of the state” (Roy, 2009b, p. 82). In this way, formality is not fundamentally separated from informality, as two distinct and opposing sectors (Roy, 2005, p. 148). Fragmented and diffuse processes of urbanization “does not take place at the fissure between formality and informality but rather, in fractal fashion, *within* the informalized production of space” (Roy, 2009b, p. 82, author’s emphasis) – prompting the consideration of the *differentiations* of informality: the different informal arrangements, spaces and practices.

Conceived in this spectrum of “differentiation within informality” (Roy, 2005, p. 149, author’s emphasis), urban informality is not necessarily synonymous with poverty, as informal practices and arrangements produced may also be associated with wealth and power (Roy, 2009b, p.82). This analytical displacement raises a crucial political and urban question: “why some forms of informality are criminalized and thus rendered illegal”, and destined to be evicted and destroyed, “while others enjoy state sanction”, and protection, “or are even practices of the state”? (ibid., p.83). From this perspective, we can understand that the

forms of elite informality are often regularised and legalised by the state, including through urban planning processes. [...] the state formalises and criminalises different spatial configurations, authorising and legalising the land invasions of the powerful and criminalising the habitat of the disenfranchised. (De Genova e Roy, 2019, p. 359)

In Brazil and in the city of São Paulo, around the different spatial arrangements and popular informal practices that seek to circumvent the procedures used to criminalize ways of life and ways of dwelling, constellations of residents, housing movements, political actors, and varied collectives can be found, with different repertoires, practices and interests, reinforcing the heterogeneity and political facet in the production and management of these spaces and their populations. The dispute does not only relate to the appropriations and uses of space, but also to the ways of managing populations in these spaces; not only by the State and its agents, but also by these different actors and repertoires that are present and active, in conflict as in composition and accommodation, in the production and territorial management of these places (Santos and Guerreiro, 2020).

The spaces and ways of life which take place in zones of indetermination, in varied gradations of informality, being subject to so many instances, orders and norms – not just state ones – also produce modes of subjectivation. In Roy's words (2009a), there is a “civic governmentality” marked by ambivalence emerging from the transit between legal and illegal, between subjections, accommodations and confrontations that also constitute the conflict in the spaces and

subjects produced to be governable and the efforts to escape these devices and their regulations. In Yiftachel's words, this is the "emergence of new subjectivities through the production of space" (2009, p. 240;) through the invention, appropriation and transformation of tactics and strategies of survival and coping, making these spaces also "as bases for self organization, negotiation and empowerment" (ibid., p. 243).

There is also an institutional fabric, forged and historically disputed, present and activated framing, conditioning, supporting, limiting, as well serving as a reference and also mobilized as a tool in critical events and in the daily management of the lives and territories in conflict in the city. This fabric is made up of a set of regulations, rights, laws, precedents, instances and institutional devices, including institutional arenas for negotiation and conflict processing, constructed over time in a conflictive way. Built and conquered through mobilizations and confrontations across the historical process, this fabric makes and constitutes the state (Tilly, 1990). This "institutional arsenal" also serves as instrument, reference and field for new clashes in present times – in the sense that it is not a finished and sealed process. The fact that this fabric is never fully effective (therefore, always insufficient) and is in constant dispute means that it is always in transformation, with its limits being tested and its possibilities (re)invented. And, in this way, the fabric is not the only thing in a permanent process of re/de/construction, but also the state itself.<sup>1</sup>

These institutional and legal devices, which are resources and means for disputes today, including attempts to destroy and deactivate all this accumulation and

ordering, have been built, formalized and institutionalized in the last 30 years throughout the Brazilian redemocratization process. Along this path, urban guarantees and rights linked to housing (among rights of many other areas and dimensions) have been disputed, negotiated, conquered (Rolnik, 2009), even though the mobilization around these rights and demands started much earlier, being broader and going beyond this time frame.

From the 1988 Constitution and the precept of the social function of property to the legitimacy gained by social movements fighting for housing, from the City Statute to municipal Master Plans, from land regularization processes to the creation and implementation of Zeis (Zonas Especias de Interesse Social; in English, Special Zones of Social Interest), including instances of negotiation and mediation of land conflicts, legal and legislative spaces and devices for processing conflict, such as public hearings, participatory councils, public consultations, public funds and resources, as well as a whole series of guidelines and norms regulating and ensuring minimum rights, guarantees and protections. All of these mechanisms form the institutional fabric and are fundamental to shaping the dispute today, at the same time that their existence is the result of historical and social processes, demonstrating how the fabrication of the state takes place in the field of conflict (Tilly, 1985 and 1990).

This is not about defending and romanticizing this institutional fabric or denying its limitations and crisis. The objective of this article is not to take stock of such institutionality (and its crises), but to describe how it is activated and mobilized by carrying out an ethnography of conflict. The point is not

to glorify or be content with the existing fabric as sufficient and complete; but to understand that the distinction between this fabric as an “abstract code” apart from “society as the realm of its practical application” does not hold: “code and practice tend to be inseparable aspects of one another” (Mitchell, 2006, p. 176;). Thus, the process of producing this formal/institutional repertoire – which will also be referred to in this article as institutionalities, in a broad sense – is continuous: the character of this set is not immanent and immutable, but forged in action, in the situational mobilization of the dispute and with different effects being produced, depending on the situations and confrontations. Neither is this institutional fabric constituted in a hegemonic and totalizing way as if it were the only existing order.<sup>2</sup>

In the next section, the objective will be, based on the research of and working with evictions and demolitions promoted by the state in downtown São Paulo – and attempts to resist to them –, to describe and reconstitute the conflictive dynamics and relationships that take place through a myriad of devices, practices and strategies which are ordinary, permanent and insidious, conditioning and affecting women, men and children, the majority of whom are poor and black, in their daily lives, in their most intimate, structuring spaces and circuits, as well as in the devices mobilized and invented to circumvent, to remain and to live. Through these minor and daily life plots, the ways in which power is exercised and how it is made and remade on the surface of conflict are inscribed (Foucault, 2015). From the case of evictions in downtown São Paulo, it is possible to observe the way the state violence produces territories, precariousness, markets and informality itself.

## Evictions, violence and conflict in the “cracolândia” region, downtown São Paulo

This article is empirically based on ethnographic research carried out since 2017 in the region of Luz and Campos Elíseos, neighborhoods in downtown São Paulo, the vicinity of the so-called *cracolândia* [could be translated as “crackland”], which is the target of a large-scale urban restructuring project, currently under construction. From 2017 to the present day, the complete eviction of the population living and working in three blocks of the region has been carried out due to the implementation of two projects produced by Public-Private Partnerships (PPPs) in which public companies and authorities work alongside with private corporations: a housing project that is building new residential complexes in the area and another PPP that built the Pérola Byington Hospital. Other blocks neighboring these ones and the surrounding populations remain threatened by the continuity and development of such work, as well as by the arrival of new residents and businesses with a different socioeconomic profile and reality, as well as by the development of new economic, urban and social dynamics resulting from all these transformations.

The so-called *cracolândia* is constituted by the consolidated presence, in an itinerant but constant way over the last few years, of a scene in which a crowd of people openly use crack and other substances, known as “fluxo”, the *flow*.<sup>3</sup> Around the flow, a whole dynamic and a “gravitational force” are established (Nasser, 2016; Mallart, 2019), attracting assistance, activism, management policies,

control and repression by the military forces as the police, producing as well an entire economic and urban infrastructure – circuits of commerce and urban economy, as well as an assistance network and housing arrangements.

Around the Coração de Jesus Square, located between the Júlio Prestes and Luz stations, there's a group of old mansions and two-storey houses, some listed as historical heritage, testifying to the times when the coffee aristocracy built the neighborhood in a planned way to be their place of residence. Over time, the elite left the downtown region to other and new areas through São Paulo's urbanization and expansion process, and the arrival and development of automobile infrastructures. These buildings ended up abandoned and became tenements and popular hotels. An entire informal housing market has developed to host workers, most of whom are also informal, and migrant families, coming either from other Brazilian states, mainly those in the Northeast, or countries, especially those from Latin America. Their option (if we can call an option) was to set in this territory constituted at the confluence and junction of many flows – of people, of goods, of possibilities for work and income, of circuits of important urban economic hubs (Santa Ifigênia, Bom Retiro, Brás) – in an attempt to make this location an asset, a possibility and tool to prosper.

The trigger that marked a new chapter in the long and ancient history of disputes in this central area of the city (Gatti, 2015; Santos, 2019) happened in May 2017, on the eve of an important, huge and yearly cultural event of the city, known as "Virada Cultural" (the "cultural turn" maybe we could translate). That year, the main stage of the event in front of the Júlio Prestes station was

not set up and, at the break of dawn, a large militarized and mediatized operation (as the actions "against *cracolândia*" usually are) took place, carried out by the state government in partnership with the city hall. Using bombs, gunshots and brutality, they dispersed and arrested individuals, and walled up living and commercial spaces, leaving many people unable to access their homes, documents, belongings and goods, due to the concrete blocking of the properties. Following this mega-operation, the then mayor of São Paulo, João Doria, announced the "end of *cracolândia*". Two days after the military operation, the intervention continued with city hall tractors demolishing buildings in the area, generating an image that would summarize the beginning of the implementation of the new project: the demolition of properties with people inside.<sup>4</sup> In an authoritarian and spectacular way, the public authorities' intention to carry out the construction of a housing project in two blocks of the neighborhood of Campos Elíseos, precisely on the perimeter where the flow used to be located, became official.

Shortly after the military operation and the beginning of public intervention and demolition, the mobilization of residents, shop owners, downtown housing movements, activist and cultural collectives from the area, popular lawyers, NGOs, and academic groups was organized. Because the affected blocks were demarcated by the municipal Master Plan as *Zeis 3* (Special Zone of Social Interest, in English),<sup>5</sup> the public authorities were obliged – by the pressure from this group of articulated agents and also by an action from public prosecutors and from the Public Defender's Office – to set up a participatory local *Zeis* council (in Portuguese,

Conselho Gestor) as a way of guaranteeing monitoring, social participation, and the rights of families threatened with eviction during the interventions that, at that time, were just beginning in the two blocks.

One year after the public start of the intervention in the two blocks, throughout the first half of 2018, a third block (neighboring the other two) was completely evicted and demolished due to the implementation of another PPP, this one led by the Department of Health of the State of São Paulo, for the construction of the Pérola Byington Hospital. This third block was part of the same *Zeis* as the other two and, for this reason, civil society entities filed a lawsuit requiring the local *Zeis* council to cover the three blocks, given that the third block was within the same *Zeis* and the effects and consequences operated as a whole. The public authorities claimed that, as these were different projects (the hospital PPP, for example, had no partnership or participation from the municipal government), two different local *Zeis* councils were necessary, especially because the forms and conditions of directing and serving the resident populations (and the financial resources to do so) would change from one project to the next. In the legal dispute, the side of the public authorities prevailed, and two different councils were therefore created.

The election and establishment of the local *Zeis* council for the third block (the one where the hospital would be built) only took place on the day that people living there began to be evicted – as they voted in the council election, residents received cardboard boxes to make their move. It was a rainy day in São Paulo, but people were forced to leave their homes anyway. In theory, the approval by the local *Zeis* council of projects for the area and the

service of the population living in a *Zeis* should take place before the beginning of any eviction or demolition; that is, the public authorities themselves failed to comply with the law – and this was neither the first nor the last time that *cracolândia* witnessed such situation.

In relation to the others two blocks where the operation began in May 2017, the eviction of the resident population and the small and popular shop owners was carried out effectively and concretely from 2020, after the arrival of the pandemic, at a time when there was still no perspective of vaccine and staying at home was the safest way to protect oneself against the new virus. At the end of 2021, the two blocks were practically empty of their former residents and shop owners, with the aggravating factor of it having occurred during the pandemic, which means public authorities generated agglomeration, evictions, and population displacement (Santos, 2021). Furthermore, the evictions of the two blocks took place without any transparency, communication, or public dialogue with residents, as well as without any meeting of the local *Zeis* council being called.

When monitoring this process, it is necessary to pay attention to the dimension and importance of the registration (in Portuguese, *cadastro*), which ends up becoming a population government policy (Nasser, 2016), ordering, fragmenting, segmenting people differently, causing them to divide, to compete with each other, to want to join and take part, exploring their afflictions in the face of life urgencies. The desire to be registered destabilizes and weakens the terrain of action and possibilities for organizing resistance, also serving as restraint and a form of subjection. The intense and continuous process of coding and fragmentation

in registration makes the construction of more consistent units or collective actions hampered and fragile, given the ever-imminent risk of being left out or being cut off from the promises and guarantees that registration makes possible. The entire bureaucratic and institutional networks that develop from registration as well as from the control and management needs that it triggers further highlights the “gravitational force of the state” (Das, 2004, p. 229) that entangles the subjects and conditions their trajectories and (i)mobilities.

On the one hand, registration carries promises of assistance in an uncertain future, on the other, it can be a gateway to something very concrete and material: in the case of the residents of the two blocks, provisional aid in the form of a monthly BRL 400.00 Rent Assistance (in Portuguese, *Auxílio Aluguel*). This aid has always been recognized as legitimate when discussed by the civil society organized in the local *Zeis* council, given the neglect, violence, and scarcity of possibilities and resources offered by public authorities to residents of the region. One of the disputes on the part of civil society working on the local *Zeis* council was, however, for the provisional aid to be truly provisional, that is, for there to be a definitive assistance in fact, because “with no real permanent housing at the end, many are locked in an interminable state of waiting” (After Echo Park Lake, 2022a, p.180). In São Paulo, there are countless people who were registered in the past with the promise of future assistance who have either stopped receiving provisional aid before having permanent housing or been evicted again.

The condition of being permanently under threat of displacement is based on and sustained by the reproduction of “housing

insecurity through exclusion, expulsion, and waiting” (After Echo Park Lake, 2022b, p.71). These “offer of housing strategies”, most often a vague and uncertain promise, constitute “a mode of poverty governance that undermine the protections against spatial illegalization” (ibid., p.75). The condition of permanent threat of displacement is realized not “only” by the actual displacement and eviction itself; these constitute critical (and traumatic) moments (Brickell et al., 2017; Pain, 2019) which are only part of a process and a broader social and urban experience encompassing and going beyond these events, also made up of constant and varied moments of wait: waiting for definitive assistance; waiting for the fulfilling of a promise (often made by the state); waiting for the end of the wait (Yiftachel, 2020; After Echo Park Lake, 2022b).

In the region of the *cracolândia* blocks, whether due to the high mobility and circulation of people, or due to the precarity of many housing units, it is possible to find several cheaper housing arrangements in the many small and popular hotels and spaces, without the many requirements of the formal rental market (presentation of documents, guarantee/guarantor, contracts). In such terms, the evictions performed in the area by the state result in moving either away from the downtown area or to even more precarious housing conditions in the center region, which can be afforded. Observing the destruction of this social fabric (and its effects and consequences) also highlighted the possibilities, arrangements, and ways of life that existed and were forged in and through the informality that constituted this territory.

In October 2021, the ward office of the central neighborhood of Sé and the civil police carried out a major operation (which is

recurrent in the region) in the few properties in the two blocks that still had people living in them. In this operation, with the justification of closing off properties based on civil defense reports, without presenting any warrant or official document, not to mention any housing alternative, they sealed off commercial and hotels that were still operating, leaving residents of the area not only without their belongings, which were walled up inside such properties, but also without housing. There must be an effort to reconstitute the agents that promote evictions when we say, for example, that the “state evicts” (there are other actors, privates including, doing so besides state agents): because “behind” this “state” there is a heterogeneous fabric of agents and expedients used, taking turns, alternating, complementing, sometimes using judicial decisions, sometimes without any warrant, at times in actions at municipal level, at others, at the state government instances; sometimes carrying out large operations, but also, quite often, taking place slowly (Pain, 2019) and exhaustingly. It is important, therefore, to reconstruct how the power to evict is exercised in practice and in daily life.

The following week, public agents and from the energy company Enel came again to threaten eviction, to close properties and to cut the supply of water and electricity in the few places which were still occupied. During this operation, four residents were arrested for having informal electricity and water connections, popularly known as “gatos”. Seeking to defend themselves and solve the situation, one of the families contacted a private lawyer, instead of the Public Defender’s Office; another family followed suit, also hiring the same lawyer, but without knowing the

amounts that would be charged, therefore taking up an expense beyond their financial means. After paying the legal fees, they ran out of money to buy candles, a necessity considering they had no electricity after the whole block’s service had been cut off during the operation. A few days later, despite lacking the financial resources to afford a move and new expenses, and feeling emotionally unable to continue living under constant threat and harassment, this family left the property and moved to a small squat building in a neighboring block. They started to share a single small room that “rained inside”, which proves that they left their old home to a place in even more precarious conditions.

A few weeks later, an action performed by the civil police, Enel, and the water company Sabesp took place in the block where this very squat building is located, neighboring the blocks targeted by the PPPs – which reinforces the perception that, once the three blocks have been completely evicted and emptied, the radius and perimeter of intervention (and eviction) will expand, reaching small businesses, popular hotels, spaces and squat buildings in the surrounding area. The small squat building located in this block is not linked to any of the organized social housing movements, there’s no person in charge or collection of money contributions, being a sort of self-managed space (by chance or not, the conditions are very precarious).

On the day of the action, the police harassed residents of the squat building, asking what “movement” they belonged to and who their representative was, threatening to, if no one showed up, choose a person “by hand” to take to the police station. Residents responded that there was no leadership, not

only because it was true, but also because there was distrust in placing themselves as responsible. This is a justified fear given that the charge for formalization/regularization means liability, including criminal liability, as may be observed in several actions against squat buildings of downtown São Paulo, large or small, consolidated or recent.

Regarding the police operation in the squat building, one of the residents reported:

*They came here this morning, cut off the power supply from that building on the corner, then came here to our squat building, took a photo of the electricity meter... [...] they said [...] that it is an operation that does not require a warrant or something, because it's in cracolândia, so you don't need a warrant for anything that they are doing.*

It is necessary to focus on the meanings and effects – and their historical, racial and political construction and legitimation – behind the mechanisms that make this systematic violation of rights possible. It is as if, by activating “cracolândia”, any established minimum and legal protocols and guarantees were deactivated. It is this process and these devices (active and existing in other spaces and territories, such as favelas and urban peripheries) that must be considered in dialogue with the increasingly consolidated ethnographies and researches on systematic state violence against territories and bodies. In doing so, it is also important reflect whether the framework provided by Agamben (2012) on the state that declares “the state of exception”, establishing the “law’s outside” to act in it itself, is the tool that best helps us explain what is happening in this specific suspension of order and/or which order is thus constituted.

It is also important to understand how the construction of stigmatization, the criminalization of spatial practices and popular informality, and the violence that these processes trigger and enable, affect territories; at the same time that this violence is also territorialized by its daily operating dynamics. According to Rolnik (2015), territorial stigma and permanent transitoriness, which mark many neighborhoods and popular settlements, are structuring elements of the political and urban dynamics that enable and promote the triggering of evictions in a context of dispute over urban land. These are territories that constitute a zone of constant and unstable uncertainty between the possibility of remaining and the prospect of expulsion and destruction (Yiftachel, 2009). The process of dispossession enables and triggers violence, which leaves the dispossessed increasingly dispossessed: there is a broad and incessant extraction of wealth resulting from this process of accumulation through dispossession (Harvey, 2014; Schiller and Çağlar, 2018). “In urban regeneration processes, after inhabitants of poor neighborhoods [...] are stigmatized as violent and dangerous, they are first deprived of urban services and then evicted” (ibid., p. 20).

These circumstances and dynamics seem to constitute the historical, social and urban process built around areas of the Luz and Campos Elíseos region, involving the so-called cracolândia, further sustained and legitimized by the “war on drugs” motivation and its triggered and implied racial, urban and militarization effects. In recent decades, and more rapidly in recent years, the urban and assistance network and infrastructure around the flow and its surroundings in the Campos Elíseos neighborhood are being dismantled, interrupted,

displaced. In less than a decade, the social fabric of three blocks (with the threat and possibility of this process expanding even further) has been completely affected, transformed, destroyed. Apart from the demolitions and its previous attempts, already completed or abandoned, which in their accumulation and succession also produce effects and changes – as an example, there's the case of the Nova Luz project, which, despite being legally and politically defeated, caused demolitions of properties and altered land in the region (Gatti, 2015; Santos, 2019); or the Complexo da Dança (complex of dance project), designed for a piece of land in the area that was demolished and had been vacant for many years, that costed a lot of money to the public purse in order to be designed by an international company, and never getting off the ground.

The intervention projects and attempts of urban restructuring focused on this area, it must be recognized, are considerable in terms of magnitude and scale and have been occurring for a long time. We can observe in this history of constant interventions the effort to reverse and recover a region historically constituted as remarkably popular and black in the heart of the city of São Paulo. For the same reason, Campos Elíseos, Luz and Santa Ifigênia (all neighborhoods that make up this region) have been successive targets of policies and attempts to evict, destroy and erase ways of life, material and symbolic heritages, memories, and cultures which have always constituted this part of the city.

Around these policies of erasure and persecution, around the different urban and social interventions, around the “revitalization” projects (which under this name summarize and reveal precisely the lack of recognition of the

lives that exist in the targeted territories) and around the management and control policies targeting bodies and spaces, which have been accumulating and occurring in this same region over decades, constitute the interweaving of regimes with a characteristic territorial logic, in which organized state violence manifests itself against the poor, the informal settlements, the unhoused people, along with a racialized policing of non-white territories (Roy et al., 2020) – policing understood in terms of control, management and repression, which obviously involves the action (most often violent) of the police, but also other practices and arms of the state in carrying out these functions. Thus, the territorial and racial dimensions are articulated in the constitution and functioning of a punitive machinery (Telles et al., 2020), which daily undertakes a miniscule, cruel and slow dispossession (Pain, 2019) affecting men, women and children in their infrastructures and daily lives (Lacerda et al. 2020).

Even though intervention projects vary greatly (their nature, their scales, their mechanisms, objectives, effects), we can observe endlessly accumulating and overlapping a series of different devices of control, surveillance, persecution, and imprisonment (Mallart and Rui, 2017), producing displacements, demolitions and destruction of the social fabric. These devices and policies alternate, overlap and complement each other, in space and time, but always have the same targets: poor and black bodies, populations and territories in this central area of the city. Assistance policies and services, triage, registration, provisional programs, evictions, demolitions, daily police operations (which search people and properties, prohibit access, and determine circulation through

spaces), large operations against “drug trafficking” in the name of “war on drugs”, in their constant succession and overlapping over the last few decades materialize a complex and diverse arsenal, which, even though not planned and elaborated at the same moment, ends up constituting an interweaving of policies (and effects) of repression, control and management of life, territorially articulated, which have as practice the exercise of racialized policing (Roy et al., 2020).

The intensity and dimension of so many policies and interventions can only be understood in light of the strength and persistent efforts of these same bodies and territories in resisting, remaining and surviving. To effectively comprehend the possible resistance and permanence attempts, even in such precarious conditions, it is necessary to pay greater attention to the networks, infrastructures and materialities developed by threatened populations, and also understand why, in order to reach and evict them, it is necessary to destroy these networks.

In terms of precariousness, Butler (2015) distinguishes different states: there is a general shared and universal precariousness that affects everyone, and there is therefore a dependence of all beings (to survive and maintain their lives) on social networks, ties and structures, which are ways of minimizing this constituent precariousness. However, for many people, these networks and protective supports (and access to them) are fragile, inefficient and problematic (ibid.). Thus, there is an unequal social distribution of protection against precariousness, politically induced. It is in this correlation of forces and inequality of relations (including protection ones), that networks can be conceived: as a

network of relations and as a sociotechnical network, as Latour (2012) describes, made of beings, artifacts, mediations, infrastructure and materialities. It is on these networks that the possibilities of life depend, and it is these same networks that are attacked and destroyed, sometimes abruptly, in moments of confrontation and violent interventions by state power. It is from this perspective and intricate in these circumstances that networks are also thought as alliances forged from and in precariousness (Butler, 2018), as further described in the next section.

## Resistance, protection and defense networks of popular territories

The experience of the pandemic radicalized processes of dispossession and violence, historically present in Brazil, but transformed and deepened by the crises of different natures that erupted during this period. The pandemic emergency made the role and importance of protection, defense and solidarity networks and actions of communities and territories even more evident. Networks do not emerge out of nowhere, they carry within them the background, experience and legacy of previous organization and mobilization (Santos, 2020) and, generally, they are articulated or expanded as a reaction to state violence (Endo and Santos, 2021).

To describe and deepen the analysis, we may take as an example the activity of anti-eviction networks during the pandemic, which evidently had already existed and been mobilized previously, but which needed to

adapt in the face of the unprecedented nature and severity of the new situation. At first, there was the expectation (which soon proved to be an illusion) that, given the worsening of the health, economic and social situation, forced evictions would be interrupted and suspended, especially considering this was a time when the vaccine was not even close to being developed, so “staying at home” was one of the safest and most effective means of protection. Soon, new cases and reports of threats and eviction showed that not only did they persist, but they actually increased.<sup>6</sup>

In face of the increase in cases of eviction, a series of movements and entities working on the subject registered and compiled cases and threats in the state of São Paulo. An international complaint was prepared and sent to the UN Human Rights Council, which then issued a declaration against the evictions to the Brazilian government, requesting that they stopped.<sup>7</sup> If, on the one hand, the practical and effective effects of this declaration may be limited; on the other, the efforts and mobilizations to carry out an action like this strengthen and expand the articulations, in addition to creating a political fact that serves as support and solidarity for those who are resisting and facing, on a daily basis and “on the edge”, the anguish and suffering of threats and evictions.

The organization became widespread and nationalized, involving residents affected and threatened by evictions, social movements, urban and rural, entities, community organizations, and research laboratories, giving rise to the campaign “Despejo Zero – em defesa da vida no campo e na cidade”<sup>8</sup> (in English, Zero Eviction – in defense of life in the countryside and in the city) (Gonsales, 2023). The national articulation against evictions

that these movements managed to carry out is similar to practices that have been growing among many organizations and coalitions defending human rights and denouncing the violence of the state, ranging from those which combat racism and genocide of black youth in the peripheries to those which approach environmental and indigenous policies and rights. These are action strategies that combine activism, mobilization, pressure, and constraint, articulating and affecting the local, national, but also transnational scope.

A way of acting that, breaking the false dichotomy between global and local, and being thought of as an engagement strategy that works with multiple forms of sovereignty, could fit into what Roy (2005, p. 154) describes as “scale jumping”, describing a play with different scales, sovereignties and, we could add, institutionalities. After all, the framework and instruments that regulate and are valid in each sphere (municipal, federal, international) vary, as will the procedures and effects of investing and acting in each of them (filing legal proceedings is different from carrying out international complaints, for example). It is necessary to adapt and mobilize different repertoires and resources, in a multiple and simultaneous way, as strategic political work and action take place in and with different fronts, scales and jurisdictions.

Beyond simply promoting a complaint, behind these actions there is an attempt to produce evidence against the state and the crimes that it commits. The lack and concealment of data and traces of and by the state should not be seen as accidental or as a “failure”. Das (2004) works with the “magical” dimension and effects produced and resulting from the illegibility of the state, its everyday

practices, records and “signatures”. This ghostly dimension of the state co-exists and integrates it with its rational dimension: illegibility and rationality constitute the state simultaneously, and hence give also its strength and power, in alternating, confusing and playing with this ambivalence and imprecision. The work and performance of socio-technical networks of support and protection often consists of having to tackle and confront precisely the “magical” effects of this illegibility, trying to unveil it, reconstitute it, reveal it.

Producing evidence against the state and presenting it in instances and arenas that it does not control,<sup>9</sup> in an attempt to implicate it and hold it accountable, is a possible strategy (among others which may be parallel and simultaneously activated) of resorting to formality, formalization, and institutionalization – in the sense of activating and instrumentalizing the institutional framework (laws, rights, regulations, arenas and instances of conflict mediation and processing, including international ones) – against the state itself. At the same time that these institutionalities are sought and resorted to as a means (among other strategies and political repertoires that may be and are also activated), they are also tensioned as new possibilities are explored in a search to overcome the limitations of institutional formalism.

The enterprise of producing evidence against the state is developed both theoretically and empirically by Weizman (2017). The elaboration of this process makes it clear that these evidence can only be produced by a network: the socio-technical network (Latour, 2012) working produces facts/evidences, because a photo, or video or a cell phone audio alone and by themselves do not

constitute a complaint/evidence. It takes a whole chain of mediations and connections (technical, also) to produce the fact/evidence, starting from the immediate materialities (the eviction itself and its registration), linking them to larger networks, from the WhatsApp ones to legal networks that formally process and produce complaints, and open investigation processes. The complaint against a violation presented in a news article, or post, or that supports, for example, legal proceedings, is built through a collective and continuous process as it goes through the mediations and connections linking diverse and distinct actors, repertoires, and knowledge, which in its composition produce the fact. Thus, the complaint, evidence, or counter-evidence needs to be manufactured, not in the sense of forging it, but of constructing, since they do not exist by themselves, ready; and this production happens in network. We describe this process of collective production of facts, with Weizman and the reconstitution of the state’s traces as references, as collaborative epistemologies (Grupo de pesquisa..., 2020).

These networks are often formed due to the organization of territories and communities, and from this territorial base they connect with and link to other spaces and actors, expanding their power of scale and action (the territory as a platform of/for action). There is a movement that goes from community and local capillarity to the outside, but that also comes from outside to the territory; distinct scales and vectors that intersect, compose, and reinforce each other in a trans-scalar movement. It is in these different positions and in the flow of this movement (territorialization-deterritorialization) that the power of action of territories, communities, and networks intensifies and transforms

(Santos, 2020). Territorially organized initiatives and campaigns are often forged as actions of defense and solidarity against violence and rights violations committed mostly by the state.

It is in the light of matters related to networks and arrangements of protection against political and racialized violence by the state that we can return to an element regarding the evictions in the Campos Elíseos blocks, described in the former section: the emergence of new squat buildings during the pandemic, here also understood as the materialization of practices of support, protection, and permanence efforts. Due to the evictions of the two blocks during the pandemic, it was possible to observe that at least five squat buildings (three of them completely new, occupied during the pandemic), none linked to the traditional social housing movements, became refuges (even if temporary). It was also possible to see that a circuit was established between these squat buildings, the evicted people, and the territory of *cracolândia*, a connection made possible due to the circulations – and attempts to settle – resulting from the processes of eviction and displacement of populations.

Even though squat buildings and the activity of networks may generally have a protective character and represent materializations of support efforts, there are historical, political and social differences in the configuration of territories, housing spaces, and the groups that organize and maintain them. The arrangements produced territorially are reflections of the socio-spatial dynamics that constitute these territories as well. They cannot, therefore, be understood disconnected from the reality that produces them. For this reason too, the networks and actions of territories and communities are not inherently

virtuous in themselves. Depending on the groups organizing them, they can, on the one hand, serve as arrangements that guarantee the protection of life, but, on the other hand, carry out and represent forms of exploitation of vulnerable populations that live in these same spaces. By generating permanence (even if fragile and temporary), they can also enable extraction. Criminal groups control and produce territories and networks as well.<sup>10</sup>

In this sense, what actually exists in the concrete reality of the social world is a lot of heterogeneity and diversity in relation to territories, spaces and housing arrangements, and the groups that organize them. The heterogeneous and complex reality of squat buildings in downtown São Paulo, for example, opposes the attempts of simplification and homogenization that support the process of criminalization of the public and political organized social housing movements of downtown São Paulo, which operates through the creation of equivalence around the dynamics of popular appropriation, production, organization and management of space; denying all the existing diversity (Santos, Guerreiro, 2020).

Increasingly, and after the fire and fall of the squat building set in the Wilton Paes de Almeida building, popular known as “Tower of Glass”, in downtown São Paulo, May 2018, this process has intensified (*ibid.*). Among other means and expedients that have been used, the “risk” category, recurrently used in peripheral and environmental areas (Moura et al., 2020), has been mobilized as an argument to support requests for repossession orders in central and urbanized areas, especially against squat buildings (Santos, 2022; Gonsales, 2023). The category carries within itself, in its very constitution, a high degree of arbitrariness, and it has justified

administrative evictions, based on police power (Magami, 2020), characterized by discretion and self-execution, which results in evictions being carried out without a court order. More than failing to comply with it, this is the state itself deactivating the legal system. We see the mobilization of the “risk” category as yet another method of criminalizing popular informality.

These offensives and threatening situations affect all squat buildings, not just the most recent or precarious ones. Even consolidated squat buildings, maintained and organized by politically and publicly organized housing movements, repeatedly become targets and have their maintenance and survival resources threatened and criminalized. To mention just one of the many examples that could be given: in 2021, coordinators of housing movements from two of the oldest and most consolidated squat buildings in downtown São Paulo were arrested following a civil police operation in one of these buildings, which looked for a “escape route” for thieves in the region. Not finding any evidence, they ended up arresting the coordinators for “qualified energy theft”, popularly known and disseminated as “gato”. Five days earlier, the other squat building of those two had been invaded by the military police, without any judicial warrant, with the justification of “looking for drugs”.

Historically, most squat buildings were denied access to water and electricity networks and services (Gonsales, 2023), which is another element creating daily problems and challenges that need to be faced and inventively overcome (Santos, 2019), enabling the production of arrangements and “workarounds”, as well as informal or parallel circuits and markets to solve and circumvent the situation created by public authorities. The conditions required

of residential squat buildings are also not present in many of the old middle and upper class buildings in the city center. The question, already presented here, posed by Roy (2009b), is what practices and arrangements are to be criminalized, and the different territorial and racialized police regimes that are to be set up around these spaces and practices.

Knowing that “laws, codifications, and formal rules have power effects and circumscribe fields of force” (Telles, 2009, p. 101, translated from Portuguese), these situations demonstrate the “differential management of illegalisms” (reinforcing that illegalism differs from illegality [Foucault, 1997]), in which practices and activities, according to the political circumstances and force correlations set in a given field, will be differentially organized and distinguished, within tolerated, ignored, consented, and those that will be the target and object of interdictions, sanctions, and repressions (Foucault, 1997 and 2015; Telles, 2009).<sup>11</sup>

Thinking in terms of illegalisms and their differential management, one can then better understand that, for example, the uses and practices around electric light (energy boxes, “gatos”, arrangements, and here we are faced with political commodities that, as Misse [2002] demonstrates, are always constituted in the economy and in the arrangements that emerge around illegal markets) become the target and tactics of a broader dispute, of a larger field of conflict that involves squat buildings, but which, in order to be carried out and move forward, finds support in specific, particular practices, in a given social and political situation, which reorganize and determine the paths and resources through which and by which means these disputes take place.

By strategically moving/expanding the radius and focus of criminalization targets and practices, the force correlation in this field of dispute changes and destabilizes. In this case, housing movements and squat buildings are forced to react, responding and defending themselves in terms that until then they were neither accustomed nor prepared for (Santos e Guerreiro, 2020). But, if on the one hand, movements and squat buildings are forced to react and act in an unknown field, around issues and dynamics that had been so far not paid attention to or dominated; on the other hand, an opportunity arises that is not only reactive, but also productive: it sets the possibility of invention to overcome blockages and problems. This further reinforces the understanding that the effervescence and power of arrangements and practices produced by squat buildings are a result and instrument in a dispute for their survival and maintenance in the time and space of a city in conflict (Santos, 2019).

To cite an example: due to the fire and collapse of the Wilton Paes de Almeida building, popular known as “Tower of Glass”, in 2018, according to official figures (challenged as being lower than reality), seven people died and two went missing. This squat building was not managed by any of the traditional organized social housing movements of downtown São Paulo. After this event, some of the squat buildings which are part of the publicly and politically organized housing movements set up a fire brigade course delivered by a firefighter who volunteered to establish and develop this project/partnership (Lara Júnior et al., 2022). A few months after the tragedy, a new fire hit one of these squat buildings, and it was indeed a resident who had taken the course, following

the guidelines that were taught, who managed to prevent what happened from turning into a disaster with people killed and injured.

In the same way, the setting up of a technical assistance collective within the domains of a social housing movement itself (ibid.) or the development of techniques and technologies for protecting, renovating and improving spaces and these old buildings (Carvalho et al., 2022) can be thought of on equal terms: all the dynamism involving organized squat buildings and political organized housing movements, the inventiveness, the building of alliances, the new experiments, these are all strategies of protection and, ultimately, defense of life and for the sake of life.

As in the case of the Claim of Non-Compliance with Fundamental Precept (in Portuguese, ADPF) against evictions approved by the Supreme Federal Court in the midst of the pandemic: the elaboration of technical provisions in agreement with the entire legal process which runs through formal instances in Brasília (in coordination and dialogue with political parties, elected politicians and political caucuses, justices of the the Supreme Court) cannot be understood when detached from the practical dimension and use that they quickly came to have: serving as a weapon in battles “on the ground” to hold back, postpone and suspend evictions in squat buildings and peripheral urban areas that did not stop afflicting communities during the pandemic.

Also regarding the case of evictions in the *cracolândia* blocks: resorting to formal instances and demanding minimum assistance, even if provisional, were not actions based either on trust on the fulfilling of procedural

rites or on the illusion that BRL 400.00 would solve a person's problems; such actions were taken because the state needs to take responsibility/be held responsible. These temporary assistances also become a resource and opens up a range of possibilities, which will be invested in guaranteeing dignity, defending and maintaining life.

Having recourse to institutionalities is a possibility (among others that exist and are also activated) for protection, even more so when popular informality is criminalized in different ways. The instrumentalization of the parameters that constitute the institutional fabric does not occur due to mere bureaucratic or legalistic attachment, but because the mobilization of the resources and technicalities of institutional fabrics in confronting violations can function as a containment barrier, preventing or at least delaying even more violence (e.g. Carvalho et al., 2022). Institutionalality ends up operating, in many cases (even if in a circumstantial, temporary, fragile way), as a form of protection (of physical integrity, also) against the different criminalization devices mobilized against popular informality. Furthermore, when acting around the edges, gaps and under time pressure of the conflict events, it is often possible to adapt and recreate these formal and institutional expedients and, thus, eventually manage to overcome their insufficiencies, opening new possibilities of agency.

However, in the same way that institutionalities are used to try to resist and guarantee rights and protection, this same institutional fabric also provides for and legitimizes violations of rights by public and private agents. Traditionally, it is precisely this fabric and all its instances and resources

that are activated, for instance, to carry out evictions (Santos, 2022). Therefore, the point is not to exalt institutionalality in itself, as if it were "naturally" virtuous or neutral; but to demonstrate how it is an instrument of/in the dispute and how it gains dimensions and contours, and produces effects, situationally, throughout and due to the conflict.

## Final considerations

In addition to the observation that conflict is constitutive of urban history, it is also important to make more situated considerations of new trends at play. Regarding the empirical cases described in this article, there are two important points to be highlighted as recent dynamics that reveal specificities within this long conflictive history that inscribes state violence in its relationship with popular informality, production of territories and networks of defense and protection.

The first point refers to the production of precariousness based on the current processes of dispossession and predation. Not that violence and precariousness have not been part of eviction and displacement events historically, but there are dynamics and arrangements that are now happening in different ways than they did in the past. These are transformations in the production and management of precariousness and in the role of the state (and state violence) in the structuring and territorialization of urban markets and spaces.

Building on the case of evictions and destruction of a popular and old downtown area for the construction of PPPs between the private sector and the state: on the one hand,

a public-private modeling and arrangement, linked to financial engineering and finance circuits; on the other, the production and intensification of evictions, informal housing markets and precariousness. The construction of residential towers and the eviction and demolition of the previously existing social fabric have as effects (in addition to an expansion of the real estate supply via PPP) the expansion of the condition of precariousness and informality that is not only induced by the state, but produced by it as well, backed by public policies (Guerreiro, 2020). It is the state not only promoting and providing support (even financial support) to informality, but also producing (along with other agents) the informal market itself. And as it has been, historically: the expansion and production of new markets is a brutally violent process.

The link between violence and (the production/expansion of) the market has been established – being the state the promoter of both (Tilly, 1985). What is possible to visualize is political violence producing new and formal markets, as in the case of the PPP tower apartments; and, at the same time, the expansion and production of new informal housing arrangements and circuits, that are monetized, irrigated and boosted by, for instance, the money offered by the city hall in cases of eviction, the BRL 400.00 called Rent Assistance (in Portuguese, *Auxílio Aluguel*).

In this case, the public policy of “*Auxílio Aluguel*” – which is, in essence, a public policy of eviction – functions not only as a price index in informal housing markets, squat buildings and popular hotels, among other spaces; but also, in its existence and functioning itself, it articulates and transacts formal and informal (and illegal, in some cases), producing a direct

relationship and connection (in this case, via state, but with the participation of many other private groups, more or less organized) between violence, public policies, and markets. The production of informality reveals itself not as terrain and practices forged outside the state, in an unregulated way, from the bottom up only, but rather as particular of these “structures of power”, with the state constituting itself as an “informalized entity”, which uses informality as an instrument of accumulation and authority (Roy, 2009b, p. 81).

The second point that seems to reveal new dynamics concerns the networks of support and resistance to evictions, which are operated in circuits and intersections that previously did not occur in the current terms or, at least, not at the same speed and scale. Such networks rely on hard-won institutional and legal fabrics and spaces, instrumentalizing them in an attempt to (re)activate the democratic and emancipatory meanings inscribed in the disputes they derive from. These networks make strategic use of the law – in the same way that the state also does.

In activating networks of supporters in moments of emergency and of processing the conflict, we have a dimension of the breadth they acquire, their heterogeneity and their trans-scalar power of action, connecting the “streets” to institutional and legislative spaces (in its three instances), but also to international spaces and groups; connecting leaders of popular social movements, residents of squat buildings and popular settlements, human rights activists, popular lawyers, urban planners and urban technical assistances groups, researchers, artists, cultural and health collectives, journalists and media activists, politicians and collective/activist caucuses. In

these networks, different ways of acting and repertoires are connected, trying to access the established institutional fabric, spaces and practices, but also seeking to build others.

The rights, devices and arenas of institutional negotiation and regulation serve as a horizon for the actual realization of the promises this same set announces. In the strategic instrumentalization of institutionalities, there is an opportunity for this very fabric to tension and remake itself, in the search for overcoming its limitations, in expanding its meanings. Likewise, their use and reference can serve as a tool in disputes against the violence of state or

non-state agents. Among other action paths and strategies that are also simultaneously activated, the use of institutionalities serves as an attempt to circumvent risks and violence resulting from abandonment and brutality by the state. In this process of dispute and (re)invention, the contours and (re)actions of the state are reordered, while the field of conflict itself is reconfigured as well. And, at the confluences, competitions and coercions of all these conditions and circumstances, the constant efforts of common people take place to build daily lives and spaces, seeking to guarantee possibilities of safety, stability and prosperity.

[1] <https://orcid.org/0000-0003-4521-0354>

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia. São Paulo, SP/Brasil.  
renato.abramo@hotmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Débora Cunha, email: debora.rmc@gmail.com

## Notes

\* This text is the result of an ongoing doctoral research, funded both by Fapesp process n. 2020/02075-1 and an international internship (BEPE – Fapesp process n. 2022/06583-7). This article is dedicated to the people we lost along the way of evictions and demolitions in the “blocks” of “cracolândia”.

(1) State here is understood not as a homogeneous and monolithic apparatus, but as a deed—and effect—resulting from different practices, techniques, relationships, repertoires, movements, and instances (Mitchell, 2006; Trouillot, 2001). For this reason, in order to retrace the state, its instances and dynamics, ethnographic strategies are relevant to describe and analyze the “encounters with the state” (Trouillot, 2001).

- (2) In other terms and analysis, Feltran (2020) formulates and works with “normative regimes”: demonstrating that there is no such thing as a single and absolute regime, the author states that others exist, and that these different regimes that regulate social life can coexist, in a non-harmonious and often conflictive way, but also in cohesion and hybridization. A normative regime that regulates spaces, ways of life, codes and conducts, with social recognition and legitimacies, shall be defined, ultimately, by its capacity (and condition) to (be able to) resort to violence to be recognized and enforce its authority. According to the author, another normative regime, in addition to the legal/state one, would be, for example, that of the “world of crime”.
- (3) In this article, the focus is neither the population that constitutes the *flow* nor the many violent operations targeting them on a daily basis. In 2022, the *flow* was expelled from the blocks targeted by the urban intervention in question, causing its concentration to dissipate throughout downtown São Paulo. The point here is to highlight how the implementation of PPP projects, the eviction of the population that lived in the region, and the dispersion of the *flow* and the consequences are all part of the same process and have a direct relationship. And this was not the first time that property demolitions and expelling of the *flow* occurred in a combined and escalated manner in the region – this has been made into a political strategy of urban intervention and restructuring of this territory.
- (4) About the mega operation, see Basso (2017). About the demolition of properties with people inside using a tractor, see “Vídeo... (2017).
- (5) The municipal Master Plan establishes and delimits the *Zeis*, which are city areas that must be preserved, prioritized or designated as popular housing, having therefore to either preserve or improve the conditions of those who already live in the area, or build new residences and allocate them for social housing, in theory. The *Zeis* located in central areas are called *Zeis 3*, populated and equipped with urban infrastructure. As a rule, once again according to the municipal Master Plan, all interventions, projects, and services offered to the population living in a *Zeis* must be discussed and approved by a participatory local *Zeis* council, a joint body made of public authorities and civil society, elected by the population living in the *Zeis*.
- (6) Marino et al. (2020). The mapping of evictions produced by the Evictions Observatory refers to, above all, the Metropolitan Region of São Paulo. Despite this effort to monitor and map cases of threats and evictions, we recognize that the numbers are still under-reported. There is not a complete reading of reality, but only partial and momentary cutouts and portraits, circumscribed temporally and geographically, or according to the reach of established networks and partners. Forced evictions have always been characterized by their invisibility, in the sense of the inexistence of precise information, of never having the exact dimension of what is being done, the procedures used, where the evicted ones go and what happens to them, of a constant lack of traces. In this sense, the work of monitoring evictions carried out by the Evictions Observatory can be understood as part of an effort to produce and reconstitute data and traces.
- (7) Violações... (2020); ONU... (2020).
- (8) <https://www.campanhadespejzero.org/>. Due to the political and legal action and influence of the Campaign and its partners, a few anti-eviction laws (at municipal, state, and even at the federal level) have been approved during the pandemic. There was also the political and legal construction for pushing forward the Claim of Non-Compliance with Fundamental Precept (in Portuguese, ADPF) number 828, approved by the Federal Supreme Court, which suspended evictions in the country until March 2022. In practice, evictions continued to occur, but the importance of the achievement is undeniable: it was widely mobilized and applied as a resource and precedent by defense movements and partner networks in disputes regarding cases of threat of evictions that insisted/insist on happening.

- (9) The relationship with the state in conflict events, in disputed territories, and in episodes of violence against bodies and populations has an important dimension (and challenges) which shapes the existing reality faced by the strategies described: in the vast majority of situations, the state is present, either as a source of threat, or as a regulator and mediator. Negotiation and confrontation practices also resort to institutional spaces and to the dialogue with the state and its agents – which reinforces its “gravitational force” and reveals that state authority is evoked even though it is the perpetuating source of violence (Das, 2004, p. 229).
- (10) As in the case, for example, of the *milicias* in Rio de Janeiro, which, among many businesses and services performed and charged by them, are involved in housing developments (Araújo, 2017): on the one hand, the residents find shelter and housing; on the other, they are subjected to forms of extortion in exchange for “protection” and “peace of mind” (Araújo, 2022).
- (11) At the heart of illegalisms and their different management are the play and strategic use of law, understood not as gaps or flaws to be overcome, but in their productive dimension that establishes and organizes relationships with the law – whether seeking to circumvent, ignore, whether seeking to apply, reinforce or enforce.

## References

- AFTER ECHO PARK LAKE RESEARCH COLLECTIVE (2022a). Blueprint for the future: unhoused tenant organizing in Los Angeles. *Radical Housing Journal*, v. 4, n. 1, pp. 177-181.
- \_\_\_\_\_ (2022b). Continuum of carcerality: How liberal urbanismo governs homelessness. *Radical Housing Journal*, v. 4, n. 1, pp. 71-94.
- AGAMBEN, G. (2012). *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- ARAÚJO, M. (2017). House, tranquility and progress in an area de *milícia* in Rio de Janeiro. *Vibrant*, v. 14, n. 3, pp. 1-17.
- \_\_\_\_\_ (2022). Urbanismo miliciano, remoções públicas e fragmentação política. *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/urbanismo-miliciano-remocoes-publicas-e-fragmentacao-politica/>. Acesso em: 8 set 2023.
- BASSO, G. (2017). Megaoperação na Cracolândia pretende marcar início de reurbanização no centro de São Paulo. *Notícias R7*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/megaoperacao-na-cracolandia-pretende-marcar-inicio-de-reurbanizacao-no-centro-de-sao-paulo-29062022>. Acesso em: 8 set 2023.
- BRICKELL, K. et al. (2017). *Geographies of forced eviction – Dispossession, violence, resistance*. Londres, Palgrave Macmillan.

- BUTLER, J. (2015). *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CARVALHO, C. et al. (2022). *Propósitos, premissas, conceitos e orientações para mitigação de riscos pela melhoria das condições de segurança predial em ocupações urbanas*. São Paulo, Cajufa.
- DAS, V. (2004). “The signature of the State: the paradox of illegibility”. In: DAS, V.; POOLE, D. (orgs.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe, School of American Research Press.
- DE GENOVA, N.; ROY, A. (2019). Practices of Illegalisation. *Antipode*, v. 52, n. 2, pp. 353-364.
- ENDO, A.; SANTOS, E. (2021). A gramática do risco e o papel das polícias nas formas autalizadas de gestão dos territórios populares. *Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, v. 3, n. 1, pp. 197-218.
- FELTRAN, G. de S. (2020). *The entangled city: crime as urban fabric in São Paulo*. Manchester University Press.
- FOUCAULT, M. (1997). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2015). *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo, Editora WMF, Martins Fontes.
- GATTI, S. (2015). *Entre a permanência e o deslocamento: Zeis 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- GONSALES, T. (2023). *Querem me tirar da minha casa. O papel de grupos acadêmicos nos processos de resistências às remoções forçadas na cidade contemporânea*. Tese de doutorado. Santo André, Universidade Federal do ABC.
- GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO (2020). (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na pandemia*. Rio de Janeiro.
- GUERREIRO, I. A. (2020). O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização da moradia. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 729-756.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- LACERDA, L.; HARKOT, M.; SANTORO, P.; ALHO, I.; BRITO, G. (2020). “Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções”. In: MOREIRA, F.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (eds.) *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares*. São Paulo, Observatório de Remoções.
- LARA JÚNIOR, A. et al. (2022). *Assessoria técnica popular: a prática em movimento*. São Paulo, MSTC.
- LATOUR, B. (2012). *Reagregando o social – uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Bahia, Edufba; Santa Catarina, Edusc.
- MAGAMI, D. (2020). *Remoção de casas com base no “poder de polícia” é ilegal*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/remocao-de-casas-com-base-no-poder-de-policia-e-ilegal/>. Acesso em: 11 set 2023.

- MALLART, F. (2019). *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MALLART, F.; RUI, T. (2017). “Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas”. *Ponto Urbe*, n. 21.
- MARINO, A. et al. (2020). Remoções aumentam durante a pandemia na Grande São Paulo. *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-aumentam-durante-a-pandemia-despejozero/>. Acesso em: 8 set 2023.
- MISSE, M. (2002). O Rio como bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 12-16.
- MITCHELL, T. (2006). “Society, economy, and the state effect”. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (org.). *The anthropology of the state: a reader*. Malden, Blackweel Publishing.
- MOURA, R. et al. (2020). “Remoções em áreas de risco: repensando práticas de mapeamento com base na justiça territorial e nos saberes da comunidade”. In: MOREIRA, F. et al. (eds.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares*. São Paulo, Observatório de Remoções.
- NASSER, M. M. (2016). *No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- ONU: Brasil deve acabar com os despejos durante a crise do COVID-19 (2020). *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/onu-brasil-deve-acabar-com-os-despejos-durante-a-crise-do-covid-19/>. Acesso em: 8 set 2023.
- PAIN, R. (2019). Chronic urban trauma: the slow violence of housing dispossession. *Urban Studies*, v. 56, n. 2, pp. 385-400.
- RIZEK, C. et al. (2015). “Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV- Entidades: incursões etnográficas”. In: AMORE, C. et al. (orgs.). *Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- ROLNIK, R. (2009). Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 11, n. 2, pp. 31-50.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Guerra dos lugares – A colonização da terra e da moradia nas eras das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- ROY, A. (2005). Urban informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*. v. 71, n. 2, pp. 147-158.
- \_\_\_\_\_. (2009a). Civic governmentality: the politics of inclusion in Beirut and Mumbai. *Antipode*. v. 41, n. 1, pp. 159-179.
- \_\_\_\_\_. (2009b). Why India cannot plains its cities: informality, insurgency and the idiom of urbanization. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, pp. 76-87.

- ROY, A.; GRAZIANI, T.; STEPHENS, P. (2020). Unhousing the poor: interlocking regimes of racialized policing. *The Square One Project*, pp. 1-22.
- SANTOS, E. A. (2022). *Ocupações sob ameaças: práticas e instituições judiciais na (in)definição do (in) formal na moradia migrante*. Dissertação de mestrado. Santo André, Universidade Federal do ABC.
- SANTOS, R. A. (2019). Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 783-805.
- \_\_\_\_\_. (2020). Redes e territórios: Ações de enfrentamento a processos de despossessão em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia*. Rio de Janeiro, pp. 1-13.
- \_\_\_\_\_. (2021). Prefeitura removeu dois bairros inteiros do centro de São Paulo durante a pandemia. *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prefeitura-removeu-dois-bairros-inteiros-do-centro-de-sao-paulo-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 8 set 2023.
- SANTOS, R. A.; GUERREIRO, I. A. (2020). “Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço – e sua criminalização”. In: MOREIRA, F.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (eds.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares*. São Paulo, Observatório de Remoções.
- SASSEN, S. (2014). *Expulsions – Brutality and complexity in the global economy*. Londres, The Belknap Press of Harvard University Press.
- SCHILLER, N.; ÇAGLAR, A. (2015). Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power. *Identities*, pp. 1-18.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Migrants & City-Making – Dispossession, displacement & urban regeneration*. Durham e Londres, Duke University Press.
- TELLES, V. (2009). Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder. *Revista Dilemas*, n. 5-6, pp. 97-126.
- TELLES, V.; GODOI, R.; BRITO, J.; MALLART, F. (2020). Combatendo o encarceramento em massa, lutando pela vida. *Caderno CRH*, v. 33, pp. 1-16.
- TILLY, C. (1985). “War making and state making as organized crime”. In: EVANS, P. et al. *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Coerción, capital y los Estados europeos 990-1990*. Madrid, Alianza Editorial.
- TROUILLOT, M. (2001). The anthropology of the state in the age of globalization. *Current Anthropology*, v. 42, n. 1, pp. 125-138.
- VÍDEO mostra moradores atingidos por muro derrubado na Cracolândia (2017). *G1-SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/video-mostra-moradores-atingidos-por-muro-derrubado-na-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 8 set 2023.
- VILLELA, F.; ROLNIK, R.; SANTOS, R.; LINS, R. (2019). Permanent transitoriness and housing policies: inside Sao Paulo’s low-income private rental market. *Radical Housing Journal*, Issue 1.2, pp. 27-43.

- VIOLAÇÕES ao direito à moradia em São Paulo no contexto de pandemia do novo coronavírus (2020). *Labcidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/violacoes-ao-direito-a-moradia-em-sao-paulo-no-contexto-de-pandemia-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 8 set 2023.
- WEIZMAN, E. (2017). *Forensic Architecture: violence at the threshold of detectability*. Nova York, Zone Books.
- YIFTACHEL, O. (2009). Critical theory and 'gray space' – Mobilization of the colonized. *City*, v. 13, n. 2-3.
- \_\_\_\_\_ (2020). From displacement to displaceability. *City*, v. 24, n. 1-2, pp. 151-165.

Received: March 15, 2023

Approved: July 15, 2023

# O urbano como antinação: para entender a crise das metrópoles brasileiras

The urban as anti-nation: to understand the crisis of Brazilian metropolises

Luiz César de Queiroz Ribeiro [I]  
Igor Pouchain Matela [II]  
Nelson Diniz [III]

## Resumo

Como retomar um projeto de desenvolvimento que contemple a reforma urbana e o direito à cidade? Buscamos esboçar um marco teórico-analítico compatível com essa possibilidade, entendendo que as cidades brasileiras podem funcionar como vetores da reconstrução da nação, após o período recente de sucessivas crises, com destaque para a crise urbana. Propomos adotar horizontes amplos de investigação dos “problemas urbanos”, sustentando que eles devem ser considerados à luz da forma histórica contemporânea da dependência e das circunstâncias abertas com o golpe de 2016, que impôs uma inflexão ultraliberal ao País. Defendemos, por fim, que, após esse golpe, o “caráter antinacional do urbano” foi radicalizado e que sua compreensão pode se beneficiar do resgate do debate sobre a urbanização dependente.

**Palavras-chave:** projeto nacional; dependência; reforma urbana; crise urbana

## Abstract

*How can we resume a development project that embraces urban reform and the right to the city? We seek to outline a theoretical and analytical framework consistent with this possibility, understanding that Brazilian cities can function as vectors for the reconstruction of the nation after the recent period of successive crises, especially the urban crisis. We propose adopting broad horizons for investigating “urban issues”, arguing that they should be considered in the light of the contemporary historical form of dependency and in view of the circumstances emerging from the 2016 parliamentary coup d'état, which imposed an ultra-liberal inflection on the country. Finally, we argue that, after this coup, the “anti-nation” nature of the urban was radicalized, and the return of the debate on dependent urbanization can help its understanding.*

**Keywords:** national project; dependence; urban reform; urban crisis.



[...] se olharmos com cuidado para a hegemonia do projeto liberal da década de 90 das nossas elites econômicas e políticas e dos seus intelectuais orgânicos, podemos inclusive pensar que se trata, ainda, de uma das mais acabadas obras "modernistas". Nesta direção, pode-se levantar a hipótese de que o país, hoje, está sendo conduzido por aliança verdadeiramente "antropofágica" e bem-sucedida entre o "cosmopolitismo" dos jardins paulistas, atrelado às "altas finanças internacionais", e o "localismo" dos donos do "sertão" e da "mandragem" urbana. Tal aliança de poder estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras. (Fiori, 2000, p. 18)

## Introdução

Com o texto acima, José Luís Fiori concluía sua brilhante reflexão-homenagem ao pensamento de Celso Furtado, a propósito da interrupção do processo histórico de construção do Brasil como nação. Construção iniciada nos anos 1930, com o surgimento de uma coalizão desenvolvimentista, que sustentava a necessidade de industrialização do País, de homogeneização da sociedade e de afirmação da soberania nacional ante as forças de dominação do capitalismo global. Trata-se de conclusão pessimista, em função das consequências destruidoras do projeto neoliberal experimentado nos anos 1990. Mas um pessimismo relativizado pelo próprio autor, no desdobramento de sua conclusão, ao retomar do próprio Celso Furtado a esperança de que a democratização brasileira poderia criar um polo popular de resistência ao projeto liberal e pressionar na direção da elaboração de um "projeto alternativo de nação".

Essa possibilidade histórica quase se configurou com o ciclo dos governos populares-democráticos dos anos 2000, apesar das

inúmeras e conhecidas ambiguidades que marcaram os ensaios de desenvolvimento nacional no período. Mas o fato é que, após o golpe parlamentar de 2016 e a vitória, em 2018, da coalizão ultraliberal-conservadora, reiniciou-se, com maior força ainda, o processo de desconstrução da nação. A imagem alegórica-sociológica proposta por Fiori e acima transcrita nos parece descrever, com apenas algumas nuances, as forças, interesses e dinâmicas "antropofágicas" que hoje aceleram nossa transformação em um país submetido a tendências internas e externas de destruição da capacidade de direção da nossa própria historicidade. Vale dizer, um país fundado em uma economia nacional, em instituições e políticas de proteção social que assegurem a homogeneização das oportunidades e a distribuição da riqueza e da renda em patamar necessário à manutenção da sua coesão como um coletivo que compartilha um sentido de nacionalidade e, sobretudo, um sistema político com capacidade de participação popular nos centros de decisão.

Tal postulado coloca no centro da nossa reflexão dois temas inter-relacionados: o da democracia e o da cidade. Por essa razão, o presente texto tem como motivação básica o interesse em empreender reflexões sobre as possibilidades políticas de retomada de um projeto de desenvolvimento nacional como via de efetivação de uma reforma urbana e, ao mesmo tempo, como estratégia de retomada do crescimento do Brasil. Hoje, parece haver algum espaço para que se manifeste uma sinergia entre os objetivos de reformar as cidades e transformar o padrão do desenvolvimento capitalista, respondendo, assim, não só a questões urgentes (desemprego, fome, perda de renda, etc.), mas também a questões estratégicas (crescimento com diminuição das desigualdades, elevação do bem-estar e inovação) e aos desafios contemporâneos decorrentes da transição energética e climática. Ou seja, as questões que se colocam são: como reconstruir e transformar as cidades brasileiras no quadro de um novo projeto nacional? E quem seriam os sujeitos desse projeto?

Tal motivação se vincula ao esforço do INCT Observatório das Metrôpoles de mobilizar conhecimentos e informações acumulados em seus dois últimos Programas de Pesquisa (2007-2016 e 2007-2022) sobre a ordem urbana das metrôpoles brasileiras para subsidiar o debate em torno dessas questões. Ao mesmo tempo, o presente texto expressa resultados do empenho coletivo realizado pelos integrantes do grupo de pesquisa Metrôpole, Estado e Capital, que vem desenvolvendo leituras e reflexões sobre as transformações na ordem urbana brasileira decorrentes da atual configuração das relações de dependência. Configuração cuja característica central é a submissão ativa

do País à lógica rentista-financeira do padrão de acumulação do capitalismo global, o que reforça a hipótese de que a burguesia brasileira renunciou ao controle da matriz espacial e temporal da urbanização.

Como já formulado pela sociologia urbana clássica, é somente através da ação do Estado que, sob o modo de produção capitalista, é possível conciliar a função da cidade na reprodução social, na reprodução do capital e na sustentação da legitimidade do poder da burguesia, o que costuma ser feito por intermédio de políticas de regulação e de provisão, direta ou indireta, de equipamentos e serviços. Para tanto, torna-se fundamental que as capacidades de ação do Estado estejam fundadas em sua autonomia relativa ante os interesses imediatos das várias frações do capital. Nesses termos, o que se poderia chamar, acompanhando Oliveira (1977 e 1978), de caráter “antinação” do Estado decorre exatamente, no período atual, da perda dessa autonomia relativa, nas novas condições de dependência.

Mas como analisar a atual crise urbana brasileira, para enfrentá-la com base na retomada de um projeto nacional? Como reduzir suas formas de manifestação às determinações fundamentais que estão em sua origem? Como escapar, assim, de uma simples “fenomenologia dos problemas urbanos”? De que maneira, enfim, é possível explicar os processos subjacentes e reconstruir as estruturas, ou a ordem, que articulam, numa totalidade, essas formas de expressão da crise?

Defendemos, antes de tudo, que os atributos da ordem urbana, suas contradições e seu desenvolvimento devem ser enquadrados em escalas e horizontes espaço-temporais mais amplos de investigação. Para nós, isso

abre caminho para novos olhares sobre as cidades e as metrópoles. Isto é, abre caminho, principalmente, para uma perspectiva que se oponha ao que tem sido um viés muito difundido nas pesquisas urbanas, excessivamente voltadas para o âmbito local e o tempo presente. Estamos em busca, portanto, de argumentos mais abrangentes e explicações totalizantes.

Em nossa opinião, compreender a realidade das cidades e metrópoles brasileiras exige não só descrever e analisar sua crise, seus problemas, mas, também, considerar o modo como essas cidades e metrópoles vêm se transformando em sintonia com as características da atual fase de expansão do capitalismo. Note-se que, por se tratar de uma situação de dependência, é necessário levar em conta a inserção periférica e/ou semiperiférica do Brasil na divisão internacional do trabalho e no sistema interestatal, tanto no passado quanto no presente. Inserção periférica largamente considerada pela tradição do pensamento crítico latino-americano. Ou seja, uma vez que o Brasil ocupou, ao longo do tempo, posições subordinadas nas redes mundiais de acumulação de riqueza e poder, isso é decisivo, em nossa perspectiva, para compreender a crise e a ordem urbana contemporâneas.

Assim, pretendemos, com este artigo, resgatar uma forma de pensar que aborda os espaços e problemas urbanos de maneira mais compreensiva. Quer dizer, trata-se de retomar o espírito dos debates sobre a urbanização dependente;<sup>1</sup> debates que, nos anos 1960-1970, buscavam identificar as relações entre a constituição do urbano e o funcionamento do capitalismo, enfatizando o papel das forças tanto das forças internas quanto externas ao território brasileiro. Antes, porém, de esboçar os nexos

entre a ordem urbana brasileira e o desenvolvimento recente do capitalismo dependente, é necessário definir melhor o que estamos chamando de crise urbana, ressaltando suas principais formas de manifestação.

## A crise urbana brasileira e suas formas de manifestação

Não há dúvidas de que, nos últimos anos, o Brasil viveu sucessivas crises. Dentre elas, destacaram-se, antes de tudo, as crises econômica e institucional. No que diz respeito à primeira, pode-se mencionar, por exemplo, não só os prolongados efeitos da recessão de 2015-2016, mas também as repercussões da paralisação das atividades econômicas em virtude da pandemia de covid-19. Repercussões agravadas pela falta de unidade nacional no combate à emergência sanitária, o que, por si só, ensejou outra crise: uma crise de saúde e, no limite, uma crise humanitária. Tudo isso potencializado por altas taxas de inflação, especialmente nos mercados de energia, combustíveis e alimentos.

No que tange à crise institucional, sobressaíram os reiterados ataques do ex-presidente Jair Bolsonaro, de seu governo e de seus aliados aos demais poderes da República, sobretudo o Judiciário, o que se desdobrou no questionamento quanto à legitimidade do sistema eleitoral e nas ameaças de ruptura democrática. Algo que, após sua derrota eleitoral, em 2022, culminou na tentativa de consumir um golpe de Estado, o que ficou evidente no episódio da invasão da sede dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de

2023. No fundo, tudo isso expressa, em nossa opinião, o esgarçamento do pacto social cristalizado na Constituição de 1988. Daí a pertinência de se referir, igualmente e em consonância com Araújo e Belinelli (2022), à crise constitucional brasileira.

Seja como for, além dessas e de outras crises, é particularmente importante, para os fins deste artigo, delimitar o significado e as formas de manifestação da atual crise urbana brasileira.

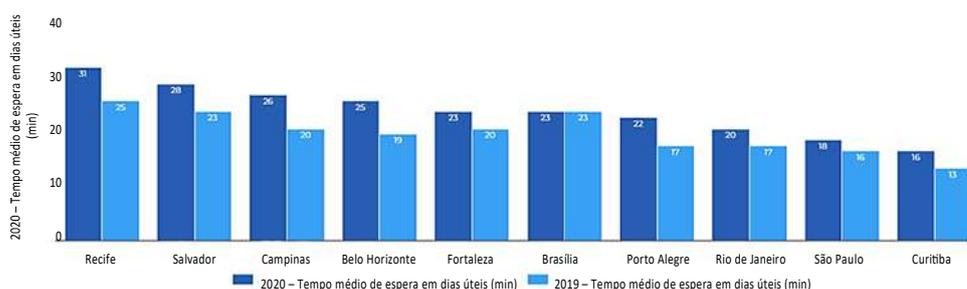
Crise urbana é uma expressão amplamente utilizada. No entanto, na maioria das vezes, não está claro quais são os sentidos a ela atribuídos. Aqui, acompanhando argumentos seminais de Castells (1980), definimos essa crise nos termos da incapacidade das grandes aglomerações urbanas, sobretudo das metrópoles, de reunir, em quantidade e qualidade, as condições mínimas de suporte à reprodução da vida social. Isso se traduz, de modo mais específico, na incapacidade de garantir a produção e distribuição de equipamentos e serviços coletivos (infraestruturas físicas e sociais) indispensáveis não apenas à reprodução da força de trabalho. Em alguns casos, essa incapacidade afeta o próprio funcionamento e expansão dos distintos circuitos de valorização do capital. Ou seja, os efeitos da crise urbana contemporânea atingem, ainda que de maneira desigual, tanto o capital quanto o trabalho. Além disso, cabe considerar que essa crise se torna tanto mais complexa numa situação em que o Estado perde a capacidade ou renuncia à capacidade de coordenar os ritmos articulados do desenvolvimento econômico e social, de um lado, e do desenvolvimento urbano, de outro.

Delimitado o sentido, quer dizer, a definição de crise urbana que nos serve de referência, cumpre, como dito acima, estabelecer quais são, em nossa perspectiva, suas principais formas de manifestação contemporâneas. Dentre elas, considerando sobretudo o caso do Rio de Janeiro, ressaltamos, no mínimo:

1) A tendência ao colapso dos sistemas de mobilidade urbana. Sem dúvida, um dos casos mais emblemáticos é o da cidade e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Suas frotas de ônibus foram drasticamente reduzidas e desorganizadas, principalmente no pós-pandemia de covid-19. Seus corredores de BRT (*bus rapid transit*), parte do chamado legado olímpico, chegaram a um estado deplorável, em especial na gestão do ex-prefeito Marcelo Crivella (2017-2020). O transporte sobre trilhos (trens) é constantemente interrompido em virtude de danos/furtos de cabos e/ou em função da péssima administração da concessionária Supervia. O sistema de metrô, por sua vez, além do alcance territorial insuficiente, está visivelmente sobrecarregado. Trata-se, enfim, de uma tendência que, seja no Rio de Janeiro, seja em outras capitais, traduz-se em longas esperas e tempos médios de viagem, como é possível observar nos Gráficos 1 e 2.

2) Os altos índices de desemprego e os baixos níveis de renda dos trabalhadores urbanos, cada vez mais deslocados, estruturalmente, do universo do assalariamento e submetidos à precarização de suas condições laborais e de reprodução. Note-se que esse deslocamento, que pode ser enquadrado nos termos do processo de desfiliação social, tal como descrito por Castel (1998), tem sido utilizado por autores como Brandão (2002) para assinalar a

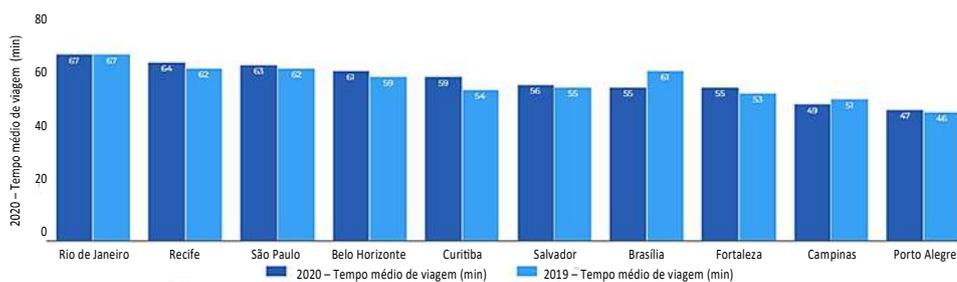
Gráfico 1 – Tempo médio de espera\* (minutos)



Fonte: Relatório Global Moovit sobre Transporte Público 2020. Disponível em: <https://moovitapp.com/>.

\*Quanto tempo, em média, as pessoas esperam durante uma viagem. Se o trajeto inclui baldeações, o tempo de espera em diferentes paradas/estações também é computado.

Gráfico 2 – Tempo médio de viagem\* (minutos)



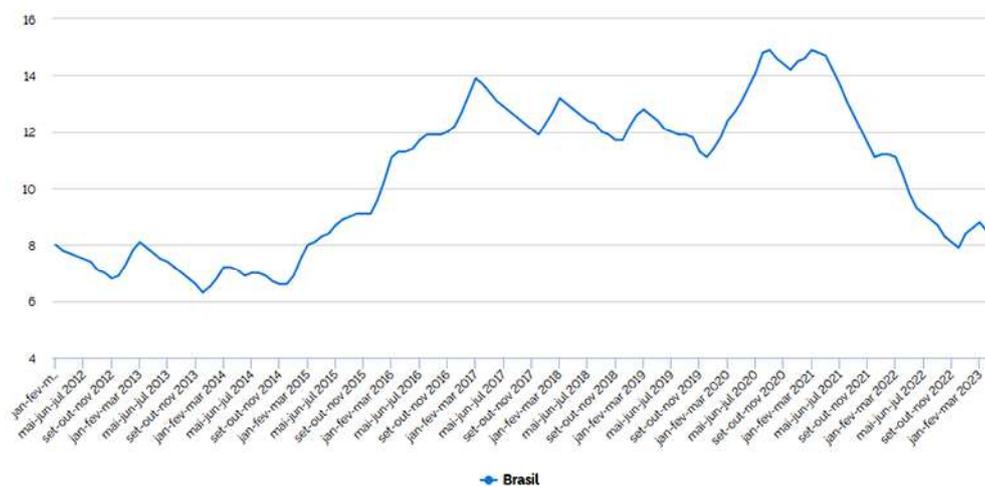
Fonte: Relatório Global Moovit sobre Transporte Público 2020. Disponível em: <https://moovitapp.com/>.

\*Por quanto tempo as pessoas se deslocam em uma direção única (de ou para casa/trabalho). Inclui caminhadas, espera e tempo de deslocamento.

expansão da pobreza urbana no Brasil. Seja como for, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no País, no primeiro trimestre de 2023, foi de 8,8%. Uma taxa declinante, é verdade, após os momentos recentes mais críticos: 13,9%, no primeiro trimestre de 2017, e 14,9%, no primeiro trimestre de 2021 (Gráfico 3). De todo modo, ainda há 9,4 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil, e o número de trabalhadores informais, em julho de 2022, alcançou o recorde de 39,3 milhões de pessoas. É importante notar, igualmente, o número crescente de trabalhadores, formais

e informais, cuja remuneração não excede o salário-mínimo. Pode-se levar em conta, do mesmo modo, o número de desalentados, isto é, de pessoas que não procuram mais emprego por acreditarem que não o encontrariam, 3,9 milhões, no primeiro trimestre de 2023. E é possível indicar, por fim, a denominada taxa de subutilização da força de trabalho, que engloba os desocupados e os subocupados por insuficiência de horas, de 18,9%, no mesmo período. Ressalte-se que pesquisas sobre o desemprego no Brasil, como a do IBGE, mostram que esse fenômeno é especialmente sensível nas grandes cidades

Gráfico 3 – Taxa de desocupação no Brasil (2012-primeiro trimestre de 2023)



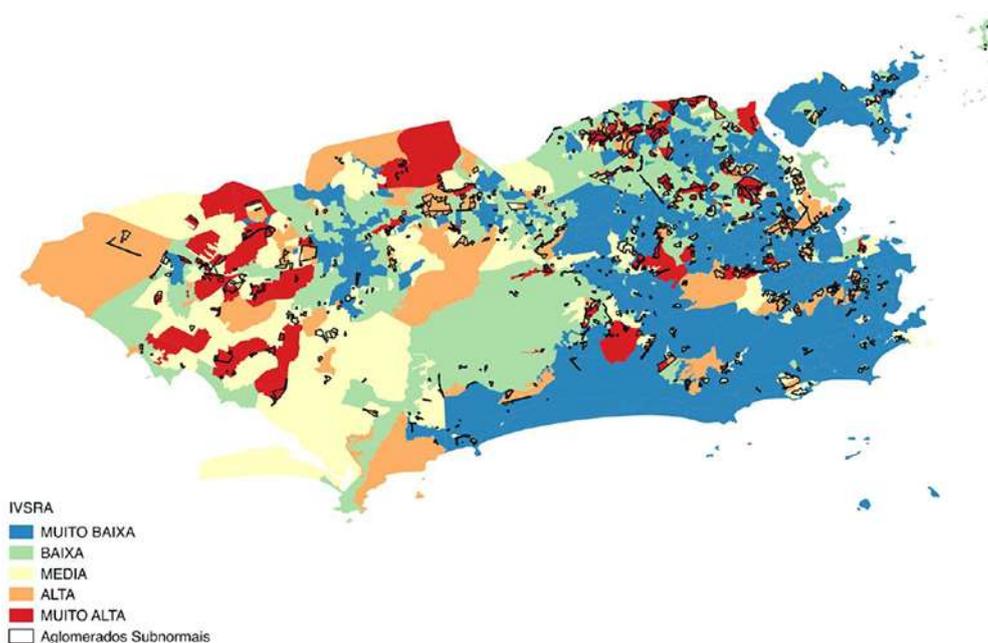
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

3) As recorrentes tragédias socioambientais urbanas. Tragédias provocadas pela combinação de eventos extremos com os históricos padrões de uso e ocupação do solo. Padrões que concentram, em áreas de risco (encostas e espaços suscetíveis a alagamentos, dentre outros), a maior parte da população pobre das cidades brasileiras. Cabendo enfatizar, ainda, o marcado traço racial desses padrões, que assinala a importância do debate sobre o chamado racismo ambiental. Considere-se, para refletir a respeito, a Figura 1. Como se vê, há uma explícita relação entre vulnerabilidade social e risco ambiental, com destaque, mais uma vez, para o caso do Rio de Janeiro. Ao menos essa é a conclusão quando se mobilizam, por exemplo, indicadores como o de Malta, Costa e Magrini

(2017), que recorrem a técnicas de geoprocessamento para sobrepor o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a uma base cartográfica de áreas suscetíveis ao fenômeno dos escorregamentos. Conforme esse indicador, os escorregamentos ocorrem, principalmente, nos aglomerados urbanos subnormais, em outras palavras, nas favelas e nos bairros populares.

4) A expansão da violência urbana. Aqui, é necessário considerar, em primeiro lugar, não só as ações das organizações criminosas tradicionalmente responsáveis pelo tráfico de drogas, mas também as práticas dos grupos armados conhecidos, no caso do Rio de Janeiro, como “milícias”. Grupos que encontram correspondência em outras formas e designações

Figura 1 – Índice de vulnerabilidade social e risco ambiental (IVSRA)

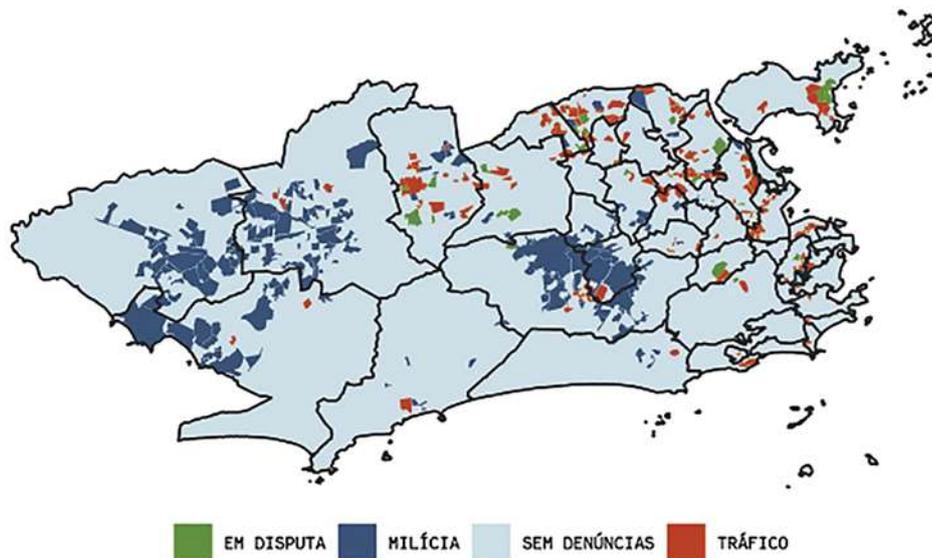


Fonte: Malta, Costa e Magrini (2017).

de associação paramilitar nas demais cidades e metrópoles brasileiras. Trata-se de organizações criminosas que controlam diversos territórios, originalmente sob a alegação de protegê-los, vendendo segurança, no que se assemelham às máfias. No entanto, sua atuação expandiu-se, mais recentemente, de várias maneiras, interagindo e alterando a dinâmica de diversos circuitos da economia urbana. Atualmente, esses grupos agem, por exemplo, monopolizando e impondo serviços ilegais/informais de transporte, construção de moradias, fornecimento de gás, telefonia e internet, dentre outros. Isso conduz, inclusive, alguns autores e autoras, como Santos Jr., Ribeiro e Barbosa Filho (2022), a introduzir, no debate sobre a violência urbana, a distinção entre

“militarização” e “milicialização” das cidades. Do nosso ponto de vista, isso resulta, portanto, na conformação de algo como um “conglomerado ilegal/informal de negócios urbanos”, que entra em relação com os circuitos legais/formais de acumulação nas cidades. Cabe ressaltar, ademais, que essa conformação acentua e estimula os frequentes conflitos e disputas territoriais entre organizações criminosas, tal como ilustrado na Figura 2. De acordo com o estudo do qual foi extraída a figura, 57,5% do território carioca era controlado, em 2019, por grupos milicianos, 15,4% estava nas mãos de facções do tráfico de drogas e 25,2% estava em disputa entre diversos grupos. Disputas e conflitos atravessados, ainda, por um padrão de ação e/ou omissão do Estado.

Figura 2 – Território de grupos criminosos no Rio de Janeiro



Fonte: ISP-RJ, GENI-UFF, NEV-USP, Fogo Cruzado, Disque Denúncia, Pista News e Pindorama.  
Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-crime-no-seu-quadrado/>.

Tabela 1 – Distribuição percentual de domicílios por condição de segurança alimentar e dos níveis de insegurança alimentar e número dos moradores por essas condições

Brasil e localização dos domicílios	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)							
	Domicílios – % 2021-2022				Moradores (por mil habitantes) 2021-2022			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (Rede Penssan). Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>.

5) A crescente insegurança alimentar. Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), existiam, em 2022, 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar leve ou moderada. Havia, ademais, 33 milhões de pessoas em situação de fome, expressa pela insegurança alimentar grave. Como se pode observar na Tabela 1, percentualmente, os índices de insegurança alimentar são maiores nas áreas rurais, mas o contingente de famintos nas cidades era enorme, aproximadamente 27 milhões de pessoas. Algo que se tornou explicitamente visível na paisagem urbana dos últimos anos, sobretudo no auge da pandemia de covid-19.

Enfim, essas são, em nossa perspectiva, as principais formas de manifestação da crise urbana brasileira contemporânea, que é uma crise, sobretudo, das grandes cidades. Claro está que é necessária uma pesquisa mais aprofundada e territorialmente abrangente para alcançar a caracterização precisa e sistemática

dessa crise, que aqui foi apenas esboçada. De todo modo, defendemos que a compreensão e as respostas a ela, nos marcos da retomada de um projeto nacional que contemple a agenda da reforma urbana e do direito à cidade, exigem um esforço analítico que considere essa crise e a ordem urbana que lhe corresponde nos marcos da atual forma histórica da dependência a que o Brasil está submetido. Dependência aprofundada, a nosso ver, no pós-golpe de 2016.

## A atual forma histórica da dependência

Há uma longa tradição do pensamento social latino-americano que buscou evidenciar as relações entre as dinâmicas gerais do sistema-mundo capitalista, as relações de dependência e os processos urbanos. Conforme essa tradição, as transformações espaciais nas sociedades da periferia devem ser entendidas em

conjunto com as formas assumidas pela dependência em cada momento histórico. Essa é a perspectiva, por exemplo, de Castells (1973), para quem a compreensão das características da urbanização latino-americana deve necessariamente passar por: 1) estabelecer os diferentes tipos de dependência que caracterizaram a história das sociedades latino-americanas; e 2) demonstrar o efeito de cada uma dessas situações de dependência sobre a organização do espaço. Quijano (1978), por sua vez, ao apontar que o processo de urbanização na América Latina é indissociável das relações de dependência, também destaca a necessidade de identificar, historicamente, as relações entre as estruturas internas de poder das sociedades dependentes e os interesses dominantes nas sociedades metropolitanas, uma vez que “a cada período de mudança no caráter concreto dessas relações, correspondem igualmente mudanças no caráter concreto da estrutura de poder das nossas sociedades, adequadas às exigências dessas relações” (p. 15).

Nesse sentido, pode-se recorrer, em primeiro lugar, a Dos Santos (2011[1970]) para argumentar que as sucessivas formas históricas da dependência resultaram: 1) das formas básicas assumidas pela economia mundial; 2) dos tipos de relação econômica dominante nos centros do capitalismo e seus modos de expansão; e 3) dos tipos de relações econômicas encontradas nos países periféricos, que foram combinadas e incorporadas ao processo de expansão do sistema-mundo capitalista. Além disso, diversos autores que desenvolveram e/ou se apropriaram das chamadas teorias da dependência, dentre os quais podemos citar Dos Santos (2011[1970]), Castells (1973), Marini (1973), Quijano (1978), Fiori (1995) e, mais recentemente, Paulani (2021), apresentaram

periodizações para distinguir as diferentes fases ou formas históricas das relações centro-periferia. Nossa síntese dessas periodizações destaca a existência das seguintes fases:

1) Fase da dependência (ou dominação) colonial: quando a soberania política e a administração direta do território estavam sob controle metropolitano. Fase caracterizada pela exportação de produtos *in natura*, em que a metrópole (Estado colonialista) dominava monopolisticamente as relações econômicas com as colônias.

2) Fase da dependência financeiro-industrial (Dos Santos, 2011[1970]) ou financeiro-comercial (Quijano, 1978): consolidada no fim do século XIX, quando o investimento do grande capital dos centros hegemônicos (especialmente britânicos) articula uma estrutura produtiva na periferia voltada para a exportação de produtos primários. A compra de produtos extrativos e a venda de produtos industrializados fundam uma divisão internacional do trabalho entre países agroextrativistas e industriais. A posição primário-exportadora e a deterioração dos termos de troca no comércio internacional permitiam a transferência de valores para os países centrais.

3) Fase da nova dependência ou dependência tecnológica-industrial (ibid.): a partir dos anos 1950, quando as empresas multinacionais se expandem para a periferia, investindo na industrialização e forçando a internacionalização de seus mercados internos. A transferência de valor para o centro resultando, principalmente, da “remuneração dos fatores de produção”, via remessa de lucros. Mas cumpre mencionar que Paulani (2021) identifica, ao final dessa fase, sobretudo a partir do final dos anos 1970, a emergência de novas tendências, tornando-se cada vez mais importante a remuneração do

capital monetário investido, por exemplo, em títulos da dívida pública. Ou seja, quando as transferências de valor da periferia para o centro começam a assumir, mais claramente, um caráter rentista. Em sua opinião, esse momento é marcado pelo choque de juros do banco central estadunidense, em 1979, que foi o fator mais determinante para a crise das dívidas externas do Terceiro Mundo nos anos 1980.

4) Fase da novíssima dependência (Fiori, 1995) ou da dependência 4.0 (Paulani, 2021): uma atualização e radicalização das características assumidas ao final da etapa anterior da dependência. Essa forma histórica contemporânea da dependência estaria baseada na globalização, no processo de financeirização, no controle das inovações e tecnologias de ponta exercido pelas grandes corporações multinacionais e pelos Estados que integram o núcleo do sistema-mundo capitalista, assim como pela subordinação dos países periféricos às políticas macroeconômicas definidas no centro. Ainda de acordo com Paulani (*ibid.*), essa fase está caracterizada pelo grande avanço nas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que vieram reforçar a concentração dos processos decisórios e o espraiamento das estruturas produtivas. Nesse contexto, a propriedade das “mercadorias-conhecimento” ou mesmo o “pagamento pela marca”, por exemplo, tornam-se elementos-chave para a extração de rendas por parte das grandes corporações capitalistas.

Considerando as características desta última fase e tomando como referência os termos de Arrighi (1997), defendemos que, atualmente, desfazem-se, completamente, as “ilusões do desenvolvimento” periférico. Do novo poder financeiro-tecnológico-político concentrado ou, nos termos de Oliveira (2003), da revolução molecular-digital resulta o seguinte:

um padrão de relações de dominação baseadas na exclusão dos países da periferia, em especial daqueles anteriormente designados como semiperiféricos, do acesso às condições que permitiram, no passado, expressivos retornos de sua inserção, ainda que subordinada, na divisão internacional do trabalho e nos ciclos de expansão do capital. Ao mesmo tempo, a condição da novíssima dependência acentuou o padrão de relações de exploração e extração das riquezas da periferia e sua transferência para as grandes empresas e os Estados do núcleo orgânico do sistema, principalmente porque reverteu, de modo significativo, o mínimo de margem de autonomia que a periferia e a semi-periferia haviam conquistado.

É justamente por isso que alguns autores, como Pochmann (2021) e Fernandes (1995), qualificam essa nova fase ou forma histórica da dependência como a etapa de “restauração da condição colonial” ou “neocolonial”. Acompanhando Paulani (2016 e 2021) e considerando o caso brasileiro, defendemos que essa restauração tem como causa principal a subordinação ativa do Brasil à lógica da acumulação fundada no rentismo. Como se sabe, o traço fundamental do rentismo, como padrão de acumulação, é o aumento do poder do capital sobre os processos de geração e de extração de excedentes, sem necessitar controlar diretamente a esfera da produção. O poder do capital hegemônico, ou do grande capital, passa a ser exercido, nomeadamente, na esfera da circulação do valor, controlando, a distância, os novos “chãos das fábricas”. Esse fato alterou, sensivelmente, a natureza do sistema capitalista, à medida que a acumulação passou a se realizar sob os imperativos da propriedade mais do que da produção. Destacam-se, agora, sobretudo o poder das marcas, a maneira como o conhecimento

é mobilizado pela instituição de sistemas de proteção da propriedade intelectual (patentes), que operam nacional e globalmente, assim como as formas contemporâneas do capital fictício (derivativos, títulos securitizados, etc.). Tudo isso gerando amplas margens para a captura de rendas.

Em suma, atualmente, radicaliza-se o padrão de acumulação capitalista fundado na lógica rentista. Segundo Paulani (2013), por exemplo, o Brasil vem sendo transformado em uma plataforma internacional para a circulação e a valorização do capital rentista global. Expressão evidente desse processo é o volume cada vez maior de recursos que são subtraídos da economia nacional para pagar as rendas dos capitais externos, que, uma vez aplicados na periferia, retornam ao centro na forma de dividendos, juros de dívida pública e privada, juros de ativos de crédito, patentes, etc. Ao mesmo tempo, à dominação rentista-financeira se associa a dimensão extrativista do processo de reafirmação da condição periférica. Trata-se, nesse caso, da conexão direta de várias escalas e regiões geográficas a operações de grandes capitais globais, que, controlando circuitos logísticos e financeiros, e não necessariamente a esfera da produção, inserem economias locais e regionais do Brasil em longas e complexas cadeias de valor. Cadeias voltadas, sobretudo, para suprir as necessidades das economias centrais, desmantelando a sinergia da divisão territorial/regional do trabalho criada durante a industrialização. Estamos, aqui, referindo-nos, por exemplo, à inserção do *hinterland* do País nos circuitos produtivos-extrativistas do agro-negócio e dos recursos energéticos e minerais.

Em nossa perspectiva, a penetração da atual lógica rentista no capitalismo brasileiro, que reforça sua subordinação ao capitalismo

global, tem como consequência o bloqueio estrutural das possibilidades de retomada do desenvolvimento nacional, isto é, um desenvolvimento fundado no dinamismo interno e em transformações das bases produtivas. No plano da economia política, a consequência é a constituição de um segmento interno de interesses rentistas que assume a condição de hegemonia no bloco de poder dominante e sustenta as políticas macroeconômicas orientadas pela inserção do Brasil na dinâmica da acumulação capitalista contemporânea. Tudo isso se expressando, dentre outros fenômenos, na forma das múltiplas crises em curso no País, interessando-nos, especialmente, a crise urbana, tal como descrita acima. Ou seja, do nosso ponto de vista, as formas de manifestação dessa crise, acima esboçadas, devem ser investigadas a partir de seus vínculos com as dinâmicas próprias da condição dependente.

Por exemplo, como pode haver 33 milhões de famintos, grande parte dos quais concentrada em áreas urbanas, em um País que se destaca, justamente, por sua inserção amplamente competitiva nos mercados internacionais de proteína animal? Como se sabe, é precisamente essa inserção que compromete o que se passa no âmbito interno, muito sensível às dinâmicas próprias dos mercados internacionais. Recentemente, por exemplo, instalou-se uma tendência à elevação dos preços da carne bovina, no Brasil, quando aumenta a demanda chinesa pelo produto.

Mas, como já sugerido, é preciso seguir com esse esforço, indo além das formas de manifestação dessa crise, encontrando suas determinações fundamentais. Ainda em nossa perspectiva, isso pode ser feito, em nome de uma explicação abrangente e estrutural dos problemas urbanos, retomando as considerações

de Oliveira (1977) não só sobre o “Estado antinação”, mas, principalmente, sobre o “urbano antinação”, articulando-as à compreensão das novas formas históricas do capitalismo, dentro e fora do Brasil, e às relações de dependência contemporâneas.

## A inflexão ultraliberal e o retorno do urbano antinação

O tema da formação do Brasil (da economia, do Estado, da nação, etc.) foi uma preocupação central na história do pensamento social brasileiro. Preocupação que remonta, no mínimo, às décadas de 1930-1940, sobretudo a partir das contribuições de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Aludimos, aqui, respectivamente, à publicação de *Casa-grande e senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Para Antonio Candido ([1967] 2004), por exemplo, esses livros exprimiam “a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (p. 9). Seja como for, daí por diante, diversos autores e autoras, em distintos campos disciplinares, buscaram tanto explicar a especificidade da formação social brasileira quanto formular um projeto nacional.

Trata-se de um movimento multifacetado de pesquisa, ação e reflexão que resultou, dentre outras coisas, no que Sampaio Jr. (1999) chama de “tradição democrática de pensamento sobre a nação brasileira”. Para ele, destacam-se, nessa tradição, as elaborações não só de Caio Prado Jr., já mencionado, mas também de autores como Florestan Fernandes e Celso

Furtado. Nos termos de Sampaio Jr. (ibid.), essa tradição entendeu o projeto de construção do Estado nacional como “um meio de submeter o desenvolvimento aos desígnios de uma sociedade irmanada num destino comum para seus cidadãos” (p. 416). Assim, a afirmação da nacionalidade corresponderia à necessária cristalização de “uma sociedade homogênea, portadora dos valores humanistas da civilização ocidental, baseada em nexos morais entre as classes sociais e na existência de laços orgânicos entre as diferentes regiões do país” (ibid.). Ainda conforme o autor:

Os que refletiram sobre os desafios da formação a partir de uma perspectiva democrática, de um modo ou de outro, vincularam a construção do Estado nacional à integração do conjunto da população, em condições de relativa igualdade, aos avanços técnicos e aos valores humanistas da era moderna. (Ibid.)

Ou seja, nos termos de Sampaio Jr. (ibid.), essa tradição democrática propugnava que a “forma nacional” deveria ser pensada como centro de poder capaz de condensar a vontade política da coletividade, convertendo-se, desse modo, em meio para as sociedades subalternizadas controlarem seu tempo histórico. Cabe ressaltar, portanto, que essa tradição ou ao menos os autores elencados por Sampaio Jr. (ibid.) estavam igualmente preocupados com a questão da dependência. Nesse sentido, pode-se afirmar que a tradição democrática do pensamento social brasileiro vislumbrava a possibilidade de que o espaço nacional (e podemos pensar especificamente nos espaços urbanos) funcionasse como um instrumento cuja função principal seria a de “proteger a coletividade frente aos efeitos destrutivos que se irradiam desde o centro do sistema capitalista mundial”

(*ibid.*, p. 417). Proteção que exigiria “planejar a internalização das estruturas e dos dinamismos da civilização ocidental”, o que deveria, enfim, ser realizado “de modo condizente tanto com o aumento da autonomia e criatividade da sociedade quanto com a elevação da riqueza e bem-estar do povo” (*ibid.*). A passagem a seguir, na qual Fiori (2000) sintetiza as contribuições de Celso Furtado sobre a “formação econômica nacional”, ajuda a compreender o que está em questão:

[...] a formação de um sistema econômico nacional brasileiro teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de dar-nos “a faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos” (Furtado, 1984, p. 108); a segunda seria que este processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria ideia da “formação” se fizesse “vontade coletiva” e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico. Para Celso Furtado, este era um processo em pleno curso – pelo menos desde os anos 30 – que foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 70 e interrompido pelas políticas e reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 90. (*Ibid.*, p. 2)

Em suma, do nosso ponto de vista, partindo da referida tradição, é possível enquadrar a formação do Estado-nação em geral, do brasileiro em particular, nos termos de um complexo e contraditório processo de fusão entre território, sociedade, economia e Estado.

Processo orientado por um “projeto nacional”, no curso do qual deveriam ser estabelecidos: 1) patamares mínimos de homogeneização social; 2) mecanismos democráticos de regulação/estabilização do conflito social interno; 3) laços territoriais conducentes à integração das distintas regiões do País; e 4) capacidades de resposta às forças de desarticulação que operam no âmbito do sistema mundial (soberania nacional). Evidentemente, no caso brasileiro e das formações dependentes em geral, esses aspectos nem sempre foram concretizados ou o foram em ritmos desiguais, a depender das conjunturas. Quer dizer, nunca tivemos um Estado-nação completamente constituído. Isso porque a própria natureza do capitalismo dependente impede essa constituição. Em outras palavras, porque há, na periferia do sistema mundial, uma contradição entre a dinâmica da acumulação capitalista, crescentemente internacionalizada, e a dinâmica de formação do Estado-nação que atua nesse sentido, isto é, bloqueando, interrompendo os ensaios de construção da nação.

Enfim, ainda com base na leitura dessa tradição democrática defendida por Sampaio Jr. (1999), pode-se dizer que as sociedades dependentes, como a brasileira, enfrentam um dilema. Dilema que opõe, de um lado, a condição de barbárie e, de outro, a possibilidade de um projeto civilizatório. Nessa disjuntiva, a barbárie está vinculada às mudanças sociais que sinalizam a reafirmação da dependência ou, nas palavras do autor, a reversão neocolonial (anomia, fragmentação, marginalização, heteronomia, instabilidade, subdesenvolvimento). Por sua vez, o projeto civilizatório associa-se ao progresso e à construção nacional (organização, unificação, integração, autonomia, estabilidade, desenvolvimento).

O tratamento desse dilema, ainda que não necessariamente colocado nos termos dessa disjuntiva, está presente, de fato, na obra de diversos autores e autoras do pensamento social brasileiro. Esse é o caso, por exemplo, da caracterização dos fenômenos urbanos sustentada por Francisco de Oliveira, especialmente no clássico texto intitulado “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”.

Escrevendo no final dos anos 1970, Oliveira (1978) defendia a ideia de que é no “urbano que começa a sintetizar-se, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil” (p. 67). Isso porque, em sua opinião, não há “qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano ou num problema que explode como urbano” (p. 68). E, depois de enumerar uma série de “problemas” desse tipo, de modo semelhante ao que fizemos acima, na seção sobre a crise urbana contemporânea, o autor estabelece que é preciso superar essa simples “fenomenologia dos problemas urbanos”, buscando uma explicação totalizante e uma periodização do “urbano” no Brasil.

Após analisar os períodos colonial, imperial e da República Velha, de hegemonia dos interesses agrários, Oliveira (ibid.) propõe que, no período de “disparada da acumulação industrial”, iniciado a partir dos anos 1930, o urbano torna-se a expressão da “chamada mobilidade horizontal-vertical, que socialmente legitimava o crescimento industrial, oferecia perspectivas individuais e mesmo de classe” (p. 72). Daí o grande afluxo populacional na direção das maiores cidades brasileiras. Ou seja, o crescimento dessas cidades acompanhava o relativo desenvolvimento do Brasil e,

em geral, abria oportunidades de mobilidade social ascendente. O que estava em curso, em sua opinião, era um período em que “o horizonte de possibilidades parecia oferecer tudo a todos” e no qual, excepcionalmente, ocorreu uma “fusão entre a nação e o Estado”, o Estado crescendo “por afirmação da nação” (p. 72).

Tratava-se, nos termos do autor, de uma fase de “ambiguidade estrutural do Estado”, em que a burguesia industrial teve não só de admitir a existência do proletariado, mas de incorporá-lo em um projeto político que se opunha aos interesses das oligarquias rurais. Tudo isso resultando em um ensaio de construção da nação, ou melhor, do Estado-nação brasileiro, cuja síntese estava dada pelas características que o urbano então assumiu: o predomínio das grandes cidades, aparentemente cada vez mais prósperas.

Ainda conforme Oliveira (ibid.), esse período de acelerada urbanização teria sido substituído por outro, imediatamente posterior, coincidente com o advento do capitalismo tipicamente associado, que o autor identifica com a “Restauração Kubitschek” e, acima de tudo, com o regime imposto pelo golpe militar de 1964. É nesse período, de metropolização propriamente dita, que o urbano se converteu na “antinação”, isto é, “no assentamento definitivo da produção e do controle político-social na cidade”, importando, principalmente, “colocar, pela repressão, toda a massa trabalhadora sem calças” (p. 73). Os problemas urbanos tornam-se cada vez mais complexos e seus efeitos atingem, especialmente, as classes populares. Se ainda há sinergia entre expansão capitalista e urbanização, seus benefícios são capturados pelas elites e por parte das classes médias. As cidades convertem-se em aglomerações cada

vez mais dualizadas e polarizadas, as características dos espaços urbanos e metropolitanos expressando a crescente desigualdade social.

E é justamente nesse período que a burguesia brasileira se desnacionaliza, em termos tanto de propriedade do capital quanto de defesa de um projeto de desenvolvimento. Teria sido eliminada, assim, a ambiguidade estrutural do Estado, que passava a atuar, centralmente, em benefício da burguesia “internacional-associada”. Portanto, é no curso de todo esse período que se interrompe o que havia sido um ensaio de construção da nação, superando-se a necessidade de trazer as classes e camadas populares para dentro do pacto estruturante do Estado, da economia e do capitalismo brasileiros, cumprindo um papel decisivo, aí, a urbanização.

Pois bem, inspirados nesse horizonte de interpretação, sugerimos a delimitação de dois períodos que, evidentemente, não foram considerados na proposta inicial do autor: o período que chamamos de “longa década de 1980” e o período entre 2016 e 2022, iniciado com o golpe parlamentar que derrubou o segundo governo de Dilma Rousseff, abrindo caminho para uma “inflexão ultraliberal”.

No primeiro caso, estamos nos referindo a uma fase que se estendeu do final dos anos 1970, particularmente a partir das greves do ABC paulista e da reabertura política que caracterizou os momentos finais da ditadura militar, até o referido golpe de 2016, passando pelo marco fundamental da promulgação da Constituição de 1988. Para nós, essa Constituição deve ser entendida como a expressão jurídica e a cristalização contraditória do pacto social que começava a ser construído para substituir as formas de poder e de dominação que estiveram em vigor, no Brasil, ao longo da ditadura,

isto é, entre 1964 e 1985. Isso porque é no contexto da crise política e econômica dos anos 1980 que vão se articular as forças sociais que disputaram, no jogo da Constituinte e nos anos seguintes, a possibilidade de inscrever no novo ordenamento jurídico as demandas do trabalho organizado, dos movimentos sociais urbanos e rurais, além das reivindicações mais amplas por direitos e cidadania. Ou seja, forças que buscavam atribuir ao novo pacto social e de poder um caráter progressista e distributivista.

No entanto, é nesse momento que se difundem, pelo mundo, o ideário e as experiências neoliberais, influenciando o que se passava no Brasil. Assim, o que ocorreu, a partir de então, nas diferentes escalas e âmbitos de governo, expressou a contradição entre a realização dos mecanismos, princípios e diretrizes sociais da Constituição de 1988 e o ajustamento às sucessivas ondas de neoliberalização. Como observam Araujo e Belinelli (2022):

A Constituição de 1988 havia consagrado um programa material de caráter social-democrata, justamente num momento em que a hegemonia ideológica desse arranjo estava sofrendo profundo questionamento por uma alternativa em formação, o neoliberalismo, alimentada pelo colapso do bloco soviético e pela crise do Welfare State europeu. [...] Vale notar, porém, que o programa social da Constituição de 1988 não representava simples adesão a uma moda em vias de ultrapassagem. Ao contrário, deitava raízes nas condições econômicas e sociais do país. As altas taxas de crescimento experimentadas durante o regime militar foram conquistadas ao custo de uma intensificação da desigualdade social. Finda a ditadura, era de se esperar a emergência não só de um regime de poder civil e liberdades democráticas, mas de reparação ativa da chamada “dívida social”.

[...] a Constituição parecia remar contra a maré dos ventos internacionais. A questão era decisiva, colocando o problema da própria viabilidade do pacto social que ela pretendia expressar. (p. 69)

Nesse sentido, pode-se dizer que teve início, sobretudo após a década de 1990, uma nova fase de ambiguidade estrutural do Estado, em que as tentativas de concretizar parte do programa social cristalizado na Constituição de 1988 entravam em contradição com o cerne da política macroeconômica brasileira, de viés cada vez mais neoliberal. Isto é, a questão que se colocava, então, era a seguinte: como aplicar esse programa, se a perda de autonomia na gestão macroeconômica conduzia justamente na direção contrária?

Do ponto de vista urbano, isso repercutiu, por exemplo, na aprovação e tentativa de implementação dos mecanismos do Estatuto das Cidades, a partir de 2001; na criação do Ministério das Cidades, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006); e na política habitacional do segundo governo Lula (2007-2010), como no caso do programa Minha Casa Minha Vida (2009), que, por si só, é um excelente indicador da aguda contradição entre, digamos, o polo social-liberal e o polo abertamente neoliberal dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). No plano geral, retomou-se o debate, especialmente a partir dos mandatos da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), sobre o desenvolvimentismo, nas formas atualizadas do neodesenvolvimentismo e/ou do novo desenvolvimentismo, ao mesmo tempo que se buscava consolidar o tripé macroeconômico instituído nos anos 1990 (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante).

Assim, de modo semelhante ao que aconteceu nos períodos originalmente abordados por Oliveira (1978), a ambiguidade estrutural do Estado converteu-se, cada vez mais, em contradição inconciliável. E, em nossa opinião, é nesses termos que deve ser compreendido o período que se abre com o golpe parlamentar de 2016, quando a referida ambiguidade é totalmente substituída pelo programa, representado pela “Ponte para o Futuro”, do governo Temer (2016-2018), que radicalizou os experimentos neoliberais anteriores, constituindo o salto de qualidade que permite falar na inflexão ultraliberal. Inflexão que, já no governo Bolsonaro (2019-2022), foi levada às últimas consequências, acompanhada por tendências crescentemente autocráticas. E é a esse período que corresponde, indubitavelmente, o retorno do “urbano antinação”. Encerrou-se, mais uma vez, um ensaio de construção da nação, no sentido e de acordo com os aspectos acima destacados, um ensaio ainda mais tímido, quando comparado com a experiência anterior, do período desenvolvimentista. Pode-se tomar como indicador, por exemplo, o encerramento do programa Minha Casa Minha Vida e sua substituição pelo programa Casa Verde e Amarela que resultaram no radical desmantelamento das políticas de promoção e financiamento habitacional.

Em resumo, na etapa da inflexão ultraliberal, o mínimo de experiências democratizantes e redistributivas, que operavam, por exemplo, no âmbito do planejamento urbano e da política habitacional, foi substituído por um projeto que só pôde levar ao que levou, isto é, ao agravamento da crise urbana. Crise que já vinha sendo gestada, é verdade, mas cujas

formas de manifestação mais agudas, que foram descritas acima, permitem concluir o seguinte: “o urbano”, na atual fase da dependência e no período da inflexão ultraliberal, não poderia ter sido outra coisa, a não ser essa gravíssima “crise urbana”. O que nos conduz à seguinte questão fundamental, que está na base do esforço de pesquisa e reflexão que orienta este artigo: diante dessa crise gravíssima, o que fazer para reconstruir a nação?

## Conclusão: reformar a cidade, reconstruir a nação

Como visto, em nossa opinião, a crise urbana brasileira deve ser entendida muito além de suas principais formas de manifestação, comumente chamadas de “problemas urbanos”. Essa crise expressa, acima de tudo, o caráter antissocial, antidemocrático e antinacional do padrão de acumulação rentista que caracteriza o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. E é nesse sentido que defendemos que, para melhor compreender essa crise, é necessário considerar que ao capitalismo dependente contemporâneo correspondem padrões de urbanização dependente que precisam ser identificados e analisados sistematicamente. Por exemplo, é possível dizer que parte significativa do desemprego observável nas grandes cidades brasileiras encontra suas razões em taxas muito baixas de crescimento econômico, as quais, por sua vez, resultam, dentre outros fatores, da financeirização da economia do País, que abriu caminho para a expansão de distintas modalidades de rentismo, próprias da esfera das altas finanças e que bloqueiam investimentos nos circuitos da

valorização produtiva. Ou seja, no que tange à essa dimensão, há fortes nexos entre a conversão do Brasil em uma plataforma de valorização financeira e a vida urbana.

Argumentos como este, defendidos ao longo do texto, levam-nos a postular a centralidade da questão urbana no atual debate sobre a possível retomada de um projeto de desenvolvimento nacional. Debate que tende a ganhar força no contexto da derrota da coalizção ultraliberal e conservadora que se beneficiou do golpe de 2016 para governar o País entre 2019 e 2022. Como já mencionado, nos termos da discussão aqui proposta, estamos nos empenhando em elaborar um marco teórico-analítico que oriente a elaboração de políticas públicas e inspire lutas que contribuam para transformar as cidades em vetores da reconstrução da nação. Isto é, partindo da crise e dos problemas urbanos, é urgente descrever e analisar a ordem urbana que lhe dá sustentação. Ordem que repercute a inserção subordinada do Brasil no sistema-mundo capitalista e cujas tendências desagregadoras da nação agravaram-se diante do que chamamos de inflexão ultraliberal.

Emerge, assim, uma questão final, que é da maior importância e que precisa ser levada em conta por esforços de pesquisa, ação e reflexão subsequentes. De que maneira a retomada da agenda da reforma urbana e do direito à cidade poderia contribuir para desencadear processos de homogeneização social e de construção dos sujeitos históricos capazes de constituir a base político-social de um projeto de desenvolvimento nacional?

A nosso ver, isso é tanto mais relevante quando se sabe que as classes dominantes brasileiras abriram mão, há muito tempo, de cumprir qualquer papel no comando da matriz

espacial do País, que é essencialmente urbana. Portanto, a agenda da reforma urbana e do direito à cidade, em discussão na sociedade brasileira ao menos desde a segunda metade dos anos 1980, tem o potencial para ser um veículo decisivo de galvanização das classes sociais comprometidas com a superação do atual estágio da dependência e com a reconstrução da nação.

Aqui, é fundamental ter em vista os nexos que se estabeleceram, atualmente, entre as desigualdades sociais, as formas precárias de trabalho e as desigualdades urbanas. Como visto, a crise urbana manifesta-se, hoje, sobretudo como uma crise de reprodução social, que atinge amplas camadas da sociedade e não apenas os segmentos integrantes da força de trabalho ativa. Assim, deve-se pensar como esses setores precários e marginalizados podem ser trazidos, via políticas e lutas urbanas, para o âmbito da defesa de um projeto de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, parece ainda mais pertinente a conclusão com a qual Oliveira (1978) encerrou sua análise sobre o surgimento do “urbano antinação”. Nas palavras do autor:

Se a cidade foi o espaço por excelência do conflito de classes entre burguesia e proletariado, a urbanização da economia e da sociedade amplia este espaço; se essa urbanização tem no Estado capturado pela burguesia internacional-associada seu principal agente e simultaneamente seu principal obstáculo, esse espaço não apenas se amplia: se redefine para colocar no centro da contradição o próprio Estado. (p. 75)

Para nós, isso traz à tona, novamente, a necessária “revolução democrática”, postulada por Fernandes (1981), pela qual o conjunto da população deveria ser integrado aos processos de desenvolvimento econômico, sociocultural e político. Quer dizer, na opinião do autor:

A destruição de estamentos e grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde essa condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muitos menos, uma nação que possa apoiar-se num “querer coletivo” para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob esse aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder parece ser uma necessidade nacional. É que ela – e somente ela – pode dar origem e lastro a um “querer coletivo” fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do “destino nacional” que possam ser aceitas e defendidas por todos. (pp. 174-175)

Sem dúvida, tanto quanto “democrática” essa revolução deveria ser “urbana”, no sentido de que é aparentemente possível, atendendo ao conjunto de reivindicações correspondente aos problemas das grandes cidades brasileiras, abrir caminho para a formação desse “querer coletivo” e do sujeito histórico supramencionado. Mas, como dito, é necessário, antes de tudo, compreender que processos de transformação como este dependem

de olhares e explicações mais abrangentes sobre seus fundamentos, justamente o que tentamos esboçar com a presente abordagem da crise urbana brasileira, fundada na sua conexão com as dinâmicas contemporâneas do capitalismo dependente. Por fim, gostaríamos de enfatizar, para concluir, que a reconstrução da nação deve ser acompanhada pelos

esforços de reconstrução do pensamento teórico sobre a questão urbana no Brasil e na América Latina. E, ao fazê-lo, pode-se, como fizemos aqui, resgatar e atualizar uma vasta tradição de perspectivas críticas não só sobre a dependência, mas a respeito, igualmente, da urbanização dependente brasileira e latino-americana.

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-9344-8135>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.  
Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
lcqribeiro@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0009-0006-0447-3499>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
igormatela@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0009-0004-7492-5900>**

Colégio Pedro II, Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
nelsondiniz@hotmail.com

## Nota

(1) Para uma obra de referência desse debate, cf. Castells (1973).

## Referências

- ARAUJO, C.; BELINELLI, L. (2022). "A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016)". In: SINGER, A.; ARAUJO, C.; RUGITSKY, F. *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo, FFLCH/USP.
- ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2003). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- BRANDÃO, A. A. (2002). Conceitos e coisas: Robert Castel, a "desfiliação" e a pobreza urbana no Brasil. *Emancipação*, v. 2, n. 1, pp. 141-157.
- CANDIDO, A. (2004). "O significado de 'Raízes do Brasil'". In: HOLANDA, S. B. de (2004). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes.
- CASTELLS, M. (org.) (1973). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona, Gustavo Gili.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Cidade, democracia e socialismo. A experiência das associações de Madri*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, F. H. (1975). "A cidade e a política". In: CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DOS SANTOS, T. (2011[1970]). A estrutura da dependência. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, n. 30, pp. 5-18.
- FERNANDES, F. (1981). *A sociedade de classes e o subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1995). O eclipse do trabalho. *Folha de S.Paulo*, 26/6/1995.
- FERREIRA, J. S. W. (2000). Globalização e urbanização subdesenvolvida. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, pp. 10-20. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-8839200000400003>. Acesso em: 25 maio 2023.
- FIORI, J. L. (1995). "A globalização e a novíssima dependência". In: FIORI, J. L. (ed.). *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight.
- \_\_\_\_\_. (2000). A propósito de uma "Construção Interrompida". *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 9, n. 1, pp. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643119>. Acesso em: 15 ago 2022.
- MALTA, F. S.; COSTA, E. P. V. da S. M. da; MAGRINI, A. (2017). Análise da vulnerabilidade social e risco ambiental no município do Rio de Janeiro. *GeoUERJ*, n. 30, pp. 19-34.
- MARINI, R. M. (1973). *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México, Era.
- \_\_\_\_\_. (2019). *The politics of operations: excavating contemporary capitalism*. Durham e Londres, Duke University Press.

- PAULANI, L. M. (2013). Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 77, pp. 237-264.
- \_\_\_\_\_. (2016). Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 36, n. 3, pp. 514-535.
- \_\_\_\_\_. (2021). Dependency 4.0: Theoretical Considerations and the Brazilian Case. *Latin American Perspectives*, SAGE Journals, v. 49. i. 2, pp. 24-38.
- POCHMANN, M. (2021). *O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Edições Sesc.
- OLIVEIRA, F. de (1977). *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (1978). "Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes". In: MOISÉS, J. A. et al. (orgs.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Cedec.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- QUIJANO, A. (1978). "Dependência, mudança social e urbanização na América Latina". In: ALMEIDA, F. (org.). *A questão urbana na América Latina: textos*. Rio de Janeiro, Forense.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2017). *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; MATELA, I. P.; DINIZ, N.; RIBEIRO, T. F. (2021). "Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico". In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *As metrópoles e o capitalismo financeirizado. Revista e Ampliada*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SAMPAIO JR., P. de A. (1999). "O impasse da 'formação nacional'". In: FIORI, J. L. (org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.
- SANTOS JR., O.; RIBEIRO, T. F.; BARBOSA FILHO, U. R. B. F. (2022). *Da militarização à milicialização das cidades: efeitos de uma política nacional*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/da-militarizacao-a-milicializacao-das-cidades-efeitos-de-uma-politica-nacional/>. Acesso em: 11 set 2022.
- SINGER, P. (1973). "Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina". In: CASTELLS, M. (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona, Gustavo Gili.

Texto recebido em 7/jul/2023  
Texto aprovado em 2/ago/2023



# The urban as anti-nation: to understand the crisis of Brazilian metropolises

O urbano como antinação: para entender a crise das metrópoles brasileiras

Luiz César de Queiroz Ribeiro [I]  
Igor Pouchain Matela [II]  
Nelson Diniz [III]

## Abstract

How can we resume a development project that embraces urban reform and the right to the city? We seek to outline a theoretical and analytical framework consistent with this possibility, understanding that Brazilian cities can function as vectors for the reconstruction of the nation after the recent period of successive crises, especially the urban crisis. We propose adopting broad horizons for investigating “urban issues”, arguing that they should be considered in the light of the contemporary historical form of dependency and in view of the circumstances emerging from the 2016 parliamentary coup d'état, which imposed an ultra-liberal inflection on the country. Finally, we argue that, after this coup, the “anti-nation” nature of the urban was radicalized, and the return of the debate on dependent urbanization can help its understanding.

**Keywords:** national project; dependence; urban reform; urban crisis.

## Resumo

*Como retomar um projeto de desenvolvimento que contemple a reforma urbana e o direito à cidade? Buscamos esboçar um marco teórico-analítico compatível com essa possibilidade, entendendo que as cidades brasileiras podem funcionar como vetores da reconstrução da nação, após o período recente de sucessivas crises, com destaque para a crise urbana. Propomos adotar horizontes amplos de investigação dos “problemas urbanos”, sustentando que eles devem ser considerados à luz da forma histórica contemporânea da dependência e das circunstâncias abertas com o golpe de 2016, que impôs uma inflexão ultraliberal ao País. Defendemos, por fim, que, após esse golpe, o “caráter antinacional do urbano” foi radicalizado e que sua compreensão pode se beneficiar do resgate do debate sobre a urbanização dependente.*

**Palavras-chave:** projeto nacional; dependência; reforma urbana; crise urbana.



[...] if we look carefully at the hegemony of the liberal project of the 1990s by our economic and political elites and their organic intellectuals, we might even think that it is still one of the most accomplished "modernist" works. In this direction, we can hypothesize that today the country is being led by a truly "anthropophagic" and successful alliance between the "cosmopolitanism" of São Paulo's gardens, linked to "international high finance", and the "localism" of the owners of the "outback" and urban "rascality". This alliance of power was finally succeeding in completing the interrupted construction of a century-old project of international insertion and internal transnationalization of Brazil's decision-making centers and economic structures. (Fiori, 2000, p. 18)

## Introduction

With the text above, José Luís Fiori concluded his brilliant reflection-homage to the thinking of Celso Furtado regarding the interruption of the historical process of building Brazil as a nation. This construction began in the 1930s, with the emergence of a developmental coalition supporting the country's need for industrialization, the homogenization of society, and the affirmation of national sovereignty in the face of the forces of domination of global capitalism. This is a pessimistic conclusion, given the destructive consequences of the neoliberal project experienced in the 1990s. However, this pessimism is relativized by the author himself in his conclusion, when he takes over from Celso Furtado himself the hope that Brazilian democratization could create a popular pole of resistance to the liberal project and push towards the elaboration of an "alternative nation project".

This historical possibility almost took shape with the cycle of popular democratic governments in the 2000s, despite the

numerous and well-known ambiguities marking the national development trials in the period. But after the 2016 parliamentary coup and the victory of the ultra-liberal-conservative coalition in 2018, the process of deconstructing the nation restarted with even greater force. The allegorical and sociological image proposed by Fiori and transcribed above seems to describe, with just a few nuances, the "anthropophagic" forces, interests, and dynamics that today are accelerating our transformation into a country prone to internal and external tendencies aimed at the destruction of our ability to direct our historicity. In other words, a country founded on a national economy, institutions, and social protection policies that ensure the homogenization of opportunities and the distribution of wealth and income at a level necessary to maintain its cohesion as a collective that shares a sense of nationality and, above all, a political system with the capacity for popular participation in decision-making centers.

Such a postulate places two interrelated themes at the center of our reflection: democracy and the city. For this reason, the basic motivation behind this text is the interest in reflecting on the political possibilities of resuming a national development project as a way of implementing urban reform and, at the same time, as a strategy for resuming Brazil's growth. Today, there seems to be some room for a synergy to emerge between two goals: the reform of the cities and the transformation in the pattern of capitalist development. This would respond not only to urgent issues (unemployment, hunger, loss of income, etc.), but also to strategic issues (growth with reduced inequality, increased well-being, and innovation) and the contemporary challenges arising from the energy and climate transition. In other words, the questions are: how can Brazilian cities be rebuilt and transformed within the framework of a new national project? And who would lead this Project and be its subjects?

This motivation is linked to the efforts of the INCT Observatório das Metrôpoles to explore knowledge mobilization and information accumulated in its last two Research Programmes (2007-2016 and 2007-2022) on the urban order of the Brazilian metropolises to support the debate on these issues. At the same time, this text expresses the results of the collective efforts made by the members of the Metropolis, State, and Capital research group who have been developing readings and reflections on the transformations in the Brazilian urban order resulting from the current configuration of dependency relations. A configuration in which the main characteristic is the country's active submission to the rentier-

financial logic of global capitalism's pattern of accumulation reinforces the hypothesis that the Brazilian bourgeoisie has relinquished control of the spatial and temporal matrix of urbanization.

As classical urban sociology has already established, it is only through the action of the state that, under the capitalist mode of production, it is possible to reconcile the function of the city in social reproduction, in capital reproduction, and in the underpinning of the bourgeoisie's power legitimacy, which is usually done through regulatory policies and the direct or indirect provision of facilities and services. To this end, the state's capacity for action must be based on its relative autonomy from the immediate interests of the various fractions of capital. In these terms, what could be called, following Oliveira (1977 and 1978), the "antinational" nature of the state stems precisely from the loss of this relative autonomy in the current period, under the new conditions of dependency.

But how can we analyze Brazil's current urban crisis to tackle it based on the resumption of a national project? How can its forms of manifestation be reduced to the fundamental determinations that lie at its origin? How can we escape a simple "phenomenology of urban problems"? Finally, in what way is it possible to explain the underlying processes and reconstruct the structures, or the order, that articulate these forms of expression of the crisis as a whole?

First and foremost, we argue that the attributes of the urban order, its contradictions, and its development should be framed within broader scales and space-time horizons of investigation. For us, this opens the way to

new perspectives on cities and metropolises. In other words, it paves the way, above all, for a perspective that opposes what has been a very widespread bias in urban research excessively focused on the local sphere and the present time. We are therefore looking for more comprehensive arguments and totalizing explanations.

In our opinion, understanding the reality of Brazilian cities and metropolises requires not only describing and analyzing their crisis and problems but also considering how these cities and metropolises have been transforming in line with the characteristics of the current phase of capitalist expansion. It should be noted that, since this is a situation of dependency, it is necessary to consider Brazil's peripheral and/or semi-peripheral position in the international division of labor and the interstate system, both in the past and in the present. This peripheral insertion is widely considered by the tradition of Latin American critical thinking. In other words, since Brazil has, over time, occupied subordinate positions in the global networks of wealth and power accumulation, this is decisive, in our view, for understanding the contemporary crisis and urban order.

With this article, we want to revive a way of thinking that approaches urban spaces and problems more comprehensively. In other words, we are trying to recapture the spirit of the debates on dependent urbanization,<sup>1</sup> which, in the 1960s-1970s, sought to identify the relationship between the constitution of the urban and the functioning of capitalism, emphasizing the role of forces both internal and external to Brazilian territory. However, before outlining the links between the Brazilian

urban order and the recent development of dependent capitalism, it is necessary to better define what we are calling the urban crisis, highlighting its main forms of manifestation.

## Brazilian urban crisis and its forms of manifestation

There is no doubt that in recent years Brazil has experienced successive crises. First and foremost, among them have been the economic and institutional crises. As for the former, we can mention, for example, not only the prolonged effects of the 2015-2016 recession but also the repercussions of the paralysis of economic activities due to the COVID-19 pandemic. These repercussions were aggravated by the lack of national unity in combating the health emergency, which led to another crisis: a health crisis and, ultimately, a humanitarian crisis. All of this was exacerbated by high inflation rates, especially in the energy, fuel, and food markets.

Regarding the institutional crisis, the repeated attacks by former president Jair Bolsonaro, his government, and his allies on the other powers of the Republic, especially the Judiciary, stood out, leading to questions about the legitimacy of the electoral system and threats of democratic rupture. After his electoral defeat in 2022, this situation peaked in the attempt to carry out a coup d'état, which was evident in the episode of the invasion of the headquarters of the Three Powers in Brasília on January 8, 2023. All this expresses, in our opinion, the fraying of the social pact crystallized in the 1988 Constitution. Hence

the relevance of referring, also in line with Araújo and Belinelli (2022), to the Brazilian constitutional crisis.

In addition to these and other crises, the purposes of this article need to delimit the meaning and forms of manifestation of the current Brazilian urban crisis.

The urban crisis is a widely used expression. However, most of the time it is not clear what meanings are attributed to it. Here, following the seminal arguments of Castells (1980), we define this crisis in terms of the inability of large urban agglomerations, especially metropolises, to provide, in quantity and quality, the minimum conditions to support the reproduction of social life. This translates, more specifically, into the inability to guarantee the production and distribution of collective equipment and services (physical and social infrastructures) that are indispensable not only for the reproduction of the workforce. In some cases, this inability affects the very functioning and expansion of the different circuits of capital valorization. In other words, the effects of the contemporary urban crisis affect both capital and labor, albeit unevenly. Furthermore, it should be borne in mind that this crisis becomes even more complex in a situation where the state loses the capacity or renounces the capacity to coordinate the articulated rhythms of economic and social development, on the one hand, and urban development, on the other.

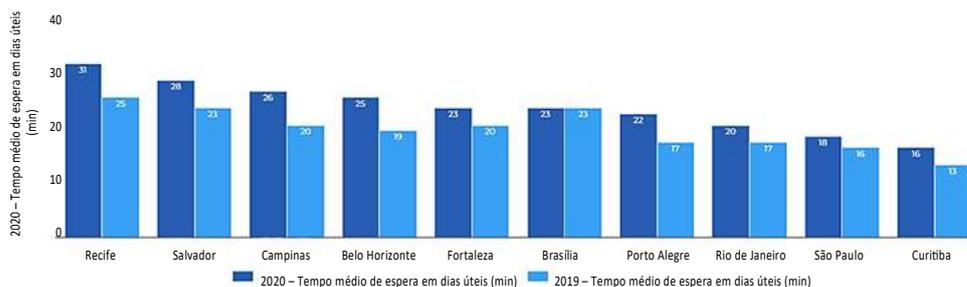
Having delimited the meaning, that is, the definition of urban crisis that serves as a reference, it is important, as stated above, to establish what we see as its main forms of

contemporary manifestation. Among them, considering the case of Rio de Janeiro in particular, we would highlight the following:

1) The tendency for urban mobility systems to collapse. Undoubtedly, one of the most emblematic cases is that of the city and metropolitan region of Rio de Janeiro. Their bus fleets have been drastically reduced and disorganized, especially in the aftermath of the Covid-19 pandemic. Its BRT (bus rapid transit) corridors, part of the so-called Olympic legacy, have reached a deplorable state, especially under former mayor Marcelo Crivella (2017-2020). Transportation on rails (trains) is constantly interrupted due to damaged/stolen cables and/or the poor management of the concessionaire Supervia. The metro system, in turn, in addition to its insufficient territorial reach, is visibly overloaded. In short, this is a trend that, both in Rio de Janeiro and in other capitals, translates into long waits and average travel times, as can be seen in Graphs 1 and 2.

2) The high unemployment rates and low-income levels of urban workers, who are increasingly structurally displaced from the world of wage-earning and subjected to precarious working and reproduction conditions. It should be noted that this displacement, which can be framed in terms of the process of social disaffiliation, as described by Castel (1998), has been used by authors such as Brandão (2002) to highlight the expansion of urban poverty in Brazil. In any case, according to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the country's unemployment rate in the first trimester of 2023 was 8.8%. A declining

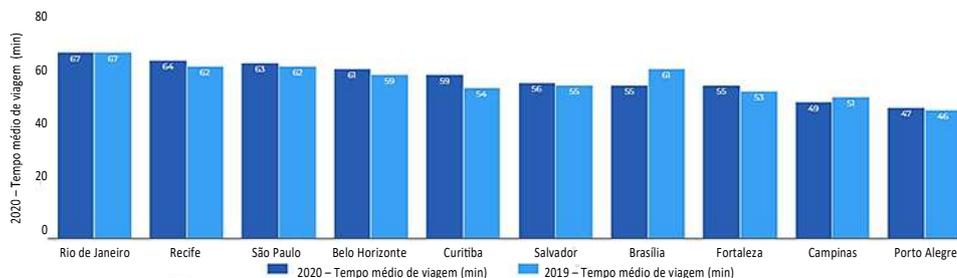
Graph 1 – Average waiting time\* (minutes)



Source: Moovit Global Report on Public Transport, 2020. Available from: <https://moovitapp.com/>.

\*Average amount of time people wait during a trip. If the trip includes transfers, the waiting time at different stops/stations is also calculated.

Graph 2 – Average waiting time\* (minutes)



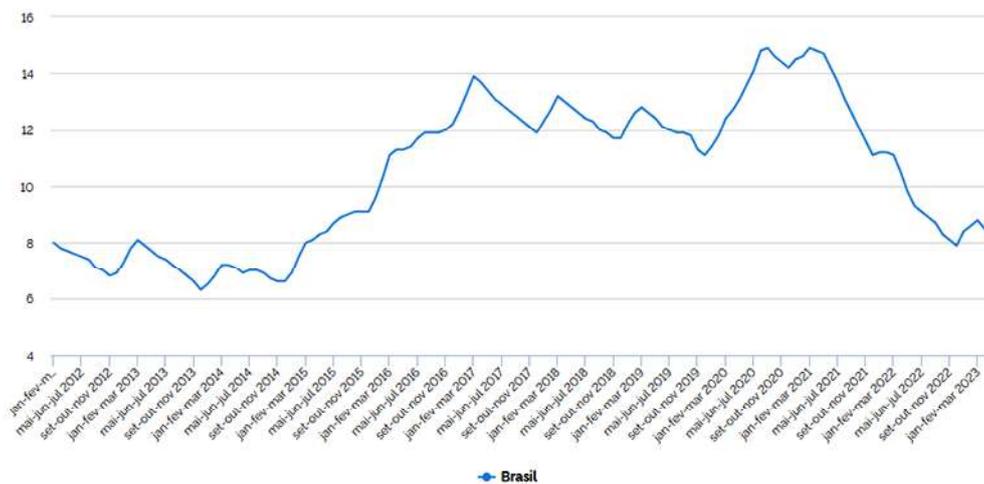
Source: Moovit Global Public Transport Report 2020. Available from: <https://moovitapp.com/>.

\* Average amount of time people travel in one direction (to or from home/work). Includes walking, waiting, and commuting time.

rate is true, after the most critical recent moments: 13.9% in the first trimester of 2017 and 14.9% in the first trimester of 2021 (Graph 3). Despite this, there are still 9.4 million unemployed workers in Brazil, and the number of informal workers in July 2022 reached a record of 39.3 million people. It is also important to note the growing number of workers, both formal and informal, whose pay does not exceed the minimum wage. We can also consider the number of discouraged

workers, i.e., people who are no longer looking for a job because they believe they will not find one - 3.9 million in the first trimester of 2023. Finally, it is possible to indicate the so-called underutilization rate of the workforce, which includes the unemployed and those underemployed due to insufficient hours, of 18.9% in the same period. It should be noted that surveys on unemployment in Brazil, such as the IBGE's, show that this phenomenon is particularly sensitive in large cities.

Graph 3 – Unemployment rate in Brazil (2012 – first trimester of 2023)



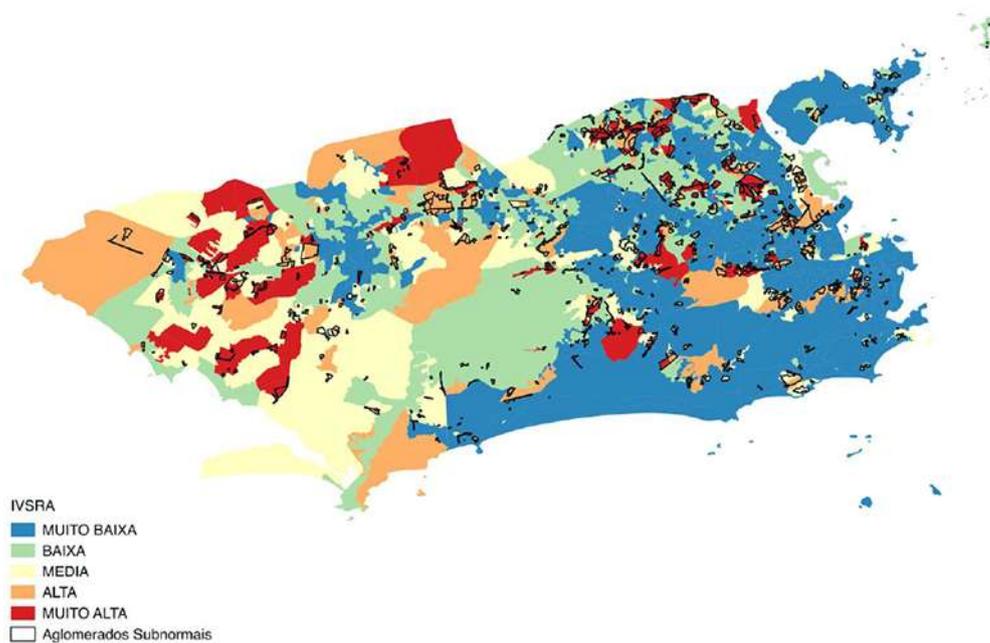
Source: Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).  
Available at: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

3) The recurring urban socio-environmental tragedies. Tragedies caused by the combination of extreme events and historical patterns of land use and occupation. These patterns concentrate most of the poor population of Brazilian cities in risk areas (hillsides and spaces susceptible to flooding, among others). It is also worth emphasizing the marked racial trait of these patterns, which highlights the importance of the debate on so-called environmental racism. Consider Figure 1. As you can see, there is an explicit relationship between social vulnerability and environmental risk, especially in the case of Rio de Janeiro. At least this is the conclusion when, for example, indicators such as that of Malta, Costa, and Magrini (2017) are mobilized, using

geoprocessing techniques to superimpose the Social Vulnerability Index (Índice de Vulnerabilidade Social - IVS) of the Institute for Applied Economic Research (Ipea) on a cartographic base of areas susceptible to the phenomenon of landslides. According to this indicator, landslides occur mainly in subnormal urban agglomerations, in other words, slums and working-class neighborhoods.

4) The expansion of urban violence. Here, it is first necessary to consider not only the actions of criminal organizations traditionally responsible for drug trafficking but also the practices of armed groups known, in the case of Rio de Janeiro, as “militias”. These groups are matched by other forms and names of paramilitary associations in other Brazilian

Figure 1 – Social vulnerability and environmental risk index (IVSRA)

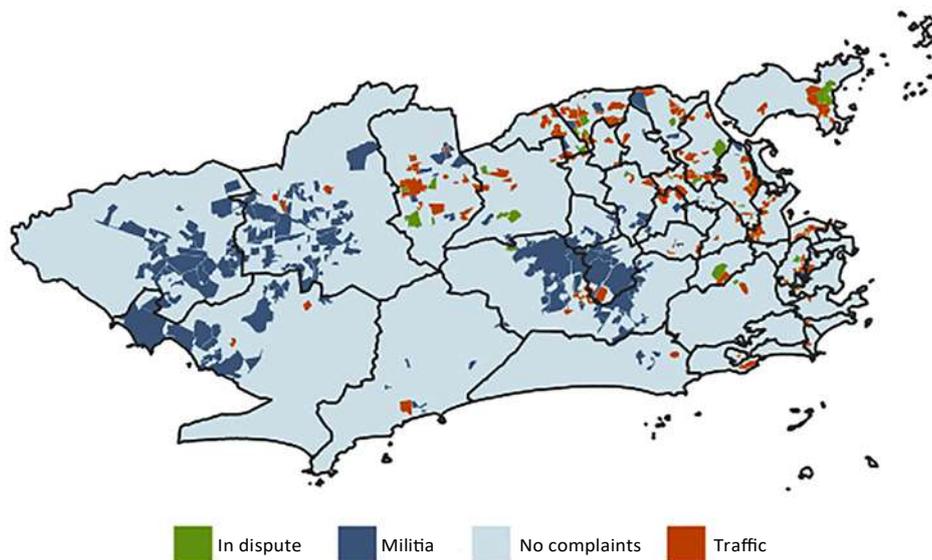


Source: Malta, Costa e Magrini (2017).

cities and metropolises. These are criminal organizations that control various territories, originally under the pretense of protecting them by selling security, in a similar way to mafias. However, more recently, their activities have expanded in various ways, interacting with, and altering the dynamics of various circuits of the urban economy. Currently, these groups act, for example, by monopolizing and imposing illegal/informal services in transport, housing construction, gas supply, telephony, and internet, among others. This has even led some authors, such as Santos Jr., Ribeiro, and Barbosa Filho (2022), to introduce the distinction between the “militarization” and “militialization” of cities in the debate on urban violence. From our point of view, this results

in the formation of something like an “illegal/informal conglomerate of urban businesses”, which enters into a relationship with the legal/formal circuits of accumulation in cities. It should also be noted that this formation accentuates and stimulates the frequent conflicts and territorial disputes between criminal organizations, as illustrated in Figure 2. According to the study from which the figure was taken, 57.5% of Rio’s territory was controlled by militia groups in 2019, 15.4% was in the hands of drug trafficking factions and 25.2% was in dispute between various groups. Disputes and conflicts are also crossed by a pattern of state action and/or omission. **Figure 2 - Territory of criminal groups in Rio de Janeiro**

Figure 2 – Territory of criminal groups in Rio de Janeiro



Source: ISP-RJ, GENI-UFF, NEV-USP, Fogo Cruzado, Disque Denúncia, Pista News and Pindorama. Available from: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-crime-no-seu-quadrado/>

Table 1 – Percentage distribution of households by levels of food security and levels of food insecurity and number of residents by these levels

Brazil and household location	Food Security (FS) and Food Insecurity (FI) Levels							
	Households – % 2021-2022				Residents (per one thousand inhabitants) 2021-2022			
	SA	IA Low	IA Moderate	IA Severe	SA	IA Low	IA Moderate	IA Severe
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urban	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Source: 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (Rede Penssan). Available from: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>.

5) Growing food insecurity. According to data from the Brazilian Research Network on Food and Nutritional Sovereignty and Security (Rede Penssan), there were 125.2 million people in a situation of mild or moderate food insecurity in 2022. There were also 33 million people in a situation of hunger, expressed by severe food insecurity. As can be seen in Table 1, in percentage terms, food insecurity rates are higher in rural areas, but the number of hungry people in the cities was enormous, approximately 27 million people. This scenario has become explicitly visible in the urban landscape in recent years, especially at the height of the Covid-19 pandemic.

In short, from our perspective, these are the main forms of manifestation of the contemporary Brazilian urban crisis, which is above all a crisis of the big cities. Of course, more in-depth, and territorially comprehensive research is needed to achieve a precise and systematic characterization of this crisis, which

has only been sketched out here. In any case, we argue that understanding and responding to it, within the framework of resuming a national project that includes the agenda of urban reform and the right to the city, requires an analytical effort that considers this crisis and the urban order that corresponds to it within the framework of the current historical form of dependency to which Brazil is subject. Dependency that, in our view, has deepened in the wake of the 2016 coup.

## The current historical form of dependency

There is a long tradition of Latin American social thought that has sought to highlight the relationship between the general dynamics of the capitalist world system, dependency relations, and urban processes. According

to this tradition, spatial transformations in peripheral societies must be understood in conjunction with the forms taken by dependency at each historical moment. This is the perspective, for example, of Castells (1973), for whom understanding the characteristics of Latin American urbanization must necessarily involve: 1) establishing the different types of dependency that have characterized the history of Latin American societies; and 2) demonstrating the effect of each of these situations of dependency on the organization of space. Quijano (1978), while pointing out that the process of urbanization in Latin America is inseparable from relations of dependency, also stresses the need to identify, historically, the relations between the internal power structures of dependent societies and the dominant interests in metropolitan societies, since “each period of change in the concrete nature of these relations also corresponds to changes in the concrete nature of the power structure of our societies, appropriate to the requirements of these relations” (p. 15).

In this sense, we can first turn to Dos Santos (2011[1970]) to argue that the successive historical forms of dependency have resulted from 1) the basic forms assumed by the world economy; 2) the types of economic relations dominant in the centers of capitalism and their modes of expansion; and 3) the types of economic relations found in the peripheral countries, which have been combined and incorporated into the process of expansion of the capitalist world-system. In addition, various authors who have developed and/or appropriated the so-called dependency theories, including Dos Santos (2011[1970]), Castells (1973), Marini (1973), Quijano (1978), Fiori (1995) and, more recently, Paulani (2021),

have presented periodizations to distinguish the different phases or historical forms of center-periphery relations. Our synthesis of these periodizations highlights the existence of the following phases:

1) Phase of colonial dependency (or domination): when political sovereignty and direct administration of the territory were under metropolitan control. A phase characterized by the export of raw products, in which the metropolis (colonialist state) monopolistically dominated economic relations with the colonies.

2) Phase of financial-industrial dependency (Dos Santos, 2011[1970]) or financial-commercial dependency (Quijano, 1978): consolidated at the end of the 19th century, when investment by big capital from the hegemonic centers (especially the British) set up a productive structure in the periphery focused on exporting primary products. The purchase of extractive products and the sale of industrialized products founded an international division of labor between agro-extractive and industrial countries. The primary export position and the deterioration of the terms of trade in international trade allowed the transfer of values to the central countries.

3) Phase of the new dependency or technological-industrial dependency (ibid.): from the 1950s onwards, multinational companies expanded into the periphery, investing in industrialization, and forcing the internationalization of their domestic markets. The transfer of value to the center results mainly from the “remuneration of factors of production”, via profit remittances. However, it is worth mentioning that Paulani (2021) identifies the emergence of new trends at the end of this phase, especially from the end of

the 1970s onwards, with the remuneration of monetary capital invested, for example, in public debt securities, becoming increasingly important. In other words, the transfers of value from the periphery to the center began to take on a more clearly rentier character. In his opinion, this moment was marked by the US central bank's interest rate shock in 1979, which was the most decisive factor in the Third World's external debt crisis in the 1980s.

4) Phase of the very new dependency (Fiori, 1995) or dependency 4.0 (Paulani, 2021): an updating and radicalization of the characteristics assumed at the end of the previous stage of dependency. This contemporary historical form of dependency would be based on globalization, the process of financialization, the control of innovations and cutting-edge technologies exercised by the large multinational corporations and the states that make up the core of the capitalist world-system, as well as the subordination of peripheral countries to the macroeconomic policies defined in the center. Also, according to Paulani (*ibid.*), this phase is characterized by great advances in information and communication technologies (ICTs), which have reinforced the concentration of decision-making processes and the spreading of production structures. In this context, the ownership of "knowledge goods" or even "payment for the brand", for example, become key elements for the extraction of income by large capitalist corporations.

Considering the characteristics of this last phase and taking Arrighi's (1997) terms as a reference, we argue that the peripheral "illusions of development" are now completely shattered. The new concentrated financial-technological-political power or, in Oliveira's

(2003) terms, the molecular-digital revolution has resulted in the following: a pattern of relations of domination based on the exclusion of the countries of the periphery, especially those previously referred to as semi-peripheral, from access to the conditions that in the past allowed for significant returns from their insertion, albeit subordinate, in the international division of labor and the cycles of capital expansion. At the same time, the condition of brand-new dependency has accentuated the pattern of relations of exploitation and extraction of wealth from the periphery and its transfer to the big companies and states of the organic core of the system, mainly because it has significantly reversed the minimum margin of autonomy that the periphery and semi-periphery had achieved.

This is precisely why some authors, such as Pochmann (2021) and Fernandes (1995), describe this new phase or historical form of dependency as the "restoration of the colonial condition" or "neo-colonial" stage. Following Paulani (2016 and 2021) and considering the Brazilian case, we argue that the main cause of this restoration is Brazil's active subordination to the logic of accumulation based on rentierism. As we know, the fundamental feature of rentierism, as a pattern of accumulation, is the increase in the power of capital over the processes of generating and extracting surpluses, without needing to directly control the sphere of production. The power of hegemonic capital, or big capital, is now exercised, in particular, in the sphere of the circulation of value, controlling the new "factory floors" from a distance. This significantly altered the nature of the capitalist system, as accumulation began to take place under the imperatives of ownership rather

than production. What stands out now is the power of brands, how knowledge is mobilized through the institution of intellectual property protection systems (patents), which operate nationally and globally, as well as contemporary forms of fictitious capital (derivatives, securitized securities, etc.). All of this generates wide margins for the capture of rents.

In short, the pattern of capitalist accumulation based on rentier logic is currently being radicalized. According to Paulani (2013), for example, Brazil has been transformed into an international platform for the circulation and valorization of global rentier capital. A clear expression of this process is the ever-increasing volume of resources that are subtracted from the national economy to pay the rents of foreign capital, which, once invested in the periphery, return to the center in the form of dividends, interest on public and private debt, interest on credit assets, patents, etc. At the same time, rentier-financier domination is associated with the extractive dimension of the process of reaffirming the peripheral condition. In this case, it is the direct connection of various scales and geographical regions to the operations of large global capitals, which, by controlling logistical and financial circuits, and not necessarily the sphere of production, insert local and regional economies in Brazil into long and complex value chains. Above all, these chains are aimed at supplying the needs of the central economies, dismantling the synergy of the territorial/regional division of labor created during industrialization. We are referring here, for example, to the insertion of the country's hinterland into the productive-extractive circuits of agribusiness and energy and mineral resources.

From our perspective, the penetration of the current rentier logic in Brazilian capitalism, which reinforces its subordination to global capitalism, has the consequence of structurally blocking the possibilities of resuming national development, i.e. development based on internal dynamism and transformations in the productive bases. In terms of political economy, the consequence is the constitution of an internal segment of rentier interests that assumes the condition of hegemony in the dominant power bloc and sustains macroeconomic policies oriented towards Brazil's insertion into the dynamics of contemporary capitalist accumulation. All of this is expressed, among other phenomena, in the form of the multiple crises underway in the country, of particular interest to us is the urban crisis, as described above. In other words, from our point of view, the forms of manifestation of this crisis, outlined above, should be investigated from their links with the dynamics of the dependent condition.

For example, how can there be 33 million hungry people, most of whom are concentrated in urban areas, in a country that stands out precisely because of its highly competitive position in the international animal protein markets? As we know, it is precisely this integration that compromises what happens at home, which is very sensitive to the dynamics of international markets. Recently, for example, there has been a tendency for beef prices to rise in Brazil when Chinese demand for the product increases.

But, as already suggested, we need to continue with this effort, going beyond how this crisis manifests itself and finding its fundamental determinants. From our

perspective, this can be done, in the name of a comprehensive and structural explanation of urban problems, by taking up Oliveira's (1977) considerations not only on the "antination state", but mainly on the "urban antination", linking them to an understanding of the new historical forms of capitalism, both inside and outside Brazil, and contemporary dependency relations.

### The ultra-liberal inflection and the return of the urban antination

The theme of the formation of Brazil (the economy, the state, the nation, etc.) has been a central concern in the history of Brazilian social thought. This concern dates back at least to the 1930s-1940s, especially since the contributions of Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, and Caio Prado Jr. We refer here respectively to the publication of *Casa-grande e senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) and *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). For Antonio Candido ([1967] 2004), for example, these books expressed "the mentality linked to the breath of intellectual radicalism and social analysis that erupted after the 1930 Revolution and was not, despite everything, stifled by the Estado Novo" (p. 9). In any case, from then on, various authors, in different disciplinary fields, sought both to explain the specific nature of Brazilian social formation and to formulate a national project.

It was a multifaceted movement of research, action, and reflection that resulted, among other things, in what Sampaio Jr. (1999) calls the "democratic tradition of thinking about the Brazilian nation". For him, this tradition includes the work not only of Caio Prado Jr.,

already mentioned, but also of authors such as Florestan Fernandes and Celso Furtado. (ibid.), this tradition understood the project of building the national state as "a means of submitting development to the designs of a society united in a common destiny for its citizens" (p. 416). Thus, the affirmation of nationality corresponded to the necessary crystallization of "a homogeneous society, bearing the humanist values of Western civilization, based on moral links between social classes and the existence of organic ties between the different regions of the country" (ibid.). According to the author:

Those who reflected on the challenges of education from a democratic perspective, in one way or another, linked the construction of the national state to the integration of the population as a whole, under conditions of relative equality, with the technical advances and humanist values of the modern era. (Ibid.)

In other words, in the terms of Sampaio Jr. (ibid.), this democratic tradition argued that the "national form" should be thought of as a center of power capable of condensing the political will of the collectivity, thus becoming a means for subaltern societies to control their historical time. It should be noted, therefore, that this tradition, or at least the authors listed by Sampaio Jr. (ibid.), were equally concerned with the issue of dependency. In this sense, it can be said that the democratic tradition of Brazilian social thought envisioned the possibility of the national space (and we can think specifically of urban spaces) functioning as an instrument whose main function would be to "protect the community from the destructive effects that radiate from the center of the world capitalist system" (ibid., p. 417).

Protection that would require “planning the internalization of the structures and dynamics of Western civilization”, which should finally be carried out “in a way that is consistent both with increasing the autonomy and creativity of society and with increasing the wealth and well-being of the people” (ibid.). The following passage, in which Fiori (2000) summarizes Celso Furtado’s contributions to “national economic formation”, helps us to understand what is at stake:

[...] the formation of a Brazilian national economic system would have three indispensable conditions: the first would be the creation and strengthening of “endogenous decision-making centers” capable of giving us “the faculty to order the accumulative process according to priorities established by ourselves” (Furtado, 1984, p. 108); the second would be for this process to be accompanied by a growing homogenization of society, capable of opening up space for the realization of the potential of Brazilian culture; and the third, finally, for the very idea of “formation” to become a “collective will” and a political project capable of accumulating the indispensable force to transform the agenda of national priorities into the political dimension of economic calculation. For Celso Furtado, this was a process that had been in full swing – at least since the 1930s – which was disrupted by the global transformations that deepened from the 1970s onwards and interrupted by the liberal policies and reforms carried out by the Brazilian governments of the 1990s. (ibid., p. 2)

In short, from our point of view, based on this tradition, it is possible to frame the formation of the nation-state in general, and the Brazilian one in particular, in terms of a

complex and contradictory process of fusion between territory, society, economy, and state. A process guided by a “national project”, during which the following should be established: 1) minimum levels of social homogenization; 2) democratic mechanisms for regulating/stabilizing internal social conflict; 3) territorial ties leading to the integration of the country’s different regions; and 4) capacities to respond to the forces of disarticulation operating within the world system (national sovereignty). Of course, in the case of Brazil and dependent formations in general, these aspects have not always been achieved or have been achieved at unequal rates, depending on the circumstances. In other words, we never had a fully constituted nation-state. This is because the very nature of dependent capitalism prevents this constitution. In other words, because on the periphery of the world system, there is a contradiction between the dynamics of capitalist accumulation, which is increasingly internationalized, and the dynamics of the formation of the State-nation, which acts in this direction, in other words, blocking and interrupting the attempts to build a nation.

Finally, based on the reading of this democratic tradition defended by Sampaio Jr. (1999), it can be said that dependent societies, such as Brazil’s, face a dilemma. A dilemma that opposes, on the one hand, the condition of barbarism and, on the other, the possibility of a civilizing project. In this disjunctive, barbarism is linked to the social changes that signal the reaffirmation of dependency or, in the author’s words, the neo-colonial reversal (anomie, fragmentation, marginalization, heteronomy, instability, underdevelopment). In turn, the civilizing project is associated with progress and national construction (organization,

unification, integration, autonomy, stability, and development). The treatment of this dilemma, although not necessarily placed in the terms of this disjunctive, is present in the work of various authors of Brazilian social thought. This is the case, for example, with Francisco de Oliveira's characterization of urban phenomena, especially in the classic text entitled "Monopolistic Accumulation, the State and Urbanization: the new quality of class conflict".

Writing at the end of the 1970s, Oliveira (1978) defended the idea that it is in the "urban that the problems of the expansion of capitalism in Brazil begin to be synthesized in any direction" (p. 67). This is because, in his opinion, there is "no dimension of national life that is not immediately reflected in an urban problem or in a problem that explodes as urban" (p. 68). And, after listing a series of "problems" of this type, in a similar way to what we did above, in the section on the contemporary urban crisis, the author establishes that it is necessary to overcome this simple "phenomenology of urban problems", seeking a totalizing explanation and a periodization of the "urban" in Brazil.

After analyzing the colonial, imperial, and Old Republic periods, in which agrarian interests prevailed, Oliveira (ibid.) proposes that in the period of the "surge in industrial accumulation", which began in the 1930s, the urban became the expression of "so-called horizontal-vertical mobility, which socially legitimized industrial growth and offered individual and even class perspectives" (p. 72). Hence the large population influx towards Brazil's largest cities. In other words, the growth of these cities accompanied the relative development of Brazil and, in general, opened opportunities for upward social mobility. What

was underway, in his opinion, was a period in which "the horizon of possibilities seemed to offer everything to everyone" and in which, exceptionally, there was a "fusion between the nation and the state", the state growing "by affirming the nation" (p. 72).

It was, in the author's terms, a phase of "structural ambiguity of the state", in which the industrial bourgeoisie not only had to admit the existence of the proletariat but also incorporate it into a political project that opposed the interests of the rural oligarchies. All of this resulted in an attempt to build a nation, or rather, a Brazilian State-nation, the synthesis of which was given by the characteristics that urban life then assumed: the predominance of large cities, which were increasingly prosperous.

According to Oliveira (ibid.), this period of accelerated urbanization was replaced by another, immediately afterward, coinciding with the advent of typically associated capitalism, which the author identifies with the "Kubitschek Restoration" and, above all, with the regime imposed by the 1964 military coup. It was during this period of metropolization, that the urban became the "antination", that is, "the definitive settlement of production and social-political control in the city", which meant, above all, "using repression, to leave all the working masses without their pants" (p. 73). Urban problems become increasingly complex, and their effects hit the working classes especially hard. If there is still synergy between capitalist expansion and urbanization, its benefits are captured by the elites and part of the middle classes. Cities become increasingly dualized and polarized agglomerations, the characteristics of urban and metropolitan spaces expressing growing social inequality.

It was precisely during this period that the Brazilian bourgeoisie became denationalized, both in terms of capital ownership and in terms of defending a development project. This would have eliminated the structural ambiguity of the state, which began to act centrally for the benefit of the “international-associated” bourgeoisie. Therefore, it was during this entire period that what had been a nation-building experiment was interrupted, overcoming the need to bring the popular classes and layers into the structuring pact of the Brazilian state, economy, and capitalism, with urbanization playing a decisive role.

Inspired by this horizon of interpretation, we suggest delimiting two periods that were not considered in the author’s initial proposal: the period we call the “long 1980s” and the period between 2016 and 2022 which began with the parliamentary coup that overthrew Dilma Rousseff’s second government, paving the way for an “ultraliberal inflection”.

In the first case, we are referring to a phase that extended from the end of the 1970s, particularly from the ABC strikes in São Paulo and the political reopening that characterized the final moments of the military dictatorship, to the 2016 coup, going through the fundamental milestone of the promulgation of the 1988 Constitution. For us, this Constitution should be understood as the legal expression and contradictory crystallization of the social pact that was beginning to be built to replace the forms of power and domination that had been in force in Brazil throughout the dictatorship, that is, between 1964 and 1985. This is because it was in the context of the political and economic crisis of the 1980s that the social forces fought, in the

Constituent Assembly and the following years, for the possibility of inscribing the demands of organized labor, urban and rural social movements in the new legal system, as well as broader demands for rights and citizenship. In other words, forces that sought to give the new social and power pact a progressive and distributist nature.

However, it was at this time that neoliberal ideas and experiences spread around the world, influencing what was happening in Brazil. Thus, what happened from then on, at different scales and levels of government, expressed the contradiction between implementing the mechanisms, principles, and social guidelines of the 1988 Constitution and adjusting to successive waves of neo-liberalization. As Araujo and Belinelli (2022) observe:

The 1988 Constitution had enshrined a material program of a social-democratic nature, precisely at a time when the ideological hegemony of this arrangement was undergoing profound questioning by an alternative in formation, neoliberalism, fueled by the collapse of the Soviet bloc and the crisis of the European Welfare State. [...] It is worth noting, however, that the social program of the 1988 Constitution did not represent simple adherence to a fashion that was about to be overtaken. On the contrary, it was rooted in the country’s economic and social conditions. The high growth rates experienced during the military regime were achieved at the cost of intensifying social inequality. Once the dictatorship was over, it was to be expected that not only would a regime of civil power and democratic freedoms emerge, but that the so-called “social debt” would be actively repaid.

[...] the Constitution seemed to be rowing against the tide of international winds. The issue was decisive, posing the problem of the very viability of the social pact it intended to express. (p. 69)

In this sense, it can be said that, especially after the 1990s, a new phase of structural ambiguity began for the State, in which attempts to implement part of the social program crystallized in the 1988 Constitution came into contradiction with the core of Brazilian macroeconomic policy, which was increasingly neoliberal. In other words, the question was: how could this program be implemented if the loss of autonomy in macroeconomic management led in the exact opposite direction?

From an urban point of view, this had repercussions, for example, in the approval and attempted implementation of the mechanisms of the Statute of Cities, starting in 2001; in the creation of the Ministry of Cities, in the first government of President Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006); and in the housing policy of the second Lula administration (2007-2010), as in the case of the My House, My Life program (Minha Casa, Minha Vida program) (2009), which in itself is an excellent indicator of the acute contradiction between the social-liberal pole and the openly neoliberal pole of the Workers' Party (PT) governments. On a general level, the debate on developmentalism has been resumed, especially since President Dilma Rousseff's terms in office (2011-2016), in the updated forms of neo-developmentalism and/or new developmentalism, while at the same time seeking to consolidate the macroeconomic tripod established in the 1990s (inflation targets, primary surplus, and floating exchange rate).

Thus, like what happened in the periods originally discussed by Oliveira (1978), the structural ambiguity of the state has increasingly become an irreconcilable contradiction. And, in our opinion, it is in these terms that the period that opened with the parliamentary 2016 coup should be understood, when the aforementioned ambiguity was completely replaced by the program represented by the "Bridge to the Future" of the Temer government (2016-2018), which radicalized the previous neoliberal experiments, constituting the leap in quality that allows us to speak of the ultraliberal inflection. An inflection that, under the Bolsonaro government (2019-2022), has been taken to its ultimate consequences, accompanied by increasingly autocratic tendencies. And it is to this period that the return of the "urban antination" undoubtedly corresponds. Once again, an experiment in nation-building came to an end, in the sense and according to the aspects highlighted above, an even more timid experiment when compared to the previous experience of the developmental period. One example of this is the closure of the My House, My Life program and its replacement by the Green and Yellow House program (Casa Verde e Amarela program), which resulted in the radical dismantling of housing promotion and financing policies.

In short, at the stage of the ultra-liberal turn, the minimum of democratizing and redistributive experiences, which operated, for example, in the field of urban planning and housing policy, was replaced by a project that could only lead to what it led to, that is, the worsening of the urban crisis. A crisis that had already been brewing, it is true, but whose most acute forms of manifestation, described

above, allow us to conclude the following: “the urban”, in the current phase of dependency and the period of ultraliberal inflection, could not have been anything other than this very serious “urban crisis”. This leads us to the following fundamental question, which is the basis of the research and reflection effort guiding this article: faced with this extremely serious crisis, what can be done to rebuild the nation?

## Conclusion: reforming the city, rebuilding the nation

In our opinion, the Brazilian urban crisis must be understood far beyond its main forms of manifestation, commonly referred to as “urban issues”. This crisis expresses, above all, the anti-social, anti-democratic, and anti-national nature of the rentier accumulation pattern that characterizes the current stage of development of dependent capitalism in Brazil. It is in this sense that we argue that to better understand this crisis, it is necessary to consider that contemporary dependent capitalism corresponds to patterns of dependent urbanization that need to be systematically identified and analyzed. For example, it is possible to say that a significant part of the unemployment seen in Brazil’s big cities is due to very low rates of economic growth, which, in turn, are the result, among other factors, of the financialization of the country’s economy, which has paved the way for the expansion of different forms of rentierism, typical of the sphere of high finance and which blocks investments in the circuits of productive valorization. In other words, as far as this

dimension is concerned, there are strong links between Brazil’s conversion into a platform for financial valorization and urban life.

Arguments like these defended throughout the text, lead us to postulate the centrality of the urban issue in the current debate on the possible resumption of a national development project. This debate tends to gain strength in the context of the defeat of the ultra-liberal and conservative coalition that benefited from the 2016 coup to govern the country between 2019 and 2022. As already mentioned, in terms of the discussion proposed here, we are striving to develop a theoretical-analytical framework to guide the development of public policies and inspire struggles that contribute to transforming cities into vectors for rebuilding the nation. In other words, starting from the urban crisis and problems, we urgently need to describe and analyze the urban order that sustains them. An order that reflects Brazil’s subordinate insertion into the capitalist world system and whose tendencies to break up the nation have worsened in the face of what we call the ultra-liberal inflection.

A final question thus emerges, which is of the utmost importance and needs to be considered in subsequent research, action, and reflection efforts. How could taking up the agenda of urban reform and the right to the city contribute to unleashing processes of social homogenization and the construction of historical subjects capable of forming the political and social basis of a national development project?

In our view, this is even more relevant when we know that the Brazilian ruling classes have long since given up any role in

commanding the country's spatial matrix, which is essentially urban. Therefore, the agenda of urban reform and the right to the city, which has been under discussion in Brazilian society since at least the second half of the 1980s, has the potential to be a decisive vehicle for galvanizing the social classes committed to overcoming the current stage of dependency and rebuilding the nation.

Here, it is essential to bear in mind the links that have been established today between social inequalities, precarious forms of work, and urban inequalities. As we have seen, today's urban crisis manifests itself above all as a crisis of social reproduction, which affects broad sections of society and not just the segments that make up the active workforce. Therefore, we need to think about how these precarious and marginalized sectors can be brought, via urban policies and struggles, into the sphere of defending a national development project. In this sense, the conclusion with which Oliveira (1978) ended his analysis of the emergence of the "urban antination" seems even more pertinent. According to the author:

If the city was the space par excellence of the class conflict between bourgeoisie and proletariat, the urbanization of the economy and society expands this space; if this urbanization has in the State captured by the international-associated bourgeoisie its main agent and simultaneously its main obstacle, this space not only expands: it redefines itself to place the State itself at the center of the contradiction. (p. 75)

For us, this brings up once again the necessary "democratic revolution" postulated by Fernandes (1981), whereby the entire population should be integrated into the processes of economic, sociocultural, and political development. In other words, in the author's opinion:

The destruction of privileged social strata and groups constitutes the first structural and dynamic requirement for the constitution of a national society. Where this historical condition does not or cannot materialize historically, neither does an action emerge, much less a nation that can rely on a "collective will" to determine, by its own means, its position and degree of autonomy among the other national societies in the same circle of civilization. In this respect, the democratization of income, social prestige, and power seems to be a national necessity. The fact is that it – and only it – can give rise and support to a "collective will" based on a democratic consensus, in other words, capable of nurturing images of "national destiny" that can be accepted and defended by all. (pp. 174-175)

Undoubtedly, as much as it is "democratic", this revolution should be "urban", in the sense that it is apparently possible, by addressing the set of demands corresponding to the problems of Brazil's big cities, to pave the way for the formation of this "collective will" and the aforementioned historical subject. But, as we have said, it is necessary, first, to understand that processes

of transformation like this depend on more comprehensive views and explanations of their foundations, which is precisely what we have tried to outline with this approach to the Brazilian urban crisis, based on its connection with the contemporary dynamics of dependent capitalism. Finally, we would like to emphasize, in conclusion,

that the reconstruction of the nation must be accompanied by efforts to reconstruct theoretical thinking on the urban question in Brazil and Latin America. In doing so, we can, as we have done here, rescue and update a vast tradition of critical perspectives not only on dependency but also on Brazilian and Latin American-dependent urbanization.

**[I] <https://orcid.org/0000-0001-9344-8135>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.  
Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
lcqribeiro@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0009-0006-0447-3499>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
igormatela@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0009-0004-7492-5900>**

Colégio Pedro II, Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.  
nelsondiniz@hotmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Tereza Marques de Oliveira Lima,  
email: [tmolima@centroin.com.br](mailto:tmolima@centroin.com.br)

## Note

(1) For a reference work on this debate, see Castells (1973).

## References

- ARAUJO, C.; BELINELLI, L. (2022). "A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016)". In: SINGER, A.; ARAUJO, C.; RUGITSKY, F. *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo, FFLCH/USP.
- ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2003). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- BRANDÃO, A. A. (2002). Conceitos e coisas: Robert Castel, a "desfiliação" e a pobreza urbana no Brasil. *Emancipação*, v. 2, n. 1, pp. 141-157.
- CANDIDO, A. (2004). "O significado de 'Raízes do Brasil'". In: HOLANDA, S. B. de (2004). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes.
- CASTELLS, M. (org.) (1973). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona, Gustavo Gili.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Cidade, democracia e socialismo. A experiência das associações de Madri*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, F. H. (1975). "A cidade e a política". In: CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DOS SANTOS, T. (2011[1970]). A estrutura da dependência. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, n. 30, pp. 5-18.
- FERNANDES, F. (1981). *A sociedade de classes e o subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1995). O eclipse do trabalho. *Folha de S.Paulo*, 26/6/1995.
- FERREIRA, J. S. W. (2000). Globalização e urbanização subdesenvolvida. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, pp. 10-20. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400003>. Acesso em: 25 maio 2023.
- FIORI, J. L. (1995). "A globalização e a novíssima dependência". In: FIORI, J. L. (ed.). *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight.
- \_\_\_\_\_. (2000). A propósito de uma "Construção Interrompida". *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 9, n. 1, pp. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643119>. Acesso em: 15 ago 2022.
- MALTA, F. S.; COSTA, E. P. V. da S. M. da; MAGRINI, A. (2017). Análise da vulnerabilidade social e risco ambiental no município do Rio de Janeiro. *GeoUERJ*, n. 30, pp. 19-34.
- MARINI, R. M. (1973). *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México, Era.
- \_\_\_\_\_. (2019). *The politics of operations: excavating contemporary capitalism*. Durham e Londres, Duke University Press.

- PAULANI, L. M. (2013). Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 77, pp. 237-264.
- \_\_\_\_\_. (2016). Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 36, n. 3, pp. 514-535.
- \_\_\_\_\_. (2021). Dependency 4.0: Theoretical Considerations and the Brazilian Case. *Latin American Perspectives*, SAGE Journals, v. 49, i. 2, pp. 24-38.
- POCHMANN, M. (2021). *O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Edições Sesc.
- OLIVEIRA, F. de (1977). *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (1978). "Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes". In: MOISÉS, J. A. et al. (orgs.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Cedec.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- QUIJANO, A. (1978). "Dependência, mudança social e urbanização na América Latina". In: ALMEIDA, F. (org.). *A questão urbana na América Latina: textos*. Rio de Janeiro, Forense.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2017). *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; MATELA, I. P.; DINIZ, N.; RIBEIRO, T. F. (2021). "Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico". In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *As metrópoles e o capitalismo financeirizado. Revista e Ampliada*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- SAMPAIO JR., P. de A. (1999). "O impasse da 'formação nacional'". In: FIORI, J. L. (org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.
- SANTOS JR., O.; RIBEIRO, T. F.; BARBOSA FILHO, U. R. B. F. (2022). *Da militarização à milicialização das cidades: efeitos de uma política nacional*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/da-militarizacao-a-milicializacao-das-cidades-efeitos-de-uma-politica-nacional/>. Acesso em: 11 set 2022.
- SINGER, P. (1973). "Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina". In: CASTELLS, M. (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona, Gustavo Gili.

Received: July 7, 2023  
Approved: August 2, 2023



# Dois tempos do neoliberalismo brasileiro como governo das cidades

Two periods of Brazilian neoliberalism as city government

André Dal'Bó da Costa [1]

## Resumo

Este artigo discute duas diferentes fases de aclimação do neoliberalismo como prática de governo das cidades no Brasil. A primeira, como progressismo neoliberal e a segunda, como gestão autoritária, austera e militarizada do colapso social. Na primeira parte, dialogo com os trabalhos de Dardot e Laval (2009 e 2016) e de Dardot et al. (2021), para inscrever o debate proposto na transição entre duas expressões do neoliberalismo, primeiro, como razão mundo ou racionalidade política e segundo, como estratégia de guerra. Na segunda parte, tais fases serão observadas a partir de recentes transformações nas práticas de governo das cidades, através da análise de alguns exemplos relacionados aos últimos programas de provisão habitacional e regularização fundiária vigentes no Brasil.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; movimentos sociais; filosofia política.

## Abstract

*This article discusses two different phases of neoliberalism as city government practice in Brazil: the first one as progressive neoliberalism and the second as authoritarian, austere, and militarized management of social collapse. In the first part of the text, I use the works of Christian Laval and Pierre Dardot (2009 [2013] and 2016) and Dardot et. al (2021) to inscribe the proposed debate in the transition between two expressions of neoliberalism, initially as world reason or political rationality and later as war strategy. In the second part, such phases will be observed through recent transformations in city government practices, using some examples related to the latest housing and land regularization programs.*

**Keywords:** neoliberalism; social movements; political philosophy.



## Primeira parte

### Dois neoliberalismos

É possível sugerir pelo menos duas diferentes fases da aclimação do neoliberalismo no Brasil do século XXI como modo de governo das cidades. A primeira fase, inscrita no período de relativa estabilidade econômica e republicana, aqui nomeada como *progressismo neoliberal*, iniciada com a estabilização cambial da moeda nacional, posteriormente inscrita no contexto do boom das *commodities*, e encerrada com o golpe do *impeachment* (1994-2014). Nesse período, os diferentes governos nacionais eleitos, de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, teriam exercido gestões baseadas igualmente numa potente e renovada rede de programas e políticas públicas capazes de realizar o controle das urgências sociais, concomitantes a uma tímida inclusão social mediada pela ampliação da capacidade de consumo da população de menor renda, mas sem, no entanto, proporcionar uma ampliação duradoura da garantia de direitos básicos e programas, mediados pelo Estado, capazes de alterar a herança colonial e escravocrata da formação brasileira, o que resulta, ainda hoje, na produção de cidades segregadas e desiguais. Em resumo, tratou-se de uma frágil e não duradoura inclusão pelo consumo ou uma espécie de miragem/emulação do bem-estar social. E a segunda fase, gestada após o golpe do *impeachment* e ainda mais acentuada após a eleição presidencial de 2018, caracterizada por uma recente guinada autoritária, austera e militarizada do planejamento, da gestão e das políticas públicas, em avançado cenário de crise sistêmica do desemprego e do colapso dos direitos sociais básicos, no qual tais gestões públicas parecem fazer uso de um

renovado arcabouço de práticas de governo que expressam um neoliberalismo, agora, de violência mais explícita, austero e militarizado.

Esse panorama esquemático e ensaístico de duas fases, que procura esboçar duas distintas temporalidades da aclimação brasileira do neoliberalismo, é, neste texto, utilizado como recurso para exercício de identificação e qualificação das diferentes formas do neoliberalismo e das suas práticas associadas para controle e gestão das populações, cidades e metrópoles. É o que proponho como exercício. Isso posto, é preciso ressaltar, no entanto, que ambas as formas, apesar de mais bem-localizadas em cada um dos cortes temporais mencionados anteriormente, de forma alguma se encerram nestes, mas sim sobrepõem-se, oscilam e renovam-se entre tais períodos, assumindo, no presente, características mais direitas de uma forma de governo do colapso social, característico da crise da modernidade, ainda que com inegáveis continuidades do período precedente. Mais que isso, a história do Brasil e, portanto, da produção do espaço e da formação de nossas cidades e metrópoles continua como resultado de um contínuo da interação produtiva entre o arcaico e o moderno (Oliveira, 2003).

A produtiva sobreposição dos tempos e fases do desenvolvimento, observadas através da crítica da perspectiva desenvolvimentista no Brasil, precede a ocorrência recente de uma generalizada crise dos regimes de legitimidade relacionados à sociabilidade solidária e à justiça social, em todo o mundo ocidental, como expressão decorrente de profundas mudanças nas sociedades e cidades determinadas sob as últimas metamorfoses do neoliberalismo. Tal situação poderia ser observada e apreendida a partir de uma grande diversidade de aspectos do cotidiano das cidades brasileiras – inclusive

em meio aos conflitos sociais relacionados à luta pela permanência nos locais habitados e nos territórios de origem – e, em grande parte do mundo, apontando para um estágio de avançada falência dos modelos de governos baseados no bem-estar social, tal como foram estruturados, não somente quando vistos a partir do tempo de longa duração no curso histórico da modernidade, mas também no sentido amplo da vida pública e política nas sociedades ocidentais – ao menos enquanto horizonte de expectativa e projeto futuro.

Essencial destacar que uma tal referência moderna de legitimidade da justiça social e da solidariedade teria exercido ampla mediação e regulação nos conflitos situados entre as liberdades do mercado capitalista e a garantia dos direitos básicos, sobretudo na segunda metade do século XX, no período pós-Guerra, enquanto se consolidavam diversos dos tratados internacionais que, em grande medida, subordinaram – pelo menos enquanto tratados, manifestos e documentos públicos – a ordem econômica à justiça social (Supiot, 2010). A derrocada desses referenciais de justiça social, bem como a redução generalizada do acesso aos direitos básicos por intermédio do Estado e sua administração, a desregulamentação generalizada do trabalho, com sua gradual substituição por intermédio das relações privadas, no entanto, não são eventos novos. Muito pelo contrário, tal inflexão data, no centro de poder econômico, pelo menos da década de 1970, a partir de quando diversos governos ocidentais ampliaram as agendas de austeridade e redução dos direitos sociais básicos, à medida que avançavam as mediações não estatais e sobretudo do mercado e das soluções privadas sobre todas as instâncias da vida social.

Esse amplo movimento mundial, que poderia ser classificado grosso modo como parte importante do processo de gestação da nova *governamentalidade* (Foucault, 2004a), acumula hoje, portanto, ao menos meio século desde sua última grande inflexão nos modos de gestão da vida social, estabelecendo seu triunfo com base em uma nova e generalizada racionalidade política não restrita apenas às mediações econômicas, mas capaz de produzir subjetividades e mediar todos os aspectos da vida sob as condicionantes do empresariamento e da competitividade (Dardot e Laval, 2009).<sup>1</sup> Esse enquadramento de situação nos daria parâmetros, inclusive, para melhor compreendermos grande parte dos limites e dos fracassos do recente ensaio brasileiro pela ampliação dos direitos sociais, ocorrido durante parte do período da Nova República. No Brasil, teríamos vivido um ciclo tardio de reformas pela redução das desigualdades e ampliação do acesso aos direitos sociais elementares, diante de uma enorme e persistente desigualdade social – ainda fortemente vinculada à herança da escravidão e dos passivos coloniais característicos do hemisfério sul (Oliveira, 2003), enquanto já pulsava com plenitude a força social das mediações neoliberais em toda a sociedade, inclusive determinando as próprias políticas públicas conduzidas por governos pretensa ou manifestadamente progressistas e de esquerda. Tal sobreposição de períodos explicaria a impossibilidade, e inclusive parte do inevitável fracasso, do projeto nacional tardio por uma sociedade republicana e democrática de direitos, brasileira. Em poucas palavras, os governos brasileiros ocorridos entre os anos de 1994 e 2014, portanto, teriam, sobretudo, realizado um grande agenciamento neoliberal

das emergências e das urgências sociais, criando diversos programas e políticas públicas que terminam por atuar como uma potente rede e dispositivo de governo das emergências (Oliveira e Rizek, 2007) sem, no entanto, produzirem mudanças reais e duradouras nas sociedades e nas suas cidades para ampliação do bem-estar social coletivo.

Feitas tais considerações anteriores, para fins de corte esquemático do tempo que antecede o momento em que se situa este artigo, página virada, estaríamos no presente vivenciando o momento seguinte ao ciclo mundial daquilo que se convencionou nomear genericamente como neoliberalismo no interior das democracias liberais ou mesmo, de forma mais precisa, como *neoliberalismo progressista* (Fraser, 2017), ou ainda, *neoliberalismo de esquerda* (Dardot e Laval, 2009, p. 316; Dardot e Laval, 2016, p. 216). Finada a possibilidade do horizonte de plenos direitos pela mediação da administração do Estado, e com o aumento gradativo do número de humanos supérfluos ao sistema de acumulação em todo o mundo – um crescente número de desempregados, migrantes, sem tetos, sem terras, população carcerária, entre outros –, em um planeta que rumava velozmente para a catástrofe ambiental e urbana sem perspectivas reais de alternativa, até o momento, estaríamos agora vivenciando um novo tempo do mundo caracterizado pela guerra civil contínua, o estado de exceção permanente e a militarização do cotidiano como formas de gestão do colapso social e ambiental em escala global (Arantes, 2014).

Com o esgotamento da possibilidade de retorno aos horizontes modernos da justiça social, um amplo espectro político da esquerda à direita é capturado em um mesmo quadro muito delimitado de aceleração de esgotamento

da democracia (Dardot e Laval 2016, p. 7) ficando reduzido, apenas, à realização de programas de adiamento do colapso social e de controle das urgências, gestando – como parte necessária desse movimento – uma nova governamentalidade espacial para a gestão das cidades, territórios e populações, delimitando – em hipótese – um renovado *urbanismo austero, militar e autoritário*, capaz de conduzir as cidades, as metrópoles e suas sociedades inseridas no colapso do horizonte normativo dos direitos sociais.

Tal consideração-enunciado de guinada autoritária poderia ainda ser reforçada, ou mesmo confirmada, pela simples observação dos resultados das eleições da última década, em diversas das democracias representativas em todo o mundo,<sup>2</sup> ponto que delimita o início de um novo ciclo de governos conjuntamente neoliberais, autoritários, populistas e com maior uso da violência estatal, trazendo à cena mais uma componente da aceleração da desconstrução e do deslocamento do horizonte ético e normativo dos direitos sociais. Para que seja possível a efetivação desse movimento de desconstrução e deslocamento, tais governos vêm se apoiando no uso de velhas, renovadas e novas formas de gestão e controle da população – no espaço –, baseadas na maior vigilância e militarização do cotidiano, incluída a necessidade do bloqueio ou mesmo de eliminação da população considerada supérflua à coesão mínima do sistema de acumulação altamente financeirizado, como discutem, em outros contextos territoriais, Graham (2016) e Weizman (2017).

*Grosso modo*, uma das formas possíveis de interpretar o sucesso de tais candidaturas autoritárias, recentemente eleitas de forma democrática, com propostas e programas de

governo à extrema direita, apoia-se na capacidade de captura de uma generalizada sensação de insegurança na vida cotidiana, decorrente da dificuldade de manutenção das condições elementares de vida e do empobrecimento ante a crise estrutural do trabalho, fatores aliados, ainda, à descrença sobre as diversas instituições do Estado, inclusive em relação à capacidade institucional estatal de garantia dos direitos sociais básicos.

Em diversas partes do mundo, tal sensação difusa teria condicionado a maior aceitação do discurso de combate às atuais instituições do Estado, e também a maior aceitação das propostas de ampliação da securitização e do controle através da maior repressão das insurgências sociais e dos perigos inimigos indesejados – sejam eles existentes ou criados no imaginário social –, fornecendo, assim, uma resposta oportuna à expectativa popular ansiosa ante o aparente cenário de falência do horizonte de direitos sociais e ante a implosão da dimensão coletiva do trabalho. Porém, ao contrário de qualquer movimento em direção à possibilidade de retorno a um hipotético estágio passado de coesão da sociedade com estabilidade mínima, mediada pelo bem-estar social, esses novos governos autoritários à direita têm atuado, até o momento, por acelerar e aprofundar o quadro de colapso, resultando, portanto, na desconstrução das bases normativas e formais direcionadas à equidade na vida pública e coletiva das cidades e metrópoles. Nesse cenário de nova implosão da dimensão societária, o Brasil recente talvez seja um dos laboratórios mais significativos desse novo período, tendo seu governo federal (2019-2022) atuado velozmente para a mudança das legislações e normas que regulamentam garantias e o equilíbrio social, urbano, ambiental e territorial.

Em termos gerais, como parte dos fatores recentes que compõem esse ciclo de novos governos, conjuntamente *neoliberais, violentos e austeros*, e suas novas práticas, já podemos observar, em solo brasileiro – assim como em diversos outros países recém-governados pela mesma onda –, alguns fatores reincidentes: a implosão do trabalho como mediação da vida social; a ampliação e a renovação das formas de controle, isolamento e eliminação das populações não empregáveis e excedentes, através do aumento do encarceramento e da letalidade policial; o aperfeiçoamento das tecnologias e métodos, com aumento de eficiência e letalidade policial; a ampliação do controle de fronteiras (internacionais ou internas) para contenção dos movimentos de migração; a maior e mais violenta repressão aos protestos de rua; a ampliação dos grupos classificados como inimigos ou perigosos ao público; a ampliação dos lugares, ruas e bairros classificados como perigosos para gestão diferenciada do espaço; o exponencial uso de tecnologias de vigilância por linguagem de programação autônoma; a difusão dos discursos pelas chamadas cidades inteligentes; a banalização e aceitação popular – ainda maior – da violência em todos aspectos da vida, incluindo o incentivo ao armamento da população civil, muitas vezes defendido abertamente pelos chefes de Estado; os métodos de controle espacial através dos zoneamentos de securitização; os planos de governo e gestão baseados em indicadores e inteligência artificial com componente espacial; das gestões automatizadas do espaço urbano por programação autônoma; e também, finalmente, através da permanente expulsão das populações tradicionais, e/ou mais pobres, e/ou sem renda, de seus territórios originários

e de residência, seja no meio rural, seja nos centros urbanos dotados de melhores infraestruturas, serviços e possibilidade de emprego.

Tomando tal quadro geral de eventos e práticas recentes como sinais do tempo presente e pilares das novas formas de governo baseadas na última aclimação da metamorfose neoliberal, poderíamos sustentar inicialmente que, já um passo além das muito difundidas e consolidadas agendas de políticas públicas para gestão neoliberal da vida, que dominaram o expediente ocidental após a década de 1970, incluso o Brasil da Nova República, como forma de garantia da gestão das urgências sociais, estaríamos, agora, vivenciando a conformação do predomínio de governos apoiados naquilo que poderíamos chamar de um novo *urbanismo austero e autoritário*. Tal inflexão guarda ainda características fundamentais de uma governamentalidade neoliberal, tal como apresentadas por Foucault (2004a), ou como *razão mundo*, por Dardot e Laval (2009), para governo e autorregulação das populações, mas agora notadamente alterada pelo aumento das mediações violentas em vista da necessidade de operar cidades e territórios cada vez mais destituídos da dimensão da solidariedade e dos direitos sociais e, por isso, libertos do projeto normativo moderno da equidade social mínima.

Trata-se, portanto, de compreender o neoliberalismo em um novo cenário de *gestão do colapso social*, posterior (mas ainda sobreposto) ao momento anterior de generalização da gestão neoliberal do espaço e das cidades, buscando, assim, identificar e melhor compreender novas práticas de controle e vigilância da vida cotidiana.

## O neoliberalismo como uma nova guerra civil em escala mundial?

Em *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*, Christian Laval e Pierre Dardot (2021), com os professores e membros do Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas (Gena), Pierre Sauvêtre e Haud Guéguen, apresentam-nos o neoliberalismo como uma força historicamente capaz de produzir uma mediação de *guerra civil* contra todos os modos de vida e organizações sociais que se oponham ao projeto de imperativo regime de competição e acumulação, forma esta constituída, ao longo da história, como momentos de oposição direta ao socialismo, ao comunismo, ao sindicalismo, ao reformismo social e, mais recentemente, contra todo e qualquer movimento que defenda a solidariedade e maior igualdade social.

Para os autores, este seria, inclusive, o grande motivo e também a decisão inaugural do próprio neoliberalismo como uma oposição de princípio violento (Dardot et al., 2021) já na sua primeira gênese, no início do século XX. Tal gênese, contemporânea à revolução bolchevique, nasceu como proposta de oposição total à possibilidade da construção de sociedades igualitárias, oposição que se propõe de forma violenta ou em guerra aberta quando necessária. Nesse processo histórico apresentado, seria, então, o neoliberalismo, também, um nome a ser dado ao constante combate contra os projetos de sociedade mais igualitária em favor do imperativo da liberdade econômica para concorrência. Nessa chave de compreensão, portanto, o neoliberalismo é para os autores

(ibid.) uma *estratégia de guerra* contra o inimigo defensor da igualdade ou, ainda, uma *governamentalidade de guerra* contra a igualdade e pela plena concorrência dos atores econômicos. A guerra civil é, assim, uma métrica inevitável à leitura do problema contemporâneo das cidades e dos territórios.

Ainda para esses autores, nomear tal forma de governo como *guerra civil* não seria uma extrapolação, tampouco exagero discursivo que tenta chamar a atenção para o momento presente; trata-se mesmo de uma *guerra civil*, é o que comprova o uso da força estatal quando se trata de reprimir ou controlar qualquer tipo de organização da sociedade que vise à resistência, à ampliação da distribuição de direitos ou à redução das desigualdades. Em solo brasileiro, nas cidades, nas metrópoles e no campo, o cotidiano de exponencial aumento da letalidade policial, ao longo das últimas duas décadas, ilustra e dá condição para sustentação de tal argumento. Esse crescimento da gestão violenta, no entanto, ocorre hoje não só no Brasil, mas em praticamente todo o mundo, inclusive nos centros econômicos, ainda que guardadas as proporções. Somados a isso, cada vez mais, os dispositivos jurídicos, policiais e tecnológicos – que são próprios e originários dos momentos de guerra – tomam uso corrente no cotidiano das cidades com caráter de gestão ordinária da ordem pública e da vida cotidiana. Talvez aqui as metrópoles sejam cenários e dimensão mais efetivos para elaboração e observação dessas mudanças presentes. Nesses centros urbanos, a população que reivindica uma outra ordem passa a ser também alvejada como alvo inimigo da sociedade e do Estado. No entanto, o real motivo desse combate não é a defesa e a proteção do

bem-estar da sociedade, mas sim o alvejamento de parte dela (Weber 2005), em função do fundamentalismo da ordem concorrencial.

No Brasil de hoje, temos, como amplo exemplo de tal gestão violenta, o último governo do Estado Federal (2019-2022) que exerceu abertamente um conjunto de práticas que caracterizariam uma espécie de guerra total contra os direitos sociais e as instituições da sociedade não alinhadas ao modelo neoliberal autoritário de pilhagem. Diversos campos da política pública foram incorporados por esse modo de gestão violenta: o meio ambiente, o mercado do trabalho regulado, o sistema de aposentadoria, os gastos públicos voltados aos direitos sociais (teto dos gastos), a universidade pública, entre outros.

Finalmente, ainda segundo Dardot et al. (2021), é preciso ressaltar dois fatores desse momento presente: o primeiro, a oposição deliberada entre o Estado e alguns setores-chaves da população que se opõem à lógica neoliberal, no mesmo senso empregado por Foucault (2004a), nomeado como *exercício do poder*, porém agora realizado e operado através do apoio de uma parte da população civil; quer dizer, trata-se de uma guerra motivada por uma divisão interna produzida na sociedade, criando um campo de apoio popular para tais modos de governo; e o segundo fator, que é vinculado ao primeiro, a estratégia de criação de oposição entre duas frações da população. Para tanto é corrente mobilizar a defesa dos valores do passado, ou da família, e se opor aos “estrangeiros”, aos “esquerdistas”, aos “vagabundos”, aos “comunistas”, aos “invasores de terra”, enfim, através de um repertório mais ou menos comum, ativar, sugerir e conduzir uma ampla oposição às minorias, todos esses

grupos tomados conjuntamente como inimigos internos que freiam o progresso. Tal conjunto de fatores orbita em torno de um imaginário securitário, como afronta à segurança da “outra” fração da população honesta, trabalhadora e de bem e, portanto, passível de combate legítimo pela força do Estado.

Considerando essas duas diferentes fases de aclimação do neoliberalismo, conforme o exposto até aqui, a segunda parte deste artigo procura apresentar uma tentativa de identificação das diferentes expressões do neoliberalismo brasileiro através da lente das políticas públicas de habitação em sua relação com os movimentos de luta por moradia e suas resistências. Para tanto, este exercício recorrerá a uma brevíssima leitura do Programa Minha Casa Minha Vida, tomado como dispositivo de gestão característico do período neoliberal progressista de centro esquerda, revelando algumas das implicações dessa prática de governo sobre a produção do espaço urbano e metropolitano e, na sequência, discutindo alguns pontos essenciais na mais recente política habitacional de regularização fundiária, como expressão da austeridade e da retirada gradual do Estado como ente garantidor de infraestruturas e serviços urbanos.

## Segunda parte

### Dispositivo neoliberal progressista

A transversalidade da racionalidade neoliberal pode ser compreendida como fator determinante na concepção das políticas públicas do período anteriormente denominado *neoliberalismo progressista* ou *neoliberalismo de esquerda*, o que fica evidente quando destacamos

algumas das características do funcionamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), nas suas duas primeiras edições. Para tanto, seria possível ler tal programa público como um *dispositivo neoliberal* do século XXI brasileiro, potente e muito bem-acabado, por ser capaz de – ao mesmo tempo – mobilizar a reprodução do capital da construção civil, agora ampliado aos ciclos financeiros das bolsas de valores; capturar os expedientes de luta e resistência; e, além disso, apresentar-se através da legitimidade discursiva da ampliação do bem-estar social e da redução das desigualdades, produzindo, como resultado, a pacificação gerenciável e momentânea da vida cotidiana que insurge contra a expulsão dos mais pobres dos centros metropolitanos ou de seus territórios de origem.

Dessa maneira, o MCMV foi capaz de alterar, não somente a forma e a estratégia de luta dos movimentos sociais de moradia, mas também a lógica de existência desses movimentos (Dal'Bó da Costa, 2019). Em termos gerais, e observando diferentes movimentos de luta por moradia, em diferentes Ocupações, ao longo da década de 2010, é possível afirmar que, num primeiro momento, as lutas por moradia migraram da ação de contestação direta à ampla negociação com as administrações públicas e, num segundo momento, o próprio movimento social foi transformado em gestor do programa, gerenciador de cadastros de demanda, resultando até mesmo na competição entre os próprios movimentos e suas demandas e, sobretudo, entre os movimentos e a população não organizada.

Em resumo, e por etapas, o que vimos foi a seguinte transição: primeiro, os movimentos realizam uma série de ocupações para conseguir atenção do Estado e a abertura de

negociação com os governos vigentes, nesses atos, como a ocupação é meramente contestatória, na maior parte dos casos, deixa de ser central a localização do terreno ocupado, uma vez que as ocupações perdem sua perspectiva de consolidação (Rizek e Dal'Bó, 2015). Segundo, uma vez ingressados nos expedientes de negociação de gestão dos municípios, os movimentos garantem lugar nos cadastros de demanda do Minha Casa Minha Vida para os seus organizados. Num terceiro momento, diferentes movimentos de moradia disputam entre si os repasses públicos para a garantia de suas demandas; no quarto e último momento, o movimento passa a ser – ele mesmo – o gestor do programa, assumindo a organização dos próprios cadastros, a busca por terrenos, a negociação com construtoras e uma outra grande variedade de funções, antes estatais. Finalmente, quando a segunda edição do programa é encerrada, em 2019, os movimentos são amplamente desmobilizados (Dal'Bó da Costa, 2019) ou, ao menos, encontram-se muito capturados pelas rotinas parlamentares e executivas do poder público.

Em resumo, o que se pode observar é a implosão dos vínculos de solidariedade de classe e de luta pelos direitos sociais no horizonte do *bem-estar social*, o que antes motivava a existência dessas lutas. Tal feito se realizou através de uma tecnologia de governo neoliberal, em dois diferentes momentos de aclimatação.

É preciso ressaltar que o MCMV, vigente entre os anos de 2009 e 2019, delimitou o período de maior produção habitacional mediante intervenção/mediação estatal da história do Brasil. O volume de unidades produzidas no programa até o ano de 2017 era de 4,7 milhões de unidades, o equivalente a 6% do total de domicílios existentes no Brasil em

2010.<sup>3</sup> Já o volume contratado equivaleria a pouco mais de 8%, notadamente um volume enorme de construções, determinando grandes alterações nas cidades brasileiras em um curto espaço de tempo.

Quanto à mudança relacionada ao impacto regional e ao espraiamento dos perímetros urbanos, o MCMV revelou-se extremamente nocivo às cidades brasileiras, por ter produzido principalmente conjuntos habitacionais mal localizados e de baixíssima qualidade arquitetônica, contribuindo para a perpetuação e o agravamento da segregação espacial e social determinada pela diferença de renda da população. O programa também inflacionou o preço do mercado imobiliário, sobretudo os valores dos aluguéis. Irônica – ou tragicamente –, após os 6 primeiros anos de existência do MCMV, o déficit habitacional brasileiro teria aumentado significativamente nas regiões metropolitanas e nas grandes cidades.<sup>4</sup> Isso teria ocorrido principalmente por conta da grande alta dos preços do aluguel, que atingiu 51,77%<sup>5</sup> na média brasileira, sendo ainda maior nas capitais e grandes cidades. Essa alta levou uma nova massa de famílias a se enquadrarem na categoria de ônus excessivo de aluguel.<sup>6</sup>

Trata-se, portanto, de colocar o programa MCMV sob a perspectiva da capacidade de incorporação característica do neoliberalismo, a qual seria capaz de unir e pacificar uma enorme complexidade de forças divergentes e contraditórias da sociedade, unindo mercado, acumulação e o discurso dos direitos sociais em um mesmo momento, em um só discurso legítimo, agora forjado pelo governo, através de uma racionalidade política plena e universalizante.

A novidade que se revela é a capacidade de fazer isso tudo, ao mesmo tempo, por meio da aparência da política pública de habitação e

com apelo populista: pacificação social; enquadramento dos divergentes; promoção da competição; e garantia de grandes negócios com legitimidade pública. Diante de tal situação, fica evidente que, para além da relação estrita entre mercado e Estado; o neoliberalismo pode ser definido pela generalização de uma racionalidade política que estende sua lógica ao conjunto da sociedade (Dardot e Laval, 2009). Nesse sentido, o Minha Casa, Minha Vida revela-se como um exemplo muito bem-acabado de um *dispositivo*<sup>7</sup> neoliberal capaz de formar uma rede entre esses diversos elementos.

Finalmente, a existência do PMCM não se explicaria sem a ação dos códigos que nasceram da forma empresa e imperam sobre uma tal racionalidade neoliberal, legitimada na sociedade por meio de técnicas, discursos e práticas institucionais as quais teriam produzido, portanto, uma subjetividade empresarial marcada pela competitividade, alterando profundamente a vida nas cidades, possibilitando que uma renovada estratégia de acumulação imobiliária aparecesse sob a máscara da política pública promotora de direitos, incluindo, inclusive, os movimentos sociais de luta por moradia, como agentes de sua força.

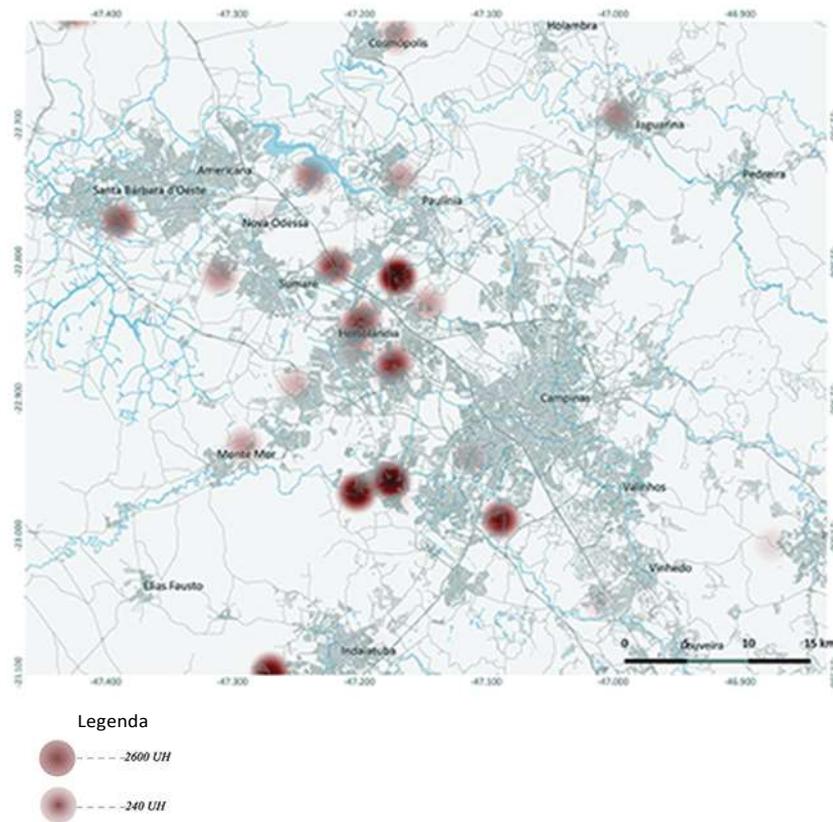
A lógica da racionalidade neoliberal, que transborda à dimensão puramente econômica dos processos nomeados como *financeirizados* ou *financializados*, faz-se assim presente em meio à produção do espaço, através das normas da exacerbação da individualidade, da competitividade, do autoempresariamento, do permanente cálculo de risco nas relações entre

pessoas e na implosão da mediação e da legitimidade da solidariedade na vida cotidiana. É o que, em larga medida, sustenta o imperativo liberal econômico e o atual processo em curso para desconstrução das sociedades de direitos sociais básicos em todo o mundo ocidental.

Para ilustrar territorialmente o resultado espacial do programa, na sequência, apresento o mapeamento de espraiamento causado pelo MCMV nas regiões metropolitanas de Campinas e São José dos Campos, onde se inserem os casos das ocupações estudadas ao longo do meu processo de pesquisa de mestrado e doutorado: as ocupações Vila Soma (2012-atual), Zumbi dos Palmares (2008-2013) e Pinheirinho (2004-2012). Apresento, também, o mapeamento de algumas outras capitais e regiões metropolitanas do Brasil, onde as mudanças são igualmente muito significativas, demonstrando um padrão único induzido pela política pública de habitação.

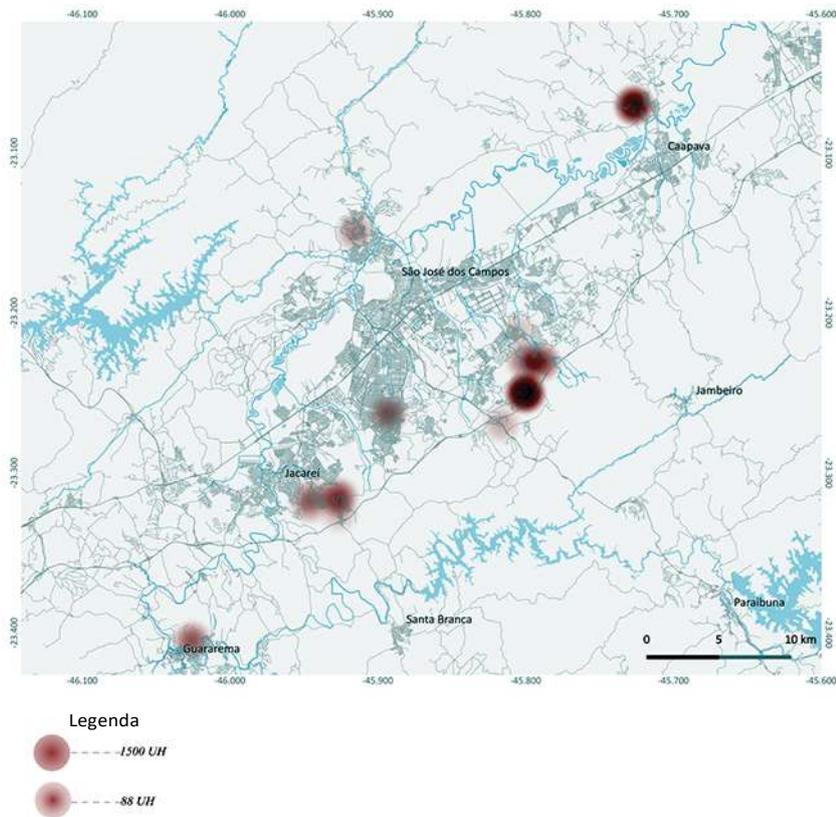
Os mapas apresentados na sequência falam por si e confirmam a reiteração da segregação espacial, o espraiamento das cidades e das metrópoles. Destaca-se como novidade que, se durante a formação das grandes cidades e metrópoles brasileiras, ao longo da segunda metade do século XX, a segregação espacial consolidou-se, sobretudo, através da autoconstrução em terrenos irregulares e periféricos, com ausência do Estado (ainda que uma ausência planejada), no presente momento o MCMV é indutor do novo ciclo de espraiamento e segregação, dessa vez com presença mais determinante do Estado.

Figura 1 – Implantação do MCMV na Região Metropolitana de Campinas/SP



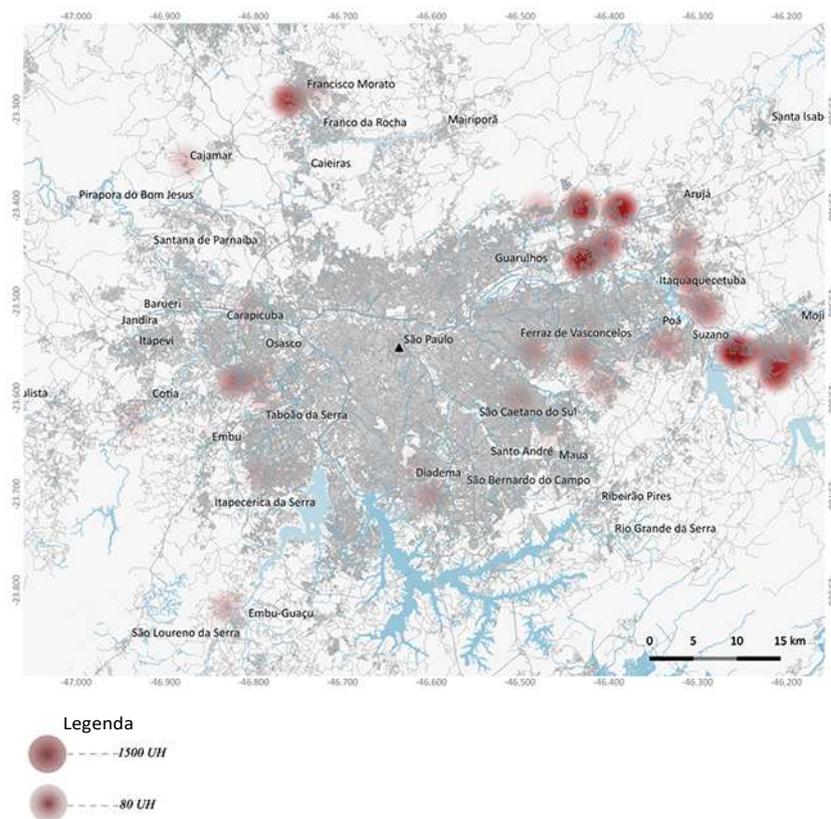
Fonte: elaboração própria, 2018, no QGIS 2.18.9, a partir de: vias e hidrografia (Open street maps, 2018); localização dos municípios (Malha de Municípios IBGE, 2018); dados sobre empreendimentos do Minha Casa Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR-A) da Caixa Econômica Federal, 2018 (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – Portal e-Sic, 2018).

Figura 2 – Implantação do MCMV na Região de São José dos Campos/SP



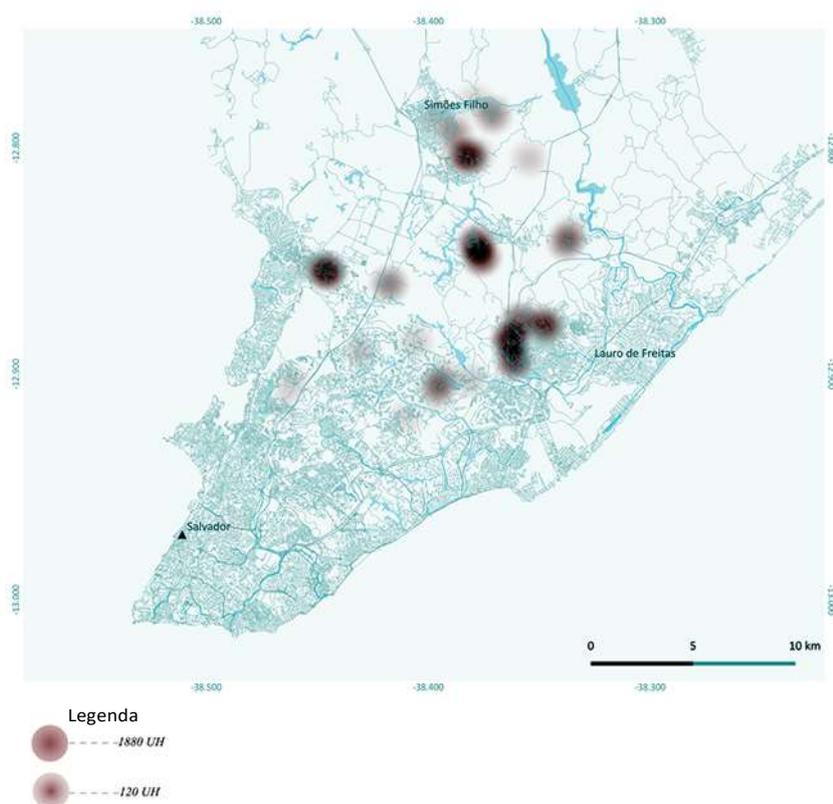
Fonte: elaboração própria, 2018, no QGIS 2.18.9, a partir de: vias e hidrografia (Open street maps, 2018); localização dos municípios (Malha de Municípios IBGE, 2018); dados sobre empreendimentos do Minha Casa Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR-A) da Caixa Econômica Federal, 2018 (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – Portal e-Sic, 2018).

Figura 3 – Implantação do MCMV na Região Metropolitana de São Paulo



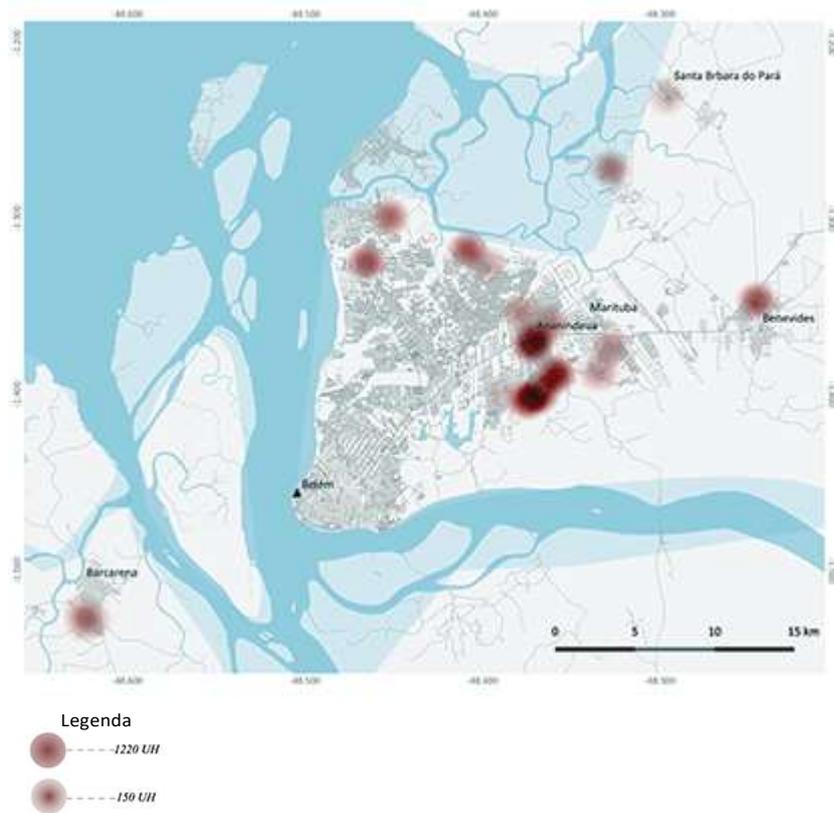
Fonte: elaboração própria, 2018, no QGIS 2.18.9, a partir de: vias e hidrografia (Open street maps, 2018); localização dos municípios (Malha de Municípios IBGE, 2018); dados sobre empreendimentos do Minha Casa Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR-A) da Caixa Econômica Federal, 2018 (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – Portal e-Sic, 2018).

Figura 4 – Implantação do MCMV em Salvador/BA e municípios vizinhos



Fonte: elaboração própria, 2018, no QGIS 2.18.9, a partir de: vias e hidrografia (Open street maps, 2018); localização dos municípios (Malha de Municípios IBGE, 2018); dados sobre empreendimentos do Minha Casa Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR-A) da Caixa Econômica Federal, 2018 (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – Portal e-Sic, 2018).

Figura 5 – Implantação do MCMV em Belém/PA e municípios vizinhos



Fonte: elaboração própria, 2018, no QGIS 2.18.9, a partir de: vias e hidrografia (Open street maps, 2018); localização dos municípios (Malha de Municípios IBGE, 2018); dados sobre empreendimentos do Minha Casa Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR-A) da Caixa Econômica Federal, 2018 (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – Portal e-Sic, 2018).

## Um novo cenário de governo das cidades<sup>8</sup>

Como compreender as formas de governo das cidades, das metrópoles e – de forma mais ampla – do território brasileiro no presente tempo de guinada autoritária, austera e militarizada, características do momento aqui denominado *neoliberalismo austero, militarizado e de violência explícita*? Como pensar a produção das cidades e as resistências diante do aumento de violência como meio de organização do território? Os últimos eventos de desmatamento e garimpo na Amazônia, o combate deliberado aos territórios indígenas e tradicionais e a ainda ampliação do encarceramento e do extermínio da população pobre, negra e periférica, levados a cabo como projeto aberto de gestão pela alta cúpula do último governo federal (2019-2022), demonstram que a violência intensiva e a proposta de destruição dos direitos sociais estiveram no centro das novas práticas deste governo.

É notável que a tentativa de enquadramento através das noções da racionalidade neoliberal, seja na chave foucaultiana da *biopolítica*, seja na sua atualização da *razão mundo*, de Dardot e Laval (2009), antes debatidas, limitaria a leitura do presente autoritário, pois delas escapam o elemento mais violento empregado de forma aberta e ampliada, ainda que como gestão das populações. Apesar disso, não se trata de considerar encerrado o tempo histórico do *neoliberalismo*, tampouco a obsolescência de um enquadramento teórico, mas

sim de buscar suas novas temporalidades e metamorfoses, bem como as possíveis sobreposições entre seus tempos.

Assim, é possível ainda reconhecer o neoliberalismo como continuidade da força de coesão social que historicamente foi capaz de produzir o combate direto contra todas as propostas de vida e organização social mais solidárias e que agora produz novos inimigos internos para tanto, sendo o Estado continuamente o encarregado de vigiar, reprimir, controlar, bloquear e, no limite, guerrear contra qualquer tipo de organização da sociedade que vise à ampliação da distribuição de direitos ou à redução das desigualdades em função da garantia do imperativo concorrencial.

Em decorrência disso, assistimos, no presente, a uma transformação do uso dos dispositivos de controle (jurídicos e tecnológicos) em escala global – originários do pensamento militar e da guerra –, agora utilizados no cotidiano das cidades com caráter de gestão ordinária da ordem pública, conforme apontaram Graham (2016) e Weizman (2017) ou, ainda, a reformulação do próprio pensamento de governo por princípios militares, como apontou Weber (2005), entre outros. Através de tais dispositivos de controle, a população que resiste e reivindica uma outra ordem passa a ser alvejada permanentemente como alvo inimigo da sociedade e do Estado. Tudo entra no expediente da gestão violenta: o meio ambiente, o mercado de trabalho regulado, o sistema de aposentadoria, os gastos públicos voltados aos direitos sociais e até nós mesmos, críticos nas universidades e suas pesquisas.

## Notas conclusivas

Podemos observar e constatar, nas atuais práticas de governo das cidades brasileiras – no contexto apresentado anteriormente –, através da recente legislação de Regularização Fundiária (lei federal n. 13.465/2017), e nas mudanças normativas sobre as políticas de regularização fundiária regulamentadas no conjunto de leis correlatas,<sup>9</sup> uma evidente guinada do modo de governo, com características austeras, que retiraram do Estado a obrigação pela inclusão e manutenção dos serviços e infraestruturas básicas do espaço urbano, relegando-as a novos arranjos possíveis entre empresas do setor da regularização fundiária e moradores das áreas em processo de regularização. Na prática, essa inflexão alterou a ordem da regularização fundiária. Se antes era preciso realizar a urbanização do ordenamento territorial, com regularização das infraestruturas e dos serviços básicos, para posterior regularização burocrática, com a definitiva emissão das escrituras e garantia do título de propriedade, agora, um simples protocolo de projeto e intenções de regularização, acompanhado de alguns contratos privados, pode garantir a formalização e a pacificação jurídica, possibilitando a comercialização, a obtenção de empréstimos, financiamentos, e a criação de mercadorias imobiliárias, mesmo sem início – e sobretudo sem qualquer garantia – da urbanização e do ordenamento territorial definitivos.

Como expressão das implicações desse novo conjunto de leis sobre as práticas de governo e os modos de gestão das cidades brasileiras, poderíamos trazer o exemplo do caso da ocupação Vila Soma, iniciada em 2012, no município de Sumaré/SP, e hoje habitada por mais de 10.000 pessoas; notadamente um dos casos de luta organizada por moradia mais

emblemático da história recente das cidades brasileiras (Dal’Bó da Costa, 2019). A ocupação – que começou com a auto-organização autônoma de famílias marginalizadas e, ao longo de mais de 10 anos de resistência, foi capaz de conquistar a permanência no terreno ocupado –, hoje passa por processo de regularização fundiária permeado por inúmeras contradições.

Se hoje podemos constatar de forma crítica a ambiguidade ou mesmo a falência dos inúmeros instrumentos da lei urbana brasileira (da CF 1988 ao advento do celebrado Estatuto das Cidades), incapazes, por si sós, de garantir o interesse e a função social, a segurança de posse e, tampouco, a efetivação do direito à moradia, um passo para trás, porém – e para além dessa trágica constatação –, faz-se fundamental destacarmos a nova inflexão austera que acaba de ampliar o campo das relações privadas e privatizantes na produção do espaço urbano, através da nova legislação nacional da regularização fundiária, citada anteriormente.

No contexto presente, como tentativa de garantir e consolidar a permanência no local ocupado, a Vila Soma, considerando seu longo histórico de resistência das famílias no local, optou por negociar a compra direta da área ocupada com o proprietário vencedor do leilão judicial da massa falida e, na sequência, discutir os custos e as formas privadas da regularização. Assim, verifica-se, na prática, como a conjuntura impôs uma nova forma de solução de conflito fora dos horizontes de garantia do direito à moradia e da luta pela função social da propriedade, contrastando com a mercantilização da terra e a regularização fundiária agora sob um novo arranjo, que é também, destaca-se, um novo nicho de mercado para empresas que atuam substituindo o poder público justamente no dever de aplicação dos instrumentos da

política urbana e na produção, manutenção e garantia dos serviços e infraestruturas básicas da cidade.

Em síntese, quanto ao conflito, é necessário contextualizar minimamente que a luta da ocupação Vila Soma,<sup>10</sup> iniciada no ano de 2012, ocorre em uma área total de um milhão de metros quadrados, na região central do município de Sumaré, na Região Metropolitana de Campinas. A ocupação, que passa a se organizar como um forte movimento social de moradia e que, diante da judicialização dos conflitos possessórios e da alta complexidade do caso, envolvendo quase 3 mil famílias, ou 10 mil pessoas, torna-se um dos casos mais paradigmáticos da história dos conflitos urbanos por moradia desde o conflito do Pinheirinho, em São José dos Campos/SP (2004-2012). Após inúmeras manifestações, articulações e decisões judiciais, disputas com os poderes locais e, notadamente, os interesses da especulação imobiliária, foi conquistada, no início de 2016, uma inédita suspensão da reintegração de posse no Supremo Tribunal Federal (STF),<sup>11</sup> delimitando uma nova perspectiva de solução pela permanência das famílias na área ocupada e realização da regularização fundiária de interesse social.

Na perspectiva de contramão e resistência ao imperativo neoliberal, a ocupação Vila Soma passou, então, a reivindicar a desapropriação da área por interesse social, com a compensação tributária de um imóvel oriundo de uma massa falida. Tal exigência se justificava sob a lógica do direito à moradia e da função social da propriedade, reivindicando tal solução do caso com a permanência na área ocupada e, inclusive, em resistência às propostas e tentativas para realocação em outra área, periférica e mal-localizada, através de

empreendimentos habitacionais do Minha Casa Minha Vida. Destaca-se a mesma solução única, que acima apresentei como *dispositivo do neoliberalismo progressista*. Nesse horizonte, a ocupação Vila Soma passou a discutir e reivindicar a necessidade da adoção de políticas que visassem à regularização fundiária de interesse social, garantindo a segurança da posse e o reconhecimento da autoconstrução das residências, assim como também as infraestruturas dos serviços públicos em combate direto à irracionalidade latente das novas construções de conjuntos habitacionais nas bordas das cidades, tais como aquelas localizadas nas Figuras 1 a 5 anteriormente apresentadas.

Apesar da constante luta, não houve desapropriação do terreno nem qualquer outra solução definitiva mediada pelo Estado. Pior, em 2019, a ministra Carmem Lúcia ameaçou a suspensão da liminar de 2016, momento em que uma nova rodada de negociações foi aberta. O resumo do resultado desse momento se deu – a contragosto de grande parte do movimento social – através de um acordo privado entre moradores e a empresa que comprou o terreno no leilão judicial, com anuência da prefeitura municipal de Sumaré, para a regularização fundiária do terreno. Destaca-se que todo o custo, seja para compra dos lotes, seja para inserção da infraestrutura, ficou sob responsabilidade dos moradores, então comprometidos com o pagamento mensal do financiamento. Na ocasião em que escrevo este artigo, é notório que muitos dos que habitavam a ocupação, em 2019, precisaram deixar suas moradias por inadimplência ou por incapacidade de pagamento.

No presente, observamos, diante da mudança na agenda política que assume as características *autoritária, austera e militarizada*

para gestão do colapso social, o deslizamento do movimento de gestão pacificadora via uma rede de programas e políticas públicas possível nos governos precedentes, para soluções agora predominantemente privadas. Como no caso concreto da Vila Soma, o mercado imobiliário assimilou a regularização fundiária como novo modelo de negócio, especialmente nos moldes trazidos pela lei federal n. 13.465/2017, que permite a antecipação da titulação e, portanto, a formalização da mercadoria. Daí surge toda uma sorte de novos produtos imobiliários e financeiros, antecipados, e até mesmo desvinculados, da necessidade de implantação de infraestrutura e serviços públicos urbanos.

Consolida-se uma nova mercadoria habitacional de altíssima precariedade, porém agora legalizada e amparada pelo Estado; e, assim, ampliam-se imediatamente as propriedades e as posses passíveis de compra e venda formal, mesmo que destituídas de condição mínima de infraestrutura, mesmo que sem cidade. Finalmente, através desse lastro material da precariedade urbana, convertido agora em mercadoria formal, criam-se, também, novas rotinas financeiras, por meio de mercados de créditos e securitização dessas dívidas. Mais que isso, instaura-se uma nova camada de controle da vida das populações mais pobres das metrópoles através de longos crediários: casas, infraestruturas e serviços urbanos a crédito, em prestações a perder de vista ou um novo governo da pobreza pela dívida infinita.

Dessa forma, o caso da Vila Soma aponta para a combinação de uma nova fase de mercantilização do processo de regularização fundiária de "interesse social" com a substituição do papel de política urbana dos governos que agora figuram como meros mediadores e legitimadores de uma nova cadeia de

arranjos privados. Esse novo momento austero é somente possível nos marcos da lei federal n. 13.465/2017, que passa a incluir um grande volume de terras antes irregularmente ocupadas ou mesmo endividadas, com problemas cartorários, num grande nicho de mercado para empresas intermediárias, impondo a relação de venda da propriedade para as famílias moradoras dessas áreas como a nova solução única a seus moradores. Portanto, o que temos em vista é um processo de privatização da obrigação do poder público em garantir direitos sociais, agora na dimensão da produção das cidades, perversamente através de ações públicas voltadas ao hipotético direito à moradia, que agora reconhece legalmente a autoconstrução sem infraestrutura básica como item passivo de regularização fundiária e mediação para longo endividamento da população marginalizada, moradora dos centros urbanos brasileiros.

Nesse contexto, verifica-se que a solução do caso específico da ocupação Vila Soma aponta para um novo formato de desfecho de conflitos urbanos, ainda mais ambíguo, com característica notadamente austera: impõe-se um consenso entre o desejo das famílias de permanência na área ocupada, com residência já construída, e o interesse econômico do proprietário das terras em receber por uma terra antes impossibilitada de transação no mercado formal. Nesse arranjo, o acordo é reduzido a um termo privado de compra e venda, no qual as famílias moradoras assumem o ônus da responsabilidade pela infraestrutura e têm à sua frente uma nova dívida parcelada e um risco renovado de despejo por inadimplência de pagamento. Agora, porém, o risco de despejo está individualizado por lotes escriturados em cartório, minando, dessa forma, as possibilidades futuras de resistência coletiva pela permanência

no local ocupado. Por fim, a violência do Estado policial será novamente ativada no momento em que for necessário o eventual despejo da família inadimplente – ressaltado, agora individualizado por lote, implodindo o coletivo de luta –,

para garantir a liberação da mercadoria. Privatização dos serviços e infraestruturas urbanas, austeridade e violência seletiva com alvos bem-definidos são agora conjuntamente novos modos de governo e produção das cidades.

**[1] <https://orcid.org/0000-0003-0363-5020>**

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia. São Paulo, SP/Brasil.

andredalbo@gmail.com

## Nota de agradecimento

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Pós-Doutorado Júnior; ao professor Paulo Arantes, pela supervisão da pesquisa e ao Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas (GENA).

## Notas

- (1) Opto pelo uso da versão original, em francês, dado que a tradução brasileira, publicada em 2013, suprimiu parte do texto.
- (2) Refiro-me à transformação das formas de exercício do poder de governo em escala global, em que o traço essencial e comum se dá pela emergência de experiências autoritárias com a chegada ao poder de representantes eleitos (democraticamente), portadores de discursos ultraconservadores, por vezes declaradamente racistas e xenófobos, com agendas igualmente voltadas à maior militarização do cotidiano e das relações sociais, por vezes também associadas aos programas de austeridade e redução das garantias dos direitos sociais. É o caso de Trump, nos Estados Unidos (2017-2021); Bolsonaro, no Brasil (2019-2022); Netanyahu, em Israel (1996-1999; 2009-2021; 2022-); Orban, na Hungria (2010-); e da recente e ampla ascensão de outros líderes de extrema direita, como Salvini e Giorgia Meloni na Itália, Marine Le Pen na França, do partido sueco SD, originado de um grupo neonazista, e do atual favorito nas eleições argentinas, Javier Milei, que se reivindica um anarcocapitalista, promete o fechamento de mais da metade dos ministérios federais e a dolarização da economia.
- (3) Para comparação, considerou-se o número total de domicílios particulares permanentes segundo o Censo (IBGE, 2010).
- (4) Dados sobre o déficit habitacional segundo a Fundação João Pinheiro para os anos de 2010 e 2015.
- (5) A variação do Índice Fipe-ZAP para valor de aluguel no período de março de 2009 até março de 2015 é de 98,37%, enquanto a variação do IPCA, no mesmo período, é de 46,60%. Portanto, no mesmo período os aluguéis subiram 52,70% acima da inflação.
- (6) Segundo a Fundação João Pinheiro, o ônus excessivo de aluguel é caracterizado pelo comprometimento de mais de 30% da renda familiar com o pagamento do aluguel.
- (7) Uso o termo dispositivo no sentido amplo empregado por Foucault (2004a): uma rede que se pode estabelecer entre um conjunto diverso e heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, entre outros elementos.
- (8) Parte dos trechos B e C, da segunda parte deste texto, decorrem da apresentação realizada no Instituto de Estudos Avançados da USP, durante o debate "Qual a agenda de pesquisa para crítica das metamorfoses do neoliberalismo?" durante o 2º Seminário Metamorfoses do Neoliberalismo, em novembro de 2020.
- (9) Lei federal n. 13.465/2017, lei federal n. 14.188/2020 e decretos e portarias incidentes.
- (10) Para o histórico detalhado do conflito, ver o segundo capítulo da tese de doutorado de Dal'Bó da Costa (2019).
- (11) Decisão sobre medida cautelar a ação cautelar n. 4.085, ministro Ricardo Lewandowski, em 13 de janeiro de 2016.

## Referências

- ARANTES, P. (2014). *O Novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo.
- BARROS, J.; DAL'BÓ DA COSTA, A.; RIZEK, C. (2018). *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. São Carlos, IAU-USP.
- DAL'BÓ DA COSTA, A. (2013). *Luta Social e a produção da cidade. dissertação de mestrado*. Dissertação de mestrado. São Carlos, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2019). *Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho*. Tese de doutorado. São Carlos, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Mouvements sociaux et résistances: Violence d'État et les dernières menaces – Colloque Gena*. Québec, *Sens Public*, v. Dossiers, pp. 100-120.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2009). *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découvert/Poche.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Ce cauchemar qui n'en finit pas: comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris, La Découvert.
- DARDOT, P. et al. (2021). *Le choix de la guerre civile: une autre histoire du néolibéralisme*. Québec, Lux.
- FOUCAULT, M. (2004a). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris, EHESS Gallimard Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2004b). *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris, EHESS Gallimard Seuil.
- FRASER, N. (2017). From progressive neoliberalism to Trump – and beyond. *American Affairs Review*. *American Affair Fundation*, v. 1, n. 4, pp. 46-64.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte, FJP.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais: déficit habitacional no Brasil, 2015*. Belo Horizonte, FJP.
- GRAHAM, S. (2016). *Cidades sitiadas. O novo urbanismo militar*. São Paulo, Boitempo.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.
- OLIVEIRA, C. (2003). *Crítica à razão dualista e o Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo.
- OLIVEIRA, C.; RIZEK, C. (2007). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo.
- RIZEK, C. S.; DAL'BÓ, A. (2015). The Growth of Brazil's Homeless Workers Movement. *Global Dialogue*. Berkeley.
- SUPIOT, A. (2010). *L'esprit de Philadelphie: la justice sociale face au marché total*. Paris, Éditions du Seuil (coll. Débats).
- WEBER, S. (2005). *Targets of opportunities. On the militarization of thinking*. Nova York, Fordham University Press.
- WEIZMAN, E. (2017). *Hollow land: Israel's architecture of occupation*. Londres, Verso.

Texto recebido em 28/ago/2021

Texto aprovado em 29/nov/2021

# Two periods of Brazilian neoliberalism as city government

Dois tempos do neoliberalismo brasileiro como governo das cidades

André Dal'Bó da Costa [I]

## Abstract:

This article discusses two different phases of neoliberalism as city government practice in Brazil: the first one as progressive neoliberalism and the second as authoritarian, austere, and militarized management of social collapse. In the first part of the text, I use the works of Christian Laval and Pierre Dardot (2009 [2013] and 2016) and Dardot et. al (2021) to inscribe the proposed debate in the transition between two expressions of neoliberalism, initially as world reason or political rationality and later as war strategy. In the second part, such phases will be observed through recent transformations in city government practices, using some examples related to the latest housing and land regularization programs.

**Keywords:** neoliberalism; social movements; political philosophy.

## Resumo

*Este artigo discute duas diferentes fases de aclimação do neoliberalismo como prática de governo das cidades no Brasil. A primeira, como progressismo neoliberal e a segunda, como gestão autoritária, austera e militarizada do colapso social. Na primeira parte, dialogo com os trabalhos de Dardot e Laval (2009 e 2016) e de Dardot et al. (2021), para inscrever o debate proposto na transição entre duas expressões do neoliberalismo, primeiro, como razão mundo ou racionalidade política e segundo, como estratégia de guerra. Na segunda parte, tais fases serão observadas a partir de recentes transformações nas práticas de governo das cidades, através da análise de alguns exemplos relacionados aos últimos programas de provisão habitacional e regularização fundiária vigentes no Brasil.*

**Palavras-chave:** neoliberalismo; movimentos sociais; filosofia política.



## Part One

### Two neoliberalisms

It is possible to suggest that there were at least two different phases of neoliberalism adaptation in twenty-first-century Brazil, seen as a mode of city governance. The first phase, which took place during a period of relative economic and republican stability, here called *neoliberal progressivism*, began with exchange rate stabilization of the national currency, something which later became embodied as a policy in the context of the *commodity boom*, and then ended with the *impeachment* coup (1994-2014). During this period, all the elected national administrations (Fernando Henrique Cardoso, Lula and then Dilma), carried out their governments based on a powerful and renewed network of programs and public policies capable of controlling social emergencies – this took place concomitant with timid social inclusion figures, which in any case were mediated by the expansion of the consumption capacity of the lower income population – albeit without providing any lasting expansion of basic rights guarantees or programs mediated by the State and capable of altering the colonial and slaveholding heritage that has been part of the making of Brazil - such a heritage results, to this day, in segregated and unequal cities. In short, such an inclusion was a fragile one without any lasting effects; it took place through consumption or unfolded a kind of mirage - an emulation of social well-being. The second phase, in turn, which developed after the *impeachment* coup and became even more accentuated after the 2018 presidential election, is characterized by a recent authoritarian, “austere”, and militarized shift in

planning, management and public policies. This takes place in an advanced scenario of systemic crisis pertaining to unemployment and to the collapse of basic social rights. In this situation, such public administrations seem to make use of a renewed framework of governance practice – these in turn are the manifestation of a new kind of neoliberalism which can be seen today, a more explicitly violent, “austere” and militarized one.

This schematic and essayistic panorama of two phases seeks to outline two distinct temporalities pertaining to the Brazilian adaptation of neoliberalism. In this paper, we employ such frame as a resource for an attempt to identify and qualify the different forms of neoliberalism and their respective practices regarding the control and management of populations, cities, and metropolises. This in short is what I propose as a thought exercise. That said, it is necessary to emphasize, however, that both forms, although better located in each of the temporal periods thusly delineated, in no way end there – rather, they do overlap, oscillate and renew themselves in between such periods. Today, neoliberalism does assume the features, quite clearly, of a form of governance marked by social collapse, as is typical of the crisis of modernity. However, there are undeniable continuities between it and the previous period. Moreover, Brazil's history and therefore also that of the production of space and the very formation of its cities and metropolises is still a result of a continuous productive interaction between the archaic and the modern (Oliveira, 2003).

The productive overlap of time periods and phases of development (which one can see through the perspective of a critique of the developmentalist instance in Brazil) precedes

the recent occurrence of a generalized crisis of legitimacy regimes related to supportive sociability and social justice. This crisis takes place across the Western world and such a phenomenon results from profound changes in societies and cities. These changes in turn are shaped by the latest metamorphoses of neoliberalism. One could observe and grasp such a situation from the perspective of the great diversity of aspects of the daily life of Brazilian cities – including social conflicts related to the struggle to stay in the places people inhabit or their territories of origin. It could also be grasped starting from the fact that, in much of the world, governance models based on the welfare state have been collapsing, considering the very way they were structured – and this is so not merely when they are viewed from the *longue durée* perspective in terms of the historical course of modernity, but also in the broad sense of public and political life in Western societies – at least with regards to expectations and future projects looming in the horizon.

One should also highlight the fact that such a modern legitimacy of social justice and solidarity (as a reference) exercised a large role mediating and regulating conflicts between the freedoms of the capitalist market and the guarantees of basic rights – especially in the second half of the twentieth century, during the post-war period. This took place while several international treaties were consolidated. Those, to a large extent, subordinated – at least as treaties, manifestos, and public documents – the economic order to social justice (Supiot, 2010). The collapse of these social justice frameworks, as well as the generalized decrease in access to basic rights (which were accessed through the State and its administration), is

not new – nor is the generalized deregulation of labor, with its labor force gradually being replaced (through private relations). Quite the contrary, such a development dates, right in the economic center, at least from the 1970s. From then on, several Western governments expanded their austerity agendas and pursued policies to limit basic social rights, as non-state mediations (especially market ones as well as private solutions) advanced their march on all levels of social life.

This broad global movement, which could be *roughly* described as an important part of the development process of a new *governmentality* (Foucault, 2004a), has been going on, therefore, for at least half a century since its last great change brought upon the modes of management of social life itself. Its triumph has been based on a new and generalized political rationality which is not restricted only to economic mediations, but rather is capable of producing subjectivities and mediating all aspects of life under the frame of entrepreneurship and competitiveness (Dardot and Laval, 2009).<sup>1</sup> Framing the situation in such a way can give us tools to better understand much of the limitations and failures of the recent Brazilian attempts at expanding social rights, which occurred during part of the New Republic period. Brazil lived a late cycle of reforms which reduced inequalities and expanded access to elementary social rights, in the context of enduring tremendous social inequalities – which still echo the slavery and colonial heritage characteristic of the southern hemisphere (Oliveira, 2003). Such reforms took place while neoliberal mediation, as a social force, was already fully pulsating throughout society. Such a neoliberalism even shaped the very public policies conducted by

supposedly or manifestly progressive and left-wing governments. Such overlapping of periods can explain the impossibility, and even part of the inevitable failure, of the late national project for a republican and democratic society marked by the enforcement of rights in Brazil. In a nutshell, the Brazilian administrations that took governed the country between 1994 and 2014, carried out mainly the great task of answering to emergencies and social urgencies in a neoliberal framing by creating several programs and public policies – these ended up functioning as a powerful network and as a device for the governance of emergencies (Oliveira and Rizek, 2007) without, however, producing any real and lasting changes in society and cities in terms of expanding collective and social well-being at least.

Having made these previous considerations, for the purpose of schematically placing us at the time period that precedes the time this article focuses on, we are at present experiencing the moment following a world cycle within neoliberalism or even that which is conventionally called neoliberalism within liberal democracies or even, more accurately, progressive neoliberalism (Fraser, 2017), or sometimes even left-wing neoliberalism (Dardot and Laval, 2009, p. 316; Dardot and Laval, 2016, p. 216). Once the possibility of having rights fully enforced through the mediation of the State administration no longer looms in the horizon, the number of humans deemed superfluous from the perspective of the global system of accumulation, has gradually increased – these include the unemployed, migrants, homeless, landless, and prison inmates, among others. This takes place on a planet that is rapidly heading towards environmental and urban catastrophe without

any real perspectives of an alternative – so far, we have been globally experiencing a new time characterized by continuous civil war, by a permanent state of exception and by the militarization of daily life as new ways of managing social and environmental collapse on a global scale (Arantes, 2014).

Returning to that modern paradigm of social justice seems to be an exhausted possibility today. Thus, a broad political spectrum from left to right has been captured within the same very delimited framework, namely one of accelerating the very exhaustion of democracy (Dardot and Laval, 2016, p. 7). Such a political spectrum is therefore reduced to only carrying out programs to postpone social collapse and to control emergencies, generating – as a necessary part of this development – a new spatial governmentality for managing cities, territories and populations, thereby delimiting – in theory – a renewed “*austere*”, *military and authoritarian urbanism*, capable of leading cities, metropolises and their societies which are now inserted in the context of the collapse of social right normative horizon.

These considerations pertaining to an authoritarian turn can be highlighted or even confirmed, by the simply observing the results of the elections in the last decade, in several of the representative democracies around the world – these mark the beginning of a new cycle of governments that are,<sup>2</sup> at the same time, neoliberal, authoritarian, and populist. They resort more readily to state violence, thus bringing to scene yet another component of this acceleration of the deconstruction and the displacement of the ethical and normative horizon of social rights. Such a development (pertaining to the aforementioned deconstruction and displacement process) is

made possible by governments that rely on old, renewed and new forms of population management and control – within space – based on the greater surveillance and militarization of daily life, including the need to block or to even eliminate populations that are deemed superfluous for the minimum cohesion of a highly financialized accumulation system, as discussed in other territorial contexts - see Graham (2016) and Weizman (2017).

*Roughly speaking*, one of the possible ways of interpreting the success of such authoritarian candidacies, that recently were democratically elected, characterized by far-right government proposals and programs, is based on their ability to capture a widespread sense of insecurity in daily life, resulting from the difficulty in maintaining elementary living conditions and the impoverishment in the context of a structural work crisis -to these factors one can add a general disbelief in the various State institutions, including a disbelief about the state's institutional capacity to guarantee basic social rights.

In several parts of the world, such a widespread sensation might have played a factor in the greater acceptance of discourses focused on combating the current State institutions, and also the greater acceptance of proposals to expand securitization and control through a greater repression of social insurgencies and unwanted enemy dangers – whether real or a product of the social imagination –, thus providing a timely response to popular expectations and anxieties in the context of a scenario of apparent bankruptcy of social rights and the implosion of the collective dimension of work. However, unlike any movement towards the possibility of returning to a hypothetical past stage of society

cohesion with minimum stability, mediated by social welfare, these new authoritarian governments on the right have acted, so far, in such a way as to accelerate and deepen the overall picture of collapse, resulting, therefore, in the deconstruction of the normative and formal bases aimed at equity in the public and collective life of cities and metropolises. In this scenario of a new implosion of the societal dimension, Brazil, as of recently, is perhaps one of the most significant laboratories for this new period. Its federal government (2019-2022) has been acting quickly to change laws and norms that regulate guarantees and social, urban, environmental, and territorial balance.

Generally speaking, as part of the recent factors that make up this cycle of new administrations (which are at the same time *neoliberal, violent and austere*, with their new practices, which we can already see in Brazil and in several other countries), there are some recurrent factors: the implosion of work's role as a social life mediation force; the expansion and renewal of forms of control, isolation and elimination of non-employable and surplus populations, through the increase in incarceration and police lethality; the improvement of technologies and methods, with increased police efficiency and lethality; the expansion of border control (international or internal) to contain migration movements; the greater and more violent repression of street protests; the expansion of groups classified as enemies or dangerous to the public; the expansion of places, streets and neighborhoods classified as dangerous for differentiated space management; the exponential use of autonomous programming language surveillance technologies; the diffusion of discourses by so-called smart cities;

the trivialization and popular acceptance – even greater – of violence in all aspects of life, which includes encouraging the arming of the civilian population, often openly defended by heads of state; spatial control methods through securitization zoning; government and management plans based on indicators and artificial intelligence with a spatial component; automated management of urban space by autonomous programming; and also, finally, through the permanent expulsion of traditional and/or poorer populations, and/or without income, from their original territories and residence, whether in rural areas or in urban centers with better infrastructures, services and the possibility of employment.

Taking such a general picture of recent events and practices as signs of the present time and pillars of new forms of governance based on the latest adaptation of the neoliberal metamorphosis, we can initially argue that we are already a step beyond the widespread and consolidated public policy agendas for neoliberal management of life (which dominated the Western world after the 1970s, including the Brazilian New Republic, as a way of guaranteeing the management of social emergencies), and we are now experiencing the emergence of the predominance of governments supported by what we could call a new “*austere*” and *authoritarian urbanism*. This development still has the fundamental characteristics of a neoliberal governmentality, as presented by Foucault (2004a), or as *world Reason (Raison-monde)*, by Dardot and Laval (2009), for governance and self-regulation of populations, but now notably altered by the increase in violent mediations in view of the need to manage cities and territories increasingly devoid of the dimension of

solidarity and social rights and, therefore, freed from the modern normative project of minimum social equity.

It is, therefore, about understanding neoliberalism in a new scenario of *social collapse management*, subsequent (but still overlapping) to the previous moment of a generalized neoliberal management of space and cities, thus seeking to identify and better understand new practices of control and surveillance of everyday life.

### Neoliberalism as a new civil war on a world scale?

In *The Choice of Civil War: Another History of Neoliberalism*, Christian Laval and Pierre Dardot (2021), together with the professors and members of the *Groupe d'études sur le néolibéralisme et les alternatives* (Gena), Pierre Sauvêtre and Haud Guéguen, present us with neoliberalism as a force historically capable of producing a mediation of *civil war* against all ways of life and social organizations that oppose the project of an imperative regime of competition and accumulation - which has been constituted throughout history as moments of direct opposition to socialism, communism, unionism, social reformism and, more recently, against any and all movements that defend solidarity and greater social equality.

For the authors, this would even be the great reason and also the inaugural decision of neoliberalism itself as an opposition that is violent in principle (Dardot et al., 2021) already in its first genesis, at the beginning of the twentieth century. Such genesis, contemporary to the Bolshevik revolution, was born as a proposal of total opposition to the possibility of

building egalitarian societies, an opposition that presents itself violently or in open war when necessary. In this historical process presented, then, neoliberalism is also a name that can be given to the constant fight against any projects aiming at a more egalitarian society - in a struggle for the imperative of economic freedom for competition. From the perspective of this interpretative key, neoliberalism, for the authors (*ibid.*), is thus a *strategy of war* against an enemy that stands for equality; it also is a *governmentality of war against* equality and for economic actors full competition. Civil war is thus an inevitable formulation for reading the contemporary problem of cities and territories.

For these authors, calling such a form of governance as *civil war* would not be an extrapolation, nor a discursive exaggeration that tries to draw attention to the present moment; it is really a civil war, which demonstrates the use of state force when it comes to repressing or controlling any type of society organization aimed at resistance, or at expanding the distribution of rights or at reducing inequalities. In Brazil, be it in cities, metropolises or in the countryside, daily life has met with an exponential increase in police lethality over the last two decades – this illustrates such an argument. This growth of violent management, however, occurs today not only in Brazil, but in most of the world, including in global economic centers, even when one controls for population proportions. In addition, legal, police and technological devices (which originate from and are typical of times of war) are increasingly becoming part of the routine life of cities, a tool for ordinary management of public order and daily life. Perhaps here one can better observe these changes at the metropolises. In these urban centers, the part of the population that

stand for a different order is also targeted as an enemy of society and the State. However, the real reason for this fight is not about securing and protecting the well-being of society, but rather about targeting part of society itself (Weber 2005), due to the fundamentalism of the competitive order.

In Brazil today, the latest federal administration (2019-2022) stands as a clear example of such violent management: it openly exercised a set of practices that characterize a kind of total war against social rights and those institutions of society not aligned with the authoritarian neoliberal model of pillage. Several public policy fields were encompassed by this mode of violent management: the environment, the regulated labor market, the retirement system, public spending on social rights (expenditure ceilings), and public universities, among others.

Finally, according to Dardot et al. (2021), one should also highlight two factors regarding this moment today: the first, the deliberate opposition between the State and some key sectors of the population that oppose the neoliberal logic, in the same sense used by Foucault (2004a), here described as an *exercise of power*, but now carried out and operated through the support of a part of the civilian population itself; that is, it is a war motivated by an internal division produced within society, thereby creating a field of popular support for such modes of government; and the second factor, which is linked to the first, being the strategy of creating opposition between two fractions of the population. It is thus common to mobilize the defense of the values of the past, or of the family, and to oppose “foreigners”, “leftists”, “vagabonds”, “communists”, “land invaders”, and son on. In short, it is about

activating (and suggesting and pushing) an intense opposition to minorities (through a more or less common repertoire) - all these groups taken together as internal enemies that hinder progress. Such a set of factors orbits around a security imaginary, which includes the idea of a threat to the security of part of the population - the one part that is supposed to be honest, hardworking, and good. The other part of the population can thus be a legitimate target of State force.

Considering these two different phases of the adaptation of neoliberalism, as explained thus far, the second part of this article then seeks to identify the different expressions of Brazilian neoliberalism with a focus on public housing policies in regard to how they relate with housing struggle movements and their resistances. To this end, this exercise will resort to a very brief analysis of the Minha Casa, Minha Vida Program ("My Home, My life"), taken as a characteristic management device of the center-left, progressive neoliberal period, revealing some of the implications of this government practice on the production of urban and metropolitan space. Then, we discuss some essential points in the most recent housing policy of land regularization, here viewed as an expression of austerity and the gradual withdrawal of the State as a guarantor of urban infrastructures and services.

## Part two

### Progressive neoliberal devices

The transversality of neoliberal rationality can be understood as a determining factor in the conception of public policies in the period

previously called *progressive neoliberalism* or *left-wing* neoliberalism. This becomes evident when we highlight some of the characteristics of the Minha Casa Minha Vida Program (MCMV) operation, in its first two editions. One can thus interpret such a public program as a Brazilian 21st century *neoliberal device* – a powerful and very well finished one, for it has been able to – simultaneously – mobilize the reproduction of construction industry capital, now extended to the financial cycles of the stock exchanges; capture and take advantage of struggles and resistance efforts; and, in addition, present itself and discursively legitimize itself as an expansion of *social well-being* and an effort to decrease inequalities. As a result, it manages to momentarily pacify daily life and to contain any impulse that could rise against the expulsion of the poorest from the metropolitan centers or from their original territories.

In this way, the MCMV was able to change not only the form and strategy of social housing movements in their efforts, but also the very existential logic of these movements (Dal 'Bó da Costa, 2019). Generally speaking, taking a look at different movements aimed at the struggle for housing rights, which comprises a number of occupations and squatted settlements, throughout the 2010s, one can infer that, at first, the struggles for housing right redirected from direct actions towards broad negotiation efforts with public services. In a second moment, the social movement activists themselves turned into a kind of program managers, that is managers of demands, which even resulted in competition between the various social movements and their respective demands and, moreover, competition between these movements and the unorganized population.

In summary, regarding the different stages, we have seen was the following transition: first, social movements carry out a series of occupations to get state attention and to start negotiations with the governments in force. In these acts, occupation is merely a form of contestation, and, in most cases, the location of the occupied land is thus no longer of the utmost importance: such occupations have no horizon of consolidation (Rizek and Dal 'Bó, 2015). Secondly, upon acquiring the role of managing negotiations within the municipalities, these movements thereby guarantee, for those who are thusly organized, a place in the registers of "Minha Casa, Minha Vida" program. In a third moment, different housing rights movements compete with each other for public funding so as to guarantee their demands; in the fourth and last moment, the movements fully become program managers, with the role of organizing their own registrations, plus the search for land, the negotiation with construction companies and a wide variety of functions, which previously were carried out by the state. Finally, by the time the second edition of the program ended in 2019, the movements had been largely demobilized (Dal 'Bó da Costa, 2019) or, at least, had been very much captured by the parliamentary and executive routines of the government.

In summary, we can see the implosion of the bonds of class solidarity and of the struggle for social rights – which were on the horizon of *social welfare*, and previously drove such struggles. All of that took place through a neoliberal government technology, in two different phases of its adaptation.

It should be noted that the MCMV, in force between 2009 and 2019, coincides with the period when the greatest housing campaign

(through state intervention/mediation) took place in the history of Brazil. The volume of house units produced within the program until 2017 was 4.7 million units, which amounts to 6% of the total household's number of in Brazil in 2010.<sup>3</sup> The volume of contracts in turn amounts to a little more than 8% – this clearly is a huge volume of constructions, which brought about major changes in Brazilian cities in a short period of time.

As for the changes related to the regional impact and the expansion of urban perimeters, MCMV proved to be extremely harmful to Brazilian cities, as its products were mostly poorly located housing projects of very low architectural quality. They contributed to the perpetuation and to the aggravation of spatial and social segregation, which is shaped by differences in income within the population. The program also inflated the prices within the real estate market, especially the rental values. Ironically – or tragically –, after the first 6 years of the MCMV's program, the Brazilian housing deficit increased significantly in metropolitan regions and large cities.<sup>4</sup> This was, arguably, mainly due to the large increase<sup>5</sup> in rental prices, which reached 51.77% within the Brazilian average, being even higher in capitals and large cities. This increase led a new mass of families to fall into the category of excessive rent burden.<sup>6</sup>

Therefore, this is about framing the MCMV program as yet another feature of the incorporation capacity of neoliberalism. Such capacity is able to unite and pacify a tremendously complex plethora of divergent and contradictory forces withing society, by bringing together the market, accumulation and the discourse of social rights at the same time, within a single legitimizing discourse, now forged by the government itself, through a full and universalizing political rationality.

Setting the divergent apart; promoting competition; and guaranteeing plus giving public legitimacy to big businesses: the novelty that now emerges lies precisely in the ability to do all this, at the same time, through what, in appearance, is but a public housing policy with populist appeal: social pacification. Taking such a situation into consideration, it becomes quite evident that, beyond the strict relationship between market and state, neoliberalism can be better defined by the generalization of a certain political rationality that extends its logic to the whole of society (Dardot and Laval, 2009). In this sense, Minha Casa Minha Vida program reveals itself to be a very well-finished instance of a neoliberal device<sup>7</sup> capable of creating a network between these various elements.

Finally, the existence of the PMCM program cannot be explained without considering the role of the codes or operating models which came into being in the context of corporations, enterprises or companies and which prevail over such neoliberal rationality. Such rationality in turn is legitimized within society by means of different techniques, discourses and institutional practices which arguably produce, therefore, a business subjectivity. This subjectivity is marked by competitiveness, and profoundly alters life in cities, thus enabling a renewed strategy of real estate accumulation to appear under the guise of a public policy - and one that promotes rights, even including the social movements fighting for housing rights, as agents of its force.

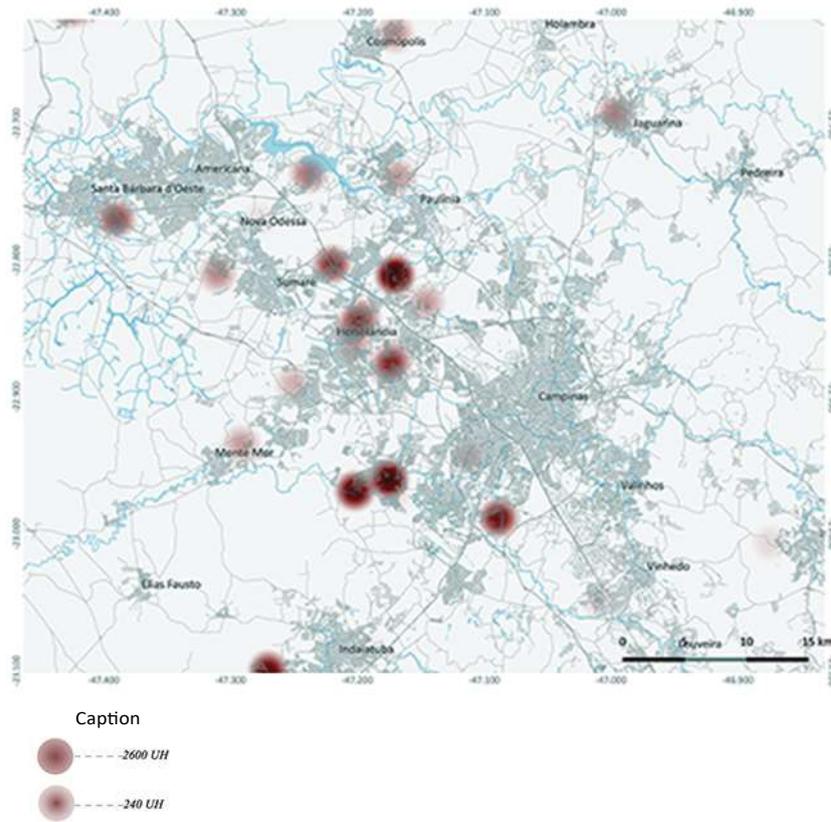
The logic of neoliberal rationality, which extends way beyond the purely economic realm of a number of processes (often described as financialized), thus have a presence even in the midst of the production of space, by means

of various norms. Such norms pertain to the exacerbation of individuality, competitiveness, self-management, the non-stop risk calculation regarding interpersonal relations and, finally, the implosion of any mediation or legitimacy regarding solidarity in everyday life. This is, to a large extent, precisely what underpins the liberal economic imperative and the current ongoing process for the deconstruction of basic rights societies throughout the Western world.

To illustrate the spatial result of the program, I hereby present the mapping of urban sprawl caused by the MCMV in the metropolitan regions of Campinas and São José dos Campos, which are the areas where the occupation cases I studied throughout my master's and doctoral research process are located: the Vila Soma (2012-current), Zumbi dos Palmares (2008-2013) and Pinheirinho (2004-2012) squatting occupations. I have also mapped (as I shall show) some other capitals and metropolitan regions of Brazil, where the changes were also very significant, displaying a unique pattern induced by public housing policy.

The maps presented below speak for themselves and confirm the reiteration of spatial segregation, the urban sprawl pattern pertaining to cities and metropolises. One thing does stand out as a novelty, namely that, during the formation of large Brazilian cities and metropolises, throughout the second half of the twentieth century, spatial segregation was consolidated, above all, through house-building with no permit on irregular and peripheral terrains, with the absence of the State (albeit a planned absence). At the present time, the MCMV program is driving a new cycle of urban sprawl and segregation, this time with a more decisive presence of the State.

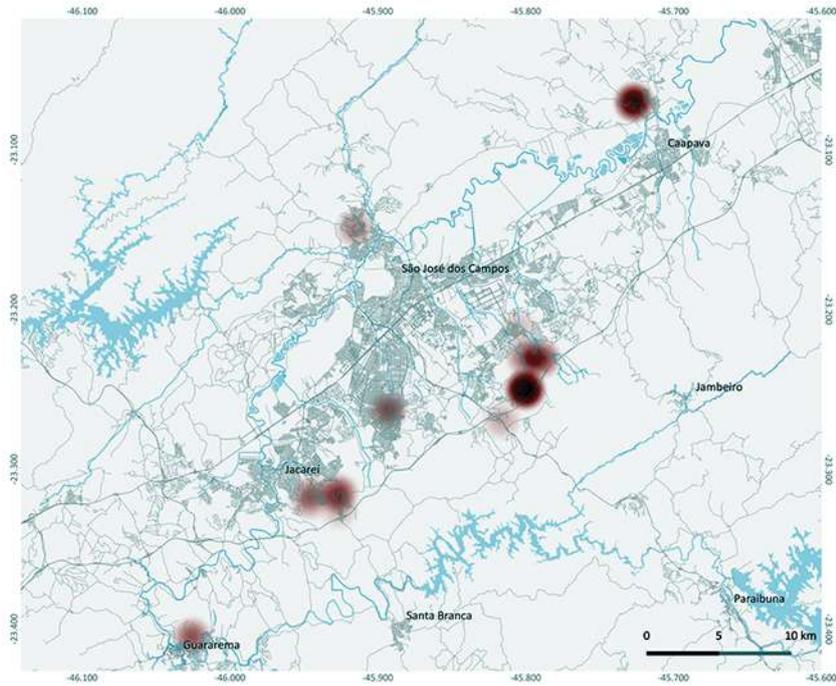
Figure 1 – Implementation of the MCMV program in the Metropolitan Region of Campinas/SP



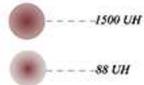
Prepared by the authors. 2018. Made with QGIS 2.18.9.

Source: roads and hydrography (Open street maps, 2018); location of municipalities (Malha Municipal IBGE, 2018); data on projects from Minha Casa Minha Vida for Residential Leasing Fund, FAR-A (Caixa Econômica Federal, 2018) using the Electronic Citizen Information System (Portal e-Sic, 2018).

Figure 2 – Implementation of the MCMV program in the Region of São José dos Campos/State of Sao Paulo (SP)

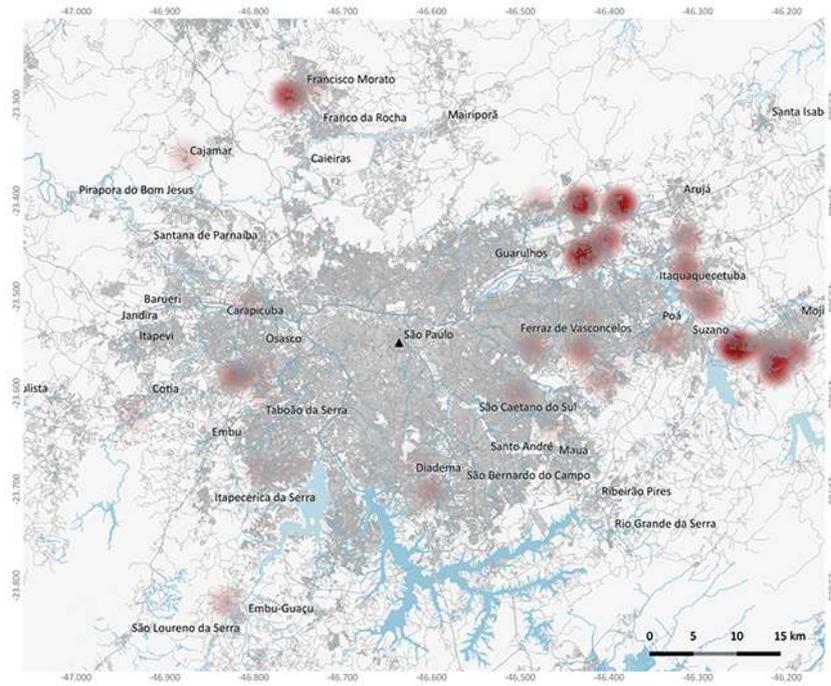


Caption

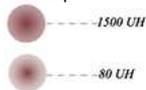


Prepared by the authors. 2018. Made with QGIS 2.18.9.  
Source: roads and hydrography (Open street maps, 2018); location of municipalities (Malha Municipal IBGE, 2018); data on projects from Minha Casa Minha Vida for Residential Leasing Fund, FAR-A (Caixa Econômica Federal, 2018) using the Electronic Citizen Information System (Portal e-Sic, 2018).

Figure 3 – Implementation of the MCMV program in the Metropolitan Region of São Paulo



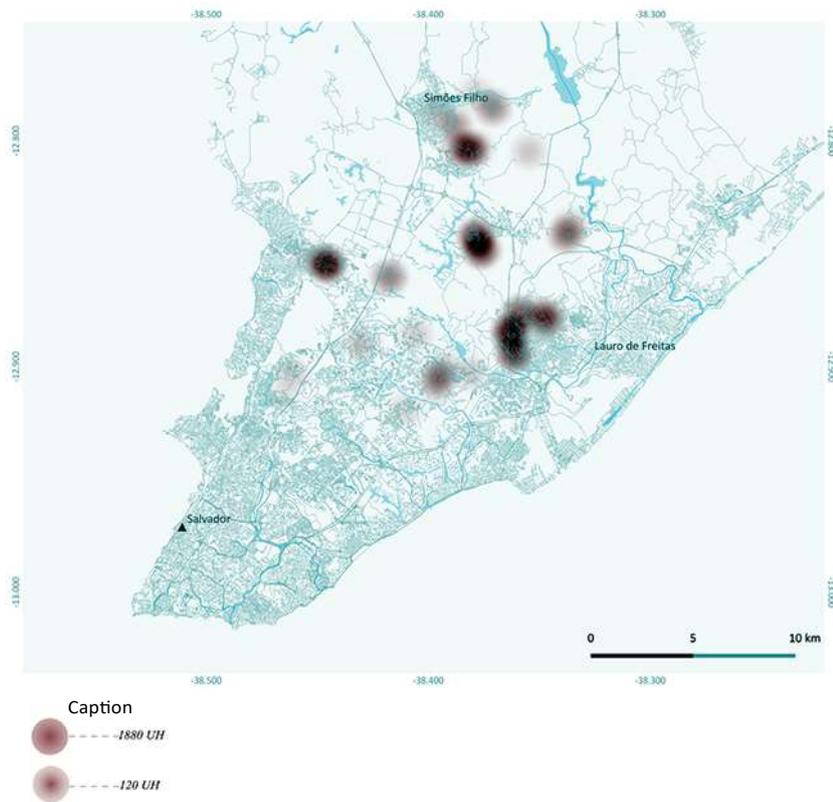
Caption



Prepared by the authors. 2018. Made with QGIS 2.18.9.

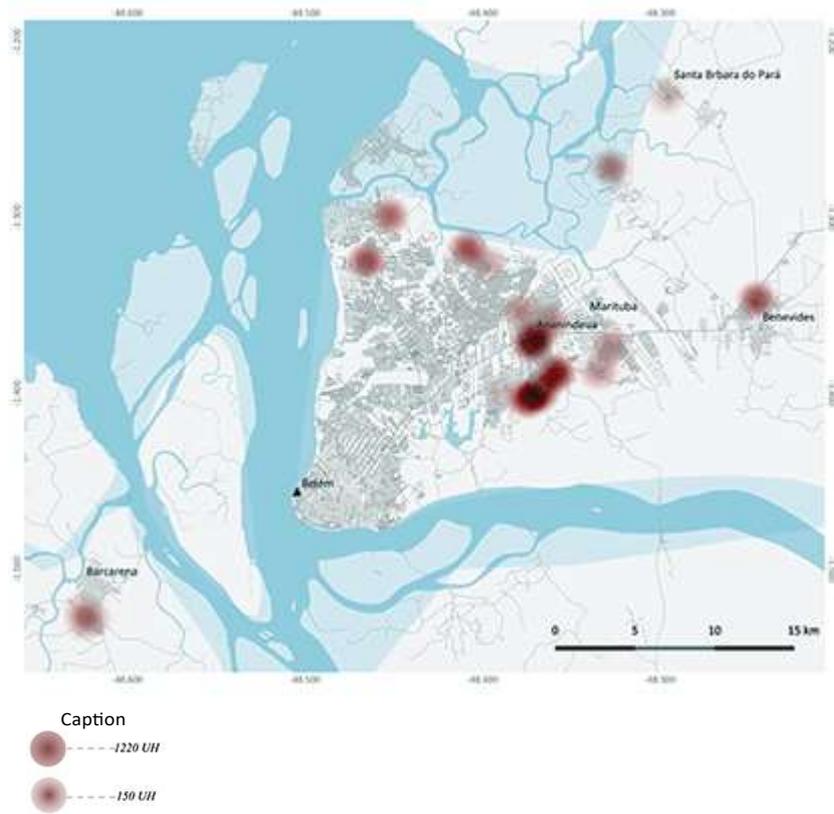
Source: roads and hydrography (Open street maps, 2018); location of municipalities (Malha Municipal IBGE, 2018); data on projects from Minha Casa Minha Vida for Residential Leasing Fund, FAR-A (Caixa Econômica Federal, 2018) using the Electronic Citizen Information System (Portal e-Sic, 2018).

Figure 4 – Implementation of the MCMV program in Salvador/State of Bahia and neighboring municipalities



Prepared by the authors. 2018. Made with QGIS 2.18.9.  
Source: roads and hydrography (Open street maps, 2018); location of municipalities (Malha Municipal IBGE, 2018); data on projects from Minha Casa Minha Vida for Residential Leasing Fund, FAR-A (Caixa Econômica Federal, 2018) using the Electronic Citizen Information System (Portal e-Sic, 2018).

Figura 5 – Implantação do MCMV em Belém/PA e municípios vizinhos



Prepared by the authors. 2018. Made with QGIS 2.18.9.  
Source: roads and hydrography (Open street maps, 2018); location of municipalities (Malha Municipal IBGE, 2018); data on projects from Minha Casa Minha Vida for Residential Leasing Fund, FAR-A (Caixa Econômica Federal, 2018) using the Electronic Citizen Information System (Portal e-Sic, 2018).

### A new city governance scenario<sup>8</sup>

How then are we to understand the forms of governance of cities, metropolises and – more broadly – the Brazilian territory in the present time characterized by an authoritarian, austere and militarized turn (these features are here described as *austere militarized neoliberalism and explicit violence*)? How should we think about the production of cities and resistance movements against the increase in violence as a means of organizing the territory? The latest deforestation and mining events in the Amazon, the deliberate fight against indigenous and traditional territories and the rise in incarceration plus the extermination of the poor, black and peripheral populations, carried out as an open management project by the top management of the last federal government (2019-2022), demonstrate that intensive violence and the proposal to destroy social rights were at the center of this government's new practices.

It is noteworthy that the attempts to frame the issue through the notions of neoliberal rationality, either through the Foucauldian conceptual key of *biopolitics*, or in the updating of the notion of *world Reason*, by Dardot and Laval (2009), previously debated, would all limit the analysis of the authoritarian present we describe, as they would miss the most violent elements now used in an open and expanded way, albeit as population management. It is not about, however, considering the historical period of *neoliberalism to be over*, nor is it about the obsolescence of a theoretical framework;

rather it is about seeking its new temporalities and metamorphoses, as well as the possible overlaps between its periods.

Thus, it is also possible to recognize neoliberalism as a continuity of that force of social cohesion that has historically been able to produce direct combat against all proposals for a social life or social organization marked by solidarity. It now produces new internal enemies for this very purpose, with the State remaining in charge of monitoring, repressing, controlling, blocking and, in extremis, waging war against any type of social organization aimed at expanding the distribution of rights or at reducing inequalities - the goal being to guarantee the competition imperative.

As a result, we are currently witnessing a transformation in the usage of control devices (both legal and technological) on a global scale – with origins in military and war thinking. Such are now employed as part of the ordinary management of public order, with a daily impact on the lives of cities, as pointed out by Graham (2016) and Weizman (2017). It is even related to a reformulation of government thinking itself based on military principles, as pointed out by Weber (2005), among others. Through such control devices, those who resist or call for any other state of affairs are permanently targeted as enemies of society and the State. The workings of such violent management encompass everything: the environment, the regulated labor market, the retirement system, public spending on social rights and even we ourselves, the critics within universities and their research.

## Concluding Notes

The current government practices of Brazilian cities, as we have seen and concluded in the context presented above, through the recent Land Regularization legislation (federal law no. 13.465/2017), and through the normative changes on land regularization policies (which have been further regulated through a series of related pieces of legislation),<sup>9</sup> mark an evident shift in the mode of government, with austere characteristics – those remove from the State its obligations pertaining to maintain basic services and to the infrastructures of urban space, relegating them instead to new possible arrangements between companies within the land regularization sector and residents of areas undergoing regularization. In practice, this development changed the very manner land regularization takes place. If, previously, it was necessary to carry out urbanization projects for spatial planning and land use, with the necessary regularization of basic infrastructures and services, for further bureaucratic smoothing (by means of a definitive issuance of deeds and guarantee of property title), now, all it takes is filing a simple project plus a regularization letter of intent (accompanied by some private contracts), and that can guarantee formalization procedures and legal compliance. This allows for commercialization, for obtaining loans, and financing, thereby producing real estate goods, even without starting any definitive urbanization and spatial planning – and above all without any guarantee.

As an example of the implications of this new set of laws on government practices and modes of management of Brazilian cities, one could cite the Vila Soma occupation, which

began in 2012, in the municipality of Sumaré/ State of Sao Paulo. It is now inhabited by over 10,000 people, being notably one of the most emblematic cases of organized struggle for housing rights in the recent history of Brazilian cities (Dal 'Bó da Costa, 2019). The occupation began with the autonomous self-organization of marginalized families and, throughout over 10 years of struggle, managed to remain in the occupied land – today it is going through land regularization procedures, but the whole process has been permeated by various contradictions.

If today we can critically point out the ambiguity or even, one could say, the bankruptcy of the numerous legislative instruments pertaining to Brazilian urban law (from the 1988 Federal Constitution to the emergence of the much-celebrated City Statute). These have shown themselves to be quite unable, by themselves, to guarantee social interests or the social duty of private property, not to mention the security of tenure or the materialization of housing rights. Moreover, there has been a step backwards, however – and beyond this tragic finding – it is essential to highlight the new austere turn that has just expanded the field of private and privatized relationships in the production of urban space itself, through the new national land regularization legislation, as mentioned above.

In the present context, as an attempt to guarantee they could remain on the occupied place, Vila Soma (considering the long history of family struggles in that place), they chose to negotiate the direct purchase of the occupied area with the winner of the insolvent estate judicial auction, and, subsequently, discuss the costs and private forms of regularization. Thus, it can be seen, in practice, how the conjuncture

imposed a new form of conflict resolution outside the scope of guaranteeing housing rights and outside the scope of the struggle for the social function of property - as opposed to the commodification of land and to land regularization now under a new arrangement, which is also, it stands out, a new market niche for companies that operate by replacing the government precisely within the realm of its duty to apply and enforce the instruments of urban policy and also within the production, maintenance and guarantee of the basic services and infrastructures of the city.

In summary, regarding the conflict, it is necessary to give some context, noting that the Vila Soma occupation struggle,<sup>10</sup> which began in 2012, takes place in a total area of one million square meters, in the central region of the municipality of Sumaré, in the Metropolitan Region of Campinas. The occupation began to be organized as a strong social movement for house rights and, given the judicialization trend regarding land tenure conflicts and the high complexity of the case (involving almost 3,000 families, or 10,000 people), it became one of the most paradigmatic cases in the history of urban housing conflicts since the Pinheirinho conflict in São José dos Campos/State of São Paulo (2004-2012). After numerous manifestations, political articulations and judicial decisions, plus disputes with local authorities and, notably, the interests of real estate speculation, an unprecedented decision, the Federal Supreme Court (STF) ruled that the ownership repossession be suspended, in early 2016,<sup>11</sup> thus bringing a new perspective for families in the occupied area and materializing the public interest of land regularization.

From the perspective of opposing and resisting the neoliberal imperative, the Vila Soma occupation then began to demand the expropriation of the area for public interest purposes, with the tax compensation of a property originating from an insolvent estate. This requirement was justified with appeal to housing rights and the social function of property, claiming that such a solution, allowing the people to remain in the occupied area, even in defiance of proposals and attempts to relocate them to another area (a marginal and poorly located one), through housing initiatives of the Minha Casa Minha Vida program. This unique solution stands out, as I presented above, as a *device of progressive neoliberalism*. In this context, within the Vila Soma occupation a discuss started and then a call to demand policies aimed at regularizing land tenure of public interest, thereby guaranteeing the security of tenure and the recognition of those residences (informally built), as well as the infrastructures of public services - this stood in clear contrast with the latent irrationality of the new constructions within housing complexes on the outskirts of cities, such as those located in Figures 1 to 5 previously presented.

Despite the constant struggle, there was no land expropriation - or any other definitive solution mediated by the State. Worse, in 2019, Minister Carmen Lúcia threatened to suspend the 2016 ruling, at which point a new round of negotiations was opened. To summarize, whatever was agreed to – against the will of much of the social movement players – took place through a private agreement between residents and the company that bought the land in the judicial auction, with the consent of

the municipal government of Sumaré, for the purpose of land regularization. It is noteworthy that those living there were responsible for the entire cost, be it regarding the purchase of the plots or the infrastructure – and they were also responsible for the financing monthly payment. At the time of writing, it was clear that many of those who inhabited the occupation in 2019 had to leave their homes due to default or due to being unable to pay.

In the present, in view of the change in the political agenda that assumes *authoritarian, austere and militarized* characteristics for managing social collapse, the pacifying management movement clears take place via a network of programs and public policies made possible in previous governments, for solutions now predominantly private. As in the specific case of Vila Soma, the real estate market has assimilated land regularization as a new business model, especially in the manner brought by federal law 13.465/2017, which anticipates titling and, therefore, the formalization of the commodity. Hence comes a whole kind of new real estate and financial products, anticipated, and even unrelated, to the need to implement urban infrastructure and public services.

A new housing commodity which is very precarious then consolidates - it is now legalized and supported by the State; and, thus, the range of properties titles and land tenures that can be formally bought and sold are immediately expanded, even if they lack the minimum infrastructure conditions, and even if there is no city at all. Finally, backed by this urban precariousness (now converted into a formal commodity), new financial routines may also emerge, through credit markets and debt securitization initiatives. Moreover, a new layer

of control over the lives of the poorest part of the populations within the metropolises is established through long loans: that is, houses, infrastructure, and urban services on credit, in unending installments - or a new governance of poverty by means indefinite debt.

Thus, the case of Vila Soma points to the combination of a new phase of commodification of the land regularization process of "social interest" – with the replacement of the urban policy role of governments, that now figure as mere mediators and legitimizers within a new chain of private arrangements. This new austere moment is only made possible within the framework of federal law 13.465/2017, which now includes a large volume of lands previously irregularly occupied or even indebted, with notary problems, in a large market niche for middleman businesses, which imposes property sale relations as the new unique solution for families living in these areas. Therefore, what we have in mind here is a privatization process – a process which privatizes the government's obligation to guarantee social rights, now pertaining to the very realm of the production of cities. It perversely takes place through public actions aimed at hypothetical housing rights, now legally recognizing irregular constructions without basic infrastructure as a passive item within land regularization and mediation processes – generating long indebtedness amid the marginalized population that dwells in Brazilian urban centers.

In this context, it seems that the solution reached in the specific case of the Vila Soma occupation points to a new format for solving urban conflicts – one that is even more ambiguous, with a remarkably austere characteristic: there is a consensus between

the families desires to remain in the occupied area, with residences already built, and the economic interest of the landowner in receiving land that was previously impossible to transact in the formal market. In this arrangement, the agreement becomes merely a a private purchase and sale instrument, in which the resident families assume the burden of responsibility for the infrastructure and are also faced with a new parceled debt and a renewed risk of eviction due to payment default. Now, however, the risk of eviction is individualized in terms of plots registered in a notary's office,

thereby undermining any future possibilities of collective resistance (by remaining in the occupied place). Finally, the violence of the police state can always be activated again at the moment when the eventual eviction of the defaulting family is necessary – and this, I highlight, is now individualized by plots, thus imploding the collective dimension of the struggle – to guarantee the release of the commodity. The privatization of urban services and infrastructures, austerity and selective violence with well-defined targets now are all modes of governance and production of cities.

[1] <https://orcid.org/0000-0003-0363-5020>

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia. São Paulo, SP/Brasil.  
andredalbo@gmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Uriel Araujo, email: [urielaraujo@hotmail.com](mailto:urielaraujo@hotmail.com)

## Acknowledgments

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) for postdoctoral research funding; to professor Paulo Arantes, for supervising the research and to Groupe d'Étude sur le Néolibéralisme et les Alternatives (GENA).

## Notes

- (1) I used the original version, in French, because the Brazilian translation, published in 2013, omitted part of the text.
- (2) I refer to the transformation of the ways government exercises its power on a global scale, the essential and common trait of it being the emergence of authoritarian experiences with the coming to power of (democratically) elected representatives characterized by ultraconservative discourses (sometimes openly racist and xenophobic), and by agendas also aimed at the greater militarization of daily life and social relations - sometimes also associated with austerity programs and the reduction of social rights guarantees. This is precisely the case with Trump, in the United States (2017-2021); Bolsonaro, in Brazil (2019-2022); Netanyahu, in Israel (1996-1999; 2009-2021; 2022-); Orban, in Hungary (2010-); and one could also cite the recent and broad rise of other far-right leaders, such as Salvini and Giorgia Meloni in Italy, Marine Le Pen in France, the Swedish SD party, originated from a neo-Nazi group, and the current favorite in the Argentine elections, Javier Milei, who claims to be an anarcho-capitalist, promises the closure of more than half of the federal ministries and the dollarization of the economy.
- (3) For comparison, the total number of permanent private households was considered in accordance with the 2010 IBGE Census.
- (4) Data on the housing deficit according to the João Pinheiro Foundation for the years 2010 and 2015.
- (5) The variation of the Fipe-ZAP Index regarding rent value in the period from March 2009 to March 2015 was 98.37%, while the IPCA variation, in the same period, was 46.60%. Therefore, in the same period rents rose 52.70% above inflation.
- (6) According to the João Pinheiro Foundation, the excessive rent burden is characterized by directing over 30% of the family income towards rent payment.
- (7) I use the term device in the broad sense used by Foucault ("dispositif") (2004a): a network that can be established between a diverse and heterogeneous set that encompasses discourses, institutions, organizations, laws, administrative measures, scientific statements, philosophical and moral propositions, among other elements.
- (8) Part of excerpts B and C, from the second part of this text, result from the presentation made at the Institute of Advanced Studies of USP, during the debate "What is the research agenda for criticism of the metamorphoses of neoliberalism?" during the 2nd Seminar "Metamorphoses of Neoliberalism", in November 2020.
- (9) Federal Law 13,465/2017, Federal Law 14,188/2020 and related decrees and ordinances.
- (10) For a detailed history of Vila Soma's conflict, see the second chapter of Dal'Bó da Costa's PhD thesis (2019).
- (11) Decision on injunction 4.085, Justice Ricardo Lewandowski, on January 13, 2016.

## References

- ARANTES, P. (2014). *O Novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo.
- BARROS, J.; DAL'BÓ DA COSTA, A.; RIZEK, C. (2018). *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. São Carlos, IAU-USP.
- DAL'BÓ DA COSTA, A. (2013). *Luta Social e a produção da cidade. dissertação de mestrado*. Dissertação de mestrado. São Carlos, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2019). *Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho*. Tese de doutorado. São Carlos, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2020). Mouvements sociaux et résistances: Violence d'État et les dernières menaces – Colloque Gená. Québec, *Sens Public*, v. Dossiers, pp. 100-120.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2009). *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découvert/Poche.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Ce cauchemar qui n'en finit pas: comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris, La Découvert.
- DARDOT, P. et al. (2021). *Le choix de la guerre civile: une autre histoire du néolibéralisme*. Québec, Lux.
- FOUCAULT, M. (2004a). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris, EHESS Gallimard Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2004b). *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris, EHESS Gallimard Seuil.
- FRASER, N. (2017). From progressive neoliberalism to Trump – and beyond. *American Affairs Review*. *American Affair Fundation*, v. 1, n. 4, pp. 46-64.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte, FJP.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais: déficit habitacional no Brasil, 2015*. Belo Horizonte, FJP.
- GRAHAM, S. (2016). *Cidades sitiadas. O novo urbanismo militar*. São Paulo, Boitempo.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.
- OLIVEIRA, C. (2003). *Crítica à razão dualista e o Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- OLIVEIRA, C.; RIZEK, C. (2007). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo.
- RIZEK, C. S.; DAL'BÓ, A. (2015). The Growth of Brazil's Homeless Workers Movement. *Global Dialogue*. Berkeley.
- SUPIOT, A. (2010). *L'esprit de Philadelphie: la justice sociale face au marché total*. Paris, Éditions du Seuil (coll. Débats).
- WEBER, S. (2005). *Targets of opportunities. On the militarization of thinking*. Nova York, Fordham University Press.
- WEIZMAN, E. (2017). *Hollow land: Israel's architecture of occupation*. Londres, Verso.

Received: August 28, 2021  
Approved: November 29, 2021

# Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo

Chaos and the new temporality of the contemporary world-system

Carlos Eduardo Martins [1]

## Resumo

Apresentamos cinco grandes teses para entender a nova conjuntura mundial em que ingressam o capitalismo e a humanidade a partir de 2015-2020. Esse período se caracteriza pela crise do modo de produção e da civilização capitalista; pela crise terminal e desmonte da hegemonia dos Estados Unidos; pela bifurcação geopolítica da economia mundial em um bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos e outro emergente centrado na China, na Rússia e sua ampliação para o Sul Global; pela crise ideológica do liberalismo global e a ascensão do fascismo e do socialismo como alternativas; pela crise do padrão de acumulação neoliberal e o esgotamento da fase expansiva do Kondratieff iniciada em 1994. Indicamos brevemente os efeitos dessas tendências sobre a América Latina.

**Palavras-chave:** caos sistêmico; longo século XXI; bifurcação; geopolítica; ideologias.

## Abstract

*This paper presents five major theses for understanding the new world conjuncture in which capitalism and humanity entered in 2015-2020. This period is characterized by the crisis of the capitalist civilization and mode of production; the terminal crisis and dismantling of the United States' hegemony; the geopolitical bifurcation of the world's economy into an imperialist bloc led by the United States and an emerging bloc centered on China and Russia that has been expanding towards the Global South; the ideological crisis of global liberalism and the rise of fascism and socialism as alternatives; and the crisis of the neoliberal accumulation pattern and the end of Kondratieff's expansion phase that started in 1994. We briefly indicate the effects of these trends on Latin America.*

**Keywords:** systemic chaos; long 21st century; bifurcation; geopolitics; ideologies.

## A nova temporalidade do sistema-mundo

Neste artigo, apresentamos de forma sintética algumas teses para entender a nova temporalidade em que entra o mundo contemporâneo, os seus principais conflitos, as disputas e os projetos em confronto. Entender as grandes questões que permeiam nossa conjuntura é absolutamente fundamental para o desenho das metas e dos objetivos de uma estratégia emancipatória e das forças que dela devem fazer parte com distintos níveis de vinculação e de compromisso.

A formulação de caráter panorâmico, geral e sintético, que desenvolvemos no correr deste texto, é a de que desde 2015-2020 ingressamos em uma nova temporalidade do sistema mundial marcada pela crise terminal da globalização neoliberal e pelo estabelecimento de uma situação de caos. O caos sistêmico contemporâneo está fortemente associado à convergência de três movimentos de longa duração: a crise estrutural da civilização capitalista, o desmonte da hegemonia dos Estados Unidos e o esgotamento da fase expansiva de um novo ciclo de Kondratieff iniciado em 1994. O caos implica o estabelecimento de uma bifurcação geopolítica que fratura a globalização neoliberal e aprofunda a decomposição de seu padrão de acumulação e de sua institucionalidade. Ele atinge a hegemonia do liberalismo global abrindo uma disputa ideológica sobre a reorganização do sistema-mundo entre o liberalismo decadente, o fascismo e o socialismo. Tal disputa ideológica tende a se articular com eixos geopolíticos distintos: de um lado, o imperialismo ocidental, representado pelos Estados Unidos, a Otan e o noroeste europeu; de outro lado, o

projeto do Sul Global, que parte de bases eurásianas na China e na Rússia e se estende para Ásia, África e América Latina, podendo alcançar amplos segmentos da classe trabalhadora dos países centrais. O principal fator de unidade do Sul Global é o anti-imperialismo e a capacidade de encadear dinâmicas de desenvolvimento. Nesse processo, a China possui papel-chave e a vemos muito mais próxima de um Estado socialista do que de um Estado que relance o capitalismo mundial sobre novas bases. Diferentemente de outros períodos de caos sistêmico que se constituíram durante a expansão do sistema-mundo capitalista, este se estabelece no declínio e debilitamento de suas tendências seculares, abrindo espaços para a construção de alternativas que refundem o sistema-mundo vigente. A existência de alternativas fora do sistema-mundo capitalista coloca a possibilidade tanto de uma transição relativamente pacífica, se vencida pelas forças democráticas, socialistas e anti-imperialistas, quanto da radicalização da guerra e da violência, se liderada pelo fascismo. Vejamos mais em detalhe as teses articuladas por essa formulação mais abrangente.

## A crise estrutural da civilização capitalista

A primeira tese é de que estamos vivenciando um período de crise estrutural da civilização capitalista, associada a profundas contradições em seu modo de produção entre as relações de produção capitalistas e uma nova estrutura de forças produtivas emergente, que abre um período revolucionário. Esse tema foi abordado por Karl Marx, no “Prefácio à contribuição à crítica da economia política”, nos *Grundrisse*

e em *O capital*, e desenvolvido posteriormente por autores como Richta (2018[1968]), Dos Santos (1984, 1987 e 2016) e em nossos trabalhos (Martins, 2020[2011]).<sup>1</sup> A nova estrutura de forças produtivas é a revolução científico-técnica, que se projetou na economia mundial, desde o surgimento do paradigma microeletrônico, e substituiu o princípio mecânico pelo automático, estabelecendo a ciência, o conhecimento e a subjetividade como a principal força produtiva. Tal mudança implica o aumento do valor da força de trabalho, uma vez que o seu tempo de formação passa a não ter mais limites, invertendo o paradigma que fundou a mais-valia relativa durante o período da revolução industrial, quando a força de trabalho se desvalorizava diante da tecnologia. A crise ecológica provocada pelo padrão de acumulação neoliberal e evidenciada pela pandemia coloca a necessidade de um novo salto tecnológico para o estabelecimento de um paradigma biotecnológico, baseado em tecnologias limpas, orientado para a preservação e regeneração de ecossistemas, saúde, educação, ciência, cultura, lazer e formas de consumo imateriais. Tal paradigma tem forte vinculação com o setor de serviços, grande vocação pública e capacidade de produção de bens coletivos. O avanço da revolução científico-técnica transforma os trabalhadores dos serviços públicos, em particular os da ciência e educação, na vanguarda ideológica da classe trabalhadora e em seu setor mais dinâmico.<sup>2</sup> Diferentemente dos trabalhadores da Revolução Industrial que produziam bens que se separavam fisicamente do seu produtor e eram apropriados de forma privada pelo consumo individual, como o automóvel e os eletrodomésticos, os trabalhadores da revolução científico-técnica produzem bens que se caracterizam principalmente por suas dimensões

abstratas, não se separam de seus produtores, não podem ser apropriados fisicamente por seus consumidores, possuindo vocação e natureza universalista.

O capital apropria-se da revolução científico-técnica de forma contraditória, buscando compensar as pressões redistributivas inerentes ao aumento do valor da força de trabalho com a superexploração dos trabalhadores, pagando a eles um preço abaixo do valor da força de trabalho. Para isso estabelece o padrão de acumulação neoliberal, o que lhe permite impulsionar a financeirização, deslocando parte da circulação de capitais da produção para o rentismo e a deslocalização produtiva para os países da periferia e semiperiferia. Assim, eleva o desemprego, cria uma âncora salarial na força de trabalho da periferia, precificada abaixo de seu valor, mas reduz a taxa de investimento nos centros, o que implica declínio produtivo, parasitismo financeiro e crise na divisão internacional do trabalho (Marini 1996; e Martins, 2018a, 2018b, 2020[2011] e 2022a).

A inclusão da teoria da revolução científico-técnica nas análises do sistema-mundo vem preencher um vazio analítico para a postulação da crise terminal do sistema capitalista, presente de forma mais contundente na obra de Wallerstein (1983). A centralidade do conceito de capitalismo histórico não permite dar relevo aos seus limites históricos estruturais como sistema diante de determinados tipos de forças produtivas, pois pretende afirmar justamente a sua flexibilidade diante de valores de uso específicos (Martins 2021 e 2023). Tal enfoque não apresenta grandes problemas quando põe em relevo formas produtivas mais atrasadas, subordinadas à valorização do valor de troca, como o escravismo colonial, nas quais a forma coercitiva da relação de trabalho, como valor

de uso, é um instrumento do processo de valorização, sendo um objeto de seu dinamismo que tende a dissolvê-la no longo prazo.<sup>3</sup> Todavia, quando a contradição se estabelece com formas produtivas mais avançadas, tende a se aprofundar, e as relações de produção capitalistas acentuam a sua própria obsolescência, dimensão que permanece ocultada pela teoria quando destaca a flexibilidade do capital para estabelecer processos de valorização em diversas realidades históricas, ignorando a unidade dialética entre modo de acumulação e formas produtivas e os limites à autonomia relativa de ambas.<sup>4</sup>

A crise terminal da civilização capitalista associa-se ao declínio do sistema interestatal que é um aspecto central da superestrutura que configura seu modo de produção. O sistema interestatal garantiu a prevalência dos fluxos de capitais sobre o Estado moderno ao constituí-lo no âmbito do mercado mundial. No entanto, o aumento das escalas estatais, expressas em gastos públicos crescentes que se aproximam de 50% do PIB nos países da OCDE,<sup>5</sup> e o surgimento de um novo tipo de Estado colocam em crise a institucionalidade do moderno sistema mundial. Arrighi (1994) mencionou que o moderno sistema mundial gerou quatro padrões de Estado hegemônicos: as cidades-Estados (Gênova), os proto-Estados nacionais (Províncias Unidas), os Estados nacionais (Reino Unido) e os Estados continentais (Estados Unidos). A China, pela combinação de sua massa populacional, empoderamento econômico, tamanho e importância de mercados para a taxa de lucro do capitalismo ocidental e modelo político centralizado, coloca em cena um Estado-mundo capaz de integrar-se ao sistema mundial capitalista que, sem perder sua soberania e sua

autonomia, aproveita-se das vulnerabilidades estruturais sistêmicas para projetar-se nas hierarquias de poder, tornando-se cada vez mais o eixo dinâmico do sistema mundial.<sup>6</sup>

Os crescentes níveis de gastos públicos no capitalismo contemporâneo reforçam a tendência ao deslocamento do protagonismo para o Estado na relação com os mercados. O controle social sobre os mercados, o avanço dos gastos orientados para as grandes demandas públicas de saúde, educação, transporte, lazer e meio ambiente vinculam-se à afirmação de democracias substantivas e participativas. A expansão da financeirização, a ampliação do gasto militar e a priorização da economia política da guerra constituem as vias por excelência por onde se busca apropriar em uma direção regressiva os avanços das forças produtivas na gestão e no planejamento.

A crise ecológica evidenciada pela pandemia da covid-19 é uma manifestação de uma crise maior associada ao aquecimento global e à destruição dos ecossistemas do planeta e coloca em questão a acumulação ilimitada e a transformação da natureza e da vida em mercadoria. O capitalismo separa o homem da natureza e de suas relações comunitárias: concentra-o nas cidades e estabelece a competição entre os indivíduos como motor da acumulação. Cria o mal-estar crônico, ou o “mal viver”, uma falta existencial marcada pela solidão do ser humano diante da natureza e de seus semelhantes, que é necessária para a imposição do fetichismo da mercadoria como traço cultural dominante. Este traz a ilusão de superar essa falta com o consumo de bens materiais e efêmeros. A falta persistente e permanência do mal-estar são condição para elevar o fetichismo da mercadoria a novas etapas, permitindo que

a acumulação ilimitada traga como complemento indissociável a necessidade ilimitada de consumo de bens finitos e efêmeros.

A crítica à civilização capitalista surge de civilizações que se pensavam extintas; de povos com longa duração de civilizações agrárias, associadas à presença milenar do modo de produção asiático, em particular a China e o leste asiático; dos trabalhadores e pobres excluídos pela desigualdade do capital; e do pensamento marxista, que busca redefinir e ultrapassar os limites do Estado nacional e construir um novo sistema mundial multipolar e democrático. Os povos originários latino-americanos lançam a necessidade de estabelecer uma relação harmoniosa entre homem e natureza, pois a vida humana pertence a um ecossistema do qual faz parte e cuja destruição a empobrece e ameaça. Criam para isso o conceito de “bom viver”, no qual as relações comunitárias do homem com a natureza e dos homens entre si são reestruturadas. Desde 2007, o Partido Comunista Chinês, em seu 17º Congresso, colocou como meta a construção de uma civilização ecológica, baseada no desenvolvimento industrial sustentado em energias limpas, em sua integração a cooperativas agrícolas, na redução das desigualdades entre o campo e a cidade, na erradicação da pobreza e na priorização do mercado interno. Formas tradicionais de medição do PIB são questionadas, uma vez que não mensuram a destruição dos ecossistemas e do patrimônio ecológico para a produção de bens e serviços. Gigantescos investimentos de modernização de infraestrutura das zonas rurais e domínio de tecnologias renováveis são realizados, convertendo o país asiático em líder mundial no desenvolvimento e produção de energias limpas (Tiejun, 2021, pp. 442-450; e International Energy Agency, 2022, p. 450). A convivência das

comunidades populares com a escassez material não deve ser vista apenas pela ótica da falta e da insuficiência, mas também da acumulação de um saber indispensável para a vida democrática. A existência humana é inseparável dos limites materiais, por mais que se os modifique, e a pretensão de negá-los, concentrando-os nas amplas maiorias, conduz ao despotismo e à destruição de bens públicos e duráveis, como valores, afetos e ecossistemas, em benefício de bens privados e efêmeros ou desprovidos de valor de uso como o dinheiro.<sup>7</sup>

## Crise terminal e o desmonte da hegemonia dos Estados Unidos

A segunda tese é a de que ingressamos numa era de crise terminal e desmonte da hegemonia dos Estados Unidos, que teria se encerrado entre 2015-2020. A ascensão dos Estados Unidos iniciou-se nos anos 1870 e consolidou-se após 1945, estabelecendo uma fase expansiva até 1968-1971, quando o declínio da taxa de lucro impulsionado pela pressão dos movimentos sociais, a crise do keynesianismo militar, a derrota no Vietnã e a ruptura do sistema de Bretton Woods abriram o caminho para o padrão de acumulação neoliberal que se consolidou a partir dos anos 1980 e 1990 (Arrighi, 1994 e 2007; Arrighi e Silver, 1999). Durante a transição e crise de sinalização da hegemonia norte-americana, nos anos 1970, o governo Nixon estabeleceu as bases do padrão dólar flutuante, submeteu o idealismo político dominante à *Realpolitik*, apostou na divisão da Eurásia, elegeu a URSS como adversário principal buscando cooptar a China com sua inclusão

no sistema mundial através da política de portas abertas e a inserção na ONU. A afirmação do padrão neoliberal e o forte acirramento na disputa pelo capital circulante imposta pelos Estados Unidos reintroduziram o primado da alta finança e do imperialismo informal sobre o poder militar, pelos quais reestruturou a sua estratégia de poder mundial e alcançou a inesperada dissolução da URSS e do bloco socialista no Leste Europeu.<sup>8</sup> O efeito retumbante da *débâcle* do socialismo europeu reavivou a pretensão de governança global na elite dirigente dos Estados Unidos, reintroduziu o protagonismo do idealismo em sua política externa, o que se manifestou na criação da OMC, na expansão da Otan para o Leste, na ofensiva neoliberal através do Plano Brady e do Consenso de Washington, na multiplicação dos tratados de livre-comércio e na intenção de estabelecer acordos comerciais hemisféricos. Tal idealismo se articulou a um internacionalismo liberal que defendeu a tese da mudança de regime contra Estados que se qualificavam totalitários, para alcançar uma governança global democrática sob liderança estadunidense. A mudança de regime atuaria de forma complementar à ação dissolvente do mercado mundial e da alta finança, ela se faria através de guerras híbridas ou de intervenção militar e seria orientada principalmente para as periferias. Os representantes tanto do internacionalismo liberal quanto do conservador lhe deram suporte, com diferenças de ênfase ou matizes quanto ao emprego da força, de mecanismos de persuasão e desestabilização, preferência pelo unilateralismo ou por coalizões e organismos internacionais.<sup>9</sup> Bill Clinton promulgou, em 1998, o *Iraq Liberation Act* pelo qual os Estados Unidos se comprometeram com a remoção de Saddam Hussein, mediante amplo suporte bipartidário

manifesto na aprovação por unanimidade no Senado e ampla maioria na Câmara de Deputados.<sup>10</sup> As intervenções militares no Kosovo, Afeganistão, Iraque, Haiti, Líbia e Síria, bem como os golpes de Estado em Honduras, Paraguai, Ucrânia, Brasil e Bolívia seguiram esse formato, não rompendo por si mesmos, com a concepção globalista de poder formulada durante fase de financeirização liberal da hegemonia dos Estados Unidos.<sup>11</sup> A porosidade entre neoconservadores e liberais internacionalistas evidencia-se, ainda, na trajetória de Robert Kagan ou de Francis Fukuyama, pioneiros da proposição do enfoque da mudança de regime, membros do extinto *think tank*, *Project for a new American Century*, que se afastaram do Partido Republicano e se aproximaram do Democrata. O primeiro viu em Donald Trump o abandono dos compromissos com os valores liberais, buscando-os no Partido Democrata, apesar de suas reservas com o multilateralismo e de priorizar a ação militar (Kagan, 2018). O segundo, ao priorizar o *soft power*, deu mais destaque à capacidade de os Estados Unidos liderarem o multilateralismo e as instituições internacionais, recalibrando o viés militarista, sem abandoná-lo (Fukuyama, 2006).

Entretanto, profundas contradições estabeleceram-se durante a globalização liberal dirigida pelos Estados Unidos. O declínio tecnológico acentuou-se através da financeirização e da deslocalização produtiva, a escolha da China como aliada para dividir a Eurásia revelou-se um erro estratégico colossal e a tentativa de expandir a Otan para o Leste encontrou um obstáculo intransponível na Rússia, uma vez que sua absorção nessa organização eliminaria a vantagem militar estratégica dos Estados Unidos sobre a Europa, que contribui decisivamente para mantê-la subordinada sob controle e

presença de bases militares norte-americanas. A crise econômica de 2008 com epicentro nos Estados Unidos reorientou a estratégia de inserção internacional chinesa que vinculou desde 1994, com a desvalorização e a fixação da paridade do renminbi ao dólar, a dinâmica de sua economia às exportações para o mercado interno estadunidense. Os efeitos da crise na redução das taxas de expansão econômica da China e as crescentes necessidades financeiras dos Estados Unidos não permitiram que o país asiático continuasse a realizar o duplo movimento de sustentar o parasitismo dos Estados Unidos e manter as altas taxas de investimento interno. A queda do crescimento econômico ameaçou tornar a desigualdade um problema explosivo, e, diante desse cenário, a China reorientou as suas políticas públicas, priorizando o fortalecimento das empresas estatais e nacionais, os gastos sociais e a cobertura de direitos da população, o combate à desigualdade, a soberania tecnológica, a construção geoeconômica e geopolítica da Eurásia e o projeto do Sul Global. A intervenção estatal para alavancar a economia e ampliar o acesso a serviços públicos, a publicação do *Made in China 2025*, o lançamento da Nova Rota da Seda, a institucionalização do Brics, o fortalecimento da Organização para a Cooperação de Xangai, as políticas de ajuda bilaterais e as ações concertadas com o Sul e a reiteração do compromisso com uma ordem multilateral e pacífica são expressões dessa nova realidade.

Diante desse novo cenário, os Estados Unidos reagiram com a tentativa de isolar a China na Ásia por meio da Parceria Transpácífica no governo Obama, abandonada no governo Trump em favor de uma ação unilateral coercitiva, que rompeu com a política de portas abertas e os princípios do livre-comércio,

introduzindo uma guerra comercial contra a China, direcionando-a principalmente para o setor microeletrônico de alta tecnologia, o que se manifestou, não apenas por tarifas, mas por sanções e ameaças dirigidas não somente contra empresas chinesas de comunicação e alta tecnologia, mas também contra as firmas de terceiros países que fornecessem chips e mantivessem relações comerciais e financeiras com aquelas (Tiejun, 2021). O governo Biden não apenas manteve essas restrições, mas lhes deu base institucional mais ampla, multilateral, através da nova doutrina estratégica da Otan, *Strategic Concept* (Nato, 2022), que considerou a pretensão de a China dominar a fronteira tecnológica e a sua aproximação com a Rússia uma ameaça à aliança transatlântica, seus valores e à ordem internacional que a sustenta. China, Rússia, Irã, Síria e Coreia do Norte foram identificados, ainda que com diferentes níveis de intensidade, como países que compartilham princípios autoritários e interesses maliciosos. Biden busca cercar a potência asiática ao sul, com a Aukus e a penetração militar no Mar do Sul da China, a leste, com bases militares no Japão e na Coreia do Sul, e ao norte, com a expansão da Otan para o Oriente.

A expansão da Otan ao norte esbarra no problema de acomodação da Rússia em seu âmbito. A Rússia, além de colocar em risco a soberania militar dos Estados Unidos sobre a Europa, é um espaço de articulação com o Oriente para onde a dinâmica econômica vem se transferindo. Sua incorporação econômica à União Europeia e militar à Otan seria uma decisão de alto risco que poderia fortalecer a soberania europeia e reduzir os Estados Unidos à condição de um país-ilha no Ocidente. Diante desses impasses, o internacionalismo liberal prefere converter a Rússia em inimiga

e provocá-la para a guerra, o que lhe permite condições excepcionais para cortar as conexões geoeconômicas entre a União Europeia e a Rússia que estavam se desenvolvendo e que não poderiam ser impedidas em tempos de paz. O conflito militar entre Rússia e Estados Unidos por meio da Otan marca uma virada na escala das guerras e uma ruptura com o projeto de imperialismo informal que presidiu a globalização neoliberal.

Diante desse contexto, o realismo e o keynesianismo clássico têm pouco a oferecer como alternativa. O realismo de autores como Mearsheimer (2018) e Walt (2018) reconhece o declínio e pede o desengajamento dos conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio, para concentrar os esforços na contenção da China, com o objetivo de impedir que se torne um *hegemon* regional, evitando, assim, uma inflação dos custos de proteção da ordem internacional que os situe acima da capacidade de controle e gestão do poder estadunidense. Todavia, essa proposição se torna pouco plausível pela dificuldade de estabilizar uma balança de poder que impeça a construção geoeconômica e geopolítica da Eurásia em tempos de paz e sem restrições político-militares. Embora os autores reiviniquem a ruptura com o credo liberal na política externa trazida por Donald Trump, afastam-se do unilateralismo que ele introduziu, uma vez que consideram indispensável a existência de coalizões para conter ou retardar a ameaça chinesa. O retorno ao keynesianismo clássico que propõe a repatriação, o controle de capitais e a desglobalização para reverter o declínio produtivo, encontra limites nas pressões latentes da classe trabalhadora, que crescem com o aumento de sua qualificação, mas foram contornadas com o padrão neoliberal. A desglobalização exigiria,

ainda, contraditoriamente a repressão salarial para restabelecer nos centros a taxa de lucro que se origina de massas de lucros geradas pela superexploração da força de trabalho nas periferias e semiperiferias.

## Da globalização neoliberal à bifurcação do sistema mundial: a disputa geopolítica

Nossa terceira tese é que a bifurcação latente entre o poder militar estadunidense e o poder econômico emergente na China, durante os anos de ascensão pacífica, torna-se dominante, rompe a globalização neoliberal e tende a se desdobrar numa bifurcação geopolítica que envolve confrontações econômicas, políticas, ideológicas e militares. A decisão dos Estados Unidos de não permitirem a acomodação da Rússia na Otan e na Europa aproxima os Estados de maior território e de maior população do mundo. As restrições financeiras que o parasitismo neoliberal impõe sobre a economia dos Estados Unidos implicam um forte declínio militar diante do eixo geopolítico emergente. Se, no início do século XXI, em 2001, Rússia e China somadas possuíam um orçamento militar de aproximadamente 15% do estadunidense, em 2021 alcançavam 41% (Sipri, 2022). A guerra entre a Otan e a Rússia implicou a substituição do termo globalização pelo de Ocidente, para marcar as identidades da coalizão liberal dirigida pelo imperialismo estadunidense. Este entra em uma nova etapa através da crescente ruptura com o imperialismo informal, da pretensão de submeter a ordem neoliberal a um império político – iniciativa tomada a partir de Donald Trump, quando situamos o início do fim

da hegemonia dos Estados Unidos – e do projeto de dominação global para enfrentar o declínio acelerado de poder. Não se trata agora mais de limitar às periferias o uso do *imperialismo tout-court*, mas de reivindicá-lo para solucionar as grandes disputas de poder no sistema-mundo (Arrighi, 1983[1978]).<sup>12</sup>

O conflito político-militar com a Otan acelerou a aproximação entre China e Rússia, que ganhou novo patamar com a declaração de Xi Jinping e Vladimir Putin, de fevereiro de 2022, e aprofundou o acercamento de países asiáticos e africanos com a Rússia e a China. Na declaração sobre a nova era e o desenvolvimento global sustentável, Xi Jinping e Vladimir Putin afirmam seu compromisso com a multipolaridade e com a redistribuição do poder internacional, com a democracia, a paz, desenvolvimento, equidade, justiça, liberdade e a cooperação, que são entendidos como valores universais. Apontam, ainda, seu compromisso com soberania, a diversidade cultural e o direito de os povos determinarem suas trajetórias de desenvolvimento. Definem democracia em sentido amplo, como a participação dos indivíduos no governo de seu país para melhorar o bem-estar da população e implementar o princípio do governo popular, garantindo os direitos e atendendo aos interesses da população. Assinalam que a democracia deve ser praticada no plano global e que os Estados devem ser comprometidos com condições justas, equitativas, abertas, não discriminatórias para o desenvolvimento científico-tecnológico. Repelem que uma minoria de Estados queira impor sua própria visão de democracia e de direitos humanos como pretexto para interferir nos assuntos internos de outros. Consideram que nenhum Estado pode aumentar sua segurança em detrimento de

terceiros, devendo a segurança ser considerada um bem coletivo. Atacam o papel dos Estados Unidos na retomada da corrida armamentista, sua ideologia de jogo de soma zero; denunciam a ampliação e ideologização da Otan e a criação da Aukus, por aprofundar as tensões e a militarização do Pacífico. Comprometem-se com as metas da agenda sustentável para o desenvolvimento 2030, com o financiamento dos países mais pobres para que possam cumpri-las, com a cooperação científica para o combate às pandemias e com a construção geoeconômica da grande Eurásia. Comprometem-se, ainda, com o fortalecimento do Brics, da Organização para a Cooperação de Xangai, da Organização Mundial de Comércio e do G-20, condenando o unilateralismo (Federação Russa e República Popular da China, 2022).

Grande parte dos países asiáticos e africanos absteve-se de votar a proposição da ONU, condenando a ocupação militar do território ucraniano pela Rússia, aprovada em 2 de março de 2022. Representam junto com os países que a rechaçaram mais de 65% da população do planeta e quase 30% do PIB mundial (Economist Intelligence, 2022). Proporção que se manteve quase inalterada na recusa ao endosso à suspensão da Rússia Conselho de Direitos Humanos da ONU, posição a que se somaram Brasil e México. A proposição da ONU condenando a anexação pela Rússia de 4 regiões da Ucrânia não foi endossada por 40 países, 35 países por abstenção, tendo o rechaço explícito de 5 países (Rússia, Coreia do Norte, Síria, Belarus e Nicarágua). Entre os países que se abstiveram estão China, Índia, Paquistão, Vietnã, Tailândia, Mongólia, Cazaquistão, África do Sul, Argélia, Etiópia, Sudão, Sudão do Sul, Uganda, Moçambique, Zimbábue e Bolívia.

As sanções financeiras e comerciais abriram o espaço para novas relações econômicas para a Rússia. Se as exportações de petróleo cru da Rússia para Alemanha, Holanda, França, Grã-Bretanha, Finlândia, Romênia e Estados Unidos caíram de 1.457.000 de barris diários para 178.000 entre fevereiro e novembro de 2022, elevaram-se de 848.000 para 2.372.000 no mesmo período para China, Índia e Turquia, que se transformaram nos maiores importadores do petróleo russo, reforçando os projetos euroasiático, do Brics e Sul Global, respaldados com o giro para a centro-esquerda dos governos na América Latina (Anadolu Agency, 2022). Tal situação permitiu não só recuperar, mas elevar o valor do rublo em relação a fevereiro de 2022, antes de sua queda brutal em março do mesmo ano. Diante das sanções e da destruição do Gasoduto Nord Stream 2, impedindo politicamente e fisicamente o abastecimento do gás russo à Europa, China e Rússia aceleraram os planos de construção do Gasoduto Power of Siberia 2, que garantirá novos patamares de importação chinesa até 2030. Segunda maior consumidora de petróleo do mundo, apenas atrás dos Estados Unidos, a China não pode permitir a destruição pela Otan do segundo maior complexo produtor de petróleo e gás do mundo. A dependência da oferta norte-americana, líder no mundo, colocaria a China em situação de alta vulnerabilidade. A disputa geopolítica no Leste Europeu tem, no controle dos mercados e da produção de petróleo e gás, um dos seus aspectos mais fundamentais para impedir ou viabilizar a construção geoeconômica da Eurásia. Tal conflito pode precipitar uma nova guerra mundial, acontecimento típico dos períodos de caos no moderno sistema mundial (Arrighi e Silver, 1999).

Desde 2016, a Arábia Saudita vem se aproximando da Rússia com o estabelecimento da Opec plus, que acrescenta à Opec a presença de países como Rússia, Cazaquistão, Azerbaijão, México e Sudão, entre outros. Entre os objetivos da Opec plus está o de conter a crescente influência dos Estados Unidos no mercado global de petróleo a partir de sua conversão em grande produtor com a extração do gás de xisto. Enquanto os Estados Unidos têm interesse em manter os preços do petróleo baixos e ampliar a produção, uma vez que a sua competitividade está centrada em outros ramos produtivos, países onde o petróleo representa uma parte importante do PIB e das exportações têm interesse distinto. A aproximação da Arábia Saudita deu-se também em função do apoio de Obama à Primavera Árabe, à insurgência Houthi no Yemen, ao acordo nuclear com o Irã, orientações do internacionalismo liberal com as quais Trump rompeu para se posicionar ao lado da monarquia saudita, mas que foram retomadas em menor intensidade por Biden, que estabeleceu veto à venda de armas ofensivas à Arábia Saudita. A presença da China na articulação de um bloco eurasiático fortalece-se com sua mediação no acordo que reestabeleceu relações diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita, criando um novo desenho e potencial geopolítico no Golfo Pérsico e o fortalecimento da Organização para Cooperação de Xangai.

O eixo geopolítico ascendente tem sua forte unidade no anti-imperialismo e abriga uma imensa diversidade de sistemas políticos e dimensões culturais, que incluem também autocracias nacionais ou regionais. Há uma tensão na declaração de Xi Jinping e Putin sobre a nova era nas relações internacionais e o desenvolvimento sustentável entre o compromisso

universal com a democracia, assumida em sentido amplo, e a sua relativização cultural em formas nacionais e locais. Indicar a presença dessa contradição não significa reconhecer qualquer superioridade na versão liberal de democracia, que se coloca dessa forma por seus vínculos com o imperialismo, nem renunciar as críticas à sua superficialidade, à imensa desigualdade que estabelece, à violação da autodeterminação dos povos e às guerras que impõe. Entretanto, as confrontações internacionais que o eixo geopolítico emergente deverá enfrentar podem atuar dialeticamente para acelerar a centralidade do papel do Estado e a dinâmica de mudanças internas em favor da soberania popular, atualizando o padrão histórico dos efeitos da guerra no campo progressista da bifurcação durante os períodos de caos sistêmico. Foi assim, quando aceleraram as transformações progressistas do poder britânico, impulsionando o liberalismo político no Atlântico a partir das guerras de independência dos Estados Unidos da América, o que reorientou o imperialismo para o Oriente; ou, no caso do poder estadunidense, fortalecendo os compromissos sociais do liberalismo com o *New Deal*, que se desdobraram posteriormente no Estado de bem-estar e na Grande Sociedade. Torna-se assim plausível, com a aceleração do tempo histórico no século XXI, que temáticas relacionadas à democracia participativa e aos direitos humanos e sociais avancem e se aprofundem nos centros anti-imperialistas durante o período de radicalização das lutas geopolíticas, levando a um novo pacto entre elites e população.

## O declínio do liberalismo global e a disputa ideológica

Nossa quarta tese é que o declínio do poder estadunidense e a entrada em um período de caos sistêmico implicam a perda de centralidade do liberalismo no sistema-mundial como teorizou Wallerstein (1995). O liberalismo afastou-se das reformas progressistas, vinculou-se à financeirização, à ampliação das desigualdades, à extensão aos centros ocidentais da superexploração do trabalho e perdeu apoio social, deteriorando a legitimidade da democracia representativa. A crise político-ideológica abre um período de disputa pela reorganização do sistema-mundo entre o liberalismo decadente, o fascismo e o socialismo (Martins, 2020[2011], 2021 e 2022b). O fascismo sofreu uma forte derrota na Segunda Grande Guerra e sobreviveu subordinado ao liberalismo global, em partidos políticos inexpressivos na Europa até os anos 1980, em ditaduras contrarrevolucionárias, como as de Franco, na Espanha, de Salazar, em Portugal, no âmbito das ditaduras militares latino-americanas entre os anos 1960-1980, e nas opressões de classe, de gênero e étnico-raciais na sociedade civil burguesa. Todavia, não conseguiu criar uma forte ofensiva ideológica junto às massas, limitado pela expansão do liberalismo global, pelos movimentos de liberação nacional nos anos 1940, 1950, 1960 e 1970 e pela redemocratização em escala planetária a partir dos anos 1980. O declínio do liberalismo global permite, ao fascismo, desafiar o cerco a que foi submetido, criar uma pauta

ideológica própria, acumular força dentro das estruturas liberais para estabelecer novos regimes políticos que suprimam o sistema representativo ou o transforme em um rito vazio e assimétrico, subordinado ao emprego da violência. Analisar a ascensão da extrema-direita limitando-a em categorias como pós-fascismo é um erro que não toma em consideração a dinâmica dos processos de longa duração. A essência do fascismo está no emprego da violência para destruir o socialismo, as esquerdas, a emancipação das opressões de classe, raça e gênero e os processos de distribuição de renda e de poder aos mais pobres. Para isso, busca estabelecer uma ditadura estatal que impeça a limitação republicana da violência e uma base de massas que a legitime. O epicentro do fascismo mundial desloca-se para a burguesia dos Estados Unidos em razão de sua necessidade de criar um império político global para reverter o declínio, o que debilita suas forças liberais e impulsiona a extrema-direita. O inimigo é a construção de um novo eixo geopolítico, o Sul Global, impulsionado pela China socialista, pela Rússia nacionalista, o papel-chave que ocupam no desenho da Eurásia, pelas esquerdas latino-americanas e sua capacidade de articular a integração regional soberana, pelo nacionalismo popular africano e pelos processos de migração das populações periféricas para os Estados Unidos e a Europa.

O socialismo, contido durante a Guerra Fria pela subordinação da URSS à hegemonia dos Estados Unidos, ganhou outra projeção com o desaparecimento de sua liderança ideológica internacional centralista e defensiva, com o deslocamento de seu epicentro não apenas para uma China socialista com projeto expansivo, cooperativo e multilateral, mas também para os movimentos anti-imperialistas

das periferias e semiperiferias e para as lutas dos trabalhadores e movimentos sociais dos países centrais do Ocidente contra a extensão a si próprios da superexploração da força de trabalho (Martins, 2018, 2020[2011]) e 2022a). O socialismo chinês é hoje o resultado contraditório da combinação híbrida de três grandes tendências que se articulam historicamente: a herança camponesa dos sistemas sinocêntricos pré-capitalistas que limitou a conversão da propriedade da terra em mercadoria, estabeleceu um padrão de evolução tecnológica intensivo em força de trabalho, uma das dimensões centrais do que Arrighi chamou de revolução industrial, e restringiu a expansão externa, garantindo um sistema-mundo relativamente pacífico, orientando os objetivos do Estado chinês para a garantia da soberania sobre o território; o socialismo que priorizou o controle do Estado sobre os meios de produção e as finanças, a equidade, o acesso da população a serviços públicos, fortaleceu a propriedade coletiva e comunal e limitou a propriedade privada e impôs o monopólio do Partido Comunista; e a integração ao sistema-mundo capitalista, através do qual se busca impulsionar o crescimento econômico, estabelecer transferências de tecnologia, combater a pobreza, mesclando o investimento direto estrangeiro (da diáspora chinesa e o ocidental) e a orientação ao mercado externo com a forte mediação do controle estatal (Arrighi, 2007).

A relação entre o controle socialista da economia nacional e a integração no sistema mundial capitalista tem sido marcada por importantes tensões e contradições. O vínculo com o sistema mundial capitalista, em que este foi o polo dinâmico da dualidade, teve seu auge entre 1992-2008 e elevou fortemente a desigualdade, o peso das exportações para o

mercado interno estadunidense, a participação de empresas estrangeiras na economia nacional, a conversão de regiões rurais em urbanas, levando a imensos fluxos migratórios para a costa leste, o que ampliou as desigualdades regionais. Todavia, o Estado chinês manteve rígido controle cambial e financeiro, compensou a redução da presença das empresas estatais na economia com seu fortalecimento em segmentos estratégicos, impulsionou formas comunais e coletivas de propriedade, usou sua força política para estabelecer transferência de tecnologias estrangeiras e fortalecer o sistema nacional de inovação, estimulando o intercâmbio científico internacional como forma de aquisição de conhecimento. A grande motivação para a reorientação da economia chinesa foi a leitura dominante de que a estagnação econômica seria fatal para o destino do socialismo, sendo o colapso do socialismo, na URSS e no Leste Europeu, sua grande expressão. A crise de 2008, com epicentro nos Estados Unidos, estabeleceu um novo ponto de inflexão na medida em que tornou evidentes o custo crescente do parasitismo da economia estadunidense, sua limitação como eixo dinâmico de crescimento econômico, a vulnerabilidade social da população chinesa com a redução do emprego estatal e os baixos níveis de proteção social. Redirecionou-se a economia chinesa de seu movimento orientado para a complementaridade comercial, produtiva e financeira à economia estadunidense, para outro, dirigido ao fortalecimento de sua soberania geoeconômica, geopolítica, tecnológica, comercial e financeira, bem como da participação dos trabalhadores no produto e na vida nacional, cujos salários passaram a crescer acima da produtividade. A China congelou seu

estoque de ativos na dívida pública estadunidense e orientou seus investimentos para o mercado interno, o fortalecimento do ingresso dos trabalhadores e da proteção social, para a fronteira tecnológica e a economia verde, para a nova rota da seda, para o desenvolvimento das bases geoeconômicas da Eurásia e dos Brics e para ações bilaterais e multilaterais que fortaleçam o projeto do Sul Global.

A alternativa capitalista na China encontra-se limitada pelo fato deste Estado não dispor de um sistema internacional que o fortaleça. Como apontam as análises do sistema-mundo, o capitalismo histórico não surgiu dos Estados nacionais, mas antes, o contrário, estes foram resultado da construção de uma economia-mundo capitalista ultramarina, que teve, na invasão, conquista e colonização das Américas, um marco fundamental. A China não dispõe da moeda internacional de referência, não dispõe da liderança militar, seus investimentos internacionais têm presença bastante inferior à projeção do país no comércio mundial, e a participação de suas empresas estatais é a que se destaca entre as chinesas no ranking das 500 mais da Forbes (Ling et al., 2020). O Estado asiático precisa ainda se afirmar contra um imperialismo estadunidense que o cerca, necessitando, para isso, de um amplo leque de alianças internacionais que demanda *soft power* e forte horizontalidade em sua diplomacia e política externa. A orientação de sua política externa para o win-win, desde meados dos anos 2010, e a defesa por Xi Jinping de uma concepção de desenvolvimento cooperativo e compartilhado de toda a humanidade, assim como a reivindicação de um novo Tianxia como base das relações entre os povos, reforçam essa direção (Zhao, 2020; Gang, 2020).

## O fim do ciclo expansivo de Kondratieff, a crise do padrão de acumulação e as perspectivas da América Latina

A quinta tese que apresentamos é a de que o ciclo de Kondratieff expansivo que se estabeleceu entre 1994-2015/2020 terminou. Esse ciclo se associa à combinação entre inovações tecnológicas radicais e organizacionais em âmbito empresarial, social, das políticas públicas e das instituições e políticas internacionais. Ele pode ser medido por um conjunto de indicadores, sendo os mais importantes, as oscilações das taxas de lucro, das taxas de crescimento do PIB *per capita* e das taxas de juros. Para o sistema-mundo em seu conjunto, deve-se medir essas taxas não apenas em níveis nacionais, mas em níveis mundiais, o que evidencia a dificuldade de obtê-las. Entretanto, diante dessa limitação, podemos buscar aproximações, priorizando taxas nacionais de países estratégicos, como os Estados Unidos, ou os indicadores mundiais disponíveis. A resistência do pensamento dominante nas ciências sociais ao tema dos ciclos de Kondratieff pode ser imputada a três grandes razões. A primeira é o caráter incompleto da obra de Nicolai Kondratieff que, embora tenha percebido os ciclos ligados à renovação de meios de produção básicos de um sistema tecnológico, não apresentou um conjunto de indicadores suficiente para medi-los. O autor russo não incluiu entre os indicadores para sua mensuração, nem a taxa de lucro, nem o PIB, apenas proposto como conceito e medida por Kuznets (1937), em seu *National income and capital formation 1919-1935*. A segunda é a hegemonia do liberalismo nas ciências sociais que rejeita uma concepção de tempo que incluía

repetições, optando por uma noção de temporalidade assentada na mudança e no progresso permanentes, que está na base da concepção mítica de um capitalismo com total capacidade de se metamorfosear, sendo por isso mesmo indestrutível. O conservadorismo radical possui uma visão regressiva do tempo, rejeitando a ideia de progresso, que vê como decadência, aceitando-a apenas no plano material e até certo ponto, quando não colide com crenças religiosas e hierarquias de poder econômico e social. Opondo-se à separação radical entre uma visão regressiva de tempo e outra progressiva, afirma-se a que o concebe dialeticamente no sistema-mundo capitalista: como uma unidade de contrários, que articula o progresso, a evolução e o desenvolvimento das estruturas, que também é o seu desgaste e esgotamento, com os retornos cíclicos e a dimensão anárquica do evento e do instantâneo. A combinação entre esses tempos que se deslocam implica que o retorno cíclico jamais poderá ser uma repetição absoluta, uma vez que é condicionado pela flecha do tempo que se move, é irreversível, e o insere em contextos ambientais inéditos. A ampliação das escalas sociais eleva a quantidade e a qualidade da interação dinâmica entre suas partes, aumentando a imprevisibilidade do tempo instantâneo e anárquico. A terceira razão é o nacionalismo metodológico que o liberalismo impõe como visão dominante de interpretação do mundo contemporâneo, concebendo-o como resultado da interação de Estados nacionais soberanos e independentes, reduzidos pelos realistas a um pequeno número atores efetivamente soberanos ou ampliados pelo idealismo a uma comunidade mais ampla. Em ambos os casos, priorizam-se indicadores nacionais ao invés de marcadores mundiais de aferição.

O atual ciclo de Kondratieff gerou uma taxa de crescimento per capita da economia mundial bastante superior à de 1974-1993, aproximando-se dos níveis atingidos nos anos dourados de 1950-1973.<sup>13</sup> Gerou também elevação das taxas de lucro das corporações não financeiras dos Estados Unidos cujas massas de lucro passaram a estar cada vez mais ancoradas em valores obtidos por filiais fora dos Estados Unidos.<sup>14</sup> É muito provável que estejamos entrando em um período recessivo de longo prazo, que deverá fortalecer o papel do Estado na economia, como tem sido a característica central de cada mudança de padrão de acumulação na história do capitalismo desde o século XX. Os gastos públicos saltaram dos aproximadamente 10% do PIB, na primeira década do século XX, nos países centrais, para cerca 30% no pós-guerra, subindo ainda mais durante a Segunda Guerra para níveis superiores a 40% nos Estados Unidos e Alemanha, quando a guerra exigiu um padrão altamente competitivo, centrado no capitalismo de Estado. No período neoliberal, alcançaram 40 a 50% nos países da OCDE (Maddison, 1995; OCDE, 2022; Nahan, 1944; Vandenbroucke, 2020). É bastante provável que um novo padrão de acumulação, a se configurar nas próximas décadas, exija gastos públicos de 50 a 60% do PIB.

Os sinais de esgotamento do atual padrão de acumulação vinculado à globalização neoliberal são muito significativos. O padrão de acumulação neoliberal estabeleceu-se em duas fases. A primeira, quando instituiu o fundamento estratégico da financeirização no início dos anos 1970, mediante o dólar flexível, ao romper a paridade entre o dólar e o ouro e lançar a política de aproximação com a China, isolando a URSS. Essa etapa tem sequência com a drástica elevação das taxas de juros nos

Estados Unidos e o acirramento da disputa pelo capital circulante, que resultou na forte expansão da dívida pública e na Segunda Guerra Fria. Ela terminou com a Guerra do Golfo, a dissolução da URSS e do socialismo no Leste Europeu, e o esgotamento do Kondratieff recessivo que surgiu desde o ponto de inflexão de 1967-1974. A partir de 1994, a China substituiu o Japão e a Alemanha como grande competidor dos Estados Unidos e iniciou seu processo de ascensão pacífica. Enquanto Japão e Alemanha valorizaram suas moedas nacionais para atender às demandas de preservação da indústria dos Estados Unidos, a China desvalorizou a sua e estabeleceu paridade fixa com o dólar, tornando-se um dos eixos mundiais da deslocalização produtiva. A fase expansiva do novo Kondratieff acirrou a competitividade material, deslocou o eixo de dinamismo econômico para a China, limitou a agressividade da financeirização, impôs limitações às taxas de juros nos Estados Unidos e no noroeste da Europa, configurando a segunda etapa do padrão de acumulação neoliberal. Enquanto a primeira etapa esteve ligada fundamentalmente à financeirização, a segunda deu destaque à deslocalização produtiva. Entretanto, desde os anos 2010, a globalização produtiva perde força, o que se evidencia pela redução nas taxas de crescimento econômico da economia mundial, principalmente, nos centros ocidentais, e pelo debilitamento do comércio mundial e dos fluxos internacionais de capitais como alavancas da expansão do PIB mundial.<sup>15</sup> Acrescentam-se, a isso, os crescentes estoques da dívida pública nos Estados Unidos e na Europa, o que restringe as taxas de juros reais em função dos seus efeitos explosivos sobre os gastos públicos, tornando cada vez maior o custo social e político da financeirização. Embora não haja ainda evidência de

queda significativa da taxa de lucro nos Estados Unidos, a ampliação do endividamento público necessária para sustentá-la deverá se combinar com taxas de juros positivas para conter a explosão inflacionária, revertendo as políticas de estímulo monetário praticadas desde a crise de 2008 e os desequilíbrios entre demanda e oferta que a estagnação ou retração da globalização produtiva, comercial e financeira impulsionam. Tal cenário deverá impactar negativamente as taxas de lucro, consolidando a transição para uma fase recessiva do Kondratieff.<sup>16</sup>

Como mencionamos, liberalismo, fascismo e socialismo deverão confrontar-se com projetos distintos para disputar o novo padrão de acumulação. O liberalismo tende a aumentar a dívida pública e a fortalecer o papel do rentismo, aprofundando a crise da democracia e os conflitos geopolíticos internacionais, incluindo neles marginalmente gastos sociais e ambientais. A tentativa de os Estados Unidos manterem uma política internacional idealista em período de declínio pode multiplicar os conflitos internacionais e aumentar os gastos com a guerra, abrindo espaços ao fascismo. O aprofundamento dos conflitos geopolíticos e da bifurcação tende a colocar em xeque a autonomia do mercado mundial e a debilitar o dólar. A recessão deprime os investimentos produtivos das economias capitalistas em favor dos financeiros, enquanto o socialismo ou o capitalismo de Estado tendem a se desempenhar muito melhor como motores da produção. O fascismo inclina-se a restituir a centralidade dos gastos militares, impulsionando a economia da guerra e da repressão em escala mundial, ao passo que o socialismo se orienta para impor a prioridade dos gastos em educação, saúde, previdência, novas energias,

ecologia, infraestrutura, erradicação da pobreza e redução da desigualdade a patamares promotores da cooperação e competição. O liberalismo pede centralidade e se vê pressionado por centros de gravidade opostos a se dividir em duas vertentes antagônicas: aliado do socialismo na construção de um mercado regulado que o transforme em uma fonte de cooperação social; ou cúmplice do fascismo e das grandes estruturas imperialistas, dependentes, coloniais e opressoras.

Na América Latina se observa o declínio acelerado do centrismo político, a instalação de uma situação de caos, sem nenhum padrão hegemônico estável e uma divisão do liberalismo entre o apoio ao fascismo emergente e o estabelecimento de laços com a esquerda nacional-popular. A nova onda de centro-esquerda na América do Sul se estabelece em sociedades profundamente divididas, pequena margem de vantagem eleitoral, parlamentos conservadores e trincheiras da sociedade civil e do Estado ocupadas por segmentos refratários a avanços sociais mais substantivos. A burguesia tradicional mais poderosa, ligada ao setor industrial, de comunicações e financeiro, discrepa sobre se vincular ao fascismo de forma mais orgânica, uma vez que este implica circulação das elites de poder, mas seu potencial de alianças com as esquerdas é limitado, em razão de seus vínculos históricos com a superexploração dos trabalhadores. O monopólio político sobre o Estado pretendido pelo fascismo, o patrimonialismo decorrente e sua articulação com as cadeias de valor permitem a ascensão de novas camadas médias e novos grupos empresariais. A articulação do fascismo latino-americano com o imperialismo estadunidense o vincula ao desmonte dos segmentos de maior

complexidade tecnológica, ao agronegócio, à internacionalização do setor bancário e à ofensiva de grupos neopentecostais, deslocando a hegemonia da Igreja Católica.

Mantida dentro do escopo da globalização neoliberal, a esquerda brasileira sofre aceleradamente os efeitos de seu declínio, sem conseguir estabelecer um novo padrão hegemônico. A salvaguarda fornecida pela burguesia brasileira mais internacionalizada é limitada. Esta perde centralidade com a desindustrialização acelerada e não pode aceitar um programa de reformas sociais mais consistente. Detentor da grande massa territorial central da América do Sul, de sua maior população, da maior parte da Floresta Amazônica e das maiores reservas cambiais da América Latina, o Brasil tem enorme potencial para impulsionar e fortalecer a integração regional e o mundo multipolar. Por isso sofre de perto a vigilância do imperialismo

estadunidense envolvido no golpe de Estado de 2016. Não é por outra razão que o Brasil é o único país da América do Sul que não estabeleceu uma justiça de transição, não puniu a ala fascista que se comprometeu com o terrorismo de Estado da ditadura imposta em 1964 e tem uma elite militar profundamente subjugada à liderança dos Estados Unidos.

Vencer esses obstáculos não será fácil para a esquerda brasileira. Isso exige sua profunda reorganização teórica, uma ofensiva ideológica de massas que rompa com o institucionalismo liberal, apoie-se nos segmentos mais avançados da classe trabalhadora, tendo em conta as tendências da revolução científico-técnica e um forte apoio à integração soberana e solidária da região e aos seus vínculos com o mundo multipolar, respaldado em alianças estratégicas com a China, a Rússia e as potências emergentes do Sul Global.

[1] <http://orcid.org/0000-0003-1333-6737>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais e Defesa. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

cadu.m@uol.com.br

## Notas

- (1) Darcy Ribeiro desenvolveu uma importante crítica da civilização capitalista associando o socialismo à revolução termonuclear em O processo civilizatório (1968).
- (2) Sobre isto, veja-se o excelente o artigo de Beverly Silver, *Ensaio sobre a classe trabalhadora* (2022), no qual a autora aponta a necessidade de articular quatro grandes setores da classe trabalhadora para estabelecer um movimento anticapitalista com capacidade de formular uma alternativa sistêmica: a vanguarda vinculada à nova base tecnológica, na qual destaca os trabalhadores da educação; os segmentos vinculados à base industrial e aos postos de trabalho em processo de destruição; os precarizados ligados à expansão do setor de serviços varejista; e os desempregados.
- (3) Braudel (1984) e Wallerstein (1983) aproximam-se fortemente dos trabalhos clássicos de Bagu (1949), que defende a tese de que o escravismo colonial era capitalista, quando o mais correto seria capturar a contradição específica que enseja e defender a perspectiva de que era uma forma produtiva não capitalista subordinada e funcionalizada à acumulação mundial capitalista.
- (4) A fusão da teoria da revolução científico-técnica com as análises do sistema-mundo tem sido proposta e desenvolvida por Dos Santos (1984,1987 e 2016) e por nós (Martins 2011, 2020[2011], 2021, 2022a e 2023)
- (5) Ver os informes da OCDE (2018 e 2022).
- (6) “Por exemplo, a China é muito maior, mas também muito mais pobre do que os Estados Unidos, apesar de décadas de rápido crescimento econômico. Portanto, o futuro da evolução descrito na figura 1.1 é um movimento em direção a algum tipo de ‘estado mundial’” (Arrighi e Silver, 2010, p. 62; tradução nossa).
- (7) Santos (2001) positivou a crítica dos trabalhadores submetidos à desigualdade do mundo capitalista, afirmando que priorizam bens infinitos, como laços comunitários e afetos, a bens finitos e efêmeros. Há uma enorme literatura sobre a decolonialidade do poder que surgiu na América Latina nesse século, buscando lançar a crítica ao mundo capitalista desde civilizações que foram vencidas, mas não totalmente destruídas por sua expansão, e que recobram força com a crise estrutural que o atravessa.
- (8) Sobre o conceito de imperialismo informal, ver *The geometry of imperialism: limits of Hobson`s paradigm* (Arrighi, 1983[1978]).
- (9) Sobre as diferenças entre internacionalismo liberal e conservador, ver o livro *America at the crossroads, democracy, power and the neoconservative legacy* (Fukuyama, 2006). Para uma crítica realista de ambos os enfoques, veja-se *Liberal dreams and international realities* (Measheimer, 2018). Uma visão de longa duração desde o marxismo da política externa dos Estados Unidos pode ser encontrada no livro, *American foreign policy and its thinkers* (Anderson, 2015).
- (10) Na Câmara de Deputados, o projeto apresentado pelos republicanos Benjamin Gilman e Christopher Cox recebeu 360 votos a favor, sendo 202 de republicanos, 157 de democratas e 1 de independente; apenas 38 foram contrários, destes, 29 de democratas.
- (11) A autorização para o uso de força militar contra o Iraque, apresentada pelo governo de George W. Bush, em 2002, contou com o apoio da maioria dos democratas no Senado. Entre os que lhe deram suporte, estavam Hillary Clinton, Joe Biden e John Kerry, enquanto Bernie Sanders se juntou à maioria dos democratas, 60%, que se opôs na Câmara de Deputados.

- (12) Arrighi (1983[1978]) desenvolve o conceito de imperialismo *tout-court* em oposição ao de imperialismo informal para designar o exercício do poder imperialista assentado na violência política e militar explícita.
- (13) Para comparar as taxas de crescimento econômico *per capita*, tomamos as séries tabuladas por Angus Maddison e seus discípulos, que medem o PIB *per capita* por paridade do poder de compra. Entretanto, essas séries apresentam descontinuidade na metodologia, a partir de 2011, não sendo completamente comparáveis. Assim, entre 1994-2010, a taxa de crescimento *per capita* foi de 2,6% a.a., sendo muito superior aos 1,3% a.a. de 1973-1993 e quase se aproximando da marca alcançada entre 1950-1973 de 2,9% a.a. A série, até 2018, apresentada pelos seguidores de Maddison não especifica todos os anos da década de 1990, permitindo-nos apenas tomar como referência 1990-2016, período em que o crescimento do PIB *per capita* atingiu 2,3% a.a., sendo reduzido por incluir a recessão de 1990-1992.
- (14) A massa de lucro das corporações estadunidenses no exterior representava 10,4% do total nos anos 1970, 14,5% nos anos 1980, 16,5% nos anos 1990, 19,1% anos 2000 e 20,9% nos anos 2010. Em 2020, alcançou 20,5%. Se compararmos a massa de lucro no exterior com a massa de lucro especificamente sob controle doméstico das corporações estadunidenses não financeiras, podemos perceber também a sua forte ascensão: nos anos 1970 representavam 14,2% da última; nos anos 1980, 20,8%; nos anos 1990, 21,1%; nos anos 2000, 33%, nos anos 2010, 35,7%. Na massa de lucros sob controle doméstico, estão incluídas somas geradas externamente e transferidas sob diversas como as remessas de lucros. Cálculos nossos a partir do *The Economic report of the President* (Council of Economic Advisers, 2021).
- (15) O crescimento do PIB *per capita* alcançado entre 1994-2010 caiu de 2,4% a.a. para 1,8% a.a., entre 2011-2018, indicando os efeitos limitados das políticas de estímulo monetário para promover o crescimento econômico (Maddison Project, 2013 e 2020). O comércio internacional representava 36,7% do PIB mundial em 1982, alcançou o auge de 60,9%, em 2008, declinando 54,1%, em 2014, para 56,3%, em 2019, e de maneira mais acentuada para 51,6%, em 2020 (Banco Mundial, 2022). Os fluxos internacionais de capitais saltam de um montante de US\$255.9 bilhões, em 1993, para US\$1.356 trilhão, em 2000. Caem acentuadamente na crise de 2001-2002 até 2003 e se elevam paulatinamente para atingir um novo pico, em 2007, de US\$1.905 trilhão. Regridem novamente, mas atingem um novo pico, em 2015, de US\$ 2.063 trilhões. Desde então, entram em declínio, com ponto extremo em 2020, e, em 2021, alcançam US\$ 1.582 trilhão, nível inferior ao valor de 2007 e mais próximo ao de 2000 (Unctad, 2022).
- (16) O Banco Mundial prevê a redução das taxas de crescimento do PIB *per capita* mundial para 1,2 % em 2023, quando se inclui a taxa de crescimento demográfico sobre a estimativa de expansão do PIB mundial (Banco Mundial, 2023). O Kondratieff recessivo não se caracteriza por uma taxa de crescimento negativa, mas por uma média muito inferior que a dos períodos de crescimento longo.

## Referências

- ANADOLU AGENCY (2022). *Russia's crude exports to India up 14-fold, while exports to China double*. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/info/%C4%B0nfografik/31247>. Acesso em: 12 dez 2022.
- ANDERSON, P. (2015). *American foreign policy and its thinkers*. Londres e Nova York, Verso.
- ARRIGHI, G. (1983[1978]). *The geometry of imperialism: limits of Hobson's paradigm*. Londres e Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_. (1994). *The long twentieth century*. Londres e Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. Londres e Nova York, Verso.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. (1999). *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_. (2010). "The End of the long twentieth century". In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (orgs.) (2011). *Business as usual: the roots of the global financial meltdown*. Nova York, New York University Press.
- BAGU, S. (1949). *Economía de la sociedad colonial*. Buenos Aires, El Ateno editorial.
- BANCO MUNDIAL (2022). *Trade/GDP ratio*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS?end=2021&start=1960&view=chart>. Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2023). *Global economic prospects*. Washington D.C., Banco Mundial Group.
- BRAUDEL, F. (1984). *Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII: El tiempo del mundo*, v. III. Madrid, Alianza Editorial.
- 105th CONGRESS OF THE UNITED STATES (1998). Iraq Liberation Act. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-105publ338/pdf/PLAW-105publ338.pdf>. Acesso em: 10 dez 2022.
- COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS (2021). *The Economic Report of the President*. Washington D.C., The White House.
- DOS SANTOS, T. (1984). *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro, EdUERJ/Clacso.
- ECONOMIST Intelligence (2022). Disponível em: <https://www.eiu.com/n/russia-can-count-on-support-from-many-developing-countries/>. Acesso em: 17 fev 2023.
- FEDERAÇÃO RUSSA E REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2022). Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development. Disponível em: <http://www.en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 20 set 2022.
- FUKUYAMA, F. (2006). *America at the crossroads: democracy, power, and the neoconservative legacy*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- GANG, Q. (2022). Great changes, great horizon and great vision: China and US must find the right way to get along in a new era. *China International Studies*, May/June, pp. 5-23.

- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2022). World Energy Outlook. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2022>. Acesso em: 12 dez 2022.
- KAGAN, R. (2018). *The Jungle grows back: America and our imperiled world*. Nova York, Alfred A. Knopf.
- KUZNETS, S. (1937). *National income and capital formation 1919-1935*. Washington D.C., NBER.
- LING, K. J.; LU, X.; ZHANG, J.; ZHENG, Y. (2020). State-owned enterprises in China: a review of 40 years of research and practice. *China Journal of accounting research*, v. 19, n. 1, pp. 31-55. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2019.12.001>.
- MADDISON, A. (1995). *Monitoring the world economy*. Paris, OCDE.
- MADDISON Project Database. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020?lang=en>. Acesso em: 6 set 2022.
- MARINI, R. M. (1996). "Procesos y tendencias de la globalización capitalista". In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (orgs.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. México, Unam, tomo 4.
- MARTINS, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2018a). A teoria da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 84, pp. 463-480.
- \_\_\_\_\_. (2018b). O Sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 673-696.
- \_\_\_\_\_. (2020[2011]). *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Leiden e Boston, Brill.
- \_\_\_\_\_. (2021). As teorias do sistema mundo na transição para o longo século XXI. *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*, v. 1, n. 1, pp. 44-66.
- \_\_\_\_\_. (2022a). The longue durée of the Marxist theory of dependency and the twenty-first century. *Latin American Perspectives*, v. 49, Issue 242, n. 1, pp. 18-35.
- \_\_\_\_\_. (2022b). O ressurgimento do fascismo no mundo contemporâneo: história, conceito e prospectiva. *Intellèctus*, v. 21, n. 2, pp. 5-25.
- \_\_\_\_\_. (2023). "Marxism and world-systems analysis in the transition to the long twenty-first century". In: PAYNE, C.; KORZENIEWICZ, R.; SILVER, B. (eds.). *World-systems analysis at a critical juncture*. Nova York e Londres, Routledge.
- MARX, K. (2008[1859]). "Prefácio à contribuição à crítica da economia política". In: MARX, K. A contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (2011[1857-1958]). *Grundrisse: manuscritos econômicos e filosóficos de 1857-58 (esboço da crítica da economia política)*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2017[1894]). *O capital: o processo global da produção capitalista* (livro III). São Paulo, Boitempo.
- MEARSHEIMER, J. (2018). *The great delusion: liberal dreams and international realities*. New Heaven e Londres, Yale University Press.
- NAHAN, O. (1944). *Germany's expenditure for war*. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c9480.pdf>. Acesso em: 18 mar 2023.

- NATO (2022). *Strategic concept*. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf). Acesso em: 10 mar 2023.
- OCDE (2018). *Economic Outlook*. May. Paris, OCDE.
- \_\_\_\_\_ (2022). *Economic Outlook*. November. Paris, OCDE.
- PEOPLE Republic of China and Russia Federation (2022). Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development. Disponível em: <http://www.en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 25 fev 2022.
- RIBEIRO, D. (1968). *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RICHTA, R. (2018[1968]). *Civilizations at the crossroads: social and human implications of the scientific technological revolution*. Londres e Nova York, Routledge Revivals.
- SANTOS, M. (2001). *Por uma outra globalização*. São Paulo, Record.
- SILVER, B. (2022). Ensaio sobre a classe trabalhadora. Rio de Janeiro. *Boletim do IPPUR* 59, maio. Disponível em: <https://ippur.com.br/boletim-ippur-59>. Acesso em: 20 jun 2022.
- SIPRI (2022). SIPRI Military expenditure database. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 12 mar 2023.
- TIJUN, W. (2021). *Ten crisis: political economy of China's development*. Singapore, Palgrave Macmillan.
- UNCTAD (2022). UNCTADSTAT. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/EN/>. Acesso em: 15 mar 2023
- VANDENBROUCKE, G. (2020). *Which war saw the highest defense spending? Depends how it's measured*. Disponível em: <https://www.stlouisfed.org/on-the-economy/2020/february/war-highest-defense-spending-measured>. Acesso em: 15 dez 2022.
- WALLERSTEIN, I. (1983). *Historical capitalism with capitalism civilization*. Londres e Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_ (1995). *After liberalism*. Nova York, The New Press.
- WALT, S. (2018). *The hell of good intention: America's foreign policy elite and the decline of US primacy*. Nova York, Columbia University Press.
- WOLFOWITZ, P. (1992). *Defense planning guidance 1994-1999*. White House's Under Secretary of Defense.
- WORLD Energy Outlook (2022). International Energy Agency.
- ZHAO, T. (2020). *Redefining philosophy for a world governance*. Singapore, Palgrave Macmillan.

Texto recebido em 14/jun/2023

Texto aprovado em 2/ago/2023

# Chaos and the new temporality of the contemporary world-system

Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo

Carlos Eduardo Martins [1]

## Abstract

This paper presents five major theses for understanding the new world conjuncture in which capitalism and humanity entered in 2015-2020. This period is characterized by the crisis of the capitalist civilization and mode of production; the terminal crisis and dismantling of the United States' hegemony; the geopolitical bifurcation of the world's economy into an imperialist bloc led by the United States and an emerging bloc centered on China and Russia that has been expanding towards the Global South; the ideological crisis of global liberalism and the rise of fascism and socialism as alternatives; and the crisis of the neoliberal accumulation pattern and the end of Kondratieff's expansion phase that started in 1994. We briefly indicate the effects of these trends on Latin America.

**Keywords:** systemic chaos; long 21st century; bifurcation; geopolitics; ideologies.

## Resumo

*Apresentamos cinco grandes teses para entender a nova conjuntura mundial em que ingressam o capitalismo e a humanidade a partir de 2015-2020. Esse período se caracteriza pela crise do modo de produção e da civilização capitalista; pela crise terminal e desmonte da hegemonia dos Estados Unidos; pela bifurcação geopolítica da economia mundial em um bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos e outro emergente centrado na China, na Rússia e sua ampliação para o Sul Global; pela crise ideológica do liberalismo global e a ascensão do fascismo e do socialismo como alternativas; pela crise do padrão de acumulação neoliberal e o esgotamento da fase expansiva do Kondratieff iniciada em 1994. Indicamos brevemente os efeitos dessas tendências sobre a América Latina.*

**Palavras-chave:** caos sistêmico; longo século XXI; bifurcação; geopolítica; ideologias.



## The new temporality of the world-system

This article summarizes some theses to understand the new temporality the contemporary world is entering, its main conflicts, disputes, and clashing projects. Understanding the significant issues that permeate our conjuncture is fundamental to formulating goals and objectives for an emancipatory strategy and the forces that must be part of it through different degrees of connection and commitment.

The panoramic, general, and synthetic formulation we will develop in this article is that since 2015-2020 the world system has entered a new temporality characterized by the terminal crisis of neoliberal globalization and the establishment of a situation of chaos. Contemporary systemic chaos is strongly associated with the convergence of three movements of long duration: the structural crisis of capitalist civilization, the dismantling of the hegemony of the United States, and the exhaustion of the expansive phase of a new Kondratieff cycle that began in 1994. Chaos implies the establishment of a geopolitical bifurcation that fractures neoliberal globalization and intensifies the disintegration of its pattern of accumulation and institutionalism. It reaches the hegemony of global liberalism and opens an ideological dispute between decadent liberalism, fascism, and socialism over the reorganization of the world system. Such ideological dispute tends to articulate itself along distinct geopolitical axes: on one side, Western imperialism, represented by the United States, NATO, and Northwestern Europe; on the other side, the Global South,

which stems from Eurasian bases in China and Russia, and extends to Asia, Africa, and Latin America, being also able to extend to large segments of the working class in central countries. The main common factor among the Global South is anti-imperialism and the capacity to chain development dynamics. In this process, China plays a key role, and it is our perception that it is a State much more akin to socialism than a State that could relaunch world capitalism under new bases. Unlike other periods of systemic chaos constituted during the expansion of the capitalist world-system, the current one is established amid the decline and weakening of its secular tendencies, providing an opportunity to construct alternatives to rebuild the existing world-system. The existence of alternatives outside the capitalist world-system raises the possibility of a relatively peaceful transition if won by democratic, socialist, and anti-imperialist forces or the radicalization of war and violence if led by fascism.

Let's take a closer look at the theses that are articulated through this more comprehensive formulation.

## The structural crisis of capitalist civilization

The first thesis is that capitalist civilization is currently experiencing a period of structural crisis. Moreover, this crisis is associated with deep contradictions within its mode of production between the capitalist relations of production and a new structure of emerging productive forces, which makes way for a revolutionary period. This topic was addressed

by Karl Marx in the preface to *A Contribution to the Critique of Political Economy*, in the *Grundrisse*, and in *The Capital*, and developed later by authors such as Radovan Richta (1971), Theotonio dos Santos (1984, 1987, 2003 and 2016) and in our work (Martins, [2020 (2011)]).<sup>1</sup> The new structure of productive forces is defined by the scientific-technical revolution that was projected into the world economy upon the emergence of the microelectronic paradigm. The scientific-technical revolution replaced the mechanical principle with the automatic one and establishes science, knowledge, and subjectivity as its main productive forces. This change implies an increase in the value of labor power, given that the education time is no longer restrained. The result is a reversal in the relationship that founded the relative surplus value during the industrial revolution when labor power was devalued in face of technology. The ecological crisis prompted by the pattern of neoliberal accumulation and evidenced by the pandemic poses the need for a new technological leap to establish a biotechnological paradigm based on clean technologies and oriented to the preservation and regeneration of ecosystems, health, education, science, culture, leisure, and immaterial forms of consumption. Such a paradigm has strong ties to the service sector, a great public vocation, and the ability to produce collective goods. The advance of the scientific-technical revolution transforms public service workers, particularly those in science and education, into the ideological vanguard of the working class and its most dynamic sector.<sup>2</sup> Unlike the industrial revolution workers who produced goods that were physically separated from their producers and were privately appropriated for individual consumption, such

as automobiles and household appliances, the scientific-technical revolution workers produce goods that are characterized mainly by their abstract dimensions, are not separated from their producers, cannot be physically appropriated by their consumers, and have a universalist vocation and nature.

Capital appropriates the scientific-technical revolution in a contradictory way. It aims to compensate for the redistributive pressures inherent in the increase of labor power value through the overexploitation of workers by paying them a price below the value of labor power. Therefore, the neoliberal accumulation pattern is established to this end, to propel financialization and allocate part of the capital in circulation to rent-seeking activities instead of production. It also relocates part of the productive sector from the center to peripheral and semi-peripheral countries. As a consequence, it raises unemployment and creates a wage anchor in the labor force of the periphery, which is priced below value. At the same time, it reduces the rate of investment in the center, resulting in a decline in productivity, financial parasitism, and a crisis in the international division of labor (Marini, 1996; Martins, 2017, 2018-a, 2018-b, 2020 and 2022; Valencia 2015).

Including the scientific-technical revolution theory in the world-system analyses fills an analytical gap in the postulation of the terminal crisis of the capitalist system, which is more prominently present in Immanuel Wallerstein's work (Wallerstein 1995). The centrality of the concept of historical capitalism does not allow emphasizing its structural historical limits as a system in the face of certain types of productive forces, since it intends to affirm precisely its flexibility against specific

use values (Martins, 2021 and 2023). This approach does not present major problems when it brings to the fore more backward productive forms that are subordinated to the valorization of the exchange-value, such as colonial slavery. In this instance, the coercive form of labor relation, as use value, is an instrument of the valorization process, being an object of its dynamism that tends to dissolve it in the long run.<sup>3</sup> However, when the contradiction is established with more advanced productive forms, it tends to deepen itself, while capitalist relations of production accentuate their obsolescence, a dimension that remains hidden by theory as it highlights capital flexibility to establish valorization processes in various historical realities, ignoring the dialectical unit and the limits to the relative autonomy between the mode of accumulation and productive forms.<sup>4</sup>

The terminal crisis of the capitalist civilization is associated with the decline of the interstate system, a central aspect of the superstructure configuring its mode of production. The interstate system guaranteed the prevalence of capital flows over the modern State by constituting it within the framework of the world market. Nevertheless, the institutionality of the modern world system is brought into crisis by ascending public expenditures, which verge on 50% of GDP in OECD countries,<sup>5</sup> as well as by the emergence of a new type of State. Arrighi (1996) noted that the modern world system has generated four hegemonic State patterns: the city-States (Genoa), the proto-national States (United Provinces), the nation-States (United Kingdom), and the continental States (United States). China, by combining its population mass, economic power, the importance of its markets

for the profit rate of Western capitalism, and its centralized political model, introduces a world-State capable of integrating itself into the capitalist world system in a manner that takes advantage of systemic structural vulnerabilities, without losing its sovereignty and autonomy, to project itself into the hierarchies of power, increasingly becoming the dynamic axis of the world system.<sup>6</sup>

The growing levels of public spending in contemporary capitalism reinforce the tendency for the State to take the lead in its relationship with markets. Substantial and participatory democracies are linked to social control over markets and with advances in spending oriented toward public demands of health, education, transportation, leisure, and the environment. Meanwhile, the expansion of financialization and military spending, as well as the prioritization of the political economy of war, constitute the channels par excellence through which the advances of the productive forces in management and planning are appropriated in a regressive direction.

The ecological crisis exposed by the covid-19 pandemic is a manifestation of a more significant crisis associated with global warming and the destruction of the planet's ecosystems that calls into question unlimited accumulation and the transformation of nature and life into merchandise. Capitalism separates men from nature and from community relations: it concentrates them in cities and establishes competition between individuals as the engine of accumulation. As a result, it creates a chronic malaise, or "bad-living", an existential deficiency marked by the solitude of the human being in the face of nature and his fellows, which is necessary for the imposition of commodity fetishism as a dominant

cultural trait. This, in turn, creates the illusion of being possible to overcome this malaise by consuming ephemeral material goods. In this sense, commodity fetishism would be elevated to new stages through a continuous sensation of failure and malaise, allowing unlimited accumulation to be inseparable from the unlimited need to consume finite and ephemeral goods.

Criticism of capitalist civilization arises from civilizations that were thought to be extinct; from people with long-lasting agrarian civilizations, pertained to the millennial Asian mode of production, in particular, China and East Asia; from the workers and the poor excluded by the inequality of capital; and from Marxist thought, which strives to redefine and overcome the limits of the national State, aiming to build a new multipolar and democratic world system. Indigenous Latin American peoples instigate the need to establish a harmonious relationship between men and nature, for humans belong to an ecosystem that, if destroyed, shall impoverish and threaten life. With this goal in mind, they create the concept of “good living”, where community relations between men and nature and among men are restructured. Since 2007, the Communist Party of China, during its 17th Congress, has set the goal of building an ecological civilization based on industrial development sustained by clean energy and integrated with agricultural cooperatives, on the reduction of inequalities between rural areas and the city, on the eradication of poverty, and on the prioritization of its domestic market. Traditional forms of calculating GDP are questioned since they do not measure the destruction of ecosystems and ecological heritages for producing goods

and services. China has become the world leader in developing and producing clean energy by carrying out massive investments in renewable technologies and modernizing infrastructure in rural areas (Tiejun, 2021, p. 442-450; and International Energy Agency, 2022, p. 450). On the other hand, the material scarcity characteristic of popular communities should not be seen only from the viewpoint of shortage and insufficiency, but also in terms of accumulating indispensable knowledge for democratic life. Human existence is inseparable from material limits, no matter how much we modify them. The attempt to deny these limits, by concentrating them among the vast majority, leads to despotism and the destruction of public and durable goods - such as values, affections, and ecosystems – in favor of private and ephemeral goods, or goods devoid of use value, such as money.<sup>7</sup>

## Terminal crisis and the dismantling of the hegemony of the United States

The second thesis is that we have entered an era of terminal crisis and dismantling of the hegemony of the United States, which likely ended between 2015-2020. The rise of the United States began in the 1870s, was consolidated after 1945, and generated an expansive phase until 1968-1971. Henceforth, the decline in the rate of profit driven by the pressure of social movements, the crisis of military Keynesianism, the defeat in Vietnam, and the rupture of the Bretton Woods system opened the way for the neoliberal pattern of accumulation that was consolidated from the

1980s and 1990s onwards (Arrighi, 1994 and 2007; Arrighi and Silver, 1999). During the transition and signal crisis of US hegemony in the 1970s, the Nixon administration established the bases for the floating dollar standard, submitted the dominant political idealism to Real Politik, bet on the division of Eurasia, selected the USSR as its main adversary and tried to co-opt China by including it in the world system through an open door policy and by facilitating its entrance in the UN. The assertion of the neoliberal pattern and the fierce dispute for the circulating capital imposed by the United States reintroduced the primacy of high finance and informal imperialism over military power, allowing the US to restructure its world power strategy and attain the unexpected dissolution of the USSR and of the socialist block in Eastern Europe.<sup>8</sup> The resounding effect of the European socialism debacle revived the aspiration of the United States ruling elite for global governance and reintroduced idealism as a protagonist in its foreign policy. These were manifested through the creation of the WTO, the Eastern expansion of NATO, the neoliberal offensive carried out by the Brady Plan and the Washington Consensus, the proliferation of free trade treaties, and the intention to establish hemispheric trade agreements. Such idealism was articulated to liberal internationalism, in which regime changes against States deemed totalitarian were defended in order to achieve democratic global governance under US leadership. Regime changes would complement the disruptive, dissolving capabilities of the world market and high finance, would take place through hybrid wars or military intervention, and would be mainly periphery-oriented. Representatives of both liberal and conservative internationalism

supported it. The differences among them lay in emphasis or nuances regarding the use of force, in mechanisms for persuasion and destabilization, in preference for unilateralism or coalitions and international organizations.<sup>9</sup> In 1998, Bill Clinton passed the Iraq Liberation Act, in which the US pledged to overthrow Saddam Hussein, receiving broad bipartisan support as demonstrated by the unanimous approval in the Senate and a large majority in Congress.<sup>10</sup> The military interventions in Kosovo, Afghanistan, Iraq, Haiti, Libya, and Syria, as well as the coups d'état in Honduras, Paraguay, Ukraine, Brazil, and Bolivia, followed this format, without rupture with the globalist concept of power formulated during the liberal financialization phase of the hegemony of the United States.<sup>11</sup> The similarities between neoconservatives and internationalist liberals are also evident in the trajectory of Robert Kagan and Francis Fukuyama, who were pioneers in proposing the regime change approach, members of the now discontinued think tank *Project for a New American Century* and have moved away from the Republican towards the Democratic Party. Kagan perceived in Donald Trump a withdrawal from liberal values and turned to the Democratic Party to seek them, despite prioritizing military action and having reservations about multilateralism (Kagan, 2018). By prioritizing soft power, Fukuyama emphasized the United States' ability to lead multilateralism and international institutions, recalibrating militarist bias but not abandoning it (Fukuyama, 2006).

However, deep contradictions have emerged during the liberal globalization led by the United States. The technological decline was aggravated by financialization

and productive relocation; the selection of China as an ally to divide Eurasia proved to be a colossal strategic mistake; and the attempt to expand NATO to the East met an insurmountable obstacle in Russia, given that its absorption by this organization would eliminate the United States' strategic military advantage over Europe, which contributes decisively to keeping it subordinated under the presence and control of US military bases. The economic crisis of 2008, with its epicenter in the United States, reoriented the Chinese strategy for international insertion. Since 1994, it had associated the dynamics of its economy with exports to the US domestic market through the devaluation and fixation of the renminbi parity to the dollar. The crisis's effects in reducing China's economic expansion rates and the growing financial needs of the United States did not allow the Asian country to continue to perform the double task of sustaining the parasitism of the United States and maintaining high rates of domestic investment. The decline in China's economic growth threatened to make inequality a social explosive problem. When faced with this scenario, China reoriented its public policies to prioritize strengthening State-owned enterprises, social spending and expansion of people's rights, the fight against inequality, technological sovereignty, geo-economic and geopolitical construction of Eurasia, and the Global South project. This new reality is apparent in the government interventions to boost the economy and expand access to public services, in the publication of *Made in China 2025*, in the launch of the New Silk Road, in the institutionalization of the BRICS, in the advancement of the Shanghai Cooperation

Organization, in bilateral aid policies and concerted actions within the South, as well as in the renewed commitment to a multilateral and peaceful order.

Faced with this new scenario, the United States attempted to isolate China in Asia through the Trans-Pacific Partnership signed during the Obama administration, which the Trump administration later abandoned in favor of a coercive unilateral action that severed the open-door policy and the principles of free trade. A trade war against China was thus introduced and aimed mainly at the high-tech and semiconductor industry, as evidenced not only through tariffs but also through sanctions and threats directed against Chinese communications and high-tech companies, as well as against corporations from third countries that supplied microchips and had commercial and financial ties to them (Tiejun, 2022). Biden's administration not only maintained these restrictions but gave it a broader, multilateral institutional basis through *NATO 2022 Strategic Concept*, a new strategic doctrine in which China's claim to lead the technological frontier and its rapprochement with Russia is considered a threat to the transatlantic alliance, its values, and the international order it supports. China, Russia, Iran, Syria, and North Korea were classified, albeit with varying intensity levels, as countries that share authoritarian principles and malicious interests. Moreover, Biden seeks to encircle the Asian power in different directions: in the south, through AUKUS and military incursion in the South China Sea; in the East, through military bases in Japan and South Korea; and in the North, through NATO expansion to the East.

NATO's encirclement to the north faces the challenge of being unable to accommodate Russia in its scope. Besides jeopardizing the military sovereignty of the United States over Europe, Russia is also a space of articulation with the East, to where the economic dynamics are being transferred. Its economic incorporation into the European Union and military incorporation into NATO would be a high-risk decision that could strengthen its European sovereignty and reduce the United States to the condition of an island country in the West. Faced with these impasses, liberal internationalism prefers to turn Russia into an enemy and provoke it into war, allowing for these exceptional conditions to curb the geo-economic connections between the European Union and Russia that were developing and could not be hindered in times of peace. The military conflict between Russia and the United States through NATO marks a turning point in the scale of wars and a rupture with the project of informal imperialism that has presided over neoliberal globalization.

Realism and classical Keynesianism have little to offer as an alternative in this scenario. The realism of authors such as Mearsheimer (2010, 2014, and 2018) and Walt (2018) recognizes the hegemonic decline and calls for the disengagement of conflicts in Eastern Europe and the Middle East to focus efforts on the containment of China. The aim is to prevent it from becoming a regional hegemon and thus avoid inflation of the costs of protecting the international order above the capacity of the US power to control and manage. However, the difficulty in stabilizing a balance of power that prevents the geo-economic and geopolitical construction of Eurasia in times of peace and without political-military constraints makes this

proposition implausible. Although the authors agree with the break in liberal ideology brought by Donald Trump's foreign policy, they shy away from the unilateralism he introduced, for they consider coalitions indispensable to contain or slow down the Chinese threat. On the other hand, the return to classical Keynesianism, which proposes repatriation, capital controls, and de-globalization to reverse the productive decline, is restricted by the latent pressures of the working class that, albeit growing with the increase of their qualification, were circumvented by the neoliberal pattern. De-globalization would still contradictorily require wage repression in the centers to reestablish the rate of profit originating from the masses of profits generated by the super-exploitation of labor power in the peripheries and semi-peripheries.

## From neoliberal globalization to the bifurcation of the world system: the geopolitical dispute

Our third thesis is that the latent bifurcation between the US military power and the emerging economic power in China, during the years of peaceful ascension, becomes dominant, breaks with neoliberal globalization, and tends to unfold into a geopolitical bifurcation that involves economic, ideological, political and military confrontations. The United States' decision not to accommodate Russia in NATO and Europe brings together the world's largest territory and largest population States. The financial restrictions neoliberal parasitism imposes on the economy of the United States imply a strong military decline against the emerging geopolitical

axis. At the beginning of the 21st century, in 2001, Russia and China together possessed a military budget of approximately 15% of that of the United States; by 2021, it had reached 41% (SIPRI, 2022). The war between NATO and Russia prompted the substitution of the term globalization for the West to define the identities of the liberal coalition led by US imperialism. This imperialism enters a new stage characterized by the rupture of its informal form, with the purpose of submitting the neoliberal order to a political empire and adopting a project of global domination to face its accelerated decline of power. Donald Trump upheld this initiative in the period we establish as the beginning of the end of US hegemony. It is no longer a matter of limiting the use of formal imperialism to the peripheries but of reclaiming it to solve the great power disputes in the world-system (Arrighi, 1983 [1978]).<sup>12</sup>

The political-military conflict with NATO accelerated the rapprochement between China and Russia - which reached a new level with Xi Jinping's and Vladimir Putin's joint statement in February 2022 - and brought Asian and African countries closer to Russia and China. In this joint statement on a new era and sustainable global development, Xi Jinping and Vladimir Putin affirm their commitment to multipolarity and the redistribution of global power, democracy, peace, development, equity, justice, freedom, and cooperation, all regarded as universal values. They also indicate their commitment to the sovereignty, cultural diversity, and the people's right to determine their own development paths. Democracy is defined in a broader sense as the participation of individuals in the government of their country to improve the population's

well-being and to implement the principle of popular government, guaranteeing rights and attending to the population's interests. They point out that democracy must be practiced globally, and that States must commit to fair, equitable, open, non-discriminatory conditions for scientific-technological development. At the same time, they reject that a minority of States seek to impose their vision of democracy and human rights as a pretext for interfering in the internal affairs of others. They believe that no State should increase its security at the expense of others and that security should be considered a collective good. They condemn the role of the United States in resuming the arms race and its zero-sum game ideology, denounce the expansion and process of ideologizing NATO, and the creation of AUKUS for increasing tensions and contributing to the militarization of the Pacific. They also pledge to achieve the goals of the 2030 sustainable development agenda, in addition to assisting the poorest countries to meet those goals through funding and commit to scientific cooperation in the combat of pandemics and the geo-economic construction of greater Eurasia. Moreover, they condemn unilateralism and commit to strengthening the BRICS, the Shanghai Cooperation Organization, the World Trade Organization, and the G-20 (Russian Federation and People's Republic of China, 2022).

Many Asian and African countries abstained from voting on the UN proposal condemning Russia's military occupation of Ukrainian territory, which was approved on March 2, 2022. Together with the countries that rejected it, they represent more than 65% of the world's population and almost 30% of its GDP (Economist Intelligence, 2022). This proportion

remained almost unchanged in the refusal to endorse the suspension of Russia from the UN Human Rights Council, a position also shared by Brazil and Mexico. The UN proposal condemning Russia's annexation of four regions in Ukraine was not endorsed by 40 countries, with 35 abstentions and 5 countries rejecting it explicitly (Russia, North Korea, Syria, Belarus, and Nicaragua). Among the countries that abstained were China, India, Pakistan, Vietnam, Thailand, Mongolia, Kazakhstan, South Africa, Algeria, Ethiopia, Sudan, South Sudan, Uganda, Mozambique, Zimbabwe, and Bolivia.

The financial and trade sanctions imposed on Russia have opened the space for new economic relations. While Russia's crude oil exports to Germany, the Netherlands, France, Great Britain, Finland, Romania, and the United States fell from 1,457,000 barrels a day to 178,000 between February and November 2022, they rose from 848,000 to 2,372,000 in the same period to China, India, and Turkey, which became the largest importers of Russian oil. This reinforces the projects oriented toward Eurasia, BRICS, and the Global South, backed by the shift to the center-left in Latin American governments (Anadolu Agency, 2022). These circumstances have made it possible not only to recover but to raise the ruble's value compared with February 2022, before its brutal fall in March of the same year. Faced with sanctions and the destruction of the Nord Stream 2 Pipeline, which prevented the supply of Russian gas to Europe politically and physically, China and Russia have accelerated plans for constructing the Power of Siberia 2 Pipeline to guarantee new levels of Chinese imports by 2030. China, in the capacity of the world's second largest oil consumer, second only to the

United States, cannot allow NATO to destroy the world's second largest oil and gas producing complex. Dependence on U.S. supply, the world leader, would put China in a highly vulnerable situation. The geopolitical dispute in Eastern Europe has as one of its most fundamental aspects the control of markets and production of oil and gas to prevent or facilitate Eurasia's geo-economic construction. A conflict of this magnitude can precipitate a new world war, an event typical during periods of chaos in the modern world system (Arrighi and Silver, 1999).

Since 2016, Saudi Arabia has been moving closer to Russia by establishing OPEC plus, which adds to OPEC countries such as Russia, Kazakhstan, Azerbaijan, Mexico, and Sudan, among others. One of the goals of OPEC plus is to contain the growing influence of the United States in the global oil market, which stems from using shale gas extraction to become a big producer country. While the United States is interested in keeping oil prices low and expanding production, since its competitiveness is centered in other productive sectors, the interests differ for countries where oil represents an integral part of GDP and exports. This rapprochement with Saudi Arabia was also due to Obama's support of the Arab Spring, the Houthi insurgency in Yemen, and the nuclear agreement with Iran. These guidelines of liberal internationalism were abandoned by Trump, who positioned himself on the side of the Saudi monarchy but were later resumed to a lesser extent by Biden, who vetoed the sale of offensive weapons to Saudi Arabia.

The unity of the emerging geopolitical axis is anchored in anti-imperialism and harbors an immense diversity of political systems and cultural dimensions, also including

national or regional autocracies. In Xi Jinping and Putin's joint statement on the new era in international relations and sustainable development, there is a tension between the universal commitment to democracy, endorsed in a broad sense, and its cultural relativization into national and local forms. The indication of this contradiction does not denote recognizing any superiority in the liberal version of democracy, which is seen as such because of its ties to imperialism, nor does it denote renouncing the criticism of its superficiality, the immense inequality it establishes, the violation of the self-determination of peoples, and the wars it generates. However, the international confrontations the emerging geopolitical axis will have to face can act dialectically to accelerate the centrality of the role of the State and the dynamics of internal changes in favor of popular sovereignty, therefore contemporizing the historical pattern of the effects of war over the progressive bloc of the bifurcation during periods of systemic chaos. This was the case when the previous emerging geopolitical axis joined the progressive transformations of the British power, as it pushed for political liberalism in the Atlantic, starting with the wars of independence in the United States of America, and reoriented imperialism to the East; or in the case of US power, strengthened the social commitments of liberalism with the New Deal, which later unfolded into the welfare state and the Great Society. It thus becomes possible, with the acceleration of historical time in the 21st century, that topics related to participatory democracy and human and social rights advance and expand in anti-imperialist centers during the period of radicalization of geopolitical struggles, which could lead to a new pact between elites and population.

## The decline of global liberalism and the ideological dispute

Our fourth thesis is that the decline of US power and the start of a period of systemic chaos imply that liberalism loses its centrality in the world system, as theorized by Immanuel Wallerstein (1995). Liberalism has moved away from progressive reforms, has bound itself to financialization, to the widening of inequalities, to the extension of the super-exploitation of labor into the Western centers, and has lost social support, all of which deteriorate the legitimacy of representative democracy. The political-ideological crisis initiates a period of dispute between decadent liberalism, fascism, and socialism over the reorganization of the world-system (Martins 2020[2011], 2021-b, and 2022-b). Fascism suffered a decisive defeat in World War II and has survived in subordination to global liberalism, in inexpressive political parties in Europe until the 1980s, in counterrevolutionary dictatorships such as Franco's in Spain and Salazar's in Portugal, within the Latin American military dictatorships during the 1960s-80s, and in bourgeois civil society through class, gender, and racial-ethnic oppressions. However, it has failed to create a strong ideological offensive among the masses, for it was limited by the expansion of global liberalism, the national liberation movements in the 1940s, 50s, 60s and 70s, and redemocratization on a worldwide scale beginning in the 1980s. The decline of global liberalism allows fascism to defy the boundaries to which it was submitted, to create its own ideological agenda, to accumulate power within liberal structures to establish new political regimes that can suppress the representative system

or transform it into an empty and asymmetric rite subordinated to the use of violence. To analyze the rise of the far right by limiting it to categories such as post-fascism is a mistake that does not consider the dynamics of long-duration processes. The essence of fascism lies in using violence to destroy socialism, the left, emancipation from class, race, and gender oppressions, and the distribution of income and power to the poor. To this end, it seeks to establish a State dictatorship that precludes the republican limitation of violence and to build a mass base that legitimizes it. The epicenter of world fascism shifts to the bourgeoisie of the United States because it needs to create a global political empire to reverse its hegemonic decline. As a result, its liberal forces are weakened, and the extreme right is propelled. The enemy, therefore, becomes the construction of a new geopolitical axis, the Global South, led by socialist China, nationalist Russia and the crucial role of both in the design of Eurasia, the Latin American lefts and their ability to articulate sovereign regional integration, African popular nationalism, and the migration processes of populations from the periphery to the United States and Europe.

Socialism, which was contained during the Cold War by the subordination of the USSR to the hegemony of the United States, gained new projection with the disappearance of its centralist and defensive international ideological leadership, and with the shift of its epicenter to not only socialist China and its expansive, cooperative and multilateral project, but also to anti-imperialist movements in the peripheries and semi-peripheries and to the workers and social movements in the central countries of the West who struggle against the

super-exploitation of labor power they now face (Dos Santos, 2016; Martins 2018, (2020[2011]), 2022-a; and Valencia, 2015). Chinese socialism today is the contradictory result of the hybrid combination of three major trends that are historically combined: the peasant heritage of pre-capitalist sinocentric systems that restricted the conversion of land ownership into a commodity, established a labor-intensive pattern of technological evolution (one of the central dimensions of what Giovanni Arrighi called the industrious revolution), and restricted foreign expansion to guarantee a peaceful world-system, orienting the goals of the Chinese State toward sovereignty security over territory; the socialism that prioritized State control over the means of production and finances, equity, people's access to public services, that strengthened collective and communal property, limited private property, and imposed the monopoly of the communist party; and the integration to the capitalist world-system, through which it strives to boost economic growth, establish transfers of technology, combat poverty, combining foreign direct investment (from the Chinese diaspora and the West) and set an international market orientation with strong State mediation (Arrighi, 2007; Arrighi, Hamashita, and Selden, 2003; and Amin, 2005).

The relationship between socialist control of the national economy and integration into the capitalist world system has been marked by significant tensions and contradictions. The link with the capitalist world system, which was the dynamic pole of the duality, peaked between 1992-2008 and resulted in a sharp increase in inequality, a strong rise in the weight of exports to the US domestic market,

greater participation of foreign companies in the national economy, and a tremendous urbanization process, leading to massive migratory flows to the East coast and widening regional inequalities. Nonetheless, the Chinese State maintained strict foreign exchange and financial control, compensated for the lower presence of State-owned enterprises in the economy by strengthening them in strategic segments, promoted communal and collective forms of ownership, used its political power to forge the transfer of foreign technology and expand its national innovation system, while stimulating international scientific exchange as a way to acquire knowledge. The great motivation for the reorientation of the Chinese economy was the prevailing understanding that economic stagnation would be fatal to the fate of socialism, as demonstrated by the collapse of socialism in the USSR and Eastern Europe. The 2008 crisis, with its epicenter in the United States, represented a new turning point in the sense that it made evident the growing cost of the parasitism of the US economy, its limitation as a dynamic axis of economic growth, the social vulnerability of the Chinese population brought by the reduction of State employment and low levels of social protection. The Chinese economy has been redirected from being complementary commercially, productively, and financially to the U.S. economy to being driven to strengthen its geo-economic, geopolitical, technological, commercial, and financial sovereignty. In addition, it has increased workers' participation in domestic production and national life, whose salaries started to grow above productivity.

China has frozen its stock of assets in US public debt and has oriented its investments towards the domestic market, to bolstering workers' income and social protection, to reaching the technological frontier and green economy, to the new silk road, to the development of the geo-economic foundations of Eurasia and the BRICS, and to bilateral and multilateral actions that strengthen the project of the Global South.

The capitalist alternative in China is limited by the fact it does not have an international system to reinforce it. As the world-system analyses suggest, historical capitalism did not emerge from national States, rather the opposite, the latter was the result of the construction of an overseas capitalist world-economy that had in the invasion, conquest, and colonization of the Americas a fundamental milestone. China does not hold the international currency of reference nor the military leadership, its international investments do not reflect the country's participation in world trade, and its State-owned companies are the ones, among Chinese companies, that dominate the Forbes 500 list (Ling et al., 2020). Furthermore, it must assert itself against the US imperialism that encircles it, requiring a wide range of international alliances that demand soft power, strong horizontal diplomacy and foreign policy. The win-win orientation of its foreign policy since the mid-2010s and Xi Jinping's advocacy of a cooperative and shared conception of development for all humanity, along with the call for a new Tianxia as the basis of relations among peoples reinforces this direction (Zhao, 2020; and Gang, 2020).

## The end of the expansive phase of the Kondratieff cycle, the crisis of the accumulation pattern and perspectives for Latin America

The fifth thesis is that the expansive phase of the Kondratieff cycle established between 1994-2015/2020 has ended. Kondratieff cycles are related to the combination of radical technological and organizational innovations in business, society, public policy, and international politics and institutions. Several indicators can measure them, the most important being fluctuations in profit rates, GDP per capita growth rates, and interest rates. For the world-system, these rates must be measured not only at national and but at world levels, demonstrating the difficulty in obtaining them. However, we can use approximation to circumvent this limitation by prioritizing the national rates of strategic countries, such as the United States, or using the available world indicators. The resistance among mainstream social sciences thinking regarding Kondratieff cycles can be attributed to three major reasons. The first is Nicolai Kondratieff's incomplete work, in which, despite perceiving cycles linked to the renewal of basic means of production within a technological system, he did not present a set of indicators sufficient to measure them. The Russian economist did not include the profit rate or the GDP among the measured indicators, which was only proposed as a concept and measure by Simon Kuznets (1937) in his *National Income and Capital Formation 1919-1935*. The second is the hegemony of liberalism in social sciences that rejects a conception of time that includes

repetitions, opting for a notion of temporality based on permanent change and progress. This notion is based on the mythical conception of capitalism as fully capable of metamorphosing and being indestructible for this very reason. On the other hand, radical conservatism exhibits a regressive view of time, rejecting the idea of progress, perceiving it as decadent, and only accepting it on a material level and up to a certain extent, when it does not clash with religious beliefs and economic and social power hierarchies. The dialectic view, by opposing the radical separation between a regressive conception of time and a progressive one, reaffirms itself in the capitalist world-system in the following manner: as a unity of opposites that articulates progress, evolution, and the development of structures, which is also its deterioration and exhaustion, with cyclical returns and the unruly extent of events and instantaneity. The combination of these dislocating times implies that the cyclical return can never be an absolute repetition since it is conditioned irreversibly by the moving arrow of time and inserted in unprecedented environmental contexts. The expansion of social scales raises the quantity and quality of dynamic interaction between its parts, increasing the unpredictability of instantaneous and unruly time. The third reason is the methodological nationalism that liberalism imposes as the dominant interpretation of the contemporary world, which is conceived as the result of the interactions between sovereign and independent national States and can be either reduced by realists to a small number of effectively sovereign actors, or enlarged by idealism to a broader community. In both cases, national indicators are prioritized over global benchmarks.

The current Kondratieff cycle generated a per capita growth rate of the world economy well above that of 1974-93, approaching the levels reached during the golden years of 1950-1973.<sup>13</sup> It also generated a rise in the profit rates of non-financial corporations in the United States, whose masses of profit became increasingly anchored in sums obtained by subsidiaries outside the United States.<sup>14</sup> It is very probable that we are entering a long-term recessionary period that should strengthen the role of the State in the economy, as has been the central characteristic of every shift in the accumulation pattern in the history of capitalism since the 20th century. Public expenditures jumped from around 10% of GDP in the first decade of the 20th century in the central countries to about 30% in the postwar period, rising further during World War II to levels above 40% in the United States and Germany, when the war required a highly competitive standard centered on State capitalism.

During the neoliberal period, they reached 40 to 50% in OECD countries. It is quite likely that a new pattern of accumulation, to be configured within the next decades, will require public expenditures of 50 to 70% of GDP.

The signs of exhaustion of the current pattern of accumulation related to neoliberal globalization are very significant. The neoliberal pattern of accumulation was established in two phases: The first when it laid the strategic foundation for financialization in the early 1970s, through the floating dollar, by ending the gold-dollar standard and launching the policy of rapprochement with China to isolate the USSR. This stage was followed by the drastic rise of interest rates in the United States and the intensification of the dispute for the circulating

capital, which resulted in the sharp expansion of public debt and the Second Cold War. It ended with the Gulf War, the dissolution of the USSR and socialism in Eastern Europe, and the exhaustion of the recessive Kondratieff that has emerged since the turning point of 1967-1974. From 1994 onwards, China replaced Japan and Germany as the major competitor to the United States and began its peaceful ascension. While Japan and Germany valued their national currencies to meet the demands for preserving the US industry, China devalued its own and set a fixed parity with the dollar, becoming one of the world's hubs for production relocation. The expansive phase of the new Kondratieff instigated material competitiveness, shifted the axis of economic dynamism to China, hindered the aggressiveness of financialization, and imposed limitations on interest rates in the United States and Northwestern Europe. This phase represents the second stage of the neoliberal pattern of accumulation. While the first stage was fundamentally associated with financialization, the second emphasized productive relocation. However, since the 2010s, globalization of production has lost strength, evidenced by the reduction in economic growth rates of the world economy, especially in Western centers, and by the weakening of world trade and international capital flows as levers for world GDP expansion.<sup>15</sup> Added to this are the growing stocks of public debt in the United States and Europe, which restricts real interest rates due to their explosive effects on public spending and makes the social and political cost of financialization even greater. Although there is still no evidence of a significant fall in the profit rate in the United States, the expansion of the public debt necessary to sustain it will likely

have to be combined with positive interest rates to contain inflation explosion, reversing the monetary stimulus policies practiced since the 2008 crisis and the imbalances between demand and supply that the stagnation or retraction of productive, commercial, and financial globalization foster. Such a scenario should negatively impact profit rates, thus consolidating the transition to a recessionary phase of the Kondratieff.<sup>16</sup>

As we have mentioned, liberalism, fascism, and socialism will have to confront each other with distinct projects to dispute the new pattern of accumulation. Liberalism tends to increase public debt and amplify the role of rent-seeking, deepening the crisis of democracy and escalating international geopolitical conflicts. It also increases marginally social and environmental expenditures. The United States' attempt to maintain an idealistic international policy during a hegemonic decline could multiply international conflicts and increase war spending, making way for fascism. The escalation of geopolitical conflicts and bifurcation tend to jeopardize the autonomy of the world market and weaken the dollar. Recession depresses productive investments in capitalist economies in favor of financial ones, while socialism or State capitalism tends to perform much better as engines of production. Fascism is prone to restore the centrality of military spending by boosting the economics of war and repression worldwide. At the same time, socialism prioritizes expenditures on education, health, welfare, new energy, ecology, infrastructure, poverty eradication, and reducing inequality to levels that promote cooperation and competition. Liberalism demands centrality and finds itself pressured by opposing poles of gravity that divide it into

two antagonistic strains: allied with socialism in the construction of a regulated market that transforms it into a source of social cooperation; or as an accomplice to fascism and the great imperialist, dependent, colonial, and oppressive structures.

In Latin America, we observe the rapid decline of political centrism, the onset of a situation of chaos with no stable hegemonic pattern, and a split in liberalism between support for the emerging fascism or establishment of ties with the national-popular left. The new wave of center-left in South America is established under deeply divided societies, small electoral advantage margins, conservative parliaments, and trenches of civil society and the State occupied by segments resistant to more substantial social advances. The most powerful traditional bourgeoisie, connected to the industrial, communications, and financial sectors, is divided over whether to align itself with fascism in a more organic way since this could imply the circulation of elites. However, the potential for alliances with the left is limited, given its historical overexploitation of workers and nature. The political monopoly over the State sought by fascism, the resulting patrimonialism, and its articulation with value chains allow the rise of a new middle stratum and new business groups. The articulation of Latin American fascism with US imperialism connects it to the dismantling of segments most technologically complex, to agribusiness, to the internationalization of the banking sector, and to the offensive of neo-Pentecostal groups that displace the hegemony of the Catholic Church. On the other hand, by remaining within the scope of neoliberal globalization, the Brazilian left suffers the accelerated effects of its decline

without establishing a new hegemonic pattern. The safeguard provided by the more internationalized Brazilian bourgeoisie is limited. It loses centrality through accelerated deindustrialization and cannot accept a more consistent program of social reforms. As the holder of the great central landmass of South America, of its largest population, of the largest part of the Amazon forest, and of the largest foreign exchange reserves in Latin America, Brazil has enormous potential to promote and strengthen regional integration and a multipolar world. That is why it is subject to close surveillance from US imperialism, which was involved in the 2016 coup d'état. For no other reason, Brazil is the only country in South America that has not established transitional

justice, has not punished the fascist wing that engaged in State terrorism during the dictatorship imposed in 1964, and has a military elite deeply subjugated to the leadership of the United States.

Overcoming these obstacles will be challenging for the Brazilian left. It will require profound theoretical reorganization, an ideological offensive aligned with the masses to break with liberal institutionalism, reliance on the most advanced segments of the working class that considers the trends of the scientific-technical revolution, and strong support for sovereign and solidarity-based integration of the region and its ties with the multipolar world, backed by strategic alliances with China, Russia, and the emerging powers of the Global South.

[1] <http://orcid.org/0000-0003-1333-6737>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais e Defesa. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

cadu.m@uol.com.br

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by the author himself.

## Notes

- (1) Darcy Ribeiro developed an important critique of the capitalist civilization, associating socialism with the thermonuclear revolution in *The Civilizational Process* (1968)
- (2) On this, see Beverly Silver's excellent *Essay on the Working Class* (2022). where the author points out the need to articulate four major sectors of the working class in order to establish an anti-capitalist movement with the capacity to formulate a systemic alternative: the vanguard linked to the new technological base, where she highlights education workers; the segments linked to the industrial base and to jobs that are being destroyed; the precarious linked to the expansion of the retail service sector, and the unemployed.
- (3) Braudel (1984) and Wallerstein (1983) come very close to the classic works of Bagu (1949) in defending the thesis that colonial slavery was capitalist, when the most correct would be to seize the specific contradiction it entails and defend the perspective that it was a non-capitalist productive form subordinated and functional to the capitalist world accumulation.
- (4) The fusion of the scientific-technical revolution theory and world-system analyses has been proposed and developed by Theotonio dos Santos (1984,1987, 2016) and Carlos Eduardo Martins ([2020(2011)], 2021-b, 2022-a and 2023).
- (5) See OECD reports (2018 and 2021).
- (6) "For example, China is much larger but also much poorer than United States – not withstanding decades of rapid economic growth. Thus, the future of evolution depicted in figure 1.1 is a movement toward some type of "world-state". (Arrighi e Silver, 2010: p. 62)
- (7) Milton Santos (2001) viewed the critique of workers subjected to the inequalities of the capitalist world in a positive light, stating that they prioritize "infinite goods", such as community ties and affections, over "finite" and ephemeral goods. There is a vast literature on the decoloniality of power that has emerged in Latin America this century, aiming to critique the capitalist world from the perspective of civilizations that were defeated but not totally destroyed by its expansion, and that regained strength due to the structural crisis it currently goes through.
- (8) On the concept of informal imperialism, see *The geometry of imperialism: limits of Hobson's paradigm* (Arrighi, 1983[1978]).
- (9) On the differences between liberal and conservative internationalism, see Francis Fukuyama's book, *America at the Crossroads: democracy, power and the neoconservative legacy* (2006). For a realist critique of both approaches, see John Mearsheimer's *Liberal Dreams and international realities* (2018). A long-duration Marxist view of U.S. foreign policy can be found in Perry Anderson's book, *American foreign policy and its thinkers* (2015).
- (10) In the House, the bill sponsored by Republicans Benjamin Gilman and Christopher Cox received 360 votes in favor, 202 from Republicans, 157 from Democrats, 1 from an independent, and only 38 against, 29 of these from Democrats.
- (11) The authorization for the use of military force against Iraq, introduced by the George W. Bush's administration in 2002, was supported by a majority of Democrats in the Senate. Among those who supported it were Hillary Clinton, Joe Biden, and John Kerry, while Bernie Sanders joined the majority of Democrats - 60% - who opposed it in the House.

- (12) Arrighi (1983[1978]) developed the concept of tout-court imperialism as opposed to informal imperialism to designate the exercise of imperialist power based on explicit political and military violence.
- (13) In order to compare per capita economic growth rates, we use the series compiled by Angus Maddison and his disciples, which measure GDP per capita by purchasing power parity. However, these series present a discontinuity in methodology from 2011 onwards and are not completely comparable. Therefore, between 1994 and 2010, the per capita growth rate was 2.6% p.a., much higher than the 1.3% p.a. of 1973-1993, almost approaching the level reached between 1950-73 of 2.9% p.a. The series compiled by Maddison's followers, up to 2018, does not include every individual year during the 1990s, which only allows us to take as reference the 1990-2016 period, in which GDP per capita growth reached 2.3% p.a., being reduced by including the 1990-92 recession.
- (14) The mass of profit of US corporations abroad represented 10.4% of the total in the 1970s, 14.5% in the 1980s, 16.5% in the 1990s, 19.1% in the 2000s, and 20.9% in the 2010s. In 2020 it reached 20.5%. If we compare the mass of profits abroad with the mass of profits specifically under domestic control of non-financial US corporations, we can also see their considerable growth: in the 1970s, they represented 14.2% of the latter; in the 1980s, 20.8%; in the 1990s, 21.1%; in the 2000s, 33%, in 2010, 35.7%. Included in the mass of profits under domestic control are sums generated abroad and transferred under different forms, such as profit remittances. Our own calculations taken from The Economic Report of the President (2021).
- (15) The GDP *per capita* growth achieved between 1994-2010 fell from 2.4% p.a. to 1.8% p.a. between 2011-2018, indicating the limited effects of monetary stimulus policies to promote economic growth (Maddison Project, 2013 and 2020). International trade accounted for 36.7% of the world GDP in 1982, peaked at 60.9% in 2008, declining to 54.1% in 2014, to 56.3% in 2019, and more sharply to 51.6% in 2020 (World Bank, 2022). International capital flows jump from \$255.9 billion in 1993 to \$1.356 trillion in 2000. They fall sharply during the 2001-02 crisis until 2003 and rise gradually to reach a new peak in 2007 at \$1,905 trillion. They regress again but reach a new peak in 2015 at \$2,063 trillion. Since then, they decline, reaching an extreme level in 2020 and in 2021 at \$1,582 trillion, lower than the 2007 figure and closer to that of 2000 (UNCTAD, 2022).
- (16) The World Bank forecasts a reduction in world GDP per capita growth rates to 0.8% in 2023. The recessionary Kondratieff is not characterized by a negative growth rate but by a much lower average than in long periods of growth.

## References

- ANADOLU AGENCY (2022). *Russia's crude exports to India up 14-fold, while exports to China double*. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/info/%C4%B0nfografik/31247>. Acesso em: 12 dez 2022.
- ANDERSON, P. (2015). *American foreign policy and its thinkers*. Londres e Nova York, Verso.
- ARRIGHI, G. (1983[1978]). *The geometry of imperialism: limits of Hobson's paradigm*. Londres e Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_. (1994). *The long twentieth century*. Londres e Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. Londres e Nova York, Verso.
- ARRIGHI, G; SILVER, B. (1999). *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_. (2010). "The End of the long twentieth century". In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (orgs.) (2011). *Business as usual: the roots of the global financial meltdown*. Nova York, New York University Press.
- BAGU, S. (1949). *Economía de la sociedad colonial*. Buenos Aires, El Ateno editorial.
- BANCO MUNDIAL (2022). *Trade/GDP ratio*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS?end=2021&start=1960&view=chart>. Acesso em: 15 jan 2023.
- \_\_\_\_\_. (2023). *Global economic prospects*. Washington D.C., Banco Mundial Group.
- BRAUDEL, F. (1984). *Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII: El tiempo del mundo*, v. III. Madrid, Alianza Editorial.
- 105th CONGRESS OF THE UNITED STATES (1998). Iraq Liberation Act. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-105publ338/pdf/PLAW-105publ338.pdf>. Acesso em: 10 dez 2022.
- COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS (2021). *The Economic Report of the President*. Washington D.C., The White House.
- DOS SANTOS, T. (1984). *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro, EdUERJ/Clacso.
- ECONOMIST Intelligence (2022). Disponível em: <https://www.eiu.com/n/russia-can-count-on-support-from-many-developing-countries/>. Acesso em: 17 fev 2023.
- FEDERAÇÃO RUSSA E REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2022). Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development. Disponível em: <http://www.en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 20 set 2022.
- FUKUYAMA, F. (2006). *America at the crossroads: democracy, power, and the neoconservative legacy*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- GANG, Q. (2022). Great changes, great horizon and great vision: China and US must find the right way to get along in a new era. *China International Studies*, May/June, pp. 5-23.

- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2022). World Energy Outlook. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2022>. Acesso em: 12 dez 2022.
- KAGAN, R. (2018). *The Jungle grows back: America and our imperiled world*. Nova York, Alfred A. Knopf.
- KUZNETS, S. (1937). *National income and capital formation 1919-1935*. Washington D.C., NBER.
- LING, K. J.; LU, X.; ZHANG, J.; ZHENG, Y. (2020). State-owned enterprises in China: a review of 40 years of research and practice. *China Journal of accounting research*, v. 19, n. 1, pp. 31-55. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2019.12.001>.
- MADDISON, A. (1995). *Monitoring the world economy*. Paris, OCDE.
- MADDISON Project Database. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020?lang=en>. Acesso em: 6 set 2022.
- MARINI, R. M. (1996). "Procesos y tendencias de la globalización capitalista". In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (orgs.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. México, Unam, tomo 4.
- MARTINS, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2018a). A teoria da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 84, pp. 463-480.
- \_\_\_\_\_. (2018b). O Sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 673-696.
- \_\_\_\_\_. (2020[2011]). *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Leiden e Boston, Brill.
- \_\_\_\_\_. (2021). As teorias do sistema mundo na transição para o longo século XXI. *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*, v. 1, n. 1, pp. 44-66.
- \_\_\_\_\_. (2022a). The longue durée of the Marxist theory of dependency and the twenty-first century. *Latin American Perspectives*, v. 49, Issue 242, n. 1, pp. 18-35.
- \_\_\_\_\_. (2022b). O ressurgimento do fascismo no mundo contemporâneo: história, conceito e prospectiva. *Intellèctus*, v. 21, n. 2, pp. 5-25.
- \_\_\_\_\_. (2023). "Marxism and world-systems analysis in the transition to the long twenty-first century". In: PAYNE, C.; KORZENIEWICZ, R.; SILVER, B. (eds.). *World-systems analysis at a critical juncture*. Nova York e Londres, Routledge.
- MARX, K. (2008[1859]). "Prefácio à contribuição à crítica da economia política". In: MARX, K. A contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (2011[1857-1958]). *Grundrisse: manuscritos econômicos e filosóficos de 1857-58 (esboço da crítica da economia política)*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2017[1894]). *O capital: o processo global da produção capitalista* (livro III). São Paulo, Boitempo.
- MEARSHEIMER, J. (2018). *The great delusion: liberal dreams and international realities*. New Heaven e Londres, Yale University Press.
- NAHAN, O. (1944). *Germany's expenditure for war*. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c9480.pdf>. Acesso em: 18 mar 2023.

- NATO (2022). *Strategic concept*. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf). Acesso em: 10 mar 2023.
- OCDE (2018). *Economic Outlook*. May. Paris, OCDE.
- \_\_\_\_\_ (2022). *Economic Outlook*. November. Paris, OCDE.
- PEOPLE Republic of China and Russia Federation (2022). Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development. Disponível em <http://www.en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 25 fev 2022.
- RIBEIRO, D. (1968). *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RICHTA, R. (2018[1968]). *Civilizations at the crossroads: social and human implications of the scientific technological revolution*. Londres e Nova York, Routledge Revivals.
- SANTOS, M. (2001). *Por uma outra globalização*. São Paulo, Record.
- SILVER, B. (2022). Ensaio sobre a classe trabalhadora. Rio de Janeiro. *Boletim do IPPUR* 59, maio. Disponível em: <https://ippur.com.br/boletim-ippur-59>. Acesso em: 20 jun 2022.
- SIPRI (2022). SIPRI Military expenditure database. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 12 mar 2023.
- TIJUN, W. (2021). *Ten crisis: political economy of China's development*. Singapore, Palgrave Macmillan.
- UNCTAD (2022). UNCTADSTAT. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/EN/>. Acesso em: 15 mar 2023
- VANDENBROUCKE, G. (2020). *Which war saw the highest defense spending? Depends how it's measured*. Disponível em: <https://www.stlouisfed.org/on-the-economy/2020/february/war-highest-defense-spending-measured>. Acesso em: 15 dez 2022.
- WALLERSTEIN, I. (1983). *Historical capitalism with capitalism civilization*. Londres e Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_ (1995). *After liberalism*. Nova York, The New Press.
- WALT, S. (2018). *The hell of good intention: America's foreign policy elite and the decline of US primacy*. Nova York, Columbia University Press.
- WOLFOWITZ, P. (1992). *Defense planning guidance 1994-1999*. White House's Under Secretary of Defense.
- WORLD Energy Outlook (2022). International Energy Agency.
- ZHAO, T. (2020). *Redefining philosophy for a world governance*. Singapore, Palgrave Macmillan.

Received: June 14, 2023  
Approved: Auguste 2, 2023

# “O caminho chinês”: desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo

The “Chinese path”: uneven development, projectment, and socialism

Elias Jabbour [I]  
Vitor Boa Nova [II]  
Javier Vadell [III]

## Resumo

São inúmeros os indicadores demonstrando a robustez e a resiliência do processo de desenvolvimento chinês ao longo das últimas décadas. Porém, não é incomum perceber nas análises correntes o processo chinês somente como mais um caso de *catching-up* bem-sucedido; um *latecomer* de matriz asiática como o Japão e a Coreia do Sul. Na verdade, o desenvolvimento chinês não é nada trivial, tendo em vista sua história e seu ponto de partida: em 1949 a China era o país de menor renda *per capita* do mundo e hoje disputa a fronteira tecnológica com os Estados Unidos. Propomos, neste artigo, as categorias de “desenvolvimento desigual”, “projetamento” e “socialismo” como suportes fundamentais em uma análise de fundo sobre as reais razões explicativas do sucesso chinês.

**Palavras-chave:** China; desenvolvimento; desenvolvimento desigual; projetamento, socialismo.

## Abstract

*Numerous indicators have demonstrated the robustness and resilience of the Chinese development process over the past decades. However, it is not uncommon to perceive, in current analyses, the Chinese process as just another case of successful catching-up, a latecomer of Asian matrix like Japan and South Korea. In fact, Chinese development is not trivial given its history and starting point: in 1949 China was the country with the lowest per capita income in the world and today it is competing with the United States for the technological frontier. In this article, we propose the categories "uneven development", "projectment", and "socialism" as fundamental supports in a background analysis of the real explanatory reasons for the Chinese success.*

**Keywords:** China; development; uneven development; projectment; socialism.



## Introdução

Uma das grandes questões levantadas desde a consolidação da China como uma potência comercial, industrial e mesmo financeira residiu em como classificar seu “modelo”. Observamos a consolidação de duas correntes de opinião: de um lado, os que acreditavam que o país estava se transformando em uma economia de “livre mercado” (Lardy, 2014), e, de outro, os que a percebiam como uma espécie de “capitalismo de Estado” (Naughton, 1995). A noção de “capitalismo de Estado” tem servido como um verdadeiro guarda-chuva que respalda pontos de vista elaborados tanto por heterodoxos quanto por marxistas ligados à academia, a *think tanks* e à mídia *mainstream*. Resumindo, um dos únicos consensos existentes entre ortodoxos e heterodoxos reside na ideia de que o caminho de sucesso da China passou por sua reversão em um país capitalista que foi galgando espaço e influência na economia e política internacionais.<sup>1</sup>

Esse consenso é fruto da absorção de noções que vão desde a aceitação de um chamado “fim da história”<sup>2</sup> até abordagens que admitem generalizações, categorias transcendentais e teorias que desconsideram seu prazo de validade diante da história. Por exemplo, a nosso ver, a noção de um “Estado empreendedor” (Mazzucato, 2014) serve tanto para validar o princípio da demanda efetiva enquanto um suposto conceito universal quanto na admissão de uma visão etapista do próprio capitalismo – “com Estado” (capitalismo monopolista de Estado, final do século XIX), precedido por um “capitalismo de livre concorrência”. Daí a China ser enquadrada entre esses dois tipos de capitalismo.

Existe nesse debate uma outra abordagem, amplamente ignorada no Ocidente, baseada em intelectuais ocidentais não convencionais e entre os próprios chineses. A este grupo, heterogêneo, a China não somente deve ser vista como uma experiência de estratégia socializante, mas também, e especialmente a partir de 2017, como um “socialismo com características chinesas” que estaria entrando em uma “Nova Era” na qual as questões/contradições sistêmicas de fundo estariam relacionadas com a inovação, o desenvolvimento verde, a prosperidade comum e a construção de uma nova ordem internacional, tendo a China como parte do “Sul Global”, baseada em dois princípios basilares: 1) os cinco princípios de coexistência pacífica, consolidados na Conferência Afro-Asiática de Bandung em 1955; e 2) a ideia de uma “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade” (CFCH).<sup>3</sup>

De certo modo relacionado à forma de abordagem do caso chinês, sobretudo às elaborações heterodoxas e ortodoxas, existe um grande fato histórico que é pouco mencionado. A generalização que leva a tratar o caso chinês como mais um de sucesso de tipo asiático desconsidera um fato marcante da sua trajetória. Vejamos.

*According to reports from The Conference Board, in 1952, at the start of the post-war era, China was the poorest of 110 countries (though there were no data for Yugoslavia and former Soviet Republics), with a GDP per capita in 2021 international dollars, converted using purchasing power parities (PPP), of US\$233.8. Next came Myanmar (US\$427.9) and Mozambique (US\$553.1). India was ninth poorest (US\$884.9). (Dunford, 2023, p. 2)*

A particularidade histórica chinesa (um país que se coloca como parte do “Sul Global”)<sup>4</sup> está em um processo de transformação, em que o país mais pobre do mundo se torna a segunda potência econômica do planeta. Para esse objetivo, uma força política particular (o Partido Comunista da China – PCCh) venceu tanto a guerra de ocupação japonesa quanto a guerra civil contra o Kuomintang. Desde sua revolução em 1949, diferentemente de seus congêneres do Leste Asiático, o país pode seguir um caminho de desenvolvimento fora dos esquemas geopolíticos estadunidenses. Entre 1952-1978, portanto antes do início das reformas econômicas, sua média de crescimento do PIB foi de 6,2%. As bases para o verdadeiro salto adiante pós-1978 estavam lançadas, incluindo a fundamental – ainda sob o comando de Mao Zedong: reaproximação com os EUA e Japão e sua integração ao mundo capitalista.

A experiência chinesa é um típico caso de “começo do zero”, ou seja, de níveis muito baixos de desenvolvimento das forças produtivas. Como temos exposto, as reformas econômicas pós-1978 e sua integração ao mundo capitalista fizeram emergir uma nova classe de formações econômico-sociais (Jabbour e Gabriele, 2021; Jabbour, Dantas e Espíndola, 2021; Gabriele e Schettino, 2012). A dinâmica dessa nova formação econômico-social está associada com o surgimento tanto de um poderoso setor público na economia quanto de um setor privado ancilar, porém muito dinâmico. Caracteriza-se também por sucessivos ciclos de inovações institucionais que abriram condições à inauguração de novas e superiores formas de planificação econômica (Jabbour e Dantas, 2021).

Para além da história do processo de desenvolvimento chinês, incluindo seu peculiar processo político que desembocou na revolução

de 1949 e dada a elevação da técnica – resultado de cada vez maior capacidade de intervenção consciente sobre a realidade –, advogamos que o caso chinês é de difícil apreensão por parte das abordagens tradicionais heterodoxas e ortodoxas. Uma ciência social nova precisa ser construída no sentido de decifrar o conceito que se manifesta naquele movimento real.

Tendo em vista esta última colocação, o objetivo deste artigo será o de apresentar três categorias que podem ser fundamentais à compreensão do caminho chinês. A primeira categoria é a de *desenvolvimento desigual*. Essa escolha guarda sentido pelo fato de a China ser um grande objeto de economia política; objeto este em que se encerram grandes avanços em matéria de planificação econômica. Pois bem, se a economia orbita em torno da política, observamos o instrumental do planejamento como funcional ao poder político, pois trata-se de uma forma de controle, justamente, sobre a lei do desenvolvimento desigual enquanto “lei fundamental do período de transição do capitalismo para o socialismo” (Lefebvre, 2020[1955], p. 206). Como argumentaremos, o conceito/lei do desenvolvimento desigual é fundamental à compreensão das razões, e estratégias que sustentam o processo de desenvolvimento chinês.

Outra categoria já tem sido objeto de elaboração (Jabbour et al., 2023; Jabbour, Dantas e Espíndola, 2021; Jabbour e Dantas, 2021) no sentido de elucidar as implicações teóricas, conceituais e funcionais da dinâmica de desenvolvimento do país em face do surgimento de novos patamares de planificação econômica. A categoria de *projetamento*, forjada pelo economista brasileiro Ignacio Rangel, pode ser uma chave fundamental no exercício de compreender os impactos da absorção de inovações tecnológicas disruptivas, como o *big data*, 5G e a

inteligência artificial, quanto ao exercício da governança e da planificação, em nível superior, do processo de desenvolvimento chinês.

Por fim, o *socialismo* enquanto uma categoria de análise. A nossa questão é ir além de uma tipificação ou uma tentativa de enquadramento da China em alguma estrutura rígida e preestabelecida. Aqui trataremos o socialismo como uma categoria que encerra uma determinada formação econômico-social que se constrói *historicamente*. O socialismo seria uma categoria explicativa do caso chinês na medida em que a tomamos na sua dimensão político/superestrutural – poder político exercido por um bloco histórico hegemônico por um partido comunista – e econômica – a propriedade pública dos meios de produção como o núcleo da economia do país, planificação em larga escala, crescente influência do PCCh sob as decisões de investimento dos setores não públicos da economia, etc.

Além da introdução e conclusões iniciais, este artigo terá outras três seções. A primeira seção será reservada para a exposição da lei/categoria de desenvolvimento desigual como uma peça teórica capaz de nos entregar muitos *insights* que escapam das análises convencionais. As outras duas seções serão dedicadas às categorias de projetamento e socialismo. Ao final, algumas conclusões iniciais serão expostas.

## O desenvolvimento desigual

O desenvolvimento desigual per se é perceptível nas diferentes velocidades nas transformações nos campos da superestrutura, da base econômica e, também, na grande diferença

que podemos observar nos ritmos das transformações no âmbito da subjetividade. Assim a sociedade humana se produz e reproduz em meio a constantes e diferentes formas de “unidade de contrários”. O mesmo ocorre no âmbito das formações econômico-sociais: elas se desenvolvem de forma desigual entre si. Ou seja, sociedades, países e nações desenvolvem-se segundo ritmos diferentes. Em certos casos, os que começam com uma vantagem sobre os outros podem aumentar essa vantagem, mas também por força dessas mesmas diferenças de ritmo de desenvolvimento, os que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial.

No âmbito de cada formação econômico-social, também, essa *lei* se aplica dada a possibilidade de convivência de diferentes formas históricas de produção e troca em uma mesma sociedade. Em grande medida, o estudo de processos específicos e comparados de desenvolvimento é a análise das diferenças, desigualdades e especificidades de cada formação social. Uma formação econômico-social é síntese da combinação entre diferentes modos de produção; daí nós advogamos por uma visão de totalidade quando se trata do estudo de processos históricos complexos. Eis uma divergência de princípio com as abordagens convencionais e, mesmo, com o marxismo ocidental. Do ponto de vista teórico/filosófico, concordamos com Lefebvre, para quem:

A lei do desenvolvimento desigual tem [...] uma importância considerável, em si e pelas consequências que acarreta. É a principal descoberta de Lênin no campo econômico: a grande lei da formação econômico-social. (Lefebvre, 2020[1955], p. 193)

Em um primeiro plano não seria nenhum exagero afirmar que a China é mais uma comprovação explícita da validade da categoria de desenvolvimento desigual. A questão a ser elaborada é saber como esse país, que em um primeiro momento foi literalmente arrastado à órbita do capitalismo internacional, pode pôr em relevo o fato de a fundação do PCCh ser vista como um produto do desenvolvimento desigual do capitalismo.<sup>5</sup> Esse é um ponto. Uma outra discussão é: como a China utilizou-se dessa lei como uma forma de, ao planificar sua adesão ao mundo exterior, construir uma economia socialista de mercado e avançar rapidamente ao posto de segunda economia do mundo *pari passu* ao momento em que a financeirização erode a capacidade dos países capitalistas centrais em manter a dianteira simultaneamente ao surgimento de novos polos de poder na periferia do próprio sistema capitalista?

Como lei fundamental da formação econômico-social e do período de transição do capitalismo para o socialismo, pressupomos que o desenvolvimento desigual opera dentro da China, com particularidades muito pouco exploradas pelas correntes dominantes. Se a desigualdade no nível de desenvolvimento entre diferentes países é uma característica intrínseca do capitalismo, devemos perceber o mesmo em relação à dinâmica em que se desenvolvem os países, tendo em vista os diferentes níveis internos de desenvolvimento entre suas regiões e os diferentes modos de produção que compõem uma formação econômico-social específica.<sup>6</sup> Ao caso chinês, devemos observar tanto essas questões quanto o papel do planejamento como instrumento de domínio político sobre o território enquanto atributo do socialismo.

A história do desenvolvimento chinês compreende toda uma gama de experiências condicionadas de diversas formas. Desde o enfrentamento de uma hiperinflação logo nos primeiros momentos pós-tomada do poder, a Guerra da Coreia e fortes sanções impostas pelo ocidente – levando o país a uma aliança ampla com a União Soviética (URSS) para em seguida tensionar com a própria URSS –, até caminhos erráticos, como o “Grande Salto Adiante” e a Revolução Cultural, que ampliaram seu isolamento externo.

Um caminho peculiar sob a alcunha do “socialismo com características chinesas” é inaugurado com a aproximação com os EUA e admissão plena ao mercado internacional capitalista desde o final dos anos de 1970. Como já exposto, atualmente esse mesmo “socialismo com características chinesas” adentra uma chamada “Nova Era”, marcada pelo surgimento e enfrentamento de outra onda de contradições internas (polarização social, óbices ambientais, desemprego entre os jovens, etc.) e externas (cerco imperialista), ao mesmo tempo que a China já desponta como país capaz de organizar uma globalização alternativa à neoliberal, e em declínio, liderada pelos EUA (Jabbour, Dantas e Vadell, 2021).

Nos primeiros anos da República Popular da China, como conquista de uma revolução levada a cabo por uma ampla frente patriótica, esperava-se uma inserção maior do país no mercado mundial e a constituição de um “capitalismo de Estado” nos moldes da Nova Política Econômica (NEP) implementada por Lênin na URSS. Mas as imposições históricas pós-Revolução de 1949 levaram o país a adotar uma dinâmica de acumulação típica dos estados de exceção caracterizados pelo modelo soviético:

*Just as the planned coalition with the national bourgeoisie was set aside, so were the plan to attract developed-country loans and investment (at least until the US blockade was lifted in the early 1970s). Instead, China sought, first with Soviet assistance, to develop an economic order comprising: large-scale, domestically oriented and capital-intensive state-owned industrial enterprises (SOEs); danwei-provided welfare services; a People's Bank that received deposits and lent to enterprises; a Soviet-style planning system; worker mobilisation; and fair distribution in a context of an acute capital shortage. In the countryside, the rural population was organised into collective farms, creating markets for equipment and permitting the appropriation of rural food surpluses, ending the centuries old immobility of the countryside and providing resources for industrialisation – what Preobrazhensky (1965 [1920]) would have called 'primitive socialist accumulation', where expansion of the socialist industrial sector requires a surplus product in a society where surplus value no longer exists. (Dunford, 2023, p. 6)*

Podemos considerar o “modelo soviético” tanto como uma dinâmica de acumulação típica de um “estado de exceção” (país sob bloqueio, sem acesso a divisas estrangeiras, menor *policy space* para substituição de importações e créditos externos, etc.) que redundou em uma forma particular de *catching-up* como de utilização das vantagens do atraso. Seria de se surpreender que, mesmo de forma convulsiva, em zigzagues e sob ampla turbulência, a China da era Mao Zedong – apesar de ainda ser um país pobre – construiu um sistema industrial básico e que serviu de trampolim às reformas que viriam. O crescimento econômico chinês, entre 1952 e 1978, foi de 6,6% (NBS, 2023). A China

viu a expectativa de vida aumentar de 35 anos, em 1949, para 57, em 1957, e 68, em 1981, enquanto sua população aumentou de 554,4 milhões para 1.014 milhões (World Bank, 1982).

Mas, em termos comparativos, o arranque inicial chinês ainda não fora suficiente para um emparelhamento com seus vizinhos, notadamente o Japão, a Coreia do Sul e a província de Taiwan. O Leste Asiático foi o berço tanto de um dinâmico capitalismo quanto do surgimento de novos paradigmas tecnológicos (Terceira Revolução Industrial). A posição de desvantagem da China mantinha o país distante de determinadas metas, incluindo a reincorporação de Hong-Kong, Macau e a própria Taiwan. É nesse contexto mais geral que se operam a reaproximação com os EUA (1971) e a inauguração da política de Reforma e Abertura em 1978. Trata-se de dois movimentos que apontaram o dedo na própria conjuntura que vivemos hoje.

A liderança chinesa, de forma sagaz, foi capaz de compreender as mudanças estruturais que estavam a ocorrer no sistema capitalista. O abandono das políticas cambiais de Bretton-Woods em 1971, pelos EUA, a crise de 1973 e a queda da taxa de lucro verificada nos países do G-7 acompanhada pelo surgimento do fenômeno da financeirização como o padrão de acumulação hegemônico foram acontecimentos aproveitados pela China. Se, já em 1973, o país utilizou de um aporte de US\$4,3 bilhões em empréstimos para adquirir maquinário moderno no Ocidente; em 1978 já era oficial sua admissão ao sistema capitalista internacional. Do ponto de vista da lei do desenvolvimento desigual, é evidente que a China deveria aproveitar da revoada de cadeias produtivas providas do G-7 em busca de menores custos de produção no sentido de promover uma ampla

política de modernização e *catching-up*. Dois pontos merecem lembrança para caracterizar esse período inaugurado com as reformas:

1) *uma marca fundamental desse processo de integração ao mundo capitalista foi a transformação do comércio exterior em bem público, planejado e de Estado* (Jabbour e Dantas, 2017, p. 794). A planificação, nesse caso, também abarca as condições pelas quais o país irá regular os investimentos estrangeiros em seu território; e

2) a combinação do socialismo chinês com o surgimento de formas internas de propriedade privada (nos documentos oficiais chineses se denominam: “não públicas”) e o investimento estrangeiro em larga escala nos faz concluir, diante da debacle das primeiras experiências socialistas, que *na China o socialismo se reinventou através de instituições de mercado*, remontando a uma política da década de 1940, implementada nas áreas liberadas e controladas pelo PCCh, de construção de um “mercado socialista organizado” capaz de ordenar a economia nacional (Weber, 2023, p. 129).

Sob nosso ponto de vista, a China encerra um grande desafio teórico. Por exemplo, a construção de um “socialismo de mercado”, cujo desenvolvimento ocorre sob os marcos e restrições impostas pelo capitalismo em escala global e seu “metamodo de produção”,<sup>7</sup> demanda o levantamento de questões e respostas que escapam a noções apriorísticas sobre a natureza do socialismo, e isso inclui uma visão tão rigorosa quanto flexível da lei/categoria do desenvolvimento desigual.

A introdução de formas não públicas de propriedade e, conseqüentemente, da admissão da operacionalidade da lei do valor em uma formação econômico-social de orientação

socialista leva a uma forma característica de desenvolvimento desigual com impactos profundos sobre o território, a economia e a sociedade.<sup>8</sup> Eis o caminho chinês. Chega-se a um limite teórico para o qual a solução passa pela plena adesão à noção de que o conceito se manifesta no movimento real.

## O projetamento

O desenvolvimento desigual abre amplas possibilidades de interpretação de diferentes caminhos nacionais ao socialismo, mas sem, antes disso, colocar em questão determinados axiomas sobre a natureza do próprio socialismo. Se essa lei/categoria nos coloca diante da análise de uma transição em curso a uma formação econômico-social de nível superior, somos impelidos a analisar e, principalmente, ter como fundamentos as relações humanas com o território (Lefebvre, 2020[1955], p. 209). É justamente nesse ponto que restauramos e reelaboramos o conceito de projetamento à luz da realidade chinesa e o nível de desenvolvimento da técnica atingido por este país.

A categoria de projetamento foi concebida originalmente pelo economista brasileiro Ignacio Range em “Elementos de economia do projetamento” ([1959] 2005). Sua definição é decorrente de um processo histórico específico. Segundo Castro (2014, p. 202):

A leitura de seu conteúdo revela o objetivo do autor. Construir, a partir do acervo da ciência econômica, com todas suas escolas e distintas abordagens, uma teoria econômica da economia do projetamento, entendida esta como a economia que o processo histórico estava

desenhando no século XX, a partir do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética.

A emergência de formas históricas<sup>9</sup> que proveram o ser humano de domínio, no que concerne aos ciclos econômicos, sobre o seu próprio destino abriu possibilidades para a planificação econômica se espriar enquanto instrumento de governo e para o ato de elaboração e execução de grandes projetos se afirmar como expressão desse mecanismo. O desafio de Rangel foi alçar o ato de projetar que algo passivo se transforme em ciência. Ciência esta, o projetamento, que tem o custo e o benefício como suas categorias fundamentais:

Custo e benefício, no sentido aqui usado, são as *categorias fundamentais do projetamento*: abstrações úteis para o encaminhamento da solução de problemas implícitos [...]. Toda a teoria do projetamento não passa, em última instância, de um esforço para precisar estes dois termos para com eles construirmos uma razão. (Rangel, 2005[1959], pp. 366-367; grifos nossos)

O acento sobre a palavra razão guarda sentido estratégico e elo entre o projetamento e o desenvolvimento desigual enquanto lei fundamental da transição ao socialismo. Não somente isso, a própria definição de socialismo como conceito que emerge na China hoje passa pela apreensão do que chamamos de “sentido estratégico da razão” (Jabbour et al., 2020).

Podemos definir o caminho chinês como um processo em que o projetamento, após o ocaso da URSS e a ascensão da financeirização, reemerge enquanto experiência como nova economia do projetamento. Absorvemos a contribuição original de Rangel, mas nomeamos a forma histórica atual de projetamento como um

estágio superior de desenvolvimento da economia socialista de mercado chinesa, fruto de novas e superiores formas de planificação econômica que emergiram no país na última década.

Sustentamos a hipótese do surgimento dessa “nova economia” baseada em dois processos históricos que se entrelaçam. O primeiro é fruto das reformas no setor público da economia chinesa iniciadas na segunda metade da década de 1990 e que desembocou na formação, à época, de 199 Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCGEs).<sup>10</sup> Esse processo foi acompanhado por mudanças de conteúdo no processo de planificação: de uma planificação central a uma planificação orientada ao mercado (*market-based planning*). Ou seja, uma resposta chinesa à sua admissão ao sistema capitalista mundial, via formação de complexos industriais estatais orientados ao mercado. Em seguida, no ano de 2003, é formada a State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council (Sasac) como uma instituição-chave do “socialismo de mercado”, voltada à administração dos ativos estatais nas principais GCEEs.<sup>11</sup> Tratou-se de um processo de completa reorientação estratégica dos ativos públicos e do aparecimento de uma nova forma histórica de propriedade pública sob o socialismo enquanto experiência histórica iniciada em 1917.

Um segundo processo está encerrado na decisão estratégica, tomada no 11º Plano Quinquenal (2006-2010), de recriar um sistema nacional de tecnologia e inovação tecnológica (SNTI) cujo ecossistema, formado pelos GCEEs, conglomerados privados, sistema financeiro público e universidades, foi responsável pelo surgimento de inovações tecnológicas disruptivas, como o 5G, o big data e a inteligência artificial. A nós existe uma relação direta entre

tais inovações e o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica e, por conseguinte, da nova economia do projeto. O que está a se realizar na China é uma etapa superior de domínio humano sobre a natureza (planejamento) e sobre a anarquia inerente às economias de orientação capitalista.

Assim sendo, cabe destacar que observamos o SNTI não somente como um meio para atingir metas em matéria de elevação da produtividade e *catching-up*, e sim como instrumento que nutre o Estado, e a base produtiva nacional nucleada pela propriedade pública, de forças produtivas auxiliares à inauguração de formas superiores de planificação econômica. Isso significa tanto capacidade de concentração em grandes projetos, como verificado no “modelo soviético”, quanto criação de um ecossistema no qual a propriedade pública seja o núcleo do SNTI *pari passu* com seu papel de cadeia de transmissão à economia real de novas capacidades não somente produtivas, mas de superação da própria anarquia do capital e instrumentalização do Estado no que tange a tomadas de decisões estratégicas de forma ágil.<sup>12</sup> É a planificação como instrumento de domínio político elevado a outro patamar.

Abrindo parêntese: não são poucas as menções que relacionam a emergência do *big data* com o “renascimento” da planificação econômica. Wang e Li (2017) resgatam as contribuições de Oskar Lange sobre o cálculo econômico sob o socialismo no sentido de propor um “socialismo de mercado” de outro nível, sob o apanágio das tecnologias da informação (TIs) no geral e do *big data*, no particular:

*This kind of economy system should coordinate centralized planning and democratic planning, take big data as*

*technical condition, platform economy as institutional and organizational conditions, to forming the big data-based and state-owned enterprises leading operated Internet platform economy.* (Ibid., p. 138)

Impelidos a observar as relações humanas com e sobre o território, a nossa percepção de que algo de diferente estava a ocorrer na China é resultado de duas inflexões históricas. A primeira foi a imensa capacidade demonstrada pelo Estado chinês, via ação deliberada de seus 99 GCEEs e bancos de desenvolvimento, na execução do pacote fiscal, lançado em novembro de 2008, de US\$586 bilhões. *A questão aí não reside no pacote fiscal em si, mas na capacidade de planificação e coordenação de milhares de projetos simultaneamente*, algo inédito na história humana. O segundo ponto de inflexão foi a *extraordinária capacidade chinesa de lidar com o imenso desafio imposto pelo covid-19* auxiliada de forma ampla pela utilização em larga escala de plataformas como o *big data* e a inteligência artificial. Está ainda por ser mensurado o papel que as grandes plataformas cumpriram na eliminação da pobreza extrema atingida pelo país.<sup>13</sup>

A categoria de “Economia do Projeto” deve ser incorporada como parte do “caminho chinês”.

Nosso ponto de inflexão em relação aos postulados dominantes, ortodoxos e heterodoxos, está na percepção de que a China tem adentrado uma dinâmica de acumulação onde a superação de restrições dos mais variados tipos e da incorporação à economia real de novos aportes tecnológicos abriu condições tanto para elevar o grau de racionalidade sobre o processo produtivo e consequentemente transformar a economia chinesa

em uma verdadeira máquina de construção de grandes bens públicos e, mesmo, de valores de uso. (Jabbour et al., 2020, p. 20)

Do ponto de vista empírico, não há espaço para nos concentrarmos na análise do impacto, a rapidez e a magnitude das transformações subsequentes à economia e ao território chinês pós-pacote fiscal lançado ao enfrentamento da crise de 2008 nem tampouco na verdadeira economia de prontidão, amplamente baseada em inovações tecnológicas disruptivas já citadas, percebida com a reação do Estado chinês à covid-19. Sem nenhuma sombra de dúvidas, tais fatos já deveriam ser pautados em matéria de observar os limites à compreensão daquela realidade por parte das teorias econômicas em curso. Também, suficiente seria mostrar que entre 1990 e 2017:

*China added over 120,000 kilometers of railways, 130,000 kilometers of expressways, 3.7 million kilometers of road, and 740,000 kilometers of coastal quay lines to its national transport system. India, a country of similar size, and a private property system in keeping with neoclassical requirements, added 4,320 kilometers of railways from 1990 to 2016. (Jefferies, 2021, p. 311)<sup>14</sup>*

A nova economia do projeto é parte de um esforço no sentido de combinar a percepção do desenvolvimento desigual como uma lei objetiva da transição ao socialismo com o planejamento enquanto elemento de domínio político. Trata-se, o planejamento, de uma das formas históricas da razão humana que irá permitir o salto qualitativo nas sociedades. Expressa a “capacidade exclusivamente humana de entender e orientar sua própria evolução” (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 42).

## O socialismo

Não faria sentido, após explanarmos sobre o quê fundamental é, a nós, as categorias de desenvolvimento desigual e projeto, construirmos uma visão alternativa sobre o caminho chinês sem tocarmos em outra categoria, comumente esquecida, porém central em nossa análise: socialismo. Socialismo deve ser tratado como uma categoria histórica e como tal deve ter sua definição construída através tanto de sua própria história quanto do que se manifesta e surge no movimento real – no caso em tela, na experiência da República Popular da China.

É fundamental isolar essa categoria de elementos “utopizantes”, de idealizações imediatistas em que não existiria mais lugar ao conflito e à contradição. Aqui retomamos a essência da categoria de formação econômico-social no sentido de, ao mesmo tempo que temos o socialismo como um objeto de análise, também o encaramos como parte da “tomada do objeto pelo todo” – a existência, as influências e a força material de modos de produção mais atrasados (capitalismo) e as necessárias mediações e transições que ocorrem em uma sociedade complexa sob o apanágio do capitalismo enquanto modo de produção ainda amplamente dominante em âmbito mundial e seu metamodo de produção.

Superadas as idealizações acerca de uma sociedade utópica, abre-se relevo ao que realmente deveria interessar aos ocupados com a emancipação humana: a gestão do poder político e suas diferentes formas condicionadas pela história e pela geopolítica. A nosso ver, como Losurdo (2022) destacou, é improdutivo não pensar o marxismo como ciência da transformação da realidade. Logo, e por

excelência, *uma ciência do exercício do poder político*. Daí a centralidade de categorias como desenvolvimento desigual e projetamento em nossa abordagem.

Ambas as categorias estão relacionadas ao constante movimento da base material e, por conseguinte, das relações de produção. Assim, um ponto de partida está contido no Manifesto Comunista, onde podemos ler:

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas. (Marx e Engels, 1998[1848], p. 56)

Essa passagem dos fundadores do materialismo histórico seria como um ABC da construção do socialismo, ou de seus primeiros passos? Depende das consequências que são tiradas dessa passagem. Nela poderão estar contidas desde a necessidade de convivência entre diferentes modos de produção em uma mesma formação econômico-social – mais uma lei da transição capitalismo-socialismo – ou até uma suposta centralidade do desenvolvimento das forças produtivas durante essa transição. Esses dois prismas devem ser *historicizados* à luz da lei/categoria do desenvolvimento desigual.

Centralizar os meios estratégicos de produção nas mãos do Estado como forma de assegurar a base material do novo poder político emergente e deter poder de planificação e domínio sobre os ciclos econômicos é o fundamental do exercício do poder sob o socialismo. Da mesma forma que novas relações de produção não surgirão antes que velhas forças

produtivas esgotem suas possibilidades, o novo não surge com o desaparecimento imediato do velho.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. (Marx, 2008 [1859], p. 48)

O desenvolvimento é desigual entre a elevação de forças produtivas socialistas, em que o progresso técnico pode ocorrer próximo à fronteira tecnológica, e manutenção e mesmo o surgimento de formas não públicas de produção e troca. A síntese dessa unidade de contrários seria uma forma histórica desigual, contraditória, envolta em pontos de estrangulamento econômicos, em permanente tensão política e em que o subjetivismo pode levar à própria derrota da experiência. A sobrevivência da lei do valor impõe desafios novos a uma nova ordem política na qual o planejamento é parte fundamental de sua essência. O socialismo é um caminho, não um modelo. Um caminho forçoso ao desenvolvimento econômico.<sup>15</sup>

É evidente que em mirada histórica, o socialismo enquanto escolha política deve ser o principal elemento explicativo quando se compreende o caminho chinês desde 1949 até a atualidade. E aqui elencamos alguns pontos: 1) o capitalismo que possibilitou *catching-up* a “vias prussianas”, como Japão, Alemanha e mesmo o Brasil, foi negado externamente à China desde as Guerras do Ópio (1839-1842); 2) a burguesia russa fora incapaz de retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial e tocar

adiante o processo de modernização; ao Partido Bolchevique recaiu essa tarefa como um verdadeiro “Príncipe Moderno”, em conhecida expressão de Gramsci. Mesmo raciocínio cabe ao papel histórico do PCCh; 3) bloco histórico no poder nucleado por forças que reivindicam o socialismo. Grandes capitalistas não detêm poder político no país, o que não significa que a luta de classes na China não aconteça, ao contrário, é parte fundamental do horizonte político. A superestrutura de poder chinês não tem similaridade com nenhuma experiência do Leste Asiático, muito menos da Europa e EUA; 4) núcleo produtivo e financeiro hegemônico por GCEEs, bancos públicos de desenvolvimento e outros tipos de empresas não capitalistas orientadas ao mercado. É esse núcleo público que gera os efeitos de encadeamento à economia como um todo, assim como – completamente diferente das formações econômico-sociais de tipo capitalista – é nele que são gerados os ciclos internos de acumulação; e 5) o planejamento em larga escala e sob múltiplas formas é o principal instrumento de governança. O planejamento não é algo exclusivo do socialismo, assim como o mercado, como categoria histórica, pode ser ou não capitalista. Porém, nenhum país capitalista do mundo desenvolveu formas tão avançadas de intervenção estatal sobre a realidade quanto a China.

Esses pontos são suficientes para apontar uma visão peremptória sobre o caminho chinês ou devem ser pontos de partida a uma visão de processo histórico que coloque o desenvolvimento desigual como o conceito que define a própria contradição como uma lógica de funcionamento do sistema? Conceituar o “caminho chinês” passa, necessariamente, por dialogar com a chamada “contradição principal” que afeta o país na atualidade:

*China's overall productive forces have been significantly improved from the supply perspective. As a result, China's production capacity has led the world in many areas, and its backwardness of social production has been fundamentally reversed. However, the more significant problems are that its development is inadequate overall and unbalanced between parts of the country and society. It's development is also behind some global economic powerhouses to some extent, and the structural problems is evident. These have turned into significant constraints while meeting people's growing needs for a better life. (Cai e Zhang, 2021, p. 38)*

Se em um momento da história o atraso no nível de desenvolvimento das forças produtivas era o núcleo da “contradição principal”, atualmente questões relacionadas à distribuição e à diferença de renda entre o topo e a base da pirâmide e entre as diferentes regiões tornaram-se latentes. Algo que pode colocar em questão a legitimidade do regime. As reformas econômicas de 1978, além de marcar a inauguração de uma nova classe de formações econômico-sociais, também marcam o início de um outro patamar no que concerne ao chamado desenvolvimento desigual com o surgimento de um poderoso setor privado no país.

Essa nova formação econômico-social avançou no processo tanto de mercantilização quanto no de inaugurar e fazer avançar, em todos os níveis, o capital privado por meio do incentivo ao surgimento de pequenas empresas e de um amplo programa de privatizações na década de 1990, ocorrido *pari passu* com o processo de formação dos citados GCEEs.<sup>16</sup> Por exemplo, setores como o de *big-techs* e de construção civil – com alto grau de monopólio – emergiram sob amplo controle privado,

da mesma forma que seus ancilares. Uma dinâmica de acumulação da qual uma de suas pontas residiu na baixa remuneração da mão de obra e o avanço do setor privado sobre serviços públicos essenciais como saúde e educação foram suficientes à abertura de um verdadeiro fosso entre ricos e pobres na China. Podemos dizer, usando as palavras de Lênin, que até o início dos anos 2000 houve um *crescimento em profundidade* do modo de produção capitalista interno àquela formação econômico-social. É fato que uma das características das reformas econômicas está na grande expansão do setor privado em detrimento do setor público (Naughton, 2007).

Com o fim da regulação estatal sobre o preço dos grãos, as diferenças entre campo e cidade, que foram mantidas em um nível tolerável até meados da década de 1990, tornaram-se explosivas. A China produziu o maior número de bilionários e, também, o maior mercado consumidor de produtos de luxo do mundo. A construção de um imenso setor produtivo na economia nacional chinesa, ao mesmo tempo que foi movida, também gerou contradições de múltiplas ordens sob os "auspícios de uma expansão desordenada do capital".<sup>17</sup>

Mas existe um processo histórico a ser esmiuçado. Esse crescimento em profundidade do setor privado não estava sendo acompanhado por uma recolocação estratégica do Estado, gerando condições para um posterior movimento semelhante, mas por parte do setor público? Levando às últimas consequências a lei/categoria do desenvolvimento desigual, não estaríamos diante de novas combinações entre diferentes modos de produção mediados por ondas de inovações institucionais (Paula e Jabbour, 2020) como a Company Law, a crescente capilarização do sistema financeiro

público e a própria criação da Sasac? O setor privado não cresceu em profundidade enquanto seu congênere público crescia em extensão?

É importante incluir uma série de medidas tomadas desde o final da década de 1990 que podem comprovar o *crescimento em extensão* do setor público, entre elas: 1) o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, em 1999, como uma marca do salto de qualidade em matéria de domínio da lei/categoria do desenvolvimento desigual (Jabbour, 2005); 2) uma sucessão de reformas rurais destinadas a garantir, aos agricultores, direitos à terra contratada e transferência de direitos de uso; melhorar a infraestrutura rural e serviços públicos; estabelecer um novo campo socialista até 2010; e, a partir de 2003, introduzir o Novo Sistema Médico Cooperativo Rural e garantias mínimas de vida nas áreas rurais (Dunford, 2023, p. 20); e 3) as prioridades do pacote fiscal de US\$ 596 bilhões, lançado em 2009, entre elas: habitação popular, infraestrutura rural, transporte (ferroviário, aeroportos e estradas), saúde e educação (incluindo construção de escolas e hospitais), energia e meio ambiente e inovação tecnológica.

Em síntese, sem negar nenhuma das imensas consequências negativas da expansão do setor não público da economia sobre a sociedade, nesse ponto advogamos ponto semelhante ao posto abaixo:

*A widely accepted explanation of plan-market dynamics in post-Mao China was given by Barry Naughton in his book *Growing Out of the Plan* (Naughton, 1995). He argued that the rapid growth of the non-planned economy in the 1980s and early 1990s, along with simultaneous stagnation or decline of the state-dominated planned sector, reduced the importance and range of state planning*

*and facilitated the emergence of an increasingly market-dominated economy. The “growing out of the plan” framework is, however, focused on explaining the atrophy or reduction of certain core features of old-style socialist planning, such as innumerable mandatory targets, material supply balances, direct state allocation of resources, and state control over investment, credit, prices, and foreign trade. This narrative is not incorrect, but it is incomplete. (Heilmann e Melton 2013, p. 582)*

Indo mais a fundo, muitas das contradições inerentes ao processo de desenvolvimento chinês foram sendo encaminhadas tanto pela via de uma recolocação estratégica do Estado que passou pelo pleno uso de poderosos instrumentos fiscais quanto pelos choques comandados por uma nova classe trabalhadora urbana,<sup>18</sup> outrora camponeses cujo “DNA rebelde” foi responsável por inúmeras revoltas camponesas na história, sendo a última delas a que conduziu o PCCh de Mao Zedong ao poder em 1949. Longe de ser um estrato amorfo da sociedade, a classe trabalhadora chinesa é uma peça-chave no futuro do “socialismo com características chinesas”. Retornando uma citação desta seção sobre a mudança da “contradição principal” encerrada em questões relacionadas à distribuição, é evidente que as novas ondas de inovações institucionais também devem ir além de uma recolocação estratégica do Estado e, sim, tocar em pontos sensíveis. A principal delas é a questão da propriedade.

Dois pontos a serem discutidos. O primeiro relacionado ao avanço do Estado sobre o próprio setor privado, gerando novas formas históricas de propriedade e as políticas de contenção da chamada, e citada, “expansão

desordenada do capital”. De forma mais acelerada, após a crise financeira de 2008, ficou evidente um movimento cuja caracterização levanta possibilidades de pesquisa sobre a *transformação do crescimento em extensão do setor público a um crescimento em profundidade*. “*The state advances, the private sector retreats*” é uma caracterização de uma nova fase do desenvolvimento do setor público no país. Um exemplo concreto está na elevação da participação acionária de empresas estatais em empresas privadas:

*The number of private owners with direct investments from the state almost tripled between 2000 and 2019, and the number of private owners indirectly connected to the state via investments from private owners with state connections increased 50-fold. The increase in the registration capital share of the two groups of state connected private owners accounts for almost all the 20 percentage point increase in the share of private owners between 2000 and 2019. (En Bai et al., 2021, p. 2)*

Se o conceito se manifesta no movimento real, nós podemos perceber que, se não existe um processo aberto de abolição da propriedade privada, estamos diante de um processo – com idas e vindas – de lenta absorção do setor privado pelo público, gerando formas históricas de propriedade que não poderiam ser listadas em nenhum manual nem a *anteriori*, nem a *posteriori*. É impossível quantificar as diferentes formas de propriedade na China, mas pode-se identificar não somente uma elevação da influência estatal direta, mas também do PCCh como elemento de influência sobre todo o tecido econômico do país, incluindo decisões de investimento privado:

*The socialist foundation of China's economic system is the unconditional supremacy of the Chinese Communist Party. Consistent with Marxist-Leninist tradition, the Party directs the law. Regulations, laws, and administrative rulings are applied in accordance with current Party policy. Just as a Party position corresponds directly to each key position in government, a Party hierarchy parallels corporate governance in banks, SOEs, listed non-SOEs, hybrid enterprises, joint ventures, and sufficiently large private businesses. Party cells throughout business enterprises constitute parallel internal accountability systems to those established by enterprises themselves, keeping an enterprise's Party Secretary and Party Committee up-to-date and able to provide timely advice to its CEO and board. Imported corporate governance regulations, mandating independent directors and the like essentially ignore Party involvement in enterprise governance. (Fan, Morck e Yeung, 2011, p. 11)*

O segundo movimento é o lançamento de medidas à contenção da “expansão desordenada do capital”. Por exemplo, em 2021, de forma sumária, as empresas do setor de tutoria estudantil foram postas na clandestinidade. Tratava-se de um setor que movimentava até US\$ 100 bilhões/ano, com base em uma acirrada concorrência entre os jovens chineses ao acesso às melhores universidades, sendo imenso fator de desigualdade social e regional (Why China..., 2021). Tratava-se também de uma batalha ideológica pelo chamado “setor da consciência”. Esse movimento atingiu em cheio as chamadas *big techs* e seu crescente poder de monopólio, manutenção de dados e de interferência estrangeira, dado o fato de empresas, como a Alibaba, terem ações abertas em bolsas como a de Nova York.

Alguns dias após Jack Ma lançar ataques diretos às formas de regulação do sistema financeiro chinês, o governo decidiu – de forma unilateral – suspender o que seria o maior lançamento inicial de ações (IPOs) da história, que seria feito pelo grupo Ant em uma operação de US\$37 bilhões (Chinese President..., 2020). O destino de Jack Ma foi uma espécie de “exílio” no Japão. Outras empresas passaram pelo mesmo escrutínio, e seus donos deixaram o país. A queda de patrimônio de bilionários e milionários tem sido impressionante. Em 2021, a riqueza total de 1.305 pessoas com patrimônio líquido mínimo de 5 bilhões de yuans (US\$710 milhões) caiu 18%, em relação ao ano anterior, indo para US\$3,5 trilhões (Chinese..., 2020).

Tendo em vista o exposto até aqui, desde a categoria em si até o duro exercício do poder político, como podemos definir o socialismo em nossa época – admitindo ser a China sua mais avançada experiência? A história do socialismo no século XX e das experiências de “socialismo de mercado” lega-nos alguns princípios de Economia Política fundamentais, alguns inclusive podendo ser tomados como “leis econômicas do socialismo”.<sup>19</sup> A questão do poder é a mais fundamental de todos. Não existe capitalismo sem capitalistas no poder.

Blocos históricos de conteúdo de classe completamente diversos às democracias liberais,<sup>20</sup> incluindo os *latecomers* asiáticos, ocupam o comando do processo histórico em tais experiências, em alguns casos sob condições extremas de cerco, aniquilamento e sanções de diversas ordens – além dos próprios limites impostos pelo metamodo de produção. A história do socialismo é a história do constante Estado de exceção (Losurdo, 2004), afetando diretamente o desenvolvimento desse tipo de formação econômico-social. No caso chinês,

essa experiência inclui controle, por parte do PCCh, cada vez mais extenso sobre formas de propriedade não públicas, controle direto sobre imensos GCEEs e dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo.

O socialismo com características chinesas é caudatário da experiência soviética, mas também de suas próprias tradições em matéria de Estado Nacional, planejamento, burocracia estatal e filosofias civilizatórias, tolerantes e não deístas. É continuidade e ruptura com o modo de produção asiático, incluindo formas históricas mercantis e não mercantis de controle de preços (Weber, 2023). A planificação como “domínio político” na China tem ganho novos contornos. Desde a planificação central de tipo soviético, passando por uma *market-based planning*, e hoje transitando a uma *project-oriented planning*, já em casamento com inovações tecnológicas disruptivas, abrindo caminho a uma forma histórica nova de socialismo que chamamos de “Nova Economia do Projeto”.

*O fato é que o socialismo foi o caminho que a China encontrou para alcançar o desenvolvimento rápido das forças produtivas fora dos esquemas geopolíticos estadunidenses, fazendo-se valer das profundas transformações na ordem internacional, racionalizando, assim, a lei/categoria do desenvolvimento desigual em proveito de seu projeto nacional.* De país mais pobre do mundo à segunda potência econômica mundial, esse caminho passou pela hegemonia do PCCh, o domínio do setor público sobre a grande produção e a grande finança. A força de sua econômica planificada foi capaz de manobrar as lógicas intrínsecas do “desenvolvimento desigual”, de modo a tanto gerir de forma racional o território nacional quanto gestar uma globalização alternativa

com iniciativas como a do Cinturão e Rota e participação ativa em vários eventos e instituições capazes de transformar qualitativamente o futuro do Sul Global.

Em uma “Nova Era”, inaugurada em 2017 e com a mudança de eixo da “contradição principal”, é imperativo controlar o crescimento desordenado do capital, combater as grandes desigualdades sociais anexas às chamadas “Três Montanhas” (os preços de residências e os custos com saúde e educação), enfrentar a crise climática e a distância em relação aos Estados Unidos, em matéria de infraestruturas de semicondutores, e ao cerco militar com o quase abandono, por parte dos EUA, da política de uma só China em relação à Taiwan.

O socialismo em desenvolvimento na China é uma forma histórica que escapa a visões lúdicas sobre sociedades pós-capitalistas. É um socialismo embrionário (Jabbour e Gabriele, 2021), cuja análise não pode ceder ao que se imagina transcendental. De forma nada irônica, a financeirização criou sua própria negação, ao permitir, em seu seio, emergir uma sociedade cuja característica fundamental está na *transformação da razão em instrumento de governo em favor da maioria absoluta da população*. Uma espécie de *science-led government* em que questões caras ao histórico movimento comunista internacional são encaminhadas com caracteres próprios. Seja pelo nascimento de uma democracia não liberal à base da aldeia e de bairros urbanos, até o lento processo de submissão da propriedade privada aos interesses estratégicos do Estado socialista.

Com base na transformação da razão em instrumento de governo, podemos chegar a uma forma social capaz de dar conta da totalidade do processo histórico chinês. A nova economia do projeto, ensinando níveis

superiores de planificação econômica, é a síntese desse socialismo que surge na Ásia e de uma sociedade na qual o rápido e sem precedentes desenvolvimento das forças produtivas e a eliminação da pobreza extrema indicam o “projetamento” como o ponto de chegada do que Marx chamou um dia de “força do saber objetivada” (Marx, 2011 [1857-1858] p. 944).

## Conclusões iniciais

Trata-se de um debate que não poderá ser interditado. Descobrir qual o conceito está a se formar no movimento real do processo de desenvolvimento na China talvez seja a maior tarefa das ciências humanas e sociais de nossa época. Não apenas por se tratar de um país daquelas dimensões. Existe um experimento humano em andamento que foge, quase que completamente, do escopo conceitual e categorial, tanto da ortodoxia, quanto da heterodoxia econômicas; assim como do marxismo ocidental. Não se trata de mais um *latecomer*. Nossa proposta, neste artigo, foi demonstrar uma certa “excepcionalidade” do caso chinês, invalidando as noções de “capitalismo de Estado”, “livre-mercado” ou mesmo “Estado desenvolvimentista”,

“empresário”, “empreendedor”. Naquela região do mundo, uma nova formação econômico-social de orientação socialista emerge com uma Economia Política a ser construída.

Procuramos trabalhar três categorias marxistas no sentido de validar teoricamente nossa proposta. As leis/categorias de desenvolvimento desigual, de projetamento e de socialismo abrem possibilidade de um novo relevo para experimentos teóricos baseados na experiência chinesa. A confluência dessas categorias e a historicidade do processo chinês nos entregam uma chance de perceber o socialismo como produto do movimento real, gerando uma sociedade assentada em um poder político de novo tipo, com a propriedade pública da produção e financeira como pilares materiais fundamentais. A “Nova Era” desse “socialismo com características chinesas” é marcada por uma mudança de eixo na “contradição principal”. Não são poucos os obstáculos e as contradições de diversa monta que desafiam o experimento. No mesmo sentido talvez a espécie humana ainda não tenha tido acesso a uma forma histórica na qual a “força do saber objetivado” esteve suficientemente desenvolvida a ponto de ser a força construtora de uma nação e, por conseguinte, referência ao Sul Global como um todo.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-0946-1519>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

emkjabbour@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-0496-7465>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

vitorboanova@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0002-5398-6083>**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, curso de Relações Internacionais. Belo Horizonte, MG/Brasil.

javier.vadell@gmail.com

## Notas

- (1) A crise financeira de 2008/2009 começou a produzir algum tipo de fissura nessa disputa. Naughton (2021b) elaborou uma verdadeira e honesta autocrítica sobre quase a totalidade do que influentes economistas especializados no processo de desenvolvimento chinês acreditavam ter fundo de verdade, mas que os rumos tomados desde o pós-2008, e principalmente nos últimos três anos, acabaram que por fazer desmoronar. Segundo o citado autor, a China inaugura um novo tipo de sistema econômico caracterizado por um crescente domínio do Estado sobre o mercado, assentado por uma série de evidências empíricas. Na mesma direção, mas sem escapar do “consenso”, Blanchette (2020) aponta para uma outra espécie de capitalismo de Estado nomeado, por ele, de “Chinese Communist Party Inc.” (CCP Inc).
- (2) Um exemplo dessa admissão pode ser constatado em Milanovic (2019) ao dividir o mundo entre “capitalismo político” e “capitalismo meritocrático liberal”.
- (3) Sobre isso ler Dunford (2023); Cheng (2023); Cai e Zhang (2021); Enfu (2021) e Staiano (2023).
- (4) De acordo com o atual chefe da chancelaria chinesa, Yi (2023): *Our circle of friends is always in the third world. Remember: those developed countries in the West will not take us to play, and in their eyes always have a “sense of superiority”. The West will always look down on our values and always consider China to be “backward”. In the eyes of Westerners, there will always be “East-West differences”. Don’t think that you can integrate into the Western world, and naively think that you can.*

- (5) Aqui observamos que o socialismo se tornou um atalho ao desenvolvimento impedido pela colonização e a brutal ação do imperialismo na periferia em geral e na China em particular. Não haveria desenvolvimento chinês sem o PCCh.
- (6) Soma-se ao fato de a história não poder ser feita em circunstâncias escolhidas pelos seres humanos, ou seja, o desenvolvimento de formações econômico-sociais orientadas ao socialismo é fortemente restringido pela dominância exercida pelo capitalismo em escala global (Jabbour e Gabriele, 2021). Devemos ter em mente que, também, o desenvolvimento desigual condiciona de forma profunda experiências não capitalistas de desenvolvimento. Não se trata somente, conforme Lefebvre (2020[1955], p. 195) de uma “lei das dificuldades do capitalismo, suas crises”. É também a lei das restrições, externas e internas, ao desenvolvimento do socialismo.
- (7) Segundo Jabbour e Gabriele (2021, pp. 115-116):” uma situação histórica de longo prazo pode ocorrer onde:
- 1) Um modo de produção é dominante em nível global;
  - 2) Dois ou mais modos de produção coexistem em alguns países. Eles são desigualmente desenvolvidos, mais ou menos estáveis, e em evolução. Quais deles acabarão por prevalecer nacionalmente (e, possivelmente, em uma perspectiva de longo prazo, internacionalmente) está longe de ser uma questão definida;
  - 3) Os graus de liberdade desfrutados por cada modo de produção (incluindo o dominante) são finitos. Não são limitados apenas pela prevalência global do modo de produção dominante, mas também por restrições estruturais imanentes e universais que se aplicam a todos os modos de produção sustentáveis que podem surgir e se consolidar durante toda uma época, cuja duração não pode ser predeterminada. Como tal, esse conjunto de restrições se aplicaria a todas as tentativas nacionais de buscar uma estratégia de desenvolvimento consistente com os princípios básicos de qualquer modo de produção específico, mesmo que este se tornasse progressivamente hegemônico em escala global (sinalizando uma lenta transição para um novo modo de produção dominante em nível global).
- Nessas circunstâncias, o conjunto de restrições acima mencionado atua como uma espécie de metaestrutura, que limita e restringe os graus de liberdade de cada MP sustentável para se diferenciar internamente dos demais. Essa estrutura é uma característica do mundo real e exerce uma forte influência nas escolhas dos formuladores de políticas e em seus resultados. Assim, referimo-nos a ele como o Metamodo de Produção (MMP)”.
- (8) Sobre isso ler Cheng (2023), que trabalha com muita competência a hipótese da competição entre a acumulação primitiva socialista e a lei do valor na China.
- (9) No capitalismo, o princípio da demanda efetiva; enquanto, no socialismo, a socialização dos meios estratégicos de produção.
- (10) Atualmente, são 99 GCGEs. Sobre esse assunto, ler Jabbour e Gabriele (2021). Podemos agregar um outro processo fundamental: o da formação de um sistema público de intermediação financeira, voltada ao financiamento de longo prazo. A articulação entre a grande produção e a grande finança, ambas públicas, molda a face de um sistema econômico único no mundo justamente por estar baseado na propriedade pública.
- (11) Sobre a Sasac, ler Gabriele (2010), Jabbour e Gabriele (2021) e Chen (2017).

- (12) Em certa medida Naughton (2021b, p. 13) vai ao encontro de nossa hipótese da ambição de utilização de inovações tecnológicas disruptivas como forma de ampliar as possibilidades do papel do Estado na economia: “[...] *from about 2015-2016, it became clear that artificial intelligence and big data had huge potential economic effects on economies worldwide. As technological change has accelerated, the ambition of China’s planners and policy-makers has also expanded, and intervention has continued and increased. Indeed, China’s development strategy today may warrant a new name: China aspires to be the first ‘government-steered market economy’*”.
- (13) Estudo encomendado pelo Instituto Tricontinental (Serve, 2022, p. 32) aponta que: *“Big data is used to monitor the situation of each of the nearly 100 million individuals, facilitate information flow between governmental departments, and identify important poverty trends and causes. Mobilising the people and gaining public support are at the heart of the effort to carry out this work”*.
- (14) Entre 2001 e 2020, o país construiu 40.000 km de trens de alta velocidade, uma malha maior em três vezes se somada a existente fora de suas fronteiras. Essa malha chegará a 50.000 até o final do presente plano quinquenal (2021-2024), conectando todas as cidades do país com mais de 500.000 habitantes (China’s..., 2022).
- (15) Concordamos com diversas passagens da obra de Domenico Losurdo para quem o socialismo é um gigantesco processo de aprendizagem, do qual não existe um modelo a seguir. Um processo claro de tentativa e erro constantes.
- (16) Fruto da política de *“Grasp the large, let it go of the small”*.
- (17) *“Xi stresses further regulations on capital expansions, calls for ‘fair competition’ for all”* (CGTN, 2022).
- (18) Segundo Pinheiro-Machado (2018, p. 122), *“ocorrem anualmente, por ano, cerca de 3 mil greves e de 100 mil a 200 mil protestos na China”*.
- (19) As experiências históricas do século XX e a chinesa hoje legam-nos uma série de leis/lógicas de funcionamento de uma formação econômico-social orientada ao socialismo. Entre elas, planejamento em larga escala, obediência aos limites impostos pelo metamodo de produção e a lei do valor, hegemonia da grande propriedade pública orientada ao mercado, construção de um setor produtivo capaz de gerar excedentes ao setor improdutivo, regulação e controle político sobre as formas não públicas de forma a evitar o surgimento de monopólios e restabelecer a concorrência na economia.
- (20) No caso chinês, isso não significa a existência de um Estado monolítico, sem disputas e impermeável aos interesses de classe social que pairam sobre a sociedade e no próprio PCCh.

## Referências

- BLANCHETTE, J. (2020). *From “China Inc.” to “CCP Inc.”: a new paradigm for chinese state capitalism*. China Leadership Monitor.
- CAI, F.; ZHANG, X. (2021). *Constructing political economy with chinese characteristics*. Singapore, Springer.
- CASTRO, M. H. (2014). “Elementos de economia do projeto”. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J.; PAULA, Z. A. *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís, Edufma.
- CHEN, Z. (2017). *Governing through the market: SASAC and the resurgence of central state-owned enterprises in China*. Tese de doutorado. Birmingham, University of Birmingham.
- CHENG, S-K (2023). Catching-up and pulling ahead: the role of China’s Revolutions in its quest to escape dependency and achieve national independence. *Journal of Contemporary Asia*. Londres, DOI: 10.1080/00472336.2023.2222410
- CHINA'S high-speed railway network exceeds 40,000 km (2022). *State Council*. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/topnews/202201/03/content\\_WS61d22c5fc6d09c94e48a3121.html](http://english.www.gov.cn/news/topnews/202201/03/content_WS61d22c5fc6d09c94e48a3121.html). Acesso em: 25 fev 2023.
- CHINESE president Xi Jinping decided to halt Ant's IPO: WSJ (2020). *Reuters*, 3/11. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-antgroup-ipo-idINKBN27S31I>. Acesso em: 4 ago 2022.
- CHINESE billionaire fortunes drop most in two decades: report (2020). *Nikkei Asia*. 22/11. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Business-trends/Chinese-billionaire-fortunes-drop-most-in-two-decades-report>. Acesso em: 5 out 2022.
- CGTN (2022). *CGTN News*, 22/4. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2022-04-30/Xi-stresses-healthy-development-of-capital-in-China-19EAzHrKkJG/index.html>. Acesso em: 7 nov 2022
- DUNFORD, M. (2023). China’s development path, 1949–2022. *Global Discourse*. Bristol, v. 20, n. 20, pp. 1-31.
- EN BAI, C.; TAI, H. C.; SONG, Z. M.; WANG, X. (2021). The rise of state-connected private owners in China. *NBER Working Paper*, n. 28.170.
- ENFU, C. (2021). *China’s economic dialectic: the original aspiration of reform*. Nova York, International Publishers.
- FAN, J.; MORCK, B.; YEUNG, B. (2011). Capitalizing China. *NBER Working Paper*, n. 17.687.
- GABRIELE, A. (2010). The role of state in China’s industrial development: a reassessment. *Comparative Economic Studies*. Londres, v. 52, pp. 325-350.
- GABRIELE, A.; SCHETTINO, F. (2012) F. Socialist market economy as a distinct SEF internal to the modern MP. *New proposals: journal of marxism and interdisciplinary inquiry*. Porto of Spain, v. 5, n. 2, pp. 20-50.
- HEILMANN, S.; MELTON, O. (2013). The Reinvention of Development Planning in China, 1993–2012. *Modern China*, v. 39, n. 6. pp. 580-628.
- JABBOUR, E. (2005). *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo, Anita Garibaldi.
- JABBOUR, E.; GABRIELE, A. (2021). *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; VADELL, J. (2021). Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, v. 9, n. 4, pp. 90-105.

- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. (2021). China and market socialism: a new socioeconomic formation. *International Critical Thought*. Pequim, v. 11 n. 1, pp. 20-36.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T. (2021). Ignacio Rangel na China e a Nova Economia do Projeto. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 30, n. 2, pp. 287-310.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J.; VELLOZO, J. (2020). A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. *Geosul*. Florianópolis, v. 35, n. 77, pp. 17-48.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T. (2017). The political economy of reforms and the present chinese transition. *Brazilian Journal of Political Economy*. São Paulo, v. 37, n. 4, pp. 789-807.
- JEFFERIES, W. (2021). China's accession to the WTO and the collapse that never was. *Review of Radical Political Economics*. Amherst, v. 53, n. 2, pp. 300-319.
- LARDY, N. (2014). *Markets over Mao: the rise of private business in China*. Washington, Peterson Institute for International Economics.
- LEFEBVRE, H. (2020[1955]). *O pensamento de Lênin*. São Paulo, Lavrapalavra.
- LOSURDO, D. (2004). *Fuga da história?* São Paulo, Revan.
- \_\_\_\_\_. (2022). *A questão comunista*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K. (2008[1859]). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (2011[1857-1858]). *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K.; ENGELS, E. (1998[1848]). *Manifesto comunista*. São Paulo, Boitempo.
- MILANOVIC, B. (2019). *Capitalism, alone: the future of the system that rules the world*. Cambridge, Harvard University Press.
- MAZZUCATO, M. (2014). *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado*. São Paulo, Portfolio-Penguin.
- NBS – National Bureau of Statistics of China (2023). *China Statistical Yearbook*. Beijing, Foreign Language Press.
- NAUGHTON, B. (1995). *Growing out of the plan*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (2007). *The chinese economy – Transitions and growth*. Cambridge, The MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (2021a). Is China creating a new type of economic system? *Webinar to UMass Amherst Political Economy Workshop*, 19/3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=anVkfqp6HI&t=1s>.
- \_\_\_\_\_. (2021b). *The Rise of China's Industrial Policies: 1978 to 2020*. Unam, Ciudad del Mexico.
- PAULA, L. F.; JABBOUR, E. (2020). The Chinese Catching-Up: A Developmentalist Approach. *Journal of Economic Issues*. Washington D. C., v. 54, n. 3, pp. 855-875.
- PINHEIRO-MACHADO, R. (2018). "Posfácio: rumo e depressão". In: ANDERSON, P. *Duas revoluções*. São Paulo, Boitempo.
- RANGEL, I. (2005[1959]). "Elementos de Economia do Projeto". In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- SERVE the people: the eradication of extreme poverty in China (2022). Tricontinental Institute. 3 fev.

- STAIANO, M. F. (2023). *Chinese law and its international projection building a community with a shared future for mankind*. Singapore, Springer.
- YI, W. (2023). *Ten cruel realities*. Disponível em: <https://johnsonwkchoi.com/2023/03/19/ten-cruel-realities/> Data de acesso: 14 abr 2023.
- WANG, B.; LI, W. (2017). Big Data, platform economy and market competition: a preliminary construction of plan-oriented market economy system in the information era. *World Review of Political Economy*. Xangai, v. 8, n. 2 pp. 138-161.
- WEBER, I. (2023). *Como a China escapou da terapia de choque*. São Paulo, Boitempo.
- WHY CHINA cracked down on education and upended a US\$70 billion tutoring industry, with millions of jobs and students affected? (2021). *South China Morning Post*, 6/8. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3143551/why-china-cracked-down-education-and-upended-us70-billion>. Acesso em: 5 maio 2023.
- WORLD BANK (1982). *World development report*. Oxford, Oxford University Press.

Texto recebido em 3/ago/2023

Texto aprovado em 9/ago/2023



# The “Chinese path”: uneven development, projectment, and socialism

“O caminho chinês”: desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo

Elias Jabbour [I]  
Vítor Boa Nova [II]  
Javier Vadell [III]

## Abstract

Numerous indicators have demonstrated the robustness and resilience of the Chinese development process over the past decades. However, it is not uncommon to perceive, in current analyses, the Chinese process as just another case of successful catching-up, a latecomer of Asian matrix like Japan and South Korea. In fact, Chinese development is not trivial given its history and starting point: in 1949 China was the country with the lowest per capita income in the world and today it is competing with the United States for the technological frontier. In this article, we propose the categories "uneven development", "projectment", and "socialism" as fundamental supports in a background analysis of the real explanatory reasons for the Chinese success.

**Keywords:** China; development; uneven development; projectment; socialism.

## Resumo

*São inúmeros os indicadores demonstrando a robustez e a resiliência do processo de desenvolvimento chinês ao longo das últimas décadas. Porém, não é incomum perceber nas análises correntes o processo chinês somente como mais um caso de catching-up bem-sucedido; um latecomer de matriz asiática como o Japão e a Coreia do Sul. Na verdade, o desenvolvimento chinês não é nada trivial, tendo em vista sua história e seu ponto de partida: em 1949 a China era o país de menor renda per capita do mundo e hoje disputa a fronteira tecnológica com os Estados Unidos. Propomos, neste artigo, as categorias de “desenvolvimento desigual”, “projetamento” e “socialismo” como suportes fundamentais em uma análise de fundo sobre as reais razões explicativas do sucesso chinês.*

**Palavras-chave:** China; desenvolvimento; desenvolvimento desigual; projetamento, socialismo.



## Introduction

One of the main issues raised by China's consolidation as a world power in trade, manufacture and even finance, is how its "model" can be categorized. Two general opinion trends can be identified in regards to that issue: there are those who see the country becoming a "free market" economy (Lardy, 2014), and those who see it as a sort of "State capitalism" (Naughton, 1995). The concept of "State capitalism" has functioned as an umbrella for the views presented by both heterodox and marxist thinkers connected to the academic world, think tanks and the mainstream media. One of the few existing consensus between orthodox and heterodox thinkers lies on the notion that China's successful path to development implied its turning into a capitalist country that gained influence and space in international economics and politics.<sup>1</sup>

This consensus arises from a set of ideas that range from the supposed "end of history"<sup>2</sup> to many kinds of generalization, transcendental categories and outdated theories whose historical expiry date has not been duly considered. For instance, in our view, the notion of an "entrepreneurial State" (Mazzucato, 2014) serves both to validate the Keynesian principle of effective demand as supposedly an universal concept as well as to admit visions of capitalism in stages – with "State" (monopolist State capitalism, end of XIX century) preceded by "free competition capitalism". This explains why China is framed in these two kinds of capitalism.

But there is another approach to this debate, one widely ignored by the West, based upon intellectual work done by non conventional western thinkers and Chinese ones. To this heterogeneous group, China has to be seen not only as an experience of socializing strategy, but also, specially from 2017, as a "socialism with Chinese characteristics" that would be now entering a "New Age". This new age would seem to be marked by systemic issues and contradictions regarding innovation, green development, common prosperity and the building of a new international order, having China as part of the "Global South" and founded on two principles: 1) the five principles of pacific coexistence, established in the African-Asian Bandung Conference in 1955 and 2) the idea of a "community of common destiny for mankind".<sup>3</sup>

In addition to that, the common approach to the Chinese case, coming both from orthodox and heterodox thinkers, usually overlooks a fundamental historical fact. Such generalizations come to treat China as another case of Asian success through obliviousness of the following mark of its history:

According to reports from The Conference Board, in 1952, at the start of the post-war era, China was the poorest of 110 countries (though there were no data for Yugoslavia and former Soviet Republics), with a GDP per capita in 2021 international dollars, converted using purchasing power parities (PPP), of US\$233.8. Next came Myanmar (US\$427.9) and Mozambique (US\$553.1). India was ninth poorest (US\$884.9). (Dunford, 2023, p. 2)

China's historical peculiarities (as a country assuming its position in the "Global South")<sup>4</sup> lies in that the poorest country in the world undergoes a transformation process that leads it to be the second world economic power. To reach that goal, a particular political force (China's Communist Party, the CCP) won the Japanese occupation war and the civil war against the Kuomintang. Since its revolution in 1949, the country took a different path compared to its Asian counterparts, thus following a route to development that was not underpinned by United States' geopolitical schemes. Between 1952-1978, before the economic reforms, its GDP growth average was of 6.2%. The basis for the real great leap forward in 1978 were fundamentally set still under Mao Zedong: establishing new relations with United States and Japan and a new integration to the capitalist world.

Chinese experience is a typical case of "start from scratch", meaning very low levels of productive forces development. But, as we have been arguing lately, the economic reforms started in 1978 and their consequent integration to the capitalist world brought about a new class of socioeconomic formations (Jabbour & Gabriele, 2021; Jabbour, Dantas & Espíndola, 2022; Gabriele & Schettino, 2012). Its dynamics are associated to the appearance of a powerful public economic sector as well as to the emergence of an ancillary, however strongly active, private sector. It is also characterized by successive cycles of institutional innovations, through which new conditions were set for the start of new and superior forms of economic planning. (Jabbour & Dantas, 2021).

So, given the historical peculiarities aforementioned, we may add their technical advancements and their ever greater capacity to consciously intervene on reality, to declare that the Chinese case is increasingly harder to understand from the traditional orthodox and heterodox standpoints. A new social science must be constructed to decipher the concept manifested in that movement of reality.

With this in mind, the article aims to present three categories that might be critical to understand the Chinese path. The first of them is *uneven development*. This choice is meaningful because China is a significant object of Political Economy, within which lie important advancements in terms of economic planning. As the economy orbits politics, we consider planning instruments as functional for the political power, since they are a form to control the law of uneven development as the "fundamental law in the transition period from capitalism to socialism" (Lefebvre, 1955 [2020], p. 206). We will argue that the concept/law of uneven development is critical to understand the reasons and the strategies that sustain the Chinese development process.

Another category is currently under elaboration (Jabbour; Dantas; Espíndola & Vellozo, 2023; Jabbour, Dantas & Espíndola, 2022; Jabbour & Dantas, 2021) to highlight the theoretical, conceptual and functional connotations of the country's development dynamics vis-à-vis the emergence of new levels of economic planning. The category of *projectment*, created by Brazilian economist Ignacio Rangel, may be key to fully understand the impacts involved in the absorption of disruptive technological innovations, such as

Big Data, 5G internet and Artificial Intelligence, by the governance and planning of the Chinese development process in a superior way.

Lastly, we put forth *socialism* as an analytical category. Our goal is to move beyond the usual attempts to frame China in some rigid pre established structure. Here, we approach socialism as a category within which lies a determined socioeconomic formation, that is *historically* constructed. Socialism can be an explanatory category of the Chinese case as long as it is seen in its political/superstructural dimension (the political power exerted by a historic compound under control of a Communist Party) and its economic dimension (public ownership of means of production as the nucleus of national economy, large scale planning, increasing influence of CCP over private investment decisions etc.).

Besides this introduction and initial conclusions, the article contains three other sections. The first will be reserved to expose the law/category of uneven development as a valid theoretical source of insight on aspects generally ignored by conventional analysis. The remaining sections will explore the categories of projectment and socialism. Some conclusions will be exposed in the end.

## Uneven development

Uneven development is by itself perceivable in the different speed by which transformations take place in the fields of economic foundations, superstructures and, it should

be noticed, in the pace of subjective transformations. Thus, human societies are produced and reproduced in amidst constant and varying forms of “units of opposites”. This is verified in the socioeconomic formations, as well: they develop unevenly. In other words, societies, countries and nations develop according to different paces. In certain cases, those who start in advantage over others may increase their superiority, but the same differences in development pace may see the ones that got left behind to overtake the initial forerunners.

Within each socioeconomic formation, this *law* applies as well, given that different historic forms of production and exchange can coexist in a single society. To a large extent, the study and comparison of specific development processes lies in the analysis of differences, inequalities and specificities of each social formation. A socioeconomic formation is a result of combinations of different modes of production. Hence, we advocate a wide open vision of totality, when it comes to study complex historic processes. Here we are placed in disagreement with the principles of conventional approaches, and more, even with western Marxism. From a theoretical/philosophical standpoint, we agree with Lefebvre, to whom:

The law of uneven development has (...) a considerable importance by itself and the consequences it carries along. It is the main discovery made by Lenin in the economic field: the great law of socioeconomic formation. (Lefebvre, 1955 [2020], p. 193)

It would not be exaggeration to proclaim China as yet another explicit proof of how valid is the category of uneven development. The issue to be worked further is to understand how that country, first literally dragged into the international capitalism orbit, can highlight the fact that the foundation of CCP is a byproduct of the uneven development of capitalism.<sup>5</sup> Another debate would be: how did China make use of this law as a means to plan its adherence to the international system, build a socialist market economy and quickly become the second economy in the world exactly along the time when financialization eroded the ability of central capitalist countries to keep their leadership and, simultaneously, new powers emerged in the capitalist periphery?

As the fundamental law of socioeconomic formation and of transition periods from capitalism to socialism, we assume that uneven development operates in China with peculiarities little explored by the dominant views. If disparities in development levels between countries are an intrinsic characteristic of capitalism, we should also be able to watch them working in the countries' internal development dynamics, given their differences according to regions and modes of production structured in specific internal socioeconomic formations.<sup>6</sup> In the Chinese case, we should observe these issues, as much as the role of planning, as an instrument of political domain over territories, which is a true attribute of socialism.

The history of Chinese development comprehends a wide array of experiences, many of them under different conditions. From tackling hyperinflation soon after the takeover of power, the Korean war and strong sanctions imposed by the West (which led them to ally with the USSR for, later, part with it), to erratic bypaths such as the "Great Leap Forward" and the Cultural Revolution, which deepened their foreign isolation.

A peculiar route known as "socialism with Chinese characteristics" was inaugurated when China approached the United States, and was fully admitted in the international capitalist market by the end of the 1970s. As mentioned above, currently this "socialism with Chinese characteristics" enters a so called "New Age", conditioned by the emergence of another wave of internal contradictions (social polarization, environmental issues, youth unemployment etc) as well as external ones (imperialist siege). Nevertheless, China seems to be able to propose an alternative to the neoliberal globalization process commanded by the USA (Jabbour, Dantas & Vadell, 2021).

In the first years of People's Republic of China, as a result of a revolution undertaken by a wide patriotic movement, it was expected a more significant insertion in the world markets, as well as the institution of a "State capitalism" similar to the New Economic Policy implemented by Lenin in the USSR. But the historic conditions presented after the Revolution in 1949 led the country to adhere

to a pattern of accumulation more commonly seen in states of exception characterized by the soviet model.

Just as the planned coalition with the national bourgeoisie was set aside, so were the plan to attract developed-country loans and investment (at least until the US blockade was lifted in the early 1970s). Instead, China sought, first with Soviet assistance, to develop an economic order comprising: large-scale, domestically oriented and capital-intensive state-owned industrial enterprises (SOEs); danwei-provided welfare services; a People's Bank that received deposits and lent to enterprises; a Soviet-style planning system; worker mobilisation; and fair distribution in a context of an acute capital shortage. In the countryside, the rural population was organized into collective farms, creating markets for equipment and permitting the appropriation of rural food surpluses, ending the centuries old immobility of the countryside and providing resources for industrialisation – what Preobrazhensky (1965 [1920]) would have called 'primitive socialist accumulation', where expansion of the socialist industrial sector requires a surplus product in a society where surplus value no longer exists. (Dunford, 2023, p. 6)

We allow ourselves to consider the "soviet model" as one whose accumulation dynamics is typical of a "state of exception" (country under blockade, with no access to foreign capital and restricted policy space for import substitution and foreign credit, etc), resulting in a particular form of catching-up by use of the advantages that lied in their lagging behind. It is actually surprising that, even if under spasmodic and turbulent zig-zags, Mao Zedong's China, however poor, constructed

a basic industrial system that served as the trampoline for later reforms. Chinese economic growth, between 1952 and 1978, averaged 6.6% (NBS, 2023). The country saw its life expectancy increase from 35 years in 1949 to 57 years in 1957, and 68 years in 1981, while the population grew from 554.4 million to 1.014 billion (World Bank, 1982).

In comparative terms, however, the early taking off of China was not sufficient to catch the neighbors up, notably Japan, South Korea and the province of Taiwan. East Asia had been the cradle of a dynamic capitalism as well as of new technological standards (3rd Industrial Revolution). China's disadvantage kept some geopolitical goals on hold, such as the reintegration of Hong-Kong, Macao and even Taiwan. This is the general context under which China reinstates relations with the United States (1971) and starts its Reform and Opening-up in 1978. These movements pointed to the very context we live today.

Chinese leadership was clever enough to understand the structural change taking place in the capitalist system. The forsaking of foreign exchange policies established in Bretton-Woods, decided by the USA in 1971, the 1973 crisis, the fall of profit margins in the G7 countries, and the emergence of a new pattern of accumulation based on finances, were all factors harnessed by China. If in 1973 the country used a U\$4.3 billion international loan to acquire modern western machinery, in 1978 its admission in the international capitalist order was official. From the standpoint of the uneven development law, it is evident that China should take advantage of the diaspora of productive chains from the G7 countries, seeking lower production costs, to promote a widespread modernization and

catching-up policy. Two points deserve note as to characterize the period inaugurated with the reforms:

1) *A fundamental trait of China's integration process to the capitalist world was the turning of their foreign trade into a State planned public asset* (Jabbour & Dantas, 2017, p. 794). In this case, planning includes the conditions under which the country started to regulate foreign investment in their territory, and

2) The combination of Chinese socialism with the emergence of domestically acknowledged forms of private ownership (in China's official documents they are named "non public"), as well as with large scale foreign investment, leads us to conclude, mainly in comparison to the fall of the first socialist experiences, *that in China socialism was reinvented through market institutions*. In a certain way, this dates back to a policy from 1940s' China, when "organized socialist markets" were created in some areas controlled by the CCP in order to drive the national economy. (Weber, 2023, p. 129).

In our view, China puts up a significant theoretical challenge. For instance, the building of a "market socialism" whose development happens within the frame and under restrictions imposed by global capitalism and its "metamode of production"<sup>7</sup> must lead to questions and answers that move away from a priori notions about the nature of socialism, which includes a vision both thorough and flexible on the category/law of uneven development.

The introduction of non public forms of ownership, and consequently the admission of the law of value in a socialist oriented socioeconomic formation, leads to a

characteristic form of uneven development, with deep impacts on territory, economy and society.<sup>8</sup> Here is the Chinese path. It reaches a theoretical limit, demanding full acceptance of that notion by which the concept finds manifestation in the movements of reality.

## The projectment

Uneven development opens up wide possibilities to interpret the distinct national paths to socialism. But before, it is mandatory to put into question certain postulates about the nature of socialism. If this law/category leads us to analyze the current transition to a superior socioeconomic formation, we are compelled to found our investigations upon the human relations to the territory. (Lefebvre, 1955 [2020], p. 209). It is precisely at this point that we restore and rework the concept of projectment, relating to China's current reality and level of technical development.

The category of projectment was originally conceived by Brazilian economist Ignacio Rangel, in his 1959 book "Elements of a Projectment Economy". His definition responds to a specific historic process. According to Castro (2014, p. 202):

The author's goal becomes clear as we read him. To build an economic theory of projectment upon the heritage of Economics and its schools. A theory to be seen as the Economics that was being designed by the historical process during the twentieth century, resulting from the coexistence of financial capitals, keynesianism and soviet planning.

The emergence of historic forms<sup>9</sup> that provided mankind with domain over its own destiny, as far as economic cycles are concerned, helped to turn economic planning into an instrument of government, thus allowing for conception and execution of large projects to be affirmed as an expression of such instrument. Rangel's challenge was to take the act of projecting to such a level where it could be regarded as a science. This science, the projectment, has cost and benefit as its fundamental categories:

Cost and benefit, in the sense chosen hereby, are the *fundamental categories of projectment*: useful abstractions for the approach of implicit problems (...) All theory of projectment is no more than an effort to determine these two terms in order to build a *reason* out of them (Rangel, [1959]2005, pp. 366-367)

The bold mark over the word reason has strategic meaning, and highlights the link between projectment and uneven development as a fundamental law of transition from capitalism to socialism. But more than that, the very conceptual definition of socialism emerging in China is now under the understanding of what we call "strategic sense of reason" (Jabbour et al., 2021).

We might define the Chinese path as a process in which, after the collapse of the USSR and the emergence of financialization, projectment is re-experienced as "New Projectment Economy". We, therefore, incorporate the original contribution by Rangel, but name it in accordance to its current historical form, as a superior stage in

the development of Chinese socialist market economy, which in turn is a product of new and superior ways of economic planning fabricated in that country along the last decade.

We sustain that the emergence of that "new economy" is based upon two intertwined historical processes. The first one was the reform in Chinese public economy initiated in the late 1990s, whose results included, at the time, the formation of 199 Large State-Owned Enterprise Conglomerates (LSEC).<sup>10</sup> During this process, changes took place in the planning procedures: a previously central planning was replaced by a market-based planning. That was a response from China to its admission into the world capitalist order, through the formation of state-owned market oriented industrial complexes. The second process we refer to was when, in 2003, China created the *State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council (SASAC)* as a key institution of "market socialism", with the mission to manage state assets in the main LSEC.<sup>11</sup> This has been a complete strategic turn for the public assets, and inaugurated a whole new historic form of public property under the socialism, as a historical experience started in 1917.

Another significant process is found in the strategic decision taken in the 11th Five Year Plan (2006-2010) to recreate a national system of technology and innovation as an environment formed by the LSEC, private conglomerates, public financial system and universities. This system was responsible for disruptive innovations in areas such as 5G internet, Big Data and Artificial Intelligence.

There is a clear connection between these innovations and the new and superior forms of economic planning, that is, the New Projectment Economy. What now happens in China is a further step of human domain over nature (planning), and over the inherent anarchy seen in capitalist oriented economies.

It is worth noting, thus, that we do not see the Chinese innovation system merely as a means to attain economic goals, but as an instrument to feed the State and the public productive base with economic forces to complement the inauguration of superior forms of economic planning. This is translated into a higher capacity to concentrate on large projects, as was done since the "soviet model", as well as into the creation of an environment where public ownership is both the nucleus and the spreader of new productive capacities and means to overcome capital's anarchy, by giving the State abilities to take strategic decisions in a very quick way.<sup>12</sup> This is planning as an instrument for political domain taken to a different level.

There is indeed a lateral perception worth remembering, since there are not few analysis relating the emergence of Big Data with the "renaissance" of economic planning. Wang and Li (2017) take on Oskar Lange's contributions on the economic calculations in socialism to propose a "market socialism" founded on general information technologies, particularly Big Data:

This kind of economy system should coordinate centralized planning and democratic planning, take big data as technical condition, platform economy

as institutional and organizational conditions, to forming the big data-based and state-owned enterprises leading operated Internet platform economy. (Wang & Li, 2017, p. 138).

Compelled to observe human relations with and over the territory, we came to consider the Chinese process unique because of two historic unfoldments. The first was the immense capacity demonstrated by the Chinese State, through deliberate action of its 99 LSEC and development banks, to execute the fiscal package launched in November 2008, valued in U\$586 billion. The fiscal package in itself is not the central issue, rather we highlight the ability to plan and coordinate thousands of projects simultaneously, something that is unheard of in human history. The second historic unfoldment has been the extraordinary capacity demonstrated by China to tackle the enormous challenge posed by Covid-19, in the face of which the country referred to large scale use of Big Data and Artificial Intelligence. It is still to be measured the role that platforms such as Big Data and Artificial Intelligence played in the end of extreme poverty in the country.<sup>13</sup>

The category "Projectment Economy" must be incorporated as part of the "Chinese path".

Our turning point in regards to dominant postulates coming both from orthodoxy and heterodoxy lies in the perception that China is now in a new kind of accumulation process, where the overcoming of all types of restrictions and the introduction of new technologies in the economy opened ways to

qualitatively increase the rationality of productive processes, consequently turning the Chinese economy into a true machine of large public assets, and even of use value. (Jabbour et al, 2020, p. 20)

From a merely empirical standpoint, there is no space to analyze the impact, the agility and the magnitude of the many transformations in Chinese economy and territory after the fiscal package launched in 2008, as well as their economy of emergencies, widely based on disruptive technological innovations and put up to the public eye during the Covid-19 crisis. There is no doubt left that such facts render unable the current economic theories, when it comes to understand the Chinese reality. Moreover, it should be enough to highlight that, between 1990 and 2017:

China added over 120,000 kilometers of railways, 130,000 kilometers of expressways, 3.7 million kilometers of road, and 740,000 kilometers of coastal quay lines to its national transport system. India, a country of similar size, and a private property system in keeping with neoclassical requirements, added 4,320 kilometers of railways from 1990 to 2016. (Jefferies, 2021, p. 311)<sup>14</sup>

Thus, the New Projectment Economy is part of an effort to combine uneven development as an objective law of transition to socialism with planning as an element of political domain. Planning is one of the historic forms of human reason that allows for societal qualitative leaps. It expresses "the exclusively human capacity to understand and nurture its own evolution" (Jabbour & Gabriele, 2021, p. 42).

## Socialism

It would make no sense, since we have stated how essential are the categories of uneven development and projectment, to build an alternative view on the Chinese path without considering another central, but often forgotten, category: socialism. Socialism must be treated as a historic category; as such, its definition must be reached through its historical developments as much as its manifestation in current reality – in this case, in the experience of People's Republic of China.

It is paramount to isolate this category from "utopian" elements, or short-termed idealizations in which there would be no place for conflict and contradiction. Here, the category of socioeconomic formation gains new importance, because as long as we take socialism as an object of study, we also face it as part of "taking the object by its entirety" – meaning the existence, influence and material power of inferior modes of production (capitalism), and the necessary mediations and transitions that take place in a complex society when capitalism and its metamode of production are still widely dominant.

If utopian idealizations are overcome, it is easier to consider what should concern those who are really busy with human emancipation: the management of political power and its different forms, as conditioned by history and geopolitics. In our view, with Losurdo (2022), not to think Marxism as the science of transforming reality is unproductive. Therefore, it essentially is a *science of employment of*

*political power*. Hence the central spot of categories such as uneven development and projectment in our approach.

Both categories closely relate to the constant movements in the material base of society and its production relations. Thus, a valid starting point lies in the Communist Manifesto, where it reads:

The proletariat will use its political supremacy to overtake, little by little, all capital from the bourgeoisie, in order to centralize all instruments of production in the hands of the State, that is, the organized working class turned into dominant class, and to enhance, as fast as possible, the sum total of productive forces. (Marx and Engels, [1848] 1998, p. 56)

Could this passage, written by the founders of historic materialism, be deemed the ABC of socialism, a guideline for its first steps? It will depend on the consequences one will derive. In it, we can possibly find the need for the coexistence of different modes of production in a single socioeconomic formation – yet another law of the transition capitalism-socialism – as well as a supposed central role of productive forces development during the transition. These two views must be historicized under the light of uneven development law/category.

Centralizing the strategic means of production in the State, as a way to ensure a material base for the new political power, and retain a dominating planning power over the economic cycles, are the fundamentals of power exertion under socialism. New productive relations will not just appear before

the old ones exhaust their possibilities, for the new does not emerge with the immediate disappearance of the old.

A society does never disappear before all productive forces it may contain are developed, and the new and superior productive relations never take their place before the material conditions for these relations have been inoculated in the very bosom of that old society. (Marx, [1859] 2008, p. 48)

Development is uneven between the socialist productive forces with their technical progress near the technological frontier, and the maintenance or even emergence of non public forms of production and exchange. The synthesis of this unit of opposites would be an uneven historic form, a contradictory one, involved in economic strangulation and under permanent political tensions, a context in which adherence to subjectivism could lead to the experience being completely defeated. The survival of the law of value imposes challenges to a new political order where planning is a quintessential part. Socialism is a path, not a model. A forceful path to economic development.<sup>15</sup>

In a historic perspective, it is quite clear that the political choice for socialism must be the main explanatory element to understand the Chinese path started in 1949. Here we highlight some important elements for debate: 1) the same capitalism that allowed for "prussian ways" of catch-up processes for Japan, Germany and even Brazil was, indeed, externally denied to China since the Opium Wars (1839-1842); 2) Russian bourgeoisie had been unable to withdraw Russia from World

War I and lead the country into modernization, a task that fell on the shoulders of the Bolshevik Party as a true "Modern Prince" as in Gramsci's famous expression. The same reasoning fits the CCP; 3) a historic power coalition formed by forces that reclaim socialism. Capitalists are not the most politically powerful class in the country, which does not mean the country is free from the struggle of classes, for it actually is a part of the political scenery. China's political superstructure is unparalleled by any other East Asian experience, much less by any European one or the United States; 4) The productive and financial nuclei are under hegemonic influence of the LSEC, public development banks and other types of market oriented non capitalist companies. It is within this nucleus that chain effects are generated for the whole economy, as well as, differently from all capitalist socioeconomic formations, it generates the internal accumulation cycles; and 5) large scale and multifaceted planning is the main governance instrument. Planning is not socialism's exclusive, as much as the markets, as a historic category, may or may not exist in capitalism. However, no capitalist country has brought about such advanced forms of State intervention on reality as did China.

Are the aforementioned elements sufficient to point out a definite view on the Chinese path or are they the beginning of reflections to establish uneven development as the concept that sets contradictions as the very logics of the system? This is an important question, since the goal of conceptualizing the "Chinese path" necessarily leads us to face the "main contradiction" in the country's current reality:

China's overall productive forces have been significantly improved from the supply perspective. As a result, China's production capacity has led the world in many areas, and its backwardness of social production has been fundamentally reversed. However, the more significant problems are that its development is inadequate overall and unbalanced between parts of the country and society. Its development is also behind some global economic powerhouses to some extent, and the structural problems are evident. These have turned into significant constraints while meeting people's growing needs for a better life. (Fang & Xiaojing, 2022, p. 38)

If once China's "main contradiction" was centered in the backwardness of its productive forces, currently it is placed in issues such as income distribution and inequalities between top and base of the social pyramid, and between regions. This is something that could put into question the regime's legitimacy. 1978's reforms, besides inaugurating a new kind of socioeconomic formations, also leads uneven development to a whole new level through the emergence of a powerful private sector.

That new socioeconomic formation advanced many steps further by starting and pushing on private capital in all levels, both through the appearance of small businesses and through a wide privatization program in the 1990s, which took place at the same time the LSEC<sup>16</sup> were being formed. For instance, sectors like Technology and Construction — both highly monopolistic — emerged under wide private control, as well as their ancillary sectors. This

economic accumulation dynamics had lower wages as one of its characteristics, and once it was added to private capital taking on essential public services like health and education, a significant gap between rich and poor in China started to open. We might say, using Lenin's expression, that China saw a *growth in depth* of the capitalist mode of production in the beginning of this century. It is a fact that one of the characteristics of those economic reforms lie in a significant expansion of private sector, to the detriment of public sector.

With the suspension of grain price regulation by the State, differences between countryside and urban areas started to explode, after decades under tolerable levels up until mid 1990s. China saw the largest increase in billionaires, and became the largest world market for luxury products. The construction of an immense productive sector generated multiple contradictions, under the "auspice of a disordered expansion of capital".<sup>17</sup>

But there is a historic process to be assessed in detail. Was this growth in depth of private sector not being closely followed by the strategic repositioning of the State, aiming to forge the conditions for a similar move in the public sector? If we stretch out the consequences of uneven development category/law, was this not a new set of combinations between different modes of production, mediated by waves of institutional innovations (Paula & Jabbour, 2020), such as the Company Law, the growing influence of public financial system and the very founding of SASAC? Was it not that private sector grew in depth while public sector grew in breadth?

It is important to mention a number of measures taken since the end of 1990s to prove the *growth in breadth* of China's public sector, among which: 1) The Great Western Development Strategy (1999) represented a quality leap in China's domain of uneven development category/law (Jabbour, 2005); 2) a series of rural policies gave farmers rights to contracted land and transference of use rights, as well as improved rural infrastructure and public services for rural communities, aiming to establish a new socialist rural development until 2010 and, from 2003, the introduction of a new cooperative medical care system for farmers and guarantees of minimum life conditions in rural areas (Dunford, 2023, p. 20); and 3) priority of destination for rural regions in the fiscal package of US\$ 596 billion in 2009 for policies such as: social housing, rural infrastructure, transport (rail, airports and roads), health and education (hospital and school construction included), energy and environment, technological innovation.

In short, and not denying any of the significant negative consequences of non-public sector economic expansion over society, we tend to adhere to the view below:

A widely accepted explanation of plan-market dynamics in post-Mao China was given by Barry Naughton in his book *Growing Out of the Plan* (Naughton, 1995). He argued that the rapid growth of the non-planned economy in the 1980s and early 1990s, along with simultaneous stagnation or decline of the state-dominated planned sector, reduced the importance and range of state planning and facilitated the

emergence of an increasingly market-dominated economy. The “growing out of the plan” framework is, however, focused on explaining the atrophy or reduction of certain core features of old-style socialist planning, such as innumerable mandatory targets, material supply balances, direct state allocation of resources, and state control over investment, credit, prices, and foreign trade. This narrative is not incorrect, but it is incomplete. (Heilmann e Melton 2013, p. 582)

Going even deeper, we find that many of the contradictions within the Chinese development process were addressed by the strategic repositioning of the State, which took place through wide use of fiscal instruments and through the shocks imposed by the new urban working class,<sup>18</sup> formerly rural inhabitants whose “rebel DNA” had been responsible for numerous political unrest situations, the last of which induced Mao Zedong’s CCP to power in 1949. Far from being an insignificant part of society, the working class in China is a key element for the future of “socialism with Chinese characteristics”. But again on the “main contradiction” contained in the issues of income distribution, it is obvious that the new waves of institutional innovations must go beyond the strategic repositioning of the State to touch more sensitive matters. Among them, the question of ownership is the most important.

There are two points of discussion. The first relates to how the State advances on territories of private sector, thus generating new historic forms of property and the policies of contention for the aforementioned “disordered expansion of capital”. It became

evident, after the 2008 financial crisis, that a movement was gaining traction to *transform the growth in breadth of the Chinese public sector into growth in depth*. “The State advances, the private sector retreats” is an expression of this new phase in Chinese public sector’s development. A concrete example is in how state-owned companies increased their share in private companies:

The number of private owners with direct investments from the state almost tripled between 2000 and 2019, and the number of private owners indirectly connected to the state via investments from private owners with state connections increased 50-fold. The increase in the registration capital share of the two groups of state connected private owners accounts for almost all the 20 percentage point increase in the share of private owners between 2000 and 2019. (En Bai et al., 2021, p. 2).

Since concepts manifest in the movements of reality, we can see here a slow and gradual absorption of private sector by the State, generating historic forms of ownership never listed in any kind of textbook, whether a priori or a posteriori. It is impossible to measure the amount of different forms of ownership in China, but it is easy to perceive the increase in State ownership, and more than that, the higher influence of the CCP on the whole economic panorama, affecting even private investment decisions:

The socialist foundation of China’s economic system is the unconditional supremacy of the Chinese Communist Party. Consistent with Marxist-Leninist tradition, the Party directs the law. Regulations, laws, and administrative

rulings are applied in accordance with current Party policy. Just as a Party position corresponds directly to each key position in government, a Party hierarchy parallels corporate governance in banks, SOEs, listed non-SOEs, hybrid enterprises, joint ventures, and sufficiently large private businesses. Party cells throughout business enterprises constitute parallel internal accountability systems to those established by enterprises themselves, keeping an enterprise’s Party Secretary and Party Committee up-to-date and able to provide timely advice to its CEO and board. Imported corporate governance regulations, mandating independent directors and the like essentially ignore Party involvement in enterprise governance (Fan, Morck and Yeung, 2011, p. 11)

The second point referred above are the measures taken to contain the “disordered expansion of capital”. As an example, we could mention the unequivocal decision of putting the whole students tutorial business in the underground economy, in 2021. This was a U\$ 100 billion/year sector, all dependent on the fierce competition between young Chinese to gain access to the best universities, an extremely relevant factor of social and regional inequality (China..., 2021). This is also about an ideological battle for the so called “consciousness sector”. This movement hit the core of Chinese big techs and their growing monopoly power, as well as data maintenance and foreign interference, given that Alibaba is a listed company in the New York Stock Exchange and other markets.

Some days after entrepreneur Jack Ma openly criticized the regulations of Chinese financial system, the government decided —

unilaterally — to suspend that which would be the largest initial public offer in history, planned by Ant group, valued in about U\$ 37 billion (Chinese President..., 2020). Jack Ma’s destiny was a sort of “exile” in Japan. Other companies underwent a similar scrutiny, and their owners left the country. Billionaires’ and millionaires’ assets have been diminishing impressively: in 2021, the total wealth amassed by 1,305 persons with a minimum liquid asset of 5 billion Yuan (U\$ 710 million) fell by 18% compared to the previous year, to U\$ 3.5 trillion (Chinese..., 2020).

Having studied all of the exposed above, the categories in itself and the harsh exertion of the political power, how are we supposed to define socialism in our times — admitted that currently China is the most advanced experience? The history of socialism in the 20th century and the experiences of “market socialism” can give us some fundamental principles of Political Economy, of which some could be deemed “economic laws of socialism”.<sup>19</sup> The issue of political power is the most important of them. There is no capitalism without capitalists in charge of political power.

Historic coalitions whose class compositions differ from liberal democracies,<sup>20</sup> which includes Asian latecomers, do command the historic process in such experiences, sometimes under extreme conditions of siege, annihilation and multifaceted sanctions — not to mention the limits imposed by the metamode of production. The history of socialism is the history of a constant state of exception (Losurdo, 2004), which influences directly how this kind of socioeconomic formations develop. In the Chinese case, this

experience includes the CCP controlling ever larger pieces of non-public ownership forms, as well as its direct control on immense LSEC and the largest development banks in the world.

Socialism with Chinese characteristics inherits elements from the soviet experience, but it also keeps local traditions in terms of the National State, planning, state bureaucracy, tolerant and non-theological civilizational philosophies. It is both continuity and disruption with the Asian mode of production, which includes historic forms based both on free market or price control principles (Weber, 2023). Planning as “political dominance” has been gaining new shape in China. It started as soviet-style central planning, experienced with *market-based planning* and, today, it ventures into a *project-oriented planning* in a framework of disruptive technological innovations, opening the way for a new historic form of socialism, which we call “New Projectment Economy”.

*Socialism was the path found by China to reach a fast development of their productive forces away from the North-American geopolitical schemes, making use of the deep transformations in the international order, thus rationalizing the category/law of uneven development in favor of their national project.* From poorest country in the world to the second world power, this has been a path through and along CCP’s hegemony, the dominance of public sector over the large production and large finance. The force of their planned economy enabled China to manipulate the intrinsic logics of “uneven development” in order to manage rationally the national territory and to construct an alternative globalization, through initiatives such as the

Belt and Road and their active participation in several events and institutions designed to reshape the future of the Global South.

In the “new age” inaugurated in 2017 and its corresponding shift in the understanding of the “main contradiction”, it became imperative to control the disordered capital growth, to combat the significant social inequalities related to the so called “Three Mountains” (housing, health and education costs), to tackle the climate crisis, the semiconductors gap to the USA and, finally, the military siege resulting from the United States forsaking the One China policy when it comes to Taiwan.

The socialism unfolding in China is a historic form that breaks away with childish visions about post-capitalist societies. It is an embryonic socialism (Jabbour & Gabriele, 2021), and its analysis cannot be bound by what is transcendently imagined. It could sound ironic, but it really is not, that financialization created its own negation when it allowed for the emergence of a society founded on the *turning of reason into an instrument of government, to be used in favor of the vast majority of the population.* A kind of *science-led government*, managing historic issues of international communism with particular solutions. Whether it shows up through the birth of a non-liberal democracy based on communities and urban neighborhoods, whether by the slow uptake of private property into the strategic interests of the socialist State.

Based upon the turning of reason into an instrument of government, we can come to a social form able to account for the totality of the Chinese historic process. The “New Projectment Economy”, opening ways for

superior methods of economic planning, is the synthesis of this socialism arising in Asia, and of a society where the unprecedented development of productive forces and victory over extreme poverty indicate "projectment" as the point of arrival of what one day Marx named "power of knowledge, objectified" (Marx, 2011 [1857-1858] p. 944).

## Initial conclusions

This is debate that can no longer be banned. To discover what is the concept behind the movement of reality in the Chinese development process may be the most significant task for the social sciences in our time. Not just because it is such a large country. A human experience is taking place where the usual scope of concepts and categories of both orthodox and heterodox economics is insufficient; this applies to western Marxism as well. It is not just one more latecomer. Our proposition has been to demonstrate certain "exceptionality" in the Chinese case, rendering useless notions such as "State capitalism", "free-market" and even "developmental

State", "entrepreneur", "businessman". In that region of the world, a new socialist oriented socioeconomic formation emerges with a Political Economy yet to be built.

We wished to present three marxist categories to validate theoretically our proposition. The category/law of uneven development, projectment and socialism open up possibilities for theoretical experiments based on the Chinese experience. The siding of these categories and the historicity of the Chinese process give us a chance to understand socialism as a product of movements of reality, which generates a society founded on a new type of political power, fundamentally characterized by public ownership of production and finance. The "new age" of this "socialism with Chinese characteristics" responds to a shift in the definition of "main contradiction". Of course, there are no few obstacles and contradictions to defy that experiment. But perhaps mankind still had no access to a historic form where the "power of knowledge, objectified" were sufficiently developed as to build a nation, therefore becoming the benchmark for the whole of the Global South.

**[I] <https://orcid.org/0000-0003-0946-1519>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

emkjabbour@gmail.com

**[II] <https://orcid.org/0000-0003-0496-7465>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

vitorboanova@gmail.com

**[III] <https://orcid.org/0000-0002-5398-6083>**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, curso de Relações Internacionais. Belo Horizonte, MG/Brasil.

javier.vadell@gmail.com

**Translation:** this article was translated from Portuguese to English by Fausto José de Pinho e Souza Oliveira, email: fausto.oliveira77@gmail.com

## Notes

- (1) The financial crisis that took place between 2008 and 2009 started to open some cracks in this. Naughton (2001) did a truly honest self-critique about almost everything the most influential economists believed to be true regarding the Chinese development process. Such beliefs turned out to be debunked after 2008, and even more in the last three years. According to him, China inaugurated a new type of economic system, characterized by a growing domain of the State over the markets, an affirmation he founds on solid grounds of evidence. Blanchette (2020) also takes a turn, but not strong enough to escape the “consensus”, by mentioning a new species of State capitalism which he names “Chinese Communist Party Inc.” (CCP Inc).
- (2) One example of such admission may be found in Milankovic (2019), when he divides the world between “political capitalism” and “liberal meritocratic capitalism”.
- (3) See Dunford (2023); Cheng (2023); Cai & Zhang (2022), Enfu (2021) and Staiano (2023)
- (4) According to the current China’s Foreign Affairs chief executive, Wang Yi (2023): Our circle of friends is always in the third world. Remember: those developed countries in the West will not take us to play, and in their eyes always have a “sense of superiority”. The West will always look down on our values and always consider China to be “backward”. In the eyes of Westerners, there will always be “East-West differences”. Don’t think that you can integrate into the Western world, and naively think that you can.

- (5) Here we see how socialism has become a shortcut for development, prevented by Colonialism and the brutal actions of Imperialism in the world's periphery, in general, and particularly in China. There would be no Chinese development without the CCP.
- (6) It adds to the fact that history cannot be made under chosen circumstances, that is, the development of socialist oriented socioeconomic formations is strongly constrained by global scale capitalism (Jabbour & Gabriele, 2021). We should bear in mind that uneven development deeply conditions non capitalist development experiences. It is not only about, according to Lefebvre (1955 [2020], p. 195), a "law of capitalism's difficulties and crisis". It is also a law of restrictions, both internal and external, to the development of socialism.
- (7) According to Jabbour and Gabriele (2021, p. 115-116): A longterm historic situation may take place where:
- 1) A mode of production is globally dominant;
  - 2) Two or more modes of production coexist in some countries. They are unevenly developed, more or less stable, and a work in progress. Which of them shall prevail nationally (and, possibly in the longterm, internationally) is far from cleared matter.
  - 3) The level of freedom for expansion found by each mode of production (including the dominant) is finite. They are not limited only by the global prevalence of the dominant mode of production, but also for immanent and universal structural restrictions that can be found to apply to any sustainable mode of production that may arise and establish during a certain time. As such, these restrictions would be found to work against all national attempts to seek a development strategy in keeping with the basic principles of any given mode of production, even if it became globally hegemonic (signaling a slow transition for a new global and dominant mode of production). Under these circumstances, the above mentioned complex of restrictions acts as a kind of meta structure, which limits and restrains the levels of freedom of each sustainable mode of production to get inherently different from the others. This is a real world characteristic that has strong influence over policy makers, their choices and results. We refer to it as the Metamode of Production (MMP).
- (8) See Cheng (2023), the qualified analysis of the hypothesis of competition between socialist primitive accumulation and the law of value in China.
- (9) In Capitalism, the effective demand principle, while in Socialism the socialization of strategic means of production.
- (10) Currently, there are 99 LSEC. See Jabbour and Gabriele (2021). We could add another fundamental aspect: the formation of a public system of financial services directed specifically to longterm financing. The connections between large scale production and large scale finance, both under public control, mould the face of a unique economic system in the today's world, exactly because it is based on public ownership.
- (11) On SASAC, see Gabriele (2010). Jabbour & Gabriele (2021), Chen (2017).
- (12) To a certain extent, Naughton (2021, p. 13) moves in the same way as we do when we claim the ambition to use disruptive technological innovations as a means to widen the possibilities and the role of State in the economy: (...) from about 2015-2016, it became clear that artificial intelligence and big data had huge potential economic effects on economies worldwide. As technological change has accelerated, the ambition of China's planners and policy-makers has also expanded, and intervention has continued and increased. Indeed, China's development strategy today may warrant a new name: China aspires to be the first 'government-steered market economy.'

- (13) A research study promoted by the Tricontinental Institute points out that: Big data is used to monitor the situation of each of the nearly 100 million individuals, facilitate information flow between governmental departments, and identify important poverty trends and causes. Mobilizing the people and gaining public support are at the heart of the effort to carry out this work.
- (14) Between the years of 2001 and 2020, the country built 40,000 kilometers of high speed rail lines, a network that exceeds in three times the sum of all similar rail lines out of China. This rail network will reach 50,000 kilometers until the end of the current Five Year Plan (2021-2024), thus connecting all cities in China with a population of more than 500,000 inhabitants. (China's high-speed railway network exceeds 40,000 km. State Council. Available at: [http://english.www.gov.cn/news/topnews/202201/03/content\\_WS61d22c5fc6d09c94e48a3121.html](http://english.www.gov.cn/news/topnews/202201/03/content_WS61d22c5fc6d09c94e48a3121.html))
- (15) We agree with much of Domenico Losurdo's works, according to which Socialism is a large learning process, deprived of a pre model to be followed and applied. It is a clear and constant trial and error process.
- (16) This is a consequence of the "Grasp the large, lei it go of the small" policy.
- (17) Xi stresses further regulations on capital expansions, calls for 'fair competition' for all. CGTN News. 22/4/2022. Available at: <https://news.cgtn.com/news/2022-04-30/Xi-stresses-healthy-development-of-capital-in-China-19EAzHrKkJG/index.html>
- (18) According to Pinheiro-Machado (2018, p. 122), something about 3,000 strikes and between 100,000 and 200,000 protests take place yearly in China.
- (19) 20th century experiences and the Chinese experiences of today teach us about a series of laws and functioning logics of a socialist oriented socioeconomic formation. Among them, we find: large scale planning, obedience to the limits imposed by the metamode of production and the law of value, hegemony of large scale market oriented public ownership, construction of a productive sector able to generate surpluses to the unproductive sector, regulation and political control over non public forms in order to avoid the appearances of monopolies and this reestablish competition in the economy.
- (20) In the Chinese case, this does not mean the occurrence of a monolithic state, deprived of dispute and insensitive to social classes interests that permeate society and the very CCP.

## References

- BLANCHETTE, J. (2020). *From "China Inc." to "CCP Inc.": a new paradigm for chinese state capitalism*. China Leadership Monitor.
- CAI, F.; ZHANG, X. (2021). *Constructing political economy with chinese characteristics*. Singapore, Springer.
- CASTRO, M. H. (2014). "Elementos de economia do projeto". In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J.; PAULA, Z. A. *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís, Edufma.
- CHEN, Z. (2017). *Governing through the market: SASAC and the resurgence of central state-owned enterprises in China*. Tese de doutorado. Birmingham, University of Birmingham.
- CHENG, S-K (2023). Catching-up and pulling ahead: the role of China's Revolutions in its quest to escape dependency and achieve national independence. *Journal of Contemporary Asia*. Londres, DOI: 10.1080/00472336.2023.2222410
- CHINA'S high-speed railway network exceeds 40,000 km (2022). *State Council*. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/topnews/202201/03/content\\_WS61d22c5fc6d09c94e48a3121.html](http://english.www.gov.cn/news/topnews/202201/03/content_WS61d22c5fc6d09c94e48a3121.html). Acesso em: 25 fev 2023.
- CHINESE president Xi Jinping decided to halt Ant's IPO: WSJ (2020). *Reuters*, 3/11. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-antgroup-ipo-idINKBN27S311>. Acesso em: 4 ago 2022.
- CHINESE billionaire fortunes drop most in two decades: report (2020). *Nikkei Asia*. 22/11. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Business-trends/Chinese-billionaire-fortunes-drop-most-in-two-decades-report>. Acesso em: 5 out 2022.
- CGTN (2022). *CGTN News*, 22/4. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2022-04-30/Xi-stresses-healthy-development-of-capital-in-China-19EAzHrKkG/index.html>. Acesso em: 7 nov 2022
- DUNFORD, M. (2023). China's development path, 1949–2022. *Global Discourse*. Bristol, v. 20, n. 20, pp. 1-31.
- EN BAI, C.; TAI, H. C.; SONG, Z. M.; WANG, X. (2021). The rise of state-connected private owners in China. *NBER Working Paper*, n. 28.170.
- ENFU, C. (2021). *China's economic dialectic: the original aspiration of reform*. Nova York, International Publishers.
- FAN, J.; MORCK, B.; YEUNG, B. (2011). Capitalizing China. *NBER Working Paper*, n. 17.687.
- GABRIELE, A. (2010). The role of state in China's industrial development: a reassessment. *Comparative Economic Studies*. Londres, v. 52, pp. 325-350.
- GABRIELE, A.; SCHETTINO, F. (2012) F. Socialist market economy as a distinct SEF internal to the modern MP. *New proposals: journal of marxism and interdisciplinary inquiry*. Porto of Spain, v. 5, n. 2, pp. 20-50.
- HEILMANN, S.; MELTON, O. (2013). The Reinvention of Development Planning in China, 1993–2012. *Modern China*, v. 39, n. 6. pp. 580-628.
- JABBOUR, E. (2005). *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo, Anita Garibaldi.
- JABBOUR, E.; GABRIELE, A. (2021). *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; VADELL, J. (2021). Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, v. 9, n. 4, pp. 90-105.

- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. (2021). China and market socialism: a new socioeconomic formation. *International Critical Thought*. Pequim, v. 11 n. 1, pp. 20-36.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T. (2021). Ignacio Rangel na China e a Nova Economia do Projeto. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 30, n. 2, pp. 287-310.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J.; VELLOZO, J. (2020). A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. *Geosul*. Florianópolis, v. 35, n. 77, pp. 17-48.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. T. (2017). The political economy of reforms and the present chinese transition. *Brazilian Journal of Political Economy*. São Paulo, v. 37, n. 4, pp. 789-807.
- JEFFERIES, W. (2021). China's accession to the WTO and the collapse that never was. *Review of Radical Political Economics*. Amherst, v. 53, n. 2, pp. 300-319.
- LARDY, N. (2014). *Markets over Mao: the rise of private business in China*. Washington, Peterson Institute for International Economics.
- LEFEBVRE, H. (2020[1955]). *O pensamento de Lênin*. São Paulo, Lavrapalavra.
- LOSURDO, D. (2004). *Fuga da história?* São Paulo, Revan.
- \_\_\_\_\_. (2022). *A questão comunista*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K. (2008[1859]). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (2011[1857-1858]). *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K.; ENGELS, E. (1998[1848]). *Manifesto comunista*. São Paulo, Boitempo.
- MILANOVIC, B. (2019). *Capitalism, alone: the future of the system that rules the world*. Cambridge, Harvard University Press.
- MAZZUCATO, M. (2014). *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado*. São Paulo, Portfolio-Penguim.
- NBS – National Bureau of Statistics of China (2023). *China Statistical Yearbook*. Beijing, Foreign Language Press.
- NAUGHTON, B. (1995). *Growing out of the plan*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (2007). *The chinese economy – Transitions and growth*. Cambridge, The MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (2021a). Is China creating a new type of economic system? *Webinar to UMass Amherst Political Economy Workshop*, 19/3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=anVkifqp6HI&t=1s>.
- \_\_\_\_\_. (2021b). *The Rise of China's Industrial Policies: 1978 to 2020*. Unam, Ciudad del Mexico.
- PAULA, L. F.; JABBOUR, E. (2020). The Chinese Catching-Up: A Developmentalist Approach. *Journal of Economic Issues*. Washington D. C., v. 54, n. 3, pp. 855-875.
- PINHEIRO-MACHADO, R. (2018). "Posfácio: rumo e depressão". In: ANDERSON, P. *Dois revoluções*. São Paulo, Boitempo.
- RANGEL, I. (2005[1959]). "Elementos de Economia do Projeto". In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- SERVE the people: the eradication of extreme poverty in China (2022). Tricontinental Institute. 3 fev.

- STAIANO, M. F. (2023). *Chinese law and its international projection building a community with a shared future for mankind*. Singapore, Springer.
- YI, W. (2023). *Ten cruel realities*. Disponível em: <https://johnsonwkchoi.com/2023/03/19/ten-cruel-realities/> Data de acesso: 14 abr 2023.
- WANG, B.; LI, W. (2017). Big Data, platform economy and market competition: a preliminary construction of plan-oriented market economy system in the information era. *World Review of Political Economy*. Xangai, v. 8, n. 2 pp. 138-161.
- WEBER, I. (2023). *Como a China escapou da terapia de choque*. São Paulo, Boitempo.
- WHY CHINA cracked down on education and upended a US\$70 billion tutoring industry, with millions of jobs and students affected? (2021). *South China Morning Post*, 6/8. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3143551/why-china-cracked-down-education-and-upended-us70-billion>. Acesso em: 5 maio 2023.
- WORLD BANK (1982). *World development report*. Oxford, Oxford University Press.

Received: August 3, 2023  
Approved: August 9, 2023

